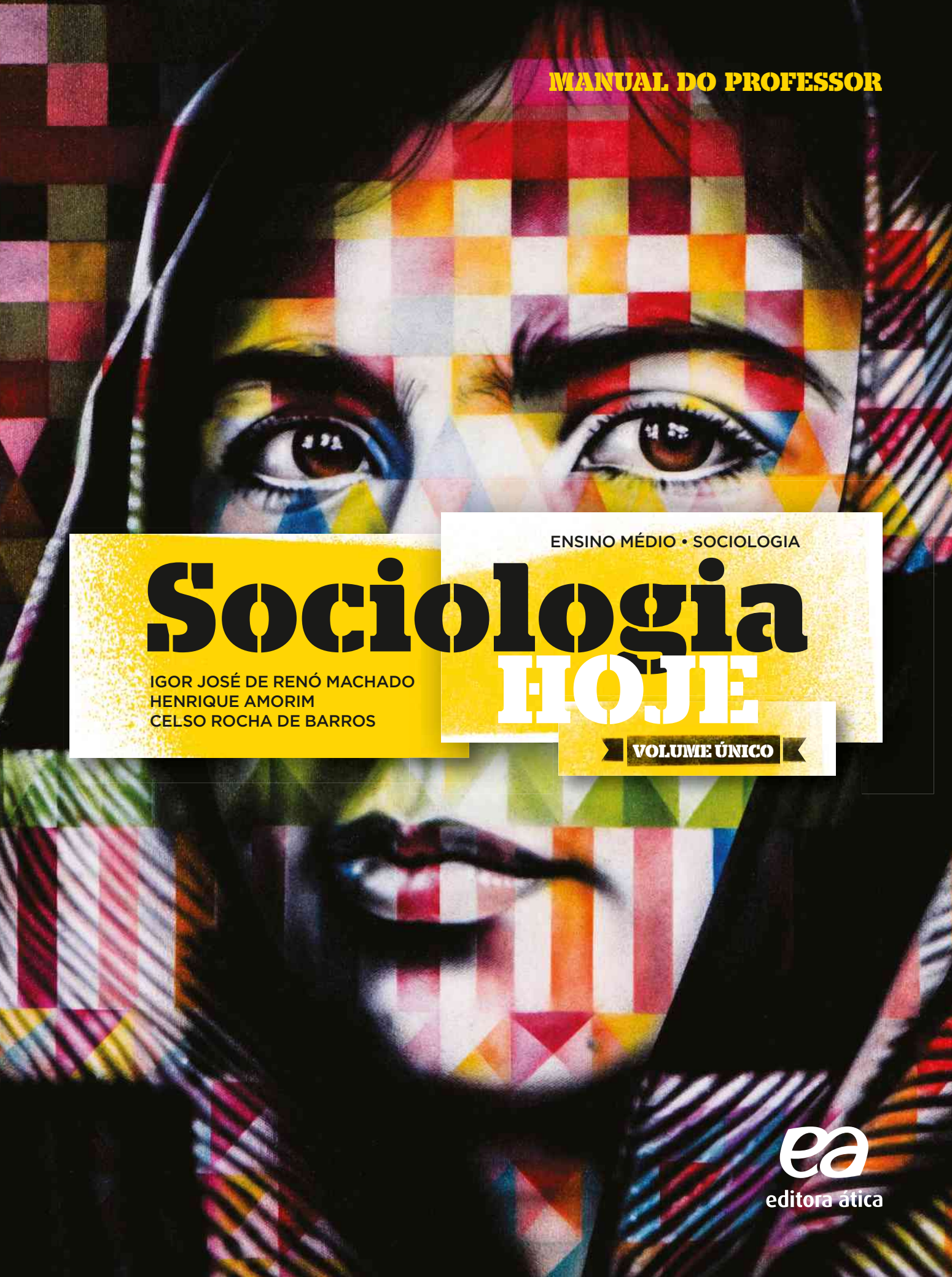


MANUAL DO PROFESSOR

ENSINO MÉDIO • SOCIOLOGIA

Sociologia HOJE

VOLUME ÚNICO

IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO
HENRIQUE AMORIM
CELSO ROCHA DE BARROS

editora ática

MANUAL DO PROFESSOR

ENSINO MÉDIO • SOCIOLOGIA

Sociologia HOJE

IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO
HENRIQUE AMORIM
CELSO ROCHA DE BARROS

VOLUME ÚNICO

INCLUI: ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO

- Mestre em Antropologia (1997) e doutor em Ciências Sociais (2003) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP).
- Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar-SP).
- Coordenador do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/Ufscar-SP).

HENRIQUE AMORIM

- Mestre em Sociologia (2001) e doutor em Ciências Sociais (2006) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP).
- Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp-SP.
- Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador do Grupo de Pesquisa Classes Sociais e Trabalho.

CELSO ROCHA DE BARROS

- Mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais (modalidade Ciência Política) pela Unicamp-SP e doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford.
- É colunista do jornal *Folha de S.Paulo*.

2ª edição
São Paulo, 2016

editora ática

editora ática

Diretoria editorial
Lidiane Vivaldini Olo

Gerência editorial
Luiz Tonolli

Editoria de Ciências Humanas
Heloisa Pimentel

Edição
André Albert

Gerência de produção editorial
Ricardo de Gan Braga

Arte
Andréa Dellamagna (coord. de criação),
Adilson Casarotti (progr. visual de capa),
Marcelo Rainho (progr. visual de miolo), Claudio Faustino (coord.),
Thatiana Kalaes (assist.), Luiza Oliveira Massucato
e Livia Vitta Ribeiro (diagram.)

Revisão
Hélia de Jesus Gonsaga (ger.),
Rosângela Muricy (coord.), Ana Curci,
Célia da Silva Carvalho, Heloísa Schiavo,
Brenda Morais e Gabriela Miragaia (estagiárias)

Iconografia
Sílvio Kligin (superv.), Denise Durand Kremer (coord.),
Sara Plaça (pesquisa), Cesar Wolf e Fernanda
Crevin (tratamento de imagem)

Foto da capa: Eduardo Kobra/Acervo do artista

Protótipos
Magali Prado

Direitos desta edição cedidos à Editora Ática S.A.
Avenida das Nações Unidas, 7221, 3ª andar, Setor A
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
Tel.: 4003-3061
www.atica.com.br / editora@atica.com.br

2016

ISBN 978 85 08 18057 8 (AL)
ISBN 978 85 08 18058 5 (PR)
Cód. da obra CL 713407
CAE 566709 (AL) / 566710 (PR)

2ª edição
1ª impressão

Impressão e acabamento

EDITORA APILIADA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machado, Igor José de Renó
Sociologia hoje : ensino médio, volume único /
Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim,
Celso Rocha de Barros. -- 2. ed. -- São Paulo :
Ática, 2016.

Bibliografia.

1. Sociologia (Ensino médio) I. Amorim,
Henrique. II. Barros, Celso Rocha de. III. Título.

16-02688 CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Ensino médio 301

APRESENTAÇÃO

O principal objetivo deste livro é aproximar as investigações, reflexões e teorias das Ciências Sociais do seu cotidiano, como um instrumento de reflexão crítica sobre o seu dia a dia, a sociedade em que você vive, sua história e o mundo contemporâneo.

A interação das Ciências Sociais com o seu universo de referências e vivências está presente em vários aspectos do livro: o projeto visual foi criado com base na linguagem do grafite, do estêncil, dos suportes gráficos e artísticos, meios de expressão e comunicação que provavelmente você conhece ou pratica; os boxes e seções visam dialogar com a realidade ao seu redor e também com a diversidade de práticas sociais e culturais do país e do mundo; a exposição clara dos conceitos pretende aproximá-lo dos processos de construção do conhecimento e de outros campos do saber. As atividades, por fim, foram elaboradas para provocar um estranhamento diante de situações, fatos e atitudes que nos parecem naturais, estabelecidos e, muitas vezes, são aceitos sem qualquer questionamento.

Nossa proposta é apresentar os conteúdos fundamentais de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, assim como o pensamento dos estudiosos mais relevantes nessas áreas, tanto em nosso país como no cenário internacional.

Além de fundamentar um aprendizado crítico e participativo em Ciências Sociais, esperamos que este livro possa ajudá-lo a fazer parte da construção de um mundo mais justo e feliz para todos e a viver plenamente sua cidadania.

Os autores

Ton Thai/Acervo do fotógrafo

CONHEÇA SEU LIVRO

O livro está organizado em uma Introdução e três Unidades. Cada Unidade está dividida em cinco capítulos

UNIDADES Cores vibrantes caracterizam cada parte da obra. Nas páginas ímpares, uma tarja colorida lateral indica a Unidade correspondente. Os temas se relacionam com os três pilares das Ciências Sociais:

- Antropologia (Unidade 1: Cultura);
- Sociologia (Unidade 2: Sociedade);
- Ciência Política (Unidade 3: Poder e cidadania).

ABERTURA DE UNIDADE Cada Unidade é iniciada com um texto-síntese dos temas que a compõem, junto a uma imagem provocativa, inspirada na estética do grafite. É um ponto de partida para o que será estudado.

CAPÍTULOS Cada abertura de capítulo traz uma imagem, um texto introdutório e a lista dos cinco itens em que o conteúdo dele se divide. Os três capítulos iniciais de cada Unidade (1, 2 e 3; 6, 7 e 8; 11, 12 e 13) apresentam os parâmetros teóricos da obra. O quarto capítulo de cada Unidade (4, 9 e 14), sinalizado no Sumário por uma bandeirola verde-amarela, trata da produção científica brasileira de cada área. O quinto capítulo de cada Unidade (5, 10 e 15), indicado por uma bandeirola rosa, traz abordagens do tema na contemporaneidade.

Diferentes tipos de boxes enriquecem o conteúdo

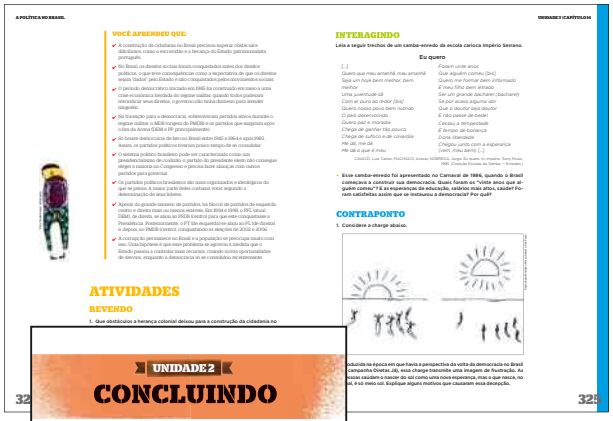
LÉXICO Um repertório dos termos mais difíceis, explicados na margem lateral da página.

PARA SABER MAIS Boxe que complementa e aprofunda conceitos, contextos e debates abordados no capítulo.

PERFIL Boxe que retrata um pouco da vida e da obra dos principais autores estudados.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO? Este boxe propõe aproximar os temas estudados e o mundo ao seu redor, destacando questões que podem ser observadas e problematizadas em seu cotidiano. Aqui você pode fazer uma relação específica entre passado e presente, entre teoria e prática.

ASSIM FALOU... Trechos de obras dos principais estudiosos abordados no livro.



Seções especiais

VOCÊ APRENDEU QUE... Um roteiro de conclusão e síntese que retoma os principais pontos abordados no capítulo.

ATIVIDADES Variadas e objetivas, ajudam você a organizar seu estudo e a conhecer e observar diferentes linguagens: quadrinhos, charges, fotos, artigos científicos e de jornais, letras de canções, etc. Aparecem sempre no final do capítulo, divididas em três subseções: *Revendo*, *Interagindo*, *Contraponto*. Ao final de cada Unidade, uma seção complementar de atividades, *Concluindo*, destaca algumas conexões das Ciências Sociais com outros campos de conhecimento trabalhados ao longo da Unidade. Além disso, reúne questões do Enem e dos vestibulares relacionadas aos assuntos do capítulo.

SUGESTÕES No fim de cada capítulo, indicamos alguns livros, filmes e *sites* para você se aprofundar nos assuntos estudados.

No final do livro, seções adicionais para complementar seu estudo

BIOGRAFIAS Breves descrições da vida e obra dos principais estudiosos citados.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Robert Dahl (1915-2014)**.

ÍNDICE REMISSIVO Indicação das páginas que remetem aos principais conceitos e autores citados.

BIBLIOGRAFIA Indicação das principais referências bibliográficas da obra, por capítulo.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO
O QUE É A SOCIEDADE?

Grafite do artista francês Jef Aérosol em muro de Londres, Inglaterra, em foto de 2009.

Nesta introdução vamos discutir:
1 A vida em sociedade
2 As Ciências Sociais
- Antropologia
- Sociologia
- Ciência Política
3 Como funcionam as Ciências Sociais?
4 Ciências Sociais: informações e pensamento crítico

Todos nós vivemos em sociedade, e até o mais remoto ermitão é um ser humano que já foi socializado e optou pelo isolamento. Entretanto, isolamento individual não é isolamento da sociedade. O mero ato de pensar é um ato social; aprender uma linguagem é um ato social. Embora qualquer um de nós venha ao mundo com a capacidade de aprender línguas, só as aprendemos em contato com o mundo social. Essa constatação simples, "vivemos em sociedade", deu origem a muitas reflexões sobre o lugar do indivíduo no mundo.

Desde o fim do século XIX, essas reflexões têm sido sistematizadas em ciências denominadas Ciências Sociais. A proposta desta introdução é convidar você a conhecer alguns aspectos da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política.

8

1. A VIDA EM SOCIEDADE

As pessoas vivem juntas, ou seja, em sociedade. E os cientistas sociais estão interessados em entender como acontece essa vida em sociedade. Quais são as formas de convivência entre as pessoas? Que relações são fundamentais em uma sociedade? Como funciona uma sociedade? Por que as pessoas, em geral, fazem coisas muito parecidas? Como as sociedades mudam? Por que a vida em sociedade produz diferenças tão grandes entre seus membros? Quais fatores diferenciam grupos ou sociedades? Por que algumas pessoas são exploradas, subjugadas e até mesmo escravizadas?

Essas são apenas algumas questões entre milhares de outras que podem ser levantadas sobre a vida em sociedade.

Na imagem acima, muçulmanos jantam após o mês do jejum sagrado (Ramadã), em Dubai, Emirados Árabes. Foto de 2013. Ao lado, judeus ortodoxos rezam no Muro das Lamentações, em Jerusalém, Israel. Foto de 2015. Nessas imagens percebemos um pouco da enorme diversidade produzida pelo ser humano nas diferentes sociedades. Ao longo deste livro, vamos explorar em detalhe esse tema.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você é capaz de formular alguma pergunta sobre a vida em sociedade? Se conseguir, saiba que está começando a pensar sociologicamente. Faça esse exercício de reflexão. Questione-se sobre algo muito trivial que, embora pareça natural, possa envolver algo oculto, por exemplo, por que em geral só as mulheres usam saia?

Você vai descobrir que as Ciências Sociais se dedicam a fazer boas perguntas sobre a vida social, sobre o conjunto de relações que as pessoas estabelecem quando vivem juntas. Vai ver também que as respostas são muito variadas, porque as pessoas têm diferentes opiniões, olhares e perspectivas e, portanto, respostas diferentes para as mesmas perguntas. A primeira coisa que importa saber sobre a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política é que os diferentes estudiosos que elaboram essas ciências a partir de critérios diversos nem sempre concordam em suas ideias e opiniões. Este é um indício da complexidade do mundo social.

9

UNIDADE 1

CULTURA

Esta Unidade trata de um dos assuntos fundamentais das Ciências Sociais: a forma como as sociedades se veem e são vistas. Ao longo dos últimos 150 anos, as Ciências Sociais desenvolveram várias maneiras de pensar as diferenças nas formas de vida das sociedades humanas.

Como veremos nos capítulos seguintes, a Antropologia tem se dedicado sistematicamente a esse desafio de pensar a diferença por meio de instrumentos teóricos como os conceitos de cultura, identidade e etnicidade. A partir desses e de outros conceitos, os antropólogos pretendem observar e compreender a enorme variedade da experiência humana no mundo.

Além de conhecer a origem desses conceitos, veremos a que contextos sociais se referem e também como foram empregados para produzir reflexões sobre o Brasil, sobre as diversas populações presentes no país e sobre o que poderíamos chamar de "cultura brasileira" ou ainda "identidades brasileiras".

Grafite de Banksy em Londres, Inglaterra. Foto de 2018.

26

27

Sumário

Introdução | O que é a sociedade? 8

1. A vida em sociedade **9**
2. As Ciências Sociais **12**
Antropologia **14**
Sociologia **15**
Ciência Política **15**
3. Como funcionam as Ciências Sociais? **16**
4. Ciências Sociais: informações e pensamento crítico **20**

Unidade 1 | Cultura 27

Capítulo 1. Evolucionismo e diferença 28
1. A construção do pensamento antropológico **29**
2. Parentesco e propriedade: modos de organização social **33**
3. Sociedades indígenas e o mundo contemporâneo **36**
4. Mitos, narrativas e o estruturalismo **38**
5. Populações indígenas no Brasil **40**

Capítulo 2. Padrões, normas e cultura 48
1. Civilização x cultura **49**
2. Cultura, etnocentrismo e relativismo **50**
3. Padrões culturais **53**
4. O conceito de cultura no século XX **55**
5. O conceito de cultura no século XXI **57**

Capítulo 3. Outras formas de pensar a diferença 64
1. A perspectiva inglesa **65**
2. O olhar dos franceses **67**
3. Sociedades simples e sociedades complexas **70**
4. O conceito de etnicidade **71**
5. O conceito de identidade **75**

Capítulo 4. Antropologia brasileira 80
1. Os primeiros tempos **81**
2. Antropologia e cultura popular **83**
3. A consolidação da Antropologia brasileira **85**
4. Antropologia e relações raciais **88**
5. Antropologia urbana **91**

Capítulo 5. Temas contemporâneos da Antropologia 98
1. Questões contemporâneas **99**
2. Gênero e parentesco **101**
3. Antropologia e História **103**
4. Antropologia como invenção **105**
5. A Antropologia e as grandes rupturas **106**

Concluindo 114

Unidade 2 | Sociedade 131

Capítulo 6. Pensando a sociedade 132
1. O capitalismo e a formação do pensamento clássico **133**
2. Émile Durkheim: coesão e fato social **135**
3. Max Weber: ação social e tipos ideais **139**
4. Karl Marx: trabalho e classes sociais **142**
5. Sociologia: aspectos estruturais e conjunturais **145**

Capítulo 7. Mundos do trabalho 150
1. O trabalho em Durkheim, Weber e Marx **151**
2. Força de trabalho e alienação **154**
3. Taylorismo e fordismo **156**
4. Toyotismo e neoliberalismo **160**
5. Novas modalidades de trabalho **163**

Capítulo 8. Classe e estratificação social 170
1. A divisão da sociedade em Durkheim: grupos profissionais ou funcionais **171**

2. A estratificação social em Weber: classe, estamento e partido **173**
3. As classes sociais em Marx: contradição e dialética **175**
4. As classes e os estratos sociais no século XX **177**
5. A dinâmica das classes médias: ocupação profissional e renda **179**

Capítulo 9. Sociologia brasileira 188
1. Interpretações sobre a formação do Brasil **189**
2. A geração de 1930 **191**
3. A escravidão e a questão racial **193**
4. Subdesenvolvimento e dependência econômica **195**
5. Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo **198**

Capítulo 10. Temas contemporâneos da Sociologia 206
1. A indústria cultural **207**
2. A Revolução Informacional **209**
3. Valorização e financeirização do capital **211**
4. Modernidade e pós-modernidade **213**
5. Campo simbólico e esfera pública: dois temas contemporâneos **216**

Concluindo 226

Unidade 3 | Poder e cidadania 249

Capítulo 11. Política, poder e Estado 250
1. Política e poder **251**
2. O Estado **253**
3. Os contratualistas: o que o Estado pode fazer? **256**
4. Regimes políticos: a democracia **259**
5. Partidos políticos **262**

Capítulo 12. Globalização e política 268
1. O conceito de globalização **269**
2. A governança global **272**
3. A globalização e o Estado **275**
4. Movimentos sociais globais **279**
5. O Brasil e a globalização **281**

Capítulo 13. A sociedade diante do Estado 290
1. A luta pela cidadania **291**
2. Os movimentos sociais **293**
3. Problemas da ação coletiva **295**
4. Capital social e participação cívica **297**
5. A sociedade civil **300**

Capítulo 14. A política no Brasil 308
1. Estado e cidadania no Brasil **309**
2. A origem da moderna democracia brasileira **312**
3. Os partidos políticos **314**
4. Uma democracia "normal"? **318**
5. O problema da corrupção **320**

Capítulo 15. Temas contemporâneos da Ciência Política 328
1. Uma nova visão do poder **329**
2. Classe social e voto **331**
3. Os valores pós-materialistas **333**
4. Novos rumos na Filosofia política **336**
5. Instituições políticas e desenvolvimento econômico **338**

Concluindo 346

Biografias 362
Índice remissivo 376
Bibliografia 381

João Wainer/Folhapress

INTRODUÇÃO
O QUE É A SOCIEDADE?

Chris Jobs/Alamy/Latinstock

Grafite do artista francês Jef Aérosol em muro de Londres, Inglaterra, em foto de 2005.

Nesta introdução vamos discutir:

1. A vida em sociedade
2. As Ciências Sociais
   - Antropologia
   - Sociologia
   - Ciência Política
3. Como funcionam as Ciências Sociais?
4. Ciências Sociais: informações e pensamento crítico

Todos nós vivemos em sociedade, e até o mais remoto ermitão é um ser humano que já foi socializado e optou pelo isolamento. Entretanto, isolamento individual não é isolamento da sociedade. O mero ato de pensar é um ato social; aprender uma linguagem é um ato social. Embora qualquer um de nós venha ao mundo com a capacidade de aprender línguas, só as aprendemos em contato com o mundo social. Essa constatação simples, "vivemos em sociedade", deu origem a muitas reflexões sobre o lugar do indivíduo no mundo.

Desde o fim do século XIX, essas reflexões têm sido sistematizadas em ciências denominadas Ciências Sociais. A proposta desta introdução é convidar você a conhecer alguns aspectos da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política.

1. A VIDA EM SOCIEDADE

As pessoas vivem juntas, ou seja, em sociedade. E os cientistas sociais estão interessados em entender como acontece essa vida em sociedade. Quais são as formas de convivência entre as pessoas? Que relações são fundamentais em uma sociedade? Como funciona uma sociedade? Por que as pessoas, em geral, fazem coisas muito parecidas? Como as sociedades mudam? Por que a vida em sociedade produz diferenças tão grandes entre seus membros? Quais fatores diferenciam grupos ou sociedades? Por que algumas pessoas são exploradas, subjugadas e até mesmo escravizadas?

Essas são apenas algumas questões entre milhares de outras que podem ser levantadas sobre a vida em sociedade.

Karim Sahib/Agência France-Presse

Chen Leopold/Alamy/Latinstock

Na imagem acima, muçulmanos jantam após o mês de jejum sagrado (Ramadã), em Dubai, Emirados Árabes. Foto de 2013. Ao lado, família judaica reunida durante o almoço de *Pessach* em Tel-Aviv, Israel. Foto de 2015. Nessas imagens percebemos um pouco da enorme diversidade produzida pelo ser humano nas diferentes sociedades. As Ciências Sociais preocupam-se em refletir sobre esse tema.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você é capaz de formular alguma pergunta sobre a vida em sociedade? Se conseguir, saiba que está começando a pensar sociologicamente. Faça esse exercício de reflexão. Questione-se sobre algo muito trivial que, embora pareça natural, possa envolver algo oculto, por exemplo: por que em geral só as mulheres usam saia?

Você vai descobrir que as Ciências Sociais se dedicam a fazer boas perguntas sobre a vida social, sobre o conjunto de relações que as pessoas estabelecem quando vivem juntas. Vai ver também que as respostas são muito variadas, porque as pessoas têm diferentes opiniões, olhares e perspectivas e, portanto, respostas diferentes para as mesmas perguntas. A primeira coisa que importa saber sobre a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política é que os diferentes estudiosos que elaboram essas ciências a partir de critérios diversos nem sempre concordam em suas ideias e opiniões. Este é um indício da complexidade do mundo social.

Savvapanf Photo/Shutterstock/Glow Images

Para homens escoceses é comum vestir o *kilt*. A imagem pode causar estranhamento pela similaridade entre o *kilt* e a saia, que, no Brasil, costuma ser usada por mulheres. Na foto de 2013, músico escocês toca gaita de fole em Edimburgo, Escócia.

Mas como as Ciências Sociais avançam sem consenso entre seus cientistas? O fato é que elas progridem em diversas "linhagens": quando um conjunto de estudiosos desenvolve uma perspectiva, nasce uma escola de pensamento, que ganha seguidores e se constitui em uma nova teoria. As novas teorias são testadas por seus seguidores e críticos, e novas perspectivas geram outros conjuntos de seguidores, que compartilham das mesmas tendências no modo de observar o mundo social. Entretanto, as teorias e suas linhagens não são estáticas: elas mudam com o tempo, de acordo com novas críticas e novas perspectivas.

Como você vê, as Ciências Sociais se estruturam de modo tão complexo quanto seu objeto de estudo, a sociedade. Mas esse emaranhado de perspectivas e teorias pode ser sistematizado. O propósito deste livro é justamente levar você para esse mundo, oferecendo um mapa das principais questões e formas de lidar com elas.

Mas então, o que é mesmo **sociedade**? Sociedade é um conjunto de pessoas, de tamanho variável, imensamente complexo, mesmo quando é um conjunto pequeno, caracterizado por múltiplas normas, regras e conflitos. As regras e normas nem sempre são explícitas, ou seja, nem sempre são ditas ou admitidas de forma clara. Muitas vezes as pessoas nem se dão conta de que estão seguindo certas regras. Por exemplo, em nossa sociedade é raro que os homens usem saias. Entretanto, não há nenhuma regra escrita que os impeça de usar; essa é uma regra implícita, ou seja, subentende-se que os homens não usam saias. Essa "norma" não é natural, mas sim determinada por razões culturais, históricas, etc.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você se lembra de alguma norma ou regra, explícita ou implícita, que favoreça um grupo próximo de você? Por exemplo, de que maneira o fato de o trabalho doméstico ter sido destinado predominantemente às mulheres (ou visto como uma função feminina) resultou em mais tempo livre para os homens? Por que esse entendimento exemplifica uma questão de poder e de favorecimento de um grupo sobre outro?

Os cientistas sociais sabem que as regras e normas de uma sociedade não são neutras; elas tendem a favorecer determinados grupos. Um dos principais efeitos das regras e normas é a concentração de poder, que gera recursos e benefícios para determinados grupos de pessoas. A Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política têm se dedicado a entender esses processos.

Entretanto, a sociedade vai muito além de normas, regras e concentração de poder. A convivência social dá sentido ao cotidiano das pessoas, criando desejos que muitas vezes tomamos como individuais, mas que na verdade são sociais. O desejo de consumir, por exemplo, é incentivado por uma sociedade organizada para a produção de bens em larga escala, como o capitalismo, que depende de consumidores para seus bens. Ou seja: os membros de uma sociedade capitalista precisam aprender a consumir! Se você levar a sério as Ciências Sociais, passará a ver de outra forma as propagandas comerciais.

Esta tirinha da personagem Mafalda, criada pelo artista argentino Quino, questiona o incentivo ao consumo.

© Joaquín Salvador Lavado (Quino)/Acervo do artista

Um dos objetivos das Ciências Sociais é justamente desenvolver o **pensamento crítico**. Quando olhamos para a sociedade e fazemos determinados questionamentos, as respostas nos revelam aspectos que até então não eram evidentes. Podemos chamar essas descobertas de pensamento crítico, ou seja, a capacidade de desvendar mecanismos que, embora operem como se fossem naturais, nada têm de naturais. Você pode achar que seu desejo de comprar aquele par de tênis especial é natural; que esse desejo não precisa de explicação. Mas as perguntas de um cientista social desestabilizam essa sensação. Por que uma pessoa deseja alguma coisa? Por que tantas pessoas desejam certas coisas? Por que todo mundo ao seu redor deseja algum bem? Por que isso é tão fundamental? Perguntas tão simples como essas exigem respostas que podem explicar os fundamentos de uma sociedade.

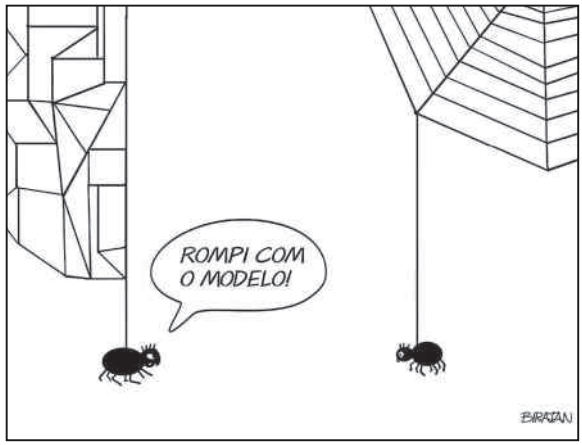
Esse processo de reflexão, característico das Ciências Sociais, resulta no que chamamos de "desnaturalização" do mundo. Nada é simplesmente natural no mundo social, tudo na sociedade é construído e passível de ser explicado e entendido, desde que as perguntas adequadas sejam feitas. As Ciências Sociais, portanto, se dedicam a desnaturalizar o mundo social e encontrar explicações do porquê de as coisas existirem como tal.

Mauricio de Sousa/Mauricio de Sousa Produções Ltda.

A tirinha acima, do cartunista brasileiro Maurício de Sousa, comenta com ironia o papel social geralmente atribuído às mulheres.

Tomemos o exemplo do trabalho doméstico para entender melhor o que significa "desnaturalizar". Para muitas pessoas, o trabalho doméstico deve ser feito principalmente pelas mulheres, e essa atribuição lhes parece ser algo natural. Essas pessoas acreditavam que era da ordem das coisas que as mulheres trabalhassem enquanto os homens assistiam ao futebol na televisão. Ou que as mulheres cuidassem da casa e das crianças enquanto os homens trabalhavam fora para sustentar a família. Muitas mulheres, entretanto, insatisfeitas com essas diferenças, começaram a se perguntar por que as coisas eram assim. Esse questionamento levou à constatação de que a sociedade tem se organizado em termos que favorecem os homens (maiores salários, mais tempo livre, menos compromisso com a educação dos filhos, etc.). Assim, a pergunta levou à desnaturalização desses papéis atribuídos às mulheres: é uma condição social estabelecida pela desigualdade de poder que gera a desvalorização e maior exploração do trabalho da mulher em nossa sociedade, ou seja, não é uma condição "natural". As perguntas certas provocaram um olhar crítico sobre aquilo que parecia natural. Desde fins do século XIX, o movimento feminista tem levantado essas e outras questões, buscando mudar relações desiguais.

Vimos, assim, que a sociedade produz desejos, vontades, aspirações. As Ciências Sociais buscam entender como se dá esse processo, como ele opera e como diferentes sociedades produzem diferentes conjuntos de necessidades entre seus membros.



Biratan/Acervo do cartunista

A vida social produz padrões que nem sequer percebemos. A charge ao lado (2011), de Biratan, indica a presença de padrões ao ironizá-los.

Muito mais do que um conjunto de normas e regras, a sociedade é também espaço de conflitos, tensões e desavenças. Grupos em busca de privilégios, grupos que lutam contra a opressão, disputas religiosas, tudo isso faz parte da vida em sociedade. De um lado, massacres, discriminações sistemáticas, falta de liberdade, pobreza extrema, escravidão. De outro, o talento de um músico, a destreza de um esportista, a genialidade de um pintor, a sensibilidade de um poeta, a imaginação de um cientista, entre tantas outras manifestações do espírito humano. Essa incrível variedade da experiência humana em sociedade é alvo da atenção dos cientistas sociais.

A ciência social é uma ferramenta para entender melhor o mundo, mas exige de quem quer conhecê-la disposição para escutar o que as pessoas dizem. Um cientista social deve estar preparado para enfrentar questões polêmicas, sobre as quais pode ter opiniões muito diversas daquelas das pessoas com quem lida ou mesmo das de outros intelectuais. Com suas perguntas e seus métodos, o cientista social busca dar sentido a experiências distintas e dialogar com ideias e fatos dos quais muitas vezes discorda. Um exemplo: muitos intelectuais tentam entender como funcionam os governos totalitários, mas isso não significa que eles apoiam as ações desses governos.

O meio para alcançar essa suspensão temporária de julgamento é recorrer ao método e também à teoria. Com esses instrumentos, o cientista social procura "olhar por cima" de seus valores pessoais e fazer a análise o mais imparcial possível dos fenômenos sociais. Embora subjetiva, uma boa análise social precisa superar as dificuldades que os próprios valores do cientista impõem. Esse processo é fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico.

Fabio Braga/Folhapress

Nesta foto vemos uma expressão política associada à depredação do patrimônio: o protesto de grupos conhecidos como *black blocs* durante as manifestações de junho de 2013, em São Paulo (SP). Cientistas sociais procuram entender o sentido de ações como essa.

2. AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Embora este seja um livro de Sociologia, falaremos constantemente de Ciências Sociais. Por quê? Essa explicação exige mergulhar um pouco na História, mais especificamente no contexto brasileiro.

Definir ciência não é tarefa fácil: há até um campo do conhecimento, a Epistemologia, que se dedica a estudar o próprio conhecimento científico. Para nosso objetivo, basta entender o conceito moderno de ciência como o conhecimento do mundo marcado por regras e métodos compartilhados e que resulta em um "desvendamento" de realidades desconhecidas.

O conhecimento científico é separado do senso comum e de outros saberes, como o religioso, por exemplo. A ciência exige objetividade e universalidade. Talvez seja difícil imaginar como as Ciências Sociais possam ser objetivas e universais, mas foi esse espírito, no final do século XIX, que conduziu a sua formação. As Ciências Sociais se manifestaram inicialmente como o lado científico da análise social: os primeiros cientistas sociais imaginavam poder entender a sociedade do mesmo modo que um físico entendia o fenômeno da gravidade, por exemplo. Hoje já não se imagina que as Ciências Sociais sejam tão semelhantes às ciências exatas ou biológicas. Mas a ideia de que as Ciências Sociais são científicas porque elaboram métodos sistemáticos e testam detalhadamente suas hipóteses ainda é muito importante. Nesse sentido, elas são distintas da opinião do senso comum.

Nossas opiniões individuais não constituem ciência social, pois não são fruto de um pensamento sistemático, organizado em torno da análise de dados produzidos com métodos reconhecidos. Por mais perspicazes que sejam, nossas opiniões não são testáveis. Já o cientista social lida com hipóteses bem delimitadas, busca ou produz dados sobre essas hipóteses, organiza os resultados e os apresenta de forma sistemática, buscando avançar no conhecimento de algo. Por exemplo: imagine que você esteja interessado em saber como funciona o sistema prisional no Brasil. Para tratar desse tema à luz de uma ciência social, é preciso definir exatamente o que você pretende saber. Para definir sua questão, é preciso conhecer o que outros estudiosos escreveram sobre o tema, que perguntas fizeram e como as responderam. Depois de tudo isso, você pode querer averiguar, por exemplo, de que maneira o sistema prisional estimula a criação de grupos de crime organizado.

Essa pergunta é a sua hipótese: o sistema prisional brasileiro estimula a criação de facções ou grupos de crime organizado? Para responder a essa pergunta é preciso produzir dados. Há várias possibilidades: dados estatísticos sobre o sistema prisional, entrevistas, formulários, conversas com diretores de penitenciárias, carcereiros e/ou outros profissionais do sistema, detentos e seus familiares, etc. De posse de uma série de informações (dados), o cientista social tenta responder à pergunta sistematizando e apresentando os resultados da pesquisa, que podem confirmar a hipótese inicial, negá-la ou, ainda, demonstrar que a pergunta (hipótese) estava equivocada, que seria melhor fazer outras perguntas.

Esse processo de produção científica do conhecimento sobre a sociedade começou a tomar forma no final do século XIX, com a sistematização das Ciências Sociais. Esse momento inicial pode ser chamado de "surgimento da Sociologia", que seria o conjunto de perguntas relativas aos fenômenos do mundo social, da vida em sociedade. Constituíram-se "linhagens" que resultaram em campos de especialização; as principais deram origem à Antropologia, à Ciência Política e à própria Sociologia.

Esse conjunto de saberes desenvolveu-se de forma diferente, dependendo do contexto social onde emergiu. Em alguns casos, uma dessas ciências teve mais destaque, ofuscando as outras. Não há, portanto, um modelo universal de desenvolvimento das Ciências Sociais, muito menos um equilíbrio entre seus diversos campos de especialização. No Brasil, temos uma história particular de entrelaçamento acadêmico entre Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Luiz Carlos Murauskas/Folhapress

Na imagem, de 2010, entrevistadora de um instituto de pesquisas colhe dados em São Paulo (SP), que vão ser usados em análises sistemáticas. As respostas às perguntas científicas só podem ser adequadamente respondidas com dados — no caso, os formulários respondidos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você é capaz de formular alguma pergunta sobre sua própria realidade? A ciência social começa com boas perguntas. O método científico nos ajuda a respondê-las. Imagine alguma questão sobre sua escola, seu bairro, sua rua. Experimente respondê-la sem nenhuma pesquisa: isso o levará a algo como uma opinião, ou um "chute". Se quiser uma resposta válida, será preciso se aprofundar na questão. Ainda não é hora de fazer ciência social, apenas de fazer perguntas, mas um bom jeito de começar a responder a suas dúvidas é buscar informações mais consistentes. Se a pergunta for sobre sua rua, por exemplo, um morador mais antigo pode ter informações preciosas.

Os cursos superiores de Ciências Sociais no Brasil foram e continuam sendo, em sua maioria, de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Entretanto, só a profissão de sociólogo é reconhecida pelo Estado brasileiro (Decreto nº 89 531, de 5 de abril de 1984), motivo pelo qual todo antropólogo, cientista político ou sociólogo é, legalmente, um sociólogo. Essa regulamentação diz que todo bacharel (quem completou o curso universitário) em Ciências Sociais tem a profissão de sociólogo.

Isso ajuda a explicar por que o ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio tem o nome de "Sociologia". Entretanto, o conteúdo especificado pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* — diretrizes elaboradas pelo governo para a educação no Brasil — é um conteúdo de Ciências Sociais, isto é, abrange o conjunto das três disciplinas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Por isso este livro trata dessas três áreas básicas. Vamos ver a seguir quais são as diferenças entre elas.

Antropologia

A Antropologia é a ciência que busca entender como o ser humano pode levar vidas tão diferentes. Entre um inuíte da Groenlândia e um aborígine do deserto australiano há imensas diferenças e uma coisa em comum: ambos são humanos. Essa diversidade estonteante da experiência humana é o objeto principal da Antropologia. Podemos dizer que a Antropologia se dedica ao estudo da diferença, usando como exemplos as várias formas que as sociedades escolheram para viver e organizar sua coletividade.

LÉXICO

colonialismo: sistema ou orientação política pelo qual uma nação estende seu poder para outro território, por meio da ocupação direta e do controle econômico, administrativo, político e cultural.

Inicialmente, a Antropologia se dedicou a entender as sociedades à época chamadas "primitivas", sociedades não ocidentais, que hoje os cientistas denominam sociedades de pequena escala ou, ainda, sociedades simples (embora muitos questionem essas classificações). Durante a segunda metade do século XIX, a expansão do sistema capitalista, na forma do colonialismo europeu, levou as sociedades ocidentais a entrar cada vez mais em contato com essas populações nos quatro cantos do mundo.

Desde o começo do século XX, a Antropologia tornou-se fonte de conhecimentos sobre a diferença cultural entre as sociedades, desempenhando papel importante na garantia e na defesa dos direitos de diversas populações consideradas "diferentes". A partir de meados do século XX, a Antropologia passou também a buscar entender o que acontece no interior das sociedades ocidentais, desenvolvendo a Antropologia urbana. Diferenças internas presentes nas sociedades ocidentais passaram a ser objeto de investigação antropológica, ampliando o diálogo com outras ciências sociais.

Jack Jackson/Robert Harding/Agência France-Presse

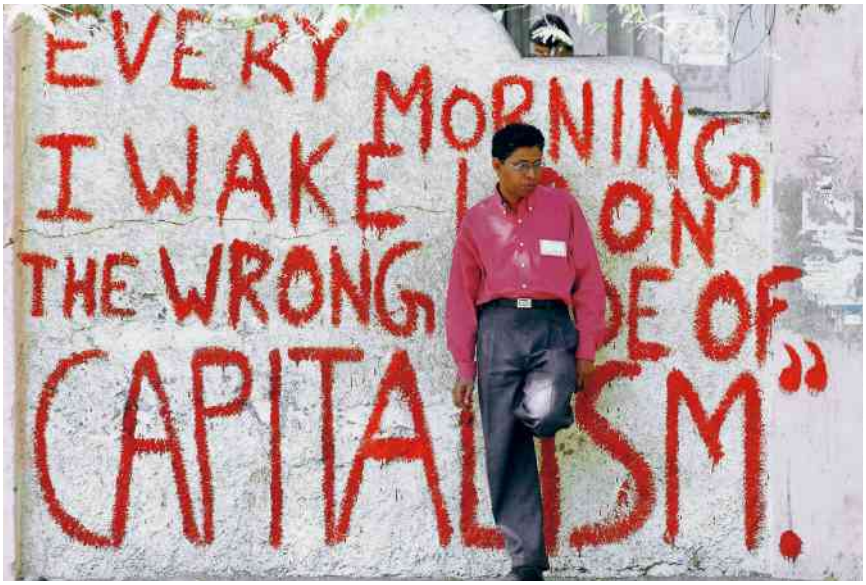
David Gray/Reuters/Latinstock

Acima, pescador inuíte na Groenlândia, foto de 2015. Ao lado, caçador aborígine na reserva Arnhem, Austrália, em foto de 2014. As imagens ilustram um pouco da diversidade humana, demonstrando a enorme capacidade de adaptação de nossa espécie.

Sociologia

Já vimos que as Ciências Sociais pretendem entender cientificamente os fenômenos da vida social. No caso da Sociologia, a tentativa de entender as transformações causadas pela mudança das formas de trabalho na sociedade ocidental, decorrente do capitalismo, conduziu-a para uma reflexão sobre a sociedade capitalista.

A Sociologia dedicou-se a entender como a sociedade se estrutura: como produz bens, como os distribui, como essa distribuição implica concentração de poder, como o poder reforça ou combate as injustiças, como a forma de produção resulta em classes distintas (trabalhadores de um lado e donos de fábricas de outro, por exemplo). Essa estruturação social envolve também estudar as instituições que se combinam para formar uma sociedade: o sistema econômico, a Igreja e o Estado são exemplos dessas instituições.



Sebastian D'Souza/Agência France-Presse

Os sistemas políticos e econômicos têm sido objeto das análises da Sociologia desde sua origem. Na imagem feita em Mumbai, Índia, em 2004, vemos uma pichação de protesto contra o capitalismo que diz: "toda manhã eu acordo no lado errado do capitalismo".

Ciência Política

Como indica o nome, a Ciência Política dedica-se ao estudo da política e das formas de poder. Seus métodos são variados, e a política é observada desde o ponto de vista das instituições, como o Estado, até o de pessoas comuns que interagem entre si buscando maximizar seus interesses.

A política é vista como um conjunto de constrangimentos — sociais, morais ou culturais — com os quais um ator político (um líder comunitário, um político profissional ou qualquer pessoa que interage com outras em um contexto coletivo) tem de lidar. A Ciência Política tem dedicado grande atenção às estratégias e táticas que os atores políticos empregam para conseguir seus objetivos. Descobrir como os objetivos são atingidos, como os constrangimentos operam, de onde eles vêm, são preocupações da Ciência Política. Outro ramo dessa ciência se interessa também por motivações que não estão na ordem da racionalidade, como ações regidas por crenças e desejos tidos como "culturais".

Como a Sociologia e a Antropologia, a Ciência Política se desenvolveu como campo científico no final do século XIX, e tornou-se disciplina nas universidades ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Reprodução/Arquivo da editora

A tira acima, publicada em 2012 por Laerte, toca nos principais assuntos da Ciência Política: a questão do poder e de quem fala por quem, ou seja, quem pode ou não fazer sua vontade valer.

3. COMO FUNCIONAM AS CIÊNCIAS SOCIAIS?

A essa altura, algumas perguntas podem estar surgindo: como se faz Sociologia, Antropologia e Ciência Política? Afinal, para que servem essas ciências? Neste item daremos atenção à primeira pergunta.

As Ciências Sociais têm dois instrumentos principais para analisar, explicar o mundo e refletir sobre ele: os **conceitos** e os **métodos**. Intimamente ligados, esses dois instrumentos são ferramentas básicas do cientista social. Os conceitos são a porta de entrada para uma explicação da realidade. Um conjunto de conceitos forma uma teoria, espécie de regra geral de análise para determinados fenômenos.

O tempo todo nós utilizamos conceitos, mesmo sem perceber. Não se pensa sem conceitos. A linguagem é um conjunto de conceitos. As palavras significam coisas, e mesmo palavras que parecem apenas dar nome às coisas são conceitos.

Pense na palavra "mesa", por exemplo. Aparentemente ela indica um objeto, um móvel com pés cobertos por um tampo, mas, de fato, denota uma ideia. Porém há uma diferença entre os conceitos do senso comum e aqueles produzidos por cientistas sociais. Quando um cientista elabora um conceito, ou se utiliza de um elaborado por outro autor, ele precisa especificar exatamente o que quer dizer com aquele conceito. Em outras palavras, deve evitar as ambiguidades da linguagem e garantir que apenas aquele sentido que conferiu ao conceito seja considerado.

Iasha/Shutterstock/Glow Images

Simon Krzic/Shutterstock/Glow Images

Bergamont/Shutterstock/Glow Images

Nata-Lia/Shutterstock/Glow Images

Nas imagens vemos diferentes modelos de mesa, mas não precisamos de um nome para cada uma delas, pois todas podem ser descritas por uma ideia geral do que é uma mesa: um móvel que serve de apoio para comer, estudar, escrever, etc. Uma mesa pode ter vários formatos, mas desde que sirva a esses objetivos é sempre chamada de mesa.

Dominic Ebenbichler/Reuters/Latinstock

Visitantes percorrem uma casa construída de cabeça para baixo pelos arquitetos poloneses Irek Glowacki e Marek Rozhanski, no vilarejo de Terfens, na Áustria, em maio de 2012. O projeto é uma atração turística da cidade. A casa provoca estranhamento justamente por infringir nossos conceitos, pois uma mesa de cabeça para baixo não pode ser uma mesa! A brincadeira nos ajuda a perceber como os conceitos são o combustível do nosso pensamento.

Os conceitos das Ciências Sociais, ao contrário daqueles da vida cotidiana, estão sujeitos a controles: eles pretendem ser precisos. E por que essa precisão é necessária? Porque sem ela os argumentos e explicações do cientista social estão sujeitos a interpretações errôneas.

Por exemplo, pense na palavra "cultura". O termo é tanto um conceito da vida cotidiana (você certamente tem sua própria ideia do que seja cultura) quanto um conceito sociológico ou antropológico. Se um cientista social pretende entender, digamos, a cultura dos imigrantes bolivianos no Brasil, antes de tudo precisa definir o que ele entende por cultura. Caso contrário, quem ler seu trabalho sem saber o que significa "cultura" para esse estudioso só poderá recorrer a seu próprio conjunto de significados para o termo.

A precisão dos conceitos é fundamental para que um cientista social seja entendido. Na linguagem cotidiana, os conceitos são mais elásticos porque não são controlados por uma comunidade científica. Usamos os conceitos livremente, dando significados novos, alterando, resgatando ideias antigas. Mas é claro que há um limite para essa elasticidade dos conceitos do senso comum: esse limite é justamente a capacidade de comunicar e de ser entendido.

© Mauricio de Sousa/Mauricio de Sousa Produções.

A tirinha do Chico Bento demonstra a importância de definir com precisão o que queremos dizer: uma interpretação errada pode impedir a comunicação. Os conceitos levam essa necessidade de clareza ao limite.

Você percebeu que existe um trânsito entre os conceitos produzidos pelos cientistas sociais e o senso comum. O uso da palavra "cultura" como conceito surgiu no século XIX (veremos isso no Capítulo 2) e teve um impacto tão grande que ultrapassou os limites da vida acadêmica e ganhou as ruas. O conceito foi apropriado pelas pessoas, e "cultura" passou a ser algo sobre o qual todo mundo sabe alguma coisa. Esse é um perigo para o cientista social: usar termos que no senso comum têm significados diferentes do conjunto de conceitos utilizados para explicar um fenômeno social.

Os conceitos também definem o que o cientista pode ou não ver em suas pesquisas. Suponha que você queira fazer um trabalho sobre as mesas do mundo e que tenha definido a mesa como um móvel de apoio com quatro pés. Seu conceito de mesa define apenas uma parte dos fenômenos que você quer estudar, e qualquer mesa que não tenha quatro pés não será considerada mesa. Ou seja, essa definição pode mudar o resultado do seu trabalho, porque altera o conjunto de coisas que você está estudando. Se você considerar que mesa é qualquer objeto que sirva de apoio para refeições, estabelecerá outro conjunto de coisas. Assim, qualquer definição conceitual é um recorte do que vemos ou pensamos sobre o mundo.

É preciso considerar que os conceitos mudam. Eles têm uma história própria, seja na ciência, seja no senso comum. Mudam porque os contextos nos quais foram produzidos também mudam. Por exemplo, pense na palavra "mulher". No contexto ocidental do século XIX, a definição dos papéis femininos seria muito distinta da atual. No século XIX, as mulheres não tinham direito a votar, tinham responsabilidade por todo o trabalho doméstico e familiar e, muitas vezes, permaneciam restritas à esfera do lar. No século XXI, depois de mais de um século de lutas feministas, grande parte das mulheres do mundo ocidental pode participar amplamente da sociedade, tanto no trabalho quanto na arte e na política. O conceito dos papéis femininos mudou com o tempo, porque mudaram também os contextos nos quais esse conceito foi produzido. Os conceitos, portanto, têm história, e muitos cientistas sociais entendem que essa história pode dizer algo importante sobre as mudanças sociais.

Guilhermo Kahlo/Reprodução

A artista mexicana Frida Kahlo (1907-1954), em foto tirada por volta de 1927. Frida desafiou as ideias de feminilidade de sua época.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você é capaz de imaginar um conceito que tenha se transformado ao longo do tempo? Lembre-se de que praticamente qualquer ideia ou palavra pode ser vista como um conceito, desde o local onde você está lendo este livro até a própria ideia de livro.

E o método? O que tem a ver com o trabalho do cientista social? O método permite ao cientista reunir dados e informações de forma sistemática, a fim de usá-los para chegar a certas conclusões. Cada uma das Ciências Sociais lida com um conjunto de métodos que considera mais adequado a seus objetivos. Uma pesquisa sobre distribuição de renda no Brasil, por exemplo, pode ser feita com base em diferentes métodos.

Um cientista político tenderá a trabalhar com dados produzidos por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza estatísticas sociais, demográficas e econômicas, faz censos e organiza as informações obtidas — enfim, produz algo como retratos da população brasileira. Com o auxílio de alguns modelos matemáticos, o cientista político compara os dados colhidos, verifica os impactos da política de distribuição de renda e, se possível, identifica onde e como esses impactos são mais significativos.

Um sociólogo que trabalhe com o mesmo tema, além de utilizar os dados existentes, tenderá a produzir dados novos sobre a distribuição de renda. Para isso, pode utilizar métodos como o *survey*, um questionário destinado a recolher informações. Imagine que o sociólogo escolha determinado bairro de uma cidade.

Ele dispõe de um conjunto de moradores para o qual estima o número de *surveys* necessário para tirar conclusões sobre os efeitos das políticas naquela população. O questionário conterá perguntas sobre acesso aos serviços de saúde, frequência escolar, qualidade de alimentação das famílias, etc.

Um antropólogo, ao trabalhar sobre o mesmo tema, tenderá a fazer um "trabalho de campo", isto é, aproximar-se das vivências, do dia a dia das pessoas do bairro. Assim, ele vai participar do cotidiano do lugar durante um bom tempo, tomando notas de tudo o que vê, do que ouve, das conversas que mantém. Ao fim do trabalho de campo, as notas se transformam em dados que o antropólogo sistematiza para produzir, por exemplo, uma reflexão sobre a vida de pessoas que recebem auxílio por meio de políticas de distribuição de renda. Esse método permite conhecer de perto uma política de transmissão de renda, mas não permite uma generalização da análise, pois a experiência se deu com uma pequena parcela da população de apenas um bairro.

Essa é a diferença entre métodos quantitativos e métodos qualitativos. Ambos têm vantagens e desvantagens: o método quantitativo permite algumas generalizações, mas fica muito distante da realidade vivida pelas pessoas; o método qualitativo produz dados justamente pela proximidade com a vida cotidiana, mas dificulta as generalizações. Evidentemente, são métodos complementares. Em grandes projetos destinados a entender uma realidade específica, é comum que os dois métodos sejam utilizados. E embora na Sociologia e na Ciência Política sejam mais frequentes os métodos quantitativos, isso não é uma regra: há estudos sociológicos e políticos feitos com métodos qualitativos e também estudos antropológicos feitos com métodos quantitativos. Ou, ainda, trabalhos que mesclam as duas opções.

Agora podemos entender que conceito e método são ferramentas básicas para o cientista social porque permitem delimitar um problema de pesquisa, definir exatamente o que o pesquisador pretende mostrar e ainda produzir dados sobre o problema em questão. O passo seguinte, para o cientista social, é analisar os dados e buscar um sentido para aquele conjunto de informações. Mas, afinal, para que serve tudo isso?

LÉXICO

Métodos quantitativos e métodos qualitativos: esta diferenciação entre os métodos nas Ciências Sociais nos auxilia a compreender os objetivos de cada pesquisa e como foram realizadas e embasadas. As pesquisas quantitativas são mais objetivas e buscam responder hipóteses levantadas pelo pesquisador através de instrumentos padronizados, tal como os questionários. Nas pesquisas qualitativas, os objetivos são mais exploratórios, buscando aspectos subjetivos ou possíveis generalizações que virão através das conclusões obtidas pelo pesquisador. Em outras palavras, os métodos quantitativos são adotados para sabermos quantas vezes se fala sobre um determinado assunto; já os métodos qualitativos são usados quando o importante é saber o que e como se fala sobre esse assunto.

***Survey* para pesquisa 001278**

Pesquisador: _____ código: _____

Data: _____ Cidade (UF): _____ código: _____

Nome (opcional): _____ Idade: _____ Sexo: M ( ) F ( )

Moradia: ( ) própria ( ) alugada Metragem aproximada: _____

Total de cômodos: _____ Nº de quartos: _____ Nº de banheiros: _____

Nº de moradores: _____ Relação de parentesco com os moradores: _____

Moradores não parentes (especificar relação): _____

_____

Valor médio da conta de luz: _____ Valor médio da conta de água: _____

Geladeira(s): ( ) Televisor(es): ( ) Computador(es): ( ) Carro(s): ( )

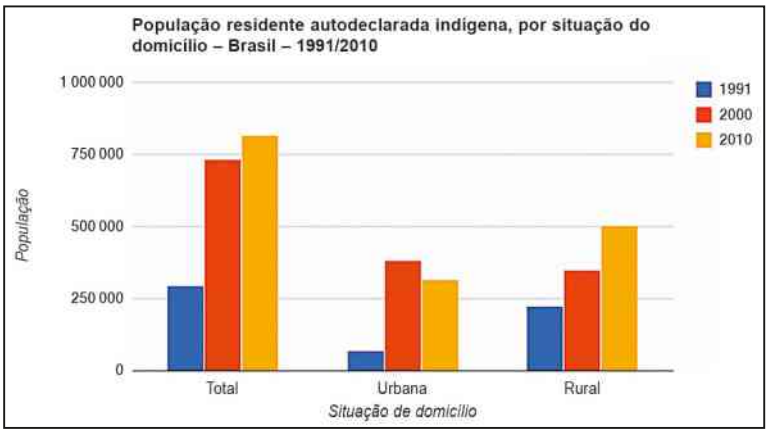
Telefone(s) fixo(s): ( ) Telefone(s) celular(es): ( )

Possui TV a cabo? sim ( ) não ( ) Se sim, valor médio do pagamento: _____

Possui internet? sim ( ) não ( ) Se sim, velocidade média: _____

Provedores de acesso: _____

Elaborado pelos autores para fins didáticos.



Banco de imagens/Arquivo da editora

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 1991/2010.*

Duas ferramentas de pesquisa de um cientista social: primeira página de um *survey*, que produz dados específicos para a pergunta do pesquisador, e um gráfico com dados estatísticos, que, embora não tenham sido produzidos para responder a uma pergunta específica, podem ajudar a explicar muitas coisas.

4. CIÊNCIAS SOCIAIS: INFORMAÇÕES E PENSAMENTO CRÍTICO

Até aqui vimos um pouco do que faz um cientista social. Mas por que o cientista social faz o que faz? Qual o sentido de produzir pesquisas sobre temas tão variados?

A resposta a essas indagações segue duas linhas principais: a utilidade da informação produzida e a utilidade de aprender a pensar criticamente. A primeira linha diz respeito ao impacto social da pesquisa de um sociólogo, de um antropólogo ou de um cientista político. A segunda se refere ao impacto individual que as Ciências Sociais podem provocar nas pessoas e no desenvolvimento de uma forma de pensar essencialmente crítica.

Sérgio Lima/Folhapress

Em foto de 2011, vemos pessoas acompanhando a votação no Superior Tribunal Federal (STF) da legalização da união estável de casais do mesmo sexo. Na ocasião, pesquisadores e ativistas levaram suas contribuições ao debate.

As pesquisas produzem dados sobre realidades que muitas vezes são pouco conhecidas ou conhecidas apenas por meio de estereótipos. Qualquer política pública necessita desse tipo de informação. Numa discussão sobre mudanças no sistema político do país, por exemplo, são fundamentais as pesquisas comparativas elaboradas por cientistas políticos que contrastam o sistema político brasileiro com o de outros países. Outro exemplo relevante é a regulamentação da união homoafetiva no Brasil, uma das questões pleiteadas pelo movimento LGBTI (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais). Estudos de cientistas sociais têm demonstrado como essa parte da população brasileira tem uma série de direitos negados em sua vida cotidiana. O conhecimento produzido pelas Ciências Sociais permite, por exemplo, que as reivindicações dos militantes sejam ainda mais legítimas, contribuindo para democratizar o acesso aos direitos básicos da população.

Portanto, o trabalho do cientista social pode melhorar a eficiência das políticas públicas, produzir informações inéditas, trazer à tona questões esquecidas. Tudo isso pode ter impactos significativos na vida dos cidadãos. O conhecimento gerado por um antropólogo que estuda uma comunidade quilombola, por exemplo, pode ser essencial para que essa comunidade tenha reconhecido seu direito de permanência na terra.

O conhecimento produzido pelo cientista social pode também ser utilizado pela população para cobrar do Estado determinadas ações. Vejamos um exemplo. Desde o final do século XX o Brasil se transformou em um país de emigração; muitos brasileiros decidiram tentar a sorte fora do país. Esse fenômeno chamou a atenção de cientistas sociais, que se dedicaram a estudar e entender esse movimento. Muito antes de o Estado brasileiro reconhecer essa situação, as Ciências Sociais já dispunham de muitas informações sobre ela. Organizados politicamente em associações no exterior, os brasileiros passaram a pressionar o Estado brasileiro para desenvolver políticas voltadas aos emigrantes, usando como forma de pressão o vasto conhecimento produzido pelas Ciências Sociais, que descrevia claramente as dificuldades desses emigrantes e a falta de amparo a eles. Nesse caso, a sociedade civil, um conjunto organizado de pessoas com objetivos políticos, utilizou-se do conhecimento das Ciências Sociais para reivindicar seus direitos.

LÉXICO

comunidade quilombola: grupo de descendentes de escravos que fugiram e se estabeleceram em aldeamentos afastados (quilombos) para ter uma vida livre da escravidão. Muitos quilombos deram origem a comunidades que até hoje vivem nos mesmos lugares e enfrentam dificuldades para ter reconhecido seu direito à posse da terra.

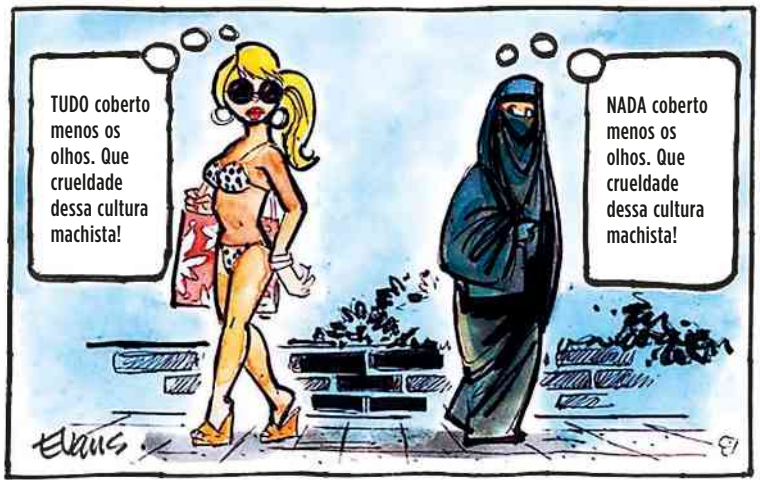
VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Como funciona um debate intelectual? Nesse tipo de debate, intelectuais se posicionam a favor ou contra uma ideia, uma proposta, uma política. Para sustentar suas posições, recorrem a dados e argumentos na tentativa de convencer o maior número possível de pessoas. Ou seja, dados e pesquisas podem ser usados em vários sentidos, conforme a intenção de quem os utiliza. Pense em um tema polêmico, como "diminuir a idade mínima para condenar pessoas à cadeia". Entre os que defendem ou criticam a diminuição de 18 para 16 anos existe um confronto de ideias, e constantemente essas pessoas recorrem aos dados e às teorias existentes para afirmar suas posições. Tente comparar fatores pró e contra essa proposta e você terá uma ideia do que é um debate intelectual.

Vimos que as Ciências Sociais produzem dados e informações importantes em vários sentidos. Mas vimos também que essas informações podem ser interpretadas de formas diferentes. Como distinguir certo e errado nesse terreno movediço?

As Ciências Sociais nos ensinam a pensar criticamente, a não aceitar qualquer argumentação. Os critérios exigidos para a realização de uma boa pesquisa também são úteis para analisar argumentos, ideias e debates variados.

Imagine um debate sobre limitação das propagandas de bebidas alcoólicas. De um lado, um intelectual defende que o Estado não deve interferir na escolha individual, afirmando que, se alguém decide beber, essa é uma escolha pessoal, desde que não viole nenhuma lei do próprio Estado, como a proibição no Brasil do consumo por menores de 18 anos. Assim, limitar a propaganda seria interferir no direito de escolha das pessoas e uma afronta à liberdade de expressão.



Malcolm Evans/Acervo do artista

Esta charge de Malcolm Evans ilustra como a divergência de opiniões pode ser um problema social, podendo até gerar conflitos. As Ciências Sociais são uma forma de pensar essas diferentes interpretações e também de oferecer dados que sustentem vários pontos de vista.

Entretanto, seria possível levantar outros argumentos, como o grande número de mortes causadas pelo consumo de bebidas alcoólicas, desde as decorrentes de acidentes provocados por motoristas embriagados até as causadas por doenças crônicas associadas à ingestão excessiva de álcool. Nessa perspectiva, o consumo de bebidas alcoólicas torna-se um problema de saúde pública, legitimando a interferência do Estado, que deve zelar pelo bem-estar dos cidadãos.

Um debate como esse poderia prosseguir indefinidamente, com posições razoáveis de ambos os lados. Então, como saber em quem acreditar? As Ciências Sociais nos ensinam a analisar em lugar de simplesmente acreditar. Podemos levantar questões sobre o debate em si: quais são os interesses em jogo? Quem fala por quem? Os argumentos realmente se sustentam? Há algum truque na argumentação? Qual o resultado de uma ou de outra argumentação? Depois dessa análise cuidadosa, estaremos mais preparados para tomar decisões com base em uma perspectiva crítica, isto é, uma espécie de "filtro" através do qual observaremos o mundo. Essa perspectiva crítica nos ajuda a julgar o que é mais ou menos razoável, distinguir um argumento sólido de outro que não passa de enganação ou que encobre interesses de determinados grupos.

Para as Ciências Sociais, certo e errado são termos complexos, que sempre dependem de uma reflexão crítica e cuidadosa. A única forma de distinguir bons e maus argumentos, ideias e práticas é pensar criticamente. Exercitar o pensamento crítico prepara você para não se deixar enganar facilmente, e por isso as Ciências Sociais podem ser muito úteis. É importante decifrar o que muitas vezes está por trás dos discursos políticos, questionar as informações da mídia, contrapor argumentos e deduzir a melhor opção, identificar discursos que só pretendem ganhar você por motivos econômicos, políticos ou outros.

A tirinha do cartunista André Dahmer satiriza o poder da mídia de manipular a informação. O pensamento crítico desenvolvido com o auxílio das Ciências Sociais pode nos ajudar a melhor perceber os jogos de interesses contidos nos discursos dos grupos envolvidos.

André Dahmer/Acervo do artista

Muitos cientistas sociais utilizam o termo "ideologia" para identificar um conjunto de ideias e valores que são expressos por alguns grupos ou classes sociais, como veremos no Capítulo 7. Esse conjunto de ideias reflete os interesses de determinado grupo e tende a favorecê-lo dentro da sociedade. Muitos afirmam que o poder só se constitui com o auxílio da ideologia, isto é, criando nas pessoas desejos e valores que facilitam a vida daqueles que controlam o poder. As Ciências Sociais ajudam a identificar ideologias, descobrir quem as produz e por quê. Estimular a capacidade de pensar com autonomia e decifrar o mundo por meio do pensamento crítico é um dos objetivos do ensino das Ciências Sociais.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você consegue pensar em uma ideologia que influencia sua própria vida? Pense no "consumo". Muitos autores dizem que vivemos em uma era da "ideologia do consumo". Se você acredita que é preciso possuir certas coisas para ser mais feliz, está respondendo a um conjunto de valores ideológicos do mundo contemporâneo. Mas não se sinta culpado por isso! O que veremos ao longo deste livro é que cada momento histórico tem suas ideologias dominantes, conjunto de ideias que estrutura a vida da maioria das pessoas, mas que acaba favorecendo apenas algumas delas. Ao longo dessa jornada pelas Ciências Sociais, este livro pretende chamar a atenção para as ideologias presentes no cotidiano, mas que costumam passar despercebidas pelo senso comum. Isso vai ajudar você a se tornar um cidadão mais crítico e atento ao que acontece ao seu redor.

Mas as ideologias não têm só o lado negativo. Muitos cientistas sociais defendem que "ideologias alternativas", um conjunto de ideias e crenças, questionam e desestabilizam as ideologias dominantes das quais discordam. Por exemplo, a crítica à ideologia machista deu origem a uma ideologia feminista, que trouxe novos valores e ideias a respeito das relações entre os gêneros. Movimentos de transformação social se baseiam em alternativas ideológicas contrárias àquelas vigentes na ordem social.

Um exemplo claro de ideologia alternativa é o da resistência à ditadura militar no Brasil. Nesse período (1964-1985), a ideologia dominante defendia a "segurança nacional", ou seja, a ideia de que a nação estava em guerra contra ideologias que queriam mudar a ordem social vigente. Essa suposta ameaça à ordem justificava a supressão dos direitos individuais, a repressão, a censura, o fim da liberdade de expressão, etc. Vários grupos se manifestaram contra essa ideologia de um Estado policial, contrapondo outras ideologias e, em geral, clamando pela volta de um Estado que reconhecesse os direitos negados pela ditadura. Esses grupos defenderam ideologias que consideravam melhores e mais justas que a ideologia da ditadura. Muitos chegaram a defender a luta armada como única forma de resistência, enquanto outros defendiam mudanças sem recorrer à luta armada.

Embora o parágrafo anterior seja uma enorme simplificação das características de um período histórico extremamente complexo, podemos perceber quão importante é desenvolver um pensamento crítico que permita questionar e avaliar a melhor opinião, ideia ou argumento. Até mesmo esses que você está lendo: nada deve escapar a um pensamento realmente crítico!

Um dos resultados dos estudos realizados pelas Ciências Sociais é desenvolver a capacidade de um pensamento crítico, na linha do que aponta esta charge de Chris Browne, de 1994.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ As Ciências Sociais tratam da vida em sociedade, e a vida em sociedade gera grande quantidade de perguntas sobre o mundo.
- ✔ As Ciências Sociais são complexas e não convivem com o consenso: sua especificidade é lidar com várias perspectivas contraditórias sobre os mesmos fenômenos.
- ✔ As Ciências Sociais se dedicam a desnaturalizar o mundo: nada aparece como natural e evidente; tudo pode ser questionado e pensado.
- ✔ As Ciências Sociais nasceram no fim do século XIX como ciências similares às Ciências Naturais, embora hoje já não se acredite nessa semelhança.
- ✔ Para fazer ciência social é preciso se distanciar do senso comum, e isso é feito por meio de conceitos e métodos.
- ✔ Conceitos são conjuntos de definições sobre determinados fenômenos; devem ser precisos e não se confundir com o senso comum.
- ✔ Métodos são mecanismos para obter informações a fim de responder às questões, perguntas e hipóteses levantadas. Os métodos podem ser quantitativos e/ou qualitativos.
- ✔ As Ciências Sociais produzem dados importantes sobre a realidade, gerando conhecimentos que são apropriados pelo Estado e pela sociedade civil.
- ✔ As Ciências Sociais podem ajudar você a desenvolver um pensamento crítico, que é um olhar questionador sobre a realidade, buscando explicações para além da aparência imediata dos fenômenos e das opiniões.

ATIVIDADES

REVENDO

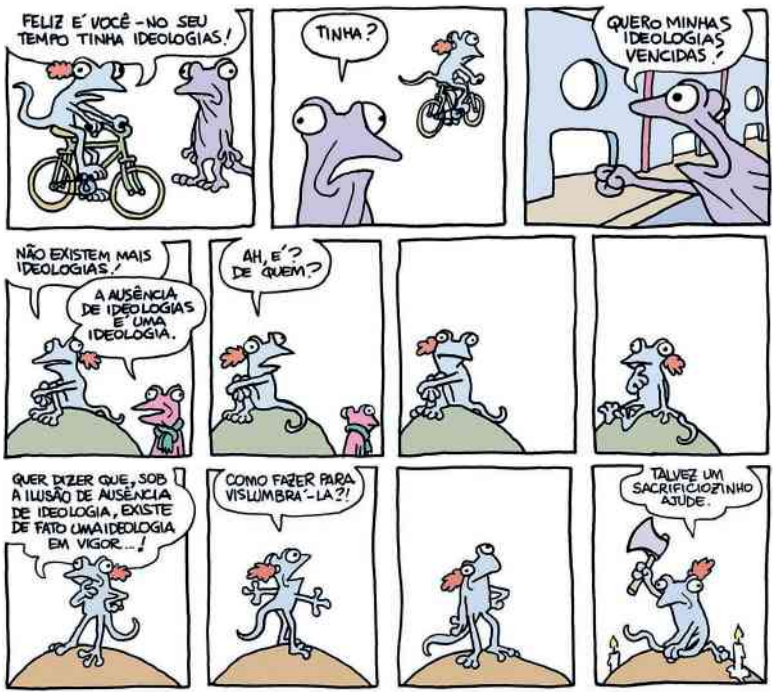
1. **A sociedade é o objeto das Ciências Sociais, como vimos no item *A vida em sociedade*. Explique, com suas palavras, por que a sociedade é tão importante para os cientistas sociais.**
2. **Explique a diferença entre conceito e método com base na leitura do item *Como funcionam as Ciências Sociais*?.**
3. **Escreva sobre a importância de estudar Ciências Sociais. Os dois últimos itens tratam do assunto. É importante que você também se posicione.**

INTERAGINDO

1. **Faça uma análise crítica da tira a seguir. Do que ela trata? Que crítica está exposta no diálogo entre Calvin e seu pai?**

Calvin & Hobbes, Bill Watterson © 1990 Watterson/ Dist. by Universal Uclick

2. Escreva um pequeno texto expondo como estes quadrinhos de Laerte, de 2010, lidam com a noção de "ideologia". Relacione com o que você leu neste capítulo.



Laerte/Acervo do cartunista

3. Compare a tirinha abaixo, do cartunista André Dahmer, com a tirinha da página 22 e produza um pequeno texto que explique o contraste ou semelhança entre elas.

André Dahmer/Acervo do cartunista

CONTRAPONTO

Leia a letra desta canção de Arnaldo Antunes.

E estamos conversados

Eu não acho mais graça nenhuma nesse ruído constante
que fazem as falas das pessoas falando, cochichando
e reclamando,
que eles querem mesmo é reclamar,
como uma risada na minha orelha,
ou como uma abelha,
ou qualquer outra coisa pentelha,
sobre as vidas alheias,
ou como elas são feias,
ou como estão cheias de tanto esconderem segredos
que todo mundo já sabe,
ou se não sabe desconfia.

Eu não vou mais ficar ouvindo distraído eles falarem deles
e do que eles fariam se fosse com eles
e do que eles não fazem de jeito nenhum,
como se interessasse a qualquer um.
Eles são: As pessoas.
As pessoas todas, fora os mudos.
Se eles querem falar de mim, de nós, de nós dois,
falem longe da minha janela, por favor,
se for para falar do meu amor.
Eu agora só escuto rádio, vitrola, gravador.
Campainha, telefone, secretária eletrônica
eu não ouço nunca mais, pelo menos por enquanto.
Quem quiser papo comigo tem que calar a boca
enquanto eu fecho o bico.
E estamos conversados.

ANTUNES, Arnaldo. E estamos conversados. In: _____.
O silêncio. BMG/Ariola, 1997.

- **Essa canção fala de uma insatisfação relacionada à vida em sociedade. Tente descobrir do que se trata e escreva um comentário. Não é preciso responder a nenhuma pergunta, apenas escrever sobre o contraste entre o que você aprendeu e o teor dessa letra. Se for o caso, você pode até falar sobre uma sensação parecida que tenha experimentado em algum momento.**

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. L&M Pocket

De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso, de Eduardo Galeano. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

Em textos curtos e poéticos, seu autor nos induz a vivenciarmos um resgate histórico e uma profunda reflexão acerca de nossa sociedade em seus costumes, valores e ideologias.

Reprodução/Ed. Best Bolso

O nome da rosa, de Umberto Eco. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012.

Em 1327, em um mosteiro franciscano italiano, paira a suspeita de que os monges estejam cometendo heresias. O frei Guilherme de Baskerville é enviado para investigar o caso, mas tem sua missão interrompida por excêntricos assassinatos.

FILMES

Torsten Breuer/Constantin Film

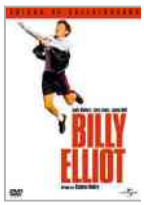
A onda (Alemanha, 2008). Direção: Dennis Gansel.

Inspirado em um acontecimento real ocorrido na Califórnia em 1967, o filme conta a história de um professor de Ensino Médio que propõe a seus alunos um experimento para explicar, na prática, os mecanismos do fascismo e do poder.

Alê Abreu/Espaço Filmes

O menino e o mundo (Brasil, 2014). Direção: Alê Abreu.

Animação que conta a história de um garoto que sai de sua aldeia em busca de seu pai. Através de suas descobertas, vemos um retrato do mundo moderno, suas questões e contradições sociais.



Brian Tufano/BBC Films/Universal

Billy Elliot (Inglaterra, 2000). Direção: Stephen Daldry.

Para realizar seu sonho de ser bailarino, o garoto Billy precisará desafiar uma série de preconceitos e a moral conservadora de sua região e de sua família.

INTERNET (Acesso em: set. 2015.)

http://portal.anpocs.org/portal/

Portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, importante instituição para o desenvolvimento das Ciências Sociais brasileiras.

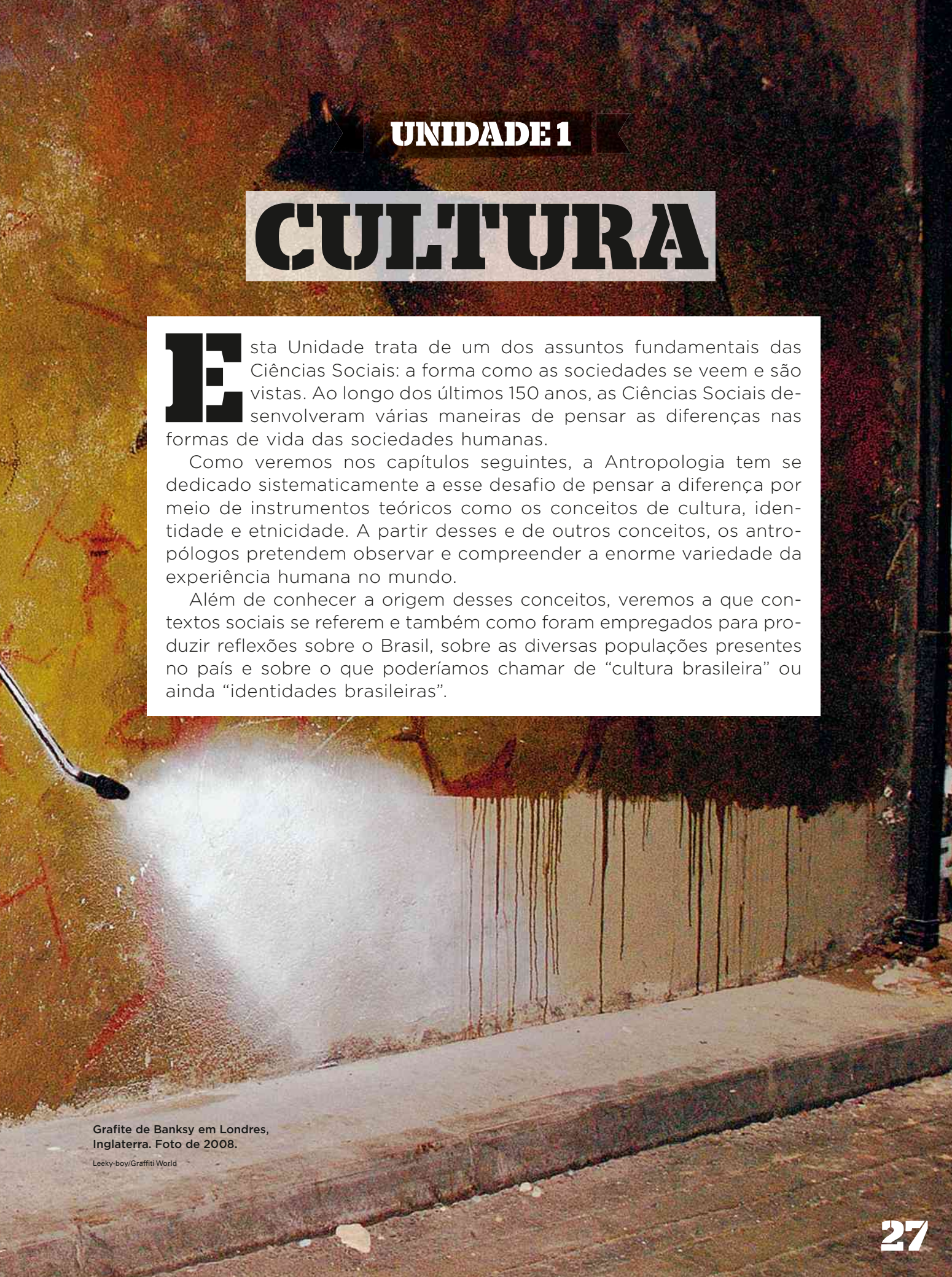
UNIDADE 1

CULTURA

Esta Unidade trata de um dos assuntos fundamentais das Ciências Sociais: a forma como as sociedades se veem e são vistas. Ao longo dos últimos 150 anos, as Ciências Sociais desenvolveram várias maneiras de pensar as diferenças nas formas de vida das sociedades humanas.

Como veremos nos capítulos seguintes, a Antropologia tem se dedicado sistematicamente a esse desafio de pensar a diferença por meio de instrumentos teóricos como os conceitos de cultura, identidade e etnicidade. A partir desses e de outros conceitos, os antropólogos pretendem observar e compreender a enorme variedade da experiência humana no mundo.

Além de conhecer a origem desses conceitos, veremos a que contextos sociais se referem e também como foram empregados para produzir reflexões sobre o Brasil, sobre as diversas populações presentes no país e sobre o que poderíamos chamar de "cultura brasileira" ou ainda "identidades brasileiras".



Grafite de Banksy em Londres, Inglaterra. Foto de 2008.

Leeky-boy/Graffiti World

CAPÍTULO 1

EVOLUCIONISMO E DIFERENÇA

Eddie Dangerous/Acervo do fotógrafo

Trolley Hunters [Caçadores de carrinhos], estêncil de Banksy. Foto de 2008.

Neste capítulo vamos discutir:

1. A construção do pensamento antropológico
2. Parentesco e propriedade: modos de organização social
3. Sociedades indígenas e o mundo contemporâneo
4. Mitos, narrativas e o estruturalismo
5. Populações indígenas no Brasil

Escolhemos iniciar esta Unidade por um fato que marcou a História: o encontro, a partir do século XVI, entre as sociedades europeias e as sociedades das Américas, da África e da Ásia, que em grande parte os europeus até então desconheciam.

Por que escolhemos esse momento? Porque o contato entre essas civilizações possibilitou a construção do sistema social que predomina no mundo atual. Muito mais tarde, no século XIX, o próprio nascimento das Ciências Sociais teve origem na reflexão sobre o encontro entre diferentes culturas e suas consequências.

Inicialmente, vamos tomar como base os modelos que os europeus utilizaram para pensar os nativos daqueles lugares que consideravam "distantes". A partir dessa visão de mundo, vamos refletir sobre as diferenças — sociais, culturais, étnicas, políticas, entre outras —, um tema fundamental para entender as sociedades de um ponto de vista antropológico.

1. A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO

O avanço colonialista europeu sobre as Américas, grande parte da África, Ásia e Oceania, empreendido a partir do século XVI, não resultou apenas em dominações. Esses encontros geraram relatos de viagem, narrativas descritivas, investigações e todo tipo de documentos históricos sobre populações até então desconhecidas pelos dominadores. Essas informações foram produzidas desde o começo das explorações europeias, mas só no século XIX, com o avanço do imperialismo europeu, foram sistematizadas por meio de estudos científicos.

Essa documentação sobre populações nativas diversas, somada ao interesse das sociedades colonialistas em ampliar suas formas de dominação, gerou a produção de um conhecimento que hoje chamamos de antropológico. A busca desse conhecimento revela a necessidade de um novo olhar sobre aquelas populações a fim de conhecê-las melhor. E conhecê-las melhor para quê? A resposta a essa questão tem dois lados: um prático e um científico.

De um lado, administradores coloniais, missionários religiosos e comerciantes (agentes das conquistas realizadas entre os séculos XVI e XIX) tinham interesse prático em conhecer melhor aqueles que chamavam de "primitivos". Para os administradores coloniais, isso ajudava a dominá-los; para os missionários, ajudava a convertê-los; e para os comerciantes, ajudava a produzir riquezas em benefício próprio a partir do encontro com os "selvagens".

LÉXICO

imperialismo: política de influência e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outros povos, nações ou regiões geográficas.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você consegue imaginar como é possível lucrar com o conhecimento sobre populações nativas? Uma forma muito comum de produzir riqueza a partir do encontro é simplesmente obrigar os nativos a trabalhar para o colonizador. A avidez dos colonizadores espanhóis na América levou ao extermínio de milhares de indígenas, que, forçados a trabalhar em minas de prata, não tinham mais como se dedicar a lavouras, o que gerou fome e a morte de milhares de pessoas.

Por outro lado, os cientistas que passaram a estudar essas populações a partir do século XIX pretendiam entender a história da humanidade. Para eles, conhecer as sociedades que chamavam de primitivas funcionava como um laboratório: quando olhavam para o presente daquelas populações, acreditavam estar desvendando o passado da humanidade.

Os cientistas tentaram sistematizar o conhecimento das populações ditas selvagens em narrativas que podem ser consideradas histórias de evolução: imagine uma escada na qual as sociedades são organizadas da "mais simples" para a "mais complexa". Aqueles intelectuais olhavam para os dados coletados pela empreitada colonial, determinavam quais sociedades consideravam mais simples e quais seriam mais complexas e as distribuíam em uma escada evolutiva. A ilustração da página seguinte mostra uma dessas narrativas de evolução, criada pelo antropólogo norte-americano **Lewis Henry Morgan (1818-1881)**, que divide a história da humanidade em três etapas: selvageria, barbárie e civilização.

Morgan foi um dos principais teóricos desse momento do conhecimento antropológico. Entre outros intelectuais fundamentais, podemos citar o inglês **Edward B. Tylor (1832-1917)** e o escocês **James George Frazer (1854-1941)**. Cada um narrou à sua maneira uma história da evolução, sem chegar a um acordo sobre a posição de cada sociedade nos degraus da escada evolutiva e sobre as linhas evolutivas da humanidade.

Entretanto, apesar das discordâncias, todos esses autores partiam da ideia de progresso. Ou seja, pressupunham que as diferentes sociedades sempre avançavam em direção ao que chamavam de civilização.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Lewis Henry Morgan (1818-1881)**, **Edward B. Tylor (1832-1917)** e **James George Frazer (1854-1941)**.

Representação da escala evolutiva da humanidade segundo L. H. Morgan (século XIX)

Reprodução/Arquivo da editora

SELVAGERIA	BARBÁRIE	CIVILIZAÇÃO

Fonte: Organizado pelos autores para fins didáticos.

ASSIM FALOU... JAMES FRAZER

[...] um selvagem está para um homem civilizado assim como uma criança está para um adulto; e, exatamente como o crescimento gradual da inteligência de uma criança corresponde ao crescimento gradual da inteligência da espécie [...], assim também um estudo da sociedade selvagem em vários estágios de evolução permite-nos seguir, aproximadamente – embora, é claro, não exatamente –, o caminho que os ancestrais das raças mais elevadas devem ter trilhado em seu progresso ascendente, através da barbárie até a civilização. Em suma, a selvageria é a condição primitiva da humanidade, e, se quisermos entender o que era o homem primitivo, temos de saber o que é o homem selvagem hoje.

FRAZER, James George. O escopo da antropologia social. In: CASTRO, Celso (Org.). *Evolucionismo cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 107-108.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Um estudo das sociedades orientado pela noção de progresso implica diversas conclusões hoje repudiadas pelas Ciências Sociais:

- Se toda sociedade evolui da mesma forma, a diferença entre umas e outras poderia ser explicada pela "dedicação à evolução". Algumas teriam andado mais rápido, outras teriam preferido, "preguiçosamente", deixar a evolução seguir mais lentamente.
- Se todas as sociedades seguiram os mesmos passos, olhar para qualquer sociedade diferente da ocidental seria olhar para o passado da humanidade. As sociedades ditas selvagens apareceriam como autênticos "museus vivos".
- Se todas as sociedades seguirão pelos mesmos caminhos, caberia às "mais avançadas" adiantar o processo das "mais atrasadas". Isso faz com que o colonialismo seja visto como uma ação de solidariedade aos povos "atrasados", que poderiam atingir estágios mais adiantados justamente por meio da dominação ocidental.

Aqui surge uma questão que deve nos acompanhar por todo o livro: para que serve o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais? Entre muitas respostas possíveis, vamos começar pela mais dura: para dominar. Veremos, em contrapartida, que esse mesmo conhecimento também gerou, por exemplo, defensores dos direitos de populações em risco, como as indígenas.

O **evolucionismo social** (nome dado à corrente de pensamento baseada em teorias que se apoiam em narrativas de evolução) funcionava ao mesmo tempo como explicação da evolução da humanidade e como justificativa para a dominação exercida pelos europeus. Para muitos, as teorias do evolucionismo social não passam de ironia, como se o dominador dissesse ao dominado: "Não é bem uma dominação; estamos apenas civilizando, e isso é um favor".

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Herbert Spencer (1820-1903)**.

+ PARA SABER MAIS • Evolucionismo x darwinismo social

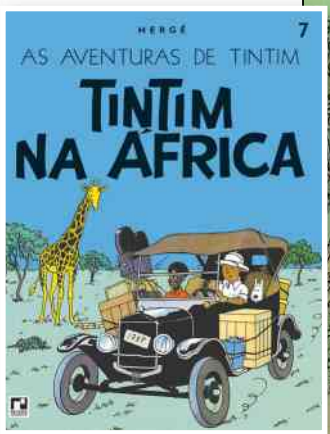
O evolucionismo social é comumente associado ao evolucionismo biológico, tese proposta por Charles Darwin segundo a qual a melhor adaptação das espécies ao ambiente era o que definia sua sobrevivência. Os evolucionistas sociais defendiam a ideia de progresso, inspirados pelo filósofo inglês **Herbert Spencer (1820-1903)**. Um conjunto de teorias elaboradas na Inglaterra e nos Estados Unidos na década de 1870 se tornou conhecido como darwinismo social. Essas teorias defendiam a existência de diferenças fundamentais nos grupos humanos, expressas nas subdivisões em raças distintas.

A noção de raça foi introduzida no século XIX pelo naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), que dividiu a humanidade em três raças: caucasiana, etíope e mongólica (branca, negra e amarela). Outros autores teceram variações dessa teoria, sempre relacionando heranças fisiológicas a distintas capacidades intelectuais e qualidades morais. A miscigenação deveria ser evitada, já que a mistura traria decadência racial e social.

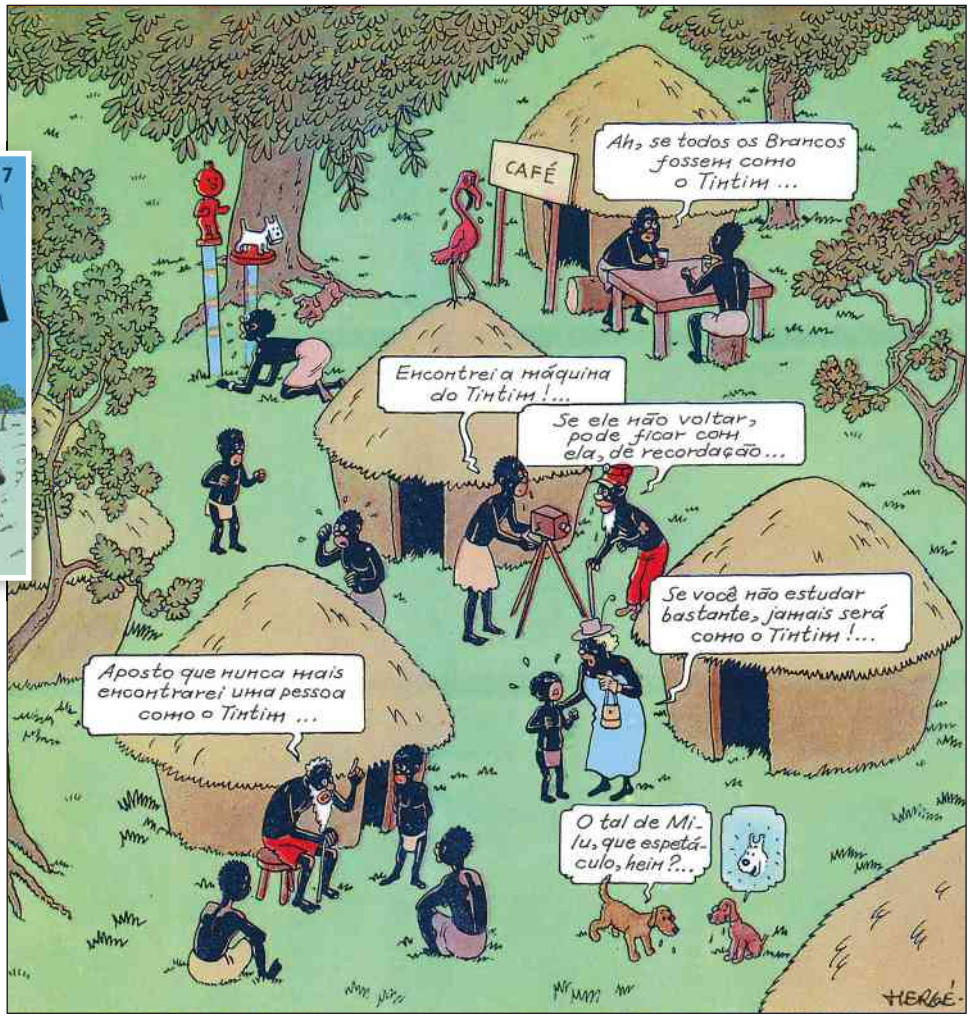
Sempre privilegiando a "raça" branca, essas teorias serviram de justificativa para a dominação colonial, da mesma forma que o evolucionismo social.

O darwinismo social também deu origem à eugenia, teoria que busca produzir uma seleção nos grupos humanos, com base em leis genéticas. Essa teoria defende a ideia de separar as raças e até mesmo eliminar aquelas consideradas inferiores. Com base nesses princípios, políticas eugênicas foram instauradas em vários países, incentivando a separação entre as raças, proibindo casamentos inter-raciais e incitando todo tipo de exclusão racial.

Os adeptos das teorias evolucionistas estavam convictos de que a escalada para o progresso só poderia se dar em um sentido: os europeus e seus descendentes brancos eram os civilizados e todos os demais eram atrasados.



Capa da primeira edição brasileira, Editora Record, 1970.



Fotos: Hergé/IPRESS

Nessa imagem da história em quadrinhos *Tintim na África*, do cartunista belga Hergé (1907-1983), vemos o final da narrativa, quando Tintim parte do país africano após "ensinar" muito aos congoleses. Observe que há até um totem, ou altar, erigido a Tintim e ao seu cão, Milu. A figura é representativa do evolucionismo social, pois coloca no centro aquele que criou essa teoria: o europeu branco.

Essa teoria depende da ideia de progresso, mas o que define o progresso? Do ponto de vista dos intelectuais do século XIX, um dos critérios seria o **progresso tecnológico**. Embora pareça justo, esse critério é tão arbitrário como qualquer outro. Foi adotado porque parecia evidente, mas veremos neste livro que nada é "evidente", que sempre podemos questionar supostas evidências.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O progresso tecnológico é central nas teorias evolucionistas justamente porque favorece quem as construiu: os intelectuais europeus e norte-americanos. Mas como seria essa escala se fossem adotados outros critérios? Vamos pensar, por exemplo, em uma escala organizada pela ideia de "sustentabilidade". Nessa escala, sociedade evoluída seria aquela que se organiza de modo a continuar existindo ao longo do tempo, sem esgotar os recursos naturais necessários para a sobrevivência de gerações futuras. Segundo esse critério, a sociedade ocidental capitalista não ficaria no topo da escada; já sociedades consideradas "atrasadas" pelo critério tecnológico, mas que mantêm um modo de vida voltado para a preservação ambiental e utilização sustentável dos recursos, passariam a ser consideradas avançadas.

O encontro com populações não europeias resultou tanto em uma teoria sobre a história da humanidade como em uma justificativa para a dominação pelos europeus. O que sustenta essa teoria e essa justificativa é uma ideia de progresso que favorece as sociedades ocidentais, por colocar no ápice da evolução aquilo que elas próprias consideram mais evoluído. Essa forma de pensar tem um nome: etnocentrismo.

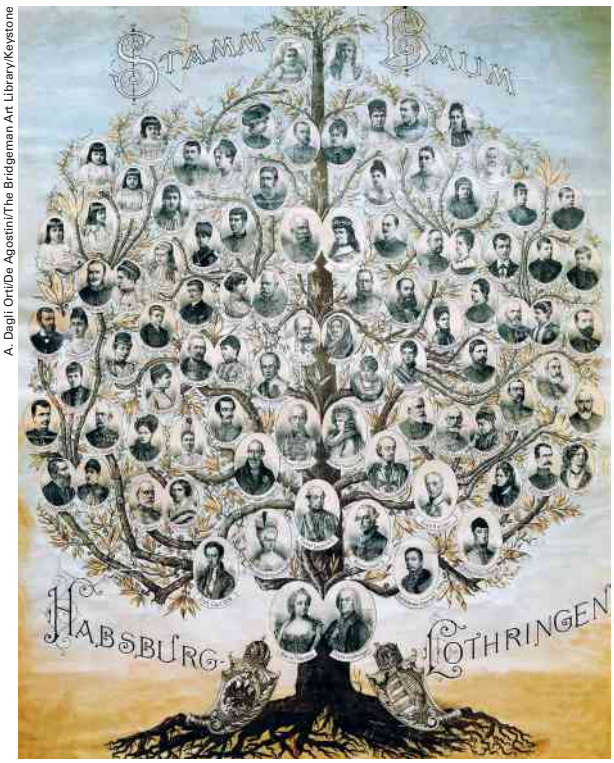
2. PARENTESCO E PROPRIEDADE: MODOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Vimos que as sociedades ocidentais construíram uma teoria baseada em uma suposta hierarquia existente entre as diversas sociedades, colocando-se no topo dessa escala. Além do progresso tecnológico, outro critério que fundamentou essa hierarquização tem especial importância para as sociedades ocidentais.

Quem primeiro explicitou esse critério foi Lewis Henry Morgan, para quem a passagem da barbárie para a civilização se dava pela adoção da propriedade privada como modo de organização da vida de uma população. Assim, desde o século XIX (Morgan publicou suas teorias por volta de 1877), o que definia uma sociedade avançada para as sociedades ocidentais era a existência da **propriedade privada** e de um **Estado organizado**.

Ao olhar para grande parte das sociedades ditas "primitivas", os estudiosos europeus e estadunidenses do século XIX observaram que elas não possuíam uma organização burocrática que centralizasse decisões. Em outras palavras, não tinham algo parecido com o Estado. Como veremos na Unidade 3, o Estado é um elemento fundamental na organização moderna do mundo. Para aqueles intelectuais, as sociedades "primitivas" pareciam "desorganizadas".

Intelectuais como Lewis Henry Morgan e o jurista britânico **Henry Sumner Maine (1822-1888)** elaboraram uma resposta a essa questão: o que possibilitava à sociedade "primitiva" se organizar era o parentesco. Mas o que seria o parentesco? Todas as sociedades humanas estabelecem formas regulares de relações entre seus indivíduos. Tome seu próprio caso como exemplo: faça uma relação dos seus parentes. Eles serão categorizados como "primos", "tios", "pais", "avós", "cunhados", "primos distantes", e assim por diante. Essas são categorias de parentesco, elas traduzem um tipo específico de relação entre as pessoas.



A. Dagli Orti/De Agostini/The Bridgeman Art Library/Keystone

A árvore genealógica é um recurso utilizado em algumas sociedades para expor um conjunto de relações entre pessoas: pais e filhos, casamentos, irmãos, primos, etc. Uma árvore como esta, da dinastia Habsburgo, é um documento das relações de parentesco e também uma forma de pensar essas relações.

LÉXICO

sociedades ocidentais: denominação geralmente atribuída aos países hegemônicos da Europa desde o século XV somados a Estados Unidos e Canadá. Neste livro adotamos essa concepção, no entanto, é possível encontrar o termo referindo-se às sociedades derivadas da colonização europeia (nesse caso, as sociedades latino-americanas seriam ocidentais) ou, em outros momentos, fala-se em Ocidente em termos muito gerais, contrastando-o com países muçulmanos ou do "Oriente".

etnocentrismo: forma de pensar os "outros" (populações, povos, minorias) com base em normas e valores da sociedade ou cultura de quem está fazendo essa reflexão. Na medida em que os "outros" não se encaixam nesses valores, a tendência é rejeitá-los como inferiores, primitivos, selvagens, excêntricos, etc. O pensamento etnocêntrico pode resultar em racismo e preconceito de várias ordens (de gênero, étnico, etc.).

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Henry Sumner Maine (1822-1888)**.

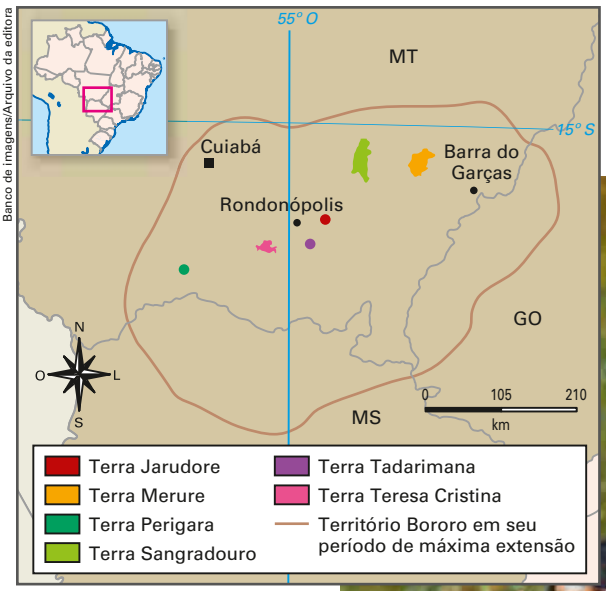
O que costumamos chamar de "família" nada mais é que um nome para um **sistema de parentesco**. Nos sistemas de parentesco, além das categorias há também papéis estabelecidos. Quando dizemos "mãe", não nos referimos só a uma posição em um sistema de relações, mas também a um papel específico. Ou seja, atribuímos uma série de valores, obrigações e sensações a cada categoria de parentesco. Em determinadas sociedades, "mãe" significa não só a progenitora de alguém, mas também uma pessoa a quem se deve respeito e de quem se espera determinado comportamento.

Qualquer sociedade no mundo produz algum tipo de parentesco. Porém, as sociedades constroem o parentesco de formas diferentes entre si — e, portanto, diferentes daquela que a nossa sociedade escolheu (ou daquelas que a nossa sociedade escolheu, já que podemos ver vários modelos de família no Brasil). Há, por exemplo, sociedades matrilineares, como a bororo, localizada no Brasil central (há atualmente seis terras indígenas bororo demarcadas em Mato Grosso). Quando um Bororo nasce, ele recebe um nome que o identifica como pertencente ao clã de sua mãe. Quando um homem se casa numa aldeia bororo, ele se muda para morar na casa da esposa, sob influência de seu sogro. As relações cerimoniais mais importantes acontecem entre um homem e seus sobrinhos maternos (pois todos pertencem ao mesmo clã).

LÉXICO

matrilinear: relativo à descendência em que a linha materna é preponderante.

As terras bororo

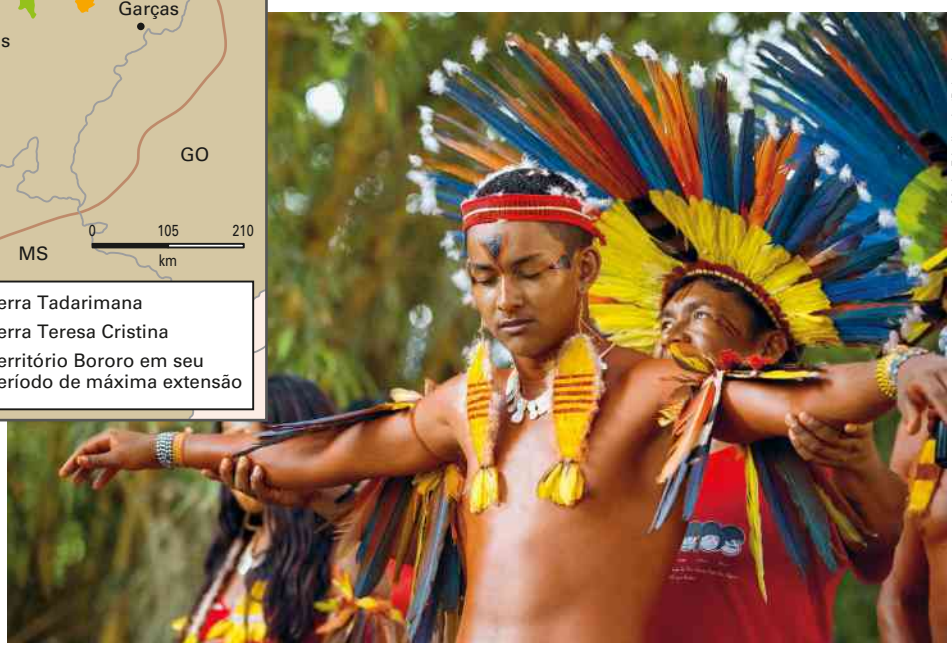


Banco de imagens/Arquivo da editora

Elaborado com base em: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Disponível em: <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/regiao>. Acesso em: 23 set. 2015. ALBISETTI, Cesar; VENTURELLI, Angelo. *Enciclopédia Bororo*. v. 1. Campo Grande: IPE, 1969.

* Terras com área inferior a 10 mil hectares representadas com ● na cor correspondente.

Ritual de nominação de um jovem bororo da aldeia Meruri, localizada em General Carneiro (MT). Foto de 2015.



Mario Friedlander/Pulsar Imagens

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Por que seria importante pensar em parentesco se todo mundo já sabe como é sua família? É simples: quando pensamos em nossas relações familiares como apenas um entre vários tipos possíveis, podemos encarar com menos preconceito relações que a princípio nos parecem "fugir da normalidade". Se existem tantos tipos de parentesco, por que seria um problema um arranjo familiar composto de um casal de homossexuais e um filho, por exemplo?

Vimos que todas as sociedades têm algum sistema de parentesco, mas apenas algumas estruturam seu modo de vida a partir desse sistema. Essas sociedades não têm Estado, mas seguem regras estipuladas nos sistemas de parentesco. Em uma sociedade com Estado, diversas questões são resolvidas por um sistema jurídico criado para regular a vida social. O Estado determina leis, as executa e julga os que tentam burlá-las. Em sociedades sem Estado, não há sistemas jurídicos separados; há conjuntos de regras relativas à ordem do parentesco e são elas que permitem a vida em sociedade.

Para os intelectuais do século XIX, as sociedades organizadas pelo parentesco representavam um estágio anterior de desenvolvimento; seriam mais simples, mais primitivas. Para autores como Morgan e Frazer, a presença do Estado era definidora da passagem para a civilização. E essa passagem seria marcada, antes de tudo, pela invenção da propriedade privada.

Nas sociedades organizadas pelo parentesco, não há a propriedade privada da terra. As terras são de uso coletivo, também regulado pelas regras de parentesco. A distribuição do que é produzido segue essas regras, que determinam com quem se deve compartilhar algo e com quem não se deve. Quando alguém cerca um terreno e afirma que aquele espaço lhe pertence, estabelece outro tipo de relação com a terra e necessita garantir a existência dessa propriedade. Segundo os autores do século XIX, a única forma de garantir a propriedade seria um poder central com força para mantê-la.

Assim, as teorias antropológicas delimitaram a linha de evolução e a noção de progresso a partir da existência da propriedade privada da terra e da presença do Estado.

Sintetizando o pensamento desses intelectuais do século XIX: as sociedades não ocidentais eram vistas como mais simples, e quanto mais se organizassem pelo parentesco, mais simples seriam consideradas. Essa perspectiva implicava uma série de preconceitos e estereótipos: aquelas populações eram vistas como atrasadas, inferiores e intelectualmente incapazes. Paralelamente a essa sistematização teórica, as práticas colonialistas se basearam em um imaginário sobre as sociedades "primitivas" que legitimava o papel "civilizador" dos europeus. Para grande parte dos agentes coloniais, a distinção entre civilizados e primitivos também era definida pela presença ou não da propriedade e do Estado.

Laerte/Acervo do artista

Nesta charge, Laerte faz uma reflexão sobre a relação entre a chegada dos europeus nas Américas e a expropriação das terras indígenas, que foi uma das consequências do processo iniciado naquele momento.

O **neocolonialismo**, estabelecido ao longo do século XIX e início do século XX, foi influenciado e legitimado pelas teorias evolutivas. As potências capitalistas (especialmente Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido e Bélgica) avançaram por quase toda a África e por grandes porções da Ásia, como os territórios que hoje chamamos de Índia, Paquistão, Bangladesh e Indonésia, e até por porções da China. O discurso das nações imperialistas baseava-se na crença de uma "missão civilizatória", adotando desde visões otimistas, que diziam ser possível levar os selvagens diretamente para o estágio da civilização, até as mais pessimistas, que afirmavam ser impossível "elevar" os selvagens, e que, portanto, a dominação seria sempre necessária a fim de que eles não degenerassem para estágios ainda inferiores. Parte dessas teorias adquiriu teor explicitamente racial, atribuindo capacidades cognitivas distintas ao que consideravam raças humanas diferentes.

3. SOCIEDADES INDÍGENAS E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

LÉXICO

cultura: conjunto de práticas e hábitos produzidos por qualquer sociedade, desde as técnicas de subsistência até as preferências estéticas, passando por religião, economia, medicina, etc. Veremos no Capítulo 2 várias definições do conceito de cultura ao longo dos séculos XX e XXI.

Desde o fim do século XIX, a própria Antropologia se dedicou a questionar os modelos evolucionistas. O principal recurso para a construção dessa crítica foi o conceito de cultura. No Capítulo 2 veremos como esse conceito possibilitou o combate a hierarquias e preconceitos étnicos originados das teorias evolucionistas. Por ora, vamos conhecer um "mecanismo" intelectual importante no entendimento de experiências de vida muito distintas das nossas: o combate ao etnocentrismo.

A partir do século XX, as teorias evolucionistas passaram a ser vistas pelos antropólogos como etnocêntricas, pois adotavam os valores e critérios próprios de sua sociedade como parâmetro para todas as demais. Afirmar que a evolução tecnológica é um parâmetro para avaliar a evolução das sociedades só poderia ocorrer em uma sociedade em que a evolução tecnológica é muito valorizada. Dificilmente uma sociedade organizada em outros termos escolheria esse critério. Ou seja, quando analisamos outras sociedades por meio de critérios próprios da nossa, estamos sendo etnocêntricos. E isso significa que não estamos realmente olhando para outras sociedades, mas apenas procurando nelas aquilo que reconhecemos em nós como fundamental. Para desfazer a ideia do suposto primitivismo das populações não ocidentais, é necessário um olhar não etnocêntrico, que reconheça uma complexidade que tenha sentido e significado no interior dessas sociedades.

Do final do século XIX até meados do século XX, antropólogos se dedicaram a documentar a vida indígena em vários lugares do mundo com uma preocupação generalizada: a de que os povos indígenas estavam "acabando". Havia a convicção de que o avanço do sistema capitalista levaria à extinção dessas populações. Alguns acreditavam que isso aconteceria inevitavelmente, como um fator natural da evolução social. Outros simplesmente constatavam que o capitalismo impedia aquelas sociedades de continuar a se reproduzir como vinham fazendo tradicionalmente.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Mércio Pereira Gomes (1950-)**.

E como isso acontecia? Com a expansão gradual do controle e invasão de terras indígenas. Para tomar um exemplo brasileiro, o interesse pelas terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas levou aos maiores abusos. O antropólogo brasileiro **Mércio Pereira Gomes (1950-)**, em seu livro *Os índios e o Brasil* (Vozes, 1988), cita o caso dos indígenas Canela Fina, na Vila de Caxias, no sul do Maranhão, que por volta de 1816 receberam como "presente" de fazendeiros interessados em suas terras roupas infectadas com o vírus da varíola, levando a uma epidemia e a um grande morticínio.

Apesar dos números e relatos que demonstram a dizimação de grupos indígenas durante os séculos pós-conquista colonial, as nações indígenas praticaram ações e estratégias de resistência física e cultural. Ao longo do século XX, muitas delas se mobilizaram para defender seus direitos. O fim do século XX testemunhou uma revitalização das populações indígenas, embora em muitos lugares do mundo os processos de opressão permaneçam.

Pedro Ladeira/Folhapress

Em 15 de abril de 2015, indígenas de diferentes regiões do Brasil protestaram em Brasília contra a PEC 215. Esse projeto transfere o poder de demarcação de terras indígenas do Executivo federal para o Congresso Nacional (onde deputados que representam interesses de ruralistas atuam para impedir a demarcação de terras indígenas).

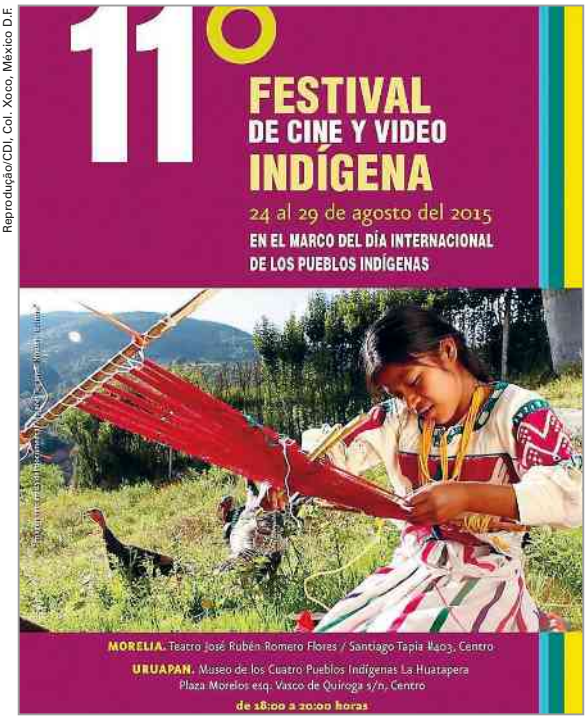
Uma questão crucial para as populações indígenas da atualidade é sua relação com a sociedade capitalista. Essas populações não recusam o que chamamos de tecnologia e, em muitos casos, se valem dela para expressar seus pontos de vista. Muitos indígenas produzem vídeos para registrar suas cerimônias, gravar suas narrativas, expressar seus modos de ver o mundo. O uso de tecnologia não os torna menos indígenas, ao contrário do que alguns imaginam.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já ouviu dizer que "índio de verdade" não usa roupas nem tecnologias ou coisas semelhantes? Provavelmente sim, pois esse discurso é muito comum, já que legitima a retirada de direitos desses indígenas. Quando, por exemplo, um fazendeiro quer desqualificar reivindicações dos indígenas sobre terras que ocupa, afirma que eles não são mais indígenas porque usam roupas, ferramentas, etc. Talvez você não perceba quanto essa afirmação é ideológica: as sociedades capitalistas criam imagens dos indígenas como primitivos, se apressam em tentar "civilizá-los" e, assim que eles adotam práticas ocidentais, argumentam que eles não são mais indígenas e, portanto, não têm direito à terra que ocupavam, por exemplo.

O uso de tecnologias não impede que os indígenas reproduzam seus modos de viver. Alguns antropólogos, como o norte-americano **Marshall Sahlins (1930-)**, afirmam justamente o contrário: que populações indígenas se utilizam de "coisas" da sociedade ocidental conforme suas próprias regras e de forma a fortalecer seus próprios meios de ver o mundo. Nós também "emprestamos" práticas, hábitos e ideias produzidos em outros lugares do mundo e nem por isso deixamos de ser brasileiros. Quando assistimos a um filme de Hollywood, por exemplo, apreciamos uma série de práticas, hábitos e ideias que são estrangeiros para nós. Mas isso não nos faz menos brasileiros. Quando assistimos a uma partida de futebol, estamos vendo um jogo inventado na Inglaterra, o que não impediu a criação de um futebol brasileiro. Por que, então, usar roupas e motores de popa tornaria os indígenas menos indígenas?

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Marshall Sahlins (1930-)**.



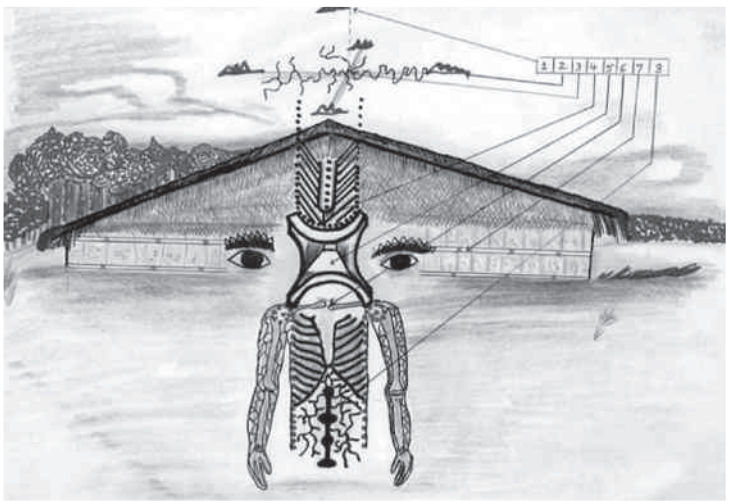
Reprodução/CDI, Col. Xoco, México D.F.

Na imagem vemos a divulgação de um festival de cinema indígena no México, realizado em 2015. Este é um exemplo de como a tecnologia "ocidental" pode transformar-se num instrumento de afirmação de identidades indígenas.

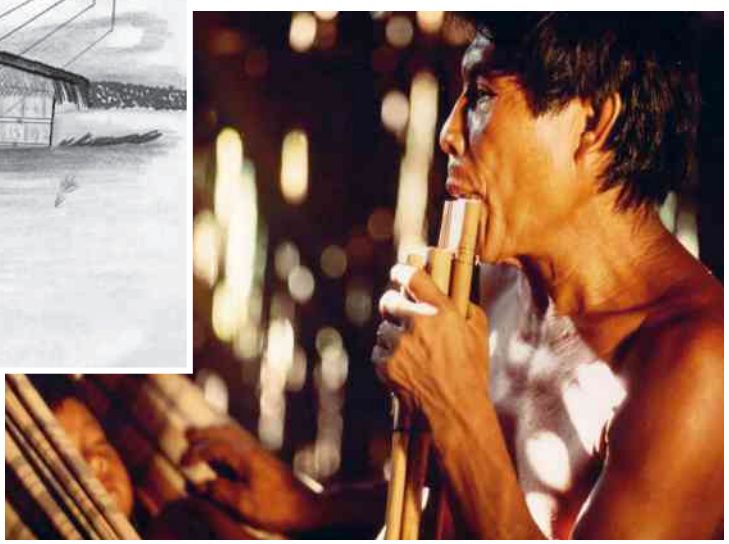
4. MITOS, NARRATIVAS E O ESTRUTURALISMO

Vimos que muita gente tem uma ideia deturpada das sociedades indígenas porque elas são bastante diferentes das sociedades não indígenas, e essa diferença parece criar uma barreira intransponível. Mas a Antropologia, desde o começo do século XX, vem procurando construir uma ponte, dando sentido à experiência das populações indígenas (e de outras populações, como os povos do campo, as tribos urbanas, as elites, os grupos religiosos, os imigrantes, etc.). Quando "atravessamos a ponte" e nos deparamos com mundos diversos, podemos perceber que a complexidade e a sofisticação neles existentes estiveram como que escondidas por nossos preconceitos. Ajudar a enxergar essa complexidade é uma das tarefas da Antropologia, e um dos efeitos dela é desestabilizar aquelas certezas evolutivas produzidas no século XIX e até hoje presentes na vida de muitas pessoas.

SCIELO/FAPESP



Nessa imagem vemos um desenho do pajé tukano Gabriel Gentil, no qual ele relaciona a estrutura da maloca tukano (rio Negro) com o conhecimento tradicional de seu povo, relacionando mitos, corpos e maloca. A maloca representa o corpo do criador, com sua boca, cabelos, costelas, etc.



Piotr Jaxa/Acervo Projeto Séculos Indígenas no Brasil

Indígena Tukano toca flauta para seu filho. Foto de 2012.

Invariavelmente, diante da riqueza de uma narrativa mitológica indígena, por exemplo, ou diante da sofisticação artística de muitos artefatos indígenas, ou ainda diante de sistemas de parentesco tão complexos que seria preciso construir algoritmos para entendê-los, chegamos a uma única conclusão: qualquer tentativa de estabelecer uma linha de evolução entre sociedades é equivocada.

Tomemos como exemplo o trabalho do francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), um dos mais célebres antropólogos do século XX, cuja obra influenciou e continua a influenciar o pensamento social contemporâneo.

Lévi-Strauss desenvolveu um método de análise denominado **estruturalismo** e fez um mergulho pela enorme complexidade dos mitos provenientes de diversas populações, do sul até o norte das Américas, revelando por meio deles o que chamou de **pensamento ameríndio**.

Para esse autor, os mitos demonstram um pensamento sofisticado e complexo. Tratam de oposições recorrentes — entre o nu e o vestido, entre o cru e o cozido, entre discrição e excesso, entre respeito e desrespeito, etc. — e promovem formas de lidar com a passagem de um estado de natureza para o de cultura. Segundo Lévi-Strauss, os mitos traduzem preocupações fundamentais das populações que os criam e fazem uma distinção entre natureza e cultura. Essas populações estariam empenhadas em se separar da natureza, aspecto que o olhar etnocêntrico tem dificuldade de entender.

A essência de uma teoria complexa como o estruturalismo, que pretende demonstrar que o pensamento humano se organiza em torno de oposições (alto e baixo, fora e dentro, quente e frio, etc.), deve muito ao próprio pensamento ameríndio.

É como se Lévi-Strauss pensasse o mito com base no pensamento dos nativos das Américas. O estruturalismo, um método quase matemático, foi aplicado também ao estudo do parentesco, buscando reduzir a multiplicidade de sistemas e chegar a um conjunto de sistemas genéricos, que serviriam de modelos ou padrões para todas as variedades de parentesco.

Também a arte indígena foi objeto da reflexão sistemática de Lévi-Strauss. A sensibilidade artística das populações ameríndias foi fundamental para o antropólogo expressar seu pensamento de que essas sociedades não deveriam ser vistas como atrasadas. Seus estudos acerca das representações gráficas contidas nos artefatos indígenas, das pinturas corporais, entre outras expressões artísticas, revelavam que o nível de organização social não poderia ser simplesmente julgado como inferior, e sim compreendido como diferente.

As caixas dos Tsimshian, indígenas habitantes da costa oeste da América do Norte, eram usadas para estocar alimentos, roupas e outros objetos. Também eram usadas em festas cerimoniais. Este exemplar data de 1850.

Reprodução/UBC Museu de Antropologia, Vancouver, Canadá.

Rosa Gauditano/Studio R

Banco kumurô, um dos instrumentos cerimoniais dos Tukano, povo indígena habitante da região do alto rio Negro, entre Amazonas e Colômbia. Foto de 2002.

Nas imagens podemos ver dois itens de uso cotidiano de diferentes etnias ameríndias. Ainda que existam semelhanças entre ambas, tal como o fato de serem objetos de uso incrementados com rico grafismo e simbologias, cada um deles expressa diferentes mitologias e organizações sociais. A investigação antropológica acerca dos significados de itens como esses nos auxiliam a compreender a organização social e o pensamento dessas populações.

Arquivo/UCS/MUN, Canadá. Foto de 1965.

PERFIL

CLAUDE LÉVI-STRAUSS

Nascido em 1908 na Bélgica, de família judia, estudou em Paris, graduando-se em Filosofia em 1931. Depois de lecionar por dois anos na França, integrou a missão francesa na recém-criada Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou Sociologia. Entre 1935 e 1939 viveu no Brasil, realizando expedições etnográficas que viriam a influenciar toda a sua carreira, assim como a de muitos intelectuais brasileiros.

Exilado nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi professor nesse país nos anos 1950, estabelecendo laços com outros antropólogos, entre eles Franz Boas (1858-1942) e Robert Lowie (1883-1957). De volta à França, assumiu, em 1959, a cadeira de Antropologia Social no Collège de France, onde permaneceu até se aposentar, em 1982.

Sua obra é considerada de enorme importância, tanto pela criação da chamada **Antropologia estruturalista** quanto pela riqueza e erudição de suas análises. Vários de seus livros são clássicos da Antropologia e das Ciências Humanas, tais como: *Estruturas elementares do parentesco* (1949), *Tristes trópicos* (1955), *Antropologia estrutural* (1958), *O pensamento selvagem* (1962) e *Totemismo hoje* (1962). Lévi-Strauss produziu ainda um trabalho monumental de análise dos mitos das populações indígenas das Américas, dedicando-lhes mais de duas décadas de pesquisa (entre 1964 e 1991). O resultado foi publicado em quatro volumes que formam as *Mitológicas: O cru e o cozido* (1964), *Do mel às cinzas* (1967), *Origem dos modos à mesa* (1968) e *O homem nu* (1971). Complementou a série ainda com outras três publicações, que formam as "pequenas mitológicas": *A via das máscaras* (1975), *Oleira ciumenta* (1985) e *Histórias de lince* (1991).

Faleceu em Paris, em 2009, alguns meses antes de completar 101 anos.

LÉXICO

remanescentes: neste contexto, indivíduos que viram suas sociedades quase completamente dizimadas. O termo também é utilizado, por exemplo, para designar os quilombolas, descendentes de africanos escravizados que se refugiaram em quilombos.
etnia: população ou grupo social distinto de outros grupos por sua especificidade cultural, linguística e por compartilhar história e origem comuns.
catequizar: instruir em uma doutrina religiosa, ensinar um conjunto de valores relativos a alguma religião.

5. POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL

Para concluir este capítulo, em que começamos a ver como o olhar da Antropologia sobre o "outro" mudou desde o evolucionismo do século XIX até tempos mais recentes, vamos rever um pouco da história dos indígenas no Brasil. Antes da chegada dos portugueses, o que viria a ser o Brasil era uma área densamente povoada por uma enorme diversidade de populações indígenas. Esse contato com os portugueses resultou em grandes mudanças para as populações indígenas, tais como o avanço da mortalidade, a desestruturação de sociedades e sua dispersão, grandes deslocamentos, que, por sua vez, produziram também conflitos entre populações indígenas, e ajuntamentos de populações remanescentes de diferentes etnias.

A história das populações indígenas no Brasil desmente a imagem fantasiosa de povos cujo modo de vida permaneceu o mesmo desde a chegada dos europeus ao continente americano. Estudos antropológicos, arqueológicos e linguísticos indicam intensos processos de transformação, adaptação e mudança entre as populações indígenas, processos dos quais temos apenas alguns vislumbres, já que as fontes para o estudo são raras ou inexistentes. Segundo a antropóloga luso-brasileira **Manuela Carneiro da Cunha (1943-)**, à época da chegada (que podemos qualificar como invasão) dos portugueses ao território que viria a ser o Brasil, havia aqui algo entre 1 milhão e 8,5 milhões de indígenas (as estimativas são muito imprecisas). Em 150 anos, acredita-se que até 95% dessa população tenha sido dizimada, seja por doenças espalhadas pelos europeus, seja pelo confronto direto, seja por guerras decorrentes dos deslocamentos provocados pela colonização ou ainda pelos rigores do trabalho forçado.

No início da colonização, os portugueses mantiveram contatos relativamente amigáveis com os indígenas, mas logo passaram a escravizá-los, obrigando-os a trabalhar. Entretanto, muitos indígenas foram também aliados dos colonizadores nas lutas para conter ou expulsar franceses, holandeses e espanhóis, como uma "fronteira viva", segundo afirma a antropóloga brasileira **Nádia Farage (1959-)**. Entre os séculos XVII e XVIII, prevaleceu o modelo de catequização jesuítica, o que gerou conflitos em torno do trabalho forçado e disputas políticas com a Coroa portuguesa. Após a expulsão dos jesuítas em 1759, não havia vozes em defesa dos indígenas nem contrárias à ocupação de suas terras.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Manuela Carneiro da Cunha (1943-)** e **Nádia Farage (1959-)**.

+ PARA SABER MAIS • Companhia de Jesus

A história da Companhia de Jesus no Brasil teve início em 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas a Salvador, Bahia, onde fundaram um colégio e iniciaram a catequese dos índios. Na segunda metade do século XVIII, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias pelo marquês de Pombal, ministro do rei dom José I. Além de confiscar as propriedades da Igreja na colônia, Pombal pretendia ganhar o controle político-econômico das regiões administradas pelos jesuítas. Hoje, essa ordem religiosa mantém colégios e universidades em várias regiões do país.

No século XIX, com o avanço da escravidão africana, o foco mudou: nesse momento interessavam mais as terras do que o trabalho dos indígenas. Após séculos de opressão, em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que em 1967 foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O Estado implantou uma política indigenista voltada para o "progresso", pela qual os indígenas eram vistos como empecilho. Estes eram contatados para serem realocados, e a seguir vinha o "progresso", com estradas, tratores, cidades. Ao mesmo tempo, grandes empreendimentos de catequização, como o dos religiosos

Lunae Parracho/Reuters/Latinstock

Na fotografia acima, de 2013, vemos indígenas em protesto contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Vitória de Xingu (PA).Os impactos dessa obra têm sido alvo de denúncias e revolta das populações locais, sobretudo indígenas.

salesianos no alto rio Negro, continuaram a se expandir, com base em aldeamentos, abandono de crenças tradicionais, estudo formal e catequese.

Na década de 1980 consolidou-se um discurso militarista contra os indígenas, vistos como ameaça à segurança nacional por estarem em zonas fronteiriças. Entretanto, a Constituição de 1988 marcou uma virada na percepção do Estado a respeito dos indígenas: foram deixadas de lado as iniciativas de "civilizá-los" e formulados artigos que reconhecem o direito de suas populações à posse da terra e à conservação de seus costumes, de suas línguas, crenças e tradições. Hoje, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há no Brasil cerca de 240 povos indígenas, falantes de mais de 150 línguas diferentes. De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, somam 817 963 pessoas, das quais 502 783 vivem em áreas rurais. Correspondem a 0,42% da população brasileira.

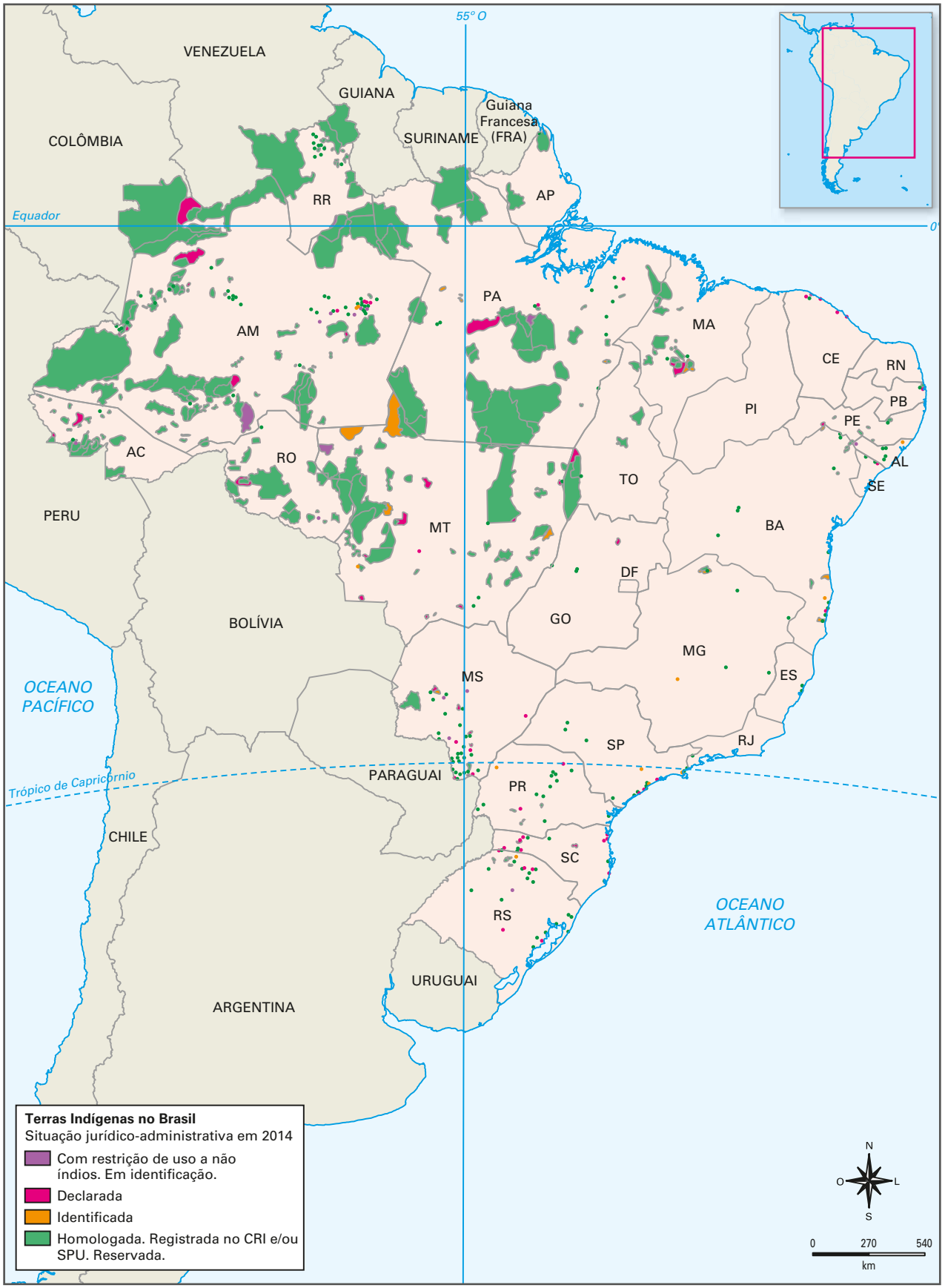
Observe no mapa da próxima página a situação das terras indígenas no Brasil atual. Considerando que esse mapa representa apenas as terras pertencentes a um conjunto de fragmentos de toda a diversidade indígena que já povoou o território, podemos ter uma ideia de quanto essas populações sofreram com o processo de modernização da sociedade brasileira. As organizações e reivindicações indígenas são pautadas no chamado direito originário, ou seja, derivado da sua presença ancestral no território que hoje chamamos de Brasil, garantindo-lhes o direito à terra independentemente de titulação ou reconhecimento formal. O texto constitucional reconheceu os indígenas como os primeiros povos do território brasileiro, mas o cumprimento da legislação e a garantia de seus direitos e de melhores condições de vida — tais como delimitação de terras, educação escolar específica, preservação ambiental, ações governamentais de apoio à economia indígena, assistência médica, entre outros — ainda são desafios presentes em nosso tempo.

LÉXICO

aldeamento: povoação de indígenas dirigida por missionários ou por autoridades leigas. Em geral, indígenas de etnias diferentes eram agrupados nos aldeamentos.

Instituto Socioambiental (ISA): organização sem fins lucrativos, fundada em 1994, dedicada a "defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos".

Terras indígenas do Brasil (2014)



Banco de imagens/Arquivo da editora

Fonte: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/localizacao-e-extensao-das-tis>. Acesso em: 28 jan. 2016.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ As sociedades ocidentais se preocuparam em estudar as populações não europeias principalmente a partir do avanço do imperialismo do século XIX.
- ✔ Desses estudos resultaram teorias evolucionistas, que tratavam de escalonar as sociedades não europeias em graus de evolução.
- ✔ O ápice da escala evolutiva era sempre ocupado pelos europeus.
- ✔ Os critérios usados para construir as classificações favoreciam os europeus.
- ✔ A existência da propriedade privada da terra era um elemento fundamental para determinar a evolução de um povo, assim como seu grau tecnológico.
- ✔ No século XX, os estudiosos começaram a questionar os pressupostos das teorias evolucionistas.
- ✔ As populações indígenas podem ser vistas como muito complexas, dependendo do ponto de vista utilizado. As mitologias ameríndias, por exemplo, podem dar uma ideia dessa complexidade.
- ✔ A história das populações indígenas no Brasil demonstra a grande variedade e a riqueza cultural dessas populações.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual é a relação entre o colonialismo e a teoria do evolucionismo social?
2. Por que o conceito de progresso tecnológico é tão importante para os cientistas do século XIX?
3. O conhecimento acumulado sobre sociedades não ocidentais tornou possível uma teoria mais abrangente sobre a história da humanidade. Esse objetivo foi atingido pelo evolucionismo social?
4. Nas teorias evolucionistas, qual é o papel da propriedade? Explique por que, segundo essas teorias, é importante a passagem de uma sociedade organizada em parentesco para uma sociedade baseada em propriedade privada e Estado.
5. Neste capítulo procuramos contrapor a imagem das sociedades indígenas como "primitivas" à riqueza de seus mitos e de sua arte. Ao estabelecer esse confronto, podemos fazer certas críticas ao evolucionismo. Você poderia pensar em pelo menos uma crítica?

INTERAGINDO

1. Observe a imagem a seguir.

Sara Plaza/Arquivo da editora

Adesivo de carro representando uma família. Foto de 2012.

- Você já deve ter visto adesivos como este em veículos. Você consegue imaginar uma explicação para o sucesso desse tipo de adesivo? Pense sobre o que eles dizem a respeito do que entendemos por "família".

2. Uma das consequências do evolucionismo social é o preconceito étnico. Veja o cartum abaixo, publicado por Laerte em 2011.

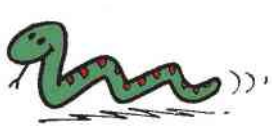
Laerte/Acervo do artista

- Estabeleça uma relação entre o evolucionismo social e o desenvolvimento de preconceitos étnicos ou raciais. Observe o cartum para refletir sobre a relação entre a teoria e a realidade social.

3. Utilize a tirinha abaixo, de Mauricio de Sousa, para refletir sobre a relação entre a noção de progresso e as classificações dos evolucionistas sociais.

Mauricio de Sousa/Mauricio de Sousa Produções

- Tendo a tirinha como referência, explique por que os parâmetros utilizados pelos teóricos do evolucionismo social não fazem sentido para diversas populações.



CONTRAPONTO

1. Considere os trechos do poema a seguir, do escritor inglês Rudyard Kipling (1865-1936).

O fardo do homem branco

Tomai o fardo do homem branco —
Envia teus melhores filhos
Vão, condenem seus filhos ao exílio
Para servirem aos seus cativos;
Para esperar, com arreios
Com agitadores e selváticos
Seus cativos, servos obstinados,
Metade demônio, metade criança.
[...]
Tomai o fardo do homem branco —
As guerras selvagens pela paz —
Encha a boca dos famintos,
E proclama, das doenças, o cessar;
E quando seu objetivo estiver perto
(O fim que todos procuram)
Olha a indolência e loucura pagã
Levando sua esperança ao chão.
Tomai o fardo do homem branco —
Sem a mão de ferro dos reis,
Mas, sim, servir e limpar —
A história dos comuns.
As portas que não deves entrar
As estradas que não deves passar
Vá, construa-as com a sua vida
E marque-as com a sua morte.
[...]
Tomai o fardo do homem branco —
Vós, não tenteis impedir
Não clamem alto pela Liberdade
Para esconderem sua fadiga
Porque tudo que desejem ou sussurrem,
Porque serão levados ou farão
Os povos silenciosos e calados
Seu Deus e tu, medirão.
[...]

Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco>. Acesso em: 10 maio 2015.

LÉXICO

fardo: carga, volume pesado; no contexto do poema, responsabilidade imposta a alguém.
arreios: conjunto de peças usado para montaria do cavalo.
selvático: selvagem.

- **Você consegue estabelecer uma relação entre esse poema e o colonialismo? Como a ideia de "civilizar" pode ser relacionada ao que vimos neste capítulo?**

2. Leia a letra desta canção dos Titãs:

Família

Família! Família!
Papai, mamãe, titia
Família! Família!
Almoça junto todo dia
Nunca perde essa mania...

Mas quando a filha
Quer fugir de casa
Precisa descolar um ganha-pão
Filha de família se não casa
Papai, mamãe
Não dão nem um tostão...

Família êh! Família ah!
Família!
Família! Família!
Vovô, vovó, sobrinha
Família! Família!

Janta junto todo dia
Nunca perde essa mania...

Mas quando o neném
Fica doente
Procura uma farmácia de plantão
O choro do neném é estridente
Assim não dá pra ver televisão...

Família êh! Família ah!
Família!

Família! Família!
Cachorro, gato, galinha
Família! Família!
Vive junto todo dia
Nunca perde essa mania...

A mãe morre de medo de barata
O pai vive com medo de ladrão
Jogaram inseticida pela casa
Botaram cadeado no portão...

TITÃS. Família. In: ___.
Cabeça Dinossauro. WEA, 1986.

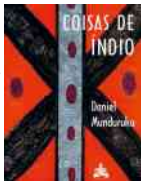
- **Aqui a ideia de família aparece atrelada a alguns comportamentos, que poderíamos chamar de "morais". Os autores certamente estão criticando alguns desses pressupostos morais que costumam acompanhar essa ideia de família. Você consegue identificar um valor criticado? Note também que, ao imaginar a família, os autores criam a cena em que "cachorro, gato e galinha" fazem parte do núcleo familiar. O que podemos pensar disso?**

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. Martins Fontes

A conquista da América, a questão do outro, de Tzvetan Todorov. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
O encontro entre o "civilizado" velho mundo cristão europeu e o "selvagem" novo mundo pagão é, para Todorov, o fato mais importante de toda a história ocidental. A partir desse paradigma, o autor trabalha a complexa questão do "outro" entre o choque de culturas.

Reprodução/Ed. Callis



Coisas de índio: um guia de pesquisa, de Daniel Munduruku. São Paulo: Callis Editora, 2000.

Este livro, escrito por um indígena, procura apresentar um panorama histórico e cultural das etnias indígenas. Através do olhar indígena, procura reverter as visões negativas que desvalorizam sua cultura e apresentar um universo que é desconhecido pela maioria dos brasileiros.

Reprodução/Ed. Companhia de Bolso

Coração das trevas, de Joseph Conrad. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

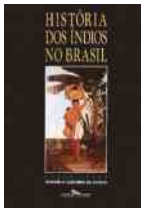
Neste clássico da literatura do século XX, Conrad narra a viagem do protagonista Marlowe pelo coração da selva africana, com a missão de trazer de volta Kurtz, um mercador de marfim cujos métodos passam a desagradar a companhia que o contratou. Dividido entre o fascínio e a repulsa por Kurtz, Marlowe aos poucos descobre a natureza desses métodos.

Reprodução/Ed. Studio Nobel/ Fapesp/Edusp

Grafismo indígena: estudos de antropologia estética, de Lux Vidal (Org.). São Paulo: Edusp, Studio Nobel e Fapesp, 2007.

Com destaque para o artigo "Iconografia e grafismo indígenas, uma introdução", o livro mostra a riqueza das artes dos povos indígenas do Brasil, abordando tanto questões gráficas e de forma como questões simbólicas e teóricas. Trata-se de uma rica iconografia aplicada em vários suportes: pedra, cerâmica, entrecasca, papel e, com maior frequência, corpo humano.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras



História dos índios no Brasil, de Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura e Fapesp, 1992.

Estudos de especialistas brasileiros e do exterior que atuam em diferentes áreas de pesquisa, como Antropologia, História, Arqueologia e Linguística. A obra aborda questões como as novas teorias sobre a origem das populações humanas americanas, e é ilustrada com rica iconografia, documentos, mapas e vinhetas alusivos à cultura material dos povos indígenas.

Reprodução/Ed. Mar de Ideias

O casamento entre o céu e a terra: contos dos povos indígenas do Brasil, de Leonardo Boff. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2015.

O livro reúne diversos contos de diferentes etnias indígenas. Além de imagens fotográficas, o livro traz uma lista dos povos indígenas do Brasil contemporâneo, suas regiões e principais características.

FILMES

Reprodução/Chris Menges/Flashstar

A missão (Reino Unido, 1986). Direção: Roland Joffé.

No século XVIII, missionários jesuítas espanhóis tentam proteger indígenas ameaçados de escravização pelos colonizadores portugueses, na região dos Sete Povos das Missões, reivindicada por Portugal e Espanha.

Leonardo Bittencourt/Taiga Filmes

A nação que não esperou por Deus (Brasil, 2015). Direção: Lucia Murat/ Rodrigo Hinrichsen.

Documentário sobre a vida nas aldeias e as transformações recentes ocorridas entre os Kadiwéu. Ao abordar os conflitos de terra que ocorrem atualmente na região onde vivem esses indígenas, o filme expõe preconceitos e formas de discriminação e opressão que eles sofrem desde a chegada portuguesa.

Reprodução/Lauro Escorel/Condor Filmes

Brincando nos campos do Senhor (Brasil, Estados Unidos, 1991). Direção: Hector Babenco.

Um casal de missionários e seu filho embrenham-se na selva amazônica brasileira para catequizar índios. As intenções religiosas e a harmonia entre brancos e indígenas se tornam instáveis na presença de um mercenário descendente de indígenas norte-americanos.

Reprodução/Vincent Carelli

Corumbiara (Brasil, 2009). Direção: Vincent Carelli.

O documentário retrata a gleba Corumbiara, localizada no sul de Rondônia, que foi leiloada durante o governo militar e se transformou, em 1985, em palco de um massacre de indígenas que viviam, até então, isolados do homem branco.

Reprodução/Academia Kuikuro

Kidene — Academia Kuikuro (Brasil, 2009). Direção: Tarumã Kuikuro.

Realizado pelo coletivo de cinema Kuikuro, esse vídeo documenta a preparação do homem Kuikuro para a luta. Resultado de oficinas de formação em audiovisual para o povo Kuikuro.

Reprodução/Andrea Tonacci/Usina Digital

Serras da desordem (Brasil, 2006). Direção: Andrea Tonacci.

Carapiru é um indígena nômade que escapa de um ataque-surpresa de fazendeiros. Durante dez anos, anda sozinho pelas serras do Brasil central, até ser capturado, em novembro de 1988, a 2 mil quilômetros de seu ponto de partida. Levado a Brasília pelo sertanista Sydney Possuelo, Carapiru se torna centro de uma polêmica entre antropólogos e linguistas quanto a sua origem e identidade.

Reprodução/Adriano Goldman/ Globo Filmes

Xingu (Brasil, 2012). Direção: Cao Hamburger.

O filme conta a trajetória dos irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas desde 1943, quando se alistam para a Expedição Roncador-Xingu, parte da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. Em uma viagem de milhares de quilômetros percorridos, os irmãos contataram catorze grupos indígenas. Após intensa mobilização os irmãos Villas Bôas conseguem fundar, em 1961, o Parque Nacional do Xingu.

INTERNET (Acesso em: ago. 2015.)

http://www.videonasaldeias.org.br

www.videonasaldeias.org.br

Criado em 1986, o *site* é um projeto precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. Criado para apoiar as lutas dos povos indígenas e fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, apresenta vídeos, notícias, oficinas e outras atividades.

http://www.socioambiental.org/pt-br

www.socioambiental.org

O *site* do Instituto Socioambiental (ISA), uma associação sem fins lucrativos fundada em 1994, traz muitas informações atualizadas e confiáveis sobre os povos indígenas do Brasil, seus direitos, a situação das terras indígenas e também das comunidades quilombolas.

CAPÍTULO 2

PADRÕES, NORMAS E CULTURA

Neste capítulo vamos discutir:

1. Civilização × cultura
2. Cultura, etnocentrismo e relativismo
3. Padrões culturais
4. O conceito de cultura no século XX
5. O conceito de cultura no século XXI

Michael Cuffe/Acervo do fotógrafo

NO TRESPASSING **[NÃO INVADIR], grafite de Banksy em São Francisco, Califórnia, Estados Unidos. Foto de 2010.**

No Capítulo 1 vimos que a Antropologia do século XIX pensava a humanidade em uma escala evolutiva. Percebemos as implicações desse tipo de pensamento, principalmente naquilo que pode ser chamado de ideologia do colonialismo. No entanto, essas mesmas teorias que deram origem a perspectivas racistas ao longo do século XIX e do século XX trouxeram também algo novo: a ideia de colocar no mesmo barco todas as populações do mundo. Até o século XIX, na Europa, ainda se discutia se as populações nativas de outras regiões eram de fato humanas! Apesar de a bula *Sublimis Deus*, promulgada pelo papa Paulo III em 1537, estabelecer o direito à liberdade dos indígenas e a proibição de submetê-los à escravidão, na Espanha do século XVII existiam dúvidas e investigações sobre a existência ou não de alma nos indígenas.

A inclusão de todas as populações em uma única história humana teve como base a hierarquia evolutiva. A Antropologia, porém, não se satisfez com essa perspectiva e, desde o final do século XIX, passou a criticar a teoria do evolucionismo. O principal instrumento para fundamentar essa crítica foi o conceito de **cultura**.

1. CIVILIZAÇÃO × CULTURA

No final do século XIX, o antropólogo alemão Franz Boas construiu uma crítica à ideia de civilização das teorias evolutivas descritas no Capítulo 1. Vimos que por trás da ideia de **progresso** havia uma ideia de **civilização** que estabelecia uma hierarquia: civilizados eram os europeus (e norte-americanos), enquanto as demais populações eram escalonadas entre mais e menos atrasadas.

Domingos Alvão/Arquivo da editora

Reprodução/Arquivo da editora

Vemos ao lado uma foto de indivíduos do povo Balanta (que habita a atual Guiné-Bissau) na 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, Portugal, em 1934. Eles foram apresentados numa espécie de zoológico humano colonial como exemplos da população dominada pelo império português. Nessas exposições, as características das populações dominadas eram exibidas com exotismo ao público europeu. Acima, um dos cartazes de divulgação da Exposição.

Essa ideia foi duramente criticada por Franz Boas (ver *Perfil* na próxima página), pioneiro da Antropologia estadunidense. Embora não tenha sido o primeiro a utilizar o termo "cultura", Boas foi o primeiro a empregar a palavra em seu sentido moderno, propriamente antropológico. Antes de Boas, cultura era sinônimo de "civilização" e um atributo dos países tidos como civilizados. Franz Boas inaugurou a utilização do conceito em uma perspectiva pluralista: ele fala em "culturas", e não em "cultura". Pode parecer uma pequena diferença, mas foi uma grande transformação.

E por que foi uma grande transformação? Porque quando pensamos cultura no plural, torna-se possível desconstruir as hierarquias, tão importantes para o pensamento colonial e racista em geral. Quando pensamos em culturas no plural e não escalonamos as culturas em uma ordem qualquer, cada cultura passa a brilhar com luz própria, em seus próprios termos. Esse brilho individual, singular, é o que interessa à Antropologia desde o final do século XIX, a partir do trabalho de Boas.

Para Boas, as diferentes populações que existem no mundo têm diferentes culturas e é praticamente impossível estabelecer entre elas qualquer tipo de hierarquia. Analisando a história de várias populações indígenas que vivem entre o noroeste estadunidense e o Alasca, o antropólogo chegou à conclusão de que é muito difícil estabelecer entre elas qualquer tipo de hierarquia, pois as histórias são tão particulares e preenchidas por interesses tão diferentes que qualquer comparação só seria possível se fosse utilizada uma medida de análise, que seria sempre arbitrária. Ou seja, a comparação para estabelecer uma hierarquia sempre deveria adotar algum critério, tomado de alguma população, e nesse processo a própria comparação já seria injusta.

Rudolf Cronau/Arquivo da editora

Ilustração do artista alemão Rudolf Cronau (1855-1939) mostra um conjunto de máscaras kwakiutl, população da ilha de Vancouver, no Canadá, estudada pelo antropólogo Franz Boas, especialmente quanto aos aspectos artísticos. Usadas em danças e rituais, as máscaras são consideradas manifestações de espíritos ancestrais e entidades sobrenaturais.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou na diversidade cultural como uma questão de poder? Dependendo da forma como é vista, a diferença cultural pode significar desde um pensamento racista até um pensamento antirracista. A Antropologia adotou o lado antirracista dessa equação. Agora, tente pensar nisso a partir de sua situação particular: como o bairro em que você mora é visto em sua cidade? Como são descritas as pessoas como você? O que você pensa das pessoas diferentes de você? Se mora no campo, imagine como as pessoas da cidade pensam em você. Tente pensar em que lado da equação estão as pessoas que pensam sobre a sua situação e como você pensa sobre a situação de outras pessoas.

Rudolf Cronau/ Arquivo da editora

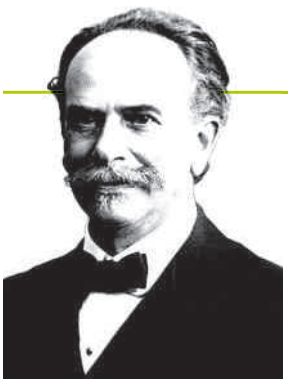
Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Gilberto Freyre (1900-1987)**.

2. CULTURA, ETNOCENTRISMO E RELATIVISMO

Nascido e educado na Alemanha, Boas formou seu conceito de cultura a partir de concepções alemãs de *Kultur*, ou "espírito do povo". Ele transporta essa ideia para a Antropologia, em uma crítica ao evolucionismo. Para Franz Boas, cultura era um todo integrado, e não apenas um conjunto desagregado de práticas, hábitos, técnicas, relações e pensamentos.

Essa integração de múltiplos elementos, ordenados a partir de um princípio compartilhado por todos os indivíduos de uma sociedade específica, criava a cultura. Por ser única e exclusiva de cada sociedade, inviabilizava qualquer tentativa de comparação a partir de pressupostos arbitrários. Para Boas, qualquer comparação exigiria tanto cuidado e tanta investigação histórica e antropológica que, na prática, seria inviável.

Franz Boas inaugurou o que mais tarde ficaria conhecido como **relativismo cultural**: uma tomada de posição perante a diferença cultural, segundo a qual cada cultura deve ser avaliada apenas em seus próprios termos.



MCC/CMC. Foto c. 1915.

PERFIL
FRANZ BOAS

Franz Boas nasceu em Minden, Alemanha, em 1858. Filho de judeus liberais relativamente abastados, iniciou sua carreira acadêmica nas áreas de Física e Geografia ao se doutorar na Universidade de Kiel em 1881, aos 23 anos. Seus interesses giravam em torno da relatividade das percepções físicas, e seu doutorado foi sobre variações no entendimento da cor da água. Em 1883, participou de uma expedição ao Ártico, onde encontrou a população inuíte, o que marcou uma mudança em sua carreira. Passou a se interessar pela Antropologia.

Em 1887, abandonou a carreira de geógrafo e se mudou para os Estados Unidos, onde passou por universidades e museus até se fixar na Universidade Columbia. Nessa instituição criou um departamento de Antropologia e um curso de doutorado, formando a primeira geração de antropólogos "acadêmicos" norte-americanos.

Boas teve atuação política marcante, assumindo posição antirracista em um país profundamente marcado pela discriminação racial. Fundou a Associação Americana de Antropologia, hoje a maior e mais importante associação antropológica no mundo. Por ter formado antropólogos importantes para a história da disciplina e por sua contribuição teórica, Boas ficou conhecido como "o pai da Antropologia estadunidense".

A influência de suas ideias fez-se sentir no Brasil, principalmente na obra de **Gilberto Freyre (1900-1987)**, que afirmou, no prefácio do clássico *Casa-grande & senzala*, de 1933, que a obra de Boas o ajudara a se libertar da visão negativa sobre a mestiçagem, então considerada um problema da formação social brasileira.

Franz Boas morreu em 1942, em Nova York, vítima de um infarto durante um jantar entre acadêmicos.

ASSIM FALOU... BOAS

Não há a menor prova científica de que "raça" determine mentalidade, mas há provas contundentes de que a mentalidade é influenciada pela cultura tradicional. [...] A existência de qualquer raça pura com dotes especiais é um mito, como é a crença de que existem raças cujos membros são todos fadados a alguma inferioridade eterna.

BOAS, Franz. *Race and Democratic Society*. New York: Biblo and Tannen. 1928. p. 15, 20. Texto traduzido.

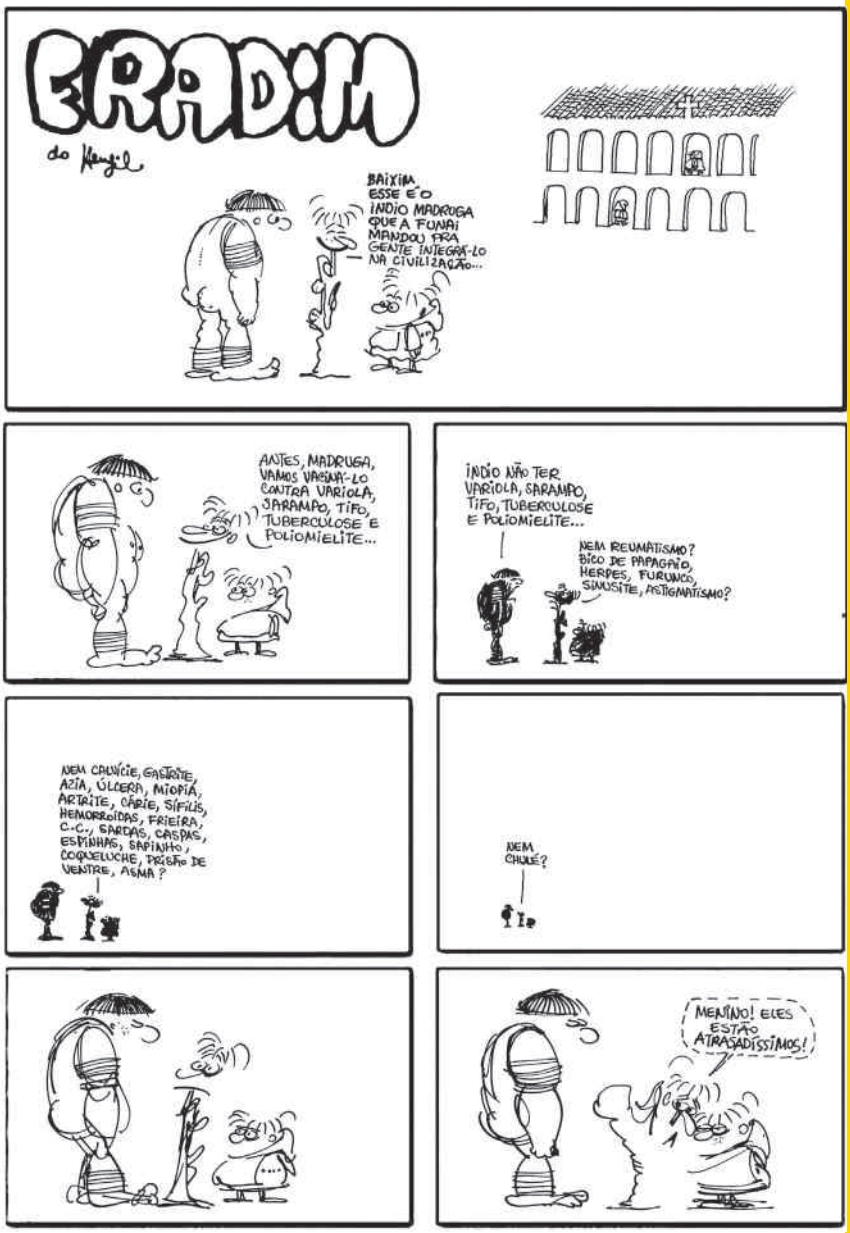
Relativismo cultural, portanto, é uma forma de encarar a diversidade sem impor valores e normas alheios. Podemos considerar o relativismo uma inversão do evolucionismo: se este escalona as diferenças a partir de valores específicos das sociedades ocidentais, o relativismo evita qualquer tipo de escala, analisando as diferenças segundo os termos da própria sociedade da qual fazem parte.

Tendência inversa ao relativismo cultural é o **etnocentrismo**, que estudamos no Capítulo 1: estamos sendo etnocêntricos quando julgamos outras culturas segundo nossos próprios parâmetros culturais. Por exemplo: considerar uma população indígena atrasada porque lhe faltam determinadas tecnologias é etnocentrismo. Se adotarmos outros critérios, esse "atraso" pode ser questionado. Levando em conta a capacidade de se manter estável ao longo do tempo (o que hoje chamamos de sustentabilidade), as sociedades que nos pareciam primitivas ganham um estatuto muito mais "civilizado", já que o nosso modelo de vida, baseado no consumo intenso, não é sustentável a longo prazo.

O etnocentrismo é o mecanismo principal das classificações evolucionistas, enquanto o relativismo cultural é o motor de um pensamento não preconceituoso e preocupado em romper com as classificações hierárquicas. O conceito antropológico de cultura não pode existir sem o relativismo cultural e a crítica ao etnocentrismo.

O relativismo foi uma revolução política no enfrentamento ao racismo e a outros tipos de preconceito, mas gerou um impasse político ao longo do século XX: se a premissa do relativismo é examinar qualquer cultura segundo seus próprios termos, é preciso aceitar tudo o que cada cultura produz. O problema dessa premissa é que alguns costumes nos parecem inaceitáveis, como as mutilações genitais impostas às mulheres em alguns países islâmicos. Longos debates foram travados para superar esse impasse, levando a posicionamentos os mais diversos e até mesmo à recusa do relativismo.

Henfil/Acervo Ivan Constanza



Quadrinhos de 1977 do cartunista brasileiro Henfil (1944-1988).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já tentou relativizar algum comportamento que considera estranho? A forma antropológica de entender comportamentos coletivos que nos pareçam "estranhos" é buscar um sentido para eles. Qual é o sentido do vestuário de um grupo *punk*? Por que o preto é uma cor tão importante para alguns grupos de jovens a ponto de eles só usarem roupas e acessórios dessa cor? Pense em qualquer comportamento coletivo dessa natureza e procure relativizá-lo, buscando compreender que sentido tem para o grupo que o pratica.

LÉXICO

LGBTI: sigla utilizada para identificar todas as manifestações tidas como minorias de gênero. Em substituição ao que antes se conhecia como GLS (*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes), a sigla foi atualizada para dar conta de novos grupos e, atualmente, refere-se a Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis e Intersexuais.

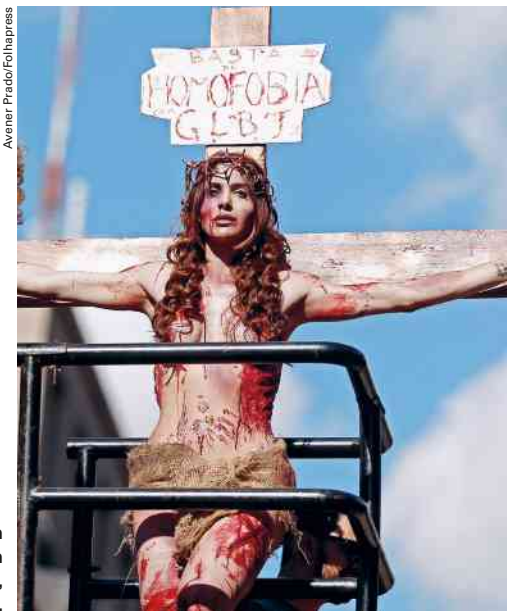
crime hediondo: são os crimes definidos como de alta gravidade pelo Poder Legislativo. Hediondo é sinônimo de repugnante, horrendo ou sórdido, e os crimes assim considerados recebem o grau máximo de reprovação ética.

Uma forma de tentar solucionar esse impasse é pensar em termos de poder dentro de cada cultura. Se determinado costume oprime parcelas de uma sociedade (as mulheres islâmicas, por exemplo), e essas parcelas se sentem oprimidas, é justo criticar esse costume, mas nesse caso teríamos de fazê-lo segundo os próprios termos daquela cultura. Podemos criticar a mutilação genital porque as mulheres da sociedade em que essa prática existe a criticam. Se essas mulheres mutiladas não se sentissem desrespeitadas em seus direitos individuais, teríamos o direito de criticar esse costume? A resposta não é simples, mas o relativismo cultural não significa aceitar tudo o que qualquer cultura faz ou produz, e sim entender como e por que cada sociedade faz o que faz, quem é ou não favorecido por determinadas práticas e como diversos tipos de opressão podem surgir dessas práticas.

Diferentes aspectos desse dilema se manifestam intensamente em sociedades pelo mundo inteiro. No Brasil, em junho de 2015, durante a parada LGBTI em São Paulo, como protesto contra a homofobia e a transfobia, uma transexual desfilou simulando uma crucificação. A repercussão na mídia foi avassaladora. Muitos entenderam a mensagem como uma afronta ou aversão às religiões cristãs, como uma "cristofobia". A manifestante afirmou em reportagens que queria apenas chamar atenção para a violência contra a população LGBTI e os níveis alarmantes de assassinatos motivados por discriminação sexual e de identidade de gênero. A repercussão foi tamanha que um deputado chegou a propor na Câmara dos Deputados que a ofensa religiosa se torne um crime hediondo (Projeto de Lei n. 1804/15).

Em outro caso, ocorrido em outubro de 2012, uma revista esportiva estampou em sua capa uma fotomontagem do jogador de futebol Neymar em uma cruz, com a manchete: "Neymar crucificado". A reportagem abordou as teorias acusatórias de que o jogador estaria simulando faltas para tentar induzir a arbitragem a erros. A capa também sofreu muitas críticas, embora pareça não ter desencadeado reações tão intensas quanto a performance da artista transexual. Veja as imagens abaixo:

Avener Prado/Folhapress



Transexual em protesto contra a transfobia e a homofobia em São Paulo (SP), em junho de 2015.

Reprodução/Ed. Abril

Fotomontagem com o jogador de futebol Neymar na capa de uma revista esportiva, em 2012.

Esses exemplos são importantes para pensarmos a problemática do relativismo: afinal, o que é considerado ofensa religiosa? Como uma lei contra ofensa religiosa encararia esses dois fatos? Quais os limites para a utilização de símbolos religiosos para representar opressões ou situações sociais? A minha liberdade ao utilizar tais símbolos vale mais do que o significado que eles possuem para os religiosos? Por que o primeiro caso exposto parece incitar maior reação pública? Provavelmente a resposta está relacionada à intolerância à transexualidade (transfobia), presente em diferentes setores da sociedade brasileira. Poderíamos avançar nessa questão e perguntar se as críticas às práticas religiosas afrodescendentes (muitas vezes veiculadas em programas televisivos e de rádio de outras religiões) também podem ser consideradas ofensas religiosas. O debate em torno dessas questões expõe problemas essencialmente antropológicos, evidenciando que a percepção da diferença (seja religiosa, seja de gênero ou outras) é um grave problema no mundo contemporâneo. Mais uma vez, tudo depende do ponto de vista de quem pratica uma ação e de quem se sente incomodado ou ofendido por ela.

Na luta contra o etnocentrismo e o racismo, o conceito de cultura é um instrumento fundamental, que ganhou importância desde que deixou de ser pensado como sinônimo de "civilização" e passou a ter significado em conjunto com o relativismo cultural. Esse mesmo instrumento ganhou novas aplicações quando novos atores sociais entraram em cena exigindo o respeito às diferenças. Esses grupos, tal como a população LGBTI, ajudam a evidenciar a importância da diversidade cultural.

Mas o conceito de cultura vai muito além de uma simples defesa do relativismo cultural. Veremos a seguir um pouco da história desse conceito na Antropologia.

3. PADRÕES CULTURAIS

Desde o século XIX, estudiosos começaram a perceber que diferentes culturas produziam realidades diferentes, e essas realidades, por sua vez, davam origem a comportamentos e práticas regulares que se repetiam no tempo e no espaço. Esses comportamentos e práticas regulares foram denominados padrões culturais. A ideia de que existem padrões culturais foi decorrência direta dos estudos de Boas, nos quais o conceito de cultura ganhou sua conotação moderna como força unificadora de um povo, que dá sentido e condensa tudo o que acontece.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Margaret Mead (1901-1978)** e **Ruth Benedict (1887-1947)**.

Desde o começo do século XX, principalmente com o trabalho de duas alunas de Franz Boas — **Margaret Mead (1901-1978)** e **Ruth Benedict (1887-1947)** —, o conceito de padrão cultural ganhou bastante destaque. Essas antropólogas observaram que, além de expressar comportamentos regulares, os padrões culturais produziam indivíduos com inclinações semelhantes.

Para essas antropólogas norte-americanas, a relação entre as personalidades individuais e os padrões culturais era muito significativa. Como se a cultura, de certa forma, moldasse as personalidades individuais em tipos-padrão. Isso significa dizer que certa cultura tenderia a produzir indivíduos mais violentos, enquanto outra tenderia a produzir sujeitos mais contemplativos. Assim, cada cultura modelaria uma personalidade-padrão que, embora sujeita a variações, seria predominante sobre as demais. Ou seja, a força da cultura, ao integrar um conjunto de pessoas produzindo padrões de comportamento, levaria à produção de um "modo de ser" característico de uma sociedade.

Margaret Mead (à direita) durante etnografia na ilha Manus, na atual Papua-Nova Guiné. Foto de 1953.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Para Mead e Benedict, e também para Franz Boas e outros antropólogos norte-americanos, a cultura podia ser comparada a uma lente que filtra tudo o que vemos, percebemos e sentimos. Não há como perceber o mundo a não ser através do filtro de alguma cultura. Um dos elementos centrais desse processo de "percepção do mundo" é a linguagem, um mecanismo de transmissão de valores, ideias e formas de refletir sobre a realidade. Para esses autores, não haveria possibilidade de perceber o mundo fora do mecanismo de transmissão cultural representado pela linguagem.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A ideia de padrões culturais pode estar mais próxima do que você imagina. Basta pensar em qualquer grupo social que imediatamente associamos a ele determinados padrões de comportamento. Se, por exemplo, você pensar em um grupo de *skatistas* de uma grande cidade brasileira, provavelmente virá à sua mente alguma imagem sobre comportamento. Faça uma lista de comportamentos, ações, vestuário, modos de falar e outras características de um grupo que você conheça de perto.

De acordo com essas ideias, a vida de cada um seria uma acomodação aos padrões culturais transmitidos de geração em geração. A questão é entender o papel do costume na vida do indivíduo, o que, segundo Mead e Benedict, vale tanto para as culturas ditas "primitivas" quanto para as culturas ocidentais. Ao afirmar que também as culturas vistas como "avançadas" são regidas por padrões culturais, as duas antropólogas desafiaram o pensamento comum da época. O que era normal para a maior parte das pessoas, para essas autoras era fruto de costumes arbitrários. O fato de que a mulher, nos Estados Unidos, era em geral direcionada aos cuidados do lar, por exemplo, foi visto por elas como um costume cultural norte-americano de um determinado período histórico, e não como algo "natural".

Time & Life Pictures/Getty Images

Ruth Benedict pesquisou a cultura japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, na qual Estados Unidos e Japão estavam em lados opostos. Esta foto de 1945 retrata pilotos kamikazes japoneses, que se dispunham a morrer em combate atirando seus aviões contra alvos inimigos. Antropólogos tentaram entender a disposição de sujeitos de uma mesma cultura a determinadas ações usando o conceito de padrão cultural.

ASSIM FALOU... BENEDICT

Minha missão era difícil. A América e o Japão estavam em guerra e a tendência em tal circunstância é condenar indiscriminadamente, sendo, portanto, ainda mais difícil descobrir como o inimigo encara a vida. [...] Urgia saber como os japoneses se comportariam, e não como nos comportaríamos se estivéssemos em seu lugar. Procuraria utilizar a conduta japonesa na guerra como uma base para compreendê-los, e não como uma tendência. Teria de observar a maneira como conduziam a guerra e considerá-la, por ora, não como um problema militar, e sim como um problema cultural.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 12-13.

Esse movimento intelectual levou ao questionamento de noções que pareciam naturais aos norte-americanos. É o que chamamos hoje de desnaturalização: aquilo que parece natural e "normal" é apenas uma entre milhares de formas possíveis. O fato de determinadas práticas prevalecerem não é de modo algum "natural" — nada mais é do que a força do costume. Essa ideia é muito importante para o pensamento antropológico, pois permitiu desnaturalizar muito do que parecia natural aos membros de

culturas ocidentais. Os antropólogos estão entre os grandes críticos da segregação racial (que parecia normal à elite norte-americana do começo do século XX), da opressão da mulher, da discriminação aos imigrantes, da exploração de terras indígenas, etc.

Ruth Benedict e Margaret Mead tiveram grande influência no pensamento feminista, abrindo as portas para o questionamento daquilo que era visto como natural: o papel da mulher exclusivamente como mãe e esposa devotada aos afazeres domésticos. Para elas, o papel de mãe era consequência do costume, não da natureza humana. E, sendo fruto do costume, poderiam mudar, e a própria carreira acadêmica dessas antropólogas era um exemplo disso: mulheres que trabalhavam e tinham destaque acadêmico em uma sociedade muito restritiva quanto aos papéis femininos.

Rolls Press/Popperfoto/Getty Images

Em foto de março de 1971, mulheres do movimento feminista protestam em Londres, Inglaterra, reivindicando creches nos locais de trabalho, acesso a todos os tipos de trabalho, salário igual para funções iguais, liberação gratuita de métodos contraceptivos e direito ao aborto.

4. O CONCEITO DE CULTURA NO SÉCULO XX

Ao longo do século XX, o conceito de cultura foi incorporado ao senso comum. Passou além dos discursos acadêmicos e ganhou espaço em discussões públicas, como as lutas por direitos. A ideia de cultura que prevalece hoje no senso comum deve muito ao pensamento de Boas: um conjunto estável de hábitos, práticas, costumes, tecnologias, etc. No campo teórico da Antropologia, entretanto, esse conceito passou por inúmeras revisões. Um antropólogo, quando fala em cultura, está falando de algo diferente daquilo que o senso comum imagina. Nas Ciências Sociais os conceitos parecem ganhar vida própria e são empregados nas mais diversas situações, em perspectivas muito díspares. Muitas vezes, usando um mesmo termo, como "cultura", por exemplo, um sociólogo e um cientista político podem estar se referindo a aspectos extremamente diferentes.

O importante aqui é entender como a Antropologia prosseguiu na reflexão sobre a cultura, a partir dos trabalhos de Boas e seus alunos. Essa continuação ocorreu basicamente nos Estados Unidos, tendo havido algumas reviravoltas e até mesmo críticas severas ao conceito. Logo após a geração dos primeiros alunos de Boas, no pós-Segunda Guerra Mundial, um movimento intelectual liderado por antropólogos como **Marvin Harris (1927-2001)** e **Julian Steward (1902-1972)** resgatou uma teoria da evolução que havia sido criticada por Boas. Essa teoria, entretanto, não seguia os termos dos evolucionistas do século XIX. A partir de uma perspectiva marxista, fundada na evolução dos sistemas econômicos (dos mais simples aos mais complexos), Harris e Steward repudiavam o conceito proposto por Boas, considerando que o foco exagerado nas especificidades de cada cultura impedia uma reflexão mais abrangente sobre a humanidade.

Na década de 1960, uma nova geração de antropólogos trouxe outros significados ao conceito de cultura. Destacam-se nesse momento os trabalhos dos norte-americanos **David Schneider (1918-1995)**, **Clifford Geertz (1926-2006)** e Marshall Sahlins (1930-), que criticaram o conceito de cultura como um todo integrado e estático. A crítica desses intelectuais se referia às grandes transformações ocorridas no mundo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em um contexto que incluía mu-

LÉXICO

perspectiva marxista: como veremos mais adiante, no Capítulo 6, uma teoria de perspectiva marxista basicamente segue os preceitos teóricos de Karl Marx. O pensamento de Karl Marx alcançou grande influência na classe trabalhadora europeia a partir do final do século XIX, e daí em diante formaram-se diversas linhas e correntes diferentes. Por ora, é suficiente entendermos que a linha evolutiva traçada por esses autores não estabelece superioridades culturais entre as sociedades, mas procura características evolutivas entre as formas pelas quais cada sociedade se organiza para produzir aquilo de que necessita para viver, ou seja, uma evolução dos sistemas econômicos.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Marvin Harris (1927-2001)**, **Julian Steward (1902-1972)**, **David Schneider (1918-1995)** e **Clifford Geertz (1926-2006)**.

Bettmann/Corbis/Latinstock

A independência do Congo Belga, em 1960, levou à implantação da República Democrática do Congo. Naquele ano, Patrice Lumumba (no centro da imagem, de terno branco) foi eleito primeiro-ministro congolense.

danças profundas — desde as lutas pela independência em países antes dominados por potências europeias até as revoluções culturais da década de 1960 —, as sociedades observadas pela Antropologia também passavam por transformações que um conceito estático de cultura não dava conta de explicar.

Para Schneider, Geertz e Sahlins, a cultura continuava a ser um todo integrado, mas era eminentemente dinâmica, sujeita a mudanças. Nessa visão, a cultura deixa de ser um conjunto de práticas observáveis e passa a configurar um conjunto de códigos simbólicos. Ou seja, é mais semelhante a um código do que a um conjunto de comportamentos: pode ser comparada a um conjunto de regras que é internalizado pelas pessoas desde a infância. Para esses autores, cultura não é o que as pessoas fazem, mas sim o que elas pensam: está presente em todos os indivíduos que vivem em comum, é compartilhada e transmitida como um código permeado pela linguagem e por vários conceitos que a linguagem traz consigo.

ASSIM FALOU... GEERTZ

> Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p 15.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Que tal refletir um pouco sobre a linguagem e tudo o que está por trás das palavras? Pense na palavra "mulher", por exemplo. Além de nomear um ser humano do gênero feminino, essa palavra carrega muitos outros significados. Não é meramente a descrição de uma parte da humanidade: expressa uma série de valores, preconceitos, papéis, etc. E por falar em preconceitos, nosso vocabulário carrega inúmeros deles. "Denegrir", "mulata" e "cabelo duro", por exemplo, são expressões racistas que têm origem em nosso passado escravista e que, infelizmente, perduram até hoje. Para perceber como a linguagem expressa conceitos, preconceitos e visões de mundo, procure saber mais sobre a origem desses e de outros termos presentes no nosso dia a dia.

A ideia de cultura como um código de regras e ordens que está na cabeça das pessoas, e não nos comportamentos, permite muitas possibilidades de pensar a dinâmica e a transformação das culturas. Como já vimos, inicialmente os antropólogos observavam apenas os comportamentos e os consideravam cultura.

Nesse contexto, quando os comportamentos mudavam, a impressão era que a cultura tinha se "perdido". Na primeira metade do século XX, era comum os antropólogos lamentarem a "perda" de cultura de várias populações pelo mundo. Isso porque o avanço do sistema econômico ocidental produziu grandes transformações entre sociedades antes isoladas: rituais deixaram de ser realizados, técnicas tradicionais foram abandonadas, crenças nativas foram atropeladas por religiões ocidentais.

Tudo isso era considerado pelos antropólogos "perda", "aculturação" aos valores ocidentais, já que eles entendiam a cultura como a soma dos comportamentos visíveis. Quando a cultura passou a ser vista como um código mental, os comportamentos se tornaram consequência desse sistema, e podem mudar sem comprometer o sistema, organizando novas práticas e inventando novas tradições, embora ainda seguindo certas regras básicas. Resumindo, a cultura não se limita mais a uma série de comportamentos, mas constitui um sistema que organiza a experiência das pessoas na vida, ordenando até mesmo os processos de transformação.

Quando um costume muda ou uma prática nativa de outra cultura é adotada, isso acontece segundo uma lógica cultural. Pense em um conjunto de *rappers* brasileiros: embora produzam uma música que não é original do nosso país, eles a utilizam para expressar suas ideias e uma crítica social que se refere ao seu cotidiano. Será que eles são menos brasileiros por se expressarem por meio do *rap*? Ou será que eles usam o *rap* para expressar um ponto de vista essencialmente brasileiro, e nesse sentido estariam abrasileirando o *rap*? Os antropólogos do final do século XX tenderiam a preferir a segunda resposta, tornando o conceito de cultura mais dinâmico.

Evelson de Freitas/Agência Estado

O músico Criolo, durante entrevista em São Paulo (SP), em 2014. O *rap* desse cantor busca influências em gêneros musicais africanos, como o *afrobeat*, da Nigéria, e o *ethio-jazz*, da Etiópia, e brasileiros, como o samba, o coco e o maracatu.

5. O CONCEITO DE CULTURA NO SÉCULO XXI

Desde o fim do século XX, o conceito de cultura tem recebido muitas críticas, algumas tão radicais que chegam a defender o fim de seu uso. Trata-se de um processo comum nas Ciências Sociais: todos os grandes conceitos passam por revisões, adaptações, críticas fulminantes e renascimentos milagrosos. Embora no senso comum o conceito de cultura ainda esteja associado a ideias do começo do século XX, na Antropologia o conceito já viveu, morreu e renasceu. Veremos a seguir as duas principais críticas ao conceito e também como ele permanece, apesar dessas críticas.

É interessante notar que muitos intelectuais, embora prefiram não usar mais o termo "cultura", continuam precisando de um conceito para lidar com a diferença entre as sociedades e entre os grupos dentro de uma mesma sociedade. Mas na medida em que se evita o conceito de cultura, outros conceitos que descrevem mais ou menos a mesma coisa são cada vez mais usados. Exemplo disso é o conceito de "identidade", que guarda semelhanças significativas com o sentido mais contemporâneo de cultura. Embora mais voltado para grupos dentro de sociedades maiores, como grupos étnicos (imigrantes, por exemplo), grupos raciais (populações negras em países ocidentais, por exemplo), grupos de orientação sexual ou de gênero (homoafetivos ou transgêneros, por exemplo), o conceito de identidade é uma ferramenta teórica para pensar a diversidade. O conceito de cultura tem a mesma função, mas, segundo muitos de seus críticos, tende a ser autoritário e impor imagens à revelia dos grupos que se propõe a descrever.

Bettmann/Corbis/AP/Latinstock

Na imagem a ativista Angela Davis discursa para multidão em Raleigh, Estados Unidos, em 1974. Angela se tornou um símbolo da luta contra o racismo nos Estados Unidos e no mundo, e seu estilo de penteado, conhecido como *black power*, faz parte do movimento de afirmação da identidade do negro.

No século XX, as mais duras críticas ao conceito de cultura partiram de um movimento em Antropologia denominado **pós-modernismo**: um conjunto de autores que passou a duvidar da possibilidade de falar sobre a cultura dos outros. Para eles, quando um antropólogo fazia o seu trabalho, que era basicamente descrever outras sociedades, ou grupos dentro de sociedades, ele exercia um poder absoluto: sua descrição passava a ser vista como absoluta e verdadeira.

Para pensar sobre isso, considere o trecho a seguir:

Iracema acendeu o fogo da hospitalidade; e trouxe o que havia de provisões para satisfazer a fome e a sede: trouxe o resto da caça, a farinha-d'água, os frutos silvestres, os favos de mel, o vinho de caju e ananás.

Depois a virgem entrou com a igaçaba, que na fonte próxima enchera de água fresca para lavar o rosto e as mãos do estrangeiro.

Quando o guerreiro terminou a refeição, o velho Pajé apagou o cachimbo e falou:

— Vieste?

— Vim — respondeu o desconhecido.

— Bem-vindo sejas. O estrangeiro é senhor na cabana de Araquém. Os tabajaras têm mil guerreiros para defendê-lo, e mulheres sem conta para servi-lo. Dize, e todos te obedecerão.

— Pajé, eu te agradeço o agasalho que me deste. Logo que o sol nascer, deixarei tua cabana e teus campos aonde vim perdido; mas não devo deixá-los sem dizer-te quem é o guerreiro, que fizeste amigo.

— Foi a Tupã que o Pajé serviu: ele te trouxe, ele te levará. Araquém nada fez pelo seu hóspede; não pergunta donde vem e quando vai. Se queres dormir, desçam sobre ti os sonhos alegres; se queres falar, teu hóspede escuta.

ALENCAR, José de. *Iracema*. 37. ed. São Paulo: Ática, 2009. p. 25.

Acervo pessoal/Arquivo da editora

Cartaz de trabalho escolar em homenagem ao Dia do Índio. Foto de 2009.

Nesse trecho do romance *Iracema*, publicado pela primeira vez em 1865, o autor cearense José de Alencar (1829-1877) faz uma descrição da população indígena na qual tanto a jovem Iracema como o pajé Araquém são representados como solícitos e servis em relação ao estrangeiro. O escritor desenha uma imagem de submissão incondicional, sem contestação ou mecanismos de resistência. Essa forma de descrever os indígenas gera uma imagem sobre essa população. E essa imagem favorece a elite branca do século XIX, pois representa os indígenas como serviçais.

Do ponto de vista dos críticos do conceito de cultura, o processo sempre se repete: a cada descrição, temos uma representação criada por quem descreve. Aquele que é descrito, por sua vez, nunca tem sua própria voz ouvida. Ou seja, quando alguém o descreve, produz imagens sobre as quais o indivíduo descrito não tem nenhum controle.

Por exemplo, na maior parte das escolas brasileiras a comemoração do Dia do Índio é feita com base em ideias e imagens genéricas, que não se referem a uma etnia ou população específica. Como se sabe, os diversos grupos indígenas do Brasil vivem em sociedades muito distintas entre si, com diferentes visões sobre o mundo e a natureza. Nenhum indígena real é representado no Dia do Índio: comemoramos uma imagem, criada pela sociedade não indígena, que está muito distante da diversidade presente nos grupos indígenas que vivem no Brasil.

http://cdn1.mundodastribos.com

Nesta imagem, retirada de uma atividade escolar para o Dia do Índio, podemos observar que a figura indígena nem mesmo resguarda semelhanças com as etnias encontradas no Brasil: com vestimentas longas e um estilo de moradia que inexiste em nossas regiões, a figura se parece mais com representações de etnias encontradas em regiões da América do Norte.

Retomando a crítica dos antropólogos pós-modernistas do final do século XX, eles diziam que as descrições feitas pelos intelectuais eram autoritárias, pois não davam voz aos descritos: sempre alguém falava por eles. E, para esses antropólogos, o conceito de cultura era o veículo dessa descrição autoritária.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Vivemos cercados de representações genéricas e estereotipadas sobre os "outros". Por exemplo, quando pensamos em pessoas que vivem em lugares da cidade diferentes de onde moramos, a tendência é recorrer a representações genéricas. E muitas vezes, por outro lado, nós é que somos alvo dessas representações. É comum ligar populações de determinadas áreas das grandes cidades à violência, por exemplo. Você consegue pensar acerca de imagens genéricas sobre alguma população ou grupo de pessoas do lugar onde você mora e criticar tais imagens?

A partir da década de 1990, essa crítica foi retomada por uma série de intelectuais chamados de "pós-coloniais". Originários de várias partes do mundo, principalmente da Índia, e também de grupos minoritários dos países centrais do mundo ocidental, esses estudiosos levaram mais além a crítica pós-modernista. Para eles, não só os "representados" eram impossibilitados de se fazer ouvir, mas a própria descrição levava à construção de estereótipos.

O alvo principal dessa crítica foi a produção de estereótipos, presentes tanto nas descrições em si como nas teorias produzidas na Europa e nos Estados Unidos. Para esses autores, o conceito de cultura resultaria necessariamente em uma prisão para os grupos descritos desse ponto de vista: a descrição produziria um estereótipo do qual os descritos não poderiam fugir, assim como os grupos indígenas brasileiros não conseguem escapar da imagem de um índio genérico no Brasil.

Novaes/Acervo do cartunista

Esta charge de Novaes, de 2012, usa de ironia para denunciar o estereótipo: o jovem negro é estimulado a se dedicar ao esporte, e não ao estudo – o que é um argumento inválido contra as políticas de cotas.

A charge ao lado evidencia a crítica que os intelectuais pós-coloniais fazem ao conceito de cultura: gerar descrições que, por sua vez, produzem estereótipos que passam a fazer parte do senso comum e prejudicam indivíduos ou grupos em situação vulnerável. Para esses intelectuais, a questão é justamente a difusão desses estereótipos, a ponto de passarem a fazer parte do senso comum. Na imagem acima, o cartunista critica o estereótipo que vincula a população masculina negra unicamente ao esporte, e não às atividades intelectuais.

Embora as críticas citadas sejam pertinentes, muitos defensores do conceito de cultura alegam que elas se referem a um conceito de cultura estático (como o do começo do século XX), que de fato produziria uma imagem imutável do descrito, ou então indicam um mau uso do conceito, não levando em conta o dinamismo dos sistemas culturais. Diante do dinamismo de qualquer sistema cultural, os defensores do conceito de cultura afirmam que qualquer descrição estática deixa de fazer sentido. Para esses antropólogos, o conceito de cultura, quando bem compreendido e empregado, ainda é um poderoso instrumento de luta contra os estereótipos, pois procura justamente dar sentido a tudo aquilo que gera estranheza e preconceito.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ O conceito de cultura nasce em oposição às narrativas evolucionistas do século XIX.
- ✔ O conceito de cultura se opõe à ideia de uma única civilização e passou a ser pensado no plural (culturas) a partir do trabalho de Franz Boas.
- ✔ O conceito de cultura de Boas descreve um conjunto de pessoas que compartilham uma série de hábitos, práticas e crenças. A cultura é vista como integradora, algo que "amarra" a vida coletiva.
- ✔ A noção de relativismo é fundamental ao conceito de cultura, ou seja, para pensar uma cultura é preciso fazê-lo a partir dos termos dessa cultura.
- ✔ Relativismo cultural é o oposto de etnocentrismo.
- ✔ Até mais ou menos a metade do século XX, o antropólogo via a cultura como uma série de padrões de comportamento praticados coletiva e sistematicamente (rituais, técnicas, religiões, etc.).
- ✔ Gradualmente, a partir da segunda metade do século XX, o conceito de cultura passou a considerar as normas e regras simbólicas que estavam na mente das pessoas, e não no comportamento.
- ✔ Essa passagem levou a um conceito dinâmico de cultura, que considera as transformações sociais e as variações internas de uma sociedade.
- ✔ O conceito de cultura foi criticado por estimular descrições que excluem a voz das populações investigadas e levam a estereótipos e preconceitos.
- ✔ Atualmente, apesar das críticas, o conceito de cultura continua válido na opinião de muitos antropólogos e estudiosos de outras áreas.

ATIVIDADES

Michael Cuffe/Acervo do fotógrafo

REVENDO

1. **Como a ideia de cultura se contrapõe à de civilização a partir do trabalho de Franz Boas?**
2. **Por que o relativismo cultural pode ser visto como o contrário do etnocentrismo?**
3. **Como os discípulos diretos de Boas viam a cultura?**
4. **Qual a grande mudança na percepção de cultura ocorrida na segunda metade do século XX?**
5. **Por que o conceito de cultura tem sido criticado como produtor de estereótipos?**

INTERAGINDO

1. **Considere a letra da canção a seguir.**

Mais do mesmo

Ei menino branco o que é que você faz aqui
Subindo o morro pra tentar se divertir
Mas já disse que não tem
E você ainda quer mais
Por que você não me deixa em paz?

Desses vinte anos nenhum foi feito pra mim
E agora você quer que eu fique assim igual a você
É mesmo, como vou crescer se nada cresce por aqui?
Quem vai tomar conta dos doentes?
E quando tem chacina de adolescentes
Como é que você se sente?

Em vez de luz tem tiroteio no fim do túnel.
Sempre mais do mesmo
Não era isso que você queria ouvir?

Bondade sua me explicar com tanta determinação
Exatamente o que eu sinto, como penso e como sou
Eu realmente não sabia que eu pensava assim
E agora você quer um retrato do país
Mas queimaram o filme
E enquanto isso, na enfermaria
Todos os doentes estão cantando sucessos populares.
(e todos os índios foram mortos).

LEGIÃO URBANA. Mais do mesmo. In: *Que país é este*. Emi Music, 1987.

- **Relacione essa letra com o conteúdo do capítulo, principalmente a última parte.**

2. **Agora considere esta imagem:**

Revista Política Moderna, ano 2000/Reprodução

Capa de revista portuguesa (edição de abril de 2000) sobre os 500 anos da descoberta do Brasil. Na base da imagem lê-se: "Brasil, 500 anos do melhor que demos ao mundo".

- **Que tipo de representação é essa? Como esse tipo de representação se relaciona ao conteúdo do capítulo?**

3. **A partir da sua experiência, tente produzir uma reflexão sobre as descrições que podem ter lhe incomodado. Pense em algum desenho, fotografia ou filme com representações do Brasil ou de comunidades da periferia, do campo ou da região onde você vive. Eles contêm estereótipos ou preconceitos? Que tipo de visão de mundo eles evidenciam? Reflita também sobre como você pode ser enquadrado em descrições: como produtor de representações ou como sujeito representado. Use essa reflexão para pensar o conceito de cultura.**

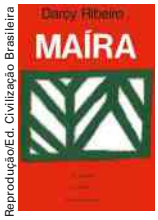
CONTRAPONTO

Considere a tirinha de Laerte publicada em 2011.

Laerte/Acervo do cartunista

- **Você consegue pensar essa tirinha usando o contraponto entre cultura estática e cultura dinâmica? E, a partir daí, é capaz de entender as consequências políticas dessa contraposição?**

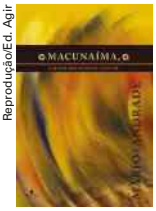
SUGESTÕES DE LEITURA



Reprodução/Ed. Civilização Brasileira

Maíra, de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

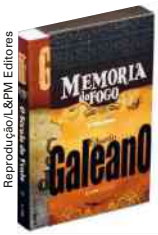
Neste romance, que começou a escrever no exílio, o autor resgata a cultura indígena do ponto de vista das pessoas que habitam a floresta. Por meio de lembranças de sua convivência entre indígenas de várias etnias, Darcy Ribeiro fala sobre a importância dos mitos, o papel do homem e da mulher, a relação com a natureza, o significado das indumentárias, a influência dos astros no cotidiano da aldeia.



Reprodução/Ed. Agir

Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade. São Paulo: Agir, 2008.

Lançado em 1938, com tiragem de apenas oitocentos exemplares, este romance foi festejado pela crítica modernista pela inovação narrativa e de linguagem. Macunaíma é o símbolo de um povo que não descobriu sua identidade. Uma releitura do folclore, das lendas e mitos do Brasil, em linguagem popular e oral.



Reprodução/L&PM Editores

Memória do fogo, de Eduardo Galeano. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.

Este livro contém a trilogia de Eduardo Galeano que reconta de forma poética a história da América Latina. Trata-se de uma criação literária com bases documentadas. *Os nascimentos* abrange a América pré-colombiana até o ano de 1700; *As caras e as máscaras*, os séculos XVIII e XIX; e *O século do vento*, o século XX.

Reprodução/Ed. Contraponto

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura, de Kwame Anthony Appiah. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Ao discutir o racismo e o legado colonialista e imperialista no continente africano, o livro apresenta diversas questões que permeiam as discussões sobre cultura e raça naquela região. Trazendo o ponto de vista de um africano sobre o assunto, oferece ao leitor uma oportunidade de ter contato com o pensamento antirracista em uma região extremamente marcada pelo pensamento etnocêntrico europeu desde o período colonial.

Reprodução/Ed. José Olympio

O quinze, de Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004.

Romance de estreia da autora, foi publicado em Fortaleza em 1930. A obra relata o conflito entre indivíduo e natureza, narrando a difícil marcha de um retirante e sua família rumo ao Amazonas. Paralelamente narra a história de uma moça sonhadora que adora ler romances franceses.

FILMES

Reprodução/Ellen Kuras/PlayArte

A hora do *show* (Estados Unidos, 2000). Direção: Spike Lee.

Um escritor de séries de TV não suporta mais a tirania de seu chefe e quer ser demitido. Sendo o único empregado negro da companhia, ele propõe um programa estrelado por dois mendigos negros que denunciariam o estereótipo e o preconceito na televisão americana.

M. Magison/Album/Latinstock

Baraka (Estados Unidos, 1992). Direção: Ron Fricke.

Filmado em 23 países, este documentário oferece um belíssimo panorama da diversidade cultural presente ao redor do planeta. Sem diálogos e apenas com imagens e som ambiente, propõe um passeio sensitivo sobre as paisagens, as formas de interferência humana, os ritmos da vida, as culturas e suas expressões e sobre as relações sociais.

Reprodução/MGM/Paragon

Casa de chá do luar de agosto (Estados Unidos, 1956). Direção: Daniel Mann.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, um capitão norte-americano é enviado a um vilarejo na ilha de Okinawa, no Japão, para ensinar democracia à população. A ideia é construir uma escola, mas os alunos convencem o capitão a construir o que mais interessa a eles: uma casa de chá.

Reprodução/Toichiro Narushima/Cinefil

Furyo, em nome da honra (Reino Unido/Japão, 1983). Direção: Nagisa Oshima.

Em 1942, o mundo está em guerra. Feito prisioneiro pelos japoneses em um campo de concentração na ilha de Java, um oficial britânico inicia um conflito quando resolve não acatar as regras ditadas pelo comandante japonês.

Reprodução/Codeblack Films

Libertem Angela Davis! (Estados Unidos/França, 2012). Direção: Shola Lynch.

Documentário sobre a ativista Angela Davis. Na década de 1970, quando ainda era uma jovem professora universitária, militante do Partido Comunista e dos Panteras Negras, Angela foi erroneamente incriminada por uma tentativa de resgate de três detentos de uma prisão. Após presa e condenada, mobilizações no mundo inteiro pediram sua libertação, transformando sua figura em símbolo de luta contra o racismo e a opressão policial.

INTERNET (Acesso em: ago. 2015.)

www.antropologiasocial.com.br

www.antropologiasocial.com.br/

Blog sobre estudos antropológicos sociais. Divulga seminários, eventos, livros digitais, textos de autores clássicos e outros.

www.novacartografiasocial.com

www.novacartografiasocial.com/

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNC-SA) tem como objetivo dar ensejo à autocartografia dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, favorecer o conhecimento do processo de ocupação da região e contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais.

www.ifch.unicamp.br/ihb/

Página do antropólogo e historiador John M. Monteiro (1956-2013). Foi professor titular no Departamento de Antropologia do IFCH-Unicamp e desenvolveu o projeto "Os Índios e o Atlântico", vinculado ao Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

CAPÍTULO 3

OUTRAS FORMAS DE PENSAR A DIFERENÇA

Chrisdorney/Shutterstock/Glow Images

Grafite do artista britânico Banksy em Londres, Inglaterra, em foto de 2007.

Neste capítulo vamos discutir:

1. A perspectiva inglesa
2. O olhar dos franceses
3. Sociedades simples e sociedades complexas
4. O conceito de etnicidade
5. O conceito de identidade

A Antropologia, ciência dedicada a pensar a diferença, elaborou vários mecanismos para refletir sobre esse tema. Vimos que "cultura" foi o primeiro deles, mas vários outros conceitos foram desenvolvidos, em diversos contextos e orientações teóricas. Ou seja, a Antropologia continua pensando sistematicamente sobre a diferença, e para isso lança mão de várias estratégias.

Neste capítulo buscaremos entender um pouco desse processo. Vamos apresentar alguns conceitos fundamentais e situá-los no contexto histórico e social de sua produção. Veremos que esses conceitos respondem a diferentes situações históricas, a objetos de pesquisa que foram se transformando e a novas preocupações, geradas por mudanças sociais no mundo. Começaremos pela Antropologia inglesa e suas respostas críticas ao evolucionismo social. A seguir veremos como os franceses lidaram com as mesmas questões. Finalmente, vamos tratar de algumas das grandes mudanças ocorridas no mundo no fim do século XX.

1. A PERSPECTIVA INGLESA

Enquanto nos Estados Unidos o antropólogo Franz Boas (ver *Perfil* no Capítulo 2) investia no conceito de cultura para combater o evolucionismo social, os antropólogos ingleses estavam mais interessados nas noções de **estrutura social** e de **função**. Influenciados pelas ideias de Émile Durkheim (ver *Perfil* no Capítulo 6), os ingleses se basearam no trabalho desse sociólogo francês para pensar as sociedades "primitivas". No Capítulo 6 estudaremos mais de perto as ideias de Durkheim.

A influência do evolucionismo social era grande, e, assim como Boas nos Estados Unidos, uma nova geração de antropólogos britânicos passou a criticar as teorias dessa corrente. Nesse momento, os dois principais nomes foram Bronislaw Malinowski (ver *Perfil* a seguir) e **Radcliffe-Brown (1881-1955)**. Cada um deles, à sua maneira, ajudou a romper com a herança evolucionista. Em lugar de recorrer à cultura, contudo, Malinowski e Radcliffe-Brown tomaram outro caminho: a recusa da História como fator explicativo. Não que desconsiderassem o valor da História, apenas não achavam que as teorias históricas pudessem explicar tudo.

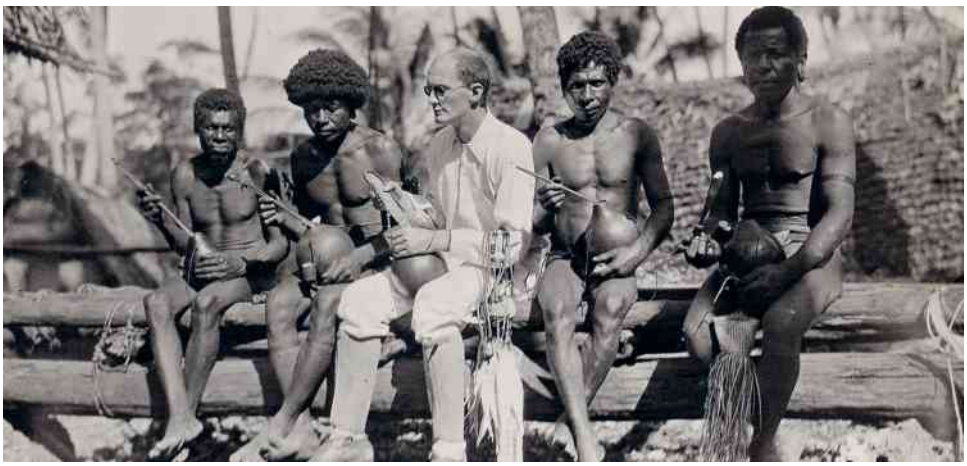
Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Radcliffe-Brown (1881-1955)**.

British Library of Political and Economic Science/ London School. Foto c. 1930.

PERFIL

BRONISLAW MALINOWSKI

Bronislaw Malinowski (1884-1942) nasceu na Polônia, estudou Ciências Exatas em seu país e na Alemanha e, depois, mudou-se para a Inglaterra, onde se naturalizou. A leitura de *O ramo de ouro*, obra clássica de James Frazer, atraiu-o para a Antropologia. Malinowski ficou conhecido por estabelecer o método etnográfico, ou seja, a pesquisa de campo de longa duração, com conhecimento fluente do idioma local e "observação participante". O trabalho de campo tornou-se um dos principais métodos de pesquisa antropológica. Para Malinowski, o antropólogo deveria "mergulhar" na cultura local, participando das atividades cotidianas enquanto observava o que acontecia. Grande crítico dos evolucionistas e precursor da perspectiva funcionalista em Antropologia, Malinowski foi um dos intelectuais mais influentes do século XX.



Biblioteca LSE/Arquivo da editora

Nesta foto de 1918, vemos Malinowski entre nativos das ilhas Trobriand.

Para Malinowski e Radcliffe-Brown, qualquer generalização histórica esbarrava na falta de evidências concretas e, muitas vezes, podia até ser considerada uma invenção. Segundo eles, para entender uma sociedade bastava olhar para o presente e explicar seu funcionamento naquele momento. Por que e como a sociedade teria chegado àquela forma era menos importante. Para eles, era suficiente uma boa fotografia da sociedade, e qualquer outra explicação seria apenas uma descrição dessa "fotografia". Assim, o que o antropólogo deveria observar na sociedade que pretendia estudar seria aquilo que pode ser visto no cotidiano daquela sociedade. A busca por compreender o modo de viver característico de cada sociedade revelaria, portanto, suas **estruturas sociais**.

ASSIM FALOU... RADCLIFFE-BROWN

O método aqui adotado não é o histórico nem o pseudo-histórico, mas o que associa comparação e análise. Comparam-se os sistemas sociais com vistas à definição das suas diferenças e, para além delas, procura-se definir as suas semelhanças fundamentais e seus aspectos gerais. Um dos objetivos do método comparativo é obter esquemas de classificação. Sem classificação não há ciência.

RADCLIFFE-BROWN. Introdução. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, Dayll. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982. p. 12.

Nesta perspectiva, a estrutura de uma sociedade seria a relação entre as diversas partes que a compõem: a forma como as pessoas produzem comida, como essa comida é distribuída, as regras de parentesco, o uso da terra, a forma de organizar grupos para a guerra, os rituais, as crenças religiosas. Tudo isso poderia ser observado pelo antropólogo e descrito de forma sistemática. Por meio dessa descrição seria possível compreender a composição da estrutura social daquela sociedade.

Estes autores também afirmavam que suas observações lhes permitiram constatar que as diversas partes de uma sociedade se organizavam para manter sua estrutura sempre funcionando, garantindo um equilíbrio constante. Poderia haver momentos de tensão, mas a tendência seria sempre voltar ao equilíbrio. Para a sociedade existir, cada uma das partes desempenhava sua função na manutenção do equilíbrio.

Para compreender essa ideia, podemos comparar a estrutura de uma sociedade com a do corpo humano, composto de inúmeras partes (os órgãos). Todas as partes precisam contribuir para a sobrevivência, tanto no caso da sociedade como no caso do corpo humano; se um órgão falha, o organismo todo pode morrer.

Essa ideia de função remetia a uma percepção de utilidade, ou seja, qualquer costume, prática, hábito ou ritual, por mais estranho que parecesse, sempre tinha uma função na sociedade. Essa função estava atrelada à própria sobrevivência daquela população e se referia às necessidades básicas: alimentar-se e sobreviver às dificuldades impostas pelo ambiente. Malinowski era radical, acreditando que tudo o que uma sociedade produzia respondia a uma única necessidade básica: saciar a fome.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

É possível olhar para a nossa realidade com base nos conceitos de estrutura social e função adotados pelos antropólogos ingleses da primeira metade do século XX. Pense na escola onde você estuda e imagine sua estrutura: quais são as partes que a compõem? E que funções cada parte deve executar para que a escola continue funcionando? Em outras palavras, o que cada pessoa deve fazer para que tudo funcione da melhor forma possível? Você é capaz de imaginar e exemplificar outras estruturas em funcionamento no mundo ao seu redor?

Outros autores deram menos atenção à ideia de função e mais destaque à de estrutura social. **E. E. Evans-Pritchard (1902-1973)**, por exemplo, produziu um trabalho clássico sobre a população nuer, habitante de uma área que hoje corresponde ao Sudão do Sul. Os nuer tinham uma estrutura social muito complexa, baseada em processos de fissão e fusão (em outras palavras, processos de separação e união), que chamaram a atenção de Evans-Pritchard. Os nuer se dividiam em clãs, que mantinham relações com outros clãs a partir de genealogias ancestrais. Era essa genealogia (o parentesco que vimos no Capítulo 1) que ditava as regras de relação: uma guerra entre dois clãs próximos podia acontecer, mas quando um desses clãs era ameaçado por um clã distante, os dois clãs próximos se juntavam para guerrear coletivamente.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **E. E. Evans-Pritchard (1902-1973)**.

Os processos de fissão e fusão dos nuer pareciam ser uma estrutura móvel, pois às vezes esse povo se organizava de um jeito, às vezes de outro. Para explicar essas mudanças, Evans-Pritchard descreveu algo que chamou de princípio estrutural (justamente a fissão e a fusão). Ao expor como esse princípio operava, Evans-Pritchard descrevia a própria estrutura da sociedade nuer, que funcionava sem um poder central organizado.

Embora o processo descrito seja característico dos nuer, podemos observar que ele se repete em várias sociedades, até mesmo na nossa. O futebol é um bom exemplo. Torcemos para times rivais dentro do Brasil, mas quando a seleção brasileira enfrenta a seleção de outro país, deixamos de lado as rivalidades locais e torcemos pela seleção nacional. Esse é um processo de fissão e fusão: nós nos separamos para torcer por diferentes times, mas nos juntamos para torcer pela seleção.

Goran Tomasevic/Reuters/Latinstock

À esquerda, meninos dinka em acampamento de criadores de gado, em Rumbek, no Sudão do Sul. Abaixo, um pastor dinka conduz gado, perto de Abyei, região fronteiriça entre o Sudão e o Sudão do Sul. Fotos de 2013. O povo dinka ocupa a mesma região dos nuer e, apesar de viverem constantemente em guerra, eles têm hábitos muito semelhantes. Um deles é a ligação com o gado. Quando um garoto dinka atinge uma certa idade, é dado a ele um boi, e o nome de seu boi fará parte de seu próprio nome.

Goran Tomasevic/Reuters/Latinstock

2. O OLHAR DOS FRANCESES

A Antropologia francesa, por sua vez, distanciou-se tanto da noção de cultura como da noção de estrutura social dos ingleses. Os principais representantes da vertente francesa foram **Marcel Mauss (1872-1950)** e Claude Lévi-Strauss (ver *Perfil* no Capítulo 1).

Marcel Mauss, sobrinho de Émile Durkheim, desenvolveu seu trabalho numa esfera de intelectuais reunidos em torno da revista *L'Année Sociologique*. Mauss tinha uma preocupação semelhante à dos evolucionistas do século XIX: buscar explicações gerais para os fenômenos humanos, em perspectiva sempre comparativa. Essa também foi uma das preocupações centrais de Lévi-Strauss: produzir uma antropologia cujas teorias pudessem explicar aspectos gerais da humanidade.

Como vimos, a pretensão de explicar aspectos gerais da humanidade foi radicalmente contestada tanto nos Estados Unidos, com o trabalho de Boas e seus discípulos, como na Inglaterra, com a perspectiva anti-histórica de Radcliffe-Brown e Malinowski. Todos esses autores fugiam das generalizações desmedidas do evolucionismo social, cujas explicações sobre a humanidade tendiam a ignorar os detalhes que tanto interessavam aos antropólogos ingleses e norte-americanos.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Marcel Mauss (1872-1950)**.

Apesar da aversão de muitos estudiosos pelas generalizações, tanto Mauss como Lévi-Strauss buscavam explicações mais gerais e necessariamente comparativas sem, no entanto, pressupor uma escala evolutiva. Construíram modelos de explicação que não incluíam a noção de progresso, liberando assim a Antropologia para pensar sobre a vida em sociedade em termos mais amplos e ambiciosos. Característica marcante do trabalho de Mauss e de Lévi-Strauss foi a comparação sistemática: ambos eram grandes leitores dos trabalhos de antropólogos norte-americanos, ingleses, franceses e também, no caso de Lévi-Strauss, brasileiros.

Em seu texto clássico *Ensaio sobre a dádiva* (1923), Mauss diz que qualquer sociedade se baseia na aliança: para existir, uma sociedade precisa se constituir de grupos que estabeleçam alianças. Para Mauss, a necessidade de retribuir uma dádiva (algo que recebemos de alguém) leva a um sistema de trocas: trocas matrimoniais (casamentos entre grupos diferentes), trocas econômicas (comércio) e trocas simbólicas (circulação de mitos, histórias, objetos sagrados, práticas variadas, etc.). Ou seja, para esse autor, a origem da sociedade estaria na troca como forma de estabelecer relações.

Essa reflexão deve muito às descrições de Franz Boas sobre as cerimônias do povo kwakiutl, habitante da ilha de Vancouver, no Canadá. Uma dessas cerimônias, o *potlach*, era uma festa religiosa de homenagem, em geral envolvendo um banquete seguido pela renúncia a todos os bens acumulados pelo homenageado, que deveriam ser entregues a parentes, convidados e amigos, ou até queimados. Marcel Mauss propôs também teorias sobre a origem de categorias como "pessoa", "magia", "sacrifício", entre outras.

ASSIM FALOU... MARCEL MAUSS

Mas o motivo dessas dádivas e desses consumos exagerados, dessas perdas e destruições loucas de riquezas, não é de modo algum, sobretudo nas sociedades com *potlach*, desinteressado. Entre chefes e vassalos, entre vassalos e servidores, é a hierarquia que se estabelece por essas dádivas. Dar é manifestar superioridade, é ser mais, mais elevado [...]; aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, ser pequeno, ficar mais abaixo.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 305.

Edward S. Curtis/Biblioteca do Congresso dos EUA, Washington, DC.

Os kwakiutl com máscaras, durante cerimônia do *potlach*. Imagem de uma série produzida e publicada entre 1907 e 1930.

James Poulson/Associated Press/Glow Images

***Potlach* realizado pelo povo tlingit em 2004, na cidade de Sitka, Alasca, Estados Unidos.**

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A ideia original de Mauss, ao observar a descrição de várias sociedades, era a de que qualquer dádiva (ou presente que se recebe) implica uma necessidade de retribuição. Você já pensou em como isso faz parte da sua vida? Imagine um vizinho que convida você para um churrasco. Depois de comparecer, você talvez se sinta obrigado a retribuir o convite. Era sobre essa "obrigação" que Mauss refletia. Procure lembrar outras situações do dia a dia em que você sente essa "obrigação" de retribuir.

Claude Lévi-Strauss, por sua vez, foi o mais ambicioso teórico da Antropologia do século XX, por ter proposto a teoria denominada estruturalismo. Influenciado por Mauss, de quem foi aluno, e por teóricos da linguística, Lévi-Strauss avançou na teoria da dádiva de Mauss e propôs inicialmente uma teoria da troca na constituição dos diversos sistemas de parentesco.

Para definir essa teoria da troca como fundadora da vida em sociedade, Lévi-Strauss imagina um estado de natureza anterior à vida em sociedade, em que as pessoas não faziam trocas. Segundo ele, o que leva as pessoas a fazer trocas é a proibição do incesto.

Como assim? Vamos entender: Lévi-Strauss afirma que toda sociedade impõe alguma limitação aos casamentos. Em nossa sociedade, por exemplo, é proibido o casamento entre irmãos. E se uma parte das pessoas de um grupo não pode casar entre si, torna-se necessário buscar casamentos fora do grupo. Ou seja, torna-se necessário estabelecer algum tipo de troca entre grupos e até sociedades, para que as pessoas possam casar sem violar as leis de proibição do incesto.

Lévi-Strauss vai além e constata que as formas como as sociedades "simples" trocavam casamentos eram restritas a poucos modelos que se repetiam. Aliás, essa já era a opinião de Lewis Henry Morgan no século XIX. Ou seja, o número de sistemas de parentesco não era tão grande, e sociedades muito distantes geograficamente umas das outras desenvolviam sistemas de parentesco bastante semelhantes. Como não era possível estabelecer nenhuma conexão histórica entre essas sociedades, a única conclusão possível é que esses sistemas haviam sido criados autonomamente. Essa proposição levanta uma importante questão: se sistemas de parentesco semelhantes são produzidos ao redor do mundo, isso significaria que eles escondem uma estrutura comum a toda a humanidade?

Para Lévi-Strauss, a resposta é sim. É justamente essa estrutura que ele passa a buscar. Nada parecido com a ideia de estrutura social dos ingleses, observável no interior de uma sociedade após o trabalho de campo e variável de uma sociedade para outra; a estrutura proposta por Lévi-Strauss não está evidente e é deduzida de várias comparações *entre* sociedades. Para ele, existe algo de comum no pensamento humano, que faz com que várias sociedades produzam coisas parecidas.

Essa estrutura seria universal, e Lévi-Strauss passou a vida tentando desvendá-la a partir de estudos sobre parentesco e mitologia indígena nas Américas. A estrutura lévi-straussiana pensa em termos binários, constituindo oposições, como as que existem entre os termos alto e baixo, fora e dentro, cheio e vazio, etc. Para Lévi-Strauss, essas oposições seriam o motor de qualquer pensamento humano. Os mitos, por exemplo, exemplificam essa forma de pensamento binário, mas apontam também para outra questão importante: a sua própria transformação. Essa estrutura universal que organiza o pensamento humano indica também um processo de lentas transformações entre as oposições.

LÉXICO

linguística: estudo científico da linguagem; ciência que tem como objeto a linguagem humana.

incesto: união sexual entre parentes consanguíneos, afins ou adotivos, dentro dos graus em que a lei, a moral ou a religião proíbem ou condenam. Na Antropologia, incesto se refere à interdição do casamento entre algumas pessoas dentro de um mesmo grupo em razão de suas posições na estrutura de parentesco.

Lévi-Strauss na Amazônia, em uma de suas expedições de campo quando esteve no Brasil, provavelmente em 1936.

Arquivo Claude Lévi-Strauss/Museu du quai Branly, Paris, França.

ASSIM FALOU... LÉVI-STRAUSS

[...] Na base do pensamento ameríndio encontramos, portanto, essa ideia de que os principais polos entre os quais se ordenam os fenômenos naturais e a vida em sociedade – o céu e a terra, o fogo e a água, o perto e o longe, os indígenas e os não indígenas – não são, e jamais poderão vir a ser, termos gêmeos (idênticos), embora se impliquem mutuamente. Desse desequilíbrio dinâmico depende o bom funcionamento do Universo. [...]

LÉVI-STRAUSS, Claude. Prefácio. In: LÉVINE, Daniel (Org.). *Amérique continent imprévu:* la rencontre de deux mondes. Paris: Bordas, 1992. p. 7.

Reprodução/M. C. Escher Foundation, Baarn, Holanda.

O método de produção da xilogravura *Metamorphosis III* (1967), do artista holandês M. C. Escher (1898-1972), em que sombra e luz (opostos) formam figuras que lentamente se transformam, numa sucessão de metamorfoses, pode ser comparado à estrutura de Lévi-Strauss e seus processos de transformação.

3. SOCIEDADES SIMPLES E SOCIEDADES COMPLEXAS

Uma das principais características da Antropologia no século XX foi a crescente variação de objetos de interesse. Se a orientação inicial foi o estudo de sociedades pequenas e isoladas (muitas delas vivendo em ilhas), aos poucos outras fontes de estudo foram encontradas, como as sociedades ditas "complexas".

A oposição entre "simples" e "complexas" foi uma das formas empregadas para distinguir as sociedades. Esses termos, porém, são problemáticos, pois todos os antropólogos correriam a afirmar que nenhuma sociedade é realmente simples e todas elas, a seu modo, são complexas. A oposição é mais evidente em outros aspectos: sociedades "complexas" seriam aquelas que combinam uma grande escala de tamanho, a presença do Estado, fortes diferenças culturais internas e ainda uma diferenciação social destacada. Embora o termo "sociedade complexa" seja enganador, por inferir que existem sociedades não complexas, a expressão ganhou espaço e marcou a história da Antropologia.

Sociedades como a chinesa, as pré-colombianas, as da Europa medieval, todas podem ser consideradas complexas, assim como as sociedades das quais os antropólogos faziam parte.

A passagem da primeira para a segunda metade do século XX marcou um avanço da Antropologia no estudo das sociedades europeias, americanas e de grandes nações do mundo todo. A princípio isso foi feito com base em conceitos elaborados para estudar sociedades pequenas, como as que vimos até aqui. Mas aos poucos os estudiosos perceberam que outras categorias eram necessárias para pensar as sociedades ditas complexas.

Ainda assim, os métodos e conceitos dedicados às sociedades "simples" levaram os antropólogos a buscar nas sociedades de grande escala fenômenos semelhantes aos observados nas sociedades pequenas. Essa tendência é ainda muito forte na Antropologia: estudar grupos marginais e discriminados no interior das sociedades complexas. Muitos antropólogos estudam aqueles grupos que de imediato passam uma ideia de diferença mais acentuada no interior de uma sociedade complexa. E quais são esses grupos? Nos Estados Unidos, por exemplo, os primeiros estudos de contextos "complexos" se referiram aos imigrantes, que chegavam aos milhares durante a primeira metade do século XX. Ou seja, os antropólogos procuravam os grupos em que a diferença cultural era mais evidente.

Também foram estudadas populações rurais, assim como populações indígenas que iam sendo incorporadas à força às sociedades nacionais, e cujos indivíduos se viram obrigados a adotar novas estratégias de sobrevivência. Mas o olhar dos estudiosos sempre imaginava que aquelas populações tão diferentes iriam lentamente se adaptar e se assemelhar aos dominadores ou às maiorias, no caso dos imigrantes.

O conceito de cultura, bem como os conceitos de estrutura social e de função, não explicavam suficientemente bem essas realidades. Isso porque esses conceitos tinham como pressupostos alguma estabilidade duradoura, o que não acontecia no interior das "sociedades complexas". As coisas mudavam! Os antropólogos norte-americanos tentaram enquadrar essas realidades mais dinâmicas no conceito de cultura, cunhando termos como aculturação. Acreditavam que do encontro entre grupos muito distintos, o mais frágil deles lentamente se assemelharia ao mais forte. Os ingleses, por sua vez, fazendo pesquisas na África, simplesmente ignoravam as transformações pelas quais passavam os grupos que estudavam e tentavam retratá-los como deveriam ser antes da chegada dos europeus.

Acervo do CIEP Ayrton Senna, Valença, RJ.

Roda de jongo no quilombo São José, em Valença (RJ). Foto de 2009. As comunidades quilombolas e suas expressões culturais despertam o interesse dos antropólogos brasileiros.

A princípio, para entender essa diversidade, os antropólogos só contavam com os instrumentos usados no estudo das sociedades pequenas. Assim, começaram a praticar Antropologia em sociedades complexas entre os grupos mais excluídos. Mas mesmo nesses contextos, aquelas ferramentas pensadas a partir de uma noção de estabilidade não se mostraram muito eficazes. Então, novas ideias foram desenvolvidas. A partir da década de 1960, as noções de etnicidade e identidade passaram a ganhar importância.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Nas grandes sociedades, as diferenças internas são enormes. Grupos como indígenas, quilombolas e populações campesinas são exemplos claros. Mas há também muitas outras diferenças: comunidades religiosas e grupos de interesses variados acabam formando "tribos urbanas". Você consegue pensar nessa diversidade? Tente pensar nos diferentes modos de vida que acontecem perto de você.

4. O CONCEITO DE ETNICIDADE

O termo "etnicidade" já rondava a história da Antropologia desde o começo do século XX, mas só a partir da década de 1960 a expressão aparece como forma cada vez mais comum de pensar a diferença. Nesse momento histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, as nações africanas estavam se tornando independentes e guerras de libertação nacional se espalhavam pelo mundo.

Todos esses processos sociais desestabilizaram as percepções da Antropologia e desafiaram as noções de equilíbrio, tão importantes até então. Em um mundo em intensa transformação, com o avanço do sistema capitalista produzindo mudanças radicais, era cada vez mais difícil pensar as sociedades em termos de estabilidade. Também ocorriam transformações no interior das sociedades europeias e norte-americanas: conflitos internos, discriminações, racismo crescente, fluxos migratórios.

LÉXICO

aculturação: processo resultante do contato direto e contínuo entre dois ou mais grupos sociais em que cada um desses grupos assimila, adota ou rejeita elementos da cultura do outro. Pode ser recíproco ou unilateral e implicar subordinação política. Como conceito antropológico, teve grande aceitação na primeira metade do século XX; mais tarde, foi duramente criticado.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Max Gluckman (1911-1975)** e **Fredrik Barth (1928-2016)**.

Na Inglaterra, uma nova geração de antropólogos comandada por **Max Gluckman (1911-1975)**, aluno de Radcliffe-Brown e de Evans-Pritchard, começava a analisar as relações entre as sociedades "simples" e os impérios coloniais. Conhecida como escola de Manchester, essa geração se dedicou a estudar a mudança social e as transformações relacionadas aos processos de descolonização e independência na África e na Ásia. Entre os estudiosos desse grupo, o conceito de etnicidade tornou-se central. Outro antropólogo que contribuiu para o desenvolvimento da noção de etnicidade foi o norueguês **Fredrik Barth (1928-2016)**, cujo trabalho influenciou alguns membros da escola de Manchester.

O conceito de etnicidade descreve um grupo que se autodefine e é definido por outros como diferente, que supõe algum tipo de identificação coletiva, como o compartilhamento de uma história comum. O grupo étnico não é definido por seu conteúdo cultural, mas sim em contraposição a outros grupos. Um grupo étnico só se define em relação a outro, e o conceito de etnicidade é sempre relacional. Não há etnicidade num grupo isolado, pois o que constitui a etnicidade é justamente o contraste com outros grupos. Por outro lado, os autores estão sempre atentos ao fato de que a etnicidade é um poderoso instrumento de mobilização política, utilizado para legitimar lutas por diferentes tipos de direitos (veja mais adiante o boxe *Para saber mais*, sobre conflitos étnicos).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Em geral, quando falamos de minorias, estamos nos referindo a grupos de indivíduos que estão em situação de desvantagem em relação à maioria. No Brasil, por exemplo, chamamos de minorias as populações indígenas e os imigrantes, como os bolivianos e os haitianos, que podem ser vistos como grupos "étnicos". Você faz parte de alguma minoria étnica? Ou conhece de perto pessoas que vivem como "minorias"? Procure conhecer melhor a realidade dessas pessoas por meio de uma pesquisa com seus colegas.

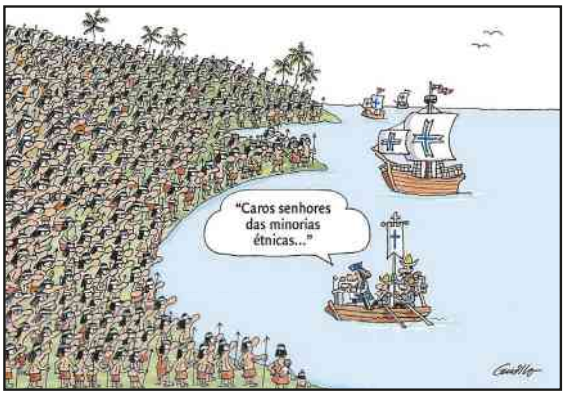
As lutas das minorias discriminadas nas sociedades centrais do capitalismo foram acompanhadas do uso dos termos etnicidade e identidade étnica. Imigrantes eram étnicos, indígenas no seio de sociedades complexas e minorias raciais também. Esse conjunto de populações demonstrava que a diferença continuava a existir nas sociedades complexas: não ocorreu o processo de "aculturação" que alguns antropólogos haviam previsto. E ainda: a essas "diferenças" estava atrelada uma carga significativa de injustiça social.

Arquivo AFP/Agência France-Presse

"Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados pelo caráter, e não pela cor da pele." Este é um trecho do famoso discurso de Martin Luther King (1929-1968) proferido em Washington, D.C., capital dos Estados Unidos, em 28 de agosto de 1963, em ato pelo fim do preconceito e da discriminação racial.

A ideia de minoria pode ser enganadora, pois nem sempre significa um número menor de pessoas: um grupo étnico pode ser mais numeroso em termos populacionais, mas muito fraco em termos de poder e de participação na distribuição da riqueza. Na África do Sul, antes do fim do *apartheid*, uma minoria branca dominava completamente os recursos do país, enquanto a imensa maioria negra era excluída. Ou seja, o termo minoria também pode ser usado como referência aos grupos que concentram poder. Mas, nesses casos, a propriedade da etnicidade é que aqueles que dominam constroem um sistema no qual se inserem como a normalidade. Ou seja, os brancos são vistos como os "normais", e todos os excluídos são "étnicos". A ideia de etnia refere-se aos não dominantes, pois os dominantes não se pensam como distintos ou fora da cultura predominante.

Guillo/Acervo do artista



Esta charge do cartunista chileno Guillo, publicada em 1992, mostra o dilema entre minorias e maiorias e a relação de poder: uma minoria com muito poder pode se considerar a "normalidade" e tratar todos os demais como estranhos a essa normalidade.

Bob Thomas/Getty Images

Imagem do *apartheid* sul-africano: esta foto de 1982 mostra a janela de um vagão de trem reservado somente para brancos. Exemplo de como uma minoria que concentra muito poder (os brancos) pode excluir a maior parte da população (os negros) do acesso aos recursos do país.

LÉXICO

***apartheid*:** política oficial de segregação das populações negra e branca, estabelecida pela minoria branca da República da África do Sul, durante a maior parte do século XX. Nesse regime, a minoria branca dominava os recursos econômicos e naturais do país, excluindo econômica e espacialmente a população negra. Todos os serviços públicos, como saúde e educação, eram separados, e a população negra ficava com a pior parte. Após muita pressão internacional e resistência dos movimentos internos *antiapartheid*, o regime caiu em 1994, quando foi eleito o primeiro presidente negro do país, Nelson Mandela.

+ PARA SABER MAIS • Conflitos étnicos

É comum encontrar na mídia o termo "étnico" associado a conflitos de todo tipo. Em geral a expressão "conflito étnico" descreve tensões entre grupos no interior de Estados nacionais no mundo contemporâneo. Essas tensões apresentam graus variados de intensidade, desde situações não violentas, como é o caso do nacionalismo na província de Quebec, no Canadá, até conflitos que degeneram em guerras de extermínio e por vezes resultam no fracionamento de Estados-nação. Esse foi o caso da ex-Iugoslávia e dos conflitos entre sérvios, croatas, bósnios, albaneses e eslovenos. Naquele contexto, além das distinções culturais, havia diferenças religiosas importantes entre cristãos e muçulmanos. A guerra civil iugoslava, ocorrida na década de 1990, resultou em mais de 100 mil mortos, em ações de "limpeza étnica" e na origem de novos Estados nacionais.

Alguns intelectuais têm chamado esse fenômeno de "retribalização", mas para o antropólogo norueguês Fredrik Barth trata-se na realidade de processos políticos em que alguns líderes manipulam identidades étnicas com interesses específicos. Segundo Barth, a mobilização para o conflito não é uma expressão de sentimentos coletivos, mas sim resultado de ações políticas estratégicas. Para esse autor, as tensões étnicas que têm potencial de gerar violência podem ser combatidas politicamente.

Portanto, as identidades étnicas podem ser manipuladas por interesses específicos, em geral de políticos medíocres que utilizam a disseminação de preconceitos e rancores para se legitimar. Podemos observar essa dimensão dos fenômenos étnicos no avanço dos partidos ultranacionalistas na Europa. Esses partidos estimulam o preconceito contra imigrantes (que pode ser considerado um preconceito étnico), responsabilizando-os pelas mazelas econômicas da Europa.

O exemplo dos conflitos étnicos demonstra a importância de entender como se dão os processos de construção de diferença, pois não se trata apenas de pensar e falar sobre diferença, mas de perceber as práticas geradas por essas construções. Temos aqui o caso-limite de práticas que são direcionadas para constituir políticas violentas de exclusão e até de extermínio, a partir da manipulação das diferenças culturais.

O conceito de etnicidade se contrapõe ao conceito de aculturação (ou assimilação), que foi um dos desenvolvimentos do conceito de cultura. Os teóricos da aculturação previam que aquelas populações diferentes (como os imigrantes e os indígenas), lançadas no interior de uma sociedade nacional, lentamente deixariam de ser "diferentes" e passariam a fazer parte da sociedade nacional. Mas não foi isso o que aconteceu. Pelo contrário: ocorreu um fortalecimento dos "diferentes", que passaram a reivindicar o reconhecimento de seus direitos nas esferas políticas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a intensificação do movimento negro levou a transformações sociais imensas, que incluíram as políticas de cotas e outras ações afirmativas para minorias historicamente excluídas. Essa ação política dos excluídos foi mais bem analisada da perspectiva de etnicidade do que da de cultura. Como o conceito de cultura levava a imaginar uma única cultura nacional, as reivindicações de minorias não se encaixavam nas explicações. Foi preciso encontrar um conceito mais flexível, que desse conta de explicar a diferença dentro das sociedades nacionais de forma mais sensível. Esse conceito é "etnicidade".

Chappatte/Acervo do artista

A charge de Chappatte faz alusão ao caso Ferguson, acontecido nos Estados Unidos, em 2014. Um jovem negro desarmado foi assassinado por um policial branco, o qual foi depois inocentado por um júri. O caso gerou uma onda de protestos antirracistas. A charge diz: "Você tem o direito de permanecer em silêncio, sem defesa e pobre".

+ PARA SABER MAIS • Etnicidade e raça

A noção de raça, em termos biológicos, já foi rejeitada. Não existem raças humanas, constatação que foi muito importante no combate ao racismo. Entretanto, a discriminação com base no fenótipo (como as pessoas são fisicamente) continua a existir. Ou seja, a ideia de raça persiste e produz sistemas de exclusão social. Por isso ainda se fala em raça: não bastou afirmar que não existem raças para acabar com o racismo. Para combater o racismo, as pessoas que são discriminadas começaram a se articular em torno dessa experiência. Essa organização tornou politicamente importante demonstrar a realidade das populações discriminadas com base na ideia de raça, como os negros no Brasil, por exemplo. Isso significa que a situação dos negros no Brasil pode ser vista com o auxílio do conceito de etnicidade, permitindo o combate ao racismo com base na suposição da existência de raças. O termo "étnico-racial" foi cunhado para descrever essa combinação de diferença e exclusão atrelada à discriminação pela "imaginação" da raça. A expressão étnico-racial descreve uma população que compartilha algo (a própria experiência da exclusão e do racismo) e age politicamente para reverter essa situação.

5. O CONCEITO DE IDENTIDADE

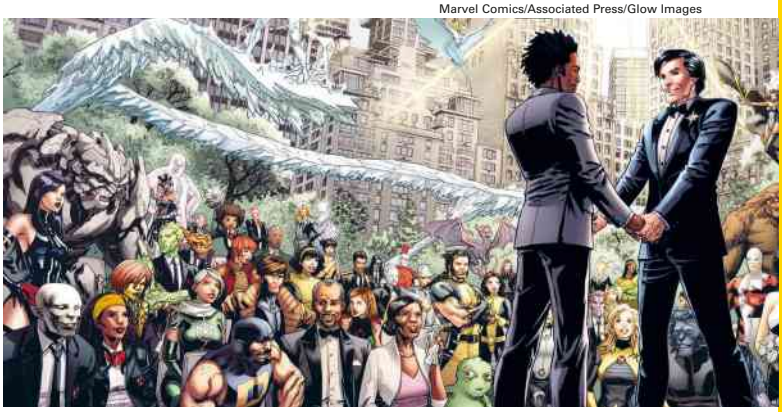
Outro conceito muito utilizado para pensar a diferença é o de identidade. Esse termo tem aparecido na história da Antropologia desde o começo do século XX, com os estudos dos alunos de Franz Boas. Nessa época, porém, a ideia de identidade era sempre um acessório: identidade social, identidade étnica, identidade racial. Conotava uma reflexão sobre a autoimagem de um grupo, em geral impregnada da mesma noção de equilíbrio que vimos operar nas definições de estrutura.

A partir da década de 1970, o termo identidade ganhou outra conotação, relacionada à intensa fragmentação social produzida pelo avanço do capitalismo e suas consequências. Como exemplo dessa fragmentação, podemos citar as migrações internacionais, que continuaram a aumentar drasticamente, acentuando a presença de distintas etnicidades nos países centrais do capitalismo; a emergência de diversos movimentos políticos ligados a questões étnico-raciais e étnicas; a presença de religiões transnacionais; os movimentos políticos baseados em orientação sexual e identidade de gênero, entre outros fenômenos. Por outro lado, o avanço tecnológico das formas de comunicação tornou o mundo menor, e ideias produzidas num lugar rapidamente se espalham pelo mundo todo. A globalização, que estudaremos no Capítulo 12, é um dos fatores do crescimento dessa sensação de fragmentação.

Essa realidade fragmentada exigia um novo conceito para pensar a diferença além dos conceitos de cultura e etnicidade. Se etnicidade se referia a algum tipo de ancestralidade comum (imigrantes, populações negras, indígenas, etc.), muitas outras diferenças não tinham mais essa conotação: entre um ultrarreligioso negro e um ativista por direitos homoafetivos negro, a diferença pode ser tão grande quanto aquela entre um grupo indígena e uma sociedade nacional. Como pensar essa diferença não atrelada necessariamente a uma ancestralidade comum?

A alternativa para pensar essa nova realidade complexa e fragmentada foi o conceito de identidade. Ao contrário de outras ideias usadas para pensar a diferença, identidade não pressupõe uma ancestralidade comum; a prática social (a experiência de vida) é suficiente para produzir identidades entre grupos de pessoas. A identidade é sempre vista como transitória, nunca pronta e acabada. É um processo em construção, modelado pela ação das pessoas que partilham coisas em comum. Podemos pensar num grupo de religiosos budistas que desenvolve uma identidade a partir da prática do budismo, num grupo de homossexuais em busca de direitos familiares e na luta contra o preconceito, em grupos de *punks* que vivem segundo um modelo específico. A todos esses exemplos e a muitos outros pode ser atribuído o conceito de identidade: identidades religiosas, identidades sexuais, identidade *punk*.

Marvel Comics/Associated Press/Glow Images



O primeiro casamento *gay* no universo dos quadrinhos Marvel: o super-herói Estrela Polar (Jean-Paul Beaubier) se uniu ao namorado Kyle Jinadu (à esquerda) na edição número 51 da série *Astonishing X-Men*. As diferenças presentes no mundo contemporâneo vão além das étnicas e culturais, produzindo outros tipos de identificação.

O conceito de identidade é oportuno para pensar a diferença num mundo onde a fragmentação das opções de vida foi multiplicada ao extremo, onde múltiplas alternativas se apresentam a qualquer pessoa. Como conceito, identidade nasce sem preocupação com estabilidade, continuidade ou qualquer ideia de completude. Os sujeitos podem, inclusive, modelar sua identidade pessoal a partir de várias identidades, combinando e compartilhando várias experiências identitárias. Um *punk* negro pode amalgamar uma identidade baseada no estilo de vida *punk* e também na experiência de ser negro numa sociedade racista, por exemplo.

Num mundo fracionado pelo excesso de informação, a diferença social tem sido analisada sob a perspectiva do conceito de identidade, mas isso também levou a um tipo de análise que foca apenas o sujeito e suas escolhas, como se a identidade fosse uma espécie de mercadoria que cada pessoa pode assumir livremente. O fato de que muitos grupos se definem pelo consumo de determinadas mercadorias levou a uma associação entre o conceito de identidade e o mercado de consumo.

Nessa tirinha de Calvin, publicada em 1992, Bill Watterson (o criador do personagem) relaciona, ironicamente, consumo e identidade.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Stuart Hall (1933-2014)**.

Se na esfera do senso comum cada vez mais a identidade assume a feição de personalidade individual moldada por estilos de consumo, nas Ciências Sociais a importância da "vida em comum" continua a ser muito relevante. Para autores como **Stuart Hall (1933-2014)**, a identidade contém tanto aquilo que escolhemos como aquilo que não escolhemos. Aquela parte da vida social que não controlamos é fundamental na formação da identidade: assim, a exclusão racial, a discriminação sexual, a intolerância religiosa, por exemplo, são fatores sociais que as pessoas não controlam, mas que podem moldar suas identidades. As identidades comportam tanto nossas heranças culturais como novas formas de pensar o mundo, apresentadas pelas novas tecnologias de comunicação.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Experimente pensar sua própria vida com o auxílio do conceito de identidade. Qual seria a sua identidade? Ou as suas identidades? Que tipo de experiência social define o seu estilo de vida, as suas crenças? Você combina experiências distintas e as experimenta de um jeito individual? Tente compartilhar uma reflexão com seus colegas e pondere sobre a variação das respostas: muitos colegas da classe se parecem com você? Compartilham as mesmas identidades? Ou é justamente o contrário?

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ Estrutura social, para os antropólogos ingleses das décadas de 1920 a 1950, podia ser definida como a relação entre as diversas partes que compõem uma sociedade.
- ✔ Essas partes executavam funções que mantinham a sociedade viva e equilibrada.
- ✔ Malinowski e Radcliffe-Brown consideravam a sociedade um todo organizado e estável.
- ✔ Para Lévi-Strauss, a questão era retomar os projetos comparativos entre sociedades, mas eliminando a noção de progresso.
- ✔ Estrutura, para Lévi-Strauss, era uma forma de pensar o mundo, universal e presente na mente de todos os humanos. Essa estrutura era comparável a um jogo de oposições binárias, refletidas em mitos e nos sistemas de parentesco.
- ✔ No século XX, as transformações sociais ocorridas no mundo levaram a Antropologia a buscar novos conceitos para pensar a diferença, sem pressupor a ideia de equilíbrio.
- ✔ A partir da década de 1960, muitos antropólogos passaram a pensar as transformações sociais a partir dos conceitos de etnicidade e identidade.
- ✔ Etnicidade se refere ao contraste entre grupos sociais que compartilham alguma coisa em comum e pode ser um instrumento político de reivindicação de direitos, assim como um instrumento de manipulação dos grupos em questão.
- ✔ O conceito de identidade se relaciona ao fim do século XX e traz uma flexibilidade ainda maior: depende apenas de compartilhar experiências coletivas variadas, sem o pressuposto de uma ancestralidade comum.
- ✔ Identidade pressupõe um processo inacabado, em construção e não exclusivo: é possível amalgamar várias identidades.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual a relação entre o conceito de estrutura social e função de Radcliffe-Brown e Malinowski e a noção de "equilíbrio", "estabilidade"?
2. Há diferença entre o conceito de estrutura dos autores ingleses e o de Lévi-Strauss? Comente sua resposta.
3. Por quais mudanças passaram a Antropologia e seus métodos a partir do pós-guerra?
4. O que você entendeu por etnicidade?
5. E o que você entendeu por identidade?

INTERAGINDO

1. Considere a seguinte canção de Arnaldo Antunes:

Inclassificáveis

que preto, que branco, que índio o quê?
que branco, que índio, que preto o quê?
que índio, que preto, que branco o quê?
que preto branco índio o quê?
branco índio preto o quê?
índio preto branco o quê?
aqui somos mestiços mulatos
cafuzos pardos mamelucos sararás
crilouros guaranisseis e judárabes
orientupis orientupis
ameriquítalos luso nipo caboclos
orientupis orientupis
iberibárbaros indo ciganagôs

somos o que somos
inclassificáveis
não tem um, tem dois,
não tem dois, tem três,
não tem lei, tem leis,
não tem vez, tem vezes,
não tem deus, tem deuses,
não há sol a sós
aqui somos mestiços mulatos
cafuzos pardos tapuias tupinamboclos
americarataís yorubárbaros.
somos o que somos
inclassificáveis
que preto, que branco, que índio o quê?
que branco, que índio, que preto o quê?
que índio, que preto, que branco o quê?

Chrisdorney/Shutterstock/Glow Images

não tem um, tem dois,
não tem dois, tem três,
não tem lei, tem leis,
não tem vez, tem vezes,
não tem deus, tem deuses,
não tem cor, tem cores,
não há sol a sós

egipciganos tupinamboclos
yorubárbaros carataís
caribocarijós orientapuias
mamemulatos tropicaburés
chibarrosados mesticigenados
oxigenados debaixo do sol

ARNALDO ANTUNES. Inclassificáveis. In: *O silêncio*, 1996. BMG.

- **Que tipo de conceito é interessante para pensarmos essa letra de música? Por quê?**

2. Considere esses haicais de Kiyoko Harada, imigrante japonês no Brasil. O haicai ou *haiku* é uma forma de poesia japonesa surgida no século XVI e ainda hoje em voga, composta de três versos, com cinco, sete e cinco sílabas, e que em geral tem como tema a natureza ou as estações do ano.

Maracujá verde
A esperança que nos resta...
Ainda há amanhã.

O neto em português,
A avó em japonês;
A festa dos imigrantes.

Terra grandiosa:
Eis a herança aos filhos;
A festa dos imigrantes.

No Amazonas envelhecida;
Sem o mínimo remorso
Pelo dia da Imigração, agradecida.

Plantada, já enfim;
A terra infernal,
A festa da imigração, agora sim.

Não se acostuma
O velho imigrante
Com o verde da garapa.

HARADA, Kiyoko. *Bola de espinhos*: antologia de *haiku*. Trad. Yozaburo Bando. Maringá: [s.ed.], 1996.

- **Nesses poemas, o imigrante, que mora em Tomé-Açu, no Pará, estabelece contrastes entre sua experiência e o meio ambiente, e entre o Brasil e o Japão. Como poderíamos pensar esses poemas a partir da ideia de etnicidade?**

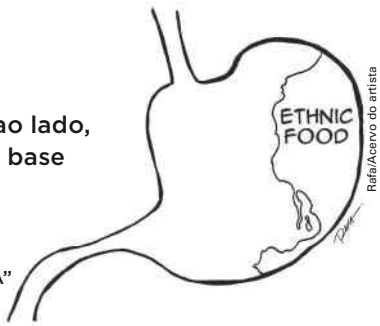
3. A partir da imagem abaixo, produza uma reflexão sobre etnicidade no Brasil.

Angeli/Acervo do artista

Charge de Angeli, 2006.

CONTRAPONTO

Escreva um pequeno texto sobre a imagem ao lado, publicada pelo cartunista Rafa em 2011, com base no que você leu neste capítulo.



Rafa/Acervo do artista

"COMIDA ÉTNICA"

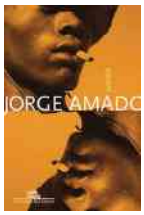
SUGESTÕES DE LEITURA

Sebastião Salgado/Ed. Taschen do Brasil

África, de Sebastião Salgado. Alemanha: Taschen, 2007.

Além de reunir as fotos registradas por Sebastião Salgado durante suas expedições pelo continente africano, o livro traz no prefácio reflexões do escritor moçambicano Mia Couto sobre a África atual. O livro nos auxilia a romper preconceitos e a melhor conhecer as etnias africanas, suas histórias, formas de vida e problemas contemporâneos.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras



Jubiabá, de Jorge Amado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

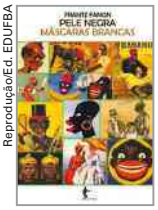
A história de Antônio Balduíno, negro pobre que se torna um líder trabalhista na cidade de Salvador dos anos 1930. Trata de conflitos étnico-raciais, da tensão entre a tradição e o moderno.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

O castelo dos destinos cruzados, de Ítalo Calvino. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Sobre a mesa de um castelo, as cartas de um baralho de tarô vão sendo viradas, compondo as múltiplas histórias das personagens ali reunidas. Este livro pode ser visto como um exercício estruturalista de composição, em que os mesmos elementos (as cartas de tarô) são usados para contar diversas histórias, a partir de uma estrutura comum.

Reprodução/Ed. EDUFBA



Pele negra, máscaras brancas, de Frantz Fanon. Salvador: Edufba, 2008.

Neste livro, importante nas lutas anticoloniais africanas, o autor tece uma reflexão sobre a dominação branca na África e sobre seus efeitos nos negros.

FILMES

Pierre Milon/Haut et Court/ Imovision

Entre os muros da escola (França, 2008). Direção: Laurent Cantet.

Filmado em uma escola no subúrbio de Paris e com elenco formado por não atores, o filme recria a história de um professor que procura enfrentar as dificuldades de lecionar em uma sala formada por estudantes franceses e de origem africana, asiática e do Oriente Médio. Além das dificuldades socioeconômicas, o ambiente retrata o convívio entre as diversas identidades ali presentes.

Robert Fraisse/Metro-Goldwyn-Mayer

Hotel Ruanda (Reino Unida, Itália, África do Sul, Estados Unidos, 2004). Direção: Terry George.

Baseado na história real de Paul Rusesabagina, responsável por salvar a vida de 1268 pessoas durante o genocídio de Ruanda em 1994, o filme remonta o cenário de extrema tensão vivenciado neste país quando as duas etnias divididas e "criadas" pelos colonizadores entram em conflito.

Reprodução/Hermano Penna/ Raquel Gerber

Ori (Brasil, 2009). Direção: Raquel Gerber.

Documentário sobre os movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988. Passando pela relação entre Brasil e África, o filme mostra a comunidade negra em sua relação com o tempo, o espaço e a ancestralidade, através da concepção do projeto de "quilombo" como correção da nacionalidade brasileira.

Reprodução/Walter Carvalho/Vídeo Filmes

Terra estrangeira (Brasil, 1996). Direção: Walter Salles.

O filme conta a história de um jovem brasileiro e sua mãe espanhola que desejam conhecer a terra de seus antepassados. Sem dinheiro após o confisco promovido pelo governo Fernando Collor, o jovem aceita entregar um pacote em Portugal em troca do custeio da viagem. O filme revela as dinâmicas de uma identidade brasileira imigrante e seus desafios perante uma sociedade preconceituosa.

INTERNET (Acesso em: set. 2015.)

http://laced.etc.br/site/

http://laced.etc.br/site/

Laboratório interdisciplinar de pesquisas e intervenção que reúne pesquisadores trabalhando em contextos urbanos e rurais, junto a grupos sociais e dispositivos de Estado variados – desde povos indígenas e populações ribeirinhas, grupos étnicos de origem imigrante e quilombolas, até as políticas públicas e reflexões intelectuais a eles referidas – enfatizando o papel político-cultural das construções de identidade e as relações sociais que as sustentam.

http://feminismo.org.br

www.feminismo.org.br/

Espaço de estudo, reflexão, construção de conhecimento, debates e luta por direitos das mulheres, com o objetivo de fortalecer o feminismo e a luta por uma sociedade pós-capitalista e pós-patriarcal, radicalmente contra o racismo e contra todo tipo de lesbofobia.

www.estadao.com.br/especiais/100-anos-de-levi-strauss,38179.htm

www.estadao.com.br/especiais/100-anos-de-levi-strauss,38179.htm

Especial em áudio e imagens sobre a vida e a carreira de Claude Lévi-Strauss, celebrado como um dos mais importantes intelectuais do século XX.

CAPÍTULO 4

ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Reprodução/Alexandre Orion. Metabiótica 20, 2009. Intervenção urbana seguida de registro fotográfico.

Metabiótica 20 (2009), de Alexandre Orion. Intervenção pictórica seguida de registro fotográfico.

Neste capítulo vamos discutir:

1. Os primeiros tempos
2. Antropologia e cultura popular
3. A consolidação da Antropologia brasileira
4. Antropologia e relações raciais
5. Antropologia urbana

A partir de meados do século XX, a Antropologia mundial concentrou seu interesse nas populações locais marginalizadas. No Brasil não foi diferente: construiu-se um acervo de conhecimento sobre populações indígenas, negras, camponesas, entre outras.

Ao contrário das antropologias estadunidense, inglesa e francesa, no Brasil, os estudiosos da área se preocuparam sobretudo em estudar o próprio país. Apenas muito recentemente os antropólogos brasileiros começaram a analisar a diferença em contextos internacionais. Durante quase todo o século XX, o principal interesse foi explicar o Brasil, observando as populações marginalizadas, as urbanas de classe média e as elites.

Este capítulo começa com um breve histórico da Antropologia no Brasil para depois destacar os principais focos e temas da produção antropológica nacional. Como já discutimos as populações indígenas no Capítulo 1, aqui elas terão menos destaque, embora constituam um tema da maior importância para a Antropologia brasileira.

1. OS PRIMEIROS TEMPOS

O antropólogo **Julio Cezar Melatti (1938-)** divide a História da Antropologia brasileira em três períodos: do fim do século XIX até os anos 1930, da década de 1930 à década de 1960, e, finalmente, da década de 1960 em diante. Seria possível acrescentar mais um período: da década de 1980 até o presente.

Até a década de 1930, o conhecimento antropológico era produzido por intelectuais não formados na área, pois essa formação acadêmica só passou a existir em 1933, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e em 1934, na Universidade de São Paulo (USP). Na época, o principal interesse de estudo era a *formação da sociedade brasileira*. Como dominavam as ideias evolucionistas e o darwinismo social, que vimos no Capítulo 2, muitos intelectuais se dedicavam a investigar como a composição do povo brasileiro ao longo da História influenciaria as relações sociais na época ou como seria possível alterar essa realidade.

Entre os principais intelectuais brasileiros do período estavam **Sílvio Romero (1851-1914)**, **Euclides da Cunha (1866-1909)**, **Nina Rodrigues (1866-1906)**, **Oliveira Vianna (1883-1951)** e o poeta **Gonçalves Dias (1823-1864)**, para quem a população indígena, além de "inferior", estaria em decadência. Nesse momento, os estudos sobre indígenas brasileiros eram predominantemente realizados por estudiosos alemães, fato que guarda certa semelhança com a influência de Franz Boas (ver Capítulo 2) sobre os estudos antropológicos nos Estados Unidos. Um dos principais antropólogos a estudar as populações indígenas do Brasil foi **Karl von den Steinen (1855-1929)**, que, como Boas, havia sido influenciado pelo etnólogo **Adolf Bastian (1826-1905)**.

Esses autores, com diferentes abordagens, viam a população brasileira do ponto de vista da hierarquia racial. Esse olhar resultou numa visão pessimista do Brasil: entendiam que a composição racial brasileira era "inferior", por considerarem a miscigenação um problema social, e que esta característica populacional tornava impossível construir um país desenvolvido. Embora tais ideias pareçam deslocadas ou questionáveis hoje em dia, naquele momento histórico, entre o final do século XIX e o começo do século XX, esse tipo de pensamento teve grande relevância. E também enormes efeitos práticos, provavelmente afetando a história da maioria dos brasileiros. A política de imigração do período, influenciada por esse olhar pessimista e preconceituoso sobre a população do país, adotou medidas de incentivo à imigração europeia: imaginava-se, assim, "branquear" o Brasil.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Julio Cezar Melatti (1938-)**, **Sílvio Romero (1851-1914)**, **Euclides da Cunha (1866-1909)**, **Nina Rodrigues (1866-1906)**, **Oliveira Vianna (1883-1951)**, **Gonçalves Dias (1823-1864)**, **Karl von den Steinen (1855-1929)** e **Adolf Bastian (1826-1905)**.

Odair Leal/Reuters/Latinstock

Reprodução/Arquivo da editora

Ao lado, foto de grupo de imigrantes alemães durante festa campestre, em Bananal (SC), no início dos anos 1920. Acima, imigrantes haitianos em Rio Branco (AC), 2015. Muitas das questões relativas aos imigrantes no final do século XIX e início do século XX reaparecem hoje com os novos fluxos imigratórios para o Brasil.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou que a formação da população brasileira é fruto de decisões políticas tomadas em vários momentos da História? O extermínio de indígenas, a escravização de negros, o incentivo à imigração europeia e, mais tarde, outras imigrações, como a japonesa e a sírio-libanesa, etc. são exemplos disso. Essas decisões foram tomadas com base nas ideias vigentes em cada época, como as teorias de evolução social e de hierarquia racial. Faça uma reflexão sobre a história de sua família e procure relacioná-la com esses processos históricos. Quais são suas origens? Qual é a sua ascendência? Seja qual for sua história, foi influenciada por essas decisões políticas, assim como a história das gerações futuras será afetada pelas políticas atuais. Trazendo esta questão para os dias atuais: no local em que você mora, há muitas pessoas que migraram recentemente? De que maneira você imagina que esses migrantes são considerados pelas ações governamentais brasileiras?

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Roger Bastide (1898-1974)**, **Emilio Willems (1905-1997)**, **Herbert Baldus (1899-1970)**, **Donald Pierson (1900-1995)** e **Arthur Ramos (1903-1949)**.

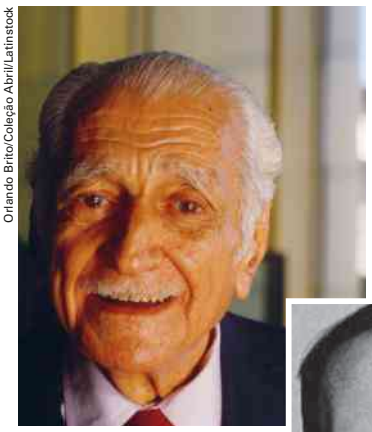
Essa tentativa de "branqueamento" foi uma resposta à ideia de que a população brasileira, majoritariamente composta por indígenas, negros e mestiços, não poderia construir um país desenvolvido. Nos dias atuais, a marginalização de populações negras, indígenas e mestiças tem relação com essas decisões históricas.

Assim, até as décadas de 1920 e 1930 predominaram perspectivas evolucionistas, principalmente as que atrelavam noções de superioridade a determinadas raças e criticavam a mestiçagem.

A partir dos anos 1930, teve início uma gradual profissionalização das Ciências Sociais no Brasil, entre elas a Antropologia. São referências nesse processo a Universidade de São Paulo (USP) e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que concentraram professores estrangeiros como os franceses Claude Lévi-Strauss (ver Capítulos 1 e 3) e **Roger Bastide (1898-1974)**, os alemães **Emilio Willems (1905-1997)** e **Herbert Baldus (1899-1970)** e o estadunidense **Donald Pierson (1900-1995)**. No Rio de Janeiro, o pernambucano **Gilberto Freyre (1900-1987)** assumiu em 1935 a primeira cátedra de Antropologia na Universidade do Distrito Federal, depois Universidade do Brasil. Em 1939, o alagoano **Arthur Ramos (1903-1949)** ocupou a cátedra de Antropologia na mesma universidade, que depois se tornaria a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Havia um predomínio da influência estadunidense, com o início de um intercâmbio entre docentes vindos dos Estados Unidos e antropólogos brasileiros. Assim, prevaleceu nesse momento uma perspectiva cultural, atrelada à ideia de aculturação (que vimos no Capítulo 2), o que se explica pela importância dada à integração das populações imigrantes à vida nacional.

Esse foi também um período de grandes teorias sobre a formação do Brasil, como as de Gilberto Freyre. O autor pernambucano afirmava ter sido muito influenciado por Boas, de quem foi aluno na Universidade Columbia, nos Estados Unidos. A novidade desse momento foi a inversão das hierarquias raciais e do pessimismo em relação ao povo brasileiro que caracterizara o período anterior. Para Gilberto Freyre, a mestiçagem brasileira não poderia ser sinônimo de atraso ou um problema social, ao contrário, era justamente o trunfo de uma nova civilização luso-tropical. Além da perspectiva de Freyre, estudos de Arthur Ramos e Roger Bastide, entre outros, romperam com a tradição racializada do século XIX, adotando um tom formalmente não racista.



Orlando Brito/Coleção Abril/Latinstock

Gilberto Freyre, em 1985.

Reprodução/Acervo FAPESP

Roger Bastide, em fotografia feita entre 1945 e 1950.

2. ANTROPOLOGIA E CULTURA POPULAR

Outra tendência marcante da Antropologia brasileira é exemplificada no conjunto de trabalhos conhecidos como "estudos de comunidade". Nas décadas de 1950 e 1960, muitos antropólogos se dedicaram a estudar, como vinham fazendo em comunidades indígenas, pequenas cidades ou vilas caracterizadas por uma transição entre ruralidade e urbanidade. Esses intelectuais buscavam descrever aquelas comunidades como totalidades integradas, ou seja, como entidades autônomas e funcionais, comparáveis a um organismo vivo que funciona graças à boa interação entre suas partes. Entretanto, eles tendiam a desprezar as conexões entre as comunidades e o restante da sociedade nacional. Partindo da mesma tradição estadunidense que influenciava outras áreas da Antropologia brasileira, esses estudos demarcaram outra característica relevante ao pensamento social da época: uma preocupação com o desenvolvimento.

Cidades como Cunha (SP), Itapetininga (SP), Cruz das Almas (RJ) e Rio das Contas (BA), entre várias outras, foram objeto de estudo, alguns deles coordenados por antropólogos estadunidenses, como **Charles Wagley (1913-1991)**, ex-aluno de Boas. A mudança cultural era o interesse central desses estudos. Muitos deles faziam parte de projetos maiores, que objetivavam compor uma análise ampla da sociedade brasileira, uma espécie de mosaico ou panorama que revelasse as relações entre cultura popular e urbanização, campo e cidade, atraso e desenvolvimento.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Charles Wagley (1913-1991)** e **Egon Schaden (1913-1991)**.

Os estudos de comunidade podem ser relacionados aos estudos de aculturação, já que as duas perspectivas se preocupavam com os processos de transformação social associados às diferenças culturais. De um lado, foco nas culturas populares rurais; de outro, foco nas populações de imigrantes em suas próprias "comunidades". A questão central era a transformação social e cultural em curso na sociedade brasileira, numa urbanização crescente, a culminar com o significativo desenvolvimento industrial vivenciado a partir da década de 1960. Esses intelectuais respondiam a questões da mesma ordem que os intelectuais do período anterior: queriam entender a população brasileira nos contextos das suas transformações.

Entre as décadas de 1930 e de 1960, também foram feitos no Brasil estudos de caráter funcionalista. Principalmente em relação às populações indígenas, o foco passou a ser o estudo do funcionamento das sociedades. O paulista Florestan Fernandes (ver *Perfil* no Capítulo 9) e o catarinense **Egon Schaden (1913-1991)**, por exemplo, desenvolveram trabalhos que buscavam analisar as sociedades como totalidades integradas, a exemplo dos estudos de Malinowski e Radcliffe-Brown (ver Capítulo 3).

Também em relação ao que era então chamado de "folclore", ou seja, as manifestações culturais das camadas populares da sociedade, esse período de transição foi marcado por uma renovação funcionalista. Se boa parte dos trabalhos anteriores sobre o assunto era meramente descritiva e preocupada em relacionar as práticas a antigas heranças culturais, os novos estudos tinham como foco a mudança social. Na década de 1960, Florestan Fernandes e Octavio Ianni (ver *Perfil* no Capítulo 12) produziram trabalhos em que a cultura popular deixava de ser entendida como um "vestígio" do passado e sinônimo de atraso. Para esses autores, as expressões culturais encontradas fora das elites, na zona rural, em pequenas cidades, quilombos, nos bairros populares das grandes cidades eram manifestações legítimas da cultura de camadas populares em processo de atualização e modificação em consequência da urbanização e modernização do país.

Fundo ABA/AEL/Unicamp

Em foto da década de 1940, o sociólogo Emilio Willems (à esquerda) entrevista um morador da cidade de Cunha (SP) para seu estudo que resultou no livro *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1947.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você vive numa pequena comunidade ou cidade com características rurais? Se você fosse um estudante na década de 1950, provavelmente responderia "sim". Hoje é mais provável que a resposta seja "não", dado o grau de urbanização do país. Segundo o IBGE, em 2010 84% da população brasileira era urbana. Em 1950, apenas 36% dos brasileiros viviam em áreas urbanas. Assim, a chance de que pelo menos um de seus avós tenha vivido em áreas rurais é muito grande. Desse modo, as transformações sociais investigadas nas décadas de 1950 e 1960 fazem parte da história familiar de muitos brasileiros de hoje. A transição campo-cidade, as migrações internas e a imigração internacional estavam entre as principais preocupações dos cientistas sociais daquela época. Você consegue imaginar a vida numa comunidade rural brasileira nos anos 1950? Uma boa maneira de fazer este exercício é conversar com alguém que tenha vivido essa experiência, mesmo quando criança.

Arquivo OESP/Agência Estado

César Diniz/Pulsar Imagens

Vemos, à esquerda, um cenário rural em Joinville (SC), na década de 1960; abaixo, vemos outro de 2015, em Tunápolis (SC). Embora o país tenha se urbanizado, ainda há milhões de pessoas que vivem no campo. Contudo, a vida nas áreas rurais também tem passado por diversas transformações.

Arquivo/Agência Estado

A partir da década de 1960, começou a crescer o número de cientistas sociais no Brasil, o que resultou numa produção de conhecimento mais sistemática e mais embasada em modelos teóricos reconhecidos. Foram deixados para trás o "ensaísmo" intelectual do começo do século e a fase de transição (de 1930 a 1960), marcada ainda pela pequena quantidade de pesquisadores. A Antropologia realizada a partir de 1960 destacou novos objetos de pesquisa. Em lugar das comunidades isoladas, entraram em cena o campesinato, os assalariados rurais, os trabalhadores urbanos, as frentes de expansão, a migração do campo para a cidade e a vida nas favelas.

As abordagens teóricas também se diversificaram segundo as diferentes linhas de formação dos antropólogos, ganhando destaque o estruturalismo francês e as teorias da etnicidade e do contato interétnico, de inspiração inglesa e estadunidense.

Migrantes nordestinos chegam à capital paulista em pau de arara. Foto de 1960.

3. A CONSOLIDAÇÃO DA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

A partir dos anos 1960, destacaram-se antropólogos como Roberto Cardoso de Oliveira (ver nesta página a seção *Perfil*), **Roberto DaMatta (1936-)**, **Darcy Ribeiro (1922-1997)**, **Eunice Durham (1932-)**, **Gilberto Velho (1954-2012)**, entre outros, todos formados pela geração anterior. Os objetos de estudo passaram a abranger uma variação de interesses cada vez maior: a Antropologia se voltou para temas múltiplos na cidade, no campo e entre as populações indígenas. Duas preocupações ainda eram marcantes: os efeitos da urbanização e da industrialização e as populações em situação marginal.

Entretanto, a modernização do Brasil alterou a situação dos povos do campo, que passaram a encontrar novas formas de trabalho assalariado no campo. O deslocamento para as cidades produziu novos coletivos desfavorecidos socialmente, como os moradores de favelas e periferias urbanas. As populações indígenas foram muito afetadas pelo avanço sobre seus territórios ancestrais. Também a questão do gênero e da opressão sobre as mulheres passou a ser objeto de reflexão antropológica. Antigos temas, como as relações raciais, continuaram importantes, ainda que sob novas perspectivas. O tema da relação entre grupos etários (jovens, idosos) e uma antropologia do processo de envelhecimento também se desenvolveu.

Uma diferença marcante em relação ao período anterior, ligada ao uso mais sistemático da categoria "etnicidade", é que os antropólogos não mais imaginavam que populações como as indígenas (ou quilombolas, entre outras) seriam inevitavelmente "aculturadas" ou "incorporadas" à sociedade nacional. A perspectiva anterior apresentava um olhar pessimista a respeito da inevitabilidade do desaparecimento de certas sociedades e de suas diferenças e especificidades, quando colocadas em contato ou confronto com a sociedade nacional.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Roberto DaMatta (1936-)**, **Darcy Ribeiro (1922-1997)**, **Eunice Durham (1932-)** e **Gilberto Velho (1954-2012)**.

Gabriel O. Alvarez/Acervo pessoal. Foto de 2004.

PERFIL

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Nascido na cidade de São Paulo, Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) graduou-se em Filosofia pela USP, em 1953. Mais tarde, voltou seus estudos para as Ciências Sociais, completando seu doutorado em 1966, sob a orientação de Florestan Fernandes. Logo após sua formatura, foi convidado por Darcy Ribeiro para trabalhar no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), depois transformado em Fundação Nacional do Índio (Funai). Ali trabalhou no Museu do Índio, onde se aproximou da Antropologia.

Sob a influência de Darcy Ribeiro e das teorias de assimilação cultural, em 1955 fez sua primeira experiência de campo entre os Terena (grupo indígena de Mato Grosso do Sul), que resultou no livro *O processo de assimilação dos Terena*, publicado em 1960. Em 1958 ingressou no Museu Nacional, onde iniciou um trabalho sistemático de ensino de Antropologia social. Criou cursos de formação que se tornaram o embrião da pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional, hoje um dos principais do Brasil. Criou depois o programa de pós-graduação em Antropologia na Universidade de Brasília (UnB) e doutorado em Ciências Sociais na Universidade de Campinas (Unicamp).

Na década de 1960, coordenou vários projetos dedicados ao estudo do que chamava de "fricção interétnica", ou seja, a tensão gerada pelo avanço da sociedade nacional sobre territórios de populações indígenas que viviam em relativo isolamento. Nesses trabalhos, o foco eram os processos de transformação das sociedades afetadas pela expansão do capitalismo no Brasil. Seus estudos seguiram orientações variadas, tanto inglesas (a partir do trabalho de Florestan Fernandes) como francesas, com influência do estruturalismo de Lévi-Strauss. Na década de 1970 interessou-se pela identidade étnica; nos anos 1980 passou a discutir a epistemologia da Antropologia e publicou textos sobre a história da disciplina antropológica.

Considerado um dos fundadores da Antropologia brasileira pelo destaque de suas atividades docentes e institucionais, influenciou gerações de antropólogos com suas ideias sobre fricção interétnica, identidade étnica e epistemologia da Antropologia.

Rubens Chaves/Pulsar Imagens

Idosos praticam atividade física no Parque Birigui, em Curitiba (PR). Foto de 2014.

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Colheita mecanizada em Cornélio Procópio (PR). Foto de 2015. As imagens mostram transformações recentes no perfil da população brasileira: o aumento da expectativa de vida e as novas relações sociais vivenciadas após a aposentadoria, e a diminuição gradual da população rural acompanhada pela industrialização do campo.

O foco das preocupações se transformou gradualmente: essas populações passaram a ser observadas do ponto de vista das próprias sociedades, e não pela ótica do Estado nacional. Entretanto, esse movimento ainda se direcionava ao entendimento da sociedade nacional, para a qual, segundo afirmava Roberto Cardoso de Oliveira, o indígena, por exemplo, aparecia como "um incômodo".

Partindo do interesse pelo contato interétnico, os estudos passaram a observar a política interna das populações indígenas, profundamente afetadas pelo contato com a população branca. Os processos que levaram populações indígenas a se urbanizar foram também examinados. Como vimos no capítulo anterior, o conceito de etnicidade se refere sempre à diferenciação entre grupos colocados em contraste. A noção de etnia possibilitou aos antropólogos desse período uma reflexão sistemática sobre as populações em estudo: permitiu entender as relações raciais, as populações indígenas, os imigrantes e seus descendentes. Nos estudos da Antropologia indígena (também conhecida no Brasil como "etnologia" indígena) cresceu a influência do trabalho de Lévi-Strauss, e tanto os mitos como os rituais passaram a ser objeto de análise sistemática.

Nesse contexto, a Antropologia brasileira passou a buscar uma dimensão mais abrangente, refletindo sobre o avanço do capitalismo no universo rural e a emergência de um proletariado rural, entre outros temas. Também foram conduzidos estudos com foco mais restrito que se concentravam em aspectos como religiosidade, estruturas familiares, hábitos alimentares, etc. A dimensão que corresponderia a uma estrutura social clássica (como em Radcliffe-Brown) perdeu espaço quando a Antropologia focou as populações não indígenas: ficou cada vez mais difícil considerar comunidades como isoladas ou fechadas, como supostas unidades de análise. Entretanto, assim como a Antropologia do começo do século XX e a do final do século XIX, a Antropologia do período de institucionalização acadêmica (quando se criaram os programas de pós-graduação) continuou comprometida em entender e explicar a sociedade brasileira.

Diferenças de outros tipos, como as existentes entre pobres e ricos, mulheres e homens, homossexuais e heterossexuais, jovens e idosos, também demandavam novos conceitos e novas análises. A partir da década de 1970, o conceito de identidade (visto no Capítulo 3) passou a ser uma referência principalmente nos contextos citados acima e nos casos em que essas demarcações e diferenças coexistiam em um mesmo contexto. Por exemplo, as relações urbanas em que as diferenças de renda e de etnia estão presentes suscitaram o uso do conceito de identidade em conjunto com o de etnicidade.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O Brasil tem passado, desde a década de 1970, por uma imensa modificação na estrutura etária de sua população: em 1960, pouco mais de 9 milhões de brasileiros tinham mais de 60 anos. Em 1990, esse número passou para mais de 13 milhões; em 2011, já atingia a cifra de quase 24 milhões de pessoas. Esse aumento das pessoas idosas resultou da diminuição da taxa de fecundidade (as pessoas têm menos filhos) e do aumento da expectativa de vida, relacionado a diversos fatores (avanços na Medicina, programas sociais de atenção ao idoso, programa de aposentadoria rural, etc.). Esse processo de envelhecimento da população brasileira provavelmente pode ser percebido na sua casa ou de seus familiares, com o aumento no tempo de vida das pessoas. Tente pensar em quanto esse processo tem modificado a vida do brasileiro conversando com alguém ao seu redor que tenha mais de 60 anos: pergunte como era a perspectiva de vida dos idosos quando era jovem.

+ PARA SABER MAIS • Explicando a sociedade brasileira

A explicação da sociedade nacional continua sendo uma característica da Antropologia brasileira. Gilberto Freyre inaugurou essa tradição com seus estudos sobre a família e a produção agrícola no Nordeste brasileiro, recorrendo a explicações culturalistas que indicavam uma especificidade da colonização portuguesa. Para Freyre, o fato de Portugal ser ele mesmo um país mestiço, devido à ancestral presença moura (árabe), possibilitou a criação de um modelo de colonização menos racializado.

No final do século XX, essa tradição foi revisitada por dois importantes autores: Darcy Ribeiro e Roberto DaMatta. Em seu livro *O povo brasileiro* (1995), Darcy Ribeiro pretende explicar a gênese da especificidade brasileira, a um só tempo diversa e semelhante, etnicamente variada e misturada, mas sentindo-se como uma única etnia. Essencialmente otimista, Darcy oferece uma perspectiva pós-freyriana, destacando a beleza do povo brasileiro. O livro é uma descrição de toda a história do Brasil do ponto de vista da formação de sua população.

Já Roberto DaMatta, com seu *Carnavais, malandros e heróis* (1979), produziu uma análise sobre o que define o Brasil a partir de uma influência estruturalista. DaMatta pressupõe o Brasil como algo entre uma sociedade completamente hierárquica (como a indiana) e uma sociedade individualista (como a estadunidense). As oscilações entre esses polos marcariam a experiência dos brasileiros.

DaMatta afirma que a oposição entre a casa (espaço de convívio das famílias) e a rua (lugar do convívio público) definiria as relações no Brasil. O espaço da casa seria o espaço da hierarquia, onde todas as pessoas seriam colocadas em um sistema de relações familiares. E a rua seria o espaço da individualidade, da igualdade entre os indivíduos. Os fenômenos brasileiros, entretanto, seriam sempre marcados pela erupção de hierarquias onde deveria haver igualdade. Assim se explicam desde ritos como o Carnaval e as paradas militares até práticas cotidianas de discriminação, como as afirmações de autoridade do tipo: "Você sabe com quem está falando?".

Dos anos 1980 em diante, o número de antropólogos formados aumentou exponencialmente. Na década de 1950, uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia reunia cerca de sessenta pessoas, enquanto atualmente congrega mais de 2,5 mil pessoas. Num universo tão maior, é claro que os objetos de pesquisa serão cada vez mais variados. As influências do mundo contemporâneo também se fazem sentir: há agora estudos sobre relações sociais na internet, sobre novas tecnologias reprodutivas, sobre novos campos da ciência, etc.

Outra característica da Antropologia mais recente foi o crescimento vertiginoso da Antropologia urbana (que veremos a seguir) em detrimento da tradicional Antropologia indígena. Em alguns momentos, a Antropologia urbana se confunde com uma Sociologia urbana, e é comum a circulação de pesquisadores nos dois campos.

Essa "massificação" da Antropologia gerou novas perspectivas teóricas na etnologia brasileira, francamente críticas à ideia do contato interétnico. Segundo essas críticas, a ideia do contato remete sempre à sociedade nacional, pois faz do contato (e do branco) o agente principal da análise da vida dos indígenas. Para esses etnólogos, a compreensão das sociedades indígenas deve fundamentar-se nos termos dos próprios grupos indígenas, analisando suas cosmologias e modos de ver o mundo não pelo viés e pelos termos e modelos da "sociedade dos brancos". Embora em termos numéricos a Etnologia tenha diminuído em relação à Antropologia urbana, em termos de impacto internacional a ordem é inversa: a etnologia brasileira ainda tem impacto internacional muito maior.

Em contrapartida, está em curso um avanço das relações entre as diversas antropologias nacionais: os antropólogos brasileiros têm circulado mais e se empenhado em conectar universos diferentes, como, por exemplo, o estreitamento de conexões "sul-sul", ou seja, entre países não desenvolvidos ou em desenvolvimento. Assim, o século XXI é marcado pela internacionalização e pela circulação da Antropologia brasileira.

4. ANTROPOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS

Antes de discutir a Antropologia urbana brasileira, vamos acompanhar a trajetória de um tema específico, muito importante para a história da Antropologia: as relações raciais. Podemos ver por meio desse exemplo um pouco das transformações da Antropologia no Brasil.

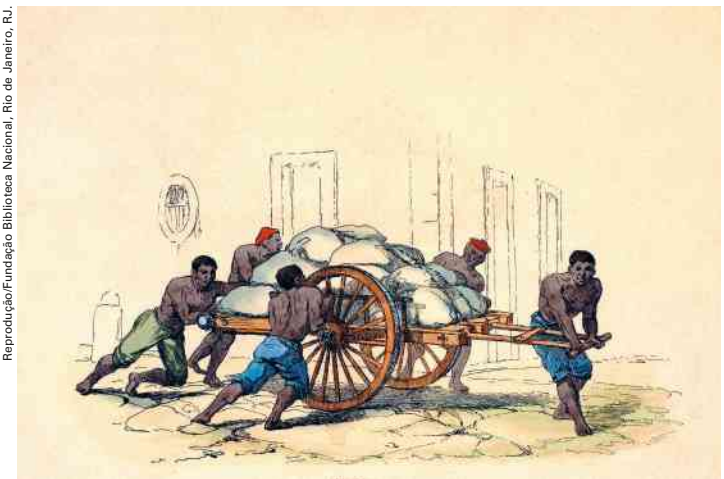
O tema do "negro" ganhou destaque no século XIX com o processo de abolição da escravatura, que teve início em 1850, com a proibição do tráfico negreiro, avançou com a Lei do Ventre Livre, em 1871, seguida pela Lei dos Sexagenários, em 1885, e, finalmente, com a abolição da escravidão, em 1888 (em algumas províncias a abolição ocorreu antes de 1888). Nesse contexto, a população negra passou a representar um problema para as elites brancas: o que fazer com os negros livres, libertos e com os mestiços?

Essa pergunta foi respondida tanto com base no darwinismo social adaptado à realidade brasileira (que via os negros e mestiços como entraves ao desenvolvimento) como a partir de teorias, também racistas, mas que viam com bons olhos a miscigenação, acreditando que, com o tempo, e se fosse evitada a entrada de mais negros no Brasil, o país lentamente "embranqueceria". Um dos principais pensadores desse período foi o médico-legista baiano Nina Rodrigues (ver p. 81), da Escola de Medicina de Salvador. Influenciado pelas teorias eugênicas do século XIX, ele acreditava que o negro era um "contaminador da nação". Ainda assim, desenvolveu pesquisas sobre a cultura negra na Bahia.

LÉXICO

eugênico: relativo à eugenia, ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana.

Reprodução/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.



A gravura de Frederico Guilherme Briggs, datada do século XIX, mostra uma cena cotidiana do trabalho escravo no Rio de Janeiro.

Nesse momento, as pesquisas procuravam conectar as expressões da cultura negra com suas origens na África, numa perspectiva evolucionista e racializada. Nesse período formaram-se algumas explicações gerais sobre o Brasil, pensado como nação, como veremos no Capítulo 9. Uma dessas explicações, contudo, transformava a miscigenação em vantagem civilizatória. Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-grande e senzala*, publicado em 1933, afirmava que a especificidade na civilização brasileira eram as relações sociais harmônicas, sem os conflitos permanentes que existiam em outros lugares. O autor pernambucano recusou o discurso do darwinismo social e destacou o Brasil como uma espécie de "paraíso racial". Essa visão foi predominante durante as décadas de 1920 e 1930.

O alagoano Arthur Ramos foi outro intelectual que se dedicou ao estudo das populações negras, na década de 1940. Ele acreditava que as relações raciais no Brasil seriam menos tensas que as estadunidenses e via o país como uma espécie de laboratório de civilização menos preconceituosa. Afirmava também que até aquele momento as reflexões sobre as relações raciais no Brasil eram ensaísticas, isto é, ideias sem comprovação científica que as legitimasse. Quando assumiu o departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1949, Arthur Ramos propôs à entidade um programa de estudos sobre as relações raciais no Brasil.

Rafael Cusato/Divulgação

Cerimônia de entrega do prêmio Luiza Mahin, em São Paulo (SP), 2012. Batizado com o nome de uma líder da Revolta dos Malês, é entregue a mulheres negras de destaque em diferentes áreas.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Certamente você já ouviu a afirmação de que o Brasil é uma democracia racial. O trabalho de Gilberto Freyre foi tão importante que acabou se tornando uma "ideologia nacional": uma ideia compartilhada por muitos brasileiros desde a década de 1930. Entretanto, a discriminação racial continua a existir. O que você acha disso? Como é possível um país se ver como democracia racial e ainda conviver com a discriminação?

Esse programa, que ficou conhecido como Programa Unesco, marcou o pensamento sobre as relações raciais brasileiras entre as décadas de 1950 e 1970. Sob a influência do movimento negro brasileiro e contando com uma série de estudos comparativos realizados com base em métodos reconhecidos (como o trabalho de campo, a produção de *surveys* e a análise de estatísticas), desenhou-se um novo cenário sobre as relações raciais brasileiras. O projeto deixou claro que a democracia racial era um mito: a realidade brasileira não se configurava como um paraíso racial. Negros e mestiços continuavam a ser discriminados, tinham menos oportunidades de trabalho e condições de vida inferiores às dos brancos.

Ao mesmo tempo, essas novas pesquisas evidenciaram também que as relações raciais no Brasil eram diferentes das de outros contextos, marcando uma comparação, até hoje importante, com o sistema racial estadunidense. No Brasil, o preconceito ficou conhecido como "de marca", ou "de cor", ou seja, manifesta-se com base em uma gradação da cor da pele, é bastante flexível e variável conforme a região do país. É diferente do preconceito "de origem", característico do sistema estadunidense, em que basta ter um ascendente negro para ser considerado negro, independentemente da cor da pele. Além disso, esse racismo era marcado pela segregação racial (como vimos no Capítulo 3), o que conferia uma característica bastante explícita às expressões dos conflitos raciais. As novas pesquisas passaram a compreender de que maneiras o racismo brasileiro atua muitas vezes silenciosamente, implícito nas relações sociais estabelecidas.

O Projeto Unesco marcou também uma divergência entre a Sociologia e a Antropologia brasileiras quanto às relações raciais. Pesquisas conduzidas em São Paulo, principalmente, deram origem a um grupo de estudiosos que ficou conhecido como "Escola Paulista de Sociologia", que tendia a ver nas relações raciais um problema a ser dissolvido num sistema de classes sociais. As perspectivas antropológicas, por outro lado, voltadas aos estudos da cultura negra, perdiam espaço para uma discussão marxista sobre classes sociais, que veremos com mais detalhe nos Capítulos 6 e 8.

Apesar dessas discordâncias, a Antropologia continuou a produzir conhecimento sobre a cultura negra, principalmente sobre as religiões afro-brasileiras, grande tema de pesquisa desde o final do século XIX. Dos anos 1980 até os dias atuais, a Antropologia tem voltado a estudar as relações raciais, principalmente a partir da noção de identidade. As políticas de reafricanização — valorização da herança africana entre a juventude negra —, por exemplo, têm sido analisadas por antropólogos negros fazendo trabalho de campo sobre o tema; surgem novas perspectivas para o estudo das relações raciais.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que a introdução de cotas raciais no acesso às universidades públicas federais não viola a Constituição da República. A introdução dessa medida reacendeu o debate sobre as relações raciais no país. Num campo repleto de disputas políticas, vemos antropólogos e cientistas sociais se posicionando a favor e contra as políticas de cotas. E as discussões giram justamente em torno das especificidades das relações raciais no Brasil.

Reprodução/Copene/ABPN

Entre aqueles que são contrários encontramos a afirmação de que as cotas vão piorar as relações raciais, levando-nos para um cenário semelhante ao estadunidense; entre os favoráveis argumenta-se que o mito da democracia racial deve se tornar realidade na prática cotidiana das populações discriminadas, e as cotas seriam um passo nessa direção.

Cartaz do VII Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), realizado em 2012, e cartaz de sua edição da região Sul, realizada em 2015. As temáticas de pesquisa sobre as relações raciais têm sido debatidas e questionadas por negros, tanto militantes políticos como intelectuais. No canto superior esquerdo do primeiro cartaz estão representados os militantes Abdias do Nascimento (1914-2011), Lélia Gonzalez (1935-1994) e Vicente Francisco do Espírito Santo (1949-2011).

http://2copenesulcuritiba.blogspot.com.br/2015_06_01_archive.html

ASSIM FALOU... FLORESTAN FERNANDES

Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a "raças" distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de "bom-tom", de um discutível "espírito cristão" e da necessidade prática de "manter cada um em seu lugar". Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. p. XIV.

5. ANTROPOLOGIA URBANA

A partir do fim dos anos 1960 a cidade e suas diferentes populações passaram a constituir um novo campo de análise para a Antropologia brasileira. Essa mudança de foco pode ser explicada pela crescente urbanização do país. Entretanto, para muitos estudiosos, os estudos de comunidade da década de 1940 já seriam antecessores de uma Antropologia urbana, especialmente por terem sido inspirados pela Escola de Sociologia de Chicago, que já nas décadas de 1920 e 1930 empreendia verdadeiras etnografias urbanas.

As diferenças que interessavam à Antropologia estavam agora na cidade, muito próximas dos antropólogos. Entretanto, essa proximidade ocasionava algumas questões importantes: se a experiência urbana de populações vindas do campo, ou mesmo de negros e mestiços, era de certa forma similar à dos próprios antropólogos, como fazer Antropologia? A Antropologia não era o estudo dos "diferentes"?

Ao olhar para realidades tão próximas, a Antropologia procurou pensar naqueles que se assemelhavam aos antropólogos como se fossem "estranhos". Esse deslocamento possibilitou o estudo das experiências urbanas de populações desfavorecidas e logo se mostrou útil para pensar também a experiência urbana das camadas médias e altas da sociedade brasileira.

O mesmo movimento possibilitou ainda que a proximidade fosse vista como objeto de análise em outras dimensões além das de diferença de renda: antropólogas feministas passaram a estudar a opressão da mulher, antropólogos e antropólogas homossexuais passaram a estudar as relações de gênero e as diversas sexualidades, antropólogos negros se dedicaram a estudar as relações raciais, e assim por diante. O movimento fundamental de "tornar exótico" aquilo que é próximo tornou possível uma Antropologia urbana também militante e que de maneira geral se aproxima dos movimentos sociais. Essa Antropologia assumiu uma feição prática, de luta política em favor dos direitos de populações discriminadas. Não por acaso, esse momento da Antropologia brasileira coincide com o desenvolvimento de novos movimentos sociais no Brasil, um dos assuntos do Capítulo 13.

GRIF Maçãs Podres/http://nucleogenerosb.blogspot.com.br

Reprodução/Grif Maçãs Podres

Na primeira foto, de 2010, detalhe de grafite em São Paulo (SP) relembra vítimas da violência contra a mulher.
Na segunda foto, detalhe de um grafite de Fernanda Sunega, que diz: "O feminismo nunca matou ninguém. O machismo mata todos os dias!". Foto de 2011. A Antropologia brasileira contribuiu para o debate e a crítica à opressão das mulheres na sociedade brasileira.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O exercício de transformar o que está muito próximo de nós em algo estranho e distante tem muitas utilidades. Estranhar o que é próximo pode nos ajudar a pensar criticamente sobre as coisas ao nosso redor, à medida que elas deixam de ser compreendidas como naturais. As relações de poder que parecem evidentes, as vontades que parecem naturais, os preconceitos que parecem normais, tudo isso pode ser questionado por meio desse exercício. Você consegue transformar algo muito próximo a você em exótico a ponto de questionar o porquê disso nos parecer natural?

Como precursores da Antropologia urbana brasileira podemos destacar Gilberto Velho, no Rio de Janeiro, e Eunice Durham e **Ruth Cardoso (1930-2008)**, em São Paulo. O trabalho clássico de Eunice Durham, *A caminho da cidade* (São Paulo: Perspectiva, 1973), reflete sobre a migração a partir da vivência dos migrantes e dos significados que eles atribuem a esse processo. Esse estudo tem inspiração funcionalista, com grande influência de Florestan Fernandes. Posteriormente, Eunice Durham e Ruth Cardoso desenvolveram, em conjunto, estudos sobre movimentos sociais. Gilberto Velho também foi pioneiro ao estudar as classes médias urbanas no Rio de Janeiro, fazendo uma Antropologia muito influenciada pela escola de Chicago. Em todos esses trabalhos, o processo de urbanização e industrialização da década de 1970 aparecia como pano de fundo, tanto na constituição de novas classes populares como de novas classes médias.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Ruth Cardoso (1930-2008)**.

Mais recentemente, a Antropologia urbana tem se dedicado a uma variedade enorme de temas, entre os quais se destacam a violência nas periferias — também resultado da urbanização desordenada e do crime organizado, principalmente o tráfico de drogas; o lazer das classes populares; as diferentes "tribos urbanas", como *punks*, vegetarianos, *skinheads*; e também os estudos sobre doença e saúde, sexualidade e gênero, questões relacionadas à infância, à juventude ou aos idosos, entre outros. As discussões sobre sexualidade e relações de gênero ganharam dimensões políticas importantes, num contexto marcado pela discriminação e pela violência contra mulheres e contra a população LGBTI.

O debate sobre as relações de gênero, relacionado com o desenvolvimento de lutas feministas no Brasil, ganhou destaque a partir da década de 1970 e foi integrado à Antropologia por meio da criação de centros e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação. Em termos gerais, a noção de gênero busca desnaturalizar a relação entre homens e mulheres, percebendo-a como relacional e flexível (ou seja, homem e mulher são categorias que variam, não descrições de uma realidade biológica). Os termos usados são "masculinidade" e "feminilidade", pois descrevem estilos e processos diferentes conforme o contexto, isto é, existem diferentes "masculinidades" e diferentes "feminilidades".

Reprodução/Prefeitura de Fortaleza, CE, 2011.

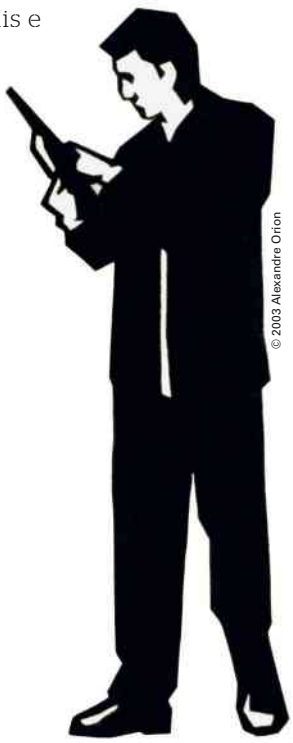
Cartaz de campanha lançada pela Prefeitura de Fortaleza (CE) em 2011 contra a homofobia (preconceito contra homossexuais). Os estudos antropológicos sobre sexualidade têm sido aliados na luta contra esse preconceito.

Uma derivação dos estudos de gênero são os que tratam de "identidades sexuais", marcando também uma luta política de antropólogos homossexuais e transexuais em busca de reconhecimento de direitos e no combate à discriminação. Esses trabalhos questionam aquilo que denominam "heteronormatividade", ou seja, a visão de que o normal e o correto seriam as relações heterossexuais (entre homens e mulheres). Tais estudos produzem uma desnaturalização das relações, abrindo espaço para que outras relações (como as homoafetivas) sejam consideradas legítimas.

Como vimos, a Antropologia brasileira contemporânea apresenta um leque extenso e variado de preocupações, assim como a Sociologia e a Ciência Política praticadas no Brasil contemporâneo, que discutiremos nos Capítulos 9 e 14, respectivamente. Quanto à especificidade da Antropologia urbana, a passagem das diferenças "distantes" para as diferenças "próximas" é uma característica importante.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ A Antropologia brasileira tem demonstrado tradicionalmente uma preocupação em explicar as realidades do país.
- ✔ Podemos dividir a história da Antropologia brasileira em quatro períodos: os anos de formação (do fim do século XIX até a década de 1930); os anos de consolidação (da década de 1930 à década de 1960); o período da constituição das pós-graduações (de 1960 até 1980) e, por fim, o momento atual de ampliação e difusão pelo Brasil.
- ✔ O primeiro período foi marcado pela influência do darwinismo social e por um profundo pessimismo em relação ao povo brasileiro.
- ✔ O segundo momento marca uma reviravolta otimista em relação ao povo brasileiro. A miscigenação, que era vista como um entrave ao desenvolvimento, passa a ser considerada como a especificidade de uma civilização brasileira e de uma democracia racial.
- ✔ A institucionalização da Antropologia no Brasil tem início com a criação de cursos nas universidades e a presença de professores estrangeiros, predominando a influência da Antropologia estadunidense.
- ✔ O conhecimento do Brasil e de seu desenvolvimento segue como questão fundamental da Antropologia no país, exemplificada nos estudos de comunidade desenvolvidos nesses anos de consolidação.
- ✔ Os estudos sobre etnicidade marcam uma influência inglesa na Antropologia brasileira.
- ✔ A partir da década de 1980, a Antropologia ganha amplitude nacional e experimenta grande variedade de temas e preocupações.
- ✔ A Antropologia urbana amplia o espectro de estudos antropológicos sobre a sociedade brasileira, dando espaço a várias populações excluídas. A transformação do próximo em exótico (desnaturalização) passa a ser uma ferramenta metodológica importante.
- ✔ O período atual é marcado pela influência dos movimentos sociais e pelas demandas de populações excluídas.


© 2003 Alexandre Orion

ATIVIDADES

REVENDO

1. **Por que a visão dos intelectuais do final do século XIX sobre o Brasil era pessimista?**
2. **Em que medida os estudos de comunidade podem ser relacionados aos estudos de aculturação?**
3. **Entre 1930 e 1960, houve uma mudança de enfoque dos estudos sobre as manifestações culturais populares. Qual foi esta mudança?**
4. **De que modo intelectuais como Gilberto Freyre e Arthur Ramos se posicionaram perante a miscigenação entre os brasileiros?**
5. **Como o processo de urbanização influenciou a Antropologia produzida no Brasil a partir do fim da década de 1960?**

INTERAGINDO

1. Considere a letra desta canção de Chico Science e Lucio Maia.

Etnia

Somos todos juntos uma miscigenação
E não podemos fugir da nossa etnia
Índios, brancos, negros e mestiços
Nada de errado em seus princípios
O seu e o meu são iguais
Corre nas veias sem parar
Costumes, é folclore é tradição
Capoeira que rasga o chão
Samba que sai da favela acabada
É hip hop *na minha embolada*

É o povo na arte
É arte no povo
E não o povo na arte
De quem faz arte com o povo

Por detrás de algo que se esconde
Há sempre uma grande mina de conhecimentos e sentimentos

Não há mistérios em descobrir
O que você tem e o que gosta
Não há mistérios em descobrir
O que você é e o que você faz

Maracatu psicodélico
Capoeira da pesada
Bumba meu rádio
Berimbau elétrico
Frevo, samba e cores
Cores unidas e alegria
Nada de errado em nossa etnia.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI: *Afrociberdelia*, 1996. Chaos.

Reprodução/Nação Zumbi/Grav. Chaos

Capa do disco de vinil *Afrociberdelia*, de Chico Science e Nação Zumbi.

- **Essa letra tem relação com vários assuntos tratados neste capítulo. Pense e escreva sobre ao menos duas relações possíveis.**

2. Leia um trecho da letra de uma canção de Lenine.

Jack Soul Brasileiro

Jack Soul Brasileiro
E que o som do pandeiro
É certeiro e tem direção
Já que subi nesse ringue
E o país do swing
É o país da contradição

Eu canto pro rei da levada
Na lei da embolada
Na língua da percussão
A dança, a muganga, o dengo
A ginga do mamulengo
O charme desta nação

LENINE. *Na pressão*, 1999. BMG Brasil.

- **Esse trecho da canção de Lenine levanta temas semelhantes aos da canção de Chico Science e Lucio Maia, mas aponta para outra dimensão importante, ausente da canção "Etnia". Qual seria essa diferença? Discuta com seus colegas e relacione esse aspecto ao que você estudou neste capítulo sobre a Antropologia brasileira.**

3. Veja abaixo uma obra da artista Adriana Varejão, em exposição de 2014.

© Adriana Varejão/Foto: Jaime Acioli

Polvo Portraits IV (China Series), políptico de Adriana Varejão.

Nessa série de autorretratos, a artista pretende pensar e questionar sobre os matizes de cor da população brasileira, identificando o racismo por trás das denominações das cores, por exemplo. A partir do conteúdo do capítulo, discorra sobre a questão do racismo à brasileira.

CONTRAPONTO

Considere a seguinte tirinha:

Laerte/Acervo do artista

- **Nesta charge de 2010, Laerte chama a atenção para um problema recorrente no Brasil contemporâneo: o preconceito e a discriminação de gênero e/ou sexualidade. Como vimos neste capítulo, a Antropologia brasileira estuda e combate essas discriminações. Com base no que lemos, interprete essa tira.**

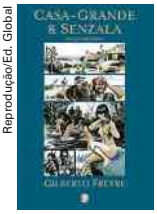
SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

A Marcha para o Oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu, de Cláudio e Orlando Villas Bôas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Neste livro, Cláudio e Orlando Villas Bôas reconstituem a fantástica epopeia da família durante o desbravamento do interior do país e sua luta na defesa dos povos indígenas.

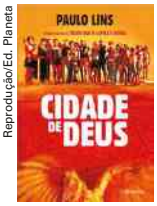
Reprodução/Ed. Global



Casa-grande & senzala em quadrinhos, de Gilberto Freyre, adaptado por Adolfo Aizen. São Paulo: Global Editora, 2005.

Versão do clássico de Gilberto Freyre adaptada por Adolfo Aizen e ilustrada por Ivan Wasth Rodrigues. O livro apresenta o sistema racial brasileiro como mais "justo" e menos tenso que o de outras sociedades, relacionando-o à história da colonização portuguesa, principalmente no Nordeste brasileiro.

Reprodução/Ed. Planeta



Cidade de Deus, de Paulo Lins. São Paulo: Planeta, 2012.

O livro retrata a vida do autor na favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, contando a história da evolução do crime e como os moradores enfrentavam a violência do tráfico de drogas e da polícia.

Reprodução/Ed. Ática

O cortiço, de Aluísio de Azevedo. São Paulo: Ática, 2011.

O romance retrata o Brasil do final do século XIX por meio do cotidiano em um cortiço da cidade do Rio de Janeiro, onde convivem negros, imigrantes e mulatos, os excluídos do sistema social. Influenciado pelo darwinismo social, o autor revela um profundo pessimismo com relação ao povo brasileiro.

Reprodução/Ed. Cortez

Preconceito racial: modos, temas e tempos, de Antônio Sérgio A. Guimarães. São Paulo: Cortez, 2008.

O livro discute a longa trajetória de como os preconceitos de cor e de raça se manifestaram e ainda se manifestam no Brasil, partindo da escravidão até os nossos dias. Além de discutir como se forma e se perpetua a discriminação, o livro aborda formas e possibilidades para garantir maior igualdade de oportunidades para a população negra.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Tempo bom, tempo ruim: identidades, políticas e afetos, de Jean Wyllys. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

O livro, escrito por uma das figuras públicas mais conhecidas atualmente no país, traz diversos temas para discussão, como as manifestações de junho de 2013, a homofobia e o racismo no futebol e nas telenovelas, a legalização da maconha e o impacto das tecnologias da comunicação.

Reprodução/Ed. Leitura

Utopia selvagem, de Darcy Ribeiro. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.
A história de Pitum, negro gaúcho do exército brasileiro que se perde de sua tropa na floresta Amazônica, é sequestrado por mulheres indígenas e se vê entre os Galibis, que o assumem como um dos seus. Uma fábula que trata da Europa, do Brasil e da América Latina a partir de olhares sobre a utopia, a esperança, o conhecimento e a transformação social.

FILMES

Reprodução/Europa Filmes

Pierre Fatumbi Verger: mensageiro entre dois mundos (Brasil, 1998). Direção: Lula Buarque de Hollanda.

Documentário sobre a vida e obra do fotógrafo e etnógrafo francês Pierre Verger, narrado e apresentado por Gilberto Gil. Após viajar ao redor do mundo como fotógrafo, em 1946 Pierre Verger radicou-se em Salvador, Bahia, onde passou a estudar as relações e as influências culturais mútuas entre Brasil e o golfo do Benin, na África.

Reprodução/Uli Burtin/LapFilme

Tapete vermelho (Brasil, 2006). Direção: Luiz Alberto Pereira.

O filme conta a viagem de uma família pelo interior paulista para assistir a um filme de Mazzaropi no cinema, entrelaçando elementos da cultura popular com a realidade brasileira.

Reprodução/Versátil Home Video

O povo brasileiro (Brasil, 2000). Direção: Isa Grinspum Ferraz

O documentário baseado na obra central de Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro*, traz 10 episódios com temas diferentes, oferecendo um grande material com imagens e depoimentos. Trata-se de uma recriação da narrativa de Darcy Ribeiro, de seus estudos e reflexões sobre o Brasil, suas culturas e origens e a formação de seu povo.

Reprodução/Do Morro Produções

25 de julho: feminismo negro contado em primeira pessoa (Brasil, 2013). Direção: Avelino Regicida.

25 de julho é a data que marca o *Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.* Este documentário traz diversos depoimentos de mulheres negras feministas que discutem este recorde de identidade, visando demonstrar como o feminismo assume diferentes formas e as mulheres diferentes identidades.

INTERNET (Acesso em: fev. 2016.)

www.juliomelatti.pro.br

Site do antropólogo Julio Cezar Melatti, apresenta textos sobre os índios Krahôs, um povo falante da língua timbira no estado do Tocantins: dois livros, hoje esgotados, *Índios e criadores* e *O messianismo Craô*, um artigo sobre a corrida de toras, publicado no primeiro número da extinta *Revista de Atualidade Indígena* da Funai, e uma análise de contos de guerra, da série Antropologia da Universidade de Brasília (UnB). Também traz dois cursos de extensão oferecidos na UnB: Índios da América do Sul — Áreas Etnográficas e Mitologia Indígena.

http://n-a-u.org

Site do NAU — Núcleo de Antropologia Urbana, formado em 1988 no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), grupo de pesquisa e de discussões teórico-metodológicas sobre a dinâmica da cidade, as formas de sociabilidade que propicia e as instituições e equipamentos urbanos, próprios das sociedades contemporâneas que abriga. O Núcleo integra pesquisadores nos níveis de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, cujos projetos se distribuem em quatro linhas temáticas: práticas culturais e sociabilidade no contexto urbano, formas de religiosidade, métodos em Antropologia urbana e Antropologia das sociedades complexas.

http://lauracavalcanti.com.br

Site da antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, professora do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nele é possível encontrar textos, vídeos, eventos, publicações e resenhas sobre os temas: mitos, ritos e festas populares; autores e história da Antropologia no Brasil; estudos de folclore e políticas públicas; espiritismo e religiões afro-brasileiras; Antropologia e feminismo.

www.geledes.org.br/

O Geledés — Instituto da Mulher Negra, criado em 1988, procura contribuir na defesa de mulheres e negros contra as discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Em seu *site* apresenta inúmeros artigos e discussões e acompanha de perto os debates e acontecimentos atuais relativos a essas temáticas.

CAPÍTULO 5

TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA ANTROPOLOGIA

Neste capítulo vamos discutir:

1. Questões contemporâneas
2. Gênero e parentesco
3. Antropologia e História
4. Antropologia como invenção
5. A Antropologia e as grandes rupturas

Infrogmation/Acervo do fotógrafo

Grafite de Banksy em esquina da cidade estadunidense de Nova Orleans, no estado de Luisiana. Foto de 2008.

Neste capítulo vamos apresentar as atuais tendências da Antropologia mundial. A tarefa é difícil, pois as temáticas e abordagens antropológicas atuais são muito diversificadas e os locais de produção do pensamento antropológico se multiplicaram.

Até aqui vimos a hegemonia da produção antropológica estadunidense, inglesa e francesa. Essa influência se mantém, embora muitas outras vozes se façam ouvir no debate, entre elas a da Antropologia brasileira. Escolhemos apresentar um panorama geral das linhas de pensamento, reflexão e pesquisa da Antropologia contemporânea, cientes de que muito ficará de fora, já que a produção mundial é múltipla e de grande alcance.

1. QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Antes de tudo é necessário definir o que é uma produção "contemporânea". O termo admite leituras bem flexíveis e pode remeter a momentos distintos no tempo. De maneira geral, não falaremos de uma produção datada — como a Antropologia que se fez a partir da década de 1970. Embora essa seja uma referência importante, vamos privilegiar aqui algumas questões relevantes para o pensamento antropológico que não perderam sua atualidade e têm sido continuamente debatidas, relidas, refeitas. Ou seja, trataremos de textos que, embora não tão recentes, podem ser considerados contemporâneos por sua pertinência.

Nos capítulos anteriores, em vários momentos levantamos questões relativas à Antropologia contemporânea. No Capítulo 2, ao falar de cultura, entramos no debate contemporâneo sobre o silenciamento, pelo antropólogo, daqueles que ele pesquisa e discutimos algumas tendências antropológicas recentes, como o pós-modernismo e o pós-colonialismo. No Capítulo 3, a discussão sobre etnicidade e identidade também faz parte da Antropologia contemporânea.

O conceito de cultura está na confluência entre "Antropologia interpretativa" e "Antropologia simbólica". O primeiro termo se refere principalmente à Antropologia do estadunidense Clifford Geertz, para quem a cultura é algo que se pode ler e interpretar. Qualquer descrição antropológica é, portanto, uma interpretação do antropólogo sobre a cultura que estuda. Mas essa interpretação é sempre de segunda mão, pois o antropólogo interpreta aquilo que o nativo já interpretou sobre sua própria cultura. A perspectiva de Geertz, centrada na metáfora do texto, teve grande importância na Antropologia estadunidense e influenciou vários pesquisadores brasileiros.

Como vimos no Capítulo 2, Geertz vê a cultura como um conjunto de códigos simbólicos que organizam a experiência humana no mundo. Esses códigos funcionariam como programas de computador que dão instruções para a vida das pessoas. Essa noção simbólica não se restringe ao trabalho de Geertz; autores como David Schneider e Marshall Sahlins também elaboraram conceitos de cultura eminentemente simbólicos e são considerados precursores de uma "Antropologia simbólica" ou "Antropologia cognitiva".

A Antropologia interpretativa de Geertz gerou um movimento intelectual chamado de pós-modernismo em Antropologia. A partir do trabalho de alunos de Geertz, a metáfora do texto foi radicalizada e os antropólogos começaram a pensar na possibilidade de fazer uma análise textual das sociedades, já que tudo o que o antropólogo produz pode ser considerado texto (uma tese, um artigo, um livro), e esse texto pode ser analisado e interpretado. Os textos antropológicos passaram por uma análise minuciosa que incorporava elementos da crítica literária. Tentava-se, assim, identificar nos textos "verdades" escondidas, inconscientes, as quais seriam pressupostos (aspectos que o autor dava como certos) incorporados à análise.

O principal pressuposto criticado nas etnografias clássicas (descrições dos antropólogos sobre outras sociedades) foi a noção de "autoridade". Para a crítica pós-moderna, o fato de o antropólogo descrever outras populações sem dar voz aos nativos dessas sociedades indicava uma posição autoritária. Essa atitude ficou conhecida como "autoridade etnográfica", isto é, descrever populações que não tinham como contestar essa descrição. Essa questão gerou muita polêmica, e os antropólogos passaram a se perguntar como seria possível descrever o "outro" sem cair numa visão autoritária. Várias respostas foram dadas, desde as que desacreditavam a Antropologia por considerá-la fundamentalmente autoritária até as que afirmavam que de fato não era possível produzir conhecimento sobre o outro sem algum tipo de autoridade etnográfica, o que, contudo, não inviabilizava a Antropologia como ciência.

Paul Prescott/Shutterstock

Para Clifford Geertz, a briga de galos em Bali, na Indonésia, era como um discurso dos balineses sobre si mesmos carregado de significados culturais. Essa ideia será parcialmente questionada pelos críticos da autoridade etnográfica, para os quais a Antropologia não dava voz aos pesquisados ao procurar esses significados. Foto de 2012.

Na história recente da Antropologia, o pós-modernismo deu origem ao pós-colonialismo, uma variação das mesmas questões levantadas pelo pós-modernismo. No pós-colonialismo, entretanto, aquilo que parecia apenas autoritário foi pensado como resultado de um sistema de poder, uma herança do colonialismo. Segundo os pós-colonialistas, a Antropologia estaria cheia de preconceitos "coloniais" que precisariam ser superados. Produzido por intelectuais de países que haviam sido colonizados (como a Índia), o pós-colonialismo trouxe à tona um ponto de vista não hegemônico. Isso forçou muitos antropólogos dos países "centrais" a considerar novos pontos de vista e significou o princípio da construção de uma Antropologia mundial não hegemônica.

A discussão sobre etnicidade e identidade também pode ser considerada contemporânea, pois, além de recente, levanta questões ainda muito relevantes. As dinâmicas migratórias no mundo contemporâneo e as dinâmicas identitárias baseadas em orientação sexual são alguns exemplos, entre muitos outros. Os conceitos de etnicidade e de identidade têm sido instrumentos para pensar muitas situações do mundo contemporâneo, como a produção sistemática de estereótipos sobre populações do Oriente, o lugar do consumo na constituição de identidades contemporâneas e até mesmo certas formas assumidas pela Antropologia no século XX.

LÉXICO

desconstrução do texto: conceito elaborado pelo filósofo francês Jacques Derrida (1930-2004) que propõe uma decomposição dos elementos da escrita. A desconstrução ajuda a desvendar partes do texto que dissimulam contradições, ambiguidades e relações de poder.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A desconstrução do texto, que a Antropologia importou dos estudos filosóficos e literários, é uma ferramenta importante, que nos ajuda a refletir sobre o que lemos, em busca de motivações ocultas. Você já tentou ler um jornal e procurar por razões não evidentes nos artigos e notícias ou na forma como eles são apresentados? Procure fazer esse exercício e o resultado será um olhar mais crítico sobre o que você lê.

2. GÊNERO E PARENTESCO

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Gayle Rubin (1949-)** e **Sherry Ortner (1941-)**.

A discussão sobre o parentesco, fundamental para o pensamento antropológico, hoje é influenciada pela discussão feminista. A vida privada é uma questão central nas reflexões sobre gênero, pois é nesse universo que nascem muitos aspectos da discriminação da mulher.

Para combater a opressão imposta às mulheres, as feministas questionam as noções tidas como evidentes nas relações entre homens e mulheres.

Já na primeira metade do século XX, a antropóloga estadunidense Margaret Mead demonstrou que "homem" e "mulher" são categorias culturais, e que cada cultura define a seu modo essas categorias. O conceito de gênero se refere tanto ao modo como cada sociedade define homem e mulher quanto à maneira como, numa mesma sociedade, essas definições mudam ao longo do tempo. Gênero, portanto, é uma questão cultural, e não natural. Essa definição deixou claro que a maioria das sociedades constrói hierarquias que desfavorecem as mulheres, seja qual for a definição social da mulher em cada sociedade.

Autoras como **Gayle Rubin (1949-)** e **Sherry Ortner (1941-)** estudaram esse tema, a partir dos anos 1970. As duas antropólogas estadunidenses explicaram essas diferenças pelo fato de, em geral, as mulheres ficarem mais segregadas ao mundo doméstico, enquanto os homens circulam na esfera pública. Existe também uma tendência de relacionar a mulher à natureza e o homem à cultura: às mulheres cabe o parto, a maternidade, a amamentação, enquanto aos homens cabe a produção, a transformação do mundo. Essa associação leva a uma discriminação da mulher, pois o polo cultura recebe mais reconhecimento social.

Reprodução/Arquivo da editora

Nesta propaganda estadunidense da década de 1950 vemos uma reprodução do contraste entre mulher/natureza/privado e homem/cultura/público. Essas associações foram desconstruídas pelas feministas.

De fato, nas sociedades ocidentais há uma predominância da oposição natureza/cultura, ligada à ideia de que a natureza deve ser dominada. Essa "conquista da natureza" pela cultura pode ser vista como parte da ideologia capitalista, que levou a uma opressão das mulheres, associadas à natureza conquistada. Os estudos de gênero passaram a pensar em masculinidades e feminilidades como modos de construir diferenças sociais. A associação entre o que é visto como caracteristicamente masculino e prestígio, por exemplo, é extremamente difundida. As intelectuais feministas se empenham em dissolver tais conexões com base na tese de que elas não são naturais, mas construídas por um sistema que beneficia os homens e lhes garante poder e dominação.

O parentesco lida com fatos naturais, como parto e reprodução, com o mundo privado (criação dos filhos) e com o mundo público (quando organiza a vida de muitas sociedades). A própria relação de parentesco é um híbrido de natureza e cultura, tratando da produção de relações sociais que também oprimem as mulheres.

Em 1968, David Schneider publicou *American Kinship* ("Parentesco americano"), importante livro sobre as relações de parentesco nos Estados Unidos. Schneider demonstrou que a noção estadunidense de parentesco é construída a partir de uma oposição entre natureza e cultura, pressupondo a reprodução de sentimentos relacionados aos parentes consanguíneos (com quem se dividem heranças genéticas). Ele concluiu que muito daquilo que os antropólogos acreditavam ser parentesco era apenas uma projeção dos valores do sistema de parentesco do qual eles mesmos faziam parte.

Kai Pfaffenbach/Reuters/Latinstock

Feira de automóveis em Frankfurt, Alemanha, em 2015. As estratégias de propaganda para a venda de carros têm sido criticadas pelo movimento feminista por reforçarem certos estereótipos da mulher: muitas continuam a tratar a mulher como um objeto de consumo para os homens e estimulam uma visão que a coloca no mundo da natureza, à disposição e submissa ao desejo masculino.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou em quantos tipos de relações nós mantemos ao longo de nossa vida? Para os teóricos do parentesco construtivista, muitas dessas relações podem ser vistas como parentesco. A ideia é que, embora tenhamos algumas relações familiares atribuídas por conexões biológicas (não escolhemos nossos pais, irmãos, tios, etc.), sempre podemos construir relações semelhantes a elas ou mesmo substituí-las. Podemos construir parentescos, e isso fica aparente quando nos referimos a amigos íntimos como "irmãos", às mães dos amigos íntimos como "tias", por exemplo. Você consegue pensar em relações nas quais construiu parentescos não biológicos?

Essas conclusões aparentemente simples levaram a grandes transformações. Antropólogas feministas perceberam que, se a teoria do parentesco não trata necessariamente da reprodução biológica, mas da produção de relações, não haveria uma verdade natural/biológica no papel atribuído às mulheres. Essa reflexão levou à construção de um campo de pensamento chamado "parentesco construtivista", ou seja, a ideia de que o parentesco é sempre construído, embora por mecanismos muito distintos e variados conforme a sociedade.

Estudiosos da questão de gênero e orientação sexual passaram a defender que o parentesco homoafetivo é tão legítimo quanto o parentesco "tradicional". A ideia de que o parentesco não depende de fatores biológicos deu margem tanto à luta contra a opressão da mulher — e contra a ideia de que cuidar dos filhos e se responsabilizar pelo mundo doméstico é um destino natural — como à luta pelo direito de casais homoafetivos formarem famílias reconhecidas pelo Estado.

Autoras contemporâneas como Marilyn Strathern (ver *Perfil* abaixo) se aproveitaram dessa "desbiologização" do parentesco e avançaram em análises sobre as relações de gênero em vários contextos, desde sociedades na Nova Guiné até relações de parentesco desafiadas pelas novas tecnologias reprodutivas (como a fertilização *in vitro*, a possibilidade de clonagem, etc.). Por exemplo, uma mulher solteira pode recorrer a um banco de esperma para gerar um filho? Se a resposta for afirmativa, dada a garantia de anonimato da doação de esperma, teríamos uma situação em que o filho, legal e juridicamente, não teria pai. Essa e outras situações foram estudadas por Strathern para explicar o impacto das mudanças tecnológicas naquilo que consideramos relações de parentesco.

Girton College/ Arquivo da editora. Foto de 1985.

PERFIL
MARILYN STRATHERN

Nascida na Inglaterra em 1941, Marilyn Strathern obteve seu doutorado em Antropologia na Universidade de Cambridge, em 1968. Lecionou na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Austrália. Sua perspectiva feminista abriu novos caminhos sobre modos de pensar as implicações das tecnologias contemporâneas de reprodução e os papéis sociais de gênero na Melanésia e no Reino Unido.

Escreveu *O gênero da dádiva* (1988), retomando o tema clássico da dádiva — que vimos no Capítulo 3 — sob uma perspectiva de gênero.

O exercício de uma Antropologia focada nas relações sociais e nos conceitos nativos fez com que ela olhasse para a sociedade inglesa a partir de novos pontos de vista. Seus trabalhos sobre as tecnologias de reprodução partiram de um contraste com as noções de pessoa na Melanésia. Escreveu sobre a produção acadêmica e as culturas de avaliação, também em contraste com noções tiradas do trabalho de campo.

Muito influente no Brasil, tem inspirado vários estudiosos (veja o último item deste capítulo, *A Antropologia e as grandes rupturas*).

3. ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

A Antropologia contemporânea mantém estreitas relações com o conhecimento historiográfico; hoje, diversos estudiosos se dedicam à produção de uma Antropologia histórica. Desde os escritos dos evolucionistas no século XIX, a Antropologia expressa a tentativa de pensar a história da humanidade. Com o trabalho dos antropólogos britânicos que vimos no Capítulo 3, a História foi colocada de lado. Entretanto, para o francês Lévi-Strauss, História e Antropologia caminham juntas, já que ambas estudam "outras" sociedades, distintas tanto no tempo como no espaço.

Na Antropologia estadunidense, a História sempre teve destaque: a ênfase de Franz Boas no estudo aprofundado da sociedade levou muitos antropólogos a se interessarem pela história das sociedades pesquisadas. Os adeptos da corrente simbólica, interessada em aspectos como arte e religião, procuram entender esses sistemas como históricos, produzidos ao longo do tempo. O trabalho de Clifford Geertz, por exemplo, tem sido uma referência para uma série de historiadores contemporâneos interessados na "história das mentalidades".

Essas preocupações geraram reflexões antropológicas sobre a História que são especialmente evidentes e explícitas no trabalho de Marshall Sahlins. Interessado na história das populações do Havaí, Sahlins trabalhou com fontes documentais (relatos, documentos comerciais, biografias, etc.) para produzir, com base nelas, a Antropologia de um momento passado.

Um dos principais livros de Sahlins, *Ilhas de História* (1987) — que reúne ensaios do autor sobre sociedades insulares como Havaí, Fiji e Nova Zelândia —, trata da chegada do navegador inglês James Cook às ilhas do Havaí em 1778. Cook foi o primeiro europeu a chegar ao Havaí, e esse encontro gerou uma série de eventos que tiveram implicações na história das ilhas. Sahlins faz reflexões sobre História e Antropologia ocidental, criticando o pensamento acadêmico que, segundo ele, cria falsas dicotomias entre passado e presente, estrutura e História, indivíduo e sociedade.

LÉXICO

dicotomia: na dialética platônica (arte ou método de diálogo aperfeiçoado por Platão), divisão de um conceito em duas partes, em geral contrárias e complementares. Por exemplo, divisão dos seres humanos em homens e mulheres.

Nesse livro, Sahlins demonstra a coincidência entre a chegada dos ingleses ao Havaí e uma série de rituais nativos dedicados a uma figura mítica, o deus Lono. Tendo chegado justamente no período desses rituais (que se realizavam anualmente), Cook teria sido imediatamente associado a Lono, tido na mitologia havaiana como o deus estrangeiro, que chegaria para dominar o Havaí. Os rituais celebravam essa narrativa mitológica, em que Lono chega, domina, mas depois é expulso pelo rei havaiano. Na época, o Havaí era uma sociedade hierárquica e marcada por castas que separavam a aristocracia do povo.

The Art Archive/Alamy/Other Images

Esta pintura de George Carter (1737-1794), de 1783, retrata a morte do capitão britânico James Cook, em 1779, em um confronto com os havaianos.

Para Sahlins, o encontro entre ingleses e havaianos evidenciava uma diferença na maneira de considerar a História: para os ingleses, o evento foi um momento de conquista; para os havaianos, um acontecimento que reproduziu o mito. Assim, para Sahlins, a Antropologia não trata apenas de sociedades com culturas diferentes, mas aborda as distintas noções de História nas diferentes culturas.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Para Sahlins, culturas diferentes produzem diferentes maneiras de pensar a História. Trazendo essa reflexão para mais perto de nós, podemos supor que a geração de pessoas que nasceram entre o fim do século XX e o começo do século XXI provavelmente experimenta o tempo de maneiras diferente das gerações anteriores. Aparatos tecnológicos como redes de internet, telefones celulares, transportes mais rápidos "encurtaram" o tempo, tornando-o mais instantâneo. Gerações anteriores, que não cresceram em meio a essa tecnologia, talvez experimentem o tempo de maneira diferente. Você consegue imaginar como pessoas de outra geração experimentam o tempo? Procure conversar com uma pessoa mais velha para perceber essas diferenças.

O encontro entre europeus e havaianos acabou mal para Cook. Embora tenha sido tratado como um rei e partido com os navios cheios de suprimentos, Cook foi obrigado a retornar quando o mastro principal de uma das embarcações se despedaçou. Foi então assassinado, e seu corpo, esquartejado e distribuído pelas ilhas, uma vez que os havaianos não entenderam esse retorno. Para Marshall Sahlins, esse evento trágico evidencia um momento em que as diferentes concepções culturais de História se materializaram em ações incompreensíveis de ambos os lados.

Sahlins afirma que era impossível para os havaianos entender por que Lono/Cook teria voltado ao Havaí após ter sido expulso ritualmente pelo rei. O retorno deveria acontecer apenas no ano seguinte, segundo a história havaiana, que conectava o mito aos acontecimentos. Os ingleses, por sua vez, não entenderam a reação dos nativos, que até então haviam oferecido a melhor hospitalidade, e interpretaram o ato como selvageria, produto de mentes instáveis.

O resultado desse desencontro de percepções da História significou a morte de Cook. Para a Antropologia, a análise dessas diferentes concepções de História foi um avanço na possibilidade de compreender eventos passados a partir das culturas estudadas. Sahlins demonstrou também que, além de serem diferentes, as concepções de cultura se alteram ao longo do tempo, isto é, não são estáticas. No Havaí, a chegada dos ingleses desencadeou uma série de mudanças sociais que resultaram também na alteração da percepção dos havaianos sobre sua própria história.

John Webber/National Maritime Museum, Greenwich, Inglaterra.

Esta gravura de 1779, de John Webber (1751-1793), é outra representação da morte de Cook. Aqui fica evidente o desacordo entre diferentes formas de pensar a História: nesta obra, Cook é retratado como um mediador, tentando acalmar os havaianos enfurecidos. É retratado, portanto, do ponto de vista dos ingleses. A pintura da página anterior, por sua vez, mostra Cook em confronto com os havaianos, e não tentando acalmá-los.

4. ANTROPOLOGIA COMO INVENÇÃO

Outra discussão importante para a Antropologia contemporânea é a renovação da ideia de cultura, iniciada em 1975 pelo antropólogo estadunidense **Roy Wagner (1938-)**, com a publicação de *A invenção da cultura,* livro que inicialmente passou praticamente despercebido. Hoje essa obra é considerada fundamental na construção de uma nova Antropologia, que tem recebido diferentes denominações: Antropologia pós-social, Antropologia reversa, Antropologia simétrica, Antropologia ontológica, Antropologia reflexiva.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Roy Wagner (1938-)**.

Roy Wagner lançou uma série de questionamentos sobre grandes "verdades" tidas como evidentes no pensamento antropológico. Para ele, um dos problemas da Antropologia seria a defasagem entre o conhecimento produzido pelo antropólogo e o saber do qual deriva esse conhecimento, ou seja, a cultura nativa. Tudo se passa como se o antropólogo fosse a campo, observasse diferentes aspectos de uma sociedade, voltasse e contasse suas observações para os colegas. Mas isso é uma ilusão.

Na realidade, o pesquisador usa categorias de sua própria cultura para pensar as coisas que acontecem "do outro lado". Quando faz isso, acaba por subordinar as outras culturas ao seu próprio conhecimento. Ou seja, o antropólogo tem sempre uma vantagem sobre o nativo, pois pensa a experiência deste a partir das categorias de sua própria sociedade. Assim, os conceitos do observador acabam por obscurecer a relação entre ele e o nativo. Seria preciso, então, pensar diferente, dando ao conhecimento do nativo o mesmo valor dado ao conhecimento do antropólogo.

Para Wagner, o que nativos e antropólogos fazem é inventar cultura o tempo todo, no sentido de criar, transformar, produzir diferenças. Ou seja, a cultura é permanentemente inventada por seus "usuários", o que gera novas configurações que, por sua vez, são "estabilizadas" para depois serem novamente desestabilizadas por novas invenções. Se o nativo inventa cultura, o antropólogo também inventa. O que o antropólogo faz é entrar em contato com a vida do nativo no trabalho de campo. Esse processo resulta no pesquisador descrevendo para seus pares como é a vida do nativo, e isso é, em si, uma invenção de cultura. O antropólogo não descreve objetivamente algo (uma cultura) que está lá: ele entra em contato com uma diferença, e esse contato produz uma terceira diferença: a experiência do trabalho de campo. Essa terceira diferença é algo novo, que permite ao antropólogo imaginar como é a vida do nativo. A essa imaginação Wagner chama de cultura, fruto de um encontro e de uma tentativa de se aproximar do conhecimento nativo, e não uma tentativa de descrevê-lo.

Alexandre Fonseca/A Crítica/Folhapress

Acima, vemos Roy Wagner em visita a uma comunidade do povo Tukano, no Amazonas, em 2011. Wagner propôs que o encontro entre o antropólogo e o nativo fosse visto em termos de "invenção" de uma terceira realidade.

A ideia da cultura como invenção representou uma grande transformação na Antropologia. Ao colocar no mesmo patamar as invenções do antropólogo e do nativo, recusando a superioridade do conhecimento antropológico, Wagner abriu espaço para o que chamou de "Antropologia reversa". Ou seja, imaginar como o nativo pensa a nossa sociedade, como se o nativo fosse também antropólogo — em certo sentido, todos nós somos um pouco antropólogos. E mais: essa reversão significa pensar nossa própria sociedade do ponto de vista do nativo, o que provoca um estranhamento e uma transformação. Ao pensar sobre nós mesmos com os conceitos do nativo, estamos também inventando nossa própria cultura, que é transformada por esse pensamento do nativo (o "outro").

Para Roy Wagner, a aventura da Antropologia é uma via de mão dupla: descrever a vida do nativo acaba por transformar as próprias noções do pesquisador. Isso resulta da atitude de dar aos conceitos do nativo a mesma importância dada aos conceitos antropológicos. O pensamento de Wagner propõe, portanto, a ruptura de uma divisão que sempre foi fundamental para a Antropologia: a divisão entre nativos e antropólogos. Do ponto de vista de Wagner, somos todos antropólogos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Imagine que você é entrevistado por um antropólogo que está interessado na sua vida. Depois de certo tempo ele se despede e você nunca mais ouve falar dele. Tempos depois, você encontra um livro escrito por ele que descreve a relação que vocês tiveram usando termos e conceitos estranhos aos seus para descrever o mundo em que você vive. Tudo se encaixa nos conceitos do antropólogo, que são diferentes dos seus. Você percebe, então, que ele não entendeu nada da sua vida e do que você pensa, porque não abriu mão dos conceitos dele. Essa situação descreve um pouco a visão crítica de Wagner, autor que ressaltou a importância dos conceitos do "outro". Agora, de posse dessas informações, tente pensar quais aspectos de sua vida poderiam interessar a um antropólogo seguidor das teorias de Wagner.

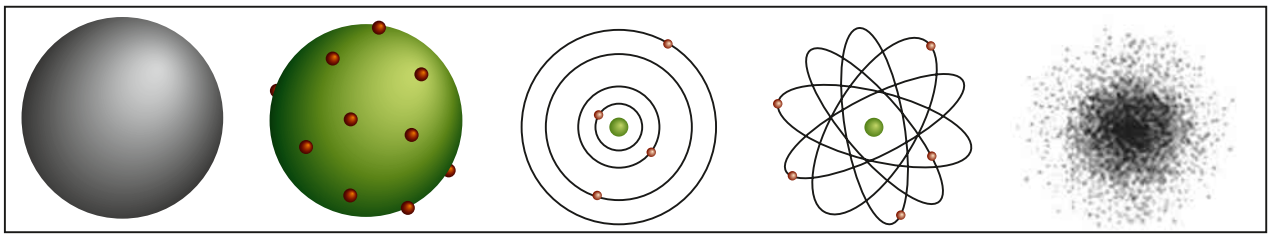
O trabalho de Roy Wagner levou muito tempo para produzir impacto, ao contrário das teorias de Clifford Geertz e Marshall Sahlins, publicadas na mesma época. Foi necessário que ocorressem outras rupturas para que o valor da obra de Wagner fosse reconhecido. Mesmo assim, suas ideias afetam apenas em parte a Antropologia contemporânea. Vários estudiosos continuam fazendo seu trabalho sem se preocupar com os chamados "grandes divisores", isto é, grandes eixos do pensamento ocidental que podem ser resumidos em pares de oposições, como a separação entre sujeito e objeto (entre antropólogo e nativo, por exemplo), a separação entre natureza e cultura e a separação entre sociedade e indivíduo. Vamos conhecer a seguir um pouco da crítica aos grandes divisores.

5. A ANTROPOLOGIA E AS GRANDES RUPTURAS

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Bruno Latour (1947-)**.

Um impulso para a crítica da ideia de separação entre natureza e cultura veio do trabalho de **Bruno Latour (1947-)**, filósofo, sociólogo e antropólogo francês que se dedica a entender a ciência moderna e produz o que podemos chamar de uma Antropologia da ciência. Segundo ele, nosso pensamento se apoia na certeza de que há uma distinção radical entre o mundo dos humanos e as "coisas lá fora". Essas coisas são os objetos, os não humanos em geral. Essas coisas que estão lá fora, separadas do mundo dos humanos, formam a natureza, esse mundo que é objeto de atenção dos humanos, mas que é tratado como se não tivesse vida inteligente ou fosse inerte.

A ciência seria um discurso sobre essa distinção, pois descreve a natureza (os animais, os átomos, as massas de ar, enfim, tudo o que possa constituir seu objeto). Mas, ao fazer sua pesquisa entre cientistas, Latour descobre que a ciência, na verdade, não trata do "mundo lá fora", mas sim de um conjunto de acordos e disputas entre os cientistas. O que entendemos como natureza depende do acordo entre uma multidão de pessoas e só existe como natureza enquanto esse acordo durar. Assim, aquilo que vemos como avanço científico é fruto de uma política de acordo entre os cientistas. Por exemplo: no começo do século XIX, acreditávamos que o átomo era a menor partícula do Universo. No fim do mesmo século, passamos a acreditar que existem partículas menores que o átomo, os elétrons, o que produziu uma mudança na ideia da natureza das pequenas partículas. Hoje, acredita-se em partículas ainda menores, como os bósons, quarks, neutrinos, fótons, etc., mas não há consenso sobre a natureza dessas partículas.



Reprodução/Arquivo da editora

Aqui vemos sucessivas representações do átomo (desde uma esfera indivisível até o modelo mais atual, composto de inúmeras partículas ainda menores). A cada momento, aquilo que imaginamos como natureza vai se alterando.

Nesse exemplo o que mudou não foi a "natureza", mas o entendimento humano e coletivo, fruto da política dos cientistas em impor uma certa visão. A natureza nunca esteve separada dos seres humanos. Não existe separação universal entre natureza e cultura, que se aplicaria a toda humanidade: essa é uma noção particular, específica da nossa forma "ocidental" de pensar, derivada de uma noção particular de ciência.

A concepção de Bruno Latour gerou interesse no que ele chamou de "Antropologia simétrica", ou seja, a ideia de que o antropólogo deve buscar tratar sua sociedade e a do "outro" da mesma maneira. Uma postura assimétrica é aquela em que, ao estudar uma sociedade indígena, o pesquisador se preocupa em explicá-la pelo que ela tem de mais importante, ao passo que, quando olha para uma sociedade "complexa", contenta-se em estudar sua periferia (como vimos no Capítulo 3). Latour afirma que, ao olhar para sua própria sociedade, o antropólogo deveria fazer o que faz entre os indígenas: olhar para o centro da forma de pensar, olhar para a cosmologia. E o centro da cosmologia da sociedade ocidental seria, para Latour, justamente a ciência.

A crítica à divisão entre natureza e cultura teve ainda outras consequências no pensamento antropológico. A ideia de que não existe "lá fora" um mundo natural universal que é preenchido de formas alternativas por diferentes culturas abriu muitas portas. Se antes um antropólogo achava que cada cultura resolvia, à sua maneira, como pensar a natureza, ele necessariamente partia do pressuposto de que havia uma separação universal entre natureza e cultura. Mas e se pensarmos que essa separação não existe? E se, além disso, resolvermos dar aos conceitos nativos o mesmo valor que damos aos nossos? Ao descrever formas de pensamento que não pressupõem a divisão natureza/cultura, os antropólogos começaram a criticar as próprias noções antropológicas fundadas nessa divisão. De fato, está acontecendo o que Roy Wagner dizia ser necessário: reinventar nossa cultura a partir da invenção da cultura dos outros!

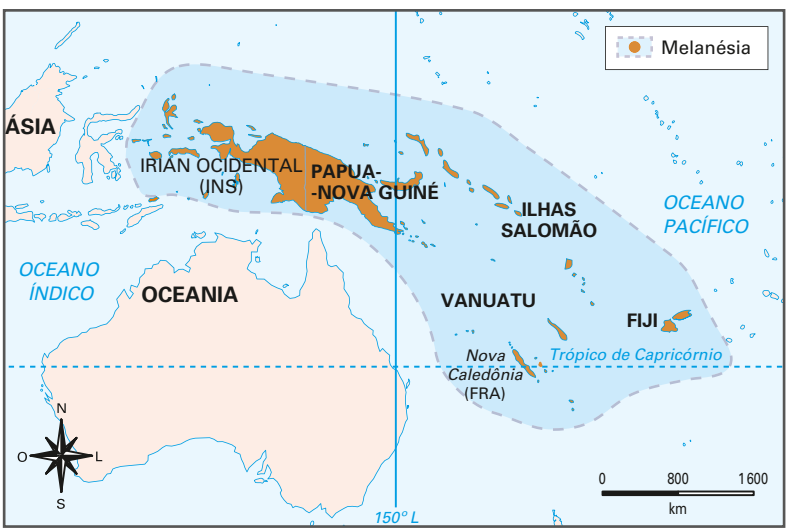
A inglesa Marilyn Strathern foi uma das antropólogas que desenvolveu essa perspectiva crítica (chamada de Antropologia reflexiva). Ao analisar populações da Melanésia, Strathern afirma que nessa sociedade inexiste a noção de indivíduo, assim como inexiste a noção de sociedade.

A etnografia da Melanésia, portanto, coloca em dúvida nossas certezas baseadas nos grandes divisores (como sociedade/indivíduo, no caso). Para os melanésios, cada pessoa contém em si mesma várias outras pessoas, como se cada um fosse um repositório de relações sociais estabelecidas ao longo da vida. Eles também acreditam que as pessoas são divisíveis, e não indivisíveis, como pensamos em nossa sociedade.

LÉXICO

cosmologia: qualquer doutrina ou narrativa a respeito da origem, da natureza e dos princípios que ordenam o mundo ou o Universo, em todos os seus aspectos.

Melanésia



Banco de imagens/Arquivo da editora

Adaptado de: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro, 2009.

A Melanésia é uma região da Oceania, no extremo oeste do oceano Pacífico e a nordeste da Austrália, que inclui os territórios das ilhas Molucas, Nova Guiné, ilhas Salomão, Vanuatu, Nova Caledônia e Fiji.

Tim Graham/Col. Robert Harding/Agência France-Presse

***Performance* de grupos culturais em Mount Hagen, Nova Guiné (Melanésia), onde Marilyn Strathern fez trabalho de campo. Foto de 2015.**

Por exemplo, quando uma mulher tem seu primeiro filho, ela precisa se desfazer um pouco das relações de si mesma para refazer-se como mãe. Isso indica outra diferença em relação ao pensamento ocidental: entre os melanésios que estudou, Strathern não encontrou nada correspondente à nossa noção de sociedade.

O fato de as sociedades melanésias pensarem o mundo por meio de conceitos diferentes daqueles utilizados pelas sociedades ocidentais e de não adotarem categorias equivalentes às de indivíduo e sociedade sugere a possibilidade de uma Antropologia reversa. Ou seja, podemos nos imaginar como melanésios e questionar nossos conceitos e a suposta validade universal de distinções como natureza/cultura e indivíduo/sociedade. Essa perspectiva pressupõe levar a sério o que nos diz o nativo e não mais jogar o jogo em que o nativo é "interpretado" pelo antropólogo (ou seja, a ideia de que o nativo não sabe exatamente o que é sua cultura, ao passo que o antropólogo sabe exatamente qual é a cultura do nativo).

No Brasil, essa premissa de uma nova Antropologia "pós-social" ou "ontológica" foi desenvolvida por **Eduardo Viveiros de Castro (1951-)**, antropólogo brasileiro conhecido no cenário internacional por seus estudos sobre as cosmologias indígenas da Amazônia. Para entender a vida dessas populações foi necessário romper com o grande divisor natureza/cultura, pois a visão de mundo desses indígenas nada tem a ver com o que pressupõem nossas categorias. Para os ameríndios da Amazônia, o que é universal não é a natureza, mas justamente o contrário: a cultura. Em tudo e em todo lugar existe cultura, ao passo que o que realmente muda são as naturezas. A essa concepção Viveiros de Castro deu o nome de multinaturalismo.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Eduardo Viveiros de Castro (1951-)**.

Vejamos um exemplo do que ele chamou de "perspectivismo ameríndio": do ponto de vista indígena, qualquer animal é humano, só que essa humanidade é revestida de naturezas diferentes (por isso o termo "multinaturalismo"). O jaguar é tão humano quanto o próprio indígena, mas tem corpo de jaguar (outra natureza). O que o jaguar vê quando vê o indígena é o mesmo que o índio vê quando vê uma presa a ser caçada. Há apenas uma mudança de perspectiva. Também o porco-do-mato é um humano, que vê sua comida como comida humana, e vê os humanos como espíritos canibais, pois os humanos caçam e matam porcos-do-mato. O perspectivismo ameríndio confere humanidade a tudo aquilo que, na ciência ocidental, consideramos "não humano". E para os ameríndios não existe uma natureza comum a todos os seres: é justamente a natureza que diferencia os seres!

ASSIM FALOU... STRATHERN

O que estou dizendo é que a diferença que existe está no fato de que os modos pelos quais os melanésios descrevem, dão conta da natureza humana, são radicalmente diferentes dos nossos – e o ponto é que só temos acesso a descrições e explicações, só podemos trabalhar com isso. Não há meio de eludir essa diferença. Então, não se pode dizer: muito bem, agora entendi, é só uma questão de descrições diferentes, então passemos aos pontos em comum entre nós e eles, pois a partir do momento em que entramos em comunicação, nós o fazemos através dessas autodescrições. É essencial dar-se conta disso.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. *Mana*, 1999 5(2), 157-175. p. 172.

O pensamento ameríndio vira de cabeça para baixo o pensamento científico. Viveiros de Castro radicaliza a ideia a ponto de considerar o perspectivismo como equivalente a uma teoria antropológica. Para ele, o perspectivismo pode ser um instrumento teórico para pensarmos a nós mesmos, por exemplo. Assim como Strathern e Wagner, Viveiros de Castro confere à Antropologia contemporânea uma característica simétrica: o conhecimento nativo é tão valioso quanto o nosso e pode ser uma forma de nos enxergarmos com outros olhos.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Philippe Descola (1949-)**.

+ PARA SABER MAIS • Os modos de identificação

Para o antropólogo francês **Philippe Descola (1949-)**, os exemplos etnográficos permitem deduzir quatro maneiras gerais pelas quais o ser humano se relaciona com o mundo. Descola cita quatro diferentes regimes de "identificação", que seriam as formas escolhidas pelas culturas para separar o mundo humano do mundo não humano (ou, em nossos termos, a natureza da cultura). Esses quatro modos são o naturalismo, o animismo, o totemismo e o analogismo. Vale lembrar que essas formas ou modos coexistem em proporções diferentes nas variadas sociedades, incluindo a nossa.

O modo das sociedades ocidentais seria o naturalismo, regime que separa radicalmente a natureza inanimada da humanidade. Os não humanos, sejam eles animais, coisas ou eventos naturais, não têm alma. Esse é o modelo da ciência que conhecemos, marcado por uma oposição entre natureza e cultura.

Entre as sociedades amazônicas, melanésias, da Ásia do Sul e da Sibéria predominaria o animismo, no qual todos os seres vivos, de alguma maneira, são potenciais parceiros sociais dos humanos (os porcos-do-mato podem ser cunhados, determinadas plantas podem ser sogras, etc.). O animismo, como o termo sugere, é um modo de identificação no qual seres variados são animados, dotados de sociabilidade e compartilham alguma coisa como uma "alma".

O totemismo, por sua vez, encontrado em sociedades aborígines australianas, seria um modo de "partilha". Os grupos têm totens (que representam espécies naturais, vegetais e até eventos climáticos) e partilham com eles determinadas características. Essa partilha entre o grupo e totens de propriedades variadas (como "coragem", "astúcia", "força", etc.) produz uma união do grupo.

O analogismo, por fim, característico de sociedades mesoamericanas, africanas e asiáticas, implica um mundo repleto de entidades singulares. Esse é o sistema mais comum entre as populações humanas, e podemos pensá-lo com o exemplo de religiões politeístas, ligadas a regimes que concentram poder (Egito, Império Asteca, China antiga, etc.). Nesse universo analogista, há milhares de forças diferentes operando ao mesmo tempo, de maneira específica.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O perspectivismo pressupõe que todos os seres são humanos em "roupas" diferentes. Assim, animais são gente como nós, apenas com outras roupas. O problema está na hora de comer os animais caçados: como comer gente? Para contornar esse problema, muitas populações ameríndias criaram rituais para expulsar da carne do animal caçado as almas de gente (eles não chamam de "almas", nem esse termo é adequado, mas serve para este exemplo). Assim, antes de comer a carne, é preciso submetê-la a um ritual de purificação para evitar que os humanos sejam contaminados pela natureza diferente daquele animal e levados ao mundo daquela caça. A passagem de uma natureza para outra é muito perigosa e apenas os xamãs podem transitar por esses mundos diferentes sem se perder. Tudo isso parece muito distante para você? Lembre-se de que, em certa medida, nós também humanizamos seres que consideramos não humanos. Nossos animais domésticos, por exemplo, são tratados como gente. Muitos têm até enterro quando morrem. A ideia de comer um cachorro, por exemplo, inspira um horror que podemos comparar ao que algumas populações indígenas têm de comer uma caça não "purificada".

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ Discussões sobre cultura, identidade e etnicidade, que já vimos em capítulos anteriores, podem ser consideradas contemporâneas.
- ✔ A teoria cultural norte-americana construída a partir da década de 1970, com Clifford Geertz, Marshall Sahlins e David Schneider como principais autores, inaugurou a ideia de uma cultura essencialmente simbólica.
- ✔ Podemos chamar essa tendência de "Antropologia simbólica", embora o trabalho de Geertz, especificamente, tenha dado origem a uma "Antropologia interpretativa".
- ✔ A Antropologia interpretativa procura entender as culturas como textos que podem ser lidos. Entretanto, são leituras de segunda mão, pois temos acesso apenas à visão do nativo sobre sua própria cultura.
- ✔ O pós-modernismo antropológico, estudado no Capítulo 2, deriva da Antropologia interpretativa produzida por Geertz e seus alunos.
- ✔ O pós-modernismo se interessou pela questão da autoridade etnográfica, isto é, como seria possível dar voz aos nativos ao descrever suas sociedades e culturas.
- ✔ Depois do pós-modernismo surgiu o pós-colonialismo, preocupado com as implicações políticas das descrições antropológicas, como a produção de formas de exotizar, relacionadas ao colonialismo.
- ✔ A discussão sobre gênero teve grande impacto na teoria do parentesco. Nas últimas décadas, a Antropologia procurou desconstruir as ideias de homem e mulher, até então consideradas categorias naturais, e passou a entendê-las como construções sociais.
- ✔ Essa crítica permitiu pensar o parentesco sem relação com a reprodução, ampliando o espectro do que pode ser considerado como parentesco.
- ✔ Marshall Sahlins destacou a noção de que a História também é uma elaboração, isto é, diferentes sociedades produzem diferentes tipos de imaginação histórica.
- ✔ Roy Wagner propôs a ideia de que a cultura é invenção, criação, e está em constante transformação. Para Wagner, tanto os antropólogos como os nativos inventam cultura, e o encontro etnográfico (entre o antropólogo e os nativos no trabalho de campo) é em si uma invenção. Ao tentar se aproximar da vida dos nativos, o antropólogo inventa a cultura, mas também permite que sua própria cultura seja reinventada.
- ✔ Colocar no mesmo nível os conceitos nativos e antropológicos permitiu superar uma desigualdade importante, que ocorria quando o antropólogo resumia o conhecimento nativo a seus próprios conceitos.
- ✔ Esse questionamento levou outros intelectuais a usarem conceitos nativos para repensar (e reinventar) os conceitos antropológicos. Assim, conceitos que dependiam da separação entre cultura e natureza, por exemplo, foram sistematicamente criticados.

ATIVIDADES

REVENDO

1. **Escreva sobre a crítica da autoridade etnográfica segundo os autores pós-modernos em Antropologia.**
2. **Qual a discussão das antropólogas feministas sobre a noção de gênero?**
3. **Por que a contribuição de Marshall Sahlins é relevante para pensar a História?**
4. **Qual a contribuição de Roy Wagner para a Antropologia contemporânea?**
5. **Quais as implicações da crítica ao dualismo natureza/cultura?**

INTERAGINDO

1. Considere os trechos das canções a seguir.

Tempo perdido

Renato Russo

Todos os dias quando acordo
Não tenho mais
O tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo...
Todos os dias
Antes de dormir
Lembro e esqueço
Como foi o dia
Sempre em frente
Não temos tempo a perder...
[...]
Temos nosso próprio tempo
Temos nosso próprio tempo
Temos nosso próprio tempo...
Não tenho medo do escuro
Mas deixe as luzes
Acesas agora
O que foi escondido
É o que se escondeu
E o que foi prometido
Ninguém prometeu
Nem foi tempo perdido
Somos tão jovens...
Tão jovens! Tão jovens!...

LEGIÃO URBANA. *Dois*, 1986. EMI Music Brasil.

Reprodução/Grav. EMI

Capa do disco *Dois*, de 1986.

Juvenal Pereira/Agência Estado

A partir da esquerda, Dado Villa-Lobos, Renato Rocha, Renato Russo e Marcelo Bonfá, membros da banda Legião Urbana, em fotografia de 1986.

Oração ao tempo

Caetano Veloso

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo tempo tempo tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo tempo tempo tempo...
[...]
Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo tempo tempo tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo tempo tempo tempo...
[...]
E quando eu tiver saído
Para fora do teu círculo
Tempo tempo tempo tempo
Não serei nem terás sido
Tempo tempo tempo tempo...
Ainda assim acredito
Ser possível reunirmo-nos
Tempo tempo tempo tempo
Num outro nível de vínculo
Tempo tempo tempo tempo...
[...]

CAETANO VELOSO. *Cinema Transcendental*, 1979. Verve.

- **As duas canções falam do tempo, mas de diferentes pontos de vista. Compare esses pontos de vista com base no que vimos neste capítulo.**

2. Observe este cartum, de 2007, criado pelo norte-americano Scott Hilburn:

© Scott Hilburn, 2007/ Acervo do artista

- Essa imagem pode ser relacionada às discussões contemporâneas de uma Antropologia "pós-social", "reversa" ou "simétrica". Explique essa relação.

3. Vimos ao longo do capítulo que as questões de gênero são muito importantes na Antropologia contemporânea. Relacione o cartum ao lado ao conteúdo do capítulo.

Henfil/Acervo Ivan Cosenza

Cartum de Henfil.

CONTRAPONTO

Considere este poema do paranaense Paulo Leminski (1944-1989):

Volta em aberto

Ambígua volta
em torno da ambígua ida
quantas ambiguidades
se pode cometer na vida?
Quem parte leva um jeito
de quem traz a alma torta.
Quem bate mais na porta?
Quem parte ou quem torna?

LEMINSKI, Paulo. *Distraídos venceremos*. 9. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 42.

- Relacione esse poema com os textos sobre a Antropologia contemporânea discutidos nos itens 4 e 5 deste capítulo.

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. Rocco

A descoberta do mundo, de Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

Seleção de crônicas publicadas originalmente no *Jornal do Brasil*, entre 1967 e 1973. Temas variados — da infância no Recife a uma passeata contra a ditadura nas ruas do Rio de Janeiro; o processo de criação; as particularidades da vida familiar.

Reprodução/Ed. Nova Fronteira

O segundo sexo, de Simone de Beauvoir. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

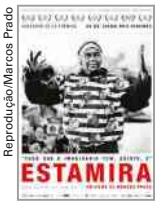
Neste livro, um dos mais lidos por pesquisadoras e ativistas do movimento feminista, a autora procura demonstrar como o gênero feminino foi construído como uma subalternidade ao sujeito "homem". Simone de Beauvoir pretende demonstrar que o lugar atribuído à mulher sempre foi definido pelo homem, que toma para si a posição central na sociedade, relegando à mulher uma posição secundária, um papel de coadjuvante na História.

Reprodução/Ed. Civilização Brasileira

Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, de Judith Butler. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A autora, neste livro reconhecido como o fundador da Teoria Queer, apresenta uma visão pós-identitária para o movimento feminista, procurando demonstrar que existem diversas condições e atribuições de gênero dentro do chamado universo feminino. Isso colocaria a necessidade de tratar e diferenciar das diversas identidades que compõem os gêneros das mulheres.

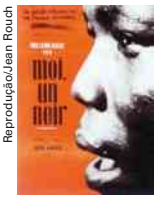
FILMES



Reprodução/Marcos Prado

Estamira (Brasil, 2004). Direção: Marcos Prado.

Documentário sobre uma mulher de 63 anos de idade que trabalha há mais de vinte anos no aterro sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Ela conta como a pobreza afeta a mente das pessoas que precisam encarar diariamente a batalha pela sobrevivência em condições sub-humanas.



Reprodução/Jean Rouch

Eu, um negro (França, 1959). Direção: Jean Rouch.

Documentário. Jovens nigerianos deixam sua terra natal para procurar trabalho na Costa do Marfim. Desenraizados em meio à sociedade moderna, acabam chegando a um bairro operário de Abdijan. O herói se autodenomina Edward G. Robinson, em honra ao ator americano. Seus amigos escolhem pseudônimos destinados a lhes forjar, simbolicamente, uma personalidade ideal.

Ayer/MC Elroy/S. Australian Film Corp.

A última onda (Austrália, 1977). Direção: Peter Weir.

Um grupo de aborígines é acusado de cometer um crime, em Sidney, Austrália. O advogado incumbido de defendê-los começa a ter uma série de visões e adentra nas experiências e mitos aborígines até questionar-se se sua própria existência não seria parte de um mito.

Natasha Braier/Film Movement

XXY (Argentina, 2007). Direção: Lucía Puenzo.

O filme conta a história de uma adolescente que, por causa de uma mutação genética, apresenta características biológicas de ambos os sexos. Como esta condição dificulta a definição de sua orientação sexual e de sua identidade de gênero, os pais resolvem esperar para que a própria filha possa escolher seus caminhos.

INTERNET (Acesso em: out. 2015.)

https://sites.google.com/a/abaetenet.net/nansi/abaete

Este *wiki* (*software* colaborativo) estabelece um contexto de colaboração entre os membros da Rede Abaeté de Antropologia Simétrica, reunindo trabalhos empíricos e teóricos que contribuam para a constituição de uma Antropologia simétrica em seu sentido mais amplo.

www.pagu.unicamp.br/

Site do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), centro interdisciplinar de pesquisa voltado para a produção e disseminação do conhecimento em torno da problemática de gênero. Congrega estudos de diferentes tradições disciplinares, contemplando temas variados, a partir de diversas perspectivas teóricas.

www.naomekahlo.com/

Blog de um coletivo feminista que traz inúmeros artigos e outras contribuições sobre diversos temas relacionados ao feminismo, como identidade de gênero, saúde da mulher, direitos, violência e opressão de gênero.

UNIDADE 1

CONCLUINDO

Capítulo 1

1. Esta imagem pode ser lida como uma representação visual do processo de colonização. Vemos uma jovem indígena, tocada por um raio de luz celestial refletida no escudo da Coroa portuguesa, que representa o poder do Estado. Levando em conta os seus conhecimentos sobre a história da colonização portuguesa na América do Sul e o que vimos no Capítulo 1, que reflexão podemos fazer sobre o contato entre europeus e indígenas a partir desta imagem?

Coleção Ayer/Biblioteca de Newberry, Michigan, EUA/Foto: Ken Cain

Frontispício da obra *História das guerras no reino do Brasil sustentadas pela coroa de Portugal contra a república da Holanda* (1698), escrita pelo carmelita português frei João José de Santa Thereza e dedicada a dom Pedro II, rei de Portugal.

2. Considere o seguinte relato do antropólogo estadunidense Ralph Linton:

O cidadão norte-americano desperta num leito construído segundo padrão originário do Oriente Próximo, mas modificado na Europa Setentrional, antes de ser transmitido à América. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão, cuja planta se tornou doméstica na Índia; ou de linho ou de lã de carneiro, um e outro domesticados no Oriente Próximo; ou de seda, cujo emprego foi descoberto na China. Todos estes materiais foram fiados e tecidos por processos inventados no Oriente Próximo. Ao levantar da cama faz uso dos mocassins que foram inventados pelos índios das florestas do leste dos Estados Unidos e entra no banheiro cujos aparelhos são uma mistura de invenções europeias e norte-americanas, umas e outras recentes. Tira o pijama, que é vestuário inventado na Índia e lava-se com sabão, que foi inventado pelos antigos gauleses, faz a barba que é um rito masoquístico que parece provir dos sumerianos ou do antigo Egito.

Voltando ao quarto, o cidadão toma as roupas que estão sobre uma cadeira do tipo europeu meridional e veste-se. As peças de seu vestuário têm a forma das vestes de pele originais dos nômades das estepes asiáticas; seus sapatos são feitos de peles curtidas por um processo inventado no antigo Egito e cortadas segundo um padrão proveniente das civilizações clássicas do Mediterrâneo; a tira de pano de cores vivas que amarra ao pescoço é sobrevivência dos xales usados aos ombros pelos croatas do século XVII. Antes de ir tomar o seu breakfast*, ele olha a rua através da vidraça feita de vidro inventado no Egito; e, se estiver chovendo, calça galochas de borracha descoberta pelos índios da América Central e toma um guarda-chuva inventado no sudoeste da Ásia. Seu chapéu é feito de feltro, material inventado nas estepes asiáticas.*

De caminho para o breakfast*, detém-se para comprar um jornal, pagando-o com moedas, invenção da Líbia antiga. No restaurante, toda uma série de elementos tomados de empréstimo o espera. O prato é feito de uma espécie de cerâmica inventada na China. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez na Índia do Sul; o garfo é inventado na Itália medieval; a colher vem de um original romano. Começa o seu* breakfast *com uma laranja vinda do Mediterrâneo Oriental, melão da Pérsia, ou talvez uma fatia de melancia africana. Toma café, planta abissínia, com nata e açúcar. A domesticação do gado bovino e a ideia de aproveitar o seu leite são originárias do Oriente Próximo, ao passo que o açúcar foi feito pela primeira vez na Índia. Depois das frutas e do café vem* waffles*, os quais são bolinhos fabricados segundo uma técnica escandinava, empregando como matéria-prima o trigo, que se tornou planta doméstica na Ásia Menor. Rega-se com xarope de* maple*, inventado pelos índios das florestas do leste dos Estados Unidos. Como prato adicional talvez coma o ovo de uma espécie de ave domesticada na Indochina ou delgadas fatias de carne de um animal domesticado na Ásia Oriental, salgada e defumada por um processo desenvolvido no Norte da Europa.*

Acabando de comer, nosso amigo se recosta para fumar. Hábito implantado pelos índios americanos e que consome uma planta originária do Brasil; fuma cachimbo, que procede dos índios da Virgínia, ou cigarro, proveniente do México. Se for fumante valente, pode ser que fume mesmo um charuto, transmitido à América do Norte pelas Antilhas, por intermédio da Espanha. Enquanto fuma, lê notícias do dia, impressas em caracteres inventados pelos antigos semitas, em material inventado na China e por um processo inventado na Alemanha. Ao inteirar-se das narrativas dos problemas estrangeiros, se for bom cidadão conservador, agradecerá a uma divindade hebraica, numa língua indo-europeia, o fato de ser cem por cento americano.

Citado em: LARAIA, Roque de Barros. *Cultura. Um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 106.

Reprodução/Wisconsin Historical Society, EUA.

Mocassim do século XIX da etnia Potawatomi, Estados Unidos.

LÉXICO

masoquístico: ato de dor ou sofrimento.
***breakfast*:** em inglês, café da manhã ou primeira refeição do dia.
abissínia: referente à região de Abissínia, atual Etiópia e parte da Eritreia, na África.

Reprodução/Museu do Louvre, Paris, França.

Chapéu cônico usado na Grécia, século IV a.C.

Reprodução/Fundação Wikimedia

Moedas romanas (c. 82-83 a.C.).

- **Ralph Linton faz um relato irônico sobre o sentimento nacionalista estadunidense, demonstrando que o cotidiano do cidadão é marcado por artefatos, práticas, inventos e costumes provenientes de várias partes do mundo. O texto expõe ainda algumas conexões geográficas e históricas que ajudam a explicar o mundo contemporâneo. A partir de sua leitura:**
  - **a) Procure indicar outras práticas, alimentos ou técnicas do seu cotidiano que são originários de culturas e regiões diferentes daquela em que você vive.**
  - **b) Parte desses hábitos e práticas são heranças indígenas. Que relação você pode fazer com as imagens preconceituosas que produzimos sobre as populações indígenas atualmente?**

3. Leia o texto a seguir.

O homem ocidental tende a julgar as artes dos povos indígenas como se pertencessem à ordem estática de um Éden perdido. Dessa forma, deixa de captar, usufruir e incluir no contexto das artes contemporâneas, em pé de igualdade, manifestações estéticas de grande beleza e profundo significado humano.

Atualmente, porém, percebe-se um crescente interesse nas artes indígenas, mesmo como fonte de inspiração, assim como o reconhecimento da continuidade da produção artística dos povos que habitavam esta parte do continente americano e que hoje, decididos a continuar como índios, ainda criam e sempre recriam importantes obras de arte dotadas de notável especificidade histórica e cultural.

A pintura e as manifestações gráficas dos grupos indígenas do Brasil foram objeto de atenção de cronistas e viajantes desde o primeiro século da descoberta, e de inúmeros estudiosos que nunca deixaram de registrá-las e de se surpreender com essas manifestações insistentemente presentes ora na arte rupestre, ora no corpo do índio, ora em objetos utilitários e rituais, nas casas, na areia e, mais tarde, no papel.

No entanto, mesmo neste século, apesar da riqueza do material disponível, o estudo da arte e da ornamentação do corpo foi relegado a segundo plano, durante muitos anos, no que diz respeito às sociedades indígenas no Brasil. [...]

Apenas recentemente a pintura, a arte gráfica e os ornamentos do corpo passaram a ser considerados como material visual que exprime a concepção tribal de pessoa humana, a categorização social e material e outras mensagens referentes à ordem cósmica. Em resumo, manifestações simbólicas e estéticas centrais para a compreensão da vida em sociedade.

VIDAL, Lux. Iconografia e grafismo indígenas, uma introdução. In: VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo indígena.* Estudos de Antropologia estética. São Paulo: Edusp, Studio Nobel e Fapesp, 1992. p. 13.

Lux Vidal/EDUSP

Grafismos dos indígenas Kadiwéu, publicados por Lux Vidal na obra *Grafismo indígena*, de 1992.

Guido Boggiani/Col. particular

Indígena Kadiwéu retratada por Guido Boggiani (1861-1902), em 1892. É costume entre os Kadiwéu estampar o corpo com desenhos minuciosos e simétricos. A tinta é obtida da mistura de suco de jenipapo com pó de carvão e aplicada com uma fina lasca de madeira ou taquara.

- **O texto da antropóloga Lux Vidal pode nos ajudar a pensar não apenas sobre as artes indígenas mas também sobre a própria definição de arte em nossa sociedade. De que forma a arte é uma expressão da vida cotidiana? O que podemos definir como arte? A partir da leitura do capítulo, do texto e destas indagações desenvolva as atividades que se seguem:**
  - **a) Procure explicar por que o conhecimento das artes indígenas pode levar ao questionamento das teorias evolucionistas.**
  - **b) Em que medida as expressões artísticas, sejam elas das artes plásticas, da dança, da música, do teatro, sejam de artesanatos, como a cestaria e a tapeçaria, ornamentos corporais (como a tatuagem e o *piercing*, entre outros), de pinturas rupestres ou intervenções urbanas, como o grafite, são expressões da cultura de um povo?**
  - **c) Em sua cidade, há exemplos de produções artísticas que refletem a cultura e a identidade de grupos urbanos ou rurais? Cite-as.**

4. **Considere o seguinte trecho de uma entrevista feita com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, em que ela diz:**

> *Por outra parte, no século XIX, positivistas e evolucionistas sociais puseram em voga a ideia de uma marcha inexorável da História: qualquer que fosse a política, os índios estariam fadados ao desaparecimento, quando não simplesmente físico, pelo menos social. Essa também é uma falácia que a História ela própria desmistificou: os índios, felizmente, estão aqui para ficar. A História não se faz por si, são pessoas que fazem a História, e seus atos têm consequências. Usa esse entulho ideológico quem carece de argumentos.*
>
> FREITAS, Guilherme. O futuro dos índios: entrevista com Manuela Carneiro da Cunha. Jornal *O Globo*, 16 fev. 2013. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/noticias/522329-o-futuro-dos-indios-entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha>. Acesso em: 13 out. 2015.

a) **A autora usa o termo "entulho ideológico" para se referir à ideia de que os indígenas estariam fadados ao desaparecimento. Com base no texto do capítulo, explique os motivos dessa afirmação.**
b) **Com base no texto acima e no Capítulo 1, produza uma reflexão sobre a situação atual das populações indígenas. Busque informações em *sites* como o <pib.socioambiental.org> e <cimi.org.br>.**

Capítulo 2

1. **A tirinha a seguir faz uma reflexão sobre os padrões culturais. Observe:**

- **Nesta tira de 2011, Laerte faz uma crítica relacionada aos padrões culturais. Explique como você entendeu essa crítica e o que achou dela.**

2. **A seguir reproduzimos trechos de um artigo do cientista político Hélio Jaguaribe (1923-), publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em abril de 2008.**

O "jardim antropológico" é uma insensatez

Todos os países americanos se confrontaram com a questão indígena. É indiscutível que em todos eles a relação entre europeus colonizadores e a população nativa foi originariamente conflituosa. Esse conflito conduziu ao extermínio das populações costeiras (Brasil), levando os nativos a se refugiarem no interior remoto de cada um desses países. [...] *A política indigenista no Brasil não foi, originariamente, formulada pelo governo federal, e sim por esse grande pioneiro que foi o general Rondon.* [...] *Em anos mais recentes, a política indigenista brasileira passou a ser orientada por etnólogos. Estes, diversamente de Rondon, não intentavam a pacífica incorporação do índio, mas a preservação das culturas indígenas.* [...] *Em termos mais amplos, importa questionar: que objetivos deve ter tal política, ademais da proteção do índio? Por outro lado, a perpetuação de culturas nativas, em que se fundamenta, no Brasil, a política de reservas, carece de sentido. Em termos antropológicos, pois é impossível sustar*

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Hélio Jaguaribe (1923-)**.

o processo civilizatório. As populações civilizadas do mundo são descendentes de populações tribais, que seguiram, em todos os países, o secular caminho que leva os paleolíticos a se transformarem em neolíticos e estes, em civilizados. [...]

- **Esse artigo defende uma visão sobre as populações indígenas que é semelhante à visão dos evolucionistas do século XIX. Partindo das questões trabalhadas no segundo capítulo e dos seus conhecimentos históricos sobre os processos de colonização no século XIX, demonstre como o autor expõe essa visão e procure fazer uma crítica a ela.**

3. Considere a seguinte tirinha:

André Dahmer/Acervo do artista

Tirinha de André Dahmer.

- **A tirinha nos fala de estereótipos e preconceitos. Com base no Capítulo 2, produza uma reflexão sobre como os estereótipos podem conter em si elementos de estigmatização e como eles operam na vida cotidiana.**

Capítulo 3

1. Considere este cartum de Laerte, publicado em 2011:

Laerte/Acervo do artista

- **O cartum expõe tanto um dilema social brasileiro como uma crítica ao que o sociólogo e teórico cultural jamaicano Stuart Hall chamaria de "velhas identidades". Em 2014, mais de 320 pessoas foram assassinadas no Brasil por serem homossexuais ou transexuais. Laerte discute aqui os efeitos da homofobia e da transfobia e toma uma posição clara contra o preconceito. Considerando essas informações, procure indicar as razões dos preconceitos e dos atos de violência direcionados à população LGBTI.**

2. Considere a seguinte canção de Jorge Ben Jor e responda as questões propostas:

Zumbi

Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há
Uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados em carros de boi
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Dum lado cana-de-açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhidos por mãos negras
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega e Zumbi
É quem manda
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver

Jorge Ben, *A Tábua de esmeralda*, 1974. Philips Records, Brasil.

a) Essa canção se refere ao que poderíamos chamar de uma "ancestralidade comum" àqueles que se identificam etnicamente como negros. Faça uma pesquisa sobre os termos Angola, Congo, Benguela, Monjolo, Cabinda, Mina, Quiloa, Rebolo. Negros escravizados de diferentes etnias eram denominados por esses termos, conforme a região da África em que eram embarcados em direção ao Brasil.
b) A canção também faz referência ao trabalho escravo e a Zumbi dos Palmares. Procure se informar sobre a história de Zumbi e do sistema de escravidão no Brasil até o século XIX.
c) Escrita na década de 1970, a canção, ao dar ênfase ao enfrentamento da escravidão no Brasil, de certa forma se contrapôs à visão que interpreta a história brasileira como pacífica e o fim da escravidão como uma simples assinatura motivada pela boa-fé. Procure relacionar este confronto de interpretações com outras situações de seu cotidiano.

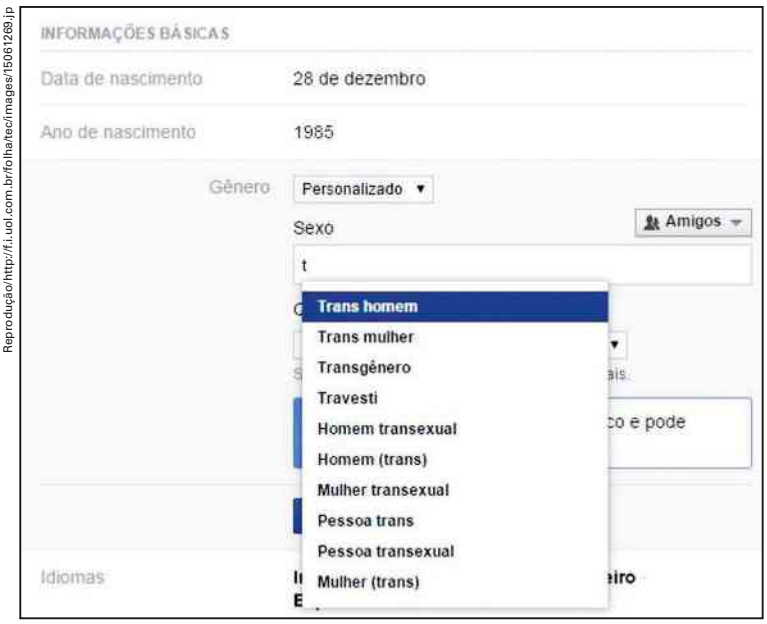
3. Observe a charge abaixo:

Dalcio/Acervo do artista

Charge de Dalcio Machado.

- A imagem pretende levar a uma reflexão sobre a mudança na estrutura etária brasileira. No entanto, ela o faz utilizando-se de uma imagem comum e estereotipada sobre a velhice. Produza um texto onde você questiona essa visão de uma velhice estática e sem coisas muito relevantes a fazer, trazendo outras imagens possíveis sobre os idosos que desafiem esses estereótipos. Com a discussão sobre "identidade", pense se é possível pensar numa identidade do idoso no Brasil.

4. A partir de março de 2015, uma rede social mundial adotou novas configurações de identificação de gênero para usuários no Brasil, passando a oferecer 17 opções, além de permitir que o próprio usuário que não se identificar com nenhuma delas possa escrever sua própria definição. Leia o seguinte trecho da matéria do jornal *Folha de S.Paulo* publicada em seu portal *on-line*:



Reprodução/http://f1.uol.com.br/folha/tec/images/15061269.jp

Opções de identidade de gênero em rede social. Imagem de março de 2015.

A personalização de gênero não deve ser confundida com a orientação sexual, definida como o sexo pelo qual uma pessoa se atrai. Gênero é o papel social com o qual uma pessoa se identifica. Por exemplo, o caso de uma mulher transexual (que nasceu biologicamente homem, mas se identifica como mulher). Isso não quer dizer, necessariamente, que ela seja homossexual – identificar-se com o papel de gênero feminino não implica que ela se sinta atraída por homens. Ela pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual.

Uma mudança semelhante já foi implementada em uma rede social estadunidense em abril do ano passado, com mais de 50 opções de identificação de gênero. No Brasil, o número é menor porque a lista foi definida em parceria com ativistas LGBTI locais, com base em estudos da realidade brasileira.

A rede, contudo, afirma que a lista ainda pode ser ampliada, conforme a identificação de novas demandas dos usuários. "A ideia [...] é dar cada vez mais liberdade para as pessoas se expressarem de forma autêntica. Queremos que as pessoas se sintam confortáveis usando a plataforma", afirma Bruno Magrani, líder de políticas públicas da rede no Brasil.

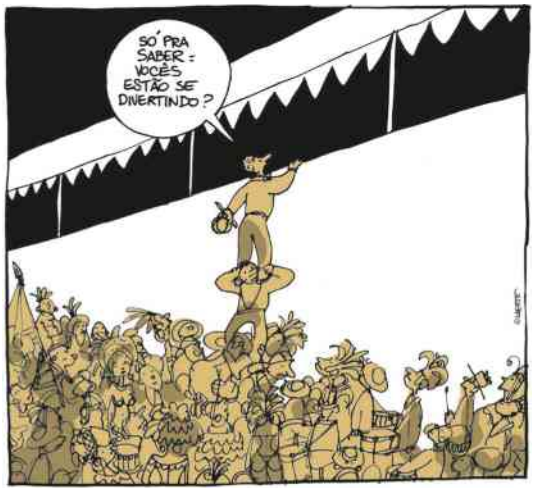
Em novembro, a rede social procurou o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) para buscar referências brasileiras na área. Para o deputado, a ferramenta demorou um pouco para chegar ao Brasil, tendo em vista que o país possui um número enorme de usuários de redes sociais. "É inadmissível que a pessoa transexual esteja pela metade nas redes", afirma. Pode parecer algo banal aos olhos de uma pessoa de fora, mas essa dimensão pública da identidade é bastante significativa para as pessoas transexuais e suas famílias.

Jornal *Folha de S.Paulo*, 2 mar. 2015. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/tec/2015/03/1596932-facebook-agora-permite-que-usuario-escolha-17-identidades-de-genero.shtml>. Acesso em: 13 out. 2015.

- **Com base no conceito de *identidade*, estudado no Capítulo 3, e também nos estudos de gênero e parentesco vistos no Capítulo 5, desenvolva uma reflexão sobre esta mudança na rede social e sobre os apontamentos trazidos na matéria do jornal.**

Capítulo 4

1. **A partir do que lemos no Capítulo 4, quais tensões podemos ver expostas nesta charge de Laerte, de 2012, levando em conta o avanço da urbanização no Brasil no século XX e o conhecimento histórico sobre a diferença entre as classes sociais no Brasil?**



Laerte/Acervo do artista

2. **Considere o seguinte trecho de um livro de Roberto DaMatta:**

> [...] *Ao estudar, neste livro, os carnavais, os malandros e os nossos renunciadores – os nossos heróis –, pretendo abordar esse povo nas suas esperanças e perplexidades, pois sempre me impressionou a conjunção de um povo tão achatado junto a um sistema de relações pessoais tão preocupado com personalidades e sentimentos; uma multidão tão sem rosto e sem voz, junto a uma elite tão rouca de gritar por suas prerrogativas e direitos; uma intelectualidade tão preocupada com o coração do Brasil e, no entanto, tão voltada para o último livro francês; uma criadagem que passa tão despercebida e patrões tão egocêntricos;* [...]. *Um povo que me intriga na sua generosidade, sabedoria e, sobretudo, esperança.*
>
> *Numa palavra, a questão deste livro é saber o que faz o brasil, Brasil.* [...]
>
> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 16-17.

Nesse livro, DaMatta dá continuidade à tradição de "explicações sobre Brasil", porém faz isso com uma diferença significativa em relação a autores como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Agora considere um trecho da Introdução de *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro:

> *O Brasil e os brasileiros, sua gestação como povo, é o que trataremos de reconstituir e compreender* [...]. *Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos.*
>
> *Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos.*
>
> *Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove todos os brasileiros.*
>
> RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p. 19.

Reprodução/Versátil/SuperFilmes

Capa do DVD que reúne os dez programas da série de TV baseada no livro *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro.

- **Compare os textos de Roberto DaMatta e Darcy Ribeiro observando em que aspectos eles se assemelham e em que aspectos se distanciam. Tente pensar em como a história da formação do Brasil é pensada para explicar o nosso país: quais são os critérios que cada um dos autores utiliza para pensar a sociedade brasileira? Quais eventos históricos explicam o país para cada um dos autores?**

3. Considere o seguinte texto de Gilberto Velho:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. [...] *Da janela de meu apartamento vejo na rua um grupo de nordestinos, trabalhadores de construção civil, enquanto a alguns metros adiante conversam alguns surfistas. Na padaria há uma fila de empregadas domésticas, três senhoras de classe média conversam na porta do prédio em frente; dois militares atravessam a rua. Não há dúvida de que todos estes indivíduos e grupos fazem parte da paisagem, do cenário da rua, de modo geral estou habituado com a sua presença, há uma familiaridade. Mas, por outro lado, o meu conhecimento a respeito de suas vidas, hábitos, crenças, valores é altamente diferenciado. Não só o meu grau de familiaridade* [...] *está longe de ser homogêneo, como o de conhecimento é muito desigual. No entanto, todos não só fazem parte de minha sociedade, mas são meus contemporâneos e vizinhos. Encontramo-nos na rua, falo com alguns, cumprimento outros, há os que só reconheço e, evidentemente, há desconhecidos também. Trata-se de situação diferente de uma sociedade de pequena escala, com divisão social do trabalho menos complexa, com maior concentração ou menor número de papéis, etc.* [...] *O fato é que dentro da grande metrópole, seja Nova York, Paris ou Rio de Janeiro, há descontinuidades vigorosas entre o "mundo" do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele, mesmo sendo nova-iorquino, parisiense ou carioca, possa ter experiência de estranheza, não reconhecimento ou até choque cultural comparáveis à de viagens a sociedades e regiões "exóticas".*

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 126-127.

- **No texto acima, Gilberto Velho discute a ideia de transformar o familiar em exótico a fim de produzir uma Antropologia urbana. Além disso, há uma referência à diferença entre o mundo "de uma sociedade menos complexa" e as grandes metrópoles, que poderíamos pensar em termos da diferença entre uma pequena cidade do interior e as grandes capitais brasileiras. Com base neste contexto, responda às questões:**

a) Há grupos ou práticas sociais em sua cidade que lhe provocam estranhamento?

b) Há grupos com os quais você se identifica?

c) Partindo da história da urbanização do Brasil no século XX e dos conhecimentos históricos sobre esse século, que transformações geográficas, econômicas e sociais permitiram o aparecimento de novos papéis sociais?

4. Nesse capítulo falamos de povos afrodescendentes, de povos do campo, entre outras populações que foram alvo de atenção dos antropólogos brasileiros. Falamos pouco, entretanto, sobre os povos da floresta (à exceção dos indígenas, de quem falamos no Capítulo 2). Você sabe quem são os povos da floresta? Sabe o que fazem e como sobrevivem? Desenvolva uma pequena pesquisa para descobrir quem são e o que fazem e escreva um pequeno texto sobre eles. *Websites* como o <www.amazoniabrasil.org.br> e o <www.ipam.org.br> podem ajudar em sua pesquisa.

Capítulo 5

1. Observe a imagem ao lado e responda às questões propostas:
   a) Escreva sobre a relação natureza/cultura na sociedade capitalista.
   b) Desenvolva uma reflexão sobre a relação entre as Ciências Naturais e nosso pensamento cotidiano: se estas em geral consideram as diversas formas animais no mundo de um ponto de vista neutro e que não os "anima", ou lhes permite qualquer capacidade de atuação no mundo (além daquela programada nos genes), por que criamos representações de animais que agem como gente em desenhos e outras formas artísticas de animais?

Walt Disney/Everett Collection/Keystone

Cena de desenho com os personagens (da esquerda para a direita): Margarida, Minnie, Mickey e Pato Donald.

2. Considere este trecho de uma entrevista do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro à revista *Cult*:

> **Eduardo Viveiros de Castro —** *Se nossa Antropologia popular vê a humanidade como erguida sobre alicerces animais, normalmente ocultos pela cultura — tendo outrora sido "completamente" animais, permanecemos, "no fundo", animais —, o pensamento indígena conclui ao contrário que, tendo outrora sido humanos, os animais e outros seres do cosmo continuam a ser humanos, mesmo que de modo não evidente.*
>
> ***Cult* —** *Se tudo está impregnado de humanidade, quais são as consequências disso para o modo de vida indígena?*
>
> **Eduardo Viveiros de Castro —** *Se tudo é humano, nós não somos especiais; esse é o ponto. E, ao mesmo tempo, se tudo é humano, cuidado com o que você faz, porque, quando corta uma árvore ou mata um bicho, você não está simplesmente movendo partículas de matéria de um lado para o outro, você está tratando com gente que tem memória, se vinga, contra-ataca, e assim por diante. Como tudo é humano, tudo tem ouvidos, todas as suas ações têm consequências.*
>
> *Revista Cult*, edição 153.

- A partir dessa fala de Viveiros de Castro, discorra sobre o que você entendeu quanto às diferentes perspectivas sobre natureza e cultura (a indígena e a não indígena) e quais são as consequências ambientais mais evidentes dos dois modos de ver o mundo.

3. Em 2012, uma peça publicitária com *slogan* "Pacificar foi fácil, quero ver dominar" mostrava uma mulher negra, na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ), apenas de *lingerie* e segurando o quepe do policial que estava deitado ao lado. No ano seguinte, outra peça, agora de uma cerveja escura, trazia a ilustração de uma mulher negra em pose sensual e o *slogan* "É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra". As duas propagandas foram alvo de muitos protestos e, por pressão da sociedade civil, foram suspensas pelo Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária). Com base no conteúdo estudado sobre gênero e parentesco e levando em consideração as questões sobre raça e racismo trazidas no Capítulo 4, leia a passagem na página seguinte e procure desenvolver uma reflexão crítica sobre as peças publicitárias e os temas que atingem.

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o "cimento" de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades [...] *através da qual, segundo Gilliam: "O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance".* [...] *São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor.*

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo:* a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 14 out. 2015.

4. Observe a seguinte letra do *rapper* Criolo:

Calçada pra favela, avenida pra carro,
céu pra avião, e pro morro descaso.
Cientista social, [...] *e tragédia,*
Gostam de favelado mais que [...]
Quanto mais ópio você vai querer?
Uns preferem morrer ao ver o preto vencer
É papel-alumínio todo amassado,
Esquenta não mãe é só uma cabeça de alho...
Cartola virá que eu vi,
Tão lindo e forte e belo como Muhammad Ali
Cantar rap *nunca foi pra homem fraco*
Saber a hora de parar é pra homem sábio
Rico quer levar uma com nóis, 'cê que sabe...
Quero ver pagar de loco lá em Abu Dhabi.
Eu sou nota 5 e sem provoca alarde,
Nota 10 é Dina Di, DJ Primo e Sabotage.

Pode colar, mas sem arrastar,
Se arrastar, a favela vai cobrar...
Acostumado com [cereal] no prato,
Morango só é bom com a preta de lado.

O planeta jaz e a trombeta do Satanás,
Usain Bolt se não correr fica pra trás
Querer tapar o sol com a peneira é feio demais
E cocaína desgraça a vida de um bom rapaz...
Trilha Sonora do Gueto, Rappin Hood e Facção,
Fazem o povo cantar com emoção
Zona Sul... Haja coração!
Dez mil pessoas numa favela, na quermesse do Campão,
Então Di Cavalcanti, Oiticica e Frida Kahlo
Têm o mesmo valor que a benzedeira do bairro
Disse que não, ali o recém-formado entende,
Vou esperar você ficar doente...
Cantar rap *nunca foi pra homem fraco*
Saber a hora de parar é pra homem sábio...
Vacilou no jab*, fio, é lona!*
Criolo Doido não é garapa,
A ideia é rápida, mas soma.

Pode colar, mas sem arrastar,
Se arrastar, a favela vai cobrar...
Acostumado com cereal no prato,
Morango só é bom com a preta de lado.

Eu tenho orgulho da minha cor,
Do meu cabelo e do meu nariz.
Sou assim e sou feliz.
Índio, caboclo, cafuzo, Criolo! Sou brasileiro!

Criolo, *Nó na orelha*, 2011. Oloko Records, Brasil.

Reprodução/http://criolo.art.br

Capa de *Nó na orelha*, álbum gravado por Criolo entre 2010 e 2011.

- **É possível associarmos estes versos a algumas questões estudadas na Unidade 1? Você consegue localizar mais possibilidades de associação para além do conceito de identidade? Desenvolva uma reflexão sobre as associações que conseguiu fazer.**

Questões do Enem e de vestibulares

Enem

1. (Enem 2012)

Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos.

SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, n. 12, dez./jan./fev. 1991-1992. (Adaptado.)

- **Com base no texto, ao favorecer o contato de indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravidão no Brasil tornou possível a:**
  - **a) formação de uma identidade cultural afro-brasileira.**
  - **b) superação de aspectos culturais africanos por antigas tradições europeias.**
  - **c) reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.**
  - **d) manutenção das características culturais específicas de cada etnia.**
  - **e) resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.**

2. (Enem 2013)

Texto I

Ela acorda tarde depois de ter ido ao teatro e à dança; ela lê romances, além de desperdiçar o tempo a olhar para a rua da sua janela ou da sua varanda; passa horas no toucador a arrumar o seu complicado penteado; um número igual de horas praticando piano e mais outras na sua aula de francês ou de dança.

Comentário do Padre Lopes da Gama acerca dos costumes femininos [1839] apud SILVA, T. V. Z. Mulheres, cultura e literatura brasileira. *Ipotesi — Revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, v. 2. n. 2, 1998.

Texto II

As janelas e portas gradeadas com treliças não eram cadeias confessas, positivas; mas eram, pelo aspecto e pelo seu destino, grandes gaiolas, onde os pais e maridos zelavam, sonegadas à sociedade, as filhas e as esposas.

MACEDO, J. M. *Memórias da Rua do Ouvidor* [1878]. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2015. (Adaptado).

- **A representação social do feminino comum aos dois textos é o(a):**
  - **a) submissão de gênero, apoiada pela concepção patriarcal de família.**
  - **b) acesso aos produtos de beleza, decorrência da abertura dos portos.**
  - **c) ampliação do espaço de entretenimento, voltado às distintas classes sociais.**
  - **d) proteção da honra, mediada pela disputa masculina em relação às damas da corte.**
  - **e) valorização do casamento cristão, respaldado pelos interesses vinculados à herança.**

3. (Enem 2013)

Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres gays *nos Estados Unidos. Quando nasci, relações*

homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. Gays *e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente* gay. *Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.*

ROSS, A. Na máquina do tempo. *Época*, ed. 766, 28 jan. 2013.

- **A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a:**
  - **a) ampliação da noção de cidadania.**
  - **b) reformulação de concepções religiosas.**
  - **c) manutenção de ideologias conservadoras.**
  - **d) implantação de cotas nas listas partidárias.**
  - **e) alteração da composição étnica da população.**

Vestibulares

4. **(UEM-PR 2014 — Somar as respostas corretas) Selecione a(s) alternativa(s) correta(s) no que diz respeito às concepções antropológicas acerca das relações entre natureza e cultura:**
   - **01) A natureza, para a Antropologia, corresponde apenas às esferas cósmica e da paisagem e em nada se relaciona à vida humana, ao corpo, à saúde, à alimentação e à reprodução.**
   - **02) Os debates antropológicos sobre as relações entre natureza e cultura tentam equacionar os limites entre a universalidade da condição humana enquanto espécie e a diversidade das expressões culturais.**
   - **04) Pensadores dos séculos XVIII e XIX, influenciados por seu próprio etnocentrismo, classificaram populações tribais não europeias como selvagens, ou seja, habitantes das selvas, mais próximas do "estado de natureza" do que do "estado de sociedade".**
   - **08) A cultura corresponde às relações estabelecidas por um grupo humano específico com a natureza, com ele mesmo e com outros grupos.**
   - **16) Natureza e cultura são duas esferas independentes e isoladas da vida e não podem ser analisadas em contextos relacionais.**

5. **(UEM-PR 2014 — Somar as respostas corretas) Em relação a questões de transformação e desigualdades sociais, a partir das teorias sociológicas sobre gênero, é correto afirmar que:**
   - **01) Cada sociedade e cada cultura, em cada momento histórico particular, configura papéis e lugares para os gêneros, por isso, as demandas por igualdade social e por participação política não podem ser homogeneizadas sob uma pauta única.**
   - **02) As diferenças de gênero, se compararmos as diferentes sociedades, são, em termos gerais e globais, apenas questões de diferenças de linguagem.**
   - **04) Diferenças entre sexo e gênero são, na essência, exatamente a mesma coisa.**
   - **08) Questões religiosas, étnicas, raciais, morais e políticas devem ser consideradas centrais nos debates acerca de preconceito, de discriminação e de exclusão social baseados em sexo e gênero.**
   - **16) Movimentos sociais devem expressar demandas de toda a população porque diversidades cultural, social, política e histórica são expressões inadequadas e antiquadas para fins de reivindicação.**

6. (Unioeste-PR 2015) No Brasil, ainda são elevados os índices de violência e desigualdades de direitos entre homens e mulheres. Alguns estudos de gênero defendem a necessidade de analisarmos, com mais propriedade, a situação das mulheres e demais grupos subalternizados, social e cientificamente. Sobre os temas ligados aos estudos de gênero, assinale a afirmativa INCORRETA.
   a) Debater o tema da cidadania das mulheres é também analisar um processo que envolve a participação das mulheres na esfera pública e no mercado de trabalho, marcada por inclusões e exclusões que vêm desde o século XVIII.
   b) No âmbito teórico, os movimentos feministas, ao entrarem na academia e ao fazerem crítica às categorias de análise, produziram o conceito de gênero.
   c) Quando se fala em estudos de gênero, se pensa na igualdade de direitos entre mulheres e homens, e, em alguns casos, em reivindicações por atendimentos especiais às mulheres.
   d) As políticas públicas, consideradas em sua variedade e alcance, são um importante instrumento para a concretização dos objetivos das mulheres.
   e) O problema da violência contra a mulher no Brasil foi solucionado com a promulgação da Lei Maria da Penha.

7. (UEM-PR 2014 — Somar as respostas corretas) Acerca das teorias modernas sobre o conjunto de fenômenos produzidos por coletivos humanos e associados à noção antropológica de "cultura", é correto afirmar que:
   01) Trata-se de um tipo de expressão humana que indica claramente a superioridade de uma população em relação a outras, dado que existem culturas civilizadas e culturas primitivas.
   02) As culturas humanas podem ser consideradas padrões de comportamento, passados de geração a geração, associados à tecnologia e ao modo de produção, às organizações social, religiosa, política e econômica de uma dada população.
   04) A cultura humana é produto da elaboração criativa da mente humana sobre o mundo que nos cerca.
   08) A cultura permite a adaptação de um determinado grupo humano ao meio no qual se insere.
   16) A cultura corresponde a um conjunto de mecanismos, regras, planos, instruções e outros elementos dessa categoria que orientam nosso comportamento.

8. (UEM-PR 2013 — Somar as respostas corretas)

   [...] *Protegidos por sua retirada para regiões de difícil acesso, os Jê do Sul do Brasil sobreviveram por alguns séculos aos Tupi, logo liquidados pelos colonizadores. Nas florestas dos estados meridionais, Paraná e Santa Catarina, pequenos bandos selvagens mantiveram-se até o século XX; talvez ainda subsistissem alguns em 1935, tão ferozmente perseguidos nos últimos cem anos que se mantinham invisíveis; porém, a maioria fora aldeada e assentada pelo governo brasileiro, por volta de 1914, em vários centros.*

   LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 144.

   A partir dos significados da cultura segundo a Antropologia, da história dos conflitos entre populações indígenas e outros grupos humanos e do texto de Lévi-Strauss, é correto afirmar que:
   01) A inferioridade cultural dos índios Jê frente a outros grupos humanos foi o principal fator que contribuiu para o seu desaparecimento.
   02) A perseguição feroz a grupos étnicos distintos do grupo socialmente dominante pode levar à invisibilidade social dos grupos perseguidos.

04) A perseguição e o massacre dos índios Jê no Sul do Brasil foram fortemente motivados por pontos de vista etnocêntricos, interesses de Estado e ação de grupos sociais diversos.
08) Já não existiam grupos indígenas no Sul do Brasil no início do século XX.
16) O etnocentrismo, o preconceito, os interesses econômicos e as relações de poder influenciaram a maioria dos estados modernos no desrespeito aos direitos e às culturas das populações nativas que habitam seus territórios.

9. (Uema 2015) Leia o fragmento abaixo.

Identificar as culturas imigrantes com suas "culturas de origem" é um erro baseado em uma série de confusões. Inicialmente confunde-se "cultura de origem" com cultura nacional. Raciocina-se como se a cultura do país de origem fosse única, ao passo que as nações de hoje não são culturalmente homogêneas.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2002.

- A partir da ideia central do fragmento, pode-se afirmar a respeito da cultura de um povo que:
  a) o imigrante possui uma cultura própria irrelevante.
  b) a nação é composta por culturas superiores e inferiores.
  c) os países contemporâneos são compostos por múltiplas culturas.
  d) as nações são formadas por culturas tradicionais imutáveis.
  e) a genética determina a cultura de origem dos imigrantes.

10. (UEL-PR 2013) No Brasil, os fluxos migratórios no século XIX e início do século XX marcaram a política de construção de uma "identidade brasileira" que se assentava na ideia de "branqueamento da raça". Com relação à influência dos processos migratórios desse período na formação populacional brasileira, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.
  ( ) As políticas migratórias oficiais, na segunda metade do século XIX, ressaltaram o interesse de preservar a ascendência europeia na composição étnica da população.
  ( ) As políticas migratórias pautavam-se por um "modelo ideal de trabalhador", no qual predominava a forma capitalista de produção.
  ( ) As imigrações europeia e asiática tiveram como propósito a ocupação das vagas ociosas na indústria nascente, diante da ausência de qualificação dos ex-escravos.
  ( ) A imigração japonesa no Paraná foi favorecida pela fácil adaptação dos japoneses aos costumes ocidentais e por serem habituados ao trabalho com as monoculturas.
  ( ) O direcionamento dos fluxos migratórios fez com que existisse maior concentração de afrodescendentes nas regiões Sul e Centro-Oeste.

- Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.
  a) V, V, F, F, F.
  b) V, F, V, V, F.
  c) V, F, F, F, V.
  d) F, V, F, V, V.
  e) F, F, V, V, F.

11. (UEM-PR 2012 — Somar as respostas corretas)

Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.

ROCHA, E. G. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 5.

- **Sobre o conceito de etnocentrismo, assinale o que for correto.**
  - **01) Práticas xenofóbicas (de aversão aos estrangeiros) são exemplos do preconceito produzido pela radicalização de perspectivas etnocêntricas sobre o mundo social, pois indicam que determinado grupo se considera superior aos outros.**
  - **02) O etnocentrismo foi um fenômeno característico das sociedades tradicionais, cuja organização social não permitia a assimilação do diferente – com o advento da globalização, a discriminação deu lugar à compreensão das diferenças.**
  - **04) O estigma é uma condição, um traço ou um atributo indesejável nas relações sociais que desqualifica os indivíduos, ao identificá-los como "desviantes" ou "estranhos" aos valores tidos como "normais" em cada época.**
  - **08) A produção de estereótipos sobre pessoas ou culturas diferentes da nossa é a melhor forma de combater o etnocentrismo, pois produz representações simples sobre os outros, facilitando o entendimento mútuo e promovendo a igualdade.**
  - **16) O racismo é um modo arbitrário de classificar as coletividades humanas a partir de determinadas características físicas, hierarquizando-as por meio de noções culturalmente produzidas sobre a suposta "superioridade racial" de certos grupos.**

12. (Unioeste-PR 2015) Para a antropóloga Ruth Benedict,

A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

- **Portanto, é CORRETO afirmar:**
  - **a) A cultura nos ensina a perceber as "coisas" e classificá-las, mas não serve para orientar a nossa conduta cotidiana.**
  - **b) Um índio Guarani vê a floresta com olhos diferentes das pessoas não Guaranis; seu olhar percebe significados em cada árvore (alimento, morada dos deuses). Uma pessoa não Guarani olha para a floresta e pode ver uma oportunidade de negócio.**
  - **c) Um índio Guarani, que vive em sua aldeia, e uma pessoa não índia, que vive na cidade, possuem valores idênticos.**
  - **d) Em todas as culturas, mulheres e homens têm os mesmos direitos, os mesmos papéis sociais. Exemplo: povo palestino e povo americano.**
  - **e) A cultura não tem o poder de influenciar em nossas decisões.**

UNIDADE 2

SOCIEDADE

Todos nós vivemos em sociedade e isso tem implicações que afetam todos e tudo ao nosso redor. A Sociologia nasceu da busca por entender e explicar essas questões, e pensar sobre a especificidade da vida em sociedade.

Desde sua origem, no início do século XIX, um dos principais temas da Sociologia foi a questão do trabalho. De que maneiras a organização do trabalho afeta a vida das pessoas? Como sistemas de trabalho resultam em certas distribuições de poder entre os grupos de uma sociedade?

Nos capítulos desta Unidade vamos discutir essas questões, além de investigar as relações entre indivíduo e sociedade, religião e sociedade, classes sociais e desigualdade. Também veremos como a Sociologia se desenvolveu no Brasil, além de apresentar alguns temas contemporâneos da Sociologia.

Grafite de Banksy, sem data.

BMCL/Shutterstock/Glow Images

CAPÍTULO 6

PENSANDO A SOCIEDADE

Anthony Turducken/Acervo do fotógrafo

Grafite de Banksy em Nova Orleans, Estados Unidos. Foto de 2008.

Neste capítulo vamos discutir:

1. O capitalismo e a formação do pensamento clássico
2. Émile Durkheim: coesão e fato social
3. Max Weber: ação social e tipos ideais
4. Karl Marx: trabalho e classes sociais
5. Sociologia: aspectos estruturais e conjunturais

A Sociologia é uma ciência que se concentra no estudo das relações sociais. Mais especificamente, ela se volta às relações sociais que apresentam regularidade. O estudo sociológico entende que há determinados modos de vida, de comportamento e de conduta que se reproduzem e aparecem na História com frequência. A vida em sociedade não é um processo aleatório, no qual tudo pode acontecer. Pelo contrário, as relações sociais são sempre resultado de processos históricos, têm sua base em um passado de outras relações sociais. Para explicitar essas regularidades, a Sociologia tem como base a história humana.

Neste capítulo vamos conhecer os três grandes clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. A introdução ao pensamento desses autores é de fundamental importância, pois foi com base em suas obras que a Sociologia se constituiu como disciplina científica distinta das Ciências da Natureza e das Ciências Exatas.

1. O CAPITALISMO E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CLÁSSICO

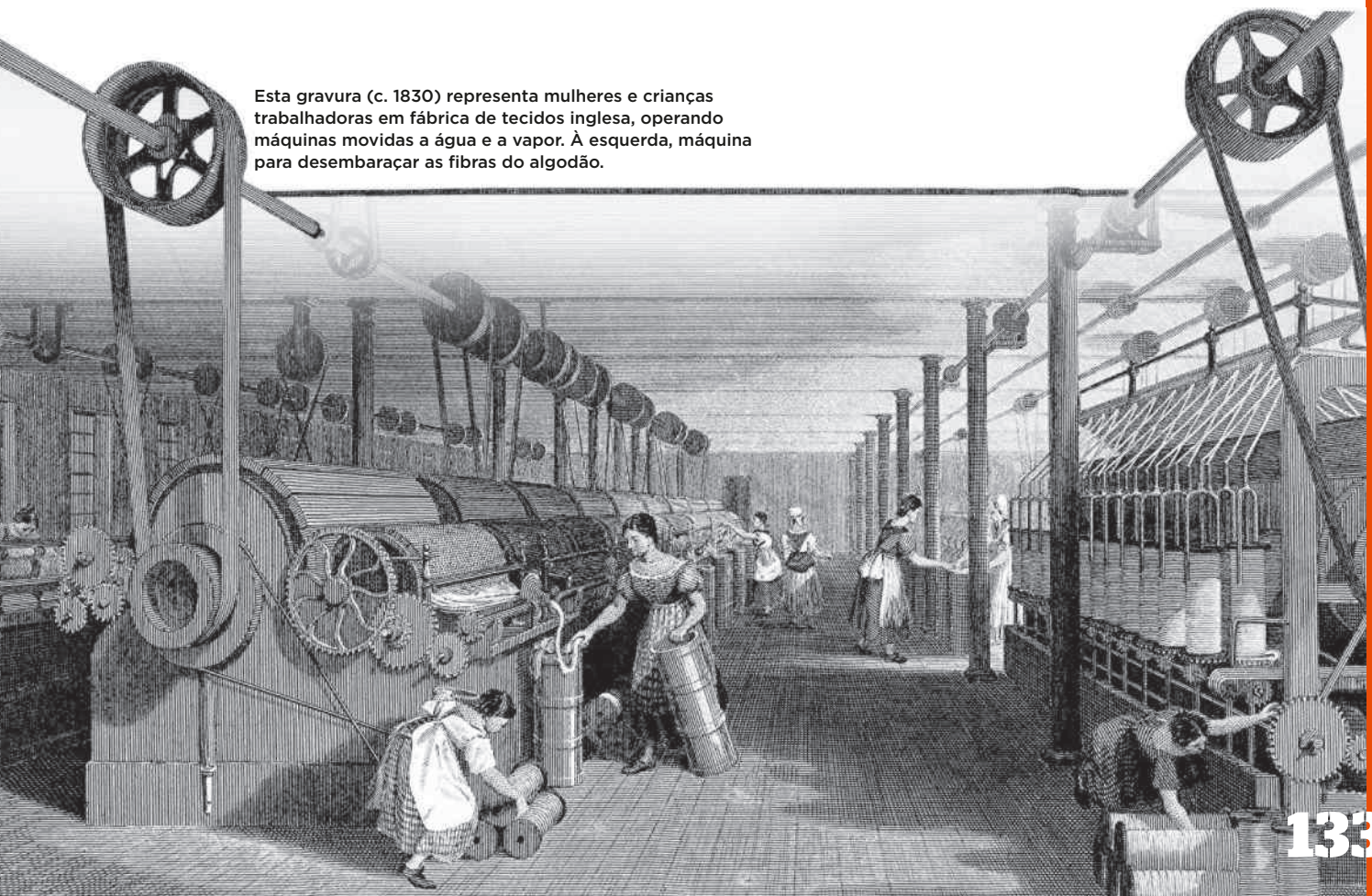
Desde o século XVI, diversas transformações sociais caracterizam o que hoje chamamos de capitalismo. Formas de produção, de conhecimento, de cultura e de consumo constituídas ao longo dos últimos cinco século conferiram uma feição particular à sociedade capitalista. Entretanto, o capitalismo teve origem nas sociedades feudais europeias, organizadas em torno do trabalho servil e da produção agrícola nos feudos.

Com o passar do tempo, novos interesses ligados ao comércio e ao mercado formaram o eixo central da nova sociedade capitalista que se estruturava. As cidades ganharam importância em relação à vida no campo, as manufaturas e depois as indústrias substituíram as formas de produção da velha sociedade, e o consumo ganhou proporções cada vez maiores diante da necessidade de desenvolvimento da produção de mercadorias.

Para a Sociologia clássica, a vida em sociedade se desenvolveu com base em uma série de acontecimentos históricos e os contextos sociais atuais são resultado de transformações históricas geradas nos séculos anteriores: o acúmulo de experiências constitui o conjunto das condutas sociais, necessidades, padrões culturais e de comportamento, formas de organização política e do conhecimento científico que reproduzimos hoje. A produção e a reprodução social são, portanto, uma síntese de acontecimentos históricos.

Fotos: The Bridgeman Art Library/Keystone

Em primeiro plano, trabalhadores arando e semeando a terra, símbolo da principal atividade econômica da sociedade feudal. Ao fundo, o cenário de uma cidade, local onde se formavam as bases para um novo modelo de sociedade. Iluminura de um breviário (livro de orações cotidianas) italiano do fim do século XV.



Esta gravura (c. 1830) representa mulheres e crianças trabalhadoras em fábrica de tecidos inglesa, operando máquinas movidas a água e a vapor. À esquerda, máquina para desembaraçar as fibras do algodão.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já imaginou que nosso modo de viver hoje em dia está relacionado à história passada? Que a maneira como organizamos nosso cotidiano, o modo como trabalhamos e produzimos influenciam nossa forma de pensar, de conhecer e de compreender o mundo? Que nossas escolhas e nosso gosto por determinadas coisas são influenciados por um padrão que herdamos social e historicamente? Vimos que a sociedade capitalista é resultado de acontecimentos históricos. Agora procure refletir sobre padrões sociais presentes na sua vida, suas preferências e gostos, formas de agir, de produzir, de trabalhar, de se relacionar. Observe como tudo isso pode ser o resultado de acontecimentos passados, de formas passadas de agir, pensar, se relacionar, que herdamos de nossa família, indivíduos e grupos sociais já presentes em nossa sociedade.

A formação da Sociologia é também resultado da consolidação da sociedade capitalista. Assim como qualquer acontecimento histórico, a origem da Sociologia tem relação direta com as necessidades sociais do momento de seu nascimento. Ou seja, a origem da Sociologia está relacionada à própria difusão do capitalismo nos séculos XIX e XX.

Naquele momento, o capitalismo se desenvolvia de forma avassaladora. As condições de vida da maioria eram precárias em razão da pobreza e das condições do trabalho na indústria. Esse contexto gerou conflitos sociais, greves e revoltas. Este novo cenário social em formação precisava ser compreendido. A indústria teve grande desenvolvimento, transformando os modos de organização das cidades. Na Europa do século XVIII, em que a dinâmica da sociedade era em grande parte determinada pela indústria têxtil, um dos objetivos da ciência foi o de incrementar a produção de mercadorias, a fim de torná-la mais eficiente, rápida e barata. Com a introdução das máquinas, a produtividade aumentou vertiginosamente, e os trabalhadores foram condicionados ao ritmo das máquinas.

À semelhança da divisão do trabalho na indústria, o conhecimento científico começou a se especializar. Novas práticas científicas e novas formas de compreender a vida em sociedade seguiram o mesmo padrão de desenvolvimento. Dessa maneira, as transformações produtivas tiveram grande influência sobre a origem da Sociologia e de outras Ciências Sociais, como a Economia, a Antropologia e a Ciência Política.

Foi nesse contexto que viveram os três grandes pensadores clássicos da Sociologia: Émile Durkheim (ver *Perfil* no item 2), Max Weber (ver *Perfil* no item 3) e Karl Marx (ver *Perfil* no item 4). Na Europa do século XIX, Marx argumentava que a humanidade seria responsável por realizar sua própria história. Não haveria, assim, um destino predeterminado nem espaço para explicações fundamentadas em crenças espirituais. A **luta entre classes** sociais com interesses antagônicos constituiria a base e das transformações sociais.

Já o sociólogo francês Émile Durkheim, na virada do século XIX para o XX, aproximou a Sociologia do método das Ciências Naturais. Para ele, a sociedade poderia ser comparada a um organismo vivo, e cada parte desse organismo se relacionaria com o todo (o **organismo social**) na medida em que dependeria dele. A integração social foi tema central da obra de Durkheim, sobretudo porque ele considerava que a sociedade exercia uma força (uma coerção) sobre os indivíduos, moldando-os à sua semelhança.

No início do século XX, Max Weber seguiu um caminho diferente e centrou suas análises nos indivíduos. Para ele, as ações individuais seriam orientadas por outras ações de outros indivíduos. Dessa maneira, uma **ação social** teria como referência um conjunto de outras ações e também influenciaria outras ações individuais. Para Weber a ação social deveria ser o objeto central da análise sociológica.

The Bridgeman Art Library/Keystone

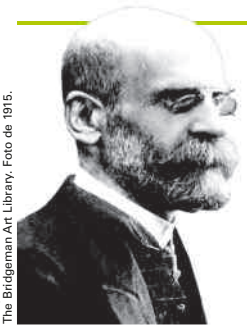
A hora do jantar: Wigan **(1874), óleo sobre tela do pintor inglês Eyre Crowe (1824-1910). A tela representa mulheres trabalhadoras em tecelagens num momento de descanso para a refeição do final do dia. A cena se passa na cidade de Wigan, na época importante centro manufatureiro do noroeste da Inglaterra. O cenário, marcado pelas cores marrom e cinza, chaminés das fábricas e a fumaça cobrindo o céu, é característico da grande transformação que ocorria naquele momento.**

Assim, a origem da Sociologia tem relação direta com a história do capitalismo, especialmente com o desenvolvimento industrial, cultural e político do século XIX. Podemos dizer que a Sociologia nasceu em razão desse desenvolvimento e pela necessidade de explicar as transformações sociais ocorridas no século XIX. Karl Marx contribuiu para a análise do capitalismo na medida em que construiu uma teoria segundo a qual a sociedade passou a ser entendida como resultado de embates entre classes sociais antagônicas. Durkheim, por sua vez, procurou explicar a aparente desordem provocada pelas transformações políticas e industriais, buscando a unidade em um mundo cada vez mais compartimentado pela divisão do trabalho. Sua análise era baseada nas possibilidades de integração social diante de processos de diferenciação social cada vez mais profundos. Max Weber, por fim, entendeu que a Sociologia deveria partir da análise da ação do indivíduo, sem opor, entretanto, indivíduo e sociedade. Para Weber, as normas sociais só se tornariam concretas no momento em que cada indivíduo as manifestasse. A ação individual, portanto, seria sempre orientada pela ação de outra pessoa, e a compreensão da sociedade dependeria da interpretação do sentido dessas ações.

2. ÉMILE DURKHEIM: COESÃO E FATO SOCIAL

Émile Durkheim foi influenciado pela obra do filósofo francês **Auguste Comte (1798-1857)**, que sistematizou pela primeira vez a Sociologia como ciência, aproximando-a dos métodos das Ciências Naturais. Durkheim procurou consolidar a Sociologia como uma ciência específica, com sua própria metodologia. Com esse objetivo, preocupou-se em desenvolver uma teoria e um método de análise com conceitos específicos para o estudo da vida em sociedade. Como veremos a seguir, os fundamentos da sociologia de Durkheim podem ser resumidos nos conceitos de **coesão**, de **divisão do trabalho** e de **fato social**.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Auguste Comte (1798-1857)**.



BNF, Paris/Giraudon/
The Bridgeman Art Library. Foto de 1915.

PERFIL

ÉMILE DURKHEIM

Émile Durkheim viveu entre 1858 e 1917, na França. Formou-se em Filosofia na École Normale Supérieure (ENS), em Paris. Desde cedo se interessou pelo estudo da sociedade, influenciado pela leitura do pensador inglês Herbert Spencer e do filósofo francês Auguste Comte. Passou um tempo na Alemanha, em seguida trabalhou na Universidade de Bordeaux, já como cientista social, e aí fundou o primeiro departamento de Sociologia da Europa. Depois passou a lecionar Sociologia na Sorbonne (Universidade de Paris), ganhando grande prestígio internacional.

O trabalho intelectual de Durkheim o tornou conhecido como um dos pais da Sociologia, responsável por estabelecer o ponto de vista sociológico como fundamental para o entendimento da vida em sociedade. Suas percepções sobre o fato social, a coesão social, a importância do sistema social e do método sociológico foram muito influentes no mundo inteiro. A sociologia de Durkheim e sua preocupação com a integração e coesão sociais foram essenciais para o reconhecimento acadêmico da disciplina.

Sua obra foi também fundamental para o desenvolvimento da Antropologia, principalmente com seu livro *As formas elementares da vida religiosa*, texto obrigatório nos cursos de formação antropológica. Sua influência sobre a antropologia inglesa, por um lado, e francesa (por meio de seu sobrinho Marcel Mauss), por outro, ajudou a definir essa disciplina no século XX.

Vimos que a Revolução Industrial impulsionou a produção de mercadorias, primeiro na Inglaterra e depois em outros países. A Revolução Francesa, que eclodiu em 1789, transformou as estruturas políticas e sociais francesas ao longo das décadas seguintes e também repercutiu pelo mundo. A sociedade feudal, que precedeu a sociedade capitalista, foi destruída. As instituições políticas feudais deram lugar às organizações políticas capitalistas. A monarquia foi substituída por instituições políticas que tinham como fundamento os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. As escolas, antes controladas pela Igreja, passaram às mãos do Estado, tornando-se laicas. A livre-iniciativa (o processo de trocas mercantis) foi estimulada por regras e leis criadas sob a ótica da produção industrial, em franco crescimento.

Honoré Daumier/Arquivo da editora

Ao lado, vemos a caricatura *Gargantua*, de Honoré Daumier (1808-1879), criada em 1831. Nela, o então rei da França, Luís Felipe, é satirizado ao ser comparado ao gigante criado no século XVI pelo escritor Rabelais. À direita, ao fundo, podemos ver os prédios e chaminés da cidade; à frente, os trabalhadores pobres colocando moedas em cestos que vão direto para a boca do rei. À esquerda, embaixo do rei, estão os documentos que garantiam a honra e o poder da nobreza e a Assembleia Nacional. Esta obra, que levou seu autor à prisão por seis meses, demonstra o espírito da época, em que se procurava questionar o chamado Antigo Regime.

No fim do século XIX, Durkheim observava esse acelerado processo de transformação social e tentava explicar de que maneira uma sociedade capitalista, que se divide e se especializa em funções cada vez mais heterogêneas, poderia garantir alguma coesão social[1]. Ele se perguntava como indivíduos tão diferentes, em funções sociais tão distintas, poderiam se integrar socialmente.

Para explicar esse processo de diferenciação, Durkheim partiu da seguinte hipótese: todas as sociedades se caracterizam por algum tipo de divisão do trabalho. Ou seja, ao longo do desenvolvimento das sociedades, os indivíduos tendem a se tornar cada vez mais diferentes uns dos outros. Em sociedades com menor divisão do trabalho, os indivíduos são mais semelhantes entre si quando comparados aos que fazem parte de sociedades em que a divisão do trabalho é maior.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

No mundo atual, a especialização funcional pode ser vista nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, no comércio. A divisão do trabalho está presente em todos os setores da sociedade. A vida das pessoas gira em torno de suas profissões e qualificações profissionais. Novas funções e profissões são criadas, enquanto outras deixam de existir. Você já procurou entender de que modo o cotidiano de seus pais e familiares está relacionado à profissão que eles exercem? Em que medida a função que eles desempenham cria ligações com outros indivíduos, famílias, grupos sociais e também com instituições específicas? Com base no que foi discutido até aqui, reflita sobre a influência das funções sociais estabelecidas pelo trabalho na vida de seus parentes e conhecidos, sobretudo laços sociais de interdependência criados por elas.

Durkheim observou a coesão social da seguinte maneira: em sociedades com a divisão do trabalho muito desenvolvida predominaria uma dinâmica dupla: ao mesmo tempo que ocorreria uma diferenciação profissional, seria criada uma interdependência funcional entre os indivíduos. Os laços sociais, a rede de interdependência, caracterizam uma forma de coesão social. Em sociedades com a divisão do trabalho menos desenvolvida, as crenças garantiriam a unidade social, já que o processo de especialização das funções profissionais ainda seria rudimentar.

Para esclarecer melhor, podemos comparar duas sociedades: uma feudal e uma industrial. Na sociedade feudal, a divisão do trabalho se dá com base em atividades predominantemente agrícolas. Os servos trabalham, na maior parte do mês, em benefício do senhor feudal e reservam apenas uma pequena parte do seu tempo para prover sua própria subsistência e a de sua família. As técnicas de trabalho são rudimentares e as tarefas estão ligadas ao plantio, à colheita e ao cuidado com os animais. Há grande semelhança entre as técnicas produtivas empregadas nos diferentes feudos, não havendo, assim, muita diferenciação entre os indivíduos.

Já na sociedade industrial, ocorre uma intensa divisão do trabalho: mulheres e homens exercem funções extremamente diferenciadas. Existem faxineiros, pedreiros, carpinteiros, publicitários, professores, operários, comerciantes, etc., e dentro dessas profissões ainda há várias subdivisões. Entre os professores, por exemplo, há os que ensinam Matemática, Física, Sociologia, Antropologia, Biologia, Arte, Educação Física, etc. Para Durkheim, essas sociedades são mais especializadas, o que caracterizaria indivíduos muito diferenciados entre si. No entanto, haveria um maior grau de coesão social, pois a interdependência funcional entre as pessoas seria maior. Assim, quanto mais diferenciados são os indivíduos, mais dependem uns dos outros.

LÉXICO

interdependência funcional: dependência recíproca entre os indivíduos em sociedades nas quais a divisão do trabalho é muito desenvolvida. Todos os indivíduos dependem de bens e serviços produzidos ou realizados por outras pessoas, em diferentes lugares. Sem interdependência funcional, cada um precisaria cultivar os próprios alimentos, fazer suas próprias roupas, etc.

[1] COHN, Gabriel. A busca da unidade num mundo dividido. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 nov. 1997. 10 Mais!, p. 5-6.

A divisão do trabalho é, para Durkheim, o elemento social que impulsiona o desenvolvimento das sociedades. As funções sociais são fundamentais para sua análise e, por isso, a Sociologia desse autor foi considerada "funcionalista". Esse foi um dos aspectos que influenciou os antropólogos que estudamos no Capítulo 3. Entretanto, para refletir sobre a divisão do trabalho, Durkheim desenvolveu outros conceitos importantes, entre eles, o conceito de **fato social**, essencial para definir o que é próprio ou não do campo sociológico.

Juca Martins/Olhar Imagem

Construção da usina hidrelétrica Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR). Foto de 1981.

ASSIM FALOU... DURKHEIM

[...] a divisão do trabalho [...] não serviria apenas para dotar nossas sociedades de luxo, invejável talvez, mas supérfluo; ela seria uma condição de existência da sociedade. Graças à divisão do trabalho, ou pelo menos por seu intermédio, se garantiria a coesão social; ela determinaria os traços essenciais da constituição da sociedade. Por isso mesmo [...] caso seja essa realmente a função da divisão do trabalho, ela deve ter um caráter moral, porque as necessidades de ordem, de harmonia e de solidariedade social são geralmente consideradas morais.

DURKHEIM, Émile. Método para determinar a função da divisão do trabalho. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Émile Durkheim*. São Paulo: Ática, 2000. p. 66.

Margaret Bourke-White/National Archives/Getty Images

Mulheres costuram bandeiras em fábrica localizada em Nova York, Estados Unidos. Foto de 1940.

Com o objetivo de criar conceitos que se baseassem em modelos científicos reconhecidos, Durkheim entendia o fato social como uma coisa, um fenômeno tão apreensível quanto qualquer elemento físico ou biológico. Os fatos sociais seriam maneiras de pensar, sentir e agir que exerceriam uma força externa (uma coerção) sobre os indivíduos.

Para Durkheim, a sociedade precederia os indivíduos e agiria sobre eles, determinando suas maneiras de ser. Assim, um fato social poderia ser reconhecível com base na coerção social imposta a um ou mais indivíduos. Seria considerado fato social o fenômeno que apresentasse:

1. uma **generalidade** (que estivesse presente e fosse reconhecível em toda uma sociedade ou grupo social);
2. uma **externalidade** (que fosse exterior às consciências sociais, isto é, que existisse independentemente da vontade e dos anseios do indivíduo); e
3. uma **força coercitiva externa aos indivíduos** (que moldasse as vontades individuais ao coletivo).

Nesse sentido, a sociologia de Durkheim, além de funcionalista, é também considerada estruturalista, porque interpreta a sociedade (a estrutura social) como fator determinante das condutas individuais.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Nossa vida em sociedade depende de funções exercidas por outras pessoas. A sociedade contemporânea cria funções cada vez mais especializadas e das quais dependemos cada vez mais. Com isso, forma-se uma rede de interdependência entre os indivíduos. Dependemos do pedreiro, do carpinteiro, do jornalista, que por sua vez depende do lojista, do comerciante, do industrial, que depende do vendedor de seguros, do vendedor de carros, do programador de *software*, que depende do pedreiro, do carpinteiro, e assim por diante. Ou seja: as funções sociais que desempenhamos criam laços de interdependência social. Tente observar em sua escola como se dão essas relações de funcionalidade e interdependência profissional.

Exemplos de fatos sociais são as leis, a educação, a divisão do trabalho, as crenças religiosas e políticas, os esportes. O futebol, por exemplo, é um fato social porque está presente em toda a sociedade brasileira; é externo aos indivíduos, pois sua existência não depende da vontade individual; é também coercitivo, pois impõe aos brasileiros um padrão esportivo. Além disso, muitos meninos brasileiros desejam ser, em primeiro lugar, jogadores de futebol. Esse "desejo" pode ser visto como coerção externa, propriamente social.

Nos termos de Durkheim, a Sociologia é a ciência que estuda os fatos sociais. Aqueles fenômenos que não estiverem dentro de sua definição serão considerados do domínio de outras ciências.

3. MAX WEBER: AÇÃO SOCIAL E TIPOS IDEAIS

As principais obras de Max Weber foram escritas entre a primeira e a segunda décadas do século XX e estabeleceram um novo estágio para as Ciências Sociais. Ele também se empenhou em sistematizar a Sociologia, mas sua análise difere muito da de Durkheim, sobretudo no que se refere à importância do indivíduo e de sua ação social. Diferentemente de Durkheim, Weber não considerava a sociedade algo exterior e superior aos indivíduos. Para ele, a sociedade deveria ser analisada com base nas ações sociais.

Archives Charmet/The Bridgeman Art Library/Keystone. Foto de c. 1896.

PERFIL
MAX WEBER

Nascido em Erfurt, na Alemanha, Max Weber (1864-1920) foi um dos mais importantes cientistas sociais de todos os tempos, e seus trabalhos tiveram grande influência sobre o estudo da sociedade moderna.

Embora reconhecesse, como Marx, a importância do trabalho e da economia sobre a vida social, Weber se interessou mais pelo modo como a economia era influenciada por outros aspectos da sociedade, em especial pela religião. Em sua obra mais famosa, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905), Weber analisou a maneira pela qual algumas ideias do protestantismo, como a valorização do trabalho como sinal de predestinação à salvação, favoreceram o desenvolvimento do capitalismo nos países onde essa religião era mais forte. Isso não significaria que o capitalismo se desenvolveria apenas nos países protestantes, mas que, no contexto europeu, algumas ideias de origem religiosa podem ter favorecido a formação e expansão do capitalismo.

Por outro lado, Weber via na sociedade moderna um processo crescente de racionalização: na economia, por exemplo, as formas tradicionais de trabalho foram substituídas pela fábrica e pela gestão científica da produção; na política, a obediência à tradição foi substituída pelo respeito à lei e pela burocracia. Embora todos esses aspectos favoreçam a eficiência, Weber temia que, com o tempo, a racionalização causasse uma deterioração dos valores (não só religiosos, mas também os valores liberais ligados à liberdade individual, à democracia) que produziram a sociedade moderna.

Para ele, qualquer ação individual é orientada por outras ações, ou seja, quando agimos, levamos em conta e nos orientamos pela ação de outras pessoas. Com base na expectativa de como nossa ação será recebida, agimos de uma ou de outra maneira. Nossa ação individual é considerada social porque está inserida em um contexto social e histórico que qualifica todas as ações individuais.

Não haveria, assim, oposição entre o indivíduo e a sociedade, pois só seria possível compreender a sociedade nas manifestações da ação individual. Assim, o indivíduo não seria considerado produto de um todo coercitivo, mas pelo contrário, responsável por seus atos. A sociedade não tem um sentido próprio, mas é reproduzida pelos indivíduos, que lhe conferem sentido com suas ações. Portanto, a Sociologia de Weber considera que um dos principais fundamentos da compreensão de fenômenos sociais estruturais — como o capitalismo, o Estado, as religiões, os regimes políticos e as formas de poder e dominação — residiria na análise das ações individuais ou de um conjunto dessas ações.

ASSIM FALOU... WEBER

[a Sociologia é a] ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e de seus efeitos. Por "ação" se designará toda a conduta humana, cujos sujeitos vinculem a esta ação um sentido subjetivo. Tal comportamento pode ser mental ou exterior; poderá consistir de ação ou omissão no agir. O termo "ação social" será reservado à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987. p. 9.

Como o método de análise weberiano parte do indivíduo e da ação individual para explicar os fenômenos sociais, não seria possível explicar, por exemplo, o aumento do número de suicídios pela crise econômica em dado país, como faria Durkheim. Ao contrário, seria necessário partir da análise empírica das ações individuais que motivaram esse aumento de suicídios. Podemos, portanto, entender que a **ação social** é o objeto de análise central da sociologia de Weber.

Mas o que é, na prática, uma ação social? Um exemplo são as eleições. O eleitor vota, orientando-se pelos comentários, pela intenção e até mesmo pelo voto de outros eleitores. Ou seja, a ação é individual, mas só se torna compreensível sociologicamente na medida em que a escolha de determinado candidato tem como referência o conjunto dos demais eleitores.

Partindo da análise de ações individuais subjetivas, Weber pretende compreender questões sociais mais gerais, que afetam e definem a sociedade como um todo. O conhecimento sociológico só poderia ser objetivo se tivesse como objeto de estudo a ação individual.

Mas o que deve ser analisado? Para Weber, a realidade é infinita e, por isso, deve ser recortada para ser compreendida sem que se comprometa a objetividade científica. O cientista faz uma seleção (subjetiva) dos fatos que vai estudar.

Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Idosa votando em urna eletrônica durante eleições de 2014, Rio de Janeiro (RJ).

Ele decide o que analisar com base em julgamentos fundamentados em seus valores pessoais. A partir desse momento subjetivo, Weber constrói um método de análise para atingir a objetividade científica. Os resultados são considerados objetivos se os procedimentos de análise da ação social forem efetivamente aplicados. Quanto mais distante do objeto de análise o sociólogo se colocar, mais objetivos serão os resultados de sua pesquisa.

Os procedimentos de análise, que garantem a objetividade dos resultados, estão diretamente relacionados à construção de **tipos ideais** ou **tipos puros**. O tipo ideal é uma "ferramenta" que o pesquisador usa para se aproximar da realidade. Comparando com a Física, podemos dizer que o tipo ideal é uma régua para medir determinado elemento em seu estado mais "puro". Trata-se de um recurso para medir a realidade, para compreender o conteúdo dessa realidade.

Ivan Cabral/Acervo do artista

Ao votar, o eleitor pratica uma ação individual que é orientada pela ação dos outros indivíduos. Charge de Ivan Cabral, de 2010.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Nossas escolhas têm relação com as escolhas que outras pessoas fazem. Estamos sempre imersos em contextos sociais que nos influenciam e que orientam nossas ações individuais. Quando você diz que gostou de um filme, que escolheu um candidato ou que prefere uma certa marca de tênis, você está se orientando subjetivamente pela ação de outros indivíduos. Procure refletir sobre seus últimos atos de consumo e em que medida eles podem ter sido motivados pela ação de outros indivíduos.

Como a realidade é múltipla e impossível de ser descrita em sua totalidade, Weber construiu a noção de tipos ideais para se aproximar o máximo possível da realidade analisada. Esses tipos ideais são formulados com base em regularidades sociais por ele observadas. Note que a construção de um tipo ideal, apesar de amparada na realidade, é apenas uma elaboração teórica do pesquisador. É necessário escolher certas características regulares de determinada sociedade e construir um tipo ideal, por exemplo, de pai de família, de empresário, de Estado, de escola, de religião, de esporte. Quando o pesquisador for analisar uma sociedade específica, esses tipos ideais, apesar de não se encaixarem exatamente na realidade, servirão de base para compreender como, por exemplo, alguns pais estabelecem relações com suas famílias em determinada comunidade, como o empresariado administra suas atividades financeiras, como o Estado organiza suas várias instâncias políticas e burocráticas, como a escola reproduz sua pedagogia, como as igrejas fomentam o culto religioso, como o esporte estabelece processos educativos e motivacionais, além dos propriamente físicos.

Weber construiu quatro tipos ideais de ação social:

1. **a ação social racional com relação a fins**: tem como base a expectativa de alcançar fins racionalmente esperados. Por exemplo, investir dinheiro para ter um rendimento futuro.
2. **a ação social racional com relação a valores**: é determinada pela crença em algum valor, que pode ser ético, religioso, político ou estético. A motivação não tem relação direta com o resultado da ação, mas com o valor que dá sentido à ação. Por exemplo, a doação de dinheiro ou trabalho para determinada causa religiosa ou política, por princípios de fé e crença.
3. **a ação tradicional**: se orienta pela tradição, que pode ser familiar, cultural, social. O indivíduo orienta sua ação com base na forma tradicional de agir dos membros de seu grupo social: todos costumam comprar determinado produto, por exemplo.

4. a ação afetiva: se fundamenta em emoções e afetos, isto é, não se refere prioritariamente a fins ou valores, mas a sentimentos. Como em uma briga de trânsito motivada pela raiva, por exemplo.

Diego Padgurschi/Folhapress

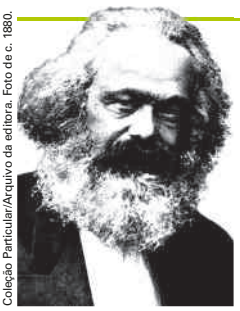
Por serem tipos ideais, essas ações não são observadas em sua forma pura na realidade. Mas com base nessas construções teóricas, é possível observar a realidade e constatar algumas ações individuais caracterizadas por um ou mais tipos ideais de ação. O importante aqui é entender que esse mecanismo favorece o entendimento da sociedade na medida em que aproxima o pesquisador da realidade estudada.

Candidatos buscam emprego durante a Semana do Trabalho, Emprego e Renda, em São Paulo (SP). Em termos weberianos, a escolha do empregador pode envolver mais de um tipo puro de ação social. Foto de 2015.

4. KARL MARX: TRABALHO E CLASSES SOCIAIS

A principal obra de Karl Marx, *O capital*, veio a público em 1867, ano de lançamento do primeiro volume. Os outros dois volumes foram publicados após a morte do autor em 1883. Marx foi um dos maiores pensadores de seu tempo. Sua análise foi marcada pela investigação das relações capitalistas e pela formação e relação das classes sociais. Para ele, a questão-chave para explicar as transformações sociais é a **relação conflituosa entre forças sociais**, isto é, entre classes sociais distintas com interesses antagônicos.

Coleção Particular/Arquivo da editora. Foto de c. 1880.



PERFIL
KARL MARX

Karl Marx nasceu em Trier, no Reino da Prússia, atual Alemanha, em 5 de maio de 1818, em uma família judaica. Morreu em Londres, em 14 de março de 1883.

Sua teoria foi marcada principalmente por três correntes de pensamento de sua época. A primeira delas foi a Filosofia Idealista Alemã, que teve como referência central o filósofo Georg Friedrich Hegel (1770-1831). A segunda foi a Economia Política Clássica, sobretudo o economista escocês Adam Smith (1723-1790) e o inglês David Ricardo (1772-1823), e a terceira foi a Historiografia Socialista, que tem entre seus principais nomes os franceses Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e o galês Robert Owen (1771-1858). Além desses autores, Friedrich Engels (1820-1895) foi uma referência central para Marx, tendo escrito várias obras com ele. A obra de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* influenciou decisivamente Marx, sobretudo pela análise das condições concretas da vida do proletariado inglês.

Em *O capital*, Marx expõe a lógica do processo de valorização do capital, isto é, como o capital se reproduz com base na exploração do trabalho. Mostra, assim, o objetivo do capital de, ao se reproduzir como a relação social hegemônica, ampliar sua dominação com base no aumento dos lucros capitalistas.

Teórico, militante político revolucionário e um dos maiores pensadores críticos da sociedade capitalista, Marx escreveu várias obras sobre a relação de exploração e dominação social do capital em relação ao trabalho. Ele pode ser considerado um autor atual, já que as relações de produção capitalistas e a exploração do trabalho assalariado são ainda questões centrais nas sociedades contemporâneas.

O argumento central de Marx é o de que as sociedades se dividem em **classes sociais**. Essa divisão é fruto de um processo histórico de lutas em que um grupo social torna-se dominante e subjuga os interesses dos demais grupos. No capitalismo, Marx observou que a burguesia, a classe capitalista, tornou-se dominante primeiro derrotando a nobreza e instaurando um novo tipo de sociedade. Ao longo de sua ascensão, a burguesia passou a determinar as formas de governo, a cultura, a política. Dessa maneira, as leis, as regras, as normas, os gostos e os padrões de consumo, de organização da economia, da ciência e da política passaram a ser definidos pelos interesses da burguesia. Ou seja, a sociedade capitalista tem como objetivo central reproduzir a forma de vida burguesa, fundamentada no lucro e estruturada na produção de mercadorias.

Para gerar lucro, é necessário que haja uma classe produtora de mercadorias, cujo trabalho é explorado pelos capitalistas. Assim, ao mesmo tempo que a burguesia se constituiu historicamente, formou-se uma classe antagônica a ela: a classe trabalhadora, ou proletariado. No processo histórico de formação do capitalismo, a burguesia nascente já explorava o trabalho de pequenos produtores. Com o crescimento dessa forma de produção, a burguesia tornou-se dominante e o coletivo de trabalhadores, antigos servos e produtores rurais aumentou na forma de proletariado industrial. Portanto, as classes sociais fundamentais da sociedade capitalista seriam a burguesia (a classe capitalista) e o proletariado (a classe trabalhadora).

ASSIM FALOU... MARX

A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes. [O ser humano] livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta. [...]

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas. A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 66-67.

Mas por que a classe trabalhadora se deixa explorar? Por que não há igualdade econômica entre os indivíduos? Segundo Marx, ao longo da História, a formação da classe trabalhadora advém da expropriação de seus meios de produção, isto é, da apropriação, por outros, de suas terras, de suas ferramentas, de suas casas e de seus locais de trabalho. A burguesia utilizaria seu poder econômico, o controle político e do exército para se apropriar dos meios de produção de produtores livres e forçá-los a vender seu trabalho em troca de um salário para poder sobreviver, formando, assim, o proletariado urbano. Com isso, o trabalhador seria obrigado a se submeter a determinações da classe dominante, incluindo o valor do salário, o ritmo e condições de trabalho e, sobretudo, produtividade. A classe trabalhadora não teria escolha. Para sobreviver, seria obrigada a vender seu trabalho a um capitalista, no comércio, na indústria, em uma escola particular, cortando cana-de-açúcar para uma usina produtora de álcool, etc.

Além disso, uma das teses que Marx desenvolveu no livro *A ideologia alemã* se refere às formas de dominação ideológica. Longe de construir uma teoria pautada apenas por questões econômicas, Marx se preocupou em identificar a constituição de um novo modo de vida. Esse modo de vida, além de representar as formas de produção e reprodução das classes sociais, também se expressaria por uma ideologia. Para Marx: "Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritualmente dominante[2] Nesse sentido, Marx compreende que a ideologia de uma época social é a expressão da maneira como a classe dominante pensa a sociedade. O modo de vida, tanto do ponto de vista material como intelectual de um momento histórico, seria, portanto, à imagem e semelhança do modo de vida da classe dominante. Se estamos nos referindo às sociedades feudais, nas quais a classe dominante era a nobreza, o conjunto de ideias, a ideologia predominante seria a da nobreza. Se estamos falando da sociedade capitalista, na qual a classe dominante é a burguesia, a ideologia predominante seria a da classe burguesa ou capitalista.

Obra *Il Quarto Stato* (1902), de Pellizza da Volpedo (1868-1907). A pintura, que retrata um grupo de trabalhadores andando confiante na mesma direção, se tornou símbolo político do proletariado. Seu nome se referia à história europeia e à Revolução Francesa: nesta revolução, a burguesia derrubou o domínio do Primeiro e do Segundo Estado, respectivamente a nobreza e o clero, e instaurou o domínio da classe ascendente no interior do Terceiro Estado: a burguesia. O nome "O Quarto Estado" significava uma nova revolução social, protagonizada pela classe trabalhadora.

Galeria de Arte Moderna, Milão, Itália/Arquivo da editora

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Para Marx, o trabalho teria como objetivo gerar lucro ao capitalista. Toda a produção seria organizada com base nesse objetivo. Apesar de a produção ser toda realizada pelos trabalhadores, estes ficam apenas com uma pequena parte dessa produção. A maior parte seria exatamente o lucro. Você já se perguntou o porquê desse tipo de produção? Por que é necessário organizar a produção com base no lucro? Quais são as implicações dessa forma de organização? Você acha que os mecanismos de organização do trabalho colaboram para a geração do lucro? Reflita sobre alguns aspectos da organização do seu trabalho ou do trabalho de pessoas de sua família.

A classe capitalista teria como ponto central de sua dominação reproduzir a exploração do trabalho. Para isso, a produção industrial seria cada vez mais incrementada, tanto nas formas de gerência quanto em relação à introdução de novas tecnologias. Mas por que é sempre necessário desenvolver mais e mais a produção de mercadorias? Marx entende que quanto mais o trabalhador é controlado, maior será sua produtividade e menor será seu poder político. Assim, a substituição do trabalhador por uma máquina é uma iniciativa do capitalista para obter um número maior de mercadorias, aumentando a produtividade do trabalho. Com a máquina a produção aumenta, e aumenta também o controle do capitalista, pois os trabalhadores passam a responder ao ritmo e ao tempo da máquina. Ou seja, o capitalista usa a máquina tanto produtivamente quanto politicamente. Ao submeter o trabalhador a um ritmo que ele não comanda, o capitalista força o trabalhador a aumentar a produtividade do trabalho.

2 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 48.

Podemos resumir essa questão com a seguinte frase: é preciso que tudo mude para que nada se transforme. Ou seja, é preciso sempre desenvolver a produção com novas tecnologias e formas de organização, para que: 1. a produção aumente e, com isso, aumentem os lucros dos capitalistas; e 2. aumente o controle do capitalista sobre a classe trabalhadora. Portanto, para Marx, o desenvolvimento do capitalismo se baseia na exploração e na dominação da classe trabalhadora pela classe capitalista. Nesse sentido, as classes sociais se chocam e as transformações históricas e sociais se desenrolam com base nesse choque, nessa luta entre classes sociais antagônicas.

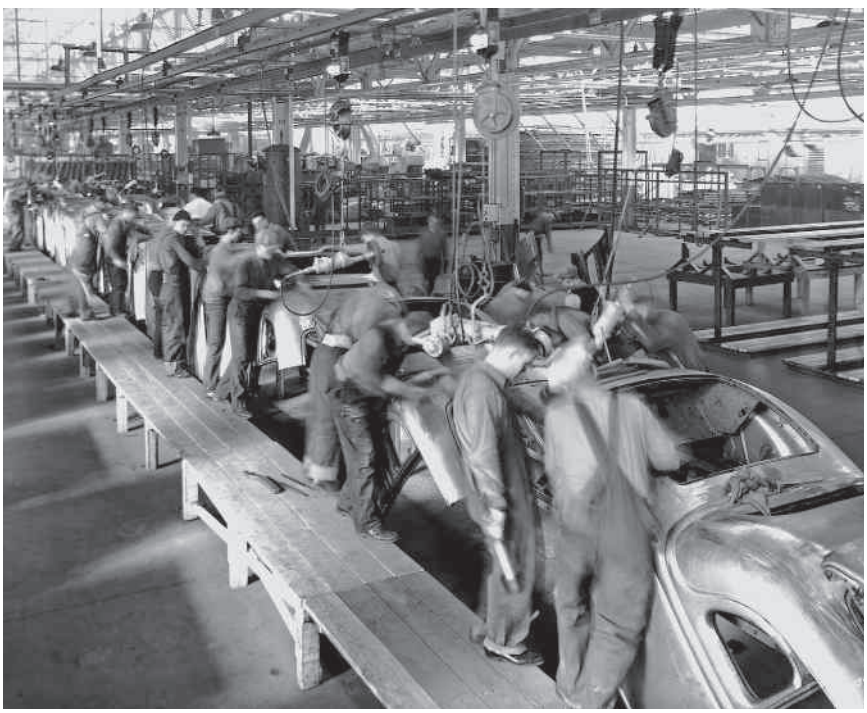
De um lado, os trabalhadores reivindicam, por meio dos sindicatos ou por outros tipos de organização, melhores salários e condições de trabalho. De outro lado, os capitalistas querem aumentar seu lucro. Existe, então, um embate entre forças sociais opostas. Toda a sociedade seria, portanto, baseada em relações contraditórias, que inspiram confrontos políticos originários da divisão social em classes.

5. SOCIOLOGIA: ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS

Vimos, no decorrer deste capítulo, que a formação da Sociologia como ciência é fruto de transformações históricas. Isso significa que as características gerais desta área do conhecimento têm relação com a maneira como a sociedade ocidental se organizou no fim do século XIX e no início do século XX. A forma da organização da vida em sociedade nesse contexto, isto é, a forma de organizar a indústria, o comércio, as relações monetárias, a política dos Estados, a cultura, a educação e o conhecimento em geral constitui a base para reflexão da Sociologia como uma ciência particular, distinta da História e da Filosofia.

Cada um dos autores que estudamos neste capítulo analisa a sociedade capitalista de sua época e enfatiza elementos que considera centrais. Nesse sentido, apesar de partirem da mesma referência empírica, que é a própria sociedade capitalista, cada um tem interpretações diferentes a respeito da estrutura social e dos elementos conjunturais da sociedade. Entretanto, é possível precisar, com base na Sociologia nascente, o que é estrutura social e o que é conjuntura social.

As sociedades, sejam elas indígenas, escravistas, africanas, orientais, socialistas ou capitalistas, têm elementos gerais que se reproduzem ao longo do tempo: as **estruturas sociais**. A estrutura social é formada por características gerais que dão particularidade à sociedade e se reproduzem ao longo do tempo. Assim, podemos entender que, se uma sociedade tem seus elementos estruturais destruídos, ela perde sua particularidade, transformando-se em outro tipo de sociedade.



Minnesota Historical Society/Corbis/Latinstock

Trabalhadores em linha de montagem de fábrica de automóveis em Minnesota, Estados Unidos, em foto de 1935.

Para ficar mais claro, vamos pensar na sociedade capitalista. Ainda que os autores citados neste capítulo pensem de maneiras diferentes, todos consideram que o trabalho é um elemento central da estrutura da sociedade capitalista. No entanto, comparando o trabalho em diferentes momentos históricos, notamos grandes diferenças. Por exemplo, hoje o computador é usado na maioria das profissões; há trinta anos, era muito pouco utilizado. A sociedade, portanto, passou de uma conjuntura a outra reproduzindo o trabalho, mas esse trabalho se transformou.

O que podemos concluir de tudo isso? Que sempre estamos imersos em conjunturas sociais. Entretanto, há elementos sociais que se reproduzem em todas as conjunturas. Podemos dizer, por exemplo, que na história do capitalismo sempre houve trabalho e trabalhadores. Isso, portanto, faz parte da estrutura social. Porém, o trabalho foi modificado muitas vezes, tanto na forma de exploração quanto na relação do trabalhador com seu trabalho.

Karen Kasmauski/Science Faction/Corbis/Latinstock

Empregados de grande multinacional japonesa trabalham em fábrica localizada em Tochigi, Japão, em foto de 1990.

Dessa maneira, por um lado, o trabalho em geral permanece, e por isso ele configura-se como elemento central da estrutura social. Por outro lado, em cada conjuntura histórica o trabalho ganha características específicas, sem perder suas características gerais. Por exemplo, a maioria dos jovens e adultos trabalha e recebe um salário por isso. No entanto, esse salário pode variar em razão de crises econômicas, da introdução de novas tecnologias, da inflação, da qualificação profissional, das greves, da divisão do trabalho, das especializações profissionais, etc.

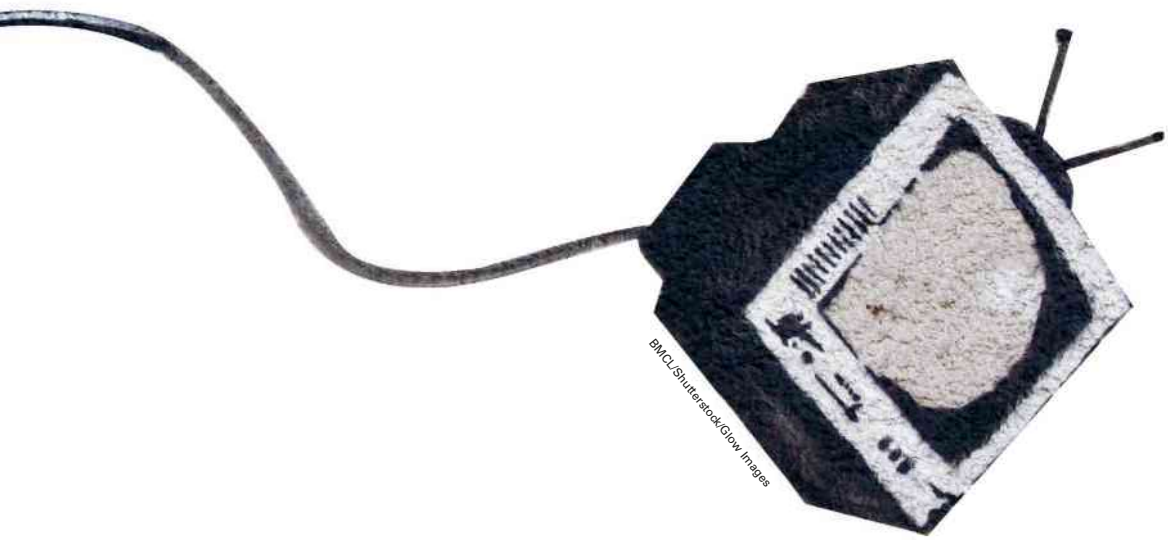
Vimos, então, que a conjuntura histórica recria os elementos estruturais da sociedade. Assim, em uma mesma conjuntura podem existir novas manifestações sociais, relacionadas a aspectos gerais, à forma de organização histórica das sociedades. Podemos afirmar, portanto, que a sociedade é fundamentalmente uma construção histórica e que a Sociologia é uma ciência que busca observar os elementos de regularidade na relação que se dá entre o que é permanente e o que é ocasional.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Vivemos em uma sociedade que se transforma a cada segundo. Novas tecnologias, novos meios de comunicação, novos tipos de trabalho, novas formas de aprendizagem, novos métodos científicos. No entanto, esta sociedade parece manter características que perduram ao longo do tempo. Nossos hábitos parecem sempre novos, mas, se pararmos para pensar, veremos que existem padrões que herdamos e que se fundamentam na história de nossa sociedade. Com base nisso, pense sobre o que é realmente novo nas suas práticas cotidianas. Em que medida o que é apresentado como novo não seria uma nova forma de apresentar algo já existente em conjunturas passadas? Verifique, por exemplo, na música e nas festas, quais os traços sociais de novidade que elas carregariam.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ A vida em sociedade tem relação com a história passada. A sociedade é, portanto, resultado da História.
- ✔ A formação da Sociologia como ciência tem relação com a história da Europa no século XIX. A Sociologia é fruto do desenvolvimento da sociedade industrial na Europa.
- ✔ Apesar de haver outros pensadores importantes, os autores clássicos da Sociologia são Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.
- ✔ A sociologia de Durkheim pode ser considerada estruturalista e funcionalista, pois, para ele, a sociedade atua sobre os indivíduos, moldando-os, e esses indivíduos desenvolvem funções profissionais cada vez mais especializadas, intensificando os laços sociais.
- ✔ A sociologia de Max Weber tem como base a compreensão da ação individual. Para ele, a objetividade da Sociologia está na ação individual, que é sempre orientada pelas ações de outros indivíduos.
- ✔ Para Karl Marx, as transformações sociais são impulsionadas pelo confronto entre classes sociais e seus interesses antagônicos.
- ✔ Para entender a sociedade, devemos sempre pensar nos elementos permanentes e nos elementos ocasionais. Que a estrutura de uma sociedade é formada por elementos centrais, que a definem como diferente de outras sociedades.
- ✔ Nas conjunturas históricas, encontramos novas formas de reproduzir os aspectos estruturais; isto é, a conjuntura reproduz os aspectos estruturais reelaborando seus conteúdos.


BMCL/Shutterstock/Glow Images

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual é a relação entre a Sociologia e o desenvolvimento da indústria no século XIX?
2. Como Émile Durkheim relacionou a divisão do trabalho e a coesão social?
3. Como Max Weber define ação social?
4. O que são os tipos ideais em Max Weber?
5. Qual é a relação entre o trabalho e as classes sociais para Karl Marx?
6. Qual é a relação entre os elementos estruturais e os elementos conjunturais ou ocasionais?

INTERAGINDO

Considere a letra de música a seguir:

A dança

Dado Villa-Lobos, Renato Russo e Marcelo Bonfá

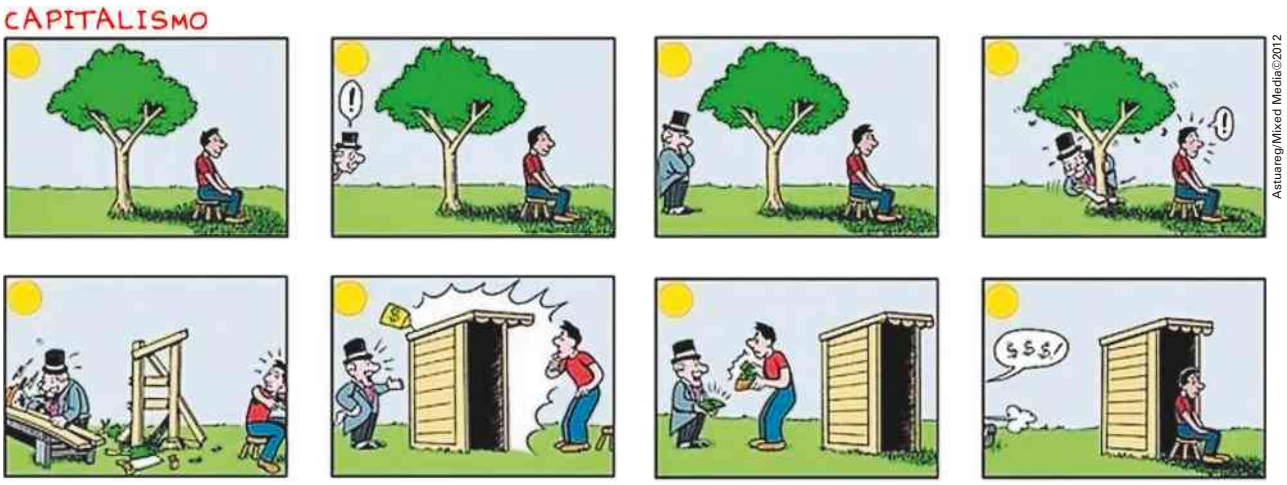
Não sei o que é direito
Só vejo preconceito
E a sua roupa nova
É só uma roupa nova
Você não tem ideias
Pra acompanhar a moda
Tratando as meninas
Como se fossem lixo
Ou então espécie rara
Só a você pertence
Ou então espécie rara
Que você não respeita
Ou então espécie rara
Que é só um objeto
Pra usar e jogar fora
Depois de ter prazer.
Você é tão moderno
Se acha tão moderno
Mas é igual a seus pais
É só questão de idade
Passando dessa fase
Tanto fez e tanto faz.
Você com as suas drogas
E as suas teorias
E a sua rebeldia
E a sua solidão
Vive com seus excessos
Mas não tem mais dinheiro
Pra comprar outra fuga
Sair de casa então
Então é outra festa
É outra sexta-feira
Que se dane o futuro
Você tem a vida inteira
Você é tão esperto
Você está tão certo
Mas você nunca dançou
Com ódio de verdade.
Você é tão esperto
Você está tão certo
Que você nunca vai errar
Mas a vida deixa marcas
Tenha cuidado
Se um dia você dançar.
Nós somos tão modernos
Só não somos sinceros
Nos escondemos mais e mais
É só questão de idade
Passando dessa fase
Tanto fez e tanto faz.

LEGIÃO URBANA, 1985. EMI Music Brasil.

- **Em que medida a leitura do capítulo contribui para a análise dessa letra?**

CONTRAPONTO

Considere os quadrinhos abaixo, de Astuareg:



Astuareg/Mixed Media©2012

- **Relacione os quadrinhos com o conteúdo do capítulo, levando em conta a interpretação dos autores clássicos da Sociologia.**

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Germinal, de Émile Zola. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nesta obra, tida como a expressão máxima do naturalismo literário, Zola procura retratar o ambiente social da classe trabalhadora e a vida política e social no século XIX. Para relatar acontecimentos verídicos, o autor trabalhou como mineiro numa mina de carvão no norte da França, onde ocorreu uma greve sangrenta que durou dois meses.

Reprodução/Ed. L&PM

Manifesto do Partido Comunista (Mangá), de Karl Marx & Friedrich Engels. Porto Alegre: L&PM, 2013.

Inspirado nas ideias de Marx e Engels, este mangá traz a história do *Manifesto do Partido Comunista* (1848), talvez o mais influente tratado político de todos os tempos, que viria influenciar profundamente a história do século XIX à atualidade.

Tardi Vautrin/Ed. Conrad

O grito do povo (Volumes 1 e 2), de Jean Vautrin e Jacques Tardi. São Paulo: Conrad, 2005.

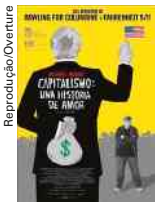
Nesta HQ, o cineasta e escritor Jean Vautrin se uniu ao quadrinista Jacques Tardi para narrar a guerra civil francesa de 1870 até seu ponto máximo, com o desenrolar da Comuna de Paris, em 1871. Esta trama policial inspirada nos trabalhos de Victor Hugo e Zola procura recriar com grande fidelidade o espírito e os personagens das ruas de Paris neste importante momento da História: operários, prostitutas, ladrões, militares insubordinados e figuras como o pintor Gustave Courbet (1819-1877) e Louise Michel (1830-1905), revolucionária anarquista e precursora do feminismo.

Reprodução/Ed. L&PM

O processo, de Franz Kafka. Porto Alegre: L&PM, 2013.

Acusado e detido, Josef K. vê sua vida transformada, pois a partir daquele momento passou a ser um suspeito aos olhos de todos. Sem saber do que o acusam, K. inicia então uma longa peregrinação pelos corredores e salas da burocracia na tentativa de descobrir o que havia acontecido. Trata-se de uma grande obra que reflete sobre a imensidão da burocracia em nossos tempos, sobre a justiça e o poder do Estado.

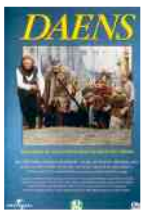
FILMES



Reprodução/Overture

Capitalismo, uma história de amor (Estados Unidos, 2009). Direção: Michael Moore.

Este documentário explora um tabu — qual o preço que os Estados Unidos pagam por seu amor ao capitalismo? Moore mostra o cotidiano de pessoas comuns cujas vidas viraram de cabeça para baixo e procura explicações em Washington e em toda parte.



Walther van den Ende/ Dérives Productions

Daens, um grito de justiça (Bélgica/França/Holanda, 1992). Direção: Stijn Coninx.

O filme se passa na segunda metade do século XIX, em Aalst, norte da Bélgica, onde os trabalhadores da indústria têxtil vivem em condições miseráveis. A saga se inicia com a chegada do padre Adolf Daens à região, que procura denunciar a exploração do trabalho infantil e as condições degradantes de vida impostas ao povo local.

Giuseppe Rotunno/Lux Film

Os companheiros (Itália, 1963). Direção: Mario Monicelli.

Ambientado em Turim, centro industrial italiano, o filme mostra a vida de centenas de operários submetidos a uma extenuante jornada de trabalho de 14 horas em uma fábrica têxtil. A história do filme se inicia quando um operário, devido à fadiga, se descuida na operação da máquina e perde uma das mãos. Seus companheiros decidem, então, falar com o patrão para diminuir a carga horária diária de trabalho.

Reprodução/Lukas EisenhauerCarl Nilsson

Surplus (Suécia, 2003). Direção: Erik Gandini.

Muito mais do que uma crítica ao consumismo, este documentário lança um olhar sobre o jeito de ser e de viver da sociedade contemporânea. Muito divulgado pela internet, o filme discute ainda a ordem estabelecida e a própria essência humana.

INTERNET (Acesso em: out. 2015.)

http://marxismo21.org

Blog que divulga a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo. Traz textos, material multimídia e *links* de publicações cuja linha editorial reivindica a teoria de Marx; também são indicados os endereços de publicações, não orientadas pela teoria marxista, mas que têm uma orientação anticapitalista e socialista. Publicações acadêmicas *on-line* de caráter crítico são também informadas.

http://univesptv.cmais.com.br/cursos

No *site* da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), é possível encontrar diversos cursos *on-line*, oferecidos em parceria com a USP, a Unicamp, a Unesp, o Centro Paula Souza e a Fundação Padre Anchieta.

www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/

Site do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), que abriga uma vasta documentação ligada à história social, política e cultural do Brasil e da América Latina. Desde 1974, com a chegada da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth (1881-1968), pensador anarquista, o AEL se insere como um importante centro de documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

CAPÍTULO 7

MUNDOS DO TRABALHO

Neste capítulo vamos discutir:

1. O trabalho em Durkheim, Weber e Marx
2. Força de trabalho e alienação
3. Taylorismo e fordismo
4. Toyotismo e neoliberalismo
5. Novas modalidades de trabalho

Tony Hisgett/Acervo do fotógrafo

***Trabalhadores do mundo, uni-vos!*, obra de Banksy exposta em museu de Bristol, Inglaterra, Reino Unido, 2009.**

Vimos no Capítulo 6 que a Sociologia pode ser entendida como um desdobramento das necessidades do século XIX, sobretudo em razão do processo de industrialização da Europa. Naquele contexto de intensa transformação das cidades, da cultura, da produção e da política, foram construídas a sociologia de Karl Marx, no século XIX, e as de Émile Durkheim e de Max Weber na virada do século XIX para o XX.

O estudo do trabalho, das questões que o envolvem e da relação do trabalho com outros aspectos da vida social é referência para os autores clássicos. Até aqui nos remetemos ao trabalho de maneira geral. Neste capítulo vamos conhecer a visão dos autores clássicos sobre o trabalho assalariado, isto é, o tipo de trabalho realizado nas sociedades capitalistas como a nossa. Também veremos como o trabalho assalariado se desenvolveu, quais são suas características centrais no mundo atual, como se organizou e se organiza o trabalho na indústria, qual o papel da gerência e como a tecnologia incrementa a produção.

1. O TRABALHO EM DURKHEIM, WEBER E MARX

Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, apesar de terem explicações e métodos de análise diferentes, elegeram o trabalho como um dos objetos científicos de seus estudos. Como Durkheim era de origem francesa e Marx e Weber, de origem alemã, eles foram influenciados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, marcos de um novo modo de vida no Ocidente.

+ PARA SABER MAIS • Revoluções burguesas

Revolução Industrial é o nome dado a um conjunto de mudanças tecnológicas que tiveram profundo impacto no processo produtivo, econômico e social. Iniciado na Inglaterra em meados do século XVIII, esse amplo processo de mudanças se propagou pelo mundo a partir do século XIX. Na primeira fase (desenvolvida entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX) foram principalmente utilizados recursos como o ferro, o carvão, o tear mecânico e a máquina a vapor. A segunda fase (entre cerca de 1860 e a segunda metade do século XX) foi caracterizada pelo emprego da energia elétrica, do aço e de produtos químicos. Já a terceira e mais recente Revolução Industrial se inicia nos anos 1960 e tem como centro a robótica e microeletrônica.

Revolução Francesa é o nome dado a um período crucial da história da França, entre 1789 e 1799, que marcou o fim do chamado Antigo Regime. Nele, a monarquia absolutista foi substituída por uma monarquia constitucional e em seguida pela Primeira República.

A opção pelo trabalho como objeto de análise demonstra a importância dessa atividade nas sociedades capitalistas, tanto na época desses autores como nos dias atuais.

Durkheim concentra sua atenção na divisão do trabalho. Como vimos no Capítulo 6, essa divisão seria responsável pelo desenvolvimento de uma sociedade diferenciada internamente. Para Durkheim, quanto mais especializado é o trabalho, mais laços de dependência se formam. Assim, quanto mais profunda for a divisão do trabalho, maior será a teia de relações de dependência entre os indivíduos (um padeiro depende de um agricultor, que depende de um ferreiro, e assim por diante). Isso levará, por consequência, a uma maior coesão social.

A divisão do trabalho, na concepção de Durkheim, é um fato social presente em todos os tipos de sociedade. Há sociedades com menor ou maior divisão do trabalho, mas em todas elas são encontradas funções diferenciadas entre os indivíduos, o que os divide em grupos funcionais distintos com condutas sociais também distintas. Nas sociedades capitalistas, o trabalho é pensado como uma atividade funcional que deve ser exercida por um grupo específico: os trabalhadores.

Durkheim entende a divisão social entre trabalhadores e empregadores como uma **divisão funcional**. Divisão entre aqueles que devem cumprir uma atividade de organização da produção e mando (os empregadores) e os que devem desenvolver uma atividade produtiva (os trabalhadores). Essa divisão, como extensão da divisão do trabalho, promove a coesão social e, por isso, deve ser preservada socialmente.

No entanto, nessa divisão há problemas que Durkheim vê como doenças sociais a serem corrigidas para que o todo social se desenvolva adequadamente. Se há excessos por parte de capitalistas ou de trabalhadores, deve-se regulamentar suas atividades a fim de alcançar o equilíbrio e garantir a integração social das partes envolvidas. Dessa maneira, o lema de Durkheim prevalece: as partes (os indivíduos) devem submeter-se de modo a garantir a permanência do todo (a sociedade). De um lado, o capitalista não se deve deixar levar pelo egoísmo do lucro exacerbado, de outro, o trabalhador não deve questionar sua funcionalidade dentro da divisão do trabalho.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O trabalho é uma atividade fundamental para todo e qualquer tipo de sociedade. Com base no trabalho garantimos nossa subsistência, construímos nossas casas, bairros e cidades, nossa vida em sociedade. Somos dependentes do trabalho para produzir nossa existência. No entanto, essa atividade tem particularidades históricas. Faça uma lista de algumas características do trabalho das pessoas próximas a você. Existem elementos comuns entre esses tipos de trabalho? Quais são eles?

Max Weber parte de uma perspectiva diferente. Segundo ele, não há algo geral e comum a todas as sociedades. Cada sociedade obedece a situações históricas exclusivas; e no capitalismo, por condições específicas, o trabalho teria se tornado uma atividade fundamental.

Em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905), Weber observa que ocorreu um encontro que deu ao capitalismo sua particularidade. Segundo Weber, não bastou o desenvolvimento do mercado, da moeda, do dinheiro, das relações de troca em geral para que o capitalismo se constituísse como uma sociedade particular. Essas condições estavam presentes em sociedades passadas, como na antiga Roma e durante a Idade Média, quando já existiam vários elementos que hoje governam as relações monetárias, comerciais e de troca.

Para Weber, tais características, típicas de uma estrutura mercantil, não são suficientes para explicar a formação do capitalismo. A especificidade do capitalismo, segundo ele, está no encontro entre o "espírito" capitalista, de obter sempre mais lucros, e uma ética religiosa fundamentada em uma vida regrada, de autocontrole, que tem na poupança uma de suas características centrais.

Nesse encontro entre o espírito capitalista e a ética protestante, que se deu em determinadas partes da Europa e também nos Estados Unidos, o trabalho ocupa lugar central. Para o praticante do protestantismo, o sucesso nos negócios é um sinal de ter sido escolhido por Deus. O trabalho árduo e disciplinado e uma vida regrada e sem excessos podem lhe trazer o êxito profissional, expressão de sua fé e salvação espiritual.

Weber observou que a formação do capitalismo teve como característica fundamental essa ação social orientada por um objetivo racional. Isto é, uma ação ascética que, quando resulta em êxito em sua vida material, garante ao indivíduo a segurança de ter sido escolhido por Deus. O encontro entre uma ética religiosa e um espírito empreendedor teria possibilitado a formação histórica do capitalismo. Entretanto, a procura da riqueza que Weber já via em sua época não seria mais guiada por padrões éticos. Ela, contrariamente, estaria agora associada tão somente a "paixões puramente mundanas". Ao longo do tempo, o encontro formador da sociedade capitalista perdeu seu sentido original e o lucro capitalista passou a dirigir as sociedades contemporâneas.

Para Karl Marx, a perspectiva sobre o trabalho é histórica, como em Weber. Entretanto, Marx destacou a diferença entre o trabalho em geral e o trabalho particularizado em suas formas históricas. O trabalho em geral é toda atividade que relaciona a humanidade à natureza, isto é, toda e qualquer atividade que envolve a transformação da natureza para suprir nossas necessidades, mas que envolve um processo teleológico: primeiro pensamos, concebemos mentalmente a atividade, e depois a realizamos. Antes de construir uma casa, eu imagino essa casa e só depois transformo o que imaginei em uma casa real. Quando transformo minha ideia de casa em uma casa objetiva, faço isso por meio do trabalho.

LÉXICO

ascético: que pratica o ascetismo, um conjunto de práticas que leva à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral por meio da disciplina e do autocontrole.

Charge do cartunista Sinfrônio, de maio de 2012.

Sinfrônio/Acervo do artista

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Tudo o que comemos, vestimos, bebemos, assistimos, consumimos, em geral é fruto do trabalho de uma ou várias pessoas. Há um conjunto de qualificações profissionais, de saberes, de culturas do trabalho que permeiam a produção de todos os produtos que consumimos todos os dias. Pense na rede de trabalhos necessários para fabricar um produto específico e descreva como o produto que chega até você passou por várias transformações e por vários trabalhadores, com diferentes tipos de tarefas.

Cada sociedade é marcada por um tipo específico de organização do trabalho, e Marx concentra sua análise nessas formas históricas de trabalho, particularmente, no trabalho assalariado. Para Marx, o trabalho assalariado é uma manifestação histórica da organização do capitalismo como sociedade. Com base na exploração do trabalho, por meio do pagamento de salários, como veremos adiante, a sociedade capitalista produz e reproduz sua existência. Ou seja, o trabalho assalariado é uma atividade central para a perpetuação das relações sociais entre capitalistas e trabalhadores e, por consequência, da exploração e dominação do trabalhador pelo capitalista.

Para Marx, a divisão em classes sociais no capitalismo constituiu-se com base na retirada, pela burguesia nascente no século XVIII, dos meios de produção (terras, ferramentas, animais, etc.) dos pequenos produtores livres. Com isso, formaram-se a burguesia (ou classe capitalista) e o proletariado (ou classe trabalhadora), classes fundamentais do capitalismo. A reprodução dessa divisão social se dá com base na exploração do trabalho assalariado que o trabalhador vende para o capitalista em troca de um salário.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Danièle Kergoat (1942-)** e **Helena Hirata (1946-)**.

À primeira vista, o trabalho assalariado pode ser considerado como atividade que é vendida pelo trabalhador em troca de um salário pago pelo capitalista. No entanto, Marx assinala que essa troca, apesar de aparentar uma igualdade, na prática se dá de forma desigual.

Do ponto de vista das leis, regras, normas sociais que foram construídas historicamente a favor da classe dominante (a burguesia), essa troca aparenta ser igualitária. Por exemplo, o capitalista tem um capital (dinheiro) e com esse capital monta um negócio. Para isso, precisa contratar certo número de trabalhadores. Aparentemente, o capitalista oferece trabalho e o trabalhador pode aceitar ou não esse trabalho. No entanto, como salientou Marx, devemos considerar a desigualdade histórica dessa relação de troca.

A constituição da classe trabalhadora como classe a obriga a vender seu trabalho. Porém, o trabalhador não poderia rejeitar o trabalho? De maneira individual sim! Mas, se pensarmos no conjunto da classe trabalhadora, não. A classe trabalhadora é forçada a vender seu trabalho porque teve seus meios de produção tomados historicamente pelos capitalistas. Se não tem como produzir sua subsistência por conta própria, a classe trabalhadora se vê forçada a vender seu trabalho em troca de um salário, caso contrário não teria como sobreviver.

Charge de Jean Galvão.

Nossa vida na sociedade capitalista depende, portanto, da exploração do trabalho assalariado. Aquilo que comemos, bebemos, vestimos, tocamos, assistimos, consumimos, em geral é fruto desse tipo de trabalho.

A divisão sexual do trabalho é um aspecto da divisão social do trabalho. Segundo a socióloga francesa **Danièle Kergoat (1942-)**, dois princípios estruturariam a divisão sexual do trabalho: o princípio de separação, que divide as atividades masculinas das femininas; e o princípio de hierarquia, que estabelece maiores rendimentos e maior prestígio social aos trabalhos considerados masculinos e menores rendimentos e menor prestígio social aos trabalhos considerados femininos. Outra importante estudiosa da divisão sexual do trabalho é a socióloga brasileira **Helena Hirata (1946-)**.

2. FORÇA DE TRABALHO E ALIENAÇÃO

A desigualdade econômica é estrutural em nossa sociedade: está presente desde o início do capitalismo, ganhando novos contornos e feições em cada conjuntura histórica. Vimos, no item 1, que essa desigualdade tem relação com os meios de produção. Na formação do capitalismo, classes sociais distintas se estruturaram e com base nelas estruturou-se também uma forma de viver e de consumir. Essa divisão estabeleceu uma separação entre aqueles que têm os meios de produção e os que não os têm.

Segundo Marx, essa relação não é apenas uma relação econômica. A divisão entre classes sociais impõe formas de vida específicas. Por exemplo, o acesso aos transportes das classes trabalhadoras não é o mesmo que o das classes capitalistas; o acesso à educação também não. Poderíamos listar muitas outras diferenças em relação à saúde, habitação, consumo, lazer, etc.

Pawel Kuczynski/Acervo do artista

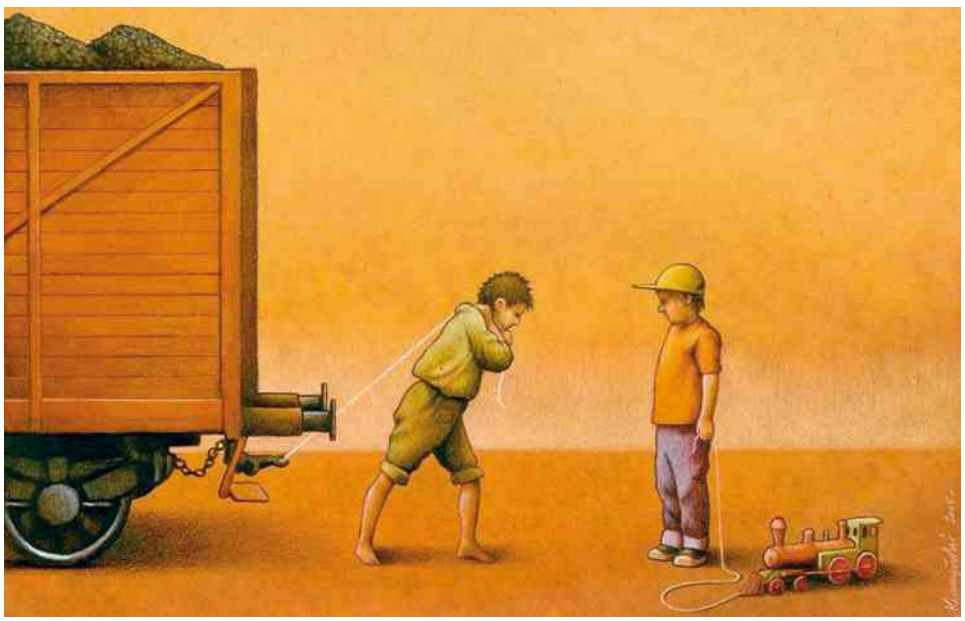


Ilustração do artista polonês Pawel Kuczynski, de 2004.

Assim, apesar das leis, regras e normas que aparentam garantir a igualdade entre as pessoas, há diferenças sociais significativas entre elas. Para Marx, essa questão é estrutural nas sociedades divididas em classes, como a sociedade capitalista. No entanto, a diferença em relação às outras sociedades que antecederam o capitalismo é que até então as diferenças entre as classes eram formais e estruturais. Já no capitalismo, parecemos iguais, formalmente todos temos os mesmos direitos e oportunidades; porém, de fato somos recortados por diferenças estruturais relacionadas à divisão entre os que têm e os que não têm como produzir sua subsistência.

Segundo Marx, a desigualdade social é fruto da divisão da sociedade em classes. Aqueles que têm os meios de produção (dinheiro, prédios, capital, ações na Bolsa de Valores, etc.) compram o trabalho daqueles que não têm esses meios.

A questão se torna ainda mais complexa quando falamos em **força de trabalho**. Quando o capitalista paga pelas atividades desenvolvidas numa empresa ou indústria em um mês, o que ele está pagando? Por exemplo, se um grupo de trabalhadores está empregado em um ramo da construção civil, e se no fim do mês todos esses trabalhadores forem pagos pelo conjunto de seus trabalhos, o capitalista não terá lucro. Isso quer dizer que o capitalista paga pela força de trabalho (a capacidade de trabalho) e não pelo produto de todo o trabalho realizado naquele período.

Quando alguém recebe seu salário mensal, acredita estar recebendo o total de seu trabalho, mas, na verdade, essa quantia representa apenas uma parcela do trabalho desenvolvido durante o mês. Marx entende que nessa relação de troca há uma aparência (salário pelo trabalho) e algo oculto (salário apenas por parte do trabalho). Essa ocultação seria uma forma de alienação.

Como vimos, o trabalhador vende sua força de trabalho, mas só recebe por uma parcela do período em que a empregou. Segundo Marx, aí existe uma dupla dimensão. A primeira dimensão é a **alienação** do trabalhador, que veremos em seguida. A segunda é a **mais-valia**, termo cunhado por esse autor para explicar essa relação de apropriação do produto do trabalho como um todo e o pagamento de apenas uma parte dele. Na economia marxista, mais-valia é a diferença entre o valor que o trabalhador produz e o seu salário. O salário equivale a apenas parte do valor produzido pelo trabalhador e o restante é a mais-valia, apropriada pelo capitalista. Por exemplo, em um mês, uma montadora produz 100 automóveis, mas não paga o valor dos 100 carros para os trabalhadores. Paga apenas uma parte desse valor: a outra parte é o lucro do capitalista.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O lucro é uma forma de rendimento que está relacionada ao trabalho. O lucro é maior à medida que se paga menos pela força de trabalho. Se o capitalista corta o salário de seus empregados, seu lucro é maior; se ele aumenta os salários, seu lucro é menor. Por isso, há um movimento constante para reduzir o valor da força de trabalho, com o objetivo de aumentar os lucros. Reflita sobre essa questão: existe a possibilidade de chegar a uma condição mais equilibrada entre trabalhadores e capitalistas? Em que medida é possível criar regras e normas para a diminuição das desigualdades sociais?

Assim, a finalidade de toda a produção de mercadorias no capitalismo não é atender a necessidades individuais ou coletivas com produtos úteis, e sim valorizar o capital. Marx afirma que a mercadoria precisa ser útil, afinal ninguém compraria algo sem utilidade, seja um eletrodoméstico, seja um programa de computador. No entanto, o que define o valor da mercadoria não é sua utilidade, mas a quantidade de trabalho contido nela.

É com base nesse raciocínio que Marx diferencia o trabalho produtivo do trabalho improdutivo. Não se trata de um juízo de valor: o que define o trabalho produtivo não é sua importância social, política ou econômica. Trabalho produtivo é aquele que produz diretamente uma nova quantidade de valor com base na exploração do trabalho. O trabalho de um médico não assalariado, por exemplo, é improdutivo, pois não produz diretamente mais-valia, ao contrário daquele exercido pelo trabalhador assalariado da montadora.

A outra dimensão desta relação é a alienação do trabalho: o trabalhador se aliena — se distancia — do produto de seu próprio trabalho, pois tudo aquilo que produziu torna-se propriedade de outra pessoa. O resultado do trabalho não pertence mais ao trabalhador, pois esse produto pertence ao capitalista, na forma de propriedade privada. Ao se alienar do produto de seu trabalho, segundo Marx, o trabalhador se aliena do seu próprio trabalho, isto é, de sua atividade vital como ser humano, alienando-se, com isso, do que o caracteriza como ser humano.

Pawel Kuczynski/Acervo do artista

Ilustração do artista Pawel Kuczynski, de 2004.

3. TAYLORISMO E FORDISMO

O conceito de mais-valia talvez seja o mais importante dentre os desenvolvidos por Marx. Com esse conceito, Marx demonstrou uma desigualdade estrutural: para produzir mercadorias, o trabalhador se submete a uma relação na qual seu trabalho é explorado de forma cada vez mais intensa.

Para entender como se dá a produção no capitalismo é necessário compreender as grandes transformações produtivas. O que podemos chamar de **reestruturação produtiva**, revolução tecnológica ou, nas palavras do pensador marxista italiano Antonio Gramsci, como uma forma de revolução passiva. Para iniciar a discussão, vamos pensar nas seguintes questões: Por que é sempre necessário desenvolver a produção da indústria? Por que a produção sempre precisa ser incrementada em termos tecnológicos e gerenciais?

Joe Clark/Arquivos Nacionais dos EUA

A indústria automobilística foi, durante o século XX, símbolo máximo da modernização. Alguns estudiosos se referem ao século XX como a civilização do automóvel. Não à toa os dois mais importantes modelos de produção industrial levam o nome de fábricas automobilísticas onde foram experienciados e pioneiramente implantados. Na imagem, vemos o pátio de uma indústria automobilística de Detroit, Estados Unidos, em 1973.

Archives Larousse/Giraudon/ Arquivo da editora. Foto de 1916.

PERFIL

ANTONIO GRAMSCI

A teoria política de Antonio Gramsci pode ser considerada uma das mais notáveis e profundas do século XX. Gramsci nasceu em Ales, na ilha mediterrânea da Sardenha, região autônoma da Itália, em 22 de janeiro de 1891. Filho de Francesco Gramsci e Giuseppina Marcias, destacou-se desde muito cedo pelo brilhantismo intelectual.

O jovem Gramsci iniciou sua prática política e intelectual escrevendo em jornais e participando do movimento socialista na Sardenha e depois em Turim. Em 1920, foi um dos criadores de *L´Ordine Nuovo*, uma revista socialista que ganhou a aceitação de milhares de leitores. Além de escrever sobre as condições de trabalho e da vida proletária na Itália, Gramsci traduziu e publicou textos de Lenin (1870-1924) e outros intelectuais comunistas.

Mesmo desfrutando de imunidade parlamentar por ser deputado eleito pelo Partido Comunista Italiano (PCI), Gramsci foi preso em 1926 pelo regime fascista de Benito Mussolini. Transferido para várias prisões, nelas permaneceu por quase dez anos. Morreu em 1937, pouco depois de ter encerrado seu período de liberdade condicional.

Ainda que sua vida na prisão tenha sido marcada por enfermidades, Gramsci escreveu, entre 1926 e 1934, suas principais obras, publicadas como *Cadernos do cárcere* (1948). Embora esses escritos tenham como tema central a análise da sociedade italiana, seus princípios de teoria política se caracterizam como gerais no contexto das sociedades capitalistas. Os conceitos de hegemonia e de revolução passiva sintetizam um pouco de sua produção intelectual, que ainda hoje é umas das mais lidas, atuais e relevantes.

Ao longo do tempo, a produção industrial teve grande desenvolvimento. À produção manufatureira dos séculos XVI e XVII, realizada com poucos recursos tecnológicos, seguiu-se no século XVIII a introdução da maquinaria, que fez aumentar vertiginosamente a produtividade. Como veremos adiante, do fim do século XIX e começo do XX, com a utilização de formas de gerência taylorista e de produção fordista, até a produção toyotista dos anos 1960 e 1970, podemos constatar uma extraordinária transformação da produção industrial.

A transformação industrial tem como objetivo central aumentar os lucros capitalistas. Para isso é necessário, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade e controlar o coletivo de trabalhadores. A introdução de tecnologias não é um processo neutro: atende aos interesses das empresas e das indústrias. A substituição de uma máquina ultrapassada por outra mais eficiente não só aumenta a produtividade (a quantidade de mercadorias produzidas) como amplia o controle sobre os trabalhadores.

Vejamos um exemplo histórico: a Primeira Revolução Industrial. Antes dela, a produção, mesmo que já sob a lógica da propriedade privada do capitalista, era em grande medida controlada pelos trabalhadores. Aqueles trabalhadores ainda conseguiam determinar o ritmo da produção, porque conservavam o saber-fazer. Com a introdução da máquina, o trabalhador perdeu o controle do ritmo da produção, que passou a ser ditado pela máquina. Ou seja, a máquina incorporou algumas técnicas de produção que pertenciam aos trabalhadores, submetendo o trabalhador coletivo a exercer tarefas mais simples.

Aumentar a produtividade pode parecer positivo, dada a grande quantidade de produtos à disposição da sociedade. Porém, não é isso que está em questão. Com a introdução da máquina, o trabalhador perde o controle sobre seu trabalho e sobre o conjunto dos trabalhos realizados. Com isso, sua capacidade política se enfraquece, pois seu trabalho pode ser facilmente substituído. Se a importância do trabalhador é enfraquecida, o mesmo acontece com seu poder de resistência política. A primeira conclusão, portanto, é que, ao introduzir máquinas ou novas tecnologias, o capitalista consegue que o trabalhador produza mais e ainda tenha seu salário reduzido, já que seu poder de resistência diminui à medida que diminui também sua importância no processo de trabalho.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Apesar de serem objetos inanimados, máquinas e tecnologias são composições sociais e sintetizam interesses específicos. Numa montadora de automóveis, a máquina é concebida para ser cada vez mais rápida. Em um caixa de supermercado, a máquina registradora é trocada para acelerar o tempo de registro dos produtos. Em geral, os aparatos eletrônicos obedecem a esse mesmo princípio, atendendo aos interesses do mercado e do lucro. Olhe ao seu redor e observe se as máquinas que você usa no dia a dia atendem ou não a esse princípio. Pense em como as máquinas são substituídas, sejam aquelas que você utiliza, sejam aquelas que estão diretamente ligadas à produção de outras mercadorias.

A substituição de trabalho vivo por trabalho morto, isto é, de trabalhadores por máquinas, é comum na produção capitalista. Como vimos, essa estratégia tem relação direta com o aumento da produtividade, com o maior controle do trabalhador e, portanto, com o aumento do lucro das empresas.

Ao longo do tempo ocorreram alguns momentos de grande transformação produtiva no capitalismo. Cada vez que ocorre diminuição dos lucros, os capitalistas tomam medidas para restaurar a lucratividade perdida. Nestas transformações, um modelo de produção é substituído por outro. No século XX, identificamos dois grandes momentos de reestruturação da produção: a implementação do modelo taylorista/fordista e a do modelo ohnista/toyotista.

O taylorismo e o fordismo datam do fim do século XIX e início do XX; o toyotismo, ou ohnismo, se desenvolveu nos anos 1960 no Japão e na década de 1970 na Europa e nos Estados Unidos, para então ganhar o mundo.

O taylorismo é um tipo de organização gerencial, o que hoje se pode chamar de método de administração do trabalho. Desenvolvido pelo engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e condensado em seu livro *Princípios de organização científica* (1911), pode ser sintetizado como um método de tempos e movimentos cujo princípio geral era retirar o controle da produção das mãos dos operários para com isso aumentar a produtividade do trabalho.

Taylor notou que os trabalhadores levavam muito tempo para executar suas tarefas. Para acelerar a produção, desenvolveu um processo de classificação e sistematização, dividindo o trabalho de um artesão em várias etapas simples, que podiam ser desempenhadas por operários recém-qualificados. Assim, aumentou a produtividade do trabalho e conseguiu controlar os trabalhadores.

SPL/Getty Images

Mulheres trabalham em fábrica de Doncaster, Inglaterra, em torno de 1916, costurando tecidos para cortinas e assentos de vagões de passageiros da Great Northern Railway, ferrovia britânica estabelecida em 1846.

Com essa divisão do trabalho em tarefas muito simples e extremamente repetitivas, o trabalhador podia ser substituído a qualquer momento. Isso enfraqueceu politicamente a classe trabalhadora, diminuindo também a média salarial. Taylor também introduziu um controle rígido de tempo de trabalho fiscalizado por capatazes. Os operários deveriam fazer seu trabalho em um tempo cronometrado, sob a vigilância de supervisores. Taylor desenvolveu técnicas de manuseio dos produtos a fim de otimizar o tempo e estabeleceu salários por peça. Sem introduzir uma só máquina, o sistema atingiu o objetivo central do capitalismo: fazer crescer os lucros ao aumentar a produtividade com base no controle dos operários e na diminuição dos salários pagos.

O taylorismo e o fordismo foram introduzidos praticamente ao mesmo tempo nas fábricas de automóveis dos Estados Unidos e depois na Europa ocidental. O industrial estadunidense Henry Ford (1863-1947) se utilizou de todas as técnicas gerenciais introduzidas por Taylor e a elas somou outras. Introduziu a esteira mecânica, que passava diante dos trabalhadores, poupando o tempo de transporte de peças. Estabeleceu também uma produção intensa, oferecendo elevação de salários em caso de superação das metas, incitando a concorrência entre os operários e estabelecendo regras de comportamento fora da fábrica. Ford controlava o consumo de bebidas alcoólicas, incentivava a poupança e estimulava um modelo de vida que se baseava no consumo de produtos vindos das indústrias de automóveis e de eletrodomésticos: o *american way of life*, isto é, um estilo de vida característico dos Estados Unidos, e estimulado por esse tipo de produção de mercadorias.

Anúncio publicado em revista feminina norte-americana em torno de 1948 com os dizeres: HÁ MAIS *FRIGIDAIRES* EM LARES AMERICANOS DO QUE QUALQUER OUTRO REFRIGERADOR.

Reprodução/Arquivo da editora

American Heritage Archives, Gaithersburgh, Maryland, EUA.

Em outubro de 1913, a primeira esteira mecânica do mundo entrou em operação em uma fábrica na cidade de Highland Park, estado de Michigan, nos Estados Unidos.

ASSIM FALOU... GRAMSCI

> Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a 'moralidade' dos operários são necessidades do método de trabalho. [...] Taylor exprime com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em um grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.
>
> GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (Americanismo e Fordismo). In: ___. *Cadernos do cárcere*, vol. 4 (Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 266.

Juntos, o taylorismo e o fordismo caracterizam uma forma de reestruturação produtiva, que teve como objetivo central restaurar os lucros capitalistas. Tal reestruturação não se restringiu ao chão de fábrica: a introdução de técnicas gerenciais de controle dos trabalhadores (taylorismo), somada à tecnologia (esteira mecânica), à elevação dos salários por metas produtivas e a certas formas de conduta social fora das fábricas, constituiu um modo de vida intrinsecamente vinculado à produção em larga escala e, por consequência, ao consumo em massa. Muitos cientistas sociais procuraram entender as consequências sociais das reestruturações produtivas, na medida em que as compreendem não somente como um processo de transformação tecnológico, mas também como um processo de reorganização político e ideológico das classes trabalhadoras.

4. TOYOTISMO E NEOLIBERALISMO

As reestruturações produtivas podem ser consideradas, apesar de separadas no tempo, elementos estruturais das sociedades capitalistas. É sempre necessário incrementar a produção para aumentar os lucros, e esse incremento se caracteriza como uma grande transformação tecnológica, política, cultural e social. Na maioria das vezes, as reestruturações produtivas vêm remediar as crises econômicas. Falar em crise significa dizer que houve perda de lucratividade. Nesse sentido, as reestruturações produtivas têm papel fundamental na reprodução das sociedades capitalistas, pois procuram restaurar o crescimento das taxas de lucro.

Vimos que no início do século XX o taylor-fordismo caracterizou-se como a forma de organização das indústrias e empresas, sobretudo as de automóveis, eletrodomésticos ou de produtos duráveis e não duráveis. Esse tipo de organização tinha como elementos centrais a produção em massa e o consumo em massa. O trabalho era repetitivo, de alta intensidade, com compensações salariais (salários por peça ou por produtividade) e dentro de uma cadeia produtiva marcada por um rígido controle. Esse tipo de produção vingou por quase todo o globo até meados dos anos 1970. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, gradativamente cedeu espaço, com variações históricas de país para país, a uma nova forma de organização da produção: o toyotismo.

Antes de estudar o toyotismo, é importante lembrar por que essa substituição tecnológica foi necessária. No período principal do taylor-fordismo (aproximadamente do início do século XX até meados da década de 1970), formou-se um tipo de Estado que dava suporte a esse tipo de organização das indústrias. Com o crescimento vertiginoso da produção, surgiram novas associações trabalhistas e empresariais, novos sindicatos, novos padrões de consumo e de comportamento. Tornou-se necessário um certo tipo de Estado para regular essas novas relações sociais.

Esse tipo de Estado, conhecido como de Bem-Estar Social, por causa das conquistas políticas e sociais da classe trabalhadora, estabeleceu leis trabalhistas, de regulamentação da jornada de trabalho, com regras gerais que em alguma medida protegiam os trabalhadores. No entanto, essa mesma classe se sujeitava à intensidade da produção taylor-fordista, muito rígida e disciplinada, para atingir altos índices de produtividade. Por volta do final dos anos 1960, as taxas de lucratividade começaram a cair e a classe capitalista impôs a necessidade de restaurar as taxas de lucro perdidas.

Hana Kalvachova/Isifa/Getty Images

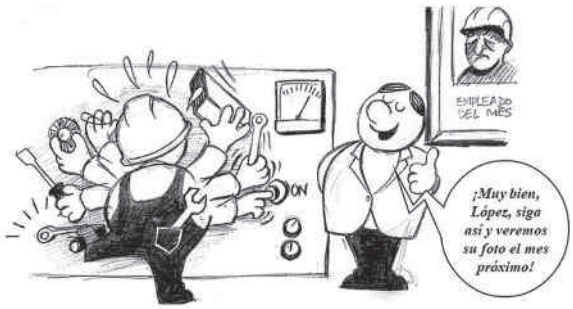
Linha de produção operada por robôs em montadora da cidade de Kolin, na República Tcheca, em foto de 2008. A empresa, uma *joint-venture* nipo-francesa, produz 1050 carros por dia; um novo carro sai da fábrica a cada 56 segundos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Em todos os momentos da história das sociedades capitalistas formam-se tipos de Estado e de governo com leis, constituições, projetos e linhas políticas particulares. Todos têm como característica central a manutenção das relações sociais capitalistas, isto é, a manutenção da sociedade como tal. No entanto, cada tipo de Estado e governo tem características que convergem para um certo momento, procurando atender os interesses das classes dominantes e, em certa medida, as reivindicações das classes dominadas naquele contexto. Procure pensar de que modo as notícias que você lê em jornais e revistas expressam essa relação entre o governo e os interesses da sociedade. Por exemplo, quando lemos sobre a competição da indústria brasileira com produtos feitos na China e a consequente necessidade de proteger a indústria nacional, podemos perceber a relação entre o Estado e o tipo de organização do capitalismo no Brasil. Ou quando o governo dá incentivos fiscais, como a redução da taxa de energia elétrica, para determinadas empresas, ou ainda quando determinados direitos trabalhistas são criados ou cortados também podemos ver a intervenção direta do Estado em questões que nos afetam social, política e economicamente.

Nesse contexto, uma forma de organização da produção introduzida nos anos 1960 por Taiichi Ohno (1912-1990), engenheiro de produção da Toyota no Japão, começou a ser implantada nas fábricas de automóveis dos Estados Unidos e da Europa ocidental e, posteriormente, na maior parte do mundo. O modelo implantado no Japão tem seis características básicas:

a) produção por demanda, com estoques mínimos;
b) flexibilização da produção, a fim de torná-la variada, ao contrário do fordismo, que produzia em série o mesmo tipo de produto;
c) automação das máquinas, isto é, máquinas que desempenham várias funções e funcionam com menor grau de intervenção do trabalhador;
d) sistema *just-in-time* (no tempo certo), no qual a matéria-prima, peça ou acessório chega ao local de produção apenas no momento em que será utilizada, evitando o acúmulo de produtos no estoque;
e) sistema *kanban*, em que se pode acompanhar a necessidade de reposição do produto no estoque por meio de etiquetas;
f) os CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), grupos de trabalhadores que supervisionam a qualidade dos produtos, completando um processo de responsabilização em relação a cada etapa de produção, que deve atingir uma qualidade preestabelecida.



Doblespacio/CEFS

Diferentemente do trabalhador fordista, que executava apenas uma tarefa simplificada, o trabalhador polivalente executa várias tarefas ao mesmo tempo. Nessa charge, no canto superior, à direita, sob a "foto" emoldurada, lê-se: EMPREGADO DO MÊS. No balão: "Muito bem, López, continue assim e veremos sua foto no próximo mês!". Charge publicada em 2001 pelos *Cuadernos de Formación Sindical*, da Argentina.

Essencialmente, o que muda do taylor-fordismo para o toyotismo é a automação da produção. A substituição de antigas máquinas por robôs e máquinas sofisticadas poupa tempo de trabalho e permite dispensar parte do contingente de trabalhadores. Com isso, os empresários poupam custos produtivos, o que eleva as taxas de lucratividade e desmobiliza as organizações de defesa dos trabalhadores, como os sindicatos e partidos operários. As consequências disso, para a classe trabalhadora, são o crescimento abrupto do desemprego, a diminuição do valor dos salários, a desmobilização política e a queda de seu poder de compra.

O toyotismo concebe também um novo tipo de trabalhador. O trabalhador das indústrias taylor-fordistas, o operário que produzia em massa (o operário-massa) foi substituído por um trabalhador polivalente. As novas máquinas ou robôs, com funções muito mais avançadas, exigem novas qualificações para serem operados. Enquanto o operário taylor-fordista operava uma só máquina, em uma rotina de tarefas simplificadas, o operário polivalente opera várias máquinas. E mais: acumula as funções dos operários que foram dispensados, ficando sobrecarregado, e ainda passa a ser responsável pela qualidade dos produtos, na medida em que gerencia sua própria atividade.

LÉXICO

polivalente: neste contexto, um trabalhador versátil, eficaz e que cumpre várias tarefas produtivas diferentes.

Angeli/Acervo do artista

Charge de Angeli publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em 27 de agosto de 2006.

A implantação do toyotismo foi diferenciada em todo o mundo e dependeu das particularidades de cada sociedade. Mas, acima de tudo, essa forma de reestruturar a produção cumpriu seu papel histórico de reproduzir as classes sociais e a desigualdade social entre elas. Seu desenvolvimento pleno serviu-se de políticas macroeconômicas implantadas pelo Estado. Assim, em paralelo a essa grande transformação na produção e procurando regulamentá-la, o chamado Estado neoliberal substituiu o Estado de Bem-Estar Social da época taylor-fordista. As características centrais do Estado neoliberal (neoliberalismo) são:

a) governo mínimo, com cortes no número de servidores públicos;
b) privatizações de estatais e transferência das questões econômicas para o mercado;
c) flexibilização das leis trabalhistas, permitindo a intensificação da exploração do trabalho;
d) livre circulação de capitais internacionais, o que pressupõe a abertura dos países periféricos às multinacionais e incentivos à política de baixos impostos.

O Estado neoliberal, que se estruturou a partir do final dos anos 1970 na Inglaterra, com Margareth Thatcher (1925-2013), e no início dos anos 1980, nos Estados Unidos, com Ronald Reagan (1911-2004), foi fundamental para o desenvolvimento da reestruturação produtiva toyotista no mundo. A promoção de políticas que desregulamentavam as leis de proteção do trabalhador foi extremamente importante para que esse tipo de produção vingasse. Assim, com a crise das formas de produção taylor-fordistas e do Estado de Bem-Estar Social, foi implantada uma nova ordem internacional baseada na relação da produção toyotista (ou flexível) com o Estado neoliberal.

+ PARA SABER MAIS • Terceirização

Nos últimos 40 anos, a terceirização vem sendo utilizada com o objetivo de reduzir os custos com o trabalho, de modo a ampliar as margens de lucro das empresas capitalistas. Aparentemente, trata-se de um processo no qual uma empresa transfere parte de sua produção para outra empresa (chamada terceira), livrando-se de atividades em que não é especializada para investir nos setores que considera dominar mais. As empresas apresentam a terceirização como uma forma positiva de organização da produção e do trabalho, sobretudo porque leva à especialização das atividades produtivas e reduz os custos da empresa contratante com salários e direitos trabalhistas.

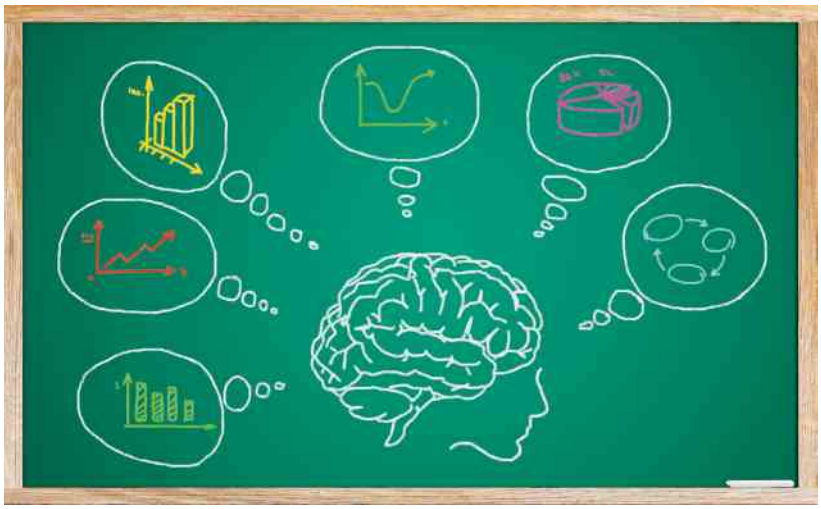
No entanto, do ponto de vista do trabalhador, pode-se fazer outra leitura. Quando uma empresa terceiriza parte de sua produção, ela deixa de ser responsável pelo pagamento dos salários e direitos trabalhistas dos trabalhadores terceirizados, mas ainda controla a produção e a gestão da empresa contratada, de forma direta ou indireta. Ou seja, apesar de os trabalhadores produzirem em outro lugar e sob outras condições de trabalho e contrato, quem define os padrões e características do produto é a empresa contratante. Além disso, ela também pode determinar o valor dos produtos ou serviços das empresas terceirizadas, na medida em que eles se destinam, na maioria das vezes, apenas à empresa contratante.

Na prática, a terceirização livra a empresa contratante de conflitos trabalhistas e resulta na diminuição de direitos trabalhistas, na redução de salários e, muitas vezes, na piora das condições de trabalho.

No Brasil, a terceirização foi legalmente permitida em 1993, desde que a empresa contratada não realizasse uma "atividade-fim" — ou seja, uma indústria automobilística poderia terceirizar os serviços de limpeza e segurança de suas fábricas e a produção de peças utilizadas nos veículos, mas não etapas da produção dos veículos.

5. NOVAS MODALIDADES DE TRABALHO

Com o desenvolvimento da produção toyotista, caracterizada pela automação produtiva, muitos trabalhadores foram dispensados. Apesar disso, a produtividade aumentou muito, restaurando os lucros. Esse aumento da produção foi acompanhado por um crescimento do setor de serviços. Grandes empresas de comida (*fast-food*), de saúde (convênios médicos), de comunicação (telefonia, internet e televisão), entre outras, dimensionaram o mercado por conta do enxugamento do Estado e das políticas neoliberais.



Samarttiw/Shutterstock/Glow Images

Na política neoliberal, o Estado procura transferir para o mercado setores que antes eram considerados estratégicos. Por exemplo, a telefonia no Brasil esteve até os anos 1990 nas mãos do Estado. Porém, com base em uma política de cortes nos gastos públicos, foi concedida às empresas atuantes no mercado a possibilidade de explorar a telefonia. Do ponto de vista do Estado neoliberal, trata-se de cortar os gastos, criando novas frentes de crescimento econômico ao transferir a administração desse tipo de atividade produtiva.

O setor de serviços, assim, expandiu-se juntamente com as indústrias de bens duráveis. Tanto nas indústrias como nos serviços foram requisitadas novas qualificações profissionais. Por exemplo, operar uma máquina ultrassofisticada em uma montadora de automóveis exige alta qualificação profissional. Para desenvolver novos *softwares* (programas de computador), as empresas precisam de profissionais qualificados nessa função; um operador de *telemarketing* precisa ter certo grau de instrução técnica. Portanto, novos tipos de qualificação passaram a ser demandados pelas empresas criadas ou em expansão.

Athos Boncompagni Illustratore/Shutterstock/Glow Images

Entre esses novos tipos de trabalho, um deles, que tem como fundamento as qualificações intelectuais, ficou conhecido como imaterial. Por que imaterial? Porque o trabalho feito tradicionalmente nas indústrias era considerado material, isto é, todo tipo de trabalho que tem objetos físicos, que conseguimos tocar ou pegar, como matéria-prima e que os produz. Já o trabalho imaterial é todo aquele que tem como matéria-prima elementos intangíveis (que não se podem tocar, não físicos) e que os produz.

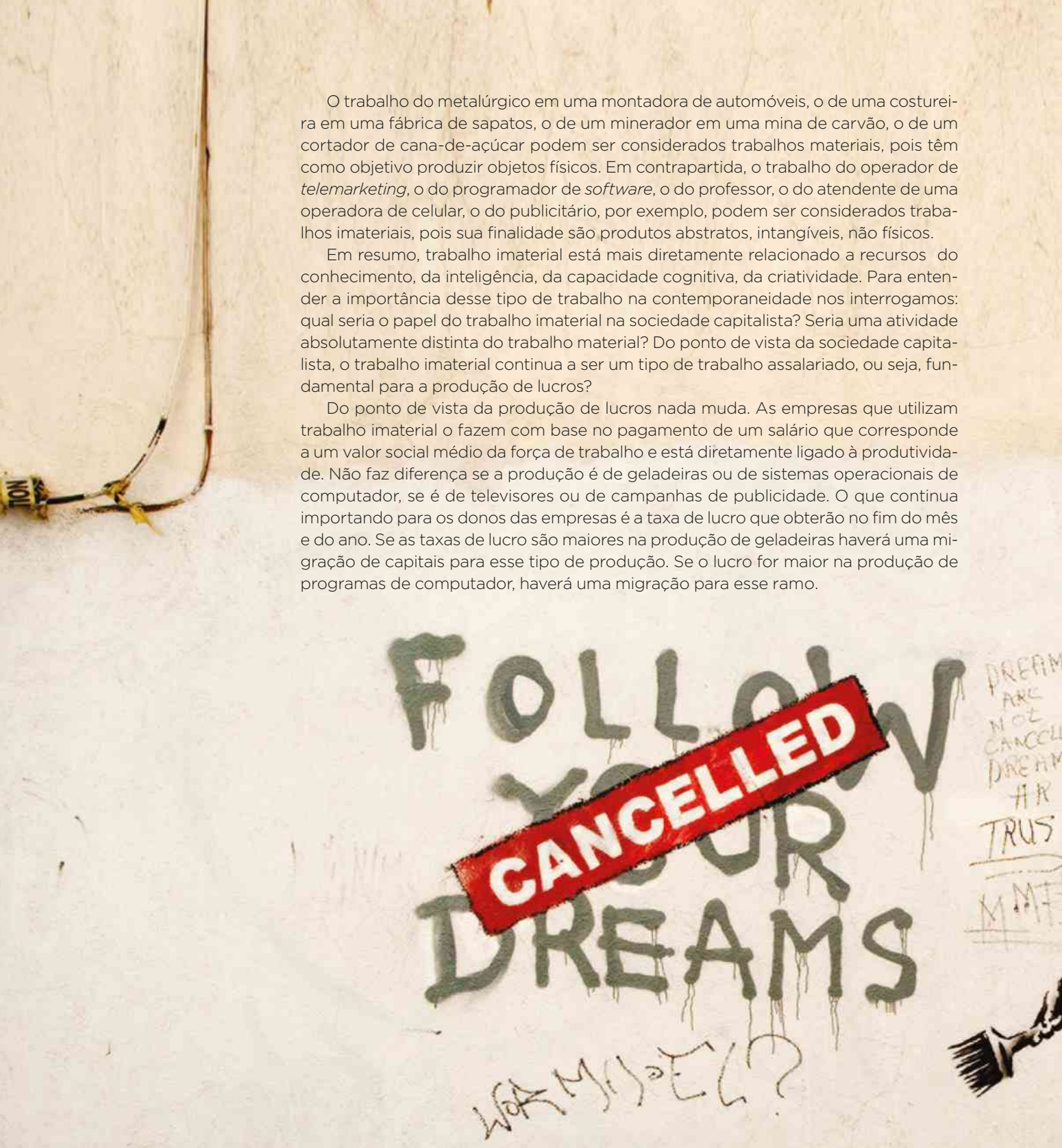
VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Vários tipos de trabalho se destacam por não ter como objetivo a produção de objetos físicos. O trabalho do ferreiro é diferente do trabalho do programador de computador. O primeiro usa o ferro, máquinas e ferramentas para confeccionar produtos em uma indústria de panelas, por exemplo. Já o segundo se utiliza de recursos intelectuais para programar um computador ou para criar um novo programa, que não são objetos palpáveis. Ou seja, o resultado direto de seu trabalho não é físico. Na prática, o produto de seu trabalho é fruto de aprendizado, de estudos, de formação profissional. No entanto, tanto os trabalhos materiais quanto os imateriais têm o mesmo objetivo geral: a geração de lucros. Procure refletir sobre isso e descreva alguns tipos de trabalho distinguindo os de tipo material dos de tipo imaterial. Veja, por exemplo, as condições de trabalho de trabalhadores materiais e imateriais e estabeleça diferenças entre eles.

O trabalho do metalúrgico em uma montadora de automóveis, o de uma costureira em uma fábrica de sapatos, o de um minerador em uma mina de carvão, o de um cortador de cana-de-açúcar podem ser considerados trabalhos materiais, pois têm como objetivo produzir objetos físicos. Em contrapartida, o trabalho do operador de *telemarketing*, o do programador de *software*, o do professor, o do atendente de uma operadora de celular, o do publicitário, por exemplo, podem ser considerados trabalhos imateriais, pois sua finalidade são produtos abstratos, intangíveis, não físicos.

Em resumo, trabalho imaterial está mais diretamente relacionado a recursos do conhecimento, da inteligência, da capacidade cognitiva, da criatividade. Para entender a importância desse tipo de trabalho na contemporaneidade nos interrogamos: qual seria o papel do trabalho imaterial na sociedade capitalista? Seria uma atividade absolutamente distinta do trabalho material? Do ponto de vista da sociedade capitalista, o trabalho imaterial continua a ser um tipo de trabalho assalariado, ou seja, fundamental para a produção de lucros?

Do ponto de vista da produção de lucros nada muda. As empresas que utilizam trabalho imaterial o fazem com base no pagamento de um salário que corresponde a um valor social médio da força de trabalho e está diretamente ligado à produtividade. Não faz diferença se a produção é de geladeiras ou de sistemas operacionais de computador, se é de televisores ou de campanhas de publicidade. O que continua importando para os donos das empresas é a taxa de lucro que obterão no fim do mês e do ano. Se as taxas de lucro são maiores na produção de geladeiras haverá uma migração de capitais para esse tipo de produção. Se o lucro for maior na produção de programas de computador, haverá uma migração para esse ramo.



A avaliação de rendimentos é sempre algo estratégico para os capitalistas. As empresas de telefonia no Brasil são expressão de indústrias que se utilizam basicamente de trabalhos considerados imateriais. Elas continuam investindo nesse ramo porque o consideram extremamente lucrativo. A utilização do conhecimento como matéria-prima e produto é, assim, uma forma de reprodução social das formas de exploração do trabalho. Com ela, repõem-se as desigualdades sociais, as hierarquias produtivas e a divisão em classes sociais opostas.

Portanto, as formas intelectualizadas de trabalho obedecem, de modo geral, aos mesmos princípios dos trabalhos tipicamente manuais. São também formas específicas de trabalho assalariado. Mesmo que tenham características distintas em relação ao seu conteúdo e às qualificações profissionais requisitadas, são submetidas à lógica de reprodução das relações sociais capitalistas e, portanto, à exploração do trabalho.

Tom Thai/Acervo do fotógrafo

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ Há diferenças entre os clássicos na abordagem do trabalho na sociedade capitalista: Durkheim vê o trabalho como uma atividade que proporciona a integração social; Weber o relaciona a uma prática social marcada pelo encontro do protestantismo com o "espírito" capitalista; para Marx, o trabalho assalariado é uma atividade típica do capitalismo, e sua exploração permite que essa sociedade se reproduza socialmente.
- ✔ O trabalhador não vende seu trabalho, vende sua força de trabalho.
- ✔ A compra e venda da força de trabalho aparenta ser uma relação entre iguais, mas na prática é uma desigualdade imposta pela relação entre classes sociais. A desigualdade é algo intrínseco ao capitalismo.
- ✔ O salário do trabalhador é referente a apenas uma parte do que ele produz e não à totalidade de sua produção.
- ✔ O trabalhador se aliena do produto de seu trabalho porque o capitalista se apropria desse produto, como uma propriedade privada.
- ✔ O taylorismo, o fordismo e o toyotismo são transformações não apenas tecnológicas, mas também políticas, ideológicas e sociais que procuram restaurar as formas de exploração e de dominação das classes trabalhadoras.
- ✔ Essas reestruturações objetivam restaurar o crescimento dos lucros capitalistas e, para tal, aprofundam as formas de controle do trabalho e de aceleração da produção.
- ✔ A produção em massa e o consumo em massa no período taylor-fordista estão vinculados à construção de um modo de vida, de uma forma social sintetizada no *american way of life*.
- ✔ O toyotismo incorporou novas tecnologias e novas formas de gerência com o objetivo de restaurar os lucros capitalistas.
- ✔ Uma das características do neoliberalismo é desregulamentar as leis de proteção ao trabalho para, com isso, diminuir os custos produtivos.
- ✔ O trabalho imaterial (que tem como elementos centrais o conhecimento e a informação) é uma forma de trabalho assalariado que continua a reproduzir a divisão em classes.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Como os clássicos da Sociologia entendem o trabalho?
2. Qual é a diferença entre trabalho e força de trabalho? Como a exploração do trabalho gera alienação no trabalhador coletivo?
3. As reestruturações produtivas são necessárias para o desenvolvimento do capitalismo. Explique isso com base no taylorismo e no fordismo.
4. Quais as diferenças centrais entre o taylor-fordismo e o toyotismo?
5. O que é trabalho imaterial e como ele se diferencia do trabalho material?

INTERAGINDO

Considere a letra da canção a seguir.

Capitão de indústria

Marcos e Paulo Sérgio Valle

Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além da fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Ah, eu acordo pra trabalhar
Eu durmo pra trabalhar
Eu corro pra trabalhar
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
Eu não vejo além da fumaça
Que passa e polui o ar
Eu nada sei
Eu não vejo além disso tudo
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Eu acordo pra trabalhar
Eu durmo pra trabalhar
Eu corro pra trabalhar
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além da fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Ah, eu acordo pra trabalhar
Eu durmo pra trabalhar
Eu corro pra trabalhar.

Reprodução/EMI

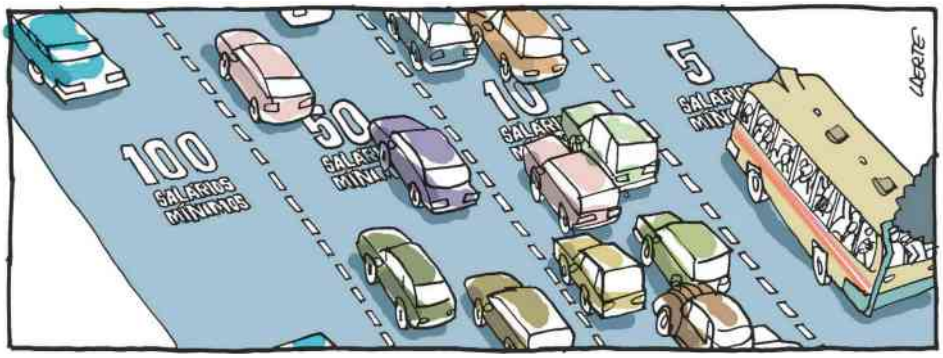
Capa do disco *9 Luas*.

OS PARALAMAS DO SUCESSO.
9 Luas, 1996. EMI.

- **De que modo a leitura do capítulo contribui para a análise dessa letra?**

CONTRAPONTO

1. Observe a charge de Laerte, publicada em 2004:



Laerte/Acervo do artista

- A charge trata de diferenças entre os trabalhadores, que discutimos neste capítulo. Escreva um pequeno texto sobre essa diferença.

2. A forma de trabalho em nossas sociedades é uma construção histórica. Com base no que estudamos neste capítulo, responda à questão da tirinha abaixo.

Peanuts, de Charles Schulz, de 1991.

3. Leia o poema do escritor Ferreira Gullar e responda à questão proposta:

O açúcar

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro
e afável ao paladar
como beijo de moça, água
na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
não foi feito por mim.

Este açúcar veio
da mercearia da esquina e tampouco o fez o [Oliveira,
dono da mercearia.

Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana
e veio dos canaviais extensos
que não nascem por acaso
no regaço do vale.

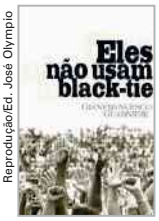
Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.

Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

GULLAR, Ferreira. *Dentro da noite veloz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- Em que medida o poema ilustra as discussões deste capítulo? Tente aproximar algumas passagens do poema com os temas e as questões que foram estudados.

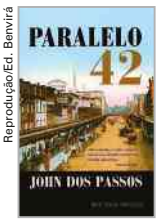
SUGESTÕES DE LEITURA



Reprodução/Ed. José Olympio

Eles não usam *black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

Uma das peças teatrais mais marcantes da história do teatro brasileiro, foi escrita em 1958. Seu tema central é a greve e a vida operária que já tomava corpo no Brasil e transformava o cotidiano dos centros urbanos. Abordando preocupações e reflexões universais do ser humano, a peça consegue ir muito além do retrato do fordismo e da classe trabalhadora no Brasil.



Reprodução/Ed. Benvirá

Paralelo 42, de John dos Passos. São Paulo: Benvirá, 2012.

Primeiro livro da trilogia *USA*, também composta de *1919* e *O grande capital*, o livro se desenrola nas primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos, com a chegada de colonos na América.

FILMES

Gregg Toland/RKO Radio Pictures

Cidadão Kane (Estados Unidos, 1941). Direção: Orson Welles.

Um dos maiores clássicos de Hollywood, este filme conta a história de um poderoso empresário, Kane, através de uma pesquisa de um jornalista que irá conhecer a figura misteriosa por trás de todo seu poder. O filme acaba por retratar de maneira crítica a sociedade capitalista, o empresariado e as ideologias que se desenvolvem no período fordista.

Reprodução/Pierre Carles

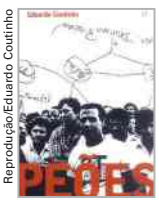
***La sociologie est un sport de combat* [A Sociologia é um esporte de combate]** (França, 2001). Direção: Pierre Carles. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=41W3RapeK5Q>, áudio em francês com legendas em português.

Ao acompanhar o importante sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) em algumas ações, tal como entrevistas e assembleias, este documentário pretende demonstrar como o conhecimento sociológico dialoga e interfere no cotidiano.

20th Century Fox/Everett/Grupo Keystone

Norma Rae (Estados Unidos, 1979). Direção: Martin Ritt.

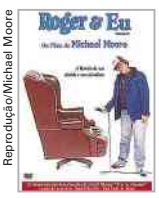
Inspirado na história real de Crystal Lee Sutton, operária que liderou uma campanha contra as condições de trabalho na indústria têxtil dos Estados Unidos. Além disso, o filme aborda a importância e as dificuldades da organização dos trabalhadores e, sobretudo, as questões de gênero e sexismo que a personagem Norma Rae tem de enfrentar.



Reprodução/Eduardo Coutinho

Peões (Brasil, 2004). Direção: Eduardo Coutinho.

Neste documentário, o diretor narra a história de alguns metalúrgicos que participaram das greves no ABC paulista em 1978 e 1979. Os peões (metalúrgicos das montadoras) relatam suas experiências naquele momento de suas vidas



Reprodução/Michael Moore

Roger e eu (Estados Unidos, 1989). Direção: Michael Moore.

Neste documentário, Moore descreve a realidade da cidade de Flint, no interior de Michigan. Uma fábrica automobilística é deslocada de lá para o México e a vida de toda a cidade começa a desabar por conta dessa transferência.

Alfredo F. Mayo/Mediapro

Segunda-feira ao sol (Espanha, 2002). Direção: Fernando Leon De Aranoa.

Com o fechamento dos estaleiros de uma pequena cidade espanhola diversos trabalhadores ficam desempregados e veem suas vidas se transformarem. O filme mostra um grupo de amigos que passa a enfrentar este que é um dos maiores dramas de nossa sociedade. O enredo se baseia em uma situação real, decorrente da adoção de políticas neoliberais.

Reprodução/
CC Film Corp./Continental

Tempos modernos (Estados Unidos, 1936). Direção: Charles Chaplin.

De forma irônica e bem-humorada, Chaplin descreve como o trabalhador, com a implementação do modelo de produção fordista, passou a ser uma peça da engrenagem produtiva.

INTERNET (Acesso em: out. 2015.)

http://revistacult.uol.com.br/home/

http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/cultura-para-todos/

A edição 141 da revista *Cult* apresenta na seção *Dossiê* uma série de artigos que discutem, entre outros temas, a influência de Marx e Maquiavel na concepção política de Gramsci; a noção de cultura desse autor; o projeto gramsciano para a educação; a recepção das ideias do autor italiano no Brasil.

http://portal.mte.gov.br/rais/

www.rais.gov.br/sitio/index.jsf

Endereço eletrônico da Relação Anual de Informações (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego. A Rais é um instrumento de coleta de dados criado pelo governo brasileiro em 1975 com a finalidade de controlar as atividades trabalhistas de empresas de todo país. Trata-se de uma das principais fontes de informação sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. Ali é possível realizar o registro do FGTS e dos sistemas de arrecadação e concessão de benefícios previdenciários, além de obter informações sobre a situação do emprego formal no país, sobre demissões e empregos criados, e sobre setores que contrataram mais e também quais novas atividades foram criadas.

https://caged.maisemprego.mte.gov.br/

https://granulito.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) é um registro administrativo do governo federal com o objetivo de acompanhar o processo de admissão e demissão dos empregados regidos pelo regime CLT e dar assistência aos desempregados.

CAPÍTULO 8

CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Jim Dyson/Getty Images

Grafite de Banksy na parede de um prédio desocupado no bairro de Mayfair, em Londres, Inglaterra, em dezembro de 2011.

Neste capítulo vamos discutir:

1. A divisão da sociedade em Durkheim: grupos profissionais ou funcionais
2. A estratificação social em Weber: classe, estamento e partido
3. As classes sociais em Marx: contradição e dialética
4. As classes e os estratos sociais no século XX
5. A dinâmica das classes médias: ocupação profissional e renda

O valor dos salários, o tipo de trabalho, os posicionamentos políticos e ideológicos, o fato de sermos ou não proprietários dos meios para produzir nossa subsistência, ou mesmo se vamos ao cinema ou lemos livros com frequência, se gostamos de ópera ou quantos televisores temos em casa, se nossa casa é própria ou alugada: todas essas questões, assim como muitas outras, podem ser utilizadas como referência para definir a que classe, estrato ou grupo social pertencemos.

Quando vemos na tevê que o governo criou uma política de assistência social, quando ouvimos dizer que a renda de determinados indivíduos subiu ou lemos no jornal que a classe média aumentou em escala nacional nos últimos anos, estamos, mesmo sem perceber, nos informando sobre questões relacionadas à teoria das classes e à teoria da estratificação social.

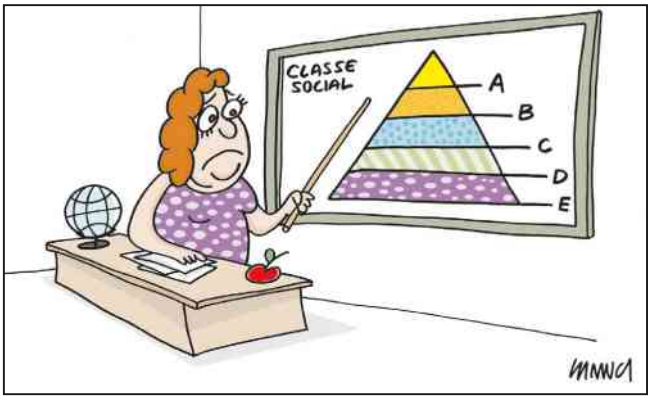
Neste capítulo, detalhando o que foi discutido no Capítulo 6, veremos como Durkheim, Weber e Marx qualificaram a divisão social em geral e, particularmente, no capitalismo. Trataremos também da divisão social no mundo de hoje, diante das questões sociais, políticas e econômicas presentes nas sociedades contemporâneas.

1. A DIVISÃO DA SOCIEDADE EM DURKHEIM: GRUPOS PROFISSIONAIS OU FUNCIONAIS

Antes de expor a teoria de Durkheim (ver *Perfil* no Capítulo 6), vamos examinar algumas referências utilizadas para definir as diferentes classes sociais. Uma das mais empregadas pelos meios de comunicação é uma análise estatística de divisão em estratos sociais baseada na renda. Define-se a classe social levando em conta apenas a renda familiar, isto é, a soma dos salários mensais das pessoas que vivem na mesma moradia. Como resultado temos as definições de classe A, B, C, D e E.

Embora se inspirem em correntes de explicação sociológica, essas definições não transmitem a complexidade da realidade social. Entendendo que a divisão social é uma das questões mais controversas das Ciências Sociais, podemos começar nossa discussão pela seguinte pergunta: se as sociedades não podem ser consideradas apenas aglomerações de indivíduos, o que de fato caracteriza uma sociedade?

A Sociologia parte do pressuposto de que a sociedade é composta de conjuntos de relações sociais, e não de indivíduos. Um indivíduo, um grupo, uma classe, um estrato só têm sentido sociológico se pensados dentro da estrutura geral da qual fazem parte.



Samuca/Acervo do artista

Charge do cartunista Samuca. Nela o autor retrata o sentimento do personagem quando se percebe identificado com a classe social mais abaixo da pirâmide.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A sociedade é dividida em muitos grupos sociais. Cada um de nós pode pertencer a vários grupos, já que frequentamos escolas diferentes, temos diferentes rendas familiares, trabalhos, padrões de consumo, hábitos, gostos e comportamentos. Ou seja, convivemos com pessoas muito variadas e essas pessoas podem pertencer a grupos sociais bastante heterogêneos. Procure pensar em padrões de divisão social, isto é, em critérios que delimitem diferentes grupos de pessoas, levando em conta características que tendem a aproximá-las ou afastá-las umas das outras.

A Sociologia pode ser definida como uma ciência da sociedade, que por sua vez é constituída por relações sociais. Assim, para a Sociologia um indivíduo não é apenas um organismo vivo, mas uma síntese de relações sociais historicamente determinadas: a síntese de um tipo de educação formal e familiar, de um tipo de cultura, de economia e de um conjunto de ideologias específicas presentes em certa sociedade.

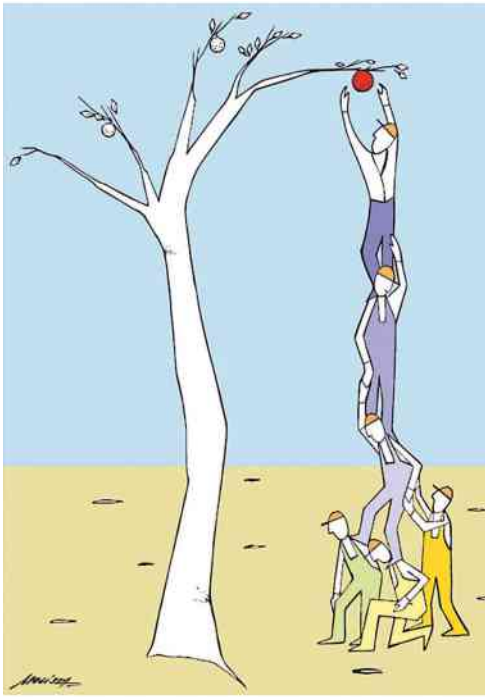
Antes de estudar como Émile Durkheim dividiu a sociedade em sua teoria, é preciso entender como ele pensou a própria composição das sociedades. Durkheim foi um dos primeiros pensadores a delimitar o campo das análises sociológicas. Para especificar esse campo, desenvolveu o conceito de **fato social** e uma concepção própria acerca da **divisão do trabalho**, como vimos no Capítulo 6.

Entretanto, ainda não tocamos em um ponto central da teoria de Durkheim. Para ele, a sociedade não é apenas a somatória dos indivíduos nem a soma de instituições, como o governo, o Estado, a Igreja, a escola, os partidos e os sindicatos: ela é um fato social *sui generis*, que age sobre o indivíduo de forma coercitiva e é exterior e anterior a ele. A sociedade é *sui generis* na medida em que vai além da soma dos indivíduos que a compõem, ou seja, é distinta e maior que o conjunto de indivíduos.

LÉXICO

***sui generis*:** do latim, 'de seu próprio gênero', significa peculiar, único, particular, específico.

Melissa Rudalov/Acervo da artista



A imagem acima representa uma sociedade com baixo nível de divisão de trabalho, caracterizada por indivíduos parecidos entre si, unidos por forte consciência coletiva e solidariedade mecânica. Ilustração de Melissa Rudalov.

Durkheim considera que as normas e padrões sociais determinam as condutas individuais. Ou seja, esse conjunto de relações sociais é o que confere a cada sociedade seu caráter único, específico. Para chegar a essa conclusão, Durkheim escreveu uma teoria do desenvolvimento das sociedades. Elaborou, assim, um modelo de análise sociológica que estabelece a distinção entre duas formas de socialização: a solidariedade (ou socialização) mecânica e a solidariedade (ou socialização) orgânica.

Para Durkheim, as primeiras sociedades foram marcadas pela **solidariedade mecânica**. Nelas, o nível de divisão do trabalho seria baixo e o elo entre os indivíduos ocorreria por uma forte consciência coletiva, expressão de crenças e valores rígidos. Nesse tipo de sociedade os indivíduos seriam parecidos entre si, refletindo a estrutura social (valores e crenças rígidos), e regulados por uma autoridade moral coletiva (consciência coletiva). Qualquer tipo de infração que fosse contra essa autoridade seria corrigido por uma sanção repressiva, uma forma de penalidade que procuraria restabelecer imediatamente a ordem social.

As formas de **solidariedade orgânica** se desenvolveriam, por sua vez, com o crescimento da divisão do trabalho. O aumento da diferenciação social levaria ao chamado adensamento social, no qual as partes sociais passariam a depender mais umas das outras em razão da intensificação de trocas e comunicações entre os indivíduos. No entanto, os laços sociais característicos das sociedades precedentes se enfraqueceriam. A consciência coletiva como elemento moral de agregação e integração dos indivíduos enfraqueceria diante da diferenciação de funções profissionais especializadas. Assim, a interdependência funcional entre os indivíduos marcaria a solidariedade orgânica.

Mari N. e Bia G./Acervo das artistas

Representação de sociedade de indivíduos com alto nível de divisão do trabalho e, portanto, predomínio da solidariedade orgânica. Ilustração de Mari N. e Bia G.

Para Durkheim, a divisão do trabalho é o elemento central para qualificar essas duas formas de solidariedade, tanto nas sociedades capitalistas como em todas as sociedades anteriores. Esse autor se dedicou a entender os princípios gerais que motivaram o desenvolvimento das sociedades até o capitalismo. Concluiu que a primeira sociedade teria se estruturado em razão do adensamento populacional: ao tornar-se mais condensada, a população forneceu as bases para o crescimento econômico, característico do desenvolvimento da divisão do trabalho.

Os grupos funcionais ou profissionais são para Durkheim parte central da divisão social. As classes sociais são pensadas com base nessa fundamentação funcional. Capitalistas e trabalhadores se diferenciam na medida em que cumprem funções ou papéis sociais diferentes e contribuem para o desenvolvimento da divisão do trabalho. A divisão social tem relação com a forma predominante de sociabilidade ou solidariedade e tem seu centro nos grupos profissionais e nas organizações a eles relacionadas.

Nesses termos, Durkheim considera a formação profissional e a especialização como meios positivos de sociabilidade. As corporações profissionais (à semelhança dos sindicatos) têm, com isso, a função de aproximar o ser individual do ser social ao estabelecer uma moral coletiva. Às corporações profissionais cabe regular a relação entre capitalistas e trabalhadores e também entre os trabalhadores entre si, com o objetivo de afastar desse processo elementos que possam impedir o desenvolvimento normal da divisão do trabalho.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Para Durkheim, os grupos profissionais ou funcionais são expressão do desenvolvimento da divisão do trabalho. Esse desenvolvimento traz uma interdependência entre as profissões que Durkheim considera essencial para o adensamento da sociedade, isto é, para a sua própria reprodução como sociedade. Não obstante, essa mesma divisão do trabalho, ao criar uma enorme diferenciação social, pode distanciar os indivíduos entre si, na medida em que estes se tornam cada vez mais especializados em suas funções. Procure descrever alguns grupos sociais e os valores e crenças que os integram cultural, política e socialmente. Procure refletir sobre a integração da sociedade, como a divisão do trabalho promove essa integração e qual é o papel dela nas condutas sociais. Reflita também sobre como compartilhamos valores e crenças sociais que podem nos dar unidade, seja do ponto de vista dos grupos sociais, seja do ponto de vista da sociedade como um todo.

Segundo Durkheim, o desenvolvimento da divisão do trabalho pode ser de tipo anômico. Em casos como greves e tensões entre as classes sociais ou mesmo crises econômicas, a divisão do trabalho estaria fugindo de seu desenvolvimento normal e precisaria de regulamentações sociais que restituíssem a sua funcionalidade, ou seja, que constituíssem solidariedade orgânica. Durkheim acreditava que nas sociedades contemporâneas a ele esse caráter regulamentador poderia ser exercido pelas corporações profissionais (instituição que mediaria os conflitos sociais entre capitalistas e trabalhadores no seio da própria classe trabalhadora).

2. A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL EM WEBER: CLASSE, ESTAMENTO E PARTIDO

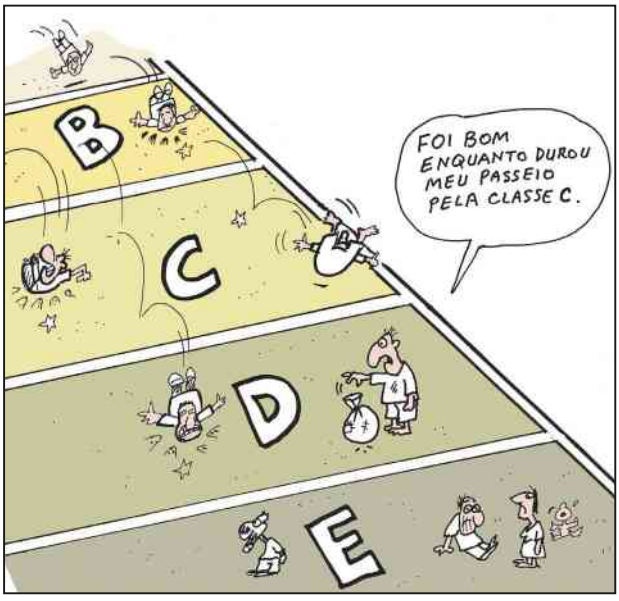
Para Weber (ver *Perfil* no Capítulo 6), o fato de os indivíduos se encontrarem em posições assimétricas na sociedade resultaria em certos tipos de conflito social. Assim, as relações de desigualdade seriam sempre relações de poder.

Cada indivíduo disporia de quantidades diferentes de consideração social, oportunidade econômica e poder político. As esferas política, social e econômica da sociedade seriam distintas, mas não completamente independentes umas das outras. Segundo Weber, cada uma dessas esferas se constitui por relações de poder distintas, que podem ou não ser vinculadas entre si. Por isso, ele estabeleceu conceitos diferentes para se referir a cada uma dessas situações.

A teoria da estratificação social criada por Weber para analisar a sociedade tem como fundamento três conceitos centrais: o de situação de classe, o de *status* e o de partido. Cada um deles determinaria o pertencimento (ou não) a estratos sociais diferentes, conforme a classe, o estamento e o partido, respectivamente. Esses conceitos são **tipos ideais** de diferenciação social; portanto, eles não representam a própria realidade social, mas servem de ferramenta para buscar compreendê-la. Assim, seria possível observar grupos, estratos e instituições sociais que têm características de tipos ideais diferentes, ainda que um deles seja predominante.

Para Weber, a posse de propriedade e as oportunidades de valorização seriam as características centrais para determinar uma situação de classe. Como há diferentes tipos de propriedade, de bens e de rendimentos, indivíduos de uma mesma classe podem fazer parte de diferentes estratos. Weber entendia que a classe social está condicionada à situação de mercado, ou seja, à condição econômica ou padrão material de existência dos indivíduos. O termo **classe** refere-se, portanto, a qualquer grupo de pessoas que se encontra em uma mesma situação econômica.

Esta charge de 2009 do cartunista Nani brinca com usos dados atualmente para o conceito de estratificação social.



Nani/Acervo do artista

Jim Dyson/Getty Images

Já a estratificação por *status* tem relação com o prestígio, a posição social, o estilo de vida, a instrução formal. Ela se distingue da estratificação por classe, pois a posse de propriedade nem sempre seria suficiente para garantir uma posição social de prestígio — ou seja, não necessariamente influiria na estima social. Pessoas com a mesma condição de *status* formam um **estamento**. Em contraste com as classes, os grupos de ***status*** em geral constituiriam comunidades, por reunirem indivíduos com semelhanças no modo de viver, nos hábitos e valores e mesmo na visão de si em relação aos indivíduos dos demais grupos de *status*. Em muitas sociedades, isso significaria que os estamentos mais privilegiados conseguiriam monopolizar oportunidades e obter vantagens exclusivas: basta pensar, por exemplo, na nobreza dos reinos europeus até os séculos XVIII e XIX.

Weber notou que a propriedade econômica nem sempre está relacionada ao *status*. No entanto, no longo prazo, a situação de classe pode também ser um atributo da situação de *status*. Quase sempre o proprietário tem prestígio, mas pode ocorrer de pessoas com e sem propriedades se encontrarem no mesmo grupo de *status*. Um comerciante bem-sucedido nos negócios pode não alcançar uma situação de *status* positivamente privilegiada, por exemplo, porque cresceu em uma família de baixa renda e tem hábitos que pessoas com posições privilegiadas de *status* desprezam. Ou seja, a situação de classe privilegiada desse comerciante não se converte automaticamente em uma posição de *status* privilegiada.

Por fim, o **partido** é uma forma de estratificação na qual a distribuição de poder se daria pela capacidade de controle de uma organização. Se o lugar das classes sociais é a ordem econômica e o lugar dos grupos de *status* é a ordem social (no que diz respeito ao prestígio e à honra), o lugar do partido é a ordem política.

Da mesma forma que a ordem das classes e a dos grupos de *status* influenciam uma à outra, elas também acabam por influenciar e serem influenciadas pela ordem política. A característica central do partido é orientar sua ação social visando à aquisição de poder. Partido não é sinônimo de partido político: podem existir partidos em um clube, em um grêmio estudantil, bem como no governo e no Estado, e esses partidos se movimentam em torno de finalidades determinadas.

O partido poderia incorporar interesses de esferas sociais distintas. Nos termos da teoria de Weber, um grêmio estudantil se organiza dentro da esfera política e tem a busca pelo poder como centro de sua organização, mas dentro dele aspectos relacionados à ordem econômica ou ao prestígio social também podem influir. É possível, assim, que esse grêmio represente situações de classe ou grupos de *status*, recrute adeptos de um ou outro grupo e também não seja "puro", isto é, possa recrutar indivíduos de diferentes situações de classe ou de *status*. Os partidos podem ser estruturas efêmeras ou duradouras e utilizar mecanismos variados para alcançar o poder, tais como a violência, o voto, o dinheiro, a influência social e o poder da oratória.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A estratificação social de Weber cria critérios de delimitação dos indivíduos em classes, *status* e partidos diferentes. Com essa teoria podemos estabelecer vários estratos sociais e hierarquizá-los, seja do ponto de vista da renda, do prestígio social, das ações políticas, seja do ponto de vista das crenças religiosas, da organização sindical, das preferências artísticas e culturais. Entretanto, na prática, vários desses critérios se entrecruzam. Há indivíduos cujas ações sociais podem ser, ao mesmo tempo, caracterizadas pela renda, pelo prestígio e pelo poder político. Tente refletir sobre esse processo de estratificação levando em conta as eleições para presidente, governador e prefeito. Existe ligação entre as condições econômicas dos indivíduos e a escolha de seus candidatos? Quais seriam as causas dessa ligação? Ou ainda, reflita sobre como um movimento social, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Marcha Mundial das Mulheres, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), ou mesmo um movimento religioso como a Teologia da Libertação, são atravessados por questões das esferas da renda, de prestígio e do poder político.

3. AS CLASSES SOCIAIS EM MARX: CONTRADIÇÃO E DIALÉTICA

Como vimos, Karl Marx (ver *Perfil* no Capítulo 6) partiu da relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção para caracterizar a formação das classes sociais e da sociedade capitalista. Para ele, essa divisão social é a primeira forma de divisão do trabalho: a divisão entre aqueles que produzem (os trabalhadores) e aqueles que se apropriam privadamente da produção (os proprietários).

Segundo Marx, a dinâmica social capitalista está centrada na propriedade privada. Com base nela se constituiriam as classes sociais e todas as relações de troca. De um lado, estariam aqueles que precisam vender sua força de trabalho, pois não têm as condições materiais para produzir sua subsistência. De outro, aqueles que compram a força de trabalho, na medida em que se apropriaram dos meios de produção, convertendo-os em propriedade privada.

Para estruturar esse raciocínio, Marx pressupôs que a divisão entre exploradores e explorados nos vários modos de produção é contraditória e necessita, portanto, de uma explicação dialética. Em outras palavras, para entender a relação de exploração e dominação dos escravizados nas sociedades escravistas, a dominação dos servos nas sociedades feudais e a exploração dos trabalhadores assalariados nas sociedades capitalistas seria necessário ir além das aparências da realidade observada.

Para Marx, a dialética é um instrumento analítico que permite desvelar as camadas sociais que não se mostram a olho nu. Por meio da dialética seria possível ir além das aparências e descobrir as causas mais profundas da reprodução da vida em sociedade. E, assim, explicar a realidade contraditória entre aqueles que detêm e aqueles que não detêm os meios de produção.

LÉXICO

dialética: segundo o *Dicionário Houaiss*, dialética é, em sentido bastante genérico, oposição, conflito originado pela contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos. Segundo o marxismo, a dialética é um método de análise e ao mesmo tempo o próprio movimento da História, cujo princípio é a contraposição de opostos que se colocam em constante movimento.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A realidade social é por vezes muito complexa. Há interesses extremamente variados nos grupos e nas classes sociais de nossa sociedade. No entanto, é possível perceber certa aproximação entre alguns tipos de interesse social. O capitalista dono do banco, apesar de fazer parte da burguesia e ter interesses específicos, não está do lado oposto ao do capitalista dono da indústria ou do latifundiário do agronegócio: todos querem obter lucros e continuar usando a força de trabalho para isso. A mesma coisa pode ser vista entre os trabalhadores. Os operários das indústrias automobilísticas têm interesses diferentes dos bancários ou dos assalariados do meio rural, mas todos querem melhorar suas condições de vida e de trabalho. Tente pensar em outros exemplos de interesses sociais que possam ser identificados com os da classe capitalista, de um lado, e com os da classe trabalhadora, de outro.

No item 4 do Capítulo 6 (*Karl Marx: trabalho e classes sociais*), estudamos a diferença entre o trabalho e a força de trabalho. Mesmo sem falar em dialética, vimos que haveria uma realidade aparente e outra realidade mais profunda, que explicaria como se forma o lucro capitalista. Vimos também que, aparentemente, o capitalista e o trabalhador se encontram no mercado como indivíduos iguais. As leis e regras de mercado partem do princípio segundo o qual a possibilidade de trocar produtos e serviços igualaria os indivíduos.

No entanto, para Marx, a sociedade se organiza com base nos interesses das classes dominantes. Assim, apesar de a relação de igualdade jurídica não ser uma mentira, ela é contraditória, pois pressupõe que o indivíduo que compra e o indivíduo que vende a força de trabalho partem de condições absolutamente iguais, quando, na prática, eles seriam economicamente diferentes.

A dialética permite entender o que estaria oculto pelas relações de produção capitalistas, pois nessas relações só se manifestariam os interesses da classe dominante, que teria imposto esse modo de vida.

Segundo o pensamento de Marx, as classes sociais vão além de um estrato social determinado apenas pela economia, como define Weber. Não se trata, assim, apenas de agrupamentos de indivíduos que têm rendas, bens ou salários semelhantes. Para Marx, as classes sociais são definidas por suas lutas, mais particularmente pela luta de classes, que expressa a **oposição estrutural entre o capital e o trabalho**. Em outras palavras, a luta de classes constituiria o próprio elemento dinâmico das sociedades.

De um lado, na luta entre capitalistas e trabalhadores que se trava todos os dias, os trabalhadores reivindicam melhores salários, melhores condições de trabalho e de vida, expansão de políticas sociais que os protegem, implementação da reforma agrária, construção de vias de acesso, redes de esgoto e escolas em bairros populares, melhor distribuição de renda, investimento em transporte público e ampliação dos direitos sociais, sobretudo, dos direitos de grupos econômica, política e socialmente pouco assistidos pelo Estado. De outro, os capitalistas desejam aprovação de leis que estimulam condomínios fechados, segregação social, política de juros altos, incentivos fiscais às empresas multinacionais, investimentos que favorecem os transportes individuais, diminuição de investimentos públicos em saúde e educação. Para Marx, os interesses sociais opostos são os elementos de transformação histórica e social. A relação social que se estabelece com base nesse confronto entre interesses antagônicos criaria novas formas de sociabilidade: por um lado, as classes capitalistas procurariam ampliar suas formas de lucratividade, seja na produção, seja influenciando as políticas estatais; por outro, as classes trabalhadoras tentariam resistir às investidas das classes capitalistas, objetivando ampliar seu salário e seus direitos sociais e melhorar suas condições de trabalho e aposentadoria.

As classes sociais e suas lutas são referências centrais na obra de Marx. Com base nelas, o autor analisou a sociedade capitalista e qualificou as relações de exploração e dominação para além de uma leitura econômica, baseada apenas na determinação dada pela renda. Classe social é um conceito concebido como um conjunto de relações que implicam elementos culturais, simbólicos, econômicos, políticos e ideológicos. Para Marx, as classes sociais não são meros aglomerados de indivíduos, mas, sobretudo, forças sociais e políticas que lutam por seus interesses.

A greve é um dos principais instrumentos políticos da classe trabalhadora e seu direito é garantido por lei na Constituição Federal brasileira. A legalização das greves acompanhou o processo de amadurecimento dos valores democráticos das nações, mas no confronto de interesses entre as classes, aquelas que se prejudicam com as greves procuram instrumentos para desmobilizá-las, desmoralizá-las ou até mesmo punir os participantes. Na imagem, vemos a greve dos metroviários de São Paulo, em 2014. Após a greve, 23 funcionários grevistas foram demitidos.

Chico A. Ferreira/Agência Estado

4. AS CLASSES E OS ESTRATOS SOCIAIS NO SÉCULO XX

A Sociologia do século XX foi influenciada por duas grandes abordagens sociológicas das segmentações sociais. A primeira foi influenciada pela **teoria das classes sociais** de Marx; a segunda caracterizou-se como desdobramento da **teoria da estratificação social** de Weber. Essas duas teorias, como vimos, têm fundamentações e leituras distintas dos grupos, classes, frações e segmentos sociais.

Weber identificou o processo de divisão social com base em estratos sociais que são definidos pela ordem econômica, pela ordem social e pela ordem política, respectivamente, as classes, os estamentos ou grupos de *status* e os partidos. Em Weber, a concepção de classe social está fundamentalmente relacionada ao mercado, isto é, pertencer ou não a determinada classe depende de critérios econômicos, ainda que outros fatores sejam também relevantes. A concepção de *status* ou estamento está ancorada no prestígio social, e a concepção de partido se relaciona ao poder político.

O sociólogo ou o economista que se vale das teses de Weber estabelece critérios de segmentação social de vários tipos para definir a que estrato social cada indivíduo pertence. Essa estratificação social pode variar, levando em conta critérios de ordem econômica, social e política. Podemos, por exemplo, pensar um estrato social com base em critérios de renda, qualificação profissional e ideologia política. Esse quadro de referências serve para analisar e compreender as ações dos indivíduos na sociedade e depois segmentá-los em diferentes estratos sociais.

Diferentemente de Weber, Marx não dividiu a sociedade em estratos sociais. Sua análise repousa, como vimos, na divisão de sociedades em classes sociais e, dentro dessas classes, em frações sociais. Na obra de Marx, o conceito de classes sociais está relacionado com a produção da vida material e com a luta que é travada no processo de produção e reprodução social. Assim, segundo Marx, o conceito de classes sociais não se limita a critérios de ordem econômica, separado de outros tipos de estratos sociais nos quais predominariam práticas sociais ligadas ao *status* e ao poder.

Para Marx, as classes sociais expressam um modo de vida que, no caso do capitalismo, se relaciona com a manutenção ou a destruição de interesses sociais opostos. De um lado, as relações capitalistas imprimem um modo de vida (cultural, econômico, político, simbólico e ideológico) que se baseia na exploração do trabalho para a produção de valor e lucro. De outro, os trabalhadores procuram melhorar suas condições de vida e de trabalho, mas também se colocar como sujeitos políticos desse processo. Isto é, apesar de a dinâmica social ser controlada sobretudo pela classe dominante, os trabalhadores lutam, direta ou indiretamente, para superar um modo de vida que os oprime.

Como vimos, é grande a influência de Karl Marx e Max Weber na análise das divisões sociais. Entretanto, outras questões se apresentaram no cenário nacional e internacional durante o século XX e na atualidade. A primeira delas se refere à influência do desenvolvimento científico e tecnológico na determinação das classes sociais. A segunda, que veremos no próximo item, diz respeito à formação da chamada classe média.

A relação entre ciência e tecnologia no processo de formação das classes sociais tem especial importância entre autores que buscam estabelecer ligações entre as classes sociais e a formação de sujeitos políticos. Ou seja, de que modo a ciência e a tecnologia interfeririam na formação de sujeitos e forças políticas?

Vimos nos capítulos anteriores que a transformação científica e tecnológica é fundamental para as sociedades capitalistas, sobretudo por reduzir o tempo de produção de mercadorias e, com isso, aumentar a produtividade do trabalho. Essa redução do tempo de trabalho propiciada pela tecnologia acaba por desvalorizar a força de trabalho e aumentar os lucros dos capitalistas. Em determinados momentos, ocorrem transformações mais intensas, denominadas reestruturações produtivas, tal como vimos no Capítulo 7.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

As tecnologias e a ciência exercem grande influência em nossa vida, em áreas tão diversas como trabalho, lazer, esportes, política, construção, indústria de alimentos, etc. No entanto, quando utilizamos os resultados das tecnologias, consideramos que são apenas máquinas e técnicas criadas para tornar nossa vida mais fácil e mais interessante. Você já pensou em como as ciências e tecnologias colaboram para nosso desgaste físico e mental? Já pensou que a "necessidade" de comprar um novo modelo de celular ou um computador de última geração é mais uma imposição do mercado do que uma real necessidade do consumidor? Pense um pouco sobre isso e procure descrever quais aparatos tecnológicos são verdadeiramente essenciais em sua vida. Reflita em que medida aparelhos eletrônicos podem ou não aumentar nossa dependência em relação a eles.

Do ponto de vista do aumento da produtividade, incrementar a produção de mercadorias com novas pesquisas e aparatos tecnológicos é essencial para a manutenção da produção e, em geral, da própria sociedade capitalista. Mas e do ponto de vista da luta política? Para a classe trabalhadora, qual é a relação entre desenvolvimento científico e tecnológico e formação do sujeito político?

Voltemos um pouco no tempo. Segundo Marx, com a implementação das máquinas pela Revolução Industrial, o trabalhador coletivo perdeu seu saber-fazer. Esse saber-fazer foi incorporado às máquinas, o que desvalorizou a força de trabalho. Se considerarmos por uma perspectiva marxista, com o taylorismo, o fordismo e as formas flexíveis de produção no toyotismo, essa desvalorização se aprofundou. Com base nisso, a estratégia para formar uma força política capaz de lutar pelos interesses do trabalhador seria recuperar o saber-fazer, isto é, retomar o controle do processo de trabalho, o que daria maior poder político à classe trabalhadora, particularmente à classe operária.

Funcionária controla um robô têxtil fabricado na China, durante exposição realizada em Xangai, em 2014. A utilização de aparatos tecnológicos visa aumentar a produtividade das indústrias.

Pete Sweeney/Reuters/Latinstock

Assim, alguns autores marxistas pensaram na ação política para a classe trabalhadora com base na hipótese de que o controle sobre o processo de trabalho poderia ser retomado por trabalhadores mais qualificados. Como vimos, toda reestruturação produtiva cria novos perfis de trabalhadores. Tomemos como exemplo a produção toyotista. Ao introduzir novas tecnologias (microeletrônica e robótica) para aumentar a produtividade, as empresas capitalistas dispensaram parte dos trabalhadores, pois as novas máquinas passaram a fazer o trabalho deles. Com isso, um conjunto de novos trabalhadores foi qualificado para ativar o novo tipo de produção, sendo essa qualificação profissional proporcional ao aparato tecnológico.

Assim, aparentemente a introdução de ciência e tecnologia seria responsável pela criação de um grupo de indivíduos altamente qualificados e necessários à produção. Não seria essa uma forma de a classe operária recuperar o controle do processo de trabalho e aumentar seu poder político? Não seria esse um retorno àqueles trabalhadores dos séculos XVIII e XIX, que ainda detinham um saber-fazer? Não poderiam esses trabalhadores, ao recuperar seu saber-fazer, organizar politicamente toda a classe trabalhadora?

Os autores que se valeram desse raciocínio consideraram muito positiva a introdução do desenvolvimento científico e tecnológico na produção. Para eles, o sujeito político se formaria pelo avanço das forças de produção. No entanto, essa análise deixou de considerar que essas mesmas forças produtivas têm como objetivo central aperfeiçoar o controle sobre os trabalhadores. Esse equívoco provocou, por exemplo, a idealização de trabalhadores ultraqualificados, que passaram a ser vistos como operários polivalentes e que teriam, por causa dessa qualidade, maiores chances de organizar politicamente a classe trabalhadora.

No caso descrito, a classe trabalhadora foi analisada como se o incremento científico e tecnológico fosse neutro. Entretanto, como já vimos em capítulos anteriores, a máquina, a ciência e as tecnologias são resultados históricos, ou seja, sínteses das determinações sociais que, no capitalismo, operam principalmente para reproduzir as relações sociais dominantes.

LÉXICO

polivalente: aquele que executa ou desempenha diferentes tarefas e funções.

5. A DINÂMICA DAS CLASSES MÉDIAS: OCUPAÇÃO PROFISSIONAL E RENDA

O debate sobre a classe média também sofreu a influência das teses de Marx e Weber, tanto nos círculos acadêmicos dos Estados Unidos e da Europa como no Brasil. Entre aqueles que compartilham a concepção marxista de classe social, as classes médias são vistas como um conjunto de relações sociais que se situam entre as relações da classe capitalista e as da classe trabalhadora. Essa leitura procura entender, com base nos textos de Marx, como definir, em termos de classe social, certas camadas sociais que não são nem capitalistas (pois não têm os meios de produção) nem operárias (pois não desenvolvem nenhum tipo de trabalho produtivo).

Já os seguidores da teoria da estratificação social de Weber se preocupam com critérios de classificação específicos para indivíduos e suas ações sociais. Dentre vários critérios, os mais utilizados são o de ocupação profissional (cargos, postos de trabalho e qualificação profissional) e o de renda. A partir deles se estabelece uma análise de como alguns estratos sociais ganham ou perdem espaço social e econômico nas sociedades contemporâneas.

Para Marx, em termos gerais, as camadas médias se situam entre as duas grandes classes sociais (capitalistas e trabalhadores). No século XIX as camadas médias representavam uma parcela relativamente pequena da população da Europa: entre elas, podemos destacar pequenos proprietários e comerciantes, servidores públicos e profissionais liberais. Marx denominava esse conjunto de indivíduos pequena burguesia.

Com o desenvolvimento do setor de serviços durante o século XX, a pequena burguesia se avolumou, e com isso os autores marxistas e weberianos definiram novos conceitos para incorporar esse contingente de indivíduos. Dois sociólogos que sintetizam esse debate são o estadunidense **Charles Wright Mills (1916-1962)** e o grego Nicos Poulantzas (ver *Perfil* na página 181).

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Charles Wright Mills (1916-1962)**.

LÉXICO

colarinho-branco: designação genérica dos profissionais de diferentes níveis (executivos, funcionários, etc.) que, pela natureza de suas atividades e contatos, precisam apresentar-se em trajes convencionais.

Mills observou um aumento entre os trabalhadores de colarinho-branco, isto é, trabalhadores públicos e privados do setor administrativo e gerencial. Segundo Mills, os profissionais desse setor não podiam ser identificados como trabalhadores típicos da indústria, como os operários. Para ele, a classe média, mesmo existindo em função das outras classes (capitalistas e trabalhadores), devia ser considerada um sintoma e um símbolo das sociedades contemporâneas. Os trabalhadores de colarinho-branco, que Mills denominou **nova classe média**, se diferenciam dos da "antiga" classe média quanto à qualificação profissional. São gerentes e administradores requisitados sobretudo pelo desenvolvimento tecnológico ocorrido em meados do século XX.

Para Mills, essa nova classe média tem como característica central a gerência e a supervisão. São indivíduos que têm como função específica gerenciar a produção e aumentar os lucros dos donos da propriedade privada. Segundo Mills, enquanto o número de trabalhadores necessários à extração e à produção diminuiu, o de prestadores de serviços, distribuição e coordenação aumentou. E esse crescimento se deveria ao aumento da produtividade da manufatura industrial, ao desenvolvimento da distribuição e à ampliação das funções de coordenação.

Mills foi explícito quanto ao seu recorte ocupacional para classificação dos colarinhos-brancos. Para ele, ocupações e situações de renda estão ligadas a situações de classe e caracterizam, com base no prestígio, o *status* de seus ocupantes e seus graus de poder. Assim, a situação de classe estaria relacionada não apenas com a renda, mas também com o montante da renda e as diferenciações que ela proporciona. Entre um gerente que ganha um salário e outro que ganha um salário dez vezes maior há diferenças significativas, além das econômicas, quanto a prestígio e poder.

ASSIM FALOU... MILLS

[...] como fontes de renda, as ocupações estão ligadas à situação de classe, e como normalmente elas acarretam uma certa dose de prestígio, são também relevantes para o *status* do indivíduo. Implicam também determinados graus de poder sobre os outros, ou diretamente num emprego ou indiretamente em outras áreas da vida social. As ocupações, portanto, estão vinculadas à classe, *status* e poder, assim como à especialização e função. Para compreender as ocupações que integram a nova classe média, devemos analisá-las em cada uma dessas dimensões.

MILLS, Charles Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 91.

Junião/Acervo do artista

Charge do cartunista Junião publicada em 2008.

Para Mills, seria difícil definir com precisão a nova classe média com base em um critério isolado de estratificação. Essa nova classe média se definiria mais pelas diferenças em relação às outras camadas sociais.

Já do ponto de vista do sociólogo grego Nicos Poulantzas, as classes sociais não seriam definidas com base nas ações individuais nem, tampouco, em estratos sociais. Segundo ele, as classes sociais se definem por sua posição no conjunto da divisão social do trabalho. Tentando romper com uma tradição que definiu as classes sociais apenas pelas determinações econômicas, Poulantzas procurou pensá-las levando em conta também aspectos políticos e ideológicos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Alguns tipos de ocupação profissional, especialmente aqueles nos quais predomina o trabalho intelectual, são reconhecidos socialmente como de mais valor e de maior prestígio. Por outro lado, existe também a ideologia de que o trabalho, não importa de que tipo, edifica o ser humano. Essas construções ideológicas têm como objetivo criar uma visão positiva do trabalho, principalmente do trabalho intelectual. Assim, aqueles que não conseguem emprego ou que têm subempregos não são reconhecidos socialmente e, por vezes, são tratados como um grupo sem dignidade. Tente compreender em que medida as qualificações sociais e o próprio trabalho podem influenciar a determinação de grupos e classes sociais. Você poderia indicar algumas relações sociais que estão fundamentadas por esse raciocínio?

Poulantzas resgatou a leitura de Marx para demonstrar que as classes sociais não podem ser circunscritas apenas às relações de produção. Ou seja: a classe social não poderia ser definida apenas com base na posição do sujeito no processo de trabalho e com base em sua renda. Poulantzas mostrou a necessidade de apreender a totalidade das estruturas de uma sociedade para definir as classes sociais, que para ele são fruto do efeito conjunto das estruturas políticas, econômicas e ideológicas, e não apenas da estrutura econômica.

Poulantzas incorporou à sua teoria a análise dos trabalhadores não produtivos (conceito que vimos no Capítulo 7) como específicos da nova pequena burguesia. Esta expressaria uma nova divisão do trabalho, marcada pelas práticas de direção e supervisão no interior dos processos de trabalho. Segundo Poulantzas, durante o século XX o capitalismo repassou aos gerentes, diretores e supervisores atribuições que, antes se concentravam nas mãos do capitalista. Dessa forma, criaram-se figuras como a do gerente, que passaram a controlar os trabalhadores obtendo deles maior produtividade. Isso intensificou a separação entre trabalhos manuais e trabalhos intelectuais.

Sophie Bassouls/Sygma/Corbis/Latinstock

PERFIL

NICOS POULANTZAS

Nicos Poulantzas (1936-1979) é uma referência central para a análise das classes sociais e do Estado. Autor marxista, deixou contribuições no campo da Ciência Política e da Sociologia. Nascido em Atenas, foi membro do Partido Comunista da Grécia (KKE) e por motivos políticos exilou-se na França, onde foi professor de 1960 até 1979, quando cometeu suicídio em Paris.

Baseando-se em interpretações de autores clássicos do marxismo, como Marx, Engels, Lenin e Gramsci, mas muito influenciado pela obra do filósofo francês Louis Althusser (1918-1990), Poulantzas desenvolveu uma análise inovadora da divisão social e do poder político nas sociedades capitalistas. Ao separar as noções de modo de produção e formação social, enfatizou a importância das diferentes estruturas sociais (econômica, política e ideológica), observando como seus efeitos se objetivam em práticas sociais particulares e apenas observáveis em formações sociais historicamente determinadas.

No livro *Poder político e classes sociais* (1968), Poulantzas faz uma reflexão não economicista do Estado, que ele não vê apenas como subproduto das relações econômicas. Poulantzas produziu uma teoria do Estado das classes sociais que relaciona as instâncias do econômico, do político e do ideológico, com ênfase no papel decisivo da luta e do conflito de classes na produção e reprodução do Estado capitalista.

Assim, Poulantzas chamou a atenção para o caráter classista do Estado, tanto do ponto de vista da exploração quanto da dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora. Por fim, indicou que o fato de as instâncias econômica, política e ideológica se tornarem relativamente autônomas umas das outras seria um elemento característico do modo de produção capitalista.

No trabalho manual, o operário cumpre uma tarefa produtiva preestabelecida pela gerência e pela engenharia de produção. Fica a cargo do setor de planejamento o trabalho intelectual, que concebe como e de que forma serão produzidas as mercadorias. Segundo Poulantzas, essa divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual expressaria na produção a divisão social entre capital e trabalho. Isto é, o monopólio do saber, próprio das classes dominantes, seria reproduzido nos próprios processos de trabalho.

Dessa forma, o monopólio do saber que se estrutura nas escolas privadas, no acesso à universidade, nos centros de pesquisa de excelência, ambientes reservados a uma parte privilegiada da sociedade, se reproduziria também na organização fabril. Ou seja, a divisão em classes sociais estruturaria tanto as relações de produção como as relações políticas e ideológicas; tanto a produção de mercadorias como as práticas políticas e sociais como um todo.

No Brasil do início do século XXI, foi intenso o debate sobre a classe média. Depois de vários governos que desregulamentaram leis de proteção ao trabalhador e criaram espaço para a precariedade, a instabilidade e a informalidade do trabalho, foram desenvolvidas políticas estatais de inclusão baseadas na assistência social de caráter imediatista.

Karlos Geromy/OIMP/DA Press

Consumidores durante inauguração de loja de eletrodomésticos em São Luís (MA), em 2014. Segundo diversos sociólogos, o aumento da capacidade de consumo da população brasileira não foi acompanhado de políticas sociais que sustentem a ascensão social no longo prazo.

Alguns autores veem nessas políticas de assistência social e de redistribuição de renda uma forma de inclusão estrutural. Eles afirmam que os indivíduos beneficiados por elas eventualmente passaram ou passarão a compor uma nova classe social, chamada por eles de classe C, ou nova classe média. Essa nova classe seria composta por indivíduos que tiveram seu poder de consumo aumentado e, nesse sentido, podem usufruir de mercadorias, bens de consumo e serviços que antes não lhes eram acessíveis.

Para os críticos dessa leitura, a chamada nova classe média seria, na verdade, um grupo flutuante que acredita ter sido incluído, mas não tem garantias de que essa política será de longa duração e, no caso de seu fim, não teria meios de se manter como uma classe de fato. Esses estratos sociais apenas teriam condições de ascender à condição de classe se fossem constituídas políticas de inclusão baseadas na educação, o que poderia garantir a permanência e a estabilidade desses indivíduos no mercado de trabalho.

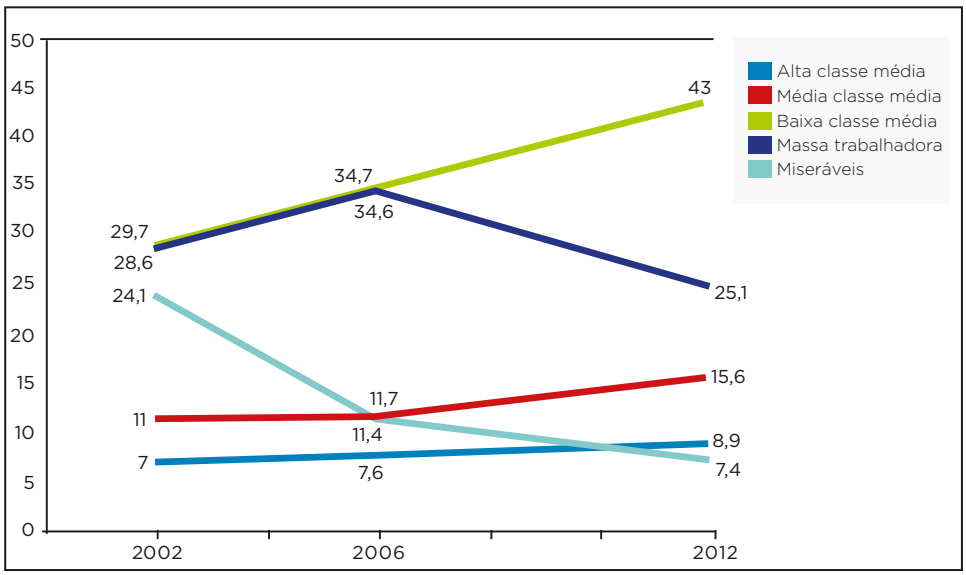
Essa segunda perspectiva se aproxima da definição weberiana de classe, pois, além da renda, considera o conjunto das oportunidades para a mobilidade social do indivíduo.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O acesso à educação tem relação direta com as possibilidades de consumo. Por exemplo, os filhos de trabalhadores rurais em geral frequentam a escola por menos anos que a média da população, pois muitas vezes precisam trabalhar para colaborar com a renda familiar. Nesse sentido, o lugar que os indivíduos ocupam no processo de produção tem implicações também no acesso ao saber, ao conhecimento, aos padrões prestigiados de organização da educação, teatro, cinema, esportes, etc. Tente destacar relações possíveis entre o acesso à educação formal e os tipos de trabalho e qualificação presentes entre seus familiares.

Uma terceira perspectiva, de influência marxista, considera que a nova classe média no Brasil é, na realidade, uma parte da classe trabalhadora, antes desempregada, que conseguiu entrar no mercado de trabalho. Aqueles que defendem a constituição de uma nova classe média levariam em consideração apenas as aparências, sem tomar como referência o histórico de desigualdades sociais no Brasil, ignorariam que os membros dessa suposta nova classe média continuariam sujeitos ao desemprego, ao subemprego, ao emprego informal, à mendicância e outras tantas formas aviltantes de reprodução de suas vidas.

Estratificação social da população brasileira, em % (2002-2012)



Elaborado com base em: QUADROS, Waldir. Paralisia econômica, retrocesso social e eleições. *Texto para Discussão*, n. 249, IE/Unicamp, jan. 2015.

Este gráfico se baseia em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Nele a população brasileira é dividida em cinco estratos e suas flutuações populacionais de 2002 a 2012: miseráveis, massa trabalhadora, baixa classe média, média classe média e alta classe média. Neste recorte, o economista Waldir Quadros constata mudanças e variações nos estratos sociais levando em consideração apenas a renda.

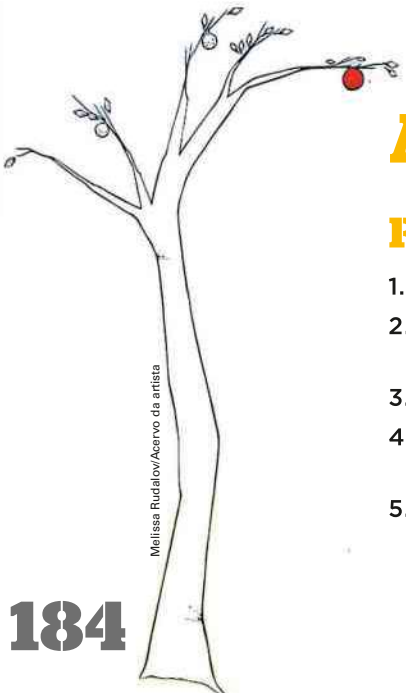
+ PARA SABER MAIS • Classes sociais e bloco no poder

Nicos Poulantzas afirmou que as classes são efeitos das estruturas sociais. Com isso, procurou mostrar que as classes sociais não se resumem a uma determinação econômica limitada às relações de produção e de distribuição, ao trabalho produtivo ou à propriedade privada. No livro *As classes sociais no capitalismo contemporâneo* (1974) ele mostrou como as determinações políticas e ideológicas se relacionam com a determinação econômica. O proletariado (ou classe operária) não seria, portanto, o mesmo que trabalhador assalariado, pois determinações políticas e ideológicas (como a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre controle e supervisão do trabalho alheio) fazem de diversos trabalhadores assalariados integrantes da "nova pequena burguesia". Isso vale também para a análise da classe dominante, que não é um bloco homogêneo, pois contém frações com relativa autonomia em seu interior.

Com base nesse entendimento, Poulantzas desenvolveu o conceito de **bloco no poder**. Como a classe burguesa não é um todo homogêneo, suas frações (por exemplo, a divisão entre burguesia comercial, financeira e industrial) se uniriam politicamente, por meio do Estado capitalista, para preservar seu interesse geral, isto é, para dominar a classe explorada. Isso não significa que não exista submissão política de uma ou mais dessas frações àquela fração designada como "hegemônica" dentro do bloco no poder. Essa unidade política não inviabilizaria que a política econômica do Estado privilegie a fração hegemônica em detrimento das demais. A título de exemplo, podemos observar nas sociedades capitalistas contemporâneas uma hegemonia da burguesia financeira em relação à industrial e/ou à comercial, mesmo que elas tenham interesses comuns.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ Uma das referências mais utilizadas pelos meios de comunicação para determinar a classe social é a divisão em estratos sociais baseada na renda.
- ✔ Segundo Durkheim, nas sociedades com pouca divisão do trabalho os indivíduos são muito semelhantes e as regras, crenças e costumes são rígidos (expressão da consciência coletiva). Nessas sociedades, marcadas pela solidariedade mecânica, a diferenciação entre indivíduos e grupos sociais é muito baixa.
- ✔ Ainda segundo Durkheim, nas sociedades com muita divisão do trabalho há grande interdependência entre os indivíduos e a consciência coletiva é fraca. Nessas sociedades, marcadas pela solidariedade orgânica, a diferenciação entre indivíduos e grupos é muito alta.
- ✔ A teoria da estratificação social de Weber tem como fundamento a classe, o *status* (ou estamento) e o partido.
- ✔ Para Weber, a divisão social em classes está relacionada ao padrão material dos indivíduos, isto é, tem base econômica. A estratificação por *status* tem relação com o prestígio, a posição social, a instrução formal. Já o partido é uma forma de estratificação na qual a distribuição do poder decorre da capacidade de controle de uma organização.
- ✔ Marx caracteriza classes sociais partindo da relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção; para ele, as classes sociais são definidas por suas lutas.
- ✔ Segundo Marx, a realidade das sociedades de classes é contraditória, e para analisá-la é necessário um método dialético. Marx concebe a classe social como um conjunto de relações sociais em que estão presentes elementos culturais, simbólicos, econômicos, políticos e ideológicos.
- ✔ A Sociologia do século XX foi influenciada pela teoria das classes sociais de Marx e pela teoria da estratificação social de Weber.
- ✔ Para Charles Wright Mills, as ocupações e situações de renda estão ligadas a situações de classe e caracterizam, com base no prestígio que têm, o *status* de seus ocupantes e os seus graus de poder.
- ✔ Para Poulantzas, as classes sociais se definem por sua posição na divisão social do trabalho.
- ✔ No Brasil, a discussão sobre classe média se intensificou nos últimos anos. Alguns autores relacionam o crescimento do consumo ao surgimento de uma nova classe média, ou classe C. Outros entendem esse processo como a simples incorporação de camadas sociais antes excluídas do mercado de trabalho.


Melissa Rudalov/Acervo da artista

ATIVIDADES

REVENDO

1. **Como os autores clássicos da Sociologia definem as divisões sociais?**
2. **Qual é a relação entre as formas de solidariedade mecânica e orgânica e a divisão social dada em grupos funcionais para Durkheim?**
3. **Explique os três fundamentos da teoria da estratificação social de Weber.**
4. **Explique de que forma a definição de classe social para Marx não está restrita apenas ao plano econômico.**
5. **Explique as principais teses de autores que discutem a questão das classes médias.**

INTERAGINDO

Considere as letras das músicas "Selvagem", de Os Paralamas do Sucesso, e "Até quando esperar", da Plebe Rude:

Selvagem

A polícia apresenta suas armas
Escudos transparentes, cassetetes
Capacetes reluzentes
E a determinação de manter tudo
Em seu lugar

O governo apresenta suas armas
Discurso reticente, novidade inconsistente
E a liberdade cai por terra
Aos pés de um filme de Godard

A cidade apresenta suas armas
Meninos nos sinais, mendigos pelos cantos
E o espanto está nos olhos de quem vê
O grande monstro a se criar

Os negros apresentam suas armas
As costas marcadas, as mãos calejadas
E a esperteza que só tem quem tá
Cansado de apanhar

OS PARALAMAS DO SUCESSO. *Selvagem?* 1986, EMI.

Nem de Tal/Agência Estado

O grupo de *rock* Os Paralamas do Sucesso, em foto de 1986.

Até quando esperar

Não é nossa culpa
Nascemos já com uma bênção
Mas isso não é desculpa
Pela má distribuição

Com tanta riqueza por aí, onde é que está
Cadê sua fração
Com tanta riqueza por aí, onde é que está
Cadê sua fração

Até quando esperar

PLEBE RUDE. *O concreto já rachou*. 1985, EMI.

- **Com base nas letras acima, responda:**

1. **Que relações podemos estabelecer entre as classes sociais e a desigualdade étnico-racial, sexual e econômica?**
2. **Em que medida as sociedades contemporâneas exprimem nas diferenças sociais diferenças de classes ou estratos sociais?**

CONTRAPONTO

Considere a seguinte charge de Laerte:

Laerte/Acervo do artista

- **Discuta a divisão social expressa na charge levando em conta o que foi discutido neste capítulo.**

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. Rocco

A hora da estrela, de Clarice Lispector. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Relato da vida triste e sem perspectiva da alagoana Macabéa. O romance traz o confronto entre diferentes classes sociais: de um lado, os pobres (operários, subempregados e desempregados); do outro, os estratos mais privilegiados da sociedade.

Sebastião Salgado/ Ed. Companhia das Letras

Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial, de Sebastião Salgado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

O livro reúne 350 fotografias deste trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado, que, entre os anos de 1986 e 1992, documentou homens e mulheres em diversas situações de trabalho penoso em diferentes regiões do mundo. O trabalho fotográfico é acompanhado da introdução do jornalista Eric Nepomuceno e completado por textos que foram acrescentados às fotos, com informações históricas e factuais.

FILMES

Reprodução/ Luigi Kuveiller/Versátil HV

A classe operária vai ao paraíso (Itália, 1971). Direção: Elio Petri.

Um trabalhador dedicado ao patrão e por isso odiado pelos colegas vive entregue aos sonhos de consumo burgueses. Em meio aos protestos de sua categoria, ele coloca em xeque suas vontades.

Reprodução/ Carlo Montuori/Versátil HV

Ladrões de bicicletas (Itália, 1948). Direção: Vittorio De Sica.

Um trabalhador de origem humilde precisa de uma bicicleta para conseguir um emprego e consegue recuperar a sua, que estava empenhada. Mas, para seu desespero, a bicicleta é roubada. Como não consegue encontrá-la, ele resolve cometer o mesmo crime.

Reprodução/Raiz Filmes

O homem que virou suco (Brasil, 1981). Direção: João Batista de Andrade.

Na cidade de São Paulo, um poeta popular recém-chegado do Nordeste é confundido com um operário que matou seu patrão. Perseguido pela polícia, o poeta é obrigado a trabalhar, perfazendo a trajetória de um migrante na metrópole.

Bárbara Alvarez/ Pandora Filmes

Que horas ela volta? (Brasil, 2015). Direção: Anna Muylaert.

O filme aborda alguns aspectos das contradições de classe no Brasil mostrando o cotidiano de uma empregada doméstica em uma mansão de um bairro nobre de São Paulo. O filme expõe, ao mesmo tempo, o resquício de nosso passado colonial que se reflete na casa e as mudanças de paradigma recentes vivenciadas pela classe trabalhadora, tal como o maior acesso aos estudos e à universidade.

Reprodução/J. M. Sales/Videofilmes

Santiago (Brasil, 2007). Direção: João Moreira Sales.

Documentário sobre Santiago Badariotti Merlo, mordomo da família Moreira Sales que dedicou toda a vida a servir seus patrões.

INTERNET (Acesso em: mar. 2016)

http://marxismo21.org/

Blog que divulga a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo. Acesso a arquivos marxistas e entidades que promovem pesquisas, editam publicações e organizam eventos em torno da obra de Marx e de autores que se filiam à tradição socialista.

http://www.ipea.gov.br/portal/

www.ipea.gov.br/portal/

Portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

www.sae.gov.br/site/?page_id=10700

Página da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) dedicada ao estudo da nova classe média, reúne vários artigos e pesquisas.

http://www.dieese.org.br/

www.dieese.org.br/analiseped/ped.html

Endereço eletrônico da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), um levantamento domiciliar que é realizado mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Seade. No *site* é possível obter diversos dados econômicos sobre a população pesquisada.

CAPÍTULO 9

SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Metabiótica 4 (2002), de Alexandre Orion. Intervenção pictórica (*graffiti*) seguida de registro fotográfico.

© 2002 Alexandre Orion

Desde sua consolidação, nos anos 1930, até os dias de hoje, a Sociologia feita no Brasil sofreu influência de teses e teorias desenvolvidas em outros países. A sociedade brasileira foi analisada com base nas relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas estabelecidas com outras sociedades, em especial com as sociedades capitalistas do Ocidente. Em razão das feições particulares que a sociedade brasileira ganhou em cinco séculos de história, seus intérpretes procuraram analisar os fatores que a distinguem das demais sociedades contemporâneas.

No primeiro item deste capítulo apresentaremos uma visão panorâmica das interpretações do Brasil do final do século XIX e começo do século XX. Em seguida, analisaremos o conjunto de intérpretes mais significativos do Brasil dos anos 1930 e sua importância para a consolidação da Sociologia brasileira. No terceiro item discutiremos a questão racial, entendida a partir do legado da escravidão. O item quatro será dedicado ao debate em torno das questões do subdesenvolvimento e da dependência econômica. Por fim, faremos uma exposição das teses que tratam da desigualdade social nos dias de hoje, especialmente a precarização do trabalho e o trabalho informal.

Neste capítulo vamos discutir:

1. Interpretações sobre a formação do Brasil
2. A geração de 1930
3. A escravidão e a questão racial
4. Subdesenvolvimento e dependência econômica
5. Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo

1. INTERPRETAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL

No final do século XIX e início do XX, diversos estudiosos buscaram analisar as particularidades do Brasil. Eles investigaram como a nação teria se formado, quais seriam as bases dessa formação social, em que medida o passado colonial e escravista teria influenciado essa formação e quais seriam as características centrais da identidade social brasileira. Mais tarde, entre as décadas de 1950 e 1960, essas questões se ampliaram e se diversificaram: destacaram-se os trabalhos que refletiam sobre o papel econômico e político do Brasil na divisão internacional do trabalho e a relação de dependência com os países de economia mais avançada. Nos dias de hoje, uma questão central é a reprodução do passado de desigualdades sociais no Brasil, seja por consequência da escravidão, seja em razão do papel subalterno diante de países economicamente mais ricos, como Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e, mais recentemente, a China.

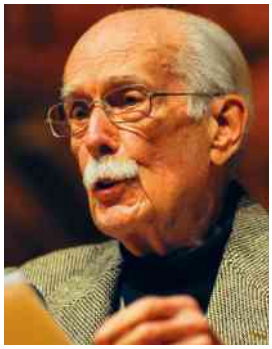
Durante os períodos colonial e imperial, predominavam a produção agrícola e extrativista com utilização de força de trabalho escrava e uma organização social majoritariamente rural e centrada na esfera familiar. Após a Proclamação da República (1889), o trabalho assalariado livre tornou-se dominante e o país viveu um intenso processo de urbanização, o que gerou novas contradições e problemas sociais. Essas questões também se refletiam no ambiente universitário que se estruturava.

Influenciados pelas discussões sociológicas que ocorriam em países europeus ou nos Estados Unidos, intelectuais desse período acreditavam que havia uma contradição entre o que a sociedade brasileira era de fato e aquilo que poderia ser. Muitas dessas interpretações problematizavam as particularidades do Brasil pela perspectiva de outras sociedades.

O passado colonial aparecia como elemento central na maioria dos livros dessa época que discutiram a formação social do país. Em 1920, o historiador e sociólogo Oliveira Vianna (1883-1951) publicou *Populações meridionais do Brasil*, livro que destaca diferenças entre o povo brasileiro e os demais. Motivado por sua tese de que o Brasil teria sido formado por brancos, apesar da presença de índios, mestiços e negros, Oliveira Vianna previa uma nação embranquecida, em razão da forte imigração europeia e da suposta maior fecundidade dos brancos em relação às outras "raças".

Em 1933 Gilberto Freyre publicou *Casa-grande & senzala*, livro que o sociólogo e crítico **Antonio Candido (1918-)** considera ser uma ponte entre as interpretações embasadas em fatores naturais, como o meio e a raça, e a contribuição sociológica desenvolvida a partir dos anos 1940. Como vimos no Capítulo 4, Freyre argumenta que a miscigenação seria o traço cultural central da sociedade brasileira. Mas ao contrário de interpretações anteriores, não vê a mestiçagem de forma negativa e enfatiza a necessidade de substituir o conceito de "raça", largamente difundido no Brasil, pelo conceito de cultura.

Segundo Gilberto Freyre, a família patriarcal foi a base sobre a qual a mestiçagem se desenvolveu no Brasil. Presente sobretudo no latifúndio monocultor do Nordeste brasileiro, a família patriarcal constituiria, assim, a forma social ideal para que a "raça" branca, colonizadora, se relacionasse com as demais "raças".



Flavio Moraes/Fotoarena

Antonio Candido, em fotografia de 2011.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Antonio Candido (1918-)**.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Os meios de comunicação e o senso comum em geral afirmam que os brasileiros têm características comuns, que abrangem todo o território nacional. Muitas vezes ouvimos dizer que "o brasileiro é assim..." ou "isso é coisa de brasileiro...". Essa necessidade de apontar para características intrínsecas aos brasileiros, que remete à ideia de povo, de nação e identidade nacional, marcou a interpretação do Brasil no final do século XIX e início do XX. Pense um pouco sobre isso e imagine como seria difícil enumerar uma ou algumas características definidoras de todos os brasileiros. Pense nas diferenças regionais do Brasil e reflita sobre quais seriam os motivos que levam tantos brasileiros a fazer generalizações como essas.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Caio Prado Júnior (1907-1990)** e **Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)**.

LÉXICO

liberalismo tradicional: em linhas gerais, como corrente política, o liberalismo defende a liberdade individual e um Estado regido por leis, e não por vontades pessoais. Como corrente econômica, entende que demanda e oferta entram em equilíbrio sem que o Estado precise intervir na economia.

Gilberto Freyre defende sua tese da democracia racial, sempre observando o predomínio dos aspectos culturais em relação aos "raciais". Nesses termos, a mestiçagem é entendida como uma vantagem e o negro é desmitificado como ser "selvagem". O povo brasileiro é considerado não como simples soma de três "raças", mas como resultado de um encontro mais complexo, que remete à formação da cultura brasileira.

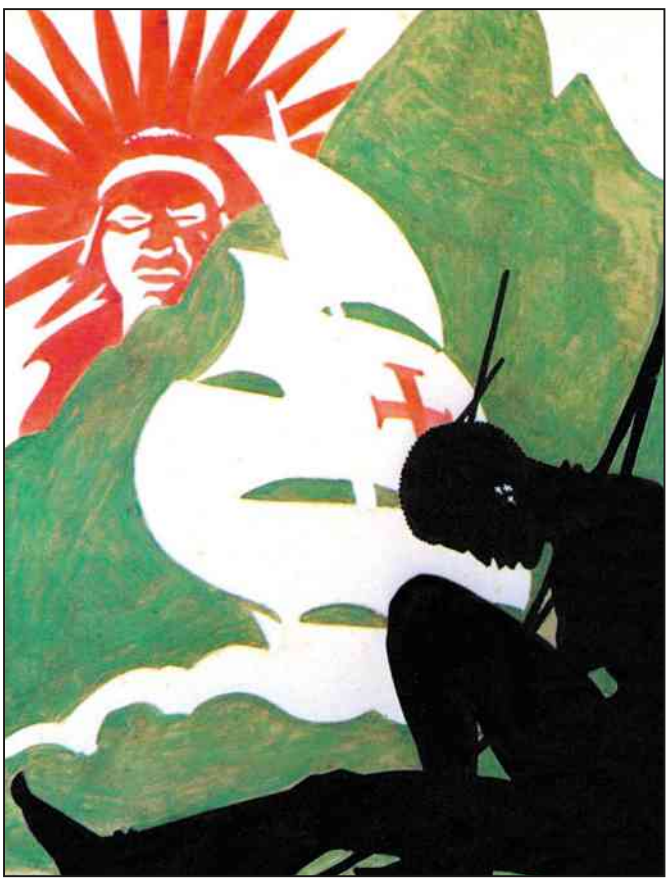
Diferentemente de Freyre, o historiador e economista **Caio Prado Júnior (1907-1990)**, nos livros *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), interpreta o passado colonial baseando-se na produção, distribuição e consumo de mercadorias. Neste segundo livro, o Brasil é analisado como parte do processo de expansão mercantil europeia. Para Caio Prado, a formação do Brasil teria se dado de fora para dentro, levando o país a se estruturar como fornecedor de produtos tropicais, a exemplo da cana-de-açúcar. Segundo esse autor, a história do Brasil deveria ser entendida num âmbito mais amplo, que tem relação direta com as formas de expansão do comércio europeu na América do Sul.

As massas de escravos, semiescravos, pobres, explorados e empobrecidos ganham importância na análise de Caio Prado. O autor aponta também para a especificidade que diferencia a sociedade brasileira da portuguesa desde o período colonial. Segundo ele, já naquele período os brasileiros teriam adquirido forma própria, diferente das formas indígenas, africanas e da portuguesa. Consequentemente, nós, brasileiros, teríamos começado a desenvolver uma mentalidade coletiva singular.

Outro autor importante desse período foi **Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)**, que publicou o livro *Raízes do Brasil* em 1936, três anos depois de *Casa-grande & senzala* e com escrita completamente diversa da de Freyre. De estilo mais conciso, a obra aborda as dificuldades de implantação do liberalismo tradicional diante da formação histórica da sociedade brasileira. Sérgio Buarque foi influenciado pela história social francesa, a sociologia da cultura alemã, sobretudo a obra de Max Weber, e a teoria sociológica e etnológica.

Sérgio Buarque dialogou com o historiador Manoel Bomfim (1868-1932) e com o pensador e político Alberto Torres (1865-1917), entre outros autores, e especialmente com Oliveira Vianna, ao criticar a visão autoritária desse autor sobre a formação social do Brasil. Com *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque buscou, de modo geral, apresentar as características da nação brasileira, os marcos principais de mudança e os caminhos para a transformação futura.

As análises realizadas por Sérgio Buarque de Holanda se estruturaram em torno da oposição entre o mundo rural e o mundo urbano e entre a esfera privada e a esfera pública. Em sua concepção, é preciso superar as raízes que caracterizaram a sociedade brasileira, para que se possa modificá-la. Com esse objetivo em vista, o autor traçou um panorama histórico do Brasil desde os períodos colonial, imperial e republicano, até os anos 1930.



Belmonte/Coleção particular/Arquivo da editora

***As três raças* (c. 1930), aquarela do ilustrador brasileiro Belmonte (1896-1947).**

2. A GERAÇÃO DE 1930

Na década de 1930, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda deram forma científica à Sociologia brasileira. Amparados, respectivamente, nas obras de Franz Boas, Karl Marx e Max Weber, tornaram-se decisivos para os rumos da Sociologia no país. A seguir, vamos examinar os pontos centrais das obras de Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior, já que a perspectiva de Gilberto Freyre foi trabalhada no Capítulo 4.

Como vimos, Sérgio Buarque adotou o referencial weberiano para analisar o Brasil desde o período colonial. Sua obra denuncia a permanência dos fundamentos das oligarquias agrárias e do patriarcalismo na sociedade brasileira. Opondo-se às teorias racistas e aproximando-se de Gilberto Freyre, esse autor entende que a mestiçagem teve papel central na construção da identidade nacional. Porém, enquanto Gilberto Freyre fez uma interpretação positiva do passado rural como algo próprio de nossa cultura e que não deveria ser transformado, Sérgio Buarque enfatizou a necessidade da transformação social, da constituição de um conjunto de regras e normas destinadas a superar um passado de favorecimentos pessoais originários das oligarquias rurais.

Alicerçando seu raciocínio nos **tipos ideais** weberianos, Sérgio Buarque constituiu um etos nacional, isto é, um conjunto de características dessa cultura, na medida em que explicitou os traços marcantes da sociedade brasileira da época. Esse etos nacional se fundamenta em uma relação dialética própria da sociedade brasileira. De um lado, Sérgio Buarque assinalou a modernização da sociedade brasileira; de outro, o conservadorismo, que tenta bloquear essa modernização.

Para esse autor, o tipo ideal que explicita esse processo contraditório é o **homem cordial**. Ele seria a chave analítica para compreender como certos setores da sociedade brasileira resistem ao processo de modernização. Segundo Sérgio Buarque, a modernização constrói uma nova sociabilidade, que coloca em risco o universo das relações de favorecimento já estabelecidas.

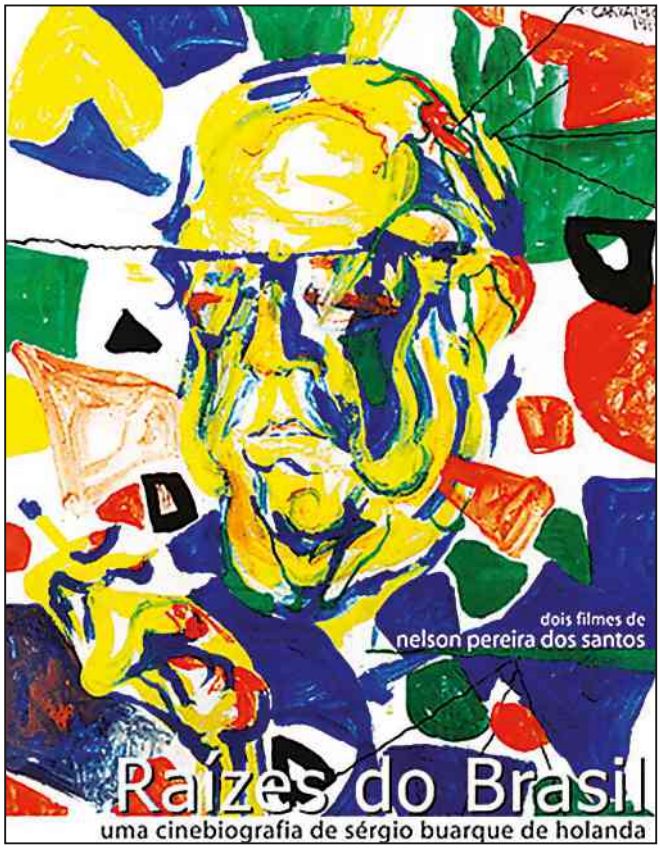
Assim, a cordialidade sintetizaria uma forma de conduta social, nem sempre consciente, que procura frear a modernização da sociedade brasileira e conservar as relações sociais de favorecimento pessoal. A evolução da sociedade brasileira, para esse autor, deve superar essas características e se pautar na busca de uma sociedade civilizada, uma sociedade urbana e cosmopolita que deixe para trás o mundo rural.

A Sociologia de Sérgio Buarque examina, com base na sociedade brasileira, a ligação estreita entre o que é público e o que é privado e seus limites. A ausência de delimitações entre essas duas esferas da vida social pode ser observada ainda hoje, e a prática do favorecimento se disseminou em paralelo com a modernização da sociedade brasileira, sobretudo no que se refere à burocracia estatal. Vemos casos de desvio de verbas e má administração de dinheiro público, nepotismo e corrupção, ao longo de todo o século XX e começo do século XXI. Nesse sentido, a obra de Sérgio Buarque de Holanda é uma leitura fundamental para entender o processo histórico-social brasileiro.

LÉXICO

etos: (do grego *ethos*, 'uso', 'costume') aquilo que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais.

nepotismo: favorecimento de parentes e amigos especialmente por parte de quem ocupa cargos públicos.



Reprodução/Reynaldo Zangrandi

O documentário *Raízes do Brasil* (2004), dirigido pelo cineasta brasileiro Nelson Pereira dos Santos, traz desde cenas do cotidiano de Sérgio Buarque com a família e amigos até um panorama cronológico de sua época. Acima, capa do DVD com retrato de Sérgio feito em 1970 pelo artista Flávio de Carvalho (1899-1973).

Caio Prado Júnior, por sua vez, procurou caracterizar em que medida a formação do Brasil estaria atrelada ao contexto de **expansão do mercado europeu**. A análise que desenvolveu no livro *Formação do Brasil contemporâneo* parte da metodologia marxista, sobretudo por tentar compreender o que estaria oculto no processo de colonização da sociedade brasileira. Para esse autor, a colonização do Brasil e suas consequências históricas devem ser pensadas a partir da ideia de que o Brasil se integrou a uma dinâmica maior, diretamente relacionada à expansão marítima e comercial europeia.

O início da colonização portuguesa na América se fundamentou na produção e exploração de gêneros tropicais direcionados para o mercado externo, e não no povoamento do território. No início, a sociedade brasileira se estruturou economicamente na produção de açúcar e tabaco; mais tarde na extração de ouro e diamantes; e em seguida na produção de algodão e de café, atendendo o mercado europeu. Para o autor, a grande propriedade (o latifúndio), a monocultura e o trabalho escravo se apresentariam, portanto, como as três características centrais da formação social do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A produção agrária, que tinha como centro geopolítico o engenho e a fazenda, integrou-se aos objetivos comerciais europeus. A figura que predominou nesse período não foi a do pequeno produtor rural, e sim a do empresário explorador, o empresário de um grande negócio. Para Caio Prado, seria necessário entender a nação a partir do que ela herdou da colônia, observando essa transformação como um processo histórico de longa duração.

Reprodução/Galeria de Gravuras, Museu de Artes de Dresden, Alemanha.

Engenho Massaípe (PE), em gravura de Zacharias Wagener, de cerca de 1634.

A análise que Caio Prado fez do século XIX mostra-se importante sobretudo por dois motivos. Primeiro porque faz um "balanço final" de três séculos de colonização, depois porque se mostra como "chave insubstituível" para compreender a sociedade brasileira que se constituiu posteriormente. A obra de Caio Prado Jr. demonstra quão importante é analisar os períodos colonial e imperial para compreender o Brasil, seja do ponto de vista do resgate da nossa formação social, seja para observar a presença desse passado na sociedade brasileira atual. Ao observar as nuances arcaicas do Brasil moderno, Caio Prado considerou a formação do país ainda incompleta.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A estrutura da economia brasileira contemporânea é fruto de um processo histórico que teve início com a chegada dos portugueses ao Brasil. A maneira pela qual a produção de mercadorias se dava do século XVI ao XIX é determinante para compreender o desenvolvimento econômico do Brasil no século XX. A economia daquela época, baseada na monocultura, no trabalho escravo e no latifúndio, nos dá elementos para compreender, por exemplo, por que ainda hoje predominam grandes latifúndios que dão base ao agronegócio e por que ainda são tão grandes as diferenças salariais entre negros e brancos. Observe as diferenças entre o lugar ocupado pelo Brasil no cenário econômico mundial nos séculos passados e nos dias atuais: existe continuidade e, ao mesmo tempo, um processo de transformação do país em relação ao mercado europeu e aos Estados Unidos?

Essa incompletude se deve, na visão de Caio Prado, à permanência do Brasil em um papel de subordinação e dependência em relação a outras economias. Segundo esse autor, o passado colonial ainda estaria presente na sociedade brasileira: ele observa, por exemplo, que o trabalho livre não teria se organizado em todo o país, conservando traços do trabalho escravo. O mesmo raciocínio valeria para a produção extensiva destinada a atender os mercados no exterior e a ausência de um mercado interno desenvolvido, que reproduziria, assim, a subordinação do Brasil em relação a economias de outros países.

Cabe dizer que o pensamento de Caio Prado se alinhava aos estudos historiográficos de seu tempo. Nas últimas décadas, novos estudos historiográficos têm destacado a dinâmica econômica colonial, a diversidade de atividades econômicas voltadas para o mercado interno e a importância dos pequenos produtores para o desenvolvimento social e econômico do território durante o período colonial.

3. A ESCRAVIDÃO E A QUESTÃO RACIAL

A herança escravista e a questão racial, temas abordados por vários sociólogos durante o século XX, permanecem extremamente relevantes no século XXI. Os historiadores **Fernando Novais (1933-)** e **Emilia Viotti da Costa (1928-)**, os sociólogos Octavio Ianni e **Fernando Henrique Cardoso (1931-)** e mais recentemente os historiadores **Sidney Chalhoub (1957-)**, **Silvia Hunold Lara (1955-)**, **Célia Maria Marinho de Azevedo (1951-)**, os sociólogos **Antonio Sérgio Guimarães (1952-)** e **Sérgio Costa (1962-)**, o antropólogo **Kabengele Munanga (1942-)**, entre tantos outros, procuram entender o peso e a importância desses temas para a sociedade brasileira.

A referência clássica desses autores, ainda que com críticas e avanços, é a obra de Florestan Fernandes (ver Capítulo 4 e *Perfil* a seguir). Esse autor foi responsável pela formação de um conjunto de pesquisadores que desenvolveram o seu trabalho na Sociologia brasileira, particularmente Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Além das discussões acerca da escravidão e da questão racial, sua obra aborda temas como a metodologia sociológica, o subdesenvolvimento, as classes sociais e a questão indígena, tornando-se, assim, uma das referências centrais para a Sociologia brasileira contemporânea.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Fernando Novais (1933-)**, **Fernando Henrique Cardoso (1931-)**, **Sidney Chalhoub (1957-)**, **Silvia Hunold Lara (1955-)**, **Emilia Viotti da Costa (1928-)**, **Célia Maria Marinho de Azevedo (1951-)**, **Antonio Sérgio Guimarães (1952-)**, **Sérgio Costa (1962-)** e **Kabengele Munanga (1942-)**.

Paulo Cesar/Agência Estado

PERFIL

FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920. Filho de uma imigrante portuguesa que o criou trabalhando como empregada doméstica, começou a trabalhar com 6 anos de idade, primeiro como engraxate, depois em vários outros ofícios. Precisou abandonar o curso primário por questões de ordem material. Depois de se formar no curso de madureza (supletivo), ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1947, formando-se em Ciências Sociais. Doutorou-se em 1951 e foi assistente catedrático, livre-docente e professor titular na cadeira de Sociologia.

Depois do golpe militar de 1964, protestou contra o tratamento dado a seus colegas presos e também foi detido. Cassado em 1969 pelo AI-5, deixou o Brasil e lecionou nas universidades de Toronto (Canadá), Columbia e Yale (Estados Unidos). De volta ao Brasil em 1972, passou a lecionar na PUC-SP. Ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua fundação, elegeu-se deputado federal em 1986 e 1990. Morreu em 1995, deixando uma obra fundamental para as Ciências Sociais e para a área das Ciências Humanas.

Para Fernandes, a escravidão no Brasil tomou formas distintas e se conecta direta e indiretamente com os ciclos econômicos do período colonial (como vimos, atualmente muitos historiadores defendem que havia atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno, de modo que a economia da colônia não era apenas exportadora e "de ciclos"). Em semelhança com a abordagem de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes entendia que o Brasil colônia havia se estruturado como uma economia exportadora de produtos tropicais e que essa organização fora imposta pela metrópole portuguesa. A economia colonial foi marcada pela especialização em determinados ramos produtivos, especialização que se manteve após a emancipação da colônia iniciada com a vinda da família imperial portuguesa para o Brasil, em 1808.

Florestan Fernandes observou que as estruturas de dominação social do período colonial teriam sido preservadas no processo de modernização capitalista no Brasil na medida em que, já no século XX, a dependência em relação à metrópole teria sido transferida, de forma mais ampla, para o mercado capitalista europeu. A escravidão projeta-se, assim, como um fenômeno social que tem ressonância na organização social da sociedade brasileira até nossos dias.

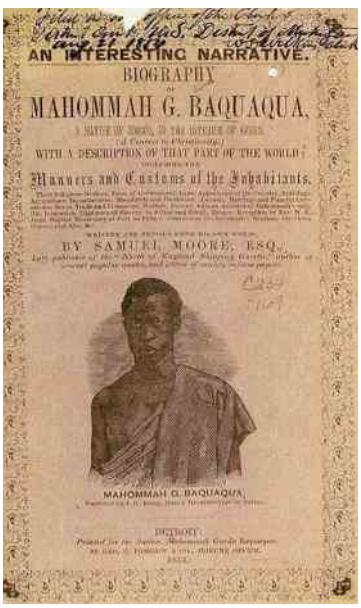
A desigualdade social, por exemplo, teria relação direta com a escravidão e mais particularmente com o modo como os negros foram incorporados a uma sociedade de classes, depois da abolição, em 1888. Ou seja, mesmo considerando o fim da escravidão um marco histórico importante, seria fundamental questionar em que medida as desigualdades sociais baseadas em diferenças de cor se reproduzem e se manifestam após a abolição.

ASSIM FALOU... FLORESTAN FERNANDES

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Globo, 2008. p. 29.

http://www.fatosdesconhecidos.com.br/conheca-unica-autobiografia-escrita-por-um-ex-escravo-que-viveu-brasil/



Para entender esse processo seria preciso analisar o **mito da democracia racial**. Em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), Florestan Fernandes observou que a democracia racial teria servido para difundir a ideia de que não existem distinções sociais entre negros e brancos e afirmar uma suposta convivência pacífica e harmônica entre brancos e não brancos. Essas ideias levariam a supor que as oportunidades econômicas, sociais e políticas estariam abertas a todos os brasileiros de forma igualitária.

Mahommah Gardo Baquaqua, nascido em Djougou (atual Benim) entre 1820 e 1830, foi o único africano escravizado no Brasil que teve um relato autobiográfico divulgado. A obra foi publicada em língua inglesa em 1854, após ele conseguir sua liberdade no Haiti e nos Estados Unidos. Enquanto nos Estados Unidos e no Canadá existem diversas biografias de ex-escravizados, no Brasil insistiu-se em calar a voz do negro. Trata-se de um sintoma das relações raciais nem tão amigáveis quanto propagou o mito da democracia racial. A obra de Baquaqua estava sendo traduzida para o português em 2015.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A Constituição brasileira, como também as de outros países de tradição institucional democrática e influenciados pela *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (França, 1789), tem como uma de suas formulações mais importantes a ideia de que todos os indivíduos são iguais perante a lei. No Brasil, entretanto, assim como em outros países, há diferenças estruturais que se chocam com esse princípio de igualdade de direitos e deveres. O passado escravista promove na sociedade brasileira contemporânea desigualdades econômicas, sociais, culturais e de prestígio social que não reproduzem de fato o princípio de igualdade entre os indivíduos. Tente examinar essa questão observando como diferenças de cor podem representar também diferenças econômicas e salariais e entender como essas diferenças têm relação com a história pregressa do Brasil.

Segundo esse autor, essa ideologia propaga até hoje no Brasil racismo, preconceitos e discriminações. Exemplos disso seriam afirmações do senso comum que garantem que o negro não tem problema de integração social, que a "índole brasileira" não permite distinções raciais, que as oportunidades sociais estão abertas a todos os brasileiros de forma igualitária, que o negro está satisfeito com sua condição social e seu estilo de vida. Esse problema social fica evidente em um estudo realizado em 2014 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), denominado Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial. Segundo esse estudo, no Brasil, a probabilidade de um jovem negro ser assassinado é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco. Um outro dado indica que a taxa de jovens negros mortos por 100 mil habitantes subiu de 60,5 em 2007 para 70,8 em 2012 e entre os jovens brancos de 26,1 para 27,8. Mesmo que a taxa de assassinatos tenha aumentado para negros e brancos, a frequência de mortes de jovens negros, que já era maior, cresceu muito mais que a de jovens brancos.

Para Florestan Fernandes, de um lado o mito da democracia racial teria consolidado a crença de que a situação do negro se deve a sua própria incapacidade de superar dificuldades sociais, tais como o desemprego e a pobreza. Por outro lado, o mito desresponsabiliza o branco e o isenta (sobretudo os brancos da classe dominante) dos efeitos da abolição e da degradação da situação da comunidade negra no Brasil. Fernandes sugeriu, entretanto, que o mito da democracia racial poderia ser usado como ponto de partida para a melhoria da condição do negro na sociedade de classes, desde que o pressuposto democrático seja realmente alcançado. Salientou, assim, que a luta em torno dessa questão deve ser levada a cabo por negros e pardos.

Nos últimos anos, entretanto, essa questão vem sendo trabalhada por outro ângulo. O mito da democracia racial não seria simplesmente um mecanismo de acobertamento das desigualdades e discriminações, mas também reproduziria a ideologia da identidade nacional que impede a construção da igualdade entre os brasileiros.

4. SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

No Brasil dos anos 1930, o Estado moderno substituiu o Estado oligárquico e a indústria nacional começou a se desenvolver. Esse período da história brasileira é central, pois foi em consequência desse momento que a questão do subdesenvolvimento e da dependência econômica do país começou a ser discutida nos anos 1950 e 1960.

Esse debate, além de ser atual, tem relação direta com o posicionamento do Brasil diante de outras economias do mundo. O lugar do Brasil pode ser pensado com base na divisão internacional do trabalho, isto é, em como foi e ainda é construída a economia nacional, que produtos e ramos da indústria foram desenvolvidos na produção nacional, se são produtos estratégicos ou matérias-primas e como essa produção insere o país na economia mundial.

Como vimos nos itens anteriores, mesmo depois da Independência, em 1822, o Brasil continuou sendo um país produtor de mercadorias com baixo valor agregado, que abastecia as demandas de outros países, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos. A partir de meados do século XX, a economia brasileira se desenvolveu como uma economia periférica e complementar a outras que se estruturavam de maneira mais sólida e tinham como base de sua produção bens manufaturados pela indústria, sobretudo a automotiva.

Autor desconhecido/Acervo Museu da Imigração/Arquivo Público do Estado de São Paulo

Esta fotografia, feita em torno de 1950 em local desconhecido, mostra uma linha de montagem anterior à instalação da indústria automobilística no Brasil. Embora empresas de automóveis já tivessem se instalado no país desde os anos 1920, apenas a montagem dos carros era feita aqui, e as peças vinham de fora. O processo de industrialização foi prejudicado pelas dificuldades de importação durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A indústria automobilística só seria implantada no Brasil no fim dos anos 1950.

Chico Albuquerque/Instituto Cultural Chico Albuquerque, Fortaleza, CE.

Em foto da década de 1950, montagem de piões em fábrica de brinquedos instalada em 1937, na cidade de São Paulo (SP).

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Celso Furtado (1920-2004)**.

O subdesenvolvimento aparece, assim, como um problema a ser enfrentado pela Sociologia e também pela sociedade brasileira. Um dos principais teóricos do subdesenvolvimento foi o economista **Celso Furtado (1920-2004)**, autor de *Formação econômica do Brasil*, publicado em 1959. Assim como Caio Prado Júnior, Furtado se preocupava com a economia do passado colonial e chamava a atenção para a ligação, presente desde a colônia, entre a economia brasileira e a economia mundial.

Segundo Furtado, o subdesenvolvimento seria uma forma de organização social no interior do sistema capitalista e não uma etapa que antecederia a entrada no capitalismo. Para ele os países subdesenvolvidos tiveram um processo de desenvolvimento indireto, dependente do desenvolvimento dos países industrializados. Assim, o Brasil se tornou dependente de países desenvolvidos, condição quase impossível de ser superada, a não ser por meio de uma forte intervenção do Estado no setor industrial.

A análise de Furtado destacava a grande concentração da renda em nível mundial durante o século XX até a década de 1950, que ampliou a separação entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos. A definição de subdesenvolvimento, portanto, se insere em um quadro de relações de dominação e dependência entre países, relações estas que tenderiam a se perpetuar.

Para sair da condição de país subdesenvolvido seria necessário que em meados do século XX o Brasil tivesse estabelecido novas prioridades com o objetivo de atingir uma nova concepção de desenvolvimento. O subdesenvolvimento deveria ser neutralizado com uma ação política que, em lugar de reproduzir os padrões de consumo de minorias abastadas, privilegiasse a satisfação de necessidades fundamentais da população como um todo, tais como a educação pública. Entretanto, essa ação política sugerida por Celso Furtado não foi implementada pelo Estado brasileiro. Assim, ainda hoje o país se encontra em situação de dependência em relação a países de economia mais forte e as desigualdades sociais permanecem.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O Brasil e os Estados Unidos foram colonizados em épocas muito próximas. Entretanto, os Estados Unidos são o país mais rico e mais desenvolvido do mundo em termos econômicos. Muito desse vigor econômico tem relação com o desenvolvimento industrial estadunidense, sobretudo com o crescimento das indústrias de automóveis e de eletrodomésticos nas primeiras décadas do século XX. O Brasil, contrariamente, só veio a desenvolver esse tipo de indústria nos anos 1950, de forma retardatária e sob o domínio de multinacionais estrangeiras. Tente pensar que outras causas poderiam explicar nossa condição de país com economia mais fraca que a dos países ocidentais europeus e dos Estados Unidos. Há elementos históricos que contribuiriam para essa relação de dependência? Existiriam fatores externos ao Brasil que aprofundam essa condição de dependência?

Durante a década de 1950 se iniciou o processo de implantação de multinacionais no Brasil, com indústrias de bens de consumo e de veículos que buscaram firmar o país como produtor de bens típicos das sociedades de consumo. Segundo Fernando Henrique Cardoso, esse processo não foi específico da sociedade brasileira: pode ser observado em vários países latino-americanos e estabeleceu uma reformulação entre as economias mais ricas e mais pobres. Durante as décadas de 1960 e 1970, o processo teria se aprofundado, colocando os países pobres em uma nova fase de dependência. Entre nós, essa fase foi marcada pelo interesse dos países centrais em desenvolver no Brasil a indústria e o mercado interno. Cardoso afirma também que essa fase da divisão internacional do trabalho reproduz a dependência industrial e financeira, somada naquele momento à dependência tecnológica. Ou seja: essas empresas dos países centrais detinham não só os recursos como também a tecnologia que impulsionava a industrialização no Brasil.

A discussão sobre a dependência acabou por constituir uma nova teoria, a teoria da dependência, que tem como principais expoentes, além de Fernando Henrique Cardoso, o economista e sociólogo **Ruy Mauro Marini (1932-1997)**, a cientista política **Vânia Bambirra (1940-2015)** e o economista **Theotonio dos Santos (1936-)**. Essa nova forma de dependência diferiria da velha dependência que prevaleceu no Brasil do século XIX até aproximadamente os anos 1930. A nova dependência, configurada entre 1950 e 1970, teria como eixo central a transferência de capital estrangeiro para o processo de industrialização. Essa transferência se deu com base no financiamento de novos segmentos industriais e na instalação de filiais de multinacionais no país.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Ruy Mauro Marini (1932-1997)**, **Vânia Bambirra (1940-2015)** e **Theotonio dos Santos (1936-)**.

A política de substituição de importações, que teve como elemento central a industrialização e a urbanização da sociedade brasileira, não fazia restrições à entrada de capital estrangeiro. Ao contrário: o Estado brasileiro via a chegada desse capital, financiador da industrialização automotiva, como a única alternativa para garantir a industrialização. Como desdobramento desses investimentos externos, o mercado interno se dinamizou. Entretanto, esse processo fortaleceu a concentração de renda e, exceto quanto aos trabalhadores integrados no processo, aprofundou a desigualdade econômica.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A entrada de capital externo no Brasil foi marcante na industrialização dos anos 1950 no Brasil, mas também em outros momentos da história recente — por exemplo, nos anos 1990, com as privatizações de setores produtivos como o da telefonia. A ideia era retirar o Brasil de um estágio de atraso industrial e econômico, abrindo o mercado para empresas estrangeiras. Procure estabelecer, com base nos autores trabalhados neste capítulo, possíveis comparações de momentos históricos distintos nos quais o capital estrangeiro foi apontado como uma saída para o desenvolvimento do país.

5. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas ocorreram grandes mudanças na economia mundial, sobretudo com as reestruturações produtivas iniciadas no Japão nas décadas de 1950 e 1960 e nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa ocidental (ver Capítulo 7). As consequências desse processo de reestruturação produtiva mundial, que teve por base a substituição intensa de trabalho por novas tecnologias produtivas, principalmente robótica e microeletrônica, foram percebidas no Brasil desde a década de 1990 até os dias de hoje.

A incorporação dessa base tecnológica foi impulsionada pelo avanço do neoliberalismo nos governos Fernando Collor (1990 a 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que promoveram a abertura econômica, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação de leis de proteção ao trabalhador. Essas medidas tiveram como consequências centrais o aumento do desemprego formal e, em razão disso, o aumento do trabalho informal, reduções salariais significativas, a precarização do trabalho e o enfraquecimento político da classe trabalhadora.

Diego Nóbrega/Folhapress

Na imagem, de 2012, vemos trabalhadoras e trabalhadores do ramo de teleatendimento em Campina Grande (PB). O crescimento do setor de serviços, com grande oferta de empregos, mas com baixos salários, alto nível de exploração da mão de obra e alta rotatividade, marca o atual modelo de desenvolvimento.

A Sociologia brasileira analisou esse período destacando questões como: a consolidação da democracia, o nascimento de novos movimentos sociais, a constituição de políticas neoliberais, de novas identidades sociais e culturais, a questão ambiental, a questão racial, as políticas de inclusão social, as ações afirmativas (como cotas) e, nos últimos anos, a discussão sobre as classes médias e sobre o neodesenvolvimentismo. A seguir discutiremos o trabalho e sua precarização, enfatizando em que medida a desigualdade social ganhou novos contornos em razão das relações de trabalho que se estabeleceram nas três últimas décadas.

A reestruturação produtiva chegou ao Brasil no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Assim como na reestruturação produtiva europeia e estadunidense, milhares de postos de trabalho foram substituídos por tecnologias robótica e microeletrônica. Isso provocou a dispensa de boa parte da classe operária industrial e o acúmulo de funções para os trabalhadores que permaneceram em seus postos de trabalho.

Entretanto, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva apresenta particularidades. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos havia, anteriormente, leis de proteção ao trabalhador instituídas no contexto do Estado de bem-estar social, no Brasil a história é bem distinta. Nos dois cenários a reestruturação se desenvolve em um mesmo sentido: aumentar a produtividade para gerar mais lucro, com base na submissão política da classe trabalhadora e de suas instituições representativas (sindicatos e partidos). No Brasil, porém, um passado de desigualdades sociais, relacionado primeiro com a escravidão e depois com as formas desiguais de inclusão do negro na sociedade de classes, e de separação marcante entre ricos e pobres, influenciou profundamente a forma como a reestruturação produtiva se efetivou.

O Brasil continua apresentando um dos índices mais altos de desigualdade social do mundo. A reestruturação produtiva aprofundou uma condição de precariedade que a classe trabalhadora brasileira já vivenciava desde sua formação, no início do século XX. A precarização do trabalho tem, portanto, não apenas características gerais, mas também características específicas do contexto brasileiro.

Entre as características gerais, podemos destacar a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e a terceirização, que se fundamenta no princípio da empresa enxuta. Por meio da terceirização, as empresas transferem a outras a responsabilidade de partes da produção que não considerem estratégicas, como vimos na seção *Para saber mais* do Capítulo 7. Em relação à desregulamentação de leis trabalhistas, durante os anos 1990 houve um processo de "flexibilização" das negociações salariais, de jornada de trabalho (com o banco de horas), de formas de contratação (como a contratação por tempo parcial), o que permitiu ao empregador dispensar o trabalhador sem pagar encargos trabalhistas. Isso favoreceu a subcontratação, muito presente nas empresas terceirizadas, nas quais os direitos trabalhistas foram drasticamente reduzidos.

Entre os aspectos específicos da reestruturação da produção e do trabalho no Brasil, temos como características a informalidade, a degradação das condições de trabalho e a intensificação de problemas de saúde no trabalho. De acordo com os dados expostos pela socióloga **Maria da Graça Druck (1953-)**, a precarização tem aumentado nos últimos anos. Em seu levantamento, feito com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), em 2009 havia 101,1 milhões de indivíduos economicamente ativos no Brasil. Dentre esses 101,1 milhões, 8,4 milhões eram desempregados e 8,2 milhões estavam sem remuneração alguma. Druck entende, assim, que 16,6 milhões de pessoas, isto é, 16,4% da população ativa, estava fora do mercado de trabalho. Além disso, observa com base no mesmo censo que, dos 84,5 milhões de indivíduos empregados, 43,5 milhões estavam sem carteira assinada, isto é, sem direitos trabalhistas garantidos pelo emprego formal. Esses números revelam um alto grau de informalidade do trabalho no Brasil.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Maria da Graça Druck (1953-)**.

A superexploração do trabalho ocorre seja pela extensão da jornada, seja pela aceleração no ritmo da produção, com imposição de metas e acúmulo de funções. Em termos da saúde do trabalhador, Graça Druck demonstra um aumento no número de acidentes de trabalho na última década e também da incidência de doenças mentais relacionadas à violência nos ambientes de trabalho. Estas últimas derivam da pressão exercida sobre os trabalhadores em razão de uma ideologia de metas produtivas a serem atingidas a qualquer preço. Segundo a autora, em 2001 foram registrados 340,3 mil acidentes de trabalho no Brasil; já em 2009, o número de acidentes sobe para 723,5 mil, um aumento de 126% em nove anos.

Bruno/Acervo do artista

Esta charge do cartunista Bruno, de 2010, aborda temas muito atuais: aceleração da produção e acidentes de trabalho.

Observa-se, portanto, um quadro de reprodução das formas de desigualdades sociais no Brasil. É importante salientar que as causas dessa desigualdade devem ser pensadas na relação entre vários elementos da formação histórica da sociedade brasileira. Compreender nosso passado é o ponto de partida para entendermos o Brasil contemporâneo, sobretudo se observarmos como novas demandas, reivindicações e problemas sociais aparecem mascarados de novidade, mas, na maioria das vezes, têm relação com velhas questões de nossa estrutura social.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Podemos dizer que o trabalho sempre foi precário na sociedade brasileira. Diferentemente de alguns países europeus ocidentais, como a França e a Alemanha, que viveram o Estado de bem-estar social, o Brasil jamais superou a dependência econômica em relação aos países de economia avançada. Dos anos 1950 até os anos 1980, com o crescimento industrial, as cidades se expandiram e com elas o mercado de trabalho e de consumo. Isso trouxe melhores condições para os trabalhadores empregados nas indústrias. Nas últimas três décadas, porém, a precarização do trabalho se intensificou na medida em que a reestruturação produtiva se generalizou no Brasil. A terceirização, a intensificação do trabalho e a flexibilização das leis de proteção ao trabalhador são elementos centrais desse processo.

Observe pontos de comparação entre a precarização do trabalho ao longo da história brasileira. Procure fazer relações entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado durante o século XX e, sobretudo, entre o trabalho no Brasil e em outros países. Procure observar como novas modalidades de trabalho em seu bairro, comunidade ou cidade expressam formas de trabalho precário.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ No Brasil do fim do século XIX e início do XX, as análises sobre a sociedade brasileira se concentraram na formação social do país, nas influências dessa formação e nas características de uma identidade nacional. Na década de 1930, a perspectiva sobre a identidade nacional tomou forma sociológica com as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.
- ✔ Em *Casa-grande & senzala* (1933), Gilberto Freyre não considera a mestiçagem negativa (discordando de autores do século XIX) e enfatiza a necessidade de substituir o conceito de "raça", largamente difundido no Brasil, pelo conceito de cultura. Freyre vê a formação do povo e da cultura brasileira como um encontro complexo de três "raças".
- ✔ Caio Prado Júnior, nos livros *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), interpreta o passado colonial baseando-se nas formas de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Para esse autor, a formação do Brasil se deu de fora para dentro, visto que o Brasil se estruturou como país fornecedor de produtos tropicais.
- ✔ Em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda aborda as contradições na implantação do liberalismo tradicional no Brasil. Esse autor tem como influências a história social francesa, a sociologia da cultura alemã, e, sobretudo, Max Weber e a teoria sociológica e etnológica.
- ✔ Além disso, um dos aspectos centrais da obra de Sérgio Buarque de Holanda foi discutir a relação entre o público e o privado. Inspirado nos tipos ideais de Weber, ele apresenta o homem cordial como síntese de uma prática social que deveria ser superada, na medida em que não reconhece os limites dessas duas esferas sociais.
- ✔ Em *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), Florestan Fernandes observa que a noção de "democracia racial" contribuiu para difundir a ideia de que no Brasil não há distinções sociais entre negros e brancos.
- ✔ Em *Formação econômica do Brasil* (1959), Celso Furtado (como Caio Prado Júnior), chama a atenção para as relações, desde o passado colonial, entre a economia brasileira e a economia mundial, elaborando a questão do subdesenvolvimento. Essa ideia foi o ponto de partida para que sociólogos e economistas desenvolvessem, nos anos 1970, a teoria da dependência econômica.
- ✔ No Brasil, a reestruturação produtiva das últimas décadas aprofundou a precariedade que a classe trabalhadora já vivenciava desde sua formação, no início do século XX. Um exemplo recente: entre 2001 e 2009, o número de acidentes de trabalho aumentou 126%.
- ✔ As características centrais da reestruturação produtiva que aprofundam a precarização do trabalho são a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e a terceirização.

ATIVIDADES

REVENDO

1. **Quais são os temas centrais que antecederam e influenciaram a formação da Sociologia brasileira no final do século XIX e início do século XX?**
2. **Em que período a Sociologia brasileira se consolida academicamente e quais são seus principais representantes?**
3. **A escravidão no Brasil influenciou o desenvolvimento do preconceito racial no Brasil do século XX? Explique.**
4. **Em que medida o Brasil se formou como um país subdesenvolvido e economicamente dependente?**
5. **Em que medida a precarização do trabalho é uma característica da reprodução da desigualdade no Brasil de hoje?**

INTERAGINDO

1. Considere a letra da música abaixo:

Carta a mãe África

[...]
No mural vendem uma democracia racial
E os pretos, os negros, afrodescendentes...
Passaram a ser obedientes, afro-convenientes.
Nos jornais, entrevistas nas revistas
Alguns de nós, quando expõem seus pontos de vista
Tentam ser pacíficos, cordiais, amorosos
E eu penso como os dias têm sido dolorosos
E rancorosos, maldosos muitos são,
Quando falamos numa mínima reparação:
— Ações afirmativas, inclusão, cotas?!
— O opressor ameaça recalçar as botas...
Nos mergulharam numa grande confusão
Racismo não existe e sim uma social exclusão
Mas sei fazer bem a diferenciação
Sofro pela cor, o patrão e o padrão
E a miscigenação, tema polêmico no gueto
Relação do branco, do índio com preto
Fator que atrasou ainda mais a autoestima:
— Tem cabelo liso, mas olha o nariz da menina
O espelho na favela após a novela é o divã
Onde o parceiro sonha em ser galã
Onde a garota viaja...
Quer ser atriz em vez de meretriz
Onde a lágrima corre como num chafariz
Quem diz! Que este povo foi um dia unido
E que um plano o trouxe para um lugar desconhecido
Hoje amado (Ah! muito amado...), são mais de quinhentos anos
Criamos nossos laços, reescrevemos sonhos
Mãe! Sou fruto do seu sangue, das suas entranhas
O sistema me marcou, mas não me arrebanha
O predador errou quando pensou que o amor estanca
Amo e sou amado no exílio por dona Sebastiana

GOG. *Aviso às gerações*. Só Balanço, 2006.

- **Quais seriam as possíveis relações existentes entre os versos da letra da música do *rapper* GOG e as teorias estudadas neste capítulo?**
- **Como o preconceito racial é sentido e expressado pelo autor da canção? Em que medida ele é combatido na letra da música?**

2. Leia a letra da música abaixo:

O meu guri

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar

Como fui levando não sei lhe explicar
Fui assim levando, ele a me levar
E na sua meninice, ele um dia me disse
Que chegava lá

Olha aí! Olha aí!
Olha aí! Ai, o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega

Chega suado e veloz do batente
Traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar

Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar
Olha aí!

Olha aí!
Ai, o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega no morro com carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos está um horror

Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar
Olha aí!

Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega!

Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço
Fazendo alvoroço demais

O guri no mato, acho que tá rindo
Acho que tá lindo de papo pro ar
Desde o começo eu não disse, seu moço!
Ele disse que chegava lá

Olha aí! Olha aí!
Olha aí! Ai, o meu guri, olha aí
Olha aí!
É o meu guri!

Olha aí!
Ai, o meu guri, olha aí
Olha aí!
É o meu guri!

CHICO BUARQUE, *Meus caros amigos*. Philips Records, 1976.

- **Chico Buarque trata com ironia um problema estrutural da sociedade brasileira. A falta de oportunidades causada pela desigualdade social pode contribuir para outras formas de sobrevivência, em alguns casos ilícitas. Procure apontar, com base nos temas e autores discutidos neste capítulo, as causas estruturais e conjunturais da desigualdade no Brasil.**

CONTRAPONTO

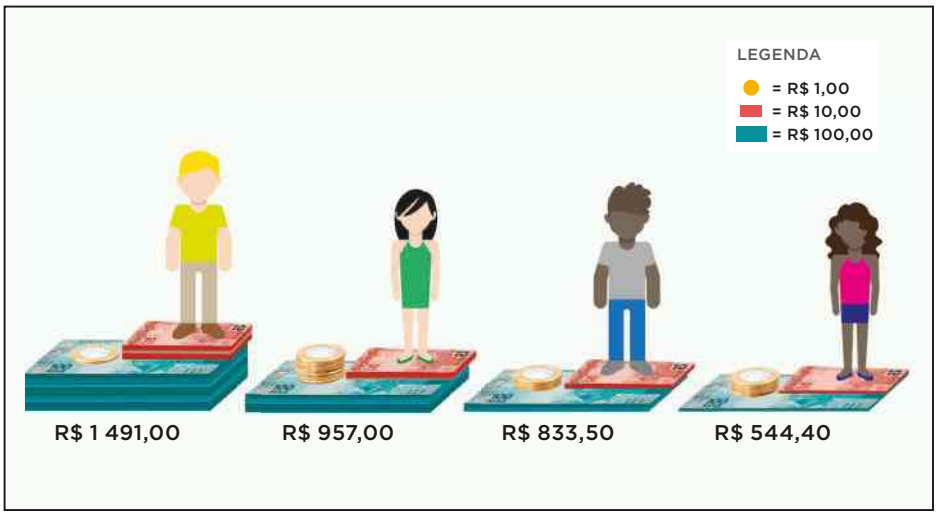
1. **Na pintura *Operários*, de Tarsila do Amaral, os indivíduos, mesmo distintos, têm feições muito semelhantes, o que remeteria à sua homogeneização. Com base nessa imagem e nas discussões que fizemos neste capítulo, escreva sobre a padronização e a diferenciação social.**

Reprodução/Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

Operários **(1933), óleo sobre tela de Tarsila do Amaral (1886-1973).**

2. Com base na imagem abaixo, discuta:

Renda média da população, segundo sexo e raça/cor. Brasil, 2009.



Banco de imagens/Arquivo da editora

Elaborado com base em: IPEA [et al.]. *Retrato das desigualdades*, 4. ed. 2011.

- **Descreva as causas históricas que contribuem para a perpetuação das desigualdades salariais quanto às diferenças de sexo e cor no Brasil.**
- **Em que medida essas desigualdades podem contribuir para a lucratividade das empresas capitalistas?**

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/ Ed. Expressão Popular

A história da luta pela terra e o MST, de Mitsue Morissawa. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Este livro traz em linguagem simples uma explicação da luta pela terra na história da humanidade, desde quando a terra era de todos até sua apropriação privada. O livro também trata da estrutura agrária no Brasil, da formação dos movimentos camponeses e da trajetória do MST.

Reprodução/Ed. Saraiva

Brás, Bexiga e Barra Funda, de Antônio de Alcântara Machado. São Paulo: Saraiva, 2009.

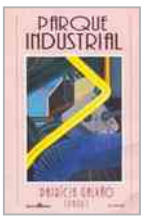
Publicado pela primeira vez em 1927, este livro é um marco do movimento modernista no Brasil, O cronista volta seu olhar para bairros da classe trabalhadora paulistana, mostrando os encontros entre imigrantes italianos e a população local, então em sua maioria negra.

Reprodução/Ed. Nova Fronteira

Grande sertão: veredas, de João Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Em seu mais conhecido romance, Rosa reinventa a língua portuguesa e apresenta uma história épica da vida no interior de Minas Gerais.

Reprodução/EdUFSCAR



Parque industrial, de Patrícia Galvão. Porto Alegre e São Paulo: EdUFSCar, 1994.

Este livro de Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, foi o primeiro romance no Brasil a explorar como tema a vida da classe operária. Os personagens, a problemática e a ambientação trazidos no livro retratam a vida nas fábricas e nos cortiços do bairro paulistano do Brás na década de 1930.

Reprodução/Ed. Record

Vidas secas, de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Neste livro, os personagens enfrentam a dura realidade da seca e da pobreza no Sertão nordestino, ao mesmo tempo que reforçam laços afetivos.

FILMES

Reprodução/Paulo J. Reis/Riofilme

Baile perfumado (Brasil, 1997). Direção: Paulo Caldas e Lírio Ferreira.

O filme narra a saga do libanês Benjamin Abrahão, mascate e fotógrafo. Amigo de Padre Cícero, ele parte de Juazeiro, no Ceará, nos anos 1930, para levantar recursos e filmar Lampião e seu bando. Benjamin localiza o cangaceiro e registra o cotidiano do grupo, mas seu filme é proibido pela ditadura de Vargas.

Trotoar/Virine Filmes

Branco sai, preto fica (Brasil, 2014). Direção: Adirley Queirós.

Nesta ficção científica inspirada em um acontecimento real, dois homens acabam gravemente feridos a bala após policiais entrarem bruscamente em um baile na periferia de Brasília. Ao investigar o caso em busca de culpados, um detetive vindo do futuro revela que o racismo e o caráter repressor da sociedade brasileira estão no centro do problema.

Reprodução/
Mauro Pinheiro Jr./Europa Filmes

Cinema, aspirinas e urubus (Brasil, 2005). Direção: Marcelo Gomes.

Para fugir da Segunda Guerra Mundial, um alemão vai trabalhar como vendedor de aspirinas nas cidades do interior do Nordeste. Dirigindo seu caminhão, ele conhece Ranulpho, um nordestino que está tentando chegar ao Rio de Janeiro em busca de trabalho.

Reprodução/José Padilha/
Downtown Filmes

Garapa (Brasil, 2009). Direção: José Padilha.

Este documentário, cujo tema é a fome no mundo, é resultado de mais de 45 horas de material filmado por uma pequena equipe que, durante quatro semanas, acompanhou o cotidiano de três famílias no Ceará.

Silvio Tendler/Caliban

Privatizações: a distopia do capital (Brasil, 2014). Direção: Silvio Tendler.

Este documentário aborda os temas relativos às privatizações no Brasil e traz uma série de depoimentos de intelectuais, políticos e educadores.

Reprodução/Hélio Silva/Riofilme

Rio, 40 graus (Brasil, 1955). Direção: Nelson Pereira dos Santos.

A busca por se aproximar da realidade brasileira – no caso, em um contexto urbano – fez desse filme um precursor do movimento do Cinema Novo, que se formaria nos anos 1960.

Reprodução/L.C. Barreto/Difilm

Terra em transe (Brasil, 1967). Direção: Glauber Rocha.

Considerado a obra-prima do diretor, o filme pode ser lido como metáfora do Brasil dos anos 1960, na medida em que seus personagens representam diferentes tendências políticas da época.

INTERNET (Acesso em: nov. 2015.)

http://www.palmares.gov.br/?lang=en

www.palmares.gov.br/

Site da Fundação Cultural Palmares. Criada em 1988, a Palmares é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura. Sua finalidade é promover e preservar a cultura afro-brasileira. No endereço eletrônico é possível conhecer melhor as ações da instituição e ter acesso às informações *on-line*, tal como o calendário de eventos da cultura negra e a *Revista Palmares*.

http://www.neab.ufscar.br/

www.neab.ufscar.br/

Site do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), criado em 1991 com os objetivos de subsidiar a formulação e execução de políticas públicas de promoção da igualdade racial; divulgar a realidade dos afrodescendentes na sociedade brasileira; registrar a memória social afro-brasileira; capacitar educadores a promover o respeito às culturas dos grupos étnico-raciais e sociais e organizar programas e materiais de ensino.

http://kilombagem.org/

www.kilombagem.org

Neste *site* é possível encontrar, além de notícias, diversos cursos, discussões e materiais relacionados às questões sociais do negro no Brasil e no mundo.

CAPÍTULO 10

TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA SOCIOLOGIA

Tom Thai/Acervo do fotógrafo

Intervenção (grafite) de Banksy na cidade de Boston, Estados Unidos, em foto de 2010. Sobre a frase "Siga seus sonhos" pichada no muro, uma tarja vermelha adverte: "Cancelado".

Neste capítulo vamos discutir:

1. A indústria cultural
2. A Revolução Informacional
3. Valorização e financeirização do capital
4. Modernidade e pós-modernidade
5. Campo simbólico e esfera pública

Neste capítulo veremos algumas discussões centrais para a Sociologia contemporânea. Vamos destacar algumas perspectivas sobre problemas que a Sociologia clássica não aprofundou e novas questões características do contexto histórico dos séculos XX e XXI. Entre estas últimas, trataremos da mercantilização da cultura, do processo de informatização da vida, da financeirização da economia e da formação de ações políticas coletivas distintas daquelas realizadas até meados dos anos 1970.

Serão analisados temas relativos à indústria cultural, à ação comunicativa e à esfera pública; às práticas simbólicas; à revolução informacional; à modernidade e à pós-modernidade; e, por fim, à valorização e à financeirização do capital.

1. A INDÚSTRIA CULTURAL

Nos anos 1940, Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), intelectuais do que se convencionou chamar de Escola de Frankfurt, analisaram um tema até hoje central para as sociedades contemporâneas: a indústria cultural.

+ PARA SABER MAIS • Escola de Frankfurt

É conhecido como Escola de Frankfurt um conjunto de pensadores alemães atuantes no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt a partir da década de 1920. Nomes como **Walter Benjamin (1892-1940)**, **Theodor Adorno (1903-1969)**, **Max Horkheimer (1895-1973)**, **Herbert Marcuse (1898-1979)**, **Erich Fromm (1900-1980)** e **Jürgen Habermas (1929-)** atuaram em diferentes períodos com um interesse em comum: chegar a uma teoria crítica da sociedade, numa abordagem que englobava a Filosofia, a Economia, a Psicologia, a História e as Ciências Sociais. Para tanto, tomaram como ponto de partida, principalmente, a teoria marxista e as contribuições da psicanálise e da sociologia weberiana.

A teoria crítica buscou analisar as condições específicas da cultura de massa, que se formou a partir da primeira metade do século XX. Esta se caracteriza, principalmente, pelo estímulo ao consumo e à fruição do entretenimento a fim de diminuir tensões sociais decorrentes do capitalismo. Por isso, foram de especial interesse desses pensadores os novos meios de reprodução técnica e difusão em larga escala de informações, como a fotografia, o cinema, o rádio e a televisão.

No livro *Dialética do esclarecimento* (1944), Adorno e Horkheimer observaram como os processos de industrialização atingem também a produção artística. Eles procuraram mostrar como o processo de mercantilização, de troca de mercadorias, também atinge a arte e a cultura em geral.

O contexto histórico em que a obra foi escrita era de intensa transformação social na Europa e nos Estados Unidos, causada pelo processo de industrialização, com a introdução do taylorismo e do fordismo (ver Capítulo 7), e pela influência do desenvolvimento científico e de sua aplicação tecnológica nas indústrias. Adorno e Horkheimer observaram que a produção mercantil avançava cada vez mais sobre as expressões culturais e artísticas.

A tese sobre a indústria cultural indicou, nesse sentido, de que maneiras a arte e a cultura estariam sujeitas às imposições do mercado, o que acabaria por transformá-las em mercadorias que são trocadas como outra mercadoria qualquer — como um carro ou um eletrodoméstico, por exemplo.

O desenvolvimento da mercantilização da vida atingiu, com isso, setores da sociedade que pareciam estar imunes a esse processo. O teatro, a dança e as artes plásticas teriam, segundo essa perspectiva, sucumbido ao desenvolvimento da racionalidade econômica. Adorno percebeu também que a produção artística desse período, a exemplo do cinema (e depois, podemos dizer, da televisão), já teria nascido impregnada dos signos da produção e do consumo em massa. A produção cultural estaria articulada aos objetivos estruturais do capital, isto é, os objetivos da produção cultural seriam determinados, em grande medida, pela troca mercantil. Assim, qualquer expressão crítica da arte e da cultura estaria praticamente descartada.

A indústria cultural (os meios de comunicação de massa e da cultura de massa) surgiu com o advento da industrialização nas sociedades capitalistas, mas só ganhou maior proporção quando a industrialização no século XX se tornou um processo em larga escala. As transformações no modo de vida decorrentes da introdução das máquinas na produção capitalista no século XVIII aceleraram-se nos séculos XIX e XX. O desenvolvimento de uma produção de massa leva, necessariamente, a um consumo de massa.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Jürgen Habermas (1929-)**, **Walter Benjamin (1892-1940)**, **Theodor Adorno (1903-1969)**, **Max Horkheimer (1895-1973)**, **Herbert Marcuse (1898-1979)** e **Erich Fromm (1900-1980)**.

Mecanismos culturais e artísticos estruturaram-se da mesma maneira que a produção industrial de mercadorias: assumiram seu ritmo, sua cadência, suas formas de exploração do trabalho e de venda da mercadoria.

O mesmo ocorreria com as relações sociais que sustentam a produção em massa. Trata-se, como vimos no Capítulo 7, de uma relação social que submete o trabalhador ao ritmo da máquina e que o aliena, reifica (coisifica) sua existência. Essa reificação o transforma em uma coisa, um mero produto, uma mercadoria como todas as outras. Como essa alienação (coisificação) não se dá apenas em seu trabalho, ela acaba por alcançar todos os aspectos de sua vida. A consequência disso é a falta de uma perspectiva crítica do trabalhador em relação à sociedade e à sua própria existência.

André Dahmer/Acervo do artista

Nesta tira de 2015, o cartunista André Dahmer trata com ironia a finalidade da produção capitalista: o lucro.

A cultura, produzida também em série, em massa, é percebida como manifestação de uma indústria que não desenvolve nenhuma forma de expressão intelectual livre, mas, ao contrário, está submetida aos anseios do mercado e do lucro capitalista. Torna-se, portanto, uma mercadoria consumível e descartável como qualquer outra. Com isso, a cultura deve obedecer aos princípios mais gerais do mercado e ser produzida para fazer girar a indústria de livros, de filmes, de música, de peças de teatro, de televisão, de *sites*, de jornais e revistas, padronizando-se para atender àquilo que essa indústria considera ser um perfil médio de expectativas dos consumidores. Uma arte crítica, que leva à reflexão, perde cada vez mais espaço para o entretenimento considerado lucrativo.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Pense em uma musicista, por exemplo: por mais brilhante que possa ser, se ela não conseguir vender sua arte no mercado, provavelmente não conseguirá seguir no ramo. O mercado da música acaba por definir, muitas vezes, como devem ser as canções, ritmos e letras, e dita que perfis de artistas serão vendáveis e aceitos pelos consumidores. Por isso, os artistas e suas músicas, muitas vezes, buscam se adequar ao mercado: é a arte subsumida à lógica do lucro. Diversas expressões culturais atualmente passam por essa situação. Expressões culturais tradicionais de determinadas regiões, como o jongo no Sudeste e o coco ou o cavalo-marinho no Nordeste, não nasceram atreladas ao mercado: elas não eram apresentadas a um público em troca de dinheiro, e sim realizadas em encontros sociais cotidianos e celebrações. Atualmente, essas manifestações culturais, sob o risco de desaparecer, muitas vezes têm de se transformar em produtos vendáveis, deixando de lado algumas características originais para atender às demandas do mercado. Você consegue pensar em outras expressões culturais que atualmente têm se transformado para atender às demandas do mercado?

2. A REVOLUÇÃO INFORMACIONAL

Um dos desdobramentos possíveis da indústria cultural tem relação com a produção e apropriação da informação. O processo de racionalização das sociedades, que contribui para o aprofundamento do mercado e da economia, traz o debate sobre como as inovações científicas e tecnológicas deveriam ou não serem usadas como meio de incrementar a produção de mercadorias.

O desenvolvimento científico e tecnológico inspirou vários autores desde a Revolução Industrial. Novos sujeitos sociais, modos de produção, novas práticas políticas, novos tipos de sociedade, de organização da produção, de formas de ação política coletiva foram estudados com base no desenvolvimento científico e tecnológico. Essas análises foram particularmente influenciadas por uma leitura da obra de Marx segundo a qual o desenvolvimento tecnológico e científico seria limitado pelas relações sociais capitalistas. Estas relações sociais impediriam que a ciência e a tecnologia avançassem livremente como elemento de transformação social, já que esse livre avanço não atenderia aos interesses sociais do capitalismo. Em síntese, podemos dizer que o desenvolvimento tecnológico e científico em nossa sociedade não está descolado dos interesses das classes sociais dominantes. Nesse sentido, a ciência e a tecnologia desenvolvidas em nossas sociedades têm por objetivo central atender as expectativas de lucro.

Bleu Avina/http://www.thecitrusreport.com

Mural do artista Bleu Avina, em San Diego, nos Estados Unidos. Um dos temas explorados por este artista é justamente a crescente influência da tecnologia em nossa sociedade. Fotografia de 2014.

Existem no capitalismo forças produtivas (ciência e tecnologias) capazes de produzir o necessário para toda a população do planeta. No entanto, seu desenvolvimento permanece limitado aos interesses do capital, restringindo o acesso e a socialização dos produtos. Vejamos um exemplo: desde a década de 1970, dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) apontam que o problema da fome no mundo não está relacionado com a baixa produção de alimentos, mas sim com a má distribuição dela. Por um lado, existem problemas relativos à área da produção, como o crescimento do uso de agrotóxicos e transgênicos de forma indiscriminada e sem controle das consequências ambientais e para a saúde humana. Por outro, as relações de produção capitalistas impedem que os benefícios trazidos pelo avanço das forças produtivas, a exemplo da grande capacidade de produção alimentar, estejam disponíveis para todos.

Com a reestruturação produtiva dos anos 1960 e 1970, esse tema voltou ao centro da discussão sociológica. As novas tecnologias da informação, distintas das tecnologias anteriores, pareciam dar outro sentido às sociedades contemporâneas. Como trouxeram novas formas de produção que diminuíram tanto a necessidade de intervenção direta do trabalho quanto o tempo de trabalho necessário à produção, teriam possibilitado aos indivíduos uma maior participação no processo de construção da cidadania e ampliação de direitos sociais. Falou-se de uma **Revolução Informacional**, que teria transformado a base produtiva do capitalismo, de modo que o conhecimento e a informação se alçariam como elementos centrais do trabalho.

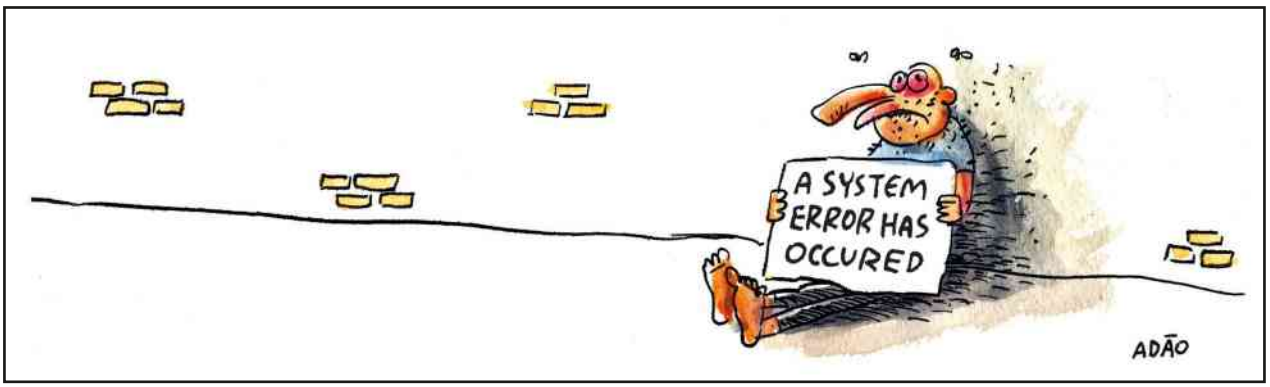
Enquanto a Revolução Industrial se caracterizou como uma revolução da indústria e teve seu foco no trabalho realizado nas máquinas, a Revolução Informacional teria como base não mais a matéria física, mas a informação e o conhecimento. A primeira se caracterizaria pela transformação de um produto com base no trabalho manual; a segunda, pelo predomínio do trabalho intelectual não só no setor industrial, mas em todos os setores da economia.

Em seu livro *A Revolução Informacional* (1992), o sociólogo francês **Jean Lojkine (1939-)** entende que esse tipo de produção não é fruto apenas de uma transformação tecnológica. Para esse autor, não se trata da simples utilização da informática em atividades de formação, comunicação e gestão, mas sim de uma mudança em como os trabalhadores usam a informação.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Jean Lojkine (1939-)**.

A questão central para entender o trabalho informacional na produção ou nos serviços tem relação com as formas de liberação do trabalhador. Para Lojkine, muitas foram as tentativas de controlar esse tipo de atividade de forma taylorista, isto é, retirando os saberes dos trabalhadores e os transferindo para a gerência. Mas essas tentativas não tiveram êxito, já que as atividades criadas pela Revolução Informacional se apoiam na produção e troca de informações por meio das tecnologias da informação.

Segundo alguns autores, ocorreu uma diferença significativa na utilização das tecnologias da informação, pois, diferentemente das tecnologias tradicionais, as NTICs (novas tecnologias da informação e comunicação) não substituem trabalhadores por máquinas. Lojkine ressalta que essas tecnologias são diferentes na medida em que demandam uma interatividade do trabalhador com a máquina, tendo a invenção humana um papel central nesse processo.



Adão Iturrusgarai/Acervo do artista

A charge de Adão Iturrusgarai, de 2012, cria uma analogia entre as falhas da tecnologia e os problemas sociais. Na placa de um morador de rua, que representa a pobreza, a mendicância e a desigualdade, lemos uma típica frase dos computadores: "Ocorreu um problema do sistema". A charge nos faz refletir se os avanços da tecnologia puderam ou ainda podem cumprir um papel de resolução ou de diminuição dos problemas sociais.

Assim, a utilização das tecnologias da informação teria relação com a libertação do indivíduo de certas amarras do trabalho taylorista e fordista. Haveria ainda exploração do trabalho, mas de forma diferente da que havia anteriormente. Nestes novos termos, o trabalho seria mais qualificado, exigindo mais responsabilidade do trabalhador; seria sobretudo um trabalho mais intelectualizado se comparado ao da fábrica fordista. Expressões como "satisfação no trabalho" e "participação ativa do trabalhador" pareciam indicar uma relação distinta do trabalhador com seu trabalho. Resumindo, o trabalhador teria se libertado de algumas limitações impostas pelas atividades tradicionalmente fabris.

Apesar da criação de novas qualificações profissionais, o que deve ser ressaltado é o grau em que esses trabalhos são ou não consequência de escolhas e estruturas gerenciais em que o trabalhador não pode interferir. Nesse sentido, a pergunta central seria: a Revolução Informacional de fato liberta o trabalhador de atividades penosas e enfadonhas ou não passa de um processo de intensificação do trabalho, que agora também controla as formas de produção intelectual?

Deve-se levar em conta que toda transformação tecnológica não tem fundamentação neutra, mas obedece a interesses presentes na sociedade. Nesse sentido, a produção informacional parece estar longe de libertar os trabalhadores dos atuais padrões de exploração e dominação social.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas atividades que utilizam a informação como ferramenta de trabalho são apresentadas à sociedade como diferentes daquelas da fábrica tradicional. Em geral, há diferenças entre essas atividades. Enquanto o trabalhador da linha de produção de uma indústria tem uma atividade preestabelecida pelo setor de engenharia de produção ou pela gerência, o trabalhador da área de informação utiliza mais a criatividade e a invenção para executar seu trabalho. No entanto, há limites para essas diferenciações. Os projetistas de uma empresa de *software* planejam de acordo com um esquema determinado pela empresa, os jornalistas de um periódico escrevem dentro de uma linha editorial preestabelecida, os publicitários de uma empresa de *marketing* criam campanhas levando em conta os interesses do cliente. Pense em algumas atividades profissionais, no seu círculo familiar ou no de amigos, buscando estabelecer diferenças entre aquelas que utilizam ferramentas informacionais em relação a outras atividades que não utilizam informação e conhecimento como meio de trabalho. Procure pensar também em que medida os trabalhadores das áreas rurais são afetados pelas tecnologias da informação.

Beto Barata/Agência Estado

Na imagem de 2008 vemos um engenheiro-agrônomo de Formosa (GO) utilizando programas ou informações disponíveis na internet para auxiliar na lavoura. No Brasil, a cobertura da internet no meio rural aumentou muito nos últimos anos, o que tem possibilitado a agricultores e pecuaristas o acesso ao monitoramento de safras agrícolas, a informações meteorológicas e a análises de mercado, entre outras novas tecnologias aplicadas ao campo.

3. VALORIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

Se no item anterior destacamos algumas questões relativas à ciência e à tecnologia e suas formas de utilização, neste item vamos discutir como o mercado se organiza e, especialmente, a economia financeira do capitalismo e seus desdobramentos sociais.

Nas últimas décadas, as sociedades capitalistas se estruturaram com base na **financeirização do capital**. A valorização do capital baseada na extração de mais-valia e na exploração da força de trabalho (que vimos no Capítulo 7) foi avolumada por um processo que já se observava desde o final do século XIX e que nas últimas décadas tornou-se hegemônico: o acúmulo de riquezas por meio de mecanismos e canais financeiros, e não apenas das atividades produtivas (na indústria, no comércio e na agricultura).

No século XIX ganharam espaço os bancos e a figura do capitalista que comercializa dinheiro, isto é, o capitalista financeiro. Tomar dinheiro emprestado de um banco é uma forma estrutural de valorizar o capital. O capitalista industrial faz isso a fim de investir na produção com o objetivo de lucrar por meio da exploração do trabalho. Com esse lucro, o capitalista industrial paga os juros para o capitalista financeiro. Mas tanto o lucro quanto o juro são frutos da mais-valia produzida.

Na prática, o capitalista financeiro potencializa o lucro do capitalista industrial quando dá a ele um crédito. O problema é que além de potencializar a acumulação capitalista, esse crédito que o banco concede dá origem ao **capital fictício**.

Como podemos definir o capital fictício? De um lado, o empréstimo é aplicado no processo de produção para gerar mais-valia, isto é, o dinheiro emprestado produz juros. No entanto, nem todo empréstimo é aplicado à produção. Essa forma de dinheiro emprestado que não gera mais-valia é considerada por Marx como uma forma fictícia de capital, pois produz valor de modo independente da produção de mercadorias, apenas com base em previsões e expectativas.

O desenvolvimento da financeirização nas últimas décadas faz com que a finança prevaleça em relação à produção de mercadorias. Isto é, os valores negociados no mercado de ações são superiores àqueles gerados pelas atividades produtivas. Para observar esse fenômeno, basta considerar o produto interno bruto (PIB) de determinados países e compará-los aos valores negociados na Bolsa de Valores. Do final da década de 1970 até meados da primeira década do século XXI, os valores negociados nas Bolsas foram muito superiores ao valor do PIB de todos os países de economia capitalista desenvolvida. Há, portanto, uma diferença entre a produção real e o que se negocia na forma de títulos e ações; isto é, entre a valorização real e o capital fictício.

Assim, a valorização das ações de uma empresa não está relacionada diretamente a seu lucro ou perda em um período específico, mas sim à avaliação na Bolsa de Valores. O que importa é a avaliação da Bolsa sobre o lucro ou perda, e não o aumento ou redução da lucratividade da empresa.

LÉXICO

finança: manejo, gerenciamento do dinheiro ou de títulos que o representam.

Daniel Marenco/Folhapress

Funcionários da Bolsa de Valores de São Paulo (SP) observam o painel de ações em agosto de 2011. A preocupação com uma nova onda de recessão global levou as Bolsas ao redor do mundo a despencar naquela quinta-feira. Com a financeirização, as expectativas influenciam mais que a produção real no valor das ações das empresas.

Determinadas ações aumentam de valor sem que haja um aumento proporcional da produção real. O economista francês **François Chesnais (1934-)** convencionou chamar o período de avanço da finança de **mundialização do capital**. Esse processo se define pela liberalização de capitais pelo mundo, ou seja, pela possibilidade de captar recursos financeiros em diferentes mercados. Em seu livro *A mundialização do capital* (1994), Chesnais analisa o capitalismo de hoje para demonstrar o caráter destrutivo das forças econômicas atuantes a partir da década de 1980.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **François Chesnais (1934-)**.

Essa liberdade de investimento capitalista permitiu uma movimentação de capitais pelo mundo, o que fez desenvolver amplamente a valorização do capital fictício, sobretudo nos países mais ricos. Entretanto, essa valorização é interrompida quando ocorre queda de salários e de investimentos, e nos anos 1990 e na primeira década do século XXI as crises se multiplicaram.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Não há um dia em que o noticiário da TV ou os jornais não informem os dados da Bolsa de Valores. O dólar que sobe e desce, o real que varia ou estabiliza, as ações de uma companhia em alta, as de outra em baixa. A economia mundial parece ter criado uma relação de dependência muito forte, na qual um evento na China, na Índia ou nos Estados Unidos afeta todas as economias do mundo. Essa relação de dependência se deve à mundialização do capital, isto é, a sua livre circulação nos países do globo. Nossa vida, depende, por exemplo, do nível de consumo da classe trabalhadora dos Estados Unidos. Se o consumo dela sobe, espera-se que a economia daquele país cresça, e as Bolsas de todo o mundo sobem também. Se cai a produção na China, as Bolsas de todo o mundo veem suas ações caírem. Um país dependente da importação de petróleo tem sua economia bastante afetada pelos países e grupos que controlam o preço deste produto. Ou ainda um país que dependa da importação de alimentos para sua população se alimentar está sempre sujeito a sofrer com as variações na produção e no preço de mercado, ditados por outros países. Em que medida o Brasil depende dessas flutuações? Tente pensar em alguns dos fatores políticos e econômicos que demonstram essas flutuações econômicas.

Para a economista brasileira **Maria de Lourdes Mollo (1951-)**, estamos vivendo um período em que o processo de financeirização das economias parece ter chegado ao seu limite. De qualquer forma, é importante considerar a intrínseca relação entre capital industrial e capital financeiro. Desde sua origem, o desenvolvimento capitalista se baseou nessa relação, que se aprofundou com a liberalização dos fluxos de capitais nas últimas décadas.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Maria de Lourdes Mollo (1951-)**.

A contenção ou o desenvolvimento de um desses polos (capital industrial e capital financeiro) complementares da economia capitalista depende da participação do Estado. Exemplos disso são os empréstimos públicos dos Estados Unidos para salvar determinados bancos da falência, principalmente após a crise de 2007-2008.

4. MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Nos itens anteriores tocamos em problemas sociais centrais às sociedades contemporâneas. Destacamos a reprodutibilidade e mercantilização da arte e da cultura, com base na discussão da indústria cultural; vimos as implicações do desenvolvimento científico e tecnológico na Revolução Informacional; evidenciamos como o capitalismo atual está fortemente fundamentado no capital financeiro. Agora discutiremos a questão da modernidade e pós-modernidade, buscando compreender as principais teses que fundamentam esse debate.

Como categoria de uma época, **modernidade** designa o período inaugurado pelo Iluminismo no século XVIII, que está relacionado a um projeto intelectual cuja base é o desenvolvimento científico objetivo e autônomo. Em termos mais gerais, o objetivo iluminista foi estabelecer formas de conhecimento científico que levassem à emancipação da humanidade. O esforço científico representava, assim, uma forma de ultrapassar as limitações impostas pela natureza. Além de superar a escassez e as necessidades físicas, o projeto iluminista pretendia ir além das formas de explicação religiosas, míticas e supersticiosas, estabelecendo a ciência e a razão como princípios norteadores do conhecimento humano.

Em nossos dias, é fácil reconhecer esse conjunto de ideias. A vida em sociedade está permeada pelos princípios da modernidade. Podemos observá-los na economia, no direito, nas formas de organização burocrática e nas atividades profissionais. O que determina essas esferas da vida social como representativas da modernidade é a crença de que o desenvolvimento do progresso e da capacidade científica pode resolver todos os problemas da humanidade.

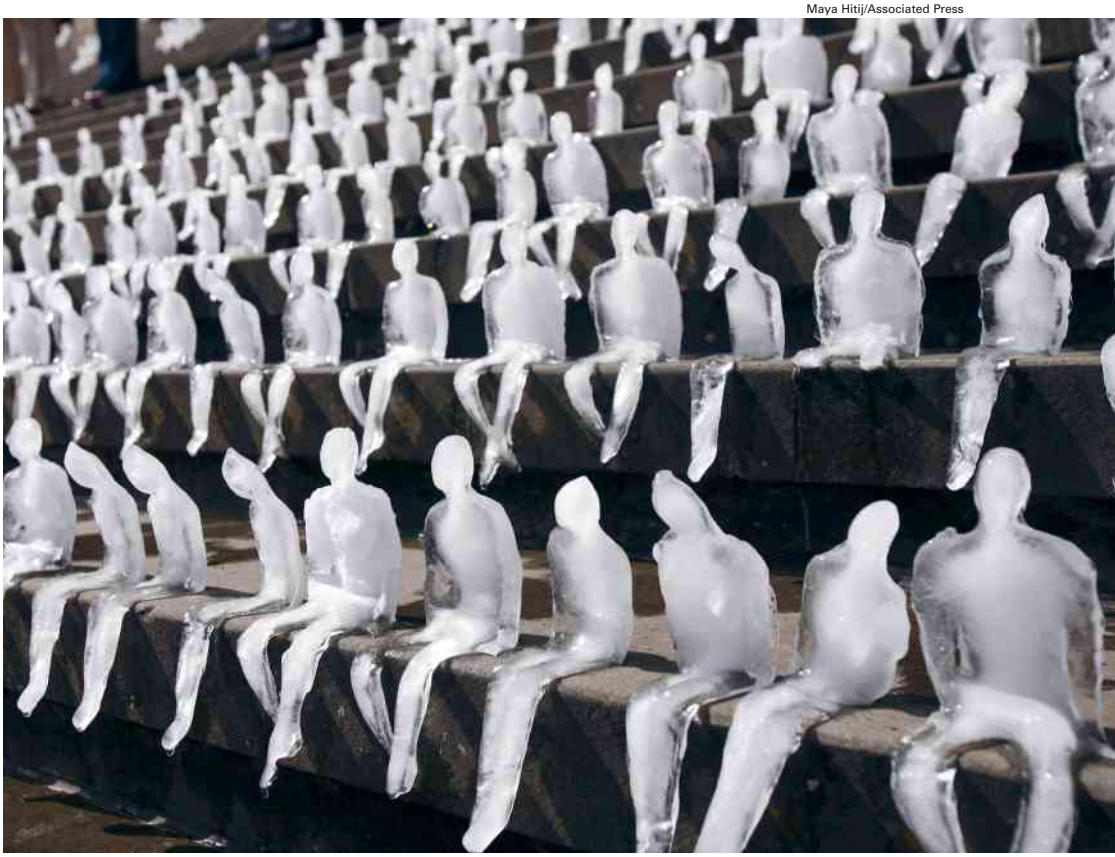
Assim, a modernidade pode ser entendida como expressão de uma época histórica marcada por um discurso que privilegia as formas de conhecimento científico universais e totalizantes. Ou seja, a modernidade produz interpretações teóricas abrangentes e homogeneizantes que procuram dar conta da história da humanidade como um todo.

Nas últimas décadas, alguns pensadores passaram a defender uma mudança de perspectiva. Assim, o **pós-modernismo** privilegia a diferença, a diversidade, a fragmentação, a indeterminação, e nesse sentido se insurge contra os discursos universalizantes e totalizantes da modernidade. Procura reconhecer as diferentes subjetividades, dando maior visibilidade a questões como gênero, etnia, ambiente, sexo, territorialidade, isto é, procura compreender a heterogeneidade social. Ao levar em conta as identidades sociais internas de cada grupo ou movimento social, procura explicar o caráter fragmentário de nossos dias em oposição ao discurso da modernidade, que procura ver nesses grupos e movimento sociais heterogêneos um fio condutor, isto é, um elemento histórico ou social que os unifique.

LÉXICO

homogeneizante: que torna uniforme, padronizado, igual.

Maya Hitij/Associated Press



No século XIX, Karl Marx usou uma analogia com a força de transformação da matéria (física) para ilustrar como a sociedade capitalista se transforma constantemente: "tudo que é sólido se desmancha no ar". Zygmunt Bauman (1925-) ilustra como a pós-modernidade recairia sobre os indivíduos dizendo que esta seria uma época de liquidez, fluidez, volatilidade, incerteza e insegurança. Isso levaria os indivíduos a viver um tempo imediatista, no qual o consumo, o gozo e as relações seriam descartáveis e artificiais: seria o tempo da modernidade líquida. Na imagem, vemos esculturas de gelo em uma escadaria em Berlim, na Alemanha, criadas pela artista brasileira Nele Azevedo (1950-). Foto de 2009. A imagem pode ser vista como uma representação da analogia criada por Bauman.

Para muitos autores, a questão é se de fato superamos a época moderna, ou seja, podemos dizer que as indagações contemporâneas são expressão de uma época pós-moderna? Ou apenas teriam surgido novas condições sociais que negam os princípios da modernidade? Ou, ainda, será que estamos presenciando uma radicalização da modernidade e confundindo-a com uma época pós-moderna?

Entre os autores interessados nesse tema, estão os britânicos Anthony Giddens (ver *Perfil* a seguir), sociólogo, e **David Harvey (1935-)**, geógrafo. Para Giddens, vivemos em uma época em que as consequências da modernidade se radicalizaram e não numa época pós-moderna. Ele aponta para um mundo fora de controle: as pretensões iluministas de domínio da natureza e da sociedade pela via do conhecimento e do progresso científico não se concretizaram.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Zygmunt Bauman (1925-)** e **David Harvey (1935-)**.

Szusi/Fundação Wikimedia. Foto de 2004.

PERFIL

ANTHONY GIDDENS

Anthony Giddens é considerado um dos autores que mais se destacam na sociologia contemporânea, tanto do ponto de vista de sua análise fundada na teoria da estruturação social quanto em sua reinterpretação crítica dos autores clássicos da Sociologia.

Nascido em Londres, Inglaterra, em 1938, Giddens é atualmente professor emérito da London School of Economics and Political Science (Escola de Economias e Política Econômica de Londres). Conhecido por seu trabalho de renovação da Social-Democracia, tem como temas centrais de pesquisa as questões relacionadas à globalização e à modernidade.

Com objetivo de reformular a teoria social, Giddens desenvolveu a *Teoria da estruturação*. Em linhas gerais, essa teoria pretende, com base na releitura de diversas correntes e tradições teóricas, transcender o quadro clássico de divisão disciplinar, mostrando a necessidade de incorporar a História e a Geografia à análise sociológica. Nesse sentido, Giddens explicita as diferenças entre a ciência social e a ciência natural, evidenciando como a primeira se funda e se especifica na ação humana.

Além disso, Giddens entende que a especificidade das Ciências Sociais não se concentra na ação individual (como para Weber) nem nas totalidades sociais (como para Durkheim), mas sim nas práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo.

Segundo Giddens, a modernidade se funda em uma duplicidade sombria. Ao mesmo tempo que cria uma estrutura de possibilidades e de oportunidades, fruto do desenvolvimento científico, promove também consequências degradantes como a exploração do trabalho, o autoritarismo na utilização do poder político e as guerras. Com relação à pós-modernidade, Giddens indica uma de suas características centrais: a ausência de certezas no processo de conhecimento.

Na perspectiva de David Harvey, o pós-moderno aparece como um reflexo das formas de produção e acumulação flexível típicas da era toyotista e de uma nova compreensão da relação espaço-tempo no capitalismo. No entanto, ao observar mais de perto as transformações sociais, Harvey nota uma reprodução das relações sociais fundadoras do capitalismo; portanto, não observa uma mudança estrutural que levaria a uma sociedade pós-capitalista ou pós-industrial.

Segundo Harvey, as teses que defendem que vivemos numa época pós-moderna incorrem em alguns equívocos. O primeiro deles é a crítica a toda e qualquer argumentação universal e totalizante (noções que vimos no Capítulo 2, na crítica dos pós-modernos ao conceito de cultura), que impossibilita legitimar e validar cientificamente seu próprio discurso. Nesse sentido, as teorias pós-modernas que reivindicam a celebração da fragmentação, do efêmero, da simulação, aceitando as identidades dos grupos locais, acabam por não construir uma análise ampla das sociedades em que esses grupos estão presentes.

Calvin & Hobbes, Bill Watterson © 1992 Watterson / Dist. by Universal Uclick

Na tira acima, de Bill Watterson, publicada em 1992, vemos uma característica presente nas teorias pós-modernas: a rejeição a verdades universais. Uma postura marcante de nossa época, expressa nas palavras de Calvin ao enfatizar a busca incessante pelo novo, casual, impactante e efêmero e a perda de interesse pelo duradouro e por coisas que parecem exigir uma maior reflexão.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Uma das diferenças centrais entre o discurso moderno e o pós-moderno se refere à contraposição entre o universal e o particular ou específico. Enquanto o discurso moderno se fundamenta em uma visão totalizante e universal, o pós-moderno se limita a entender a autenticidade e a alteridade de grupos locais que deveriam ser analisados por sua lógica interna, e não com base em leituras generalizantes. Nas últimas décadas surgiram vários grupos sociais com reivindicações políticas, ideológicas e materiais específicas. Os movimentos negro, feminista, homossexual, étnicos, ecológico, por exemplo, organizaram iniciativas políticas que, de forma geral, não podem ser integradas em um discurso político amplo, uma vez que suas reivindicações foram consideradas específicas ao próprio grupo. Compare alguns desses movimentos, buscando encontrar os pontos de distanciamento e de aproximação entre eles e, sobretudo, buscando pensar quais seriam as relações que os particularizam e as que os ligam a questões estruturais de nossa sociedade.

Harvey também se refere ao reconhecimento da alteridade e da autenticidade de grupos locais como expressões do pós-moderno. Ao mesmo tempo que se reconhece a identidade de um grupo local, a alteridade e autenticidade desse grupo permanecem restritas a seu espaço social, negando, com isso, a influência desses grupos em realidades mais amplas.

Assim, ele entende que o discurso pós-moderno silencia diante de questões relativas à economia política e às estruturas de poder global. Haveria, na prática, uma radicalização da modernidade e não uma época pós-moderna. Essa radicalização pode ser observada na aceleração dos processos de produção e reprodução sociais nas sociedades capitalistas, sobretudo se analisamos a intensificação do trabalho para a geração de lucros. Harvey argumenta que o lado fragmentário, efêmero e caótico das sociedades estruturou-se ao lado do progresso técnico e científico, o que caracterizaria muito mais uma crise da modernidade que a constituição de sociedades pós-modernas.

5. CAMPO SIMBÓLICO E ESFERA PÚBLICA: DOIS TEMAS CONTEMPORÂNEOS

As relações simbólicas e o *habitus* em Pierre Bourdieu

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Pierre Bourdieu (1930-2002)**.

O sociólogo, antropólogo e filósofo francês **Pierre Bourdieu (1930-2002)** foi um dos mais importantes intelectuais da segunda metade do século XX. Destacou-se por analisar as sociedades capitalistas considerando a importância dos aspectos simbólicos na determinação das práticas sociais. Pierre Bourdieu desenvolveu uma sociologia que privilegia a análise da reprodução social, ou seja, de como as hierarquias sociais se mantêm ao longo do tempo.

Para Bourdieu, faltava às análises marxistas considerar as relações simbólicas. Não bastaria levar em conta a posse de bens materiais e dos meios de produção: o prestígio, o *status* e a aceitação social também influenciam na posição dos indivíduos na sociedade, pois criam hierarquias e divisões sociais. Além do capital econômico (acesso e acúmulo de bens e riquezas), é preciso analisar o capital cultural (acúmulo de conhecimentos reconhecidos socialmente), o capital social (relações sociais) e o capital simbólico (prestígio) de um indivíduo para compreender sua posição na estrutura social.

Assim, na visão de Bourdieu, não só os recursos econômicos têm papel decisivo na constituição de relações de poder e dominação. Diante da sociedade, são coisas diferentes ter um carro de luxo ou ter três carros comuns que, somados, custam o mesmo que o carro de luxo, por exemplo. Outro exemplo: ter um título de pós-graduação é algo que por si só garante a um indivíduo maior prestígio e, consequentemente, poder. Um dos objetos que Bourdieu estudou foi a instituição escolar. Para ele, a escola perpetuaria as desigualdades sociais, já que transmite aos estudantes a forma de conhecimento das classes dominantes utilizando-se de um discurso aparentemente neutro e oficial.

Adrovando Claro/Fotoarena

Aula em escola pública de Natal (RN), em 2016. Para Bourdieu, a escola reproduz a forma de conhecimento das classes dominantes.

Bourdieu chama a atenção para o fato de que a posse de capitais econômicos e culturais anterior à entrada do indivíduo na escola influencia no desempenho dele na instituição. Antes de terem acesso à escola, os indivíduos já se encontram desigualmente distribuídos, em razão das condições socioeconômicas. Mas não só isso: essa desigualdade inicial também ocorre pelas experiências, pelos gostos e pelas disposições já internalizados nos alunos ao entrar na escola.

Como a escola reproduz a forma de conhecimento das classes dominantes, aqueles indivíduos que internalizaram, em seus primeiros anos de vida, as disposições e gostos dessas classes se encontrarão em posição mais vantajosa. Por exemplo, uma criança criada por pais que cursaram o ensino superior e têm o hábito da leitura está predisposta a ter melhor desempenho escolar, na medida em que está mais familiarizada com os códigos do ensino formal. Assim, a desigualdade não apenas se reproduz como também se reforça nas instituições de ensino por trás de uma aparência de neutralidade. A escola parece cobrar a todos igualmente, mas alguns alunos já partem de condições mais favoráveis. A confirmação de seu desempenho legitima e reproduz assim a ordem social e sua desigualdade.

LÉXICO

internalização: neste contexto, adoção ou incorporação, quase sempre de forma inconsciente.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A escola pública é uma instituição que, pela lei, atende a todos os cidadãos brasileiros. A organização da educação está fundamentada em princípios definidos pela Constituição federal e se caracteriza como um direito de todos, destinada a desenvolver integralmente o indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e o mercado de trabalho. No entanto, segundo Bourdieu, a organização da escola nas sociedades contemporâneas se baseia na desigualdade da estrutura social e reproduz as mesmas desigualdades que compõem a sociedade. Você já parou para pensar nos conteúdos que fazem parte do currículo escolar e nas atividades didáticas que são propostas? De que forma as obras literárias são estudadas? Como as letras de música são analisadas em sala de aula? Qual é o espaço que os currículos escolares reservam, por exemplo, para trabalhos manuais? Qual é a perspectiva para quem cursa o Ensino Superior e para quem cursa o ensino profissionalizante? Tente identificar outras maneiras pelas quais a escola submete ao coletivo de indivíduos uma forma de aprendizado que reproduz os valores de determinada classe social e também como os diferentes caminhos de escolarização reforçam as hierarquias sociais.

Um conceito importante para entender esse processo é o de ***habitus***, que define a relação entre a trajetória do indivíduo e a estrutura social em que ele está inserido. O *habitus* é um padrão social de sensibilidade e de comportamento que orienta a ação dos indivíduos. Lembremos Max Weber e sua qualificação dos tipos de ação social. Para Weber, toda ação social é orientada por ações sociais de outras pessoas e pela expectativa de como a ação individual será acolhida. Ao usar o conceito de *habitus* para analisar as estruturas de distribuição de poder, Bourdieu chama a atenção para o conjunto de situações e experiências prévias que orientam a ação social, mesmo que de forma inconsciente.

Nesse sentido, as práticas sociais dos indivíduos não se devem tanto a suas escolhas deliberadas, mas sim ao *habitus* interiorizado de sua posição social. Comportamentos que nos parecem banais, como a forma de usar os talheres, de se expressar em público ou de se vestir, na realidade são resultado da internalização de padrões aprendidos desde a infância. Essas práticas influenciam na maneira como o indivíduo é visto por outros, o que em determinados contextos pode lhe render vantagens ou não.

Assim, a sociologia de Bourdieu cumpre um papel decisivo na teoria social contemporânea por compreender a desigualdade social não só como algo condicionado economicamente, mas também por práticas culturais e simbólicas.

Sistema e mundo da vida em Jürgen Habermas

Um dos autores centrais na análise das sociedades contemporâneas é Jürgen Habermas (1929-). Filósofo e sociólogo de origem alemã, Habermas é considerado um herdeiro do pensamento da Escola de Frankfurt. Em sua obra mais impactante, *Teoria do agir comunicativo* (1981), Habermas faz uma revisão do pensamento clássico e procura criar uma nova base filosófica e sociológica para compreender o processo de modernização social. Para ele, quanto mais racional uma sociedade for, mais o Estado e o mercado se racionalizarão e mais diferenciadas serão as "esferas de valor" ou esferas sociais, como a esfera da arte, da ciência, da moral, da política, por exemplo.

Mais uma vez, recordemos Max Weber. Para Weber, as racionalidades burocrática e econômica são centrais nas sociedades capitalistas. Com isso, as ações sociais como meio de alcançar certos fins predominam em relação a outros tipos de ação social. Dessa forma, as ações que predominam são as orientadas ao mercado e à organização burocrática, com vista a um fim previsto — resultando no que Habermas chama de *ações estratégicas*. Por exemplo: agir com o objetivo de produzir mais mercadorias para gerar lucro, de investir na Bolsa de Valores para obter um rendimento, ou, ainda, criar funções administrativas para melhor controlar os gastos públicos ou privados. Esses são alguns exemplos de ação social que sintetizam a **racionalidade instrumental**.

Para Habermas, essas condutas sociais, predominantes nas sociedades modernas, formam o "**sistema**", em contraposição ao "**mundo da vida**". No "sistema", a racionalidade instrumental (adequação de meios a fins) se faz presente nas relações hierárquicas (poder político) e de troca (economia). Já no "mundo da vida" dominaria a linguagem e as redes de significado, no qual ocorre a reprodução simbólica (transmissão cultural, socialização, etc.). No mundo da vida estariam aquelas expressões e movimentos sociais que ainda não sofreram a racionalização econômica ou burocrática e podem colaborar com a emancipação humana em relação à lógica do sistema.

Do mesmo modo, a razão instrumental — que organiza a economia, o mercado, a burocracia e o Estado com base no dinheiro e no poder — não é a única forma de racionalidade. Há também a **razão comunicativa** (ou racionalidade comunicativa), que organiza a identidade e a solidariedade, formas de associação diferentes daquelas orientadas pela racionalidade instrumental.

Nesse sentido, a família e as associações voluntárias presentes na esfera pública se diferenciam das instituições e organizações políticas e administrativas porque se organizam com base na ação comunicativa, e não na razão instrumental.

Se as ações sociais de natureza comunicativa se concentram na esfera pública, são os movimentos sociais que reorganizam as formas de participação democrática. Portanto, os movimentos sociais devem preservar as formas de solidariedade postas em risco pelo Estado ou pelas corporações capitalistas, defendendo um espaço público autônomo e democrático.

O objetivo de Habermas é compreender como as sociedades ocidentais estão organizadas e quais os efeitos desse processo de racionalização sobre os agentes sociais. Apesar do predomínio da lógica estratégica do mercado e do Estado, a ação comunicativa tem papel decisivo na constituição das formas de solidariedade e de identidade sociais, visando à organização e à reprodução da cultura. Na prática, Habermas admite um confronto constante entre a lógica instrumental (o "sistema") e o agir comunicativo (o "mundo da vida").

Alf Ribeiro/Futura Press

Bancas da 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, que aconteceu em São Paulo (SP), em outubro de 2015. Durante o evento, a população pôde comprar alimentos produzidos nas áreas de assentamentos de reforma agrária, a preços populares, e participar da programação com *shows*, intervenções culturais, seminários e uma praça de alimentação com comidas típicas de cada região. Essa feira também promove uma oportunidade de estreitar o diálogo entre a população do campo e da cidade. As redes de solidariedade, identidade e reivindicação coletiva dos movimentos sociais são fundamentais na análise de Habermas sobre as sociedades capitalistas.

Marcio Fernandes/Agência Estado

Manifestantes durante a primeira Marcha das Vadias realizada em São Paulo (SP), em 4 de junho de 2011. O movimento se inspirou na SlutWalk de Toronto, no Canadá, na qual alunas de uma universidade protestaram depois que um policial sugeriu que elas evitassem se vestir como "vadias" para não serem vítimas de abuso sexual. A culpabilização da mulher vítima de violência e a vitimização do homem agressor é uma das injustiças sociais denunciadas pelo movimento.

Tiago Queiroz/Agência Estado

No canto direito da fotografia de 2015, os *rappers* Emicida e Rael, em visita a uma escola pública da Zona Oeste de São Paulo (SP). A ação comunicativa pode influenciar na constituição das formas de solidariedade e de identidade sociais.

Segundo Habermas, o ponto de encontro dessas duas lógicas distintas se daria nos espaços de disputa política. Ainda há espaços sociais em que a razão instrumental não predomina, onde ainda prevalecem as relações de solidariedade e identidade social. Mas o desenvolvimento da racionalidade instrumental, da lógica instrumental do mercado, coloca esses espaços em risco. Habermas identifica esse processo como uma tentativa de colonização do mundo da vida pelo sistema.

O desenvolvimento de sistemas econômicos e administrativos com base na racionalidade instrumental tende a colonizar, por meio do dinheiro e do poder, áreas de interação ainda não governadas por eles. Criam-se, dessa forma, conflitos sociais, já que essas áreas se caracterizam pela transmissão cultural, pela integração social e pela socialização — fatores que dependem do entendimento mútuo.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas formas de reivindicação política coletiva se apresentam nas sociedades contemporâneas. Movimentos étnico-raciais, contra a homofobia e a transfobia, pela ampliação da cidadania, pelos direitos humanos, movimentos ambientalistas, de participação política, salariais, por melhores condições de vida e de trabalho. Habermas afirma que o agir comunicativo desses atores sociais na esfera pública poderia garantir a manutenção de espaços de sociabilidade, de identidade e solidariedade não dominados pela racionalidade econômica e burocrática. Tente observar em sua cidade, seu bairro e sua escola tipos de movimentos sociais diferentes, para entender qual seria a lógica que move cada um deles. Por que lutam? Quais são suas principais reivindicações? Sua organização se assemelha à de uma empresa capitalista ou é absolutamente distinta?

Um ponto central defendido por Habermas é o de que a tendência de desenvolvimento do dinheiro e do poder (do sistema, organizado pela racionalidade instrumental) poderia ser contida pelos movimentos sociais (ou seja, pelo agir comunicativo). Quando analisaram o desenvolvimento da sociedade capitalista no *Manifesto comunista*, Marx e Engels afirmaram que "tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado"; assim, indicavam, de forma distinta à de Habermas, como os interesses políticos e econômicos da classe dominante avançam diante de interesses a ela opostos. Para eles, a lógica de produção e reprodução da sociedade capitalista transforma constantemente a sociedade e tende a invadir todos os espaços sociais. Já em Habermas, a esfera pública é reconhecida como um local onde os atores sociais, sobretudo os movimentos sociais, resistiriam ao desenvolvimento da racionalidade instrumental. Com base na linguagem e na argumentação, os atores sociais se expressariam e resistiriam ao avanço do sistema, contendo o processo de reinvenção e reorganização da economia capitalista e a racionalidade estratégica.

ASSIM FALOU... HABERMAS

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. Descobrimos que o mundo da vida é um reservatório para intenções simples; e os sistemas de ação e de saber especializados, que se formam no interior do mundo da vida, continuam vinculados a ele. Eles se ligam a funções gerais de reprodução do mundo da vida (como é o caso da religião, da escola e da família), ou a diferentes aspectos de validade do saber comunicado através da linguagem comum (como é o caso da ciência, da moral e da arte). Todavia, a esfera pública não se especializa em nenhuma destas direções; por isso, quando abrange questões politicamente relevantes, ela deixa a cargo do sistema político a elaboração especializada.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia:* entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 435-436.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ A Revolução Informacional não é só uma revolução tecnológica: traz uma mudança nas formas de utilização da informação. As tecnologias da informação exigem interatividade entre o trabalhador e a própria tecnologia.
- ✔ A valorização do capital ainda é central no capitalismo; a financeirização é uma fase do processo histórico de valorização do capital, na qual o capital financeiro se valoriza sem que a produção real aumente.
- ✔ Não há possibilidade de o capital financeiro existir sem a presença do capital produtivo.
- ✔ A pós-modernidade preocupa-se com o efêmero, o fragmentário e com as identidades e diferenças locais, buscando compreendê-las internamente.
- ✔ Anthony Giddens entende que nossa época não é pós-moderna, mas sim que vivemos uma radicalização da modernidade. Para ele, as pretensões iluministas de controle da natureza e da sociedade por meio do conhecimento e do progresso científicos teriam sido desfeitas.
- ✔ Para David Harvey, o pós-moderno aparece como um reflexo da acumulação flexível, que reproduz as contradições sociais centrais da sociedade capitalista.
- ✔ A crítica das estruturas econômicas e políticas de poder global está ausente do discurso pós-moderno.
- ✔ A análise de Pierre Bourdieu tem o objetivo de relacionar a ação à estrutura social. Para esse autor, determinações simbólicas têm influência tão decisiva quanto as determinações econômicas. O *habitus* é um conceito central em sua articulação entre as posições materiais e culturais.
- ✔ Habermas identifica um confronto entre duas lógicas distintas, mas não excludentes: a lógica instrumental (sistema) e o agir comunicativo (mundo da vida). O sistema quer se expandir, enquanto o mundo da vida tenta não ser colonizado por ele, reproduzindo suas formas típicas de solidariedade e identidade sociais.

Tom Thai/Acervo do fotógrafo

ATIVIDADES

REVENDO

1. O que a revolução informacional trouxe de novo em relação às outras revoluções?
2. O setor financeiro e o industrial funcionam em lógicas diferentes? Explique.
3. A pós-modernidade rompe com os paradigmas das sociedades contemporâneas? Por quê?
4. Para Bourdieu, a escola reforça ou supera a desigualdade social? De que maneira isso acontece?
5. Em que medida os movimentos sociais limitam o desenvolvimento da racionalidade instrumental?

INTERAGINDO

1. Considere o trecho da letra de música abaixo e em seguida responda:

Defeito 2: Curiosidade

Quem é que tá botando dinamite
Na cabeça do século?
Quem é que tá botando tanto piolho
Na cabeça do século?
Quem é que tá botando tanto grilo
Na cabeça do século?
Quem é que arranja um travesseiro
Pra cabeça do século? Pra cabeça do século?

ASSIS, Gilberto; ZÉ, Tom. *Com defeito de fabricação.* Trama, 1998.

a) Em que medida há na letra e título da música de Tom Zé um desajustamento do ser humano com sua época, com sua condição social?

b) A que se refere a expressão "botar dinamite na cabeça do século"?

2. Considere a letra abaixo:

Da lama ao caos

Posso sair daqui pra me organizar
Posso sair daqui pra desorganizar

Da lama ao caos, do caos a lama
o homem roubado nunca se engana

O sol queimou, queimou a lama do rio
Eu vi um chié andando devagar
E um aratu pra lá e pra cá
E um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue e virou gabiru

Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
Peguei um balaio fui na feira roubar tomate e cebola
la passando uma veia e pegou a minha cenoura
"Aê minha veia deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia eu não consigo dormir"
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me desorganizando posso me organizar.

Da lama ao caos, do caos a lama
o homem roubado nunca se engana
Da lama ao caos, do caos a lama
o homem roubado nunca se engana

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, *Da lama ao caos.* Chaos, 1994.

a) Que tipo de atividade Chico Science procura expressar quando faz referência à relação entre se organizar e desorganizar?

b) A situação social expressa na letra revela um dilema entre uma condição de vida e a possibilidade de transformação? Comente.

CONTRAPONTO

1. Considere a imagem a seguir.

Peter Marshall/Alamy/Other Images

Em abril de 2009, manifestantes protestaram em Londres contra a reunião dos líderes do G20, grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das dezenove maiores economias do mundo mais a União Europeia. Na faixa está escrito: "O capitalismo não está funcionando. Outro mundo é possível". Na ilustração, a placa junto à fila de pessoas diz: "Agência de emprego".

- **Levando-se em conta a imagem e o que foi discutido neste capítulo, tente qualificar de que forma a tecnologia da informação e a comunicação influenciam nossas práticas sociais.**

2. Considere a imagem abaixo:

Renato S. Cerqueira/Futura Press

Marcha das Mulheres no Dia Internacional da Mulher, em São Paulo (SP), em 2016.

- **Com base na imagem, reflita sobre como novas pautas são características das sociedades contemporâneas.**

SUGESTÕES DE LEITURA

Robert Crumb/Ed. Conrad

América, de Robert Crumb. São Paulo: Conrad, 2010.

Neste HQ foram selecionadas algumas histórias deste cartunista que é um dos maiores ícones da contracultura nos Estados Unidos. Escritas entre a década de 1970 e 1997, suas histórias retratam, com angústia e cinismo, as diversas facetas da sociedade estadunidense, marcada pelo consumismo e pela falência dos propagados ideais de democracia e liberdade.

Reprodução/ Ed. Companhia das Letras

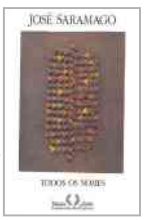
As cidades invisíveis, de Italo Calvino. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

O autor conta a história do viajante Marco Polo, que no século XIII percorreu o imenso Império Mongol. Neste relato, as cidades não são vistas apenas como um lugar ou um conceito geográfico, mas sim como locais onde a existência humana ganha significados.

Reprodução/Ed. Boitempo

Feminismo e política: uma introdução, de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel. São Paulo: Boitempo, 2014.

Neste livro, escrito em linguagem simples, os autores apresentam as principais questões e estudos trazidos pelo feminismo a partir dos anos 1980. A prostituição e o aborto, a representação política e a opressão sofrida pelas mulheres são alguns dos temas discutidos no livro.



Reprodução/Companhia das Letras

Todos os nomes, de José Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

A história de um modesto escriturário que coleciona recortes de jornal sobre pessoas famosas. Um dia sua curiosidade recai sobre uma mulher que não é célebre, mas o escriturário desejará conhecê-la a todo custo, mesmo que isso signifique cometer pequenos delitos e contrariar seus valores pregressos.

FILMES

Darius Khonji/Wega Film/Imovision

Amor (França/Alemanha/Áustria, 2013). Direção: Michael Haneke

Este filme trata das pequenas alegrias e problemas do cotidiano do envelhecimento por meio da história do casal de aposentados Georges e Anne. Após Anne sofrer um derrame e ficar com um lado do corpo paralisado, as dificuldades da convivência e do relacionamento se agravam.

Reprodução/Marcel Berbet

A sociedade do espetáculo (França, 1973). Direção: Guy Debord.

Documentário baseado no livro do próprio Debord, relaciona o universo midiático ao plano social em que os indivíduos consomem passivamente imagens que lhes são impostas.

Alain Marcoen/Les Films du Fleuve

Dois dias, uma noite (França/Bélgica/Itália, 2014). Direção: Jean-Pierre Dardenne, Luc Dardenne.

O desemprego é o tema central deste filme, no qual a personagem Sandra se torna vítima de uma votação realizada na empresa em que trabalha. Nesta votação, para não perderem o bônus anual, os outros funcionários decidiram que ela deveria ser demitida. Sandra tem o final de semana para tentar reverter sua situação, que só será sacramentada na segunda-feira.

Stephen Goldblatt/Touchstone Pictures

Histórias cruzadas (Estados Unidos/Índia/Emirados Árabes Unidos, 2011). Direção: Tate Taylor.

Em uma pequena cidade do Mississípi, estado no sul dos Estados Unidos bastante marcado pelo preconceito racial, uma garota da elite branca entrevista as mulheres negras da cidade que trabalham como babás dos filhos dos brancos. Neste cenário, diversas situações de racismo e injustiça acabam sendo denunciadas, balançando uma estrutura conservadora e modificando essa relação de forças desigual.

Reprodução/Simon Hartog/BBC

Muito além do Cidadão Kane (Inglaterra, 1993). Direção: Simon Hartog.

Documentário produzido pela rede de TV britânica Channel 4 que mostra o empresário Roberto Marinho (1904-2003) como exemplo da concentração da mídia no Brasil (daí a referência a Charles Foster Kane, personagem criado por Orson Welles no filme *Cidadão Kane*, de 1941).

Silvio Tendler/Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida

O veneno está na mesa (Brasil, 2011). Direção: Silvio Tendler.

Este documentário aborda os modelos de agricultura e indústria alimentar adotados no Brasil e no mundo. No Brasil, país campeão mundial em utilização de venenos na lavoura, boa parte dos alimentos que chegam às mesas são impróprios para consumo. Mais do que revelar e denunciar esta situação, o documentário procura oferecer alternativas a esses modelos.

Reprodução/Sony Pictures

Trabalho interno (Estados Unidos, 2010). Direção: Charles Ferguson.

Este documentário revela verdades incômodas sobre a crise econômica mundial de 2008, decorrente dos processos do capital financeiro. A quebradeira geral, cujo custo é estimado em US$ 20 trilhões, resultou na perda de emprego e moradia para milhões de pessoas.

INTERNET (Acesso em: nov. 2015.)

https://coloquiohabermas.wordpress.com/

http://coloquiohabermas.wordpress.com/

Página de interação e discussão entre pesquisadores e estudantes interessados na obra do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. A recepção à obra de Habermas no Brasil é marcada por forte interdisciplinaridade, incluindo filósofos, sociólogos, cientistas políticos, educadores, cientistas da informação, comunicólogos, administradores, entre outros.

http://circulobrasileirodesociologia.blogspot.com.br

http://circulobrasileirodesociologia.blogspot.com.br/

Espaço de debates sobre a Sociologia brasileira.

www.sociologiapopular.com

www.sociologiapopular.com/

Espaço de diálogo e reflexão cujo objetivo é transitar entre a informação e o conhecimento. Oferece material de Sociologia, Ciências Sociais, política, educação, meio ambiente, mídias e segurança pública.

UNIDADE 2

CONCLUINDO

Capítulo 6

1. **Observe esta tira de 2012 de Laerte e responda às questões propostas:**

Laerte/Acervo do artista

   a) **O personagem se afastou de seu trabalho para descansar, mas sair de sua rotina parece algo ainda mais cansativo. Com base no que você estudou no Capítulo 6, discuta como as férias, a escola e o trabalho são construções sociais.**
   b) **Utilize seus conhecimentos de História e Geografia para pensar em como o avanço da modernização brasileira resultou em uma ocupação intensa do litoral e quais seriam os impactos desta ocupação.**

2. **Leia abaixo um texto do jornalista Daniel Piza, publicado em 17 de julho de 2011:**

A doença infantil do consumismo

Folheio um livro que minha filha de 9 anos pediu para comprar, indicado por uma coleguinha, Monster High*, de Lisi Harrison (sim, título em inglês, editora brasileira ID), e me espanto com o número de grifes citado por página. É uma história de meninas numa cidade que estaria sendo ocupada por monstros, algo assim. Quando um carro passa em velocidade, não é isso que lemos, mas que "um utilitário esportivo verde, BMW, passou em velocidade". Se um menino monta barraca no acampamento, somos informados de que se trata de "uma barraca cáqui da Giga Tent". Se uma bolsa é apoiada, ficamos sabendo que ela também é verde, afinal a dona leu que "o verde é o novo preto" em alguma matéria ou anúncio (quando, obviamente, se pode distinguir uma do outro nas revistas). Celebridades como Shakira, Beyoncé e Feist são enumeradas. Um figurino pode ser "punk-gracinha"; um móvel, "Calvin Klein cor de berinjela"; a echarpe, "cor de fúcsia". Celulares tocam e* posts *tuítam o tempo todo, qualquer pessoa com mais de 30 é "velha" e a protagonista, uma adolescente que se chama Melody e fez cirurgia plástica no nariz.*

PIZA, Daniel. A doença infantil do consumismo. *O Estado de S. Paulo*, 17 jul. 2011. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-doenca-infantil-do-consumismo,745903,0.htm>. Acesso em: 17 nov. 2015.

- **No texto de Daniel Piza, o consumismo (ou seja, a compra de produtos em excesso) é identificado como uma prática comum em nossa sociedade. Depois de ler o trecho do artigo responda:**
  - **a) As especializações profissionais têm relação com o consumismo? Quais seriam?**
  - **b) O aumento da produtividade do trabalho influencia o consumo de produtos?**
  - **c) Em que medida o consumo de um indivíduo tem relação com o de outros indivíduos e quais são seus impactos para o meio ambiente?**
  - **d) Quais as causas do consumismo? Ele é necessário à sociedade? Ele é uma característica presente no indivíduo ou é motivado pelo convívio social?**

3. Leia o texto abaixo, de Luiz Fernando Vianna, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*.

Uma sociedade que se mata

RIO DE JANEIRO — De onde talvez menos se esperasse, surgiu a voz mais lúcida sobre o assassinato do médico Jaime Gold, num assalto na terça (19), no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Mesmo sob o impacto de ter perdido de forma brutal o pai de seus dois filhos, Márcia Amil disse ao jornal O Dia: *"Sei que Jaime foi vítima de vítimas, que são vítimas de vítimas. Enquanto nosso país não priorizar saúde, educação e segurança, vão ter cada vez mais médicos sendo mortos no cartão-postal do país. E não só médicos. Afinal, morrem cidadãos todos os dias em toda a cidade, não só na Zona Sul".*

Em vez do ódio, a clareza. Em vez do etnocentrismo, a visão ampla. Em vez do "olho por olho, dente por dente", cabeça e coração.

No mesmo dia da morte de Gold, foram assassinados numa padaria, no morro do Dendê (zona norte), um estudante de 13 anos e um trabalhador de 24 — que tinha ido comprar pão para o filho. Um helicóptero da polícia disparava tiros, e eles correram para se proteger. Um policial entrou no lugar e os fuzilou.

Não se trata de uma morte ser mais importante do que outra. E sim de que uma morte é tão importante quanto outra. Esse "tão" significa cidadania, direito à vida e esperança (vã) de que ainda venha a emergir uma nação desse pântano em que chafurdamos mais e mais.

Nesta quinta (21), o jornal O Globo *disse que a morte de Gold "choca o Rio" e lhe dedicou seis páginas. Para as mortes do Dendê, duas colunas escondidas numa página par. É um retrato do Rio e do Brasil.*

"A imagem mítica do brasileiro simpático existe só no samba. Na relação entre as pessoas, sempre foi violento. A sociedade brasileira não é simpática, é uma sociedade que se mata. Esse é o Brasil que vemos hoje na internet", resumiu o sociólogo espanhol Manuel Castells a esta Folha, *na segunda (18).*

VIANNA, Luiz Fernando. Uma sociedade que se mata. *Folha de S.Paulo*, 22 maio 2015. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/220056-uma-sociedade-que-se-mata.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2015.

- **Com base no texto, nos autores e temas que discutimos nesse capítulo, responda às questões abaixo:**
  - **a) Em que medida a violência é uma característica particular das sociedades contemporâneas?**
  - **b) Na passagem do texto em que a companheira do vitimado diz: "Sei que Jaime foi vítima de vítimas, que são vítimas de vítimas. Enquanto nosso país não priorizar saúde, educação e segurança, vão ter cada vez mais médicos sendo mortos no cartão-postal do país. E não só médicos. Afinal, morrem cidadãos todos os dias em toda a cidade, não só na Zona Sul", ela se refere a quais problemas sociais?**

c) **Como o autor do texto expôs sua opinião? Considere este trecho: "Em vez do etnocentrismo, a visão ampla. Em vez do 'olho por olho, dente por dente', cabeça e coração". Ou ainda este outro: "Não se trata de uma morte ser mais importante do que outra. E sim de que uma morte é tão importante quanto outra.".**

d) **Por que a morte de Gold ganhou mais páginas na mídia do que as mortes no morro do Dendê? O que pode ter levado a mídia a dar mais espaço para um acontecimento que para outro?**

e) **Por fim, a citação de Manuel Castells (1942-) nos leva à desconstrução de um mito social: o de que o brasileiro é simpático. A sociedade brasileira perdeu sua simpatia ou ela nunca existiu? Por quê?**

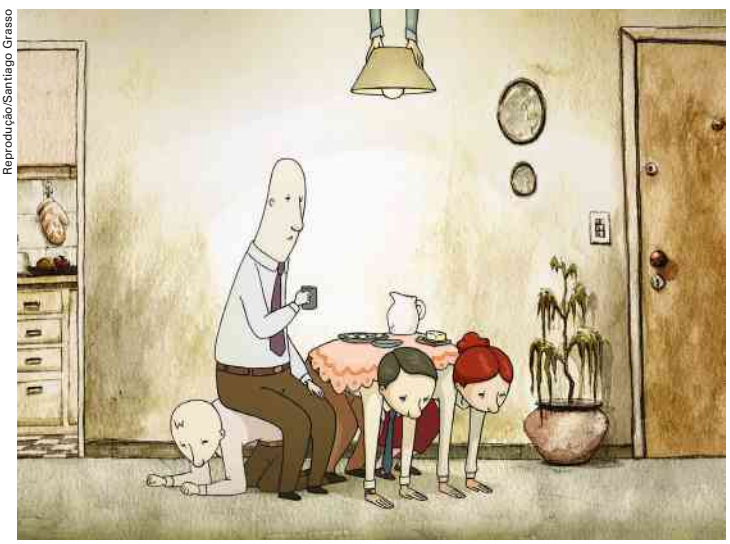
Capítulo 7

1. **Considere este trecho do editorial do jornal *Folha de S.Paulo* publicado no dia 5 de julho de 2009. Se possível, faça uma busca na internet e assista ao curta-metragem animado *O emprego* (*El empleo*, 2008), do diretor argentino Santiago Grasso.**

Jornada e desemprego

No momento em que as empresas brasileiras se veem forçadas a reduzir custos e elevar a competitividade para compensar os efeitos da crise global, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e o aumento da remuneração da hora extra, de 50% para 75%. A emenda segue para votação em dois turnos no plenário. Como se trata de emenda constitucional, exigirá aprovação mínima de 308 deputados. Se passar, segue para o Senado, também para votação em dois turnos. Seus proponentes — deputados ligados ao movimento sindical — sustentam que, se aprovada, a proposta viabilizará a criação de até 2 milhões de novos empregos e contribuirá para civilizar as relações de trabalho no Brasil. Tal suposição é equivocada. Se for aprovada, a proposta tende a elevar a informalidade e o desemprego justamente nos setores menos protegidos por sindicatos e pela fiscalização oficial. Isso porque encarece o custo do trabalho, já onerado pela alta carga tributária sobre a folha de salários. Além disso, é mais um estímulo para que as empresas substituam trabalhadores por máquinas e aumentem o chamado desemprego estrutural. Nos setores em que o avanço é economicamente possível, jornadas de 40 horas semanais já são contempladas por acordos ou convenções coletivas acordados livremente por patrões e empregados. Para esses segmentos, a emenda será inócua. A proposta também se revela inoportuna em tempos de crise. Na França, onde a jornada de trabalho é de 35 horas semanais, discute-se hoje exatamente a flexibilização das leis trabalhistas para atrair investimentos. Empregos dependem justamente de investimentos e de uma boa educação. Sozinhas, leis não criam postos de trabalho.

FOLHA DE S.PAULO. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0507200902.htm>. Acesso em: 17 nov. 2015.



Reprodução/Santiago Grasso

Cena do curta-metragem argentino *O emprego*, de 2008.

- **O texto do editorial do jornal e o filme *O emprego* tratam da questão do trabalho por dois ângulos distintos. Depois de ler o artigo (e, se possível, ver o filme), responda:**
  - **a) Como os autores discutidos nesse capítulo poderiam interpretar o texto do jornal e o filme *O emprego*?**
  - **b) Em que medida o trabalho define as nossas vidas socialmente?**
  - **c) De que ponto de vista o editorial trata da questão do emprego?**
  - **d) Como as condições de trabalho influenciam nossa vida?**

2. Observe a charge ao lado, de 2009, do cartunista Bruno, e responda às questões propostas:

- **a) Com base no que foi estudado no Capítulo 7, indique as causas que poderiam ser identificadas como geradoras de desemprego.**
- **b) Quais são as consequências sociais do desemprego?**
- **c) Mobilizando seus conhecimentos de História contemporânea, indique alguns dos efeitos sociais e econômicos dos processos de reestruturação produtiva.**

Bruno/Acervo do artista

3. Leia a passagem do texto "Insegurança universalizada", de Luiz Gonzaga Belluzzo, e responda às questões abaixo.

Nos últimos quarenta anos, as práticas financeiras e as inovações tecnológicas que sustentam a competitividade da grande empresa globalizada detonaram um terremoto nos mercados de trabalho. A migração das empresas para as regiões onde prevalece uma relação mais favorável entre produtividade e salários abriu caminho para a diminuição do poder dos sindicatos e do número de sindicalizados.

Associado à robótica, à nanotecnologia e às tecnologias da informação, o império do "valor do acionista" desatou surtos intensos de reengenharia administrativa e a flexibilização das relações de trabalho. O desempenho empresarial tornou-se refém do "curto-prazismo" dos mercados financeiros e da redução de custos.

O crescimento dos trabalhadores em tempo parcial e a título precário, sobretudo nos serviços, foi escoltado pela destruição dos postos de trabalho mais qualificados na indústria. O inchaço do subemprego e da precarização endureceu as condições de vida do trabalhador. A evolução do regime do "precariato" constituiu relações de subordinação dos trabalhadores dos serviços, independentemente da qualificação, sob as práticas da flexibilidade do horário, que tornam o trabalhador permanentemente disponível.

Ex-secretário do Trabalho dos Estados Unidos, Robert Reich denunciou o rápido crescimento dos empregos precários no país das oportunidades: "Na nova economia 'compartilhada', 'do bico', ou 'irregular', o resultado é a incerteza a respeito dos rendimentos e horas de trabalho. Esta é a mudança mais importante na força de trabalho americana ao longo de um século e ocorre à velocidade da luz. Nos próximos cinco anos, mais de 40% da força de trabalho americana estará submetida a um emprego precário".

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Carta Capital*, 1ª out. 2015. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/revista/869/inseguranca-universalizada.html>. Acesso em: 17 nov. 2015.

- **O autor descreve o cenário atual da situação do trabalho em nossa sociedade. Com base no que foi discutido nesse capítulo, responda:**
  - **a) As novas tecnologias da informação trazem garantias para a melhoria das condições de vida do trabalhador? Justifique.**
  - **b) Novas modalidades de trabalho reduzem o tempo de trabalho, liberando o trabalhador para o lazer ou outras atividades lúdicas? Explique.**
  - **c) Em que medida as novas formas de trabalho transformam os objetivos gerais da produção de mercadorias?**

Capítulo 8

1. Considere o trecho da notícia abaixo, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em 29 de maio de 2012, e depois responda às questões.

Classe média tem renda *per capita* de R$ 291 a R$ 1 019, diz governo

As pessoas com renda familiar per capita *entre cerca de R$ 291 e R$ 1 019 são as que formam a classe média brasileira, segundo uma nova definição aprovada ontem por uma comissão da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República).*

De acordo com a secretaria, essa classe representa 54% da população brasileira e é a maior do país.

Dentro da classe média, foram definidos três grupos: a baixa classe média, com renda familiar per capita *entre R$ 291 e R$ 441, a média, com renda familiar* per capita *de R$ 441 a R$ 641, e a alta classe média, cuja renda familiar* per capita *fica entre R$ 641 e R$ 1 019.*

A classe alta estaria acima de R$ 1 019 e também foi dividida em dois grupos. A baixa classe alta ficaria entre R$ 1 019 e R$ 2 480, e a alta, que fica acima desse valor.

Os extremamente pobres têm renda per capita *familiar até R$ 81, e os pobres, de R$ 81 a R$ 162.*

Para definir os grupos de consumidores, foi usado o critério de vulnerabilidade, que considera a chance do brasileiro de determinada classe social voltar à condição de pobreza. [...]

AUTRAN, Maria Paula. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/1097561-classe-media-tem-renda-per-capita-de-r-291-a-r-1019-diz-governo.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2015.

LÉXICO

renda *per capita*: índice ou indicador utilizado para avaliar o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. *Per capita* significa 'por cabeça'. O cálculo é feito por meio da divisão da renda nacional pelo número de habitantes.

a) Explique, em suas palavras, a divisão de classes oficial brasileira aprovada pelo governo no ano de 2012.

b) Pesquise a distribuição de renda em sua macrorregião, segundo os dados do IBGE. Indique as principais diferenças entre as cinco regiões brasileiras.

c) Que realidades socioeconômicas as imagens abaixo representam? Qual delas representa a realidade do trabalho rural na região onde você mora?

Rodolfo Buhrer/La Imagem/Fotoarena

Plantação familiar de hortaliças em São José dos Pinhais (PR), 2014.

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Colheita mecanizada de milho em Cornélio Procópio (PR), 2015.

2. Leia agora um trecho de uma notícia publicada no jornal *O Globo* em 12 de maio de 2012.

Pesquisadores discutem características e impasses da mobilidade social no Brasil hoje

Nos últimos anos, a expressão "nova classe média" se tornou mote para discursos muitas vezes conflitantes sobre a realidade nacional. Retratado ora como reserva de consumidores responsável pela dinamização de um mercado interno em expansão, ora como "capital político" decisivo disputado por todos os partidos, o enorme contingente de brasileiros que ascendeu economicamente desde a década passada está no centro dos debates sobre os rumos do país, mas continua a ser, para muitos, um fenômeno incompreendido.

Procurando dar conta das transformações provocadas pela mobilidade social no Brasil, livros e estudos publicados recentemente colocam em questão o próprio conceito comumente usado para defini-la. Em Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira *(Editora Boitempo), o presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Marcio Pochmann, analisa os tipos de ocupação responsáveis pela dinamização da economia e propõe que o aumento de renda e poder de compra de uma parcela significativa da população ainda precisa ser acompanhado de reformas nas políticas públicas para educação e emprego.*

Em Nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide *(Editora Saraiva), o economista Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas (FGV), defende o uso do termo como "um espelho" para uma sociedade em transição e apresenta estudos que projetam mais crescimento da chamada "classe C" nos próximos anos.*

Autor de Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? *e* A ralé brasileira: quem é e como vive *(ambos publicados pela Editora UFMG), o sociólogo Jessé Souza critica o viés "economicista" das interpretações da realidade nacional, que restringe o conceito de classe ao valor da renda e acentua o que ele chama de "invisibilidade da desigualdade" brasileira.* [...]

FREITAS, Guilherme. ABC das classes. *O Globo*, 12 maio 2012. Disponível em: <www.boitempoeditorial.com.br/v3/news/view/1784>. Acesso em: 5 dez. 2015.

- **O texto do jornal *Folha de S.Paulo* da questão anterior e o do jornal *O Globo* tratam das questões abordadas no Capítulo 8. Depois de lê-los, responda:**
  - **a) Com base na leitura da notícia da *Folha de S.Paulo*, reflita sobre a relação entre a estratificação social (considerando apenas aspectos econômicos da população) e a produção e o consumo capitalista.**
  - **b) Recorra aos seus conhecimentos de História para pensar sobre as razões de grande parte da população ter estado tanto tempo longe do mercado de consumo.**
  - **c) Com base na leitura dos dois artigos, aponte as principais críticas que autores contemporâneos fazem à ideia de que existiria uma "nova classe média brasileira" e tente analisá-las comparando-as com a definição de classe aprovada pelo governo.**
  - **d) Analise a charge ao lado, do cartunista Alpino, publicada em 2012. Ela se relaciona com quais perspectivas tratadas nos textos?**

Alpino/Acervo do artista, 2012.

3. Leia o texto abaixo, buscando refletir sobre a relação entre qualificação profissional e trabalho.

A lacuna da qualificação: a alegação de parte do desemprego refletir uma força de trabalho com preparo inadequado é passível de discussão

As afirmações de que há uma enorme "lacuna de qualificação profissional" nos Estados Unidos — que grande parte de nosso desemprego é estrutural, refletindo uma força de trabalho com preparo inadequado ou coisa parecida — geralmente repousam em alegações de que existe uma situação incomum em que muitos empregos estão vagos, embora muitos trabalhadores continuem desempregados.

Por exemplo, no início deste ano, o executivo Jamie Dimon escreveu um artigo [...] *com Marlene Seltzer sobre a suposta lacuna de qualificação, que começava assim: "Hoje, quase 11 milhões de americanos estão desempregados. Mas ao mesmo tempo 4 milhões de empregos estão vagos. Essa é a 'lacuna de qualificação' — o abismo entre a capacidade que os candidatos a empregos têm atualmente e a capacidade que os empregadores precisam para preencher os cargos abertos".*

Juca Martins/Olhar Imagem

É claro que sempre há empregos vagos e trabalhadores desempregados. Afirmações sobre uma excepcional lacuna de qualificação só teriam alguma justificativa se a relação entre desemprego e vagas — a chamada Curva de Beveridge — tivesse piorado substancialmente. E durante algum tempo houve muitas alegações de que isso realmente havia acontecido.

Mas alguns analistas afirmaram que era uma interpretação errônea dos dados — a Curva de Beveridge sempre parece pior durante uma recessão e nas primeiras etapas da recuperação, depois retorna ao normal conforme a recuperação avança. [...]

O comentarista econômico Chris Dillow defendeu recentemente uma boa teoria em seu blog *sobre economia e talvez assuntos públicos em geral: muitas vezes há uma tendência a se acreditar em histórias simples que não são verdadeiras. Como disse H. L. Mencken, "para todo problema complexo existe uma resposta que é clara, simples e errada".*

Mas muitas vezes também acontece de a resposta ser simples e de as pessoas se recusarem a aceitar essa resposta simples. Isto é, o inverso da proposição de Mencken também se aplica: para cada problema simples há uma resposta que é obscura, complexa e errada.

[...] *Dillow usou como exemplo a escolha de ações: eu me vejo pensando (surpresa!) sobre macroeconomia. Por que a produção está tão baixa e os empregos tão escassos? A resposta simples é a demanda inadequada, e todas as evidências que temos são coerentes com essa resposta. Mas as "pessoas muito sérias" em geral se recusam a aceitar essa resposta simples: deve ser uma força de trabalho com as qualificações erradas (onde estão os salários de prêmio para trabalhadores com as qualificações certas?); disparidade geográfica (onde estão os estados com salários potentes?); e assim por diante.*

Deve ser, insistem as "pessoas muito sérias", um problema difícil sem respostas fáceis, quando tudo diz que "gastar mais" é a resposta, ponto final.

Muito disso é político. Histórias pelo lado da demanda são inconvenientes para aqueles que querem usar a crise como desculpa para derrubar as proteções sociais. Mas não acredito que isso seja tudo. Existe um profundo desejo por parte das pessoas que querem parecer sérias de acreditar que grandes problemas devem ter raízes profundas e exigem muitas horas de solene deliberação por comissões bipartidárias.

Então como você sabe, se o discurso público sobre uma questão está ignorando as complexidades ou introduzindo uma complexidade gratuita? Faça sua lição de casa! É realmente muito simples.

KRUGMAN, Paul. *Carta Capital*, 16 set. 2014. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/revista/817/a-lacuna-da-qualificacao-6966.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

Capítulo 9

1. Leia o texto a seguir, publicado pela *Agência Câmara de Notícias* em 20 de novembro de 2010, e responda às questões:

Cotistas têm desempenho similar à média geral

Adotadas pela primeira vez na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), em 2003, as ações afirmativas já foram avaliadas em algumas instituições. Os resultados conhecidos até agora mostram que praticamente não há distinção entre o rendimento escolar dos estudantes cotistas e dos não cotistas. Em algumas avaliações, os beneficiados pelas políticas de inclusão apresentam resultados levemente positivos em relação aos demais.

Na própria Uerj, até 2007, os egressos da rede pública apresentaram rendimento médio de 6,56 e os negros, de 6,41. Entre os demais estudantes a média foi de 6,37. Outro levantamento divulgado este ano também mostrou que a aprovação dos beneficiários das ações afirmativas foi de 83,15%, contra 81,2% dos demais alunos da instituição.

Na Universidade de Brasília (UnB), 92,9% dos cotistas foram aprovados desde 2004, quando a política de cotas raciais foi instituída. O índice para os demais universitários foi de 88,9%. A nota média dos cotistas foi de 3,79, contra 3,57 dos demais — na UnB a nota é de 0 a 5.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) a história se repete. Na primeira, cotistas tiveram melhor rendimento em 11 dos 16 cursos da instituição e, na Unicamp, em 31 dos 55 cursos.

Segundo o coordenador executivo da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp, Renato Hyuda de Luna Pedrosa, "candidatos da rede pública, de baixa renda e com menor patrimônio educacional na família tiveram desempenho melhor". A análise também mostra que nenhum estudante beneficiado pelo bônus desistiu do curso ou foi reprovado.

Conflitos raciais

Outro argumento frequente entre os contrários às políticas de ações afirmativas é o possível aumento dos conflitos raciais. Pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Uerj, no entanto, conclui que, nesses sete anos, os programas criados "não produziram nenhuma tendência de exacerbação do conflito racial ou mesmo de racialização do espaço universitário".

O diretor executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), Frei David Raimundo Santos, chega à mesma constatação. "Nas universidades que adotaram políticas de inclusão para negros, nada mudou na relação de tensão ou racialização", afirma.

De acordo com ele, observa-se justamente o contrário. "A integração do Brasil foi ampliada depois da adoção das cotas", diz.

NEVES, Maria. *Agência Câmara de Notícias*. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/150797-COTISTAS-TEM-DESEMPENHO-SIMILAR-A-MEDIA-GERAL.html>. Acesso em: 5 dez. 2015.

LÉXICO

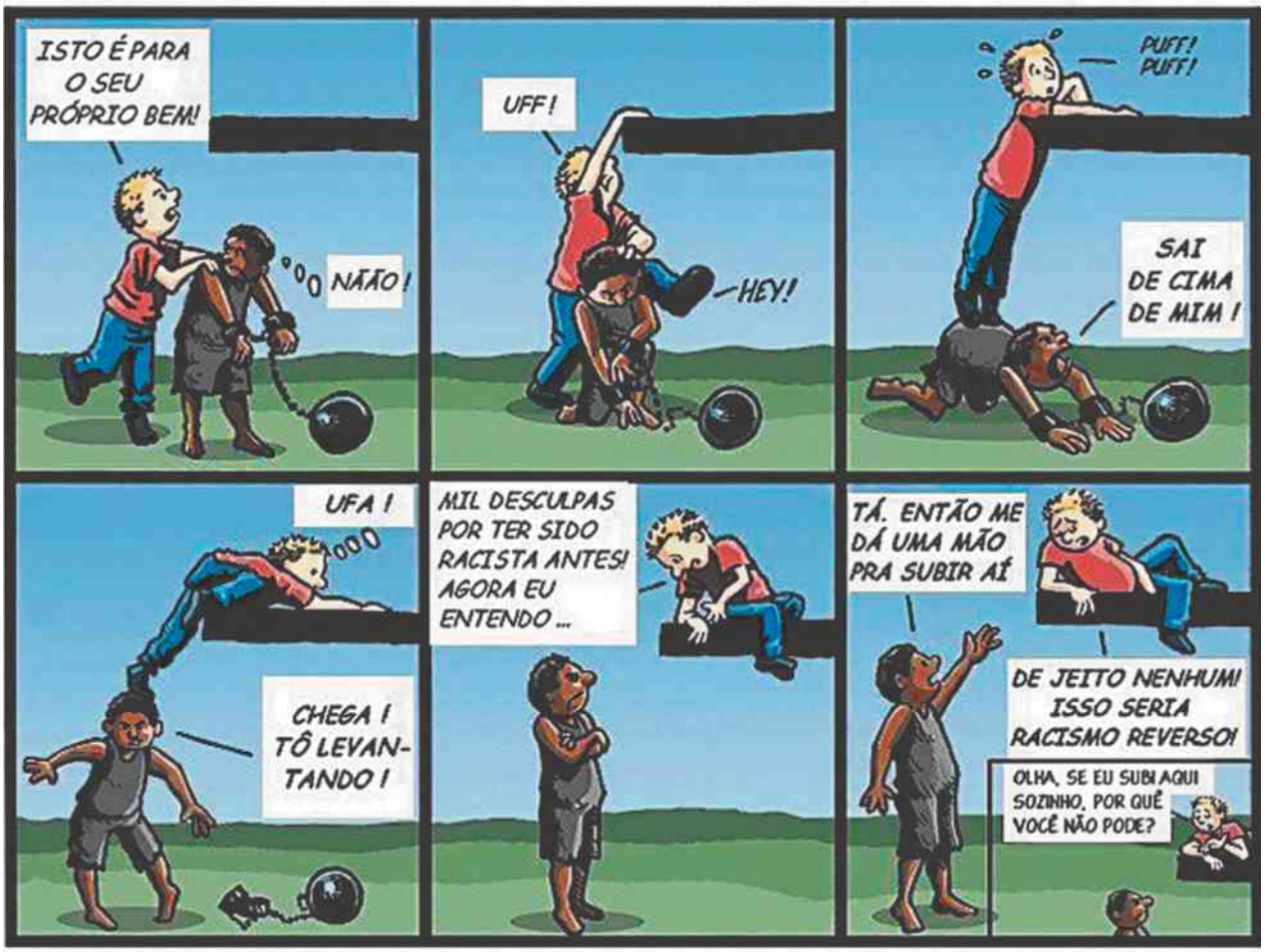
cotista: neste contexto, beneficiário do sistema de cotas raciais em universidades brasileiras, sancionado em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo das cotas é corrigir injustiças históricas da sociedade brasileira, reservando uma parcela de vagas exclusivamente a afrodescendentes e indígenas, por exemplo.

- **O sistema de cotas raciais não beneficia apenas negros, mas também pardos e indígenas. Foram instituídas ainda as cotas sociais, destinadas a alunos vindos de escolas públicas e deficientes físicos, e as cotas mistas, para estudantes negros que estudaram na rede pública de ensino, por exemplo.**
  - **a) Indique os argumentos daqueles que se posicionam contra o sistema de cotas raciais.**
  - **b) Na sua opinião, as cotas raciais são importantes para corrigir as desigualdades históricas do Brasil? Tente relacionar o texto com o que foi discutido no capítulo.**

c) A imagem abaixo assume um ponto de vista favorável ou desfavorável às cotas? Como o autor elabora uma reflexão sobre a desigualdade?

Uma história concisa das relações branco-negro nas Américas

© Barry Deutsch/Acerto do artista



Quadrinhos de Barry Deutsch, de 2008. (tradução de Ralf R.)

2. Um dos nossos problemas recentes, a crise econômica, tem relação com um tema que discutimos neste capítulo: a dependência econômica. Na medida em que houve a mundialização dos fluxos de capital, as economias menos desenvolvidas ficaram ainda mais dependentes dos países mais ricos. Com base no texto abaixo e nos pontos trabalhados neste capítulo, responda às questões.

Especialistas temem que alongamento da crise chinesa afete recuperação do Brasil

A queda das ações chinesas, que abalou o mercado financeiro global nas últimas duas semanas, pode ter efeito duradouro sobre a economia mundial, caso a crise se prolongue. Segundo especialistas, se o estouro da bolha acionária no país asiático acarretar a desaceleração da segunda maior economia do planeta, países exportadores de bens agrícolas e minerais, como o Brasil, serão os mais prejudicados.

Apesar da volatilidade dos últimos dias, os economistas dizem que ainda não está claro se o tombo das ações de empresas chinesas foi apenas um movimento de correção ou se representa uma tendência duradoura. Embora tenha

caído 37,4% desde meados de junho, o índice da Bolsa de Xangai acumula valorização de 48,2% nos últimos 12 meses. Além disso, as famílias chinesas aplicam cerca de 20% do patrimônio em instrumentos financeiros, percentual considerado baixo em relação a outros países.

"Os efeitos da crise chinesa dependem de esclarecer se a queda no mercado de ações é apenas um episódio ou significa que o ciclo de crescimento induzido pelas exportações e pelos investimentos está chegando ao fim. Isso a gente ainda não sabe", afirma o vice-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Júlio Miragaya. "Mesmo com a queda nas exportações, a China pode continuar a crescer fortemente se conseguir aumentar o consumo interno."

Segundo o professor de economia André Nassif, da Universidade Federal Fluminense, o consumo das famílias soma 35% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) na China. No Brasil, o indicador está em torno de 65%. "Há potencial para a economia chinesa ampliar o consumo interno. O desafio é fazer a transição de um modelo exportador e apostar na economia doméstica", diz.

Caso a crise passe do mercado financeiro para a economia real, no entanto, os especialistas advertem de que as consequências podem ser drásticas. Maior consumidor mundial de commodities *(bens agrícolas e minerais com cotação internacional), a China influencia, de forma significativa, os preços e as quantidades comercializadas de produtos como soja, ferro e petróleo, afetando países exportadores.*

Para Nassif, o Brasil será fortemente afetado no caso de uma desaceleração duradoura do segundo maior mercado exportador do país. "O aumento das vendas externas é a única variável que poderia fazer a economia brasileira voltar a crescer mais rápido. Neste ano, as exportações brasileiras caíram por causa da queda de preços internacionais. Se as quantidades também caírem, as consequências serão dramáticas", aflrma Nassif. "Na crise de 2002 e 2003, o Brasil foi beneficiado pelo início da elevação de preços das commodities*. Agora, esse fator não existe mais."*

Nos últimos sete anos, a economia da China tem experimentado queda no ritmo de crescimento. De 14% de alta do PIB em 2007, o país asiático deve encerrar 2015 com expansão de 6,9%. Caso a crise no mercado financeiro chinês se intensifique, o país poderá crescer entre 4% e 5% ao ano a partir de 2016. Mesmo com a desaceleração, o vice-presidente do Cofecon considera o índice ótimo. "Desde o fim dos anos 1980, a China cresce 10% ao ano. É natural que esse índice não se sustente, mas um crescimento de 5% é ótimo sob qualquer padrão", diz.

De acordo com Miragaya, a queda do preço das commodities *não está relacionada apenas ao desempenho da economia chinesa. "Existem cartéis internacionais nos mercados de minério de ferro e de petróleo que estão aumentando a produção e jogando para baixo os preços em todo o mundo. Isso derruba não apenas as empresas menores, mas complica a situação de países que precisam de divisas para equilibrar as finanças, como o Brasil", acrescenta.*

MÁXIMO, Wellton. *Agência Brasil EBC*, 29 ago. 2015. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-08/especialistas-temem-que-alongamento-da-crise-chinesa-afete-recuperacao-do>. Acesso em: 18 nov. 2015.

a) A redução da produção na China afeta o resto do mundo e o Brasil em particular? Por quê?

b) Usando seus conhecimentos de Geografia e História, descreva como a indústria e a agricultura foram organizadas no Brasil e como esse tipo de organização nos coloca como um país economicamente dependente.

c) Por fim, descreva em que medida as oscilações nas economias de países economicamente ricos influenciam as condições de trabalho e a oferta de empregos no Brasil.

Capítulo 10

1. Considere esta notícia, publicada no *Jornal do Brasil* em 28 de janeiro de 2012.

Cerca de 1,5 mil pessoas participaram hoje (28) de uma assembleia que reuniu mais de 100 movimentos sociais participantes do Fórum Social Temático (FST) 2012. Em carta, os ativistas citaram a construção de uma agenda e de ações comuns contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e todo tipo de discriminação e exploração.

A coordenadora dos movimentos sociais, Rosane Bertotti, explicou que o documento lista elementos em comum em meio à diversidade registrada na assembleia. Entre os destaques, temas como a democratização da comunicação, a violência contra as mulheres, o desenvolvimento sustentável e solidário, a reforma agrária, a agricultura familiar, o trabalho decente, a luta pela educação e pela saúde.

"Rejeitamos toda e qualquer forma de exploração e discriminação, seja ela no mundo do trabalho, sexista ou racial. Rejeitamos também toda forma de criminalização dos movimentos sociais e a forma como o capitalismo se reinventa na proposta de uma economia verde, achando que apenas pintar de verde um espaço vai mudar a realidade. Entendemos que, para mudar a realidade, não é só pintar de verde, é garantir direitos, liberdade de organização, democracia, proteção social", disse.

Valter Campanato/ABr/Radiobrás

Participantes do Fórum Social Temático de 2012, realizado em Porto Alegre (RS), seguram balão representativo do globo terrestre.

Para o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, o FST constituiu um espaço importante para reunir ativistas de várias partes do mundo que, em 2011, deram lições de cidadania e consciência na luta pelo acesso à educação e pelo direito a uma educação de qualidade.

"O FST funciona como uma orquestra que consegue juntar diferentes opiniões de inúmeros países numa perspectiva de superar as desigualdades sociais e os desequilíbrios que hoje a gente enfrenta no mundo", ressaltou. Entre as reivindicações do movimento estudantil brasileiro estão a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, a vinculação de, pelo menos, 50% da arrecadação com a exploração do pré-sal para investimentos em educação e a valorização do professor.

O secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Quintino Severo, avaliou que os debates do FST ficaram dentro do esperado. "Nós, do movimento sindical, viemos para o fórum para fazer o debate junto com as outras mobilizações dos movimentos sociais, para potencializar a nossa intervenção, as nossas propostas durante a realização da Rio+20."

A ideia, segundo ele, é fazer com que a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) não seja apenas um espaço de debate para ambientalistas, mas que inclua nas discussões fórmulas para melhorar as condições de trabalho no mundo. "Não basta apenas produzir de forma sustentável, é preciso desconcentrar renda, respeito aos direitos dos trabalhadores, aos direitos sociais e, acima de tudo, ao cidadão."

Já o presidente da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Edson França, disse que a expectativa do movimento negro em relação ao FST foi superada, já que foi possível elaborar um documento com as reivindicações de todos os movimentos sociais.

"A questão racial aparece na carta porque o racismo é uma dimensão importante da opressão. Os movimentos sociais, a cada tempo que vai se passando, por meio do diálogo, vêm tomando entendimento e se sensibilizando a respeito disso", explicou.

LABOISSIÈRE, Paula. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <www.jb.com.br/pais/noticias/2012/01/28/movimentos-sociais-fazem-balanco-do-fst-e-preparam-mobilizacoes-para-rio20/>. Acesso em: 5 dez. 2015.

- **Com base na notícia, discuta a relação entre política e movimentos sociais. Qual a importância dos movimentos sociais nas sociedades contemporâneas?**

2. Leia a seguir uma reportagem do *Diário do Nordeste*, de 2012.

Fortaleza foi a cidade brasileira que apresentou maior crescimento de pessoas morando sozinhas. Em dez anos, o número de residências com apenas um morador passou de 35 465 para 73 165, o que representa crescimento de 106,3%. Em seguida estão Brasília (90,6%), Salvador (85,0%), Goiânia (84,5%) e Recife (73,5%). Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como base o Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Seja por opção ou por necessidade, o fato é que o número de pessoas que optam por ter o seu espaço só cresce. É o caso do jornalista Diassis Camurça, 25 anos, que desde os 20 anos mora sozinho. A decisão foi tomada para facilitar a sua vida. Como seus pais moram em Maracanaú, se tornava muito cansativo vir para a faculdade em Fortaleza. Depois que surgiu um estágio, a situação se tornou ainda mais complicada. Foi quando veio a decisão de morar sozinho. No início, conta que o desafio foi grande, teve de se adaptar à "solidão". Passado esse período, ele confessa que não quer saber de outra coisa que não seja ter o seu espaço e privacidade. A principal vantagem que aponta de morar sozinho é a liberdade que conquistou. Não ter que dar satisfações de nada a ninguém, poder levar pessoas para casa e até fazer festinhas. A liberdade, contudo, veio acompanhada de uma série de responsabilidades. Os afazeres domésticos lhe tomam parte do dia, mas ainda assim garante que vale a pena. "Essa independência gera uma responsabilidade fundamental, que faz com que a gente acabe crescendo." O sociólogo Rosendo Amorim explica que essa mudança de comportamento, das pessoas encararem com menos preconceito a questão de morar sozinhas, tem a ver com uma característica que começa na modernidade, com a valorização do indivíduo e do individualismo. Um fator que contribui para que as pessoas optem por esse estilo de vida é a melhoria da situação financeira da população. Mesmo porque, o maior dilema que encontram é o custo de vida, considerado alto. Existe, ainda, uma série de outros problemas. No supermercado, por exemplo, tem de se ter muito cuidado, pois comida demais pode levar ao desperdício. Os restaurantes, geralmente, só vendem pratos para duas pessoas. O que salva são os self-services.

Tendência

Ainda assim, o sociólogo afirma que a tendência é de que o número de pessoas morando sozinhas aumente. Amorim acrescenta que a possibilidade de ser feliz sozinho vem da pós-modernidade, onde as pessoas se tornam menos massificadas.

LIMA, Luana. Dobra o número de pessoas morando só em Fortaleza. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/dobra-o-numero-de-pessoas-morando-so-em-fortaleza-1.659056>. Acesso em: 15 nov. 2015.

PESSOAS QUE MORAM SOZINHAS

	Fortaleza	Brasília	Salvador	Goiânia	Recife
2000	35 465	51 432	70 041	31 936	34 412
2010	73 165	98 047	129 598	58 938	59 705
Crescimento	106,3%	90,6%	85,0%	84,5%	73,5%

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados indicados na reportagem.

a) **Considerando a discussão realizada neste capítulo, em que medida o texto se utiliza das noções de modernidade e pós-modernidade para analisar o crescimento do percentual de indivíduos que moram sozinhos?**
b) **Monte um gráfico com os dados disponíveis em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados_preliminares/Tabela19.zip> sobre todas as regiões brasileiras. Descubra onde mais se vive sozinho entre as capitais escolhidas, tendo como base a média nacional de 12,2% de domicílios com apenas um morador. (Lembre-se de que é preciso descobrir a porcentagem de residências com apenas um habitante em relação ao número total de residências do município.) Elabore uma reflexão sobre essas diferenças regionais.**

3. **Um dos temas mais relevantes na atualidade são as lutas contra preconceitos e a favor das diferenças sociais — entre elas, o combate à homofobia e à transfobia. Leia o texto abaixo.**

Quando as bandeiras se unem

Torna-se cada dia mais inaceitável esconder a diversidade sexual e de identidade de gênero presente nas classes trabalhadoras e nas camadas mais pauperizadas, o que traz a urgência de articular as pautas, lutas e desafios dos movimentos sociais e populares.

Na última quarta, dia 15 de maio, Brasília viu suas ruas se colorirem com a IV Marcha Nacional contra a Homofobia que, em torno da bandeira do arco-íris, aglutinou uma série de movimentos sociais e outras bandeiras de luta. Com o tema "Estado laico, Democracia e Direitos Humanos", o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) promoveu uma semana de atividades e debates sobre as estratégias para garantir a laicidade do Estado e o fortalecimento do processo de democratização da nossa sociedade. Entre muitas estratégias discutidas, estavam os espaços de formação política, a manifestação nas ruas e a articulação com outros movimentos sociais e populares.

E foi isso que a IV Marcha contra a Homofobia fez: colocou na rua do lado do Movimento LGBT o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Quilombo Rio dos Macacos, o Levante Popular da Juventude, alguns segmentos do Movimento Feminista, do Movimento Sindical e da Marcha da Maconha. Todos denunciando as investidas dos setores mais conservadores [...]. *Mas não apenas eles, pois esse processo também se expressa no fortalecimento da bancada ruralista, na popularidade midiática de líderes religiosos homofóbicos, machistas e racistas, no crescimento dos crimes contra as LGBT e a juventude negra, na criminalização dos movimentos, etc.*

Contra o retrocesso e na busca de colocar a importância de suas lutas também para a população LGBT, o MST e o Quilombo Rio dos Macacos participaram da marcha ativamente, cuidando da segurança e da frente da manifestação que, segundo a ABGLT (Associação Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), reuniu em torno de 4 mil pessoas.

Peter Marshall/Alamy/Other Images

Em suas falas, os moradores do Quilombo Rio dos Macacos denunciaram as violações que estão sofrendo, verdadeiros crimes contra os Direitos Humanos. O quilombo, uma comunidade negra rural com mais de um século de existência, vem sofrendo com a Marinha do Brasil, que se fixou no mesmo território nas décadas de 1950/60 e hoje reivindica a posse da terra pertencente ao quilombo. Os inúmeros casos de maus-tratos na comunidade efetuados por membros da Marinha, mulheres estupradas e violências praticadas contra idosos e crianças, se agravam com o silêncio do setor público e a morosidade no procedimento de titulação legal do território da comunidade como quilombo.

O MST, que está organizado em Brasília no Acampamento Nacional Hugo Chávez para denunciar a paralisação da reforma agrária e o avanço do agronegócio no país, também se colocou em marcha contra o segundo adiamento do julgamento do fazendeiro Adriano Chafik Luedy, mandante confesso do Massa-

cre de Felisburgo, ocorrido em 2004, quando cinco agricultores foram exterminados por 17 pistoleiros. A marcha seguiu até o Supremo Tribunal Federal (STF), onde o MST realizou uma mística para tornar pública a morosidade da Justiça no julgamento de crimes contra trabalhadores rurais e, com isso, a impunidade de seus autores e mandantes.

As ações articuladas dos movimentos evidenciaram como as diversas lutas e reivindicações dos movimentos de grupos e classes subalternas estão ligadas e imbricadas do ponto de vista da construção de uma democracia substantiva (e não apenas formal). Além de não se poder negar hoje a visibilidade crescente de travestis sem terra, gays quilombolas, proletárias lésbicas, professoras transexuais etc., deve-se atentar para o fato de que a justiça que é negligente e morosa nos julgamentos de assassinatos de trabalhadores rurais é a mesma que tapa os olhos para os homicídios das LGBT. A bala que extermina militantes sem terra no nosso país extermina também travestis e homossexuais. O machismo que leva ao estupro de mulheres quilombolas é o mesmo machismo que leva ao estupro "corretivo" de lésbicas. Torna-se, assim, cada dia mais inaceitável esconder a diversidade sexual e de identidade gênero presente nas classes trabalhadoras e nas camadas mais pauperizadas, o que traz a urgência de articular as pautas, lutas e desafios dos movimentos sociais e populares.

Hoje, dia 17 de maio, é o Dia internacional de Luta contra a Homofobia. A data foi escolhida porque nesse dia, no ano de 1990, a homossexualidade deixou de ser classificada como doença pela Organização Mundial de Saúde. A data é uma conquista da ação de militantes e organizações da luta pela diversidade sexual e um marco histórico que deve ser comemorado por todos e todas que se colocam ativamente na construção de uma nova sociedade.

TOITIO, Rafael Dias. *Brasil de Fato*, 17 maio 2013. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/12951>. Acesso em: 18 nov. 2015.

- **Com base no que foi discutido nesse capítulo e no texto acima, responda:**
  - **a) O que unificaria as lutas dos movimentos sociais contemporâneos?**
  - **b) Por que a luta contra os preconceitos sociais ganhou mais visibilidade nas últimas décadas?**
  - **c) Em que medida a ampliação da democracia dependeria da incorporação das demandas dos movimentos sociais indicados no texto acima?**

4. Leia o texto abaixo atentando à relação entre educação e desigualdade social.

Educação e desigualdade: A luta por uma educação pública e igualitária deve estar na pauta das lutas políticas nos mesmos níveis das demais lutas sociais e econômicas

Uma das características mais perversas da sociedade brasileira é a desigualdade de renda. Nas últimas décadas, chegamos a ocupar a pior posição entre todos os países. Mesmo considerando certa melhoria mais recentemente, ainda estamos entre os 12 países mais desiguais do mundo, juntamente com a África do Sul, o Chile, o Paraguai, o Haiti, Honduras, entre outros.

Enquanto entre nós os 10% mais ricos têm uma renda média (familiar per capita*) mais do que 50 vezes maior que os 10% mais pobres, nos antigos países socialistas que ainda preservam algumas conquistas sociais (Eslováquia, República Checa e Hungria entre eles) ou nos países que têm ou tiveram recentemente influências socialistas relativamente fortes (como os países nórdicos, por exemplo), essa mesma relação é da ordem de 5 vezes. Mesmo nos países de economia fortemente liberal, EUA entre eles, essa relação está na faixa de 10 e 20 vezes. O que ocorre aqui é simplesmente escandaloso.*

Adão Iturrusgaral/Acervo do artista

Muitos fatores estão na origem dessa situação, entre eles o sistema econômico, a ausência de uma reforma agrária real e efetiva, as heranças do escravagismo, a repressão aos movimentos sociais organizados, o monopólio dos meios de comunicação usados para propaganda das "verdades" que interessam às elites e as políticas educacionais excludentes.

De fato, a educação tem sido um importante instrumento para a reprodução das desigualdades. Vejamos alguns dados que ilustram como e com que intensidade isso ocorre.

Atualmente, três em cada dez crianças abandonam a escola, em definitivo, antes de completar o ensino fundamental e praticamente a totalidade delas vem dos setores economicamente mais desfavorecidos. Como o investimento anual na educação dessas crianças está na casa dos dois ou três mil reais, todo o investimento ao longo da vida pode não exceder os dez ou vinte mil reais. No outro extremo, onde estão os mais ricos, o investimento por criança e por ano pode exceder — e em muito, se considerarmos as escolas de elite e incluirmos cursos de línguas, aulas particulares, material didático, viagens culturais etc. — os trinta mil reais por ano. Ao longo de toda a vida escolar esse investimento pode chegar a meio milhão de reais, ou ainda muito mais que isso.

Essa perversa desigualdade na formação educacional, quando combinada com a dependência da renda de uma pessoa adulta com seu nível de escolarização, fecha um círculo vicioso extremamente perverso. Em valores aproximados, segundo vários levantamentos feitos por especialistas, cada ano de escolaridade a mais de uma pessoa implica em um aumento de renda da ordem de 10% a 20% (variação essa devida à época, à sistemática adotada no levantamento dos dados e aos níveis escolares considerados). A qualidade da educação, por sua vez, medida, por exemplo, pelo nível escolar do professor, pode contribuir com uma diferença de cerca de 50% na renda de pessoas com mesmos níveis de formação educacional.

Tom Thai/Acervo do fotógrafo

Assim, ao escolarizar mal as crianças e jovens mais desfavorecidos, nosso sistema educacional está contribuindo para preservar ou mesmo acirrar nossas desigualdades econômicas, respondendo aos desígnios das elites econômicas, que consideram inaceitável qualquer destinação de recursos públicos para fins sociais, inclusive para a educação pública. Programas como o Bolsa Família e sua extensão, o Brasil Sem Miséria, ainda que sejam importantes instrumentos de distribuição de renda, têm efeitos apenas nos casos de pauperização extrema, pouco contribuindo para combater as raízes do problema da distribuição de renda. Para isso, seriam necessários instrumentos mais permanentes e mais sólidos, que viabilizassem a desconcentração de renda em longo prazo. E a educação é um deles.

A luta por uma educação pública e igualitária deve estar na pauta das lutas políticas nos mesmos níveis das demais lutas sociais e econômicas, como a reforma agrária, a luta por moradia, a defesa do setor público e a luta por salários dignos. Se não rompermos com a atual situação educacional — e esse rompimento só será possível por meio de uma ampla luta social — jamais construiremos bases realmente sólidas para superarmos nossa desigualdade.

HELENE, Otaviano. *Brasil de Fato*, 4 ago. 2011. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/7045>. Acesso em: 18 nov. 2015.

- **Com base no que foi discutido no capítulo e no texto acima, responda:**
  a) Em que medida a educação reproduz as desigualdades sociais?
  b) Para o autor do texto, há relação entre a distribuição de renda e os problemas relacionados à educação? Como Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender essa relação?

Questões do Enem e de vestibulares

Enem

1. (Enem 2013)

Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade — fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. Prefácio à Crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos* 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (adaptado).

- Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que
  a) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
  b) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
  c) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
  d) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
  e) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

Vestibulares

2. (UEG-GO 2015) Para Marx, diante da tentativa humana de explicar a realidade e dar regras de ação, é preciso considerar as formas de conhecimento ilusório que mascaram os conflitos sociais. Nesse sentido, a ideologia adquire um caráter negativo, torna-se um instrumento de dominação na medida em que naturaliza o que deveria ser explicado como resultado da ação histórico-social dos homens, e universaliza os interesses de uma classe como interesse de todos. A partir de tal concepção de ideologia, constata-se que
   a) a sociedade capitalista transforma todas as formas de consciência em representações ilusórias da realidade conforme os interesses da classe dominante.
   b) ao mesmo tempo que Marx critica a ideologia ele a considera um elemento fundamental no processo de emancipação da classe trabalhadora.
   c) a superação da cegueira coletiva imposta pela ideologia é um produto do esforço individual, principalmente dos indivíduos da classe dominante.
   d) a frase "o trabalho dignifica o homem" parte de uma noção genérica e abstrata de trabalho, mascarando as reais condições do trabalho alienado no modo de produção capitalista.

3. (UEG-GO 2015) No pensamento sociológico clássico há uma permanente preocupação com as mudanças sociais. A esse respeito, verifica-se que,
   a) para Marx, a mudança social é produto da luta de classes.
   b) para Durkheim, a mudança social é gerada pela ação social.
   c) para Weber, não existe mudança social mas tão somente fato social.
   d) tanto para Marx quanto para Weber, a mudança social tem sua origem no Estado.

4. (UEG-GO 2014) A sociologia surge como ciência no século XIX. Ela nasce numa época marcada pela ideia de criar ciências positivas da sociedade, período em que são criadas as ciências humanas. Alguns sociólogos discutem a relação entre a sociologia e filosofia. Durkheim, por exemplo, apresenta Montesquieu e Rousseau como precursores da sociologia. Nesse sentido, a sociologia
   a) surge no interior de um movimento intelectual que nasce com o racionalismo e o iluminismo, visando negar a filosofia e ocupar o seu lugar.
   b) abarca a filosofia e as ciências naturais, criando uma síntese que supera ambas, ao mostrar que a fonte do conhecimento é a sociedade.
   c) objetiva ser uma ciência particular e, por isso, necessita distinguir-se de outras ciências e da filosofia, criando objeto e método próprios.
   d) busca juntar filosofia e sociologia para criar uma nova ciência, a física social, que seria o positivismo inspirado em Augusto Comte e Durkheim.

5. (UEM-PR 2014 — somar respostas corretas) Considerando as contribuições de Karl Marx e da teoria marxista para a compreensão da economia política capitalista, assinale o que for correto:
   01) Marx afirma que a moderna economia política capitalista foi instituída na Europa do século XIX por meio da aceitação generalizada de sua ideologia.
   02) A teoria marxista contribui para o entendimento de que os modernos processos de exploração e alienação das forças de trabalho são o resultado de um sistema social de produção que pode ser transformado.
   04) Segundo Marx, as empresas passaram a respeitar e a valorizar seus empregados a partir do momento em que se conscientizaram do papel central que eles ocupam no processo produtivo.
   08) A teoria marxista explica que o sistema capitalista de produção se tornou a forma mais justa e democrática de combater as desigualdades nas sociedades modernas.
   16) A obra de Marx contribuiu para o reconhecimento das leis de mercado enquanto fatos sociais independentes da ação humana, e que devem ser obedecidas para se manter a coesão social.

6. (UEM-PR 2014 — somar respostas corretas) Considerando os estudos sociológicos das relações entre trabalho e sociedade, assinale o que for correto:
   01) Na Sociologia, as relações de trabalho ocupam um papel constitutivo nas produções simbólica e material da vida social.
   02) Como a legislação não permite que os estudantes trabalhem, a Sociologia do trabalho não deveria ser ensinada na educação básica.
   04) De acordo com a Sociologia, trabalho e sociedade são coisas distintas, pois o sucesso profissional depende do mérito e do esforço pessoal.
   08) Os estudos sociológicos sobre o mundo do trabalho defendem que a atual reestruturação das forças produtivas sociais irá criar uma sociedade igualitária.
   16) Para a Sociologia, a posição diferente de homens e mulheres no espaço doméstico influencia decisivamente as chances de cada um no mercado de trabalho.

7. (UEM-PR 2014 — somar respostas corretas) Considerando as contribuições de Max Weber ao pensamento sociológico, assinale o que for correto:
   01) Ao estudar o protestantismo nos Estados Unidos, Weber observou o desenvolvimento de uma forma ideal de sociedade que soube valorizar o trabalho e criar um país perfeito para se viver.

02) Segundo Weber, o papel da Sociologia não é o de compreender e explicar a ação social, mas o de interferir politicamente na sociedade para reduzir a violência e a pobreza.
04) A Sociologia de Weber procura incluir o papel do indivíduo e a importância da ação social na compreensão da sociedade.
08) Conforme Weber, as sociedades modernas vivenciaram processos de desencantamento e processos de racionalização do mundo, que modificaram a organização das relações de poder.
16) Para Weber, o fim da religiosidade nas sociedades modernas é o resultado da degeneração moral das pessoas, que só pensam no lucro e deixam de se preocupar com causas sociais.

8. (UEM-PR 2013 — somar respostas corretas) O trabalho constitui uma dimensão importante da realidade social, por isso mesmo, diversos estudos nas Ciências Sociais se concentraram em investigar o modo como as pessoas produzem o mundo em que vivem e a si mesmas a partir do seu trabalho. Considerando as abordagens sociológicas marxistas sobre as relações de trabalho, assinale o que for correto.
01) A análise das relações de trabalho permite compreender o modo como diferentes sociedades se organizam, pois revela aspectos relacionados com a produção material da vida coletiva, bem como com as relações de dominação entre os grupos sociais.
02) O artesanato refere-se a uma prática de trabalho na qual a pessoa detém o controle sobre as ferramentas, os materiais, o ritmo e o próprio resultado final de seu produto, garantindo certa autonomia perante o processo de produção.
04) As revoluções industriais simbolizaram mudanças nos modos de organização da produção e das forças produtivas, pois elas radicalizaram os processos de mercantilização, opondo os proprietários dos meios de produção aos trabalhadores assalariados.
08) De acordo com Marx, a "mais-valia" constituiria a base da exploração do trabalho assalariado e da manutenção do sistema capitalista, representando a diferença real entre o salário pago e o valor final da mercadoria produzida.
16) Os modelos tayloristas e fordistas de produção representaram uma tentativa de acabar com os processos de exploração do trabalho assalariado, propondo a diminuição dos lucros das empresas e o aumento do tempo ocioso dos funcionários.

9. (UEM-PR 2013 — somar respostas corretas) A noção de "classe social" tornou-se uma ferramenta conceitual importante para o desenvolvimento das Ciências Sociais na medida em que permitiu a descrição e a análise de diferentes relações sociais nas sociedades modernas. Considerando as variadas perspectivas sociológicas sobre as "classes sociais", assinale o que for correto.
01) O termo "classe social" é equivalente ao termo "classe de consumo", pois a Sociologia entende que a posição social das pessoas deve ser explicada pela sua capacidade de comprar ou de consumir bens.
02) A ideia de "classes sociais" refere-se a uma forma de classificar e de descrever as relações sociais, pois remete às diferentes posições ou estratificações sociais que os indivíduos e os grupos ocupam em uma sociedade.
04) O conceito de "classes sociais" não sugere apenas a existência de diferenças ou de variações individuais entre as pessoas, mas principalmente a produção de desigualdades entre as posições sociais que elas ocupam.

08) O termo "luta de classes" está ligado ao reconhecimento de desigualdades e de hierarquias na formação e na organização das sociedades que podem levar a conflitos e a disputas entre os distintos grupos que as compõem.

16) Quando o conceito de "classe social" é utilizado para descrever um grupo de indivíduos, o seu uso indica que essas pessoas possuem algumas características em comum que podem identificá-las enquanto parte de um grupo social.

10. (UEM-PR 2013 — somar respostas corretas)

A escola exclui, como sempre, mas ela exclui agora de forma continuada, a todos os níveis de curso, e mantém no próprio âmago daqueles que ela exclui, simplesmente marginalizando-os nas ramificações mais ou menos desvalorizadas. Esses 'marginalizados por dentro' estão condenados a oscilar entre a adesão maravilhada à ilusão proposta e a resignação aos seus veredictos, entre a submissão ansiosa e a revolta impotente.

(BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 485).

- **Considerando a citação e as abordagens sociológicas sobre o contemporâneo processo de escolarização, assinale o que for correto.**

01) O melhor desempenho escolar de certas pessoas está ligado ao dom natural para os estudos que desperta logo no nascimento, pois as aptidões intelectuais facilitam o aprendizado e permitem conseguir notas mais altas.

02) Historicamente a escola tem sido uma instituição democrática que respeita as diferenças econômicas, sociais e culturais da sociedade e garante oportunidades iguais para as pessoas que se esforçam nos estudos.

04) Ao ocultar seu papel na legitimação e na reprodução dos saberes, dos valores e das experiências dos grupos dominantes, a instituição escolar esconde também os seus mecanismos "sutis" de exclusão dos grupos marginalizados.

08) A baixa qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas no Brasil está diretamente relacionada ao grande número de pessoas pobres que ela inclui, pois a condição econômica determina o desempenho escolar.

16) Um dos principais desafios colocados para os atuais sistemas de ensino no Brasil tem sido a necessidade de assegurar a inclusão educacional de indivíduos e de grupos sociais que historicamente foram marginalizados pela escola regular.

11. (UEM-PR 2013 — somar respostas corretas)

O império da moda está crescendo. Ele exerce seu domínio nos aspectos mais inesperados de nossa existência. Nossas roupas não são mais os únicos objetos submetidos às suas regras: a alimentação, o turismo e o automóvel são alguns dos diversos setores atualmente submetidos à sua vontade. Em cada um deles, novas tendências nascem, se divulgam e morrem. No âmbito estatístico, esses fenômenos são bastante conhecidos. Tomam o aspecto costumeiro de uma curva de Gauss. Contudo, os mecanismos nos quais a moda se apoia permanecem amplamente misteriosos. Questionar as vítimas da moda sobre suas escolhas não é a melhor maneira de entender esses processos. De fato, um importante aspecto ar-

bitrário entra na criação das tendências. A maior parte das inovações se baseia em motivos claros, fáceis de identificar. A substituição da máquina de escrever pelo tratamento de texto não está relacionada à subjetividade dos indivíduos nem à evolução de seus gostos. Por outro lado, trata-se de explicar o sucesso atual da cor roxa ou o ressurgimento do papel de parede [...]

ERNER, G. Vida e morte das tendências. In: BUENO, M. L. & CAMARGO, L. O. L. (Org.). *Cultura e Consumo. Estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: Ed. Senac, 2008, p. 215- 216.

- **Considerando o trecho acima e as análises sobre indústria cultural e consumo em massa, assinale o que for correto.**
  - **01) A adoção de inovações tecnológicas está exclusivamente associada à subjetividade dos indivíduos. Trata-se de escolhas puramente pessoais.**
  - **02) Roupas, alimentação, decoração, automobilismo e turismo são dimensões da vida social que não são explicáveis exclusivamente a partir de suas funções utilitárias.**
  - **04) Meios de comunicação, mídias e publicidade estão profundamente relacionados à divulgação em massa dos padrões de consumo dominantes em nossa sociedade.**
  - **08) Enquanto as tendências da moda parecem orientar-se por fatores arbitrários, a inovação tecnológica parece estar relacionada a fatores facilmente identificáveis.**
  - **16) É possível a uma pessoa viver em sociedade e manter-se completamente alheia à sua tecnologia e à sua estética, bem como ao modo como os outros membros de sua sociedade ou de seu próprio grupo se vestem e se comportam.**

12. (UFMA 2009) Assinale a opção que contenha as categorias básicas da sociologia de Max Weber.

a) função social, tipo ideal, mais-valia
b) expropriação, compreensão, fato patológico
c) ação social, materialismo, idealismo
d) vontade de poder, julgamento de valor, solidariedade mecânica
e) ação social, relação social, tipo ideal

13. (UFMA 2009) Durkheim expõe três características fundamentais para distinguir o fato social. São elas:

a) legitimidade, coerção social, individualidade
b) coercitividade, exterioridade, generalidade
c) identidade, universalismo, humanismo
d) generalidade, solidariedade, anomia
e) universalismo, legitimidade, generalidade

14. (UFMA 2009) Os conceitos de alienação, física social e solidariedade mecânica estão relacionados, respectivamente, a quais teóricos?

a) Parsons, Merton, Weber
b) Simmel, Bourdieu, Spencer
c) Tonnies, Norbert Elias, Durkheim
d) Marx, Weber, Sombart
e) Marx, Comte e Durkheim

15. (UFMA 2009) Assinale a alternativa correta quanto às principais características da sociedade capitalista.
    a) feudo, mais-valia, escravos
    b) salário, mercadoria, mais-valia
    c) corveia, renda fundiária, servos
    d) solidariedade mecânica, alienação e corporações de ofício
    e) ócio, comércio, cavaleiros

16. (UFMA 2008) Émile Durkheim (1858-1917) introduz no primeiro capítulo da sua obra *As regras do método sociológico* o conceito de:
    a) caos social.
    b) realidade social.
    c) fato social.
    d) arrogância social.
    e) ganância social.

17. (Unicentro-PR 2014) Leia o texto a seguir.

    O conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção forma o que Marx chama de a infraestrutura de uma sociedade que, por sua vez, é a base sobre a qual se constituem as demais instituições sociais. Segundo a concepção materialista da história, na produção da vida social, os homens geram também outra espécie de produtos que não têm forma material e que vêm a ser as ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas etc. — cujo conjunto é chamado de superestrutura ou supraestrutura.

    (QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L.; OLIVEIRA, M. *Um toque de clássicos:* Durkheim, Marx e Weber. 3ª reimpr. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 74.)

- Sobre esse modo de entender e explicar a constituição da sociedade, assinale a alternativa correta.
    a) A produção das ideologias, o conjunto de pensamentos e os produtos para satisfação das necessidades humanas denominam-se infraestrutura.
    b) A superestrutura corresponde à produção material para que o indivíduo tenha condições de satisfazer as necessidades básicas.
    c) Na concepção materialista da história, os homens produzem tanto as condições materiais de existência quanto suas ideias, ideologias e a própria cultura.
    d) O ser humano tem condições de produzir a infraestrutura, mas não a superestrutura.
    e) Para produzir a infraestrutura, é necessário ter conhecimento filosófico, ideológico e científico.

18. (Unicentro-PR 2014) Em relação ao Materialismo Histórico Dialético, considere as afirmativas a seguir.
    I. É a teoria e a metodologia da ciência social associadas aos nomes de Marx e Engels.
    II. As ideias de Feuerbach tiveram impacto sobre a obra de Marx e Engels, que deram o passo para a formulação do materialismo dialético e histórico. Contudo, a formulação de Marx e Engels difere significativamente do materialismo de Feuerbach.

III. O novo materialismo, formulado por Marx e Engels, é crítico e revolucionário. Da filosofia idealista, de Hegel, extraíram seu núcleo racional — a dialética.

IV. Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels se dizem materialistas contemplativos, ou seja, puramente teóricos. Eles criaram sua filosofia e sua concepção de história de fora do movimento operário.

- Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

19. (UEL-PR 2015) Leia o texto a seguir.

Lembra-te de que tempo é dinheiro; aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadiação, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais.

(WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira; Brasília: UNB, 1981, p. 29.)

- O conselho de Benjamin Franklin é analisado por Max Weber (1864-1920) na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Com base nessa obra, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a compreensão weberiana sobre o sentido da conduta do indivíduo na formação do capitalismo moderno ocidental.

a) Tradicionalidade.
b) Racionalidade.
c) Funcionalidade.
d) Utilitariedade.
e) Organicidade.

20. (UEL-PR 2015) O dinheiro alterou enormemente as relações sociais e, no desenvolvimento da história econômica da sociedade, atingiu o seu ápice com o modo de produção capitalista. Com base nos conhecimentos sobre os estudos de Karl Marx, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, as explicações sobre a produção da riqueza na sociedade capitalista.

a) A mercantilização das relações de produção e de reprodução, por intermédio do dinheiro, possibilita a desmistificação do fetichismo da mercadoria.
b) Enquanto mediação da relação social, o dinheiro demonstra as particularidades das relações entre indivíduos, como as políticas e as familiares.
c) O dinheiro tem a função de revelar o valor de uso das mercadorias, ao destacar a valorização diferenciada entre os diversos trabalhos.
d) O dinheiro é um instrumento técnico que facilita as relações de troca e evidencia a exploração contida no trabalho assalariado.
e) O dinheiro caracteriza-se por sua capacidade de expressar um valor genérico equivalente, intercambiável por qualquer outro valor.

David Silverman/Agência France-Presse

Em foto de dezembro de 2007, trabalhador palestino passa em frente a um muro grafitado pelo artista britânico Banksy em Belém, Cisjordânia.

UNIDADE 3

PODER E CIDADANIA

A política é a arte de determinar como vamos viver juntos, conciliar nossos interesses e estabelecer regras de convivência. Poucas atividades humanas lidam com questões tão essenciais, tão dramáticas, que produzem tantas consequências. Um governo ditatorial, por exemplo, pode tirar mais vidas que a pior das epidemias. Já um bom programa de saúde pública, implementado por um governo preocupado com os princípios básicos de cidadania e bem-estar social, pode garantir qualidade de vida a muitos cidadãos.

É por meio da política que se decide quais serão os seus direitos, o quanto de liberdade você terá, e quais serão suas chances de ter acesso a bens e oportunidades que possibilitem mais escolhas na vida de cada um. Em um jogo em que as apostas são tão altas, participam muitos aventureiros e desonestos em busca de vantagens e poder. A única alternativa ao governo dos aventureiros e desonestos é que você, o cidadão, aprenda como o jogo da política é jogado, e, ao lado de seus concidadãos, faça com que ele funcione a favor de todos.

CAPÍTULO 11

POLÍTICA, PODER E ESTADO

Bruno Vincent/Agência France-Presse

Grafite de Banksy em frente à sede do Parlamento, em Londres, Reino Unido, em foto de 2006. Esse grafite fez parte da campanha pacifista do cidadão inglês Brian Haw (1949-2011), que viveu durante quase dez anos acampado na praça em frente à sede do Parlamento britânico. Protestando contra a política externa do Reino Unido e dos Estados Unidos, Brian Haw tornou-se um símbolo do movimento contra a invasão do Afeganistão e do Iraque.

Neste capítulo vamos discutir:

1. Política e poder
2. O Estado
3. Os contratualistas: o que o Estado pode fazer?
4. Regimes políticos: a democracia
5. Partidos políticos

Quando você pensa em política, o que vem à sua cabeça? Provavelmente algo relacionado ao governo, às pessoas que administram a cidade, o estado ou o país. Talvez você pense em eleições, em candidatos, no voto. E talvez tenha uma opinião desfavorável sobre a política: muita gente, quando ouve falar em política, logo pensa em corrupção.

Mas você já pensou em quantas coisas boas na sua vida foram conseguidas por lutas políticas? Por exemplo, hoje você pode postar na internet uma frase como "Odeio todos os políticos, o governo é corrupto". No Brasil, há pouco mais de trinta anos, quem criticasse o governo desse jeito poderia ser preso, torturado e até morto. Isso só deixou de ser assim graças a um movimento político forte e a um longo processo que mudou a forma de o país ser governado. E quem achar que outros problemas graves do Brasil podem ser resolvidos sem política está seriamente iludido.

A Ciência Política ajuda a entender como funcionam o governo e as leis que regulamentam a vida de cidadãos como você e seus colegas e de que maneiras os cidadãos se organizam para atuar politicamente.

1. POLÍTICA E PODER

O conceito fundamental da Ciência Política é o conceito de *poder*. Segundo a definição do sociólogo alemão Max Weber (ver *Perfil* no Capítulo 6), o centro da atividade política é a busca pelo poder. Para Weber, *a política é a luta por participar do poder ou influenciar sua repartição*. Mas o que, afinal, é o poder? Você já deve ter alguma ideia do que significa poder. Tem poder quem manda, quem é capaz de impor sua vontade sobre a dos outros. Essa é a definição clássica de poder: a possibilidade de impor sua própria vontade, mesmo que contra a vontade dos outros.

Se um assaltante o ameaça com uma arma e lhe ordena que entregue a ele seu dinheiro, você provavelmente obedecerá, mesmo contra sua vontade. Quando isso acontece, ele está exercendo poder sobre você. Se a polícia interrompe o assalto e ordena ao ladrão que se renda, ele provavelmente vai obedecer, mesmo não tendo nenhuma vontade de ir preso. Quando isso acontece, os policiais exercem poder sobre o ladrão. Essas são formas de poder bastante simples: alguém obriga outro alguém a fazer alguma coisa por meio de ameaça de violência física.

Ladislav Bielik/Arquivo da editora

Na foto acima, de 1968, um cidadão da antiga Tchecoslováquia (país que se dividiu nas atuais República Tcheca e Eslováquia) tenta impedir o avanço de um tanque do exército soviético em Praga. Entre 1945 e 1989, a União Soviética impôs pela força governos comunistas em vários países da Europa. O cidadão da foto não conseguiu impedir a invasão.

Mas o poder com base apenas na ameaça de violência é frágil. O ladrão só consegue mandar no pequeno número de pessoas que mantém sob a mira de sua arma. Para o poder se estabelecer sobre um grande número de pessoas por um tempo razoável, é preciso que elas obedeçam mesmo quando não se veem explicitamente ameaçadas. Imagine, por exemplo, se o governo precisasse manter um policial armado acompanhando cada um de nós, o tempo todo, para que cumpríssemos a lei. Dificilmente um governo como esse conseguiria se manter por muito tempo.

Weber chamou de **dominação** a probabilidade de encontrar obediência em um grupo de pessoas. A dominação, para durar, precisaria ser *legítima*: isto é, precisaria, de alguma forma, convencer as pessoas de que é certo obedecer. As pessoas podem se convencer por motivos diferentes. Weber identificou três principais tipos de dominação legítima. Eles não são os únicos possíveis e, na prática, quase sempre se misturariam em um processo de dominação. Os três tipos de dominação legítima, segundo Weber, são os seguintes:

Faisal Al Nasser/Reuters/Latinstock

Rei Salman, da Arábia Saudita, um exemplo de líder que tenta se legitimar como representante das tradições do país (no caso, principalmente das tradições religiosas). Na Arábia Saudita, o rei é chamado de "Guardião das Duas Mesquitas Sagradas" (as de Meca e Medina). O próprio país é assim chamado por causa do nome de sua família, Saud. Foto de 2015.

- **Dominação tradicional**: é a dominação que se baseia no costume — quando se obedece porque "sempre foi assim" — ou em um hábito tão forte que nos pareceria estranho nos desviarmos dele. Muitas monarquias, por exemplo, foram e são legitimadas pela tradição: obedecer ao rei e à sua família já se tornou parte da maneira de viver de determinada sociedade, e os súditos achariam estranho viver de outro jeito. Em algumas religiões, é comum que os fiéis obedeçam ao líder espiritual porque esse comportamento já se tornou parte importante das crenças daquela religião.

- **Dominação racional-legal**: é a dominação que se baseia na crença de que é correto obedecer à lei. Não porque a lei seja inspirada por ordem ou crença divina, ou porque se concorde com todos os detalhes de todas as leis, ou porque obedecer seja sempre do seu interesse, mas porque a lei deve ser cumprida.

LÉXICO

funcionário público: funcionário do Estado. Os funcionários públicos não podem ser indicados por alguém para os cargos que ocupam (exceto nos chamados cargos de confiança). Eles precisam ser aprovados em um concurso público, no qual os candidatos são avaliados anonimamente. O objetivo disso é garantir que a seleção considere a competência do candidato para a função, e não suas relações pessoais. São funcionários públicos, por exemplo, os juízes, os professores das escolas públicas e os médicos dos hospitais públicos.

Para entender o que seria a crença na lei, basta pensar no que consideramos, na sociedade moderna, um bom funcionário público. Um bom funcionário público deve ter conseguido seu emprego por competência técnica (demonstrada em concurso público); deve sempre seguir o que diz a lei; e deve aplicá-la igualmente a todos os cidadãos, sejam eles brancos, sejam negros, ricos ou pobres, da mesma igreja do funcionário ou não, do mesmo partido político do funcionário ou não. Esse funcionário público corresponde ao ideal da dominação racional-legal.

- **Dominação carismática**: é a dominação que se baseia na crença de que o líder político possui qualidades excepcionais, dons extraordinários. Os liderados podem acreditar que o líder é inspirado por Deus, ou que é excepcionalmente capaz de compreender o verdadeiro destino da nação. Os liderados podem estar enganados, ou seja, o líder pode não ter nenhuma dessas qualidades. Mas ele vai exercer poder sobre eles enquanto os convencer de que tem essas qualidades, muitas vezes inspirando-os a fazer coisas que geralmente não fariam.

Library of Congress/ Everett Collection/Latinstock

Everett Collection/Latinstock

O carisma pode influenciar multidões em favor das mais diversas causas. Na foto acima, de 1939, o ditador Adolf Hitler, que governou a Alemanha entre 1933 e 1945. Hitler incitou o ódio contra minorias, e sua capacidade pessoal de mobilização, somada ao contexto histórico do período, teve como consequência a perseguição, discriminação e morte de milhões de pessoas. Na época, na Alemanha, a vontade do Führer ('líder', em alemão) valia muito mais do que a lei. Na foto ao lado, o pastor batista estadunidense Martin Luther King, em 1965. King combateu as leis racistas do sul do país e atuou pela busca da igualdade. As ideias defendidas por ele já estavam na pauta de vários movimentos pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, mas suas ações baseadas na não violência e no amor ao próximo inspiraram milhões de negros, especialmente entre 1955 e 1968, ano em que foi assassinado.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A quem você obedece? A seus pais, aos professores, a um líder religioso, ao prefeito? Pense nos motivos que o fazem obedecer a cada uma dessas pessoas. A quais delas você obedece por motivos afetivos, a quais porque "é assim que as coisas são", a quais por reconhecer que são competentes em determinada área? Você consideraria que há abuso de poder em algum desses casos? Em caso afirmativo, você deixaria de obedecer?

Veja como as coisas são mais complexas do que aparentam. Começamos este capítulo vendo que o poder é a possibilidade de impor a vontade sobre os outros. Quando concluímos que o poder que é só imposto não consegue se estabelecer por muito tempo, descobrimos que aqueles que obedecem precisam de motivos para obedecer. Esses motivos são muito mais complexos do que o medo da violência: a dominação, para ser bem-sucedida, precisa respeitar as tradições dos dominados, ou precisa oferecer-lhes a inspiração e o entusiasmo que uma grande liderança é capaz de produzir, ou precisa garantir a ordem segundo os princípios da lei. Ou talvez precise oferecer as três coisas, ou ainda outras que Weber não listou.

No fim, os dominados não se limitam a obedecer; eles têm valores, expectativas e exigências que impõem limites a quem exerce o poder. O político que resolver ignorar a questão "Afinal, por que essas pessoas me obedecem?" corre o risco de descobrir que, com o tempo, elas podem parar de obedecer.

2. O ESTADO

Boa parte dos trabalhos de Ciência Política estuda o **Estado**. A definição de Estado mais utilizada pelos especialistas também foi formulada por Max Weber, e diz o seguinte: o Estado é o detentor do monopólio da violência legítima em um determinado território. Em outras palavras: o Estado tenta ser a única instituição à qual a população reconhece o direito de, em determinadas ocasiões, praticar a violência. A população aceita essa situação por diferentes motivos, que variam de sociedade para sociedade. Vamos discutir em separado cada parte da definição de Estado.

Monopólio é uma palavra emprestada da economia e descreve uma empresa que consegue se estabelecer como única vendedora de certo produto. Quando afirmou que o Estado tenta exercer um monopólio da violência legítima em determinado território, Weber quis dizer que o Estado tenta se tornar a única instituição capaz de praticar a violência legítima naquele território.

Mas o que seria a violência "legítima"? Para compreender pense na seguinte situação: você está vendo, na TV, imagens de um conflito entre policiais e criminosos. Os dois lados estão praticando violência, um está atirando no outro. Mas, para você, o que cada um está fazendo não é a mesma coisa. Você provavelmente acha que a polícia tem mais direito de atirar nos criminosos do que os criminosos têm de atirar na polícia. Você pode achar que, em circunstâncias como aquela, a polícia tem o direito de praticar a violência; os criminosos, não. Em outras palavras, você provavelmente considera que a violência praticada pela polícia no cumprimento da lei é legítima.

ASSIM FALOU... WEBER

> A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumento específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado –, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física.

WEBER, Max. *Ciência e política:* duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011. p. 56.

Por que costumamos achar que a violência da polícia contra os criminosos é legítima? Porque, em geral, ela é praticada para fazer cumprir a lei. O valor que damos à lei se deve ao fato de que, nas sociedades modernas (como a nossa), predomina a forma de dominação racional-legal, que explicamos no item anterior: para nós, o que vale é a lei. Quando vemos policiais cometerem violência sem cumprir a lei (por exemplo, matando um inocente), nos revoltamos contra eles. A violência da polícia só é considerada legítima quando praticada conforme a lei.

Mas é preciso ter em mente uma coisa muito importante: os Estados modernos (brasileiro, estadunidense, francês, etc.) não se formaram porque seus fundadores desejavam proporcionar bem-estar à população, respeitar a tradição, dar garantir o respeito à lei, ou porque desejavam ser "modernos". Vamos ver como esse processo está relacionado com nossa discussão sobre o monopólio da violência e a necessidade dos dominadores de serem aceitos pelos dominados.

Luiz Souza/Corbis/Fotoarena

Manifestação realizada em 2015 no bairro de Madureira, Rio de Janeiro (RJ), em protesto contra a execução de cinco jovens pela polícia. Embora a polícia tenha legitimidade para usar a violência nos casos previstos na lei, a população repudia atos de violência policial arbitrários.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Imagine que um país estrangeiro com um exército poderoso invadisse o Brasil e destruísse completamente as Forças Armadas brasileiras. Imagine que o presidente desse país dissesse que, daquele momento em diante, mandaria no Brasil e só ele poderia decidir o que é certo ou errado. Mesmo se o governo invasor tivesse o monopólio da violência, você o reconheceria como legítimo? Você acha que o governo invasor poderia sobreviver por muito tempo com base apenas na força?

Lembremos do exemplo do poder que o assaltante armado exerce sobre sua vítima. Em seus estudos sobre a formação dos Estados modernos, o cientista político e historiador estadunidense **Charles Tilly (1929-2008)** destacou que, quando se formaram, os Estados modernos não eram muito diferentes de quadrilhas criminosas que, para não agredir o povo, cobravam dele. Entretanto, para se manter, o Estado precisa conquistar o apoio dos governados.

Você deve ter aprendido nas aulas de História que o Estado moderno cresceu como uma aliança entre os monarcas europeus e a burguesia. O desenvolvimento capitalista trouxe mais riqueza para os cofres do Estado. Ao mesmo tempo, a burguesia ia "domesticando" o Estado, conquistando cada vez mais direitos, obrigando os governos a respeitarem as leis que defendiam suas liberdades e sua propriedade.

As classes populares foram motivadas por essas conquistas de direitos, e também passaram a se organizar para exigir o direito de votar, de formar sindicatos, de defender suas próprias ideias, etc. O resultado desse processo foi a formação das democracias modernas.

Entretanto, é importante notar que, como observou Antonio Gramsci (ver *Perfil* no Capítulo 7), nas sociedades modernas o poder não é exercido apenas pelo governo, pela polícia, pelos tribunais, pela violência. A disputa pelo poder passa pela disputa de ideias, pela produção de cultura, de notícias (e até pela discussão dentro das próprias Ciências Sociais).

As diferentes classes e os diferentes grupos sociais lutam, entre outras coisas, para convencer a sociedade de que suas ideias representam o interesse de todos. Cada grupo tem sua ideia, por exemplo, de como a sociedade deveria se organizar em relação ao que e como será produzido, como responder às demandas públicas de saúde e educação, quais soluções deveriam ser adotadas para resolver o problema de moradia da população (ou mesmo se isto representa ou não um problema). Para pôr isso em prática, tenta formar alianças que incluam o maior número possível de grupos entre os que serão beneficiados por seu projeto político. Isso nunca será feito apenas pela força, ou só pelo interesse econômico, e muito menos pela propaganda, mas exigirá que as pessoas sejam convencidas. Gramsci chamou esse processo de luta pela **hegemonia** (a liderança) da sociedade.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Charles Tilly (1929-2008)**.

Corbis/Fotoarena

Em 2003, os Estados Unidos invadiram o Iraque alegando, entre outras coisas, que implantariam a democracia no país. A foto mostra a etapa relativamente fácil da ação: o imenso poderio militar estadunidense derrotou o ditador Saddam Hussein, que governava o Iraque (representado na estátua que está sendo derrubada, em Bagdá). Porém, os Estados Unidos não conseguiram construir um acordo entre os vários grupos étnicos e religiosos dentro da sociedade iraquiana. Iniciou-se uma guerra civil, durante a qual surgiu o grupo Estado Islâmico, que hoje controla regiões do Iraque e da Síria e pratica ações terroristas em várias partes do mundo. Esse exemplo permite demonstrar como é difícil fazer política apenas com a força.

Parte importante da política moderna é a disputa entre os vários projetos políticos pela hegemonia. Na democracia, esses diversos projetos se enfrentam sem ter o direito de se imporem pela força.

Vamos ver agora algumas ideias que foram fundamentais para a consolidação do Estado moderno tal qual o conhecemos. Começaremos com o filósofo Nicolau Maquiavel (ver *Perfil* a seguir), pois não é possível falar da política moderna sem falar de sua obra. Maquiavel é considerado o fundador da Ciência Política e um dos principais teóricos do Estado moderno por um motivo simples: em vez de pensar apenas na política como deveria ser, analisou-a com base no que ela é, pensando em exemplos históricos.

Estátua de Maquiavel na Galleria degli Uffizi, em Florença, Itália. Foto de 2010.

PERFIL

NICOLAU MAQUIAVEL

Como diplomata, Nicolau Maquiavel (1469-1527) representou sua cidade natal, Florença, em reinos importantes da Europa. Vendo sua cidade de fora, Maquiavel percebeu que ela estava em uma situação muito difícil.

Naquela época, Estados modernos já haviam se formado em lugares como França e Espanha, mas não na região que hoje corresponde à Itália. Cidades como Florença eram autônomas, e a Itália só se unificaria no século XIX. Diante dos poderosos exércitos espanhóis e franceses, essas cidades pareciam frágeis, o que se provou na derrubada do governo de Florença após um conflito com a Espanha. O novo governo prendeu, torturou e exilou Maquiavel. No exílio, ele escreveu *O príncipe*, sua obra mais famosa.

O príncipe se propunha a orientar líderes políticos. Um líder deveria, por exemplo, ter seu próprio exército, em vez de confiar em mercenários, que sempre fogem depois de receber seu pagamento. Ele deveria, também, se informar sobre os costumes dos povos que habitam os territórios conquistados (apesar de seu território pouco extenso, a Itália até hoje é marcada por grande diversidade cultural). O príncipe precisaria tomar todo cuidado com os nobres e poderosos que pudessem vir a se tornar seus rivais. E não deveria vacilar quando fosse necessário cometer violências e crueldades contra seus inimigos.

Hoje não aceitaríamos muitas das orientações que Maquiavel deu em *O príncipe*, como sua defesa do uso da crueldade em várias situações. Mesmo assim, podemos aprender algo com elas: o caráter violento da formação dos Estados nacionais modernos.

LÉXICO

autônomo: que se governa por conta própria. Uma cidade autônoma, portanto, não é comandada por outra cidade ou país. Ao mesmo tempo, no caso de Florença, ela apenas governa a si mesma.
mercenário: soldado que serve a quem lhe pagar, não importando a nacionalidade ou causa.

3. OS CONTRATUALISTAS: O QUE O ESTADO PODE FAZER?

A origem do Estado, como vimos, está na guerra e na conquista. Maquiavel foi o grande pensador da fundação dos Estados. Mas o Estado é uma forma de dominação, e, como vimos, a dominação precisa ser legítima, precisa convencer quem obedece de que é certo obedecer. Por isso, quando o Estado moderno foi formado, vários pensadores tentaram resolver o seguinte problema: quando o Estado é legítimo?

Durante esses debates, muitos dos conceitos atuais sobre liberdade, igualdade e democracia foram formados. Vamos explorar agora três autores que fundamentaram a existência e as atribuições do Estado e embasaram boa parte das ideias políticas que vigoram atualmente. Eles são conhecidos como *contratualistas*, pois viam o Estado como resultado de um *contrato* entre os cidadãos que concordavam em obedecer a uma estrutura de poder com regras próprias.

Isto é, embora o Estado tenha se formado por meio da conquista e da guerra, os contratualistas se perguntavam: *se todos nos reuníssemos e fundássemos um Estado por nossa própria vontade, como ele seria?* Esse Estado seria, sem dúvida, legítimo, pois expressaria a vontade livre dos que obedecem.

Contratualistas como os ingleses **Thomas Hobbes (1588-1679)** e **John Locke (1632-1704)** e o franco-suíço **Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)** se perguntaram como seria a vida sem o Estado, no que chamavam de *estado de natureza*. Por que as pessoas que viviam no estado de natureza decidiriam criar o Estado?

Para Thomas Hobbes, a vida no estado de natureza seria violenta, pobre e curta. Se você vivesse no estado de natureza, teria medo de ser atacado pelas outras pessoas. Afinal, se duas delas se juntassem para matá-lo e roubar tudo o que você possuía, o que poderia ser feito? A melhor coisa a fazer seria se armar para se defender. Assim, haveria uma *guerra de todos contra todos*. Nessa situação, ninguém teria interesse em trabalhar muito. Sem poder trabalhar muito para se alimentar, e sempre preocupado em fazer guerra contra as outras pessoas, não é provável que você conseguisse sobreviver por muito tempo.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Thomas Hobbes (1588-1679)**, **John Locke (1632-1704)** e **Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)**.

Reprodução/Biblioteca Britânica, Londres, Inglaterra.

Folha de rosto (página que abre um livro) da primeira edição de *Leviatã*, de 1651, principal obra de Thomas Hobbes. A armadura do gigante (que representa o Estado) é formada por uma multidão de pequenas pessoas que abdicaram de sua liberdade em troca da proteção pelo gigante que construíram.

Nessa situação, disse Hobbes, o *medo* levaria as pessoas a fundar o Estado. Nesse momento, elas abririam mão de sua liberdade e concordariam em obedecer ao Estado. Em contrapartida, o Estado deveria garantir a paz e a lei, para que as pessoas, sem medo de serem atacadas a qualquer momento, pudessem trabalhar e prosperar. Hobbes viveu durante uma sangrenta guerra civil na Inglaterra. Por esse motivo, sua maior preocupação com relação ao Estado era a de que ele garantisse a paz.

John Locke tinha uma visão bem mais otimista sobre o estado da natureza. Nele as pessoas seriam livres e já teriam direito à propriedade do que produzissem. Para entender por que esse direito seria reconhecido, vamos supor um exemplo: quando você cuida de uma plantação, seu trabalho fica misturado à terra. Como é impossível separar seu trabalho da terra (sem destruir a plantação), aquela plantação é sua — no contexto do estado de natureza. Mas, se o estado de natureza não era tão abominável como Hobbes imaginava, por que as pessoas fundariam o Estado?

Bem, porque muitas vezes surgiriam conflitos sobre quem teria direito a quê. E ninguém é bom juiz de si mesmo. Dessa forma, seria preciso fundar o Estado para que ele fosse o juiz nesses casos. E aqui está a diferença entre Hobbes e Locke: *o Estado, para Locke, não poderia julgar do jeito que quisesse*. Quando as pessoas fundaram o Estado, elas já tinham direito à liberdade e à propriedade. Por isso, só seriam obrigadas a obedecer ao Estado se ele protegesse os direitos à liberdade e à propriedade que elas já possuíam no estado de natureza. Assim, se o Estado ameaçasse sua liberdade ou sua propriedade, qualquer um teria o direito de se rebelar contra ele. Locke viveu na época da Revolução Gloriosa inglesa: como resultado dessa revolução, o rei foi obrigado a aceitar leis que limitavam seu poder e garantiam direitos aos seus súditos.

Para Rousseau, o estado de natureza era ainda melhor do que na concepção de Locke. Se você vivesse no estado de natureza de Rousseau, seria livre e feliz com o pouco que possuísse. Entretanto, o convívio levaria você a se importar cada vez mais com a opinião alheia e a tentar ser melhor que seus semelhantes. Aos poucos, as pessoas deixariam de ser iguais, e o golpe final contra a igualdade viria com a invenção da propriedade. Após a invenção da propriedade, seria necessário criar o Estado e as leis para protegê-la.

Mas a perda da liberdade natural do ser humano poderia ao menos ser compensada pela conquista da liberdade do *cidadão*. Para Rousseau, a única maneira de preservar a liberdade após o surgimento do Estado seria se todos aceitassem entregar seus direitos uns aos outros (e não ao governante, como na concepção de Hobbes). Ao fazer isso, o indivíduo não teria interesse em exigir demais das outras pessoas, porque tudo o que exigisse poderia ser exigido dele também. Nesse contexto, seria preciso merecer sua liberdade, participando da vida política do país e, principalmente, da elaboração de suas leis. O Estado mereceria ser considerado legítimo quando suas leis fossem criadas pela *Vontade Geral, que é a vontade do conjunto dos cidadãos que visa ao bem comum*. Se cada um pensar somente em si mesmo ao escrever as leis, o Estado funcionará mal, e aos poucos todos perderão sua liberdade.

White House/Fundação Wikimedia

Retrato de Thomas Jefferson (1743-1826), um dos principais líderes da independência e o terceiro presidente dos Estados Unidos, feito em 1800 por Rembrandt Peale. A Declaração de Independência e a Constituição estadunidenses foram muito influenciadas pelas ideias do inglês John Locke, em especial por seus conceitos de liberdade e propriedade.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Imagine que você tem um conflito com seu vizinho. Pode ser um conflito simples (ele ouve música alto demais) ou mais grave (ele desafia todo mundo a brigar). Como você resolve isso? Se não for possível resolver o problema conversando, você chamará a polícia (isto é, chamará o Estado para ser o juiz)? O que a polícia teria direito de fazer caso fosse chamada? Você acha que a polícia poderia agredir seu vizinho ou quebrar os móveis da casa dele? Que direitos você acha que seu vizinho tem que o Estado não pode desrespeitar?

Algumas ideias dos contratualistas			
	Como seria a vida sem o Estado?	**Por que se formaria o Estado?**	**O que as pessoas poderiam esperar do Estado?**
Hobbes	Violenta e pobre (a guerra de todos contra todos).	O medo de morrer faria as pessoas aceitarem uma autoridade que garantisse a ordem.	Que a paz e a ordem fossem garantidas.
Locke	As pessoas já teriam direitos naturais.	Ninguém é bom juiz de si mesmo, e o Estado seria necessário para decidir conflitos entre as pessoas.	Que os direitos e as liberdades individuais fossem preservados.
Rousseau	As pessoas seriam livres e se contentariam com pouco.	Para defender a propriedade, que daria início à desigualdade entre as pessoas.	Que os cidadãos possam participar ativamente das decisões do Estado, em nome do interesse de todos.

As ideias de Hobbes, Locke e Rousseau ajudam a entender melhor o que explicamos sobre política e sobre o Estado. Hobbes formulou uma justificativa consistente para a existência do Estado, e suas ideias sempre voltam à tona quando a ordem pública está seriamente ameaçada (por exemplo, quando há uma guerra civil ou um surto de violência). Locke foi o primeiro grande defensor moderno da liberdade e dos direitos do cidadão, tanto políticos quanto econômicos. E Rousseau discutiu com especial competência as questões da democracia e da igualdade.

4. REGIMES POLÍTICOS: A DEMOCRACIA

Na discussão sobre os contratualistas, vimos que há opiniões diferentes sobre como o Estado deve ser organizado, quais são os direitos e deveres dos cidadãos e que valores os cidadãos devem ter para que a política funcione bem. Dependendo de sua posição diante dessas questões, podemos dizer que você defende certo tipo de *regime político*. Segundo o *Dicionário de política* organizado pelos italianos **Norberto Bobbio (1909-2004)**, **Nicola Matteucci (1926-2006)** e **Gianfranco Pasquino (1942-)**, um *regime político é o conjunto de instituições, leis e valores que regulam a luta pelo poder em determinada sociedade*.

Boa parte das diferenças entre os regimes políticos democráticos da atualidade se explica pela maneira como, em cada país, se organizam *três poderes* fundamentais: o *Legislativo* (que tem o poder de escrever e votar as leis), o *Executivo* (que controla o poder para aplicar as leis com base na força — usando, por exemplo, a polícia) e o *Judiciário* (que garante que o Executivo aplique seu poder somente dentro do que diz a lei).

O regime político que mais nos interessa neste livro é a democracia, que é o adotado no Brasil. O regime político em um país é democrático quando ele tem três características principais, segundo os cientistas políticos **Mike Alvarez (1962-)**, **José Antonio Cheibub (1960-)**, **Fernando Limongi (1958-)** e **Adam Przeworski (1940-)**:

1. **O chefe de governo do Poder Executivo é eleito pelo voto:** isso ocorre não só quando os eleitores votam diretamente para presidente da República (como no Brasil), mas também quando votam nos parlamentares que, por sua vez, elegem o primeiro-ministro (como na Inglaterra).

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Norberto Bobbio (1909-2004)**, **Nicola Matteucci (1926-2006)**, **Gianfranco Pasquino (1942-)**, **Mike Alvarez (1962-)**, **José Antonio Cheibub (1960-)**, **Fernando Limongi (1958-)** e **Adam Przeworski (1940-)**.

2. **Os membros do Poder Legislativo são eleitos pelo povo:** os eleitores escolhem os parlamentares (deputados, senadores) que vão elaborar as leis do país.
3. **Há mais de um partido:** isto é, se só um partido puder disputar eleições, elas obviamente não serão livres: se só há uma opção para escolher, não há escolha.

Este último ponto é importante. Quando dizemos que numa democracia há eleições, estamos falando de eleições "limpas", ou seja, que transcorram conforme as regras eleitorais. No Brasil do começo do século XX, por exemplo, havia eleições, mas o voto não era secreto. Portanto, os detentores do poder coagiam os eleitores a votar em quem eles mandassem e até mesmo se vingavam daqueles que tivessem votado em outro candidato. Ainda hoje, em vários países, há fraudes na contagem dos votos: o partido do governo sempre ganha, não importa quantos votos tenha tido. É claro que, nesses casos, não há democracia. Como bem disse o cientista político polonês Adam Przeworski, para existir democracia, é preciso que haja a possibilidade de o governo perder a eleição.

Ubirajara Machado/Olhar Imagem

Foto aérea de 2010 da praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), onde foram construídas as sedes dos órgãos máximos de cada poder: o Judiciário (Supremo Tribunal Federal, onde onze ministros julgam se a lei máxima — a Constituição — está sendo respeitada e cumprida), o Legislativo (Congresso Nacional, onde se reúnem senadores e deputados) e o Executivo (Palácio do Planalto, onde trabalha o presidente).

Mesmo em países democráticos, há diferenças importantes na configuração dos regimes políticos. A principal diferença é entre os sistemas de governo parlamentarista e presidencialista.

Nos *regimes parlamentaristas*, como o inglês e o alemão, os cidadãos votam nos deputados (o Poder Legislativo), que, por sua vez, elegem o chefe de governo do Poder Executivo (o primeiro-ministro). A maioria dos deputados pode, a qualquer momento, derrubar o governo, caso decida que ele não está desempenhando bem suas funções.

Nos *regimes presidencialistas*, como o brasileiro e o estadunidense, o Poder Legislativo também é eleito pelo povo. A diferença é que o chefe de governo do Poder Executivo é escolhido pelo povo, e não pelos deputados. O Poder Legislativo não pode derrubar o presidente apenas por considerar que ele está fazendo um mau governo.

Fabrizio Bensch/Reuters/Latinstock

Acima, uma reunião dos deputados alemães no Parlamento, em Berlim. Foto de 2015.

Jim Young/Reuters/Latinstock

Em foto de 2016, Barack Obama, então presidente dos Estados Unidos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Pense em alguém que tenha autoridade sobre você, que de alguma forma mande em você: seus pais, seu professor, seu líder religioso, etc. Você já deve ter percebido que essas pessoas não podem mandar você fazer qualquer coisa. Precisam seguir algumas regras que não criaram: os costumes da sociedade, a lei, as regras da escola, os princípios da religião, entre outras. Se eles pudessem sempre fazer as próprias regras, você acha que isso aumentaria ou diminuiria as chances de abusarem do poder? Como isso pode ser relacionado à divisão entre Poder Legislativo e Poder Executivo?

No Brasil, em 1993, houve um plebiscito para escolher a configuração do regime político. Os cidadãos foram às urnas para decidir se o sistema de governo seria presidencialista ou parlamentarista, e a forma de governo, monarquia ou república. Venceram o presidencialismo e a república, vigentes no país até hoje. Assim, os brasileiros votam de quatro em quatro anos para presidente da República, para deputado e para senador, e é possível votar em partidos diferentes para cada um dos cargos. Isso pode levar a impasses, porque o presidente, muitas vezes, não tem apoio da maioria no Poder Legislativo para aprovar as leis que defende. Falaremos mais da política brasileira no Capítulo 14.

Vale lembrar, a propósito, que nem todos os regimes políticos são democráticos. Nos regimes autoritários, a população não tem o direito de escolher seus governantes: quem controla o Poder Executivo (isto é, a força) em geral faz as leis que bem entende e as aplica como quer. Além disso, as pessoas raramente têm liberdade para manifestar suas opiniões sobre política e não podem se defender se o Estado atacar seus direitos. No mundo atual, a China e a Arábia Saudita são exemplos de regimes autoritários.

+ PARA SABER MAIS • Sudão do Sul: um novo Estado

Em 9 de julho de 2011, foi criado um novo país, a República do Sudão do Sul, formado a partir da independência da região sul do Sudão. Como vários outros países, o Sudão do Sul tem sua origem em uma guerra: a sangrenta guerra civil entre o governo do Sudão e os rebeldes do Exército Popular da Libertação do Sudão. Um dos motivos principais da guerra era o fato de que a maior parte das reservas de petróleo do Sudão se localizava no sul do país. Além disso, havia diversos conflitos étnicos entre os povos que compunham o Sudão.

Em janeiro de 2005, as duas partes assinaram um tratado de paz em Naivasha, no Quênia. O tratado previa para 2011 um referendo (votação popular para aprovar ou rejeitar uma proposta) que decidiria se o Sudão do Sul se tornaria independente. O referendo aconteceu em 7 de janeiro de 2011, e a maioria dos eleitores do Sudão do Sul optou pela independência.

Desde então, uma das prioridades do governo do Sudão do Sul tem sido, como é característico de um novo Estado, tentar desarmar a população, garantindo para si o monopólio da violência legítima. A Organização das Nações Unidas (ONU) financia um programa que busca garantir a reinserção dos antigos combatentes da guerra contra o Sudão na vida civil. Não sabemos se esses esforços serão bem-sucedidos, mas outros exemplos históricos nos permitem supor que não será fácil a consolidação do Estado do Sudão do Sul. Na Europa, por exemplo, a consolidação dos Estados Nacionais foi muito sangrenta: na Inglaterra, que hoje é um dos países mais estáveis do mundo, houve grandes conflitos políticos e religiosos. Na América do Sul, a violentíssima Guerra do Paraguai foi muito importante na consolidação dos Estados da região (inclusive o Brasil).

É importante ter isso em mente para não achar que os atuais conflitos africanos são causados por algo específico das culturas dos povos da África. A consolidação dos Estados Nacionais sempre é difícil, e só nos resta esperar que os diversos setores da sociedade sul-sudanesa, os países vizinhos da nova nação, e os órgãos de governança global (como a ONU) consigam que a construção do Sudão do Sul seja a menos violenta possível.

5. PARTIDOS POLÍTICOS

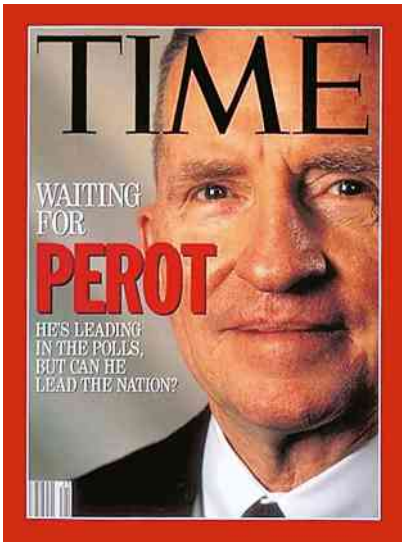
Em uma democracia, deve haver liberdade para que todos apresentem propostas a serem discutidas com os demais cidadãos. Mas como cada cidadão, sozinho, pode ter influência sobre todos os outros? Digamos que você tenha uma boa ideia sobre uma nova lei, ou sobre como o país deve ser governado. Como agir para que todos os outros brasileiros ouçam sua opinião e possam avaliar se você tem razão?

Uma solução é juntar-se a outros cidadãos que pensam mais ou menos como você para ampliar sua influência. Essa é a ideia por trás dos partidos políticos. *Os partidos políticos são associações que têm o objetivo de disputar o poder político.* Quando você resolve se filiar a um partido político, sabe que as ideias do partido não vão ser exatamente iguais às suas (afinal, os outros membros do partido também têm o direito de dar suas opiniões, que nem sempre coincidirão com a sua). Mas, se fizer uma boa escolha, você vai optar pelo partido com ideias mais próximas das suas. Boa parte da política consiste nisso: juntar-se a outras pessoas para defender ideias e interesses semelhantes.

Como surgiram os partidos modernos? Sempre que há Estado, há grupos que lutam entre si para controlá-lo. Mesmo onde o rei tem poder absoluto existem grupos diferentes tentando convencê-lo a fazer coisas diferentes. Porém, esses grupos não são semelhantes aos partidos modernos, que se formaram quando o direito ao voto foi se tornando mais abrangente, passando a incluir os homens brancos de classe média e depois os mais pobres, os negros, as mulheres, etc. A partir desse momento, todos os grupos que queriam ganhar influência sobre o Estado precisaram correr atrás do apoio dos eleitores.

Além disso, os operários formaram seus próprios partidos assim que puderam. Por que os mais pobres se esforçaram tanto para formar partidos? Porque os ricos têm outras formas de se fazer ouvir na política. Podem, por exemplo, comprar espaço nos jornais para divulgar suas ideias. Os que não desejam concorrer a cargos no governo podem financiar as campanhas dos candidatos — que, em contrapartida, precisarão ouvir o que seus financiadores querem. Já os pobres não podiam (nem podem) fazer nada disso. Portanto, quando se formaram, os partidos socialistas e trabalhistas visavam juntar a contribuição financeira de milhares de pessoas para terem chance de competir com os mais ricos pelo poder político.

Harry Benson/Revista *Time*



Capa da edição de 25 de maio de 1992 da revista *Time*, com o milionário Ross Perot, que concorreu à Presidência dos Estados Unidos naquele ano. Perot disputou essa eleição como candidato independente — ou seja, sem ser filiado a um partido, o que é permitido nos Estados Unidos — e pagou boa parte de sua campanha com dinheiro do próprio bolso. Para quem não pode custear suas próprias campanhas, resta a alternativa de ingressar em um partido (ou formar um novo).

UK Labour Party/Arquivo da editora

Cartaz de campanha do Partido Trabalhista Inglês, de 1923. O texto diz: "Use a cabeça! Apoie alguém do seu próprio time, vote nos trabalhistas".

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muita gente no Brasil diz que não gosta de partidos políticos porque "vota em pessoas, não em partidos". Vale a pena pensar em alguns problemas que essa atitude pode acarretar. Por exemplo, nem todos os partidos defendem as mesmas coisas. O partido que o candidato escolheu não reflete suas opiniões a respeito de assuntos importantes?

Além do mais, como o Brasil é um país em que os votos costumam se dividir entre muitos partidos, o candidato provavelmente vai ter de fazer alianças com outros partidos para conseguir governar. Sem saber de que partido ele é, como saber quais partidos são seus aliados? Será que você concorda com o que esses outros partidos defendem?

A fundação dos partidos socialistas forçou a formação de outros grandes partidos, que representavam outros grupos sociais e outras ideias. Como notou o cientista político francês **Maurice Duverger (1917-2014)**, em muitos países modernos a disputa costumaria ocorrer entre dois grandes partidos:

1. um partido de esquerda, que defende a cobrança de impostos dos mais ricos para oferecer benefícios aos mais pobres. São os partidos socialistas e semelhantes;
2. um partido de direita, que defende que o Estado não interfira muito na economia, para que ela cresça mais. São os partidos liberais ou conservadores.

Nos Estados Unidos, há um partido um pouco mais à esquerda (o Partido Democrata) e outro um pouco mais à direita (o Partido Republicano). Na Inglaterra, essa distinção é mais evidente, com um partido claramente de esquerda (o Partido Trabalhista) e um partido claramente de direita (o Partido Conservador). Mesmo onde há mais de dois partidos importantes (no Brasil, como veremos, há bem mais que dois), é comum que os vários partidos se organizem em dois blocos: um mais à esquerda, outro mais à direita.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Maurice Duverger (1917-2014)**.

Nas disputas entre os partidos modernos, para conquistar a maioria e vencer a eleição, *os partidos principais precisam disputar a simpatia (o voto)* do centro: pessoas que não são nem muito de esquerda, nem muito de direita. Para isso, terão que se tornar menos inflexíveis. A esquerda, por exemplo, vai ter de aceitar cobrar menos impostos do que gostaria. A direita, por sua vez, vai ter de concordar em oferecer alguns serviços sociais à população mais pobre.

Esse elemento de moderação proporcionado pela disputa por votos é importante para a manutenção da democracia moderna. Mas também traz sérios problemas. Há o risco de os partidos pararem de defender qualquer ideia e se tornarem iguais. Nesse caso, as pessoas realmente interessadas em defender alguma ideia poderiam perder o interesse na democracia. Esse é um dos grandes desafios da democracia moderna, como veremos no último capítulo deste livro.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ Poder é a capacidade de impor sua vontade sobre as outras pessoas, mesmo contra a vontade delas.
- ✔ A política é a luta por participar do poder ou influenciar sua repartição, seja no Estado, seja entre os Estados, seja nos grupos de pessoas que compõem o Estado.
- ✔ Existem vários motivos, além da força, que levam as pessoas a obedecer. Se por algum motivo as pessoas concordam em obedecer, dizemos que há *dominação legítima*.
- ✔ Entre os tipos de dominação legítima, Weber destacou a dominação *tradicional*, a *racional-legal* e a *carismática*.
- ✔ O Estado busca obter o monopólio da violência legítima em determinado território.
- ✔ Pode-se dizer que a Ciência Política foi fundada por Maquiavel, que defendia estudar a política não apenas como ela deveria ser, mas também como ela é.
- ✔ Os contratualistas discutiram o que o Estado podia ou não fazer. Para Hobbes, o Estado poderia fazer tudo, desde que garantisse a segurança da população. Para Locke, só poderia fazer o necessário para proteger os direitos naturais à liberdade e à propriedade. E, para Rousseau, o Estado não poderia fazer nada se suas leis não seguissem a vontade geral dos próprios cidadãos.
- ✔ Regimes políticos são o conjunto das instituições, leis e valores que regulam a disputa pelo poder.
- ✔ Democracia é um regime em que os membros do Poder Legislativo são eleitos pelo voto de todos os cidadãos, em eleições livres disputadas por mais de um partido. Nos regimes presidencialistas, os cidadãos geralmente votam no chefe de governo do Poder Executivo; nos parlamentaristas, o ocupante desse cargo, de modo geral, é escolhido pelos parlamentares eleitos pela população.
- ✔ Partidos políticos são grupos organizados com o objetivo de conquistar o poder.

Bruno Vincent/Agência France-Presse

ATIVIDADES

REVENDO

1. O que o detentor de poder precisa fazer para manter sua dominação?
2. Para Weber, qual é o conceito de Estado?
3. Como se deu a passagem do estado de natureza para o Estado, segundo Hobbes e Locke?
4. Qual é a principal diferença entre parlamentarismo e presidencialismo?
5. Por que dizemos que, em um sistema com dois partidos (ou dois blocos de partidos), a competição entre eles fará com que se tornem menos radicais?

INTERAGINDO

1. Considere a seguinte letra de canção:

A minha alma (A paz que eu não quero)

A minha alma tá armada e apontada
Para cara do sossego!
Pois paz sem voz, paz sem voz
Não é paz, é medo!
Às vezes eu falo com a vida,
Às vezes é ela quem diz:
"Qual a paz que eu não quero conservar,
Pra tentar ser feliz?"
As grades do condomínio
São pra trazer proteção
Mas também trazem a dúvida
Se é você que tá nessa prisão
Me abrace e me dê um beijo,
Faça um filho comigo!
Mas não me deixe sentar na poltrona
No dia de domingo, domingo!
Procurando novas drogas de aluguel
Neste vídeo coagido...
É pela paz que eu não quero seguir admitindo
É pela paz que eu não quero seguir
É pela paz que eu não quero seguir
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

O RAPPA. *Lado B, Lado A*, 1999. Warner Music.

- A letra escrita por Marcelo Yuka diz que "paz sem voz não é paz, é medo". Com base no que estudamos neste capítulo, os versos dessa canção estão mais de acordo com as ideias de Hobbes ou com as de Rousseau?

2. Escolha um colega para jogar o Jogo do ditador, um experimento utilizado em várias disciplinas, como Economia e Ciência Política. Veja as regras abaixo:

1ª – Um de vocês deve ser o ditador; o outro, o povo.

2ª – Imagine que o ditador tem R$ 10, que precisam ser divididos entre ele e o povo. Ele não pode ficar com os R$ 10 para si; tem que dar pelo menos R$ 1 para o povo.

3ª – O ditador deve fazer uma proposta de divisão para o povo. Ele pode propor qualquer divisão que queira (ele é, afinal, um ditador): R$ 9 para ele e R$ 1 para o povo, R$ 8 para ele e R$ 2 para o povo, R$ 7 para ele e R$ 3 para o povo, etc.

4ª – O povo só pode fazer duas coisas:
a) aceitar a proposta do ditador; nesse caso, o povo recebe a quantia que o ditador ofereceu. Ou:
b) recusar a proposta. Neste caso, o povo e o ditador ficam sem nada.

Jogue o jogo com seu colega duas vezes e informe ao professor o resultado.

Jarbas Oliveira/Agência Estado

Maria da Penha Fernandes em 2008.

3. Em 1983, Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de uma tentativa de assassinato que a deixou paraplégica. O agressor era ninguém menos que seu próprio marido. Maria da Penha lutou por dezenove anos até que ele fosse condenado. Em 2001, conseguiu que a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenasse o Brasil por negligência e omissão no combate à violência contra a mulher.
   Em 2006, uma lei de combate à violência contra a mulher foi aprovada no Brasil, e recebeu o nome de Lei Maria da Penha em sua homenagem. Com base na história de Maria da Penha, responda:

   a) A Corte Interamericana de Direitos Humanos disse que o Estado brasileiro não cumpriu sua obrigação de proteger a vida de Maria da Penha. Se Hobbes analisasse esse caso, o que ele provavelmente diria sobre o Estado brasileiro?

   b) A corte que condenou o Brasil tem "Direitos Humanos" em seu nome. Como a ideia de "direitos humanos" pode ser relacionada com o pensamento de Locke?

CONTRAPONTO

Considere a charge a seguir:

Angeli/Acervo do artista

- Esta charge, do cartunista Angeli, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em 23 de maio de 2007, mostra um gigante feito de outras pessoas pequeninas, como o Estado representado na folha de rosto do livro *Leviatã*, de Hobbes, reproduzida neste capítulo. Porém, o gigante não é majestoso como o de Hobbes: é um político corrupto formado por outros corruptos, carregando duas malas de dinheiro. Na sua opinião, o que Angeli pensa sobre o Estado brasileiro? E quem seriam as pessoas que formam o gigante? Seriam, como no caso de Hobbes, todos os cidadãos?

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. SENAC

Em defesa da política, de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Senac, 2001.

Este livro pode ser bastante útil para quem está dando os primeiros passos no estudo da política. As razões pelo desprezo e desconhecimento que a maioria das pessoas tem por este tema são explicadas pelo autor, que procura demonstrar como a política está muito mais presente em nossas vidas do que imaginamos.

Reprodução/Ed. L&PM Pocket

Henrique V, de William Shakespeare. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

Shakespeare viveu em uma época em que a obra e as análises de Maquiavel eram muito discutidas. Nesta peça, um príncipe procura levar seus soldados à vitória contra a França, mas, por diversas vezes, comete atos de moralidade questionável.

Reprodução/Ed. Antigona

Homenagem à Catalunha, de George Orwell. Lisboa: Antígona, 2007.

Relato da experiência do autor como soldado voluntário na Guerra Civil Espanhola de 1936-1939, com referências a fatos como a queda da democracia espanhola e a ascensão do fascismo e do nazismo. O livro retrata um dilema insolúvel: a tensão entre o idealismo dos voluntários e os jogos de poder com vistas a organizar governos e ganhar guerras.

Reprodução/Ed. L&PM

O teatro do bem e do mal, de Eduardo Galeano. Porto Alegre: LP&M Editores, 2006.

Este livro apresenta textos que misturam reflexão, conto, artigo e ensaio, tratando de questões atuais com o humor e a ironia que caracterizam seu autor. Trata-se de uma reflexão sobre o cenário sociopolítico atual, produzida em uma espécie de jornalismo poético.

FILMES

Reprodução/Rafael Azcona, José Luis Cuerda, Manuel Rivas

A língua das mariposas (Espanha, 1999). Direção: José Luís Cuerda.

Ambientado na Espanha sob a ditadura franquista, na década de 1930, o filme mostra como Moncho, um garoto de 8 anos, passa a gostar da escola graças a seu professor, Don Gregório. Grande defensor da liberdade, o professor desafia as imposições do regime totalitário ensinando na "língua das mariposas". O filme demonstra como diversos conflitos atravessam a educação e a defesa da liberdade.

Roberto Forza/Titti Filme/RAICINEMA

Os cem passos (Itália, 2000). Direção: Marco Tullio Giordana.

Filme baseado na vida de Giuseppe "Peppino" Impastato, um ativista que se levantou contra a máfia na Sicília, Itália. Utilizando-se de seu programa de rádio, o jovem Peppino procurou denunciar os crimes cometidos pela máfia e a apropriação do controle estatal exercida por esses agentes poderosos na Itália. O nome do filme se deve à exata distância entre a casa da família Impastato e a do chefão da máfia: cem passos.

Silvano Ippoliti/Jolly Films/Unidis

Sacco e Vanzetti (França/Itália, 1971). Direção: Giuliano Montaldo.

Em um dos mais conhecidos casos de injustiça dos tribunais estadunidenses, os imigrantes e anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti foram julgados pelo crime de assassinato e sentenciados à morte na década de 1920. O filme recria os debates, o julgamento e as posições políticas que permearam as decisões no tribunal e retrata a influência do poder político sobre a justiça.

Reprodução/Phedon Papamichael

Tudo pelo poder (Estados Unidos, 2011). Direção: George Clooney.

A história de um jovem idealista envolvido na campanha de um político que busca ser escolhido candidato de seu partido à presidência dos Estados Unidos. Ao longo do filme, o protagonista enfrenta situações difíceis, lidando com pessoas que passam os colegas para trás ou disputam o poder pelo poder e não para defender os interesses da sociedade.

INTERNET (Acesso em: nov. 2015.)

Reprodução/<http://congressoemfoco.uol.com.br>

http://congressoemfoco.uol.com.br

Congresso em foco: *site* jornalístico especializado na cobertura da atividade do Congresso Nacional brasileiro e na política brasileira em geral.

CAPÍTULO 12

GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA

Luxerta/Acervo do fotógrafo

Grafite do artista britânico Banksy em muro da cidade de Belém, na Cisjordânia, Palestina. Foto de 2008.

Neste capítulo vamos discutir:

1. O conceito de globalização
2. A governança global
3. A globalização e o Estado
4. Movimentos sociais globais
5. O Brasil e a globalização

No capítulo anterior vimos que boa parte do que entendemos por política se refere ao Estado — seja a luta pelo controle do Estado, seja a luta pela influência sobre ele. Vimos também que o Estado moderno não existiu desde sempre: o monopólio da violência legítima foi conquistado aos poucos, e em diferentes momentos nos diferentes territórios.

Mas será que esse monopólio é inabalável e eterno? Neste capítulo vamos estudar um fenômeno que, segundo alguns autores, pode tornar o Estado menos importante e transformá-lo de maneira significativa: a globalização.

1. O CONCEITO DE GLOBALIZAÇÃO

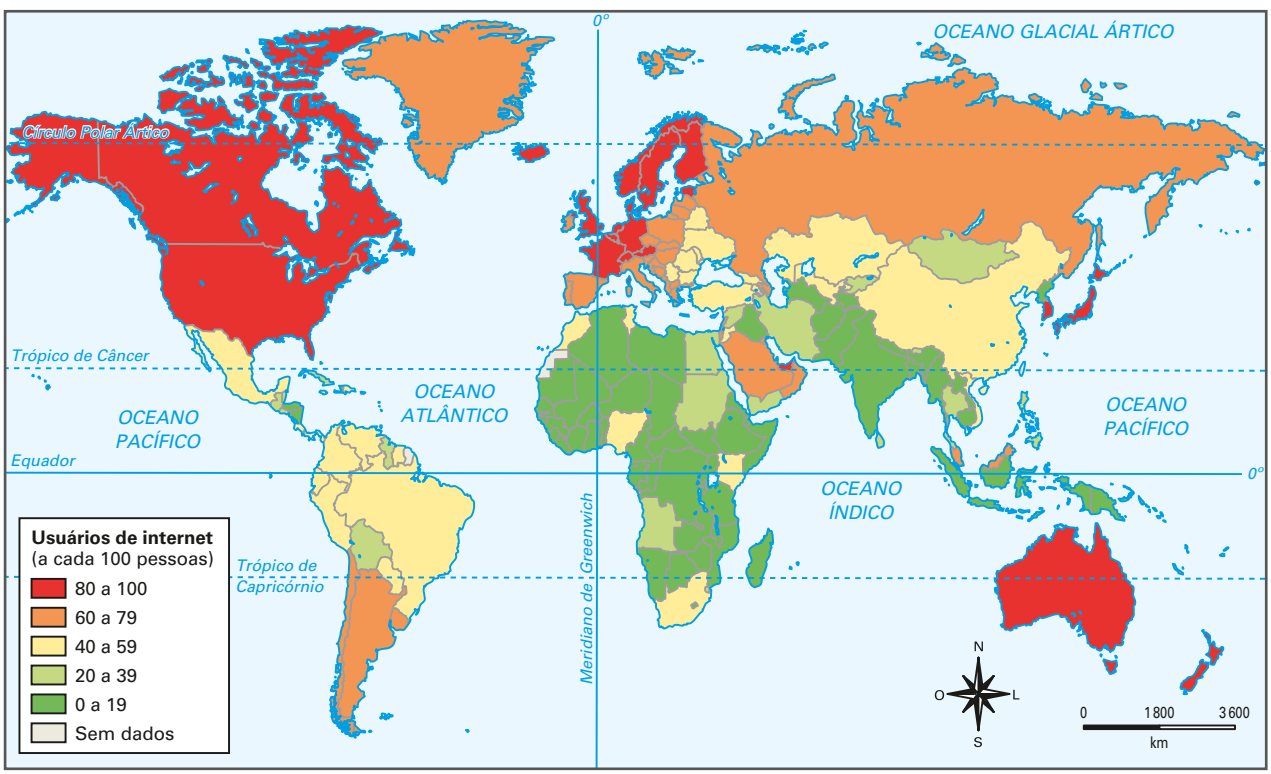
O sociólogo inglês Anthony Giddens (ver *Perfil* no Capítulo 10) definiu a globalização como "a intensificação de relações sociais mundiais que ligam localidades distantes de modo que acontecimentos locais são influenciados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância, e vice-versa"[1]. Isto é, com a globalização, as coisas que ocorrem em um lugar do mundo influenciam cada vez mais o que acontece em outras partes do mundo; quanto mais intensa e abrangente for a globalização, mais integrado será o mundo, mais contato teremos com pessoas, produtos e ideias vindos de outras partes do planeta.

Formas de globalização ocorreram em diferentes momentos da História. A chegada dos europeus às Américas, que vimos na Unidade 1, transformou profundamente o mundo todo. Não dá para contar a história do Brasil sem falar em globalização: a expansão comercial trouxe para o continente americano os povos europeus, que com suas doenças (e armas) mataram grande parte da população indígena. A economia da colônia (e depois do império) foi em grande parte baseada na exploração de trabalhadores trazidos à força do continente africano e estruturada para servir ao mercado internacional.

Nas últimas décadas do século XX, a globalização acelerou esse processo, que continua até hoje. O comércio mundial se desenvolveu imensamente, e regiões com grandes populações (como a China e a Índia) passaram a participar de maneira intensa dessa atividade. Muitos países reduziram os impostos sobre produtos importados, inclusive o Brasil, o que inundou o cotidiano da população com produtos fabricados em outros países, de alimentos a computadores.

Mas a globalização vai muito além disso: alguns produtos são feitos de tal forma que fica difícil determinar sua "nacionalidade": é perfeitamente possível que a roupa que você está usando agora tenha sido desenhada nos Estados Unidos e produzida na Ásia com matérias-primas da África.

Acesso à internet no mundo (2014)



Banco de imagens/Arquivo da editora

Fonte: União Internacional de Telecomunicações (ITU/ONU) e Banco Mundial.

No planisfério acima, as cores dos países indicam a porcentagem de cidadãos que acessaram a internet em 2014. Em certo sentido, o mapa mostra quanto os cidadãos de cada país podem aproveitar um aspecto positivo da globalização. Embora a globalização integre cada vez mais partes do mundo, as diferentes regiões se integram de maneiras mais ou menos vantajosas.

[1] GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991. p. 69.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Pense em quantas coisas importantes na sua vida vieram de lugares muito distantes. Por exemplo, é provável que a maioria das pessoas que você conhece (talvez você mesmo) tenha crenças religiosas que se originaram no Oriente Médio (cristianismo, judaísmo, islamismo), na Ásia (budismo) ou que tenham forte influência africana (candomblé, umbanda). Os produtos que você consome também vêm de diversas partes do mundo: basta olhar, na etiqueta ou no rótulo, onde foram fabricados e procurar esses países no mapa. De alguma maneira, você está estabelecendo uma relação com quem fabricou esses produtos, pessoas com culturas e valores que provavelmente são diferentes dos seus. Você talvez seja muito mais "globalizado" do que pensava...

É fácil perceber o lado positivo da globalização econômica: é bom poder comprar produtos do mundo todo, pois não faria sentido que cada país produzisse tudo o que consome. Mas a globalização econômica também tem consequências perigosas: gera desigualdade entre países que participam diferentemente do processo. Voltando ao exemplo da roupa que você veste, boa parte do dinheiro que você pagou por ela foi para a empresa dos Estados Unidos, que é quem controla o processo, encomendando a matéria-prima e contratando os trabalhadores asiáticos (que ganham, em média, muito menos do que os estadunidenses). Assim, a globalização pode levar ao aumento das desigualdades entre países ricos e pobres. É indiscutível que nas últimas décadas a economia de alguns países que eram muito pobres (como a China ou a Coreia do Sul) cresceu a uma velocidade espantosa. Mas ainda não sabemos se o mesmo ocorrerá com outros países pobres ou se eles serão deixados cada vez mais para trás.

Além disso, como cada vez mais os países dependem uns dos outros para comprar e para vender, uma crise localizada pode se espalhar e afetar dramaticamente países muito distantes. Em 2008, por exemplo, uma crise profunda (a maior em setenta anos) começou nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo. Como os Estados Unidos compram boa parte do que se produz pelo mundo, praticamente todos os países foram afetados, inclusive o Brasil. Mesmo crises em países menos ricos, como o México ou a Rússia, ocorridas nos anos 1990, afetaram a economia brasileira, pois geraram incertezas sobre o futuro da economia mundial. Por outro lado, a crise brasileira de 1998 gerou efeitos negativos na vizinha Argentina, que é um de nossos principais parceiros comerciais.

Angeli/Acervo do artista

Na charge de Angeli, de 2003, uma referência à multiplicação de favelas em várias áreas do mundo. Como notou o pesquisador Mike Davis (1946-), as favelas surgiram quando a agricultura passou a exigir menos trabalhadores, o que levou mais pessoas a morar nas cidades; entretanto, especialmente nos países mais pobres, os modelos de desenvolvimento adotados não geraram bons empregos urbanos. A formação de favelas revela como a economia globalizada exclui parte importante da população global.

A globalização não é apenas econômica. Na esfera cultural, artistas e estilos originados em um país influenciam cada vez mais artistas e estilos de outros países. Movimentos religiosos (alguns deles fundamentalistas) conquistam adeptos em diferentes países. O crime ganhou dimensões inéditas: o tráfico de drogas é uma rede com ramificações no mundo todo. O esporte tornou-se extremamente globalizado: na equipe da Internazionale de Milão que conquistou a Liga dos Campeões 2010, nenhum dos jogadores titulares era italiano (vários, aliás, eram brasileiros). Também no caso do futebol a desigualdade de riqueza entre os países produz efeitos: afinal, há muito mais jogadores brasileiros atuando na Itália do que jogadores italianos no Brasil. E boa parte dos fenômenos culturais globais é comercializada por empresas localizadas em países ricos.

Nas últimas décadas, tornou-se clara à comunidade internacional outra questão: os *problemas globais*, que não podem ser resolvidos por um só país e afetam grande parte do mundo. O caso mais óbvio são as ameaças ao meio ambiente. Se os automóveis dos Estados Unidos ou as fábricas da China emitem gases poluidores na atmosfera, essa poluição não afeta o clima apenas nos Estados Unidos e na China, mas no mundo todo. Se o Brasil ou a Indonésia destroem suas florestas, o mundo inteiro sofre o impacto dessa destruição.

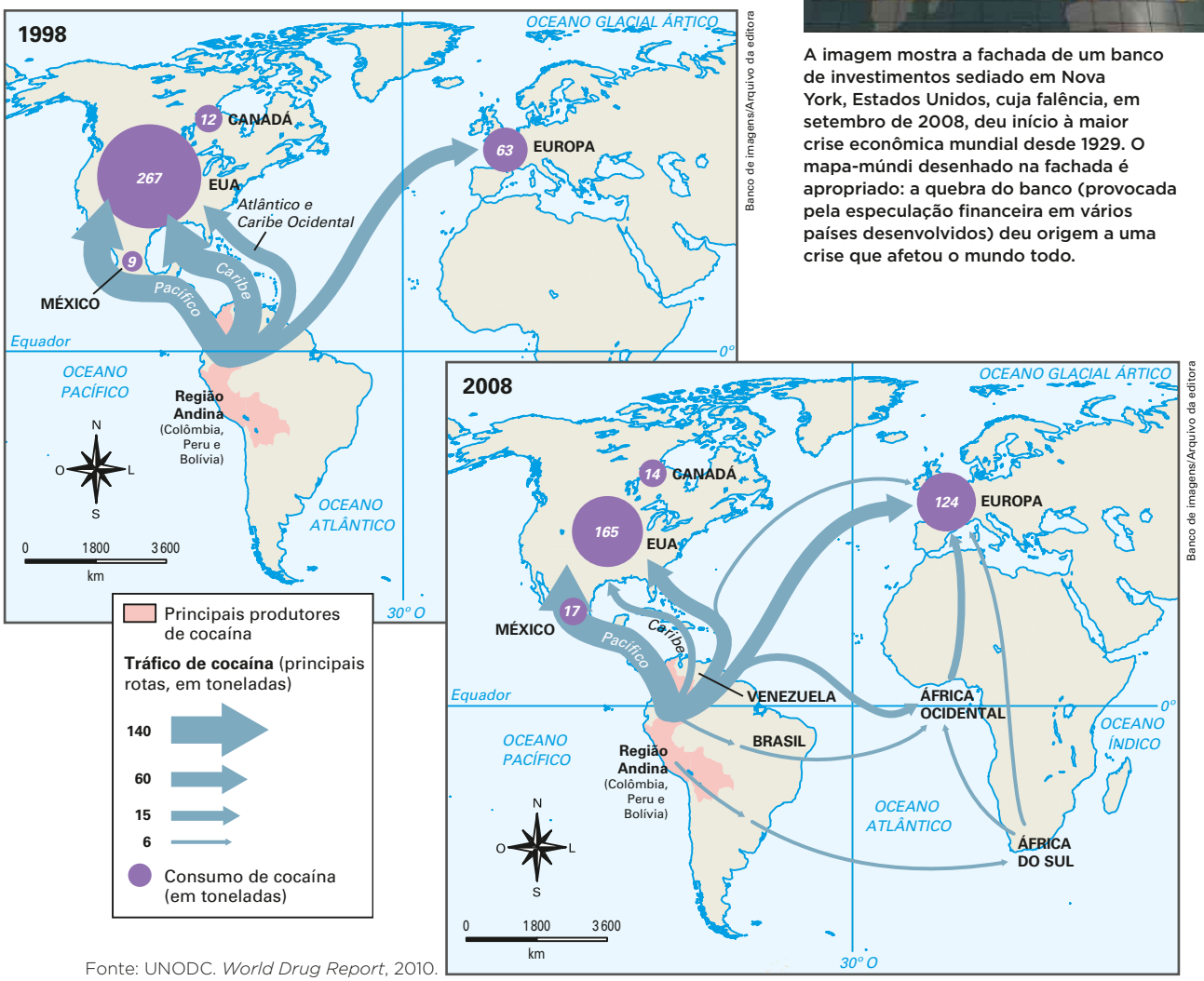
Finalmente, há a presença cada vez mais ameaçadora de redes criminosas internacionais, até mesmo com a expansão de antigas máfias nacionais (como a italiana, a russa e a chinesa) para outros países. Com isso, tornou-se evidente a necessidade de que os países cooperem entre si em mais uma frente: o combate ao crime.

A crescente importância dos problemas globais coloca uma questão importante: quem é responsável por resolvê-los? Não há um governo do mundo, não há um Estado Global. Podemos contar que cada país vai fazer sua parte para resolver os problemas globais? E se cada país preferir deixar que os outros resolvam? Essas questões estão entre os mais importantes desafios políticos modernos.

Michael Nagle/Getty Images

A imagem mostra a fachada de um banco de investimentos sediado em Nova York, Estados Unidos, cuja falência, em setembro de 2008, deu início à maior crise econômica mundial desde 1929. O mapa-múndi desenhado na fachada é apropriado: a quebra do banco (provocada pela especulação financeira em vários países desenvolvidos) deu origem a uma crise que afetou o mundo todo.

Principais rotas de tráfico de cocaína no mundo (1998 e 2008)



Fonte: UNODC. *World Drug Report*, 2010.

Compare as principais rotas do tráfico internacional de cocaína em 1998 e em 2008, segundo um relatório de 2010 da ONU. Embora a produção se concentre em poucos países, os caminhos da distribuição passaram a envolver muitos outros. O Brasil, por exemplo, além de ser um mercado consumidor, é um ponto de passagem para carregamentos destinados à Europa, que muitas vezes passam pela África.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

O que hoje chamamos de globalização nada mais é do que a aceleração de processos de troca que existem há muito tempo. No entanto, um tipo de problema global gravíssimo já se alastrava rapidamente em tempos passados: as epidemias. No passado, doenças que se espalharam pelo mundo mataram altas porcentagens da população da América (como as doenças dos conquistadores europeus, que exterminaram boa parte da população indígena, a qual não tinha anticorpos contra os microrganismos que as causavam) e da Europa (durante a peste negra, levada da Ásia). O risco de epidemias cresce quando os contatos entre os diferentes povos também crescem. A invenção e popularização do transporte por aviões contribuíram para aumentar a velocidade e o alcance da disseminação das doenças. Portanto, se uma doença grave e contagiosa se espalha por algum país do mundo, isso é problema de todos os outros.

2. A GOVERNANÇA GLOBAL

Uma das características principais dos Estados modernos é que eles são vários: não há um Estado Global, um governo mundial. Isso significa que os vários Estados precisam negociar suas diferenças e se organizar para enfrentar problemas que não se restringem às suas fronteiras. A governança global é o processo em que Estados diferentes, além de movimentos e instituições internacionais, negociam e criam instituições e regras globais para regulamentar as relações entre eles.

Em certo sentido, o sistema internacional se parece com o "estado de natureza" descrito por Thomas Hobbes (ver Capítulo 11): embora em cada território haja uma autoridade reconhecida (o Estado), não há uma autoridade que subordine os diversos Estados. Não por acaso, Hobbes influenciou muitos autores que estudam as relações internacionais. Entretanto, ao mesmo tempo que os Estados não desejam abdicar de sua soberania em favor de um governo mundial, também não têm interesse em uma "guerra de todos contra todos". Por isso, embora não haja um governo mundial, os Estados desenvolveram algumas regras e instituições para garantir um mínimo de convivência pacífica.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **David Held (1951-)**.

A formação dos Estados Nacionais produziu um sistema internacional que se baseia na competição entre eles e no reconhecimento da autoridade de cada Estado dentro de seu território. O **sistema de Westfália** ficou assim conhecido porque se considera que seus princípios foram reconhecidos pelo Tratado de Münster (cidade na região de Westfália), assinado em 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos na Europa. Entre as características do sistema de Westfália, descrito pelo cientista político inglês **David Held (1951-)**, destacamos as seguintes:

Reprodução/Gerard Terborch/Museu Nacional de Amsterdã, Holanda

***A ratificação do Tratado de Münster (1648)*, pintura do holandês Gerard ter Borch (1617-1681). O Tratado de Münster, assinado nessa cidade da Westfália (região da atual Alemanha), encerrou a Guerra dos Trinta Anos, em 1648, e consagrou o princípio da soberania de cada Estado sobre seu território. Assim, ficava descartado, por exemplo, que alguma autoridade religiosa pudesse mandar em todos os Estados. Por determinação do Tratado, o soberano de cada Estado decidiria que religião seus súditos deveriam seguir, o que mostra como saiu fortalecida a ideia de Estado.**

1. O mundo consiste de Estados soberanos que não reconhecem uma autoridade maior do que eles.
2. A cada Estado cabem as funções de fazer leis, aplicá-las e julgar disputas dentro de seu território.
3. O direito internacional tem como objetivo garantir algumas regras mínimas de coexistência entre os Estados.
4. As divergências entre os Estados serão resolvidas, na grande maioria das vezes, pela força.
5. A prioridade do sistema é colocar apenas um mínimo de restrições para a liberdade de cada Estado fazer o que quiser.

Esse sistema predominou por vários séculos e, em boa medida, ainda é vigente. Entretanto, o sofrimento e a destruição que as duas Guerras Mundiais do século XX causaram no mundo todo fizeram crescer a ideia de que alguma forma de coordenação entre os Estados precisava existir, para evitar catástrofes como aquelas. O advento das armas nucleares, em especial, criou uma situação inédita na História: a possibilidade real de que uma guerra entre os países mais poderosos do mundo exterminasse a espécie humana.

Bettmann/Corbis/Latinstock

Sessão do julgamento de Nuremberg, em 1946, no qual autoridades nazistas foram julgadas por crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, em especial contra judeus. Esse julgamento mostrou uma mudança parcial de mentalidade com relação ao sistema internacional. Por exemplo, decidiu-se que violações dos direitos humanos não seriam aceitas, mesmo que dentro do território do próprio Estado que as violasse ou em decorrência de vitórias militares. O julgamento de Nuremberg foi conduzido por um tribunal internacional, composto dos países vencedores da Segunda Guerra, ideia pouco comum até então.

Diante desses desafios, desde 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial) tem se formado uma nova maneira de pensar a governança global. O símbolo máximo dessa nova concepção foi a criação da Organização das Nações Unidas, cujo objetivo é servir de espaço onde os diferentes Estados podem tentar resolver suas diferenças pacificamente. As instâncias mais importantes da ONU são a Assembleia Geral, em que cada um dos seus mais de 190 países-membros tem direito a um voto, e o Conselho de Segurança, formado por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China) e um grupo de dez membros que se alternam. Nada pode ser aprovado sem a concordância dos membros permanentes: é o princípio da "unanimidade das grandes potências".

Entre as características do sistema das Nações Unidas descritas por David Held, destacamos as seguintes:

1. O mundo consiste em Estados soberanos que, entretanto, mantêm entre si relações próximas. Em alguns casos, indivíduos ou grupos podem ser reconhecidos como atores legítimos nas relações internacionais. Isso acontece, por exemplo, quando indivíduos ou grupos étnicos perseguidos em seus países apelam a tratados internacionais para defender seus direitos.
2. Povos oprimidos por impérios coloniais têm o direito de determinar o próprio destino.
3. Há alguns valores que devem limitar a ação dos Estados. O uso da força em situações em que esses valores sejam violados não deve ser considerado legítimo. Por exemplo, o genocídio, isto é, o assassinato em massa dos membros de algum grupo étnico (como os nazistas fizeram com os judeus) é proibido em toda e qualquer situação.
4. Há uma preocupação maior com o bem-estar dos indivíduos e um esforço para que os Estados tratem seus cidadãos de acordo com alguns padrões mínimos (por exemplo, não submetendo minorias étnicas a situações degradantes).
5. O objetivo do sistema é garantir a paz e o progresso dos valores e direitos fundamentais reconhecidos como válidos.

LÉXICO

império colonial: à época da criação da ONU, boa parte dos povos da África e da Ásia se encontrava sob o domínio político e econômico de países europeus. Esses países exploravam suas colônias por motivos econômicos e geopolíticos.

Chip East/Reuters/Latinstock

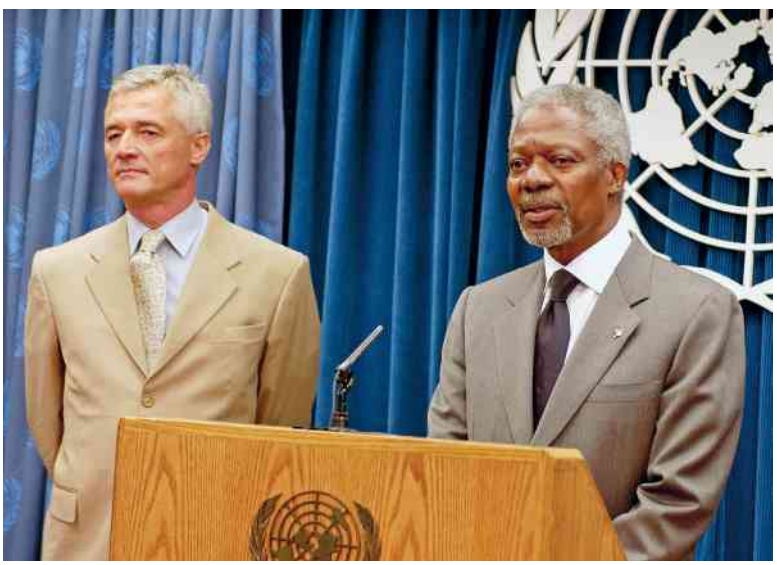
Sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, Estados Unidos. A ONU foi criada para aprimorar a governança global diante de alguns problemas apresentados pelo sistema de Westfália, em especial na primeira metade do século XX. Foto de 2012.

A ONU tem diversos organismos e fundos que atuam em áreas específicas. Dois exemplos são a Organização Mundial de Saúde (OMS), fundamental no combate às epidemias globais, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que apoia políticas pela educação, alimentação e proteção de crianças.

Além da ONU, há outras organizações internacionais com importante atuação, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tenta incentivar o livre-comércio entre os países, e o Banco Mundial, que fornece empréstimos e consultoria para projetos de desenvolvimento. Há, também, instituições que buscam regulamentar diferentes aspectos da vida internacional, dos padrões de segurança nas viagens aéreas até o funcionamento da internet.

Seria equivocado dizer que o sistema das Nações Unidas substituiu o sistema de Westfália. As Nações Unidas não têm o monopólio da violência legítima no mundo; aliás, nem sequer têm um exército. Não é raro que grandes potências declarem guerra sem autorização da ONU, como ocorreu em 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque. E, nas grandes negociações internacionais, os Estados continuam sendo reconhecidos como principais representantes da população de cada território. Dessa forma, a maior parte da política internacional ainda é feita por acordos ou guerras entre Estados.

Entretanto, também seria errado dizer que nada mudou. As Nações Unidas permanecem como um fórum de debate dos problemas mundiais. Além disso, a organização desempenha funções importantes, como na formação, envio e manutenção de forças de paz para atuar em áreas onde tenham ocorrido guerras civis.



Eskinder Debebe/ONU

O brasileiro Sérgio Vieira de Mello (1948-2003) ocupou diversos postos na ONU, incluindo o de Alto Comissário para Direitos Humanos, em 2002. Em nome da ONU governou o Timor-Leste entre 1999 e 2002, enquanto esse país organizava suas primeiras eleições. Vieira de Mello morreu em um atentado terrorista quando era representante da ONU no Iraque, que acabara de ser invadido pelos Estados Unidos. Nesta foto de 2002, ele aparece à esquerda do diplomata ganense Kofi Annan (1938-), então secretário-geral da ONU.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você provavelmente já acessou a internet, seja em um computador, seja em um celular. Você já se perguntou como, exatamente, aquilo funciona? Por exemplo, quando uma empresa ou um time de futebol montam seus *sites*, quem registra esses endereços? Quem garante que eles não serão usados por outras pessoas? Essa e outras tarefas relacionadas ao funcionamento da rede mundial de computadores são desempenhadas por uma organização internacional chamada Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN, na sigla em inglês). A ICANN, sediada nos Estados Unidos, garante que a internet seja global: imagine se cada vez que você digitasse o endereço de um *site* pudesse ir parar em qualquer um dos 50 mil *sites* com endereço igual!

Se é verdade que a política internacional ainda é feita fundamentalmente pelos Estados, também é verdade que parte importante dela consiste em tentar influenciar as organizações internacionais, ou utilizá-las para os objetivos de cada país. Assim, parte importante da luta econômica entre os Estados (relacionada, por exemplo, ao protecionismo econômico) se dá nas negociações da Organização Mundial do Comércio. Se a globalização continuar a se desenvolver, é provável que esse tipo de negociação se torne cada vez mais decisiva.

Há, enfim, uma última razão pela qual as organizações internacionais são importantes: elas são um espaço para que os diferentes países legitimem seu poder no cenário internacional. O especialista em relações internacionais estadunidense **Joseph Nye Jr. (1937-)** criou o conceito de *poder suave* para descrever a capacidade que os países têm de atrair aliados por meio de seus valores e de sua legitimidade. Por exemplo, muitos adversários dos Estados Unidos não apoiam a rede fundamentalista Al-Qaeda (que periodicamente realiza atentados contra alvos dos Estados Unidos e de seus aliados) por rejeitar os valores religiosos que ela defende. Podemos dizer, portanto, que a Al-Qaeda tem um poder suave bastante limitado: pessoas e instituições que poderiam se aliar a ela não o fazem porque não concordam com seus valores.

As organizações internacionais, por serem espaços em que os países discutem pacificamente suas diferenças, fortalecem a legitimidade dos que nelas atuam. Voltando ao exemplo da invasão do Iraque pelos Estados Unidos: embora esse fato mostre que a ONU não teve poder para impedir a invasão, é significativo que os Estados Unidos tenham antes tentado convencer os demais países-membros da organização de que ela seria justificável. É também possível notar que a decisão de invadir sem autorização da ONU diminuiu o poder suave estadunidense: cidadãos de diversos países aliados aos Estados Unidos não reconheceram a legitimidade da invasão e passaram a exigir que seus governos deixassem de apoiá-la.

LÉXICO

protecionismo econômico: todo tipo de política que busque favorecer produtos fabricados no próprio país em detrimento dos concorrentes de outros países. Entre as medidas protecionistas mais comuns, podemos citar as barreiras tarifárias (impostos elevados sobre produtos importados, para que eles custem caro) e os subsídios (apoio financeiro do Estado aos produtores, com o objetivo de reduzir o custo do produto final).

3. A GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO

Alguns autores, como **Jessica T. Mathews (1946-)** e Zygmunt Bauman, consideram que a globalização diminuiria consideravelmente o poder dos diferentes Estados. Há duas maneiras principais pelas quais a globalização pode enfraquecer o Estado moderno.

Em primeiro lugar, como vimos, porque nenhum Estado pode resolver sozinho os problemas globais. Nem mesmo os Estados Unidos podem, por exemplo, invadir a China e obrigar todos os chineses a parar de usar automóveis para resolver os problemas ambientais do mundo. Menos provável ainda é que algum outro país consiga invadir os Estados Unidos para fazer a mesma coisa.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Joseph Nye Jr. (1937-)** e **Jessica T. Mathews (1946-)**.

LÉXICO

multinacional: empresa que atua em diversos países além daquele em que foi fundada.

M. Panchenko/Shutterstock/Glow Images

Moeda de 1 euro, unidade monetária vigente em boa parte da União Europeia. Após a Segunda Guerra Mundial, países da Europa ocidental buscaram construir uma união em torno de temas econômicos, comerciais e diplomáticos que hoje envolve a maior parte do continente. A adoção do euro como moeda comum fez parte desse projeto. Embora a União Europeia tenha sido em muitos aspectos bem-sucedida, hoje vive uma crise econômica que muitos economistas atribuem à adoção da moeda comum por países com condições econômicas muito diferentes.

Assim, os Estados precisam se organizar entre si para lidar com problemas globais. Em algum grau, a constituição das organizações internacionais leva a uma perda de soberania dos diferentes Estados. Como seria de esperar, os Estados preferem ceder o mínimo possível de sua soberania às organizações internacionais, até porque não têm garantias de que os demais vão fazer o mesmo. Essa é a principal razão para a fraqueza de diversas organizações internacionais. Porém, mesmo que essas organizações sejam substituídas por acordos isolados entre os países, esses acordos se tornarão cada vez mais comuns, o que, novamente, levará cada Estado a ceder um pouco (ou muito, dependendo de sua força) em cada negociação.

Há, entretanto, uma segunda maneira, bem mais visível, pela qual a globalização afeta os Estados: a globalização diminui a liberdade do Estado para regular a economia em seu território. Nesse processo, as empresas multinacionais ganharam muito mais liberdade para escolher em que países querem investir. Muitas dessas empresas se fortaleceram tanto que hoje têm orçamentos maiores do que o de vários países.

Falamos anteriormente de fabricantes de roupas que produzem em países asiáticos. Eles adotaram essa estratégia porque nesses países os salários são muito baixos (mesmo se comparados aos do Brasil) e os trabalhadores têm bem menos direitos. Assim, se o governo do Brasil, por exemplo, quiser aumentar muito os salários, precisa saber que corre o risco de que algumas empresas se mudem para países onde os salários são mais baixos. Em última análise, os eleitores brasileiros ficam menos livres para eleger um governo que proponha aumentar muito os salários. Eles ainda podem fazê-lo, mas deveriam saber que sua escolha traz o risco de que o investimento estrangeiro no Brasil diminua e, portanto, de que o desemprego cresça.

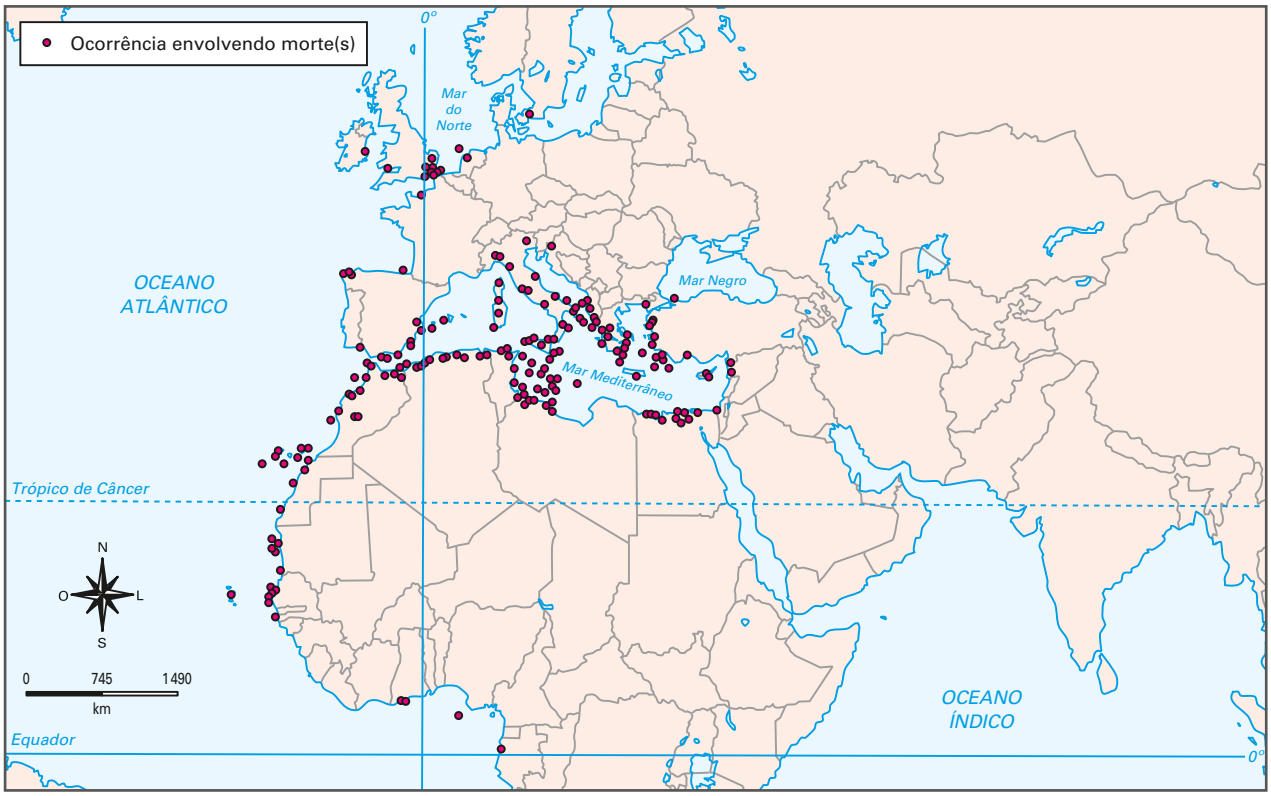
O que dissemos sobre salários também se aplica a impostos. Para fornecer aos cidadãos boas escolas públicas, hospitais públicos, uma polícia eficiente, entre outros serviços, o Estado precisa de dinheiro. Esse dinheiro vem dos impostos cobrados dos cidadãos e das empresas que atuam em seu território. Mas, como você deve imaginar, as empresas preferem investir onde pagam menos impostos (isto é, onde podem lucrar mais). Se o governo da Argentina, por exemplo, quiser oferecer políticas sociais mais generosas e precisar aumentar muito os impostos, algumas empresas podem preferir investir em outro país. Em última análise, os eleitores argentinos ficam menos livres para escolher um governo que queira oferecer políticas sociais mais generosas. Ainda podem fazê-lo, mas precisam saber que sua escolha terá riscos.

Assim, surge o risco real de que, com a globalização, diminua a possibilidade de escolha democrática. Como disse o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, o Estado passa a ter dois papéis econômicos: evitar medidas que mexam demais com a economia e ajudar as pessoas que venham a sofrer as piores consequências da globalização (como o desemprego causado pela concorrência de produtos importados).

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou em ir morar em um país mais rico que o Brasil, mesmo que só por um tempo? Afinal, se as empresas podem mudar de país em país atrás de melhores oportunidades, por que o mesmo não se aplicaria às pessoas? Pois isso não acontece na realidade. Muito pelo contrário: vários países ricos têm sido muito duros com os imigrantes que desejam neles trabalhar, com o argumento de que não podem deixar que os estrangeiros "roubem" o emprego de seus cidadãos ou utilizem seus bons serviços públicos de educação e saúde. Isso mostra um dos problemas centrais da globalização: enquanto exige-se a livre circulação de mercadorias e capitais, a livre circulação de pessoas é barrada. Embora os investidores possam mandar seu dinheiro para qualquer parte do mundo quando bem entendem, os trabalhadores continuam dependendo dos Estados nacionais para garantir seus direitos trabalhistas, seu direito a se fazer ouvir nas eleições e seu sentimento de pertencer a uma nação. Você acha isso justo? O que poderia ser feito a esse respeito?

Casos de morte de migrantes em tentativas de alcançar a Europa por via marítima (2000-2015)



Banco de imagens/Arquivo da editora

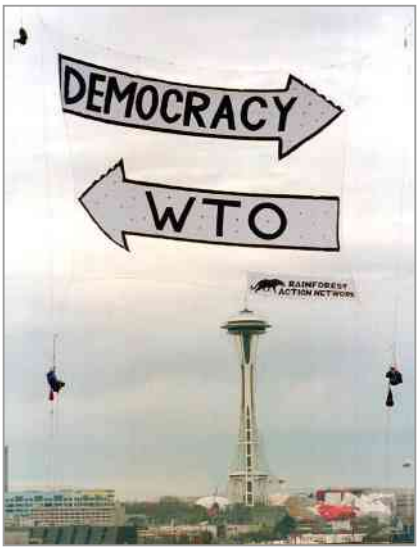
Fonte: Adaptado de: MAPPED: Migrant Deaths Attempting to Reach Europe by Sea since 2000. *The Telegraph*, 22 abr. 2015. Disponível em: <www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/italy/11552696/Mapped-Migrant-deaths-attempting-to-reach-Europe-by-sea-since-2000.html>. Acesso em: 22 abr. 2016.

No mapa acima, estão representadas as ocorrências em que migrantes morreram no mar tentando chegar à Europa entre os anos 2000 e início de 2015, muitas vezes utilizando embarcações frágeis, superlotadas e perigosas. Embora a movimentação do dinheiro tenha se tornado muito mais fácil na fase atual da globalização, as pessoas não têm a mesma liberdade de escolher em que país preferem morar, trabalhar ou votar. A grande desigualdade de qualidade de vida entre os países pobres e ricos, incluindo situações de conflito armado, é a principal questão para entendermos por que tantas pessoas se arriscam a morrer tentando migrar.

O economista turco **Dani Rodrik (1957-)** criou uma fórmula para explicar o desafio da globalização que, embora simplificada, pode ser útil para nos fazer pensar. A fórmula de Rodrik diz o seguinte:

1. Se quisermos ter perfeita globalização e perfeita democracia, precisaremos sacrificar a soberania nacional. Isto é, os Estados teriam de abdicar de seu poder em benefício de um Estado mundial democrático. Não há nenhuma possibilidade realista de que isso aconteça nos próximos anos, mas, mesmo que houvesse, muita gente preferiria preservar a soberania nacional.
2. Se quisermos ter perfeita globalização e perfeita soberania nacional, teremos de sacrificar a democracia. O Estado teria de atuar principalmente para manter as empresas multinacionais satisfeitas, garantindo impostos baixos, poucos direitos trabalhistas, poucas regulamentações ambientais, etc. É extremamente improvável que os cidadãos concordem com isso, o que, cedo ou tarde, acabaria levando ao fim da democracia.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Dani Rodrik (1957-)**.



STR New/Reuters/Latinstock

Manifestação contra a Organização Mundial do Comércio realizada em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. A faixa apresenta duas setas com dizeres em inglês: a que diz "democracia" aponta em um sentido, enquanto a que diz "WTO" (a sigla em inglês para Organização Mundial do Comércio) aponta no sentido oposto. Para os manifestantes, portanto, a globalização representada pela OMC iria no sentido oposto ao da democracia.

3. Por fim, se quisermos ter perfeita democracia e perfeita soberania nacional, precisaremos sacrificar a globalização. Isto é, cada país cuidaria de sua economia, e os eleitores escolheriam o governo que bem entendessem, mas estaríamos dispensando o grande potencial da globalização para promover crescimento econômico, maior intercâmbio entre os povos, entre outros benefícios.

Rodrik chamou esse problema de "trilema", isto é, uma escolha de no máximo duas entre três coisas. Em outras palavras, para Rodrik, nunca vai ser possível obter o máximo dos três elementos: sempre precisaríamos sacrificar um pouco de um deles se quisermos ter um pouco mais dos outros dois.

ASSIM FALARAM... MARX E ENGELS

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia configurou de maneira cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela subtraiu à indústria o solo nacional em que tinha os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam sendo aniquiladas diariamente. São sufocadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que não mais processam matérias-primas nativas, mas sim matérias-primas próprias das zonas mais afastadas, e cujos produtos são consumidos não apenas no próprio país, mas simultaneamente em todas as partes do mundo. No lugar das velhas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas necessidades, que requerem para a sua satisfação os produtos dos mais distantes países e climas. No lugar da velha autossuficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surge um intercâmbio em todas as direções, uma interdependência múltipla das nações. E o que se dá com a produção material, dá-se também com a produção intelectual. Os produtos intelectuais das nações isoladas tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais vai se formando uma literatura universal.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, 12 (34), 1998. p. 11.

Evolução do Índice Bovespa (1995-2012)

Banco de imagens/Arquivo da editora

Evolução do Índice Bovespa, que mede o desempenho das ações na Bolsa de Valores de São Paulo, entre dezembro de 1994 e abril de 2012. Note a grande queda que ocorre em 2008, logo após a eclosão da crise nos Estados Unidos. Como se vê, a economia brasileira foi seriamente afetada por uma crise que não foi causada por nada que tenha acontecido no Brasil. Com a globalização, isso tende a se tornar cada vez mais comum.

Fonte: <www.bmfbovespa.com.br/indices/EvolucaoMensal.aspx?Indice=IBOVESPA&idioma=pt-br>. Acesso em: 20 mar. 2016.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS GLOBAIS

Como vimos, há uma série de problemas decorrentes da globalização que não podem ser enfrentados apenas dentro de cada país. Portanto, não se pode esperar que eles sejam resolvidos pela ação dos partidos e movimentos sociais que atuam nacionalmente. Nas últimas décadas, aumentou muito o número de organizações não governamentais (ONGs) internacionais. Além delas, há também grupos políticos e religiosos que atuam globalmente.

Organismos semelhantes às ONGs internacionais já existem há muito tempo. Por exemplo, na luta contra a escravidão na América (inclusive no Brasil), as associações abolicionistas europeias desempenharam um importante papel. Algumas delas tiveram origem em grupos religiosos. Várias religiões estão presentes em mais de um país, e o contato entre fiéis da mesma religião em diferentes partes do mundo deve ter ajudado na organização das primeiras associações internacionais.

O número de ONGs internacionais aumentou muito durante o século XX, paralelamente ao progresso da globalização. Segundo o estudo de David Held e **Anthony McGrew (1954-)**, em 1909 havia 176 ONGs internacionais; em 1990, já havia 5500.

Entre as ONGs internacionais, destacam-se as que atuam em defesa do meio ambiente, como o Greenpeace e o WWF. É fácil perceber por que essas ONGs são particularmente importantes: o meio ambiente não reconhece as fronteiras entre os países. Quando o Brasil polui o oceano Atlântico, as correntes marítimas levam essa poluição para o litoral de vários outros países. Quando os Estados Unidos ou a China emitem gases poluentes na atmosfera, as mudanças climáticas causadas por eles afetarão todo o mundo. O meio ambiente talvez seja a questão mais claramente global que existe. É interessante notar que, embora existam os chamados partidos verdes em diversos países (inclusive no Brasil), essas agremiações que se dedicam à defesa da ecologia muitas vezes são menos influentes que as ONGs ambientais, que têm atuação global.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Anthony McGrew (1954-)**.

Jeremy Sutton-Hibbert/Greenpeace

Utilizando barcos infláveis, militantes da ONG Greenpeace protestam em alto-mar contra a pesca de baleias por navios japoneses, em 2013. Durante os protestos, os ativistas procuram se colocar entre os navios e as baleias, dificultando a pesca.

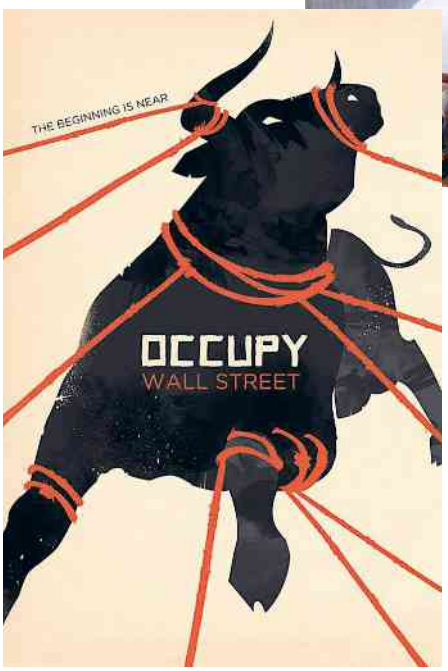
VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você já pensou em participar de uma ONG? Se você quisesse ajudar no combate a um problema global, qual escolheria? As doenças, a pobreza, a degradação do meio ambiente, a violência cometida contra as mulheres ou contra as pessoas que vivem em ditaduras? Conhecer uma ONG, participar de suas atividades ou até mesmo ajudar a criar uma nova ONG pode ser uma experiência fascinante. Mas pense bem: você acha que todas as pessoas podem fazer isso? Todas teriam tempo e dinheiro para participar das atividades ou para contribuir financeiramente? Se a pessoa se identificar com a causa de uma ONG global que não esteja estabelecida no Brasil, é possível que não possa sequer compreender a língua do que está escrito no *site* da entidade. Isso mostra um problema muito sério da política global atual: os recursos para se organizar estão desigualmente distribuídos. É muito mais fácil participar quando se é cidadão de um país rico, ou alguém que, mesmo morando em um país pobre, tenha uma condição financeira melhor. Isso cria um sério risco de que, na política global, a voz dos mais pobres não seja ouvida tanto quanto seria desejável.

Também há ONGs de destaque em outras áreas, como no combate à pobreza (OXFAM, CARE), no provimento de auxílio médico em áreas desprovidas desse serviço ou afetadas por guerras (Médicos sem Fronteiras) e na defesa dos direitos humanos (Anistia Internacional), entre muitas outras. Cada ONG tem uma forma de atuação específica: algumas promovem, sobretudo, campanhas de esclarecimento junto à opinião pública; outras oferecem serviços como educação e atendimento médico em áreas carentes desses serviços; outras, ainda, realizam estudos sobre problemas sociais específicos. Algumas ONGs internacionais têm atuado em conjunto com organizações internacionais como o Banco Mundial.

Andreea Campeanu/Reuters/Latinstock

Em foto de 2014, médico da organização Médicos sem Fronteiras (MSF) atende a paciente na cidade de Kodok, no Sudão do Sul. Essa ONG oferece atendimento médico em regiões afetadas por guerras ou outras situações extremas.



Alexandra Clotfelter/www.ladyfawn.com

Este cartaz do movimento *Occupy Wall Street!* ('Ocupe Wall Street', em inglês) mostra um touro sendo controlado. No mercado de ações, um *bull market* ('mercado touro' em inglês) é um momento em que as ações estão em alta. O touro se tornou, assim, símbolo de investimentos arriscados e lucrativos, como os que levaram à crise de 2008. O cartaz sugere que é necessário estabelecer controles sobre o mercado financeiro.

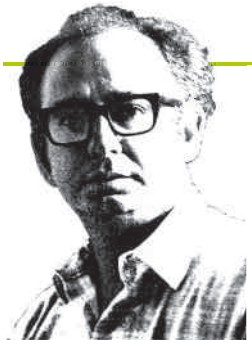
Também são cada vez mais comuns os protestos políticos de caráter global. Com o desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais rápidos (em especial a internet), o contato entre pessoas de diferentes lugares do mundo que pensam de modo parecido tornou-se mais fácil. Exemplo disso é a articulação de grupos que se opõem a características da sociedade capitalista global no chamado "movimento antiglobalização". O nome talvez não seja apropriado: vários desses movimentos criticam apenas a *forma* como a globalização foi feita até agora, e entre eles há grupos mais e menos radicais. Alguns militantes preferem que seus movimentos sejam chamados de "alterglobalistas", isto é, defensores de outro tipo de globalização, uma globalização alternativa.

Esses movimentos ganharam notoriedade por ocasião dos protestos contra uma reunião da Organização Mundial do Comércio realizada na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. Houve um grande conflito entre policiais e manifestantes, que incluíam, além de ativistas de ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais, membros de movimentos socialistas e anarquistas.

Protestos de caráter global reapareceram com força depois da crise global de 2008, com a emergência do movimento "Ocupe Wall Street". Wall Street é uma rua de Nova York que concentra muitas instituições financeiras, além da Bolsa de Valores. Esse movimento responsabiliza a política econômica do governo estadunidense nas últimas décadas — que deu grande liberdade para as instituições financeiras investirem como quisessem — pela crise de 2008.

Outros movimentos se formaram em países fortemente afetados por essa crise, como o dos "indignados" na Espanha.

Todos esses movimentos ainda estão dando seus primeiros passos. A globalização é um fenômeno recente, e não sabemos como será organizada a política global caso ela continue se desenvolvendo. Entretanto, é possível perceber que uma pluralidade de atores interage de maneira cada vez mais veloz e intensa através das fronteiras dos Estados, configurando aquilo que o sociólogo brasileiro Octavio Ianni chamou de modernidade-mundo (veja *Perfil* a seguir).



João Bittar/Arquivo da editora. Foto de 1972.

PERFIL

OCTAVIO IANNI

Os grandes temas da extensa obra do sociólogo paulista Octavio Ianni (1926-2004) foram a questão racial no Brasil e as mudanças no capitalismo brasileiro na segunda metade do século XX (e suas consequências políticas). Ao lado do sociólogo **Renato Ortiz (1947-)** e do geógrafo **Milton Santos (1926-2001)**, Ianni foi um dos pioneiros no estudo da globalização no país.

Mesmo em seus trabalhos mais antigos, já se percebe a preocupação de Ianni com a relação entre racismo e desigualdade econômica (no Brasil há preconceito contra os negros porque eles são negros, porque são pobres, ou pelas duas coisas?) e com as dificuldades de construir um capitalismo dinâmico estando fora do centro do capitalismo mundial.

Os trabalhos de Ianni sobre globalização analisam as consequências desse processo para a teoria sociológica: para ele, boa parte das ideias produzidas na Sociologia (incluindo as suas) tinha sido pensada para o âmbito nacional — e, portanto, precisaria ser reformulada diante do novo quadro mundial.

Intelectual de formação marxista, Ianni era consciente das desigualdades e injustiças que a nova realidade global gera. Mas teve grande disposição para tentar apreender o que, exatamente, havia de novo e interessante nesse novo contexto.

5. O BRASIL E A GLOBALIZAÇÃO

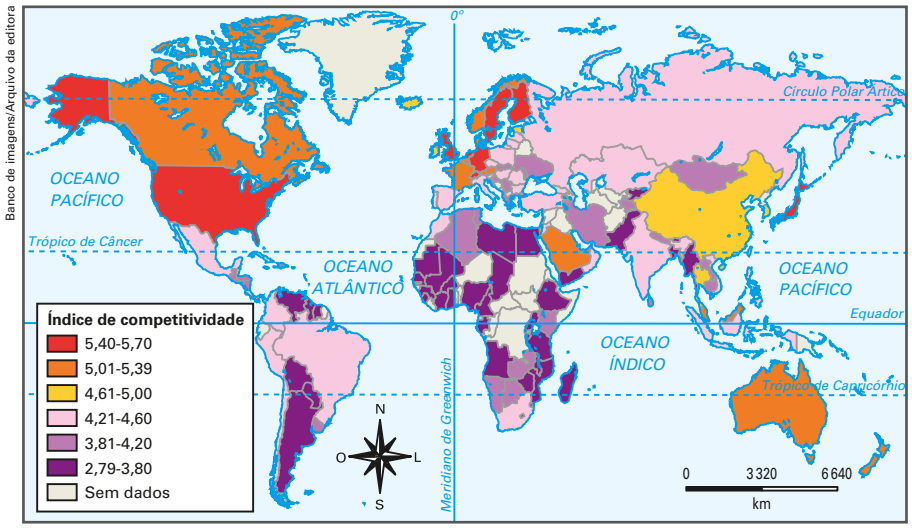
A globalização apresenta para o Brasil desafios bastante difíceis. Com base na discussão dos itens anteriores, podemos destacar três desafios principais:

1. O Brasil, como os outros países democráticos, precisa lidar com a realidade de que seu governo tem menos controle sobre a economia do que antes. O país teria, ainda, as dificuldades adicionais características de países de desenvolvimento médio, analisadas pelo pesquisador estadunidense **Geoffrey Garrett (1958-)**. Os países pobres podem lucrar com a globalização oferecendo mão de obra barata, como fizeram China e Índia. Já os países mais ricos, como os Estados Unidos ou a Alemanha, podem aproveitar seu potencial de criação de tecnologia, sua população com grande qualificação educacional e suas instituições sólidas (um sistema legal ágil e transparente, baixa corrupção, leis que incentivam a atividade econômica, boas políticas sociais). Ora, o Brasil tem salários mais altos do que os da China e capacitação tecnológica e educacional menor que a da Alemanha. Sendo assim, como podemos nos adaptar à globalização?

   Supondo que ninguém defenda que os brasileiros se tornem mais pobres ou percam direitos para o país poder competir com a China, fica claro que a globalização aumenta a pressão para que tenhamos as qualificações educacionais, tecnológicas e institucionais necessárias para competir com os países desenvolvidos. Embora nas últimas décadas o Brasil tenha feito alguns avanços importantes nesse sentido, ainda está longe de alcançar esses objetivos.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Renato Ortiz (1947-)**, **Milton Santos (1926-2001)** e **Geoffrey Garrett (1958-)**.

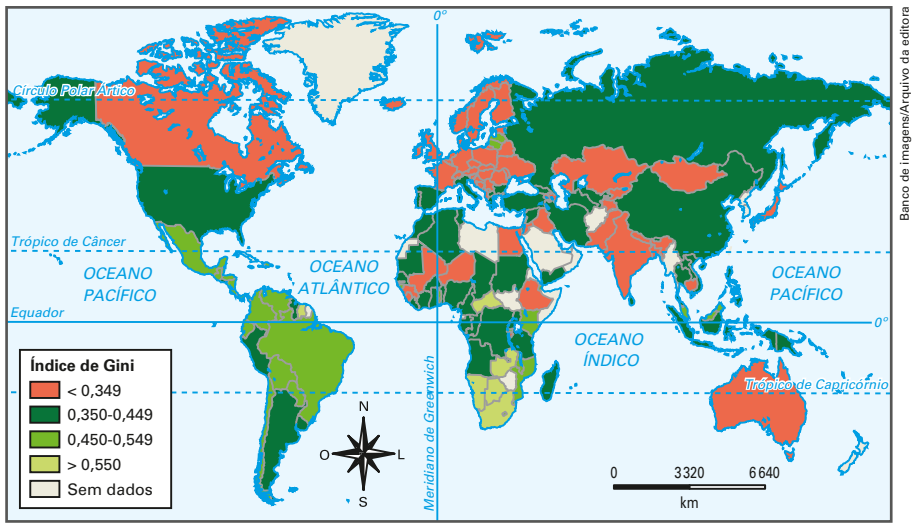
Índice de competitividade econômica (2014-2015)



Elaborado com dados de: WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). *Global Competitiveness Report*: 2014-2015. Genebra, 2014. p. 13.

Ao lado, os países considerados pelo Fórum Econômico Mundial mais competitivos economicamente aparecem em vermelho, e os menos competitivos, em violeta. O Brasil aparece em rosa, no quarto agrupamento de países mais competitivos. No mapa abaixo, temos os países com distribuição de renda mais desigual em verde-claro. Note que o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo. O desafio do país é combater a desigualdade que vemos no segundo mapa ao mesmo tempo que busca se tornar mais competitivo.

Índice de desigualdade econômica segundo o coeficiente de Gini (2015)



Fonte: BANCO MUNDIAL. Disponível em: <http://wdi.worldbank.org/table/2.9#>. Acesso em: 25 abr. 2016.

2. O Brasil luta para participar da governança global: um dos objetivos da política externa brasileira nos últimos anos é tornar o país membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Com países como Alemanha, Japão e Índia, os representantes do governo brasileiro têm pleiteado que o conselho seja reformado. Em 2016, o Brasil ainda liderava as forças de paz da ONU que atuam desde 2004 no Haiti, país que passou por diversas crises políticas nas últimas décadas.

   O governo brasileiro também procurou reforçar as instituições internacionais que envolvem países vizinhos, em especial com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Até 2016, seus membros permanentes eram o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia e a Venezuela; diversos outros países do continente são membros associados.

   O Brasil também assumiu uma posição importante na negociação dos tratados comerciais na Organização Mundial do Comércio, associando-se a outros países em desenvolvimento para pressionar os países desenvolvidos a reduzir as medidas protecionistas. Vale dizer, entretanto, que essas negociações não produziram resultados importantes nos últimos anos.

Thony Belizaire/Agência France-Presse

Soldados brasileiros participam das forças de paz da ONU em Porto Príncipe, no Haiti, em junho de 2006. Os capacetes azuis são o símbolo dos soldados que estão sob orientação da ONU. Ao assumir responsabilidades como essa, o Brasil espera aumentar sua credibilidade para atuar na governança global.

3. Em razão dos imensos recursos naturais em seu território, o Brasil é palco de lutas globais pela preservação do meio ambiente. Isso constantemente cria tensões: de um lado, estão os grupos defensores da preservação ambiental, o que inclui as ONGs internacionais e nacionais, grupos indígenas, movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), e outros setores da população brasileira, a exemplo dos seringueiros da Amazônia; de outro, interesses econômicos nacionais (latifundiários, garimpeiros, empresas mineradoras, etc.). A grande importância global da agropecuária brasileira também põe o país em evidência, por exemplo, na discussão sobre a produção de alimentos transgênicos.

Parte significativa da luta política brasileira atual pode ser entendida como tentativas de enfrentar esses desafios. Isso é mais óbvio no debate sobre economia. Boa parte dos debates políticos brasileiros (nem sempre os que recebem maior destaque) se refere a medidas para desenvolver a indústria, reduzir obstáculos ao crescimento econômico e, principalmente, fazer isso ao mesmo tempo que se enfrentam dois problemas históricos: a pobreza e a desigualdade. A questão é difícil porque nem sempre é possível atingir todos os objetivos ao mesmo tempo: às vezes grupos defendem sacrificar o crescimento em nome do combate à pobreza; às vezes, é o contrário. Cabe à população, por meio do voto, decidir qual é a melhor opção em cada momento.

Ambientalistas protestam na praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), durante a votação do novo Código Florestal brasileiro, em dezembro de 2011. Para os ecologistas, a legislação que foi aprovada não é rígida o suficiente com quem desmata. Houve um debate acirrado entre os ambientalistas e parlamentares ligados ao agronegócio brasileiro, para quem o excesso de regulamentações ambientais prejudica a produção nacional.

Antônio Cruz/Abr/Radiobrás

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Pode parecer que a globalização é uma coisa muito distante da sua vida, algo que só interfere na vida de políticos ou de grandes empresários. Para perceber que não é assim, faça o seguinte exercício: esqueça por um momento as partes do jornal que costumam ser consideradas mais "difíceis" de compreender, como os cadernos de política, economia e arte. Leia os cadernos que tratam dos problemas de sua vizinhança ou de sua região, o de esportes, o noticiário policial. Você vai se surpreender ao ver como a globalização aparece ali. No caderno de esportes, é possível que você leia sobre a venda de um jogador brasileiro para um clube estrangeiro, ou sobre o desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo (que é realizada por uma organização internacional). No noticiário policial, boa parte das matérias pode envolver crimes relacionados a drogas, que, como vimos, são distribuídas por redes globais de produção e tráfico. Você ainda acha que a globalização é um assunto que não interfere na sua vida?

+ PARA SABER MAIS • A crise na Grécia

A Grécia, como a maioria dos países europeus, utiliza o euro, a moeda da União Europeia. Por isso, muitas das decisões importantes sobre a economia do país não são tomadas pelas autoridades gregas, mas pela União Europeia. Nos últimos anos, a Grécia vive uma profunda crise, que é resultado de uma mistura de problemas internos que já existiam havia algum tempo e de decisões equivocadas da União Europeia na administração da economia do continente.

Em 2015, o novo governo grego resolveu consultar a população sobre a decisão de aceitar ou não um plano da União Europeia e de outros organismos internacionais (como o FMI) para continuar emprestando dinheiro à Grécia. O plano exigia, em troca de novos empréstimos, muitos cortes em programas sociais do governo, e provavelmente faria o desemprego (já extremamente alto) aumentar. Na foto abaixo, vemos manifestantes contrários à proposta (que votaram no *oxi*, 'não', em grego). O "não" venceu a votação.

Essa votação foi vista por muitos como uma vitória da democracia e do nacionalismo grego contra a globalização, representada pela União Europeia e pelo FMI. Entretanto, poucos dias depois o governo grego foi obrigado a aceitar o acordo, pois sem novos empréstimos os bancos do país quebrariam.

Ainda não sabemos como vai se desenvolver a crise grega, que já causou imenso sofrimento ao povo daquele país. Mas o fracasso da tentativa de resolver democraticamente uma questão que envolvia dinheiro de outros países e de organizações internacionais mostra como a relação da globalização com a democracia pode ser tensa.

Yannis Behrakis/Reuters/Latinstock

Manifestantes contrários às negociações com a União Europeia e o FMI se reúnem em frente ao Parlamento grego, em Atenas, em fevereiro de 2015.

VOCÊ APRENDEU QUE:

Luxerta/Acervo do fotógrafo

- A globalização é a intensificação de relações sociais mundiais que ligam lugares distantes, de modo que acontecimentos em um lugar são influenciados por eventos ocorridos muito longe dali, e vice-versa.
- A globalização não é apenas econômica, mas envolve também aspectos políticos, culturais, ambientais, e se relaciona com esferas tão diferentes quanto esporte, religião e criminalidade.
- A governança global é o processo em que os Estados (e, hoje em dia, também as organizações internacionais e os movimentos sociais globais) procuram criar acordos, regras e instituições para regulamentar as relações entre eles. A governança global é necessária porque não existe um governo mundial.
- Com a formação dos Estados modernos, a governança global foi organizada pelo sistema de Westfália. Esse sistema reconhece que: cada Estado é soberano em seu território; as diferenças entre os Estados serão resolvidas, frequentemente, pela força; não há um poder global maior sobre os Estados.
- Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova forma de governança global começa a se formar no sistema das Nações Unidas. Esse sistema reconhece que as relações entre os Estados são cada vez mais importantes e que há certos valores fundamentais que os Estados precisam respeitar.
- A governança global ainda funciona, principalmente, pela ação dos Estados. Porém, parte importante das negociações entre eles agora se dá dentro das organizações internacionais.
- A globalização diminui o controle dos Estados sobre a economia dentro de seu território. Como consequência, fica mais difícil (embora de modo algum impossível) para os eleitores fazerem escolhas que contrariem o interesse dos investidores internacionais.
- O trilema de Rodrik diz que, entre soberania nacional, democracia e globalização, sempre que escolhermos duas variáveis, estaremos sacrificando a terceira. Se quisermos de volta a que sacrificamos, temos de sacrificar uma das outras duas, e assim por diante.
- Os movimentos sociais globais são aqueles que atuam em mais de um país, em geral tentando oferecer soluções para problemas globais.
- A globalização apresenta desafios importantes para o Brasil. Em primeiro lugar, o país se vê pressionado a se tornar mais competitivo economicamente ao mesmo tempo que precisa combater suas imensas desigualdades. Em segundo lugar, há o esforço do país em aumentar sua importância na governança global, de modo que seus interesses sejam contemplados. E, em terceiro lugar, a solução de questões de âmbito global das quais o Brasil é palco, como a preservação da Amazônia.

ATIVIDADES

REVENDO

1. **Qual é o conceito de globalização para Anthony Giddens?**
2. **Por que, após a Segunda Guerra Mundial, houve críticas ao sistema de Westfália?**
3. **Por que há quem diga que a globalização levará à perda de importância dos Estados?**
4. **Por que, entre os movimentos sociais globais, os movimentos ambientalistas estão entre os mais influentes?**
5. **Por que podemos dizer que a globalização é um desafio especialmente difícil para o Brasil por ser um país de desenvolvimento médio?**

INTERAGINDO

1. Considere a letra desta canção do músico Manu Chao:

Clandestino

Perdido no coração
Da grande Babilônia
Me chamam de clandestino
Por não ter documentos.
A uma cidade do norte,
Fui para trabalhar.
Minha vida eu deixei
Entre Ceuta e Gibraltar.
Sou uma onda no mar,
Um fantasma na cidade.
Minha vida segue proibida,
é o que diz a autoridade.
[...]
Argelino — clandestino
Nigeriano — clandestino
Boliviano — clandestino
Mão Negra — ilegal.

MANU CHAO. *Clandestino*, 1998. Virgin Records. Texto traduzido.

- Manu Chao é um músico francês que canta em várias línguas, incluindo português. A canção "Clandestino", cuja tradução apresentamos acima, foi composta em espanhol e retrata a situação dos imigrantes ilegais ("clandestinos") na Europa, onde são conhecidos como "mãos negras". O personagem da canção deixou sua vida "entre Ceuta e Gibraltar", isto é, em algum lugar entre o norte da África e o sul da Europa, e em sua nova cidade é um fantasma, alguém cuja vida não é reconhecida pela autoridade. Veja a lista de nacionalidades no final da música e responda: O que esses países têm em comum? Você pode olhar o mapa dos países classificados pela competitividade global neste capítulo, ou mesmo o de desigualdade social, se quiser. Se, em vez de um trabalhador nigeriano, boliviano ou argelino, estivéssemos falando de uma grande empresa de um desses países, você acha que ela seria mais ou menos bem recebida nos países ricos? Por quê?

2. Na imagem abaixo, vemos uma cena surpreendente: uma reunião dos ministros do governo das Ilhas Maldivas realizada no fundo do mar. O objetivo dos ministros foi protestar contra o aquecimento global, que ameaça elevar o nível dos oceanos e inundar inúmeras ilhas, como as que compõem as Maldivas.

A9999 DB Rep. of Maldives/Dol/Ho/Corbis/Latinstock

Reunião ministerial das Ilhas Maldivas realizada em 2009, próximo à ilha de Girifushi.

Os cientistas acreditam que o aquecimento global é causado pela poluição. Levando em conta que as Maldivas são um país muito pequeno, responda:

a) Você acha que a poluição que pode levar à submersão das Ilhas Maldivas foi produzida localmente, pelos habitantes das Ilhas Maldivas?
b) O problema do aquecimento global pode ser resolvido pelo governo das Ilhas Maldivas, mesmo se ele for 100% competente e comprometido com o bem do país? Por quê?
c) Como esse caso pode ser visto como um exemplo de um problema global?

CONTRAPONTO

Considere a seguinte imagem:

- Essa imagem foi produzida pelo canadense Jeff Clark, criador do *site* Neoformix.com, enquanto uma onda de protestos ocorria no Irã em 2009, em razão de fortes suspeitas de que o governo havia fraudado as eleições no país. O punho fechado que simboliza a luta é formado pelas palavras mais comuns em mensagens de uma rede social durante as manifestações (quanto maiores as palavras, mais vezes apareceram nas mensagens). Na época, muitos cidadãos iranianos utilizaram as redes sociais para organizar protestos contra o governo e divulgar informações que os jornais e canais de TV controlados pelo governo censuravam. Muitos escreviam em inglês, para que suas denúncias percorressem o mundo. Apesar da grande mobilização, o governo iraniano à época não caiu, e lançou pesada repressão contra os manifestantes. Pouco tempo depois, no final de 2010 e começo de 2011, governos ditatoriais de vários países árabes caíram após protestos que também fizeram uso das redes sociais. Entretanto, não sabemos ainda se nesses países a democracia vai se consolidar, ou se novas ditaduras surgirão. Alguns especialistas acham que um movimento organizado pelas redes sociais pode abalar um governo e até derrubá-lo, mas não é forte o suficiente para construir um novo governo democrático. Você acha que um movimento organizado pela internet pode durar, ou só produzirá manifestações passageiras que logo se desarticularão? Os contatos virtuais são tão fortes quanto os contatos estabelecidos pessoalmente (por exemplo, em partidos, em ONGs, etc.)? Mesmo que não sejam, isso seria compensado pela possibilidade de atingir um grande número de pessoas por meio da internet? Escreva um texto explorando essas questões.

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. Civilização Brasileira

A sociedade global, de Octavio Ianni. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Analisando fatos como os problemas ambientais, as epidemias, as guerras e os processos políticos contemporâneos, o autor aborda a globalização para além das esferas política e econômica.

Reprodução/Ed. Globo

Beleza e tristeza, de Yasunari Kawabata. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2008.

Romance que trata de dois momentos da história do Japão: o anterior à Segunda Guerra Mundial, quando o país instaurou um processo de modernização industrial e militarização, e o posterior, em que foi subjugado pela política e pela cultura ocidentais.

Reprodução/Ed. Planeta

Diga que você é um deles, de Uwem Akpan. São Paulo: Planeta, 2009.

Os cinco contos desta coletânea narram, do ponto de vista infantil, as adversidades dos tempos contemporâneos que afligem países africanos, como a rede de tráfico de pessoas e a fuga de refugiados dos conflitos militares.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Estive em Lisboa e lembrei de você, de Luiz Ruffato. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Este romance relata um processo imigratório entre Minas Gerais e Portugal, indicando a miséria e dificuldade da circulação de imigrantes num mundo globalizado.

Reprodução/Ed. Boitempo

Guerra dos lugares, de Raquel Rolnik. São Paulo: Boitempo, 2015.

A urbanista conta sua experiência como relatora da ONU para a moradia adequada e mostra como questões locais e globais influenciam umas às outras no campo das políticas públicas. Ela avalia os impactos da financeirização da moradia, do desmonte das políticas habitacionais e da imposição de modelos que prejudicam quem deveria ser beneficiado.

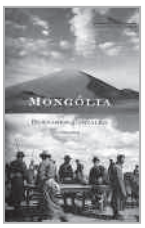
FILMES

Barry Ackroyd/Estúdios Paramount

A grande aposta (Estados Unidos, 2015). Direção: Adam McKay.

Desconfiado com o mercado imobiliário nos Estados Unidos, um investidor percebe que pessoas sem condições de arcar com um financiamento estão sendo iludidas. Prevendo um colapso no mercado ele cria um investimento apostando que o pior ocorrerá. O filme mostra de forma clara o contexto da crise de 2008.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras



Mongólia, de Bernardo Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Um diplomata brasileiro vai à Mongólia em busca de um fotógrafo brasileiro perdido. Em sua jornada, ele enfrenta o choque cultural e de costumes em um país que saía do isolamento internacional após o fim do comunismo.

Reprodução/Ed. Brasiliense

Mundialização e cultura, de Renato Ortiz. São Paulo: Brasiliense, 1994.

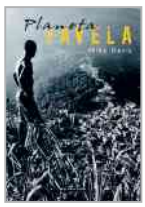
No vestuário, na alimentação, na diversão e em muitos outros aspectos, os hábitos culturais tornam-se cada vez mais similares. O que está por trás da construção dessa imagem de "cidadãos do mundo"?

Marjane Satrapi/ Ed. Companhia das Letras

Persépolis, de Marjane Satrapi. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

O livro é uma autobiografia em quadrinhos. Sua autora, nascida em 1969, no Irã, vivenciou quando criança a revolução que terminou com a instauração do regime xiita em seu país. Mesmo sendo filha de pais modernos e politizados, aos 10 anos passou a ser obrigada a usar o *hijab* (véu sobre a cabeça) em uma escola só para meninas. Por meio de sua história é possível conhecer melhor a história e a cultura da região e afastar uma série de preconceitos em relação ao Oriente Médio.

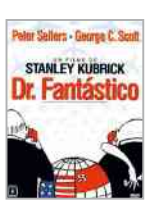
Reprodução/Ed. Boitempo



Planeta Favela, de Mike Davis. São Paulo: Boitempo, 2006.

Neste livro, o geógrafo estadunidense Mike Davis apresenta um balanço das condições precárias de moradia ao redor do mundo. Além dos diversos dados globais apresentados pelo autor, o livro debate temas ligados às questões da urbanização, desigualdade social e globalização.

Gilbert Taylor/Hawk Films/ Columbia Pictures



Dr. Fantástico (Estados Unidos/Reino Unido, 1964). Direção: Stanley Kubrick.

Este filme produzido durante a Guerra Fria é uma sátira da disputa pelo poder e da guerra entre as nações. A história se inicia quando um general estadunidense resolve bombardear a União Soviética. Suas decisões podem dar início à Terceira Guerra Mundial.

Reprodução/WB/HBO

Grande demais para quebrar (Estados Unidos, 2011). Direção: Curtis Hanson.

Filme inspirado em fatos reais que se dedica a examinar a grande crise econômica de 2008, centrando-se no então secretário da Fazenda dos Estados Unidos, Henry Paulson.

Reprodução/Imagem Filmes

Maria cheia de graça (Estados Unidos/Colômbia, 2004). Direção: Joshua Marston.

Uma adolescente grávida fica desempregada e se vê sem perspectivas de sustentar sua família. Assim, aceita se tornar uma "mula" para o tráfico de drogas, ou seja, levar cocaína até os Estados Unidos no estômago.

Nigel Willoughby/ Pathé Distribution/Polish Film Institute

Mundo livre (Polônia/Reino Unido/Espanha/Itália/Alemanha, 2007). Direção: Ken Loach.

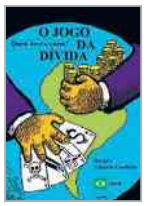
O filme conta a história de Angie, uma jovem britânica que acaba de ficar desempregada mais uma vez. Sem muitas chances de conseguir um bom emprego, pois não tem educação formal, Angie se junta a uma amiga para abrir seu próprio negócio: uma agência de recrutamento que atende fábricas e construtoras em busca de trabalhadores vindos de regiões pobres.

Reprodução/Universal

O jardineiro fiel (Reino Unido, 2005). Direção: Fernando Meirelles.

Drama que discute o poder das multinacionais (no caso, do setor farmacêutico) diante da fraqueza dos Estados nacionais africanos, incapazes de evitar experimentos antiéticos de medicamentos em sua população.

Eduardo Coutinho/CECIP



O jogo da dívida – quem deve a quem? (Brasil, 1990). Direção: Eduardo Coutinho.

Documentário sobre a dívida externa na América Latina. Além de um breve histórico da dívida, o filme procura traçar algumas alternativas de solução. O tema do filme segue atual, demonstrando que o problema é crônico desde sua origem: os três séculos de colonização.

James Whitaker/20th Century Fox

Obrigado por fumar (Estados Unidos, 2005). Direção: Jason Reitman.

O filme conta a história de um lobista da indústria de cigarros, ou seja, um tipo de porta-voz da indústria que, por meio do jogo de influências, procura interferir nas decisões públicas a favor das empresas que representa. Com humor e ironia, o filme traça um retrato da ganância e da disputa de poder no Estado e nas indústrias capitalistas.

INTERNET (Acesso em: nov. 2015.)

www.rets.org.br

A Revista Eletrônica do Terceiro Setor (Rets) reúne reportagens e artigos sobre temas como meio ambiente, educação, cultura e direitos humanos, produzidos por ONGs e outras entidades sem fins lucrativos.

Reprodução/<www.rets.org.br>

http://nacoesunidas.org

Página eletrônica da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Brasil. Traz informações sobre a entidade, notícias sobre os principais acontecimentos em sua sede e informações sobre projetos desenvolvidos no país.

Reprodução/<www.nacoesunidas.org>

CAPÍTULO 13

A SOCIEDADE DIANTE DO ESTADO

Meek/National Gallery of Australia/M.A.R.C.

Grafite do artista de rua australiano Meek (1978-) feito em 2004 na parede de uma estação ferroviária em Melbourne, Austrália. No cartaz, em inglês, lê-se: "Fique com suas moedas. Eu quero mudança". Na tradução, perde-se o trocadilho, pois *change* significa tanto 'mudança' como 'trocado' (moedas ou cédulas de menor valor).

Neste capítulo vamos discutir:

1. A luta pela cidadania
2. Os movimentos sociais
3. Problemas da ação coletiva
4. Capital social e participação cívica
5. A sociedade civil

No Capítulo 11, vimos que os detentores do poder não devem contar com obediência em toda e qualquer situação. Para sobreviver, o Estado precisa fazer acordos e concessões com os diferentes grupos da sociedade que governa. Esses grupos, por sua vez, procuram conquistar cada vez mais direitos e garantias por parte do Estado.

Nas diferentes sociedades, as lutas políticas acontecem de formas diversas. Em sociedades modernas, uma das questões mais debatidas é a definição do que é cidadania, isto é, quais são os direitos e os deveres dos cidadãos. Nessa luta por direitos, os movimentos sociais buscam o apoio dos cidadãos para suas reivindicações e o Estado tenta negociar acordos para conciliar as diferentes demandas. As tentativas do Estado nem sempre têm êxito, o que, em alguns casos, pode até levar à derrubada violenta do governo.

1. A LUTA PELA CIDADANIA

Cidadania é a condição de ser reconhecido como membro de um grupo político (por exemplo, um Estado) e de ter os direitos e deveres associados a essa condição. Na definição da filósofa alemã **Hannah Arendt (1906-1975)**, cidadania é "o direito de ter direitos". Quando disse isso, Arendt pensava nas pessoas que foram expulsas de seus países durante a Segunda Guerra Mundial e, por isso, deixaram de ser reconhecidas como cidadãs de qualquer país: quem, nessa situação, poderia garantir os direitos dessas pessoas?

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Hannah Arendt (1906-1975)**.

Pense no que significa ser cidadão de um país (por exemplo, o Brasil). Significa ser, antes de tudo, reconhecido pelos brasileiros como cidadão, tanto quanto eles, e reconhecê-los como cidadãos, tanto quanto você. Se uma pessoa rica ou poderosa acha, por exemplo, que a lei não se aplica a ela, mas apenas aos mais pobres, essa pessoa está desrespeitando os princípios da cidadania.

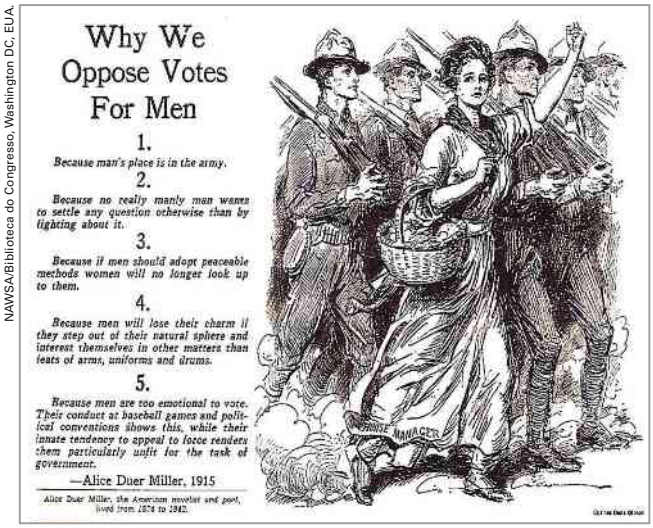
Assim, ser cidadão também envolve ter direitos e deveres. E esses direitos e deveres não são os mesmos em todos os países nem em todas as épocas. Os direitos que compõem a cidadania foram conquistados por meio de longas lutas políticas.

Joerg Boethling/Alamy/Latinstock

Campo de refugiados sírios em Şanliurfa, Turquia, em foto de 2014. Desde o começo da guerra civil na Síria, em 2011, grande parte da população deixou o país. Mesmo quando são aceitos em outros países, os refugiados nem sempre contam com os mais elementares direitos.

A análise clássica sobre a evolução da cidadania e dos direitos que a compõem foi feita pelo sociólogo inglês T. H. Marshall (ver *Perfil* neste capítulo). Marshall identificou três tipos de direitos que formaram a cidadania moderna na Inglaterra. São eles:

1. **Direitos civis**: aqueles que permitem ao cidadão exercer sua liberdade individual. Por exemplo, o direito de cada um dizer o que pensa (liberdade de expressão), o direito de acreditar na religião que quiser (ou não acreditar em nenhuma), o direito de fazer acordos e contratos com outros cidadãos e o direito à propriedade. Os direitos civis foram os primeiros a surgir na Inglaterra, se consolidando a partir do século XVIII.
2. **Direitos políticos**: são aqueles que permitem ao cidadão participar do exercício do poder político. São exemplos de direitos políticos o direito ao voto, o direito de se organizar com outros cidadãos para defender propostas (incluído aí o direito a formar partidos políticos) e o direito de ser eleito para cargos políticos. Os direitos políticos se consolidaram na Inglaterra entre o final do século XIX e o começo do século XX, primeiro com a ampliação do direito ao voto para todos os homens e depois com o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres.



NAWSA/Biblioteca do Congresso, Washington DC, EUA.

Panfleto satírico estadunidense de 1915 defende que homens não deveriam poder votar pois: "(1) o lugar de homem é no Exército; (2) nenhum homem realmente viril desejará resolver algo se não for pela força; (3) se os homens adotarem métodos pacíficos, as mulheres não vão mais se interessar por eles; (4) os homens perderão seu charme se saírem de seu lugar natural e se interessarem por coisas que não envolvam fardas, tambores e armas; e (5) os homens são emotivos demais, como se pode perceber pelo seu comportamento em eventos esportivos [...]". O objetivo do panfleto não era o direito dos homens, mas mostrar como não fazia sentido aplicar o mesmo raciocínio às mulheres (como quando se dizia que elas não deveriam participar da política porque "lugar de mulher é na cozinha").

3. **Direitos sociais**: são aqueles que garantem ao cidadão um mínimo de bem-estar econômico e uma vida digna, de acordo com o padrão do país e da época. São exemplos de direitos sociais o direito à educação, à saúde, a uma aposentadoria na velhice ou em caso de invalidez. Os direitos sociais ganharam força no século XX, quando os movimentos operários europeus conseguiram obrigar o Estado a prover a todos os cidadãos saúde e educação públicas, entre outros direitos.

Em resumo, a cidadania é uma condição que nos permite participar como iguais da discussão política e uma reivindicação de que todos participem do que Marshall chamou de "herança comum" da sociedade, da riqueza que ela produz e da discussão sobre os valores que a sustentam.

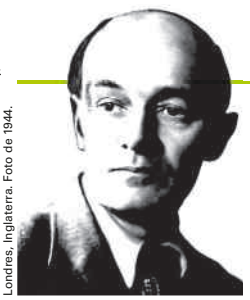
Como veremos no Capítulo 14, no Brasil a consolidação dos três direitos foi significativamente tardia em relação ao país de T. H. Marshall. Além disso, segundo alguns autores, eles teriam sido obtidos em uma ordem diferente do que aconteceu nos países europeus e nos Estados Unidos. Muitas características da sociedade brasileira atual são consequências desse processo.

Rodolfo Bernardelli/Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

***Retrato de André Pinto Rebouças*, óleo sobre tela do pintor Rodolfo Bernardelli (1852-1931). André Rebouças (1838-1898) participou do processo que culminou na abolição da escravatura em 1888, mas sempre lamentou a falta de medidas para dar aos negros brasileiros terras e outras condições para o exercício efetivo da cidadania.**

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Nossos antepassados não tinham muitos dos direitos que hoje consideramos naturais. É provável que você seja descendente de africanos escravizados, servos europeus ou indígenas expulsos de suas terras pelos colonizadores. As mulheres de sua família só ganharam direito ao voto no século XX. Também é possível que seus antepassados sejam descendentes de grupos perseguidos em razão de sua religião ou por suas opiniões políticas. É praticamente uma certeza que a grande maioria de seus antepassados nunca teve direito à aposentadoria e precisou ser sustentada pelos filhos na velhice (que em geral era curta, porque não havia serviços públicos de saúde). Talvez você não consiga nem imaginar a possibilidade de viver sem alguns desses direitos, que só foram conquistados depois de duras lutas políticas (no Brasil, vários deles ainda são frágeis). É interessante pensar: será que algum direito que não temos hoje será considerado natural por nossos netos?



Howard Coster/National Portrait Gallery, Londres, Inglaterra. Foto de 1944.

PERFIL

T. H. MARSHALL

O sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) estudou em Cambridge e a partir de 1919 passou a lecionar na London School of Economics, onde dirigiu o Departamento de Ciências Sociais de 1939 a 1944. Também trabalhou na Unesco como diretor do Departamento de Ciências Sociais de 1956 a 1960. Tornou-se conhecido principalmente por seus ensaios, entre os quais se destaca *Citizenship and Social Class* ("Cidadania e classe social"), publicado em 1950.

Marshall analisou o desenvolvimento da cidadania como um progresso dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se dotada dos três tipos de direito.

Um aspecto fundamental do trabalho de Marshall é que ele nos permite compreender as sociedades modernas como formadas a partir de duas dinâmicas conflitantes: de um lado, a economia de mercado tende a produzir crescente desigualdade; de outro, a luta pela cidadania tende a reduzir as desigualdades. É em meio a essa tensão que se desenvolve a política moderna.

ASSIM FALOU... T. H. MARSHALL

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do *status* e um aumento no número daqueles a quem é conferido o *status*.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e* status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 76.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS

É durante a luta pela cidadania que se formam os cidadãos. Os movimentos sociais foram — e são — fundamentais na tarefa de exigir do Estado o reconhecimento dos direitos que compõem a cidadania e em favorecer que os próprios cidadãos discutam entre si quais devem ser esses direitos.

Chamamos de movimento social um grupo de pessoas que atua conjuntamente para transformar algum aspecto da sociedade. Os movimentos sociais são diferentes dos partidos políticos porque não procuram, necessariamente, conquistar o controle do Estado. Em outras épocas, os movimentos sociais atuaram de modo diferente. No dizer do sociólogo estadunidense Charles Tilly, em cada época os movimentos sociais teriam um "repertório", um conjunto de práticas utilizadas para reivindicar. No mundo contemporâneo, esse repertório incluiria, entre outros recursos, campanhas na internet, protestos, passeatas e outras formas de atuação política não relacionadas à disputa pelo Estado.

Embora não tenham, necessariamente, o Estado como foco principal, os movimentos sociais exercem influência sobre ele porque muitas de suas campanhas e protestos afetam a opinião dos eleitores. Por isso, os políticos podem levá-los em conta.

Há vários tipos de movimentos sociais. Uma maneira de entender a diferença entre eles, proposta pela filósofa norte-americana **Nancy Fraser (1947-)**, seria fazer a distinção entre dois tipos de luta que eles empreendem: a luta por redistribuição e a luta por reconhecimento.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Nancy Fraser (1947-)**.

Autoria desconhecida/Acervo Iconographia

Fotografia tirada durante manifestação sindical do dia 1º de maio de 1919, na praça da Sé, em São Paulo (SP). Ao redor do mundo, o movimento operário foi importante não apenas na conquista dos direitos sociais, mas também na luta pelo direito ao voto, que em muitos países era privilégio de indivíduos acima de determinados níveis de renda.

A luta por redistribuição buscaria corrigir ou eliminar o que os membros do movimento consideram injustiças econômicas e sociais. O exemplo mais claro é a luta dos sindicatos, que buscam a redistribuição de renda por meio de salários mais altos e outros direitos sociais que diminuam a distância entre a qualidade de vida das diversas classes sociais. No Brasil, um exemplo de luta por redistribuição seria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que reivindica a redistribuição de terras.

Arestides Baptista/Agência A Tarde/Agência Estado

Em abril de 2010, cerca de 5 mil militantes do MST partiram de Feira de Santana (BA), rumo à capital baiana. A caminhada fez parte do Abril Vermelho, a jornada de lutas do MST. O papel central da agricultura em nossa história explica a importância dos movimentos pela reforma agrária. O MST ocupa terras que considera improdutivas, o que revela um conflito entre um direito social (o direito à terra) e um direito civil (o direito à propriedade dos donos das terras ocupadas).

A luta por reconhecimento, por sua vez, buscaria corrigir ou eliminar injustiças culturais, como a humilhação, o desrespeito e a negação de direitos a pessoas de determinados grupos. Um exemplo disso seria o movimento LGBTI (movimento de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais), que combate a homofobia e a transfobia e defende a livre expressão sexual.

Os movimentos por reconhecimento têm reivindicações com relação à política do Estado (por exemplo, pelo reconhecimento do casamento civil entre homossexuais e do uso do nome social por transexuais). Porém, parte importante de sua luta é cultural: é a luta para que a sociedade aceite os homossexuais e transexuais como cidadãos com os mesmos direitos que os demais.

Daniel Cymbalista/Pulsar Imagens

Décima nona edição da Parada do Orgulho LGBT, na avenida Paulista, em São Paulo (SP), em 7 de junho de 2015. Manifestações como essa reúnem diferentes entidades e pessoas que lutam por reconhecimento.

Além dos casos mais evidentes de movimentos por redistribuição e de movimentos por reconhecimento, alguns movimentos lutam nas duas frentes: são o que Nancy Fraser chamou de movimentos bivalentes.

O movimento feminista, por exemplo, luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres. Grande parte da luta feminista é por redistribuição: pelo fim da desigualdade salarial entre mulheres e homens, por exemplo, ou para que o governo invista em políticas públicas que melhorem a vida das mulheres (como a garantia de proteção contra a violência doméstica). Mas a luta feminista é também por reconhecimento: para que as mulheres não sejam julgadas pelo corpo ou pela forma com que se vestem, não sejam estereotipadas como fúteis, vaidosas ou fracas. Algumas pautas envolvem as duas coisas: exigir creches públicas de qualidade é uma luta por redistribuição e por reconhecimento (de que mulheres e homens necessitam igualmente de boas condições para trabalhar e têm as mesmas responsabilidades na criação de seus filhos).

O caso do movimento negro é semelhante. Parte importante da luta é por redistribuição: fim da diferença salarial entre negros e brancos, desenvolvimento de ações voltadas à redução da desigualdade social existente entre brancos e negros, como cotas em universidades públicas,

etc. Mas parte essencial da luta do movimento negro é contra ideias racistas e estereótipos (de que negros só são bons em esportes e música; o estereótipo da "mulata", que reduz mulheres negras à sensualidade; ou que somente brancos podem ter "aparência de líder"). O movimento negro também luta para que a história da resistência negra seja contada nas escolas e para que a herança cultural afro-brasileira seja reconhecida.

O movimento indígena talvez seja aquele em que estão mais entrelaçadas as lutas por reconhecimento e por redistribuição. Parte importante da luta indígena é pelo direito de ser reconhecido como tal (como membro de um dos diversos povos indígenas existentes no Brasil), pelo direito de ter sua cultura aceita e de não ser forçado a se adaptar aos padrões da sociedade ocidental. Mas, para que tudo isso se torne realidade, é fundamental lutar pelas terras que ocupam há muitos séculos, e longe das quais seus costumes e sua organização social dificilmente sobreviveriam. Por isso, boa parte da luta indígena no Brasil se dá contra garimpos, fazendas e projetos governamentais (como usinas hidrelétricas) que invadem terras e reservas ou as prejudicam de alguma forma (por exemplo, poluindo os rios).

Bettmann/Corbis/Latinstock

A imagem acima parece uma cena cotidiana. Entretanto, trata-se de um momento histórico muito importante. A mulher da foto é Rosa Parks, que se rebelou contra a legislação racista nos estados do sul dos Estados Unidos, segundo a qual passageiros negros deveriam ceder o lugar a um branco quando a seção reservada a estes estivesse lotada. No dia 1º de dezembro de 1955, Rosa Parks se recusou a fazer isso e foi presa. Isso desencadeou uma onda de protestos por todo o país. A foto mostra Parks em um ônibus, no dia 21 de dezembro de 1956, um dia depois da revogação da lei racista.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas pessoas têm mais facilidade de entender movimentos sociais que reivindicam conquistas materiais (salários mais altos, terra, moradia popular, etc.) do que movimentos por reconhecimento. Porém, para quem é ofendido e desrespeitado no dia a dia por causa da cor da pele, da orientação sexual, do gênero ou da religião, lutar contra esse desrespeito pode ser muito mais importante do que por coisas materiais.

3. PROBLEMAS DA AÇÃO COLETIVA

Pode parecer fácil organizar um movimento social. Por exemplo, é bastante claro que as mulheres sofrem com a desigualdade de gênero em diversas situações e têm, portanto, interesses comuns. Logo, poderíamos concluir, é natural que elas se organizem para lutar por seus direitos. O mesmo poderia ser dito sobre os trabalhadores pobres, os negros, os indígenas e tantos outros grupos discriminados.

Entretanto, a ação coletiva está longe de ser tão simples. Diversos estudos mostram que organizar pessoas em torno de um objetivo comum pode ser bastante difícil, mesmo quando o grupo a ser organizado constitui a maioria da população. O economista estadunidense **Mancur Olson (1932-1998)** estudou vários problemas de ação coletiva, relativos a tentativas das pessoas de agirem juntas para fazer coisas que são do interesse de todos.

Poderíamos pensar que se algo é do interesse de um grupo, o grupo vai se organizar para consegui-lo. Mas nem sempre é assim. Por exemplo, imagine que no seu bairro é do interesse de todos fazer um protesto exigindo a instalação de água encanada pela prefeitura. Temos, então, a seguinte situação:

a) É do seu interesse que o bairro receba água encanada.

b) Você sabe que participar do protesto tem um custo. Você talvez prefira assistir à tevê na hora do protesto ou trabalhar nesse horário e ganhar mais dinheiro. Se participar do protesto, não poderá fazer nada disso.

c) Você sabe que os demais moradores se interessam em ter água encanada.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Mancur Olson (1932-1998)**.

Assim, há um sério risco de que você pense o seguinte: "o melhor para mim é deixar que os outros façam o protesto: quando instalarem água encanada, eu também vou me beneficiar, e não vou pagar o custo de participar do protesto". Isto é, muita gente pode preferir "pegar carona" no esforço político dos outros. O problema é que, se todos pensarem assim, o protesto não acontecerá e ninguém conquistará água encanada para o bairro.

O problema do carona

No quadro ao lado, temos um resumo das quatro situações possíveis no nosso exemplo. Na situação (1), todos resolvem participar (inclusive você), o protesto é bem-sucedido e todos ganham água encanada. Na hipótese (2), você se mobiliza mas o protesto não acontece. Na situação (3), todos ganham água encanada (você inclusive), mas você não precisa ir ao protesto. Se todos pensarem assim, porém, acontecerá a situação (4), em que ninguém vai ao protesto e o bairro fica sem água encanada.

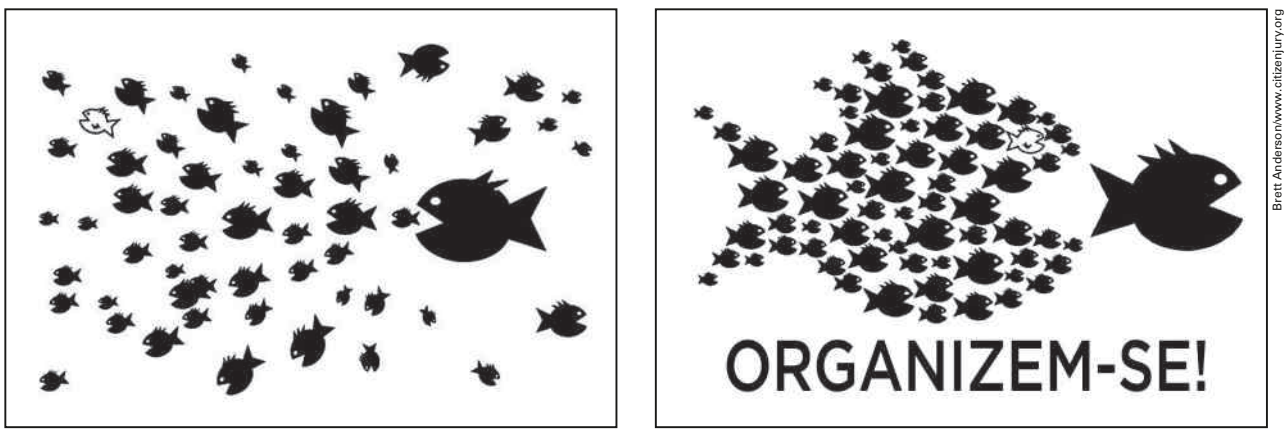
	As outras pessoas resolvem participar	As outras pessoas resolvem não participar
Você resolve participar	(1) O protesto acontece, e o bairro ganha água encanada.	(2) Você perde tempo indo até onde seria o protesto, que não acontece. O bairro não ganha água encanada.
Você resolve não participar	(3) O bairro ganha água encanada, e você não precisa perder tempo no protesto.	(4) O protesto não acontece, o bairro não ganha água encanada, mas você não perde tempo.

Elaborado pelos autores.

Os problemas da ação coletiva não são insuperáveis: se fossem, não existiria nenhum partido, movimento social, nem mesmo a sociedade, pois todos contamos com o fato de que os outros cidadãos vão concordar em certas coisas, como cumprir as leis ou respeitar os sinais de trânsito. A grande maioria dos cidadãos, aliás, faz essas duas coisas na maior parte do tempo.

Entretanto, cada grupo social precisa encontrar formas de resolver o problema do carona: os membros de uma igreja, por exemplo, podem parar de convidar para as festas comunitárias pessoas que têm dinheiro para ajudar na manutenção da igreja mas não o fazem, esperando que outros arquem com esse custo. Cada forma de resolver o problema do carona tem suas vantagens e riscos, é mais ou menos eficiente em cada situação.

Mancur Olson estudou também outro fenômeno: se é verdade que pode ser muito difícil organizar a maioria, por outro lado pode ser muito fácil organizar a minoria. Ou seja, existe a possibilidade de um governo controlado por grupos que defendem seus próprios interesses, mesmo quando esses interesses vão contra os da população como um todo.



Brett Anderson/www.citizenjury.org

As imagens acima representam muito bem um problema de ação coletiva. Se os peixes pequenos se organizarem (como acontece na imagem da direita), vencerão o peixe grande. Mas se permanecerem desorganizados, serão vencidos por ele. O problema da ação coletiva é como levar os peixes espalhados da imagem à esquerda a se organizarem no cardume representado à direita.

É bem mais fácil organizar um grupo quando o número de pessoas é pequeno e quando seus membros só recebem benefícios se participarem da ação coletiva, isto é, se for impossível utilizar a estratégia do carona. No exemplo do quadro da página ao lado, isso ocorreria se fosse possível conseguir água encanada apenas para as pessoas que participassem do protesto.

Imagine que duas empresas, A e B, têm interesse em conseguir do governo autorização para explorar um garimpo. O problema é que a exploração desse garimpo vai poluir a água consumida por 100 mil pessoas. Para as empresas, é fácil se organizar para pressionar o governo (talvez mesmo por meio de subornos) e obter autorização para o garimpo. Se a empresa A resolver pegar carona no suborno da empresa B, esta pode perfeitamente exigir que o governo dê autorização só para ela. Isto é, nenhuma das duas empresas tem incentivo para ser carona, e a ação coletiva das duas provavelmente vai acontecer.

No exemplo do garimpo, considere a situação das 100 mil pessoas que serão prejudicadas. Não é fácil organizar 100 mil pessoas. Se cada uma delas resolvesse pegar carona na ação das outras 99 999, nada seria feito para impedir a poluição da água. Ou seja, neste caso, na luta entre o interesse de duas empresas contra 100 mil pessoas, prevaleceria o interesse da minoria. Situações como essa acontecem frequentemente na vida real: minorias bem organizadas, ou que lutam por interesses particulares, muitas vezes vencem maiorias desorganizadas.

Isso tem consequências importantes para a política nos dias atuais. Muitas políticas inadequadas postas em prática pelos governos se devem à influência de grupos particulares que conseguem exigir medidas que contrariam o interesse da maioria. Quando isso acontece, dizemos que houve "captura do Estado" por esses grupos.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Que tipo de coisa ou situação deixa de acontecer na sua escola, na sua igreja ou no seu bairro porque as pessoas não se organizam? Você gostaria, por exemplo, que em sua escola fossem realizados mais eventos culturais ou esportivos? O que você gostaria de reivindicar como melhoria para sua escola ou para seu bairro? Você já tentou organizar alguma dessas coisas? Por que não? Se já tentou, sem sucesso, por que você acha que não funcionou? E se tiver dado certo, conte aos colegas como foi essa experiência.

4. CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Se é verdade que as minorias organizadas podem dominar as maiorias, de que adiantaria buscar se organizar coletivamente? Não seria melhor que cada cidadão cuidasse apenas de seus próprios problemas? Em alguns casos, é claro que não: conquistas como as dos movimentos negro e feminista são inegáveis. Mas, então, não seria o caso de valorizar apenas esses movimentos que defendem grandes causas e, fora isso, cada um cuidar da sua vida?

Tudo indica que não. Se isso fosse verdade, os países onde há menos movimentos sociais, onde a população participa menos da vida social, onde cada um cuida apenas dos seus próprios problemas, seriam os mais prósperos e bem organizados. Mas as pesquisas indicam exatamente o contrário.

Segundo o cientista político estadunidense **Robert Putnam (1941-)**, regiões com altos níveis de participação social teriam mais prosperidade econômica, maior respeito à lei e menos corrupção. A participação cívica descrita por Putnam não inclui apenas participar de movimentos sociais: inclui também frequentar igrejas, clubes de futebol, grupos de coral, associações de bairro, associações de pais de alunos e qualquer atividade que leve a pessoa a se organizar em conjunto com outros cidadãos.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Robert Putnam (1941-)**.

LÉXICO

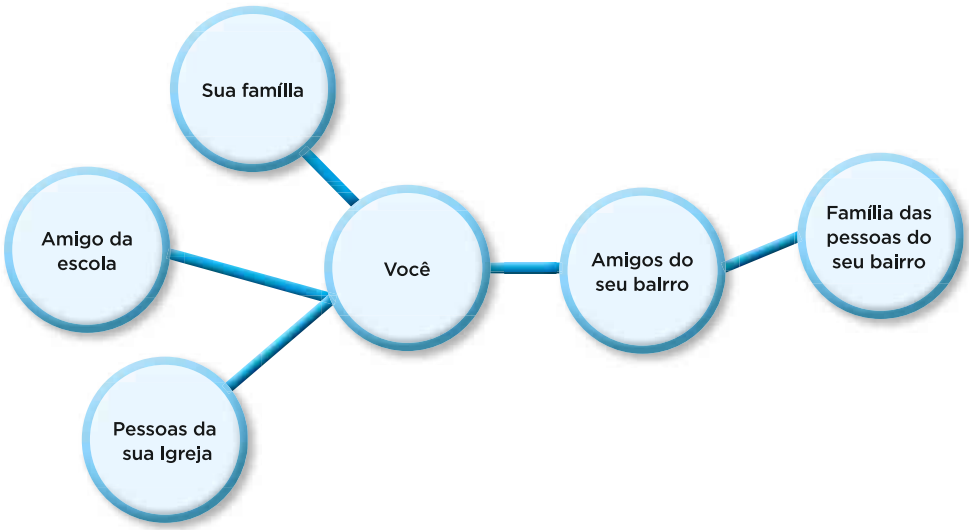
cívico: relativo ao cidadão como integrante de um Estado.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

No Capítulo 11, sugerimos que você se perguntasse a quem obedece, quem manda em você. Agora é hora de fazer outras perguntas: com quem você se reúne? De que atividades sociais você participa na sua comunidade: cultos religiosos, festas, uma turma que pratica algum esporte? Há uma associação de moradores no lugar onde você mora? Uma escola de samba ou um bloco de Carnaval? Grupos de oração, de dança, de capoeira? Sua escola tem grêmio estudantil ou outro tipo de associação de alunos? Pense também nos grupos de que seus pais participam. Muitas das suas relações sociais mais importantes podem se formar nesses encontros da comunidade.

Por que ocorreriam as situações descritas por Putnam? Embora não se tenha chegado a uma conclusão, há sinais de que a participação cívica é parte importante do que sociólogos, cientistas políticos e economistas chamam de **capital social**. Capital social é o conjunto de regras, redes de contatos pessoais (amigos, família, grupos de convivência) e relações de confiança que ajuda os cidadãos a superarem os problemas de ação coletiva. Veja o esquema a seguir.

No esquema ao lado, um exemplo de uma rede de relacionamentos ou rede social. Você talvez conheça o termo "rede social" relacionado à internet. As redes sociais têm uma estrutura como a da figura: você tem seus amigos, seus amigos têm os amigos deles, etc. As redes de relacionamentos da internet costumam sugerir que você fique amigo dos amigos dos seus amigos, por exemplo, copiando o que acontece na vida cotidiana. Os cientistas sociais cada vez mais estudam as redes sociais (da vida real e da internet) para descobrir de que modo elas afetam a vida das pessoas.



Elaborado pelos autores.

De que modo a confiança, por exemplo, favoreceria a ação em grupo? Lembre-se do problema do carona: se cada um achar que o outro é um carona, nunca nos organizaremos para fazer nada. Mas se tivermos confiança uns nos outros, é bem mais provável que nos organizemos para lutar por nossos direitos, para que nossos filhos tenham boas escolas ou para que nosso bairro receba mais atenção das autoridades. Por outro lado, a confiança seria reforçada pela participação em atividades sociais. Vejamos um exemplo.

Imagine dois comerciantes que nunca se viram na vida e nunca mais se verão depois de fechar um negócio. Imagine que um deles não conhece ninguém que o outro conhece. Se um deles quiser ser desonesto (por exemplo, entregando mercadoria de baixa qualidade), ao outro só restará entrar na justiça contra ele, e processos judiciais levam tempo, custam dinheiro.

Por outro lado, se os dois comerciantes frequentarem a mesma igreja, o mesmo terreiro, a mesma associação de moradores, o mesmo grupo que joga futebol todo sábado ou o mesmo sindicato, o preço da desonestidade passa a ser maior. O desonesto pode ter que enfrentar a reprovação das outras pessoas nesses grupos. Sua fama de desonesto pode fazer com que muitas delas desistam de fechar negócio com ele. Ou seja, a participação na vida social diminui o incentivo para determinadas práticas.

No entanto, o capital social tem dois lados: é bom que os alunos de uma turma sejam amigos próximos, mas é ruim que alguém, por algum motivo, seja excluído da turma. Políticos e empresários que frequentam os mesmos clubes, as mesmas festas, as mesmas associações comerciais, podem ter mais facilidade de fechar negócios ilegais entre si. Criminosos bem relacionados nos bairros onde moram podem ter mais chance de fugir da polícia.

Divulgação/GRES Mangueira, Rio de Janeiro, RJ.

Em foto de 2014, Projeto Vila Olímpica da Mangueira, no Rio de Janeiro (RJ), que prepara pessoas de baixa renda a serem atletas. Além de organizar desfiles de Carnaval, as escolas de samba desempenham funções importantes nas comunidades. São pontos de encontro onde acontecem reuniões como ensaios, feijoadas, atividades esportivas e educacionais. Assim, são importantes centros de produção de capital social.

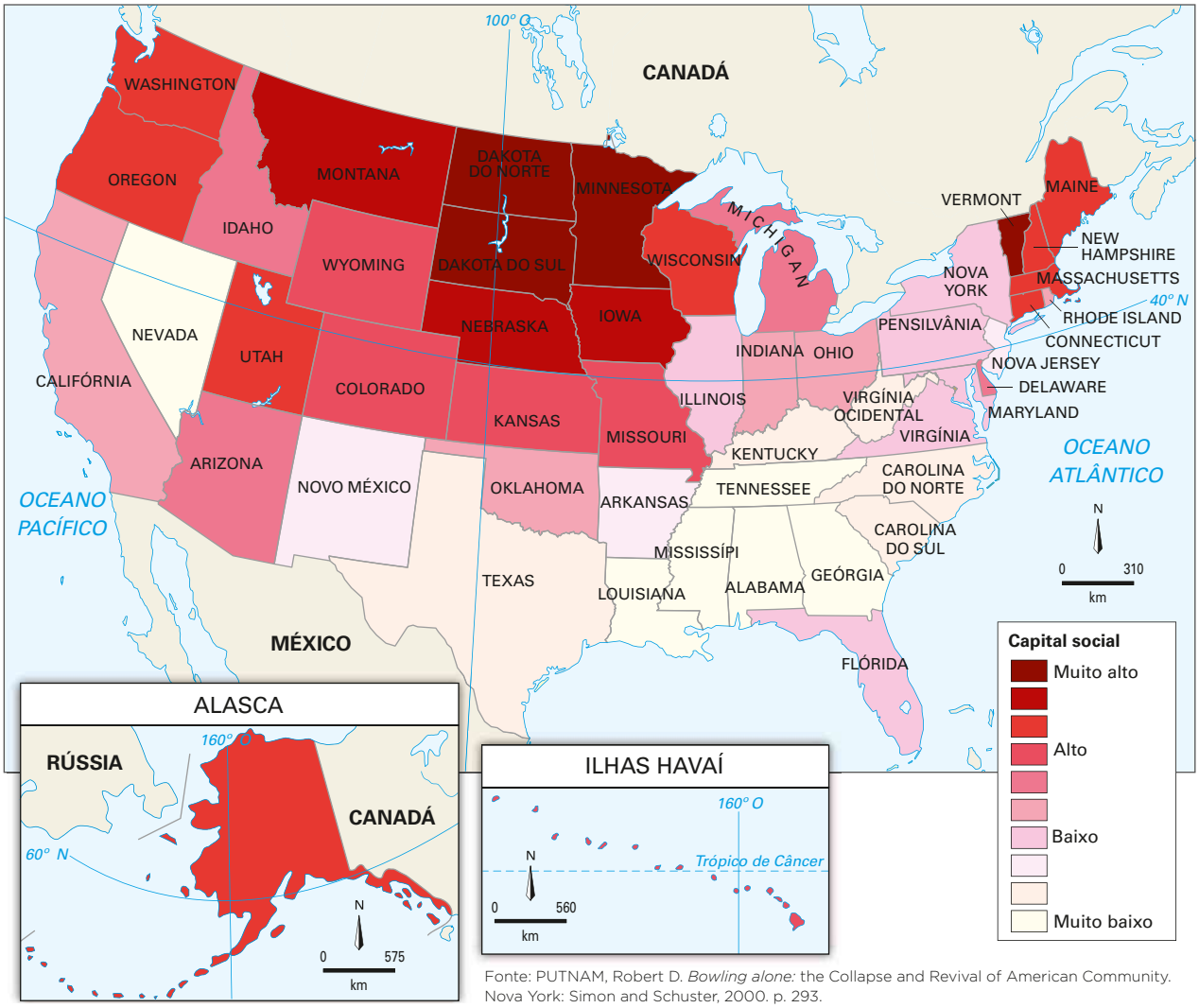
Art of Focus/Alamy/Other Images

Na foto, manifestação do partido extremista grego Aurora Dourada, em Tessalônica, em julho de 2012. O grupo prega o ódio aos imigrantes e às minorias, e tem inspiração neonazista. Movimentos racistas também se beneficiam das redes sociais para se organizar e são exemplos de movimentos sociais orientados não para conquistar, mas para subtrair os direitos de certos grupos de cidadãos.

Em suas pesquisas, Robert Putnam comparou o capital social de diferentes estados dos Estados Unidos com a criminalidade e a sonegação de impostos em cada um deles. Segundo os resultados, aqueles estados em que as pessoas participam mais de atividades cívicas teriam menores taxas de criminalidade e de sonegação de impostos. É difícil saber se o capital social seria responsável por esses bons resultados ou se apenas contribuiria para preservá-los: os cientistas políticos ainda não chegaram a um consenso sobre isso. Mas é possível pelo menos supor que a participação cidadã pode ter consequências importantes para o desenvolvimento dos países.

Se essa suposição for válida, a situação atual é preocupante, pois os estudos de Putnam mostram que tanto nos Estados Unidos como em outros países as pessoas cada vez menos participam de movimentos sociais, se reúnem com amigos para praticar esportes, frequentam igrejas, etc. Por outro lado, Putnam ressalta que nos Estados Unidos aumentou muito a proporção de pessoas que escolhem a carreira de advogado (mesmo em comparação com outras carreiras lucrativas). Para Putnam, esse dado sugere que mais pessoas estariam preferindo resolver problemas na justiça do que por meio de relações de confiança.

Capital social nos estados dos Estados Unidos (2000)



Banco de imagens/Arquivo da editora

Fonte: PUTNAM, Robert D. *Bowling alone:* the Collapse and Revival of American Community. Nova York: Simon and Schuster, 2000. p. 293.

5. A SOCIEDADE CIVIL

Neste capítulo discutimos vários aspectos da política moderna que não se confundem com o Estado, com o governo, com o monopólio da violência legítima. Não falamos de partidos, que buscam conquistar o poder de Estado, ou das relações entre Estados, que caracterizam a diplomacia internacional.

Nosso foco foi outro: **a sociedade civil**. A sociedade civil compreende o conjunto de associações, movimentos, universidades, entidades de classe, instituições religiosas e científicas que não fazem parte do Estado no sentido weberiano (o Estado como coerção, como violência), mas que influenciam decisivamente a vida política.

Diversos autores, de diferentes tradições políticas e teóricas, perceberam a importância da sociedade civil (embora nem sempre usassem essa expressão). Por exemplo, no século XIX, **Alexis de Tocqueville (1805-1859)** notou a grande importância que as associações de cidadãos tinham no funcionamento da sociedade. O trabalho de Tocqueville é uma das inspirações da reflexão de Robert Putnam sobre capital social, que estudamos no item anterior.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Alexis de Tocqueville (1805-1859)**.

O conceito ganhou nova importância no século XX, quando foi reformulado por Antonio Gramsci, que você conheceu no Capítulo 7. Gramsci foi o maior teórico marxista da política. Sua preocupação principal era entender como o poder na sociedade moderna não estaria concentrado apenas no Estado como Weber o entendia, isto é, como monopólio da violência legítima.

Gramsci foi um dos autores que melhor percebeu que os acontecimentos da sociedade civil podem ser tão ou mais decisivos quanto o que acontece nas eleições, no Congresso Nacional, na Presidência da República, no Exército, na administração pública, enfim, no que normalmente consideramos o Estado.

Afinal, a política não é apenas luta para saber quem serão os governantes. É também luta para definir em que direção irá a sociedade. Cada grupo dentro da sociedade tem uma posição sobre isso: que leis devem ser alteradas, que grupos devem ser favorecidos, que ideias devem prevalecer, etc. Em outras palavras: cada grupo tem uma ideia de como a sociedade deve ser, e é por isso que busca conquistar o poder político.

Nesse quadro, o Estado, no sentido weberiano de monopólio da violência legítima, seria apenas um dos pontos em disputa na luta política. É perfeitamente possível, na sociedade moderna, que um grupo conquiste o Estado mas tenha, de fato, muito pouco poder. Por exemplo, se quem ganhou as eleições não for capaz de fazer alianças com classes sociais, partidos e movimentos sociais poderosos, poderá encontrar dificuldades para governar.

Note que, da mesma forma que um grupo pode conquistar o Estado sem por isso se tornar muito poderoso, outros grupos podem ser muito poderosos sem nunca conquistar, por exemplo, a Presidência da República. Basta que sejam capazes de influenciar o debate de ideias ou liderar classes sociais e outros grupos importantes. Se conseguirem fazê-lo, acabarão forçando o governante a levar seu ponto de vista em conta.

Além disso, para Gramsci, as disputas entre valores e os debates de ideias seriam fundamentais para determinar quem vai liderar o projeto que será seguido em uma sociedade — isto é, para determinar quem terá hegemonia.

Arquivo OESP/Agência Estado

Na imagem acima, um ato religioso realizado em São Paulo em 1975, após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog pela ditadura militar brasileira (ver Capítulo 14). Esse protesto reuniu líderes de várias religiões, bem como membros de entidades da sociedade civil. Com atos como esse, a sociedade civil brasileira minou a legitimidade do regime ditatorial e contribuiu para a volta da democracia.

RIA Novosti/TopFoto/Keystone Brasil

Na Revolução Russa de 1917, um partido político relativamente pequeno, o bolchevique, conquistou o comando do Estado. O regime czarista, derrubado pela revolução, reprimia intensamente a sociedade civil, impedindo que ela se desenvolvesse. Dessa forma, os bolcheviques encontraram pouca resistência para implementar seu programa socialista. Se a sociedade civil fosse mais desenvolvida na Rússia, o processo de transformação teria sido muito mais complexo, tanto na luta pelo Estado quanto na luta de ideias. Na foto, o líder bolchevique Lenin discursa em Moscou, em 1920.

Por esse motivo, as instituições em que os valores são discutidos e as ideias debatidas são muito importantes para o estudo da política moderna. As universidades, as igrejas, os meios de comunicação, a arte, não são feitos apenas para fazer política. Mas as ideias que produzem podem ter profundos efeitos políticos, pois influenciam os valores e as preferências das pessoas. Desta forma, influenciam o que os governados exigirão dos governantes.

O mérito de Gramsci foi enfatizar como o que acontece na sociedade civil é decisivo para a vida social e para o que acontece no Estado, no sentido weberiano do termo.

O conceito de sociedade civil foi retomado por autores influenciados pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, que você também conheceu na Unidade 2. **Andrew Arato (1944-)** e **Jean Cohen (1946-)**, entre outros, enfatizaram que a sociedade civil seria um lugar onde os cidadãos podem discutir seus problemas comuns com alguma liberdade diante do dinheiro e do poder.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Andrew Arato (1944-)** e **Jean Cohen (1946-)**.

Essa liberdade nunca seria total: os ricos e os poderosos sempre conseguiriam encontrar maneiras de influenciar a discussão a seu favor. Mas quanto melhor funcionar a democracia, quanto mais os cidadãos permanecerem atentos e participativos, mais haverá espaço para uma discussão verdadeiramente pública.

O que estudamos neste capítulo e o que estudamos no Capítulo 11 são assuntos complementares. Para compreender a política moderna é fundamental entender tanto o Estado, os partidos, o Congresso Nacional, etc. quanto a sociedade civil, pois essas coisas estão sempre muito interligadas.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas vezes reclamamos que os políticos têm uma ideia inteiramente errada do que deve ser feito. Quando propostas em que acreditamos são derrotadas em eleições, reclamamos também de nossos concidadãos, que não "enxergam" o lado bom delas. Mas, sempre é bom perguntar, não terá faltado da nossa parte uma maior participação na discussão pública? Mesmo se um político que concorda conosco ganhasse a eleição, ele teria muita dificuldade em implementar um programa que não contasse com nenhum apoio popular.

+ PARA SABER MAIS • Os protestos de junho de 2013

Felipe Dana/Associated Press/Glow Images

Manifestantes reunidos na região central do Rio de Janeiro (RJ), em junho de 2013.

No ano de 2013, o Brasil foi sacudido por imensos protestos de rua, que tomaram as principais cidades do país.

O movimento começou como uma mobilização contra um aumento do valor das tarifas de ônibus, liderada por grupos como o Movimento Passe Livre (MPL). Mas logo atraiu diversos grupos da sociedade, cada um com suas insatisfações. Além das avenidas e praças de diversas capitais brasileiras, os manifestantes chegaram a ocupar a cobertura do prédio do Congresso Nacional.

Um dos fatores que levaram ao crescimento do movimento foi justamente a repressão policial. Imagens de agressões contra manifestantes (e também contra jornalistas que cobriam o evento) chocaram a opinião pública e levaram centenas de milhares de brasileiros às ruas para protestar.

Além de conseguir que as passagens não aumentassem em diversas cidades, os manifestantes levaram o Congresso Nacional a aprovar medidas contra a corrupção. A própria presidente da República foi à TV anunciar medidas para atender às reivindicações.

Após o anúncio de que a tarifa dos ônibus não aumentaria, as manifestações se reduziram. Ao mesmo tempo, a violência que marcou confrontos entre a polícia e alguns manifestantes que recorriam à destruição do patrimônio como forma de protesto (os *black blocs*) acabou afastando outros manifestantes.

Alguns autores criticam as manifestações de 2013 por não terem dado origem a um movimento ou partido organizado que desse continuidade às suas reivindicações. Por outro lado, muitos manifestantes defendiam que o movimento não tivesse líderes e fosse 100% espontâneo.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ Cidadania é a condição de ser reconhecido como membro de um ente político (por exemplo, um país) e ter os direitos e deveres que essa condição garante.
- ✔ Segundo T. H. Marshall, a construção da cidadania na Inglaterra passou por três fases: no século XVIII, foram conquistados os direitos civis (ligados ao exercício da liberdade individual); a partir do século XIX, os direitos políticos (ligados à possibilidade de participar das decisões políticas); e no século XX, os direitos sociais (ligados ao provimento de um padrão mínimo de bem-estar material).
- ✔ Chamamos de movimento social um grupo de pessoas que atua conjuntamente para transformar algum aspecto da sociedade.
- ✔ Os movimentos sociais podem lutar por redistribuição (a correção de injustiças econômicas), por reconhecimento (a correção de injustiças simbólicas), ou pelas duas coisas.
- ✔ Os problemas de ação coletiva se relacionam às dificuldades das pessoas de agirem juntas para fazer coisas que seriam do interesse de todos. Um exemplo é o problema do carona, situação que acontece quando as pessoas preferem não participar de uma ação social, achando que os outros vão participar (isto é, preferem "pegar carona" no esforço das outras). Se todo mundo pensar assim, ninguém participa.
- ✔ Capital social é o conjunto de regras, redes de contatos pessoais (amigos, família, grupos de convivência) e relações de confiança que ajuda os cidadãos a superarem os problemas de ação coletiva.
- ✔ O capital social pode ter efeitos positivos ou negativos. Por exemplo, um grupo de alunos pode usar sua amizade tanto para facilitar a organização de uma festa como para isolar um aluno da convivência dos demais.
- ✔ Há evidências de que países e regiões com maior capital social apresentam melhores indicadores em alguns aspectos, como menor criminalidade e menor sonegação de impostos.
- ✔ A sociedade civil compreende o conjunto de associações, movimentos, universidades, entidades de classe, instituições religiosas e científicas que não fazem parte do Estado no sentido weberiano (o Estado como coerção ou violência legítima), mas que influenciam decisivamente a vida política.
- ✔ Para Gramsci, nas sociedades modernas, as lutas e os debates na sociedade civil podem ser tão decisivos quanto o que acontece no Estado como normalmente o entendemos.
- ✔ Para Cohen e Arato, a sociedade civil é um espaço de discussão entre os cidadãos que não é inteiramente controlado nem pelo dinheiro nem pelo poder.

ATIVIDADES

REVENDO

1. **Quais são os três tipos de direito descritos por T. H. Marshall? Dê exemplos.**
2. **Qual é a diferença entre luta por redistribuição e luta por reconhecimento? Dê exemplos.**
3. **Descreva o problema do carona.**
4. **O que é o capital social?**
5. **Defina o que é sociedade civil.**

INTERAGINDO

Considere a seguinte letra de música.

O preto em movimento

Não sou o movimento negro
Sou o preto em movimento
Todos os lamentos (Me fazem refletir)
Sobre a nossa história
Marcada com glórias
Sentimento que eu levo no peito
É de vitória
Seduzido pela paixão combativa
Busquei alternativa (E não posso mais fugir)
Da militância sou refém
Quem conhece vem
Sabe que não tem vitória sem suor
Se liga só, tem que ser duas vezes melhor
Ou vai ficar acuado sem voz

[...]

Capacidade pra bater de frente
E modificar o que foi pré-destinado pra gente
Dignificar o que foi conquistado
Mudar de estado, sair de baixo
Sem esculacho é o que eu acho
Não me encaixo nos padrões
Que visam meus irmãos como vilões
Na condição de culpados
Ovelha branca da nação
Que renegou a pretidão (Na verdade é que você...)
Tem o poder de mudar "RAPÁ"
Então passe para o lado de cá, vem cá
Outra corrente que nos une
A covardia que nos pune
A derrota se esconde no irmão
Que não se assume
Chora quando é pra sorrir
Ri na hora de chorar
Levanta quando é pra dormir
Dorme na hora de acordar

[...]

Tem que ser sangue bom com atitude
Saber que a caminhada é diferente pra quem vem da negritude
Que um dia isso mude
Por enquanto vou rezar pro santo
E que nós nos ajude

MV BILL. *Falcão, o bagulho é doido*, 2006. Universal Music.

Reprodução/cufa.org.br

A CUFA (Central Única de Favelas), organização que tem o *rapper* MV Bill como um de seus fundadores, promove cursos e oficinas nas áreas de educação, esporte, cultura e cidadania. Na imagem, a página inicial da CUFA na internet.

- MV Bill é um *rapper* morador da Cidade de Deus, comunidade localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ). Na letra que você leu, MV Bill levanta alguns temas relacionados ao que estudamos neste capítulo: a luta por reconhecimento, a necessidade de se organizar, as dificuldades de organizar a ação coletiva. Em que trechos você identifica esses temas? O que o *rapper* quer dizer com "E que nós nos ajude"?

CONTRAPONTO

1. Considere o cartum abaixo.

Arnaldo Branco/Acervo do artista

- Neste cartum de Arnaldo Branco, publicado em 2011, o personagem à esquerda carrega um cartaz em que expressa seu orgulho em ser heterossexual, em resposta à Parada do Orgulho LGBTI. Com base no que vimos sobre lutas por reconhecimento, responda:

  a) Você considera legítima esta manifestação? Justifique sua resposta.

  b) Qual é o significado da pergunta feita pelo personagem de blusa verde?

  c) Qual é a importância das manifestações de orgulho LGBTI?

2. O sociólogo alemão Wolfgang Streeck (1946-) se preocupa com a maneira como as pessoas discutem a política como se estivessem falando de produtos que compramos no mercado. Em um texto publicado em abril de 2013 na revista ***Piauí***, expôs o seguinte raciocínio:

   [...] *a condição de cidadão é, por sua própria essência, menos confortável que a condição de consumidor. Se for medida pelos mesmos critérios de personalização e diversidade, vai perder a disputa.* [...]

   Na verdade, o papel de cidadão exige uma disposição disciplinada de aceitar decisões às quais inicialmente nos opusemos, ou que são contrárias aos nossos próprios interesses. Assim, os resultados raramente são ideais do ponto de vista do indivíduo, de modo que a falta de encaixe perfeito com as preferências individuais deve ser compensada pela satisfação cívica com o fato de que os resultados foram alcançados por meio de um processo democrático legítimo.

   [...] *Além disso, ao contrário do consumo, a cidadania exige que cada um apoie a comunidade como um todo, em especial pagando impostos, que podem ser*

usados por um governo legalmente constituído em coisas que não foram predefinidas. Isso contrasta com a compra de bens ou serviços específicos, pelos quais a pessoa paga, um de cada vez, preços de mercado.

[...] *Isso implica que, na medida em que os mercados modernos de bens de consumo se tornam um modelo geral para a satisfação das necessidades sociais, e os cidadãos começam a esperar das autoridades públicas o mesmo tipo de resposta individualizada que se acostumaram a receber das empresas privadas, eles vão se decepcionar, até mesmo e exatamente quando os líderes políticos tentam se fazer simpáticos* [...].

STREECK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado. *Piauí*. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-cidadao-como-consumidor>. Acesso em: 15 fev. 2016.

- **Com base na reflexão de Streeck, responda: é correto pensar em nossas escolhas políticas da mesma maneira como pensamos nos produtos que desejamos comprar? Por quê?**

SUGESTÕES DE LEITURA

Máquina Estúdio/ Ed. Companhia das Letras

A revolução dos bichos, de George Orwell. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Escrita durante a Segunda Guerra Mundial e publicada em 1945, quando os ideais que motivaram a Revolução Russa já se viam apagados pelo totalitarismo de Stalin, essa pequena narrativa tece uma ferrenha sátira à ditadura do líder soviético. O brilhantismo da obra possibilita ir além de seu alvo original, levando a uma reflexão sobre diversos temas das Ciências Sociais.

Reprodução/Ed. L&PM

10 dias que abalaram o mundo, de John Reed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

Escrito por um dos maiores jornalistas do século XX, o estadunidense John Reed (1887-1920), o livro foi o principal material responsável pela divulgação da Revolução Russa de 1917 em sua época. O autor cobriu e descreveu minuciosamente alguns dos principais momentos da revolução, vivenciados ao lado de suas principais lideranças.

Reprodução/Ed. Pallas

Histórias do movimento negro no Brasil, organizado por Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

O volume reúne depoimentos colhidos entre 2003 e 2007 com lideranças do movimento negro que atuaram em diferentes partes do Brasil a partir da década de 1970. Esse período é emblemático no movimento negro porque, enquanto se enfrentavam as dificuldades da ditadura militar no Brasil, aconteciam mobilizações como os movimentos de libertação das colônias portuguesas na África e de luta pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Reprodução/Ed. Companhia de Bolso

O que é isso, companheiro?, de Fernando Gabeira. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

Relato da experiência do autor como guerrilheiro urbano durante a ditadura militar brasileira. O livro mostra como uma tentativa de revolução socialista nasceu, entre outros motivos, da diminuição das possibilidades de atuação política pacífica no período. Ao mesmo tempo, trata do fracasso do movimento em conquistar apoio popular e da violenta repressão que enfrentou. Com a redemocratização, Gabeira se tornou militante ecológico, tendo sido eleito deputado várias vezes.

FILMES

Nathalie Durand/Gaumont

A culpa é do Fidel (França, 2006). Direção: Julie Gavras.

Tendo como pano de fundo o cenário político chileno às vésperas das eleições que levaram Salvador Allende à Presidência, o filme mostra, pelo olhar de uma criança, uma série de questões sociais, políticas e ideológicas do século XX. Acostumada com os privilégios próprios da vida de uma família de classe média alta, a personagem Anna terá de se adaptar a mudanças após seus pais optarem por se dedicar às questões políticas em que acreditam.

Kim Bartley/Rod Stonemann

A revolução não será televisionada (Irlanda, 2003). Direção: Kim Bartley e Donnacha O'Briain.

Em 2002, ao filmar um documentário sobre o então presidente eleito da Venezuela, uma equipe de TV irlandesa percebeu uma série de fatos que eventualmente desencadearam um golpe de Estado. Os documentaristas rapidamente direcionaram seu foco para os acontecimentos, resultando em uma obra sobre disputas de poder no Estado e a importância da mídia.

Eduard Grau/Universal Pictures

As sufragistas (Reino Unido, 2015). Direção: Sarah Gavron.

O filme conta a história do princípio do movimento feminista que ficou conhecido como *as sufragistas*, na Inglaterra, organizado no início do século XX. Formado em grande parte por mulheres da classe trabalhadora, esse movimento teve como objetivo principal a luta pelo direito universal ao voto.

Billy Williams/Columbia Pictures

Gandhi (Reino Unido, 1982). Direção: Richard Attenborough.

O filme conta a história de Mohandas Gandhi, líder político de um grande movimento pacífico que acabou por conseguir a independência da Índia, até então parte do Império Britânico.

Jorge Furtado/Casa de Cinema de Porto Alegre

Saneamento básico, o filme (Brasil, 2007). Direção: Jorge Furtado.

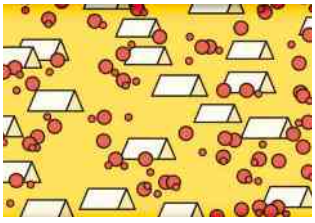
Uma comunidade encontra dificuldades para conseguir que se construa uma fossa para resolver os problemas de saneamento básico e poluição de um córrego na região. Ao descobrir que a prefeitura possui verba disponível apenas para realizar um filme, um grupo de moradores inventa um projeto e um roteiro que viabilizaria resolver o problema.

INTERNET (Acesso em: dez. 2015.)

Reprodução/<www.abong.org.br/>

www.abong.org.br

Site da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong), associação que reúne um grande número de ONGs brasileiras.


Reprodução/<https://youtu.be/RvOnXh3NN3w>

In a nutshell

É possível encontrar na internet, por meio de *sites* de vídeos, diversas animações deste grupo alemão sobre temas da atualidade. Em uma delas, o grupo apresenta um vídeo sobre a crise migratória europeia e síria. Note que é preciso ativar a legenda em português.

CAPÍTULO 14

A POLÍTICA NO BRASIL

Silvio Tanaka/Acervo do fotógrafo

Grafite dos irmãos Otávio e Gustavo Pandolfo, conhecidos como OSGEMEOS, na cidade de São Paulo (SP), em foto de 2006.

Neste capítulo vamos discutir:

1. Estado e cidadania no Brasil
2. A origem da moderna democracia brasileira
3. Os partidos políticos
4. Uma democracia "normal"?
5. O problema da corrupção

No Brasil, a Ciência Política nasceu um pouco depois da Antropologia e da Sociologia. Só na década de 1960 a Ciência Política começou a se consolidar no país, embora antes disso já houvesse centros de pesquisa importantes.

Muito antes dessa época, entretanto, vários pensadores produziram ideias consistentes a respeito do papel do Estado, de como ele deveria ser organizado e das possibilidades da democracia no país. Os estudos de Ciência Política fazem parte dessa tradição do pensamento político nacional.

Desde o retorno da democracia, em 1985, foram produzidos cada vez mais estudos importantes sobre os partidos e o sistema político no Brasil, além de pesquisas sobre questões graves e complexas, como a corrupção.

Neste capítulo vamos conhecer um pouco desses trabalhos, que ajudam a compreender melhor a história do país e a organizar as ideias sobre o que pode ser feito atualmente.

1. ESTADO E CIDADANIA NO BRASIL

Durante o período colonial, a organização política instituída no Brasil fazia parte do Império Português. Prevalecia uma fragmentação do poder político: os grandes proprietários rurais aplicavam a lei em suas regiões conforme seus interesses. Em certas regiões, como Minas Gerais na época do auge da mineração de ouro e diamantes, nos séculos XVII e XVIII, o controle da Coroa portuguesa foi mais direto. Mas, como notou o historiador e cientista político **José Murilo de Carvalho (1939-)**, não havia um poder público no Brasil, isto é, um Estado que garantisse a mesma lei para todos. Alguns indivíduos estavam abaixo da lei (como os escravizados), outros acima dela (como os grandes proprietários).

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **José Murilo de Carvalho (1939-)** e **Simon Schwartzman (1939-)**.

O período colonial deixou diversas heranças que prejudicaram a construção da cidadania após a Independência, entre as quais se destacam:

- a escravidão, em razão da qual grande parte da população brasileira não dispunha nem mesmo dos mais elementares direitos civis (sem falar dos políticos e sociais);
- o poder absoluto dos grandes proprietários dentro de suas fazendas, onde a lei não entrava: eles mesmos administravam a justiça, de acordo com seus interesses pessoais;
- um Estado (herdado dos portugueses) marcado por grande confusão entre o público e o privado.

Em Estados desse tipo, que Max Weber chamou de **patrimonialistas**, a atividade política é marcada pela associação de interesses privados com o governo, como notou o sociólogo **Simon Schwartzman (1939-)**. Em vez de exigir **direitos** para todos, os grupos, classes ou indivíduos apoiam o governo em troca de **favores pessoais**. Por exemplo, em lugar de se organizarem para exigir maior liberdade econômica para todos, os comerciantes tentam receber ajuda do governo para si (empréstimos, perdão a dívidas, contratos lucrativos com o setor estatal, etc.), e em troca apoiam o governo.

Em um Estado moderno, em que predomine a democracia, os grupos, classes e indivíduos lutam por **leis** que valem para todos em qualquer situação. Em um Estado patrimonialista, em vez de lutar por direitos, os grupos, classes e indivíduos pedem favores de acordo com a circunstância. Segundo o sociólogo, jurista, historiador e cientista político Raymundo Faoro (ver *Perfil* na próxima página), o Estado patrimonialista é marcante na história do Brasil, fruto de relações estabelecidas ainda no período de colonização portuguesa.

Reprodução/Arquivo da editora

Frontispício de edição de 1744 da obra *A arte de furtar*, de autoria atribuída por alguns ao padre Antonio Vieira (1608-1697) e por outros ao padre Manuel da Costa (1601-1667), ambos jesuítas portugueses que viveram no Brasil colonial. O livro trata, com muito humor, das práticas corruptas da administração colonial.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Como você vê o governo? Se uma ação do governo reverte em seu benefício, você enxerga isso como um favor pessoal ou como um direito? E se você estivesse no governo, como se comportaria? Daria empregos para seus amigos e familiares? Você acha que esses empregos seriam "seus" para distribuir ou bens públicos pertencentes a todos os brasileiros? Essa visão de que os bens do governo são propriedade dos ocupantes de cargos públicos é muito comum entre os brasileiros e está intimamente relacionada aos casos de corrupção no país.

Oswaldo Jumo/Agência Estado. Foto de 1988.

PERFIL

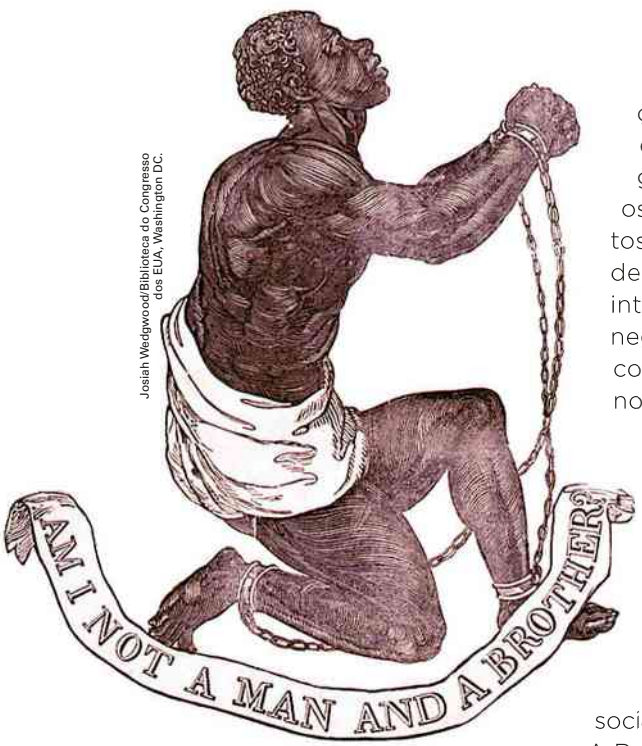
RAYMUNDO FAORO

O gaúcho Raymundo Faoro nasceu em Vacaria em 1925. Em sua obra *Os donos do poder* (1958), produziu um dos exemplos mais bem-sucedidos de aplicação das teorias de Max Weber à realidade brasileira. Nela, descreve como a colonização portuguesa implantou no Brasil um Estado patrimonialista, em que não há fronteira clara entre o público e o privado: o Estado é frequentemente administrado como se fosse propriedade dos que o controlam. Essa característica estaria na origem de muitos problemas persistentes na história brasileira, como a corrupção.

Faoro também teve atuação política importante como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre 1977 e 1979, época da ditadura militar. Sob sua presidência, a OAB se destacou na luta pelas liberdades democráticas.

Desde a publicação de *Os donos do poder* até o momento atual, o Brasil passou por grandes transformações, tornou-se um país predominantemente urbano e se industrializou. Nos últimos anos, também se tornou um país democrático. Muitos estudos recentes procuram atualizar a discussão promovida por Faoro, levando em conta esses novos fatores. Com isso, pode-se perceber que as teses desenvolvidas por esse autor, morto em 2003, continuam imensamente influentes e respeitadas mesmo entre os estudiosos que delas discordam.

Nessa herança colonial estão as origens de muitos problemas atuais da sociedade brasileira. De um lado, a extrema desigualdade social e a exclusão de grande parte da população dos direitos mais elementares. De outro, um Estado bastante comprometido com interesses particulares, que busca tirar vantagens do patrimônio público — prática que hoje em dia chamamos de corrupção.



Josiah Wedgwood/Biblioteca do Congresso dos EUA, Washington DC.

Gravura que reproduz um medalhão elaborado em 1787 pelo abolicionista inglês Josiah Wedgwood (1730-1795), avô de Charles Darwin, criador da teoria da evolução das espécies. A inscrição diz: "Não sou eu um homem e um irmão?". O abolicionismo foi um movimento social mundial. No Brasil, foi também o primeiro movimento social de grandes proporções.

Na luta pela cidadania, a mais notável transformação política do Brasil no século XIX foi a abolição da escravatura, em 1888. O abolicionismo foi o primeiro grande movimento social brasileiro: como resultado, os negros passaram a ter ao menos o mínimo de direitos civis. Entretanto, a abolição não foi acompanhada de qualquer esforço dos ocupantes do governo para integrar os recém-libertos à sociedade brasileira. Os negros não receberam nem educação nem terra, duas coisas que poderiam lhes garantir participação na economia nacional.

A proclamação da República não trouxe mudanças significativas para a cidadania brasileira. Parte do poder passou do governo central para os estados, nos quais as mesmas oligarquias continuaram mandando. As eleições, que já existiam no período do Império, continuaram sendo fraudadas, de modo que não é possível falar de progresso dos direitos políticos. Os direitos civis, mesmo após o fim da escravidão, ainda eram frágeis, e os direitos sociais mal apareciam no discurso oficial.

A Revolução de 1930 foi um divisor de águas na história da conquista de direitos no Brasil. Houve avanços políticos importantes, como o direito do voto feminino, conquistado em 1932. Porém, em 1937 teve início a ditadura do Estado Novo, que reverteu as conquistas democráticas. A ditadura de Getúlio Vargas foi, aliás, o único período da história brasileira em que não foram realizadas eleições, nem mesmo fraudulentas.

O grande progresso da cidadania entre 1930 e 1945 aconteceu no âmbito dos direitos sociais: o Brasil passou a ter uma legislação trabalhista, salário mínimo, regulamentação das horas de trabalho, do trabalho feminino, do trabalho infantil e da previdência social. Vale notar, entretanto, que esses direitos não se estenderam aos trabalhadores rurais, uma amostra do poder que os grandes fazendeiros ainda tinham.

Reprodução/Acervo Iconographia

Manifestação popular na praça do Patriarca, em São Paulo (SP), durante a Revolução de 1930, que encerrou a Primeira República no Brasil. Os direitos políticos conquistados duraram pouco, pois foram revogados pela ditadura de Getúlio Vargas em 1937. Entretanto, o período que se iniciou em 1930 foi marcado por grande progresso dos direitos sociais, com conquistas importantes na legislação trabalhista e previdenciária.

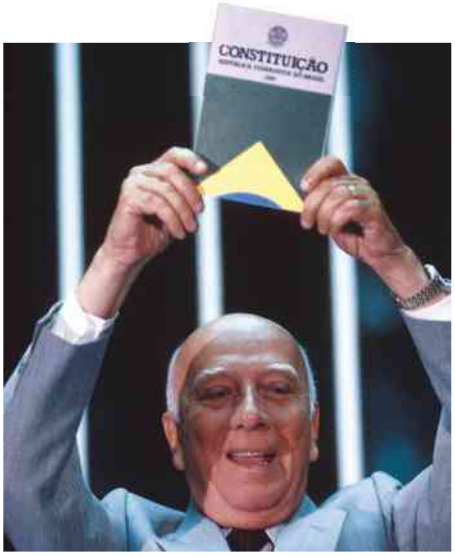
Para José Murilo de Carvalho, a *conquista dos direitos sociais antes dos direitos políticos e dos direitos civis* teria causado consequências importantes: o reforço da ideia de que a população poderia no máximo esperar que o Poder Executivo (o presidente da República) lhe "desse" direitos. Essa impressão teria sido ressaltada pelo fato de que, no primeiro período democrático brasileiro, de apenas 19 anos (1945 a 1964), apesar de os brasileiros terem conquistado significativos direitos políticos, quase não houve progresso nos direitos sociais. Também é importante notar que, entre 1945 e 1964, o direito ao voto não se estendia aos analfabetos, que eram a maioria da população brasileira.

ASSIM FALOU... JOSÉ MURILO DE CARVALHO

"[...] a frágil democracia brasileira precisa de tempo. Quanto mais tempo ela sobreviver, maior será a probabilidade de fazer as correções necessárias nos mecanismos políticos e de se consolidar. Sua consolidação nos países que são hoje considerados democráticos, incluindo a Inglaterra, exigiu um aprendizado de séculos. É possível que, apesar da desvantagem da inversão da ordem dos direitos, o exercício continuado da democracia política, embora imperfeita, permita aos poucos ampliar o gozo dos direitos civis, o que, por sua vez, poderia reforçar os direitos políticos, criando um círculo virtuoso no qual a cultura política também se modificaria.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 224.

Do golpe militar de 1964 até 1985 tivemos outro período ditatorial, com uma sucessão de governos militares. Esse regime teve uma característica singular, que analisaremos no próximo item: as eleições para vários cargos (em especial deputado e senador) foram mantidas, embora com muitas restrições, que visavam sempre garantir a vitória do governo. Dessa forma, seria difícil ver aí um progresso dos direitos políticos. Houve, sim, novos progressos nos direitos sociais, como a extensão da previdência social ao setor rural.



João Ramid/Arquivo da editora

Momento da promulgação da Constituição Federal de 1988. O deputado Ulysses Guimarães, um dos líderes da luta contra a ditadura militar, levanta o texto aprovado, que garantiu os direitos políticos dos cidadãos brasileiros e também direitos civis e sociais que, entretanto, ainda não foram plenamente implementados.

A Constituição de 1988, que consagra o retorno da democracia brasileira, é um marco na política do país. Os direitos políticos foram garantidos inclusive aos analfabetos, e desde então nunca foram suspensos. As eleições deixaram de ser fraudadas e há poucas dúvidas de que o Brasil é uma democracia. A partir da década de 1990, gravíssimos problemas nacionais, como a inflação (subida descontrolada de preços) e a desigualdade social, começaram a ser enfrentados por governos legitimamente eleitos.

Ainda há sérias ameaças à cidadania brasileira, que permanece muito frágil. Mas é inegável que em nenhum momento da história do país os cidadãos acumularam mais conquistas do que no período democrático recente. Um importante desafio é fazer com que esses direitos passem a ser vistos não mais como favores do governo, mas sim como conquistas de e para todos os cidadãos, por meio da luta democrática.

2. A ORIGEM DA MODERNA DEMOCRACIA BRASILEIRA

No item anterior, traçamos um panorama da história da luta pela cidadania no país. Entretanto, para entender o Brasil e o funcionamento da atual democracia, é importante conhecer seu processo de renascimento, nos anos 1980.

A democracia moderna brasileira nasceu dos escombros do regime militar que se estabeleceu em 1964, após a crise da primeira experiência democrática (1945-1964) do país.

O regime militar foi uma ditadura: os ocupantes dos principais cargos do Executivo (presidente da República, governadores e prefeitos de capitais) não eram eleitos pelo voto popular e o governo violava direitos civis (prendia, torturava e matava opositores do regime, censurava os meios de comunicação, etc.) e políticos (cassava deputados da oposição, suspendia o direito de opositores concorrerem em eleições, etc.). Embora o governo mudasse as regras do jogo quando temia perder as eleições, estas continuaram acontecendo para alguns cargos importantes, como deputados e senadores, e a partir de um certo momento a oposição passou a conquistar vitórias significativas. Isso não aconteceu nas outras ditaduras latino-americanas do período, como a argentina ou a chilena. A principal consequência disso foi que os partidos e os políticos que disputaram eleições durante o regime militar continuaram a ter prestígio no período democrático.

É importante lembrar que o regime militar terminou em meio a uma grave crise econômica. Entre 1967 e 1973, o Brasil teve um período de grande crescimento econômico, conhecido como "milagre brasileiro". Mas já a partir de 1974, quando ficou claro que o suposto milagre não iria durar, o governo continuou a investir pesadamente na economia, em boa parte com dinheiro emprestado de credores internacionais. Com isso, gerou-se endividamento e inflação. No início da década de 1980, quando o regime militar começou a ser desmontado, a situação econômica do Brasil já era muito precária, e foi nesse contexto que nasceu a democracia atual. Assim, no momento em que a população brasileira finalmente podia reivindicar seus direitos, o governo não tinha dinheiro para satisfazer ninguém.

Segundo a cientista política **Maria D'Alva Kinzo (1951-2008)**, seria possível dividir a transição para a democracia em três fases:

Primeira Fase (1974-1982): quando a transição esteve sob inteiro controle dos militares. O governo Geisel (1974-1979) reduziu a prática da censura dos meios de comunicação e anunciou sua intenção de promover uma abertura "lenta, gradual e segura". Geisel enfrentou a "linha dura", setor das Forças Armadas que se opunha à volta da democracia, mas se esforçou para manter a abertura sob seu controle, mudando as regras eleitorais quando a oposição vencia eleições. Em 1979,

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Maria D'Alva Kinzo (1951-2008)**.

foi decretada a anistia aos exilados políticos e outros adversários do regime, e uma nova lei permitiu a criação de outros partidos além dos dois (Arena e MDB, que veremos no próximo item) tolerados pelo regime militar.

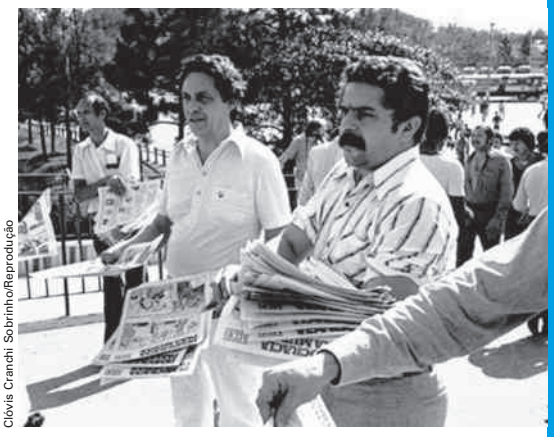
Segunda Fase (1982-1985): nessa fase, apesar de o governo ainda estar sob comando militar, novas forças passaram a influenciar a transição. Isso porque, nas eleições para governador de 1982 (que foram diretas), a oposição venceu em dez estados, entre eles São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Desde o golpe de 1964, cargos tão importantes não eram ocupados por oposicionistas. Em 1984, a oposição tentou mudar a Constituição para que o próximo presidente da República fosse eleito pela população. A campanha da oposição deu origem ao movimento **Diretas Já**, uma das maiores mobilizações populares da história brasileira, com passeatas de milhões de pessoas em todo o país. Porém, a emenda proposta não foi aprovada pelo Congresso Nacional e tornou-se claro que a oposição só conseguiria liderar a redemocratização com o apoio de políticos que até então davam força ao regime militar. Graças aos votos da Frente Liberal, formada por dissidentes do partido que apoiava a ditadura, em 1985 Tancredo Neves foi eleito presidente da República por eleição indireta e o regime militar brasileiro chegou ao fim.

Reprodução/Editora Abril

Capa da edição de 18 de dezembro de 1968 da revista *Veja*. O general Costa e Silva, então presidente, aparece no Congresso fechado por ele. Apesar de ter mantido as eleições, o governo militar manipulou as regras eleitorais e o funcionamento das instituições conforme seu interesse.

Orlando Brito/Arquivo da editora

O palanque do comício pelas Diretas Já! realizado no Rio de Janeiro (RJ) em 10 de abril de 1984 reuniu personalidades que seriam centrais na nova democracia brasileira, incluindo três eleitos para a Presidência da República: Tancredo Neves (sétimo da esquerda para a direita), eleito indiretamente como primeiro presidente civil desde 1964 — faleceu antes da posse. No canto direito da foto, Fernando Henrique Cardoso, presidente entre 1995 e 2002; no canto esquerdo, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente entre 2003 e 2010.



Clóvis Cranchi Sobrinho/Reprodução

Dois futuros presidentes juntos na luta contra a ditadura: o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva participa da campanha do então sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao Senado, em 1978. Na década de 1990, os dois se tornaram adversários políticos.

Terceira Fase (1985-1990): período do governo de transição do presidente José Sarney, que assumiu a Presidência porque Tancredo Neves morreu antes de tomar posse. Nesse período a democracia se restabeleceu plenamente, com ampla liberdade de expressão, legalização de todos os partidos (inclusive os comunistas, proibidos durante a maior parte do período democrático de 1945-1964) e muita atividade dos movimentos sociais. A Constituição de 1988 consolidou as conquistas da democracia e estabeleceu direitos civis e sociais importantes, que o país ainda hoje luta para tornar realidade. Em 1989, pela primeira vez desde a eleição de Jânio Quadros (1960), o Brasil teve eleições livres para presidente da República.

Jorge Rosenberg/Arquivo da editora

Os "fiscais do Sarney" se mobilizaram para garantir o sucesso do Plano Cruzado, o principal plano contra a inflação do governo de transição. Essas pessoas percorriam os supermercados checando se os preços não haviam subido. O Plano Cruzado fracassou, mas o fenômeno dos fiscais mostra como, após vinte anos de ditadura, a população estava ansiosa para participar da construção de um novo país. Na imagem, o símbolo da campanha dos fiscais, bótons criados em 1986.

Entretanto, o governo Sarney não conseguiu combater a crise econômica herdada do regime militar, que se agravou imensamente em razão do fracasso dos planos econômicos do governo de transição. Nos últimos meses do governo Sarney, os preços chegaram a subir até 80% ao mês. Ou seja, se no primeiro dia do mês o seu almoço custasse dez cruzados novos (a moeda de época), no último dia do mesmo mês custaria dezoito cruzados novos.

A crise econômica teve duas consequências importantes para o desenvolvimento da democracia brasileira:

1. Como vimos, justamente quando sindicatos e outros movimentos sociais podiam reivindicar seus direitos com mais liberdade, a situação econômica era péssima, e o governo precisava economizar dinheiro. O grande teste dos primeiros governos democráticos foi o combate à inflação, que já havia sido um problema para o último governo democrático antes da ditadura. Surgia a pergunta: a democracia brasileira seria capaz de administrar o país?
2. Os dois partidos que apoiaram o governo de transição (PMDB e PFL) se enfraqueceram muito com o insucesso do governo Sarney. Por isso, suas lideranças principais perderam terreno diante da opinião pública. Nas eleições presidenciais, seus candidatos tiveram votações muito baixas, e nenhum desses dois partidos conseguiu até hoje eleger um de seus membros para a Presidência da República pelo voto direto. Por outro lado, PMDB e PFL (que agora adota a sigla DEM) permaneceram muito fortes no Congresso, capazes de eleger muitos deputados. Como consequência, os presidentes eleitos daí em diante eram filiados a outros partidos, que não tinham maioria no Congresso.

A partir desse começo difícil, como se desenvolveu a democracia brasileira? Para responder a essa questão, precisamos entender o complexo jogo das alianças partidárias. No próximo item, vamos conhecer a formação dos partidos políticos brasileiros. No item seguinte, vamos ver como eles se organizaram para disputar o poder no período democrático.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Com tão poucos anos de democracia na história brasileira, é de esperar que alguns traços de autoritarismo façam parte de nossa cultura política. Por exemplo, você já deve ter ouvido dizer que o país precisa é de um governo forte, "sem esses políticos todos aí", que decida à força o que é bom para o país. Pense no que você acabou de estudar: a ditadura parecia menos interessada em manter o poder do que os políticos atuais? Você concorda que não houve nenhuma discussão na sociedade sobre o "milagre econômico" e suas consequências (que se revelaram desastrosas)? Os governos democráticos brasileiros conseguiram, aos poucos, reduzir a inflação e pelo menos reverter o aumento da desigualdade econômica que ocorreu nos governos militares.

3. OS PARTIDOS POLÍTICOS

Desde a Independência o Brasil teve eleições, e para disputá-las formaram-se partidos bem diferentes entre si. Como mostrou o historiador José Murilo de Carvalho, durante o período imperial, o **partido conservador** era formado sobretudo por proprietários de terras de Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco e funcionários públicos. O **partido liberal**, por sua vez, era formado por profissionais liberais e proprietários de terras de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Durante a Primeira República, havia o que o cientista político **Jairo Nicolau (1964-)** chamou de **sistema unipartidário estadual**: em cada estado havia um **partido republicano**, dentro do qual aconteciam as disputas políticas (uma exceção era o Rio Grande do Sul, onde o partido republicano disputava com o **partido federalista**). Como as eleições nesses períodos eram fraudadas, os partidos não tinham tanta importância quanto costumam ter em uma democracia moderna.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Jairo Nicolau (1964-)**.

No momento em que a Revolução de 1930 começava a instaurar direitos políticos no Brasil, a democracia estava em crise mundialmente. Além disso, muitos movimentos importantes do período, como o **Partido Comunista do Brasil** e a **Ação Integralista Brasileira**, não tinham grande compromisso com a defesa da democracia. O presidente Getúlio Vargas também não tinha, e encerrou em 1937 o rápido experimento de liberalização pós-1930, durante o qual nenhum presidente da República chegou a ser eleito pelo voto direto da população.

Cientistas políticos e historiadores concordam que a primeira experiência de democracia no Brasil foi o período que vai do fim da ditadura de Vargas até o começo da ditadura militar. Nessa época se formaram os primeiros partidos políticos modernos brasileiros. Veja a seguir os principais partidos dessa fase.

O **Partido Social Democrático (PSD)** era um partido de centro, formado principalmente pelos interventores do Estado Novo (os governadores estaduais indicados por Vargas). Foi o maior partido do país entre 1945 e 1964, mas sua influência caiu ao longo do período. Elegeu dois presidentes, Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e Juscelino Kubitschek (1956-1960).

A **União Democrática Nacional (UDN)** era um partido de direita, sem ligação com o esquema de poder de Vargas. Manteve sua influência em níveis mais ou menos estáveis durante o período. Apoiou a eleição de Jânio Quadros (1960), mas passou a maior parte do período democrático na oposição.

O **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**, de centro-esquerda, foi formado pelos sindicatos ligados ao Estado Novo. Durante a ditadura Vargas, esses sindicatos eram estritamente controlados pelo governo, mas no período democrático se tornaram cada vez mais autônomos, o que ajudou o PTB a crescer durante o período. O partido elegeu como presidente Getúlio Vargas (que voltou ao poder, dessa vez pelo voto, em 1950) e elegeu duas vezes o vice-presidente (João Goulart), que, pelas regras da época, podia não ser da mesma coligação do presidente. Goulart assumiu a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, o que iniciou uma crise política que levaria ao fim do regime democrático em 1964.

Reprodução/AIB/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Cartaz de convocação à filiação da Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista, produzido em 1937. Os integralistas apoiaram o golpe de Estado que encerrou o curto período de liberdade política entre 1930 e 1937, acreditando que ocupariam posições de destaque no governo Vargas. Desprezados pelo ditador, tentaram dar seu próprio golpe, que fracassou.

LÉXICO

orientação fascista: que segue princípios políticos e ideológicos semelhantes aos do movimento político italiano liderado por Benito Mussolini (1883-1945). De modo geral, o fascismo se orienta pelo autoritarismo e por formas extremas de conservadorismo e nacionalismo, em oposição a qualquer ideal igualitário e democrático.

Alan Marques/Folhapress

Cartaz comemorativo do centenário de nascimento, em 2002, de Juscelino Kubitschek, um dos poucos presidentes a terminar seu mandato durante a primeira experiência democrática brasileira. Entre suas realizações está a construção de Brasília, atual capital do Brasil.

Outro partido importante na época foi o **Partido Comunista Brasileiro**, embora tenha permanecido ilegal durante a maior parte do período, pois uma lei aprovada em 1947 instituía que só partidos que defendessem a democracia poderiam existir. Se considerarmos que os partidos comunistas permaneceram legais em todas as democracias maduras, isso era um indício de que a democracia brasileira ainda não era capaz de incorporar todas as forças sociais.

É fácil perceber que essa primeira experiência de democracia foi frágil: somente dois presidentes eleitos terminaram seus mandatos normalmente, os dois do PSD (Dutra e Juscelino). O eleito com apoio da UDN, Jânio Quadros, renunciou; Vargas, eleito pelo PTB, se suicidou ainda no cargo; e Goulart, do PTB, mas eleito como vice de Jânio Quadros, foi derrubado pelos militares.

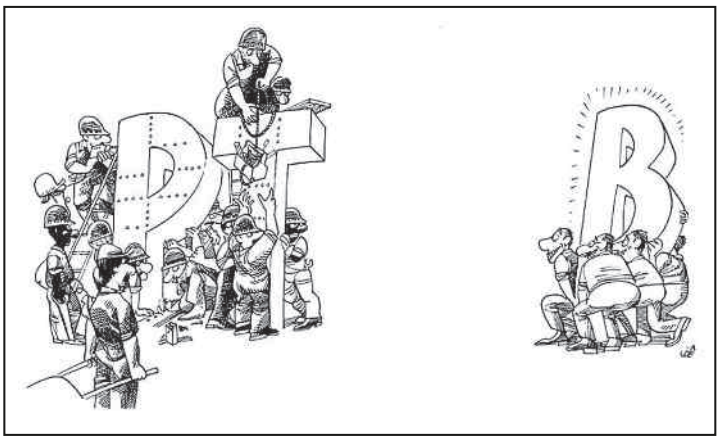
Em 1966, após a derrota da maioria dos candidatos governistas a governador na eleição de 1965, o regime militar dissolveu os partidos existentes, e novas regras foram estabelecidas para a criação de partidos. Somente dois partidos conseguiram atender a elas: a **Aliança Renovadora Nacional (Arena)**, que apoiava o governo militar e recebeu a adesão de quase todos (89,6%) os deputados da UDN e da maioria (64,5%) dos deputados do PSD; e o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**, de oposição, que acolheu a maioria dos deputados do PTB (67,2%) e um número expressivo dos deputados do PSD (35,5%).

O MDB começou muito fraco, em parte porque muitos deputados de oposição foram cassados pela ditadura. Nas primeiras eleições que disputou, em 1966 e 1970, foi amplamente derrotado pela Arena. Mas, em 1974, obteve uma impressionante vitória, aumentando muito o número de seus deputados e senadores. Como resposta, o governo mudou a regra para a eleição de senadores, garantindo sua maioria. Mesmo assim, o MDB continuou ganhando espaço.

O regime militar, então, procurou dividir a oposição, permitindo que novos partidos fossem criados a partir de 1979. Os dois principais continuaram sendo, por algum tempo, o **Partido Democrático Social (PDS, ex-Arena)** e o **PMDB (ex-MDB)**. Mas agora também se destacavam dois mais à esquerda, o **PDT (Partido Democrático Trabalhista)**, herdeiro do antigo PTB, e o **PT (Partido dos Trabalhadores)**, criado a partir do sindicalismo dos anos 1970.

O PT foi uma novidade na política brasileira. Até então, os partidos de esquerda no Brasil ou eram ilegais (caso do Partido Comunista), ou eram muito dependentes do governo, como o PTB (os sindicatos da Era Vargas eram controlados). Na década de 1970 surgiu no Brasil um novo sindicalismo, mais independente do Estado. Aliado a outros movimentos sociais e a grupos de esquerda que combateram a ditadura (inclusive ex-guerrilheiros), o PT se constituiu como o primeiro grande partido de esquerda brasileiro a vencer as eleições presidenciais (em 2002, 2006, 2010 e 2014). A incorporação da esquerda independente ao jogo democrático (e, com ela, os sindicatos, movimentos sociais, etc.) foi um grande progresso em relação a outros períodos democráticos.

Nos últimos momentos do regime militar, parte importante do PDS, a chamada Frente Liberal, se aliou ao PMDB, garantindo a eleição de Tancredo Neves. A Frente Liberal formou o **PFL (Partido da Frente Liberal)**, que em 2007 mudou de nome para **DEM (Democratas)**. No final do governo Sarney, um grupo importante de parlamentares do PMDB, entre os quais o então senador Fernando Henrique Cardoso, saiu do partido e formou o **Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)**.



Luiz Gê/Acervo do artista

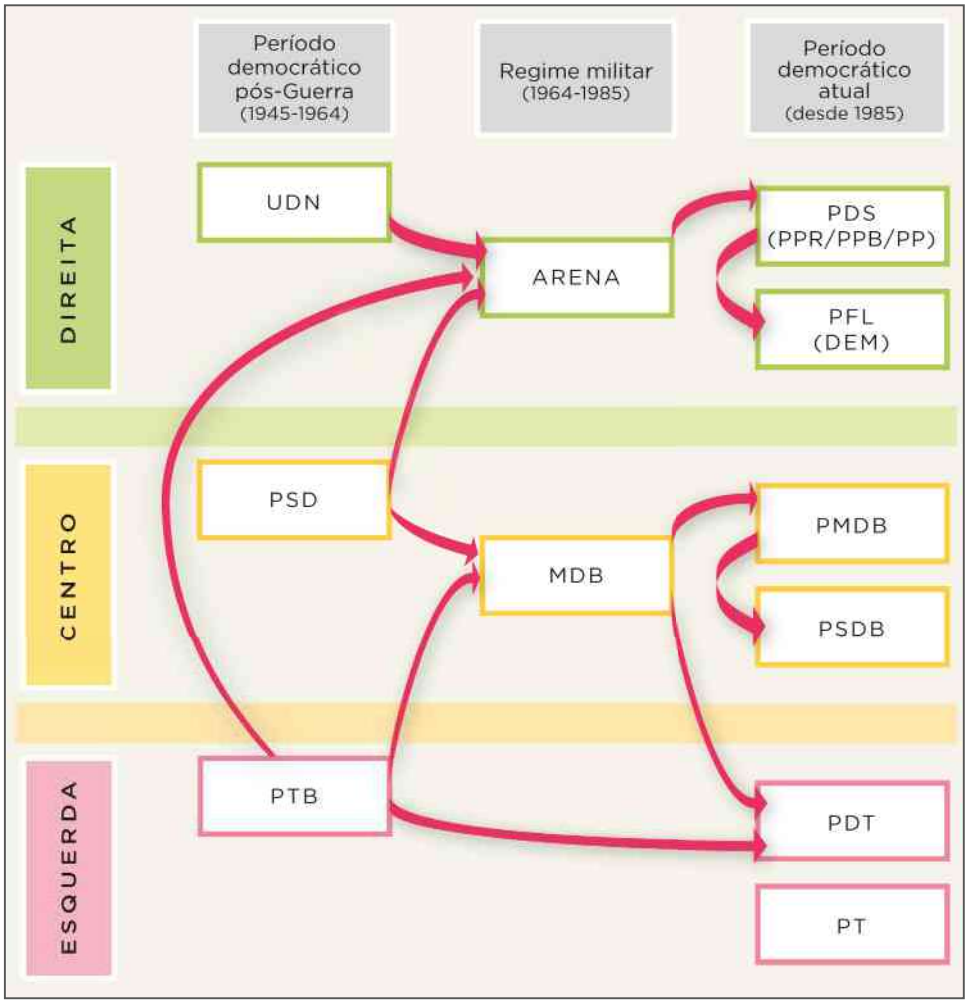
Charge de Luiz Gê, publicada na época da criação do PT, mostra a intenção dos fundadores do partido de se desvencilhar da herança do antigo PTB e do sindicalismo que o sustentava. Os operários que constroem o "P" e o "T" não parecem muito dispostos a aceitar o "B", que representa a opção de entrar no PTB. Durante a formação do PT, era frequente que suas lideranças enfatizassem a intenção de ser um partido dos trabalhadores, sem a interferência do Estado que caracterizou os sindicatos da Era Vargas.

Reprodução/PSDB

Na foto de 1988, evento de fundação do PSDB. O terceiro da esquerda para a direita é o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, presidente da República entre 1995 e 2002 e principal nome do partido. Ladeando FHC, Franco Montoro e Mário Covas, figuras importantes na luta contra a ditadura militar e governadores de São Paulo em diferentes períodos. Os adeptos do PSDB são conhecidos como "tucanos" em referência à ave símbolo do partido.

Desde então, o sistema partidário brasileiro passou a contar com quatro grandes partidos (PMDB, DEM, PSDB e PT), além de vários partidos médios e pequenos. Veja no esquema a seguir um resumo da trajetória de alguns partidos políticos brasileiros de maior relevância.

Trajetória de alguns partidos políticos brasileiros desde 1945



As mudanças e divisões dos partidos políticos deram origem à opinião, ainda hoje comum, de que algo estava errado na democracia brasileira. Costuma-se apontar basicamente dois problemas:

1. um número muito grande de partidos;
2. o fato de que o presidente da República é obrigado a fazer muitos acordos com outros partidos para obter apoio suficiente no Congresso Nacional e conseguir aprovar as medidas que propõe.

Mas será que essas duas características fazem da democracia brasileira uma democracia anormal? Como veremos, não é isso que dizem pesquisas recentes de Ciência Política.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Você certamente já ouviu falar mal dos partidos políticos brasileiros. E muito do que você ouviu pode ser verdade. Mas pense no seguinte: faz bem pouco tempo que os partidos brasileiros puderam se organizar com liberdade. Durante a ditadura, os partidos sabiam que nunca teriam poder de fato enquanto durasse o regime militar. Você acha que, sabendo disso, seus membros iriam se preocupar com sua atuação se chegassem ao governo? Ou é mais provável que se contentassem em aproveitar para ganhar dinheiro com seus cargos e bajular o governo para conseguir vantagens? Também nesse aspecto a democracia brasileira tem de pagar a conta de uma longa história de autoritarismo nacional.

4. UMA DEMOCRACIA "NORMAL"?

Para buscar entender como funciona a política brasileira, é importante considerar três dimensões: as instituições políticas, os partidos políticos e a maneira como se dá a competição eleitoral.

No início da redemocratização, muitos temiam que nenhuma dessas dimensões funcionasse, pois os partidos políticos brasileiros eram muito numerosos e desorganizados. O presidente da República, sem poder contar com um partido forte que o ajudasse a aprovar as leis e medidas no Congresso, não conseguiria executar seu programa. Mas não foi isso que ocorreu. Para entender o porquê, vamos primeiro analisar a relação entre as instituições políticas.

No Brasil atual, o regime de governo é o presidencialismo. As instituições fundamentais foram definidas pelo Título IV da Constituição de 1988, "Da Organização dos Poderes", no nível federal, são as seguintes:

O Poder Legislativo no Brasil é exercido pelo **Congresso Nacional**, que tem duas funções principais: aprovar as leis que regem o país e fiscalizar os gastos do governo. O Congresso Nacional é formado por duas casas:

- O Senado Federal, composto de 81 senadores eleitos pelos 27 estados brasileiros (além do Distrito Federal). Cada estado (e o Distrito Federal) elege o mesmo número de senadores (3), independentemente de seu tamanho, população ou importância econômica. Essa regra tem como objetivo garantir algum grau de igualdade entre os estados da Federação. Os senadores são eleitos para mandatos de oito anos. Em uma eleição se renova um terço dos senadores, e na eleição seguinte, dois terços.
- A Câmara dos Deputados, composta de 513 deputados federais. O número de deputados federais de cada estado depende do tamanho de sua população, mas não pode ser menor do que oito nem maior do que 70 (que é o tamanho da bancada de São Paulo, o estado mais populoso do país). Os deputados federais têm quatro anos de mandato.

O chefe do Poder Executivo é o presidente da República, eleito de quatro em quatro anos pelo voto direto de todos os eleitores brasileiros. Como mostrou a pesquisa de **Argelina Figueiredo (1947-)** e Fernando Limongi, *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional* (1999), no Brasil o presidente da República tem bastante poder, se compararmos o sistema atual com o de outros países presidencialistas (como os Estados Unidos) ou com o sistema brasileiro entre 1945 e 1964. Por exemplo, no Brasil, só o presidente pode propor leis que alterem os impostos. Assim, não seria verdade que a Presidência é fraca diante do Congresso. A grande maioria das leis propostas pelo presidente é aprovada pelo Congresso.

Também não seria correto dizer que o Congresso está sempre tentando sabotar o presidente da República. De fato, nenhum dos presidentes eleitos desde 1989 era filiado a um partido que tivesse a maioria no Congresso Nacional. Isso foi resolvido por meio de alianças entre os partidos: para governar, o presidente brasileiro precisa formar uma coalizão, ou aliança, entre vários partidos, com o objetivo de aprovar seus projetos no Poder Legislativo. Por isso, muitos pesquisadores descrevem o sistema político brasileiro como um "presidencialismo de coalizão", termo criado pelo cientista político **Sérgio Abranches (1949-)**.

Para fazer coalizões, o presidente negocia com os partidos. E isso é possível porque os partidos políticos são muito mais organizados do que se costuma pensar. A mesma pesquisa citada acima mostrou que, na maioria das vezes, os parlamentares seguem a posição dos líderes de seus partidos em relação a determinada lei ou proposta do governo. Além disso, analisando como os partidos votaram em diferentes questões, os pesquisadores identificaram claras diferenças ideológicas entre eles. Veja a seguir uma classificação dos principais partidos políticos brasileiros segundo sua ideologia.

Principais partidos políticos brasileiros após a redemocratização (1985)

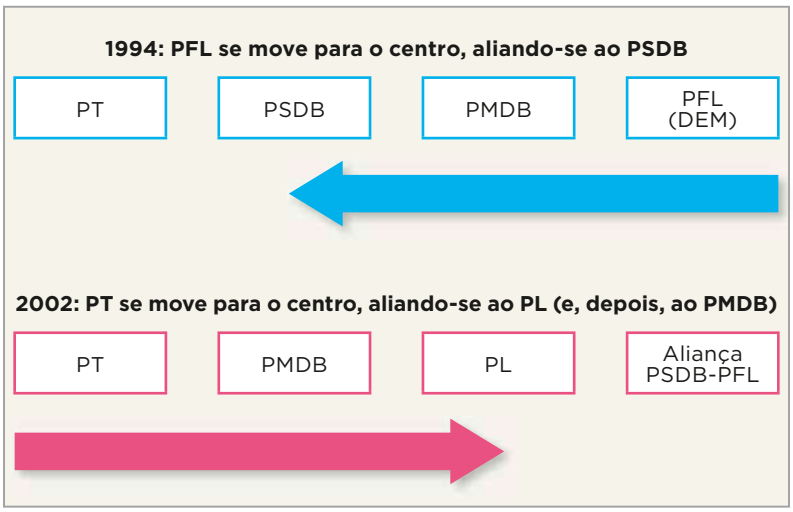
Esquerda	Centro	Direita
PT	PSDB	DEM (ex-PFL)
PDT	PMDB	PP (ex-PDS, PPB, PPR)
PSB	PSD*	PTB
PC do B		PR (ex-PL)
PPS (ex-PCB)		
PSOL		

* Trata-se do PSD fundado em 2011 pelo ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, que não tem relação com o PSD do período 1945-1964.

A partir da redemocratização, a competição eleitoral apresentou razoável consistência ideológica, com apenas dois partidos apresentando candidatos fortes à Presidência desde 1994: o PT e o PSDB, que lideraram, respectivamente, os blocos de esquerda e de direita. De acordo com o cientista político **Fabiano Santos (1964-)**, teria acontecido no Brasil o que costuma acontecer em sistemas bipartidários: esquerda e direita tentam conquistar o centro moderando seu discurso.

Em 1994, o PFL (de direita) se aliou ao PSDB (de centro) com sucesso: a aliança entre os dois partidos elegeu Fernando Henrique Cardoso presidente em 1994 e em 1998. Por sua vez, o PT (de esquerda) só conseguiu eleger Luiz Inácio Lula da Silva presidente em 2002 e 2006 depois de fazer alianças com um pequeno partido de direita (o PL), também se movendo para o centro. Mais tarde, o PT aliou-se ao PMDB, estabelecendo, em oposição à aliança PSDB/DEM (ex-PFL), as duas grandes forças da política nacional até 2016.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Argelina Figueiredo (1947-)**, **Sérgio Abranches (1949-)** e **Fabiano Santos (1964-)**.



Em outras palavras, a política brasileira seria muito mais parecida com a de outros países do que se pensa. Essa característica teria se acentuado à medida que o país experimenta mais tempo de democracia. É possível, portanto, que a tendência para partidos políticos mais estáveis e claramente diferenciados se reforce com o tempo.

Entretanto, existe um problema que afeta mais o Brasil do que as democracias mais maduras: a corrupção. Vamos discutir esse assunto no próximo item.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas pessoas têm opiniões desfavoráveis sobre a política brasileira, especialmente sobre o Congresso Nacional. De fato existe muita corrupção no Congresso (assim como nos outros dois poderes), mas também é verdade que muitas leis importantes foram elaboradas desde a redemocratização do Brasil, com participação decisiva do Congresso. É bom evitar o pessimismo exagerado, pois achando que todos os políticos são desonestos, corremos o risco de desconsiderar a importância do voto consciente. Maior atenção do público e da mídia à atuação do Congresso (inclusive no que ela tem de positivo) pode ser muito construtivo para o desenvolvimento do sistema político.

5. O PROBLEMA DA CORRUPÇÃO

Se a democracia no Brasil não é tão desordenada quanto parece, por que a política brasileira é tão malvista? Principalmente porque a corrupção, isto é, o uso de recursos públicos para fins particulares, é muito grande no país. Uma sucessão de escândalos envolveu diversos governos brasileiros. Segundo o cientista político **Leonardo Avritzer (1959-)**, em uma pesquisa de 2009, 73% dos entrevistados manifestaram opinião de que a corrupção no Brasil é "muito grave".

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Leonardo Avritzer (1959-)**.

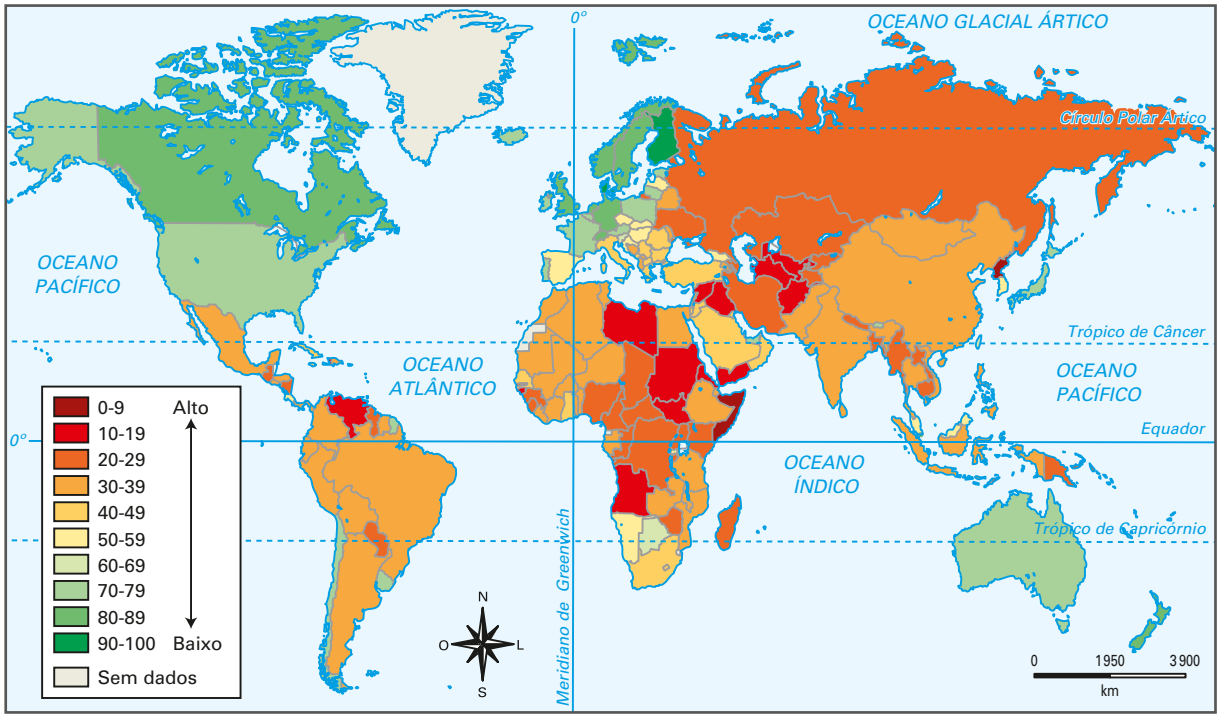
Como a Ciência Política pode contribuir para explicar a corrupção brasileira? Os cientistas políticos não são policiais ou juízes, não é papel deles investigar denúncias de corrupção ou avaliar a culpa dos acusados. Entretanto, podem oferecer algumas pistas para entender as causas do fenômeno e identificar possíveis tendências de longo prazo quanto à corrupção no Brasil.

É muito difícil analisar a corrupção. Nenhum corrupto vai responder sinceramente a um questionário com a pergunta "Você deveria estar na cadeia por ter roubado dinheiro do povo?". Também seria difícil medir a corrupção pelos escândalos divulgados na mídia: talvez só venham a público aqueles que envolvem corruptos que se deixaram flagrar. Ao verificar que em certos períodos os escândalos diminuíram, não é possível saber se a corrupção diminuiu de fato ou se a polícia, o Ministério Público e a imprensa é que não conseguiram ou não se esforçaram para identificar os corruptos.

Perguntar a opinião das pessoas sobre o nível de corrupção não é um método muito consistente por vários motivos. Em países sem democracia, a imprensa não é livre, e a maior parte das pessoas nunca fica sabendo das práticas corruptas que acontecem. Mas as pesquisas de opinião servem, pelo menos, para dar uma ideia do tamanho do problema.

Com base em uma pesquisa desse tipo (que, além de perguntar para a população, leva em conta a opinião de especialistas), a ONG Transparência Internacional (TI) produz anualmente um relatório que analisa os índices de percepção de corrupção dos países do mundo. No mapa abaixo, os países estão classificados numa gradação de menos corruptos (verde-escuro) para mais corruptos (vermelho escuro).

Índice de percepção da corrupção (2015)



Banco de imagens/Arquivo da editora

Fonte: Transparência Internacional. Disponível em: <www.transparency.org/cpi2015/results>. Acesso em: 30 abr. 2016.

Segundo essa classificação (que, repetimos, é muito imperfeita), o Brasil tem níveis mais altos de corrupção que os países desenvolvidos, mas está mais ou menos no mesmo nível de países com renda semelhante. Entretanto, na América do Sul, Uruguai e Chile apresentam menos corrupção do que o Brasil.

Por mais incompleta que seja essa medição, é provável que a corrupção no Brasil seja alta. Mas será que hoje é maior do que já foi no passado? Como você pode imaginar, isso é ainda mais difícil de saber. Durante o regime militar, por exemplo, se a pesquisa tivesse sido aplicada, as pessoas poderiam ter medo de responder sinceramente, achando que o governo ficaria sabendo das críticas à situação do país. E a imprensa não era livre, como é hoje, para denunciar os escândalos.

É comum atribuir a corrupção no Brasil à tradição patrimonialista do Estado português, no qual, como vimos, a fronteira entre o público e o privado não era nítida. Isso certamente é parte da resposta. Mas o país já é independente há quase duzentos anos, o Estado brasileiro passou por diversas reformas, e a corrupção sobrevive. José Murilo de Carvalho propõe a explicação a seguir para o problema:

1. Durante o século XX, o Estado brasileiro se tornou cada vez maior, controlando mais e mais riqueza, e assumindo mais e mais tarefas: passou a cuidar da previdência social, do sistema educacional, do sistema de saúde, da exploração de petróleo (por meio de uma empresa que tem como maior sócio o Estado), do desenvolvimento econômico, etc. Isto é, o Estado brasileiro passou a ter mais dinheiro, e, portanto, mais oportunidades para os desvios.

2. Ao mesmo tempo, houve pouca democracia antes de 1985. Boa parte do crescimento do Estado se deu em períodos em que a imprensa era controlada e a oposição, proibida ou seriamente limitada em sua ação. Como resultado, não havia muita fiscalização do que o governo estava fazendo com os recursos que administrava.

Em outras palavras, não houve fiscalização pública quando passou a haver mais oportunidade para corrupção. É fácil imaginar que isso tenha levado a um aumento de práticas corruptas.

+ PARA SABER MAIS • A reforma política no Brasil

Muitos jornalistas, acadêmicos e políticos defendem que o sistema político brasileiro deve ser reformado. Isto é, que as regras para competir em eleições ou as regras que distribuem atribuições entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo devem ser alteradas. Quando acontece um novo escândalo de corrupção, é comum dizer que o sistema político colaborou para isso. Para os defensores dessa ideia, muitos problemas seriam solucionados se essas regras mudassem.

Há diversas propostas de reforma do sistema político em discussão no Brasil atual. Algumas das principais são as seguintes:

- financiamento público das campanhas: as campanhas eleitorais passariam a ser pagas inteiramente com dinheiro público (atualmente, já são parcialmente pagas dessa forma), que seria distribuído aos partidos segundo regras específicas. As empresas ficariam proibidas de doar dinheiro para os partidos. Os defensores da proposta argumentam que isso diminuiria a dependência dos políticos com relação às grandes empresas que contribuem para sustentar suas campanhas, o que reduziria as trocas de favores.
- voto em lista fechada: nesse sistema, em vez de o eleitor votar no candidato para cargos legislativos (como deputado estadual ou federal), votaria no partido, que organizaria uma lista de seus candidatos. Quanto mais votos o partido tivesse, mais deputados elegeria, na ordem estabelecida pela lista. Os defensores da lista fechada argumentam que parte do problema da corrupção é a fraqueza dos partidos, que faz com que o eleitor vote mais no candidato que promete vantagens (mesmo que ele seja corrupto) do que em partidos que representem suas ideias. A lista fechada fortaleceria os partidos, minimizando esse problema.
- voto distrital: atualmente, os deputados são eleitos dentro de cada estado da Federação. Por exemplo, o estado de São Paulo elege setenta deputados federais. Se fosse adotado o voto distrital, São Paulo seria dividido em setenta distritos (regiões), e dentro de cada distrito vários candidatos disputariam apenas uma vaga de deputado. Os defensores dessa proposta argumentam que, quando o voto é distrital, o eleitor sabe quem é o deputado do seu distrito e tem mais facilidade de lhe cobrar resultados.

Essas propostas também enfrentam críticas. Por exemplo, nada garante que o financiamento público exclusivo impediria que, além dos recursos públicos, os políticos corruptos recebessem recursos privados ilegalmente. Já a lista fechada diminuiria a liberdade do eleitor, que só escolheria o partido, não a ordem dos eleitos dentro da lista do partido. Além disso, o voto distrital, nos países em que foi adotado, apresenta alguns problemas importantes: por exemplo, se um partido tiver muitos eleitores no país, mas tiver maioria apenas em poucos distritos, pode acabar elegendo poucos deputados, mesmo tendo muitos votos (isso acontece, por exemplo, com o Partido Liberal Democrata no Reino Unido).

Assim, não há um consenso entre os especialistas sobre qual sistema eleitoral seria melhor. Cada um tem vantagens e desvantagens e a escolha entre eles deve ser muito cuidadosa, sempre levando em conta a especificidade de cada país e a necessidade de conciliar os diversos interesses da sociedade. É possível que haja boas ideias de reforma para o sistema político brasileiro, mas devemos considerar que ele nem sempre funciona mal (como vimos neste capítulo), e que uma reforma não iria resolver todos os problemas.

Entretanto, haveria uma razão para sermos otimistas em médio e longo prazo: a democracia, que desde 1985 está em vigor no Brasil. Embora ainda exista muita corrupção no país, não é verdade que, quando surge um escândalo, nada seja investigado. Como notou **Fernando Filgueiras (1977-)**, é provável que a descoberta de atos de corrupção seja resultado da eficiência da imprensa livre ou da vigilância da Polícia Federal e do Ministério Público. E, aos poucos, nos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, vão sendo tomadas medidas que tornam mais difícil a ação dos corruptos. O cientista político **Sérgio Praça (1981-)** mostrou, por exemplo, que, após o escândalo dos "anões do orçamento" (deputados que enriqueciam em um esquema fraudulento do início da década de 1990), algumas medidas foram tomadas para evitar práticas semelhantes.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Fernando Filgueiras (1977-)** e **Sérgio Praça (1981-)**.

ASSIM FALOU... FERNANDO FILGUEIRAS

No caso do Brasil Democrático, a corrupção tem sido constantemente desvelada para a opinião pública. E isso se deve, sobretudo, ao sucesso da democracia no Brasil. Uma imprensa livre é fundamental para que a corrupção seja desvelada e investigada. Além disso, cria uma conjuntura que favorece mecanismos de controle público da corrupção. E, de fato, desde o processo de redemocratização isso tem ocorrido no Brasil. A Lei de Improbidade Administrativa, a criação das agências anticorrupção, as mudanças na Polícia Federal, o fortalecimento do Ministério Público e a própria atuação de governos têm contribuído para que a corrupção seja de fato desvelada e investigada.

FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção e democracia. *Estadão Noite*. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,corrupcao-e-democracia,1585535>. Acesso em: 3 fev. 2016.

ASCOM/CGU

Prédio da Controladoria-Geral da União, em Brasília (DF), em foto de 2015. O órgão foi criado em 2003 para fiscalizar o uso de recursos públicos pelos agentes do governo e criar mecanismos de transparência da gestão.

Além dessas medidas, a competição entre os partidos traria um elemento novo: cada um tentaria descobrir escândalos do outro, como forma de desgastá-lo na eleição seguinte. No longo prazo, essa prática teria efeito positivo, pois eles saberiam que estão sendo vigiados. Finalmente, a liberdade de imprensa é fundamental no combate à corrupção: mesmo quando a imprensa é parcial, ao menos denuncia os escândalos de seus adversários (como fazem os partidos).

Você tem todo direito de se indignar com a corrupção no Brasil. E ter o direito de se manifestar contra os corruptos; poder votar em políticos que considera honestos (o que não seria possível durante o Estado Novo ou durante a ditadura militar); enfim, exercer sua cidadania deverá favorecer, com o tempo, a diminuição da corrupção no Brasil.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Nós vivemos na mesma cultura que os políticos corruptos, e é provável que tenhamos alguns hábitos semelhantes aos deles, por mais que nos incomode reconhecer isso. Muitas vezes desrespeitamos a lei em situações aparentemente sem importância, com infrações de trânsito, crimes contra a limpeza pública (jogar lixo na rua, por exemplo) e pequenas tentativas de levar vantagem sobre os outros. Será que isso não explica parte de nossa tolerância com políticos corruptos? Afinal, alguns deles são eleitos mesmo depois de comprovadas as denúncias contra eles. Se nos preocupássemos mais com nosso comportamento, isso não aumentaria nossa disposição para cobrar como cidadãos, e assim contribuir para o fim da corrupção?

Silvio Tanaka/Acervo do fotógrafo

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ A construção da cidadania no Brasil precisou superar obstáculos dificílimos, como a escravidão e a herança do Estado patrimonialista português.
- ✔ No Brasil, os direitos sociais foram conquistados antes dos direitos políticos, o que teve consequências como a expectativa de que os direitos sejam "dados" pelo Estado e não conquistados pelos movimentos sociais.
- ✔ O período democrático iniciado em 1985 foi construído em meio a uma crise econômica herdada do regime militar: quando todos puderam reivindicar seus direitos, o governo não tinha dinheiro para atender ninguém.
- ✔ Na transição para a democracia, sobreviveram partidos ativos durante o regime militar: o MDB (origem do PMDB) e os partidos que surgiram após o fim da Arena (DEM e PP, principalmente).
- ✔ Só houve democracia de fato no Brasil entre 1945 e 1964 e após 1985. Assim, os partidos políticos tiveram pouco tempo de se consolidar.
- ✔ O sistema político brasileiro pode ser caracterizado como um presidencialismo de coalizão: o partido do presidente eleito não consegue eleger a maioria no Congresso e precisa fazer alianças com outros partidos para governar.
- ✔ Os partidos políticos brasileiros são mais organizados e ideológicos do que se pensa. A maior parte deles costuma votar segundo a determinação de seus líderes.
- ✔ Apesar do grande número de partidos, há blocos de partidos de esquerda, centro e direita mais ou menos estáveis. Em 1994 e 1998, o PFL (atual DEM), de direita, se aliou ao PSDB (centro) para que este conquistasse a Presidência. Posteriormente, o PT (de esquerda) se aliou ao PL (de direita) e, depois, ao PMDB (centro), conquistando as eleições de 2002 e 2006.
- ✔ A corrupção permanece no Brasil e a população se preocupa muito com isso. Uma hipótese é que esse problema se agravou à medida que o Estado passou a controlar mais recursos, criando novas oportunidades de desvios, enquanto a democracia só se consolidou recentemente.

ATIVIDADES

REVENDO

1. **Que obstáculos a herança colonial deixou para a construção da cidadania no Brasil?**
2. **Por que a crise econômica dos anos 1980 afetou a transição do Brasil para a democracia?**
3. **Como a existência de eleições durante o regime militar influenciou o desenvolvimento posterior da democracia brasileira?**
4. **Por que é possível dizer que nas eleições presidenciais, desde 1994, os partidos brasileiros moderaram seu discurso e se aproximaram do centro?**
5. **Por que, segundo José Murilo de Carvalho, a corrupção se tornou um problema tão agudo no Brasil?**

INTERAGINDO

Leia a seguir trechos de um samba-enredo da escola carioca Império Serrano.

Eu quero

[...]
Quero que meu amanhã, meu amanhã
Seja um hoje bem melhor, bem melhor
Uma juventude sã
Com ar puro ao redor [bis]
Quero nosso povo bem nutrido
O país desenvolvido
Quero paz e moradia
Chega de ganhar tão pouco
Chega de sufoco e de covardia
Me dá, me dá
Me dá o que é meu

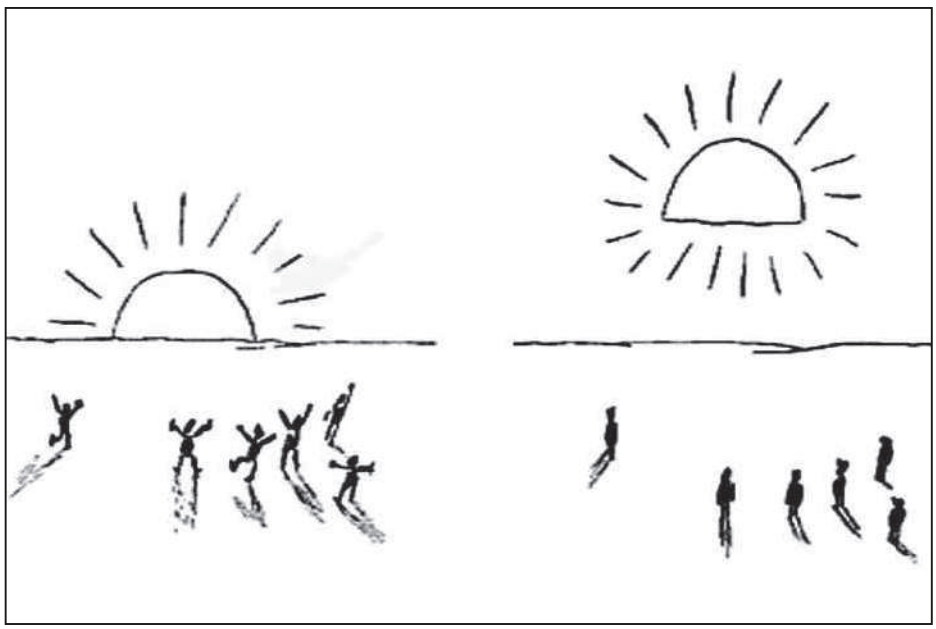
Foram vinte anos
Que alguém comeu [bis]
Quero me formar bem informado
E meu filho bem letrado
Ser um grande bacharel (bacharel)
Se por acaso alguma dor
Que o doutor seja doutor
E não passe de bedel
Cessou a tempestade
É tempo de bonança
Dona liberdade
Chegou junto com a esperança
(vem, meu bem) [...]

CAVACO, Luiz Carlos; MACHADO, Aluisio; NÓBREGA, Jorge. Eu quero. In: *Império*. Sony Music, 1993. (Coleção Escolas de Samba — Enredos.)

- **Esse samba-enredo foi apresentado no Carnaval de 1986, quando o Brasil começava a construir sua democracia. Quais foram os "vinte anos que alguém comeu"? E as esperanças de educação, salários mais altos, saúde? Foram satisfeitas assim que se instaurou a democracia? Por quê?**

CONTRAPONTO

1. **Considere a charge abaixo.**



Reprodução/Fundação Perseu Abramo, São Paulo.

Produzida na época em que havia a perspectiva da volta da democracia no Brasil (a campanha Diretas Já), essa charge transmite uma imagem de frustração. As pessoas saúdam o nascer do sol como uma nova esperança, mas o que nasce, no final, é só meio sol. Explique alguns motivos que causaram essa decepção.

2. Leia com atenção o seguinte trecho, extraído do artigo "Como combater a corrupção", do cientista político Alberto Carlos Almeida (1966-):

A corrupção é antiga no Brasil. A grande novidade é que ela ficou mais visível. Ficar mais visível é condição necessária para que seja combatida. É impossível atacar um inimigo invisível.

Ela ficou mais visível, em primeiro lugar, porque se tornou arma de ataque na briga entre os políticos. Nada mais importante para combater a corrupção que a competição política. Como há dois ou mais partidos em permanente luta pelo poder, eles farão de tudo para enfraquecer seus adversários. As denúncias de corrupção têm esse importante papel.

ALMEIDA, Alberto Carlos. Como combater a corrupção. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/opiniao/noticia/2012/02/como-combater-corrupcao.html>. Acesso em: 4 fev. 2016.

- **Com base na afirmação do autor, explique por que na democracia o combate à corrupção seria mais fácil do que nas ditaduras.**

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. Agir

Agosto, de Rubem Fonseca. São Paulo: Agir, 2010.

Esta história policial faz um retrato do Brasil na época do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Note aspectos que marcaram os primeiros tempos da democracia brasileira: violência política contra adversários e corrupção.

Reprodução/ Ed. Companhia das Letras

Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro, de Angela Alonso. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

A obra traça a história da formação do movimento abolicionista no Brasil, a partir de 1868. Ao biografar os principais líderes, a autora reconstitui suas trajetórias, interesses e métodos de atuação.

Robson Vilalba/Ed. 8Graphics

Notas de um tempo silenciado, de Robson Vilalba. Porto Alegre: BesouroBox, 2015.

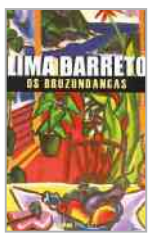
Esta HQ traz alguns fatos históricos do período da ditadura militar brasileira, narrados de maneira a levar seu leitor a experimentar o clima e a tensão que envolveram aqueles anos.

Reprodução/Ed. Boitempo

O que resta da ditadura: a exceção brasileira, de Edson Teles e Vladimir Pinheiro Safatle. São Paulo: Boitempo, 2010.

Diferentemente das outras ditaduras latino-americanas do período, o regime militar brasileiro resistiu, mesmo após seu término, à abertura de suas páginas mais perversas, e parte de suas medidas e apoiadores persistiu no cenário político atual. Este livro reúne textos de escritores e intelectuais que buscam analisar o que permanece vivo desse período da história brasileira.

Reprodução/Ed. L&PM Pocket



Os Bruzundangas, de Lima Barreto. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

Ao descrever, com fina ironia, o país dos Bruzundangas, Lima Barreto faz críticas pesadas à situação política e social do Brasil na Primeira República. Preste atenção ao capítulo sobre as eleições para entender como elas eram constantemente fraudadas nesse período.

FILMES

Reprodução/Ed. do Senado Federal do Brasil

A Constituição da Cidadania (Brasil, 2008).

Documentário produzido pela TV Senado, conta a história das lutas políticas durante a elaboração da Constituição de 1988.

Leon Hirszman/Adrian Cooper/ Cinemateca Brasileira

ABC da greve (Brasil, 1979). Direção: Leon Hirzman.

Este documentário acompanha o movimento sindical de metalúrgicos no ABC paulista, centro industrial na região metropolitana de São Paulo, em 1979. Após terem sua reivindicação por melhores condições de trabalho negada, os operários decidem entrar em greve e desafiar a ditadura militar.

Eduardo Coutinho Produções Cinematográficas/Mapa Filmes

Cabra marcado para morrer (Brasil, 1984). Direção: Eduardo Coutinho.

Este documentário retrata a vida da viúva Elizabeth Teixeira e seus dez filhos, que, após o assassinato do pai da família, a mando de latifundiários de sua região no início da década de 1960, foram espalhados pela repressão que seguiu ao episódio. As lembranças e imagens que cada um dos personagens dessa família nos oferece formam um retrato das relações sociais e políticas no campo durante os longos anos do regime militar.

Chaim Litewski/Imovision

Cidadão Boilesen (Brasil, 2009). Direção: Chaim Litewski.

Documentário sobre as ligações do empresário Henning Albert Boilesen (1916-1971) com a ditadura militar. Os depoimentos revelam como seu apoio e de muitos outros empresários à repressão violenta contribuiu para a conservação do regime militar. Ainda que, após a redemocratização, as relações entre empresários e governo ganhem outras formas, elas também fazem parte da disputa ideológica e de interesses.

Reprodução/Europa Filmes

Mauá, o imperador e o rei (Brasil, 1999). Direção: Sérgio Rezende.

A história de Irineu Evangelista de Souza, barão de Mauá, empresário brasileiro do século XIX adepto das ideias econômicas liberais que prevaleciam na Europa. Repare na descrição da realidade social, dos horrores da escravidão até as dificuldades de construir um capitalismo brasileiro.

Ricardo Della Rosa/Globo Filmes

Olga (Brasil, 2004). Direção: Jayme Monjardim.

O filme reconstitui as atividades e ligações entre Olga Benário e Luís Carlos Prestes. Olga, uma jovem comunista alemã, foi encarregada de fazer a segurança pessoal de Prestes, que planejava a queda do presidente Getúlio Vargas. Além do romance vivido pelos dois, o filme mostra algumas relações políticas da época e, por meio da história de Olga, aborda importantes questões de gênero.

INTERNET (Acesso em: dez. 2015.)

www.transparencia.org.br/

Transparência Brasil: ONG dedicada a discutir o problema da corrupção no Brasil. Traz informações sobre a história política de cada parlamentar brasileiro, sobre como votam em diferentes questões, e quem são seus doadores da campanha.

Reprodução/ <www.transparencia.org.br/>

http://infograficos.estadao.com.br/public/politica/atlas/

Site do jornal *O Estado de S. Paulo* dedicado a reunir dados, gráficos e informações sobre a política brasileira e outros problemas nacionais.

Reprodução/<infograficos.estadao.com.br/public/politica/atlas/>

CAPÍTULO 15

TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA CIÊNCIA POLÍTICA

Patrícia Spinelli/Alamy/Other Images

Grafite do artista britânico Banksy, na estação Waterloo do metrô de Londres, Inglaterra. Foto de 2008.

Neste capítulo vamos discutir:

1. Uma nova visão do poder
2. Classe social e voto
3. Os valores pós-materialistas
4. Novos rumos na Filosofia política
5. Instituições políticas e desenvolvimento econômico

Nas últimas décadas, a Ciência Política incorporou novos temas e novas técnicas de pesquisa, em parte inspirados pelos grandes acontecimentos políticos de nossa época: o fim da União Soviética, a redemocratização da América Latina, as revoluções do mundo árabe, a constituição e a crise da União Europeia, o desenvolvimento econômico da China. Também cresceu a utilização de métodos de pesquisa estatísticos e intensificou-se o diálogo com outras disciplinas, como a História e a Economia. Alguns desses temas já foram abordados em capítulos anteriores.

Neste capítulo você vai conhecer pesquisas que representam algumas das várias direções em que a Ciência Política vem se desenvolvendo. Começaremos por discutir uma nova visão do conceito de poder: veremos como o primeiro conceito que estudamos nesta unidade tem sido repensado por diferentes autores nas últimas décadas. No item seguinte, discutiremos estudos recentes sobre como as diferentes classes sociais votam. Em seguida, vamos examinar alguns trabalhos de Filosofia política que têm influenciado os debates contemporâneos. Finalmente, veremos como a aproximação entre Ciência Política e Economia tem contribuído para a compreensão das diferenças de desenvolvimento entre os países.

1. UMA NOVA VISÃO DO PODER

Esta unidade começou com uma discussão sobre o poder, um dos conceitos fundamentais da reflexão sobre política. Como outros conceitos das Ciências Sociais (e das ciências em geral), este teve diferentes interpretações ao longo do tempo. Uma delas foi proposta pelo filósofo francês **Michel Foucault (1926-1984)**.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Michel Foucault (1926-1984)**.

A grande inovação de Foucault foi mudar o foco dos estudos sobre poder. Na maioria dos trabalhos de Ciência Política, a discussão sobre poder e política se deu em torno do Estado, do governo, dos grupos que pretendem conquistar o governo (como os partidos políticos) ou influenciar suas decisões (como os movimentos sociais), ou das relações entre os Estados (como nos estudos de Relações Internacionais). Foucault propôs estudar o poder nos hospícios, nas prisões, na maneira pela qual a sociedade regula a sexualidade das pessoas, no modo como o poder e o saber científico se relacionam. Seu trabalho gerou novos temas de pesquisa, que têm sido intensamente explorados.

Para Foucault, na sociedade moderna o poder não seria exercido apenas por "pessoas que mandam em pessoas", como os reis mandavam em seus súditos. Nesse caso, o poder é relativamente simples: uma pessoa diz o que a outra deve fazer, ou a proíbe de fazer o que quer. Na sociedade moderna, o quadro é muito mais complexo, pois o exercício do poder é mais sutil: não está ligado apenas à repressão, mas também ao conhecimento técnico, aos arranjos entre as instituições e à maneira como entendemos nossa vida e nos cuidamos.

Uma maneira de observar o exercício do poder na sociedade moderna é analisar como o crime é punido e administrado. Em muitas sociedades é comum que a pena para boa parte dos crimes seja um castigo corporal: chicotadas, torturas, mutilações ou mesmo a morte (em alguns casos, de modo especialmente cruel). Pense, por exemplo, no caso de Tiradentes, que lutou contra o governo colonial português (o que, do ponto de vista de Portugal, era um crime). Para Tiradentes, o inimigo era o rei de Portugal. Para o rei de Portugal, não houve dúvida sobre o que fazer após o fracasso da rebelião: Tiradentes foi condenado à morte por enforcamento, e seu corpo foi mutilado e exposto ao público.

Ainda existe violência aberta (e, às vezes, extrema) contra presos no mundo moderno. Mas, em grande parte dos países democráticos, uma punição considerada justa não deveria incluir violência física. O mais comum é que o condenado seja confinado em uma prisão construída e administrada para facilitar a supervisão. Na prisão se espera que ele seja reeducado e aprenda os valores que regem a sociedade moderna. Com esse objetivo, especialistas estudam técnicas de reeducação, psiquiatras procuram tratar comportamentos considerados desviantes, cientistas desenvolvem remédios que podem alterar comportamentos violentos, etc. Nesta concepção, a violência só deveria ser aplicada quando tudo isso falha (como durante tentativas de fuga ou rebeliões).

Aurélio de Figueiredo/Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro

Tiradentes esquartejado **(1893), do pintor paraibano Pedro Américo (1843-1905). O evento representado na pintura é um exemplo de exercício de poder pré-moderno, fundamentado no castigo corporal. Note-se que a monarquia portuguesa também representava uma forma de poder pré-moderna, em que o poder era claramente corporificado no rei.**

Dioramedia/Mepl/Peter Higginbotham Collection

Fotografia (c. 1960) do Centro Correcional de Stateville em Illinois, nos Estados Unidos. Essa prisão é uma das poucas existentes organizada pelo princípio do Panóptico, defendido pelo filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832). No Panóptico, um pequeno número de guardas na torre central observa tudo o que os prisioneiros fazem nas celas, dispostas ao redor da torre e totalmente visíveis o tempo todo. Foucault utilizou o Panóptico como exemplo de exercício de poder pela vigilância e pela disciplina.

Comparada à tortura e à mutilação praticadas anteriormente, a prisão moderna parece menos violenta (ao menos quando os presidiários têm direitos garantidos). Mas a prisão atual também tem outra dimensão: pretende modificar o prisioneiro, torná-lo uma pessoa diferente. E isso não é opcional: é uma experiência pela qual ele é forçado a passar.

Isso nos leva a outra característica da concepção de Foucault: o poder não é só algo que nos impede de fazer o que queremos, é também algo que ajuda a moldar aquilo que somos. Pense, por exemplo, na mudança ocorrida nas últimas décadas na maneira de ver a sexualidade em nossa sociedade. Hoje há, sem dúvida, mais liberdade em diversas áreas da vida sexual nas sociedades ocidentais. Mas seria correto concluir que o poder desapareceu da vida sexual, que não há mais regras? Foucault dizia que não: hoje pode-se mostrar mais o corpo, mas este é intensamente regulado por padrões de beleza produzidos na mídia, é construído por especialistas em academias de ginástica e clínicas de cirurgia plástica, é vestido por especialistas em moda, tratado pela medicina, etc. Há uma administração, um governo do corpo por diferentes instituições e diferentes formas de conhecimento. Diante dessas observações, este autor afirma que a sociedade moderna desenvolveu diversas práticas disciplinares e por meio delas estruturou-se um sistema de poder que se baseia no controle e na submissão.

Foucault, enfim, chamou atenção para a presença do poder em áreas da vida social em que ele não é óbvio. Além do poder estatal, exercido abertamente por meio da repressão, uma infinidade de **micropoderes** é exercida nas escolas, nas empresas, nas prisões, na utilização do saber técnico (inclusive das Ciências Sociais) pelas autoridades. Esses micropoderes são exercidos de maneira muito sutil, impregnada no cotidiano, e afetam profundamente nossa formação e nossa experiência como indivíduos.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Gilles Deleuze (1925-1995)**.

Mais recentemente, o filósofo **Gilles Deleuze (1925-1995)** argumentou que formas ainda mais novas de poder surgiram no mundo moderno. As instituições estudadas por Foucault tentavam moldar o indivíduo sobretudo por meio da disciplina. Deleuze alertou para o fato de que as novas formas de poder seriam muito mais marcadas pelo controle do que pela disciplina.

Em uma **sociedade de controle**, como Deleuze definiu o resultado dessas mudanças nas relações sociais, o poder se exerceria por meio de mecanismos que influenciam o comportamento de modo muito mais sutil. Por exemplo, alguns presidiários hoje em dia têm permissão para viver fora da cadeia com tornozeleiras eletrônicas que informam sua localização às autoridades. Nas fábricas fordistas (como vimos na Unidade 2), os operários trabalhavam todos juntos, cada um repetindo a mesma atividade, com o ritmo ditado pela máquina. Hoje muitas pessoas trabalham em casa ou em locais de trabalho bem menos disciplinados do que as fábricas antigas. Entretanto, ainda são controlados por metas de desempenho, sistemas de bônus e outras formas de avaliação.

Tanto as formas de poder estudadas por Foucault quanto as estudadas por Deleuze (e muitas outras) existem na sociedade moderna. Não se trata de negar que a sociedade moderna traga, em muitos aspectos, mais liberdade do que as sociedades tradicionais, mas de perceber como nela também há formas de poder com as quais precisamos lidar.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

A adolescência é muitas vezes vista como fase de rebeldia, de contestação dos padrões. E há alguma verdade nisso: os jovens constantemente questionam os pais e professores, e até certo ponto isso é importante para desenvolverem a capacidade de pensar por si mesmos. Entretanto, vale a pena refletir se esses jovens, ao se distanciar das formas relativamente simples de poder existentes na família (na qual os pais mandam e os filhos obedecem), não podem se enredar em relações de poder mais sutis. Por exemplo, é possível que o mesmo jovem que questiona as ordens de sua família aceite sem questionar as exigências para participar de grupos sociais em sua escola (por exemplo, o grupo dos "populares"), ou normas e comportamentos referentes a vestuário, consumo e sexualidade comuns entre os jovens modernos. Ninguém defende que o jovem nunca questione a autoridade, mas é importante ter em mente o risco de simplesmente passar de obediências mais simples para obediências mais complexas e nem sempre evidentes.

2. CLASSE SOCIAL E VOTO

Boa parte das pesquisas em Ciência Política estuda os motivos que levam as pessoas a votar como votam, isto é, os fatores que influenciam as escolhas dos eleitores. Todos concordam que esses motivos podem ser bastante variados. Por exemplo, os eleitores têm maior probabilidade de votar no candidato apoiado pelo governo quando a economia do país vai bem ou os eleitores têm uma boa avaliação do governo.

Os trabalhos de pesquisadores como os sociólogos britânicos **Anthony Heath (1942-)** e **Geoffrey Evans (1957-)** e o canadense **Robert Andersen (1967-)** mostram, por meio de análises estatísticas, que a probabilidade de o eleitor votar em um ou outro candidato dependeria, entre outras coisas, de sua classe social. Por exemplo, nos países desenvolvidos os assalariados e os mais pobres tenderiam a votar em candidatos de esquerda, enquanto os profissionais de renda mais alta e os empresários tenderiam a votar em candidatos de direita.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Anthony Heath (1942-)**, **Geoffrey Evans (1957-)** e **Robert Andersen (1967-)**.

Juca Martins/Olhar Imagem

Em foto de 1979, Luiz Inácio Lula da Silva, que viria a ser presidente da República por dois mandatos (2003-2006 e 2007-2010), lidera greve dos metalúrgicos do ABC Paulista, onde começou sua carreira de líder sindical. O sindicalismo do ABC foi uma das principais forças fundadoras do PT, principal partido de esquerda brasileiro da atualidade. Tal como no Brasil, em diversos países os partidos de esquerda nasceram do movimento sindical. Isso mostra como as divisões de classe influenciaram decisivamente a formação das grandes divisões políticas da época moderna.

Isso não significa que todas as pessoas de determinada classe social votam no mesmo candidato. As pessoas votam por diferentes motivos. Alguns eleitores podem até achar que um candidato favoreceria os interesses de sua classe social, mas podem questionar a honestidade dele, sua capacidade de governar, ou sua posição diante de temas como descriminalização das drogas, valores morais e sociais ou a defesa do meio ambiente.

Mas essa tendência do voto de classe é forte ou fraca? Depende. Em algumas épocas e alguns países, parece ter sido mais forte; em outras épocas ou outros países, mais fraca. Segundo um grande estudo estatístico feito pelos sociólogos **Giedo Jansen (1984-)**, Geoffrey Evans e **Nan Dirk De Graaf (1958-)** em quinze países desenvolvidos, abarcando o período entre 1960 e 2005, o voto de classe teria perdido importância em eleições recentes

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Giedo Jansen (1984-)** e **Nan Dirk De Graaf (1958-)**.

Por que isso teria ocorrido? Jansen, Evans e De Graaf identificam dois fatores interligados:

1. **As classes sociais mudaram**: a classe operária "tradicional" (que trabalhava em fábricas, em tarefas repetitivas, etc.) passou a ser um setor menor da sociedade. Ao mesmo tempo, cresceu o número de trabalhadores nos setores de serviços (comércio, educação, turismo, etc.). Assim, é cada vez menos possível que um partido conquiste a maioria dos votos apenas ganhando os votos dos operários. Os partidos de esquerda, dessa forma, teriam abandonado algumas propostas que interessavam muito à classe operária, mas não a outros setores, a fim de conquistar o voto desses setores e obter vitórias eleitorais.
2. **Os partidos também mudaram**: a grande novidade da pesquisa de Jansen, Evans e De Graaf foi analisar os programas políticos dos diferentes partidos, em diferentes países, e mostrar que o voto de classe é mais forte quando a diferença ideológica entre os partidos é maior. Se o partido de esquerda está muito à esquerda, e o de direita está muito à direita, os assalariados têm maior tendência a votar na esquerda; por outro lado, se os partidos propõem mais ou menos a mesma coisa em termos de políticas sociais, os eleitores têm menor tendência a decidir seu voto pensando no interesse de classe. Se os partidos propõem a mesma coisa no que se refere a impostos e programas sociais, por exemplo, não faz muita diferença, do ponto de vista de classe, quem vai sair vencedor. Nesses casos, os eleitores podem usar outros critérios para decidir seu voto.

   Por um lado, os partidos de esquerda deixaram de defender certas propostas que interessavam mais à classe operária, com o objetivo de obter votos em outras classes sociais. Isso reduziu a diferença entre as ideias dos partidos. Por outro lado, por esse mesmo motivo, a lealdade dos assalariados aos partidos de esquerda diminuiu, pelo menos nos países estudados por Jansen, Evans e De Graaf.

Nilton Cardin/Futura Press

Trabalhadores do setor de *telemarketing*, uma das atividades de serviços que têm gerado muito mais postos de trabalho que as fábricas. Embora haja movimentos de trabalhadores no setor de serviços, eles ainda não conseguiram se tornar fortes o suficiente para exercer o mesmo tipo de influência política que exerciam os antigos sindicatos da indústria. Na foto, setor de atendimento ao cliente de empresa multinacional instalada em Taubaté (SP), 2011.

Mark Duncan/Associated Press/Glow Images

O líder trabalhista britânico Tony Blair, que foi primeiro-ministro do Reino Unido entre 1997 e 2007, em foto de 2011. Blair se notabilizou por defender a moderação das propostas do Partido Trabalhista britânico, que, em sua origem, era muito próximo dos sindicatos. Após sucessivas derrotas do partido para os conservadores, muitas lideranças trabalhistas deduziram que era necessário alterar a estratégia. Assim como Blair, diversos líderes de esquerda, nas últimas décadas, moderaram seu discurso, o que pode ter enfraquecido a identificação entre eles e a classe operária.

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Muitas pessoas acham estranho que um partido represente uma classe ou outro grupo qualquer. O partido não deveria representar a sociedade como um todo? Talvez, mas ninguém sabe qual é, exatamente, o interesse da sociedade como um todo. Assim, é saudável que diferentes grupos sociais (não apenas classes sociais) apresentem sua versão do que é o interesse de todos. O fundamental na discussão democrática é que cada grupo procure convencer o outro fazendo concessões e formulando propostas que sejam as melhores para o maior número possível de pessoas e, ao mesmo tempo, respeitem as minorias.

Será que a tendência de perda de importância da classe social nas escolhas dos eleitores é irreversível? Não sabemos. Talvez outras mudanças na sociedade produzam novas formas de atuação política com base nas classes sociais. Talvez surjam outros partidos, que representem melhor as novas divisões de classe, ou que organizem novas alianças entre as classes. Talvez mudanças econômicas façam o voto de classe se tornar mais importante novamente.

Nos Capítulos 11 e 14, vimos que muitas vezes os partidos de esquerda e de direita procuram moderar suas ideias para conquistar eleitores de centro. Neste item vimos o outro lado da moeda: se moderarem muito seu discurso, os partidos de esquerda se arriscam a perder o voto dos eleitores que antes os apoiavam com entusiasmo. Assim, os partidos políticos contemporâneos procuram equilibrar sua atuação de maneira a evitar esses dois riscos: o de se tornarem radicais demais e o de se tornarem indiferenciados entre si.

Porém, a diferença entre os partidos também se tornou mais complexa, uma vez que a disputa política moderna passou a incorporar novos temas. É o que discutiremos no próximo tópico.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Ronald Inglehart (1934-)**.

3. OS VALORES PÓS-MATERIALISTAS

Em meados da década de 1970, o cientista político estadunidense **Ronald Inglehart (1934-)** percebeu que, nos países desenvolvidos, havia uma diferença enorme entre o que os mais velhos e os mais novos consideravam mais importante na vida. Os mais velhos se preocupavam sobretudo com seu bem-estar material: valorizavam a estabilidade econômica, a segurança financeira, o emprego. Os mais jovens, por outro lado, valorizavam mais o que Inglehart chamou de "valores pós-materialistas", isto é, valores que não estavam ligados diretamente ao interesse material.

Quais eram esses valores? Eram, sobretudo, valores ligados à liberdade e à autonomia individual (igualdade entre mulheres e homens, direitos dos homossexuais, antirracismo, entre outros) e a causas como a defesa do meio ambiente e os direitos dos animais. Em outras palavras, enquanto os mais velhos se preocupavam principalmente com a necessidade de **sobrevivência**, os mais jovens priorizavam a **qualidade de vida**: o direito de ter controle sobre as próprias decisões, de viver em um ambiente limpo e sem poluição, de desfrutar o lazer.

Segundo Inglehart, quanto mais os países vão se desenvolvendo, mais seus cidadãos priorizam valores pós-materialistas. Em países pobres há o risco real de cair na miséria, de passar fome, de depender de um governo ineficiente e sem dinheiro durante uma dificuldade. Nessas situações, pelas quais todos os países já passaram, prevaleceriam os valores ligados ao bem-estar econômico.

Marcello Casal Jr/ABr/Radiobrás

Ambientalistas da organização não governamental WWF protestam diante do Congresso Nacional, em Brasília (DF), durante a votação do novo Código Florestal, em 2011.

Entretanto, à medida que os países se desenvolvem e o Estado passa a garantir um nível mínimo de bem-estar social, o risco de passar fome ou viver em miséria extrema diminui drasticamente. Hoje em dia, nos países desenvolvidos, até os mais pobres têm alguns direitos básicos garantidos: mesmo se não tiverem nenhum dinheiro podem contar com escolas e hospitais públicos de qualidade razoável ou até muito boa. Quando perdem o emprego, recebem seguro-desemprego e não se tornam miseráveis.

Nessa situação, não seria tão urgente pensar na sobrevivência, e o indivíduo pode pensar mais em como quer viver. Para Inglehart, em meados dos anos 1970, essa mudança já havia ocorrido nos países desenvolvidos.

Os mais velhos haviam crescido durante períodos de muita pobreza (como a década de 1930, em que sofreram os efeitos terríveis da grande crise de 1929) e sacrifício (como a Segunda Guerra Mundial, em que mesmo quem não arriscou a vida em batalhas sofreu com racionamentos e outras dificuldades). Para essas pessoas, a prioridade era garantir a sobrevivência, pois havia um grande risco de perder a vida na guerra ou perder o emprego e cair na miséria. Mesmo quando a situação melhorou, essa maneira de ver o mundo já estava formada.

Os mais jovens, por outro lado, haviam sido criados em um ambiente bem mais favorável: os anos 1950 e 1960, época de grande prosperidade econômica e conquista de inúmeros direitos sociais. As pessoas criadas nesse período tiveram menos experiências de miséria ou morte violenta na guerra, e, por isso, puderam se preocupar com outras questões: agora que estamos mais seguros, como queremos viver?

Atendendo à oferta de 2 mil postos para manutenção e reparos em parques públicos da cidade, cerca de 5 mil desempregados aguardam diante da prefeitura de Cleveland, nos Estados Unidos, em outubro de 1930, durante a Grande Depressão. As grandes privações sofridas pelas pessoas que cresceram nessa época ajudam a explicar, segundo Inglehart, por que elas se tornaram especialmente preocupadas com a segurança econômica.

Arquivo/Associated Press/Glow Images

VOCÊ JÁ PENSOU NISTO?

Há aspectos muito positivos na crescente atenção que muitos cidadãos têm dado aos valores pós-materialistas. Seria absurdo ignorar os aspectos positivos da defesa dos direitos das minorias ou da defesa do meio ambiente. Mas a política voltada sobretudo para os valores pós-materiais também tem suas armadilhas. Por exemplo, pode ser bem mais fácil negociar acordos a respeito de bens materiais do que a respeito de valores imateriais. Se um sindicato quer um aumento de 50% e os empregadores oferecem apenas 10%, é provável que haja algum acordo possível (por exemplo, um aumento de 30%). Mas como negociar valores fundamentais? O grau de polarização que costuma envolver algumas questões políticas recentes (como a discussão sobre a descriminalização do aborto) mostra como é difícil discutir temas dessa natureza. Entretanto, não resta dúvida de que muitas dessas discussões são inevitáveis.

Mesmo depois de a situação econômica piorar na década de 1970 e de ocorrerem diversas crises econômicas, a geração formada nos anos 1950 e 1960 continuou dando muita importância a questões como o feminismo, o direito dos homossexuais e transexuais ou a luta pelo meio ambiente.

Entretanto, as gerações que vieram depois revelam um padrão diferente. Elas também dão grande importância aos valores pós-materiais, mas essa ênfase diminuiu. Por terem sido criadas a partir dos anos 1970, quando a situação da economia piorou, elas podem ter voltado a se preocupar com a sobrevivência econômica. Porém, como apesar das crises a população dos países ricos ainda dispõe de muitos direitos e de um alto nível de vida, não teria havido um retorno ao nível de "materialismo" da geração criada nos anos 1930.

As ideias de Inglehart tiveram muita influência sobre as pesquisas de Ciência Política, e talvez ainda venham a se tornar mais relevantes para nós, brasileiros. Nos países pobres, Inglehart admite que a sobrevivência ainda é a prioridade absoluta. Mas à medida que esses países se desenvolvem, como vem acontecendo no Brasil e na China, é possível que as gerações atuais e futuras tenham mais e maiores preocupações pós-materialistas. No Brasil, a crescente importância de questões como os direitos de homossexuais e transexuais confirma a pertinência da tese de Inglehart. Mas ainda é cedo para avaliar a abrangência dos valores pós-materialistas, porque uma grande parcela da população do país não alcançou a segurança da estabilidade material.

Marcello Casal Jr/ABr/Radiobrás

A Marcha das Mulheres Negras, realizada em 18 de novembro de 2015 em Brasília (DF), teve uma pauta bastante variada: além da defesa dos direitos das mulheres e da luta pela igualdade racial, também se discutiram temas como violência policial. Notem na faixa a reivindicação "pelo bem viver": trata-se de uma pauta que não é diretamente econômica ou material (não se está pedindo aumento de salários, por exemplo), mas que deve se tornar cada vez mais importante.

+ PARA SABER MAIS • Xenofobia e extremismo na atualidade

Quando falamos da transição para os valores pós-materiais, é importante evitar o erro de achar que se trata de algo inteiramente positivo. Em primeiro lugar, porque sempre haverá necessidades da sobrevivência, e o desejo de ter uma existência material digna é inteiramente respeitável. Em segundo lugar, porque assim como existem valores relativos à liberdade individual, existem aqueles que defendem a exclusão da cidadania de grupos ou indivíduos.

Um exemplo seria o fundamentalismo religioso, que alcançou grande visibilidade no ataque ao World Trade Center, em Nova York, nos Estados Unidos (bem como ao Pentágono, em Washington), em 11 de setembro de 2001, assumido por extremistas islâmicos da Al-Qaeda. Mais recentemente, membros do movimento Estado Islâmico, que controla partes dos territórios da Síria e do Iraque, cometeram uma série de atentados em Paris, na França. Os programas políticos da Al-Qaeda e do Estado Islâmico defendem a expropriação de inúmeros direitos das mulheres, limitações severas à liberdade religiosa, política e cultural, e uma interpretação radical do islamismo.

Fazendo menos recurso à violência física nas últimas décadas surgiram no mundo desenvolvido líderes e partidos que defendem uma visão nacionalista antiglobalização e xenófoba (isto é, caracterizada pelo repúdio aos estrangeiros). Na França, o *Front National* (Frente Nacional), partido fundado por Jean-Marie Le Pen, defende o fechamento do país aos imigrantes, proposta semelhante à do Partido da Liberdade, na Áustria. Alguns partidos xenófobos utilizam simbologia de nítida inspiração fascista, como é o caso do Aurora Dourada, na Grécia, e da Guarda Húngara, na Hungria.

Se o mundo continuar se integrando mais e mais, teremos que aprender a conviver com pessoas de culturas diferentes e a desenvolver meios de negociar nossas diferenças para chegar a uma convivência pacífica e criativa. A xenofobia é uma recusa a enfrentar essa questão, que, entretanto, não vai desaparecer só porque alguns se recusam a reconhecê-la.

4. NOVOS RUMOS NA FILOSOFIA POLÍTICA

Outro fenômeno importante das últimas décadas foi um renascimento da Filosofia política, com a discussão sobre os direitos, a democracia, a cidadania, o bem comum. Essas reflexões interessam aos cientistas políticos, que se dedicam a esclarecer questões cada vez mais pertinentes no mundo contemporâneo.

Parte importante da nova Filosofia política procura retomar questões tratadas pelos contratualistas, que estudamos no Capítulo 11. Por que seria necessário retomar esse assunto? Por vários motivos, especialmente pela emergência dos direitos sociais no século XX. Novas questões filosóficas surgiram: que direitos o Estado deve garantir aos cidadãos? Que direitos o Estado deve proteger a qualquer custo?

O responsável pelo renascimento da Filosofia política foi o filósofo estadunidense **John Rawls (1921-2002)**. Ele propôs uma nova versão do contratualismo, baseada no seguinte raciocínio:

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **John Rawls (1921-2002)**.

- Imagine que todos nos reunamos para decidir como a sociedade vai distribuir as coisas e os direitos de que todos precisamos para viver. Vamos chamar essa situação de **posição originária**.
- Imagine que na posição originária ninguém sabe que lugar vai ter na sociedade. Isto é, na hora de decidir como vai ser a distribuição dos bens e direitos, você não sabe se vai ser o mais pobre ou o mais rico, se sua religião vai ser a da maioria ou a da minoria, se você vai ser o mais forte ou o mais fraco. Ou seja: na posição originária, todos estaríamos atrás de um **véu da ignorância** que nos obrigaria a escolher o que é justo sem saber se seríamos beneficiados ou prejudicados por essa decisão. Essa situação de ignorância aumentaria a probabilidade de escolher com imparcialidade o que realmente achamos justo.

Que princípios seriam adotados por pessoas racionais na posição originária? Para Rawls, seriam os seguintes:

1. *Cada pessoa tem direito ao conjunto de direitos que podem ser distribuídos igualmente a todos sem prejudicar ninguém*. Por exemplo, se eu tiver o direito de defender minhas opiniões, isso não impede que você também defenda as suas. Se eu tiver liberdade de votar, isso não impede que você também tenha. Se eu tiver liberdade de escolher minha própria religião ou de viver segundo minha orientação sexual, isso não impede que você também escolha a sua religião e viva segundo sua orientação sexual. Nesse conjunto de direitos estão incluídos todos os direitos civis e políticos básicos.
2. As desigualdades sociais só seriam justas quando:
   a) *as posições privilegiadas da sociedade estiverem abertas a todos que preenchem certas condições de talento e esforço*. Por exemplo, não será legítimo que os juízes ganhem mais que outros profissionais se as pessoas forem impedidas de se tornarem juízes por serem negras, mulheres, judias, muçulmanas, homossexuais ou vítimas de outras formas de discriminação.
   b) *beneficiarem os cidadãos menos privilegiados*. Esse princípio, batizado de **princípio da diferença**, é o mais polêmico dos defendidos por Rawls. Ele se justificaria pelo seguinte: imagine que você está na posição originária, tentando decidir que desigualdades serão aceitáveis, sem saber se você será rico ou pobre. É claro que você não vai aceitar desigualdades extremas em que os pobres sejam dramaticamente explorados ou oprimidos; afinal, e se o pobre for você? Mas, então, por que não escolher a igualdade absoluta? Porque a igualdade absoluta não favoreceria que pessoas muito talentosas colocassem seus talentos a serviço da sociedade (elas não ganhariam nada a mais por serem excepcionalmente inteligentes, criativas, trabalhadoras, etc., e para a sociedade seria bom haver pessoas excepcionalmente inteligentes, trabalhadoras, etc.). Aliás, pode ser que você seja uma dessas pessoas excepcionais. Por isso, o racional seria adotar o princípio da diferença: deixar as pessoas mais talentosas prosperarem (afinal, você pode ser uma delas), desde que essa prosperidade também favoreça os mais pobres entre os pobres (afinal, você também pode ser um deles).

Jacquelyn Martin/Associated Press/Glow Images

Manifestação em Washington, D.C., capital dos Estados Unidos, em nome dos 99%, isto é, da parcela da população que não está entre o 1% mais rico do país. Nos últimos trinta anos, os mais ricos passaram a controlar uma parcela cada vez maior da riqueza nos Estados Unidos. Na opinião dos manifestantes, esse aumento de desigualdade não produziu benefícios para os mais pobres. Se isso for verdade, o aumento de desigualdade não pode ser justificado com base na teoria de John Rawls. Foto de 2011.

Um caso em que talvez se possa aplicar o princípio da diferença de Rawls ocorre na China atual. Nos anos 1980 e 1990, a China se tornou cada vez mais capitalista, e a desigualdade aumentou muito. Porém, o país cresceu tanto que a situação econômica dos mais pobres também melhorou. Pelo menos enquanto o crescimento chinês continuar beneficiando os mais pobres, é possível argumentar que as desigualdades são justas pelos critérios de Rawls. Hoje já há sinais de que o crescimento chinês está se desacelerando. Quando o crescimento da China parar de favorecer os mais pobres, será possível convencer os novos-ricos a repartir sua riqueza?

Essa dúvida propõe outra pergunta: por que as desigualdades deveriam ser justificadas se as regras de mercado tiverem sido obedecidas, se ninguém tiver sido forçado a comprar ou a vender, se não tiver havido fraude ou corrupção? Essa é a questão fundamental do filósofo estadunidense **Robert Nozick (1938-2002)**, que procurou reformular a teoria do filósofo inglês John Locke para justificar o liberalismo econômico radical.

O raciocínio de Nozick obedece à seguinte sequência:

- todos somos proprietários de nós mesmos;
- logo, todos somos proprietários de nosso trabalho;
- logo, somos proprietários dos frutos de nosso trabalho;
- logo, quando o governo nos cobra impostos, ele retira parte dos frutos de nosso trabalho; portanto estamos realizando trabalho forçado, o que é injusto.

Assim, para Nozick, o Estado poderá atuar apenas para garantir os direitos civis e políticos dos cidadãos. Se quiser cobrar impostos para financiar direitos sociais, estará, na prática, forçando os contribuintes a trabalhar para o Estado.

A ideia central de Nozick é que as transações de mercado, quando são livres, são justas, e não podemos considerar injusta qualquer distribuição de renda que resulte das transações de mercado, por mais desigual que seja.

O pensamento de Nozick foi muito influente nas décadas de 1980 e 1990, em especial durante os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989) e de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-1990). A ideia de liberdade econômica tem muitos defensores, mas a verdade é que nesse período a desigualdade econômica nos Estados Unidos cresceu muito, enquanto o salário do estadunidense médio cresceu bem menos. Quando ocorreu a crise de 2008, causada por especulação no mercado financeiro (onde se concentravam indivíduos de altíssima renda), mais gente voltou a se perguntar sobre que tipos de desigualdade seriam justos.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Robert Nozick (1938-2002)**.

Williams Aguiar/Brazil Photo Press/Folhapress

Para ilustrar o argumento de Nozick, pensemos no caso de esportistas famosos, como o jogador de futebol Neymar (em foto de 2016). Gostamos de ver Neymar jogar futebol. Para que ele se esforce, muitos entre nós concordariam em pagar, digamos, um real cada um. Se muita gente fizesse isso, Neymar se tornaria muito mais rico do que a média dos brasileiros. Segundo as ideias de Nozick, essa situação de desigualdade não é injusta, porque cada um agiu livremente.

Pawel Kuczynski/Acervo do artista

A Filosofia política permanece em franco florescimento, com trabalhos importantes que buscam discutir, criticar ou superar visões como as de Rawls e de Nozick. A Ciência Política, por sua vez, continua fazendo pesquisas inspiradas por debates sobre o que é justo — por exemplo, sobre o sucesso ou insucesso das políticas de ação afirmativa.

Charge de 2006 do desenhista polonês Pawel Kuczynski mostra como é mais fácil para os mais ricos atravessarem bem uma crise (representada pelo abismo). É em momentos como esse que a desigualdade social se mostra um problema urgente.

Marcelo Camargo/ABr/Radiobrás

Embora sua teoria se oponha a políticas de combate à desigualdade, Nozick reconhece que o governo pode ter a obrigação moral de compensar grupos cujos direitos foram sistematicamente violados. Os indígenas que viviam no atual território brasileiro, por exemplo, não consentiram livremente em ceder suas terras aos portugueses, assim como os africanos não vieram trabalhar no Brasil por sua livre vontade. Nestes casos, o governo poderia, segundo Nozick, compensar os descendentes dessas populações. Na foto de dezembro de 2015, manifestantes indígenas protestam diante do Congresso Nacional contra alterações na legislação sobre demarcação de terras indígenas. Na ocasião, indígenas de cerca de 105 etnias ocuparam as cúpulas do Senado e da Câmara.

5. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um aspecto importante da Ciência Política nos últimos anos é o diálogo intenso com a Economia, em especial no que se refere ao problema do desenvolvimento econômico.

Esse diálogo foi facilitado pelo grande número de economistas interessados em discutir o papel das instituições. Instituições são conjuntos de regras, procedimentos e normas éticas que organizam algum aspecto da vida social. O Estado, por exemplo, é uma instituição, as empresas são instituições, as igrejas são instituições. A partir de trabalhos como os do estadunidense Douglas North (Prêmio Nobel de Economia de 1993), o efeito de diferentes instituições sobre a economia ganhou maior importância entre os estudiosos. O estudo de questões na fronteira entre política e economia, aliás, levou a estadunidense Elinor Ostrom a ser a primeira cientista política a ganhar um Prêmio Nobel (ver *Perfil* na próxima página).

Entre os trabalhos que discutem a importância das instituições para o desenvolvimento econômico, destacam-se as pesquisas conjuntas dos economistas **Daron Acemoglu (1967-)** e **James Robinson (1960-)**. Esses economistas se dedicaram a uma das principais questões das Ciências Sociais: por que as diferenças de riqueza entre os países são tão grandes?

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem são **Daron Acemoglu (1967-)** e **James Robinson (1960-)**.

Holger Motzkau/Fundação Wikimedia. Foto de 2009.

PERFIL

ELINOR OSTROM

A cientista política estadunidense Elinor Ostrom (1933-2012) graduou-se em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Influenciada pela economia institucional, estudou o papel das instituições na resolução de um problema importante: a chamada tragédia dos comuns. Essa situação ocorre quando existe um recurso qualquer (por exemplo, um lago onde se pode pescar) que não é propriedade de ninguém. A tragédia se dá quando cada pescador, levando em conta apenas seu interesse individual, pesca o máximo que pode, sem considerar, por exemplo, a necessidade de permitir que os peixes se reproduzam. Se todos fazem isso, em breve não haverá mais peixes para ninguém. Ostrom pesquisou casos em que comunidades locais desenvolveram regras que permitiram evitar a tragédia dos comuns, com a participação dos próprios membros da comunidade no reforço das regras.

A importância do trabalho de Ostrom fica evidente quando consideramos que boa parte dos problemas ambientais são exemplos da tragédia dos comuns. Num futuro próximo, será necessário desenvolver regras cada vez melhores para administrar bens comuns, como a atmosfera do planeta, os recursos do oceano e a água potável.

Elinor Ostrom foi a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel de Economia, em 2009, dividido com o economista Oliver Williamson.

Segundo Acemoglu e Robinson, os países que mais se desenvolveram conseguiram, primeiro, um alto grau de **centralização política**: isto é, construíram Estados que mantêm um mínimo de ordem, necessário para que seja possível, por exemplo, montar uma fábrica sem temer que ela seja destruída durante uma guerra civil. Isso ainda não foi alcançado em diversas partes do mundo, como no Afeganistão e na Somália, que estão entre os países mais pobres do mundo.

Em segundo lugar, os países que prosperaram tinham **instituições econômicas** (mercados, direitos de propriedade, etc.) e **políticas** (estrutura do Estado, partidos, sistema eleitoral, etc.) mais inclusivos. O que torna um Estado ou um mercado mais inclusivo? A capacidade de incluir mais pessoas em seu funcionamento. Assim, quando em determinado país mais pessoas têm seus direitos de propriedade garantidos, mais indivíduos têm condições de competir no mercado, mais gente tem possibilidade de fundar empresas, etc., diz-se que as instituições econômicas se tornaram mais inclusivas. Da mesma forma, num país em que o Estado passa a reconhecer o direito de mais pessoas votarem, serem eleitas, participarem da vida política e discutirem como o país deve ser governado, dizemos que as instituições políticas se tornaram mais inclusivas.

NASA/Alamy/Latinstock

Esta foto noturna de 2012, tirada por satélite, mostra as duas Coreias, a do Sul e a do Norte, em que é possível ver claramente a diferença de desenvolvimento entre os dois países. A Coreia do Sul é muito iluminada, o que indica não só maior acesso à energia elétrica, como também, provavelmente, uma vida noturna mais intensa (o que em geral indica maior renda), melhor iluminação urbana, etc. A Coreia do Norte é a área quase completamente escura: o ponto mais claro é a capital do país. O que explica tamanha diferença de desenvolvimento entre países que, afinal, têm a mesma cultura? Para Acemoglu e Robinson, a resposta é a diferença entre as instituições. Na ditadura norte-coreana, tanto o poder político quanto o controle da economia estão extremamente concentrados nas mãos da elite governante. Na Coreia do Sul, as instituições seriam mais inclusivas, isto é, haveria muito mais oportunidades para os cidadãos participarem tanto do mercado quanto da vida política.

De que modo as instituições inclusivas favoreceriam o desenvolvimento? Em primeiro lugar, porque o progresso econômico e a inovação tecnológica dependem não só de haver muitas pessoas com chance de arriscar seu capital em novas técnicas de produção e novos produtos, mas também da competição entre elas. Dificilmente a competição será livre se o Estado for controlado por um pequeno grupo ou por um ditador, que em geral preferem utilizar o Estado para extrair os recursos para si, sem competição. Desta forma, um sistema em que mais pessoas podem participar das decisões políticas, como a democracia, também favoreceria, no longo prazo, o desenvolvimento econômico.

O oposto das instituições inclusivas são as **instituições extrativas**, que visam apenas extrair riqueza da população para beneficiar a elite que, em geral, também controla o Estado. Um exemplo clássico do efeito das instituições extrativas sobre o desenvolvimento são os índices de pobreza da grande maioria dos países que foram colônias (como o Brasil): nas colônias, as instituições não eram pensadas para garantir o bem-estar da população (que, em grande parte, era escrava ou pobre), mas sim para assegurar a extração de riqueza destinada à metrópole. Mesmo depois da independência, muitos desses países (inclusive o Brasil) continuaram tendo por um longo período o mesmo tipo de instituição, apenas com a substituição do controle: saiu a metrópole, entraram novas elites locais.

As instituições extrativas não favorecem o desenvolvimento econômico de longo prazo, mas podem favorecer grande crescimento de curto prazo. Por exemplo, na antiga União Soviética apenas o Estado podia ser proprietário de indústrias (e, aliás, de quase todos os bens econômicos), e o controle do Estado era exercido com violência por uma pequena elite do Partido Comunista. Essa elite foi muito eficaz em movimentar à força, e com enorme sofrimento humano, recursos da agricultura para a indústria. Com isso, indiscutivelmente modernizou a União Soviética, que teve grande crescimento econômico durante algumas décadas do século XX. Entretanto, quando o país já estava industrializado, o desenvolvimento econômico passou a depender de outros fatores: por exemplo, da capacidade de introduzir novas tecnologias na produção, como aconteceu com grande intensidade no mundo capitalista da época.

Marc Müller/DPA/Agência France-Presse

Em foto de 2016, aspecto da sede alemã de empresa estadunidense especializada em buscas na internet. O crescimento das empresas de informática e tecnologia foi fundamental para que os Estados Unidos superassem a União Soviética na Guerra Fria. Embora ambos os países tenham produzido tecnologia de ponta no setor militar, só nos Estados Unidos havia milhares de empresários dispostos a apostar (e, muitas vezes, perder) seu dinheiro utilizando essas tecnologias para criar novos produtos para o consumidor e para as empresas. A abertura do sistema econômico a vários participantes aumenta a competição, que por sua vez favorece a eficiência.

A criação de novas tecnologias é mais fácil quando os criadores podem apostar seu dinheiro (ou o dinheiro de quem aposte neles) em suas ideias. Muitas dessas ideias dão errado, mas as que dão certo têm chance de prosperar. É um processo de tentativa e erro, em que os inovadores arriscam seu capital esperando obter grandes lucros com suas inovações. Esse processo pode se tornar mais difícil quando o único proprietário é o governo e a elite teme que os inovadores se tornem ricos (e, portanto, poderosos), ameaçando seu poder. Assim, a União Soviética, que teve crescimento econômico alto durante muitos anos, se tornou incapaz de competir com os países capitalistas, não conseguiu reformar sua economia, estagnou e entrou em declínio, deixando de existir em 1991.

É muito difícil deixar de ter instituições extrativas e passar a ter instituições inclusivas. Para isso, é preciso conciliar democracia forte e economia de mercado forte. Muitas medidas necessárias para tornar o mercado mais aberto podem ser impopulares; outras vezes, as desigualdades econômicas criam elites econômicas tão poderosas que passam a controlar o governo, enfraquecendo a democracia e, no longo prazo, também a economia (porque essas elites sempre vão usar o governo para fechar as oportunidades da concorrência).

Marco Longari/Agência France-Presse

O presidente de Botsuana, Ian Khama, recebe cédula eleitoral em Serewe, em 2014. Quando se tornou independente (1966), esse país era extremamente pobre: segundo Acemoglu e Robinson, contava apenas com 12 quilômetros de estradas pavimentadas, 22 pessoas com curso universitário e cem com curso secundário. Hoje em dia, embora ainda seja pobre, Botsuana é um dos países africanos que cresce mais consistentemente. Para Acemoglu e Robinson, parte da explicação é a sobrevivência da democracia no país desde a independência, algo raro no continente africano.

ASSIM FALARAM... ACEMOGLU E ROBINSON

Instituições econômicas inclusivas que garantem os direitos de propriedade, oferecem oportunidades iguais e encorajam investimentos em novas tecnologias e habilidades conduzem mais ao crescimento econômico do que instituições econômicas extrativas, que são estruturadas para extrair recursos da maioria pela minoria e que deixam de proteger direitos de propriedade ou criar incentivos para a atividade econômica. Instituições econômicas inclusivas, por sua vez, apoiam e são apoiadas por instituições políticas inclusivas, isto é, aquelas que distribuem o poder político amplamente, de maneira pluralista, e são capazes de alcançar algum grau de centralização política para estabelecer a lei e a ordem, as bases de direitos de propriedade seguros, e uma economia de mercado inclusiva.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Why Nations Fail*. New York: Crown Publishers, 2012. p. 429. Texto traduzido.

Embora seja difícil passar das instituições extrativas para as instituições inclusivas, há histórias de sucesso. A Coreia do Sul, por exemplo, era muito pobre, sofreu a exploração colonial japonesa e uma guerra civil trágica, mas conseguiu, nas últimas décadas do século XX, se tornar economicamente dinâmica e, posteriormente, democrática e desenvolvida. Botsuana, uma das poucas democracias estáveis na África, vem crescendo muito mais rápido do que as diversas ditaduras do continente. A Índia, que é democrática desde a independência, vem abrindo sua economia, enquanto a China faz o caminho inverso: começou abrindo sua economia, mas ainda não sabemos se vai se tornar democrática nos próximos anos. Se isso não ocorrer, segundo a teoria de Acemoglu e Robinson, o país deverá sofrer uma desaceleração econômica.

As teses de Acemoglu e Robinson são muito discutidas hoje em dia, e outros autores oferecem argumentos diferentes para as mesmas questões. De qualquer forma, é provável que a discussão dos efeitos das instituições políticas sobre a economia continue a produzir trabalhos de pesquisa relevantes e necessários para melhor compreender a dinâmica do mundo contemporâneo.

VOCÊ APRENDEU QUE:

- ✔ Michel Foucault estudou as relações de poder em outras dimensões da vida social além do Estado. As prisões, os hospícios, a regulação da vida na sociedade e a maneira como poder e conhecimento científico se relacionam na modernidade são algumas novas áreas de pesquisa.
- ✔ Para Foucault, bem como para Gilles Deleuze, o poder na era moderna é exercido de maneira sutil, envolvendo instituições, conhecimento técnico e as maneiras pelas quais cuidamos de nós mesmos. O primeiro voltou-se à questão da disciplina, enquanto o segundo chamou a atenção para novos tipos de controle que caracterizam a sociedade moderna, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.
- ✔ Um dos fatores que influenciam a escolha do eleitor é a classe social a que pertence. Isso não significa que todas as pessoas de uma classe social votem no mesmo candidato.
- ✔ Segundo G. Jansen, G. Evans e De Graaf, a importância do voto de classe tem diminuído nos países desenvolvidos. Dois fatores explicam esse declínio: a diminuição do tamanho da classe operária, que sempre foi a base dos partidos de esquerda nesses países, e a moderação dos discursos da esquerda, que se afastou de alguns interesses da classe operária para conquistar votos em outros setores.
- ✔ Nos anos 1970, Ronald Inglehart mostrou que as gerações mais novas eram mais preocupadas com valores ligados à liberdade individual e à qualidade de vida (valores "pós-materiais") do que com a segurança econômica. Isso pode ser resultado do progresso econômico: quando o risco de miséria é grande, a prioridade das pessoas é evitar esse risco. Quando o país cresce e o risco se torna menor, as pessoas passam a se preocupar com qualidade de vida e liberdade individual.
- ✔ Segundo John Rawls, para saber qual seria a maneira justa de organizar a sociedade, devemos nos perguntar que regras escolheríamos para a sociedade sem saber que lugar ocuparíamos nela. Sem saber se seríamos ricos ou pobres, negros ou brancos, membros de grupos étnicos e religiosos majoritários ou minoritários, etc., teríamos mais condições de adotar regras justas.
- ✔ Para Rawls, as desigualdades sociais só se justificam quando satisfazem duas condições: a) as posições mais privilegiadas devem estar abertas a todos, independentemente de gênero, cor de pele, orientação sexual, religião, etc., e b) de algum modo beneficiam os menos privilegiados.
- ✔ Para Robert Nozick, não importa muito qual é a distribuição de renda, desde que essa renda tenha sido produzida por indivíduos exercendo seus direitos livremente.
- ✔ Para Daron Acemoglu e James Robinson, as instituições inclusivas (que admitem a participação equitativa de mais pessoas na economia e na política) favorecem o desenvolvimento econômico. O dinamismo econômico depende de pessoas que arriscam seu capital em inovações tecnológicas e novos produtos, e da competição livre entre elas.
- ✔ A competição econômica dificilmente será livre num Estado controlado por um pequeno grupo que utiliza seu poder para extrair os recursos da sociedade para si. Assim, a democracia também favoreceria, no longo prazo, o desenvolvimento econômico.

ATIVIDADES

REVENDO

1. Qual é a diferença, sob a ótica de Foucault, entre as formas de punição a criminosos nas sociedades tradicionais e nas sociedades modernas?
2. Cite dois fatores que podem explicar a diminuição da importância da classe social como determinante do voto.
3. Por que, para Inglehart, o progresso econômico pode levar as pessoas a valorizarem mais os valores pós-materiais?
4. Que critérios, para Rawls, poderiam justificar a desigualdade social?
5. Por que instituições políticas mais inclusivas podem favorecer o desenvolvimento?

INTERAGINDO

Considere a seguinte letra de música:

Comida

[...]
A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...
A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...
Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?...
A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Pra aliviar a dor...
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade...

TITÃS, *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*, WEA, 1987.

João Wainer/Folhapress

Intervenção de grafiteiros anônimos sobre grafite dos irmãos Otávio e Gustavo Pandolfo (OSGEMEOS), em rua do bairro do Cambuci, na cidade de São Paulo (SP), em foto de 2005. A cidade é cenário de sobreposições de referências temporais e expressões artísticas.

- **Explique por que a canção "Comida", do grupo de *rock* brasileiro Titãs, ilustra bem a discussão sobre os valores pós-materialistas debatidos por Inglehart.**

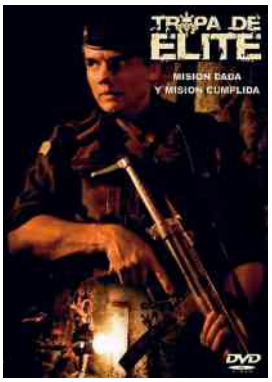
CONTRAPONTO

1. Considere a imagem a seguir:

Alex Hahn/The Economist

- Esta ilustração do desenhista Alex Hahn se baseou em um artigo da revista britânica *The Economist*, de 20/1/2011, sobre o crescimento da desigualdade. Parece uma imagem tradicional: o rico subindo e o pobre ficando para trás. A diferença é que o pobre tenta de qualquer maneira se agarrar aos fios do "tecido social" (uma metáfora para descrever que, em sociedade, estamos sempre entrelaçados uns aos outros) enquanto o rico avança sem notar que está preso ao mesmo tecido. Assim, o sentido da imagem seria que o aumento da desigualdade contribui para rasgar o tecido social, enfraquecendo o sentimento de que tanto o rico quanto o pobre integram uma mesma sociedade.
  Você considera essa tese razoável? Você acredita que o crescimento da desigualdade pode levar ao aumento da desconfiança entre as pessoas, que se sentiriam menos unidas a indivíduos de outras classes sociais?

Lula Carvalho/Zazen Produções



Cartaz do filme *Tropa de Elite*, dirigido por José Padilha.

2. O filme *Tropa de Elite* (Brasil, 2007) mostra o mundo da criminalidade do Rio de Janeiro do ponto de vista de um policial, o Capitão Nascimento, do Batalhão de Operações Especiais (Bope) fluminense.
   Em uma cena do filme, alunos de Direito participam de um debate sobre Michel Foucault. Um dos alunos explica o conceito do Panóptico, a prisão em que os guardas conseguiam observar todos os movimentos dos presos.
   O filme foi um sucesso de público e de crítica, mas contém muitas imagens violentas, retratando assassinatos e torturas cometidas tanto pelos criminosos quanto pelos policiais.
   - Com base no que estudamos sobre Foucault, você diria que o comportamento violento dos policiais e o Panóptico representam o mesmo tipo de exercício de poder?

SUGESTÕES DE LEITURA

Reprodução/Ed. Revan

A curiosa iluminação do professor Caritat, de Steve Lukes. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Steve Lukes, um dos grandes teóricos políticos de nosso tempo, escreveu essa divertida fábula em que um professor percorre diversos países imaginários em busca da melhor forma de organizar a sociedade politicamente. Cada país é governado por uma Filosofia política diferente, o que permite ao protagonista comparar os méritos e os defeitos de cada uma das doutrinas.

Máquina Estúdio/ Ed. Companhia das Letras

1984, de George Orwell. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Este livro, que talvez seja o romance distópico mais conhecido pelo público, acena para um futuro que, por vezes, parece se confundir com aspectos de nosso presente: trata-se de uma sociedade totalitária completamente dominada pelo Estado. Nela, ao mesmo tempo que tudo é feito coletivamente, cada indivíduo vive solitário. A personificação do controle se dá nesta distopia pela vigilância do Grande Irmão, que deve garantir ao Partido dominante o seu grande interesse: o poder.

FILMES

Reprodução/Eduardo Serra

Diamante de sangue (Estados Unidos, 2007). Direção: Robert Zwick.

A história da guerra civil extremamente sangrenta ocorrida em Serra Leoa a partir de 1991 e financiada pelo contrabando de diamantes. A busca por diamantes é feita de maneira extremamente desumana, sob o comando das facções militares em guerra, e com o objetivo de vender as pedras para grandes multinacionais produtoras de joias.

Reprodução/Warner Bros.

Laranja mecânica (Inglaterra, 1971). Direção: Stanley Kubrick.

Esse filme retrata, de forma exagerada, a diferença entre o método de punição puramente física e as formas de reeducação e utilização do saber técnico descritas na obra de Michel Foucault. A prisão de Alex, o protagonista, não pretende simplesmente puni-lo, mas sim reeducá-lo para que ele se torne mais capaz de viver em sociedade. À medida que as técnicas científicas se tornam mais sofisticadas, faz-se necessário repensar a legitimidade desses métodos.

Rafael Cabral/Zéfiro Filmes

Porta a porta: a política em dois tempos (Brasil, 2011). Direção: Marcelo Brennand.

Uma equipe de filmagem explorou durante três meses uma eleição no interior do Nordeste, registrando os meios e práticas políticas que ocorrem ali. Mais que retratar o que poderia ser uma espécie de exceção ao amadurecimento das relações políticas no Brasil, pode-se observar a permanência de algumas práticas em uma sociedade que ainda necessita se transformar politicamente.

INTERNET (Acesso em: 27 dez. 2015.)

Reprodução/<www.cesop.unicamp.br/>

www.cesop.unicamp.br/

No *site* do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), da Unicamp, é possível encontrar pesquisas de opinião que mostram as mudanças da população brasileira com relação a uma série de valores, inclusive os pós-materiais, estudados por Inglehart. Navegue pelo *site* e procure encontrar resultados de pesquisa sobre temas sociais atuais, como legalização das drogas, direitos das minorias, etc. Se possível, observe os resultados de duas pesquisas sobre o mesmo assunto, feitas em momentos diferentes, e veja o que mudou na opinião pública a respeito daquele assunto.

Savoring Servant/ Wayzata Library, Minneapolis, EUA.

Curso "Justiça", de Michael Sandel

Um dos maiores filósofos políticos contemporâneos, Sandel deu esse curso introdutório sobre Filosofia política na Universidade Harvard, nos Estados Unidos, em 2005. Pode-se encontrar uma versão legendada para português em diversos *sites* de compartilhamento de vídeos.

Justin Ide/Harvard News Office, Cambridge, EUA

O filósofo estadunidense Michael J. Sandel (1953-), professor da Universidade Harvard, conhecido por seu curso "Justiça" e pela crítica à teoria de John Rawls em seu livro *O liberalismo e os limites da justiça* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010). Na foto maior, o professor no teatro da universidade, em 2008. Acima, Sandel em comunicação na cidade de Minneapolis, Estados Unidos, foto de 2012.

UNIDADE 3
CONCLUINDO

Capítulo 11

1. **Em seu livro *Sobre a democracia* (2001), o cientista político estadunidense Robert Dahl (1915-2014) propõe ao leitor a seguinte situação: imagine um grupo de pessoas reunido para fazer alguma coisa em conjunto. O grupo precisa decidir que regras usar para tomar decisões. Alguém sugere que os mais sábios do grupo devem decidir o que todos vão fazer. Mas recebe a seguinte resposta:**

Nas questões mais importantes de que esta assembleia tratará, nenhum de nós é tão mais sábio do que os outros para que automaticamente prevaleçam as ideias de um ou de outro. Ainda que alguns membros saibam mais sobre uma questão em determinado momento, somos todos capazes de aprender o que precisamos saber. Naturalmente, teremos de discutir as questões e deliberar entre nós antes de chegar a qualquer decisão. Deliberar, discutir e depois tomar as decisões políticas é uma das razões pelas quais estamos formando essa associação. Mas todos estamos igualmente qualificados para participar da discussão das questões e discutir as políticas que a nossa associação deve seguir. Consequentemente, a nossa constituição deve basear-se nesse pressuposto, ela terá de assegurar a todos nós o direito de participar das tomadas de decisão da associação. Para ser bem claro: porque estamos todos igualmente qualificados, devemos nos governar democraticamente.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed. da UnB, 2009. p. 48.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Robert Dahl (1915-2014)**.

Laerte/Acervo do artista

Charge de Laerte publicada em 2012.

- **Com base nesse texto, discuta as seguintes questões:**
  a) **Por que não deveríamos aceitar ser governados por qualquer pessoa que pareça saber mais do que nós sobre os problemas que o governo precisa resolver?**
  b) **Para que a democracia funcione bem, por que é importante que todos os cidadãos se informem sobre política e sobre os problemas de sua comunidade?**
  c) **Observe a charge de Laerte, ao lado. Na sua opinião, as pessoas retratadas estão cumprindo seu dever de se informar e participar da vida política? A estratégia delas está funcionando?**

2. Em sua conferência "A política como vocação", dirigida a estudantes da Universidade de Munique em janeiro de 1919, Max Weber assim definiu a atividade de política:

A política é como a perfuração de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade — que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. Mas, para isso, o homem deve ser um líder, e não apenas um líder, mas também um herói, num sentido muito sóbrio da palavra. E mesmo os que não são líderes nem heróis devem armar-se com a fortaleza de coração que pode enfrentar até mesmo o desmoronar de todas as esperanças. Isso é necessário neste momento mesmo, ou os homens não poderão alcançar nem mesmo aquilo que é possível hoje. Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer "Apesar de tudo!" tem a vocação para a política.

WEBER, Max. A política como vocação. Apud GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (Org.). *Max Weber:* Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1967. p. 89.

- **Para Weber, portanto, a pessoa com vocação para a política seria aquela capaz de enfrentar o mundo como ele é, com todas as suas imperfeições, e nunca desanimar, mas continuar lutando por seus ideais. Com base nessa ideia, responda:**
  a) Qual ideia de Maquiavel está relacionada a esse tema?
  b) Quando Weber diz que o líder deve ser um "herói", ele está falando de alguém superpoderoso que consegue fazer tudo o que quer? Qual é a grande força do herói que Weber defende?

Reprodução/*Revista Illustrada*, fev. 1897

Antônio Conselheiro é cercado pelas forças do Exército, em charge de Pereira Neto, publicada na *Revista Illustrada*, edição de fevereiro de 1897.

3. Com base na leitura deste trecho escrito pelo historiador José Murilo de Carvalho (1939-), e usando a classificação dos três tipos de legitimidade propostos por Max Weber, responda às questões a seguir.

Em Canudos, no interior da Bahia, um líder carismático e messiânico, Antônio Conselheiro, reuniu milhares de sertanejos depois que a polícia o perseguiu por ter destruído listas de novos impostos decretados após a proclamação da República. O Conselheiro não gostara também de medidas secularizadoras adotadas pela República, como a separação entre Igreja e Estado, a secularização dos cemitérios e, sobretudo, a introdução do casamento civil. Em Canudos, ele tentou criar uma comunidade de santos onde as práticas religiosas seriam preservadas e onde todos poderiam viver irmanados pela fé. Sua comunidade foi destruída a poder de canhões, em nome da República e da modernidade.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 71-72.

a) Qual tipo de dominação explicaria melhor a legitimidade dos líderes de Canudos diante de seus comandados? Seria a mistura de mais de um tipo?
b) Que tipo de dominação as tropas do governo diziam defender quando proclamavam os ideais da República e da modernidade? Partindo do seu conhecimento sobre o Brasil na Primeira República, você acha que o Estado brasileiro nessa época se adequava aos ideais que as tropas do governo diziam defender?
c) Considerando o poder político durante a Primeira República, é possível que um dos elementos que explicam a revolta seja justamente a dificuldade da República brasileira para se legitimar em seus primeiros anos?

4. Em 2014, Fabiane Maria de Jesus, de 30 anos, foi linchada por uma multidão em Guarujá (SP). Dias antes, uma página em uma rede social havia divulgado um vídeo que acusava Fabiane de sequestrar crianças para realizar rituais de magia negra. A informação divulgada pela página era falsa. Segundo o sociólogo José de Souza Martins, em entrevista ao *site El País Brasil* em 8 de julho de 2015, há cerca de um linchamento por dia no Brasil. Com base no que estudamos no Capítulo 11, responda:
   a) Podemos dizer que o linchamento é um sinal de problemas para o Estado? Utilize a concepção de Estado de Max Weber para responder.
   b) Digamos que um grupo de jovens comece a praticar linchamentos contra criminosos em uma vizinhança. Os jovens não governam segundo uma constituição democrática, não dispõem de meios para investigar crimes propriamente, não garantem direito de defesa aos acusados e não são fiscalizados por instituições como tribunais ou parlamentos. Se a comunidade lhes reconhecer o direito de praticar linchamentos, o que os impede de abusar desse poder em interesse próprio?

Capítulo 12

1. A citação a seguir é tirada de um artigo publicado no *British Medical Journal* (BMJ), publicação britânica especializada em Medicina. É interessante que um periódico de Medicina dedique suas páginas a uma discussão sobre como organizar um movimento social global. Analise o texto e a imagem e faça as atividades a seguir.

Bernardo Gutiérrez/Folhapress

Passageiros no Aeroporto Internacional da Cidade do México em 29 de abril de 2009, durante a epidemia de gripe suína.

> *"Os abolicionistas tiveram sucesso", escreve Hochschild, "porque eles superaram um desafio com que ainda se depara qualquer um que* [deseje promover uma ampla mudança social]: *fazer conexões entre o próximo e o distante."*
>
> SMITH, Richard. *Learning from the Abolitionists, the First Social Movement*. BMJ, 2012. p. 1. Texto traduzido.

   a) Dê exemplos de problemas de saúde globais e justifique sua escolha.
   b) Faça um levantamento de problemas na área da saúde pública em sua cidade e indique ações sociais que podem contribuir para mudanças nessa área.
   c) Na imagem ao lado, vemos pessoas usando máscaras de proteção em um aeroporto durante a epidemia, em 2009, do vírus H1N1, causador da doença popularmente conhecida como "gripe suína". Responda: em que medida a globalização está relacionada à difusão de epidemias desse tipo?

2. Em 11 de setembro de 2001, a organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda realizou o maior atentado jamais ocorrido nos Estados Unidos. Utilizando pilotos suicidas, sequestrou aviões civis e os arremessou contra o Pentágono, sede das Forças Armadas, e contra as duas torres do World Trade Center em Nova York (veja foto na página ao lado). A Al-Qaeda atua em vários países e é sustentada por fanáticos religiosos. Seu objetivo é extinguir a influência ocidental em locais sagrados islâmicos. Seu líder máximo, Osama Bin Laden, foi assassinado pelas Forças Armadas estadunidenses no Paquistão em 2011. Em seu livro *Cooperação e conflito nas relações internacionais*, o cientista político Joseph Nye Jr. (1937-) afirma o seguinte sobre as novas redes de terrorismo global:

Um outro tipo de ator não estatal que está se tornando mais importante é o terrorista transnacional. O terrorismo não é novo na história. É um método de violência com raízes históricas profundas. [...] O que é novo hoje é que a tecnologia está colocando nas mãos de indivíduos e grupos transgressores poderes de destruição que antes eram reservados primordialmente a governos. No século XX, chefes de governo como Hitler e Stalin foram capazes de matar grande número de pessoas. Se os terroristas forem capazes de obter armas de destruição em massa no século XXI, eles desenvolverão capacidades semelhantes. É por isso que alguns observadores se referem ao terrorismo como a privatização da guerra.

NYE JR., Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009. p. 226.

- **Com base nesse texto, responda: por que redes terroristas como a Al-Qaeda são contrárias aos princípios do sistema de Westfália, discutido no Capítulo 12?**

Dan Howell/Shutterstock.com

Nuvens de fumaça sobem das torres do World Trade Center em Nova York, em 11 de setembro de 2001.

3. Embora a globalização coloque em questão alguns aspectos do Estado moderno, muitas lutas políticas internacionais contemporâneas ainda são motivadas pelo direito de constituir Estados. O caso mais evidente é a luta dos palestinos pela construção de um Estado próprio em meio à ocupação israelense e à complexa diplomacia dos demais países do Oriente Médio. Mas há também muitas pessoas, mesmo em países desenvolvidos, que desejam que suas regiões se tornem países ou adquiram mais autonomia. É o caso da Escócia, no Reino Unido, da Catalunha e do País Basco, na Espanha, e de outras regiões. Como explicar essa aparente contradição? Em seu livro *As consequências da modernidade*, Anthony Giddens oferece uma pista citando uma ideia do sociólogo estadunidense Daniel Bell (1919-2011):

Em circunstâncias de globalização acelerada, o Estado-Nação tornou-se "muito pequeno para os grandes problemas da vida, e muito grande para os pequenos problemas da vida".

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991. p. 77.

a) Comente essa ideia levando em conta o que estudamos sobre a perda da capacidade do Estado de controlar a economia em seu território ("os grandes problemas da vida").

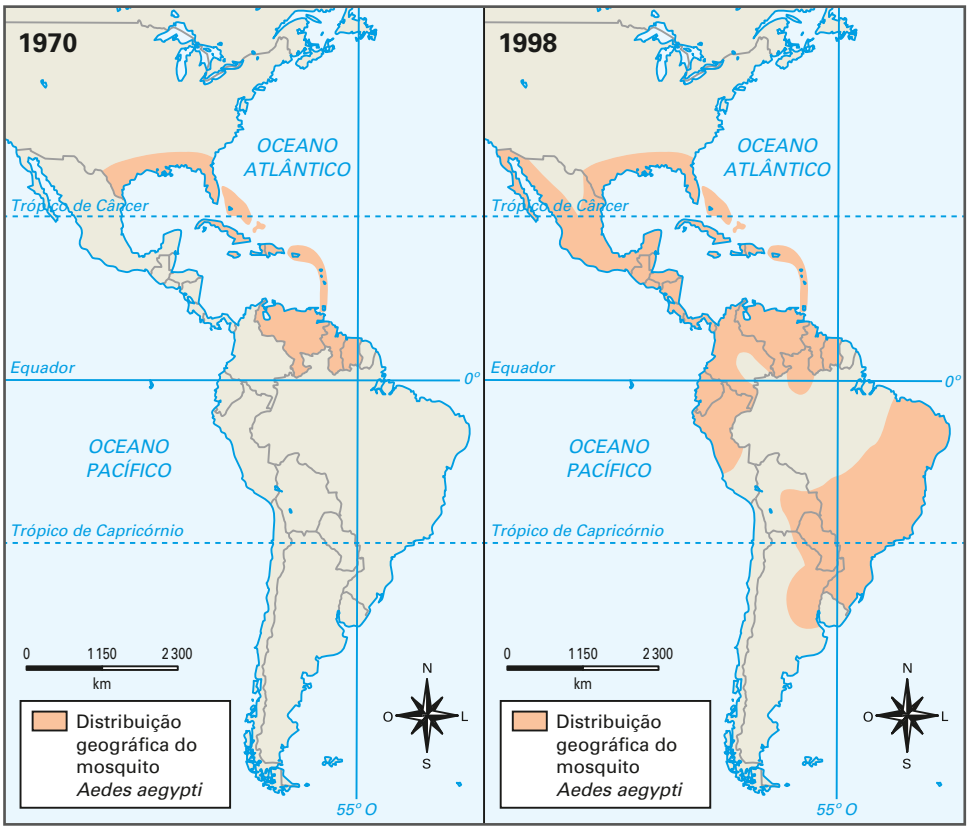
b) Abaixo, vemos uma imagem que representa um episódio da Revolução Farroupilha, um movimento separatista do Sul do Brasil no século XIX. Naquele momento, o Estado nacional brasileiro ainda não tinha grande capacidade de integrar o território nacional. Qual a diferença desse separatismo para o separatismo da era da globalização?

Reprodução/Museu Antônio Parreiras, Niterói, RJ.

Proclamação da República de Piratini **(1915), óleo sobre tela de Antônio Parreiras.**

4. Nos mapas abaixo, vemos marcados em laranja os países do continente americano em que o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus chikungunya, zika e da dengue, foi identificado ao longo do tempo. Originalmente, o mosquito vivia apenas no continente africano.

Presença do mosquito *Aedes aegypti* na América



Banco de imagens/Arquivo da editora

Fonte: GUBLER, Duane J. Resurgent Vector-Borne Diseases as a Global Health Problem. *Emerging Infectious Diseases*, v. 4, n. 3, Fort Collins: Centers for Disease Control and Prevention, set. 1998.

Como se pode ver, a incidência do mosquito nas Américas em 1970 era pequena. Nas décadas seguintes, se espalhou pelo Brasil e por quase toda a América Latina. O *Aedes aegypti* prolifera mais em climas quentes e, por este motivo, alguns especialistas acreditam que a epidemia do vírus zika possa ter sido facilitada pela elevação das temperaturas do planeta Terra nas últimas décadas (o aquecimento global).

- Explique como o aquecimento global e epidemias como as causadas pelo mosquito *Aedes aegypti* podem ser caracterizados como problemas globais, tal como definidos no Capítulo 12.

Capítulo 13

1. Você pode ter notado uma diferença importante entre o Capítulo 13 e o Capítulo 11. No Capítulo 11, abordamos principalmente os líderes políticos e o Estado. No Capítulo 13, falamos mais dos cidadãos e da participação cívica, das questões que cada um acha importante. São duas maneiras complementares de encarar a política, dois lados da política moderna.

   Para melhor compreender essa diferença, vamos comparar dois autores clássicos do pensamento político: Max Weber, citado em vários capítulos, que estudou principalmente o Estado e os problemas de quem quer liderar o Estado,

e o pensador francês Alexis de Tocqueville, pioneiro no estudo da importância das várias formas de participação cívica. No texto a seguir, o sociólogo brasileiro Gabriel Cohn (1938-) fala sobre esses dois autores.

Veja na seção **BIOGRAFIAS** quem é **Gabriel Cohn (1938-)**.

*Acomodação, **refluxo privatista** da vida política (vale dizer, pública), apatia. Estes eram os vícios para Tocqueville; deficiências no plano da cidadania e do controle sobre o poder, portanto.*

*Carência de audácia e de vontade inovadora, **inapetência** para a direção política, recuo em face das exigências do poder. Estes eram os vícios para Weber; deficiências no plano do governo e do exercício do poder, portanto. Ao caráter do cidadão senhor de si, e portanto livre, responde o caráter do líder político senhor de si, e portanto responsável.*

COHN, Gabriel. Teoria social: Tocqueville e Weber, duas vocações. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 32.

LÉXICO

refluxo privatista: retorno à vida privada.

inapetência: falta de desejo, de vontade.

- **O mais importante para a política é que os cidadãos tenham valores, se organizem entre si, participem da política, como queria Tocqueville? Ou o mais importante é que os líderes sejam responsáveis, capazes de tomar decisões difíceis e até mesmo sacrificar alguns de seus valores se isso for necessário ao bem comum, como queria Weber? Será que os dois estão certos, cada um à sua maneira? Em caso afirmativo, de que maneira cada um está certo?**

2. **Como vimos ao discutir o trabalho de Robert Putnam, estudos recentes sobre capital social nos Estados Unidos indicam que o nível de participação cívica está caindo: as pessoas vão menos à igreja, participam menos de movimentos sociais e cada vez vivem mais isoladas (o que, no texto de Gabriel Cohn citado na questão anterior, foi descrito como "refluxo privatista"). Alguns autores acham que isso pode estar acontecendo porque muitas pessoas passam cada vez mais tempo conectadas à internet. Avalie as imagens e responda à questão proposta.**

Patrick Baz/Agência France-Presse

Fabyana Mota/ON/DA Press

Na foto à esquerda, manifestantes protestam contra o governo no Cairo, capital do Egito, em 11 de fevereiro de 2011. À direita, usuários acessam a internet em *lan house* na comunidade Nova República, em João Pessoa (PB). Foto de 2010.

- **Nas imagens acima, temos duas possibilidades de interação entre internet e cidadania: no primeiro caso, os protestos no Egito em 2011, que foram organizados e divulgados, em parte, pela internet. Na segunda imagem, vemos pessoas reunidas em uma *lan house*, isoladas umas das outras. Os estudos ainda não permitem concluir qual das duas possibilidades prevalecerá. Qual a sua opinião sobre isso? Justifique.**

3. O texto abaixo trata da situação dos refugiados haitianos no Brasil, que vieram buscar melhores condições de vida após o grande terremoto que devastou sua terra natal em 2010. Em que sentido a situação descrita é um exemplo de uma reivindicação social por reconhecimento e por redistribuição?

[...] *muitos haitianos não conseguem se estabelecer. Sem emprego, acabam vivendo em condições precárias, dependentes de ações voluntárias de entidades ou da Igreja Católica. Em condições ilegais, essa situação tende a piorar. Kweitel [cientista política, diretora da Conectas Direitos Humanos, organização não governamental internacional] alerta que, sem documentação regularizada, a vulnerabilidade dessas pessoas aumenta. "Quando você chega ao Brasil, o empregador pode se aproveitar de você, porque você não pode fazer uma denúncia", diz ela. Ou seja, a situação irregular faz com que a pessoa não possa recorrer ao Estado para pedir proteção.*

ROMAN, Clara. Teto de vidro? *Carta Capital*, 2 fev. 2012. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/internacional/haitianos-no-brasil-poderiam-ser-considerados-refugiados-diz-especialista>. Acesso em: 20 fev. 2016.

4. Um dos grandes debates da democracia brasileira atual é sobre o financiamento de campanha, isto é, sobre quem pode doar dinheiro para a campanha dos políticos. Mas esse debate não é apenas brasileiro. Observe o seguinte trecho sobre o financiamento de campanha nos Estados Unidos:

Dois aspectos da crescente dependência dos candidatos ao dinheiro doado pelos empresários são cada vez mais motivos de debate no meio intelectual americano e mesmo entre alguns políticos. Um deles, levantado pelo economista Joseph Stiglitz, acusa o sistema de arrecadação de ser o responsável pelo aumento da desigualdade de renda nos Estados Unidos.

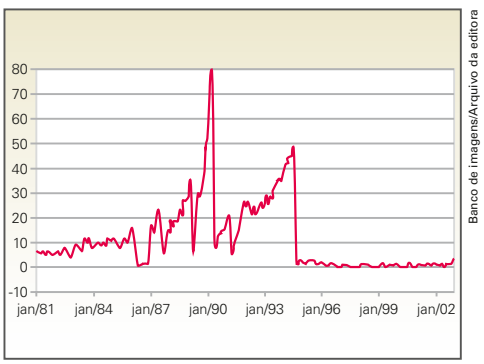
Como financiar a democracia? *Valor Econômico*, 11 fev. 2016. Disponível em: <www.valor.com.br/opiniao/4430306/como-financiar-democracia>. Acesso em: 21 fev. 2016.

- **Como você acha que as regras para o financiamento de campanha podem influenciar a desigualdade de renda em um país? É possível que o economista Joseph Stiglitz (1943-) tenha razão?**

Capítulo 14

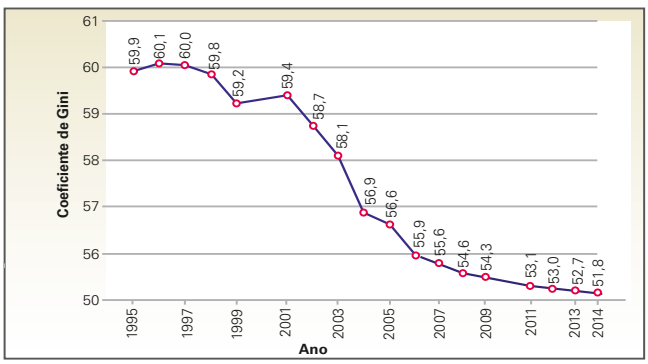
1. Como vimos, a crise dos anos 1980 gerou muita decepção na população brasileira quanto à transição democrática. Mas será que, mais de vinte anos depois, o diagnóstico sobre nossa experiência democrática pode ser o mesmo? Considere os dois gráficos a seguir. O primeiro mostra a evolução da taxa de inflação no Brasil entre 1981 e 2002. O segundo gráfico mostra o coeficiente de Gini, uma medida de desigualdade de renda utilizada pelos economistas, no Brasil das últimas duas décadas. Quanto maior o coeficiente de Gini, mais desigual é o país.

Gráfico 1: Taxa de inflação mensal (%) – INPC (1981-2002)



Fonte: IBGE.

Gráfico 2: Coeficiente de Gini (1995-2014)



Fonte: Microdados da Pnad. Tabulação própria.

- **Observe nos gráficos o que acontece com a inflação e a desigualdade de renda no Brasil quando começa a democracia, e em especial após 1994, quando esta se estabiliza. Mesmo admitindo que o Brasil ainda tem imensos problemas, é possível dizer que o governo democrático foi um fracasso? Relacione esses dois fatos com o seguinte texto do economista indiano Amartya Sen (1933-), prêmio Nobel de Economia em 1998:**

Por todo o século XIX, teóricos da democracia achavam bastante natural discutir se este ou aquele país estava "pronto para a democracia". Esse pensamento mudou apenas no século XX, com o reconhecimento de que a questão mesma estava errada. Um país não deve ser considerado pronto para a democracia, ele deve se tornar pronto através da democracia.

SEN, Amartya. Democracy as a Universal Value. Disponível em: <www.unicef.org/socialpolicy/files/Democracy_as_a_Universal_Value.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2016. Texto traduzido.

2. **Muita gente acha que o principal fracasso da democracia brasileira até hoje é a incapacidade de promover um esforço realmente significativo a favor da educação. Veja o que diz o historiador brasileiro Gunter Axt em artigo publicado na revista *Cult*:**

O que está dando errado? Para Dahl, o entendimento esclarecido — amplo conhecimento das regras do jogo pelos cidadãos — é essencial. Séculos de um sistema educacional precário inviabilizam aqui essa condição. Sem educação de verdade não qualificaremos o debate público. Democracia, como diz Stephen Holmes, não é simplesmente o governo da maioria, mas é, sobretudo, o governo que se dá pela discussão pública.

AXT, Gunter. Democracia no Brasil: um breve histórico. Revista *Cult*. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/democracia-no-brasil-um-breve-historico/>. Acesso em: 21 fev. 2016.

a) Agora, compare a opinião de Axt com a análise do cientista político Fábio Wanderley Reis (1937-):

A consequência, que se pode resumir na singular e persistente desigualdade brasileira, é que as carências materiais em que a longa escravidão se traduz para grande parcela dos estratos populares do país têm contrapartida decisiva no plano da psicologia coletiva e de suas projeções políticas. Um aspecto merece destaque: na sociedade de castas que a escravidão construiu (demarcadas, ademais, por traços físicos de alta visibilidade), a população de origem africana não chegava sequer, durante muito tempo, a ser percebida como fazendo realmente parte do povo brasileiro, o que é certamente a explicação última de nossos investimentos insuficientes em educação e da precariedade do sistema educacional brasileiro até hoje (educar "essa gente"?).

WANDERLEY REIS, Fábio. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. *Novos Estudos – Cebrap*, n. 87. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000200004&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 21 fev. 2016.

b) O primeiro texto defende a importância da educação para o êxito da democracia. O segundo mostra que, em algumas situações nas quais os mais pobres não têm direitos, as elites pouco se interessam em investir em educação. Supondo que as duas afirmações sejam verdadeiras, explique como isso é um exemplo da influência negativa da herança colonial para o fortalecimento da democracia no Brasil.

3. **Embora a abolição da escravidão no Brasil tenha constituído um marco importante na história da luta pela cidadania, a maneira pela qual ela se deu frustrou muitas das expectativas dos abolicionistas. Após a leitura dos textos da próxima página, mobilize seus conhecimentos desse período da história do Brasil, reúna-se em grupo com colegas e indique alguns fatores que impediram que os recém-libertos desfrutassem de uma cidadania plena.**

A sede da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada por Joaquim Nabuco em 1880 na casa de sua família, tinha uma foto de Lincoln emoldurada na parede. Nabuco, assim como André Rebouças [engenheiro e abolicionista brasileiro], tinha empatia por medidas aplicadas nos EUA depois da ***13ª Emenda****, como as que protegiam a pequena propriedade* [...] *O pseudônimo que Nabuco usou para assinar seus artigos para o* Jornal do Comércio, *em 1884, foi Garrison, em homenagem ao abolicionista americano William Lloyd Garrison.*

ALONSO, Angela. Em entrevista ao jornal *O Globo*, 26 jan. 2013.

Deve-se a Darcy Ribeiro um resumo da ***desdita*** *brasileira na segunda metade do século XIX: "Aqui o Sul venceu" [referência à Guerra Civil estadunidense de 1861-1865, em que os estados do Sul defendiam a manutenção da escravidão e foram derrotados pelos abolicionistas do Norte]. Enquanto na Guerra Civil americana morreram 600 mil pessoas e, entre 1863 e 1865, libertaram-se todos os escravos, em* ***Pindorama****, onde nessa época havia cerca de dois milhões de pessoas escravizadas, a Abolição só veio em 1888.*

GASPARI, Elio. Em Pindorama, o Sul venceu. *O Globo*, 27 jan. 2013.

LÉXICO

13ª Emenda: emenda à Constituição dos Estados Unidos que aboliu a escravidão e a servidão involuntária, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido condenado. A emenda foi aprovada pelo Senado em 1864 e pela Câmara e Governo em 1865. Abraham Lincoln era o presidente dos Estados Unidos na época da votação.

desdita: desgraça.

pindorama: palavra de origem tupi que significa 'terra, região ou lugar das palmeiras'. Designação anterior à conquista da América dada a regiões que formariam o Brasil.

Capítulo 15

1. Em 2015, a Suprema Corte dos Estados Unidos proibiu os estados de não reconhecer casamentos homoafetivos (entre indivíduos do mesmo sexo) realizados em outros estados. Na prática, o casamento igualitário (isto é, válido para qualquer casal, independentemente de sexo ou gênero dos indivíduos) foi legalizado em todo o território estadunidense. Na ocasião, o juiz da Suprema Corte Anthony Kennedy emitiu a seguinte sentença:

Nenhuma união é mais profunda que o casamento, pois ele incorpora os mais altos ideais de amor, fidelidade, devoção, sacrifício e família. Ao formar uma união marital, duas pessoas se tornam algo maior do que eram. Como alguns dos peticionários neste caso [os casais de gays *e lésbicas que entraram com o processo] demonstram, o casamento incorpora um amor que pode sobreviver mesmo depois da morte. Dizer que esses homens e mulheres desrespeitam a ideia do casamento seria não compreendê-los. Seu argumento é que respeitam, respeitam tanto que procuram obter essa realização para eles mesmos. Têm a esperança de não serem condenados a viver na solidão, excluídos de uma das instituições mais antigas da civilização. Pedem dignidade igual aos olhos da lei. A Constituição lhes garante esse direito.*

Voto de "juiz que legalizou" casamento *gay* nos EUA viraliza. *Site Terra*, 26 jun, 2015. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/voto-de-juiz-que-legalizou-casamento-gays-nos-eua-viraliza,dfb031d0344dffd604b849cda89c3b40oklsRCRD.html>. Acesso em: 21 fev. 2016.

- **Com base no voto do juiz Kennedy, responda:**
  a) A reivindicação de casamento igualitário é um exemplo de luta por reconhecimento ou por redistribuição?
  b) Digamos que você quisesse formar sua opinião a respeito do casamento igualitário com base nas ideias de John Rawls, e um colega seu quisesse formar sua opinião com base nas ideias de Robert Nozick. Vocês teriam a mesma opinião? Justifique sua resposta.

2. O jornalista e político Fernando Gabeira (1941-) viveu momentos importantes da história brasileira. Gabeira participou de um movimento de resistência armada comunista contra a ditadura militar, foi preso, torturado e exilado na Europa. Durante o exílio, ativou seus contatos com líderes e pensadores de esquerda que defendiam temas diferentes daqueles defendidos pelos teóricos marxistas tradicionais e surpreendeu a muitos de seus admiradores quando, de volta ao Brasil, dedicou-se sobretudo à de-

fesa de valores pós-materialistas — o meio ambiente, os direitos dos homossexuais —, deixando de lado o programa marxista que antes defendera. Ao deparar com a realidade brasileira, entretanto, Gabeira percebeu um problema:

Convivemos com duas realidades entrelaçadas e tratamos simultaneamente de problemas comuns ao terceiro mundo e aos países avançados. Há gente morrendo de fome e gente morrendo porque comeu demais, ou então comeu algo envenenado.

GABEIRA, Fernando. *Vida alternativa:* uma revolução do dia a dia. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 13.

a) Levando em conta a tese de Inglehart sobre o desenvolvimento econômico e a defesa de valores pós-materiais, que consequências a grande desigualdade social brasileira pode ter para alguém que, como Fernando Gabeira, deseja promover esses valores no Brasil?

b) Observe a seguinte charge, publicada em 2012:

Angeli/Acervo do artista

- **De que modo a charge acima, do cartunista Angeli, reflete a dificuldade de lidar com problemas ambientais ao mesmo tempo que se combate a pobreza material?**

3. No dia 30 de março de 2012, o economista Daron Acemoglu e o cientista político James Robinson apresentaram em seu *blog* os resultados da pesquisa de Thomas Fujiwara sobre a simplificação e automação (uso de urnas eletrônicas) no Brasil e seus efeitos:

A evidência disponível não indica que as massas pouco instruídas sejam ignorantes e irracionais. Pesquisa recente de Thomas Fujiwara proporciona um exemplo vindo do Brasil. Fujiwara pesquisou a inclusão eleitoral efetiva dos brasileiros menos instruídos, cujos votos eram frequentemente preenchidos erradamente devido a um sistema de votação antiquado e difícil. A simplificação e a automação do sistema de votação levou a uma grande redução do número de votos anulados por preenchimento errado, especialmente os dos menos educados e mais pobres. Fujiwara mostra que isso levou à eleição de assembleias

legislativas que defendiam uma redistribuição de renda mais generalizada [...] *Isso levou à implementação de políticas que favoreciam os recém-incluídos no eleitorado, como políticas de saúde que resultaram em melhorias significativas na saúde das crianças.*

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Democracy and Its Discontents. Disponível em: <http://whynationsfail.com/blog/2012/3/30/democracy-and-its-discontents.html>. Acesso em: 22 fev. 2016. Texto traduzido.

- **Em outras palavras, a pesquisa de Fujiwara defende que a introdução do voto eletrônico no Brasil permitiu que parte importante da população pudesse finalmente participar do processo eleitoral. Como resultado, foram eleitos políticos que implementaram bons programas de saúde para os mais pobres. Considerando que a melhoria da saúde da população é um bem em si (isto é, algo pelo que devemos lutar independentemente de ter ou não consequências) e um fator importante de desenvolvimento econômico (visto que uma população saudável é mais produtiva e gera menos gastos para o sistema de saúde), responda: em que medida o resultado da pesquisa confirma a teoria de Acemoglu e Robinson sobre a relação entre instituições inclusivas e o desenvolvimento econômico?**

4. **O Estado Islâmico é um grupo fundamentalista sunita que procura formar um Estado em partes do Iraque e da Síria. A organização vem praticando inúmeras violações de direitos humanos, da matança indiscriminada à escravização sexual, passando pela destruição de templos e relíquias de outras religiões e mesmo de outras correntes do islamismo. Mulheres são excluídas inteiramente da vida política e econômica, e membros de outras religiões e muçulmanos não fundamentalistas são severamente reprimidos. O Estado é controlado exclusivamente pelos membros da organização, e os serviços públicos são oferecidos prioritariamente a seus aliados, e não à população como um todo.**

- **Com base nisso e considerando a teoria de Acemoglu e Robinson, o Estado Islâmico teria chances de se tornar um país desenvolvido economicamente, caso consiga se transformar em um país consolidado? Justifique sua resposta.**

Bruno Morandi/Robert Harding Heritage/Agência France-Presse

O Arco do Triunfo, nas ruínas romanas em Palmira, Síria, foi um dos monumentos destruídos pelo Estado Islâmico. Ele teria sido construído há cerca de 2 mil anos, quando a região era dominada pelo Império Romano. Foto de 2015.

Questões do Enem e de vestibulares

Enem

1. (Enem 2013)

Rua Preciados, seis da tarde. Ao longe, a massa humana que abarrota a Praça Puerta Del Sol, em Madri, se levanta. Um grupo de garotas, ao ver a cena, corre em direção à multidão. Milhares de pessoas fazem ressoar o slogan: "Que não, que não, que não nos representem". Um garoto fala pelo megafone: "Demandamos submeter a referendo o resgate bancário".

RODRÍGUEZ, O. Puerta Del Sol, o grande alto-falante. *Brasil de Fato*, São Paulo, 26 maio-1º jun. 2011 (adaptado).

- **Em 2011, o acampamento dos Indignados espanhóis expressou todo o descontentamento político da juventude europeia. Que proposta sintetiza o conjunto de reivindicações políticas destes jovens?**

a) Voto universal.
b) Democracia direta.
c) Pluralidade partidária.
d) Autonomia legislativa.
e) Imunidade parlamentar.

2. (Enem 2013) A imagem (à direita) foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, no dia de Finados de 1965. Sua relação com os direitos políticos existentes no período revela a

a) extinção dos partidos nanicos.
b) retomada dos partidos estaduais.
c) adoção do bipartidarismo regulado.
d) superação do fisiologismo tradicional.
e) valorização da representação parlamentar.

PSD — PTB — UDN
PSP — PDC — MTR
PTN — PST — PSB
PRP — PR — PL — PRT
Finados

FORTUNA. *Correio da Manhã*, ano 65, n. 22 264, 2 nov. 1965.

3. (Enem 2013)

Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

- **A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja**

a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

4. (Enem 2013)

Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil

juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

- **A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser**

a) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
b) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
c) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
d) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
e) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

5. (Enem 2014)

Em 1879, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se para solicitar a D. Pedro II a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano. O vintém era a moeda de menor valor da época. A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Ao grito de "Fora o vintém!", os manifestantes espancaram condutores, esfaquearam mulas, viraram bondes e arrancaram trilhos. Um oficial ordenou fogo contra a multidão. As estatísticas de mortos e feridos são imprecisas. Muitos interesses se fundiram nessa revolta, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Desmoralizado, o ministério caiu. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém.

Disponível em: www.revistadehistoria.com.br.
Acesso em: 4 abr. 2014 (adaptado).

- **A leitura do trecho indica que a coibição violenta das manifestações representou uma tentativa de**

a) capturar os ativistas radicais.
b) proteger o patrimônio privado.
c) salvaguardar o espaço público.
d) conservar o exercício do poder.
e) sustentar o regime democrático.

6. (Enem 2014)

Existe uma cultura política que domina o sistema e é fundamental para entender o conservadorismo brasileiro. Há um argumento, partilhado pela direita e pela esquerda, de que a sociedade brasileira é conservadora. Isso legitimou o conservadorismo do sistema político: existiriam limites para transformar o país, porque a sociedade é conservadora, não aceita mudanças bruscas. Isso justifica o caráter vagaroso da redemocratização e da redistribuição da renda. Mas não é assim. A sociedade é muito mais avançada que o sistema político. Ele se mantém porque consegue convencer a sociedade de que é a expressão dela, de seu conservadorismo.

NOBRE, M. *Dois ismos que não rimam*. Disponível em: www.unicamp.br.
Acesso em: 28 mar. 2014 (adaptado).

- **A característica do sistema político brasileiro, ressaltada no texto, obtém sua legitimidade da**

a) dispersão regional do poder econômico.
b) polarização acentuada da disputa partidária.
c) orientação radical dos movimentos populares.
d) condução eficiente das ações administrativas.
e) sustentação ideológica das desigualdades existentes.

7. (Enem 2014)

TEXTO I

O presidente do jornal de maior circulação do país destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia.

Disponível em: http://oglobo.globo.com. Acesso em: 1º set. 2013 (adaptado).

TEXTO II

Nada pode ser colocado em compensação à perda das liberdades individuais. Não existe nada de bom quando se aceita uma solução autoritária.

FICO, C. *A educação e o golpe de 1964*. Disponível em: www.brasilrecente.com. Acesso em: 4 abr. 2014 (adaptado).

- **Embora enfatizem a defesa da democracia, as visões do movimento político-militar de 1964 divergem ao focarem, respectivamente:**

a) Razões de Estado — Soberania popular.
b) Ordenação da Nação — Prerrogativas religiosas.
c) Imposição das Forças Armadas — Deveres sociais.
d) Normatização do Poder Judiciário — Regras morais.
e) Contestação do sistema de governo — Tradições culturais.

8. (Enem 2015)

Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. *Os sem-terras, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003 (adaptado).

- **No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para**

a) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
b) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
c) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
d) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
e) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

Vestibulares

9. (UEM 2014 — somar respostas corretas)

O mundo foi tomado de surpresa, recentemente, com as bombásticas revelações de que empresas e cidadãos brasileiros, inclusive a presidenta Dilma Rousseff, que utilizam a rede mundial de internet, são constantemente espionados pela National Security Agency — Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA), em conjunto com a CIA. A denúncia foi efetivada, com base em documentos secretos, pelo ex-analista da NSA, Edward Snowden. [...] *O jornal britânico* The Guardian, *primeiro a divulgar os vazamentos de informações de*

Snowden, explicou como opera a NSA, agência criada há 61 anos e que emprega 35 mil funcionários. Um programa de computador dá à agência acesso a e-mails, chats online e chamadas de voz aos usuários dos serviços da Apple, Facebook, Google e Microsoft, entre outros, e tem parceria com uma grande empresa de telefonia dos Estados Unidos, que mantém relações de negócios com serviços telefônicos do Brasil e de outros países.

(VASQUES, L. Entrevista. O Brasil é vulnerável, como a maioria dos países. In: *Sociologia* 49, outubro/novembro 2013, p. 6).

- **Considerando o texto acima e a teoria sociológica sobre a crise e a reconfiguração dos Estados nacionais a partir da década de 1970, é correto afirmar que:**

  01) Quanto maior a capacidade informacional de uma sociedade, de sua economia e de seu governo, maior será a vulnerabilidade de sua segurança em termos de ataques tecnológicos.

  02) *E-mails*, participação em *chats* e consultas à internet são apenas atividades individuais e particulares; portanto, não podem envolver e afetar governos e empresas.

  04) Interesses de grandes empresas de capital internacional aplicado em telecomunicações ou mesmo interesses de agências de informação sediadas em Estados que exercem grande domínio regional ou mundial podem também ameaçar a segurança e os interesses de outros países.

  08) A rede mundial de computadores é, atualmente, uma ferramenta fundamental para a atividade de Estados, governos, instituições e partidos políticos.

  16) A internet é simplesmente um meio rápido e eficiente para obtenção de informações e nada tem a ver com o exercício político do poder.

10. (UEM 2014 — somar respostas corretas)

Neste maio de 2014, o sujeito dominante das manifestações coletivas tem cara, nome e até endereço. Não usa máscara porque ele é a própria máscara. São entidades sindicais e corporativas, as das reivindicações previsíveis e compreensíveis. Não raro são cúmplices do que questionam, como os desmandos que culminam na inflação alta, na corrosão dos salários, nas carências que não são as do catálogo do Fome Zero. Em 2013, o povo supostamente manso, diluído no sistema de cooptações que enquadrou a sociedade inteira nas conveniências do poder e do partido que governa, deu o primeiro aviso que mansidão tem limite. A surpresa é que, em 2014, a forma é outra, mas o recado é o mesmo: a cumplicidade tem seu dia de basta.

(MARTINS, J. S. O variável humor das ruas. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Geral, 24/05/2014).

- **De acordo com as teorias sociológicas sobre movimentos sociais e participação política e com base no texto acima, assinale o que for correto:**

  01) O movimento do Passe Livre, que ganhou as ruas de várias cidades brasileiras em 2013, não era legítimo e, por isso, os sindicatos tomaram a frente nas negociações em 2014.

  02) Tanto as manifestações de entidades sindicais e corporativas quanto as manifestações populares são expressões coletivas e políticas legítimas.

  04) Em sociedades democráticas, mesmo que os governos recebam apoio popular, não significa que os movimentos sociais e populares devam abandonar as manifestações públicas de suas críticas e insatisfações.

  08) O Programa Fome Zero solucionou os problemas sociais do Brasil e, por isso, não há necessidade de manifestação dos movimentos sociais e populares.

16) Aqueles sindicatos que apoiaram candidatos que foram eleitos nas eleições presidenciais não têm direito de se manifestar criticamente em relação às decisões do governo atual.

11. (UEM 2013/2 — somar respostas corretas) Considerando a temática dos governos, das instituições e dos partidos políticos, assinale o que for correto.

01) Os direitos políticos estão relacionados à formação do Estado Democrático representativo e envolvem os direitos eleitorais.
02) Em um Estado Democrático, a participação política plena e legítima ocorre quando os cidadãos se filiam aos partidos políticos.
04) Os direitos políticos só se efetivaram quando movimentos populares, como o das mulheres, conquistaram o direito ao voto.
08) Práticas de compra, de venda e de troca de votos são, ainda hoje, toleradas pela legislação eleitoral no Brasil.
16) O direito de protestar e de participar de associações políticas, como partidos e sindicatos, é uma construção cidadã.

12. (UEM 2013/2 — somar respostas corretas) Assinale o que for correto sobre o fenômeno da globalização.

01) Com a globalização, há uma diminuição do poder do Estado e uma intensificação das ações de blocos econômicos como o Mercosul, o Nafta e a Alca.
02) A abertura dos mercados, a reestruturação produtiva e a instalação dos governos neoliberais são acontecimentos que diminuíram a força do fenômeno da globalização.
04) Há movimentos antiglobalização que lutam pelo fim do trabalho e da prostituição infantis e pelo fim do tráfico de crianças e de mulheres.
08) O Fórum Social Mundial é um espaço organizado de discussões dos setores populares apoiados, dentre outros, por sindicatos, por organizações não governamentais, por governos populares e por associações profissionais.
16) A globalização, ao gerar um aumento das contradições no capitalismo, possibilitou também um crescimento da solidariedade mundial.

13. (Unicentro 2014) A sociologia oferece um conjunto de abordagens a partir de diversas orientações teóricas que permite chegar a uma conceituação do que seja movimento social.

Sobre movimento social, considere as afirmativas a seguir.

I. Alguns movimentos sociais têm como um dos seus desdobramentos o enfrentamento com as forças de segurança.
II. O conflito é um elemento constitutivo do movimento social, visto que impulsiona a busca de resoluções.
III. Os elementos constitutivos dos movimentos sociais são: o projeto, a ideologia e a organização. Os movimentos sociais são caracterizados por reivindicações que permeiam o interesse de classe do grupo social organizado.
IV. Qualquer manifestação coletiva que resulte em protesto pode ser considerada um movimento social.

- Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

BIOGRAFIAS

ADAM PRZEWORSKI (1940-). Professor de Ciência Política na Universidade de Nova York. Nascido em Varsóvia (Polônia), obteve seu doutorado em Ciência Política pela Universidade Northwestern, nos Estados Unidos. Em 1966, integrou um grupo de cientistas sociais norte-americanos e europeus empenhados na renovação do marxismo acadêmico, que formaram o que ficou conhecido como Escola do Marxismo Analítico. Przeworski é autor de importantes estudos sobre a social-democracia, a relação entre regime político e desenvolvimento econômico e a transição política no Leste Europeu após o fim dos regimes socialistas. É também um dos principais expoentes na área de estudos políticos comparativos. **[Capítulo 11]**

ADOLF BASTIAN (1826-1905). Nascido na Alemanha, estudou Direito, Biologia e Medicina. Como médico de navio, viajou por oito anos, conhecendo populações ao redor do mundo. Foi um dos fundadores da Sociedade de Etnologia de Berlim e fundador e diretor do Museu de Arte Popular na mesma cidade. Realizou várias expedições e, com base nelas, publicou vasto material etnográfico. Defensor da ideia de que toda a humanidade compartilha a mesma estrutura mental, acreditava em uma combinação de determinismo geográfico e evolução social. **[Capítulo 4]**

ALEXIS DE TOCQUEVILLE (1805-1859). Pensador e historiador francês conhecido pela obra *Democracia na América* (2 v, 1835 e 1840), hoje considerada um trabalho precursor em Sociologia e Ciência Política, e por *O Antigo Regime e a Revolução* (1856). Nessas obras, Tocqueville produziu ideias importantíssimas a respeito da sociedade moderna, do individualismo, da democracia, da relação entre igualdade e liberdade e da dinâmica das revoluções. Representante da tradição clássica do liberalismo político, Tocqueville teve ativa participação política na França. **[Capítulo 13]**

ANDREW ARATO (1944-). Nascido na Hungria, doutor pela Universidade de Chicago (Estados Unidos), é professor de teoria social e política na New School for Social Research, em Nova York. Suas áreas de concentração são pensamento social e político, teoria constitucional e revoluções e história. Lecionou na École des Hautes Études en Sciences Sociales e na Sciences Po, em Paris (França), além de na Universidade da Europa Central, em Budapeste (Hungria). Prestou serviços de consultoria sobre matéria constitucional para o parlamento húngaro e para os governos dos Estados Unidos e do Zimbábue. **[Capítulo 13]**

ANTHONY GIDDENS (1938-). *Perfil* no Capítulo 10.

ANTHONY HEATH (1942-). Sociólogo britânico, professor emérito do Nuffield College, na Universidade de Oxford (Reino Unido). Entre suas principais pesquisas, destacam-se trabalhos sobre comportamento eleitoral, estratificação social, desigualdades educacionais, etnicidade e identidade nacional. Foi assessor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em uma pesquisa na Bósnia-Herzegovina. É membro da Academia Britânica. **[Capítulo 15]**

ANTHONY MCGREW (1954-). Professor de Relações Internacionais na Universidade de Southampton, na Inglaterra, onde obteve seu doutorado em 1988. É autor, ao lado de David Held, de importantes estudos sobre a globalização e os problemas da governança global. É membro do comitê editorial da revista *Global Policy*. **[Capítulo 12]**

ANTONIO CANDIDO (1918-). Escritor, crítico literário, sociólogo, professor. Nascido no Rio de Janeiro e criado em Minas Gerais, em 1942 obteve os graus de bacharel e licenciado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1945, obteve o título de livre-docente da cadeira de Literatura Brasileira na mesma universidade. Doutor em Ciências Sociais (1954) com a tese *Os parceiros do rio Bonito*, a partir de 1958 dedicou-se inteiramente à literatura. Como crítico literário, ensaísta e professor, ministrou cursos no Brasil e no exterior (universidades de Paris, França, e Yale, Estados Unidos) e escreveu obra extensa e influente. Entre seus livros, destacam-se *Formação da literatura brasileira* (1959), *Tese e antítese* (1964), *O discurso e a cidade* (1993). É membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). **[Capítulo 9]**

ANTONIO GRAMSCI (1891-1937). *Perfil* no Capítulo 7.

ANTONIO SÉRGIO GUIMARÃES (1952-). Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutor em Sociologia pela Universidade de Wisconsin-Madison. Pro-

fessor titular no Departamento de Sociologia da USP e da cátedra Sérgio Buarque de Holanda, na Fondation Maison des Sciences de l'Homme, em Paris, França. Escreveu *Classes, raças e democracia* (2002), entre outras obras voltadas à identidade afro-brasileira e à formação de classes sociais. **[Capítulo 9]**

ARGELINA FIGUEIREDO (1947-). Doutora pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago e livre-docente pela Unicamp, foi coordenadora da área de Política e Sociedade do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Atualmente, é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e desenvolve pesquisas sobre partidos e sistemas partidários no Brasil. **[Capítulo 14]**

ARTHUR RAMOS (1903-1949). Nascido em Alagoas, formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Trabalhou como legista e conheceu as pesquisas de Nina Rodrigues, que considerou racistas. Iniciou uma carreira nas Ciências Sociais, dedicando-se ao estudo das populações negras. Em 1934, passou a lecionar na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Combateu o preconceito racial e foi preso duas vezes pela ditadura de Getúlio Vargas. Em 1949, dirigiu o Departamento de Ciências Sociais da Unesco, onde ajudou a organizar um projeto de estudos sobre as relações raciais no Brasil. **[Capítulo 4]**

AUGUSTE COMTE (1798-1857). Nascido em Montpellier, França, foi o primeiro autor a sistematizar a Sociologia como ciência específica. Buscou ordenar o conhecimento humano por meio de uma abordagem fundamentalmente descritiva e baseada em elementos quantitativos, contrapondo-se às explicações metafísicas ou teológicas. **[Capítulo 6]**

BRONISLAW MALINOWSKI (1884-1942). *Perfil* no Capítulo 3.

BRUNO LATOUR (1947-). Nascido na França, doutorou-se em Filosofia na Universidade de Tours. Sociólogo, antropólogo, é influente no campo de estudos de ciência e tecnologia. Professor no Instituto de Estudos Políticos em Paris, desenvolve pesquisas sobre a ciência moderna e escreveu o livro *Jamais fomos modernos* (1991). **[Capítulo 5]**

CAIO PRADO JÚNIOR (1907-1990). Filho de uma família abastada da capital paulistana, bacharelou-se em Direito em 1928. Ligado ao marxismo, teve intensa atividade política no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Publicou obras historiográficas consideradas de fundamental importância para o entendimento do Brasil. Foi deputado federal pelo PCB, perseguido pela ditadura de 1964 e fundador da editora Brasiliense. Publicou, entre outros livros, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História econômica no Brasil* (1945). **[Capítulo 9]**

CELIA MARIA MARINHO DE AZEVEDO (1951-). Cientista social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutora em História pela Universidade Columbia, Estados Unidos. É professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Publicou *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX* (1987) e estudos sobre a história do racismo e do antirracismo, da escravidão e do abolicionismo. **[Capítulo 9]**

CELSO FURTADO (1920-2004). Nascido em Pombal (PB), formou-se em Direito no Rio de Janeiro, em 1944, e doutorou-se em Economia pela Universidade de Paris-Sorbonne, com um estudo sobre a economia colonial brasileira. Nos anos 1950, vinculou-se à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), ligada à ONU. No governo Kubitschek, criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e foi diretor do BNDE. No governo Goulart, foi ministro do Planejamento. Cassado pelo regime militar, exilou-se na França, onde ocupou uma cátedra na Universidade de Paris. Com a Lei da Anistia, em 1979, retornou ao Brasil e desenvolveu intensa atividade acadêmica internacional. **[Capítulo 9]**

CHARLES TILLY (1929-2008). Sociólogo, cientista político e historiador norte-americano. Doutor em Sociologia pela Universidade Harvard, foi professor nessa instituição e também nas universidades Columbia e New School for Social Research. Conhecido principalmente pelo desenvolvimento da Sociologia histórica, foi um dos pioneiros no uso de métodos quantitativos em análise histórica. Seu trabalho privilegiou o estudo de movimentos sociais, história do trabalho, formação do Estado, revoluções, democratização, desigualdade e Sociologia urbana. **[Capítulos 11 e 13]**

CHARLES WAGLEY (1913-1991). Antropólogo norte-americano, formou-se na Universidade Columbia, sob influência de Franz Boas. Como professor da mesma universidade, fez trabalho de campo em vários locais do Brasil. **[Capítulo 4]**

CHARLES WRIGHT MILLS (1916-1962). Sociólogo norte-americano, professor na Universidade Columbia de 1946 até sua morte. Publicou vários livros e artigos, entre eles *A elite do poder* (1956). Também estudou e escreveu sobre a classe média norte-americana e os trabalhadores de colarinho-branco. Foi uma grande influência nos movimentos sociais da New Left [Nova Esquerda] dos anos 1960. **[Capítulo 8]**

CLAUDE LÉVI-STRAUSS (1908-2009). *Perfil* no Capítulo 1.

CLIFFORD GEERTZ (1926-2006). Nascido nos Estados Unidos, doutorou-se na Universidade Harvard em 1956. Lecionou em Chicago e Princeton. Um

dos antropólogos mais influentes do século XX, defendeu uma perspectiva cultural da Antropologia. Fez trabalho de campo em Bali e no Marrocos e é considerado um dos fundadores da Antropologia simbólica. **[Capítulo 2]**

DANI RODRIK (1957-). Economista turco, professor de Economia Política Internacional na Universidade Harvard. Publicou importantes trabalhos na área de desenvolvimento internacional, principalmente sobre políticas econômicas que levam alguns países a crescerem mais que outros. Seus trabalhos recentes discutem as possibilidades e os limites que a globalização proporciona para o desenvolvimento econômico. **[Capítulo 12]**

DANIÈLE KERGOAT (1942-). Socióloga francesa, diretora do GEDISST (Grupo de Estudos da Divisão Social e Sexual do Trabalho), na França, e também diretora emérita do Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS) francês. Sua obra é uma das mais importantes contribuições no campo de estudos das ligações entre relações de gênero na sociedade e a divisão sexual do trabalho. **[Capítulo 7]**

DARCY RIBEIRO (1922-1997). Nascido em Montes Claros (MG), estudou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde se graduou em 1946. Antropólogo, político e educador, desenvolveu pesquisas entre várias populações indígenas e foi um dos fundadores da pós-graduação em Antropologia na Universidade do Brasil, hoje pós-graduação do Museu Nacional. Como chefe da Casa Civil no governo João Goulart, desempenhou papel relevante na elaboração das chamadas reformas de base. Com o golpe militar de 1964, teve os direitos políticos cassados e foi exilado. Viveu em vários países da América Latina, foi professor na Universidade Oriental do Uruguai e assessorou os presidentes Salvador Allende (Chile) e Velasco Alvarado (Peru). Em 1976 voltou ao Brasil. Em 1982, elegeu-se vice-governador do Rio de Janeiro e trabalhou na criação dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep). Em 1990, foi eleito senador; em 1992, passou a integrar a Academia Brasileira de Letras. Além da obra antropológica, publicou vários romances. Entre seus principais livros estão *Religião e mitologia Kadiwéu* (1950), *A política indigenista brasileira* (1962) e *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995). **[Capítulo 4]**

DARON ACEMOGLU (1967-). Economista nascido em Istambul, Turquia, doutor pela London School of Economics, é professor no Massachusetts Institute of Technology (MIT) desde 1993. Membro do programa de crescimento econômico do Canadian Institute of Advanced Research, entre outros institutos. Seu foco de interesse é a maneira como as instituições políticas e econômicas influenciam o desenvolvimento econômico. **[Capítulo 15]**

DAVID HARVEY (1935-). Geógrafo britânico, é professor na City University de Nova York (Cuny). Teórico social renomado internacionalmente, doutor pela Universidade de Cambridge (1961). Seu trabalho trouxe grande contribuição ao debate sociopolítico. Ele também é responsável por restaurar o conceito de classe social e o método marxista como ferramentas da crítica ao capitalismo em tempos de globalização. Entre suas obras de maior referência estão *Condição pós-moderna* (1993) e *O enigma do capital* (2011). **[Capítulo 10]**

DAVID HELD (1951-). Nascido na Inglaterra, é estudioso de teoria política, ativo no campo de relações internacionais e um dos fundadores da editora Polity Press. Autor de trabalhos influentes sobre globalização, governança global e problemas teóricos associados ao cosmopolitismo. **[Capítulo 12]**

DAVID SCHNEIDER (1918-1995). Nascido em Nova York, completou seu doutorado em Antropologia na Universidade Harvard em 1949. Dedicou-se a pesquisas sobre parentesco de um ponto de vista culturalista. Desenvolveu grande parte da carreira docente na Universidade de Chicago. Suas pesquisas sobre o parentesco norte-americano produziram uma revolução nesse campo de estudos, tendo grande influência no desenvolvimento da Antropologia sobre as relações de gênero. **[Capítulos 2 e 5]**

DONALD PIERSON (1900-1995). Nascido em Indianápolis, Estados Unidos, obteve o título de doutor pela Universidade de Chicago. Trabalhou como professor convidado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde lecionou Sociologia e Antropologia Social de 1939 a 1959. Estudou e publicou textos sobre o preconceito de raça no Brasil. **[Capítulo 4]**

E. E. EVANS-PRITCHARD (1902-1973). Nascido na Inglaterra, começou a carreira fazendo pesquisa entre os zande (povo africano que vive na região do alto rio Nilo) e depois entre os nuer. Lecionou no Cairo (Egito), em Cambridge e em Oxford (Inglaterra). Profundamente influenciado por Malinowski e Radcliffe-Brown, escreveu um dos maiores clássicos da história da Antropologia: a etnografia *Os nuer*, publicada em 1940. Em 1971 recebeu o título de *Sir*. **[Capítulo 3]**

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO (1951-). Nascido no Rio de Janeiro, doutorou-se em Antropologia no Museu Nacional (UFRJ), onde é professor desde 1978. Lecionou na École de Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), nas universidades de Chicago e Cambridge. Renomado internacionalmente como um dos principais estudiosos das populações indígenas amazônicas, é autor de vários livros, entre eles *Araweté, os deuses canibais* (1986) e *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia* (2002), uma coletânea de ensaios que revela sua principal contribuição para a Antropologia, o "perspectivismo ameríndio". **[Capítulo 5]**

EDWARD B. TYLOR (1832-1917). Antropólogo inglês, representante do evolucionismo cultural. Em seu livro *Primitive Culture and Anthropology* (1871), definiu o contexto do estudo científico da Antropologia, com base na teoria evolucionista de Charles Lyell. Considerado um dos fundadores da Antropologia social, seus trabalhos contribuíram para consolidar essa área como ciência no século XIX. **[Capítulo 1]**

EGON SCHADEN (1913-1991). Nascido em Santa Catarina, foi um dos primeiros formandos do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), em 1937. A convite de Emilio Willems, em 1941 passou a professor-assistente na USP. Em 1949, assumiu a cadeira de Antropologia quando Willems se mudou para os Estados Unidos. Teve grande importância na institucionalização da Antropologia brasileira por seus trabalhos etnológicos, pela criação da *Revista de Antropologia da USP* e pela orientação de vários antropólogos. **[Capítulo 4]**

ELINOR OSTROM (1933-2012). *Perfil* no Capítulo 15.

ÉMILE DURKHEIM (1858-1917). *Perfil* no Capítulo 6.

EMILIA VIOTTI DA COSTA (1928-). Historiadora brasileira formada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde se tornou professora emérita. Após ter sido presa pelo regime militar em 1969, foi compulsoriamente aposentada do cargo de professora pelo AI-5 (Ato Institucional n. 5) e exilou-se nos Estados Unidos, onde lecionou em diversas universidades, tendo permanecido na Universidade Yale por mais de duas décadas. Sua obra é considerada uma das maiores contribuições da historiografia brasileira acerca do período colonial. Entre suas principais publicações estão *Da Monarquia à República* (1977) e *Da senzala à colônia* (1966). **[Capítulo 9]**

EMILIO WILLEMS (1905-1997). Nascido na Alemanha, formou-se na Universidade de Berlim, onde recebeu influência dos estudos sociológicos de Max Weber. Em 1931, emigrou para o Brasil e passou a dar aulas em um seminário católico em Brusque (SC). Em 1936, em São Paulo, começou a lecionar na Escola de Sociologia e Política e, em 1941, na USP, onde ficou até 1949. Produziu vários trabalhos sobre comunidades brasileiras e sobre populações imigrantes, tendo formado cientistas sociais com papel de destaque no Brasil. Em 1949 passou a lecionar em Nashville, Estados Unidos. **[Capítulo 4]**

ERICH FROMM (1900-1980). Psicanalista, psicólogo social e filósofo humanista de origem judaico-alemã. Membro do Instituto de Investigações Sociais da Universidade de Frankfurt, participou da primeira fase das investigações interdisciplinares da Escola de Frankfurt, até que no fim dos anos 1940 rompeu com seus colegas por discordar da interpretação heterodoxa da teoria freudiana que essa escola desenvolveu, pretendendo sintetizar numa só disciplina a psicanálise e os postulados do marxismo. Entre suas principais obras, está *Conceito marxista do homem* (1964). **[Capítulo 10]**

EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909). Nascido no Rio de Janeiro, militar de formação, foi um defensor da República. Escrevia na imprensa carioca e, em 1897, foi convidado para escrever sobre a Guerra de Canudos por um jornal paulista. Sobre essa experiência escreveu *Os Sertões* (1907), livro que o consagrou. Graças a essa obra, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mais tarde, seria nomeado chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus. Viajou, então, milhares de quilômetros pela Amazônia. De volta ao Rio de Janeiro, trabalhou no Itamaraty, redigindo o relatório da viagem ao Purus e corrigindo ou elaborando mapas da região visitada. **[Capítulo 4]**

EUNICE DURHAM (1932-). Nascida no interior do estado de São Paulo, formou-se em Ciências Sociais na USP. Fez pesquisas sobre imigração italiana, migração campo-cidade, movimentos sociais e sobre a universidade brasileira. Professora da USP, teve também uma carreira institucional como presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 1990 a 1991 (e também em rápidos períodos em 1992 e 1995), Secretária Nacional de Educação Superior (1991 a 1992) e Secretária Nacional de Política Educacional (1995 a 1997). **[Capítulo 4]**

FABIANO SANTOS (1964-). Cientista político brasileiro, professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). Autor de vários livros na área de Ciência Política, entre eles, em parceria com Acir de Almeida, *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão* (2011). **[Capítulo 14]**

FERNANDO FILGUEIRAS (1977-). Doutor em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), atualmente é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador e pesquisador do Centro de Referência do Interesse Público (Crip), na mesma universidade, e diretor de pesquisa e inovação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Entre suas publicações, destaca-se a obra *Corrupção, democracia e legitimidade* (2008). **[Capítulo 14]**

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1931-). Nascido no Rio de Janeiro, mudou-se jovem para São Paulo, onde se formou em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), completando seus estudos de pós-graduação na Universidade de Paris. Após o golpe militar de 1964, exilou-se no Chile e, a seguir, na França. Voltou ao Brasil em

1968 e tornou-se professor de Ciências Políticas na USP. Meses depois, foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5 (Ato Institucional n. 5). Fundou, então, com outros pesquisadores cassados, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que se tornaria um núcleo de pesquisa e reflexão sobre a realidade brasileira. Filiou-se ao MDB, pelo qual seria candidato ao Senado por São Paulo, cargo que depois ocupou como suplente já pelo PMDB. Teve cada vez mais intensa participação política a partir da década de 1980. Foi um dos criadores do PSDB e durante o governo de Itamar Franco tornou-se ministro da Fazenda, implementando o plano Real. Nas eleições seguintes foi eleito presidente da República, cargo que ocupou por dois mandatos, entre 1995 e 2002. **[Capítulo 9]**

FERNANDO LIMONGI (1958-). Cientista político brasileiro, professor do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago (1993), trabalhou nos Estados Unidos com Adam Przeworski (seu orientador), com quem publicou importantes estudos sobre como diferentes regimes políticos influenciam o desenvolvimento econômico. De volta ao Brasil, passou a integrar a equipe do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), do qual foi presidente entre 2001 e 2006. É um dos principais estudiosos do Poder Legislativo no Brasil. **[Capítulos 11 e 14]**

FERNANDO NOVAIS (1933-). Nascido em São Paulo, graduou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou de 1961 a 1985. Em 1986, transferiu-se para o Instituto de Economia da Unicamp. Em 1996 publicou, em colaboração com Carlos Guilherme Mota, *A independência política do Brasil*. Foi o organizador geral da coleção *História da vida privada no Brasil*, de 1997, que reuniu trabalhos de renomados historiadores contemporâneos brasileiros. Lecionou na Universidade do Texas e participou de debates e seminários em outras universidades norte-americanas, como Columbia e a da Califórnia. Na França, deu cursos no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, ligado à Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle); na Bélgica, na Universidade de Louvain; e, em Portugal, nas universidades de Coimbra e de Lisboa. **[Capítulo 9]**

FLORESTAN FERNANDES (1920-1995). *Perfil* no Capítulo 9.

FRANÇOIS CHESNAIS (1934-). Economista francês, editor da revista *Carré Rouge*, é professor emérito da Universidade Paris XIII, membro do conselho científico da Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens (Attac) – entidade que propõe a taxação de grandes operações financeiras para investir na promoção da igualdade social – e técnico da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, publicou *A mundialização do capital* (1996) e *A mundialização financeira* (1998), ambos pela editora Xamã. **[Capítulo 10]**

FRANZ BOAS (1858-1942). *Perfil* no Capítulo 2.

FREDRIK BARTH (1928-2016). Antropólogo norueguês formado nas universidades de Chicago e Cambridge, foi professor emérito na Universidade de Boston. Em 1969, publicou *Ethnic Groups and Boundaries* [Grupos étnicos e fronteiras], livro no qual formulou uma teoria de etnicidade que enfatiza as fronteiras entre grupos étnicos em lugar do "conteúdo cultural" que essas fronteiras encerram. **[Capítulo 3]**

GABRIEL COHN (1938-). Sociólogo brasileiro. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, obteve na mesma universidade os graus de mestre (1967), doutor (1971) e livre-docente (1977, com a tese *Crítica e resignação*, sobre Max Weber). Professor aposentado do Departamento de Ciência Política da USP, é membro do Conselho Deliberativo do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec). Produziu trabalhos de destaque na área de teoria social, especialmente seu clássico estudo sobre Max Weber. **[Concluindo Unidade 3]**

GAYLE RUBIN (1949-). Antropóloga norte-americana, professora na Universidade de Michigan. Autora de destaque na área de estudos de gênero e sexualidades, tem vasta obra crítica sobre o assunto, tendo estudado desde o tráfico sexual de mulheres até papéis de gênero em determinadas práticas sexuais. **[Capítulo 5]**

GEOFFREY EVANS (1957-). Nascido na Inglaterra, é professor no Nuffield College, da Universidade de Oxford. Seus interesses de pesquisa incluem desigualdade social, política britânica, modelos de comportamento eleitoral (em especial a influência da classe social na decisão de voto), a evolução da divisão social de classe e étnico-religiosa, e consolidação democrática em sociedades pós-comunistas. **[Capítulo 15]**

GEOFFREY GARRETT (1958-). Reitor da Faculdade de Administração na Wharton School da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos, após ter exercido o mesmo cargo na Universidade de Sydney, Austrália, sua terra natal. Ocupou posições de destaque em universidades dos Estados Unidos e da Europa. Internacionalmente conhecido e respeitado como analista das relações políticas e econômicas entre os Estados Unidos e a China, publicou vários artigos sobre o assunto na mídia global. **[Capítulo 12]**

GIANFRANCO PASQUINO (1942-). Cientista político italiano, professor na Universidade de Bolonha. Editor do periódico *Il Mulino* entre 1980 e 1984, e da *Revista Italiana de Ciência Política* entre 2001 e 2003. Senador entre 1983 e 1992 e 1994 e 1996

como representante da Esquerda Independente e da Aliança Progressista, respectivamente. Em 2005 foi eleito membro da Academia Nacional de Ciências da Itália. **[Capítulo 11]**

GIEDO JANSEN (1984-). Nascido na Holanda, doutor em Sociologia (2011) pela Universidade de Nijmegen, onde hoje é professor. Seus principais focos de pesquisa são Sociologia política, comportamento dos eleitores, partidos políticos, divisão social, relações industriais e de trabalho, greves e movimentos sociais. **[Capítulo 15]**

GILBERTO FREYRE (1900-1987). Nascido em Pernambuco, estudou na Universidade de Baylor, nos Estados Unidos. Participou de cursos de Franz Boas na Universidade Columbia, onde fez seu mestrado. Trabalhou na imprensa, foi político eleito, assumiu cargos públicos, lecionou em Pernambuco, Rio de Janeiro e em várias universidades estrangeiras como professor visitante. Com o livro *Casa-grande & senzala* (1933), revolucionou a historiografia brasileira. Em vez do registro cronológico de guerras e reinados, ele passou a estudar o cotidiano por meio da história oral, documentos pessoais, manuscritos de arquivos públicos e privados, anúncios de jornais e outras fontes até então ignoradas. Usou também seus conhecimentos de Antropologia e Sociologia para interpretar fatos de forma inovadora. Seus livros tornaram-se base de uma ideologia da miscigenação brasileira, que acreditava no Brasil como nação racialmente mais justa. É considerado um dos pensadores mais importantes do Brasil no século XX. **[Capítulos 2 e 4]**

GILBERTO VELHO (1945-2012). Nascido no Rio de Janeiro, graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fez pós-graduação no Museu Nacional e depois na Universidade do Texas, Austin. Professor do Museu Nacional (UFRJ), conduziu pesquisas pioneiras sobre Antropologia urbana no Brasil. **[Capítulo 4]**

GILLES DELEUZE (1925-1995). Considerado um dos maiores filósofos do século XX, formou-se na Universidade de Sorbonne, Paris, em 1948. Durante sua vida foi professor primeiro em liceus e depois em universidades como Lyon, Paris VIII e Vincennes. Dedicou-se amplamente aos estudos da História da Filosofia, notadamente acerca da Filosofia moderna, e aos estudos de artistas da modernidade. No entanto, explorou também temas filosóficos ecléticos, atraindo inúmeros estudantes do mundo inteiro para suas aulas. **[Capítulo 15]**

GONÇALVES DIAS (1823-1864). Poeta, escritor, advogado, etnógrafo e jornalista. Aluno de Direito em Coimbra, Portugal, a partir de 1840, foi colega dos principais escritores da primeira fase do Romantismo português. De volta ao Brasil, foi professor e jornalista no Rio de Janeiro. Participou da Comissão Científica de Exploração, viajando por todo o norte do Brasil, coletando informações para produzir suas reflexões sobre o povo brasileiro. Em sua obra poética, buscou transmitir um sentimento nacionalista ao incorporar assuntos, povos e paisagens brasileiras. Ao lado de José de Alencar, desenvolveu o indianismo. **[Capítulo 4]**

HANNAH ARENDT (1906-1975). Filósofa alemã, uma das grandes pensadoras políticas do século XX, em especial por sua contribuição para o estudo dos regimes políticos totalitários da Alemanha nazista e da União Soviética sob o governo de Stalin. Perseguida pelo regime da Alemanha nazista por ser judia, exilou-se e ficou sem direitos políticos até 1951, quando conseguiu a cidadania norte-americana. Formulou uma concepção da política voltada sobretudo para a participação cívica e a discussão pública, destacando a participação cidadã, sem a qual Estados e partidos podem se voltar contra os cidadãos da maneira mais violenta possível. **[Capítulo 13]**

HELENA HIRATA (1946-). Socióloga nipo-brasileira, especializada em comparações internacionais do trabalho e das relações de gênero, é pesquisadora do Genre et Rapports Sociaux (GERS) do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), na França. Formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo, é um dos grandes nomes da Sociologia do Trabalho no Brasil e realizou importantes estudos sobre a divisão sexual do trabalho no capitalismo moderno. Entre suas obras, destacam-se *Sobre o "modelo" japonês* (1993 , organizadora) e *Nova divisão sexual do trabalho?* (2002). **[Capítulo 7]**

HÉLIO JAGUARIBE (1923-). Sociólogo, cientista político e escritor brasileiro. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), doutor *honoris causa* pela Universidade Johannes Gutenberg, de Mainz, Alemanha; pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidade de Buenos Aires, por sua contribuição aos estudos latino-americanos nas áreas das Ciências Sociais e das Relações Internacionais. Professor visitante das universidades Harvard, Stanford, e do MIT, nos Estados Unidos, e decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes), do Rio de Janeiro. Foi fundador e responsável pela cadeira de Ciência Política do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), onde exerceu marcada liderança intelectual. Autor de vasta obra, publicou, entre seus últimos livros, *Brasil, homem e mundo: reflexão na virada do século* (2000), *Um estudo crítico da História* (2001, 2 v) e *Brasil: alternativas e saída* (2002). **[Concluindo Unidade 1]**

HENRY SUMNER MAINE (1822-1888). Jurista e historiador inglês, conhecido por defender a tese de que a lei e a sociedade se desenvolveram do "*status* ao contrato". Segundo essa tese, no mundo antigo os indivíduos estavam estreitamente ligados por *status*

a grupos tradicionais, enquanto no mundo moderno os indivíduos são vistos como agentes autônomos e são livres para estabelecer contratos e associações com pessoas e grupos de sua escolha. **[Capítulo 1]**

HERBERT BALDUS (1899-1970). Nascido na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial mudou-se para o Brasil, onde participou de expedições cinematográficas entre populações indígenas. Voltou à Alemanha em 1928 para formalizar estudos em Antropologia, em Berlim. Deixou a Alemanha por causa da ascensão do partido nazista, fixando-se definitivamente no Brasil. Em 1939 passou a lecionar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisou diversas populações indígenas no Brasil, tendo publicado vários artigos e livros sobre essas investigações. Foram seus alunos vários intelectuais de destaque na vida nacional, como Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda e Oracy Nogueira. Dirigiu o Museu Paulista, onde organizou a área de Antropologia. Naturalizou-se brasileiro em 1941. **[Capítulo 4]**

HERBERT MARCUSE (1898-1979). Nascido na Alemanha, filho de pais judeus. Estudou Literatura e Filosofia em Berlim e Freiburg, onde foi orientado por Martin Heidegger em seu doutorado sobre o filósofo Hegel. Em 1933, por causa do governo nazista, imigrou para a Suíça, indo em seguida para os Estados Unidos, onde obteve a cidadania em 1940. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), trabalhou para o governo norte-americano analisando relatórios do serviço de espionagem sobre a Alemanha, atividade que durou até 1951. No ano seguinte, começou a carreira de professor universitário de Teoria Política, primeiro em Columbia e em Harvard, depois em Brandeis, onde ficou de 1954 até 1965. Já perto de se aposentar, foi lecionar na Universidade da Califórnia em San Diego. Suas críticas à sociedade capitalista, em especial na obra *Eros e civilização*, de 1955, e em *O homem unidimensional*, de 1964, fizeram eco aos movimentos estudantis de esquerda dos anos 1960. **[Capítulo 10]**

HERBERT SPENCER (1820-1903). Filósofo, biólogo e sociólogo inglês, importante teórico do liberalismo clássico na Era Vitoriana. Spencer desenvolveu um amplo conceito da evolução, como o desenvolvimento progressivo do mundo físico, dos organismos biológicos, da mente humana, da cultura e das sociedades humanas. Acreditava que a evolução tinha uma direção sempre determinada: das estruturas mais simples para as mais complexas. Em sua época, suas ideias influenciaram diferentes campos do conhecimento: Ética, Religião, Antropologia, Economia, Teoria Política, Filosofia, Biologia, Sociologia e Psicologia. É dele a expressão "sobrevivência dos mais aptos", utilizada em sua obra *Princípios da Biologia* (1864), escrita depois da leitura de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin. **[Capítulo 1]**

JAIRO NICOLAU (1964-). Cientista político brasileiro, especialista em sistemas eleitorais. Foi pesquisador do Iuperj, depois do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **[Capítulo 14]**

JAMES G. FRAZER (1854-1941). Antropólogo escocês muito influente nos estágios iniciais dos estudos modernos sobre mitologia e religiões comparadas. Considerado um dos pais da Antropologia, sua obra mais famosa, *O ramo dourado* (1890), documenta em vários tomos e detalha as similaridades entre crenças mágicas e religiosas ao redor do mundo. **[Capítulo 1]**

JAMES ROBINSON (1960-). Cientista político e economista, professor na Universidade Harvard. Renomado especialista em América Latina e África, realizou pesquisas na República Democrática do Congo, Serra Leoa, Haiti e na Colômbia, onde lecionou durante vários anos em cursos de verão na Universidade dos Andes, em Bogotá. **[Capítulo 15]**

JEAN COHEN (1946-). Cientista política norte-americana, é doutora pela New School for Social Research, em Nova York, e tornou-se professora de pensamento político e civilização contemporânea na Universidade Columbia, na mesma cidade, após ter lecionado na Universidade de Berkeley, Califórnia. Suas áreas de interesse são direitos humanos, soberania e constitucionalismo democrático e religião, entre outras. Entre outros livros, escreveu *Civil Society and Political Theory* [Socidade civil e teoria política] (1992) com Andrew Arato. **[Capítulo 13]**

JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778). Escritor, filósofo e compositor suíço de origem francesa. Sua filosofia política influenciou a Revolução Francesa e o desenvolvimento do pensamento moderno no campo político e social. Nas obras *Discurso sobre as ciências e as artes* (1750) e *Discurso sobre a origem da desigualdade* (1755) criticou os fundamentos de uma sociedade corruptora. Em suas obras filosóficas (*O contrato social*, 1762; *Emílio ou da educação*, 1762), narrativas (*Julia ou a nova Heloísa*, 1761) e autobiográficas (*Meditações de um caminhante solitário*, 1782) expôs os princípios éticos da vida pública e privada. Como compositor, escreveu óperas de sucesso e também contribuiu como teórico musical. **[Capítulos 11 e 13]**

JEAN LOJKINE (1939-). Nascido na França, formou-se em Filosofia em 1964, completando em 1975 sua formação com o doutorado em Sociologia. Até o começo dos anos 1980, pesquisou a questão da segregação urbana. Com seu livro *A revolução informacional* (1992) passou a ter como centro de suas análises o impacto da produção da informação no trabalho, nas relações profissionais e na gestão das empresas capitalistas. No Brasil, suas obras mais difundidas,

além dessa, são *A classe operária em mutações* (1990) e *L'adieu à la classe moyenne* [Adeus à classe média] (2005). Em 2008, publicou *La crise des deux socialismes: leçons théoriques, leçons politiques* [A crise dos dois socialismos: lições teóricas, lições políticas], obra em que revisita criticamente suas teses sobre a revolução informacional. Atualmente, é diretor emérito de pesquisa em Sociologia do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica), em Paris, professor aposentado de Sociologia da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, e membro do Centro de Estudos dos Movimentos Sociais (CEMS), da mesma instituição. **[Capítulo 10]**

JESSICA T. MATHEWS (1946-). Membro emérito do Carnegie Endowment for International Peace, um instituto de estudos de relações internacionais, em Washington, D.C. (Estados Unidos) do qual foi presidente entre 1997 e 2015. Sua carreira inclui cargos em institutos governamentais da área executiva e legislativa, em administração e pesquisa em organizações não lucrativas e em jornalismo. **[Capítulo 12]**

JOHN LOCKE (1632-1704). Filósofo inglês considerado o pai do liberalismo clássico e um dos mais influentes pensadores do Iluminismo. Um dos primeiros representantes do empirismo britânico, foi igualmente importante para a teoria do contrato social. Seu trabalho teve grande impacto no desenvolvimento da Epistemologia e da Filosofia Política. Seus escritos influenciaram Voltaire e Rousseau, assim como os revolucionários norte-americanos. Suas contribuições para a teoria liberal e as ideias republicanas estão evidenciadas na Declaração de Independência dos Estados Unidos. **[Capítulos 11 e 15]**

JOHN RAWLS (1921-2002). Professor de Filosofia política na Universidade Harvard, autor de *Uma teoria da justiça* (1971), *Liberalismo político* (1993) e *O direito dos povos* (1999). Retomando a teoria do contrato social, Rawls procurou responder de que modo podemos avaliar as instituições sociais: a virtude dessas instituições consiste no fato de serem justas. Para ele, uma sociedade bem ordenada compartilha de uma concepção pública de justiça que regula a estrutura básica da sociedade. **[Capítulo 15]**

JOSÉ ANTONIO CHEIBUB (1960-). Professor de Economia Política e Políticas Públicas na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, e autor de vários livros. Tem se dedicado principalmente ao estudo do presidencialismo e ao sistema partidário em países latino-americanos. **[Capítulo 11]**

JOSÉ MURILO DE CARVALHO (1939-). Cientista político e historiador brasileiro, membro desde 2005 da Academia Brasileira de Letras. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) por vinte anos, é também professor titular de História do Brasil no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem se dedicado principalmente ao estudo da construção da cidadania no Brasil do século XIX até a atualidade. **[Capítulo 14]**

JOSEPH NYE JR. (1937-). Cientista político norte-americano, cocriador, com Robert Keohane, da teoria da interdependência e interdependência complexa nas relações internacionais e da teoria do neoliberalismo. Essas ideias foram desenvolvidas no livro *Poder e interdependência* (1977). Mais recentemente, foi pioneiro na teoria do *soft power* ("poder suave"). Sua noção de "*smart power*" tornou-se popular com o uso do termo por membros do governo Bill Clinton (1993-2001) e, mais recentemente, na administração de Barack Obama (2009-2017). **[Capítulo 12]**

JULIAN STEWARD (1902-1972). Nascido nos EUA, doutorou-se na Universidade de Berkeley sob orientação de Alfred Kroeber e Robert Lowie, dois ex-alunos de Franz Boas. Lecionou nas universidades de Michigan, Utah, Illinois e Columbia. Desenvolveu uma perspectiva conhecida como "ecologia cultural", preocupada essencialmente com as formas de subsistência das culturas. Foi de grande influência numa nova geração de antropólogos marxistas, entre eles Marvin Harris. Foi editor da coleção Handbook of South American Indians, ainda hoje referência muito importante para a Antropologia sobre os índios da América do Sul. **[Capítulo 2]**

JULIO CEZAR MELATTI (1938-). Nascido em Petrópolis (RJ), doutorou-se em Antropologia Social na USP (1970). Foi professor na Universidade de Brasília (UnB) entre 1964 e 1994. Dedica-se aos estudos sobre populações indígenas brasileiras. **[Capítulo 4]**

JÜRGEN HABERMAS (1929-). Filósofo e sociólogo alemão, representante da segunda geração da Escola de Frankfurt e um dos filósofos de maior influência e projeção internacional na atualidade. Sua teoria da ação comunicativa (ou do agir comunicativo) é uma das principais contribuições contemporâneas à Filosofia. Suas obras mais importantes são *Técnica e ciência como ideologia* (1987), *Teoria do agir comunicativo* (1981) e *Discurso filosófico da modernidade* (2000). **[Capítulo 10]**

KABENGELE MUNANGA (1942-). Antropólogo nascido na República Democrática do Congo, antigo Zaire, possui graduação em Antropologia Cultural pela Université Officielle du Congo à Lubumbashi e doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor titular da USP. Publicou *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações* (2009) e

diversos estudos em Antropologia das populações afro-brasileiras, atuando principalmente nos temas racismo, identidade e identidade negra na África e no Brasil. **[Capítulo 9]**

KARL MARX (1818-1883). *Perfil* no Capítulo 6.

KARL VON DEN STEINEN (1855-1929). Nascido na Alemanha, formou-se em Medicina, depois dedicou-se à Antropologia. Pesquisador da Universidade de Berlim, esteve no Brasil em duas expedições etnográficas, nas quais estudou índios da região do rio Xingu. Seus relatos sobre as viagens no Xingu continuam a ter grande valor etnográfico. **[Capítulo 4]**

LEONARDO AVRITZER (1959-). Cientista político brasileiro com doutorado pela New School for Social Research de Nova York, Estados Unidos. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Teoria Política Contemporânea e em estudos sobre a democracia. Entre outros livros, escreveu *Democracy and the Public Space in Latin America* (2002). **[Capítulo 14]**

LEWIS HENRY MORGAN (1818-1881). Antropólogo e etnólogo norte-americano, foi um dos fundadores da Antropologia científica. Tornou-se mais conhecido por estabelecer o estudo de sistemas de parentesco e sua teoria da evolução social. **[Capítulo 1]**

MANCUR OLSON (1932-1998). Economista e cientista social norte-americano, apropriou-se de forma pioneira de modelos econômicos para o estudo de fenômenos sociais e políticos. Suas obras tratam de temas diversificados, como as dificuldades da ação coletiva, os bens públicos e como interesses particulares organizados podem afetar o desenvolvimento econômico. *A lógica da ação coletiva* (1965) é o primeiro e mais influente de seus livros. **[Capítulo 13]**

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA (1943-). Antropóloga luso-brasileira, graduou-se em Matemática pura na Faculté des Sciences de Paris, em 1967. Três anos depois, já de volta ao Brasil, ingressou na pós-graduação em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ao final da década de 1970, engajou-se na questão indígena. Foi cofundadora da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que presidiu de 1979 a 1981. Lecionou na Unicamp e na Universidade de São Paulo, onde se aposentou. No Departamento de Antropologia desta última, fundou o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo. Lecionou na Universidade de Chicago entre 1994 e 2009. Publicou vários livros, entre eles *Direito dos índios* (1987) e a organização de *História dos índios no Brasil* (1992). **[Capítulo 1]**

MARCEL MAUSS (1872-1950). Nascido na França, formou-se em Filosofia. Estudou religiões comparadas e teve grande atuação política e acadêmica em uma época em que as Ciências Sociais se consolidavam na França. Em 1931 assumiu uma cadeira de Sociologia no Collège de France. Seu trabalho sobre a reciprocidade, o intercâmbio e a origem antropológica do contrato influenciaram profundamente a Antropologia e a Sociologia. **[Capítulo 3]**

MARGARET MEAD (1901-1978). Nascida nos Estados Unidos, em 1929 doutorou-se na Universidade Columbia, onde foi aluna de Franz Boas e Ruth Benedict. Desenvolveu trabalhos sobre as populações das ilhas Samoa, na Oceania, interessando-se especialmente por questões relacionadas às mulheres. Ativista feminista, ganhou destaque na década de 1960. Lecionou na Universidade Columbia, na New School e na Universidade Fordham, todas em Nova York. **[Capítulo 2]**

MARIA D'ALVA KINZO (1951-2008). Cientista política brasileira, fez seu doutorado no St. Anthony's College, da Universidade de Oxford. De volta ao Brasil em 1985, foi professora da Unicamp e da USP, onde se aposentou como livre-docente do Departamento de Ciência Política, em 2007. Publicou importantes estudos sobre os partidos e a transição democrática no Brasil, com destaque para *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB* (1966-1979), que também foi publicado na Inglaterra. **[Capítulo 14]**

MARIA DA GRAÇA DRUCK (1953-). Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, professora adjunta do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA), pesquisadora do Centro de Recursos Humanos/UFBA e pesquisadora do CNPq. Especialista em estudos na área de Sociologia do trabalho, tem vários trabalhos publicados, entre eles *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização* (2007). **[Capítulo 9]**

MARIA DE LOURDES MOLLO (1951-). Graduada em Economia pela Universidade de Brasília (1973), mestre em Economia pela UnB (1977) e doutora em Moeda, Finanças e Bancos na Universidade de Paris X, Nanterre (1989). É professora titular da UnB. Tem publicações e pesquisas nas áreas de economia monetária, economia política, história do pensamento econômico e, recentemente, na área de economia do turismo. **[Capítulo 10]**

MARILYN STRATHERN (1941-). *Perfil* no Capítulo 5.

MARSHALL SAHLINS (1930-). Nascido nos Estados Unidos, doutorou-se na Universidade Columbia em 1954, sob a influência de Julian Steward. Lecionou em Michigan e Chicago, onde é atualmente professor emérito. Sahlins iniciou sua carreira como um crítico da perspectiva boasiana, por influência de Steward. Após uma estadia na França, em 1968, mudou sua orientação, adotando um ponto de vista culturalista e profundamente crítico às perspec-

tivas materialistas. Publicou *Ilhas de História* (1985), *Cultura e razão prática* (1976), entre outros estudos. Seus trabalhos têm exercido grande influência e ele é considerado um dos antropólogos mais importantes da atualidade. **[Capítulos 1, 2 e 5]**

MARVIN HARRIS (1927-2001). Nascido nos Estados Unidos, doutorou-se na Universidade Columbia, sob orientação de Charles Wagley, antropólogo que tinha intensa relação com o Brasil. Alguns dos trabalhos de Marvin Harris são sobre as populações negras na Bahia. Seus primeiros trabalhos têm inspiração boasiana, da qual foi se afastando, em direção ao que ficou conhecido como "materialismo cultural". Essa perspectiva era uma aplicação do marxismo à Antropologia cultural para buscar grandes explicações sobre a vida em sociedade, fundamentalmente comparativas. Lecionou na Universidade Columbia, onde foi chefe de departamento, e depois na Universidade da Flórida. **[Capítulo 2]**

MAURICE DUVERGER (1917-2014). Jurista, cientista político e professor francês, especialista em direito constitucional. Publicou obras importantes sobre a teoria dos partidos políticos, as constituições políticas, os regimes políticos e como diferentes regras eleitorais produzem diferentes sistemas partidários. **[Capítulo 11]**

MAX GLUCKMAN (1911-1975). Nascido na África do Sul, estudou em seu país e depois na Universidade de Oxford, Inglaterra. Foi o primeiro professor de Antropologia da Universidade de Manchester, onde formou um grupo com alunos e futuros colegas que ficou conhecido como Escola de Manchester. Ativista político e profundamente anticolonialista, praticou uma antropologia voltada para ideias como conflito e mudança. **[Capítulo 3]**

MAX HORKHEIMER (1895-1973). Junto com Theodor Adorno e Herbert Marcuse, compõe o coração da Escola de Frankfurt. Doutorou-se em Filosofia em 1922 na Universidade de Frankfurt e em 1926 tornou-se docente na mesma instituição, onde criou, com Adorno, o Instituto de Pesquisas Sociais (que se tornou conhecido como Escola de Frankfurt). Com a ascensão do nazismo, refugiou-se nos Estados Unidos, onde passou a lecionar na Universidade Columbia. Em 1949, de volta a Frankfurt, reabriu o Instituto de Pesquisas Sociais. Como participante da construção da "teoria crítica" (conjunto de ideias e conceitos sobre cultura contemporânea, fortemente influenciado pelo marxismo), produziu livros de grande importância para a História da Sociologia, como *Teoria tradicional e teoria crítica* (1937), *Eclipse da razão* (1955) e *Dialética do esclarecimento* (em parceria com Adorno, em 1940). **[Capítulo 10]**

MAX WEBER (1864-1920). *Perfil* no Capítulo 6.

MÉRCIO PEREIRA GOMES (1950-). Antropólogo brasileiro com doutorado pela Universidade da Flórida (EUA), leciona na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ), tendo ensinado também nas universidades Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Estadual de Campinas (Unicamp), do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e Macalester College (EUA). Trabalhou com Darcy Ribeiro, de quem foi subsecretário de Planejamento da Secretaria Especial de Projetos e Educação, no governo do Rio de Janeiro (1990-1994). Como presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre setembro de 2003 e março de 2007, ajudou a realizar a homologação de 66 novas terras indígenas, inclusive a terra indígena Raposa Serra do Sol. Entre suas principais publicações destacam-se *O índio na História: os Tenetehara em busca da liberdade* (2002) e *A Vision from the South. How Wealth Degrades the Enviroment* (1992), este último resultado de uma pesquisa sobre os holandeses e seu meio ambiente. **[Capítulo 1]**

MICHEL FOUCAULT (1926-1984). Filósofo francês, suas obras tiveram profundo impacto sobre a maneira moderna de entender o poder, em especial em sua relação com o saber. Seus principais trabalhos analisaram temas como a loucura, a sexualidade e o Direito, sempre sob o ângulo de como os comportamentos sociais são disciplinados de múltiplas maneiras. Foi professor das universidades de Paris (França) e Berkeley (Califórnia, Estados Unidos), além de membro do Collège de France. **[Capítulo 15]**

MIKE ALVAREZ (1962-). Professor do Departamento de Política Comparada da Universidade de Bergen (Noruega). Pesquisa principalmente nas áreas de política econômica e estudos sobre democracia e democratização. **[Capítulo 11]**

MILTON SANTOS (1926-2001). Geógrafo brasileiro de renome internacional, destacou-se por seus estudos de urbanização dos países em desenvolvimento. Doutor pela Universidade de Estrasburgo (França), foi perseguido pelo regime militar brasileiro, o que o levou a morar no exterior por 13 anos. Nesse período, foi professor em várias universidades internacionais, como a Universidade de Paris-Sorbonne (França), o Massachusetts Institute of Technology (MIT, Estados Unidos) e a Universidade de Dar es Sallam (Tanzânia). De volta ao Brasil, tornou-se professor da Universidade de São Paulo (USP) e dedicou suas últimas obras ao estudo da globalização. Em 1994, recebeu o prêmio Vautrin Lud, maior premiação internacional na área de Geografia. **[Capítulo 12]**

NÁDIA FARAGE (1959-). Graduada em Ciências Sociais, é mestra em Antropologia Social pela *Universidade Estadual de Campinas* (1986) e doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é professora da *Universidade Estadual de Campinas*. Tem experiência na área

de Etnologia indígena, estudando temas como retórica e oralidade entre o povo Wapishana. Entre suas publicações, destaca-se *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização* (1991). **[Capítulo 1]**

NAN DIRK DE GRAAF (1958-). Sociólogo holandês, doutor pela Universidade de Utrecht, é professor do Nuffield College, na Universidade de Oxford. Seus interesses de pesquisa incluem estratificação social, principalmente consequências da mobilidade social, Sociologia cultural, Sociologia da religião e comportamento eleitoral. **[Capítulo 15]**

NANCY FRASER (1947-). Filósofa filiada à escola de pensamento conhecida como Teoria Crítica. Estudou Filosofia na City University de Nova York (CUNY). Atualmente é titular da cátedra de Ciências Políticas e Sociais da New School University, também em Nova York. Seu trabalho tem como focos principais a teoria social e a teoria feminista, com ênfase no estudo das várias dimensões da justiça. Em seus trabalhos mais recentes, dedicou-se às perspectivas da luta pela justiça na globalização. **[Capítulo 13]**

NICOLA MATTEUCCI (1926-2006). Cientista político italiano, fundador da revista *Il Mulino* e um dos principais teóricos do constitucionalismo em seu país. Foi professor de Filosofia Moral na Universidade de Bolonha. Conhecido investigador da História, da Ciência e da Filosofia Política, matérias sobre as quais publicou várias obras. Dirigiu, com Norberto Bobbio, o *Dicionário de Política* (1982). **[Capítulo 11]**

NICOLAU MAQUIAVEL (1469-1527). *Perfil* no Capítulo 11.

NICOS POULANTZAS (1936-1979). *Perfil* no Capítulo 8.

NINA RODRIGUES (1866-1906). Nascido no Maranhão, formou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Instalou-se na Bahia, onde desenvolveu pesquisas sociais, influenciado por teorias raciais. Foi professor na Universidade de Medicina em Salvador. Produziu vários livros sobre os negros na Bahia. Acreditava que a mestiçagem era uma degenerescência e que as populações negras eram naturalmente inferiores. **[Capítulo 4]**

NORBERTO BOBBIO (1909-2004). Nascido na Itália, é considerado um dos grandes pensadores do século XX, tendo produzido importantes trabalhos tanto na teoria jurídica como na Filosofia Política, incluindo estudos sobre pensadores políticos clássicos, como Locke e Hobbes. Sua vasta obra estuda a Filosofia do Direito, a ética, a Filosofia Política e a história das ideias, e tem como um de seus eixos a tentativa de conciliar as reivindicações de igualdade e justiça social com a defesa da liberdade e da democracia. Esse esforço teve contrapartida em sua luta para que a esquerda italiana se distanciasse do autoritarismo da União Soviética e se comprometesse firmemente com a democracia. Seu trabalho contém importantes reflexões sobre temas como o Estado, o Direito e a democracia. **[Capítulo 11]**

OCTAVIO IANNI (1926-2004). *Perfil* no Capítulo 12.

OLIVEIRA VIANNA (1883-1951). Nascido no estado do Rio de Janeiro, cursou Direito na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Foi catedrático da Escola de Direito, tendo se tornado ministro do Tribunal de Contas da União. Escreveu sobre a formação do povo brasileiro, com base em teorias eugenistas e raciais. Era contrário à imigração japonesa, por exemplo. Autor de *Populações meridionais do Brasil* (1920), *Raça e assimilação* (1932), entre outros estudos. **[Capítulos 4 e 9]**

PHILIPPE DESCOLA (1949-). Nascido na França, doutorou-se em Antropologia na École des Hautes Études, em Paris, sob orientação de Lévi-Strauss. Fez pesquisa de campo entre os Ashuar (indígenas que vivem na Amazônia equatoriana) e tem publicado textos sobre o tema. Atualmente é professor de Antropologia no Collège de France. **[Capítulo 5]**

PIERRE BOURDIEU (1930-2002). Sociólogo, antropólogo e filósofo francês. Partindo do papel do capital econômico como determinante da posição social, Bourdieu fez investigações pioneiras referentes ao papel dos capitais cultural, social e simbólico na estruturação social. Criou conceitos como os de *habitus* e de violência simbólica para buscar revelar as dinâmicas das relações de poder na vida social. Autor de grande influência na Sociologia e Antropologia contemporâneas, publicou, entre vários outros livros, *O poder simbólico* (1992); *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (1999); *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila* (2002) e *A distinção: crítica social do julgamento* (2007). **[Capítulo 10]**

RADCLIFFE-BROWN (1881-1955). Nascido na Inglaterra, estudou na Universidade de Cambridge. Iniciou suas pesquisas entre os nativos das ilhas Andaman, no oceano Índico, e seguiu longa carreira acadêmica em diversos lugares do mundo: Tonga (arquipélago no oceano Pacífico), Cidade do Cabo (África do Sul), Sydney (Austrália), São Paulo (Brasil) e Chicago (Estados Unidos). Em 1937 assumiu um posto na Universidade de Oxford. Sua perspectiva sobre estrutura social prevaleceu na Antropologia inglesa por alguns anos, assim como sua noção de uma teoria do parentesco baseada na ideia de descendência, muito utilizada para pensar sociedades africanas. **[Capítulo 3]**

RAYMUNDO FAORO (1925-2003). *Perfil* no Capítulo 14.

RENATO ORTIZ (1947-). Sociólogo brasileiro, doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), é autor de estudos sobre a cultura brasileira e sobre

sociologia das religiões. A partir dos anos 1990, produziu importantes estudos sobre a cultura na época da globalização. É professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **[Capítulo 12]**

ROBERT ANDERSEN (1967-). Nascido no Canadá, foi professor da Universidade de Oxford e, desde 2007, é professor de Sociologia e Ciência Política na Universidade de Toronto. Interessado nas áreas de Sociologia política, estratificação social e estatística aplicada, tem importante contribuição aos estudos sobre a relação entre classe social e voto. **[Capítulo 15]**

ROBERT DAHL (1915-2014). Cientista político norte-americano, foi professor emérito de Ciência Política na Universidade Yale, onde obteve seu doutorado em 1940. Um dos grandes nomes da Ciência Política no século XX, Dahl se destacou por defender a tese de que, nas democracias modernas, diversas elites (e não apenas uma elite fechada e organizada) disputam o poder entre si, e muitas vezes entram em conflito. Em seus últimos trabalhos, estudou os mecanismos da democracia moderna e as condições que favorecem seu bom funcionamento. **[Concluindo Unidade 3]**

ROBERT NOZICK (1938-2002). Filósofo político norte-americano, foi professor na Universidade Harvard. Mais conhecido por seu livro *Anarquia, Estado e utopia* (1974), uma resposta à teoria de John Rawls, Nozick foi responsável por adaptar as ideias liberais de John Locke às discussões contemporâneas, dando-lhes uma formulação bastante original. Teve profunda influência sobre as gerações posteriores de pensadores liberais e defensores do livre-mercado. Além de seu trabalho na área de Filosofia Política, publicou também estudo sobre a teoria das decisões e outros problemas filosóficos. **[Capítulo 15]**

ROBERT PUTNAM (1941-). Cientista político norte-americano, professor de Políticas Públicas na Universidade Harvard, foi um dos grandes disseminadores do conceito de capital social (e de outras ideias a ele relacionadas, como confiança), especialmente a partir de seu clássico trabalho sobre a cultura política e o desenvolvimento das diferentes regiões da Itália, *Making Democracy Work* (1993). Posteriormente, estudou as formas de associação nos Estados Unidos e identificou um preocupante declínio na frequência com que os norte-americanos participam de associações e atividades comunitárias. **[Capítulo 13]**

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA (1928-2006). *Perfil* no Capítulo 4.

ROBERTO DAMATTA (1936-). Nascido em Niterói, fez graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-graduação em Antropologia no Museu Nacional (UFRJ) e depois em Harvard, nos Estados Unidos. Lecionou no Museu Nacional, na Universidade de Notre Dame (EUA) e atualmente é professor de pós-graduação em Ciências Sociais na PUC-RJ. Desenvolveu pesquisas sobre populações indígenas, como os Gavião e Apinajé, por exemplo. Posteriormente dedicou-se a analisar a sociedade brasileira com base em inspirações estruturalistas. Autor de *Carnavais, malandros e heróis* (1979) e *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (1984), entre outros estudos. **[Capítulo 4]**

ROGER BASTIDE (1898-1974). Nascido na França, formou-se na faculdade de Letras da Sorbonne, em Paris, tendo integrado a missão francesa que foi contratada para dar aulas na Universidade de São Paulo (USP) logo após sua fundação. Lecionou por quase vinte anos na USP, depois retornou à França para ser professor na Sorbonne. Desenvolveu pesquisas detalhadas sobre as religiões africanas no Brasil e sobre a população negra em geral no Brasil. Publicou inúmeras e importantes obras como *Brasil, terra dos contrastes* (1957) e *As religiões africanas no Brasil* (1960). **[Capítulo 4]**

RONALD INGLEHART (1934-). Cientista político da Universidade de Michigan. Membro do Comitê Executivo do World Values Survey, rede global de cientistas sociais que empreenderam *surveys* nacionais representativos em 97 países, abordando temas como participação social, ecologia, identidade nacional e religião. Em seus trabalhos mais célebres, Inglehart propôs que, à medida que as sociedades se desenvolvem, passam a dar mais atenção aos valores pós-materiais, ligados à qualidade de vida e à liberdade individual. É membro da Academia Americana de Artes e Ciências. **[Capítulo 15]**

ROY WAGNER (1938-). Nascido nos Estados Unidos, doutorou-se em Antropologia na Universidade de Chicago, em 1966. Atualmente é professor na Universidade de Virgínia. Fez trabalho entre os Daribi e os Barok, povos que vivem na Papua-Nova Guiné. Seu trabalho tem sido reconhecido como inovador por muitos antropólogos contemporâneos. **[Capítulo 5]**

RUTH BENEDICT (1887-1947). Nascida nos EUA, doutorou-se na Universidade Columbia, sob orientação de Franz Boas, em 1923. Foi professora na mesma universidade até sua morte, em 1947. Seu trabalho teve grande influência na Antropologia norte-americana e mundial, e seu livro *O crisântemo e a espada* (1946) é considerado um dos clássicos da disciplina até hoje. **[Capítulo 2]**

RUTH CARDOSO (1930-2008). Nascida em Araraquara (SP), formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), onde também se doutorou em Antropologia Social. Desenvolveu pesquisas sobre imigração japonesa e movimentos sociais. Foi primeira-dama da República durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com quem foi casada. Criou e presidiu o programa social Comunidade Solidária. **[Capítulo 4]**

RUY MAURO MARINI (1932-1997). Cientista social brasileiro reconhecido internacionalmente como um dos elaboradores da teoria da dependência. Em 1962,

iniciou carreira acadêmica na recém-implantada Universidade de Brasília, onde participou de um círculo de estudos dedicado a analisar as sociedades latino-americanas à luz da teoria marxista. Depois do golpe militar de 1964, exilou-se no México, em 1965, após ser preso e torturado. Em 1971, transferiu-se para o Chile, onde foi professor da Universidade do Chile até a queda do governo de Salvador Allende em 1973. De volta ao México em 1974, lecionou na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), onde produziu a maior parte de sua obra. Em 1996 retornou definitivamente ao Brasil, onde participou de vários órgãos de ensino e pesquisa. **[Capítulo 9]**

SÉRGIO ABRANCHES (1949-). Sociólogo brasileiro, formou-se na Universidade de Brasília (1971) e obteve o doutorado em Ciência Política na Universidade Cornell (Nova York, Estados Unidos), em 1978. Autor de vários livros, entre eles *Crise e mudança: a nova cara do Brasil* (1994) e *Copenhague: antes e depois* (2010). Tem se dedicado também, nos últimos anos, a colunas em diversos jornais e rádios, além de *blogs*. **[Capítulo 14]**

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (1902-1982). Bacharelou-se em Direito pela Universidade do Brasil em 1925. Em 1929, viajou para a Europa como correspondente dos *Diários Associados* e fixou-se em Berlim, onde conheceu a obra de Max Weber. Em 1936, de volta ao Brasil, ingressou na Universidade do Distrito Federal, onde lecionou História Moderna e Contemporânea e Literatura Comparada. Nesse ano lançou seu livro *Raízes do Brasil*. Em 1945, participou da fundação da Esquerda Democrática; no ano seguinte, transferiu-se para São Paulo, onde passou a ocupar o cargo de diretor do Museu Paulista. Filiou-se ao Partido Socialista em 1947 e assumiu a vaga de professor de História Econômica do Brasil, na Escola de Sociologia e Política. Dois anos depois, proferiu uma série de conferências na Sorbonne, em Paris. Recebeu o prêmio Edgard Cavalheiro do Instituto Nacional do Livro em 1957, pela publicação de *Caminhos e fronteiras*. No ano seguinte, conquistou a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com a tese *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil*. Foi o primeiro diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), eleito em 1962. Em 1969, aposentou-se do cargo de catedrático da USP, em solidariedade aos colegas afastados de suas funções pelo AI-5. No ano seguinte, foi membro-fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). **[Capítulo 9]**

SERGIO COSTA (1962-). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, é mestre em Sociologia pela mesma instituição e doutor e livre-docente em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim, Alemanha. É professor titular de Sociologia da Universidade Livre de Berlim e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Suas áreas de pesquisa, publicação e atuação profissional são Sociologia Política, Sociologia Comparativa e Teoria Social Contemporânea, estudando principalmente os temas democracia e diferenças culturais, racismo e antirracismo, movimentos sociais e política transnacional. **[Capítulo 9]**

SÉRGIO PRAÇA (1981-). Doutor em Ciência Política pela USP, pesquisador do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (Cepesp/FGV-SP) e professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC). Seus estudos abrangem temas como corrupção e relações entre Poder Executivo e Poder Legislativo no Brasil. Foi consultor da ONG Transparência Internacional e é colunista da versão *on-line* da revista *Época Negócios*. **[Capítulo 14]**

SHERRY ORTNER (1941-). Nascida nos Estados Unidos, estudou na Universidade de Chicago, sob orientação de Clifford Geertz. Lecionou em várias universidades norte-americanas e é atualmente professora emérita da Universidade da Califórnia em Los Angeles. Por muitos anos, seus estudos se voltaram para a sociedade sherpa (Nepal). Posteriormente passou a se preocupar com a teoria feminista e cultural. **[Capítulo 5]**

SIDNEY CHALHOUB (1957-). Historiador brasileiro, é doutor pela Unicamp (1989). Em 1992, terminou o pós-doutorado na Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, e oito anos mais tarde outro pós-doutorado, na Universidade de Michigan, no mesmo país. Seus estudos sobre escravidão, cotidiano e trabalho têm importância reconhecida. Destacam-se as obras: *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da* belle époque (1986) e *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (1996). Desde 1985, é professor da Unicamp. **[Capítulo 9]**

SILVIA HUNOLD LARA (1955-). Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1977) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1986). É professora livre-docente do Departamento de História da Unicamp. Entre suas publicações destacam-se *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (1988) e *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa* (2007). Suas áreas de interesse são história do Brasil colonial, história social do trabalho, especialmente história da escravidão e relações entre História e Direito. **[Capítulo 9]**

SÍLVIO ROMERO (1851-1914). Nascido em Sergipe, foi ensaísta, crítico literário, filósofo. Formou-se em Direito em Recife. Lecionou no colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Grande polemista, teve participação na vida política e literária, escrevendo extensamente sobre literatura e folclore. **[Capítulo 4]**

SIMON SCHWARTZMAN (1939-). Sociólogo brasileiro, doutor em Ciência Política pela Universi-

dade de Berkeley (Califórnia, Estados Unidos), foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e atualmente é pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). É autor de um estudo weberiano clássico da história das instituições políticas brasileiras, *Bases do autoritarismo brasileiro* (1988). Seus estudos recentes se concentram sobretudo na área de Sociologia da educação. É membro da Academia Brasileira de Ciências. **[Capítulo 14]**

STUART HALL (1933-2014). Nascido na Jamaica, formou-se na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Ligado à esquerda política, de 1964 a 1979 trabalhou na Universidade de Birmingham, onde foi um dos criadores de um centro de estudos culturais contemporâneos. Escreveu sobre o preconceito na mídia e sobre identidades negras na Inglaterra, sendo um dos principais autores identificados com os estudos pós-coloniais. **[Capítulo 3]**

T. H. MARSHALL (1893-1981). *Perfil* no Capítulo 13.

THEODOR ADORNO (1903-1969). De origem judaica, foi um dos expoentes da Escola de Frankfurt, que contribuiu para o renascimento intelectual da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Estudou Filosofia, Sociologia, Psicologia e Música na Universidade de Frankfurt. Trabalhou no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, então dirigido por Max Horkheimer, onde elaborou a teoria da importância do desenvolvimento estético para a evolução histórica. Em 1934, imigrou para a Inglaterra fugindo da perseguição nazista e durante três anos ensinou Filosofia em Oxford. Mudou-se para os Estados Unidos e, entre 1938 e 1941, foi diretor musical do setor de pesquisa da Rádio Princeton e, depois, vice-diretor do Projeto de Pesquisas sobre Discriminação Social da Universidade da Califórnia em Berkeley. Em 1953 retornou ao seu país natal, onde reassumiu seu posto no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. **[Capítulo 10]**

THEOTONIO DOS SANTOS (1936-). Economista brasileiro, um dos formuladores da teoria da dependência, atualmente é um dos principais expoentes da teoria do sistema-mundo. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor emérito da Universidade Federal Fluminense. Além de contribuir com a formulação geral do conceito de dependência e a periodização das diversas fases da dependência na história da acumulação capitalista mundial, definiu os mecanismos reprodutivos da dependência. Outra contribuição teórica foi a formulação do conceito de "civilização planetária". Entre as suas principais obras estão: *Democracia e socialismo no capitalismo dependente* (1991) e *A teoria da dependência: balanço e perspectivas* (2000). **[Capítulo 9]**

THOMAS HOBBES (1588-1679). Filósofo inglês, foi um dos fundadores do pensamento político moderno. Sua obra *Leviatã* (1651) estabeleceu as bases para grande parte da filosofia política ocidental na perspectiva da teoria do contrato social, que vê o Estado como resultado de um contrato entre indivíduos livres, iguais e racionais. Sua obra é uma notável defesa da existência do Estado como garantidor da paz, mas sua defesa do absolutismo foi objeto de crítica de outros pensadores, especialmente dentro da própria tradição contratualista. **[Capítulo 11]**

VÂNIA BAMBIRRA (1940-2015). Formada em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi um dos mais importantes nomes da teoria marxista da dependência. Participou da organização revolucionária Política Operária (Polop), que "previu" o golpe de 1964, e acabou se exilando no Chile. Naquele país produziu diversos estudos e integrou o Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso), influenciando o programa de governo de Salvador Allende. Após o golpe liderado por Augusto Pinochet, foi para o México, onde escreveu *A Revolução Cubana: uma reinterpretação* (1973), e tornou-se doutora em Economia pela Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), em 1988. Ao retornar ao Brasil, após ser anistiada em 1979, filiou-se ao PDT de Leonel Brizola e, em 1990, se tornou professora titular do departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). **[Capítulo 9]**

WALTER BENJAMIN (1892-1940). Combinando elementos do idealismo germânico, do materialismo histórico e do misticismo judaico, Benjamin teve grande e extensa influência nas teorias estéticas e no marxismo ocidental, associado à Escola de Frankfurt. Doutorou-se em 1919, na Universidade de Berna, Suíça, mas nunca se inseriu na vida acadêmica. Deslocou-se pela Europa fugindo do nazismo, tendo morado na Itália e na França. Suicidou-se na Espanha, em meio a uma tentativa de fuga para os Estados Unidos, com medo de ser aprisionado pela Gestapo, a polícia política nazista. Produziu trabalhos como *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de história* (1940) e *Paris, capital do século XIX* (inacabado). **[Capítulo 10]**

ZYGMUNT BAUMAN (1925-). Sociólogo polonês, professor emérito da Universidade de Leeds (Reino Unido). Lutou no exército polonês durante a expulsão das tropas nazistas pelo Exército da União Soviética. Já como professor universitário na Polônia, propôs a liberalização política do regime comunista, o que causou sua expulsão da universidade. Refugiou-se em Israel e, depois, na Inglaterra, onde vive até hoje. Bauman tornou-se conhecido principalmente por suas análises da relação entre a modernidade e o Holocausto, bem como seus estudos sobre o consumismo pós-moderno. **[Capítulos 10 e 12]**

ÍNDICE REMISSIVO

A

ação afetiva 142
ação ascética 152
ação coletiva 290, 295-298, 303
ação comunicativa 206, 219
ação individual 135, 140, 147, 215
ação social 132, 152, 174, 218, 303
ação tradicional 141
acidentes de trabalho 200, 201
aculturação 56, 71, 72, 74, 82
Adam Przeworski 259, 260
Adolf Bastian 81
agente 29, 35, 87, 194, 219
agir comunicativo 218-221
agrícola 87, 133, 137, 189
agricultura 209, 211, 225, 340
Alexis de Tocqueville 300
alienação 150, 154, 155, 208
alteridade 216
ambientalismo 220, 279, 283, 339
ameríndio 38, 70, 108, 109
Andrew Arato 301, 303
animismo 109
Anthony Giddens 214, 215, 221, 269
Anthony Heath 331
Anthony McGrew 279
Antonio Candido 189
Antonio Gramsci 156, 159, 169, 181, 255, 300, 301, 303
Antonio Sérgio Guimarães 193
antropologia cognitiva 99
antropologia contemporânea 98, 99, 103, 105, 106, 109
antropologia da ciência 106
antropologia estruturalista 39
antropologia histórica 103
antropologia interpretativa 99, 110
antropologia ontológica 105
antropologia pós-social 105
antropologia reflexiva 105, 107
antropologia reversa 105, 108
antropologia simbólica 99, 110
antropologia simétrica 105, 107, 113
antropologia urbana 14, 87, 88, 91-93, 97
apropriação do produto do trabalho 143, 155
Argelina Figueiredo 319
arte 18, 39, 103, 137, 207, 208, 213, 218, 221, 283, 301
Arthur Ramos 82, 88
associações trabalhistas 151, 160
atividade produtiva 151, 162, 163, 211, 212
Augusto Comte 135, 136
autoritarismo 215, 314, 315, 318

B

Bem-Estar Social 160, 162, 199, 200, 249, 334
bens 10, 15, 68, 163, 173, 176, 182, 196, 197, 216, 249, 309, 334, 336, 339, 340
biologia 137
biológico/biológica 31, 92, 102, 138
Bronislaw Malinowski 65-67, 76, 83
Bruno Latour 106, 107
burguesia 143, 144, 153, 179, 181, 183, 255, 278
burocracia estatal 191

C

Caio Prado Júnior 190, 191, 192, 194, 201
camadas médias 91, 179
campo 19, 65, 69, 85, 89, 91, 102, 105, 110, 133
camponeses/camponesas 80, 204
capital 142, 153-155, 176, 182, 197, 206, 207, 209, 211-213
capital fictício 211-213
capitalismo 10, 15, 36, 72, 75, 85, 86, 133, 134, 135, 139, 140, 143, 145, 146, 152, 153, 154, 155,156,157,158,165, 170, 172, 177, 179, 181, 196, 209, 211, 212, 213, 215, 221, 281, 327
capitalista financeiro 211
capitalista industrial 211
castas 103
Célia Maria Marinho de Azevedo 193
Celso Furtado 196, 197, 201
Charles Tilly 255, 293
Charles Wagley 83
Charles Wright Mills 179, 180, 184
cidadania 209, 249, 290-293, 303, 309-312, 323, 324, 336
classe capitalista 143-145, 153, 160, 179
classe média 80, 170, 177, 179, 180, 182-184, 187, 262
classe social 171, 173, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 331-333, 342
classe trabalhadora 143, 145, 149, 153, 158, 160, 161, 168, 173, 175, 178, 179, 181, 183, 187, 198, 199, 201, 204, 307
classes dominantes 143, 144, 153, 175, 177, 182, 183, 195, 216, 217, 220
Claude Lévi-Strauss 38, 39, 67-69, 76, 79, 82, 86, 103
Clifford Geertz 55, 56, 99, 103, 106, 110
coerção social 138
coesão social 137, 138, 151
comércio 68, 133, 143, 145, 190, 211, 269, 332
comunicação 75, 76, 96, 108, 146, 163, 171, 172, 184, 189, 207, 210, 221, 280, 301, 312
comunidade 17, 20, 47, 63, 71, 79, 83, 84, 86, 91, 93, 141, 174, 195, 200, 253, 271, 293, 298, 339
conflito social 134, 173, 220
contratualista 256, 257, 259, 264, 336
consumo 22, 51, 68, 75, 76, 100, 133, 141, 143, 154, 159, 160, 165, 182, 184, 186, 190, 197, 200, 207, 213, 278, 331
cordialidade 191
cosmologias 87, 107, 108
cotas 74, 89, 90, 199, 294
crença 35, 51, 141, 195, 213, 251, 252
crise econômica 140, 225, 288, 312, 314, 324
cultura 17, 36, 38, 48-53, 55, 56- 60, 64, 65, 67, 71, 73-75, 83, 88, 89, 99, 101, 104-110, 133, 143, 145, 150, 171, 189, 201, 206, 207
cultura de massa 207

D

dádiva 68, 69, 102
Dani Rodrik 277, 278, 285
Danièle Kergoat 153
Darcy Ribeiro 85, 87
Daron Acemoglu 338, 339, 341, 342
darwinismo social 31, 81, 88, 93
David Harvey 214-216, 221
David Held 272, 273, 279
David Schneider 55, 56, 99, 101, 110
democracia 199, 256, 259, 260, 262, 264, 277, 278, 284, 285, 302, 308, 309, 312-316, 318, 320, 322 323, 324, 336, 340-342
democracia racial 89, 90, 93, 190, 194, 195, 201
desconstrução do texto 100
desemprego 161, 183, 195, 198, 276, 284, 334
desenvolvimento 12, 13, 20, 35, 72, 83, 87, 88, 91-93, 133-139, 145, 147, 151, 152, 157, 162, 163, 172, 173, 177-180, 192, 196-198, 207, 209, 212, 213, 215, 220, 255, 274, 280-282, 294, 299, 314, 321, 328, 338, 340, 342
desigualdade 11, 90, 110, 131, 153, 154, 156, 162, 165, 173, 188, 194, 197, 199, 200, 217, 218, 270, 281, 283, 292, 294, 295, 310, 312, 337
desnaturalização 11, 54, 92, 93
dialética 175
dinheiro 141, 152, 153, 154, 174, 191, 211, 212, 218, 220, 251, 270, 276, 295, 296, 298, 301, 303, 312, 314, 320-322, 324, 333, 334, 341
direitos humanos 220, 280
discriminação sexual 52, 76
distribuição de renda 18, 19, 176, 337, 342
diversidade 14, 40, 41, 51, 53, 57, 58, 71, 193, 214, 256
divisão do trabalho 134, 135, 137-139, 146, 151, 158, 171-173, 175, 181, 184
divisão sexual do trabalho 153
divisão social 145, 151, 153, 170, 171, 172, 175, 177, 180-182, 184
dominação 29, 31, 33, 35, 101, 141, 144, 145, 153, 165, 175, 176, 194, 196, 210, 216, 251, 252, 253, 254, 256, 264
Donald Pierson 82

E

E. E. Evans-Pritchard 66, 67, 72
economia 41, 134, 143, 155, 171, 176, 189, 194, 195-198, 201, 206, 209, 210-213, 216, 218, 220, 253, 263, 269, 270, 276, 278, 281, 283, 285, 310, 312, 328, 331, 334, 338, 341, 342
Eduardo Viveiros de Castro 108, 109
educação 11, 14, 41, 139, 145, 154, 171, 176, 182, 197, 255, 274, 280, 292, 310, 332
Edward B. Tylor 29
Egon Schaden 83
eleições 140, 250, 260, 264, 301, 310-314, 316, 324, 332
Elinor Ostrom 338-341
elite 55, 58, 340
Émile Durkheim 65, 67, 132, 134-140, 147, 150 151, 165, 170-173, 184
Emilia Viotti da Costa 193
Emilio Willems 82
emprego 183, 199, 252, 333, 334
Erich Fromm 207
escravidão 12, 40, 48, 88, 188, 189, 193, 194, 199, 279, 309, 310, 324
especialização do trabalho, especialização funcional 134, 137, 139, 151, 172, 173, 180, 194
espírito do capitalismo 139, 152
Estado 14, 15, 20, 21-23, 33, 35, 40, 41, 70, 86, 102, 136, 140, 141, 160, 162, 163, 171, 174, 176, 194, 195-197, 199, 213, 218, 219, 253, 255-259, 261-264, 268, 271-273, 275, 276, 277, 285, 290-294, 297, 300-303, 308, 309, 316, 321, 322, 324, 329, 334, 336-340, 342
estamento 173, 174, 177, 184
estatística 171
estratificação social 170, 173, 177, 179, 184
estrutura social 65, 66, 67, 69, 71, 76, 86, 138, 145, 146, 172, 200, 216, 218, 221
estruturalismo 38, 39, 69, 84
estudos de comunidade 83, 91, 93
ética protestante 152
etnia 40, 58, 73, 86, 214
etnicidade 71-76, 84-86, 93
étnico 36, 57, 72, 73, 74, 75, 273, 342
etnocentrismo 36, 51, 53, 60
etnografia 91, 107
etnografia urbana 91
etnografias clássicas 99
etos 191
Euclides da Cunha 81
Eunice Durham 85, 92
evolução 29, 31, 33, 35, 36, 38, 43, 55, 191, 291
evolucionismo 31, 40, 48, 50, 51, 64, 65, 67
evolucionista 65, 88
exploração do trabalho 11, 144, 153, 155, 162, 165, 177, 208, 210, 211

F

Fabiano Santos 319
família 11, 34, 137, 174, 189, 194, 219, 251, 298, 303
fato social 135, 138, 139, 151, 171
feminilidades 92, 101
feminismo 334
Fernando Filgueiras 323
Fernando Henrique Cardoso 193, 197, 198, 316, 319
Fernando Limongi 259, 319
Fernando Novais 193
filosofia 145, 328
financeirização 206, 211, 212, 213, 221
física (ciência) 137, 141
flexibilização da produção 161
flexibilização das leis trabalhistas 162
Florestan Fernandes 83, 92, 193-195, 201
força de trabalho 154, 155, 164, 165, 175, 177, 178, 189, 211
fordismo 158, 159, 161, 165, 178, 207
François Chesnais 212
Franz Boas 49, 50, 53, 60, 65, 68, 81, 103, 191
Frederick Winslow Taylor 158
Fredrik Barth 72
fricção interétnica 85
função 57, 65, 66, 163, 172
funcionalista 83, 92, 138, 147

G

Gabriel Cohn 137
Gayle Rubin 101
gênero 52, 53, 57, 75, 85, 91, 92, 101, 102, 110, 214, 295, 342

Geoffrey Evans 331, 332
Geoffrey Garrett 281
geografia 50, 215
gerência 144, 150, 157, 165, 180, 182, 210
Gianfranco Pasquino 259
Giedo Jansen 332, 342
Gilberto Freyre 50, 82, 88, 189, 190, 191, 201
Gilberto Velho 85, 92
Gilles Deleuze 330, 331, 342
globalização 75, 268, 269, 270, 275-281, 285
Gonçalves Dias 81
greves 134, 146, 173
grupos étnicos 57, 273, 342

H

habitus 218, 221
Hannah Arendt 291
hegemonia 98, 255, 256, 301
Helena Hirata 153
Hélio Jaguaribe 117
Henry Ford 158
Henry Sumner Maine 33
herança africana 89
herança rural 191
heranças culturais 76, 83
Herbert Baldus 82
Herbert Marcuse 207
Herbert Spencer 31
heteronormatividade 92
hierarquia 33, 48, 49, 81, 153
história 12, 28, 29, 33, 40, 43, 48, 49, 65, 70-72, 75, 81, 85, 88, 93, 100, 103, 104, 110, 132, 135, 143, 145-147, 188, 190, 214, 255, 269, 273, 295, 308, 310, 312, 313, 328
história das mentalidades 103
homem cordial 191, 201
homoafetivo 102
homofobia 52, 294
homossexual 216
humanidade 29-31, 33, 48, 55, 67, 69, 103, 107, 108, 134, 152, 213, 214

I

identidade 57, 71, 75, 76, 86, 89, 99, 100, 110, 189
identidade étnica 72, 75, 85
identidade nacional 191, 195, 201
identidades sexuais 75, 92
ideologias 22, 171
igreja 15, 136, 171, 296
igualdade 136, 143, 153, 154, 175, 195, 256, 258, 259, 318, 333, 336
imaterial 163, 164, 165
imigração 81, 189
imigrante 193
imperialismo 29, 43
incesto 69
indígena 36, 38, 39, 41, 51, 58, 69, 75, 81, 86, 87, 107, 108, 193, 269, 295
indústria 134, 143, 145, 150, 154, 156, 180, 195, 196, 197, 207-211, 213, 283, 340
indústria cultural 206, 207, 209, 213
inflação 146, 312, 314
informalidade do trabalho 182, 199
integração social 134, 135, 151, 165, 195, 220
interdependência funcional 137, 172
invenção 35, 105, 107, 110, 210, 258

J

Jairo Nicolau 314
James Cook 103, 104
James G. Frazer 29, 30, 35
James Robinson 338, 339, 342
Jean Cohen 301, 303
Jean Lojkine 210
Jean-Jacques Rousseau 257-259, 264
Jessica T. Mathews 275
John Locke 257-259, 264, 337
John Rawls 336-338, 342
jornada de trabalho 160, 199
José Antonio Cheibub 259
José de Alencar 58
José Murilo de Carvalho 309, 311, 314, 321
Joseph Nye Jr. 275
Julian Steward 55
Julio Cezar Melatti 81
Jürgen Habermas 207, 218, 219, 220, 221, 301
juros 176, 211, 212

K-L

Kabengele Munanga 193
Karl Marx 132, 134, 135, 139, 142-145, 147, 150-156, 165, 170, 175-179, 181, 184, 191, 209, 212, 220
Karl von den Steinen 81
latifúndio 189, 192
lazer 92, 154, 333
Leonardo Avritzer 320
Lewis Henry Morgan 29, 33, 35, 69
liberalismo 190, 201, 337
linguagem 8, 16, 17, 53, 56, 218, 220
linguística 69
livre-iniciativa 136
lucro 143, 145, 151, 152, 154, 155, 157, 160, 164, 175, 177, 199, 208, 209, 211, 212, 218
luta de classes 176

M

mais-valia 155, 156, 211, 212
Mancur Olson 295, 296
Manoel Bomfim 190
Manuela Carneiro da Cunha 40
maquinaria 157
máquinas 134, 157, 161, 178, 179, 210
Marcel Mauss 67, 68, 69
Margaret Mead 53-55, 101
Maria D'Alva Kinzo 312
Maria da Graça Druck 199, 200
Maria de Lourdes Mollo 213
Marilyn Strathern 102, 107, 108, 109
Marshall Sahlins 37, 55, 56, 99, 103, 104, 106, 110
Marvin Harris 55
marxista 55, 89, 155, 156, 178, 179, 183, 192, 300
masculinidade 92
maternidade 101
Maurice Duverger 263
Max Gluckman 72
Max Horkheimer 207
Max Weber 132, 134, 135, 139, 140, 141, 147, 150-152, 165, 170, 173, 174, 176, 177, 179, 184, 190, 191, 201, 218, 251, 253, 264, 300, 309
meio ambiente 271, 279, 283, 332, 334
meios de comunicação 171, 184, 207, 280, 301, 312
meios de produção 143, 153, 154, 175, 184, 216

mercado 75, 133, 152, 162, 163, 173, 175, 177, 182-184, 192-194, 197, 199, 207-209, 211, 212, 218, 219, 220, 269, 337, 339, 341
mercadoria 75, 155, 207, 208, 298
Mércio Pereira Gomes 36
mestiçagem 82, 189, 190, 191
método dialético 184
Michel Foucault 329, 342
Mike Alvarez 259
Milton Santos 281
minoria 72, 73, 74, 197, 273, 296, 297, 336
mito 38, 68, 69, 86, 89, 90, 103, 104, 194, 195
mobilização política 72
modernidade 206, 213, 214, 216, 221, 342
modernização 41, 83, 85, 191, 194, 218
modos de produção 175, 209
movimento feminista 11, 294
movimento LGBT 20
movimento negro 74, 89, 294, 295
movimentos ambientalistas 220
movimentos sociais 91-93, 199, 214, 218-220, 279, 280, 283, 285, 290, 293, 297, 299, 301, 303, 313, 314, 316, 324, 329
multinaturalismo 108
mundialização do capital 212
mundo da vida 218-221

N-O

Nádia Farage 40
Nan Dirk De Graaf 332
Nancy Fraser 293, 294
narrativa mitológica 38, 103
naturalismo 109
natureza 38, 55, 58, 69, 101, 105, 107, 108, 110, 132, 152, 213, 214, 219, 221, 257, 258, 272
natureza e cultura 38, 101, 106, 107
neoliberalismo 162, 165, 198
nepotismo 191
Nicola Matteucci 259
Nicolau Maquiavel 256, 264
Nicos Poulantzas 179, 180
Nina Rodrigues 81, 88
Norberto Bobbio 259
norma 10
Octavio Ianni 83, 193, 281
Oliveira Vianna 81, 189, 190
operários 137, 158, 161, 179, 180, 263, 292, 330, 332
ordem social 22, 90, 172, 174, 177, 217
organização burocrática 33, 213, 218
organização social 39, 189, 194, 196, 295

P

padrões 39
padrões culturais 53, 54, 133
padrões de consumo 143, 160, 197
parentesco 33-35, 38, 39, 66, 69, 76, 101, 102, 110
pensamento ameríndio 38, 109
pensamento crítico 11, 12, 21-23
perspectivismo 108, 109
Philippe Descola 109
Pierre Bourdieu 216-218
pobreza 12, 134, 195, 280, 283, 334, 340
poder 10-12, 15, 22, 35, 52, 57, 67, 73, 100, 101, 131, 140, 143, 144, 157, 161, 173, 174, 177-180, 182, 184, 216, 218, 220, 221, 249, 251-253, 255-264, 270, 275, 277, 281, 285, 290, 291, 295, 300, 301, 303, 309, 310, 311, 314, 315, 318, 319, 323, 328-331, 341, 342
política 40, 51, 72, 74, 81
populações indígenas 36-38, 40, 43, 49, 71, 80, 81, 83, 85, 86
populações negras 57, 75, 82, 88
pós-colonialismo 99, 100
posição social 174, 184, 218
pós-materialista, pós-material 333-335
pós-modernidade 206, 213, 221
pós-modernismo 57, 99, 100, 214
prática social 75, 165, 201
precarização do trabalho 188, 198, 199, 201
preconceito 51, 59, 75, 89
primitivo 30
princípio estrutural 67
produção 10, 12, 13, 15, 29, 53, 59, 64, 80, 84, 89, 98-103, 110, 133, 134, 136, 143-145, 150, 151, 153-165, 175-182, 184, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 199-201, 207-212, 215, 216, 220, 221, 255, 283, 340
produção toyotista 157, 162, 163, 179
produtividade 134, 143, 144, 157, 158, 160, 163, 164, 177-181, 199
progresso 29, 30-33, 35, 40, 49, 68, 76, 213, 214, 216, 221, 273, 279, 310, 311, 316, 340, 342
proletariado 86, 143, 153
propriedade 33, 35, 43, 155, 157, 165, 173, 174, 175, 180, 192, 255, 258, 264, 291, 339
propriedade privada 33, 35, 43, 155, 157, 165, 175, 180
proprietário 174, 340, 341
protestantismo 139, 152, 165
punk 75

R

raça 189, 201, 214
racismo 51, 53, 71, 81, 195
racista 49, 75, 82
Radcliffe-Brown 65, 67, 72, 76, 83, 86
rap 57
Raymundo Faoro 309, 310
razão comunicativa 218
redistribuição de renda 182, 294
reforma agrária 176
regras 10, 12, 35, 37, 56, 60, 66, 136, 143, 153, 154, 158, 160, 175, 184, 191, 256, 260, 272, 273, 285, 294, 298, 303, 312, 315, 316, 330, 337, 338, 342
regulamentação 14, 20, 160, 311
reificação 208
relações de gênero 91, 92, 102
relações raciais 85, 86, 88, 89, 90, 91
relações simbólicas, 218
relativismo 50-53, 60
religião 103, 131, 141, 251, 279, 285, 291, 336, 342
remanescentes 40
Renato Ortiz 281
renda 18, 19, 91, 170, 171, 174, 176, 177, 179-182, 184, 196, 197, 251, 321, 331, 337, 342
resistência 22, 36, 58, 157, 295
Revolução Francesa 136, 151
Revolução Industrial 136, 151, 157, 178, 209, 210
Revolução Informacional 206, 209, 210, 213, 221
revolução passiva 156

rituais 56, 60, 66, 86, 103
Robert Andersen 331
Robert Dahl 346
Robert Nozick 337, 338, 342
Robert Putnam 297-300
Roberto Cardoso de Oliveira 85, 86
Roberto DaMatta 85
Roger Bastide 82
Ronald Inglehart 333, 334, 335, 342
Roy Wagner 105-107, 109, 110
rural (rurais) 41, 71, 83, 84, 86, 143, 189-192, 309, 311
Ruth Benedict 53-55
Ruth Cardoso 92
Ruy Mauro Marini 197

S

sacrifício 66
salário 143, 145-146, 153-155, 158-160, 162, 176, 276, 281, 311
segregação racial 55, 73, 89
Segunda Guerra Mundial 55, 71, 273, 291, 334
selvagem 30, 190
senso comum 12, 16-18, 22, 55, 57, 59, 76, 189, 195
Sérgio Abranches 319
Sérgio Buarque de Holanda 190-191
Sérgio Costa 193
Sérgio Praça 323
servos 137, 143, 175
sexualidade 91-92, 329-331
Sherry Ortner 101
Sidney Chalhoub 193
Silvia Hunold Lara 193
Sílvio Romero 81
simbólico 56, 68, 99, 103, 176-177, 216-218
Simon Schwartzman 309
sindicatos 145, 161, 172, 199, 255, 280, 294, 314-316, 332, 334
sistema capitalista 36, 71, 196
sistema econômico 15, 55-56
sistema político 20, 221, 319-320, 322
situação de classe 173-174, 180
sociabilidade 17, 176, 191
socialista 142, 156, 263, 280
socialização 175, 218, 220
sociedade 8-18, 22, 29, 31-39, 51-53, 57-58, 65-72, 74, 83, 85-87, 99, 101-103, 105, 107-109, 131-132, 135-146, 151-154, 160-162, 164, 171-177, 181-183, 189-195, 197, 200, 207-209, 211, 213-216, 218-220, 252-254, 259, 280, 292-296, 300-302, 314, 322, 329-333, 336
sociedade civil 20, 300-302
solidariedade 138, 218, 220
solidariedade mecânica 172
solidariedade orgânica 172, 173
status 173-174, 177, 180, 216, 293
Stuart Hall 76
subdesenvolvimento 193, 195-197

T

T. H. Marshall 291-293
Taiichi Ohno 161
taylorismo 156-159, 178
técnicas 50, 56, 158, 178, 216, 329
técnicas produtivas 137, 157, 159, 340
tecnologia 32, 37, 51, 55, 75, 144-146, 156-157, 159-160, 177-179, 197-199, 209-211, 281, 340-341
tempo de produção 177
tempo de trabalho 161, 177, 209
teoria da dependência 197
teoria da estratificação social 173-174, 177, 179
teoria das classes 144, 177
terceirização 162, 199-200
território 40-41, 85, 192-193, 253, 256, 272-274, 276, 283, 335
Theodor Adorno 207
Theotonio dos Santos 197
Thomas Hobbes 257-259, 272
tipos de ação social 141-142, 152, 218
tipos ideais 139, 141-142, 173, 177, 191, 251
tipos puros 142
totemismo 109
toyotismo 157, 160-163, 178-179
toyotista 157, 162, 215
trabalhador 15, 84, 133, 135, 143, 146, 151-163, 172-173, 175-182, 198-200, 208-210, 270, 276, 295, 332
trabalho 89, 142-143, 145-146, 150-165, 171, 175-176, 178-179, 181-183, 200, 208-211, 216, 258, 311, 330, 337
trabalho assalariado 85, 142, 153, 189, 200
trabalho de campo 19, 65, 69, 89, 102, 105
trabalho doméstico 10, 11, 18
trabalho escravo 189, 192-194, 200
trabalho forçado 40
trabalho imaterial 163-165, 183
trabalho informal 182, 198
trabalho intelectual 181-183, 210
trabalho livre 193-194
trabalho manual 181-183, 210, 217
trabalho produtivo 155, 179
trabalho servil 133
transexual 52-53, 92, 294, 334-335
transferência de capital estrangeiro 197-198
transfobia 52-53, 92, 220, 294
transformação científica e tecnológica, 177
transformação social 22, 56, 74, 83-84, 133, 135, 137, 142, 145, 176, 207, 209, 215
transformação tecnológica 159-160, 177, 210
travesti 52, 294
tribos urbanas 38, 71, 92
troca 68, 69, 152, 154, 172, 175, 207, 218
trocas simbólicas 68

U-V

unidade social 137
universal 12, 69, 107-108, 215-216
urbanização 83-85, 91-92, 197
urbano/urbana 38, 84-87, 91-92, 191
valorização do capital 211-213
Vânia Bambirra 197
vida privada 101
vigilância 330
violência 52, 59, 74, 92, 174, 200, 251-259, 262, 274, 279, 294, 300-301, 329-330
voto 174, 259-260, 262, 264, 283, 291-293, 310-315, 319, 322, 331-333

W-Z

Walter Benjamin 207
Zygmunt Bauman 214, 275-276

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando:* uma introdução à Antropologia cultural. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LOWY, Michel. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1996.
- POPPER, Karl. *Lógica das Ciências Sociais*. Brasília: Ed. da UnB, 1978.
- QUINTANEIRO, Tânia et al. *Um toque de clássicos:* Marx, Durkheim, Weber. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2000.

CAPÍTULO 1

- BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana (1883-1911)*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. da UFRJ, 2004.
- _____. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CASTRO, Celso (Org.). *Evolucionismo cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____ (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Portugal: Presença, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América, a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CAPÍTULO 2

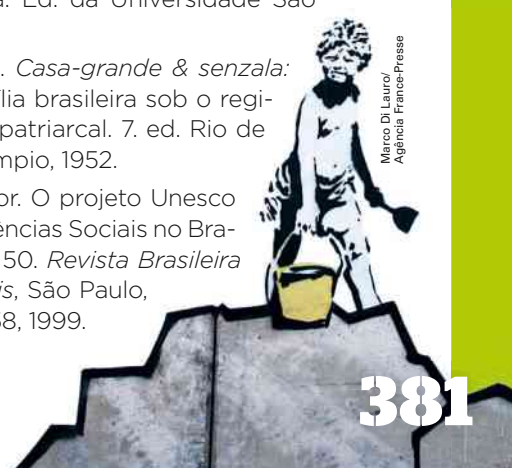
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- _____. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. da UFBA, 2008.
- GEERTZ, Clifford. A arte como sistema cultural. In: _____. *O saber local*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KUPER, Adam. *Cultura:* a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc, 2002.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978. (Os Pensadores).
- SAID, Edward. *Orientalismo:* o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPÍTULO 3

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Org.). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1988.
- BIANCO, Bela F. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.
- CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- MONTEIRO, Paula. Globalização, identidade e diferença. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 49, p. 33-46, 1997.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Ação Educativa, 2006.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). *Levando a raça a sério:* ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CAPÍTULO 4

- ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOSI, Eclea. *Cultura popular e cultura de massa*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CORREA, Mariza. *As ilusões da liberdade:* a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2. ed. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.



Marco Di Lauro/ Agência Franco-Presse

- MELATTI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil: um roteiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, n. 17, p. 3-52.
- SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 95-131, abr. 1997.

CAPÍTULO 5

- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica:* antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. In: _____ (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue:* as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório:* a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Artur (Org.). *Antropologias mundiais:* transformações da disciplina em sistemas de poder. Brasília: Ed. da UnB/ Letras Livres, 2012. v. 1.
- SAHLINS, Marshall. *Como pensam os nativos*. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem:* um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

CAPÍTULO 6

- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *K. Marx, F. Engels:* História. São Paulo: Ática, 1983.
- GORZ, André. *O imaterial:* conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MARTINS, C. B. *O que é Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAPÍTULO 7

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1995.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- HIRATA, Helena. Novas tecnologias, qualificação e divisão sexual do trabalho. In: _____. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 221-232.
- KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, Jacques et al. *Le monde du travail*. Paris: Découverte, 1998.
- _____. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-Posições*, v. 13, n. 1 (37), p. 47-59, jan.-abr. 2002.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MORAES NETO, Benedito. *Século XX e trabalho industrial:* taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.

CAPÍTULO 8

- ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? *Margem Esquerda*. São Paulo: Boitempo, n. 7, p. 55-56, 2006.
- BENSAÏD, Daniel. As classes ou o sujeito perdido. In: _____. *Marx:* o intempestivo (grandezas e misérias de uma aventura crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOTTOMORE, Thomas Burton. *As classes na sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção:* crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.
- MILLS, Charles Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SOUZA, Jessé de. *Os batalhadores brasileiros:* nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. As operárias, o sindicato e o discurso sociológico. In: _____. *A classe operária tem dois sexos:* trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 123-148.
- WRIGHT, Erik Olin. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CAPÍTULO 9

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina.* São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências. *Caderno CRH,* v. 24, 2011, n. especial 1.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e sociedade de classes na América Latina.* São Paulo: Global, 1973.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/ Contraponto, 2009.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2005.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil:* um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 2008.
- MOURA, Clovis. *Brasil*: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições de interpretação do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

CAPÍTULO 10

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRUNHOFF, Suzanne et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CHESNAIS, François et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã/Cemarx, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 18, set. 1987.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Financeirização como desenvolvimento do capital fictício:* a crise financeira internacional e suas consequências no Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 2011.
- ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAPÍTULO 11

- ALVAREZ, Mike; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam. Classifying Political Regimes. *Studies in Comparative International Development*, v. 31, n. 2, p. 3-36, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- _____; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2 v. Brasília: Ed. da UnB, 2010.
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed. da UnB, 2001.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: Ed. da UnB, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *O leitor de Gramsci:* escritos escolhidos, 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LUKES, Steven. *O poder:* uma visão radical. Brasília: Ed. da UnB, 1980.
- PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- SKINNER, Quentin. *Maquiavel.* Porto Alegre: L&PM 2010. (Coleção L&PM Pocket).
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- WEBER, Max. *Ciência e política:* duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1989.

CAPÍTULO 12

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização:* as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- HELD, David. *Democracy and the Global Order.* Cambridge: Polity Press, 1995.
- _____; McGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império.* Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NYE Jr., Joseph. *Cooperação e conflito nas relações internacionais.* São Paulo: Gente, 2009.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox.* New York: W. W. Norton, 2011.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CAPÍTULO 13

- ALONSO, Angela. A teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- _____. *Flores, votos e balas:* o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. *Os anos 90:* política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition: Dilemmas of Justice in a Postsocialist Age. *New Left Review,* I/212, jul.-aug., 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais:* paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2014.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e* status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, jun. 1989.
- OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action.* Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- PUTNAM, Robert. *Bowling Alone:* the Collapse and Revival of American Community. New York: Simon and Schuster, 2000.
- _____. *Making Democracy Work:* Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- SILVA, Josué Pereira. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago/London: Chicago University Press, 2006.

CAPÍTULO 14

- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- _____; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (Org.). *Corrupção:* ensaios e críticas. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (Org.). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 2011.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda brasileira:* temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.
- KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.
- LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 76, nov. 2006.
- MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcântara (Org.). *A democracia brasileira:* balanços e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil:* do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PRAÇA, Sérgio. Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008. *Opinião Pública* [On-line]. Campinas, v. 17, n. 1, 2011.
- SANTOS, Fabiano. Brazilian Democracy and the Power of "Old" Theories of Party Competition. *Brazilian Political Science Review,* São Paulo, v. 2, n. 8, 2008.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000).* 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro.* Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CAPÍTULO 15

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Why Nations Fail.* New York: Crown Publishers, 2012.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 2010.
- EVANS, Geoffrey (Org.). *The End of Class Politics?:* Class Voting in Comparative Context. Oxford/New York: Oxford University Press, 1999.
- INGLEHART, Ronald F. Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. *West European Politics,* v. 31, n. 1-2, jan.-mar., 2008.
- JANSEN, G. et al. Class Voting and Left-Right Party Positions: a Comparative Study of 15 Western Democracies, 1960-2005. *Social Science Research,* v. 42, n. 2, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ssresearch.2012.09.007>. Acesso em: 23 jan. 2013.
- NOZICK, Robert. *Anarquia, estado e utopia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- POULANTZAS, Nicos. *O poder político e as classes sociais.* São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SANDEL, Michael. *Justice:* What's the Right Thing to Do? New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009.
- VITA, Álvaro de. *A justiça igualitária e seus críticos.* São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

SOCIOLOGIA

MANUAL DO PROFESSOR

SUMÁRIO

Apresentação 387

1. O ensino de Sociologia (Ciências Sociais) 388

2. Pressupostos teóricos e metodológicos 390

3. Organização da obra 394

4. Bibliografia 399

5. Orientações didáticas e sugestões de respostas 400

Unidade 1 | Cultura 403
Capítulo 1 | Evolucionismo e diferença 404
Capítulo 2 | Padrões, normas e cultura 408
Capítulo 3 | Outras formas de pensar a diferença 412
Capítulo 4 | Antropologia brasileira 417
Capítulo 5 | Temas contemporâneos da Antropologia 421
Concluindo 1 425
Textos complementares 429
Atividades complementares 431
Atividades interdisciplinares 435

Unidade 2 | Sociedade 439
Capítulo 6 | Pensando a sociedade 439
Capítulo 7 | Mundos do trabalho 443
Capítulo 8 | Classe e estratificação social 447
Capítulo 9 | Sociologia brasileira 451
Capítulo 10 | Temas contemporâneos da Sociologia 454
Concluindo 2 459
Textos complementares 465
Atividades complementares 468
Atividades interdisciplinares 471

Unidade 3 | Poder e cidadania 475
Capítulo 11 | Política, poder e Estado 475
Capítulo 12 | Globalização e política 479
Capítulo 13 | A sociedade diante do Estado 483
Capítulo 14 | A política no Brasil 486
Capítulo 15 | Temas contemporâneos da Ciência Política 489
Concluindo 3 492
Textos complementares 495
Atividades complementares 499
Atividades interdisciplinares 502

APRESENTAÇÃO

> Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver plenamente a nossa opção.
>
> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

Caro professor,

Educar é uma prática em constante transformação, com motivações, caminhos e resultados múltiplos, multifacetados. Neste Manual, as orientações didáticas foram elaboradas com o intuito de serem pontos de partida; um guia flexível, que poderá ser enriquecido, ampliado e adaptado ao contexto de sua região e da sala de aula em que você atua, às suas escolhas e às próprias dinâmicas imprevisíveis da prática pedagógica.

Educar é um fazer. Esperamos instigar essa tessitura, abrir novas frestas, olhares e leituras, compartilhar o que nós vivenciamos na nossa prática como estudiosos e educadores das Ciências Sociais.

Educar é um agir. Esperamos também que as orientações sugeridas contribuam para desenvolver a autonomia do aluno, sempre considerando as peculiaridades e respeitando as diferenças. Pensamos num livro que ajude o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita o livre exercício da cidadania.

Educar é criar. Este Manual supõe que o encontro entre o educador e seus alunos produza uma realidade nova, criada a partir da confluência de suas experiências. Esperamos que tanto o aluno quanto o professor sejam abertos às invenções desse processo pedagógico.

Educar é um prazer, mas também um desafio, um exercício de colaboração, persistência, paciência e atuação. Este Manual foi escrito para ajudá-lo a viver plenamente sua opção de educador.

Os autores

Ammar Awad/Reuters/Latinstock

1. O ENSINO DE SOCIOLOGIA (CIÊNCIAS SOCIAIS)

O ensino da Sociologia no Ensino Médio, ao considerar as indicações dos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*, tem como objetivo apresentar ao aluno os principais saberes referentes às questões conceituais e metodológicas que fundamentam a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política[1].

O contexto de transformação social inaugurado nos séculos XVIII e XIX na Europa e a busca pela compreensão científica desse processo vieram estruturar as grandes questões que permeiam esse campo do saber. Os paradigmas fundadores da Sociologia, em seus esforços para interpretar as transformações sociais advindas das revoluções industriais e político-sociais, são, portanto, produtos culturais deste processo. O campo do conhecimento sociológico buscou, sobretudo, estruturar um saber que oferecesse respostas conscientes para dar à práxis um sentido que se imponha sobre as questões da nova dinâmica social. Assim, ao chegar às escolas do século XXI, esse campo deve ser capaz de promover a reflexão sobre suas próprias bases operacionais. Isso significa que seus parâmetros teóricos e metodológicos fundadores necessitam ser postos à prova constantemente, confrontados com a complexidade do mundo atual.

A tradição da Sociologia jamais negou a importância de seu desenvolvimento enquanto ciência crítica de si mesma. Em razão desse incessante processo de autocrítica, a reflexão sociológica avalia constantemente de que modo as questões colocadas pelas teorias fundantes de seu saber — as chamadas sociologias clássicas — se comportam diante de um mundo em constante transformação.

A inserção da Sociologia como disciplina na grade curricular do Ensino Médio — que veio a realizar-se a partir do *Parecer 38/2006,* que alterou as *Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio* tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias, o que efetivou-se com a Lei n. 11 684/08 — vai ao encontro dos objetivos das mudanças propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Tais mudanças procuraram vincular os pilares do Ensino Médio ao **mundo do trabalho** e à **prática social** e objetivaram orientar o papel da educação para capacitar o **aprendizado contínuo e autônomo** e para o **exercício da cidadania**. Tais reformas atenderam as propostas da Unesco que visavam estruturar a educação em torno de quatro princípios: **aprender a conhecer**, **aprender a fazer**, **aprender a conviver** e **aprender a ser**.[2]

Ao postular que as atribuições básicas do conhecimento sociológico são **a investigação, a identificação, a descrição e a interpretação/explicação de todos os fatos relacionados à vida social**, os PCN enfatizam o papel desse saber para proporcionar ao aluno os instrumentos necessários para decodificar a complexidade da realidade social. Assim, a Sociologia se apresenta, na grade curricular do Ensino Médio, como instrumento necessário à construção da cidadania. Tal compreensão fortalece os laços da Sociologia com as finalidades do Ensino Médio, definidas pelas mudanças da LDB, sendo respaldada especialmente pela Lei n. 9 394/96, que estabelece como meta da educação a construção da cidadania.

O ensino da Sociologia, desta forma, ocupa relevante papel na construção de uma consciência crítica e reflexiva diante das questões do mundo contemporâneo. Espera-se que o estudante se torne capaz de romper com as barreiras do senso comum e compreender a dinâmica e as contradições da sociedade em que vive utilizando o conjunto sistematizado do conhecimento próprio da Sociologia. Voltada à realização do exercício pleno da cidadania, a Sociologia esclarece que a cons-

[1] No portal do MEC podem ser encontrados os documentos sobre as bases legais dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — 9 394/96 (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio (PCN+). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859>. Acesso em: 28 fev. 2016.

[2] DELORS, Jacques. *Educação*: um tesouro a descobrir; relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1996.

trução de uma sociedade mais justa e solidária é tarefa que exige compreender tanto a complexidade social como as formas de responder e agir em sociedade.

Para alcançar esse objetivo em sala de aula, segundo as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio — Conhecimentos de Sociologia*[3], o ensino da Sociologia deve se basear em dois princípios epistemológicos fundamentais: estranhamento e desnaturalização. O **estranhamento** é uma forma de duvidar, exercício necessário à problematização dos fenômenos sociais, que nada admite como normal nem se conforma diante dos fatos. No momento em que nada se torna óbvio, nem pressuposto, nem simplesmente aceito, abre-se o caminho para o educando romper com as amarras do senso comum e construir uma reflexão sistematizada sobre a realidade. Já o momento de **desnaturalização** é aquele que procura romper com toda e qualquer forma de compreensão das relações sociais como "imutáveis no tempo e no espaço". Os fenômenos sociais que vivenciamos são, em geral, apreendidos pelo senso comum como simplesmente preestabelecidos, causando o entendimento de uma origem natural das relações sociais. Cabe ao ensino da Sociologia superar esse entendimento e promover a dessacralização e a desnaturalização da realidade, rompendo com seu imediatismo ao submetê-la a critérios científicos de análise.

Desta forma, mais do que oferecer um conhecimento dos fatos ou conteúdos, o que se privilegia é o desenvolvimento das perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas, a história e o contexto de suas produções, e as relações estabelecidas com as realidades que contemplam e com as quais dialogam continuamente. A contribuição das Ciências Sociais reside, pois, na formação humana, ao problematizar constantemente a realidade, sempre confrontada pelo olhar inquieto e crítico não apenas do que se encontra ao redor, mas de si próprio e de sua própria perspectiva. Trata-se, portanto, de desenvolver um distinto modo de pensar a vida em sociedade.

[3] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

Eddie Dangerous/Acervo do fotógrafo

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

> Uma vida sem pensamento é totalmente possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar sua própria essência – ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos.
>
> ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 143.

Este livro é o resultado de uma longa reflexão sobre a possibilidade de transportar para o Ensino Médio o conhecimento acumulado das Ciências Sociais. Trata-se, de um lado, de um investimento em determinadas habilidades fundamentais para o aluno do Ensino Médio e, de outro, de uma tradução do conhecimento científico em conhecimento escolar, sem que a potência crítica do pensamento sociológico seja reduzida nesse processo.

Para dar conta desse desafio, o livro se organiza em torno de três eixos principais:

1) a preocupação em apresentar de forma equânime o conhecimento das três áreas fundamentais das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política);

2) o cuidado constante em relacionar o conhecimento abstrato à realidade e às especificidades do mundo do aluno e aos processos históricos de produção de conhecimento;

3) o estímulo ao desenvolvimento de uma "imaginação sociológica", que poderíamos resumir num pensamento crítico sobre o mundo, na capacidade de duvidar, questionar e, ao mesmo tempo, buscar respostas para as próprias dúvidas.

De forma geral, pretendemos estimular uma perspectiva que "desarrume" produtivamente o mundo do aluno. Tudo aquilo que parece natural, normal, óbvio e "pronto" pode ser **desnaturalizado**, **questionado** e **desconstruído**. Essa desarrumação é um instrumento de percepção das **dinâmicas sociais**, que devem se apresentar ao aluno como fruto de um processo de disputas, confrontos, poderes consolidados, ideologias políticas e culturais. Perceber que o mundo não está pronto é fundamental para a produção de um **sujeito crítico**: se o mundo não está pronto, é possível intervir, agir, produzir, transformar. Ao contrário, perceber o mundo como dado e resolvido nos leva ao conformismo e à acomodação intelectual.

Esse inconformismo intelectual é uma habilidade a ser produzida, estimulada e cultivada. É fruto de um trabalho intenso, que tem neste livro um suporte e na atuação do professor seu elemento mais importante. O livro pretende oferecer ao professor o melhor suporte possível para auxiliá-lo nessa tarefa tão estimulante e, ao mesmo tempo, tão árdua.

O livro apresenta instrumentos de ativação, por assim dizer, desse pensamento crítico. Esses instrumentos são os próprios textos dos capítulos, organizados a fim de evidenciar determinadas naturalizações, assim como seções específicas, pensadas como pausas reflexivas, nas quais o conteúdo teórico pode ser aproximado do cotidiano dos alunos.

O livro foi pensado de forma conceitual. Adiante apresentaremos como a estrutura do livro propõe um plano específico de organização do conhecimento e investe no desenvolvimento de uma perspectiva crítica, buscando conexões entre o conhecimento apresentado e a experiência de vida dos alunos. Essa tarefa obviamente é complexa, dada a diversidade de sujeitos do conhecimento na vivência escolar (professores, alunos, a comunidade escolar como um todo), de contextos socioculturais e de abordagens efetivas do conteúdo da disciplina. Como professores e estudiosos das Ciências Sociais, devemos ter em mente essa diversidade social, econômica e cultural de alunos e contextos escolares e fazer dessa diversidade uma possibilidade de ampliação e significado dos temas trabalhados. Conceitos como **identidade**, **movimentos sociais**, **socialização**, **alteridade** e muitos outros assumem uma dimensão ampliada quando tratados a partir da ótica da **diversidade** e dos **significados e contextos locais e regionais**.

Sujeitos diversos e completos

Como projeto pedagógico, o livro toma uma direção específica em relação a como pensar os alunos, sua diversidade e o que apreendemos por identidade e desenvolvimento. Os PCN e os PCN+ destacam que a formação de habilidades específicas para as Ciências Humanas em geral (**representação e comunicação**; **investigação e compreensão**, **contextualização sociocultural**) está atrelada a conceitos estruturadores: **identidade**, **relações sociais**, **cultura**, **dominação**, **poder**, **ética**, **trabalho**, **cidadania**. Todos esses conceitos foram considerados na organização do livro, de forma sistemática e equilibrada.

Tomamos como ponto de partida as contribuições de uma Antropologia da infância e da juventude, que desde

meados dos anos 1990[4] vem demonstrando como as formas em que se organizam os períodos da vida são culturalmente construídas (nem toda sociedade reconhece períodos como a "adolescência"). Atrelada a essa relativização dos períodos da vida, essa Antropologia indica um senso comum que transforma nossas categorias em algo aparentemente natural e tem como pressuposto a ideia da criança e do jovem como seres em construção e "em desenvolvimento". Como uma pessoa incompleta, a ser completada pela sociedade e seus instrumentos de socialização (entre eles a escola).

Para autoras como Christina Toren[5], porém, as crianças e jovens, quando vistos como incompletos, tendem a ser considerados como "menos gente". É o que se chama definição pela ausência (ausência de completude, no caso). Mas muitas etnografias[6] têm demonstrado que o ponto de vista das crianças e dos jovens é tão "completo" quanto o dos adultos. **Ou seja, estamos todos sempre em desenvolvimento, e a criança ou o jovem, a cada momento, são completos à sua maneira.** Maneira que vai se transformando ao curso da vida. Este livro toma como pressuposto que o jovem é um ser completo e capaz de refletir ativamente sobre o mundo a partir de um ponto de vista: a intenção é colocar esse ponto de vista em consonância com o conhecimento escolarizado das Ciências Sociais. **Os jovens, portanto, não são desprovidos de conhecimento: eles o têm a partir de suas experiências de vida (muito distintas). A questão é colocar esse conhecimento em diálogo com o conhecimento que nos interessa discutir.**

Ou seja, entendemos que o aprendizado se dá, efetivamente, na construção de pontes entre o conhecimento do aluno e o conhecimento que apresentamos, transformando as Ciências Sociais em mais um conjunto de conhecimentos que faça parte do ponto de vista do jovem. Ao ultrapassar uma separação entre o mundo do jovem e o mundo do conhecimento escolarizado, podemos inventar uma nova situação que dispare uma **apropriação criativa**, por parte do aluno, daquele conhecimento que se acumulou nas Ciências Sociais.

Isso implica, em primeiro lugar, uma **percepção teórica da identidade cultural** que fundamenta o pensamento que organiza o livro: o conhecimento do aluno é aquilo que o situa no mundo, que o faz pensar sobre ele, que lhe dá ferramentas para pensar o que está ao seu redor. Isso é parte integral de uma identidade cultural – mas uma identidade vista aqui apenas como um conceito para descrever essa produção de uma forma de ver o mundo. **Produção que é coletiva, social e se inscreve na vida dos alunos a partir de suas experiências familiares, sociais, econômicas, religiosas, etc.** O livro deixa claro que, como conceito, a identidade descreve processos que outros conceitos descreveram e que ainda outros, atualmente, pretendem descrever melhor que a própria ideia de identidade. Não nos interessa reificar conceitos, mas produzir uma conexão entre o conhecimento que apresentamos neste livro e o mundo da vida do aluno.

Essa percepção do jovem e da identidade nos leva a uma terceira pressuposição: a de que o processo de conhecimento que acontece em sala de aula é em tudo similar à experiência descrita por Roy Wagner como uma "invenção cultural"[7], no sentido de criação. **Essa invenção é um momento de transformação criativa tanto do aluno como do professor e também da própria realidade social de ambos.** Para Wagner, a questão é que a invenção é percebida pelo investigador na medida em que ele consegue olhar para o "outro" e seus conhecimentos como um igual: o "outro" pensa o mundo tanto quanto o investigador, e qualquer descrição do "outro" é um processo de mão dupla[8]. Aqui importa reconhecermos, numa perspectiva pedagógica, que o conhecimento que apresentamos não entra em ressonância com o do aluno se a pressuposição for vertical, isto é, caso se mantenha a ideia de que o conhecimento flui do livro e do professor para um jovem "esvaziado" de si, de cima para baixo. Antes, a pressuposição inspirada em Roy Wagner é horizontal: o processo de aprendizado surge da confluência (nem sempre harmoniosa) entre o conhecimento do aluno e o apresentado pelo livro e pelo professor.

Essa perspectiva dá grande destaque à **autonomia do aluno** e às estratégias de ativação dessa conexão entre conhecimentos; o condutor desse processo é, como não poderia deixar de ser, o professor. O professor que conhece a realidade social, econômica e cultural de seus alunos, que conhece dilemas, anseios e aspirações. É o professor que, ao utilizar este livro, deve retirar dele tudo o que possa ser útil para criar as conexões entre os saberes. Algumas questões certamente falarão mais alto ao coração de determinados perfis socioculturais de alunos, e essas questões devem ser identificadas e exploradas pelo professor da melhor maneira possível. Nossa intenção ao produzir o livro foi pensar em um leque amplo de possibilidades, de forma que o professor possa escolher a maneira que considerar mais adequada de explorar o conteúdo.

---

[4] Ver COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005; MEEHAN, Courtney L. Review Essay: Directions in the Anthropology of Childhood, *Journal of Family Theory & Review*. v. 3, issue 2, p. 140–149, junho de 2011.

[5] TOREN, Christina. Making History: the Significance of Childhood Cognition for a Comparative Anthropology of Mind. *Man*, 28, 461-478, 1993; TOREN, Christina. A matéria da imaginação: o que podemos aprender com as ideias das crianças fijianas sobre suas vidas como adultos. *Horizontes Antropológicos*, v. 16, n. 34, 2010.

[6] LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Angela (Org.). *Crianças indígenas, ensaios antropológicos*. São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002; TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. *Tellus*, ano 7, n. 13, out. 2007, 1-25; ALVAREZ, Miriam. Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização. Revista *AntHropológicas*, Recife, n. 15, v. 1, p. 49-78, 2004; COHN, Clarice. *A criança indígena*: a concepção Xikrin de infância e aprendizado. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) —PPGAS/USP, São Paulo, 2000.

[7] Ver (especialmente o Capítulo 2) em WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

[8] Ibidem, p. 19, 28-29, 38-45.

Assim, temos um livro pensado como um **artefato que estimula um intercâmbio entre o conhecimento escolarizado das Ciências Sociais e o conhecimento do aluno**, numa **perspectiva horizontal**. Nesse contexto **a figura do professor é fundamental**, pois é quem pode, na relação com os alunos, construir essa ressonância produtiva e estimular o desenvolvimento de habilidades críticas que passem a fazer parte da vida do aluno.

Refletindo sobre a avaliação

A prática docente não pode ser dissociada da prática pedagógica da instituição de ensino e dos profissionais que a compõem. Assim, a reflexão sobre os processos e procedimentos de avaliação não só deve estar alinhada às concepções da escola e a um conjunto de práticas que lhe dão suporte e fundamento, como também precisa se ajustar às opções individuais de cada professor.

Entendemos a avaliação como um **processo contínuo**, **dinâmico**, **progressivo**, **flexível e aberto**. Assim, procuramos oferecer uma diversidade de atividades, abordagens, gêneros textuais e imagéticos, recursos de síntese e sistematização e possibilidades de respostas e resultados.

É importante destacar que as orientações para o desenvolvimento das atividades, os próprios enunciados das questões, assim como as sugestões de respostas do Manual do Professor, podem ser adaptados de acordo com o contexto e os sujeitos. A ampliação ou modificação dessas propostas dependerá do repertório, das vivências, práticas e escolhas pedagógicas e pessoais do professor e do desenvolvimento das propostas em sala de aula. Sabemos que uma aula nunca é igual à outra, e que os contextos escolares são heterogêneos e dinâmicos e necessitam de soluções particularizadas e socializadas. A condução plena e autônoma do processo de aprendizado dos conteúdos apresentados no livro é essencial para ampliar as possibilidades de apreensão, reflexão e criação de um pensamento crítico e complexo por parte do aluno. **Essa mediação entre o livro didático e a realidade escolar dependerá, portanto, do exercício constante da autonomia, da flexibilidade e das soluções particularizadas.**

Assim, as atividades sugeridas ao longo da obra são apenas diretrizes e objetivam indicar caminhos possíveis para suas concretizações, bem como as sugestões de respostas e de possibilidades de realização dos projetos e das atividades, seja em sala de aula, no diálogo com professores de outras disciplinas e turmas, seja em casa ou em grupos de estudo. As maneiras como essas práticas serão avaliadas dependerão do contexto e de uma opção pessoal, embora devam ser esclarecidas a todo o momento para o professor e os alunos. Caberá ainda ao professor selecionar possibilidades de análise das realidades locais e regionais para que o **conteúdo apreendido seja (re)significado** e se concretize **o diálogo entre teoria e prática**, eixo fundamental desta obra.

Além da avaliação sistemática por parte do professor, a partir da análise e correção individual e coletiva das atividades aplicadas, dois caminhos bastante proveitosos e dinâmicos são: o da **autoavaliação**, que possibilita a cada aluno avaliar as dificuldades e as potencialidades de suas respostas e resultados individuais; e o da **avaliação coletiva e compartilhada**, em que cada grupo avalia os resultados das atividades realizadas pelos demais grupos a partir de critérios discutidos e definidos em sala de aula.

Considerando a organização da obra e a opção escolhida para a sua abordagem em sala de aula, destacamos diferentes momentos em que o diagnóstico do processo de conhecimento poderá ser efetivado:

- Ao longo de cada capítulo, nas seções que permitem uma aproximação com a realidade do aluno, que abordam questões contemporâneas e/ou que levantam questionamentos e reflexões direcionadas (veja adiante em *Organização da obra*);
- Ao final de cada capítulo com as seções de atividades propostas;
- Ao final de cada Unidade ou grupo de capítulos (dependerá de sua opção conforme sugestões apresentadas mais adiante), com as atividades da seção **Concluindo** e as sugestões de atividades complementares presentes na parte específica deste Manual.

A autonomia intelectual e o desenvolvimento das competências e do pensamento crítico implicam também a capacidade de sintetizar, julgar, avaliar, medir, discutir e concluir. O processo avaliativo não se restringe, porém, ao momento da realização das atividades. A interpretação e análise dos conteúdos apresentados, a aplicação desse conhecimento, a capacidade de relacionar, investigar, formular hipóteses, experimentar e outras habilidades possíveis de serem desenvolvidas a partir da obra podem ser detectadas em vários suportes e linguagens que a obra oferece, tais como: leitura e interpretação de imagens (fotografias, cartuns, tirinhas, charges, ilustrações), mapas e gráficos; a busca dos seus significados específicos, as relações e os contextos de sua produção; as possibilidades de desenvolver a "imaginação sociológica" a partir das múltiplas interpretações das imagens, dos textos, dos dados estatísticos e geográficos, etc. (veja, especialmente, as orientações na parte específica deste Manual).

A avaliação das habilidades e competências também pode ser referenciada nos eixos cognitivos comuns a todas as áreas do conhecimento propostos pelo Enem[9]:

I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.

II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimen-

[9] Matriz de Referência para o Enem 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2012/editalenem-2012.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013. Avalie detalhadamente a Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias procurando destacar as especificidades e as contribuições das Ciências Sociais e desta obra na consecução dos objetivos pedagógicos.

tos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Importa destacar que a variedade de procedimentos e etapas de avaliação diagnóstica ao longo do processo de ensino-aprendizagem poderá possibilitar a construção de um panorama mais adequado à realidade de cada aluno, no qual o professor será capaz de identificar o desenvolvimento de diferentes habilidades. A partir desse panorama, será possível repensar estratégias de ensino e de avaliação, de forma a retomar, revisar e ampliar os conteúdos nos quais os alunos demonstraram mais dificuldades.

Desde o início das estratégias de avaliação até o seu término, efetivado com a sistematização das notas e outras formas de diagnóstico, é importante dialogar com o projeto pedagógico da escola, com a comunidade escolar (alunos, pais e responsáveis, professores, coordenadores, gestores e demais funcionários), permitindo que a avaliação da aprendizagem seja contínua, dinâmica, interativa e significativa.

A prática interdisciplinar

Em vários momentos da obra propomos um diálogo interdisciplinar seja com campos do saber diretamente relacionados aos conteúdos das Ciências Sociais (Economia, História, Geografia, Psicologia, Filosofia), seja com outras áreas do conhecimento (Biologia, Matemática, Física, etc.). O que se coloca com a interdisciplinaridade é a tarefa de romper com os obstáculos impostos por uma forma de pensar advinda, principalmente, das transformações que decorrem do processo de industrialização e da crescente divisão do trabalho e especialização dos saberes, atendendo às necessidades do próprio processo de desenvolvimento da sociedade.

Contudo, a excessiva predominância das especializações e a fragmentação do conhecimento encontram uma aparente contradição com a realidade: por mais que a complexidade do mundo moderno necessite de uma ampla diversidade de áreas do conhecimento que investiguem em profundidade seus objetos, a realidade segue operando em sua totalidade, como soma de múltiplas determinações. Para apreender os fenômenos sociais, depende-se, em grande medida, de um conjunto de esforços conduzidos por diferentes áreas do conhecimento. Debruçadas sobre a mesma realidade, sobre os mesmos fenômenos sociais, cada área oferece diferentes perspectivas, evidenciando, cada uma à sua maneira, aspectos importantes para o desenvolvimento de uma compreensão mais apurada da realidade. Ao buscar romper as barreiras dos saberes engavetados que não se comunicam, abre-se a perspectiva de ampliação do entendimento em direção à apreensão da realidade em sua totalidade.

Evidentemente, a interdisciplinaridade depende desses esforços, mas isso, por si só, não garante que seja alcançada: sua efetivação não se alcança somente utilizando-se de diferentes "gavetas do conhecimento". Um sociólogo pode até ser capaz de, em algum momento, abrir a gaveta da Economia ou da História e utilizar-se desses conhecimentos em sua análise, mas somente garante um olhar totalizante dos fatos se romper com a condição estanque da apreensão do real: não se compõe o conhecimento da realidade simplesmente somando as partes explicativas que cada ciência oferece. É necessário, portanto, um esforço em direção ao entendimento holístico do mundo, que somente pode ser obtido com a inter-relação das disciplinas.

Sem negar as especialidades e as objetividades próprias de cada área e disciplina, a interdisciplinaridade confronta-se com as fronteiras do processo do conhecimento, aprimorando substancialmente a maneira de compreender o mundo por meio do aprendizado, agora mais dotado de conexão com os sentidos da realidade.

Podemos encontrar um esforço neste sentido nas *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Diante das dificuldades de se concretizar um ensino voltado à interdisciplinaridade que não prejudique nem descaracterize as disciplinas, procura-se promover ações que as concentre em conjunto e também levem cada uma delas à construção de competências gerais. Ou seja, a interdisciplinaridade não é apenas dividir, entre diferentes disciplinas, o mesmo tema.

Se o professor de Sociologia seguir por esse caminho, não encontrará grandes dificuldades em elaborar uma metodologia de ensino verdadeiramente interdisciplinar. As próprias competências específicas das Ciências Sociais, sugeridas pelos PCN, abrangem conhecimentos de Sociologia, Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia. Mas também podem facilmente dialogar com outras áreas do conhecimento sem que diferentes professores tenham de trabalhar um mesmo tema.

As competências específicas da Sociologia foram estabelecidas a partir de três categorias definidas como fundamentais para as Ciências Sociais presentes no Ensino Médio: **cidadania**, **trabalho** e **cultura**. Esses três conceitos, além de amplamente estudados pelas Ciências Sociais, permitem ao professor de Sociologia dialogar com qualquer área do conhecimento, pois nenhuma competência pode se desprender completamente destas esferas conformadoras da vida social.

A partir desses conceitos, foram estabelecidas três competências à Sociologia: **representação e comunicação**, **investigação e compreensão** e **contextualização sociocultural**. Todas abrangem saberes que transpassam as fronteiras estanques do conhecimento, exigindo, não do professor, mas do contexto de ensino-aprendizagem, que se concentre o maior número de saberes possíveis para transgredir o imediatismo dos fatos.

Contudo, o objetivo da interdisciplinaridade no ensino de Sociologia na grade curricular do Ensino Médio, ainda mais explicitamente que em outras disciplinas, somente pode ser alcançado se de fato se deseja romper com o "ensino bancário". Afinal, o objetivo da educação, muito mais que a transferência do saber, é a formação de sujeitos sociais, éticos, políticos, dotados de consciência crítica e da importância da liberdade e da autonomia.

3. ORGANIZAÇÃO DA OBRA

A estrutura do livro permite uma grande intervenção do professor, oferecendo condições variadas de uso e montagem de um plano de organização do conteúdo. O livro está estruturado em três grandes Unidades (Cultura; Sociedade; Poder e Cidadania), mas pode-se facilmente pensar outras formas de ordenar a apresentação do conteúdo, conforme o interesse e a formação do professor, a realidade cultural e social dos alunos, as opções pedagógicas na prática escolar, o tempo dedicado a cada conteúdo e o interesse dos alunos.

Como estruturarmos a obra? Essa questão levou um tempo considerável para ser respondida. Como optamos por investir de fato nos conteúdos das três Ciências Sociais relacionadas nos PCN e PCN+, precisávamos organizar o livro de forma a realçar essa concepção, ao mesmo tempo que deveríamos construir uma obra que fosse flexível e adaptável às situações de cada professor em sala de aula.

A estratégia adotada para possibilitar essa flexibilidade foi estabelecer uma estrutura comum às três áreas. Organizamos o trabalho em torno de três eixos, que se tornaram as três Unidades que compõem o livro: **Unidade 1 — Cultura (Antropologia); Unidade 2 — Sociedade (Sociologia); Unidade 3 — Poder e Cidadania (Ciência Política)**.

Depois de decidir pelos três eixos, foi preciso adequar cada um deles ao conteúdo solicitado pelos PCN. Essa adequação nos levou a adaptações e algumas decisões, a fim de manter uma estrutura viável. Alguns temas foram alocados nos eixos, mas poderiam estar em outros (há temas que são tratados transversalmente pelas três disciplinas, como "globalização" ou "diferença social" e "estratificação social", entre outros).

Acreditamos que, de modo geral, chegamos a uma forma bastante equânime e produtiva. Cada uma das Unidades foi dividida em cinco capítulos e cada um dos capítulos em cinco partes. Tivemos o cuidado de manter uma estrutura bastante simétrica, tanto para deixar o entendimento do livro mais claro ao aluno quanto para facilitar o uso pelo professor, que pode optar por uma entre diferentes ordens de exploração do conteúdo.

As Unidades seguem mais ou menos a mesma estrutura: os três primeiros capítulos de cada uma delas tratam de temas que poderíamos chamar de clássicos, descritos a seguir:

- Nos capítulos 1, 2 e 3 (Unidade 1 – Cultura) tratamos de **evolucionismo**, **diversidade cultural**, **etnocentrismo**, **cultura**, **estrutura**, **estrutura social**, **etnicidade e identidade**.
- Nos capítulos 6, 7 e 8 (Unidade 2 — Sociedade) tratamos da **formação clássica da disciplina (Marx, Weber e Durkheim)**, **ação social**, **coesão social**, **transformação social**, entre outros, depois lidamos com as **reflexões clássicas sobre o trabalho** e por fim do tema das **estratificações sociais**.
- Nos capítulos 11, 12 e 13 (Unidade 3 – Poder e Cidadania) foram desenvolvidas as noções de **poder**, **Estado**, **cidadania**, **pensamento político clássico**, **globalização** e **movimentos sociais**.

Assim, os três primeiros capítulos de cada Unidade compõem o núcleo "básico" de cada área. Embora tratem de temas clássicos, essas partes iniciais das Unidades avançam para uma discussão contemporânea sobre os temas, em alguns momentos relacionando-os com o Brasil contemporâneo. Ou seja, embora lidando com o pensamento clássico das Ciências Sociais, tivemos a preocupação em não isolar esse pensamento dos processos sociais do mundo contemporâneo.

A seguir, o quarto capítulo de cada Unidade (capítulos 4, 9 e 14) dedica-se especificamente a discutir as Ciências Sociais no Brasil, cada um relacionando o desenvolvimento dessas ciências com os momentos históricos de sua produção. Assim, busca-se demonstrar como as teorias tratadas nos primeiros capítulos foram lidas e abordadas pelos estudiosos do país. Tratamos de construir uma síntese da história da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política no Brasil, mas que também é em si uma reflexão sobre a história do Brasil, principalmente dos séculos XIX e XX e do presente século. Pretendemos costurar a relação entre as teorias gerais e o seu uso (e também a sua produção) por intelectuais brasileiros.

Finalizando cada uma das Unidades, temos capítulos sobre as teorias contemporâneas das Ciências Sociais. Os capítulos 5, 10 e 15 têm como objetivo demonstrar a vitalidade das Ciências Sociais, destacando estudos contemporâneos que buscam entender o mundo social a partir de múltiplas posições, visões e correntes teóricas e ideológicas. Obviamente, é impossível esgotar o vasto panorama da ciência social contemporânea, extremamente diversificado. Os capítulos fazem recortes a partir de temáticas que consideramos efetivamente mais relevantes para o aluno. A ciência social contemporânea é complexa e frequentemente hermética, o que nos levou a uma difícil tarefa de tornar esse conhecimento acessível ao aluno.

Além das três Unidades, o livro conta com uma Introdução que vai além de meramente apresentar o livro. Ela busca explicar o que são as Ciências Sociais, como elas se estruturam no Brasil, o que é e como se

produz um conhecimento científico sobre o social e, finalmente, quais são as contribuições primordiais das Ciências Sociais. A introdução lida com a definição de **conceito**, **método** e **teorias** e pretende apresentar ao aluno tanto uma forma de pensar como sua relação com a vida ao nosso redor: as Ciências Sociais são um conhecimento vivo e dinâmico.

A estrutura básica, como vimos, é dividida em Unidades e também em temas. Essa organização em duas ordens possibilita a você, professor, uma grande liberdade para estruturar seu curso. De forma geral, os três primeiros capítulos tratam da virada do século XIX para o século XX, possibilitando ao professor, caso seja de seu interesse, uma organização que pressuponha uma continuidade entre os três primeiros capítulos de cada Unidade (expomos a seguir um pequeno quadro com sugestões). Pode-se distribuir esses três primeiros capítulos de maneira bastante flexível (mas é importante considerar que é recomendável primeiro se aventurar na Sociologia clássica para depois discutir o Estado e o poder, pois essa última discussão pressupõe o debate sobre a teoria de Weber, realizado no primeiro capítulo da Unidade 2 – Sociedade). Após os clássicos, passaríamos às teorias contemporâneas ou à história das Ciências Sociais no Brasil, conforme seu interesse ou objetivo.

Assim, quando pensamos a organização e a estruturação do livro pretendemos ampliar as possibilidades de sua intervenção, que pode seguir o arco disciplinar proposto para cada Unidade, pode preferir um arco temático (dedicando-se aos clássicos, aos contemporâneos e às Ciências Sociais no Brasil), ou ainda uma mistura das duas opções, seguindo cada arco temático numa sequência disciplinar (os três primeiros capítulos de cada Unidade, seguidos dos quartos capítulos, depois dos capítulos finais).

O projeto gráfico pretende facilitar esse trabalho: as Unidades estão divididas em cores distintas, e os núcleos temáticos de cada Unidade são sinalizados por pequenas bandeirolas coloridas no sumário: cor verde-amarela para o núcleo "nacional" e cor rosa para o núcleo contemporâneo.

Usamos aqui os números dos capítulos: Unidade Cultura (capítulos 1, 2, 3, 4 e 5); Unidade Sociedade (capítulos 6, 7, 8, 9 e 10) e Unidade Poder e Cidadania (capítulos 11, 12, 13, 14 e 15).

Sequências dos capítulos de acordo com a opção metodológica do professor

Arco disciplinar	Arco temático	Arco misto
Sequência: Introdução, capítulos 1 ao 15.	Sequência: Introdução, 6, 11, 1, 7, 8, 2, 3, 12, 13, 4, 9, 14, 15, 10, 5.	Sequência: Introdução, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 4, 9, 14, 5, 10, 15.

Essas três sugestões são apenas possibilidades: o professor, conforme seus interesses, a experiência de vida dos alunos e sua formação, pode optar por alterar, dentro desses arcos, tanto a ordem disciplinar quanto a temática. É possível iniciar cada arco temático com sua disciplina de preferência, é possível inverter a ordem temática nacional com a contemporânea, etc. Mas é recomendável uma boa análise da melhor opção, pois alguns assuntos seriam mais bem apreendidos em determinadas sequências. O quadro apresenta opções pensadas de modo a facilitar a compreensão tanto temática como disciplinar.

É preciso agora discorrer um pouco sobre as estruturas didáticas que nos auxiliam ao longo de cada capítulo. Trata-se de um conjunto de boxes e seções variados, que se repete ao longo de todo livro.

- A seção **Perfil** oferece uma pequena biografia de um ou mais autores especialmente relevantes para o tema do capítulo.
- O boxe **Para saber mais** objetiva complementar e aprofundar conceitos, contextos e debates tratados no capítulo.
- Na seção **Assim falou...** destacamos citações relevantes ao tema discutido, retiradas de textos dos autores que são referência nos capítulos.
- Os termos mais difíceis são explicados no boxe **Léxico**, sempre na margem lateral da página em que aparecem.
- O boxe **Você já pensou nisto?** tem importância fundamental no livro. Como uma das diretrizes de construção do seu conteúdo é a contextualização sociocultural, ou seja, o destaque para uma interação entre o conhecimento escolarizado das Ciências Sociais e a vida do aluno, elaboramos esse boxe como um eixo de **integração**. Buscamos despertar o olhar do aluno para determinadas relações entre o conhecimento e a realidade, propor questionamentos que estimulem o pensamento crítico e também a capacidade de abstração. Elaborado em tom de questionamento, o boxe marca pausas reflexivas ao longo das cinco partes de cada capítulo e também favorece atividades ao longo do capítulo. Caso o professor deseje, essas pausas têm um grande potencial para gerar discussões coletivas, por um lado, e de gerar ideias para projetos de pesquisa, por outro. O **Você já pensou nisto?**, portanto, é pensado como um artifício pedagógico de aprendizado: serve como uma pausa e uma pequena revisão do conteúdo na aula; como um exercício a ser feito em classe ou em casa, em qualquer configuração de grupo ou mesmo individualmente; como um instrumento que aproxima o mundo do aluno ao contexto das Ciências Sociais; como artifício de estímulo ao pensamento crítico. Seguindo a estratégia geral de dar ao professor ampla liberdade de escolha, pode ser utilizado da forma mais conveniente no contexto da aula e ser retomado ao final do aprendizado do capítulo (e de formas múltiplas ao longo de todo o curso).
- Ao final de cada capítulo, a seção **Você aprendeu que...** oferece uma síntese por tópicos do conteúdo do capítulo com o intuito de facilitar a sua sistematização.

As atividades são apresentadas em três seções no fim de cada capítulo e uma seção mais abrangente no final de cada Unidade.

I) A primeira seção de atividades, intitulada **Revendo**, apresenta cinco questões que visam levar o aluno a retomar e organizar o que foi estudado e a sistematizar os conteúdos mais relevantes. É possível articular e explorar essa primeira seção de atividades com o boxe **Você aprendeu que...** com a finalidade de destacar os principais conceitos trabalhados no capítulo.

II) A próxima seção de atividades, **Interagindo**, tem como finalidade explorar habilidades de correlação, compreensão e contextualização sociocultural do conhecimento. A partir de letras de música, poemas, charges, tirinhas e imagens, oferece espaço para o aluno fazer uma interpretação mais livre do conhecimento trabalhado no capítulo. Essas diferentes modalidades de texto e de imagem pretendem servir de gatilho para uma reflexão um pouco mais elaborada que a da seção anterior. Se na seção anterior pretendemos uma síntese dos conceitos principais, aqui a função é dialogar com os conceitos e pensar e refletir sobre eles. A estratégia para fazer com que essa correlação seja produtiva e mais livre é explorar nesses artefatos culturais o potencial de levantar desafios e reflexões que se podem relacionar com o conteúdo do capítulo.

III) A terceira seção de atividades, intitulada **Contraponto**, constitui-se numa espécie de desafio intelectual. Pretende-se que um texto seja produzido em diálogo entre o capítulo e os artefatos culturais semelhantes aos da seção anterior (poemas, imagens, charges, letras de música, artigos, etc.), mas cuja relação com o capítulo é menos evidente. Caminhamos num esquema de complexidade crescente, da primeira para a terceira seção de exercícios: nessa última, temos espaço para um uso muito mais independente das ferramentas presentes no capítulo e a intenção é que o aluno seja capaz de produzir um texto autoral sobre a relação do artefato com o capítulo. Deve-se notar que as sugestões de resposta só podem ser, nesse caso, uma referência, pois a intenção não é avaliar a correção (embora ela deva ser considerada), mas sim a capacidade de abstração e de correlação. Assim, as três seções de atividades oferecem um grau de complexidade e abstração crescentes.

IV) A quarta seção de atividades, apresentada ao final de cada Unidade, tem como objetivo justamente "fechar" o ciclo iniciado pelas seções anteriores e chama-se **Concluindo**. Nesta seção é mais frequente o uso de trechos de textos de estudiosos ou artigos de revistas, jornais e obras, além de imagens, poemas, quadrinhos, cartuns, letras de música, etc. Depois da complexidade e da capacidade de relacionar abstração e realidade exigida pelo **Contraponto**, passamos a um voo menos abrangente e mais pontual, bastante semelhante ao uso que se faz do conhecimento em vestibulares e no Enem. Optamos, porém, por respostas dissertativas, para ajudar a desenvolver tanto a capacidade argumentativa quanto a produção de textos. Sempre que possível, são evidenciadas as propostas e os diálogos interdisciplinares, destacando-se aqueles com as áreas de Geografia, Estatística, Economia, Biologia, História e Filosofia. Ao final da seção **Concluindo**, há uma seleção de questões objetivas relacionadas aos temas daquela Unidade, extraídas do Enem e de vestibulares de universidades federais e estaduais.

Em relação às atividades, não especificamos como devem ser oferecidas aos alunos. Todas elas comportam dimensões coletivas de aprendizado e seria interessante que o professor utilizasse formas variadas de organização de grupos, duplas, etc. para aplicá-las. Elas podem ser feitas tanto em casa como em sala de aula, ficando a cargo do professor a melhor maneira de explorá-las. Todas elas, especialmente as da terceira e quarta seções, comportam também projetos de pesquisa, pois levantam questões que podem ser objeto de uma reflexão mais sistemática como projetos de investigação que o professor estimule seus alunos a seguir. Outras atividades são sugeridas neste Manual do Professor na seção **Atividades complementares**, na parte específica das orientações pedagógicas de cada Unidade.

O livro apresenta ainda, ao final de cada capítulo, um conjunto de indicações de leitura, tanto relativas às Ciências Sociais efetivamente quanto a uma literatura mais vasta. Procuramos selecionar obras de literatura cujas tramas, perspectivas e narrativas se relacionam com os conteúdos, mesmo que tangencialmente. Nesse sentido, a própria leitura de alguns desses livros pode se configurar num exercício de abstração para estimular o aluno a relacionar o conteúdo do livro com os conteúdos das Ciências Sociais. Indicações de filmes, documentários e *sites* também são oferecidas na mesma seção e podem ser objeto de reflexão pelo professor e pelos alunos. Há um amplo número de indicações de filmes nacionais ao longo dos capítulos, que receberam atenção especial por apresentar um universo mais próximo ao cotidiano do aluno do que filmes estrangeiros. Trata-se, portanto, de um bom auxílio ao professor para conectar os temas às experiências cotidianas. Recomendamos que os filmes nacionais indicados sejam exibidos na escola, em linha com o que estabelece a Lei n. 13 006/2014, que insere a exibição de, no mínimo, duas horas mensais de filmes de produção nacional no componente curricular da escola. Todas estas sugestões estabelecem pontes interdisciplinares, especialmente com a Literatura e a Arte, mas atravessam temas da História, da Geografia, da Filosofia e outras áreas do conhecimento. Ao final do livro encontra-se a seção **Biografias**, com uma pequena biografia dos principais estudiosos citados ao longo do livro e que não foram abordados no **Perfil** do capítulo, com o intuito de situá-los no tempo, no espaço e na história das Ciências Sociais. O **Índice remissivo** traz autores, conceitos e palavras que foram referenciados no livro. Por fim, em **Bibliografia** apresentamos as principais referências bibliográficas utilizadas na elaboração do livro, divididas por capítulo.

Para finalizar essa parte sobre a estrutura do livro, vale destacar a importância do projeto gráfico, baseado na linguagem do grafite e das demais artes de rua (*street art*). O projeto gráfico aparece como uma dimensão da opção conceitual do livro, pensado com o intuito de relacionar o conteúdo apresentado com a vida do aluno. O princípio de intervenção artística da arte de rua é, por assim dizer, relacionar um mundo

crítico de reflexões com a cidade, com o muro, a rua, a casa. Da mesma forma, no universo rural, temos culturas visuais extremamente ricas (escultura, artesanato, vestuário) que funcionam como veículos de manifestação artística e social. Esse mecanismo de produção artística é em tudo paralelo às Ciências Sociais: conceitos abstratos para pensar o real. A Arte desenha conceitos, faz conexões inusitadas, estimula a pensar na fronteira entre conceito e realidade, é crítica e atuante. Ela traz o mundo das ideias para o mundo concreto (e *do* concreto, em muitos casos).

Níveis crescentes de complexidade

O livro foi pensado como um caminho pelas Ciências Sociais que facilite a compreensão do aluno ao longo de um percurso educativo. Nesse sentido, levamos em conta uma progressão de complexidade dos argumentos tanto entre as Unidades como ao longo de cada uma delas. Buscamos facilitar o aprendizado do aluno com um desenvolvimento gradual da complexidade sem no entanto restringir a forma de utilização do livro. Assim, optamos por dois vieses de complexificação: no interior de cada Unidade e entre as diferentes Unidades.

No interior de cada Unidade, o caminho é o seguinte: os conceitos básicos são apresentados no primeiro capítulo. Na **Unidade 1**, o primeiro capítulo fala de **diferença** e **alteridade**; na **Unidade 2**, apresenta os pontos de vista dos **três autores fundadores**; na **Unidade 3**, trata do **Estado** e do **poder**. Todos esses assuntos são básicos para estruturar a reflexão apresentada nos capítulos seguintes. Na **Unidade 1**, o segundo capítulo avança a reflexão sobre **diferença**, tratando de **relativismo** e **etnocentrismo**; na **Unidade 2** seguimos com uma reflexão sobre o **trabalho**; na **Unidade 3** apresentamos a **globalização**.

Etnocentrismo, **trabalho** e **globalização** são complexificações das temáticas levantadas nos primeiros capítulos das respectivas Unidades, ao mesmo tempo que trazem outras informações necessárias ao entendimento do terceiro capítulo de cada Unidade, que representa um conhecimento já mais próximo do mundo contemporâneo e introduz um nível maior de abstração, com discussões sobre **estrutura**, **estrutura social**, **etnicidade**, **identidade**, **grupos funcionais**, **classes sociais**, **dialética**, **estratificação social**, **grupos de *status***, **classes médias**, **cidadania**, **movimentos sociais**, **ação coletiva**, **participação cívica** e **revoluções**. Todos esses temas são apresentados numa ordem lógica de estruturação pedagógica, resultando da abstração gradual dos capítulos anteriores.

Nas três Unidades, o quarto capítulo é sobre as **Ciências Sociais no Brasil**. Isso porque só depois de conhecer os principais conceitos o aluno tem condições de perceber como eles se relacionam com a história das Ciências Sociais e com a sociedade em que vivemos. Nesse sentido, o livro expõe também uma estratégia de aproximação gradual do universo conceitual das Ciências Sociais ao mundo do aluno. Embora essa aproximação esteja presente ao longo de todos os capítulos, especialmente por meio do boxe **Você já pensou nisto?**, pensamos também num caminho gradual de integração entre o mundo conceitual e a experiência do aluno na estruturação dos capítulos dentro de cada Unidade.

Por fim, o quinto capítulo de cada Unidade alcança o maior grau de abstração e complexidade, pois aponta para questões relativas aos **temas contemporâneos das Ciências Sociais**. Ou seja, é necessário passar pelos capítulos anteriores para entender as pesquisas e dimensões das Ciências Sociais contemporâneas.

O livro apresenta também um nível de complexificação entre as Unidades. A **Unidade 1**, por lidar com questões facilmente identificáveis ao cotidiano do aluno (**diferença**, **relativismo**, **preconceito**, etc.), pode ser considerada uma entrada mais suave no campo das Ciências Sociais. A **Unidade 2** apresenta um nível ligeiramente mais intenso de complexidade, pois lida com noções mais abstratas, como **ação** e **estrutura**. A **Unidade 3**, com sua diversidade de temas como **poder**, **globalização** e **cidadania**, exige um grau maior de abstração justamente por sua variedade, embora o percurso seguido para chegar a ela favoreça essa atitude mental, sobretudo o estudo dos conceitos vistos na Unidade 2.

Seguir a ordem descrita acima não é, entretanto, a única forma de usar o livro. É plenamente possível um uso mais livre, sempre levando em conta a estrutura de complexificação no nível dos capítulos. O professor pode, por exemplo, enfrentar primeiro todos os capítulos iniciais (capítulos 1, 6 e 11), que têm estruturas similares, pois lidam com conceitos fundamentais das três áreas das Ciências Sociais. O mesmo pode ser feito com os demais capítulos: estudar, por exemplo, os capítulos 2, 7 e 12; e assim por diante. Essa opção não desestrutura nossa concepção pedagógica e mantém um caminho de aprendizado bastante profícuo.

A opção do professor deve levar em conta também em que momento do Ensino Médio serão ministradas as aulas. No caso de iniciar o estudo de Ciências Sociais no primeiro ano do Ensino Médio, sugerimos começar pela Unidade 1 em sua totalidade, por ser essa a mais fácil de ser explicada e entendida. O desenvolvimento das duas Unidades seguintes pode ser mesclado, conforme o discernimento do professor, apenas atentando para o fato de que não seria recomendável apresentar o Capítulo 10 antes do 8, o 8 antes do 7 e o 7 antes do 6. O mesmo raciocínio serve para os capítulos da Unidade 1 e da Unidade 3. Apenas os capítulos sobre as Ciências Sociais no Brasil podem, sem prejuízo, serem apresentados por último em cada Unidade, se o professor assim o desejar.

Cabe ao professor decidir como usar o livro a partir de sua experiência e de acordo com as particularidades de cada classe, mas sempre atento aos dois níveis propostos. Dessa forma, o livro oferece ao aluno um caminho pedagógico profícuo e ao professor liberdade de escolha na maneira de apresentar o conteúdo sem perder esse caminho.

<table>
<tr><th colspan="3">Estrutura da obra</th><th>Boxes e seções</th></tr>
<tr><td colspan="2">Introdução</td><td rowspan="10">Texto principal e seções/boxes de texto</td><td>Imagem e texto de abertura de cada Unidade e capítulo</td></tr>
<tr><td rowspan="11">Unidade 1
Unidade 2
Unidade 3</td><td rowspan="9">5 capítulos em cada Unidade</td><td>Texto principal dividido em 5 itens</td></tr>
<tr><td>Perfil</td></tr>
<tr><td>Você já pensou nisto?</td></tr>
<tr><td>Para saber mais</td></tr>
<tr><td>Assim falou...</td></tr>
<tr><td>Léxico</td></tr>
<tr><td>Você aprendeu que...</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Atividades no final do capítulo</td><td>Revendo</td></tr>
<tr><td>Interagindo</td></tr>
<tr><td>Contraponto</td></tr>
<tr><td>Sugestões de leitura, filmes e sites</td><td></td></tr>
<tr><td>Seção final de Unidade</td><td>Atividades no final de cada Unidade</td><td>Concluindo</td></tr>
<tr><td>Biografias</td><td colspan="3">Autores citados ao longo dos capítulos</td></tr>
<tr><td>Índice remissivo</td><td colspan="3">Conceitos, termos e autores fundamentais</td></tr>
<tr><td>Bibliografia</td><td colspan="3">Referências bibliográficas divididas por capítulo</td></tr>
</table>

David Silverman/Agência France-Presse

4. BIBLIOGRAFIA

Apresentamos a seguir uma lista de referências bibliográficas que embasaram este Manual do Professor e que poderão auxiliá-lo na reflexão de sua prática pedagógica.

ALVAREZ, Miriam. Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização. Revista *AntHropológicas*, Recife, n. 15, v. 1, p. 49-78, 2004.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BRAGANÇA, Sanderson Dias. *Sociologia no Ensino Médio*: mais cem anos de luta. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/006/06sociologia.htm>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. Produção de manuais didáticos e o ensino de Sociologia na escola média em dois momentos históricos (1935-1989). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 58-75, maio 2010.

CANDIDO, Antonio. Sociologia: ensino e estudo. *Sociologia*, *Revista Didática e Científica*, XI (3): 275-289, set. 1949. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. *Sociologia e Ensino em debate*. Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Ed. Ijuí, 2004.

CASÃO, Carolina Dias Cunha; QUINTEIRO, Cristiane Thaís. Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1. p. 225-238, jan./jun. 2007. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3403>. Acesso em: 29 fev. 2016.

COHN, Clarice. *A criança indígena:* a concepção Xikrin de infância e aprendizado. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/USP, São Paulo, 2000.

DUBET, François. Quando um sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, set./out./nov./dez. 1997. Disponível em: <www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/rbde05_6_19_angelina_e_marilia.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil:* contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

HANDFAS, Anita. *A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro*. Disponível em: <www.labes.fe.ufrj.br/Eventos/3ENSOC/PDF/GT1.1.5.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

_____; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de Sociologia nas escolas de nível médio. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 131-142, jan./jun. 2007.

IANNI, Octávio. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.

KRASILCHIK, Myriam. As relações pessoais na escola e a avaliação. In: CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.). *Ensinar a ensinar:* didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. p. 165-176.

LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Angela (Org.). *Crianças indígenas, ensaios antropológicos*. São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; HANDFAS, Anita. (Org.). *A Sociologia vai à escola:* história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2009.

MACHADO, Celso de Souza. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*. v. 13, n. 1, p. 115-142, 1987.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. *Mediações*, v. 12, p. 31-66, 2008.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social* — USP. p. 5-20, abr. 2003.

_____. Por que Sociologia e Filosofia no Ensino Médio? *Revista de Educação*, 10: 50-52, abr., São Paulo: Apeoes, 1999.

_____.; GUIMARÃES, E. F.; TOMAZI, N. D. *Orientações Curriculares Nacionais (OCN)*: conhecimentos de Sociologia. Brasília: MEC, 2006.

MORAES, Amaury César (Org.). *Sociologia:* Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB, 2010. (Explorando o ensino; v. 15).

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da Sociologia na formação de estudantes do Ensino Médio: as perspectivas dos professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, maio/jun./jul. 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a08>. Acesso em: 1º mar. 2016.

SARANDY, Flávio. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio. *Espaço Acadêmico*, ano I, n. 5, out. 2001. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm>. Acesso em: 1º mar. 2016.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A Sociologia no Ensino Médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, Natal, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/1844/pdf_60>. Acesso em: 1º mar. 2016.

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. *Tellus*, ano 7, n. 13, out. 2007, p. 1-25.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

5. ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS E SUGESTÕES DE RESPOSTAS

INTRODUÇÃO | O QUE É A SOCIEDADE?

O objetivo desta Introdução é explicar, de modo geral, o que são Ciências Sociais, como operam e para que servem. Essa não é uma tarefa simples, pois o texto exige do leitor certa capacidade de abstração, uma vez que aborda conceitos, métodos, ideologia e outros temas específicos. Como são discutidos vários conceitos que fundamentam a produção das Ciências Sociais, a leitura desta Introdução, cujo conteúdo é essencial para os alunos, deve ser feita de preferência com o acompanhamento do professor. A seguir, abordamos cada item da Introdução, sugerindo alguns exemplos e comentários que podem facilitar o trabalho do professor e o aprendizado dos alunos.

1. A vida em sociedade

Neste item introduzimos uma reflexão sobre o significado de sociedade, sobre a vida em sociedade e suas implicações. Pretende-se que o aluno reconheça a complexidade do mundo ao seu redor e perceba que as Ciências Sociais surgiram da necessidade de compreender melhor essa complexidade. A seção *Você já pensou nisto?* (p. 9) representa uma primeira oportunidade para aproximar as questões das Ciências Sociais do cotidiano e do entorno do aluno. Neste momento, aproveite para reforçar a estreita relação das Ciências Sociais com a vida de todos nós, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico e a prática de uma cidadania consciente. Assim como a sociedade, as Ciências Sociais também são complexas: não operam com base em um consenso, mas, ao contrário, convivem com visões distintas da realidade. Ao longo do livro, buscamos reafirmar as complexidades da vida social e suas consequências e efeitos, como, por exemplo, as diferentes formas de distribuição da riqueza e de exercício do poder, as condições de vida em cada sociedade, etc.

Um dos recursos do método de análise das Ciências Sociais consiste em **desnaturalizar** o que parece óbvio, "natural" e evidente, olhar para além das aparências e identificar modos menos evidentes de funcionamento do mundo social. O aluno precisa entender o que queremos dizer com "desnaturalização". Usamos o exemplo do trabalho doméstico e a sua naturalização, em nossa sociedade, como atribuição feminina. Procuramos remeter esta condição como algo a ser desnaturalizado. Outro exemplo interessante seria o questionamento da naturalização de certos estereótipos que fundamentam o racismo. Uma boa estratégia para enriquecer a aula pode ser uma reflexão sobre como o racismo pressupõe uma imagem do Outro que o coloca sempre em posição desfavorável mas que aparece como "natural".

2. As Ciências Sociais

Aqui a intenção é demonstrar como as Ciências Sociais adquiriram *status* de ciência, com rigor metodológico e conceitual. Na verdade, nem toda ciência social é considerada efetivamente ciência: é o caso de linhas teóricas como o pós-modernismo antropológico, por exemplo. Entretanto, é importante deixar claro para o aluno que as Ciências Sociais se constituíram uma tentativa de fazer ciência sobre a sociedade e por isso até hoje conservam esse nome. Muitos cientistas sociais consideram que seu trabalho continua a ser uma ciência, apesar de esse campo do conhecimento apresentar características peculiares, muito diferentes das ciências exatas e biológicas.

Este é um bom momento para começar um projeto coletivo, que pode facilitar o entendimento do aluno sobre o que são as Ciências Sociais. Sugerimos um tema como a violência, por exemplo. Podemos indagar qual seria a abordagem de um cientista social sobre esse tema. Como ele construiria suas hipóteses? O que interessaria a ele saber sobre a violência? Para simplificar, o professor pode direcionar o tema para um aspecto muito próximo da vida de qualquer aluno brasileiro: a televisão. Como a violência aparece na televisão? Com base nessas indagações, provavelmente poderemos perceber que as opiniões são muito variadas, desde o "há muita violência na televisão" até o "não há muita violência". A ideia aqui é levar o aluno a refletir sobre como responder a essa pergunta mesmo diante de opiniões tão diferentes.

Ainda neste item, descrevemos brevemente as principais Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Neste primeiro contato, não fazemos uma abordagem aprofundada, já que o livro trata de forma detalhada as três disciplinas, e o aluno terá tempo para apreender as diferenças e semelhanças entre elas ao longo do curso. Tratamos apenas de expor os objetivos principais e as particularidades de cada uma das ciências que constituem o tema deste livro e serão abordadas em detalhe nas três unidades da obra.

3. Como funcionam as Ciências Sociais?

Este item discute questões mais abstratas sobre **conceito** e **método**. A intenção é oferecer um panorama geral de como operam as Ciências Sociais na busca de

respostas às suas perguntas. É importante que o aluno compreenda que o conceito é fundamental para definir o que o cientista social pretende afirmar.

Convivemos com diferentes interpretações do mesmo conceito, como no caso que tomamos na página anterior como exemplo ("violência"). Nossos conceitos sobre o mundo, porém, também variam com a História, como dito no boxe *Você já pensou nisto?* (p. 18). Para trabalhar com essa perspectiva em sala de aula, podemos utilizar um conceito muito presente na vida de todo e qualquer estudante: a infância, ou a adolescência. Esses são dois conceitos recentes na história da humanidade, e que são muito típicos da nossa sociedade, não existindo em muitas outras. É possível sugerir aos estudantes uma pesquisa rápida na internet ou em livros sobre a "história da infância", ou "história da adolescência", de maneira a questionar esse conceito que nos é apresentado como algo "natural", "biológico". A partir dessa experiência é possível também apresentar aos alunos uma perspectiva interdisciplinar das Ciências Sociais com a História. A leitura da obra *História social da infância e da família* (Rio de Janeiro: LTC, 1981), do historiador Philippe Ariès (1914-1984), poderá ajudá-lo nesta proposta.

Retomando o exemplo da violência, a sequência de uma discussão a respeito das diferentes opiniões sobre a violência na televisão poderia ser uma pequena pesquisa sobre o tema. Você pode sugerir, por exemplo, que os alunos assistam a programas de televisão durante uma ou duas horas, em canais e horários diferentes, e façam anotações descrevendo cenas e aspectos que considerarem violentos.

Ainda não é o momento de definir o que é violência. O importante aqui é deixar os alunos buscarem na televisão o que consideram manifestações de violência. O resultado dessa busca deve produzir uma grande variedade de descrições do que pode ser violência – desde desenhos animados até filmes e cenas de telejornais. Essa variedade pode indicar o caminho para o aluno entender o conceito. Tudo aquilo é violência? Como definir uma reflexão sobre violência na televisão se a própria definição de violência pode variar tanto? O exercício serve para demonstrar como é importante, em Ciências Sociais, definir exatamente o que se quer dizer, o que se pretende verificar ou analisar. Em seguida, os alunos podem chegar a um acordo sobre uma definição (por exemplo, considerar como "objeto da pesquisa" tudo aquilo que todos concordam que é violência, ou qualquer outra definição que lhes pareça lógica). Nesse processo, algumas opiniões serão vencidas, e isso é importante para que os alunos percebam o que significa fazer uma ciência sem consenso.

O próximo passo é o método: uma vez definido o que é violência, o que fazer com os dados coletados? Podemos ilustrar a diferença entre o método quantitativo e o qualitativo. Os dados coletados pelos alunos permitem apenas uma tabulação (quantas cenas violentas aparecem por hora no canal x, por exemplo), ou seja, os dados permitem apenas uma metodologia quantitativa. Mas já seria possível concluir, por exemplo, que a programação do canal x é mais violenta do que a do canal y, ou que não há muita diferença entre eles. Para fazer uma pesquisa qualitativa, seria interessante ampliar o exercício, sugerindo aos alunos que perguntem a pessoas da família (ou a vizinhos) se consideram a programação da TV violenta ou não, o que elas consideram violento na TV, descrevendo e dando exemplos, e o que acreditam que isso pode acarretar. Depois de ouvir e anotar as respostas de duas ou três pessoas, o aluno deve trazer para a classe os dados coletados. Esses novos dados podem ser analisados com base em uma metodologia qualitativa: quais são as opiniões encontradas? É possível encontrar semelhanças e padrões de resposta entre elas? Há diferenças de opinião por gênero (ou seja, os homens tendem a achar a programação mais ou menos violenta do que as mulheres), idade ou outro fator?

Essa pequena pesquisa pode ilustrar a diferença entre os dois métodos. De posse de todas as informações, os alunos poderiam contrastar as duas fontes de dados: a que produziram assistindo à programação e a opinião dos familiares (ou amigos e vizinhos). Vale a pena estimular a classe a pensar sobre esses dois conjuntos de dados, de modo a obter algumas conclusões: a programação parece violenta, mas as pessoas não a consideram assim? Ou o contrário? Ou a programação parece violenta e as pessoas a consideram de fato violenta? Esse exercício, ou outro semelhante, pode ajudar o aluno a entender um pouco do mecanismo das Ciências Sociais.

4. Ciências Sociais: informações e pensamento crítico

O objetivo aqui é demonstrar a utilidade das Ciências Sociais por meio das informações que produz ao tentar responder a suas próprias perguntas. Uma pesquisa sobre o que as pessoas de um bairro pensam do atendimento à saúde, por exemplo, pode ser muito útil à prefeitura da cidade: dados produzidos numa pesquisa como essa podem subsidiar a elaboração de políticas públicas por parte dos poderes administrativos. Na verdade, qualquer política social pode se beneficiar de dados produzidos pelas Ciências Sociais.

Dados como esses são úteis (mesmo quando o poder público não faz nada), ao fornecer subsídios para reivindicações de populações que se sentem discriminadas e privadas de seus direitos. Um grupo indígena, por exemplo, com base em pesquisas antropológicas sobre sua forma de vida, pode lutar pela criação de uma área reservada onde possa continuar a viver segundo seu modo de vida. Claro que tais dados são também importantes para a produção de ações sociais de vários tipos, mesmo quando não envolvem o Estado, como no caso de organizações não governamentais (ONGs) que procuram defender determinadas populações.

As Ciências Sociais trabalham não apenas produzindo informações, que chamamos de "primárias", ou seja, observadas diretamente pelo cientista social em campo, mas também fazendo e respondendo a perguntas a partir de informações de fontes "secundá-

rias". Nesse caso, trabalhamos com o cruzamento de informações de diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de responder a uma pergunta sociológica.

No senso comum, é frequente vermos interpretações superficiais sobre informações estatísticas, por exemplo. Na Sociologia podemos entender muito sobre tal tipo de informação quando analisamos a forma de recortar a amostra, o tipo de questionário que foi elaborado, a maneira como as perguntas foram feitas e até mesmo as diferenças sociais, raciais e de gênero entre aqueles que aplicaram e aqueles que responderam o *survey*. Outra maneira de compreender os limites das informações estatísticas é associá-las a informações da área de História, Geografia, ou mesmo do Direito.

Há vários exemplos que podem ser trabalhados em sala de aula para ilustrar essas relações. Um deles é o exemplo do divórcio. Se observarmos as taxas de divórcio no Brasil e no mundo, veremos que em geral elas têm subido. No senso comum, somos levados a acreditar que isso acontece porque as pessoas são mais infelizes em seus casamentos hoje em dia, ou porque estamos perdendo a capacidade de nos relacionarmos. Sociologicamente, cruzando o crescimento das taxas de divórcio com a informação histórica e legal de que até pouco tempo atrás o divórcio era proibido, podemos concluir que a impressão dada pelo senso comum não é necessariamente verdadeira. Quando o divórcio era proibido, por exemplo, um casamento infeliz persistiria ao longo do tempo, pois não havia a possibilidade de terminá-lo. Da mesma forma, podemos perceber que, mesmo após legalizado, o divórcio continuou representando um estigma para muitas pessoas, fazendo com que elas não optassem por se divorciar mesmo estando infelizes. Desta maneira, a Sociologia nos ajuda a enxergar o comportamento das pessoas em sociedade – medido muitas vezes pela estatística – em sua real complexidade.

Esta última parte da *Introdução* trata também de um dos efeitos mais importantes do estudo das Ciências Sociais: o desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre a realidade social. É possível que poucos alunos venham a se ocupar no futuro com as Ciências Sociais, mas isso não diminui a importância de seu estudo. Uma boa formação nos princípios básicos que orientam essa disciplina pode ajudar e acompanhar o aluno ao longo de sua vida. Um olhar crítico sobre o social ajuda a não ser facilmente enganado, a identificar mais claramente as forças em jogo num dado momento. Levar o aluno a perceber que entender melhor o mundo pode trazer benefícios importantes para ele e para a comunidade em que vive é relevante e pode estimulá-lo a se relacionar melhor com o conteúdo do livro. Como já foi dito na parte geral deste Manual, a seção *Você aprendeu que:* faz uma breve síntese do que foi estudado e pode ser utilizada também como uma miniavaliação. É ainda uma boa oportunidade para esclarecer eventuais dúvidas, pois oferece um resumo das principais ideias discutidas. Outra forma de aproveitar essa seção é propor aos alunos que escolham um ou dois itens destacados para aprofundar por meio de pesquisas ou para discutir em classe.

Um dos exemplos tratados nessa parte se relaciona com a discussão sobre a maioridade penal, muito debatida nos últimos anos. Por um lado, há quem entenda que jovens de 16 anos devem ser responsabilizados penalmente por crimes e que isso traria mais segurança ao país. Por outro lado, há quem defenda que criminalizar jovens menores de 18 anos, além de não afetar a questão da violência, submete jovens a regimes de mais violência nas prisões e desconsidera o fato de que eles são muito mais frequentemente vítimas que algozes. Caberia ao professor produzir uma discussão sobre o tema, avaliando posições favoráveis e contrárias à medida. Em *sites* como os citados abaixo (acesso em: 13 maio 2016) podemos encontrar resumos de posições favoráveis e contrárias:

<https://18razoes.wordpress.com/quem-somos>

<www.politize.com.br/noticias/5-argumentos-a-favor-e-contra-a-reducao-da-maioridade-penal-3>

O texto que propõe a redução da maioridade penal para 16 anos foi discutido e aprovado na Câmara dos Deputados em julho de 2015, após sessões tumultuadas. O texto aprovado prevê a maioridade penal aos 16 anos para alguns tipos de crime (como homicídio doloso, lesão corporal grave e outros crimes hediondos) e não para outros. A proposta seguiu para o Senado, onde, até maio de 2016, ainda aguardava andamento. Para acompanhar os desdobramentos, o professor pode procurar, no *site* do Senado (<www12.senado.leg.br>, acesso em: 13 maio 2016), a palavra-chave PEC 115/2015.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. A sociedade é a fonte de inquietações do cientista social. Para responder a elas, ele observa e estuda a sociedade em busca de explicações para os fenômenos sociais. As Ciências Sociais, portanto, estão profundamente ligadas à vida em sociedade, que gera tanto os problemas aos quais os cientistas sociais querem responder como as respostas a essas questões.

2. O conceito é a ferramenta que define exatamente o que o cientista social quer entender. É uma definição o mais precisa possível do objeto de pesquisa do cientista. Já o método é uma espécie de receita para o cientista responder às suas questões: implica procedimentos rigorosos de investigação, que devem ser compartilhados por uma comunidade científica.

3. Vimos que as Ciências Sociais são úteis por produzir dados sobre a realidade em que vivemos: essas informações podem ser importantes para o Estado realizar políticas variadas, podem servir de subsídio para grupos de pessoas exigirem direitos que lhes são negados, etc. Por outro lado, as Ciências Sociais são uma ferramenta poderosa para entendermos o mundo em que vivemos: auxiliam-nos a pensar mais criticamente sobre o que nos cerca, sobre o que nos dizem, sobre as notícias e informações que recebemos pela mídia, sobre a política, a economia, etc. As Ciências Sociais nos ajudam, sobretudo, a desenvolver um pensamento crítico.

Interagindo

1. O diálogo entre Calvin e seu pai desnaturaliza uma relação tida como natural até os dias atuais. A resposta do pai sugere que é mais razoável que a mãe pare de trabalhar para cuidar dos filhos, enquanto o pai continua a trabalhar. Nem todas as famílias em que pai, mãe e filhos vivam juntos escolhem esse arranjo, mas, por algum motivo, é mais comum que ele seja adotado, o que leva muitas pessoas a dizer que é mais "natural". Esse "por algum motivo" é objeto de interesse das Ciências Sociais, pois por trás dele há realidades nem sempre aparentes. Aqui, vemos que esse arranjo de cuidado dos filhos é amparado por uma desigualdade histórica entre o trabalho feminino e o masculino, em favor do último. Essa assimetria é fruto de uma sociedade ainda muito machista.

2. Os quadrinhos de Laerte expõem uma reflexão sobre a ideologia com base na ideia difundida de que não há mais ideologias em vigor. Muito apropriadamente, o personagem aprende que não há realidade sem algum tipo de ideologia dominante e que, se é comum pensar que não há ideologias, isso deve ser em si mesmo uma ideologia. O interessante é considerar a indicação sobre a quem interessa uma ideologia como essa. Na última tira dos quadrinhos, a cartunista brinca ao colocar o personagem tentando entender como "vislumbrar" essa ideologia em vigor recorrendo a uma alternativa religiosa (por princípio carregada de ideologia). Esses quadrinhos esboçam algo da preocupação de um cientista social: a busca por entender realidades não aparentes e por métodos para explicar essas realidades. Evidentemente, uma saída como a do sacrifício (no último quadrinho) não é o método do cientista social, que procuraria desenvolver pesquisas que explicassem qual é a ideologia vigente e a quem ela beneficia.

3. Na última tirinha da *Introdução*, vemos o personagem afirmar que é difícil pensar hoje em dia. Já na tirinha reproduzida na atividade, temos uma personagem que quer parar de pensar e, para isso, lhe é sugerido apenas assistir à televisão. Vemos que as duas tirinhas caminham no mesmo sentido, já que ambas expõem o problema de que é fácil não pensar criticamente (seja pela falta de leitura, seja pelo excesso de programas de entretenimento de massa na televisão, por exemplo).

Contraponto

A canção de Arnaldo Antunes revela uma contrariedade com a vida social, que em alguns momentos pode ser muito invasiva. Momentos em que somos alvo de fofocas, preconceitos, desprezo, etc. Essas insatisfações nascem do que uma vida em sociedade impõe às pessoas: a relação com outras pessoas. Muitas vezes essas relações provocam sofrimento e contrariedade. A reação comum a esses momentos é de retração, de não ver ou falar com ninguém. A canção muito provavelmente se refere a um momento como esse, quando a vida social impõe algum tipo de mal-estar, uma espécie de saturação, um desejo de estar só. Entretanto, ao mesmo tempo, essa vontade de retraimento é em si também algo que pode causar sofrimento, pois como seres sociais dependemos sempre dessas relações para viver. O isolamento absoluto é muito raro, e logo precisamos retomar a vida social, apesar de suas dificuldades. A letra da canção indica esse dilema, ao dizer "eu não ouço nunca mais, pelo menos por enquanto". O autor sabe muito bem que na verdade o isolamento social é impossível, mas expressa a dificuldade e os sofrimentos que a vida em sociedade nos impõe em alguns momentos.

SUGESTÕES

Além das referências bibliográficas indicadas nas orientações pedagógicas, oferecemos nesta seção outras sugestões de artigos e vídeos disponibilizados na internet, com o intuito de facilitar o acesso.

Professor, caso não encontre algum artigo no *link* sugerido, faça a busca na internet pelo título do artigo ou do vídeo e nome do autor ou diretor.

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

IANNI, Octavio. As Ciências Sociais na época da globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200002&lng=en&nrm=iso>.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa,* v. 30, n. 2, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso>.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100001&lng=en&nrm=iso>.

REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 35, 1997. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300002&lng=en&nrm=iso>.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. *Sociologias*, n. 22, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000200007&lng=pt&nrm=iso>.

UNIDADE 1 | CULTURA

A *Unidade 1* | *Cultura* aborda temas centrais da história da Antropologia: o pensamento evolucionista, a teoria cultural de Franz Boas e seus discípulos, as noções de estrutura social e função no estrutural-funcionalismo britânico, a noção de estrutura de Lévi-Strauss, os con-

ceitos de etnicidade, identidade, pós-modernismo e ainda várias teorias recentes do pensamento antropológico. O Capítulo 4 é dedicado à antropologia brasileira, relacionando os conteúdos discutidos nos demais capítulos à produção acadêmica no país.

A imagem que abre a unidade, um grafite do artista britânico Banksy, mostra um empregado da limpeza pública munido de um pressurizador, que dirige um jato de água para um muro onde vemos pinturas que lembram aquelas feitas em cavernas pelos primeiros grupos humanos. Essa imagem, bastante provocativa, relaciona-se com vários temas da unidade e pode ser lida de diferentes maneiras. Podemos ver nela uma crítica à nossa relação com o passado (e com as culturas não ocidentais), ou ainda uma crítica à rigidez ou fixidez cultural, ao sugerir que apenas apagando traços do passado podemos pensar o presente. Também podemos considerar que a pintura rupestre representada no grafite é uma imagem passageira, produzida para efeitos comerciais, e está sendo apagada para dar lugar a novas imagens com o mesmo apelo. É possível ainda supor que o grafite lida com o que Bruno Latour chamou de "híbridos" – mistura de natureza e cultura – que necessitam, portanto, ser apagados, na visão desse autor contemporâneo. Ou então pensar que o próprio grafite tem estatuto semelhante ao das pinturas rupestres e que a arte contemporânea remete à arte rupestre e com ela se relaciona.

As leituras e interpretações são múltiplas: as várias camadas da imagem se revelam aos poucos ao olhar do observador atento. Por isso é interessante instigar os alunos a observar com atenção não apenas esta, mas todas as imagens do livro (e da vida). Estimule-os a propor significados e conexões das imagens com o conteúdo de cada capítulo, tanto para dar sentido à abertura da unidade como para evidenciar essa multiplicidade de sentidos da arte e da vida social, já que a mesma imagem ganha novos significados à medida que nos relacionamos com ela a partir de conteúdos e contextos diferentes.

CAPÍTULO 1 | EVOLUCIONISMO E DIFERENÇA

A abertura do capítulo propõe um recorte original para pensar o desenvolvimento das Ciências Sociais: o encontro dos europeus, a partir do século XVI, com outras culturas que até então desconheciam. Esse encontro, que assumiu a forma de dominação europeia, tem ecos nas principais teorias pioneiras das Ciências Sociais, desde a Antropologia até a Sociologia, com os trabalhos do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), e a Ciência Política, em textos precursores do escritor renascentista francês Michel de Montaigne (1533-1592) e do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). O foco do capítulo está na produção de um conhecimento entrelaçado com o desenvolvimento do colonialismo.

1. A construção do pensamento antropológico

O objetivo básico aqui é estimular o aluno a refletir sobre a relação entre teoria e dominação. Essa reflexão vai fazer parte da experiência do aluno ao estudar o livro. Nessa perspectiva, o texto segue o caminho de descrever a teoria do evolucionismo para depois questionar o que aparece como evidente: que o "progresso" tecnológico é a medida de qualquer progresso. Ao fazer essa reflexão, o aluno começa a aprender que as ideias têm implicações e que, além disso, têm pressupostos. A descoberta do pressuposto de uma noção de progresso que exalta o colonizador permite uma reflexão sobre como podemos acreditar, sem perceber, em ideias que nos desfavorecem e, principalmente, que colocam em situação de inferioridade as populações em estado de vulnerabilidade.

Ao longo do livro veremos como essa descoberta pode contribuir para mobilizar reações a ideias que prejudicam populações inteiras, e que as Ciências Sociais têm um papel importante em desvendar esses pressupostos "ocultos". Neste momento, interessa apenas entender a relação entre teoria e justificativas de dominação.

Algumas iniciativas podem servir de apoio a essa discussão. Exibir em classe filmes sobre populações indígenas pode ser uma delas. Oferecemos algumas sugestões no fim do capítulo. Também pode ser interessante discutir um filme que desperte o interesse dos alunos, como *Avatar* (2009), de James Cameron, no qual a população alienígena pode ser vista como uma analogia das populações indígenas.

Em termos literários, um romance especialmente interessante para essa discussão (ou ao menos alguns trechos dele) é *Coração das trevas*, do escritor Joseph Conrad (1857-1924). O livro narra a viagem do protagonista Marlowe pelo interior da África, em busca de Kurtz, um mercador de marfim, colocando em evidência muitas das fantasias do "branco colonizador" e o caráter desumanizador da escravidão. Esse romance inspirou o filme *Apocalypse now* (1979), de Francis Ford Coppola.

Para facilitar a compreensão da visão dos cientistas europeus do século XIX, apresentamos um quadro/infográfico (p. 30) que sintetiza a evolução da humanidade segundo o antropólogo estadunidense Lewis Henry Morgan (1818-1881). Na mesma página, a seção *Assim falou...* apresenta uma citação de antropólogo escocês James G. Frazer (1854-1941) sobre o evolucionismo cultural. Esses recursos didáticos, aliados ao boxe *Para saber mais* sobre Evolucionismo x darwinismo social (p. 31), contribuem para garantir e ampliar a compreensão do aluno sobre esses momentos iniciais da construção do pensamento antropológico. Não menos esclarecedora é a imagem da página 32, que reproduz uma página da história em quadrinhos *Tintim na África*, do cartunista belga Hergé (1907-1983), perfeito exemplo da visão do senso comum do branco europeu "civilizado" a respeito dos nativos africanos.

2. Parentesco e propriedade: modos de organização social

O objetivo deste item é propor aos alunos uma dupla reflexão: em primeiro lugar, sobre como sociedades muito diferentes da nossa se organizam, e como foram vistas pelos europeus ao longo do século XIX, de modo a estabelecer uma relação entre essa forma de olhar e o colonialismo. Em segundo lugar, ao abordar a questão do parentesco, procuramos estimular o aluno a refletir sobre a própria família como uma forma possível (embora não a única) de organizar a vida em sociedade. Essa primeira desnaturalização é importante como introdução à abordagem de questões a respeito do etnocentrismo. O estudo das relações de parentesco é um bom início para um processo de desnaturalização cujo objetivo é levar o aluno a um entendimento mais profundo da ideia de cultura, objeto desta unidade.

O *Você já pensou nisto?* (p. 34) chama a atenção para um aspecto importante do parentesco nos dias de hoje: a luta pelo reconhecimento do Estado sobre diferentes arranjos de parentesco. Esse reconhecimento é importante, pois está ligado à obtenção de direitos. Apesar de alguns antropólogos, no passado, terem considerado que o parentesco seria uma forma primitiva de organizar a sociedade, hoje percebemos que ele segue vivo em nossa organização social. O parentesco, no caso da nossa sociedade, define e dá (ou não dá) uma série de direitos a diferentes indivíduos. Esses direitos podem ser relativos a bens materiais (como a herança ou a propriedade de terras), mas podem também ser relativos ao poder e a responsabilidades de uns para com os outros. No caso de uma mãe biológica ou adotiva, por exemplo, ela terá uma série de poderes e responsabilidades para com o filho ou filha.

Recentemente, o fato da elaboração de técnicas de inseminação artificial (*in vitro*) foi muito bem aproveitado por antropólogos para exemplificar que o parentesco é um sistema simbólico – e não biológico, sanguíneo –, e que ele importa ainda hoje. As fertilizações *in vitro*, assim como a adoção, ou as "barrigas de aluguel", são temas polêmicos que podem ser explorados em sala de aula como forma de refletir sobre o senso comum de que a única família "legítima" é a consanguínea. Esse debate pode servir também para compreender a luta pelo casamento igualitário para casais homoafetivos e, nesse caso, a proibição de casamentos inter-raciais em alguns países ao longo do século XX pode servir de exemplo complementar.

Qualquer atividade que incentive o aluno a pensar sobre sua própria família e a compará-la com as famílias dos colegas e com outras famílias que conhece ou viu em filmes, televisão, etc., será estimulante, desde que orientada numa perspectiva que acentue a relevância de qualquer tipo de família. Podemos estender bastante a reflexão, considerando como grupo familiar qualquer grupo que os alunos vejam como familiar (mesmo que não haja relações consanguíneas). Importante destacar nesse momento a diversidade de organizações familiares no mundo contemporâneo: segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil cresceu 67% entre 2004 e 2014 – elas passaram a chefiar quase 40% dos lares (dez anos antes, esse número era de 29%). Também é importante lembrar a presença de famílias formadas por casais homoafetivos, com ou sem adoção de crianças. Estes são apenas dois exemplos de tipos de organização familiar que vem crescendo nas sociedades contemporâneas. A série *Novas famílias*, da GNT, dirigida por João Jardim, aborda a diversidade de arranjos familiares na atualidade. Os episódios estão disponibilizados no *site* do programa: <http://gnt.globo.com/novas-familias> (acesso em: 23 fev. 2016).

3. Sociedades indígenas e o mundo contemporâneo

Nesta seção trabalhamos com uma imagem mais atual e contemporânea das populações indígenas, combatendo alguns preconceitos arraigados na sociedade ocidental, de certa forma derivados das teorias evolucionistas. Nesse caso, o professor deve assumir uma posição crítica em relação aos preconceitos estabelecidos. Para entender as populações indígenas hoje é preciso considerar o fato de que o contato com as sociedades ocidentais produziu nelas diversas mudanças (e vice-versa, aliás), mas não lhes retirou o direito de serem elas mesmas. O caminho sugerido aqui é uma reflexão em torno da influência cultural de origem estrangeira sobre os alunos, tais como filmes, canções, estilos de vestir, etc. Você pode ajudar a demonstrar que esse "uso" de coisas estrangeiras é, até certo ponto, contrabalançado por nossa própria cultura e por nossas concepções de mundo. Um *rapper* brasileiro não é uma cópia piorada de um *rapper* estadunidense, pois o *rap* é aqui transformado em um gênero propriamente brasileiro, discutindo temas brasileiros e problemas relativos à experiência brasileira dos *rappers*.

Essa reflexão deve ser incorporada ao estudo das sociedades indígenas, levando à percepção de que o uso de coisas ocidentais não torna os indígenas menos indígenas, ou cópias degradadas de um modelo ocidental. Essa constatação pode abrir caminho para os alunos entenderem as sociedades indígenas contemporâneas em sua complexidade e riqueza, na medida em que deixa de lado preconceitos que impedem uma visão mais clara e objetiva dessas populações.

A introdução da ideia de "etnocentrismo" também cumpre o papel de afinar o pensamento dos alunos e permitir que relacionem um conjunto de ideias a um conceito, de forma gradual. No capítulo seguinte, essa ideia aparecerá como um conceito propriamente dito. Sua introdução aqui serve a esse objetivo futuro.

As imagens das páginas 36 e 37, assim como a proposta do *Você já pensou nisto?* (p. 37), contribuem para reforçar a desnaturalização de preconceitos, noções genéricas e desinformadas sobre os grupos indígenas que vivem no Brasil. É importante ressaltar para os alunos a quem interessa disseminar essas noções preconceituosas e desfavoráveis aos grupos indígenas.

4. Mitos, narrativas e estruturalismo

Passamos agora para outro momento no andamento do capítulo. Se até aqui abordamos uma forma de pensar as sociedades não ocidentais do ponto de vista de uma teoria que as escalona em linhas evolutivas, nesta seção contrapomos a riqueza das expressões culturais dessas sociedades aos modelos produzidos pelos teóricos evolucionistas. É importante atentar para o fato de que os modelos evolucionistas não ficaram relegados ao século XIX, e que muito de sua essência passou para o senso comum, influenciando o pensamento das pessoas hoje em dia. Assim, ao abordar criticamente o evolucionismo, lidamos com uma teoria que estrutura o pensamento de parte considerável dos alunos.

Para enfrentar esses preconceitos que recebemos desde cedo, é preciso considerar a complexidade das produções culturais indígenas. Uma estratégia seguida neste item consiste em colocar o aluno diante de uma relação de similaridade com as populações discriminadas, de modo a ajudá-lo a superar os preconceitos. Quando o aluno chegar a perceber criticamente que alguma experiência cultural ao seu redor é desprezada, estará em condições de colocar-se sob o ponto de vista de uma cultura inteira discriminada como "primitiva".

Você pode explorar uma relação com a cultura popular da região onde se encontra, pois em geral as manifestações de cultura popular são vistas como "menores" em relação à arte erudita, tida como "verdadeira". Não é necessário adiantar aqui os conceitos de cultura popular, ou mesmo de produção cultural, pois estes serão abordados mais adiante.

Este item cita também os mitos indígenas estudados pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), uma das figuras máximas da Antropologia de seu tempo. A seção *Perfil* (p. 39) traz um esboço da vida e da obra de Lévi-Strauss e da importância de suas contribuições para diferentes áreas do conhecimento. Para ampliar a compreensão do aluno sobre os mitos ameríndios, matéria-prima do trabalho de Lévi-Strauss, sugerimos a leitura de um mito indígena, que poderá ser feita em classe e seguida de uma discussão orientada pelo professor.

Diferentes populações indígenas, em diversos lugares ao redor do mundo, produziram e produzem representações gráficas, artefatos de cerâmica, cestaria, esculturas, pinturas corporais e outras formas de expressão de extrema complexidade, tanto conceitual quanto prática. A arte indígena é um exemplo do nível de elaboração dessas sociedades, que nada têm de atrasadas: são apenas diferentes. Estudiosos como Franz Boas, Lévi-Strauss, Darcy Ribeiro, Eduardo Viveiros de Castro e outros dedicaram muita atenção a essas manifestações.

Nas sociedades ocidentais capitalistas, é comum pensar a arte como uma especialização separada da vida cotidiana, ainda que muitos artistas tentem romper com essa perspectiva. Nas sociedades indígenas, o que nós chamamos de arte não existe como um campo de atividade separado da vida cotidiana: trata-se, ao contrário, de uma forma essencial de comunicação, especialmente nas sociedades que não têm escrita.

Para Lévi-Strauss, a arte indígena é tão importante quanto os mitos, por representar um relevante sistema de comunicação simbólica. Aquilo que nossa sociedade considera como arte é parte integrante do sistema social indígena: mais que uma representação, a arte explica as próprias estruturas sociais dessas sociedades.

Vejamos, por exemplo, o banco kumurô dos Tukano, apresentado na p. 39, povo indígena que habita a região do alto rio Negro, que engloba a área do estado do Amazonas conhecida como Boca do Cachorro e parte da Colômbia.

O banco kumurô é um dos instrumentos cerimoniais dos Tukano. Conta o mito que Umuko Neku, o avô do mundo, sempre existiu, e uma das partes de seu corpo é o kumurô. Sentado em seu banco (que era parte de seu corpo), Umuko Neku pensava em como transformar o vazio e criar a humanidade, os animais e tudo o que existe. Não por acaso, hoje o banco kumurô é o lugar do benzedor (kumu), aquele que conhece os encantamentos xamânicos de cura, dos grandes rituais e dos ritos de passagem.

Segundo o mito, o kumurô foi oferecido aos ancestrais dos Tukano por Umuko Neku. O grafismo principal que ornamenta o banco também foi presente de figuras míticas e é sempre reproduzido. Representa o corpo da Cobra Canoa, que transportou a primeira humanidade. Já os grafismos da faixa central são variáveis e representam animais ou plantas com significados diversos.

Assim, o banco kumurô é tanto um objeto utilitário (para sentar) como simbólico (representa figuras míticas) e uma forma de comunicação (o banco conta uma história). O kumurô é produto de um processo complexo, que envolve a mitologia e a vida cotidiana do povo Tukano.

Juntamente ao banco kumurô foi apresentada uma caixa dos Tsimshians, habitantes da costa noroeste da América do Norte. Esse tipo de caixa é um objeto bastante comum entre os indígenas dessa região, feita a partir de uma única madeira de cedro, retorcida até ganhar o formato desejado. Elas também reúnem características de objeto utilitário, simbólico e comunicativo: eram usadas para cozinhar e estocar alimentos, no comércio, em cerimônias e até mesmo como assento, ao mesmo tempo que contêm elementos simbólicos em suas decorações. O simbolismo da arte dessa região é voltado para a representação da ordem social e espiritual, a exemplo das pinturas encontradas nas caixas, que simbolizam a linhagem de seus donos, seu *status* e sua riqueza. Da mesma maneira que os demais objetos de cedro, tais como as esculturas, as casas, as canoas ou as máscaras, essas caixas são vistas como seres vivos que não podem se mover. Na imagem apresentada, vemos a representação de um pássaro, possivelmente uma águia, animal bastante representado nos totens da região.

5. Populações indígenas no Brasil

Para concluir o capítulo, apresentamos um item basicamente informativo. Estabelecida uma estratégia para que os alunos construam, eles próprios, um olhar menos preconceituoso em relação às populações indígenas, apresentamos um mapa das terras indígenas no Brasil atual.

Essa estratégia será ampliada nos capítulos seguintes para pensar a diferença em geral, introduzindo uma perspectiva propriamente antropológica no olhar dos alunos. Para tanto, partimos da diferença mais radical que existe na sociedade brasileira (aquela entre populações indígenas e não indígenas) para depois abordar outros contextos nos quais é importante desenvolver um olhar que compreenda a diferença em termos não etnocêntricos.

É importante destacar a variedade das populações indígenas, rejeitando a imagem estereotipada de um índio brasileiro genérico. Uma forma de seguir essa orientação é propor uma pesquisa sobre diferentes populações indígenas. Se a escola tiver acesso à internet, o *site* do Instituto Socioambiental (ISA, <www.socioambiental.org>, acesso em: 23 fev. 2016) apresenta uma enciclopédia de povos indígenas com farto material de pesquisa. Os alunos, organizados em grupos, podem utilizar esse material para descrever diferentes povos indígenas e comparar suas características gerais, semelhanças e diferenças.

O trabalho com o mapa da página 42 (Terras indígenas no Brasil) pode ser associado a um trabalho analítico sobre o filme *Xingu*, sugerido ao final do capítulo. O trabalho em sala de aula pode ser iniciado com uma análise do mapa. Peça aos estudantes para repararem nas regiões geográficas mais industrialmente desenvolvidas e urbanizadas e naquelas em que esses fenômenos não foram tão intensos. Se necessário, utilize dados complementares, que podem ser buscados no *site* do IBGE (<www.ibge.gov.br>, acesso em: 23 fev. 2016), para mostrar aos alunos essas diferenças. Pergunte a eles que relação que imaginam existir entre a industrialização, a urbanização e a ausência de terras indígenas em certas regiões. Convém, durante a discussão, caso esse assunto não apareça, relembrá-los dos recursos naturais necessários para a manutenção de um modo de vida indígena. Pode ser iniciada também uma conversa sobre o mito da "descaracterização" da cultura indígena. O filme *Xingu* pode ser assistido como tarefa de casa ou em aula, como melhor convier ao cronograma das aulas. Após a exibição do filme, os estudantes podem produzir um texto curto, poema, *rap* ou vídeomontagem que expresse o fechamento do debate.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. A produção de uma reflexão evolucionista sobre as diferentes sociedades não europeias auxiliou o esforço colonialista em dois sentidos: seja por meio de informações valiosas para aprimorar a dominação, seja como ideologia que justifica a dominação como uma forma de "civilizar".

2. Porque o progresso tecnológico foi visto como ápice da sociedade ocidental, como se fosse o que de melhor ela tinha a oferecer ao mundo. Os evidentes avanços tecnológicos da Revolução Industrial foram utilizados como justificativa para a própria dominação.

3. De certa forma, podemos dizer que esse objetivo foi atingido, pois o evolucionismo é uma teoria abrangente sobre a humanidade. Entretanto, também podemos dizer que não, pois o resultado provou-se falso, já que mais do que conhecer o restante da humanidade, produziu preconceitos em relação a sociedades não europeias.

4. A propriedade é o fator que permite determinar se uma sociedade é mais ou menos evoluída, segundo o evolucionismo social. A existência da propriedade significa que a sociedade se tornou complexa a ponto de contar com um Estado centralizador do poder, que garante sua existência.

5. A pergunta já contém a resposta e serve para fixar o conteúdo mais importante da seção correspondente. O aluno deve perceber que admitir a riqueza cultural das sociedades indígenas desestabiliza o quadro explicativo do evolucionismo, que tendia a classificar essas sociedades como primitivas. Como pode uma sociedade dita primitiva produzir um pensamento sofisticado? Esse contraste indica que o modelo evolucionista é etnocêntrico, que funciona com base em classificações arbitrárias. Dessa forma, podemos concluir que o modelo evolucionista está errado.

Interagindo

1. Os adesivos colados em automóveis que representam famílias ilustram um aspecto que vimos no capítulo: o parentesco é uma dimensão muito importante da vida social. Mesmo em nossa sociedade, na qual o Estado preenche muitas das funções que o parentesco desempenha em sociedades indígenas, as relações familiares continuam a ser cruciais. Os adesivos se prestam a muitas análises. Por exemplo, muitos deles representam animais na família. Os animais de estimação fazem parte da família? Se fazem, qual é a fronteira entre a noção de humanidade e de animalidade? Por que não vemos adesivos que representam famílias homoafetivas? Isso é obviamente um sinal do preconceito contra agrupamentos familiares diferentes do tradicional pai-mãe-filhos. Ao mesmo tempo que destacam a importância da família (e do parentesco), os adesivos parecem também indicar um modelo de família específico (pai, mãe, filhos e animais de estimação).

2. Vimos no capítulo que o evolucionismo social pressupõe uma hierarquização entre as populações humanas. No boxe *Para saber mais* aprendemos que o darwinismo social não apenas acreditava em diferenças evolutivas entre as populações, mas também atribuía uma conotação biológica a elas, defendendo a existência de diferenças fundamentais entre os grupos humanos que se expressariam em "raças" distintas. O darwinismo social é uma teoria racista que influenciou o pensamento social brasileiro em seus primeiros tempos. A exclusão e discriminação da população afrodescendente brasileira pode ser vista também como consequência dessas teorias racializadas.

Quando foi abolida a escravidão no Brasil, por exemplo, as pessoas de origem africana passaram a representar um problema social para as classes dominantes: a solução foi manter a exclusão e a falta de oportunidades (inclusive com políticas migratórias que favoreciam europeus brancos em detrimento da população afrodescendente recém-libertada). Hoje em dia, vemos as consequências dessas teorias e políticas na exclusão social da população de ascendência africana, assim como no índice de assassinatos de jovens negros, como indica o cartum de Laerte.

3. A tirinha ironiza a noção de progresso ocidental a partir do ponto de vista indígena: uma floresta derrubada é reflexo de ações voltadas para aquilo que os ocidentais chamam de progresso. Considerando o conteúdo do capítulo, vimos que a noção de progresso foi fundamental na constituição de uma hierarquia de "desenvolvimento dos povos" elaborada no Ocidente. A tirinha, entretanto, deixa evidente que essa noção não faz sentido por outro ponto de vista e não parece adequada para julgar "estágios de desenvolvimento".

Contraponto

1. O poema do escritor inglês Rudyard Kipling é um exemplo clássico do pensamento colonial (neste caso, britânico): ele entende a tarefa de colonizar como um "fardo", um dever do homem branco em levar as glórias da civilização às atrasadas populações dos confins do mundo. Até mesmo o ódio dos nativos pelos dominadores é visto como uma consequência natural do fardo do homem branco. O homem branco deve fazer a guerra para levar a paz, provocar o ódio para domesticar, fazer trabalhar para civilizar. Deve educar o dominado pelas artes da dominação, deve civilizá-lo pela subjugação às regras dos colonizadores; deve, enfim, sacrificar-se para salvar aqueles que domina. Temos aqui uma síntese do pensamento colonial: atribuir a si mesmo uma grandeza épica, que permite desprezar a violência e a exploração que gera a empreitada da colonização.

2. A letra da canção dos Titãs lembra que "filha de família se não casa/Papai, mamãe/Não dão nem um tostão". Faz aqui uma crítica à moralidade da família e ao fato de que o caminho natural da menina é se casar. Ou seja, quando pensamos em família pensamos também em padrões de comportamento tidos como exemplares e dos quais não é possível afastar-se (como o casamento, por exemplo). A canção critica essa concepção moralista da família, lembrando que tudo funciona bem se esses padrões não são desafiados. Por outro lado, assim como os adesivos que discutimos acima, a presença de animais na família é mencionada, indicando uma forma reiterada de lidar com animais de estimação, que para muitos fazem parte da família.

SUGESTÕES

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Lewis Morgan: 140 anos dos sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana (1871-2011). Revista *Cadernos de Campo*, São Paulo n. 19, 2010. Disponível em: <http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45193/48805>.

COHN, Clarice. Culturas em transformação: os índios e a civilização. *Perspectiva*, n. 2, São Paulo, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200006&lng=en&nrm=iso>.

DAMASCENO, Janaína. Revertendo imagens estereotipadas. *Revista ComCiência*, 2008. Disponível em: <www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=34&id=399>.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. O perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a10v7n1.pdf>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos avançados.* vol. 23, n. 67, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300025&lng=en&nrm=iso>.

MELATTI, Júlio Cézar. A Antropologia no Brasil: um roteiro. Série *Antropologia*, n. 38, 2007 [1983]. Disponível em: <www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-roteiro.pdf>.

MOURA, Margarida Maria. Franz Boas: a antropologia cultural no seu nascimento. *Revista USP*, São Paulo, n. 69, maio 2006. Disponível em: <www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103--99892006000200013&lng=pt&nrm=iso> e <www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0103-99892006000200013&script=sci_arttext>.

ROSA, Frederico Delgado. Edward Tylor e a extraordinária evolução religiosa da humanidade. *Cadernos de Campo*, n. 19, São Paulo, 2010. Disponível em: <www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45192>.

SILVA, Márcio. 1871, o ano que não acabou. Revista *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 19, 2010. Disponível em: <http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45194/48806>.

Vídeo (Acesso em: 30 mar. 2016)

Índios Munduruku: tecendo a resistência (Brasil/Reino Unido, 2014). Direção: Nayana Fernandez. Disponível em: <https://vimeo.com/112160970>.

CAPÍTULO 2 | PADRÕES, NORMAS E CULTURA

O principal objetivo deste capítulo é discutir o conceito de cultura em uma perspectiva histórica. Uma segunda meta é indicar ao aluno que os conceitos são temporários, sujeitos a questionamentos, revisões, etc. Ou seja, sugerimos uma perspectiva histórica e outra metodológica.

A segunda é atendida ao respondermos à primeira, mas é preciso que o professor chame a atenção para esse fato. Ao contar um pouco da história do conceito, é interessante enfatizar que processos de modificação e revisão são uma constante nas Ciências Sociais. Na verdade, trata-se da própria dinâmica dessas ciências.

Aproveite a imagem e o texto da página de abertura para conversar com os alunos sobre as possíveis relações entre a imagem do grafiteiro inglês Banksy e o tema do capítulo. Como os alunos entendem essa imagem? Que significado pode ter a figura do indígena que segura uma placa onde se lê NÃO INVADIR? O fato de esse grafite estar numa rua da cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, tem a ver com a discussão sobre cultura? Ou com a situação dos indígenas no Brasil? Ou talvez com o fato de Banksy ser inglês, ou seja, cidadão de uma nação europeia que teve no passado um dos maiores impérios coloniais da História, que ajudou a dominar e exterminar indígenas como esse retratado no grafite? Todas essas perguntas (e muitas outras) podem ser lançadas para despertar o interesse e a curiosidade dos alunos, abrindo caminho para em seguida aprofundar o tema durante a leitura do capítulo.

1. Civilização × cultura

A moderna noção de cultura se contrapõe às hierarquias coloniais, fundadas em perspectivas etnocêntricas. O primeiro aspecto a destacar na história do conceito de cultura é a noção de integração. Mesmo quando ainda não previa nenhuma ideia de relativismo, o conceito de cultura se delineava como uma forma de integrar um conjunto variado de práticas, crenças e hábitos.

A seguir, abordamos o pensamento do antropólogo Franz Boas (1858-1942) e sua ideia de cultura como uma integração de todos os aspectos da vida de um povo, espécie de "assinatura" exclusiva de uma população. Para aproximar essa noção do cotidiano dos alunos, pode-se usar o exemplo dos esportes. É provável que todos saibam que há estilos específicos de jogar futebol. Os brasileiros jogam de modo diferente dos alemães. Essa diferença no estilo de jogo pode ser uma metáfora para pensar de que forma a cultura produz algo específico com base nas práticas cotidianas.

A seção *Você já pensou nisto?* (p. 50) também contribui para aproximar do aluno o conteúdo abordado ao propor questões ligadas ao local de moradia e ao grupo social a que ele pertence.

A ideia de que algumas práticas sociais e culturais são "mais civilizadas" do que outras, utilizadas massivamente por europeus para classificar sociedades indígenas como "selvagens" ou "primitivas" na época das Grandes Navegações, permeia o senso comum de nossa sociedade até os dias de hoje. Em geral, tudo aquilo que é mais fortemente ligado a símbolos europeizados de cultura, é considerado "melhor", "mais civilizado" do que as práticas que não o são. Um exemplo é o preconceito de classe que atinge o *funk* carioca, em oposição à ampla aceitação da música erudita. Fazemos, sem perceber, esse tipo de oposição o tempo todo, com os mais diversos hábitos culturais. Enquanto comer carne de porco, de vaca, de frango, de coelho, etc. é considerado algo mais "civilizado", comer animais como cachorros ou insetos (escorpiões, entre outros) é uma prática considerada mais "selvagem". Utilizar talheres para comer também é considerado mais "civilizado" do que comer com as mãos. Com as ferramentas da História, em especial da História cultural, diferentes cientistas sociais se perguntaram sobre esse tipo de oposição. Um dos mais importantes, sem dúvida, foi o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), que, entre outros estudos, analisou, por meio das mudanças em manuais de etiqueta ao longo do tempo, como a cultura europeia se transformou e criou a ideia desse algo "mais civilizado" que buscamos hoje. Esses exemplos podem ser facilmente trabalhados em sala de aula, em especial com o auxílio de ferramentas da História. Os discursos sobre futebol no início do século e sobre o MMA (Artes Marciais Mistas) hoje em dia são bons exemplos, assim como a sociologia do esporte de maneira geral e os processos de esportivização, também estudados por Elias.

2. Cultura, etnocentrismo e relativismo

Vimos no Capítulo 1 a definição de etnocentrismo. Este é um bom momento para aprofundar o estudo do conceito, fundamental para a história da Antropologia. O etnocentrismo se contrapõe ao relativismo, que é central no conceito de cultura. Aqui demonstramos como a cultura foi pensada por Boas numa perspectiva relativista, ou seja, mostramos que a análise de qualquer cultura deve sempre levar em conta os valores e formas de organização próprios dessa cultura. Essa perspectiva analítica é uma crítica frontal às escalas evolucionistas. É importante que o aluno reconheça a diferença entre o evolucionismo social, ligado às histórias coloniais, e o conceito de cultura, entendendo que o conceito de cultura é uma resposta crítica ao evolucionismo social.

Ao mesmo tempo que abordamos o relativismo cultural, lançamos algumas questões problematizadoras. Pensar em termos de relativismo cultural significa aceitar tudo aquilo que uma cultura produz? Essa pergunta, muito difícil de ser respondida, é um dos grandes dilemas da Antropologia e gera concepções muito diferentes. Não pretendemos responder a essa questão, mas é interessante levantar o debate entre os alunos: até que ponto faz sentido ser relativista? Como encarar a questão do poder numa reflexão relativista? Parte da Antropologia tem dado destaque à questão do poder, pensado do ponto de vista de sujeitos que se sentem oprimidos por determinadas práticas sociais. Nesse caso, seria necessário questionar os costumes tradicionais que geraram a situação de opressão.

O tema favorece debates interessantes, tendo em vista tanto o relativismo em si como seus limites. A ausência de relativismo em geral resulta em preconceito, expressão da incapacidade de aceitar práticas distintas.

Essa discussão pode propiciar um bom debate sobre temas críticos e que provocam debates acalorados no Brasil, como as questões da diversidade sexual e do preconceito racial. No capítulo optamos por explorar os temas da intolerância religiosa e do preconceito de gênero por meio da contextualização da repercussão do protesto realizado na passeata LGBTI de São Paulo, em 2015 (p. 52).

Outra situação que poderia ser levada à sala de aula é a proibição, na França, de que estudantes muçulmanas usassem o véu em salas de aula. Esse ato foi visto por muitos como uma agressão à liberdade de expressão religiosa dos muçulmanos na França. Outros, no entanto, consideravam o uso do véu uma afronta à concepção de uma escola laica, isto é, sem influência de nenhuma religião. O debate em torno desse ato do Estado francês expõe questões profundamente ligadas à Antropologia, evidenciando que a posição dos indivíduos e instituições diante da diferença cultural (racial, étnica, religiosa, econômica) está relacionada com muitos dos grandes problemas do mundo contemporâneo. Ainda é muito difícil lidar com a diferença, e isso fica claro quando notamos a expansão de partidos políticos anti-imigração na Europa, por exemplo.

O caso da mutilação genital feminina em alguns países africanos é um exemplo desses temas difíceis de pensar sem auxílio de uma reflexão crítica sobre o relativismo. A primeira coisa a se considerar é que não se trata de um costume muçulmano em si, pois ocorre em países sem essa tradição religiosa e está ausente em outros países de maioria islâmica. Nem é uma prática exclusivamente africana, pois acontece no Iêmen e Irã, por exemplo. Em geral, a mutilação é praticada a pedido de mulheres que a relacionam com valores morais de pureza, recato e honra. Em muitos lugares, não se submeter a ela significa exclusão social. A ONU declarou a prática, entretanto, uma violação dos direitos humanos, e ela é oficialmente proibida em muitos desses países, mas a proibição efetiva é de difícil execução. Alguns antropólogos a consideraram um preceito cultural, assim como a circuncisão em outros países, e tentaram relativizar a avaliação sobre essa prática, mas é crescente a mobilização de mulheres e grupos ativistas africanos contra a mutilação, questionando essa tradição e seus efeitos. Nesse sentido, os apelos à tradição têm que necessariamente ser contrapostos pelo protagonismo e pela vontade das mulheres, que mais e mais têm lutado contra sua continuação.

Para ampliar a discussão sobre cultura, você pode indicar aos alunos a leitura de *Cultura: um conceito antropológico* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009), do antropólogo Roque de Barros Laraia (1932-), professor emérito da Universidade de Brasília (UnB). Em linguagem clara e fluente, esse pequeno livro (117 páginas) traz um breve histórico do desenvolvimento do conceito e aborda, com muitos exemplos, sua influência no comportamento social. Se for o caso, você pode selecionar alguns trechos para ler e discutir em classe.

3. Padrões culturais

Abordamos nesse item o conceito de cultura tal como se apresentava na primeira metade do século XX, relacionado aos comportamentos e práticas repetitivas, ou seja, aquilo que pode ser observado pelo antropólogo. Determinadas formas de caçar, cultivar a terra, produzir artesanato, fazer a guerra, por exemplo, são compartilhadas pela população de uma mesma sociedade. Os antropólogos observavam esses padrões e consideravam que cultura era o conjunto desses padrões. Isso equivalia a dizer que descrever uma sociedade era descrever esses comportamentos.

O texto do capítulo discute a seguir o trabalho de duas alunas de Boas, Ruth Benedict (1887-1947) e Margaret Mead (1901-1978). As duas autoras ampliaram a questão dos padrões culturais, identificando não apenas conjuntos de padrões mas também uma personalidade-padrão. Para elas, cada cultura produz um tipo médio de personalidade. Isso permitiria dizer que as pessoas de determinada cultura "são" isso ou aquilo (são modestas, são recatadas, são explosivas, etc.). Essa modelagem da personalidade pela cultura foi a principal questão para essas antropólogas: descrever uma sociedade seria descrever essas personalidades-padrão.

A noção de padrão cultural ganha sentido muito próximo do aluno na seção *Você já pensou nisto?* (p. 54), que propõe uma reflexão sobre comportamentos e características de grupos sociais presentes nas cidades brasileiras.

4. O conceito de cultura no século XX

Discutimos nesse item o contexto criado a partir da década de 1960, quando a cultura deixa de ser vista como um conjunto de costumes ou como produtora de personalidades-padrão. Os pensadores desse momento se viam diante de um mundo em intensa transformação: movimentos de descolonização, golpes militares na América Latina, transformações nos sistemas de produção econômica mundial, etc. Nesse contexto, o conceito de cultura não mais respondia à dinâmica do mundo moderno, já que os comportamentos e hábitos que o sustentavam estavam em constante transformação.

Isso poderia significar que a mudança nos costumes levaria a uma "aculturação", ou seja, que certas sociedades estariam deixando de ser elas mesmas e se transformando em outras. Entretanto, alguns pensadores observaram que, apesar da mudança de costumes, culturas diferentes continuavam a ser diferentes, mesmo em meio a grandes transformações. Isso os levou a olhar para além dos comportamentos e buscar a lógica que organizava aquelas práticas e também a própria transformação de hábitos e costumes. Essa lógica situava-se no nível simbólico, ou seja, era uma construção mental das pessoas, uma coleção de regras e preceitos que podia ser vista como um código internamente apreendido pelos integrantes de uma cultura.

Essa nova perspectiva livrou os antropólogos dos comportamentos: muito embora fossem importantes, os comportamentos não eram tudo.

Mesmo que os comportamentos mudassem, ainda seria possível identificar códigos que organizavam a vida social em períodos de mudança. Essa passagem talvez seja um pouco difícil para os alunos. Para ajudá-los a compreender, uma sugestão seria exemplificar com algumas práticas habituais relacionadas a outros universos culturais. Por exemplo: o fato de em geral assistirmos predominantemente a filmes estadunidenses nos torna menos brasileiros? Será que estamos nos americanizando? Para alguns antropólogos a resposta seria negativa, pois a adoção de práticas estrangeiras seria sempre balizada por nossos códigos culturais: a forma como um brasileiro interpreta esses filmes e se relaciona com o ato de assisti-los provavelmente será diferente da de um estadunidense.

5. O conceito de cultura no século XXI

A parte final do capítulo destaca algumas críticas ao conceito de cultura. Essas críticas se referem a uma relação entre cultura e estereótipo. É fato que muitas descrições culturais ajudaram a produzir estereótipos sobre certas populações, em lugar de favorecer um maior conhecimento da diversidade. Vimos que para alguns autores essa relação entre a descrição e a impossibilidade de os sujeitos descritos oferecerem sua própria visão é um problema muito sério. Esses autores chegam a recusar o conceito de cultura, afirmando que, quando um antropólogo descreve uma população, sempre suprime a voz daquele que foi objeto da descrição.

Já para outros autores, o problema maior é o resultado da descrição. Quando a descrição produz um estereótipo, dizem eles, o conceito de cultura, elaborado para pensar a diversidade, acaba por ocultar a própria diversidade por meio de uma descrição simplificada e preconceituosa. Essas duas críticas, entretanto, não impedem que o conceito de cultura continue a ser usado. Muitos autores rejeitam essas críticas, afirmando que o mau uso não inviabiliza o conceito.

Para o aluno, é interessante pensar a diferença entre os conceitos de cultura analisados no capítulo, além de entender as críticas. Alguns exemplos de visões e imagens estereotipadas foram apresentados, como o trecho do romance *Iracema* e o cartaz de trabalho escolar sobre o Dia do Índio (ambos na p. 58), mas sempre é possível extrair outros da própria experiência dos alunos. Um bom exercício final seria identificar entre as vivências dos alunos alguns exemplos dos efeitos dos estereótipos.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. A ideia de civilização impõe uma única medida para avaliar todas as sociedades, e essa medida é a das sociedades estadunidense e europeias. Essa noção de civilização supõe uma escala de valores que favorece seus criadores. A ideia de cultura foi formulada justamente como contraponto a essa concepção, ao pensar as culturas em seus próprios termos e sempre no plural.

2. Ao fazer a avaliação das diferenças, o etnocentrismo utiliza como critério certos valores culturais específicos. Todos os que se afastam desses valores serão considerados atrasados. O relativismo, em contrapartida, pretende evitar que valores específicos sejam usados para avaliar sociedades diferentes e argumenta que cada cultura deve ser entendida apenas em seus próprios termos.

3. Autoras como Ruth Benedict e Margaret Mead acreditavam que as culturas levariam os integrantes das populações correspondentes a realizar comportamentos padronizados. Assim, determinada cultura moldaria um tipo específico de pessoa. Ao se estudar os comportamentos, seria possível chegar a essas personalidades padronizadas, que refletiriam a cultura da qual fazem parte.

4. A grande mudança na percepção da cultura foi a passagem do "comportamento" ao "pensamento". Ou seja, para os autores do final do século XX, a cultura não era mais observável nos comportamentos, mas estaria em padrões e regras que organizam o pensamento dos integrantes de uma cultura. A mudança estabeleceu um conceito que se preocupa com a dinâmica cultural e as transformações por que passa uma cultura sem que deixe de ser ela mesma.

5. Porque algumas descrições acabam por inventar uma realidade a respeito da população estudada com base em palavras de outros, e muitas vezes tais descrições geram preconceitos em relação às pessoas dessa sociedade. Desse modo, o conceito de cultura pode se transformar em um instrumento de desconhecimento, e não no seu contrário, como querem muitos antropólogos.

Interagindo

1. A letra da canção do grupo Legião Urbana trata do dilema da representação. Quando o sujeito da música diz "bondade sua me explicar [...] exatamente o que eu sou", o autor da letra faz uma crítica semelhante à dos críticos do conceito de cultura, evidenciando a impossibilidade de o objeto estudado (nesse caso, o habitante do morro ou da favela) ter sua própria voz ouvida, pois quem o define é o Outro. A canção faz uma reflexão sobre a diferença social, evidente no início da letra, quando contrapõe o menino branco que sobe o morro para se divertir (fora do seu lugar) e a violência (chacina de adolescentes).

2. A imagem de capa da revista reproduz um estereótipo, a sensualidade atribuída às mulheres brasileiras, vistas como mais voluptuosas do que as demais. Isso implica uma série de estereótipos, atribuídos ao país como um todo. Essa capa demonstra como todo o país é visto por meio de uma representação preconceituosa – a começar pela atribuição exclusiva a Portugal da formação do país, por meio da frase "500 anos do melhor que demos ao mundo". Como estudamos no capítulo, podemos entender a dinâmica de

uma construção preconceituosa de imagens sobre os outros (neste caso, os outros somos nós, brasileiros). Quando nos vemos representados por estereótipos é mais fácil entender as críticas às narrativas que tiram dos "nativos" a sua própria voz.

3. A ideia dessa atividade é fazer o aluno pensar sobre as representações a que está sujeito. Seja qual for a situação do aluno, haverá alguma forma de pensar as representações estereotipadas. Filmes e desenhos representam um Brasil em que as pessoas vivem ou cercadas pela floresta ou em praias; mulheres brasileiras são constantemente vistas como hipersexualizadas. Mas há também discriminações variadas dentro do país, produzidas por agentes como a mídia, religiões, partidos políticos. Qualquer reflexão dessa ordem é útil para pensar as críticas ao conceito de cultura.

Contraponto

1. A tirinha de Laerte identifica, no discurso do senso comum, a vontade de mudança das pessoas como "vazia", em oposição à manutenção do mundo como está (que seria o "cheio", "correto"). A ideia é justamente demonstrar como a vontade de mudança enfrenta resistências, a ponto de ser vista como um problema. Se relacionarmos essa metáfora com o desenvolvimento do conceito de cultura, veremos que o conceito pensado como um conjunto estático de comportamentos favorece uma perspectiva conservadora da realidade (uma vontade de deixar tudo como está), ao passo que o conceito dinâmico pode questionar essa perspectiva conservadora. Um conceito estático pode facilmente dar suporte a visões preconceituosas, como vimos ao longo do capítulo.

SUGESTÕES

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, jul. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100005&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832001000100005>.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 15, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100009&lng=en&nrm=iso>.

KUPER, Adam. O retorno do nativo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 17, jun. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100011&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832002000100011>.

MACHADO, Igor José de Renó. Reflexões sobre o pós-colonialismo. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, n. 44/45, dez. 2004. Disponível em: <www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/71/61>.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100011&lng=en&nrm=iso>.

Mana, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, ago. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200007&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000200007>.

ORTNER, Sherry B. Teoria na Antropologia desde os anos 60. PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos Pagu*, n. 23, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000200004&lng=en&nrm=iso>.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Sobre a interpretação antropológica: Sahlins, Obeyesekere e a racionalidade havaiana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 45, n. 2, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000200004&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012002000200004>.

Vídeo (Acesso em: 30 mar. 2016)

Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história (TEDGLOBAL, 2009). Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-1491>.

CAPÍTULO 3 | OUTRAS FORMAS DE PENSAR A DIFERENÇA

Neste capítulo condensamos uma grande parte da história da Antropologia no século XX, fazendo um resumo necessário ao entendimento dos alunos. O foco principal do capítulo é pensar outras formas de lidar com a diferença, além do conceito de cultura, explorado anteriormente. Para isso, reunimos as perspectivas da Antropologia francesa e inglesa, mais as teorias de etnicidade e identidade, entendendo que estrutura, etnicidade e identidade são conceitos fundamentais para transmitir aos alunos algumas noções da Antropologia no século XX.

O capítulo inclui um item (o terceiro) que lida com a problemática oposição entre sociedades "simples" e "complexas", procurando demonstrar como a Antropologia precisou readaptar seus métodos para pensar o novo mundo que se configurou após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, as demandas por direitos atreladas às diferenças no interior das sociedades ditas "complexas" ganharam muita importância, exigindo conceitos como os de etnicidade e identidade. O importante neste momento é destacar a dimensão temporal, com o predomínio de conceitos ligados a uma noção de estabilidade no começo do século XX e de conceitos relacionados à noção oposta, de instabilidade, no final do mesmo século.

1. A perspectiva inglesa

A intenção neste primeiro item é expor um pouco da Antropologia inglesa da primeira metade do século XX e seus conceitos de estrutura social e função. Esses conceitos foram elaborados como alternativa ao conceito de cultura, que sempre teve pequena aceitação na Inglaterra. Para combater as teorias evolucionistas, os autores ingleses procuraram estabelecer uma base para comparação e propuseram a ideia de uma estrutura social constituída de relações entre suas partes (que podemos chamar de instituições) e mantida em equilíbrio pela função desempenhada por cada uma dessas partes.

Com base nessa abordagem, seria possível comparar diversas sociedades dotadas de estruturas semelhantes sem recorrer às especulações históricas dos evolucionistas sociais. Essa perspectiva sobre estrutura social e função é devedora da sociologia de Émile Durkheim, autor francês que será visto com mais vagar no Capítulo 6.

Para ajudar os alunos a compreender a ideia de estrutura social proposta pelos especialistas ingleses, seria interessante propor um exercício simples, tomando como exemplo uma organização social qualquer. No capítulo, sugerimos uma análise da própria escola. Um desenho pode esquematizar as partes que compõem a escola (alunos, professores, funcionários, etc.) e a função que cada parte desempenha para manter a escola em funcionamento. Se os professores, por exemplo, deixarem de dar aulas, a escola não tem como funcionar. Se os serventes deixarem de fazer a limpeza nas salas de aula e nos banheiros, por exemplo, o funcionamento da escola será muito prejudicado. Esse exemplo pode ilustrar uma "estrutura social" subjacente à escola e a importância de que cada parte cumpra suas funções para garantir o bom funcionamento da estrutura.

2. O olhar dos franceses

Uma proposta que contrasta com a noção de estrutura dos antropólogos ingleses é a do pensador francês (nascido na Bélgica) Claude Lévi-Strauss. Para chegar a ela, passamos pelo trabalho de Marcel Mauss (1872-1950), grande influenciador de Lévi-Strauss. A intenção é oferecer ao aluno uma visão geral do trabalho do autor francês, uma vez que o estruturalismo é uma teoria muito complexa. O texto do capítulo foi elaborado com o propósito de simplificar, ainda que haja uma preocupação em demonstrar a estrutura lévi-straussiana como algo em movimento.

Aqui temos a estrutura não como forma de pensar a diferença, mas talvez o contrário. Ou seja, é observando e comparando diversas realidades distintas que Lévi-Strauss chega a definir uma estrutura que considera universal. É como se realidades culturais distintas fossem peneiradas e restasse apenas o que é comum a todas as sociedades. Lévi-Strauss chegou à estrutura como uma forma de pensamento por oposições, modelo que organizaria todo o pensamento humano.

O interessante para o professor é contrastar esse modelo com o conceito de estrutura social dos ingleses: se para eles as estruturas sociais são usadas para produzir comparações, para Lévi-Strauss a comparação entre as diferenças é que produz o entendimento da estrutura.

Para que os alunos conheçam um pouco mais sobre Lévi-Strauss, o professor pode avaliar a oportunidade de exibir em classe uma entrevista disponível na internet, com legendas em português, em que o antropólogo se refere com emoção a seus anos de juventude passados no Brasil, que representaram o ponto de partida de sua vida acadêmica. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=DHXc4kFy10A> (acesso em: 17 jul. 2015). Considerando que os *links* de internet nem sempre são válidos por muito tempo, você pode também utilizar um mecanismo de busca, digitando "entrevista com Claude Lévi-Strauss com legendas em português".

3. Sociedades simples e sociedades complexas

Este item permite uma transição entre os conceitos discutidos no capítulo. Serve para demonstrar como a Antropologia se refere às sociedades ditas de "grande escala", "complexas" ou "contemporâneas". Esses termos contêm uma carga valorativa e é importante destacar isso para os alunos. Apesar disso, a contraposição entre sociedades "simples" e "complexas" foi importante na história da Antropologia.

Quando a Antropologia se volta para a diferença no interior das sociedades complexas, os conceitos utilizados até então se revelam insuficientes. Pensados para uma situação de estabilidade e equilíbrio, tais conceitos não permitem entender as intensas dinâmicas da vida nas sociedades "complexas" nem as mudanças nas sociedades "simples" que passaram a entrar em contato com frentes de expansão do capitalismo (como veremos no Capítulo 4, que trata da Antropologia no Brasil). É interessante aqui pensar num contraste que se dará com as teorias marxistas analisadas na Unidade 2, segundo as quais o motor da análise são o conflito e as transformações produzidas pelo desenvolvimento do capital, por exemplo. As teorias antropológicas da primeira metade do século XX estavam marcadas pela noção de equilíbrio (seja na noção de cultura, seja na de estrutura).

É interessante explorar aqui os processos de independência das nações africanas, o avanço da urbanização no mundo, exemplos históricos de transformação da realidade mundial. Para um exemplo mais próximo dos alunos, pode-se discutir a construção de Brasília, que estimulou o desenvolvimento econômico e o povoamento do Centro-Oeste por não indígenas e promoveu a aproximação entre a sociedade capitalista brasileira e populações indígenas que até então viviam com relativa autonomia. Ou seja, as transformações socioeconômicas podem introduzir nas sociedades "complexas" populações cada vez mais diferentes, como será analisado também no Capítulo 4.

4. O conceito de etnicidade

Trabalhamos aqui o conceito de etnicidade com base na ótica da escola de Manchester e na visão do antropólogo Fredrik Barth (1928-2016), que embora não tenha se vinculado formalmente a Manchester, manteve intenso diálogo com integrantes dessa corrente. Nosso principal objetivo é demonstrar como o conceito de etnicidade foi usado para pensar as diferenças no interior das sociedades nacionais e como está ainda um tanto atrelado a uma percepção de herança comum.

Destacamos que o conceito de etnicidade é pensado em sua perspectiva política, ou seja, na forma pela qual a diferença é usada para justificar acesso a recursos ou direitos históricos. Neste momento, nos limitamos a um plano mais geral, já que no próximo capítulo trataremos especificamente de situações brasileiras, como é o caso dos quilombolas, do movimento negro, dos indígenas e dos imigrantes. É importante reforçar que a ênfase do conceito de etnicidade se traduz na noção de fronteiras, como um exercício constante de demarcação de limites entre grupos que se consideram diferentes. Isso acentua o caráter essencialmente relacional do conceito: define-se uma etnicidade em contraposição a outras.

Em sala de aula, seria interessante um mapeamento das diferenças no interior da própria classe: quem tem sua origem ligada a grupos de imigrantes (descendentes de italianos, japoneses, portugueses, libaneses, bolivianos), a populações afrodescendentes, etc.

Ainda neste item, o boxe *Para saber mais* (p. 73), que tem como tema conflitos étnicos, representa uma oportunidade de estabelecer conexões com outros campos do conhecimento, como História (conflitos atuais em vários países do mundo relacionados a diferenças étnicas). Um dos maiores conflitos étnicos de nosso tempo é a disputa territorial e política entre o Estado de Israel e a Palestina, que, embora tenha sido reconhecida como Estado pela ONU em 2015, permanece como não membro. Para trabalhar esse conflito específico em sala de aula, podem ser utilizadas as obras em quadrinhos do jornalista Joe Sacco, listadas nas referências abaixo. As obras não são ficcionais, mas sim uma reportagem apresentada por Sacco em forma de quadrinhos após algumas viagens à Palestina e a Israel. Ao longo da narrativa, ficam evidentes as diferentes estratégias utilizadas para relegar a todo um grupo étnico (os palestinos) uma condição sub-humana no território israelense. É possível fazer, em sala de aula, um trabalho mais extensivo, relacionando essa obra à novela gráfica *Maus*, de Art Spiegelman, que mostra os judeus na situação contrária, durante o nazismo. É possível, por exemplo, pedir que metade da turma leia cada uma das obras e, formando grupos que misturem estudantes que tenham lido cada uma delas, elaborem uma reflexão (texto, ensaio, vídeo, montagem, cartaz, peça teatral, etc.) sobre a negação da condição de "cidadão" e de "pessoa" a minorias étnicas durante conflitos geopolíticos.

5. O conceito de identidade

Neste item final, discutimos o termo identidade. Como se trata de expressão corrente no senso comum, seria interessante primeiro indagar aos alunos o que entendem por identidade e como manifestam suas identidades, para depois contrastar esse conhecimento com o teor do conceito tal como aparece nas discussões antropológicas.

A principal característica do termo identidade é sua flexibilidade: justamente por isso tem sido apropriado por diversos grupos que não são "étnicos" para expressar suas diferenças. Os dois principais (e às vezes antagônicos) exemplos são as identidades religiosas e as identidades sexuais. Mas também os grupos étnicos usam cada vez mais a expressão identidade. É comum ouvir falar em "identidade negra", "identidade nipo-descendente", etc. O uso do termo identidade frequentemente busca dar uma ideia mais flexível, móvel e dinâmica dos processos de construção de diferenças.

Seria interessante montar um quadro de identidades na sala de aula: como cada aluno se identifica? Que identidades acionam para se definir? Quantos alunos recorrem a mais de uma identidade para pensar sua história? Um quadro resultante desse exercício poderia ser um "mapeamento da diferença" na classe, além de representar um mecanismo propício para discutir várias formas de pensar a diferença.

Uma parte do conteúdo trata da identidade homoafetiva. Tema sensível no Brasil, devido à extrema violência direcionada contra os homossexuais, representa uma oportunidade de combater preconceitos arraigados e apoiados em uma perspectiva conservadora e moralista.

Em várias páginas do capítulo, fotos, imagens e cartuns colaboram para evidenciar questões discutidas, trazendo uma visão crítica que contribui para desnaturalizar estereótipos e provocar o leitor, chamando atenção para aspectos importantes apresentados no texto informativo.

Como explorado ao longo do capítulo, a identidade é tudo aquilo em que nós nos reconhecemos, mas também aquilo em que somos reconhecidos. Um exercício muito interessante da área de Psicologia pode nos ajudar a pensar um pouco sobre isso, provocando a reflexão entre os estudantes sobre a construção de sua própria identidade. O exercício é chamado "Janela de Johari", foi elaborado por Joseph Luft e Harrington Ingham na década de 1950 e funciona da seguinte maneira:

1. Distribua duas folhas em branco para cada aluno.
2. Peça aos estudantes que se juntem em duplas, trios ou quartetos, formados preferencialmente por seus amigos mais próximos ou amigos que os conheçam bem. Digam que esta é uma atividade reflexiva, que pode significar muita coisa sobre sua própria identidade.
3. Antes de começar a atividade, dê um tempo (entre 5 e 10 minutos) para que cada aluno escreva uma lista de no mínimo cinco características sobre si mesmo e sobre cada outro estudante de seu grupo, numa das folhas entregues.

Eles não devem compartilhar o que estão escrevendo, nesse primeiro momento. As características não podem ser características físicas (alto, baixo, magro, etc.), devendo estar relacionadas à personalidade de cada um (divertido, mal-humorado, engajado, *nerd*, tranquilo, estudioso, etc.).

4. Passado esse tempo, desenhe então um modelo na lousa, segundo o esquema da tabela abaixo, e peça a cada aluno que copie o modelo em sua segunda folha, dividindo-a em quatro quadrantes.

	Reconheço em mim	Não reconheço em mim
Os outros reconhecem em mim		
Os outros não reconhecem em mim		

5. Em seus grupos, os estudantes devem ler uns para os outros as características que escreveram sobre seus colegas. Cada estudante deve classificar, em sua tabela, cada característica que os colegas escreveram sobre ele, refletindo se reconhecem essas características em si mesmos ou não. Quando o estudante ler suas próprias características para os colegas de grupo, eles devem dizer se concordam com elas ou não, para que o estudante possa posicioná-las também em sua tabela.

6. Peça aos alunos que reflitam sobre a experiência e relacionem essa vivência com o conceito antropológico de identidade, pensando sobre como essa identidade é construída na sociedade.

7. Ao final, pode ser proposto um trabalho lúdico, com produção de vídeo ou material artístico, em que cada estudante tente representar, de alguma maneira, sua identidade.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Vimos que, para esses autores, a imaginação da sociedade (ou da diferença) dependia de um pressuposto. Segundo esse pressuposto, a sociedade estava sempre em equilíbrio, ou tendia sempre ao equilíbrio. Os conceitos de estrutura social e função, portanto, são instrumentos para pensar a sociedade em equilíbrio.

2. Sim, há diferenças. Para os autores ingleses, estrutura é algo que se "vê" a olho nu, o analista vê a estrutura de uma sociedade e a descreve. Já para Lévi-Strauss, a estrutura não é visível, chega-se a ela por meio de uma série de deduções. A estrutura está no pensamento das pessoas; o antropólogo observa as práticas sociais e procura deduzir a estrutura por trás delas. Outra diferença fundamental é que para os ingleses cada sociedade tem uma estrutura composta por um amplo conjunto de características diferentes, enquanto para Lévi-Strauss a estrutura é universal e diz respeito a aspectos mais gerais do pensamento humano.

3. A partir do pós-guerra os antropólogos voltaram sua atenção também para as sociedades ditas "complexas", pois os processos de transformação ocorridos no mundo produziram novas realidades sociais. A Antropologia precisou elaborar novos conceitos para pensar a diferença, já que os conceitos empregados até então estavam relacionados ao estudo de sociedades pequenas e relativamente isoladas.

4. Etnicidade é um conceito para pensar a diferença em contextos de grandes variações culturais, quando há grupos distintos que se relacionam entre si. A etnicidade é uma boa forma de entender a diferença. Ela pressupõe o compartilhamento de alguma ancestralidade comum (costumes, religião, hábitos, etc.) e tem acentuado caráter político. Importam mais aos autores os processos de manutenção das diferenças do que os conteúdos culturais específicos de cada etnicidade.

5. Identidade é um conceito mais flexível para pensar a diferença, pois pressupõe que apenas interesses e formas de vida compartilhadas são suficientes para produzir identidades. O conceito de identidade é especialmente importante num cenário de grande fragmentação social, como o atual. Vale lembrar que identidade não é um conceito exclusivista: pode-se ter mais de uma identidade, misturar identidades, etc.

Interagindo

1. Podemos pensar a canção "Inclassificáveis" tanto sob a perspectiva de etnicidade como do ponto de vista de identidade. O conceito de identidade, porém, parece mais interessante, pois permite entender as misturas sucessivas que aparecem na letra da canção. O autor questiona definições como branco, índio ou preto e propõe em seu lugar múltiplas identificações (e justaposições), como "orientupis", "judárabes", etc. Essas misturas indicam a composição de identidades com base em diferentes heranças culturais. Mas poderíamos pensar também em etnicidades, se imaginarmos que essas misturas podem produzir ações políticas de defesa de interesses dos grupos.

2. Poderíamos ver nesses pequenos poemas uma das formas de expressão da etnicidade japonesa no Brasil, sempre contrastando o vigor do meio ambiente brasileiro com a memória do imigrante, que "não se acostuma" com o verde da garapa, que se surpreende com o maracujá verde, etc. Ao mesmo tempo, os poemas fazem uma reflexão sobre o processo da imigração: "avós em japonês, netos em português". É possível dizer que esses haicais condensam uma reflexão étnica sobre a experiência do imigrante japonês no Brasil.

3. A atividade é uma forma de trazer a reflexão do aluno para uma relação entre a teoria (etnicidade) e a realidade cotidiana. Na resposta, ele deve ser capaz de associar a forma de descrever a diferença rotulada "etnicidade" e os problemas sociais que ela pretende descrever. No caso, a ironia da charge está em mostrar que, no Brasil, a diferença étnica é também uma diferença de classe social: quando os brancos descansam no Dia da Consciência Negra, os próprios negros precisam continuar trabalhando. O conceito de etnicidade nos ajuda a pensar essa diferença presente no cotidiano brasileiro.

Contraponto

É possível fazer mais de uma leitura do desenho do cartunista Rafa. Pode-se interpretar que ele ironiza a política da etnicidade, pois faz uma reflexão sobre a separação que tal política impõe. Como as reivindicações são construídas com base na ideia de etnia como entidade separada da maioria nacional, a diferença precisa ser sempre reafirmada. Desenhar um estômago no interior do qual um mapa delimita um espaço para a comida étnica é uma ironia e um questionamento das dinâmicas políticas da etnicidade.

Por outro lado, pode se tratar também de uma ironia com o fato de que, no mundo globalizado, as pessoas consomem cada vez mais produtos e adotam hábitos de diferentes lugares – e a culinária não escapa disso. Assim, ao representar o estômago segregado, mostra como a livre circulação de produtos não é acompanhada, na mesma medida, pela abertura à livre circulação de pessoas: consumidores de pratos de uma determinada região do mundo muitas vezes não têm a mesma simpatia por dividir espaço com pessoas dessa região.

SUGESTÕES

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

ADABO, Gabrielle; LAMIM-GUEDES, Valdir. Enfrentamento e violência no caminho LGBT pela conquista de direitos. *ComCiência*, 2014. Disponível em: <www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=100&id=1226>.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132001000200001>.

ARAÚJO, Maria Clara. O papel da mídia na humanização das pessoas trans. *Ponto Eletrônico*, 2015. Disponível em: <http://pontoeletronico.me/2015/midia-pessoas-trans/>.

DESCOLA, Philippe. Claude Lévi-Strauss, uma apresentação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300019&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000300019>.

DOSSIÊ Lévi-Strauss. Revista *ComCiência*, n. 114, 2009. Disponível em: <www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=52&tipo=dossie>.

FACIOLI, Lara. Uma escola para a diferença: professores e funcionários podem possibilitar espaços de existência para alunas e alunos, ou reproduzir situações de violência e discriminação. *Revista de História*, 2015. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/uma-escola-para-a-diferenca-1>.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612006000100008&lng=pt&nrm=iso>.

LANNA, Marcos. Sobre a comunicação entre diferentes antropologias. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100013&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011999000100013>.

MACHADO, Igor José de Renó. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100006&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012004000100006>.

OLIVEIRA JÚNIOR, Jorge Gonçalves de. Fundamentos antropológicos para os direitos dos povos indígenas. *USP ensina Sociologia*. 2012. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Jorge_Texto.pdf>. Acompanhado de proposta didática disponível em: <www.ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Jorge_Atividades.pdf>.

PEIXOTO, Fernanda. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, abr. 1998. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100004&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100004>.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do "ensaio sobre o dom". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, out. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200004&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131999000200004>.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100006&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132004000100006>.

WYLLYS, Jean. Telenovela e LGBT: tudo a ver. *Le Monde Diplomatique*, 2013. Disponível em <www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1326>.

Vídeo (Acesso em: 30 mar. 2016)

A ignorância da diversidade, por Muniz Sodré (A invenção do contemporâneo/TV CULTURA, 2007). Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=WfmEABJVeu4> (texto de apresentação em: <www.institutocpfl.org.br/cultura/2011/04/05/a-ignorancia-da-diversidade-muniz-sodre/>).

CAPÍTULO 4 | ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Este capítulo cumpre uma dupla função: descrever sucintamente a trajetória da Antropologia brasileira e, por meio dos temas escolhidos por ela, oferecer um panorama de várias populações brasileiras. Como veremos, a Antropologia no Brasil tem privilegiado como objeto de estudo as populações afrodescendentes e mestiças, populações de áreas rurais, os povos indígenas e certos grupos urbanos. Essa elasticidade de preocupações favorece uma discussão do professor com os alunos, seja qual for o contexto social e econômico em que está inserida a escola.

Para melhor aproveitar o conteúdo do capítulo e motivar os alunos, você pode, em conjunto com eles, comparar a situação em que vivem com o que a Antropologia vem discutindo sobre situações semelhantes. Como no capítulo falamos brevemente de várias situações, o interessante seria propor uma investigação, com base em fontes antropológicas e sociológicas, a respeito de situações parecidas com aquelas vividas pelos alunos. A ideia seria, portanto, conectar a experiência dos alunos com a história da Antropologia no Brasil, o que tornaria mais clara a relação entre essa ciência, as várias populações que foram objeto de seu interesse e o processo de urbanização e modernização do Brasil.

Chame a atenção dos alunos para a imagem de abertura do capítulo, a obra *Metabiótica 13*, do artista brasileiro Alexandre Orion. A obra combina figuras grafitadas no muro e uma figura masculina que fala num telefone público. Tanto as figuras grafitadas no muro como a figura masculina fotografada são representações. Há diferença entre esses dois tipos de representação? Qual seria? Alguma delas reproduz a realidade? Qual delas? Por quê? É possível reproduzir a realidade? O que é realidade? Essas e muitas outras perguntas podem desencadear discussões interessantes e pertinentes ao tema deste capítulo, em especial ao item 5, que trata da antropologia urbana.

1. Os primeiros tempos

Este item trata do início da história da Antropologia no Brasil, embora seja possível identificar vários começos (alguns autores remetem aos textos dos cronistas do século XVII, por exemplo). Aqui a escolha foi pelo adensamento tanto intelectual como político da disciplina. No plano intelectual, temos uma influência inicial do darwinismo social, que predominou no pensamento das elites brasileiras até os anos 1930. Essa influência teve consequências políticas importantes, que influenciaram as políticas de imigração no Brasil.

Esta é uma oportunidade para relacionar a produção das Ciências Sociais com a transformação da realidade, com seus impactos concretos: a política de imigração do final do século XIX e início do século XX, por exemplo, mudou a constituição da população brasileira. Isso foi resultado, em grande parte, das ideias que predominavam naquele momento.

Este primeiro item trata ainda da inversão do discurso das Ciências Sociais sobre a mestiçagem: se antes era um problema ou uma estratégia a ser usada para "branquear" a população, com Gilberto Freyre passa a ser justamente aquilo que distingue o país como um "paraíso racial" e berço de uma nova civilização. Essa perspectiva freyriana acabou por se tornar uma ideologia nacional com diversas implicações, como veremos em outros momentos do capítulo.

Neste item são citados vários autores significativos para a construção da Antropologia no Brasil. Estimule os alunos a consultar a seção *Biografias*, no fim do livro, que oferece um breve resumo da vida e obra desses autores. A leitura desses verbetes pode ser muito útil para eventualmente sugerir novas leituras e pesquisas, ampliando o conhecimento dos alunos sobre a produção acadêmica em Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

A seção *Você já pensou nisto?* da página 82 favorece conexões com História, Movimentos Sociais, Ética, etc.

2. Antropologia e cultura popular

Exploramos aqui um período de transição na história da Antropologia brasileira, marcado pela lenta inserção dessa disciplina na universidade e pela progressiva formação de pesquisadores. Um dos destaques desse período são os estudos de comunidade e de aculturação, por um lado, e o início de uma influência funcionalista, por outro. Como temas importantes, destacaram-se a cultura popular e suas várias dimensões, e a questão da integração das diversas comunidades à sociedade brasileira (tanto as comunidades de imigrantes como as pequenas comunidades rurais em processo de urbanização).

Uma estratégia interessante que pode ser adotada na sala de aula consiste em destacar aspectos da cultura popular próximos à vida dos alunos. Essas práticas, em geral relacionadas com o mundo rural, adentraram as cidades e hoje são parte da vida cultural brasileira. Congadas, maracatus, folias de reis, etc., todas essas práticas foram e continuam a ser alvo da atenção da Antropologia.

Quando discutimos a passagem do Brasil rural para o Brasil urbano, muito recente em nossa história, sugerimos uma pequena reflexão na página 84, no boxe *Você já pensou nisto?*. Seguindo a ideia ali proposta, é possível realizar com os alunos um trabalho de breves entrevistas etnográficas que resgate algumas diferenças entre essas duas conjunturas de nosso país. Para pensar o que significa viver na cidade ou no campo em um país urbano, os alunos utilizarão informações sobre a vida nas cidades e no campo.

Em sala de aula, você pode pedir aos estudantes que se juntem em duplas e pensem, em sua rede de contatos (família, conhecidos, vizinhos, etc.), quem poderia dar uma boa entrevista. Frise que é necessário que seja alguém mais velho, que tenha vivido antes da década de 1970 no Brasil, fosse no campo ou na cidade. Converse com os alunos sobre o que é uma entrevista etnográfica, que tipos de pergunta podem ser feitos, como gravar e transcrever a entrevista, e diga que vão analisar essas entrevistas em sala de aula. Cada dupla pode realizar pelo menos uma entrevista.

Agende com a turma um prazo para que as entrevistas sejam feitas e transcritas, e peça que tragam as transcrições para a sala de aula. Em sala, forme um grupo de alunos que entrevistaram pessoas que moravam no campo e outro de alunos que entrevistaram pessoas que moravam na cidade, na época do Brasil rural. As duplas devem discutir umas com as outras para elaborar um breve texto, cartaz, vídeo, ou outro tipo de apresentação que responda à seguinte pergunta: "Onde está a herança rural no Brasil urbano dos dias de hoje?".

A partir desse trabalho, é possível introduzir aos alunos pequenos trechos dos trabalhos antropológicos mencionados no capítulo, por exemplo, contextualizando-os na realidade dos estudantes.

3. A consolidação da Antropologia brasileira

Este item acompanha o processo de reprodução da Antropologia brasileira a partir da década de 1960, quando o número de antropólogos aumenta de forma gradual e os cursos de pós-graduação em Antropologia crescem de forma exponencial. Essa grande expansão da disciplina (e também das outras Ciências Sociais, como veremos) resultou na necessária variação de temas abordados pelos antropólogos.

Essa diversificação contribuiu para enriquecer a produção do conhecimento, já que outras perspectivas teóricas foram incorporadas, como o estruturalismo de Lévi-Strauss e as teorias da etnicidade e da identidade. Nesse período, o processo de industrialização e urbanização do país torna-se objeto da atenção da Antropologia, preocupada tanto em analisar essa transição como em entender os processos que dela decorrem, entre os quais os efeitos do contato interétnico.

4. Antropologia e relações raciais

Esse é um tema particularmente importante para a Antropologia: as relações interétnicas (também chamadas de "raciais"). Nós o escolhemos para demonstrar com um exemplo temático o desenvolvimento da Antropologia no Brasil. As três primeiras seções do capítulo contaram essa história de forma progressiva. Agora, nos voltamos para um único tema como exemplo dessa história. Podemos ver como nas suas diferentes fases o tema das relações interétnicas foi pensado na Antropologia.

O importante é destacar como a questão étnica é crucial para entendermos tanto o Brasil como vários dos autores que vimos até aqui. Esta é uma ótima oportunidade para a discussão do tema do racismo no Brasil, confrontando o que lemos com a experiência dos alunos. Em qualquer contexto social, o tema do racismo tende a gerar muitas discussões, seja a partir de sua negação, seja a partir da defesa do combate à discriminação racial. As Ciências Sociais demonstraram a existência de racismo no Brasil e suas consequências na exclusão das populações afrodescendentes e mestiças. Este é um bom momento para ressaltar essa realidade e discutir o que fazer para superá-la.

Neste momento, é oportuno indicar aos alunos alguns *sites* de ONGs dedicadas às reivindicações dos movimentos negros, *sites* sobre cultura afro-brasileira, etc. Por exemplo: <www.casadasafricas.org.br>, <www.museuafrobrasil.org.br>; <www.mafro.ceao.ufba.br>, entre outros (acesso em: 14 jan. 2016).

O tópico nos oferece a oportunidade de, em sala de aula, desconstruir o senso comum de que vivemos uma democracia racial. Além disso, é uma boa chance de ajudar os estudantes a compreender a justificativa sociológica para políticas de promoção da igualdade racial, como as cotas raciais em universidades federais e em algumas estaduais. Para isso, podemos aliar conhecimentos de Sociologia a alguns estudos das áreas de História e Matemática.

Em sala de aula, traga informações ou oriente uma pesquisa dos estudantes sobre diferentes políticas de Estado racistas ao longo da história do Brasil. Além da própria escravidão, houve políticas racistas pós-abolição (proibição dos filhos de ex-escravos de frequentarem a escola pública, por exemplo, ou a ideia de privilegiar imigrantes europeus brancos como trabalhadores rurais em vez de contratar ex-escravizados e pessoas negras, etc.). Aos poucos, construa com os estudantes a ideia de vantagens e desvantagens sociais acumuladas. Também é interessante explicar que não havia políticas raciais no Brasil até o final do século XX, pois o próprio Estado brasileiro sustentava o mito de uma democracia racial. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, por exemplo, só foi criada no século seguinte (XXI).

Como exemplos do reflexo que essas políticas racistas têm até hoje em nossa sociedade, é possível utilizar dados do IBGE sobre raça, disponíveis na internet (<www.ibge.gov.br>), e em especial trabalhar com o Mapa da Violência (<www.mapadaviolencia.org.br>). Também podem ser utilizados os dados do Censo Nacional de Educação Superior e do Censo Escolar, também disponíveis *on-line* no portal do Inep (<http://inep.gov.br>) na seção de informações estatísticas (acesso em: 14 jan. 2016).

É importante notar que, independentemente da opinião dos estudantes ou da sua própria em relação às cotas, o objetivo é explicar qual a fundamentação sociológica para que esse tipo de política pública exista. Esse tipo de relação deve ficar claro para a turma na exploração de informações da História e observação de dados estatísticos com os estudantes, além do trabalho com o conteúdo do capítulo. Pode-se, também, aprofundar o debate caso você deseje, mas o ponto central aqui sugerido é compreender a realidade de maneira sociológica.

5. Antropologia urbana

Para fechar o capítulo, escolhemos como tema a Antropologia urbana, de modo a destacar sua importância para a Antropologia que se pratica hoje no Brasil.

Atualmente, a maior parte dos antropólogos se volta ao estudo de populações urbanas, e isso tem exigido da Antropologia uma série de reflexões sobre distância e proximidade. Tendo sido constituída para estudar as diferenças culturais e sociais muito evidentes (como a que existe entre as populações indígenas e a sociedade industrial), ao se voltar para a cidade ela precisa rever seus métodos.

Se o modo de fazer Antropologia pressupunha a diferença, como lidar com situações urbanas que não são tão diferentes da vida do pesquisador? Na tentativa de efetuar essa passagem, os antropólogos passaram a lidar com métodos para transformar o que parece próximo em algo distante, "exótico", não familiar. Chama-se a isso um processo de estranhamento, pelo qual transformamos o que parece habitual e familiar em algo que nos é tão estranho quanto uma realidade cultural muito diversa.

Essa passagem introduziu na Antropologia uma nova característica: a de identificar outras "diferenças", além das tradicionais. Práticas de gênero distintas, por exemplo, passaram a ser objeto de atenção. O capítulo tem a intenção de chamar a atenção para a necessidade de reflexão crítica sobre o preconceito homofóbico e transfóbico, ainda muito disseminado e com manifestações extremamente violentas e persistentes no Brasil. Ao mesmo tempo, antropólogas feministas passaram a estudar a opressão de gênero, uma realidade muito próxima das mulheres, também muito persistente no Brasil, enquanto a atividade política integrada às práticas acadêmicas tornou-se cada vez mais comum. O método de estranhar o que está muito próximo desempenhou um papel particularmente importante nesse processo.

Como estratégia para envolver os alunos, um debate sobre tribos urbanas pode ser bastante produtivo. Pichadores, grupos ligados à música e à dança, praticantes de esportes radicais são exemplos de grupos com modos compartilhados de pensar, vestir, comer, etc. Esta é uma boa oportunidade de estudar grupos como esses, próximos da realidade do aluno, para entender de que maneira eles produzem um certo "estilo de vida".

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Porque se baseavam em teorias ligadas ao darwinismo social, que relacionavam a capacidade de evolução dos povos a características raciais. Esses pensadores acreditavam que o Brasil não contava com uma população capaz de construir uma nação avançada. A realidade racial brasileira e o alto índice de miscigenação impediriam a construção de uma nação branca, capaz de atingir aquilo que viam como progresso. Influenciados por essas ideias, pensadores como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna adotaram uma visão pessimista do Brasil.
2. Ambos os campos da Antropologia (estudos de comunidade e estudos de aculturação) buscam investigar os processos de transformação sofridos por diferentes setores da sociedade e pela própria sociedade, de maneira geral e, no caso mais específico desse capítulo, da sociedade brasileira na transição do rural para o industrial.
3. Nessa época surgiu e ganhou força a abordagem funcionalista, que buscava uma compreensão maior sobre a relação entre as partes do "todo" que formaria a sociedade. A ideia dessa abordagem era compreender verdadeiramente como cada sociedade funciona, para refletir também sobre a mudança social (contribuindo com o debate corrente na época, mencionado na questão anterior). A cultura popular deixa de ser considerada um mero vestígio do passado e passa a ser vista como manifestação cultural legítima e dinâmica das camadas populares, articulada ao conjunto de transformações urbanas e sociais.
4. Gilberto Freyre e Arthur Ramos inverteram o sinal da mestiçagem: se antes essa característica era vista como negativa, passou a ser considerada como algo essencialmente positivo. Para esses autores, a mestiçagem definia uma nova civilização, mais justa racialmente e com algo a ensinar ao mundo. Segundo essa ideia, o Brasil era uma espécie de laboratório de civilização para o mundo, um exemplo a ser seguido.
5. Tradicionalmente voltada para o estudo de populações indígenas e comunidades rurais, ao longo do século XX a Antropologia se viu diante de um país em transformação. Esse processo levou muitas pessoas do campo para as cidades, onde passaram a constituir um novo foco de interesse da Antropologia. Esse movimento estimulou a produção de uma Antropologia voltada para temas urbanos. Por outro lado, a urbanização resultou em novas frentes de expansão econômica, que afetaram as populações indígenas, colocadas compulsoriamente em contato com a sociedade industrial. Nessas circunstâncias, a Antropologia passou a estudar também o contato interétnico estimulado pela urbanização crescente.

Interagindo

1. A letra da canção de Chico Science e Lucio Maia afirma que "somos uma miscigenação" e que "não há nada de errado com isso". Podemos relacionar esse ponto de vista com o de pensadores brasileiros que, dos anos 1930 em diante, passaram a valorizar a mestiçagem como algo essencialmente positivo para o país. Chico Science argumenta ainda que "o seu e o meu [sangue] são iguais, corre nas veias sem parar", indicando que somos todos iguais. Essa afirmação se aproxima do ponto de vista de Darcy Ribeiro em seu livro *O povo brasileiro*. Outra relação possível se verifica entre povo e cultura popular ("Costumes, é folclore, é tradição"). A composição apresenta uma visão otimista quanto às manifestações da cultura popular ("É o povo na arte/é a arte no povo"), vistas como expressões artísticas legítimas. Podemos ainda considerar a última estrofe, na qual manifestações tradicionais da arte popular aparecem combinadas com termos que sugerem

modernidade ("Maracatu psicodélico", "Berimbau elétrico"). Dessa forma, o compositor vê a cultura popular atravessada pela vida urbana e suas modernidades, o que nos permite relacionar as imagens da canção com os interesses da Antropologia urbana brasileira.

2. A dimensão que diferencia uma canção da outra é a ideia de que o Brasil é "o país da contradição". Essa frase, contida em um verso da canção de Lenine, remete aos nossos problemas sociais, entre os quais a enorme desigualdade social. Ao mesmo tempo, Lenine afirma que a cultura popular é "o charme desta nação". Temos aí também uma contradição entre a importância da cultura popular e a desigualdade social. Podemos relacionar essa contradição com os interesses da Antropologia urbana, que estuda as populações marginalizadas das cidades, fragilizadas pela injustiça social (intensificada pela urbanização descontrolada) e, ao mesmo tempo, valoriza suas práticas culturais.

3. No capítulo vimos que os pesquisadores brasileiros identificaram o racismo brasileiro como fundamentado em percepções de cores, ou seja, a discriminação em geral está vinculada ao tom da pele. Isso remete à obra da artista justamente porque ela põe em questão essa característica do racismo brasileiro. Os diferentes tons de pele aplicados como pinturas nos fazem pensar na arbitrariedade das classificações raciais.

Contraponto

1. A tira de Laerte aborda a discriminação baseada em identidades e orientações que fogem do que alguns antropólogos consideram "cisnormatividade" (a divisão entre homens e mulheres realizada apenas por características sexuais biológicas) e "heteronormatividade" (a valorização do relacionamento afetivo entre homens e mulheres como o único tipo aceitável). A personagem Muriel é um transgênero, termo que indica uma pessoa cujo comportamento não corresponde ao papel social atribuído ao gênero designado para ela no nascimento (Muriel tem órgãos genitais masculinos, mas se veste como mulher). Laerte, autora da tira e também transgênero, mostra como a mídia lida com os comportamentos de gênero não cisnormativos, reproduzindo preconceitos e estereótipos. A Antropologia brasileira tem procurado dar sentido às distintas práticas de gênero, além de combater esse preconceito.

SUGESTÕES

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da "raça": antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, dez. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000200013&lng=pt&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000200013>.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 52, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292006000300006&lng=pt&nrm=iso>.

CORREA, Mariza. O mato & o asfalto: campos da Antropologia no Brasil. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: < http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/01/10-ano1v1_artigo_mariza-correa.pdf>.

GALAN DE PAULA, Camilia. Populações indígenas e mercadorias: reflexões a partir da antropologia social. *USP ensina Sociologia*, 2014. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Camila_texto.pdf>. Acompanhado de proposta didática disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Camila_repert%C3%B3rio_0.pdf>.

GOMES, Mariana de Oliveira. A história dos quilombos e os quilombos na História: uma questão de identidade. *USP ensina Sociologia*, 2014. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Mariana_texto.pdf>. Acompanhado de proposta didática disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Mariana_repert%C3%B3rio.pdf>.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, abr. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e Ciências Sociais no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, dez. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300006&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000300006>.

PEIRANO, Mariza. A Antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, 2000. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_219-232.pdf>.

Vídeos (Acesso em: 30 mar. 2016)

Sementes de quilombos (Brasil, 2015). Instituto Socioambiental. Disponível em: <www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-vale-do-ribeira/video-mostra-agrobiodiversidade-dos-quilombolas-do-vale-do-ribeira-e-suas-estrategias-para-recuperar-sementes-tradicionais>.

Ciclovida (Brasil, 2010). Direção: Ivania Cavalcante de Alencar, Inacio do Nascimento, Loren Feinstein, Matt Feinstein. Disponível em: <http://ciclovida.org/pt-br>.

CAPÍTULO 5 | TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA ANTROPOLOGIA

Neste capítulo, último da *Unidade 1* | *Cultura*, apresentamos um panorama atualizado da Antropologia contemporânea. Nele abordamos alguns temas que consideramos mais importantes e interessantes para os alunos. É importante destacar que essa escolha foi difícil, e que muitos temas ficaram de fora, o que é inevitável dada a amplitude das Ciências Sociais nos dias de hoje. O recorte reuniu temas como história, gênero e Antropologia reversa, ou simétrica.

Esses temas podem parecer complexos e os conteúdos um tanto abstratos, mas isso é decorrência do desenvolvimento das Ciências Sociais. Ao longo do capítulo procuramos simplificar as discussões e manter o foco nas principais ideias. A exposição desses conteúdos pode ser facilitada com discussões coletivas e a análise de outros exemplos, além dos apresentados no livro.

O grafite de Banksy reproduzido na abertura do capítulo, que mostra uma menina debaixo de um guarda-chuva, foi feito em 2008 numa esquina de Nova Orleans, nos Estados Unidos. Três anos antes, a enchente provocada pela passagem do furacão Katrina fez com que mais de um milhão de pessoas fossem evacuadas da cidade. Os mais atingidos foram os moradores da periferia, em sua maioria negros e pobres.

Na imagem, chove debaixo do guarda-chuva e não fora dele: em vez de abrigar, o guarda-chuva faz o contrário com a menina. Isso faz pensar na ilusão de estar abrigado, quando não há abrigo possível. A imagem sugere o imponderável e a surpresa, o que podemos relacionar com os conteúdos do capítulo. As teorias antropológicas recentes desafiam até mesmo as mais arraigadas concepções de ciência.

1. Questões contemporâneas

Começamos por demonstrar ao aluno que, mesmo sem saber, ele esteve lidando com temas da Antropologia contemporânea em capítulos anteriores. Agora retomamos esses temas e os apresentamos sob outra perspectiva, interessada em mostrar como essas questões impactam a Antropologia atual.

Dos vários exemplos utilizados, o mais relevante é o que podemos chamar de "crítica da autoridade etnográfica", elaborada pelos antropólogos "pós-modernos". Podemos pensar no estereótipo como uma espécie de "autoridade etnográfica" coletiva, no sentido de que partilhamos de imagens preconceituosas de alguns grupos ou populações. A retomada de uma discussão sobre racismo é oportuna.

No que se refere à crítica da autoridade etnográfica, a questão para os antropólogos era como não contaminar o texto (teses, artigos, etc.) com uma descrição do Outro engessada, na qual os descritos não tinham nenhuma influência. Ou seja, a questão mais importante era procurar um meio de descrever os Outros de uma forma mais justa e legítima. Um dos resultados dessa perspectiva foi colocar em suspeita o principal meio de divulgação do conhecimento antropológico: os textos escritos. De uma hora para outra, todos os textos pareciam autoritários e produtores de estereótipos e os antropólogos se viram numa situação difícil. Como escrever e não ser autoritário? Esse dilema foi tão intenso que alguns dos pós-modernos preferiram abandonar a Antropologia. No entanto, essas críticas foram matizadas e transformadas num alerta contra descrições autoritárias e não num modo de paralisia na produção do conhecimento.

O exercício proposto no boxe *Você já pensou nisto?* (p. 100), de desconstrução do texto, pode ser trabalhado em sala de aula de maneira visual e lúdica, mas também analítica. Você pode escolher uma notícia recente, por exemplo, que tenha sido apresentada de várias maneiras em diversos veículos de comunicação: textos descritivos (notícias), colunas de comentaristas, etc. Sugerimos que visite o *site* Wordle (<www.wordle.net/create>, acesso em: 24 fev. 2016) para criar uma nuvem de palavras que se organiza conforme a frequência de certas palavras em diferentes textos. Evidentemente, a nuvem de palavras de cada um dos textos que noticiam o mesmo fato será bem diferente.

Basta visitar o *site*, colar o texto no primeiro campo do formulário e clicar em "Go". O aplicativo do *site* vai gerar uma imagem. Você pode mudar as cores, fontes e tamanhos das palavras utilizando o menu superior de edição, que será mostrado. Em seguida, utilize o aplicativo "ferramenta de captura" e salve a imagem, ou utilize a tecla "*print screen*" do teclado e cole a imagem num editor de imagens, salvando-a no formato que julgar mais adequado. Você poderá imprimir essas imagens e levar para a sala de aula, ou projetá-las de alguma maneira para que os alunos vejam.

Inicie a aula mostrando as imagens e perguntando aos estudantes sobre o que eles acham que cada notícia ou texto vai falar, e em seguida pergunte a eles se parece que estão falando da mesma coisa ou de coisas distintas. Apresente, então, os textos originais, e reflita com eles sobre o significado de escolhermos certas palavras para nos referirmos a determinado fato, pessoa, etc. Evidencie o viés ideológico diferente das variadas fontes que você tiver escolhido, compartilhando essas percepções com os estudantes.

Você também pode separar uma notícia, ou texto, para que os alunos analisem individualmente ou em duplas, durante a aula ou como tarefa de casa. No caso, peça a eles que sublinhem palavras e frases que parecem julgar, qualificar ou caracterizar fatos e pessoas, refletindo sobre como poderiam ser feitas substituições ou reformulações que mudassem o ponto de vista do autor.

2. Gênero e parentesco

A intenção aqui é destacar a importância que a discussão sobre gênero tem para a Antropologia contemporânea. Esta é uma boa oportunidade para introduzir uma reflexão sobre a homofobia, a transfobia e a violência contra as mulheres, graves problemas sociais brasileiros sustentados por um preconceito estrutural.

Este item foi pensado também como um instrumento de conscientização e combate ao preconceito. Provavelmente, entre todas as questões levantadas nesta unidade (como o racismo, por exemplo), a discussão sobre gênero e sexualidade é a que mais encontrará resistências, parte delas vindas de posições religiosas conservadoras.

A Antropologia, preocupada em incorporar o ponto de vista daqueles que estuda, serve como um instrumento para dizer algo sobre o gênero sem recorrer a estereótipos. Relativizar o papel da mulher e do homem em diversas sociedades é um recurso poderoso para fazer o aluno pensar: "Por que na minha sociedade, no meu bairro, na minha casa é assim?". Mas aqui não basta constatar a diferença. O importante é atrelar a essa percepção da diferença a experiência das lutas de mulheres e da população LGBTI pelo reconhecimento de seus pontos de vista. É importante mostrar como o humor que ridiculariza os homossexuais na TV, por exemplo, é um instrumento para impedir que esse grupo conquiste direitos. Essa reprodução de estereótipos na TV pode ser pensada também como um exercício de autoridade etnográfica "coletiva", aproveitando a discussão da seção anterior do capítulo.

Para aproximar esse tema do cotidiano dos alunos, você pode sugerir a eles que assistam a uma ou duas horas de diferentes canais de TV e identifiquem programas e propagandas em que aparecem estereótipos e discriminação de gênero, etnia, situação social, aspecto físico ou qualquer outro. Para esse exercício, a classe pode ser dividida em grupos e cada grupo ficar encarregado de um tema. Os resultados da pesquisa podem ser tabulados em classe, resultando num gráfico quantitativo dividido por temas. Por exemplo, em duas horas, os alunos de um grupo anotaram cinco ocorrências no canal X: três cenas que continham estereótipos étnicos e duas propagandas com discriminação de gênero.

Esses resultados podem ser usados para construir uma tabela que indique na vertical os temas, e na horizontal os canais. Na confluência das linhas devem ser registradas as ocorrências identificadas pelos alunos. A construção dessa tabela pode permitir aos alunos identificar ao menos duas informações relevantes: perceber se algum dos canais veicula mais imagens discriminatórias que outros, e se algum tipo de discriminação (contra os homossexuais, por exemplo) é mais frequente que os demais.

Essa primeira tabela pode sugerir ao professor a continuidade da pesquisa, com a colaboração dos alunos. Pode-se identificar algum grupo que tem sido retratado de forma especialmente preconceituosa na primeira tabela, por exemplo, e tentar aprofundar a pesquisa com os alunos, aumentando o tempo de coleta de dados (como duas horas a cada dia durante uma semana). Essa nova pesquisa pode dar mais informações, pois os alunos podem descrever não apenas que o grupo foi apresentado de forma discriminada, mas também especificar a forma como isso aconteceu (em programas de humor, em propagandas, em telenovelas, etc.). Ou seja, a segunda pesquisa é um aprofundamento da primeira, que identificou algumas questões que podem ser mais bem exploradas na segunda pesquisa. Esse exercício ilustra o trabalho de um pesquisador, que vai descobrindo coisas por meio de indícios que são depois investigados mais a fundo.

Outro importante debate diz respeito à discussão sobre gênero. Enquanto no senso comum falamos de "gênero" em geral para falar sobre mulheres, a Antropologia entende que os homens também têm gênero, e a categoria "homem" também é socialmente construída. No esquema simbólico de nossa sociedade, essas duas categorias são consideradas as únicas possíveis como identidade de gênero (uma pessoa pode se identificar apenas como homem ou mulher), são consideradas excludentes (uma pessoa não pode se identificar como homem e mulher ao mesmo tempo) e são consideradas opostas e complementares.

A filósofa Judith Butler (1956-) elaborou a ideia de "matriz heterossexual" para ilustrar a forma hegemônica de entender o gênero. Segundo ela, na forma de pensar mais aceita em nossa cultura, o gênero é binário (só haveria dois), fixo (não é possível mudar de gênero) e está ligado a um tipo específico de prática sexual, que é a heterossexualidade (prática sexual com o gênero considerado "oposto" àquele com o qual você se identifica). Ela faz uma crítica, tomando exemplos antropológicos de outras sociedades, para dizer que essa não é a única forma possível de se pensar o gênero, mesmo em nossa sociedade.

A pesquisa sugerida pode ser interessante para permitir aos estudantes desconstruir o senso comum de que os comportamentos de gênero têm base biológica. Alguns documentários e filmes são muito úteis para trazer esta discussão à sala de aula, como o argentino *XXY* (2007); o documentário *Transgêneros: identidade e gênero,* realizado pelo canal National Geographic e disponível na internet; os longa-metragens *Tomboy* (2012); e *Transamérica* (2004); entre outros.

3. Antropologia e História

Vimos vários momentos da relação entre Antropologia e História ao longo dos primeiros capítulos (do evolucionismo ao estrutural-funcionalismo, passando pelo culturalismo). Neste momento, a intenção é focar na discussão contemporânea, na qual se destaca sobretudo o trabalho de Sahlins (1930-). Embora a Antropologia interpretativa de Geertz (1926-2006) também tenha influenciado o trabalho de muitos historiadores, isso ocorreu mais pela ideia de antropologia de Geertz do que propriamente por uma reflexão sobre a História.

No trabalho de Sahlins, a História aparece como tema fundamental, pois ele pretende fazer Antropologia de tempos passados, como descrever o Havaí do século XVIII com base em fontes variadas. Para fazê-lo, Sahlins avança por uma discussão que termina na percepção de que os havaianos tinham uma noção de História totalmente diferente da dos ingleses, o que gerava uma série de coincidências e desentendimentos.

Trabalhar com a ideia de diferentes percepções do tempo pode ser muito interessante, principalmente se for possível estimular os alunos a conversar com parentes ou conhecidos mais velhos. A diferença de percepção do tempo também está relacionada às transformações na sociedade, a novas ferramentas tecnológicas, etc. Fazer o aluno perceber que a forma pela qual ele sente o tempo é relativa pode ser bastante produtivo.

Há uma produção recente sobre o que se chama de "etno-história", que é uma tentativa de produzir uma Antropologia sobre o passado de populações indígenas, por exemplo. Os trabalhos de John Monteiro (1956-2013), antropólogo e historiador estadunidense radicado no Brasil, revelam a historicidade de populações indígenas brasileiras de modo muito rico. Inserimos algumas referências sobre o tema na seção *Sugestões*, mais adiante.

4. Antropologia como invenção

Destacamos nesta seção a obra de Roy Wagner (1938-) que, embora tenha sido publicada em 1975, apenas recentemente começou a receber destaque, por influência do trabalho de Marilyn Strathern (1941-) e Eduardo Viveiros de Castro (1951-). O argumento de Wagner é realmente muito complexo (Strathern afirmou ter entendido apenas cerca de 20% do que ele escreveu no livro *A invenção da cultura*). Interessa aqui destacar a importância da ideia de uma Antropologia reversa, que é aquela na qual os conceitos do nativo (ou seja, formulados pelos nativos) entram em pé de igualdade com os conceitos do antropólogo sobre o nativo. Isso significa que, do mesmo modo que usamos conceitos para pensar a experiência dos Outros, eles também o fazem conosco. E mais, podemos usar esses conceitos dos nativos para pensar nossa sociedade e nossa própria Antropologia.

Dessa forma, o encontro etnográfico (visto como o lugar de produção de uma autoridade etnográfica pelos pós-modernos) ganha novo sentido: não mais estamos descrevendo o nativo, mas pensando com ele, sobre ele e com as categorias dele. Esse encontro criador, inventivo, depende de uma concepção de cultura também inventiva. Para Wagner, a cultura é um grande processo de invenção cotidiana por seus "usuários". Estamos todos inventando cultura com base no que vivemos e essas invenções podem sempre transformar a cultura. Se o nativo tem uma cultura inventiva, também a tem o antropólogo. O encontro etnográfico, portanto, só pode ser ele próprio uma invenção (criação). Esses movimentos teóricos e metodológicos de Wagner, influenciados pela antropologia de Schneider, estimularam a criação de outra forma de pensar a Antropologia, que será estudada no item 5.

5. A Antropologia e as grandes rupturas

Depois dessa visão panorâmica da Antropologia contemporânea, podemos abordar agora o desenvolvimento de uma nova Antropologia. Conhecida por vários nomes – simétrica, pós-social, reversa –, essa Antropologia faz parte da crítica a alguns fundamentos do pensamento ocidental, caracterizados como "dualismos estruturantes": natureza/cultura, indivíduo/sociedade, antropólogo/nativo. Ao produzir uma "Antropologia do centro", o filósofo, sociólogo e antropólogo francês Bruno Latour (1947-) investiga a ação de cientistas e descobre como a ciência opera por meio de uma sucessão de acordos sobre o que seria a natureza das coisas. Esses acordos mudam e revelam que o que é descrito (a natureza) não é algo realmente separado do mundo da cultura, que podemos descrever como externo a nós. Essa pressuposição científica se baseia na divisão entre natureza e cultura, que é, do ponto de vista de Latour, apenas uma crença moral, que a ciência se esforça em reproduzir (eliminando de cena tudo aquilo que evidencie que essa separação é arbitrária e que Latour chama de "híbridos"). Latour defende que o que vemos como ciência é o resultado final (e temporário) de um processo feito por pessoas manipulando coisas (que ele chama de rede sociotécnica). No entanto, esse processo é eliminado do resultado final da ciência, que aparece como algo puro e acima da realidade. Esse processo é por si só um híbrido, pois evidencia que a ciência é resultado de decisões humanas variadas, em disputas políticas e econômicas. A ciência precisa apagar os vestígios desse processo para aparecer como pura e como explicação efetiva da "natureza". Latour demonstra, portanto, que a "natureza" estudada pelos cientistas é resultado de um processo social. Tudo aquilo que indica que a "natureza" é um processo social é um híbrido, pois evidencia que a separação entre natureza e cultura é apenas um acordo social. A ciência, portanto, precisa "esquecer" desses híbridos para se legitimar.

Essa crítica dos grandes dualismos, juntamente com a Antropologia reversa de Wagner, permitiu aos antropólogos olhar para as outras sociedades sem impor a elas categorias da sociedade ocidental. Aplicaram, assim, as categorias daquelas sociedades para questionar sobre as que sempre vimos como evidentes. Strathern, por exemplo, ao perceber que em Hagen (Papua Nova Guiné) não há a percepção de algo como uma "sociedade", passa a criticar a ideia de que esse conceito sirva para explicar qualquer população ao redor do mundo. Essa e muitas outras desnaturalizações vieram junto com a nova Antropologia. Um dos principais exemplos disso é o trabalho de Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo brasileiro de renome internacional.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Para os pós-modernos, a produção do texto antropológico envolve sempre uma descrição e uma narração sobre o Outro que, em geral, não dá voz a ele. É o antropólogo que fala por ele. Esse processo é visto como autoritário pelos pós-modernos, pois não permite contestação e é feito nos termos do antropólogo e não nos termos do Outro. Isso resulta no que os pós-modernos chamam de "autoridade etnográfica".

2. A noção de gênero aparece para superar as dificuldades que a naturalização da diferença entre homem e mulher (em termos biológicos) impõe. Gênero é definido socialmente de formas variadas em sociedades diferentes. O que é o homem e o que deve fazer um homem varia de sociedade para sociedade, assim como o que é a mulher e outras categorias de gênero (travestis, transgêneros, etc.). Se os papéis de homens e mulheres variam, não há uma relação entre sexo e gênero que seja natural. Gênero é sempre algo construído e pode, portanto, ser alterado, reformulando-se os papéis atribuídos.

3. Os antropólogos culturalistas estadunidenses desenvolveram o conceito de cultura, mas não levaram esse desenvolvimento para a noção de História. Continuavam a pensar que o tempo passa e é visto e sentido da mesma forma em todos os lugares (como se fosse universal). Sahlins demonstra que a percepção do tempo e a forma de pensar a história também são condicionados culturalmente, e variam bastante. Ou seja, cada cultura se apropria do tempo à sua maneira e o antropólogo deve sempre levar isso em consideração.

4. Roy Wagner desenvolveu a ideia de "invenção da cultura", que, à sua maneira, lida com a questão da autoridade etnográfica levantada pelos pós-modernos. Para Wagner, a cultura é um processo de invenção (no sentido de criação) constante de todas as pessoas, o que produz um fluxo de transformações e estabilizações temporárias. Tanto o antropólogo como o nativo inventam cultura. Desse modo, o encontro etnográfico só pode ser pensado como uma invenção particular decorrente da vontade de conhecer mais a vida do nativo. Esse encontro deve colocar os conceitos nativos no mesmo patamar dos conceitos do antropólogo. Isso possibilita entender a invenção e evitar a supressão da voz do nativo, o que ocorre quando o antropólogo escreve e usa apenas seus conceitos para descrevê-lo.

5. A crítica desse dualismo, feita por Latour, Strathern, Descola e outros, implica em pensar que nem todas as sociedades dividem o mundo em uma parte humana (cultura) e outra parte exterior aos humanos (natureza). Isso permite tanto um olhar crítico para a ciência, baseada nesses princípios, como entender outras formas de pensar o mundo sem reduzi-las à distinção natureza/cultura. Permite entender, por exemplo, que os indígenas da Amazônia têm uma visão de mundo oposta àquela que ensinava a velha Antropologia: para eles, todos os seres têm cultura, mas as naturezas variam.

Interagindo

1. A letra da canção da Legião Urbana enfatiza a ideia de um tempo linear, que pode ser perdido, deixado para trás. Não se tem mais o tempo que passou. Porém, em outro momento afirma que "temos nosso próprio tempo", indicando que talvez essa noção de tempo seja diferente da dos demais, aqui falando especialmente do tempo segundo a percepção da juventude (afinal, "somos tão jovens"). Já para Caetano Veloso, na "Oração ao tempo", ele "parece contínuo". É possível, entretanto, sair do "teu círculo". Ou seja, escapar do tempo, que parece contínuo, e se reencontrar com ele "num outro nível de vínculo". As duas canções revelam uma percepção de tempo linear, própria da sociedade capitalista, mas também levantam uma suspeita sobre essa linearidade: Caetano Veloso vê o tempo como um círculo; a Legião Urbana, como um tempo próprio e diferente para a juventude. Podemos relacionar essas reflexões com a discussão de Sahlins sobre a variação da percepção da história conforme as culturas. Sahlins imagina diferentes percepções do tempo e essas canções parecem convergir para a mesma conclusão.

2. Nesse cartum de Scott Hilburn vemos uma alternância radical de pontos de vista: o urso se senta diante do balcão como um humano e, como um humano, usa um chapéu com um traseiro animal. Só que o traseiro animal usado pelo urso é um traseiro humano! Ou seja, temos aqui uma inversão radical de perspectivas. A imagem sugere uma ruptura com nossas divisões entre natureza e cultura ao produzir essa estranha associação. Podemos relacioná-la, assim, às críticas aos "grandes divisores", produzidas pela Antropologia contemporânea. Nesse caso, a imagem é especialmente relacionável às etnografias de Eduardo Viveiros de Castro sobre os ameríndios amazônicos, pois representa uma inversão de perspectivas: o urso aparece como humano e o chapéu do urso é como o chapéu de traseiro de raposa dos humanos, mas é feito de um traseiro humano.

3. Vimos que a Antropologia contemporânea está atenta às assimetrias de gênero, e a contribuição de antropólogas e antropólogos tem permitido questionar determinadas relações naturalizadas entre homens e mulheres. Na tira, vemos que o trabalho executado dentro de casa pela mulher sequer é considerado trabalho pelo homem, pois permanece na esfera doméstica e não gera renda diretamente. Nessa visão, trabalho mesmo seria o do homem, remunerado e realizado fora de casa. Na tirinha, o homem não só se coloca no papel de decidir o que é e o que não é trabalho, mas também se dá a autoridade para definir se sua mulher deve ou não trabalhar, sem considerar o acúmulo com suas demais tarefas.

Contraponto

1. Podemos pensar o encontro etnográfico (a experiência do trabalho de campo) como uma experiência semelhante ao poema de Paulo Leminski. O poeta evoca a ambiguidade da viagem e a transformação que ela causa tanto na ida como na volta. A essa

ambiguidade podemos relacionar a ideia de "invenção" de Roy Wagner, segundo a qual o encontro etnográfico produz outra realidade, que altera a perspectiva do antropólogo (ou deveria alterar).

SUGESTÕES

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. John Manuel Monteiro (1956-2013): um legado inestimável para a Historiografia. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 65, 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882013000100017&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882013000100017>.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALAVIA SAEZ, Oscar. A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100003&lng=pt&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000100003>.

CARRARA, Sérgio. Uma "tempestade" chamada Latour: a Antropologia da ciência em perspectiva. *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 12 (1), 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/physis/v12n1/a12.pdf>.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores do antropólogo: Antropologia pós-social e Etnografia. *PontoUrbe*, São Paulo, ano 2, 2008. Disponível em: <http://n-a-u.org/pontourbe03/Goldman.html>.

LATOUR, Bruno. Por uma antropologia do centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2004, p. 397-413 . Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200007&lng=en&nrm=iso>.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Sociológico*, v. 15, n. 1. São Paulo, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005>.

MELLO, Erica Janecek de. Estudos de gênero no âmbito das Ciências Sociais: material de apoio para o professor de Sociologia do Ensino Médio. USP ensina Sociologia, 2010. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/2010-1-Erica%20Janecek-Estudos%20de%20genero%20no%20ambito%20das%20Ciencias%20Sociais-1-texto.pdf>. Acompanhado de proposta didática disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/2010-1-Erica%20Janecek-Estudos%20de%20genero%20no%20ambito%20das%20Ciencias%20Sociais-2-atividades-didaticas.pdf>.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na Antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, fev. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100009&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100009>.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questões de fronteira: sobre uma Antropologia da História. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 72, jul. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200007&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002005000200007>.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, out. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200007&lng=en&nrm=iso> e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131999000200007>.

Vídeo (Acesso em: 22 jan. 2016)

A vovozinha e o feminismo (Programa Vovozinha/TV Brasil, 2012). Direção: Renata Druck. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/eavovozinha/videos> e <https://vimeo.com/36051357>.

CONCLUINDO 1

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Capítulo 1

1. A imagem do século XVII representa muito do que falamos nesse capítulo: induz a entender o contato como um processo civilizatório, aqui mediado pela religião, com o objetivo de salvar as almas dos "selvagens". O poder da Coroa, que a imagem representa como derivado de forças divinas e religiosas, faz da colonização uma espécie de dever ou fardo da metrópole "civilizada".

2. Resposta pessoal.

a) Professor, essa atividade pode se tornar mais interessante se as respostas forem dadas oralmente, envolvendo toda a turma. Você poderá auxiliar os alunos a identificar ou pesquisar as culturas e regiões originárias das práticas, alimentos ou técnicas citados.

b) O texto serve como um aviso para percebermos como nossos hábitos são o resultado de diversas interações históricas. Quando olhamos para as populações indígenas como "menos indígenas" ou como "falsos indígenas" em razão do uso que fazem de artefatos da sociedade ocidental, ou mesmo pelo desejo de artefatos e práticas ocidentais, estamos esquecendo aquilo que o trecho citado nos sugere. Se nós podemos continuar sendo brasileiros mesmo que convivendo com práticas criadas em outros contextos (como os norte-americanos na citação de Ralph Linton), por que populações indígenas não poderiam? O trecho citado produz um estranhamento por sua ironia e até pelo humor. Assim, é correta qualquer resposta que relacione esse uso de "coisas" estrangeiras com o direito das populações indígenas de fazer o mesmo, sem deixar de ser indígenas e, portanto, sem perder direitos que a Constituição lhes garante.

3. Essa questão parte de um texto sobre "arte indígena" que pode nos ajudar a pensar um pouco sobre como a arte é vista em nossa sociedade. Desde quando a arte passou a constituir um campo à parte, separado

da vida cotidiana? O que chamamos de *design* não seria um retorno da expressão artística ao mundo do vivido, da experiência do dia a dia? Essas questões levam a uma reflexão sobre a relação entre arte e o mundo da vida, e não só do lugar da arte nas sociedades indígenas.

a) Como já foi visto no capítulo, o nível de elaboração e sofisticação da chamada "arte indígena" impede que ela seja considerada produto de uma sociedade "primitiva", como afirmavam as teorias evolucionistas.

b) Resposta pessoal.

c) Resposta pessoal.

4. Para a autora, as ideias do século XIX eram baseadas em pressupostos pouco razoáveis hoje em dia (o de que os indígenas iriam desaparecer). O capítulo nos demonstra que isso tem relação com a noção de progresso dos evolucionistas, que imaginavam um mundo inteiro andando no mesmo sentido da sociedade europeia e, portanto, as populações indígenas deixando de viver como viviam e vivem até hoje.

Capítulo 2

1. Na tira apresentada, a cartunista Laerte sugere que os padrões podem aparecer como amarras, remetendo à ideia de repressão. O costume impõe determinados comportamentos de forma autoritária, o que gera consequências. Aqui, a crítica refere-se à definição dos papéis de gênero: coisas para homens e coisas para mulheres. Os padrões podem ser muito opressivos para aqueles que não se adaptam a eles. A implicação disso é o preconceito contra aqueles que não se ajustam aos modelos.

2. O artigo de Hélio Jaguaribe defende a ideia de que "As populações civilizadas do mundo são descendentes de populações tribais, que seguiram, em todos os países, o secular caminho que leva os paleolíticos a se transformarem em neolíticos e estes, em civilizados". Ou seja, pressupõe o mesmo processo de evolução "em escada" proposto pelos evolucionistas no século XIX, e que também serviu de justificativa ideológica para os colonialismos do século XIX (como o colonialismo inglês na África e Ásia, o colonialismo francês na África e Sudeste asiático, etc.). Do ponto de vista desse autor, há apenas um caminho a ser seguido pelos indígenas, que é o da civilização. Ora, vimos como a ideia de evolução em um caminho único é criticada por Boas, pois é essencialmente etnocêntrica. Hélio Jaguaribe afirma ainda que "Em termos antropológicos [...] é impossível sustar o processo civilizatório". Ou seja, pressupõe que o progresso é inevitável e ainda considera essa reflexão antropológica. Essa reflexão é de fato antropológica, mas de acordo com os parâmetros do século XIX, pois no século XX a ciência antropológica se dedicou justamente a questionar essa ideia, vista desde então como preconceituosa.

3. No item 5 do Capítulo 2 vimos que o próprio conceito de cultura foi criticado por facilitar descrições com as quais os descritos podem discordar. Na tirinha, o homem visto pelo vendedor de cachorro-quente como "moderno" revela seus estereótipos e preconceito contra os "cearenses" (palavra comumente usada, em São Paulo, para falar dos nordestinos em geral), chamando-os de burros. A tirinha nos mostra como o estereótipo é manipulado para produzir discriminação, o que pode reforçar desigualdades no cotidiano.

Capítulo 3

1. O cartum de Laerte relaciona o machismo, que poderíamos chamar de "velha identidade", seguindo Stuart Hall, com a ridicularização dos homossexuais na TV e com os assassinatos de travestis no Brasil. Laerte identifica nessas ações uma resistência às mudanças que já estão presentes no cotidiano brasileiro. As identidades homossexuais, transsexuais e transgêneras representam a forma de expressão de uma parte considerável da sociedade brasileira que luta por seus direitos, utilizando o conceito de identidade para defender seu modo de vida. Podemos dizer que esse cartum é um instrumento político de combate ao machismo que discrimina esses grupos.

2. Essa atividade visa a uma valorização da herança cultural negra e depende de uma pesquisa, que pode ser feita facilmente pela internet. Em primeiro lugar, é importante enfatizar que a maior parte dos nomes mencionados na letra eram denominações dadas na América para os negros escravizados, conforme o porto em que eram embarcados. Assim, o termo Mina engloba diversos povos da região conhecida como Costa da Mina (fon, fanti, ashanti, entre outros). Mesmo assim, é possível encontrar aspectos culturais comuns aos povos reunidos sob cada uma dessas denominações. Informações sobre as diversas populações citadas podem ser encontradas em diversas fontes. Em termos gerais, essas populações falavam línguas do tronco banto (exceto os Quiloa e os Mina, falantes de línguas de outros troncos), que predominavam em grande parte da África central. Muitos escravos trazidos para o Brasil vieram dessas regiões. Várias práticas culturais brasileiras têm relação com a herança banto (como a congada, a capoeira, etc.). Zumbi, por sua vez, foi o último líder do Quilombo dos Palmares, que durou de 1580 a 1695, numa região que hoje pertence ao estado de Alagoas. Quilombos são agrupamentos populacionais formados por escravos que fugiam da tirania da escravidão. Muitos quilombos fizeram parte da história do Brasil; alguns deles, como o de Palmares, eram verdadeiros estados dentro do estado (por isso foram tão combatidos). Palmares foi atacado diversas vezes e finalmente derrotado por um grande esforço da Coroa portuguesa. Hoje representa um símbolo da resistência negra à opressão racial.

Atualmente, muitos descendentes de quilombolas reivindicam o direito à terra com base na ocupação ancestral de territórios espalhados por todo o Brasil.

A história de Zumbi e do Quilombo dos Palmares é provavelmente a mais conhecida entre as inúmeras revoltas e formas de resistência de escravos que abalaram a antiga estrutura social brasileira. Ao contrário do que costumeiramente aparece no senso comum, a história do Brasil jamais foi pacífica, e a abolição não se realizou graças à boa vontade e à assinatura da Princesa Isabel, mas adveio de uma ampla pressão social exercida também pelos próprios escravos e ex-escravos. O aluno pode relacionar esta divergência entre leituras sobre a história do país com outras situações, tal como a (falsa) afirmação de que não existe racismo no Brasil e as diversas situações do dia a dia em que ele aparece. Por exemplo, recentemente tem sido propagado nas redes sociais que o sistema de cotas raciais, há pouco implantado em universidades públicas no país, teria criado o racismo no Brasil. Poderíamos nos perguntar o quanto esta interpretação esconde as relações raciais desiguais e as situações de opressão e preconceito vivenciadas no dia a dia pela população negra desde o período colonial.

3. Certamente é possível enxergar a terceira idade com outros olhos que não a forma usual apresentada na charge. Essa forma acentua a velhice como um momento da vida em que nada acontece. Mas é possível perceber que atualmente a vida dos idosos não é necessariamente um vazio: cada vez mais atividades produtivas, esportivas e de lazer têm sido desenvolvidas. Podemos pensar a terceira idade com outras imagens. A questão da identidade é importante, pois remete também a como os próprios idosos se percebem, nos permitindo dizer que é possível a constituição de identidades relativas a esse momento na vida, com interesses diferentes e experiências singulares.

4. Resposta pessoal.

O texto contém uma rápida apresentação sobre as diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero que pode ser utilizada pelo professor para explorar as diferenças entre definições biológicas e transformações culturais dos seres humanos. No capítulo apresentamos a noção de identidade como um conceito que surge para dar conta desta nova realidade complexa e fragmentada, justamente pelo seu caráter transitório e fluido. As redes sociais, como meio de comunicação emblemático dessa nova realidade, dialogam com essas transformações, e seus usuários constantemente sentem a necessidade de se apresentarem às outras pessoas por meio de um perfil que os liga a outras identidades sociais, assumindo-se como parte de um grupo. Dentro dessa questão, aparecem também as identidades de gênero. Portanto, espera-se que o aluno seja capaz de relacionar as mudanças nas configurações de definição de gênero adotadas na rede social em questão com o conceito de identidade elaborado por Stuart Hall e outros estudiosos contemporâneos. Também é possível fazer referência aos estudos de Margaret Mead, e demais autores que contribuíram para a "desbiologização" nos estudos das relações de parentesco.

Capítulo 4

1. A charge de Laerte apresenta um paradoxo entre a cultura popular (os integrantes das escolas de samba que desfilam na avenida durante o Carnaval) e a elite brasileira (que assiste ao desfile dentro do camarote, separada da população em festa). Os passistas querem saber se a elite também participa da festa que pertence às classes populares, ou se apenas "assistem". A charge indica um dilema entre a representação do país (o Carnaval é uma forma de pensar o país) e a distância que as elites mantêm, quase que como espectadores. A charge também pode ser lida como uma representação da distinção entre classes sociais (entre os que estão nos camarotes e os que estão na rua, ou passarela), que vimos ser uma das marcas da urbanização brasileira desde a década de 1950. Podemos dizer que essa tensão entre as classes é uma das questões da antropologia brasileira, olhando em geral para as populações em situação de fragilidade, mas que ao mesmo tempo são produtoras de símbolos, práticas e ritos que podem representar a nação brasileira.

2. Tanto Roberto DaMatta como Darcy Ribeiro pretendem explicar o Brasil, e ambos se surpreendem com o povo brasileiro. Mas vemos que apenas Ribeiro dá continuidade à definição do país a partir da miscigenação e da formação do povo brasileiro. DaMatta procura a explicação em outro lugar, e parte do contraste entre povo e elite (o primeiro marginalizado e a segunda, egoísta), do embate entre as diferentes partes que compõem a sociedade. Ribeiro prefere destacar o que considera um novo modelo de civilização, criado pela miscigenação, o que remete aos textos de Gilberto Freyre e à mitologia da democracia racial. Ou seja, para Darcy Ribeiro o Brasil é pensado a partir da colonização portuguesa e do fato de esta ter relacionado três diferentes matrizes culturais (portuguesa, africanas e indígenas), o que o aproxima de Gilberto Freyre. Já para Roberto DaMatta, o processo histórico que explica o Brasil é a distinção radical entre elite e povo, entre aqueles que detêm o poder e a riqueza e os excluídos: DaMatta olha mais para a história da produção dessa diferença, enquanto Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro privilegiam mais a formação de um único povo miscigenado.

3. Gilberto Velho pretende demonstrar que o que vemos numa sociedade urbana é um conjunto muito complexo de grupos, pessoas e identidades distintas. Para ele, talvez a nossa distância em relação a essas identidades seja a mesma que existe entre um

pesquisador e populações indígenas, por exemplo. Velho defende a possibilidade de fazer antropologia com aquilo que está próximo. Vimos no capítulo que, além disso, a antropologia urbana deu um passo adiante e admitiu a possibilidade de estudar aquilo que é tão próximo que podemos chamar de semelhante. Nesse caso, o trabalho do antropólogo seria transformar essa proximidade em algo estranho, para poder falar criticamente sobre uma experiência que é também a sua (do antropólogo). Por outro lado, o trecho de Gilberto Velho enfatiza uma diferença entre sociedades "menos complexas" e metrópoles, indicando que o grau de diversidade nessas últimas é maior, e permite um exercício de antropologia urbana. Podemos dizer que o desenvolvimento de uma antropologia urbana no Brasil acompanhou, ao longo do século XX, a transformação de um país essencialmente rural em um país predominantemente urbano.

a) Resposta pessoal.

b) Resposta pessoal.

c) Esta questão permite várias respostas diferentes. Por exemplo, a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho provocou muitas mudanças no papel social feminino, com diferentes consequências para a organização familiar. O número de mulheres chefes de família (categoria utilizada pelo IBGE para identificar unidades familiares onde apenas a mãe é responsável pelo provimento da família) cresceu mais de 60% nos últimos dez anos, só para dar um exemplo. O êxodo rural, o adensamento das populações urbanas, o crescimento das cidades, tudo isso contribuiu para o aparecimento de novos papéis sociais ao longo do século XX.

4. Nessa atividade, é preciso chamar a atenção dos alunos para os povos da floresta que vivem do extrativismo, como castanheiros e seringueiros, demonstrando a diversidade de formas de vida na floresta Amazônica no Brasil. Além de indígenas e populações ribeirinhas (que tiram sustento dos grandes rios da região), os povos extrativistas vivem da extração de produtos da floresta e organizam suas vidas em torno dessas atividades.

Capítulo 5

1. a) No Capítulo 5 vimos que, segundo diversos autores, a divisão natureza/cultura é fundamental para a sociedade capitalista (ou ocidental). Autores como Descola, por exemplo, imaginam que outras formas de pensar o mundo também estão presentes, mas seriam periféricas. A cena de desenho de Walt Disney dá margem para pensar tanto que isso é verdade como o contrário. A imagem mostra vários animais (patos, ratos e um lobinho) vestidos como gente e com comportamentos humanos (carregando livros e indo para a escola). É evidente que aqui as fronteiras natureza/cultura estão borradas. Podemos dizer que isso acontece em esferas menos importantes da vida da sociedade capitalista (como as coisas relacionadas ao mundo infantil) e, portanto, afirmar que Descola tem razão. Ou podemos dizer que essas referências "animistas" (quando consideramos que animais, plantas e seres inanimados do ponto de vista científico também são dotados de uma alma semelhante à humana) são tão recorrentes (em desenhos animados, filmes, propagandas, etc.) que talvez essa divisão radical entre natureza e cultura não seja tão radical assim.

b) Ao mesmo tempo, a ciência pressupõe uma divisão radical entre humanos e animais, que podemos ver como uma extensão de uma divisão entre natureza e cultura: somos a parte "cultura" dessa equação. E se a Biologia não dá agência (capacidade de ação criativa) à natureza, por outro lado tende a explicar muitos comportamentos sociais humanos a partir da natureza (no caso, de nossos genes).

2. Viveiros de Castro explora nessa fala o contraste entre natureza e cultura presente na nossa sociedade, e como esse contraste é ambíguo, afinal os humanos são também animais. O pensamento indígena conclui o contrário, que no passado todos eram humanos, e de alguma forma continuam a ser, ainda que em corpos diferentes (o corpo da onça, o corpo humano, o corpo do urubu, etc.). Isso explica o perspectivismo amazônico. Por outro lado, Viveiros de Castro indica que o modo de pensamento amazônico impõe aos indígenas uma noção de relação intensa com o mundo: se tudo tem "alma", é preciso ter cuidado com tudo. Nossa forma de pensar, que ressalta a distinção entre natureza e cultura, acaba por nos distanciar daquilo que chamamos de natureza e permite todo tipo de destruição de um mundo que é considerado inferior. No fundo, o que Viveiros de Castro está dizendo é que as populações indígenas amazônicas pensam de uma forma que as impede de destruir seu mundo, algo que a sociedade capitalista vem fazendo sistematicamente e cada vez com mais rapidez e intensidade.

3. As propagandas citadas são claramente sexistas e machistas, resultando numa opressão de gênero: em uma vemos que a mulher precisaria ser "dominada", e não apenas "pacificada", em alusão às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que integram a política de segurança pública do governo do estado do Rio de Janeiro para as favelas em que o narcotráfico está presente; na outra vemos a estigmatização da mulher negra através da erotização de seu corpo. Essas infelizes escolhas dos publicitários revelam uma visão da mulher como objeto de conquista e de coisificação da mulher negra. Ao mesmo tempo, pensando em estereótipos de raça relacionados ao gênero, as propagandas sugerem uma mulher negra hipersexualizada e que não poderia ser dominada.

Aqui entramos em outra questão importante da discussão sobre os grandes divisores, como vimos no capítulo: a mulher é associada ao lado da natureza, e especialmente a mulher negra é vista aqui como selvagem e indomada na sua sexualidade. Todos esses elementos nos permitem dizer que essa propaganda é extremamente sexista. Além de procurar historicizar este tipo de sexismo muito comum no Brasil, o enunciado da atividade atenta à percepção de como questões relacionadas à dominação de gênero tendem a afetar mais as mulheres negras. O próprio mito da democracia racial esconderia os atos de violência sexual impostos às mulheres negras e indígenas em um período de escancarada hierarquia racial e de gênero. A exemplo do conteúdo das propagandas, muitas daquelas relações e formas de compreender o mundo parecem permanecer vivas no imaginário social. Um rápido levantamento em materiais publicitários brasileiros seria capaz de demonstrar a reduzida representação da mulher negra na propaganda de um modo geral. Assim, a sexualização da mulher negra e sua associação à repressão ao tráfico de drogas nas peças citadas reforçam simultaneamente estereótipos de gênero, étnico-raciais e de classe. Esses são apenas dois exemplos de como as relações de opressão ainda recaem sobre a formação da identidade feminina das mulheres negras.

4. Esta atividade pode ser útil para uma retomada de alguns temas estudados na Unidade e poderá se tornar mais interessante se feita em conjunto com toda a turma. É possível identificar na canção diversos momentos em que a questão da identidade se coloca. O autor em todo momento parece deixar clara sua origem social e sua identidade ligada a ela: negro, morador de favela e *rapper*. Ao mesmo tempo, contrapõe esta identidade a algumas outras, mas, sobretudo, à figura que se encontra em melhores condições econômicas: é o cientista social que visita o local interessado em pesquisa, o rico que procura o bairro pobre em busca de diversão, ou o político que não soluciona os problemas da favela ao "tapar o sol com a peneira", mas que teriam a doméstica negra servindo o seu lanche (cereal e morango). Na última estrofe encontramos ainda uma identidade brasileira comum às etnias que foram e são historicamente oprimidas e suas miscigenações. Esses versos podem nos remeter à discussão apresentada no Capítulo 4, quando comparamos Darcy Ribeiro e Roberto DaMatta em seus estudos sobre o povo brasileiro. Apesar de a citação remeter a uma identidade nacional miscigenada, podemos afirmar que a canção se aproximaria mais da visão de DaMatta, pois, além da própria exclusão do branco no verso final, as demais estrofes exploram o abismo social entre as classes. Como vimos, no Brasil, a divisão de classes se confunde com a questão racial por causa da herança colonial escravagista, o que nos leva à retomada da discussão apresentada também no Capítulo 4, sobre a Escola Paulista de Sociologia. Outro momento interessante da canção é quando o *rapper* procura relativizar o conhecimento e valores da elite ao comparar conhecidos mestres da pintura com ícones do *rap* nacional e a Medicina com o saber tradicional da benzedeira. Se costumeiramente para as elites brasileiras *rap* não é visto como arte, o cantor procura passar o impacto emocionante que esses músicos são capazes de causar nos bairros da periferia (Campão é apelido do bairro Campo Limpo, localizado na periferia da Zona Sul de São Paulo), bem como o saber da benzedeira, que é visto como crença e por vezes inadequado pela elite, mas que na periferia por vezes se apresenta como tratamento e cura possíveis, exercendo papel onde o acesso à medicina é precário. Pode-se associar essas contraposições de saberes e valores ao que estudamos no Capítulo 5, com Roy Wagner e a antropologia reversa, e com Bruno Latour e a antropologia simétrica. Afinal, por que seria somente arte aquela produzida pelos artistas da elite? Ou somente o saber de cura produzido nas universidades é que teria validade?

Questões do Enem e de vestibulares

1. A

2. A

3. A

4. 20 (04 + 16)

5. 14 (02 + 04 + 08)

6. E

7. 30 (02 + 04 + 08 + 16)

8. 22 (02 + 04 + 16)

9. C

10. A

11. 21 (01 + 04 + 16)

12. B

TEXTOS COMPLEMENTARES

Além das sugestões adicionais de leitura indicadas ao longo das orientações pedagógicas e dos textos de apoio à prática pedagógica presentes na parte final deste Manual, indicamos a leitura de textos complementares que ampliam a abordagem de temas significativos tratados na unidade.

O patrimônio da diferença

Há um grande divisor de águas na maneira de se perceberem os índios. Até muito recentemente – e ainda existem resquícios felizmente cada vez mais isolados dessa visão – entendia-se que os índios estavam aí como resquício do passado e destinados a desaparecer física e culturalmente.

A partir sobretudo do final da década de 1980, percebeu-se que os índios estavam aqui para ficar, e que faziam parte do futuro do Brasil.

As variações sobre esses temas são muitas: na colônia, procurava-se evangelizar os índios, escravizá-los ou pelo menos transformá-los em trabalhadores braçais, em suma incorporá-los por baixo à sociedade colonial. Mor-

reram nos aldeamentos aos milhares, em poucos anos, de causas então desconhecidas.

Uma explicação teórica a essa mortandade chegou no final do século 18: biologicamente, afirmou-se com De Pauw, o Novo Mundo era um local de senescência precoce, em que não havia grandes mamíferos como na África e onde a civilização não podia prosperar porque a humanidade era acometida de prematura velhice antes de poder atingir a plena maturidade.

O desaparecimento dos índios se tornava assim, pela primeira vez, um destino biológico. Quase um século mais tarde, o darwinismo social explicava pela seleção natural o declínio populacional dos índios sem aparentemente atentar para as guerras movidas nesse período aos índios em todas as Américas para controle das terras.

Outra vertente de programas de desaparecimento biológico dos índios eram as políticas de miscigenação, das quais a mais famosa foi a do marquês de Pombal em 1755, mas que José Bonifácio endossou na tentativa de criar uma nação homogênea correspondendo ao novo Estado do Brasil.

O século XIX agregou a noção de civilização à de catequização e em larga parte a substituiu. O "progresso" – para o qual os índios estavam "atrasados" – sucedeu à "civilização", da República até o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois do "progresso", veio o "desenvolvimento". Em muitos sentidos, catequização, civilização, progresso e desenvolvimento são avatares uns dos outros na medida em que preconizam mudança cultural. Mas há diferenças significativas.

Etapas da cobiça

O historiador José Oscar Beozzo distingue com razão dois grandes períodos da política indigenista no Brasil: até cerca de 1850, os índios eram sobretudo cobiçados como mão de obra; a partir de 1850, cobiçavam-se sobretudo as terras deles.

"Desinfestar os sertões" do país dos seus índios passou a ser entendido como condição de progresso. Aldeá-los fora de seus territórios tradicionais era um modo de dar acesso às terras deles. O mapa das terras indígenas no Brasil de hoje é o mapa das terras que até recentemente não interessavam a ninguém.

Foi com a cobiça de suas terras que os índios passaram a ser considerados como entraves, empecilhos ao desenvolvimento. Agora um programa de assimilação passava a ser estratégico para tentar descaracterizar legalmente os índios enquanto sujeitos de direitos territoriais, reconhecidos pelo menos desde 1680 e inscritos em todas as Constituições brasileiras desde a de 1934.

As tentativas de "emancipação" dos índios das décadas de 1970 e 1980 repetiram estratégias do último quartel do século 19 que dissolviam aldeamentos a pretexto de que os índios estivessem misturados com o resto da população. "Desenvolvimento" foi o mantra do pós-guerra e em nome dele fez-se por exemplo a Revolução Verde [que disseminou novas técnicas agrícolas].

Outra ideia mestra, provocada pelos horrores do racismo nazista, foi a do direito à igualdade, inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, de 1948, e também na Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1957, essa respondendo ao racismo do apartheid. *O direito à igualdade, essencial sem dúvida, de certa forma obnubilou outro direito fundamental, o direito à diferença.*

Sartre já dizia que a forma de racismo liberal era aceitar a igualdade dos homens desde que despidos de qualquer especificidade cultural.

A grande inovação do final dos anos 1980 e que ganhou corpo nos anos 1990 foi o reconhecimento desse direito à diferença. A grande introdutora desse direito no âmbito internacional foi a Convenção 169 da OIT, adotada em 1989, que revisava em grande parte a convenção de cunho assimilacionista de 1957.

Uniformidade nacional

No domínio da diferença, a questão da língua sempre foi sensível: é provavelmente o traço mais reconhecível de todo grupo étnico. Há pouco tempo ainda se proibia falar ou publicar em catalão na Espanha, com a consequência – curiosa, aliás – de que há toda uma geração catalã que não sabe escrever sua língua porque apenas a falava em casa, clandestinamente.

A ideia de que cada país deva falar uma única língua faz parte de uma concepção de Estado do século XVIII, assente em uma única comunidade homogênea em todos os seus aspectos: religiosos, linguísticos, culturais em geral. Ora, países como esses são a exceção, e não a regra.

Mas, durante pelo menos dois séculos, tentou-se no Ocidente dar realidade a essa utopia. No Brasil não foi diferente. Em 1755, o marquês de Pombal exigiu o uso do português e proibiu o do nheengatu, um tupi gramaticalizado pelos jesuítas e introduzido pelos missionários na Amazônia.

Nos últimos 20 anos, a situação mudou consideravelmente: na Constituição de 1988 se assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas no ensino fundamental e agora abundam cartilhas em línguas indígenas. Há alguns anos, o município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, reconheceu quatro línguas oficiais, das quais três são indígenas. E, agora, o IBGE anuncia que incluirá as línguas indígenas nas perguntas do próximo Censo.

Todas essas iniciativas marcam uma distância clara da ideologia assimilacionista de algumas décadas atrás. A diferença linguística – e o Brasil tem pelo menos 190 línguas indígenas – passou a ser vista como patrimônio. Dessas 190 línguas e dialetos, a grande maioria é falada por menos de 400 pessoas. Ora, a estrutura e a gramática das línguas encerram toda uma visão de mundo: Benveniste mostrou, por exemplo, que as categorias da filosofia de Aristóteles eram as próprias categorias gramaticais do grego. Calculem os riscos que corremos.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. O patrimônio da diferença. *Folha de S.Paulo*, 12 jul. 2009. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1207200913.htm>. Acesso em: 12 maio 2016.

O movimento LGBT e a luta pelo reconhecimento da família homoparental

A legitimação de um discurso abre espaço para reivindicação de interesses.

A discussão sobre a homoparentalidade – designação de família composta por homossexuais com filho(s) que representa(m) um novo paradigma de família pós-tradicional que desvincula a ideia de reprodução de filiação num contexto de socioafetividade – não inaugura uma realidade social, somente permite visibilidade ao fato de que os homossexuais podem exercer a função parental na estrutura familiar. E tal condição a inclui na pauta de conquista de direitos, convergindo para a ampliação da concepção de entidade familiar que passa a ser funcionalizada e plural. O reconhecimento das demandas LGBT tem como refletir a politização do privado na formulação de uma agenda política que propicie políticas públicas voltadas para os direitos/interesses desta minoria. Na situação hodierna, bem veiculada pela mídia, a presença e atuação das organizações LGBT ganham destaque e amplitude, pois as transformações das representações e atitudes em relação à homossexualidade registram a emergência do movimento LGBT na esfera pública. Neste sentido, a homoparentalidade atesta o grau e profundidade de mudanças que a sociedade contemporânea está vivendo. Assim sendo, entende-se que a democratização das relações LGBT expressa um índice de qualidade de cidadania.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos de. O movimento LGBT e a luta pelo reconhecimento da família homoparental. *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES*, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1483/1221>. Acesso em: 18 jan. 2016.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Nesta seção, oferecemos atividades adicionais que poderão ser apresentadas aos alunos e trabalhadas em sala de aula.

1. **Observe a charge a seguir.**

© 2006 Darrin Bell/Acervo do artista

Charge de Darrin Bell.

A charge acima ilustra várias questões discutidas na Unidade 1, relativas aos padrões familiares e principalmente ao preconceito e ao racismo. No quadrinho à esquerda, de 1960, vemos a atitude de um ativista contrário ao relacionamento amoroso entre casais de "raças" diferentes; no quadrinho da direita, de 2000, um ativista afrodescendente diz a mesma coisa, só que contra o casamento homoafetivo. A charge indica a semelhança entre a discriminação contra casamentos que eram (e ainda são) vistos como "não naturais". Com base no que vimos na unidade, procure lembrar de situações semelhantes à mostrada no cartum, em que pessoas foram discriminadas por condutas supostamente "não naturais". Anote suas observações e depois apresente-as aos colegas e ao professor.

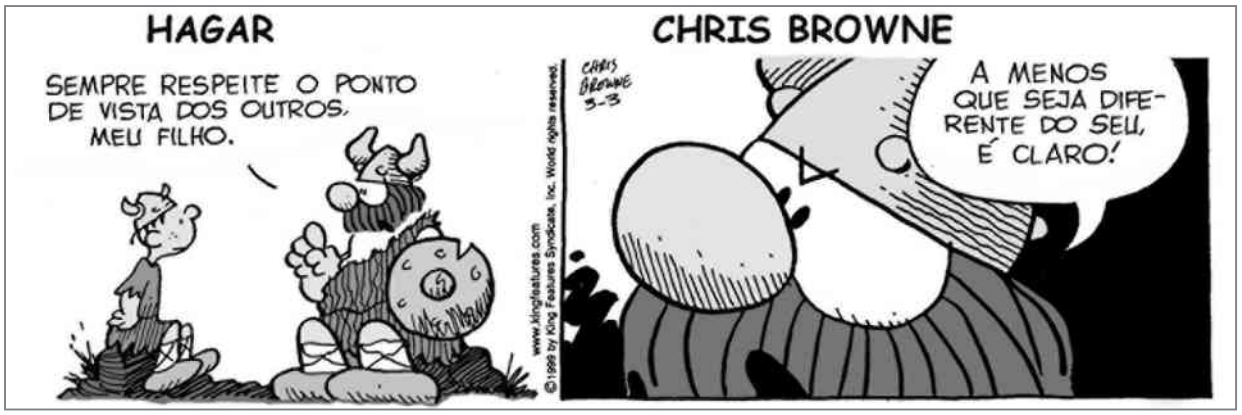
Sugestão de resposta: Essa atividade propõe que o aluno reconheça nos quadrinhos um processo de discriminação e relacione-o com situações semelhantes em seu cotidiano. O objetivo aqui é que o aluno dirija um olhar crítico para sua experiência pessoal e faça um relato dela para compartilhar com os colegas, a fim de promover uma reflexão sobre as várias formas de preconceito a que as pessoas estão sujeitas. O ideal é que a atividade seja feita em grupo, a fim de que os casos relatados sejam mais produtivamente relacionados ao conteúdo da unidade.

Uma atividade complementar para discutir essa questão seria assistir ao filme *Febre da selva* (1991), de Spike Lee, que trata de casamentos inter-raciais, e relacioná-lo com os relatos desenvolvidos no exercício.

Para promover uma discussão mais próxima do aluno, uma boa sugestão é o documentário *A negação do Brasil* (2000), de Joel Zito Araújo. Embora não trate especificamente de casamentos inter-raciais, o filme discute o racismo com base na imagem do negro na televisão, o que favorece muitas discussões em sala de aula. O autor do filme lançou também um livro (São Paulo: Senac, 2000) com o mesmo título.

Adrian Cooper/Cleumo Segond

2. Observe a tira a seguir.



Chris Browne © 2013 King Features Syndicate/Ipress

Essa tirinha do Hagar expõe um dilema central para o entendimento da Unidade 1. Defina qual é esse dilema e escreva um texto comentando essa questão. Ao produzir seu texto, procure relacionar essa questão com o seu cotidiano, seja com exemplos semelhantes, seja com relatos de experiências relativas a esse dilema.

Sugestão de resposta: O dilema central exposto na tira de Hagar é o do etnocentrismo. Hagar recomenda a seu filho que respeite o ponto de vista dos outros. Entretanto, no segundo quadrinho, Hagar diz a seu filho para limitar essa tolerância apenas aos pontos de vista que não sejam diferentes dos dele. Ou seja, a tirinha acaba por renunciar ao relativismo quando condiciona a tolerância aos pontos de vista semelhantes aos seus. Ao longo da Unidade 1 vimos que etnocentrismo e relativismo são dois lados da mesma moeda. Ao escrever seu texto, o aluno tem oportunidade de observar que em vários momentos seus pontos de vista podem ser objeto de uma sanção etnocêntrica: por ser jovem, por ser mulher, por ser negro, descendente de imigrantes, homossexual, ou várias outras possibilidades. O esperado aqui é que o aluno relacione, de alguma forma, esse dilema com sua experiência de vida, a fim de avançar numa reflexão crítica sobre o etnocentrismo.

Uma atividade complementar para discutir essa questão seria assistir ao filme *Bicho de sete cabeças* (2000), de Laís Bodanzky, sobre um jovem que é internado por seus pais numa instituição para pessoas com transtornos psiquiátricos graves. O filme nos permite pensar sobre os limites da aceitação do "ponto de vista do outro", pois o jovem tem o seu próprio ponto de vista atropelado pelas perspectivas de outras pessoas, supostamente "normais". Os limites do etnocentrismo podem ser discutidos a partir desse trabalho. O conto "O alienista", de Machado de Assis, trata do mesmo tema e pode complementar a discussão.

3. Considere a seguir um poema da goiana Cora Coralina (1889-1985).

Todas as vidas

Vive dentro de mim
uma cabocla velha de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...

Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho,
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.

Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária. Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.

Vive dentro de mim
a mulher roceira.
– Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.

Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.

Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida –
a vida mera das obscuras.

CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. Rio de Janeiro: Global, 2006.

O poema explora o ponto de vista de atividades femininas ligadas ao campo, mas também fala do trabalho proletário, da prostituição, etc. Com base nas referências do texto de Cora Coralina, faça uma pesquisa sobre a situação da mulher no campo brasileiro, seja no grande agronegócio, seja na agricultura familiar ou em outras situações. Procure relacionar sua pesquisa ao que você aprendeu na Unidade 1 sobre família, parentesco, naturalização das atividades femininas, preconceito e discriminação.

Sugestão de resposta: Essa atividade é uma forma de fazer os alunos refletirem sobre as relações entre os gêneros, tendo como ponto de partida a questão do trabalho feminino no campo, marcado pela radicalização da exploração da mão de obra feminina tanto fora como dentro de casa. Para auxiliar os alunos nesse trabalho seria interessante consultar o *site* <http://mulheresdocampo.blogspot.com.br/>, que apresenta programas para mudar a situação da mulher no campo. O documento produzido pela Secretaria de Políticas para Mulheres <www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/campo-e-floresta> também oferece dados importantes sobre o tema.

Para complementar essa atividade, a obra a seguir pode ser muito útil.

- *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*, de Christiane Senhorinha Soares Campos. Expressão Popular.

  Um estudo detalhado e rigoroso que permite entender os múltiplos fatores que agem sobre os processos de produção, reprodução e perpetuação da pobreza na América do Sul. A pesquisa foca em uma das formas mais importantes da expansão do capitalismo e destruição do meio ambiente: os "agronegócios" da soja transgênica. A autora mostra como tais processos afetam sobretudo as mulheres, e são legitimados por um discurso ideológico que os naturaliza.

  Outro texto interessante sobre o tema é "Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio", de Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Constante Martins (disponível em: <www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr91-106.pdf>; acesso em: 13 maio 2016). Por fim, reproduzimos aqui um texto publicado na página do Observatório da Igualdade de Gênero:

Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social

Cresce a percepção da necessidade de preservação do meio ambiente, de modo que não comprometa os recursos naturais e a manutenção da vida das próximas gerações. A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as mulheres ratificou a importância de políticas e ações que venham a promover as mudanças necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável, à proteção e à justiça ambiental no país, com ampla participação das mulheres do campo, da floresta e das cidades.

O que se defende como desenvolvimento sustentável supõe mudanças fundamentais nos padrões de desenvolvimento ainda vigentes no país, estabelecendo como um de seus princípios norteadores a promoção da igualdade nas suas diferentes dimensões. A igualdade de gênero, portanto, constitui uma exigência básica para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário. A valorização do trabalho reprodutivo e a liberação das mulheres da obrigatoriedade de seus afazeres domésticos constituem fatores decisivos para a conquista de sua autonomia, principalmente econômica. Assim, são fundamentais para a promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável.

Entendemos que o desenvolvimento do país não pode prescindir da contribuição das mulheres, que representam a maioria da população. Mais do que isso, um novo paradigma de desenvolvimento – que incorpore a sustentabilidade da vida humana – não poderia abrigar as desigualdades entre os sexos, raças, etnias, entre outros exemplos, pois as desigualdades são, por definição, desintegradoras, excludentes, pelas assimetrias de poder geradas e cristalizadas por meio da "naturalização" dos valores e práticas que lhes dão suporte.

As mulheres do campo e da floresta têm um papel particularmente importante para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista sua importante participação no processo produtivo no meio rural. Sua contribuição, contudo, é frequentemente invisibilizada. Nesse sentido, a atuação do Estado no sentido de apoio à organização produtiva e capacitação das mulheres do campo e da floresta é fundamental.

A segurança alimentar é uma importante dimensão do desenvolvimento sustentável. As organizações produtivas de mulheres do campo e da floresta são protagonistas da produção de alimentos de qualidade e devem ter espaços adequados de interlocução com as instâncias governamentais responsáveis pela temática.

As mulheres do campo e das florestas precisam ser pensadas não apenas em suas especificidades no que diz respeito ao ofício que desenvolvem e ao espaço que ocupam, mas também na pluralidade de suas identidades. É necessário garantir os direitos das comunidades tradicionais, como as populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas, além de valorizar suas práticas e sua cultura.

As diferenças entre o meio urbano e o meio rural também são percebidas de formas diferentes pelas habitantes destes locais. As deficiências da infraestrutura social são sentidas de forma ainda mais intensa pelas mulheres do campo e da floresta, pois muitas vezes os espaços que habitam não possuem iluminação e meios de locomoção para realizar o trânsito entre estes locais. O acesso a direitos como água e habitação também podem ser dificuldades encontradas por essas mulheres, visto que muitas destas políticas não chegam a lugares mais distantes do país.

O Estado tem um importante papel no que diz respeito a mulheres e desenvolvimento sustentável. É necessário que exista o reconhecimento da contribuição das mulheres nas unidades produtivas do meio rural, no que tange a agricultura familiar e a valorização dos saberes tradicionais que as mesmas possuem, assim como realizar o incentivo de práticas como a agroecologia, que visam o empoderamento feminino e também a preservação do meio ambiente.

As políticas públicas precisam considerar as especificidades das mulheres do campo e da floresta, visando a garantia de seus direitos. O Estado precisa agir visando o incentivo para a autonomia feminina nas questões relacionadas ao campo, como políticas de acesso à terra, políticas de crédito e demais políticas voltadas para a produção, tendo como alvo privilegiado as mulheres do campo e das florestas, para que as desigualdades de gênero possam ser reduzidas.

OBSERVATÓRIO DA IGUALDADE DE GÊNERO. Disponível em: <www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/pobreza>. Acesso em: 13 maio 2015.

4. Ao longo da Unidade 1, discutimos as relações entre cultura popular e cultura e a importância da cultura popular para os estudos antropológicos no Brasil. Agora é hora de produzir informações sobre a cultura popular da sua região.

Proponha aos alunos uma pesquisa sobre manifestações da cultura popular (festas, danças, comidas, etc.) presentes na localidade onde fica a escola. A pesquisa pode ser completada por uma pequena exposição reunindo fotos, depoimentos, gravações de sons e relatos sobre a forma de expressão escolhida. A intenção é mobilizar os alunos a descobrir na própria experiência as riquezas da expressão cultural local e colocá-las em contraponto com o que foi visto na Unidade 1.

5. Considere o seguinte trecho de um texto de Roberto DaMatta:

[...] *quando um antropólogo social fala em "cultura", ele usa a palavra como um conceito-chave para a interpretação da vida social. Porque, para nós, "cultura" não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de "civilização", mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes desse código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas se transformam num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. Podem, assim, desenvolver relações entre si porque a cultura lhes forneceu normas que dizem respeito aos modelos mais (ou menos) apropriados de comportamento diante de certas situações. Por outro lado, a cultura não é um código que se escolhe simplesmente. É algo que está dentro e fora de cada um de nós, como as regras de um jogo de futebol, que permitem o entendimento do jogo e, também, a ação de cada jogador, juiz, bandeirinha e torcida. Quer dizer, as regras que formam a cultura (ou a cultura como regra) são algo*

que permite relacionar indivíduos entre si e o próprio grupo social com o ambiente onde vive.

DAMATTA, Roberto. *Explorações:* ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 123-124.

O texto lido revela uma concepção de cultura que tem relação com o que lemos no Capítulo 2. Explique por que, pensando principalmente na metáfora do jogo de futebol. Reflita também sobre como o esporte pode ser pensado a partir de uma perspectiva cultural e em que medida ele pode "dizer algo" sobre a sociedade que o produz.

Sugestão de resposta: O conceito de cultura exposto por DaMatta remete ao desenvolvimento desse conceito na Antropologia estadunidense do final do século XX, quando a questão do código e do "receituário" foram muito relevantes. A cultura aparece como um conjunto de instruções para ação e, na concepção de DaMatta, também para as relações entre os indivíduos. A metáfora do jogo de futebol sugere que podemos ver a cultura como um conjunto de regras que todos conhecem, sem que isso implique uma ideia estática de cultura. Afinal, como nos jogos de futebol, ainda que com as mesmas regras, os resultados são sempre imprevisíveis. Por outro lado, o futebol (como outros esportes) pode ser objeto de uma reflexão antropológica ou sociológica, ressaltando como determinadas preferências, estilos e especificidades podem dizer algo sobre a cultura. No Brasil, por exemplo, foi comum relacionar os processos de mestiçagem ao nosso estilo de jogar futebol; ou seja, a cultura brasileira pode ser vista em ação, por exemplo, na forma como jogamos futebol.

6. Leia a seguir um trecho do livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. [...]

Para aqueles teóricos que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. [...]

Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Este livro acrescenta uma nova dimensão a esse argumento: a afirmação de que naquilo que é descrito, algumas vezes, como nosso mundo pós-moderno, nós somos também "pós" relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade – algo que, desde o Iluminismo, se supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

Elabore uma reflexão sobre o que o autor apresenta como uma fragmentação das identidades, com base na leitura do Capítulo 3. Procure relacionar essa reflexão sobre a identidade com as transformações do mundo no final do século XX, a partir de seus conhecimentos de História e Geografia.

Sugestão de resposta: O texto de Hall expõe um contraste entre antigas identidades "estáveis" e novas identidades "fragmentadas". O autor pressupõe que fenômenos que pensaríamos a partir de uma ideia de estabilidade e equilíbrio (como identidades nacionais, por exemplo) vêm sendo colocados em risco pelas mudanças do mundo atual. Essas mudanças vão desde as novas formas de produção aos avanços na comunicação (como a internet), formas globalizadas de cultura (como a universalização de valores em filmes estadunidenses). Tais mudanças abrem espaço para identidades complexas, que desafiam a estabilidade das velhas identificações. Hall acentua o fato de que mais do que herdar determinadas identificações com grupos, os indivíduos têm escolhido as próprias identidades a partir de suas experiências de vida.

Um texto interessante para sua reflexão, relacionando as ideias de Hall à realidade indígena brasileira e à obra literária do escritor Daniel Munduruku é "As identidades indígenas na escrita de Daniel Munduruku", de Waniamara J. Santos (disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/direitos-humanos/declaracoes-convencoes-a-tratatos-internacionais/18183-as-identidades-indigenas-na-escrita-de-daniel-munduruku>, acesso em: 13 maio 2016).

ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

Introdução

A afirmação de que "todos vivemos em sociedade" pode soar estranha em um primeiro momento. Você pode estar se perguntando, por exemplo, se um ser humano adulto que vive sozinho no alto de uma montanha ou uma criança supostamente criada por animais fazem parte de alguma sociedade. Leia o trecho a seguir, extraído do livro *Discurso sobre a origem e os fundamen-*

***tos da desigualdade entre os homens*, escrito em 1754 pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778):**

Há diversos exemplos de homens quadrúpedes, e eu poderia citar, entre outros, o da criança que foi encontrada em 1344, perto de Hesse, onde havia sido nutrida por lobos [...]. *Adquirira de tal modo o hábito de andar como esses animais que foi preciso lhe amarrarem peças de maneira que a forçassem a se manter de pé e equilibrando-se nos dois pés"*

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 286. (Os pensadores).

Reprodução/Pinacoteca Capitolina, Roma, Itália.

***Rômulo e Remo* (1615-1616), óleo sobre tela de Peter Paul Rubens.**

- **Além do caso relatado por Rousseau, a literatura (Mogli; Tarzan) e a mitologia (Rômulo e Remo) também apresentam crianças que foram, por algum período, privadas de socialização.**

  Faça uma pesquisa bibliográfica e iconográfica a respeito dos casos mencionados e, se desejar, de outras situações e narrativas semelhantes. Então, analise cada uma dessas diferentes narrativas e elabore uma reflexão a respeito de características humanas que aparentemente são naturais (a língua que falamos; o andar sobre as duas pernas; o modo como nos alimentamos), mas que apenas são possíveis na vida em sociedade. Considere, também, que isolamento social não significa isolamento da sociedade.

  Resposta pessoal. Os estudantes podem sistematizar e registrar essa reflexão na forma de um texto dissertativo ou fazer uma breve exposição oral para a turma. O resultado poderá variar bastante, mas espera-se que o estudante consiga apontar as especificidades decorrentes da socialização na formação do indivíduo.

  Caso considere interessante aprofundar a análise da pesquisa iconográfica realizada, convide o professor de Arte a desenvolver a atividade conjuntamente. A ideia é buscar compreender de que maneira os indivíduos privados do processo de socialização foram representados ao longo da História. Com o professor de Filosofia, pode-se realizar uma pesquisa mais aprofundada a respeito da influência de Rousseau nas teorias sobre a constituição da sociedade.

  Uma atividade interessante, caso haja condições adequadas em sua escola, é exibir o filme *O enigma de Kaspar Hauser* (Alemanha, 1974), dirigido por Werner Herzog. Na história, um jovem criado em isolamento da sociedade é encontrado em uma cidade alemã. Pouco a pouco, ele aprende diferentes atividades manuais e de linguagem, mas sua dificuldade com as convenções sociais persiste, bem como a compreensão de alguns encadeamentos de raciocínio. Esse caso serviu de base para importantes estudos a respeito da aquisição da linguagem e dos efeitos da socialização.

Capítulo 1

Leia este texto sobre os índices de alfabetização indígena no Brasil, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em seguida, faça o que se pede:

[...] *Entre 2000 e 2010, a taxa de alfabetização dos indígenas com 15 anos ou mais de idade (em português e/ou no idioma indígena) passou de 73,9% para 76,7%, aumento semelhante ao dos não indígenas (de 87,1% para 90,4%).* [...] *Já nas terras indígenas, 67,7% dos indígenas de 15 anos ou mais de idade eram alfabetizados. Para os indígenas residentes fora das terras, a taxa de alfabetização foi de 85,5%.*

PORTAL Brasil. *Brasil tem quase 900 mil índios de 305 etnias e 274 idiomas*. Disponível em: <www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomas>. Acesso em: 18 mar. 2016.

1. **Construa um gráfico de linhas com os índices divulgados pelo IBGE sobre a alfabetização indígena e não indígena no Brasil, comparando os anos 2000 e 2010.**

2. **Construa um gráfico de barras para comparar o índice de alfabetização indígena dentro e fora das terras indígenas em 2010.**

   1. e 2. Oriente os estudantes a primeiro separar os dados em categorias e então construir os gráficos, observando a proporção das distâncias. Se julgar necessário, convide o professor de Geografia para auxiliar na orientação.

3. **Se possível, assista ao vídeo *Índios no Brasil. 2. Nossas línguas* (disponível em: <www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?c=84>, acesso em: 18 mar. 2016). Então, debata com seus colegas sobre a interação entre sociedades indígenas e não indígenas na perspectiva de Marshall Sahlins.**

   O vídeo apresenta índigenas de várias partes do Brasil falando do uso dos idiomas de seus povos na atualidade, do intercâmbio linguístico com povos indígenas próximos e do histórico do contato com a língua portuguesa desde o tempo dos primeiros contatos de

seus povos com os portugueses ou seus descendentes. Vários pontos desse material diversificado podem ser explorados com base na perspectiva de Sahlins sobre o contato entre povos. Se preferir, proponha essa parte da atividade durante a exploração do Capítulo 2, no qual os estudantes retornarão ao tema.

Capítulo 2

A palavra *cultura* é usada na sociedade de diferentes formas. A forma mais presente no cotidiano refere-se a um conjunto de produtos e conhecimentos que pode ser adquirido por meio do acesso à educação formal, a livros, viagens, filmes, peças teatrais, músicas, obras de artes plásticas, etc. Nesse uso da palavra *cultura*, ela pode ser medida e/ou valorada.

Veja esta tirinha do cartunista Quino (1932-):

© Joaquín Salvador Lavado (Quino)/Acervo do cartunista

1. **Você afirmaria que "todos nós temos cultura"? Por quê?**

   Resposta pessoal. Verifique, por meio das respostas, qual concepção de cultura cada estudante está adotando para propor um debate posterior.

2. **Com base na tirinha, debata com os colegas: em que medida o uso da palavra *cultura* na fala de Mafalda se relaciona com a concepção de cultura evolucionista?**

   Mafalda usa a palavra *cultura* no sentido de cultivo do intelecto, uma concepção que já foi muito empregada na Filosofia em séculos anteriores e que ainda hoje é corrente no senso comum. Segundo ela, cultura é algo cumulativo, que se soma ao indivíduo conforme este se dedica a determinadas atividades. Nesse ponto, há semelhança com a tradição evolucionista, pois esta acredita no progresso do conhecimento e hierarquiza as pessoas e povos conforme determinados parâmetros de cultura. O senso comum, inspirado pela tradição evolucionista, considera sem cultura as pessoas que têm limitado contato ou domínio de determinados tipos de conhecimento.

3. **Escreva um texto analisando a fala de Mafalda, tendo como referência o conceito de cultura de Franz Boas.**

   Resposta pessoal. No entanto, é importante verificar se os estudantes compreenderam o conceito de cultura em Franz Boas, mostrando que ele diverge do de Mafalda porque não acredita em uma evolução, e sim na possibilidade da pluralidade de culturas.

4. **Construa um novo quadrinho para explicar a Mafalda o conceito de cultura de Franz Boas.**

   Resposta pessoal.

Capítulo 3

Observe as imagens e legendas abaixo.

Epitácio Pessoa/Agência Estado

Feira da praça Kantuta, organizada pela comunidade boliviana, em São Paulo (SP), em 2011. Na feira, vendem-se comidas, itens de artesanato e outros produtos bolivianos.

Cris Fraga/Fox Press/Agência Estado

Ato de trabalhadores bolivianos contra o trabalho escravo em São Paulo (SP), em 2014.

- **Com base nelas, escreva um texto relacionando as informações contidas nas fotografias e o conceito de etnicidade.**

  Resposta pessoal. Procure reproduzir estas e outras imagens em sala para que os estudantes possam ter um bom material para reflexão. A migração boliviana para o Brasil é uma das mais significativas atualmente: há comunidades bolivianas principalmente na região da fronteira e na cidade de São Paulo (SP). Muitos bolivianos trabalham em oficinas de confecção sem registro e em condições insalubres e degradantes, o que, entre outras coisas, reforçou a estigmatização deles no país. Aqui, pode ser interessante trabalhar conjuntamente com o professor de Geografia, explorando os fluxos migratórios contemporâneos e o mercado de trabalho informal no Brasil na atualidade. As fotografias mostram dois momentos em que a ideia de etnicidade é fortemente mobilizada. A Feira da Kantuta é um espaço majoritariamente frequentado por bolivianos; os feirantes em geral comercializam produtos e alimentos de origem boliviana, e os artistas fazem apresentações relacionadas com a cultura boliviana. Já a segunda imagem mostra uma manifestação política contra o trabalho em condições análogas à escravidão. Nesse caso, a etnicidade é um importante elemento de mobilização por direitos.

Capítulo 4

Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi uma escritora negra brasileira que trabalhava como catadora de papel. Leia um trecho de seu livro *Quarto de despejo*, que é um diário da escritora. Em seguida, leia um trecho extraído da Lei n. 10.639/2003, que inclui no currículo da rede pública de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira:

[...] *21 de julho ... Fui catar papel. Estava horrorizada com a cena que o Alexandre representou de madrugada. Catei muitos ferros e pouco papel. Quando eu estava perto da banca de jornal tropecei e caí. Devido eu estar muito suja, um homem gritou:*

— É fome!

E me deram esmola. Mas eu caí porque estava com sono [...].

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 88.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput *deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.*

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar [...]

BRASIL. Lei n. 10.639. Brasília, 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.

1. **Escreva um texto relacionando os dois trechos e seus conhecimentos sobre Carolina Maria de Jesus com as relações raciais em nossa sociedade.**

   Resposta pessoal. Espera-se que o estudante reflita sobre as condições de opressão, discriminação e silenciamento a que a população e a cultura negras foram historicamente relegadas e sobre as recentes iniciativas de alterar esse quadro.

2. **Carolina Maria de Jesus descreve uma interpretação equivocada sobre a sua queda. Que equívoco é esse e por que ele aconteceu?**

   Carolina era catadora de papel e muito pobre. Ao tropeçar e cair, um homem achou que ela passava fome e lhe deu uma esmola, acreditando que se tratasse de uma moradora de rua. Essa atitude é reveladora da exclusão social e da estigmatização a que boa parte da população afrodescendente brasileira está sujeita.

3. **Escreva um pequeno texto articulando os textos e a forma como Gilberto Freyre interpretou as relações raciais no Brasil.**

   Resposta pessoal. Os estudantes poderão fazer variadas interpretações a respeito da relação entre os textos e a posição de Gilberto Freyre a respeito das relações raciais no Brasil, tanto de distanciamento (apontando, por exemplo, a persistência do racismo e da discriminação) quanto de aproximação (por exemplo, na busca por valorizar a cultura afro-brasileira). Sugerimos, ainda, uma possibilidade de atividade complementar coletiva para os alunos:

   a) Faça uma pesquisa em bibliotecas e em *sites* sobre a cultura negra brasileira. Se for possível, visite um museu, centro cultural ou roteiro urbano que privilegie a cultura africana e afro-brasileira. Algumas referências:
      - Museu Afro Brasil, em São Paulo (SP).
      - Museu Afro-Brasileiro, em Salvador (BA).
      - Museu da Abolição, em Recife (PE).
      - Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, no Rio de Janeiro (RJ).
      - Museu de Percurso do Negro, em Porto Alegre (RS).
      - Cafuá das Mercês, em São Luís (MA).
      - Museu Nacional da Memória Afrodescendente, em Brasília (DF) (até o início de 2016, ainda em construção).

   b) Debata com os colegas sobre a importância da Lei n. 10.639 em nossa sociedade e façam uma avaliação sobre a implantação dela em sua escola.

   c) Em grupo, construam cartazes para apresentar a toda a comunidade escolar trabalhos de artistas negros, como os dos escritores Carolina Maria de Jesus e Machado de Assis, dos irmãos pintores Arthur e João Timótheo da Costa, da cantora Elza Soares, entre outros que aparecerem em suas pesquisas.

Capítulo 5

A indiana Gayatri Chakravorty Spivak (1942-) é uma referência para os chamados estudos pós-coloniais. Um de seus textos mais importantes se chama *Pode o subalterno falar*?. Nele, Spivak explicita uma das principais críticas elaboradas por essa corrente de estudos: a insuficiência na produção teórica ocidental para analisar processos sociais em locais não ocidentais.

Leia um trecho do livro de Spivak:

[...] *Também estou longe de ser avessa ao aprendizado a partir do trabalho de teóricos ocidentais, embora eu tenha insistido em marcar sua posicionalidade como sujeitos investigadores* [...].

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010. p. 90.

1. **Para entender melhor a crítica dos estudos pós-coloniais, faça uma pesquisa em livros e *sites* sobre a localização geográfica da Índia e sobre o processo de colonização sofrido por esse país.**

   Atividade que pode ser planejada em conjunto com os professores de Geografia e História. É importante que o estudante procure compreender as consequências materiais e simbólicas da colonização inglesa na Índia, que visava à exploração agrária e extrativista daquela nação.

2. **Escreva um texto para explicar o que você entendeu sobre a concepção de cultura dos antropólogos pós-modernistas e pós-coloniais. Utilize, na elaboração do texto, sua pesquisa sobre a localização e a história da Índia e o que compreendeu do trecho citado acima.**

   Resposta pessoal. Espera-se que o estudante perceba a crítica de Spivak ao lugar de fala dos cientistas sociais ocidentais (europeus e estadunidenses), embora ela reconheça a importância das contribuições deles.

UNIDADE 2 | SOCIEDADE

A *Unidade 2* | *Sociedade* trata de temas centrais para a Sociologia e para as sociedades contemporâneas. Antes de tudo, ela apresenta a história do nascimento da disciplina e dos três grandes pensadores – Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx – que estruturaram o pensamento sociológico entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Além disso, a unidade trata do desenvolvimento da indústria, da constituição e reprodução do trabalho assalariado, das clivagens e segmentações sociais, da formação e consolidação da Sociologia brasileira, e termina com a discussão de temas contemporâneos do pensamento sociológico.

A imagem de abertura da unidade é um grafite de Banksy que mostra um televisor atirado por uma janela. Os temas discutidos na unidade sugerem vários ângulos para pensarmos essa imagem. Embora a televisão seja arremessada pela janela, o que indica insatisfação com o conteúdo que é exibido e com a dominação que esse aparelho pode desenvolver, ela continua presa pelo cabo de energia, isto é, ainda está ligada e pode ser resgatada em algum momento. Isso nos leva a pensar em quão dependentes as pessoas se tornaram das formas de entretenimento e das informações processadas e divulgadas pela TV. Antes de apresentar uma interpretação para os estudantes, procure levantar outras questões a partir da imagem, por exemplo: Como os alunos interpretam essa imagem? Em que medida a televisão faz parte da vida de cada um? Quanto tempo cada aluno passa diante da TV? Que benefícios e que malefícios a televisão traz para as pessoas? Lance essas e outras questões ao iniciar a unidade e anote as respostas dos alunos. Ao terminar o estudo da unidade, será interessante refazer as mesmas perguntas e comparar os resultados, avaliando em que medida o aprendizado de Sociologia provocou mudanças nas ideias da classe.

CAPÍTULO 6 | PENSANDO A SOCIEDADE

Neste capítulo, abordamos a formação da Sociologia e os principais conceitos de seus autores clássicos. Do ponto de vista didático, descrevemos a gênese da Sociologia, o contexto de sua formação e as principais influências históricas que contribuíram para que ela se desse. Na sequência, analisamos as categorias sociológicas centrais do pensamento de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Em termos gerais, explicamos de que modo a Sociologia é fruto do desenvolvimento da sociedade capitalista. Ou seja, enfatizamos o aspecto histórico para a análise das teorias sociológicas e de seus conceitos. Em termos específicos, detalhamos metodologicamente as diferentes perspectivas dos autores clássicos. Desse modo, o capítulo permite um procedimento de aula fundamentado na diversidade analítica e metodológica.

A imagem de abertura do capítulo, de Banksy, apresenta uma banda de sopros composta de músicos negros vestindo máscaras respiratórias. Essa imagem integra uma série de grafites feita em 2008 na cidade de Nova Orleans, Estados Unidos, em sua maioria com referências às consequências do furacão Katrina, que três anos antes deixara milhares de pessoas – principalmente as mais pobres – desalojadas, com suas casas e seus pertences destruídos. A cidade, famosa por sua alegre música tradicional de rua, ainda sofria com a lentidão da reconstrução e os efeitos do desastre como a contaminação da água e do solo. Na época, avolumavam-se as críticas ao atraso das obras, especialmente nas regiões onde morava a população mais pobre, quase toda afrodescendente.

Importante lembrar que qualquer imagem supõe inúmeras leituras. Especialmente uma imagem como essa, criada justamente para provocar. Propositalmente ambígua, como também são frequentemente os cartuns, ela pode ser lida de diversas maneiras. Se achar oportuno, estimule os alunos a dizer o que pensam, conversar e discutir entre si, sempre respeitando as opiniões expressas pelos colegas, mesmo que discordem delas.

1. O capitalismo e a formação do pensamento clássico

Neste primeiro item, a ênfase recai sobre a perspectiva histórica de análise da Sociologia e das ciências em geral no século XIX. Ou seja, procuramos mostrar como o desenvolvimento industrial e a herança da Revolução Francesa foram centrais para que o modo de vida capitalista e, particularmente, a produção do conhecimento e sua relação com a expansão da indústria se consolidassem na Europa e nos Estados Unidos.

Nesse contexto, assistimos à formação paulatina de diversas ideologias, construídas com base em interesses de grupos sociais diversificados, e às vezes conflitantes, da sociedade industrial. Seria um bom exercício comparar as atuais formas de vida social às formas de vida no século XIX, buscando exemplos de como as relações afetivas, pessoais e profissionais se manifestam atualmente e como se verificavam no século XIX. Evidentemente, essa discussão deve levar em conta as profundas transformações verificadas na sociedade industrial capitalista entre os séculos XIX e XXI.

É importante contextualizar, para os estudantes, de que maneira as ciências que reconhecemos como legítimas (em especial as Ciências Sociais) estão relacionadas muitas vezes à experiência europeia de sociedade. Para isso, podemos resgatar um pouco da história das Ciências Sociais, da história de países como França, Inglaterra e Alemanha, e da história do Brasil. A aula pode ser iniciada com uma pergunta provocadora: Por que não temos brasileiros, mulheres ou negros entre os clássicos das Ciências Sociais, que veremos ao longo desse capítulo?

Com o auxílio de *sites* de referência, enciclopédias ou outras fontes que você possa selecionar, peça aos estudantes que reflitam sobre a época em que as Ciências Sociais foram estabelecidas como ciência (sobretudo nas décadas de vida de Durkheim e Weber) e sobre o momento político que então viviam França, Alemanha e Brasil. Com o auxílio de fontes, proponha também uma pesquisa rápida sobre a história da formação das universidades no Brasil, em especial a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), a Universidade de São Paulo (USP) e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Em paralelo, investigando a questão proposta, peça aos estudantes que pensem que posições sociais mulheres e populações negras ocupavam na França, na Alemanha e no Brasil nas referidas épocas.

A partir dessa reflexão, os estudantes terão uma perspectiva analítica socio-histórica de como essa situação (não ter mulheres nem pessoas negras entre autores clássicos) foi produzida pela estrutura social desigual em que vivíamos e, em grande medida, ainda vivemos.

As imagens que aparecem neste item foram escolhidas para complementar e enriquecer o texto informativo. Nas páginas 133 e 135, por exemplo, o aluno pode observar características do trabalho e de trabalhadores em diferentes épocas e avaliar semelhanças e diferenças, mudanças e permanências que ao longo do tempo caracterizaram e transformaram a organização social.

A seção *Você já pensou nisto?* (p. 134) convida o aluno a refletir sobre seu cotidiano, observando como seus modos de pensar, agir, trabalhar, etc. se relacionam com padrões herdados social e historicamente.

2. Émile Durkheim: coesão e fato social

Na tentativa de fazer da Sociologia uma disciplina científica, Durkheim (1858-1917) adota como referência, pelo menos em seu início, as Ciências Biológicas. Essa opção impõe, metodologicamente, a necessidade de precisão conceitual quanto ao que seria considerado científico. A definição de fato social segue esse procedimento, na medida em que Durkheim o considera uma "coisa" tão passível de ser analisada quanto um órgão do corpo humano. Durkheim centra sua atenção no que seria ou não um fato social para determinar o que seria ou não objeto de análise da Sociologia. A Sociologia é, para ele, uma ciência dos fatos sociais e esses fatos são considerados "coisas".

Com base em uma percepção progressiva das coletividades humanas, Durkheim enfatiza a importância da divisão do trabalho. À medida que as sociedades especializam suas funções profissionais, criam laços de interdependência cada vez mais fortes, pois os indivíduos dependeriam cada vez mais uns dos outros. Haveria, com isso, um aprofundamento da coesão social por meio da divisão do trabalho.

Você pode aqui instigar os alunos a qualificarem o que seria um fato social dando vários exemplos possíveis, tais como: o Estado, o governo, a política, a escola, a educação, o casamento, o namoro, a festa, os esportes, os *shows*, os eventos televisivos, etc.

3. Max Weber: ação social e tipos ideais

Este item examina o conceito central de Max Weber (1864-1920), a ação social, e seu principal recurso metodológico, o tipo ideal. É importante mostrar aos alunos as diferenças entre Durkheim e Weber. A sociologia de Weber tem seu centro na análise da ação individual. Já a de Durkheim enfatiza a coerção que a sociedade exerce sobre as pessoas. A importância da análise histórica em Weber também o afasta de Durkheim, que adota uma perspectiva sincrônica ao estudar a sociedade.

A metodologia weberiana também diverge da de Durkheim no que diz respeito à objetividade.

Weber não discorda da necessidade da objetividade na pesquisa social e defende que a análise das ações individuais é mais objetiva na medida em que o pesquisador não faz juízos de valor em relação ao objeto estudado. No entanto, essa "objetividade" é uma construção possível

apenas porque, em um momento anterior, o pesquisador fez uma escolha valorativa quanto ao seu interesse – isto é, optou por delimitar seu objeto de estudo de determinada maneira, e não de outra. Assim, diferentemente de Durkheim, Weber não acredita que o objeto é dado, e sim construído.

É nessa perspectiva que Weber constrói os tipos ideais: um recurso metodológico para lidar com a multiplicidade dos eventos visando a uma adequação de sentido, de forma a permitir seu estudo científico. Os tipos ideais constituem uma ferramenta de investigação por aproximações que confere ao pesquisador maior precisão em sua análise, ao afastar variações pontuais das diferentes ações para se ater às características mais significativas que as aproximam.

Procure promover entre os alunos a construção de tipos ideais e examinar ações individuais, explicitando que tais ações são orientadas por uma análise prévia das ações de outros indivíduos. Por exemplo, a ação de desencadear uma greve em uma empresa se baseia em uma análise prévia das possibilidades de o patrão demitir os grevistas. A ação de pedir uma namorada em casamento está amparada na leitura de que é possível que ela aceite. Esses e outros exemplos, que você pode sugerir e discutir com os alunos, ajudam a aproximar o conteúdo teórico do cotidiano dos estudantes. Ninguém melhor do que o professor para usar exemplos significativos, coerentes com as características da localidade onde se situa a escola e com o universo de referência de seus alunos.

4. Karl Marx: trabalho e classes sociais

Ao se voltar também para os acontecimentos históricos, Karl Marx (1818-1883) atribui especial importância às rupturas ao longo da História, ou seja, às revoluções. Para ele, a luta entre classes sociais opostas faz girar o ponteiro da História. Essas classes estão em choque e ocupam posições distintas na divisão social do trabalho. No capitalismo, a burguesia tem os meios de produção à sua disposição e força, com isso, a classe trabalhadora a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Marx entende que a reprodução social do capitalismo é uma necessidade da classe capitalista. As transformações sociais, políticas e ideológicas tendem a ser realizadas com base nos interesses dessa classe e reforçadas socialmente por meio da ideologia. Há, assim, o compromisso de intensificar as formas de exploração e de dominação do trabalho para garantir o controle sobre os trabalhadores e o aumento da produção de mercadorias e do lucro dos capitalistas. Em contrapartida, a luta dos trabalhadores, ao enfrentar o movimento tendencial do capitalismo, pode ampliar os limites da democracia e promove conquistas políticas e sociais que inicialmente os capitalistas se negavam a reconhecer.

Pode ser interessante estimular entre os alunos um diálogo que coloque em confronto interesses distintos. Por exemplo, as greves de trabalhadores da indústria por melhores salários e a tentativa do capitalista de reduzir custos de produção e o número de trabalhadores empregados por meio da introdução de novas tecnologias produtivas.

Note que este capítulo apresenta a seção *Perfil* de três autores: Durkheim, Weber e Marx. Uma exceção em relação aos capítulos restantes, plenamente justificada pela importância desses autores na constituição do pensamento sociológico.

5. Sociologia: aspectos estruturais e conjunturais

A sociedade é composta de elementos estruturais e conjunturais/ocasionais. Essa relação é fundamental para demonstrar aos alunos que a sociedade é resultado de um processo histórico, como foi indicado no item 1.

Há mecanismos estruturais que são sempre repostos nas conjunturas e que garantem a perpetuação das sociedades. Ao mesmo tempo que conferem à sociedade suas características centrais, os componentes estruturais são reconstituídos nas diferentes conjunturas com o rótulo da novidade. As relações familiares, a organização do trabalho e da política, o sistema educacional, a escola, a produção, o comércio, as religiões, etc., podem servir de exemplos para entender como a novidade é influenciada pelos aspectos permanentes de um modo de produção da vida em sociedade.

Para o aluno, é importante refletir de que maneira sua condição particular tem ressonâncias da história passada, de sua família, de questões que aparentemente não têm implicações diretas em sua vida. É importante explicitar, assim, que aquilo que somos e o que pensamos é um resultado histórico-social.

A seção *Você já pensou nisto?* (p. 146) traz essa noção para o dia a dia dos alunos ao propor uma reflexão sobre hábitos e costumes que nos parecem novos, mas que de fato são herdados e têm fundamento na história da sociedade em que vivemos. Ajudar os alunos a identificar a presença de alguns desses hábitos e costumes na vida cotidiana é um exercício que pode contribuir para a compreensão e a fixação desse conteúdo.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. A Sociologia se constituiu na Europa do século XIX como resultado de um esforço intelectual para explicar uma sociedade cada vez mais complexa, dinâmica e diversificada: a sociedade industrial capitalista. Essa ciência nasceu como resposta a certas demandas e indagações diante das novas relações sociais inerentes ao processo de desenvolvimento da indústria e de intensificação da urbanização.

2. Para Durkheim, o processo de desenvolvimento da sociedade está relacionado à divisão do trabalho. A intensificação da especialização do trabalho cria laços sociais de interdependência cada vez mais fortes. Consequentemente, sociedades com funções profissionais altamente diferenciadas e especializadas apresentam maior coesão social, se comparadas às sociedades de mesmo tipo com menor divisão do trabalho.

3. A ação social é objeto central da sociologia de Max Weber. Para esse autor, a ação social se define pela relação com outras ações sociais. Uma pessoa age orientando-se pela ação de outras. Uma ação social leva em conta como será recebida por outras pessoas ou por um conjunto de indivíduos. Portanto, a ação social é uma ação individual orientada pela ação de outras pessoas.

4. Para Max Weber, os tipos ideais são ferramentas conceituais que permitem ao sociólogo compreender de maneira mais objetiva os objetos analisados. Para o autor, esse recurso é necessário porque a realidade não pode ser descrita em sua totalidade. Os tipos ideais são construções conceituais, ou seja, são formulações do sociólogo e quase nunca se apresentam na realidade integralmente. Assim, as características de um tipo ideal de empresa, de ética religiosa ou de forma de dominação ajudam na compreensão das realidades observáveis, pois têm em si o máximo de características possíveis de um objeto sociológico.

5. Para Marx, as sociedades se transformam historicamente com base no embate entre as classes sociais. Esse autor considera que há exploradores e explorados e que a classe explorada na sociedade capitalista vende sua força de trabalho em troca de um salário. A reprodução dessa situação ocorre com base na ampliação do lucro por meio do aumento da produtividade. Para tal, é necessário que novas formas de controle e exploração do trabalho sejam incorporadas à produção de mercadorias.

6. Todas as sociedades contam com componentes que podem ser entendidos como permanentes ou estruturais. Esses componentes estruturais são repostos continuamente, mas assumem a forma de novidades. Essas novidades são, em grande medida, renovações dos componentes estruturais. Assim, podemos dizer que as sociedades se reproduzem com base na repetição de antigos padrões repostos de diferentes formas. Como exemplos disso podemos citar o trabalho, a educação, a política, os conflitos sociais, a violência, entre outros.

Interagindo

Na letra dessa canção do grupo Legião Urbana, podemos notar a presença de aspectos estruturais e conjunturais. Renato Russo, o letrista da banda, descreve uma situação particular sobre como adolescentes costumam agir em uma fase da vida. Assim, a letra fala de festas, moda, drogas, rebeldia e solidão, aspectos presentes na vida de muitos adolescentes. No entanto, esses aspectos são relacionados a uma forma permanente de comportamento: "Você é tão moderno/Se acha tão moderno/Mas é igual a seus pais/É só questão de idade/Passando dessa fase/Tanto fez e tanto faz". Entendemos, com base na letra da canção, que o comportamento rebelde e intenso do adolescente tende a ser substituído por atitudes conservadoras, semelhantes às de seus pais. Ou seja, passada a fase rebelde, o jovem tenderia a reproduzir uma conduta social típica das famílias ocidentais. Deixando para trás sua rebeldia, acaba por se enquadrar nos padrões de comportamento aceitáveis pelo conjunto da sociedade.

Contraponto

A tira faz uma referência irônica ao lucro. No cartum, o capitalista procura fazer dinheiro ao criar uma necessidade que aparentemente o homem sentado não tinha. Com base nos autores estudados, podemos afirmar que para Weber se trataria de uma ação social, pois o capitalista age motivado por um fim específico e orientando-se pela ação do outro, que está sentado à sombra da árvore. Karl Marx provavelmente explicaria que o capitalismo tem como característica a criação de novas mercadorias e de novas necessidades históricas, e que a única motivação do capitalista é o lucro e a acumulação. Isso se revelaria no comportamento do capitalista da historinha, que abate a árvore para construir uma tenda de madeira e oferecê-la ao homem que antes não tinha necessidade dela. Já para Durkheim, o capitalista teria uma função específica na sociedade. Sua especialização é necessária e motivaria o desenvolvimento da sociedade capitalista.

SUGESTÕES

Professor, caso não encontre algum artigo no *link* sugerido, faça a busca na internet pelo título do artigo ou do vídeo e nome do autor ou diretor.

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. *Tempo social*. [*on-line*], vol. 13, n. 2, 2001, p. 1-20. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702001000200001&lang=pt>.

LESSA, Sergio. Contra-revolução, trabalho e classes sociais. Revista *Temporalis*, n. 4, 2001, p. 75-86. Disponível em:<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/contrarevol_trab_classes_2001.pdf>.

MASSELLA, Alexandre Braga. Uma leitura filosófica de Durkheim e Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais. [on-line]*, vol. 20, n. 57, p. 189-194, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100013&lng=en&nrm=iso>.

MUSSE, Ricardo. Apontamentos sobre o nascimento da Sociologia. *Blog da Boitempo*, 23 nov. 2012. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2012/11/23/apontamentos-sobre-o-nascimento-da-sociologia/>.

SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [*on-line*], vol. 27, n. 79, 2012, p. 153-172. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200010&lang=pt>.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *O capital e suas formas de produção de mercadorias*: rumo ao fim da economia política. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/critica marxista/arquivos_biblioteca/dossie2465_merged.pdf>.

TONET, Ivo. A ideologia alemã – Introdução. In.: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/A_Ideologia_Alema-Introducao.pdf>.

WOOD, Ellen. As origens agrárias do capitalismo. *Monthly Review*, vol. 50, n. 3, jul./ago. 1998. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo6612_merged.pdf>.

CAPÍTULO 7 | MUNDOS DO TRABALHO

Procuramos analisar neste capítulo a centralidade do trabalho nas sociedades capitalistas. Mostramos como o trabalho é abordado pelos autores clássicos da Sociologia e como as reestruturações produtivas repõem socialmente, de diversas formas, o trabalho assalariado.

O processo de requalificação profissional dos trabalhadores é, assim, uma marca estrutural das sociedades nos séculos XX e XXI. Essas requalificações são fruto de uma necessidade do capitalismo de recompor sua lucratividade. Para isso, novas tecnologias, técnicas de trabalho e formas de gerência do trabalho são implementadas para melhor explorar a classe trabalhadora.

Na imagem de abertura do capítulo, outro grafite de Banksy, a frase que está sendo pichada é o famoso *slogan* político "Trabalhadores do mundo, uni-vos!", que vem do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels. A figura de colete amarelo que observa o pichador também é um trabalhador: carrega um escovão e um balde, o que faz pensar num empregado da limpeza pública. Podemos imaginar que essa figura enfrenta um dilema: como empregado, o dever dele é limpar a pichação. Mas ele é também um trabalhador, o que poderia levá-lo a concordar com o *slogan* que está sendo pichado e deixá-lo ali para que seus companheiros trabalhadores o leiam e se conscientizem de que devem se unir para melhor combater a exploração dos patrões capitalistas.

1. O trabalho em Durkheim, Weber e Marx

Neste primeiro item, é fundamental que você retome o Capítulo 6, no qual analisamos as características gerais do pensamento dos autores clássicos da Sociologia. Isso é necessário para que possamos abordar e problematizar o trabalho segundo as ideias de cada um desses autores.

Em Durkheim, observa-se uma relação entre a integração da sociedade e a divisão do trabalho. Ou seja, a especialização do trabalho e seu desenvolvimento são considerados positivos, pois favorecem a coesão social.

Em Weber, destaca-se a articulação entre a ética pautada por uma crença religiosa específica (a ética protestante) e determinadas condutas dos agentes econômicos, tais como a dedicação ao trabalho, aos negócios e ao sucesso profissional. Essa afinidade levaria à valorização dos ganhos materiais como sinal, para o indivíduo, de sua condição de escolhido por Deus.

Em Marx, o trabalho assume a dimensão de atividade central que atravessa todas as sociedades. Destaca-se particularmente a importância do trabalho assalariado nas sociedades capitalistas, das quais ele é parte estrutural, pois é com base em sua exploração que o lucro pode ser obtido pelo empresário-patrão.

Uma atividade interessante seria propor aos alunos que façam um levantamento de diversos exemplos históricos de trabalho (escravo, servil, assalariado, familiar, artístico, etc.), e debatam em uma aula, com base nos autores clássicos, suas implicações para as sociedades em que estão (ou estiveram) inseridos.

Outra sugestão interessante é realizar um projeto com a sala para refletir sobre diferentes tipos de trabalho envolvidos na cadeia produtiva de uma mercadoria (*Você já pensou nisto?* da página 153). Primeiro, você deve pedir à turma que eleja um objeto relevante na vida de todos os estudantes. Proponha aos alunos uma reflexão sobre que tipos de trabalho estariam envolvidos na produção desse objeto, desde a extração e preparação de diferentes matérias-primas até a comercialização do produto final, o departamento de *marketing*, etc. Liste esses tipos de trabalho na lousa. Divida a turma em grupos menores; cada grupo será responsável por investigar um dos tipos de trabalho que foram listados. Em sala de aula, após a pesquisa, é possível formar novos grupos, compostos de alunos que investigaram diferentes processos, para que elaborem um infográfico sobre a produção daquele objeto.

2. Força de trabalho e alienação

O *trabalho* para Marx deve ser diferenciado conceitualmente da *força de trabalho*. Essa diferenciação permite que se entenda como se forma o lucro capitalista com base na exploração do trabalho. O trabalhador coletivo vende sua força de trabalho (isto é, sua capacidade de trabalho), mas o capitalista paga apenas uma parte de todo o trabalho efetivamente realizado. A outra parte é a mais-valia, valor que pode ser reinvestido na produção ou acumulado na forma de investimento financeiro. Já a parte embolsada pelo capitalista, Marx chama de lucro. Trata-se de um valor criado pelo próprio trabalhador e que não lhe é retribuído. Isso só é possível porque na relação entre as partes (capital e trabalho) há uma ocultação. O capitalista compra a força de trabalho, isto é, a capacidade produtiva do trabalhador, utilizando-a de formas variadas. O trabalhador acredita vender seu trabalho, mas é pago apenas por uma parte dele. Há, assim, uma forma de alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho.

É importante que você descreva logicamente essa relação, utilizando exemplos aritméticos e esforçando-se para dar exemplos próximos da vida cotidiana dos estudantes. Por exemplo: suponhamos uma fábrica de cadeiras na qual um operário seja pago para montar a cadeira, no final da linha de produção. Seu trabalho equivale a, digamos, 10% do trabalho acumulado na cadeira. Cada cadeira é vendida por 100 reais. Ou seja, 10 reais do valor da cadeira são o resultado do trabalho do montador. Esse trabalhador monta mil cadeiras em um mês: seu

trabalho corresponde, portanto, a 10 mil reais, ou seja, 10% de 100 mil reais, valor total das cadeiras vendidas. Mas ele recebe como salário apenas mil reais. Dessa forma, ele recebe apenas uma parte do que seu trabalho produziu. No exemplo, os 9 mil reais de diferença (o trabalho não pago) constituem o que Marx chamava de mais-valia. O operário pensa receber pela sua força de trabalho, mas na verdade recebe apenas uma fração daquilo que seu trabalho produziu. Descontados os custos de produção, o valor apropriado pelo dono da fábrica é seu lucro.

3. Taylorismo e fordismo

Consideraremos agora as grandes transformações produtivas nas sociedades capitalistas no século XX. Neste item, analisamos o taylorismo e o fordismo.

A questão mais importante deste item e do seguinte é destacar que tais transformações não são expressão de uma evolução natural das sociedades capitalistas. Elas são, na verdade, resultado de tensões, confrontos e conflitos entre grupos sociais diversos, sobretudo entre os trabalhadores (proletariado ou classe operária) e os donos dos meios de produção (burguesia).

Assim, o taylor-fordismo não deve ser entendido com base em uma lógica de progresso social. Sua implementação tem diretamente a ver com a necessidade de aumentar as taxas de lucro. Para isso, Taylor e Ford tinham que retirar o controle do processo de trabalho das mãos dos trabalhadores. Feito isso, novas regras, formas de gerência, controle do tempo, movimentos e aparatos tecnológicos foram introduzidos para aumentar a produtividade. Esse duplo processo permitiu aumentar a lucratividade das fábricas de automóvel (e, posteriormente, de outros ramos da indústria) desde o início do século XX.

Para facilitar a compreensão dos alunos, seria interessante mostrar com imagens e filmes como ocorreu a passagem da produção de tipo artesanal para a produção em massa e como isso criou uma nova estrutura social diretamente ligada a esse processo de produção e consumo. Ao mesmo tempo, é necessário mostrar que essa nova forma de organizar a produção foi acompanhada de transformações políticas e sociais.

Nota: As marcas citadas neste item foram utilizadas propositadamente, com finalidade didática: é praticamente inviável tratar de taylorismo, fordismo e produção e consumo de massa sem fazer referência a nomes de empresas. Tomamos o devido cuidado autoral de não recomendar qualquer tipo de produto ou empresa nestas e nas demais páginas do livro.

4. Toyotismo e neoliberalismo

Como complemento do item anterior, discutimos aqui uma das mais recentes reestruturações produtivas, conhecida habitualmente como um processo de automação da produção e pela introdução da microeletrônica, que foi impulsionada pelas formas de organização toyotista de trabalho. Também fazemos uma rápida referência ao Estado de Bem-Estar Social.

Seria importante destacar as diferenças entre a produção taylor-fordista e a produção de tipo flexível toyotista. Nesta última há um intenso processo de substituição de trabalhadores por novas tecnologias ultrassofisticadas. A rigidez e a repetição do trabalho no fordismo são substituídas pelo acúmulo de funções produtivas que se concentram nos chamados "operários polivalentes". A cadeia produtiva se torna mais flexível na medida em que a produção é diversificada e motivada pelas demandas do mercado.

Junto a essa nova configuração da produção, novas políticas de Estado são implementadas com o objetivo de institucionalizar essas novas relações de trabalho. Surge, com isso, o Estado neoliberal, que tem como característica central a flexibilização das leis trabalhistas e de proteção ao trabalhador. Configura-se um novo modo de vida, com base na precarização do trabalho e em formas informais e terceirizadas de trabalho.

Você poderia fazer comparações entre os tipos de produção e os tipos de políticas estatais, demonstrando como as sociedades se reorganizam com o objetivo de conservar as relações capitalistas de produção. Talvez seja interessante organizar trabalhos em grupo com o objetivo de mostrar como as condições de trabalho e de vida se alteram sem que, contudo, se altere a estrutura social.

5. Novas modalidades de trabalho

Com a última reestruturação produtiva foram criadas funções que utilizam em larga escala a capacidade intelectual do trabalhador. Se antes a produção fordista exigia de cada trabalhador ações simplificadas, agora, com a introdução de máquinas ultrassofisticadas, tornou-se necessária a criação de um novo perfil de trabalhador. Além disso, o setor de serviços se expande e requisita tipos de trabalho com qualificações profissionais distintas dos trabalhadores da indústria tradicional, sobretudo, marcadas por conteúdos informacionais, cognitivos, isto é, imateriais.

O trabalho de telemarketing talvez seja o exemplo mais significativo disso atualmente. Apesar de organizarem sua produção nos moldes de uma indústria de produção em série, as empresas de telemarketing têm como conteúdo de sua atividade a informação, ou seja, uma matéria-prima imaterial, não física.

Esse tipo de trabalho passou a ser considerado imaterial, diferente do trabalho das fábricas tradicionais, como as de automóveis. Entretanto, a questão central é que, apesar da maior utilização da capacidade intelectual e do conhecimento dos trabalhadores, o trabalho imaterial continua a reproduzir as formas de exploração do trabalho. Isto é, esse tipo de trabalho ainda está inserido na lógica do trabalho assalariado.

Seria importante estabelecer paralelos entre empresas que utilizam os trabalhos material e imaterial, mostrando, por exemplo, a média dos salários dos trabalhadores envolvidos. Supostamente, trabalhadores dos quais se exige maior uso das capacidades cognitivas e da criati-

vidade têm salários maiores. No entanto, isso não ocorre na maioria das vezes. O trabalho de telemarketing e de atendente em *call centers* são exemplos de salários muito baixos na sociedade brasileira. Além disso, as condições de trabalho nesses setores são degradantes no que se refere à intensidade do trabalho, intervalos para descanso e doenças ocupacionais, como a LER (lesão por esforço repetitivo), a estafa e o estresse.

Além de notar uma variação crescente nos tipos de trabalho existentes, é possível notar também que o recrutamento profissional não é "aleatório". Quer dizer, a Sociologia e a Economia identificaram tendências concretas sobre características de certos grupos profissionais, como recortes de renda e localização espacial. Em termos de raça e gênero, principalmente, é possível afirmar que mulheres e pessoas negras têm menos acesso do que homens brancos a tipos de trabalho mais valorizados socialmente (e, portanto, mais bem remunerados). Dentro de uma mesma profissão é possível ainda perceber variações importantes nas funções desempenhadas por homens e mulheres, e pessoas negras e brancas, havendo até grande variação salarial. Uma sugestão para trabalhar o tema em sala de aula é recorrer a fontes oficiais de dados, como o IBGE, e dividir os estudantes em grupos para compreenderem a distribuição racial e de gênero dos trabalhadores numa determinada carreira. Também há muitos artigos interessantes que podem ser encontrados no Google Acadêmico (scholar.google.com) para ajudar os estudantes na pesquisa.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. De formas distintas, Marx, Durkheim e Weber desenvolveram concepções sobre o trabalho e a divisão do trabalho. Para Durkheim, a divisão do trabalho é um fato social característico de todas as sociedades. Segundo esse autor, o desenvolvimento da divisão do trabalho promoveria a coesão social. Já Weber procura entender a especificidade do trabalho na sociedade capitalista. Para ele, houve um encontro histórico específico que originou o capitalismo: a ética protestante e o espírito empreendedor favoreceu o desenvolvimento capitalista ao depositar no trabalho e no sucesso nos negócios a confirmação da escolha divina. Já em Marx, o trabalho é fator fundamental da história humana e assume formas particulares no capitalismo, contribuindo para a reprodução social desse modo de produção, mas também introduzindo nele tensões e conflitos que o obrigam a se renovar constantemente. Com base na exploração do trabalho assalariado, a estrutura social do modo de produção capitalista se reproduz e, com ela, a divisão da sociedade em classes.

2. A diferenciação entre trabalho e força de trabalho é um ponto central da sociedade capitalista. Para responder a essa questão, é preciso compreender a forma pela qual é composto o salário. Para assegurar o lucro do capitalista, o salário não pode ter um valor igual ao de todo o trabalho realizado pelo trabalhador. Marx indica, assim, que há uma diferença entre o que é comprado e o que é realmente pago ao trabalhador pelo capitalista. O capitalista contrata a capacidade do trabalhador, sua força de trabalho, ou seja, tudo o que ele pode fazer em determinada jornada de trabalho. No entanto, paga ao trabalhador apenas uma parte do trabalho realizado. Caso contrário, não haveria lucro na produção. Essa relação de aparente igualdade na compra e venda da força de trabalho conduz a uma alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho. Ele vende sua força de trabalho e tem a impressão de que recebe pelo seu trabalho, mas seu salário é apenas uma parte de todo o trabalho realizado.

3. Para que a produção gere maior lucratividade ao capitalista, é necessário introduzir sempre novas formas de exploração e dominação do trabalho. O taylor-fordismo, como uma reestruturação da produção, tem como objetivo geral aumentar as taxas de lucro. Para isso, introduziram-se novas formas de controle do trabalhador, reduzindo trabalhos complexos a tarefas simplificadas e rotinizadas. Além disso, foi implementada a linha de produção, que tinha como objetivo economizar o tempo de deslocamento do trabalhador entre as máquinas. No entanto, é importante salientar que essa nova produção em massa, que estimulou um consumo também em massa, não é apenas uma forma de organização da produção dentro da fábrica. Ela se caracteriza como um novo modo de vida que ficou consagrado como *american way of life* (estilo de vida americano).

4. A produção taylor-fordista se caracteriza por ser uma produção em série, rotinizada e com grandes estoques produtivos. A produção e o consumo são, portanto, de massa. A produção no toyotismo está baseada na demanda e se caracteriza por baixos estoques. Além disso, em razão do processo de automação, o trabalhador passa a operar várias máquinas e, por isso, demandam-se qualificações profissionais mais sofisticadas. No taylor-fordismo, ao contrário, a qualificação é baixa, já que as tarefas são muito simplificadas.

5. A expressão trabalho imaterial se refere a formas de trabalho que, além de ter menor relação com matérias-primas e produtos físicos, têm como característica central a maior exigência da capacidade cognitiva e informacional do trabalhador. Essa forma de trabalho demanda, portanto, uma nova qualificação profissional. Trabalhos como os de programador de *software*, atendente de *telemarketing*, jornalista, *designer*, publicitário, professor são exemplos de trabalho imaterial. Do ponto de vista da produção de mais-valia, ou do lucro, não há diferença formal entre trabalho material e imaterial, já que os dois tipos se constituem como formas de trabalhos assalariados.

Interagindo

A letra da canção de Marcos e Paulo Sérgio Valle, gravada pelos Paralamas do Sucesso, descreve a condição de vida das classes trabalhadoras no capitalismo, sobretudo, nas grandes indústrias e corporações. O trabalhador vive em função de seu trabalho e não tem tempo de ser, de viver, não tem tempo livre para nada. Diz ele: "Eu não tenho tempo de ter/O tempo livre de ser/De nada ter que fazer [...]. Ah, Eu acordo pra trabalhar/Eu durmo pra trabalhar/Eu corro pra trabalhar". Até os períodos considerados de descanso, como o sono, os feriados e os domingos, são formas de reposição física dos trabalhadores. São momentos em que se repõem as energias para o trabalho. Mesmo em condições de desemprego, o trabalho está em primeiro plano, isto é, na busca pelo trabalho, por um novo emprego, já que é com ele, e apenas com ele, que o trabalhador consegue se reproduzir socialmente. Por não possuir os meios de produção necessários para produzir sua própria sobrevivência, ele não tem alternativa senão a de vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Contraponto

1. Vimos neste capítulo que, segundo Marx, sob o capitalismo as diferenças entre as classes sociais são estruturais, ou seja, são necessárias para que o sistema continue existindo. Essa divisão entre classes tem como decorrência a segmentação dos trabalhadores, que são divididos por faixas salariais. A charge de Laerte representa uma das dimensões dessa segmentação: quanto menos ganha o trabalhador pior são suas condições de transporte na cidade. Poderíamos pensar que o mesmo ocorre com as condições de moradia, de lazer, de acesso a serviços, etc.

2. A tirinha aborda dois temas centrais da vida em sociedade: a educação e o trabalho. A maneira como a nossa sociedade está organizada nos impõe uma forma específica de viver. Temos de adquirir um conhecimento específico, na maioria das vezes profissionalizante, para depois ingressar no mercado de trabalho. Assim, a escola tem como função nos munir de informações e conhecimentos na infância, na adolescência, e até na maturidade para aqueles que não tiveram a chance de estudar. Foi a própria sociedade que em seu curso histórico se organizou dessa maneira, tendo como premissas sociais centrais um certo tipo de educação e de trabalho. Como em nossa sociedade predominam formas de organização que têm por objetivo aumentar a produtividade do trabalho, o lucro, as vendas, etc., ir ao trabalho todos os dias se apresenta como algo sem saída. As pessoas têm de estudar e trabalhar, quando podem fazer isso, se quiserem sobreviver. Precisam de conhecimentos específicos para conseguir se colocar da melhor maneira no mercado de trabalho. Não obstante, essa forma de organizar a vida carrega consigo interesses específicos, que favorecem um grupo de indivíduos em relação aos demais.

3. O poema do escritor brasileiro Ferreira Gullar problematiza questões importantes ligadas ao mundo do trabalho capitalista. Seus versos descrevem a trajetória reversa de uma mercadoria, o açúcar, isto é, como ele se apresenta no momento de consumo até a forma como foi produzido. A escolha pelo açúcar ressalta a contradição existente entre a aparência da mercadoria e aquilo que ela realmente é: natureza modificada pelo trabalho. Isto porque o açúcar, em sua aparência, tal como descreve o autor, parece estar muito distante das prováveis formas de trabalho que deram forma a ele: trabalho com altos níveis de exploração, nada refinado e doce. Trata-se de um exemplo que demonstra como a forma mercadoria esconde a alienação do trabalho e como no consumo não vemos o verdadeiro processo que deu vida ao produto. O poeta, portanto, nos chama a atenção para a separação extrema entre as esferas produtiva e de consumo, característica do capitalismo, cuja consequência é a perda da dimensão do trabalho na mercadoria.

SUGESTÕES

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista katálysis* [*on-line*], vol. 12, n. 2, 2009, p. 188-197. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200008&lng=en&nrm=iso>.

AMORIM, Henrique. Dossiê: O Trabalho Imaterial em Discussão: Teoria e Política. *Cadernos CRH* [*on-line*], vol. 27, n. 70. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-497920140001&lng=en&nrm=iso>.

BARROS, José D'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. *Tempo social* [*on-line*]. vol. 23, n. 1, 2011, p. 223-245. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100011&lng=en&nrm=iso>.

CARVALHO, Maria Luiza. *Pessoas com deficiência e trabalho*: (im)possibilidades da inclusão no capitalismo de acumulação flexível. In: IV Simpósio Nacionall de Tecnologia e Sociedade, 2011, Curitiba. Anais do IV Simpósio Nacionall de Tecnologia e Sociedade, 2011. Disponível em: <www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt015-pessoascom.pdf>.

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? *Lua Nova* [*on-line*], n. 24, 1991, p. 117-150. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200007&lng=en&nrm=iso>.

DEL ROIO, Marcos; SILVA, Edilene da Cruz. *A crise do mundo do trabalho e a atualidade de Gramsci*. Revista Novos Rumos, n. 39, p. 22-35, 2003. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2309/1898>.

LESSA, Sergio. *Mais-valia*. Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/maisvalia.docx>

RIESEBRODT, Martin. A ética protestante no contexto contemporâneo. *Tempo social* [*on-line*], vol. 24, n. 1, 2012, p. 159-182. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100010&lng=en&nrm=iso>.

Vídeos (Acesso em: 30 mar. 2016)

NETTO, José Paulo. Curso *O método em Marx*. Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, 2002. Disponível em: <www.cristinapaniago.com/jos%C3%A9_p_netto_-_curso_o_m%C3%A9todo_em_marx_->.

RSAnimate. *Crises do capitalismo*: David Harvey. Disponível em: <www.thersa.org/discover/videos/rsa-animate/2010/06/rsa-animate---crisis-of-capitalism>. Versão com legendas em português disponível em: <www.youtube.com/watch?v=OJ6xlbfApAM>.

CAPÍTULO 8 | CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, discutimos as noções clássicas de divisão social formuladas por Durkheim, Weber e Marx, tentando compreender algumas questões da sociedade em que vivemos. O exame dos grupos profissionais ou funcionais em Durkheim, dos estratos sociais em Weber e das classes sociais em Marx explicita as diferenças e as proximidades entre esses pensadores, cujas análises são úteis para compreender como as sociedades se dividem e como os interesses sociais se integram na construção de identidades coletivas.

A imagem de abertura do capítulo, um grafite de Banksy, representa uma mulher caindo no vazio junto a um carrinho de compras. Podemos relacionar essa "queda" às consequências da divisão social nas sociedades capitalistas: o consumo separa as classes e os grupos sociais e ao mesmo tempo as define, o que pode ser visto como uma falta de alternativa. Podemos pensar o grafite como metáfora dessa queda, um jogo irônico com a sociedade de consumo.

1. A divisão da sociedade em Durkheim: grupos profissionais ou funcionais

Como vimos no Capítulo 6, a teoria de Durkheim confere um aspecto claramente progressivo ao desenvolvimento da divisão do trabalho social. É importante salientar que, apesar de Durkheim entender que o desenvolvimento dessa divisão é positivo, pois fortalece os laços de interdependência entre as pessoas e os grupos sociais, a coesão social se enfraquece caso os valores morais sejam deixados de lado. Essa dinâmica de fortalecimento da especialização profissional e de enfraquecimento de valores sociais coletivos tende a caracterizar uma sociedade centrada nas diferenciações sociais.

Para estabelecer uma mediação entre o que foi estudado e a realidade dos alunos, você pode levantar questões que relacionem essa dinâmica aos problemas enfrentados na região em que vivem. Incentive-os a discutir o que poderia ser entendido como grupos sociais caracterizados pelo predomínio da solidariedade orgânica e a diferenciá-los dos que estão ligados por laços com predomínio da solidariedade mecânica.

Os aspectos teóricos do pensamento de Durkheim serão mais facilmente apreendidos pelos alunos com a ajuda dos exemplos propostos na seção *Você já pensou nisto?* (p. 171 e 173). Você pode aproveitá-los também para propor discussões em sala de aula, de modo que os alunos compartilhem suas próprias vivências e conheçam as opiniões e as experiências dos colegas. Nesses momentos de troca, reforce a importância de ouvir e respeitar as opiniões dos outros.

2. A estratificação social em Weber: classe, estamento e partido

Neste item, analisamos como Weber elabora os tipos ideais de estratificação social. Para ele, os três tipos se concentram nas formas da classe social, do estamento (ou *status*) e do partido. Como nos lembra Weber, trata-se de tipos ideais e não de formas sociais concretas. Na realidade concreta pode haver aspectos dos três tipos de estratificação social. A classe social, para o autor, é definida pela situação de mercado (renda) que aproximaria determinados indivíduos. O estamento ou *status* está baseado no prestígio social, isto é, diz respeito à esfera de distribuição da "honra". Já o partido é definido pela aquisição de poder. Essas formas de estratificação social se definem, assim, por critérios objetivos de divisão social.

É importante debater com os alunos situações concretas para exemplificar as três formas weberianas de estratificação social. Os operários de uma fábrica, ou os trabalhadores assalariados de uma fazenda, por exemplo, pertencem a uma classe social, pois seu lugar na estrutura da sociedade é definido por relações de mercado (a renda desses trabalhadores os aproxima enquanto classe social). Na esfera dos partidos, as pessoas se agrupam conforme sua posição na luta por aquisição, manutenção ou ampliação do poder – o que pode significar tanto a participação em um partido político como em um sindicato ou em uma associação de moradores. Mais difícil para os alunos será identificar claramente os grupos que, na atualidade, se baseiam no prestígio social (estamentos). Você pode propor ao professor de História, em uma atividade interdisciplinar, que participe de um debate na sala de aula sobre a organização estamental da sociedade feudal europeia durante a Idade Média, por exemplo, para mostrar a importância do *status* em uma sociedade estamental. Nessa época, o estamento formado pelos nobres tinha sua posição na sociedade determinada por considerações de nascimento (hereditariedade) e de honra. Atualmente, na sociedade de classes, seria mais fácil pensar em diferenças de *status* relacionadas à formação acadêmica, posição profissional (juízes, por exemplo), etc., isto é, a distribuição dos indivíduos em grupos sociais com base no prestígio social.

3. As classes sociais em Marx: contradição e dialética

Para definir as classes sociais em Marx recorremos a duas categorias analíticas centrais em sua obra. A contradição e a dialética nos ajudam a entender como as classes sociais se definem com base na luta entre elas, isto é, em uma forma relacional de enfrentamento. Ou seja, para Marx não é possível pensar em classes por uma definição estática e a-histórica (fora da história, desprovida de história) da classe por ela mesma. Os conceitos de contradição e dialética nos permitem questionar a realidade aparente das relações sociais. Se a realidade é expressão da classe dominante, os interesses dessa classe aparecem como interesses universais. Marx considera que essa comunhão de interesses sociais é apenas um momento da realidade. Na verdade, as causas históricas que definem as divisões sociais no capitalismo repousam na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia e na relação de exploração e de dominação que essa classe exerce sobre a classe dos trabalhadores. Os interesses dessas duas classes são, portanto, opostos e mesmo antagônicos. Apesar disso, na relação de luta e reprodução das classes estas contraem as formas de sociabilidade vigentes, não apenas econômicas, mas também culturais, simbólicas, ideológicas e políticas.

4. As classes e os estratos sociais no século XX

Neste item, retomamos em parte o que havíamos discutido nos anteriores, a fim de buscar compreender como a teoria da estratificação social de Weber e a teoria das classes sociais de Marx influenciaram o debate sociológico no século XX. Destacamos especificamente o debate em torno do papel do avanço científico e tecnológico na formação de sujeitos sociais, particularmente no seio da classe trabalhadora, abordando a tese que indica a necessidade de recomposição do saber-fazer por parte do proletariado (ou seja, de seu conhecimento técnico) como estratégia política para retomar o controle do processo de trabalho.

Muitos autores elaboraram suas teses no pressuposto de que o desenvolvimento científico e tecnológico teria criado um grupo específico de trabalhadores capaz, por sua qualificação profissional, de retomar o controle dos processos de trabalho e, portanto, o controle político da sociedade. É importante frisar o determinismo tecnológico dessa tese. Ela atribui ao desenvolvimento científico, e não às lutas sociais, o elemento motivador da transformação política, na medida em que pressupõe a formação de um sujeito político como resultado dos processos de automação da indústria na segunda metade do século XX. Seria importante relacionar aqui o desenvolvimento científico e tecnológico aos interesses sociais das classes, mostrando, sobretudo, que esse desenvolvimento não é neutro e atende aos interesses do mercado.

Uma maneira interessante de discutir a categoria "classe social" em sala de aula é trazer os critérios utilizados pelo IBGE para classificar as pessoas em classes e debatê-los. Até que ponto as pessoas realmente se identificam com a classe a que pertencem? Num país desigual como o Brasil, há desigualdades dentro de uma mesma "classe social"? Utilizando as reflexões de Weber, seria possível agrupar as pessoas de outras maneiras? Qual é o sentido prático de se estabelecer uma divisão como a que é utilizada pelo IBGE?

Essa discussão pode servir de gancho para fazer uma oposição entre cidadania e consumo. Muitas vezes nos definem pelo que consumimos, e nos enxergamos como consumidores. Mas até que ponto essa é a melhor maneira de apresentação sociológica das clivagens sociais? Até que ponto essa visão sustenta desigualdades sociais, pois pode nos levar a considerar que pessoas que não consomem são "menos" cidadãs, de alguma maneira?

5. A dinâmica das classes médias: ocupação profissional e renda

Tocamos agora em outro debate importante nos dias de hoje: a discussão sobre as classes médias. Para autores do século XX, um novo contingente de trabalhadores (gerentes, administradores e diretores), que realizam uma atividade predominantemente intelectual, teria crescido muito durante o século passado. Esses profissionais não poderiam ser classificados como capitalistas nem como trabalhadores, pois não tinham, segundo as análises expostas, as características básicas dessas duas classes. Em meados do século XX, Wright Mills (1916-1962) argumentou que uma nova classe média (gerentes) teria se constituído e que ela seria fruto do desenvolvimento tecnológico incorporado às indústrias e às empresas de sua época. Nos anos 1970, Nicos Poulantzas (1936-1979) responde a Mills, tentando escapar das armadilhas de sua classificação salarial.

Diversamente da análise de influência weberiana de Mills, Poulantzas procura definir as classes como o fez Marx, com base na luta de classes. Entretanto, chama a atenção para uma definição que leva em conta, além da esfera econômica, as esferas política e ideológica. Entende, assim, que o trabalho intelectual seria a característica central para a definição desses trabalhadores administrativos e de escritório em forte crescimento no capitalismo. Denomina-os de nova pequena-burguesia. É central aqui relacionar as análises de Weber às de Mills e as de Marx às de Poulantzas para que um ciclo de compreensão seja fechado e as diferenças, explicitadas.

Essa discussão tem ressonâncias nos dias de hoje, sobretudo no Brasil, quando analisamos as políticas de inclusão social dos últimos governos. Há uma controvérsia entre os autores brasileiros no tocante à questão de se as pessoas beneficiadas com políticas assistenciais podem ou não ser consideradas uma nova classe média. Como vimos, os argumentos são variados. No entanto, eles são expressão do que foi discutido neste capítulo, isto é, explicitam leituras de classe social e estrato social de Marx e Weber, servindo-nos, portanto, de exemplos históricos do que foi por nós exposto teoricamente no capítulo.

Para ampliar a discussão do *Você já pensou nisto?* (p. 181) pode-se destacar que uma das evidências de que alguns tipos de trabalho são considerados menos "dignos" que outros é a existência de profissões não regulamentadas, ou seja, não reconhecidas pelo Estado brasileiro. Os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas, por exemplo, apenas em 2015 conquistaram direitos que outras categorias profissionais já tinham desde a segunda metade do século XX, como o direito a seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à jornada de trabalho máxima de 44 horas semanais. Um exame sobre os direitos, piso salarial e regulamentação de diferentes categorias profissionais pode dar uma dimensão real ao debate em sala de aula. Essas informações são importantes, pois ajudam os estudantes a perceberem que a categoria "trabalhador" não é, na prática, uma categoria homogênea no contexto do capitalismo global.

Você pode encerrar o estudo do capítulo com um debate em torno da formação das classes sociais ao longo da história do Brasil: de que forma elas se estruturaram? Esta seria uma ótima oportunidade para compreender os processos de formação das classes sociais para além das determinações puramente econômicas. Para tornar a discussão mais produtiva e enriquecedora, você pode convidar os professores de História e de Geografia a participar de mais esse diálogo interdisciplinar, destacando, sobretudo, diferenças históricas e espaciais com relação às diferenças sociais entre grupos e classes sociais.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. A divisão social para Durkheim é definida pelos grupos funcionais ou profissionais. Já a teoria da estratificação social de Weber tem como fundamento a classe (e dentro dela a situação de classe), o *status* (estamento) e o partido. A divisão social em classes, para Weber, está relacionada à condição econômica, à renda ou ao padrão material de existência dos indivíduos, isto é, tem base fundamentalmente econômica. Marx, finalmente, caracteriza classes sociais com base na relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção e nas lutas travadas por esses grupos em torno da distribuição da riqueza criada pelo trabalho.

2. O predomínio de uma ou de outra forma de solidariedade é um índice de como a sociedade está dividida e de que forma. Quando a solidariedade orgânica predomina, como nas sociedades em que vivemos, há um variado conjunto de grupos funcionais ou profissionais que formam laços de integração social muito fortes. Não obstante, é importante lembrar que os dois tipos de solidariedade coexistem em quase todas as sociedades. Por isso, Durkheim sublinha a importância de investigar qual deles é predominante. Isso quer dizer que, mesmo em sociedades com especialização do trabalho muito desenvolvida, ou seja, com laços sociais característicos da solidariedade orgânica, a solidariedade mecânica também ocorre e tem papel importante nos processos de diferenciação social. Podemos observar essas formas de sociabilidade em grupos que se integram com base em crenças sociais (religião ou identificação com a pátria, por exemplo).

3. Para Weber, as relações de desigualdade são sempre relações de poder. A estratificação social se dá em três ordens distintas, mas não independentes: a classe (e dentro dela a situação de classe), o *status* e o partido. A estratificação social em classes está relacionada à condição econômica, renda ou padrão material de existência dos indivíduos, isto é, tem base fundamentalmente econômica. A estratificação por *status* tem relação com o prestígio, com a posição social, o estilo de vida, a instrução formal. O partido é uma forma de estratificação na qual a distribuição de poder se dá pela capacidade de controle de uma organização política.

4. Para Marx, a classe social é um conceito dinâmico que se fundamenta por relações sociais de vários tipos (econômicas, políticas, ideológicas, simbólicas, culturais, etc.). No processo de formação das classes interferem diversos fatores, entre os quais fatores culturais, simbólicos, econômicos, políticos e ideológicos. O fundamento econômico do conceito de classes em Marx consiste nas relações de produção entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção. Essa relação é expressão de uma forma de sociabilidade e as divisões que ela produz se manifestam também nos locais de trabalho. No entanto, as classes sociais, para Marx, não são tipos ideais weberianos, ou seja, não são abstrações teóricas criadas como ferramenta para a compreensão da sociedade. Na verdade, as classes sociais se formam em meio a conflitos e lutas, nas quais se chocam os interesses das diversas classes. Trata-se, portanto, de um processo dialético, marcado por contradições e antagonismos. As lutas de classe estabelecem, assim, uma definição relacional de classe, isto é, só é possível definir classe quando se tem em conta a relação de luta entre as classes.

5. Entre aqueles que compartilham a concepção de classes sociais de Marx, as classes médias são vistas como um conjunto de grupos que se situam entre a classe capitalista e a classe operária. No caso das correntes que seguem a teoria da estratificação social de Weber, a preocupação, como vimos, está relacionada a critérios de classificação específicos para indivíduos e suas ações sociais. Entre os vários critérios, os mais utilizados são o de ocupação profissional (cargos, postos de trabalho e qualificação profissional) e o de renda. Para Wright Mills, as ocupações e as situações de renda estão ligadas a situações de classe e, por terem impacto no prestígio dos indivíduos, influenciam seus *status* e seus graus de poder.

Interagindo

1. A letra das duas músicas nos trazem elementos significativos sobre a divisão em classes sociais e as desigualdades étnico-raciais, de gênero e de renda. A primeira delas pode ser identificada na letra de "Selvagem". Enquanto o governo e a polícia tentam manter a ordem social (isto é, evitar a mudança nas estruturas de exploração e dominação sociais), a desigualdade se apresenta explicitamente com mendigos adultos e crianças pedindo esmolas nos semáforos. Os afrodescendentes carregam consigo a opressão herdada do Brasil escravocrata, que se reproduz na forma de salários mais baixos, menor inserção no mercado de trabalho e preconceitos e discriminação raciais. A sociedade brasileira acaba por reproduzir esse cenário de desigualdades sociais na medida em que não consegue superar a lógica da divisão social em classes. Já a letra da canção "Até quando esperar" critica formas de distribuição da riqueza social e nos convida a nos interrogar: como uma sociedade que produz tanta riqueza também produz tanta miséria? Com base na leitura do capítulo é possível dizer que, para Durkheim, esse cenário seria de anomia social. Ou seja, seria necessário regulamentar esses problemas de divisão social, tornando cada indivíduo funcional e solidário. Para Weber, o problema da desigualdade econômica deveria ser compreendido com base nas formas de distribuição da renda, da posse de bens e das oportunidades de mercado. A renda seria, assim, um mecanismo de distribuição e de divisão de poder no seio da esfera econômica. Já para Marx, a miséria produzida teria necessariamente a ver com a riqueza. Sem a produção de miséria não seria possível, na forma social capitalista, produzir riqueza. Nesse sentido, as clivagens sociais seriam expressão de grupos que têm por interesse a preservação ou não das desigualdades sociais, sejam elas econômicas, políticas, étnicas, etc.

2. As diferenças sociais são partes integrantes das sociedades contemporâneas. Toda e qualquer sociedade pressupõe diferenças sociais, desde sociedades indígenas a sociedades escravocratas, desde sociedades capitalistas a sociedades comunais. O que importa é como as sociedades se dividem e como as diferenças sociais são construídas socialmente. Nas sociedades contemporâneas as diferenças sociais podem manifestar diferenças de classe e de estratos sociais. Segundo Marx, as classes sociais expressam um modo de vida específico, isto é, expressam uma maneira de produzir e se reproduzir socialmente. Como as sociedades ocidentais contemporâneas se estruturam com base numa divisão entre aqueles que detêm e aqueles que não detêm os meios de produção, é possível dizer que a manifestação de diferenças sociais, como as de acesso a escolas de qualidade, a livros e incrementos culturais, ao lazer e ao tempo livre, à moradia de qualidade, entre outros aspectos, tem a ver com a divisão entre classes sociais. Isto aparece também nos estratos sociais. No entanto, Weber nos convida a entender as diferenças sociais pensando-as com base em esferas sociais que teriam autonomia relativa. Isto é, seria possível qualificar os estratos sociais diferenciando os aspectos relativos à situação de mercado, à distribuição do prestígio social ou, ainda, à diferenciação com base no poder político.

Contraponto

Na charge de Laerte vemos, à esquerda, o gerente ou administrador ao lado do capitalista dono da empresa (de cartola); à direita, vemos pela janela trabalhadores em greve. Há aqui uma mensagem explícita. Os gerentes, embora sejam trabalhadores assalariados, parecem "comprar" a ideologia dos capitalistas. Como vimos na seção sobre as classes médias, muitos autores entendem que o desenvolvimento das funções de gerência das empresas e indústrias no século XX criou um grupo de pessoas que não poderiam ser classificadas nem como capitalistas (pois não detêm os meios de produção), nem como proletariado (pois não executam funções manuais ou materiais e têm como base de suas tarefas elaborar e gerenciar formas de aumento do lucro e da mais-valia). Uma das saídas do impasse foi classificar esse contingente de trabalhadores pela sua ideologia. O gerente presente na charge é um assalariado como os trabalhadores em greve do lado de fora, mas sua ideologia o aproxima do capitalista, afastando-o dos interesses da classe trabalhadora.

SUGESTÕES

Leituras (Acesso em: 30 mar. 2016)

BRAGA, Ruy. O enigma da "nova classe média". *Blog da Boitempo*, 4 jun. 2012. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2012/06/04/o-enigma-da-nova-classe-media>.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Crítica Marxista*, 15, 2002. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica15-A-chauvel.pdf>.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [*on-line*]. vol. 16, n. 46, 2001, p. 5-27. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000200001&lng=en&nrm=iso>.

ITIKAWA, Luciana. Terceirização e o rapto do território do trabalho. *Blog da Boitempo*, 1 abr. 2015. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/terceirizacao-e-o-rapto-do-territorio-do-trabalho>.

SALLUM JR. Brasílio. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova* [*on-line*]. n. 65, 2005, p. 11-42. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200002&lang=pt>.

SOUZA. Jessé de. *Raça ou classe?* Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova* [*on-line*]. n. 65, 2005, p. 43-69. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200003&lang=pt>.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social* [*on-line*]. vol. 16, n. 2, 2004, p. 7-34.

Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200001&lang=pt>.

TRASPADINI, Roberta. A mulher na ótica de dominação do capital produtivo. *Ciranda Brasil*. Disponível em: <https://ciranda.net/A-mulher-na-otica-de-dominacao-do?lang=pt_br>.

CAPÍTULO 9 | SOCIOLOGIA BRASILEIRA

A Sociologia brasileira se estruturou nos anos 1930, sob forte influência da Sociologia francesa e da estadunidense. A influência cultural francesa, na verdade, já era muito forte bem antes desse período, acentuando-se com a chegada ao Brasil das teses positivistas e evolucionistas no final do século XIX.

Durante as primeiras décadas do século XX, o peso do passado colonial e imperial se fez sentir nas elaborações sociológicas que analisavam a formação social do Brasil. Em certa medida, a realidade brasileira se mostrava herdeira das desigualdades sociais características daquele período.

Uma estratégia interessante para todo esse capítulo é observar como determinadas questões se reproduzem historicamente, embora alterando sua aparência. Relacionar períodos históricos diferentes mostrando suas particularidades pode ser uma boa maneira de explicitar as teses e as questões centrais da Sociologia para cada conjuntura. Por exemplo, você pode relacionar o trabalho escravo dos períodos colonial e imperial com formas de trabalho semelhantes às da escravidão no Brasil contemporâneo. Além disso, pode estabelecer comparações entre os autores clássicos da Sociologia mundial e aqueles da Sociologia brasileira que, de alguma forma, interpretaram o Brasil tenho como referência a sociologia clássica.

1. Interpretações sobre a formação do Brasil

O final do século XIX e o começo do século XX foram fecundos quanto à tentativa de reconhecimento de uma identidade nacional. A discussão central girava em torno das características singulares que compunham a identidade da população brasileira. Autores como Oliveira Vianna (1883-1951) e Euclides da Cunha (1866-1909), entre outros, buscaram analisar essas características identitárias. As ideias de povo e nação mostraram-se, assim, como eixos da produção de conhecimento sobre nossa "natureza".

Deve-se observar que os pensadores que interpretaram o Brasil nesse início de século foram importantes para os trabalhos da geração de 1930, abordada no item 2. Não porque a nova geração se baseasse neles para produzir suas próprias interpretações, mas porque procurou superar as análises anteriores por meio de novas abordagens.

2. A geração de 1930

Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Júnior (1907-1990) são autores representativos de um momento em que a Sociologia alcança no Brasil *status* de ciência e se consolida academicamente. Tomando como base, respectivamente, as noções de miscigenação, cordialidade e economia mercantil, esses autores procuraram entender como o Brasil se formou e quais eram suas características mais significativas. Integravam uma geração que deixou uma forte herança, tanto do ponto de vista sociológico, quanto do ponto de vista social, haja vista a repercussão de muitas de suas ideias, tais como a da democracia racial, a da cordialidade e, por fim, a da ênfase na importância do contexto de expansão do mercado europeu na formação do Brasil.

3. A escravidão e a questão racial no Brasil

Em que medida a escravidão é a origem de preconceitos raciais e da desigualdade econômica no Brasil dos séculos XX e XXI? Segundo Florestan Fernandes (1920-1995), é possível relacionar os "ciclos" econômicos do período colonial no Brasil com formas de escravidão. Para esse pensador, as estruturas de dominação do período colonial foram em grande parte preservadas no século XX, quando a sociedade brasileira começa a se industrializar e urbanizar. É importante destacar que essa herança da escravidão se manifesta também na difusão do mito da democracia racial no Brasil. Segundo Fernandes, esse mito consolida a crença equivocada de que a situação de desvantagem social e econômica do afrodescendente no Brasil é fruto de sua incapacidade natural.

Essa questão pode ser enfrentada de vários ângulos. Você pode, por exemplo, discuti-la com os alunos com base em dados atuais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que mostram sensíveis diferenças entre as condições de famílias negras e brancas, tanto em relação ao emprego como à renda e a outros itens.

Neste item são citados vários autores que trataram da questão racial no Brasil. Estimule os alunos a consultar os respectivos verbetes na seção *Biografias* a fim de conhecerem um pouco da vida e da obra desses estudiosos. Se achar oportuno, você pode sugerir um aprofundamento das pesquisas, com base nos dados fornecidos nessas pequenas biografias.

4. Subdesenvolvimento e dependência econômica

O tema do subdesenvolvimento e da dependência econômica surge em um momento específico da história do Brasil. Entre os anos 1950 e 1970, com o desenvolvimento industrial e urbano, diversos autores começam a discutir sobre uma nova fase na qual o país teria entrado.

Já nos anos 1950, Celso Furtado (1920-2004) chama a atenção para a condição de subdesenvolvimento do Brasil. Entende que não se trata de uma fase que antecederia o desenvolvimento, mas de uma forma peculiar de estruturação da sociedade e da economia, deformada pela dependência em relação aos países desenvolvidos e pela manutenção de estruturas herdadas do passado colonial, como o latifúndio e a monocultura exportadora. Alguns anos mais tarde, entram em cena os teóricos da dependência, entre os quais Fernando Henrique Cardoso (1931-). Para esses autores, a dependência que se desenvolve entre as décadas de 1950 e 1970 difere da que prevaleceu entre o século XIX e os anos 1930. A nova dependência tem como eixo central a entrada de capital estrangeiro no Brasil para o desenvolvimento da indústria.

A questão do subdesenvolvimento ou da dependência pode ser explorada para tratar das relações entre o Brasil e outros países com a classe. Atualmente, o Brasil já não é visto como um país dependente. Há quase um consenso de que ele faz parte hoje do grupo de países emergentes que avançaram no processo de industrialização autônoma, ao lado de Índia, China e África do Sul (grupo conhecido por Brics, sigla formada pela primeira letra do nome desses países, incluindo o B de Brasil e também o R de Rússia, que teve uma trajetória de industrialização distinta dos demais membros do grupo). Entretanto, muitas das características do subdesenvolvimento analisadas por Celso Furtado ainda permanecem na estrutura social brasileira.

5. Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo

A reestruturação produtiva no Brasil tem particularidades, mas também reproduz aspectos daquelas ocorridas na Europa, nos Estados Unidos e no Japão desde os anos 1970, sempre com sérios efeitos para a classe trabalhadora. No Brasil, ela foi aplicada de forma decisiva na década de 1990. O número de dispensas de trabalhadores de seus empregos, a flexibilização das leis e dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho, a terceirização e, sobretudo, o aumento do trabalho informal, do subemprego e das doenças do trabalho podem ser destacados como aspectos centrais das transformações na esfera do trabalho no Brasil nas últimas três décadas.

Você pode associar esses aspectos aos que foram trabalhados nas outras seções do capítulo, chamando a atenção para o fato de que o caráter precário das condições de vida e de trabalho faz parte da estrutura da sociedade brasileira desde a época colonial. Dados sobre as condições de trabalho podem ser encontrados no Dieese e no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e são uma fonte interessante para subsidiar e aprofundar o debate sobre essa questão.

Além das relações que podemos fazer entre a exploração do trabalho em condições precárias e a escravidão ao longo do século XX (*Você já pensou nisto?*, página 200), é possível pensar com os estudantes sobre a existência, no século XXI, de trabalhadores em condições análogas às de escravidão. A ONG brasileira mais conhecida por militar pelo fim desse tipo de exploração é a Repórter Brasil (<http://reporterbrasil.org.br>). Em seu *website*, a ONG disponibiliza diversas informações sobre este grave problema social, que podem ser exploradas pelos estudantes de diferentes maneiras. Há uma seção especial, chamada "Escravo, nem pensar!" (<http://escravonempensar.org.br/>) voltada especialmente a educadores e estudantes, repleta de sugestões e dados que podem ser trabalhados em sala de aula. Auxiliados pelos conhecimentos da área de Geografia, os estudantes podem explorar, por exemplo, o Mapa Social (<http://reporterbrasil.org.br/mapasocial>) e elaborar soluções e ações que possam ser realizadas localmente para cooperar com a extinção do trabalho em condições análogas às de escravidão (acesso em: 20 abr. 2016).

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Antes da formação da Sociologia como ciência acadêmica no Brasil, que ocorreria apenas nos anos 1930, autores como Euclides da Cunha e Oliveira Vianna discutiram o Brasil procurando desvendar e analisar as características que davam ao país sua unidade. A formação do povo e da nação, a miscigenação, a questão racial e a tristeza como traço característico da identidade nacional foram temas comuns nesse período.

2. A Sociologia brasileira se consolida nos anos 1930. Nesse período, se destaca um grupo de pensadores que procuraram entender a formação do Brasil, suas características centrais e a influência do passado colonial na sociedade da época em que viviam. São representantes clássicos desse período Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Para compreender o processo de formação do Brasil, Freyre, influenciado pelo antropólogo Franz Boas, deu importância à miscigenação e à questão racial, enfatizando a presença indígena e africana na formação da cultura brasileira e a ideia de democracia racial; Sérgio Buarque, pautado nos tipos ideais weberianos, argumentou que a cordialidade seria o traço característico da sociedade brasileira, que impediria o avanço da modernização ao preservar relações de favorecimento. Já Caio Prado Jr. observou a relação do Brasil com a Europa, mostrando como a sociedade brasileira se formou economicamente com base na expansão do comércio europeu nos séculos XVI, XVII e XVIII.

3. Depois da abolição da escravidão em 1888, a inclusão do afrodescendente na sociedade capitalista brasileira reproduziu em boa medida preconceitos e discriminações sofridos no período anterior. Segundo Florestan Fernandes, as estruturas de dominação social do período colonial foram preservadas no processo de modernização capitalista do Brasil. Para

esse autor, a incorporação do negro na sociedade de classes se pauta em desigualdades sociais que estão ligadas diretamente às diferenças de cor. Tais desigualdades podem ser observadas até os dias de hoje, seja em relação a níveis de salários, seja em relação a condições de vida, moradia, índices de vitimização pela violência, etc.

4. Desde que o Brasil se formou como unidade territorial e administrativa, com a chegada dos portugueses à América no século XVI, ele já foi inserido em uma relação de dependência para com outras regiões do mundo. Essa dependência se deu, primeiramente, em relação à metrópole nos termos do "pacto colonial" e, mais tarde, após a independência, em 1822, em relação a outros países europeus e aos Estados Unidos. Essa relação ganha novas feições entre 1950 e 1970. Celso Furtado entende o subdesenvolvimento do Brasil não como uma fase ou etapa que antecederia a do desenvolvimento, mas como uma posição no interior da estrutura do capitalismo mundial, marcada por um crescimento indireto, isto é, que ocorre com base nas demandas de países mais industrializados. Para Fernando Henrique Cardoso, a industrialização no Brasil dos anos 1950-1970 não é típica apenas da sociedade brasileira, mas pode ser observada também em outros países da América Latina. Segundo ele, essa nova fase é marcada pela dependência industrial, isto é, pela transferência de capitais estrangeiros para o Brasil, trazendo ao país empresas multinacionais e reproduzindo formas de dependência industrial, financeira e tecnológica.

5. O trabalho no Brasil sempre foi precarizado, se o compararmos com o de países europeus, por exemplo. Não obstante, depois da industrialização dos anos 1950-1970 observa-se que à forma peculiar de precarização relacionada com o passado de desigualdades sociais somaram-se, nas últimas três décadas, os efeitos da reestruturação produtiva. Integrado a uma organização da produção que responde a interesses internacionais, o Brasil reorganizou sua produção intensificando, sobretudo, a terceirização, a subcontratação, com jornadas de trabalho excessivas e com rendimentos salariais muito baixos, além do aumento do trabalho informal. Esse novo cenário reproduz o passado de desigualdades sociais que vem desde o Brasil colônia e que ganhou feições distintas durante o século XX, chegando ao começo do século XXI marcado pela precarização do trabalho.

Interagindo

1. a) A letra da canção do *rapper* Gog dialoga com duas teorias antagônicas estudadas neste capítulo e também no Capítulo 4: a da democracia racial, de Gilberto Freyre, e sua recusa por Florestan Fernandes, para quem existiria uma ideologia da identidade nacional mascarando a discriminação racial. A letra expõe como, por trás do elogio à diversidade étnico-racial brasileira, existe uma pressão ideológica contra a demanda por igualdade de direitos que também se traduz em uma desvalorização da identidade do negro e do indígena. Também é possível pensar em uma relação entre a resistência às cotas e às políticas de inclusão racial por parte considerável dos setores dominantes da sociedade (majoritariamente brancos) como mais uma forma de manutenção de privilégios por meio da cordialidade, nos termos de Sérgio Buarque. Ou seja, para preservar uma desigualdade histórica, setores dominantes da sociedade adotam o discurso de uma suposta igualdade entre as pessoas, classificando as tentativas de reparação das injustiças históricas como desnecessárias ou até mesmo injustas (é comum o discurso de que cotas seriam "racistas" ou "discriminatórias", e de que trariam "privilégios"). Outro aspecto importante trazido pela letra é a reflexão sobre "racismo ou exclusão social". Como vimos no Capítulo e também na Unidade 1, existe um debate teórico em torno de racismo e classes sociais no Brasil. Do ponto de vista da canção, fica claro que, independentemente das conclusões tiradas dos embates teóricos, o negro da periferia sofre tanto pela cor quanto pela classe, ou mesmo por não se enquadrar no padrão dominante na sociedade.

b) Gog procura salientar a importância de enfrentar a situação desigual e injusta entre as raças no Brasil por meio de ações sociais. Antes de tudo, há de se reconhecer como se deram historicamente a desigualdade racial no Brasil e suas reverberações na formação social e cultural do país até a atualidade, para depois fortalecer vias coletivas que possam modificar estruturalmente este cenário. A canção indica a importância de ações como cotas raciais e demais vias de inclusão social, e expressa a necessidade de representação do negro nas instâncias coletivas de informação, produção de conhecimento e de cultura. A questão da afirmação da identidade assume papel fundamental, sendo vinculada a uma condição social que necessita ser enfrentada: a desigualdade social.

2. A letra de Chico Buarque traz uma crítica irônica à ideologia de que "é possível vencer na vida". Uma das estratégias ideológicas da sociedade contemporânea é convencer os indivíduos de que seria possível conquistar "um lugar ao sol", desde que cada um se esforce e se dedique ao máximo ao trabalho. Não obstante, quando os indivíduos não atingem tal objetivo, prefere-se dizer que são preguiçosos ou vagabundos. Chico Buarque confronta essa ideologia com a história de um indivíduo que, dentro "de sua meninice", procura "vencer na vida" de outra maneira, isto é, utilizando formas ilícitas.

Contraponto

1. A sociedade capitalista se consolidou e se expandiu no século XX com base no desenvolvimento de indústrias de massa e no consumo de massa. Dessa forma, houve uma padronização das necessidades sociais, dos gostos e dos comportamentos que fizeram com que a sociedade, mesmo muito diferenciada, se estruturasse com base em certos padrões, entre eles os habitacionais, comportamentais, artísticos, culturais, etc. Os trabalhadores, no caso da pintura de Tarsila do Amaral, foram inseridos em linhas de montagem que padronizaram suas funções produtivas. Do ponto de vista do aumento da produtividade não importavam as diferenças entre essas pessoas, mas sim o quanto elas poderiam produzir. Não obstante, é com base em diferenças de cor, de região e país que alguns grandes industriais estimulam a competição entre seus operários. Sabendo dessas diferenças sociais, eles incitam grupos de negros contra grupos de imigrantes e vice-versa, por exemplo, para obter ganhos de produtividade. Apesar de a sociedade capitalista se organizar com base num processo de padronização social, ela também opera com base em diferenciações sociais que reproduzem preconceitos, discriminações e desigualdades sociais de toda sorte.
2. A sociedade brasileira é marcada por preconceitos raciais e de gênero. As diferenças salariais são herança tanto da opressão aos afrodescendentes que percorre todo o período colonial e vai até quase o fim do período imperial, com a abolição da escravidão, quanto da opressão das mulheres, que remonta ao passado patriarcal. As diferenças salariais, como apresentadas no quadro acima, revelam que homens brancos ganham aproximadamente 40% mais que mulheres brancas, 45% mais que homens afrodescendentes e gritantes 72% a mais em relação às mulheres afrodescendentes. Em certa medida, as diferenças sexuais e de cor são utilizadas como mecanismo de lucratividade na medida em que a utilização da força de trabalho leva essas características em conta no recrutamento de pessoal. Nesse sentido, as diferenças salariais entre sexos e grupos étnico-raciais aprofundam desigualdades de longa data, marcadas por injúrias raciais e pela estrutura de dominação machista.

SUGESTÕES

Leitura (Acesso em: 30 mar. 2016)

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade* [*on-line*]. n. 107, 2011, p. 405-419. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lang=pt>.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. *Novos estudos CEBRAP* [*on-line*]. n. 80, 2008, p. 71-88. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lang=pt>.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos avançados* [*on-line*]. vol. 10, n. 26, 1996, p. 89-128. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103401419960000100014&lang=pt>.

FERREIRA, Bernardo. Do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã. "Revolução da independência" e história do Brasil em Caio Prado Jr. *Dados* [*on-line*]. vol. 51, n. 2, 2008, p. 489-509. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011525820080002000009&lang=pt>.

MUSSE, Ricardo. A revolução burguesa no Brasil. *Blog da Boitempo*, 28 mar. 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/03/28/a-revolucao-burguesa-no-brasil>.

_____. Depois de "Raízes do Brasil". *Blog da Boitempo*, 22 fev. 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/02/22/depois-de-raizes-do-brasil>.

RIBEIRO, Djamila. A questão das mulheres negras precisa ser central. *Blog da Boitempo*, 8 mar. 2016. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2016/03/08/a-questao-das-mulheres-negras-precisa-ser-central/>.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos avançados* [*on-line*]. vol. 19, n. 53, 2005, p. 371-377. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103401420050001000024&lang=pt>.

TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência: da invisibilidade forjada à visibilidade reconstruída. *Revista Pensata*, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/6Traspadini.pdf>.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. *Revista brasileira de Ciências Sociais* [*on-line*]. vol. 26, n. 76, 2011, p. 39-62. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000200003&lang=pt>.

WEFFORT, Francisco. Nota sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional. *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971, p. 1-24. Disponível em: <www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/nota_sobre_a_teoria_da_dependencia.pdf>.

CAPÍTULO 10 | TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA SOCIOLOGIA

Neste capítulo, analisamos alguns dos temas da Sociologia contemporânea. Procuramos abordar sobretudo os que se referem às transformações sociais ocorridas ou intensificadas nos últimos quarenta anos. Trata-se, portanto, de um recorte histórico e teórico, já que seria impossível, nos limites de um livro didático para o Ensino Médio, considerar toda a vasta produção sociológica das últimas décadas. De modo geral, o capítulo traz autores que abordam as consequências sociais de temas como

globalização, neoliberalismo, terceirização, comunicação e entretenimento de massa, precarização do trabalho, robótica, microeletrônica, internet, crise ambiental. Outros sociólogos apresentados elaboraram novas teorias sobre a sociedade em sentido mais amplo, inspirados pelas diferentes teorias clássicas.

É importante ter em mente que as explicações sociológicas elaboradas nesse período só se garantem teoricamente quando se explicita o edifício histórico-estrutural em que foram construídas. Observar esse recorte histórico e teórico pode ser o ponto de partida da reflexão a ser feita na sala de aula.

Nessa reflexão, destaque os aspectos geopolíticos que envolveram a elaboração das teses abordadas no capítulo, observando que em sua maioria elas foram desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos. O enunciado dessa relação entre o contexto geopolítico e a produção de novas explicações sociológicas já constitui, por si só, um bom tema de debate na sala de aula, sobretudo se pensarmos na difusão dessas teorias na América Latina e, particularmente, no Brasil.

Você pode promover um debate prévio com os alunos em torno da seguinte questão: o que mudou e o que permaneceu no mundo atual em relação ao mundo em que viveram (e construíram suas teorias) Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber?

1. A indústria cultural

Nesse item, a discussão central diz respeito ao processo de mercantilização da arte e da cultura nas sociedades contemporâneas. A intensificação da produção de mercadorias, iniciada pelo taylorismo e pelo fordismo, se expande e alcança os domínios da vida simbólica. A produção cultural e artística passa a tomar a forma de uma mercadoria estrito senso, na medida em que passa a operar como mero objeto de lucratividade capitalista. Quando a produção capitalista utiliza a reprodutibilidade técnica para transformar cultura e arte em mercadoria, estas se transformam em expressões ideológicas que reproduzem as ideologias de mercado. Subtrai-se, com isso, o conteúdo crítico da cultura e da arte, transformando-as em mercadorias simples, trocadas como outra mercadoria qualquer. A esse tipo de produção da arte e da cultura impregnados e determinados pelos interesses do mercado Adorno e Horkheimer denominam indústria cultural.

É importante levar temas contemporâneos à sala de aula, formulando questões que problematizem o papel do cinema e da televisão, meios de comunicação mais próximos da vida de muitos estudantes. Eles devem ser levados a questionar o sentido de determinados empreendimentos artísticos e culturais, interrogando em que medida o fazer sucesso tem a ver com as competências artísticas e culturais de determinados indivíduos ou com meras criações da indústria cultural para garantir sua lucratividade. Afinal, a arte e a produção cultural têm a ver com o mercado ou com a qualidade da obra de arte?

2. A Revolução Informacional

Como as tecnologias da informação e da comunicação libertam e, ao mesmo tempo, aprisionam as pessoas? Essa dupla dimensão talvez seja o melhor caminho para explorar o tema. Ao mesmo tempo que, idealmente, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) criam mais tempo livre – já que podemos fazer alguns tipos de trabalho, nos comunicar e agilizar os processos decisórios de qualquer parte do mundo –, elas intensificam a produção e o estresse no trabalho, pois ampliam a jornada de trabalho, que extravasa o horário fixado pelas leis trabalhistas.

A questão aqui é: as NTICs devem ser pensadas de maneira diferente ou estão ainda fundadas nas mesmas determinações sociais do lucro e do aumento da produtividade? Será que elas promovem um novo tipo de trabalho criativo e inventivo ou apenas aprofundam a exploração das capacidades intelectuais do trabalho coletivo?

Um caminho interessante para discutir a questão é orientar os alunos a contabilizar o tempo gasto por eles (ou por seus pais, vizinhos ou conhecidos) nessas atividades e comparar esse tempo com o que é gasto na produção de mercadorias em geral.

Apesar de as empresas e as classes sociais economicamente privilegiadas estarem quase totalmente integradas à "revolução informacional" no Brasil, ainda vivemos uma situação muito desigual no que diz respeito ao domínio dessas ferramentas. As "desigualdades digitais" são um tema interessante, que pode ser trabalhado tanto com professores de Informática quanto com professores de Filosofia (abordando a relação entre conhecimento e poder), de Matemática (desmistificando o funcionamento dos programas de computador, por exemplo, que se baseiam em linguagem binária e que praticamente todas as pessoas são capazes de aprender) e de Geografia (no trabalho com mapas e examinando os processos de globalização que acompanharam essa revolução). A publicação *Mapa da inclusão digital*, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV/RJ, disponível na internet (<www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf>, acesso em 20 abr. 2016), traz uma série de dados analisados sobre esse tipo de desigualdade. Essa publicação pode ser explorada de muitas maneiras em sala de aula, conectando diferentes disciplinas, como mencionado anteriormente. É importante ressaltar que diferentes níveis de domínio sobre ferramentas informacionais apenas ganham *status* de desigualdade porque há um poder social, econômico e político associado a tais habilidades, nos dias de hoje. Também é uma oportunidade para apresentar os estudantes à ideia de "sociedade da informação".

3. Valorização e financeirização do capital

O capital se movimenta ao longo do tempo, adota formas e cresce ou se contrai em fases distintas. Essas fases estão relacionadas à luta travada com o trabalho. A partir dos anos 1970, teve lugar um processo de financeirização do capital que predomina até hoje.

Seu objetivo era recompor e ampliar a lucratividade das empresas. É importante deixar claro que a relação entre produção e crédito (base da finança) é própria do capitalismo como sistema. No entanto, no período destacado o capital financeiro passou a predominar em relação ao capital produtivo, criando um valor fictício cada vez maior em relação à produção.

Ao abordar esse tema em sala de aula, explique aos alunos o que são as bolsas de valores e como são elas que avaliam a dinâmica do mercado e podem projetar uma valorização ou desvalorização maior ou menor do que a da produção real. Uma descrição histórica de como ocorre o processo de globalização do capital poderia também enriquecer a discussão.

4. Modernidade e pós-modernidade

Para muitos autores, modernidade e pós-modernidade se entrecruzam. Haveria nas sociedades contemporâneas aspectos característicos dessas duas épocas? Ou o discurso pós-moderno seria um mecanismo de conformação das pessoas às novas modalidades de dominação no capitalismo? Como o tema é muito complexo, é fundamental começar pelas definições de modernidade e pós-modernidade. Feito isso, pode-se dialogar com essas perspectivas, assinalando seus limites.

É preciso abordar, por exemplo, certo pessimismo quanto ao fim das grandes narrativas, das explicações generalizantes, haja vista um processo de heterogeneização social fruto das novas formas de trabalho e da diversidade das lutas políticas. Ao mesmo tempo, você pode tratar criticamente de alguns modismos que estabeleceram o fim da história, das utopias e das ideologias, e relativizá-los à luz da necessidade de pensar os limites que certas formas de luta política, como a ecológica, têm na sociedade capitalista.

Para expandir a discussão sobre o desenvolvimento da economia capitalista e as desigualdades no Brasil, um tema interessante é a mudança na configuração da distribuição de renda no Brasil a partir das políticas de renda de cidadania, como o Bolsa Família. Discutimos, no capítulo anterior, um pouco sobre as relações entre consumo e cidadania. Agora, podemos articular três vértices do debate, relacionando consumo, cidadania e desenvolvimento.

Você pode iniciar uma aula, por exemplo, colocando esses três conceitos no quadro e pedir aos estudantes que esclareçam o significado desses conceitos. É importante frisar que quando falamos de "desenvolvimento" podemos falar tanto da economia (desenvolvimento econômico) quanto de melhores condições de vida para a população de um país (desenvolvimento humano), sendo que ambas as interpretações em geral estão relacionadas no capitalismo moderno. A partir daí, pergunte aos estudantes as relações que eles enxergam entre os três "vértices". Fomente a discussão até que se toque no ponto de "políticas públicas" ou "intervenção do Estado". Escreva uma dessas duas palavras-chave no centro do triângulo.

Peça aos alunos que, em grupos, pesquisem políticas públicas ligadas à distribuição de renda. Aqui cabem políticas como o Bolsa Família, ou políticas econômicas de microcrédito, cobrança progressiva de impostos, etc. Cada grupo deve escolher uma política pública dessas, executada local, regional ou nacionalmente, e fazer uma breve pesquisa sobre como ela funciona. Peça aos grupos que encontrem principalmente dados sobre mudanças sociais causadas pela política estudada, em zonas urbanas e rurais. É importante adaptar o conteúdo da pesquisa ao contexto de vida de seus alunos. Se você leciona em uma zona rural, por exemplo, talvez um enfoque nas políticas de microcrédito, de fomento à agricultura familiar, etc. sejam uma boa forma de conectar o conteúdo de Sociologia com o cotidiano de seus alunos.

Com as informações em mãos, peça aos estudantes que elaborem uma forma criativa de apresentá-las. Pode ser um poema, um vídeo, uma canção, um infográfico, uma maquete, um cartaz, um teatro de fantoches, etc.

5. Campo simbólico e esfera pública: dois temas contemporâneos

Pierre Bourdieu (1930-2002), em sua teoria da reprodução social, entende que as práticas simbólicas são fundamentais para a compreensão das sociedades contemporâneas. Partindo, como Habermas (1929-), de uma crítica a certas teses economicistas de autores marxistas, Bourdieu explora as determinações simbólicas como práticas sociais que, juntamente com as econômicas, proporcionariam a distribuição de bens materiais e simbólicos que configurariam as sociedades capitalistas e suas formas de integração social.

A noção de *habitus* como conjunto de padrões de sensibilidade e comportamento que orientam a ação social é de significativa importância, sobretudo quando Bourdieu procura estabelecer os nexos causais entre a ação social e a estrutura social. O modelo da escola como reprodutora das desigualdades simbólicas, representadas socialmente como desigualdades econômicas, é exemplar para caracterizar o pensamento de Bourdieu. O conhecimento dos saberes das classes dominantes pelo aluno é confirmado pela distribuição de títulos escolares, o que reproduz culturalmente as desigualdades sociais, duplicando-as. A educação mostra-se, dessa forma, como um campo a ser explorado em sala de aula, em especial para desconstruí-la como instituição neutra e desinteressada.

A teoria social de Habermas é uma das mais complexas e inovadoras da segunda metade do século XX. Partindo do pressuposto de que a teoria marxista não conseguiria mais responder aos problemas das sociedades contemporâneas, esse autor desenvolve um arsenal analítico que resgata os clássicos da Sociologia para estabelecer um novo quadro de análise social. Sua teoria parte da relação entre o aspecto conservador das relações sociais capitalistas e um componente positivo e integrador dessa sociedade. De um lado, a racionalidade instrumental; de outro, o agir comunicativo são os

aspectos centrais da teoria de Habermas, segundo a qual o desenvolvimento dessa racionalidade instrumental deve ser freado pela ação dos movimentos sociais na esfera pública.

Você pode propor aos alunos um debate interessante: como produzir as ações políticas de movimentos sociais para que o mundo da vida não seja colonizado pelo sistema? Exemplos históricos de como isso se verifica ou não são essenciais para discutir o tema.

Para ampliar o debate do *Você já pensou nisto?* (p. 220) sugerimos que a competência discursiva, como forma de pressão social e poder dos movimentos sociais ligados a direitos de minorias, também seja analisada de forma concreta com seus alunos, a partir do contato com aqueles que chamamos de *cyberativistas*. As pessoas que realizam militância pela internet em geral dependem da competência discursiva para mobilizar outros em prol de sua causa. Você pode escolher uma causa social ligada ao cotidiano de seus alunos, por exemplo, e levar *blogs* de *cyberativistas* para a sala de aula como forma de colocá-los em contato com esse tipo de atuação política. Realizar uma entrevista sobre os sentidos do *cyberativismo* nos dias de hoje, com um desses blogueiros ou uma dessas blogueiras, também pode ser um interessante exercício individual ou em grupo.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. O que se convencionou chamar de Revolução Informacional não altera estruturalmente as relações sociais nas sociedades capitalistas: dessa maneira, o termo revolução deve ser relativizado. Em termos analíticos, alguns autores entendem que as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) seriam distintas das tecnologias e maquinários anteriores na medida em que demandariam uma participação ativa, criativa e inventiva do trabalhador. Por serem sistemas operacionais, requisitariam maior uso de trabalho intelectual para funcionar adequadamente, não permitindo uma taylorização das atividades produtivas. Ou seja, o tipo de trabalho que demandariam seria diferente do trabalho rotinizado da indústria fordista porque estabeleceria uma efetiva participação do trabalhador no processo de organização de suas atividades. Isso teria, segundo essa perspectiva, um desdobramento político. Na medida em que os trabalhadores passassem a controlar suas atividades, seria criado um campo de possibilidades de novas ações políticas, sobretudo no que se refere à sua liberdade produtiva.

2. A financeirização da economia capitalista pode ser pensada como uma fase histórica de sua organização. Isso não quer dizer que os princípios centrais das finanças não fossem atuantes desde o início do capitalismo. Como Marx observou no século XIX, o crédito (capital portador de juros) é uma forma de potencializar a valorização do capital. Não obstante, essa forma de organização da economia política capitalista tornou-se predominante a partir dos anos 1970, com a tentativa por parte do capital de recompor suas taxas de lucro. Essa recomposição tornou-se possível, entre outros fatores, pela mundialização do capital, isto é, pela liberalização dos fluxos de capital pelo mundo. A financeirização fundamenta-se não no crédito sob a forma de capital portador de juros que é investido na produção, mas sob a forma de capital fictício, ou seja, um crédito que não é investido na produção e opera sob a forma de rendimento nas bolsas de valores. A ampliação desse tipo de capital fez com que se afirmasse o predomínio do capital financeiro em relação ao capital produtivo. Nesses termos, sob o signo do capital financeiro, o processo de valorização do capital se aprofundou nos últimos anos.

3. São vários os autores e teses que discutem as diferenças entre a modernidade e a pós-modernidade. Podemos afirmar que a modernidade é expressão de uma época histórica e tem como eixo central a crença no desenvolvimento racional e na possibilidade de resolver os problemas da humanidade com base no conhecimento científico e no desenvolvimento econômico. Esses princípios racionais seriam formas de compreensão universais e totalizantes. A pós-modernidade busca negar esse discurso universal e totalizante, afirmando que na atualidade as relações sociais são fragmentadas, efêmeras, diversas e heterogêneas. As teorias da pós-modernidade se fundamentam, assim, na premissa de que a realidade é multiforme e não poderia ser explicada com base em uma teoria totalizante, sendo necessário pensar a realidade a partir de suas singularidades que não necessariamente teriam ligações mútuas. No entanto, muitos autores contestam a existência da pós-modernidade, afirmando, em vez disso, ou uma radicalização das consequências da modernidade (como Giddens), ou uma ilusão de mudança, de efemeridade e de valorização da diversidade que esconde a persistência de estruturas de poder (como Harvey).

4. Bourdieu entende a escola como instituição que reproduz as desigualdades sociais preexistentes ao se basear na transmissão de conhecimentos das classes dominantes. A escola transmite esses conhecimentos sob uma aparência de neutralidade, de modo que aqueles mais familiarizados com esses conhecimentos antes do ingresso na escola – os alunos provenientes das classes dominantes – já partem de uma posição privilegiada. A concessão de títulos e méritos a esses alunos reforçaria e reproduziria a desigualdade.

5. Para Habermas, nas sociedades capitalistas predomina a racionalidade instrumental, que segue uma lógica econômica e burocrática. A racionalidade instrumental tende a se desenvolver e invadir locais ainda preservados e nos quais prevalecem a solidariedade e a identidade de grupos sociais – o mundo da vida.

Segundo Habermas, tratar-se-ia de um processo de "colonização" do mundo da vida pelo sistema, isto é, a racionalidade instrumental tentaria, com base no dinheiro e no poder, invadir essas esferas ainda não dominadas por ela. O agir comunicativo dos movimentos sociais desenvolvido na esfera pública poderia frear esse processo e impedir que a economia e a burocracia invadam esses espaços sociais.

Interagindo

1. a) O título e a letra da canção de Tom Zé e Gilberto Assis remetem a um descompasso entre aquele que pergunta e sua época histórica. O título, *Defeito 2: Curiosidade*, evoca algo que estaria fora do lugar. Como a curiosidade poderia estar fora do lugar nas sociedades capitalistas? Ser curioso aparece na letra como algo que não cabe no maquinismo das sociedades modernas. Há, nesse caso, um desajuste do ser humano em relação aos padrões de comportamento e de produção sociais. Esse desajuste, no entanto, não é entendido pelo autor como negativo. Vemos isso nas perguntas da canção: *"Quem é que tá botando dinamite/Na cabeça do século?/Quem é que tá botando tanto piolho/Na cabeça do século?/Quem é que tá botando tanto grilo/Na cabeça do século?"*. Esses questionamentos se dirigem a uma rotina das atividades produtivas e tem relação direta com o conflito entre sistema e mundo da vida que Habermas coloca em sua teoria do agir comunicativo. O defeito aqui é um vazio a ser preenchido com curiosidade, inteligência, sagacidade e espírito crítico.

b) "Botar dinamite na cabeça do século" seria o mesmo que explodir o sistema. Tem relação com um processo crítico e revolucionário de contestação da lógica produtiva. Se relacionarmos essa expressão ao título do álbum de Tom Zé, *Com defeito de fabricação*, veremos que as expressões culturais e sociais que não se encaixam socialmente nos padrões de produção e reprodução sociais sob o capitalismo são abafadas. É interessante notar que se trata de um compositor que quase sempre esteve à margem da indústria cultural, com uma obra crítica e esteticamente inovadora que não se encaixava nos parâmetros mercadológicos. Se recorrermos à análise de David Harvey sobre o processo de radicalização da modernidade, no sentido de que o trabalho têm se intensificado e a relação espaço-tempo se ajustado para otimizar a produção capitalista, perceberemos que as imposições multifuncionais das empresas e indústrias capitalistas fazem com que o trabalho ocupe todo o tempo do trabalhador, até mesmo os horários destinados ao descanso e ao lazer. É comum que mesmo em fins de semana e nas férias os profissionais que executam trabalho imaterial recorram ao celular, *smartphone* ou *tablet* para responder a *e-mails* relacionados ao trabalho e executar serviços para a empresa da qual são funcionários.

2. a) A letra de Chico Science está marcada por uma postura crítica e de resistência em relação à sua condição social. Organizar-se politicamente (e não necessariamente de forma partidária) remete à desorganização do que está posto pela sociedade. Ou seja, a necessidade de organizar-se politicamente remete à necessidade de desorganização da ordem social que oprime o indivíduo e o submete a uma realidade aviltante e de "tamanha desgraça". A letra pressupõe, então, que, à medida que o indivíduo se organiza, ele pode desorganizar as estruturas sociais que lhe impõem sofrimento e miséria. Acima de tudo, organizando-se ele pode desorganizar porque pode questionar a si próprio, sua ação social e política nesse processo, isto é, pode pensar também sobre a sua situação.

b) Sim, a letra é expressão desse dilema. A sua condição de penúria social lhe impõe a necessidade de, em uma situação social extremamente adversa, chegar à organização individual e política para sair dessa situação. A frase "Da lama ao caos, do caos à lama" mostra essa situação de conflito na qual o personagem se encontra.

Contraponto

1. As tecnologias de informação e comunicação abriram nos últimos tempos canais de sociabilidade desconhecidos até então. As trocas de *e-mails* e participação em redes sociais e *blogs*, os jornais, revistas e livros eletrônicos aos quais podemos ter acesso permitem novas formas de organização coletiva e de divulgação de ideias, como se pode ver na imagem com o homem filmando a manifestação. A utilização dessas novas tecnologias, contudo, não é por si só emancipadora ou libertária. Ao afirmar que "o capitalismo não está funcionando", a faixa reforça a constatação de que as novas tecnologias não diminuíram nem mesmo eliminaram as desigualdade sociais. Na verdade, o desenvolvimento dessas tecnologias não se configura como algo neutro e que serviria ao interesse público. Apesar de terem uma dinâmica distinta das tecnologias tradicionais integradas às máquinas, essas NTICs ainda têm como objetivo aumentar a produtividade do trabalho, mesmo porque a jornada de trabalho também se dilata. A conjunção da robotização e da informatização da produção com essa cobrança por maior produtividade do trabalho também levou à redução do número de trabalhadores empregados, aumentando, por um lado, a lucratividade das empresas e, por outro, o desemprego.

2. O momento histórico atual é fruto de inúmeras transformações econômicas, políticas e sociais trazidas pela "reestruturação do capital" entre meados do século XX e início do século XXI. Essas transformações, por outro lado, trouxeram à tona "novas" demandas – na realidade, questões muito antigas, mas que só recentemente conseguiram maior repercussão –, que

não seriam diretamente relacionadas à luta de classes. Essas demandas atuais se manifestariam nos chamados "novos movimentos sociais". Os movimentos feministas são exemplo disso. A imagem ilustra uma manifestação de um movimento social feminista presente em diversos países, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), cujo lema é: "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres". Essa frase faz alusão às diferentes desigualdades sociais sofridas pelas mulheres, que incluem desigualdades de classe, étnico-raciais, de geração, de sexualidade, entre outras.

SUGESTÕES

Leitura (Acesso em: 30 mar. 2016)

BIROLI, Flávia. O feminismo como projeto transformador: as vozes das Margaridas. *Blog da Boitempo*, 28 ago. 2015. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/08/28/o-feminismo-como-projeto-transformador-as-vozes-das-margaridas>.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. *O Olho da História*, n. 18, Salvador, jul. 2012. Disponível em: <http://oolhodahistoria.org/n18/artigos/chesnais.pdf>.

EAGLETON, Terry. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. *Crítica Marxista*, n. 2, 1995, p. 53-69. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo265artigo10artigo3%20(1).pdf>.

LÖWY, Michael. *Habermas e Weber*. *Crítica Marxista*, n. 9, 1999, p. 79-86. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo61Artigo3.pdf>.

MORAES, Denis. O papel e os desafios da comunicação contra-hegemônica em rede. *Blog da Boitempo*, 27/02/2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/02/27/o-papel-e-os-desafios-da-comunicacao-contra-hegemonica-em-rede/>.

PINTO, Nelson Prado Alves. O capitalismo financeiro. *Crítica Marxista*, n. 5, 1997, p. 9-27. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica5parte1.pdf>.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Revista INTERthesis, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>.

ROSENFIELD, Cinara L.; ALVES, Daniela. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. *Dados* [*on-line*]. vol. 54, n. 1, 2011, p. 207-233. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582011000100006&lang=pt>.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, p. 60-70. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413247820020002000005&lang=pt>.

CONCLUINDO 2

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Capítulo 6

1. a) As férias, a escola, o trabalho, como tantas outras atividades e instituições sociais, são resultado de construções históricas. Tiramos férias porque houve uma luta histórica para que o direito a férias fosse implementado em lei. As férias escolares também são um resultado histórico de como a educação foi organizada em nosso país. Lutas históricas dos trabalhadores regulamentaram a jornada de trabalho em 8 horas por dia, sendo no máximo 44 por semana. Na tirinha, a rotina do personagem o força a descansar nas férias. No entanto, suas férias coincidem com as férias de muitas outras pessoas. Ele se vê em meio a um estresse parecido com aquele que tem em seu trabalho e se encontra, outra vez, com vontade de sair de férias, para tirar férias de suas férias!

b) Vemos que a tirinha tem como cenário provável o litoral, região do território brasileiro que foi primeiro e mais intensamente ocupada a partir da colonização portuguesa. Com o avanço da modernização e do capitalismo no Brasil, o litoral ganhou gradualmente uma importância como local de lazer dos trabalhadores brasileiros. Essa valorização levou a uma ocupação desordenada, destruindo grandes áreas de mata nativa e produzindo problemas ambientais.

2. a) É possível responder a essa questão levando-se em conta a sociologia de Durkheim. Como, para o autor, a divisão do trabalho ou especialização profissional é um elemento positivo que cria uma interdependência entre os indivíduos, poderíamos dizer que, por um lado, com o aprofundamento da divisão do trabalho, mais produtos são criados e colocados no mercado à disposição do consumidor. Por outro, o consumismo pode ser visto como uma doença da sociedade que precisaria ser sanada. Assim, mesmo que Durkheim entenda que o desenvolvimento da especialização é positivo, ele apontaria o consumismo como um desvio funcional que precisaria ser corrigido. Vemos, portanto, tanto no trecho do texto quanto no filme, que há uma relação entre a variedade de produtos ofertados, vindos de trabalhos cada vez mais especializados, e de seu consumo desenfreado.

b) O aumento da produtividade pode ser analisado dentro da teoria de Marx. Segundo esse autor, para que a classe capitalista aumente sua lucratividade é necessário também aumentar a produtividade do trabalho. Como a produção tem como finalidade a venda de produtos, quanto mais se produz, mais se criam mecanismos para que a venda seja realizada. Podemos notar isso em comerciais televisivos e nas rádios, *outdoors*, revistas, cinemas, teatros que expõem produtos os mais variados. No texto do jornalista Daniel Piza, o autor depara

com um livro de história infantil que faz referência a vários produtos e modas específicas, isto é, uma história infantil que anuncia produtos para serem vendidos. Caso seja possível, indique ou reproduza trechos do filme *Surplus* (2003), do diretor Erik Gandini, que mostra como se produzem necessidades que não são tão necessárias. Notamos, portanto, que a indústria se esforça para que seus produtos sejam consumidos e, com isso, o consumismo se torne uma prática social comum. O resultado desse processo no meio ambiente é que é cada vez maior o uso que fazemos de recursos naturais (minérios, água, madeira, etc.) para sustentar o consumo exagerado que é estimulado pelo capitalismo; ao mesmo tempo, uma maior produção gera necessariamente maior quantidade de resíduos a serem descartados. O meio ambiente, portanto, é duplamente atingido pelo modelo cultural de consumo do capitalismo.

c) O consumo exagerado, ou o consumismo, é na maioria das vezes relacionado a um tipo de comportamento obsessivo. Comprar marcas famosas, produtos de grife, produtos baratos ou em promoção é uma ação que se orienta pela ação de outras pessoas. Assim, a teoria da ação social de Weber nos auxilia no entendimento do consumismo, ao problematizar essa prática como uma ação motivada pelas ações de outros indivíduos. Minha ação pode ser orientada, assim, pelas pessoas ao meu redor, que compram muitos produtos, isto é, que são consumistas e legitimam minha ação individual ou, ainda, por novelas, jornais, propagandas, etc. que incentivam o consumismo.

   Comentário: As marcas mencionadas no artigo citado nesta atividade foram mantidas propositadamente com finalidade didática, pois o tema debatido é consumismo. Tomamos o devido cuidado autoral de não recomendar qualquer tipo de produto ou empresa nessa ou em qualquer outra passagem do livro.

d) O consumismo é um fenômeno social que tem origem nas sociedades contemporâneas, sobretudo a partir da massificação da produção de mercadorias. No momento em que as indústrias começaram a organizar sua produção em série, foi necessário criar um mercado consumidor para seus produtos. Nesse sentido, desde campanhas de publicidade que vendem estilos de vida efêmeros até pesquisas científicas que visam diminuir ao máximo a durabilidade de produtos são realizadas para viabilizar o aumento da produção e da venda de produtos. Cria-se com isso a necessidade de vender também a ideologia do consumo: quem consume mais e tem mais produtos da última moda tem, por consequência, mais *status* social entre os seus pares. Portanto, não se trata de uma questão individual, mas que é internalizada pelos indivíduos em razão de uma pressão social.

3. a) A violência não é uma característica particular das sociedades contemporâneas. Na verdade, são as causas da violência e o conteúdo da violência que podem ser considerados ou não aspectos sociais particulares das sociedades contemporâneas. As causas que levam ao roubo são quase sempre históricas e sociais. Nesse sentido, devem ser avaliadas com base no processo histórico da sociedade e analisadas em um escopo mais amplo que o ato do roubo.

b) Ela se refere às desigualdades sociais que as classes mais pobres de nossa sociedade enfrentam. Os mais pobres são acometidos por inúmeros problemas sociais que passam pela ausência do acesso à saúde, à educação, à moradia, etc., produzindo assim "vítimas sociais". Isto é, aquele que cometeu o crime é considerado pela companheira do vitimado vítima da sociedade em que vive.

c) O autor compartilha da opinião da companheira da vítima. Para ele, o comum seria interpretar o fato como algo que merece uma punição no mesmo nível do crime, o "olho por olho, dente por dente". No entanto, ele entende que seria preciso fazer uma leitura mais ampla desse processo, analisando-o com base nos problemas sociais que o Brasil atravessa. Uma morte deveria ser sempre entendida como uma morte, independentemente da classe social da vítima.

d) Na maioria das vezes, a morte nos bairros mais ricos tem maior exposição e é tratada de uma forma mais densa e crítica na mídia, principalmente por acontecer em menor número, em razão da segurança pública e privada que esses bairros têm. No morro do Dendê a morte é tratada como uma banalidade, as pessoas que morrem lá são tratadas pelos meios de comunicação de massa como números; já nos bairros ricos, elas têm nome e sobrenome.

e) A sociedade brasileira não é simpática e nunca foi. Ela não é simpática nem carrancuda; não é boa nem má. Como a maioria das sociedades ocidentais, tem índices elevados de criminalidade, e essa criminalidade tem origem social, e não em uma suposta perda de simpatia. A ideia de que os brasileiros são uma coisa ou outra faz parte dos mitos construídos por nós mesmos e que têm a função de preencher um vazio explicativo – é o senso comum. Esse tipo de procedimento mistifica a realidade e torna ainda mais difícil a resolução das desigualdades sociais e da criminalidade.

Capítulo 7

1. a) Deve ficar claro nesta atividade que se trata de um exercício de aproximação ao pensamento dos três autores, pois não é possível garantir a resposta exata que eles dariam. Pensando na animação, segundo Durkheim, os indivíduos que se colocam a serviço dos demais nas tarefas cotidianas estão integrados em uma sociedade de solidariedade orgânica, pois a divisão do trabalho social estabelece funções especializadas para os diferentes membros da sociedade. Já a perspectiva marxista veria situações de alienação, em que o ser humano

deixa de ter controle sobre seu próprio trabalho e é reificado. Por fim, o ponto de vista weberiano procuraria compreender a ação dos indivíduos no contexto histórico. Com relação ao texto do jornal, ele é claramente contrário à perspectiva marxista, pois apresenta uma oposição à instituição de mais garantias trabalhistas.

b) Com base na leitura desse capítulo e do editorial e assistindo ao curta-metragem *O emprego*, é possível dizer que o trabalho é fundamental na vida social. A história do capitalismo é marcada por grandes transformações produtivas que geram novos postos e tipos de trabalho. No entanto, permanece, como elemento estrutural, a exploração do trabalho assalariado. No editorial da *Folha de S.Paulo*, há uma opinião controversa sobre a redução da jornada de trabalho. O editorial indica que, se a jornada fosse reduzida, os próprios trabalhadores seriam prejudicados. Não obstante, do ponto de vista de quem trabalha, a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, configura-se como algo muito positivo. No filme, vemos materializado algo que, à primeira vista, não está explícito. Todos os objetos, todas nossas instituições, casas, prédios, escolas, religiões, crenças, esportes são construções humanas. De uma maneira geral, tudo isso é fruto do trabalho humano. Vemos na animação uma crítica à alienação, à exploração do trabalho geral no capitalismo, pois quando vemos uma mesa, um tapete, uma geladeira, um fogão, um carro ou qualquer outra mercadoria, não vemos os trabalhadores que as produziram, vemos apenas um preço. No entanto, todos esses objetos são expressão do trabalho, da exploração do trabalho assalariado.

c) O editorial parece tratar a questão do emprego a partir do ponto de vista do capitalista, ou melhor, da estrutura capitalista. Não coloca em questão se a redução da jornada de trabalho melhorará a vida dos trabalhadores. O centro da análise do editorial é se a economia capitalista vai ou não crescer, vai ou não ser prejudicada. A economia capitalista é, na prática, a capacidade de exploração do trabalho para gerar mais lucros. Isto é, o que parece importar no editorial é a manutenção das formas de organização do trabalho. Quando o editorial diz que o custo do trabalho se elevará, está fazendo referência a quanto o capitalista gastará com pagamento de salários. Se o custo do trabalho aumenta, diminui a parte dos lucros dos capitalistas. Nesse sentido, o editorial parece indicar a preservação das condições de trabalho no Brasil.

d) Vimos que no século XX houve grandes transformações produtivas. Essas transformações produtivas foram acompanhadas por transformações políticas dos Estados e governos pelo mundo. Com a produção taylor-fordista surgiu um tipo de Estado (de Bem-Estar Social) que atendeu a certas reivindicações trabalhistas, como a regulamentação das jornadas de trabalho, do direito à greve, bem como aumentos de salários diretos e indiretos (férias e seguro-saúde). No entanto, esse tipo de produção era em série, isto é, se produzia em massa e, portanto, era necessário consumir em massa para garantir a lucratividade das empresas. O padrão social de consumo foi alterado. Ter uma família feliz era ter casa, carro e todos os eletrodomésticos possíveis. Cria-se, assim, um modo de vida completamente atrelado às formas de produção e de exploração do trabalho. Por conta do decréscimo das taxas de lucro a partir dos anos 1960, uma nova reestruturação produtiva é implementada. Para consolidar institucionalmente essa transformação, configura-se um novo modelo de Estado orientado por políticas neoliberais que vem atender aos interesses desse novo tipo de produção. Mais uma vez, um novo modo de vida, dentro da ordem capitalista, é formado, inspirado pelas condições flexíveis de trabalho e pela desregulamentação das relações trabalhistas. Agora, o Estado não privilegia as políticas trabalhistas e transfere para o mercado a responsabilidade de atender questões básicas como a saúde e a educação.

2. a) As reestruturações produtivas podem ser as maiores causadoras do desemprego. A substituição de trabalhadores por máquinas (isto é, de trabalho vivo por trabalho morto) é essencial para aumentar a lucratividade das empresas capitalistas. Essas reestruturações produtivas têm dupla dimensão: ao mesmo tempo que aumentam a produtividade, acelerando o ritmo da produção, estabelecem um maior controle do coletivo de trabalho.

b) O desemprego gera uma massa de trabalhadores em situação precária, levando a um aumento do descontentamento social com o modelo de sociedade capitalista. Por outro lado, as reestruturações acabam por diminuir o preço do salário, aumentar a produção e aumentar o lucro do capitalista. Esses processos resultam em diferenciações radicais entre as classes sociais, que trazem consequências como a ampliação da desigualdade social.

c) Um processo comum no mundo contemporâneo é a mudança da produção para países onde a força de trabalho é mais barata e existe menos controle do mercado de trabalho. Ou seja, a reestruturação produtiva também leva à mudança de lugares de produção, causando desemprego nos países centrais, como ocorreu na primeira década do século XXI.

3. a) A NTICs não trazem necessariamente melhores condições de vida e de trabalho para o trabalhador. Na medida em que são utilizadas para aumentar a produtividade do trabalho, elas podem contribuir para aumentar a carga de trabalho do trabalhador dentro e fora do local de trabalho. Aparentemente, tais ferramentas eletrônicas trariam melhores condições de trabalho, pois poupariam horas de trabalho. Não obstante, o que se nota não é a redução da jornada de trabalho, mas sim seu aumento, e, mais do que isso, o aumento da intensidade produtiva.

b) As novas modalidades de trabalho que se utilizam das NTICs não reduzem o tempo de trabalho, na medida em que o tempo de trabalho é determinado socialmente. Mesmo que se aumente a produtividade, isso não se converte em redução do tempo de trabalho e, consequentemente, em liberação do trabalhador para atividades de lazer. Uma vez universalizadas tais tecnologias, a concorrência entre as empresas acaba determinando os níveis de produtividade e de utilização do trabalho.

c) Na prática, não se alteram os objetivos gerais da produção capitalista. Eles continuam sendo caracterizados pelo aumento da produtividade para a geração de maiores lucros produtivos. Na verdade, as novas formas de trabalho abriram novas frentes de produção e acabaram por formar mais segmentos de produção e consumo a elas ligados.

Capítulo 8

1. a) De acordo com a notícia, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) teria aprovado uma definição em classes da população brasileira tomando como base a faixa de renda familiar *per capita*. Um contingente de pessoas, pelo menos 54% da população, foi separado em um grande grupo, a "classe média", e este, por sua vez, em três subgrupos, "baixa", "média" e "alta". Essa classificação situa-se na esfera da estratificação social e se baseia no trabalho de uma geração de sociólogos norte-americanos inspirados pela teoria de Max Weber. Para o governo brasileiro, a divisão social em classes apenas leva em conta a condição econômica, a renda ou o padrão material de existência dos indivíduos, isto é, tem base fundamentalmente econômica.

b) Qualquer que seja a macrorregião em que more o aluno, verifica-se uma diferença de renda acentuada entre as diferentes faixas, isto é, uma distribuição muito desigual da renda. Na comparação entre as macrorregiões, o Centro-Oeste e o Nordeste têm apresentado índices mais elevados de desigualdade que as demais, embora estas também sejam marcadas pela má distribuição. Se possível, consulte o rendimento mensal familiar *per capita* dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* do IBGE, de 2014.

c) As imagens contrapõem um trabalho manual, sem mecanização, em São José dos Pinhais, e uma colheita mecanizada, em Cornélio Procópio. As imagens evidenciam o contraste entre os dois contextos. Auxilie os alunos a pesquisar as condições do trabalho rural do seu município e a quantificar a ocorrência do trabalho manual e da mecanização do trabalho e as consequências para as condições de vida do trabalhador nas duas situações.

2. a) Nota-se que um dos objetivos da classificação aprovada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) é definir o grupo de consumidores do país. Assim, de acordo com essa classificação imposta pelo governo, determinados estratos sociais em situação de vulnerabilidade teriam ascendido socialmente. Essa classe seria composta de indivíduos que tiveram seu poder de consumo aumentado e, nesse sentido, poderiam usufruir de mercadorias, bens de consumo em geral, que antes não lhes eram acessíveis. Trata-se, na verdade, de um grupo flutuante que tem a impressão de ser incluído, mas não tem garantias estruturais de que essa política terá longa duração e, no caso de seu fim, não teria mecanismos para se manter como uma classe de fato. Esses grupos só teriam condições de ascender à condição de classe se fossem constituídas políticas estruturais de inclusão baseadas na educação, que poderiam garantir a permanência e a estabilidade desses indivíduos no mercado de trabalho. Dessa forma, as teses sobre a constituição de uma nova classe média valem-se de uma leitura aparente da realidade.

b) A história brasileira é a história de uma grande divisão entre uma elite concentradora de renda, uma pequena classe média e uma grande massa de excluídos socialmente pelos diversos regimes de produção: desde o escravismo até a industrialização dos anos 1970. Apenas nos últimos anos políticas de distribuição de renda permitiram a uma boa parte da população um acesso ao mercado de consumo. Apesar de tudo, a exclusão social brasileira e o fosso entre os mais ricos e os mais pobres continuam muito grandes.

c) Para Marcelo Neri, o uso do termo funciona como "um espelho": uma vez que a sociedade estaria em um momento de transição, o autor projeta mais crescimento nos próximos anos para essa classe. Em contrapartida, para Marcio Pochmann, o aumento da renda e do poder de compra de uma parcela significativa da população não seria o suficiente para defini-la como uma classe; para que isso ocorresse, seriam necessárias também reformas nas políticas públicas para educação e emprego. Já Jessé Souza critica o viés "economicista" das interpretações da realidade nacional, que restringiria o conceito de classe ao valor da renda, e acentua o que ele chama de "invisibilidade da desigualdade" brasileira. Seria possível dizer que as concepções de Pochmann e Souza têm inspiração weberiana, na medida em que consideram a classe não apenas pelo ponto de vista da renda, mas também das oportunidades de valorização no mercado (ou seja, pela situação de mercado). Dessa forma, é possível afirmar que a definição de classe aprovada pelo governo pautou-se, sem maior reflexão, em uma concepção economicista de classe.

d) A charge pode ser vista como mais próxima da abordagem de Jessé Souza, pois quer evidenciar que a pobreza continua existindo. Como a intenção de Jessé Souza é chamar a atenção para a persistência da desigualdade, podemos aproximar a imagem dessa perspectiva sobre a classe média.

3. É possível relacionar o texto com as questões introduzidas pelas reestruturações produtivas e a diversificação social dentro da camada não proprietária dos meios de produção com a introdução de técnicas de gestão e administração. De acordo com o texto, o desemprego e outros problemas decorrentes da organização das sociedades contemporâneas são, muitas vezes, justificados pelo governo e pelas empresas por uma suposta falta de qualificação do trabalhador. Não que se defenda que o governo não ofereça meios para a qualificação dos trabalhadores, mas existe uma responsabilização do indivíduo por um problema causado pela própria dinâmica de funcionamento do sistema capitalista.

Capítulo 9

1. a) Os críticos das cotas argumentam que os cotistas poderiam ter um desempenho menor em relação aos demais alunos, e que as ações afirmativas produziriam o aumento dos conflitos raciais. Entendem também que uma sociedade em que todos são iguais perante a lei não deveria favorecer grupos específicos, pois isso contraria o próprio princípio da igualdade.

b) O senso comum, como lembra Florestan Fernandes, diz que o negro não teria problema de integração social, que as oportunidades para negros e não negros são as mesmas e que o negro estaria satisfeito com sua condição social. Esse senso comum é formado, sobretudo, pela ideologia da classe burguesa branca e rica. Perpetuar esse tipo de raciocínio e aprofundar as desigualdades sociais é do interesse dos grupos dominantes, pois estes desejam perpetuar também seus privilégios de classe. As cotas raciais, contrariamente, têm o objetivo de romper com a reprodução social dessas desigualdades. Com base no texto podemos observar que o desempenho dos cotistas é superior ao dos não cotistas, o que invalida o argumento de que os cotistas seriam incapazes de acompanhar o desempenho de não cotistas. As cotas procuram corrigir ou pelo menos minimizar as discrepâncias econômicas e sociais encontradas na sociedade brasileira. Não obstante, elas estão em um universo de medidas paliativas que só podem ter resultados estruturais quando forem associadas a políticas educacionais e de saúde pública que sustentem um processo de distribuição de renda.

c) A imagem assume um ponto de vista favorável às cotas, baseando-se na ideia de que a situação atual dos brancos na sociedade relaciona-se à história de exploração do negro. Ou seja, é como se a atual sociedade fosse resultado de uma espécie de grande ação afirmativa para os brancos, fator que as cotas pretendem reverter em alguma medida. Assim, a perspectiva sobre a desigualdade é a de que ela é dada de antemão, antes de alunos brancos e negros concorrerem a vagas na universidade pública. As cotas seriam uma forma de mitigar essa desigualdade, e não uma forma de criar distinções nos direitos de brancos e negros.

2. a) A China se tornou um grande comprador de produtos no mundo todo, inclusive brasileiros, principalmente *commodities*. Como a sua produção é a maior do mundo hoje, tudo o que acontece na China em termos de redução de sua produtividade interfere na compra de produtos de outros países e nos preços dos produtos vendidos. Isto faz com que a redução da produção na China acabe por afetar as economias em todo o globo. No caso do Brasil, como ele se coloca como um país produtor de matérias-primas, sua dependência econômica aumenta, na medida em que tem que importar uma série de produtos tecnológicos e de alto custo que não são desenvolvidos no Brasil.

b) No caso da indústria, sempre produzimos com tecnologia estrangeira. Houve tentativas de produção de tecnologia de automóveis no Brasil, entre outras isoladas em outros ramos, mas elas não vingaram. Toda a tecnologia usada na produção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, automóveis, motos, por exemplo, é desenvolvida fora do Brasil. Nossa grande produção se concentra em matérias-primas como minérios de ferro e, nos últimos anos, no agronegócio, que têm muito menos valor agregado que os produtos manufaturados.

c) Se as economias dos países economicamente ricos vão mal, os primeiros a sofrer são os países com economias mais pobres e as classes trabalhadoras desses países. Veja-se, por exemplo, a crise que atingiu o Brasil nos últimos anos. O enfraquecimento da produção de outros países levou a uma queda expressiva da economia brasileira, o que gerou aumento do desemprego, inflação, elevação dos juros, queda do poder aquisitivo, entre outros problemas. Nesse sentido, a redução da economia dos países ricos, motivada por questões financeiras ou de produção, diminui o poder de compra desses países, levando a uma retração da produção brasileira para a exportação e afetando, assim, o índice de desemprego.

Capítulo 10

1. Os movimentos sociais se diversificaram muito nos últimos anos. Os movimentos sociais tradicionais ligados ao trabalho industrial, sindicatos e partidos políticos, dominaram a cena política em quase todo o século XX. A partir dos anos 1970 começaram a surgir movimentos sociais para além daqueles oriundos das fábricas. Para muitos autores, entre eles Habermas, esses atores políticos são expressão de um processo em que as lutas coletivas ligadas ao socialismo foram superadas. Para ele, os movimentos sociais situados na esfera pública são heterogêneos e respondem a diversos tipos de interesses políticos. Projeta-se uma sociedade com atores políticos não restritos aos sindicatos e partidos que davam base à luta pelo socialismo travada pelos partidos comunistas. Os novos movimentos sociais se caracterizariam por disputar espaço na cena política, tentando frear o desenvolvimento econômico e burocrático que

se expressariam pelo dinheiro e pelo poder. Essas organizações políticas se ateriam, para o autor, a questões não determinadas pela esfera da produção, preocupando-se, sobretudo, com as dimensões cultural e simbólica. Nesse sentido, elas seriam a própria expressão de uma nova forma de luta política. Não obstante, na maioria das lutas sociais do Brasil das últimas décadas as condições materiais de existência seguem sendo o fator de maior peso. As reivindicações salariais e de condições de trabalho, o acesso à terra e à habitação ainda são os problemas sociais que levam mais indivíduos a se organizarem politicamente. Isso demonstra que as lutas centradas na questão dos valores, da dimensão simbólica e da cultura ainda movimentam menos as ações organizativas, pelo menos no Brasil, mas nem por isso deixam de ser lutas sociais significativas e importantes tanto para aqueles que têm essas questões como bandeiras como para a sociedade brasileira como um todo. No texto relacionado à questão podemos observar que as questões étnico-raciais, de gênero, de acesso à terra, de condições salariais e de trabalho e de preservação do meio ambiente foram discutidas em conjunto. O Fórum Social Temático (FST) trouxe, assim, uma gama de assuntos políticos distintos, materiais e simbólicos, para um mesmo fórum de discussão. A relação entre esses temas parece ser um dos encaminhamentos mais importantes desse fórum, ou seja, a de se articular essas bandeiras de luta em uma discussão mais ampla que tem a ver com problemas de ordem estrutural.

2. a) Segundo o texto do jornal *Diário do Nordeste* houve um aumento significativo no número de pessoas que passaram a morar sozinhas nos últimos anos. O texto traz indicações de algumas capitais do Brasil onde pode se observar esse processo. Segundo o texto, morar sozinho é uma expressão que começa com a modernidade e com o individualismo que lhe seria característico. Não obstante, traz ainda a indicação de que é na pós-modernidade que se abriria a possibilidade de os indivíduos serem felizes sozinhos, pois as sociedades contemporâneas se tornariam menos massificadas. Há aqui uma incompreensão no que se refere à modernidade e à pós-modernidade. Com base nessa incompreensão se constrói um juízo de valor sobre o que seria a felicidade. Uma das características da modernidade, como o texto observa, é tornar a figura da humanidade o referencial histórico central. Nesse sentido, as explicações baseadas em crenças e dogmas são paulatinamente substituídas por motivações objetivas construídas no campo da ciência. No entanto, historicamente não podemos relacionar o advento da modernidade ao aumento no número de indivíduos que moram sozinhos. Tampouco é possível indicar que com a pós-modernidade as sociedades contemporâneas se tornaram menos massificadas. A massificação nas sociedades se aprofunda e a banalização dos modismos e padrões culturais nunca foram tão disseminados, sobretudo através das novas tecnologias da informação.

b) Segundo a tabela, a distribuição de residências com apenas um morador por regiões é: Norte 9,2%, Nordeste 10,6%; Centro-Oeste 12,9%; Sul 13% e Sudeste 13,15%. Obtém-se esses valores com uma regra de três simples: o total de cada região é 100% e o valor das residências com 1 morador é x, como no exemplo para a região Norte:
Total: 3 975 533 – 100%
Norte: 364 681 – x%
364 681 x 100 / 3 975 533 = 9,2%
Ou seja, vemos que as regiões menos industrializadas são as que menos têm pessoas morando sozinhas, indicando que o aumento desse número de residências tem relação com o desenvolvimento da economia regional.

3. a) O ponto de convergência entre os movimentos sociais contemporâneos estaria em suas demandas pelo respeito às liberdades sociais. Essa convergência política remete, primeiro, ao entendimento da diversidade social e, segundo, à necessidade de ampliação da democracia. De forma mais ampla, o debate sobre a ampliação da democracia incorporaria e unificaria os movimentos sociais contemporâneos na medida em que ao lutarem por pautas sociais diversas e específicas estão todos eles buscando ter reconhecidas suas demandas e pautas sociais e políticas. Afirmar isso não quer dizer que todos os movimentos sociais convergem para o mesmo tipo de luta política ou que não há entre eles disputas sobre pautas semelhantes ou até pela concorrência entre suas pautas. No entanto, quando cada um desses movimentos sociais reivindica sua participação na cena política de forma distinta diferentes demandas trabalham, mesmo que não de forma deliberada e consciente, para a ampliação da democracia.

b) A luta contra os preconceitos sociais ganhou mais visibilidade nas últimas décadas porque os atores sociais deram maior visibilidade a ela na esfera pública. Por meio da linguagem e da argumentação, mais atores passaram a resistir ao avanço do sistema sobre o mundo da vida, buscando, por meio do agir comunicativo, garantir a real emancipação. Comentário: Os estudantes verão o assunto com mais detalhes na Unidade 3. Caso eles já tenham visto essa unidade ou os capítulos 13 e 15, é interessante que eles consigam relacioná-los à questão.

c) A ampliação da democracia dependeria da incorporação das demandas dos movimentos sociais indicados porque isso significaria uma ampliação do atendimento às demandas realizadas no mundo da vida. Segundo Habermas, o agir comunicativo desses atores diversos garante a permanência de espaços de sociabilidade e de identidade, longe da influência da razão instrumental.

4. a) Segundo o texto, essa desigualdade se expressa no investimento feito em educação. São muito contrastantes os níveis de investimento de grupos sociais mais e menos favorecidos, o que interfere decisivamente na qualidade da educação desses

grupos sociais. Além disso, a qualidade do ensino público – o único acessível a grupos menos favorecidos – é ainda deficiente, sobretudo por causa da baixíssima remuneração dos professores. Segundo Bourdieu, a educação é uma forma de duplicar a desigualdade econômica. Na medida em que a educação adota um currículo fundado nos conhecimentos das classes privilegiadas e se estrutura com base em dispositivos de premiação e de titulação, ela reproduz a desigualdade econômica no nível das estruturas simbólicas. Assim, a educação duplica a desigualdade já posta na esfera econômica.

b) Sim, há uma relação direta entre a distribuição de renda e os problemas educacionais. Na mesma linha de Bourdieu, o autor observa uma desigualdade social que é reproduzida pelo sistema escolar e pela educação desenvolvida nele. Os exemplos no texto são claros quanto a isso. Segundo o autor, alguns fatores vinculados à distribuição de renda influenciam diretamente na qualidade da educação. Nas palavras dele: "Muitos fatores estão na origem dessa situação, entre eles o sistema econômico, a ausência de uma reforma agrária real e efetiva, as heranças do escravagismo, a repressão aos movimentos sociais organizados, o monopólio dos meios de comunicação usados para propaganda das 'verdades' que interessam às elites e as políticas educacionais excludentes". Nesse sentido, ele entende que os tais fatores acabam por reproduzir e acirrar as desigualdades sociais.

Questões do Enem e de vestibulares

1. B
2. D
3. A
4. C
5. 03 (01 + 02)
6. 17 (01 + 16)
7. 12 (04 + 08)
8. 15 (01 + 02 + 04 + 08)
9. 30 (02 + 04 + 08 + 16)
10. 20 (04 + 16)
11. 14 (02 + 04 + 08)
12. E
13. B
14. E
15. B
16. C
17. C
18. D
19. B
20. E

TEXTOS COMPLEMENTARES

A força das classes
Atualidade do conceito de classe social

Castas, estamentos & classes sociais
Sedi Hirano
Ed. Unicamp
A nova política de classes
Klaus Eder
Tradução: Ana Maria Sallum
Edusc
Estrutura de posições de classe no Brasil
José Alcides Figueiredo Santos
Ed. UFMG

Em uma época em que tantos afirmam a perda da validade analítica da noção de classes sociais e de sua vitalidade para a compreensão da textura social do capitalismo tardio, as obras aqui tratadas são um bom exemplo de sua força e atualidade categorial para pensar o mundo contemporâneo.

O livro de Sedi Hirano, em edição inteiramente revisada, trabalho ao mesmo tempo didático, sério e meticuloso, percorre comparativamente as noções de casta, estamento e classe social no pensamento dos dois gigantes das ciências sociais, Max Weber e Karl Marx. O autor mostra como o primeiro é dotado de uma visão poli-histórica ou trans-histórica, enciclopédica, condensada metodologicamente em tipos ideais, enquanto o segundo, também enciclopédico, mergulha na história, navegando entre a dialética da universalidade e da particularidade, em busca de sua totalização analítica.

Hirano mostra que, enquanto para Marx a chave analítica está na produção social e exploração do trabalho, para Weber ela se encontra na ação social. De modo que as classes podem ser mais bem apreendidas pela posição dos indivíduos no mercado e pelas motivações oriundas da ação e relação sociais (Weber) ou pelas determinações particulares do modo de produção e reprodução da vida social e pelas engrenagens da exploração (Marx).

A partir dessas diferenças de fundo, Hirano redesenha as divergências entre Weber e Marx. Se, para o primeiro, conforme lembra Merleau-Ponty, a verdade sempre deixa uma margem de sombras, talvez pudéssemos acrescentar, no espírito do texto de Hirano, que, para Marx, é imperioso descortinar as sombras para se chegar à verdade.

Classe e ação coletiva

O denso texto de Klaus Eder, A nova política de classes, *avança diretamente na discussão atual sobre a extinção ou validade conceitual das classes e o faz por meio da seguinte afirmação teórica: a cultura é o elo perdido entre classe e ação coletiva. Sua hipótese central é que a noção de classe, despida de suas conotações tradicionalistas, de suas formas contingentes de manifestação histórica, consiste em uma determinação estrutural de "oportunidades de vida para categorias de indivíduos", que "delimita espaços de ação".*

Modelado pela ideia da sociedade pós-industrial, Eder entra em cheio no debate. Seu interesse maior está em averiguar as configurações atuais dos movimentos sociais e a crise da sociedade de classes.

Sua proposta o leva a afirmar que o conflito de classes está se transformando num antagonismo fluido que perpassa a totalidade da vida social. E esse conflito compara os indivíduos e seu capital (econômico e cultural), resultando numa estrutura de classes altamente individualizada. Radicado menos na estruturação produtiva da ordem societal, o conflito de classes estaria acompanhado por práticas que geram uma ordem simbólica que o legitima, sendo que os símbolos dos que estão no topo da pirâmide social são os que clamam pela validade universal. Menos que conceituar a classe social e dar-lhe um caráter concreto, o autor lhe confere um estatuto lógico, opção teórica que por certo o aproxima de Weber e o distancia de Marx.

Nos dez capítulos do livro pode-se encontrar uma fenomenologia dos movimentos sociais que enfatiza a tese do radicalismo das classes médias e sua centralidade. O autor os classifica (a "classificação" é um recurso recorrente) em pelo menos dois tipos: os movimentos políticos (o dos jovens, o feminista, os anti-industrialistas) e os culturais (os movimentos antiburocráticos, relativos a ambiente, moradia e, em menor medida, o movimento estudantil). Detecta, então, que o centro dos conflitos de classe e dos movimentos sociais, cuja identidade tem um forte componente cultural, vem migrando da temática da exploração do trabalho para o da exploração da natureza, o que o leva a polemizar diretamente com Marx, que teria "naturalizado" a relação homem/natureza.

Aqui é preciso fazer uma observação crítica: ao usar somente comentadores (como Schmidt, Cohen, Habermas, Elster), desconsiderando os Grundrisse ou qualquer outro texto da safra direta de Marx (que não é citado nem sequer uma vez), Eder é pouco convincente. Um sobrevoo, passando por Kurz, Dussel, Altvater e Mészáros, dentre tantos outros, o ajudaria muito a fazer uma interpretação mais criativa e não tão reducionista da questão ambiental e da natureza em Marx.

Ainda sobre as classes médias, há indicações teóricas sobre seu radicalismo, marcado pela "emergência da contracultura e das formas alternativas do mundo-da-vida e de associação". Nesse novo campo, os movimentos sociais encontram seus nexos "identitários" em seus valores culturais que transcendem "o campo das relações industriais".

O problema aqui, para fazer outro contraponto, é que a confrontação de nossos dias não pode ser resumida de modo restritivo entre "o burguês e o proletário", mas entre o capital social total e a totalidade multifacetada e heterogênea do trabalho em escala global. Mas, é preciso concluir, o autor realiza uma reflexão necessária para que se compreenda (teórica e empiricamente) a sociedade de classes e suas relações com os movimentos sociais, num livro cuja edição é especialmente bem cuidada.

Em Estrutura de posições de classe no Brasil, *Figueiredo Santos faz um mapeamento bastante abrangente da conformação das classes sociais no país, tomando como referência a análise de Erik O. Wright. Segundo o autor, enquanto o "enfoque weberiano assenta em um nexo causal entre a condição de classe e as chances de vida, que opera essencialmente mediante as trocas de mercado,* [...] *a perspectiva marxista defendida por Wright vai além dessa conexão, acrescenta de forma privilegiada a esfera da produção e, além disso, considera a interação entre a produção e o mercado, só que lhe permite pensar o conflito na distribuição, na produção e na articulação entre ambos".*

Articulando reflexão teórica e um mergulho empírico profundo no mapa social brasileiro, o autor oferece vários elementos para a compreensão do perfil de nossa sociedade de classes, particularmente da classe trabalhadora "ampliada" (abarcando os trabalhadores não qualificados, os qualificados e os supervisores não qualificados) e das classes médias, compostas pelos gerentes e supervisores com poder de mando e dominação. Segundo a pesquisa, os capitalistas totalizam 0,5%; os estratos médios (gerentes, supervisores e especialistas) somam pouco mais de 5%; os pequenos empregadores agrupam 3,5%, e os empregados domésticos somam 8,6%. Os trabalhadores proletarizados atingem 48% do total e, somados aos autoempregados (30%), perfazem quase 80% da totalidade das posições de classe.

O leitor encontra no livro um detalhamento que lhe permite fazer diversas ilações analíticas, como, por exemplo, conferir a área de sombra entre os estratos altos do proletariado e os segmentos inferiores da classe média, ou ainda a classe trabalhadora "pura", que compreende os assalariados com posição subordinada, sem autoridade ou qualificação, e a classe trabalhadora "ampliada".

Santos confirma que o traço distintivo na América Latina é dado pelo crescimento da "informalização", pela feminização do trabalho e pelo aumento dos pequenos negócios. E, se o desemprego foi crescente na indústria, os serviços experimentaram um elevado crescimento, particularmente entre 1985/90. O que, em vez de sinalizar para o fim da sociedade de classes, mostra que ela está se tornando complexa. Aqui e alhures.

Ricardo Antunes é professor de Sociologia na Unicamp e autor, entre outros livros, de Os sentidos do trabalho *(Boitempo).*

Folha de São Paulo, 10 maio 2003. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1005200311.htm>. Acesso em: 4 abr. 2016.

Uma posição desigual: mulheres, divisão sexual do trabalho e democracia

A posição das mulheres nas democracias é melhor entendida se aceitamos, de partida, que muito mudou, ao mesmo tempo que as permanências são numerosas e, sem dúvida, significativas. O percurso que marcou as lutas feministas e as conquistas de direitos pelas mulheres entre as décadas iniciais do século XX e o início do século XXI teve grande impacto na organização das relações sociais de maneira mais ampla e, em especial, nas vidas das mulheres. Os direitos conquistados vêm permitindo uma participação mais ativa e autônoma em diferentes esferas; a confrontação sistemática, pelo feminismo, das hierarquias "naturais" e da dupla moral sexual tem colaborado para ampliar a efetividade desses direitos.

Os padrões finais permanecem, no entanto, distantes da igualdade que tem sido buscada. Na política, no trabalho, no acesso a tempo, nas garantias à integridade física e psíquica, as hierarquias têm um componente de gênero identificável a olho nu.

A posição desigual de mulheres e homens nas relações de poder não é um problema que se encerra nele mesmo, é também a adoção de um ponto de vista privilegiado para a análise da democracia. Espaço de convivência entre abordagens muito distintas, com orientações teóricas e políticas divergentes, o campo das teorias políticas feministas apresenta ao menos duas premissas que vejo como um solo comum das críticas da democracia que nele se produzem.

Uma delas é que o que se passa nos espaços definidos como privados e domésticos é significativo para a análise da democracia. Se as relações de poder nesses espaços destoam de valores de referência igualitários e da forma institucionalizada que assumem na esfera pública,

temos um problema. A "tolerância à subordinação", para recorrer à expressão de Carole Pateman, compromete as democracias mesmo que corresponda a esferas bem determinadas e incida prioritariamente sobre indivíduos que estariam, nelas, desempenhando "seu papel". Por isso, o feminismo confronta as noções autonomizadas da política, expondo suas conexões com dinâmicas sociais nas quais as desigualdades e assimetrias no exercício de influência e no exercício mais direto do poder político se estabelecem.

A segunda premissa que destaco é que a posição concreta dos indivíduos nas relações de poder, consideradas as formas que essa posição assume na vivência cotidiana, é a base para a discussão sobre direitos. Herdeiro do liberalismo em muitos sentidos, o feminismo adere em medidas variáveis, mas de forma significativa, ao indivíduo como valor. Historicamente, a posição das mulheres expõe a baixa efetividade dos direitos, mesmo dos mais fundamentais, como o direito à integridade física. A busca pelo controle do seu corpo pelos homens que lhes são próximos, como pais e maridos, e pelo Estado não ficou no passado, expressando-se no cotidiano da violência doméstica e sexual e em leis restritivas, como a lei brasileira que criminaliza a decisão das mulheres de realizar um aborto. Os limites à igual cidadania, de um lado, e a recusa a levar em conta a singularidade da posição das mulheres, de outro, comprometem as democracias amplamente. No primeiro, está em questão a universalidade formal ou incompleta; no segundo, a definição abstrata dos sujeitos de direito, que permite apresentar como neutra a posição masculina.

[...]

Tendo em mente os caminhos que assim se constroem para a crítica, uma dimensão fundamental das relações de poder me parece incontornável: a divisão sexual do trabalho.

A análise de como se organiza essa divisão permite levar em conta o espaço doméstico, com atenção ao modo como as fronteiras se desenham: são produtos sociais, efeitos das normas e dos costumes. Além disso, é importante o entendimento de que as relações de poder perpassam as diferentes esferas. A posição das mulheres na vida doméstica é constitutiva das suas possibilidades de atuação no mundo do trabalho e no da política e restrições a sua autonomia que se definem na vida doméstica não se encerram nela. Na análise da conexão entre os papéis desempenhados na vida doméstica e a posição ocupada em outras esferas é que Susan Okin apresentou a ideia de "ciclos de vulnerabilidade socialmente causada e distintamente assimétrica". Trata-se de uma dinâmica que tem impactos muito distintos na vida de mulheres e homens e coloca as primeiras numa posição em que as desvantagens se acumulam e ampliam sua vulnerabilidade.

Responsabilizadas prioritariamente pela vida doméstica, em que se destaca o cuidado com as crianças e o trabalho sistemático para a reprodução da vida, as mulheres são desde pequenas socializadas para esse papel. Mas sua realização, em que o casamento tem uma função importante, as coloca numa posição que se desdobra em menor controle sobre suas vidas, menor tempo e participação mais restrita na vida pública, o que implica também renda menor, trabalho precarizado, e mais obstáculos à participação política.

É claro, muita coisa mudou. O desafio está justamente em compreender como, com tantas mudanças, as mulheres continuam a ser prioritariamente responsabilizadas pela vida doméstica e permanece ativa a identificação entre o "feminino", a maternidade e o casamento. As mulheres têm maior educação formal do que os homens em muitos países, incluído o Brasil, mas sua renda é inferior à deles mesmo quando se trata de ocupações similares (no Brasil, segundo os dados mais recentes do IBGE, a renda delas é cerca de 30% menor do que a deles). Vale observar que a divisão sexual do trabalho organiza o acesso à educação: as mulheres estudam e trabalham com mais frequência em áreas definidas historicamente como "femininas", e que justamente por isso têm menor remuneração.

Sua participação na vida pública modificou-se ao longo do tempo – ampliou-se, se pensamos nas mulheres de classe média, nas mulheres profissionalizadas –, mas permanecemos sub-representadas na política institucional (no Brasil, mesmo com a lei que reserva às mulheres 30% das candidaturas, a presença média das mulheres entre os eleitos para o Congresso Nacional tem sido de 10%), o que pode ser visto entre outras coisas como um fator do acesso desigual a renda, a tempo livre, a redes que facilitam o acesso a uma carreira política, além de ser uma reposição da sua exclusão histórica – o acesso é mais fácil para quem já faz parte do jogo.

O foco na divisão sexual do trabalho também permite entender que falar de mulheres não é falar de um grupo homogêneo, e por isso é preciso andar devagar com a ideia de que interesses comuns derivam do fato de serem mulheres.

As mulheres são impactadas de maneiras distintas pela atribuição diferenciada das responsabilidades. Algumas das compreensões correntes sobre sua posição nas sociedades contemporâneas mostram que nem sempre isso foi claro, inclusive no próprio feminismo. A ideia de que as mulheres "entraram no mercado de trabalho" nas últimas décadas não se aplica àquelas que nunca tiveram a possibilidade de não ser parte dele, ainda que isso significasse o acúmulo do trabalho doméstico com trabalho mal remunerado, em condições de exploração ainda maiores do que as dos trabalhadores homens. Na formulação de Elizabeth Souza-Lobo, "o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre". Entre as camadas mais pobres da sociedade o trabalho das mulheres fora da casa, ainda em suas palavras, é uma realidade que corresponde menos às inflexões nos valores e normas de gênero do que a "uma estratégia familiar de sobrevivência".

O trabalho doméstico remunerado, por sua vez, é realizado predominantemente por mulheres, como todo trabalho doméstico, mas por um grupo específico – embora numeroso – de mulheres. No Brasil, são mulheres negras, pobres, e ainda que tenha havido mudanças nas últimas décadas, com baixa escolarização. São, frequentemente, mulheres que saíram das regiões mais

pobres do país em busca de emprego nos estados mais ricos. A demora na regulamentação dos seus direitos, que permanece incompleta, expõe os limites da nossa democracia. Nesse quadro, a privatização das responsabilidades também é um aspecto importante: a responsabilidade coletiva e estatal pelas crianças é baixa. A ampliação do acesso a creches e ao ensino integral, a maior responsabilização das empresas e normas que evitem que trabalhadoras e trabalhadores sejam prejudicados quando precisam atender filhos que adoecem, entre outras situações que fazem parte da rotina das pessoas, colaboraria para uma definição diferente dessas atribuições. No salve-se quem puder que a privatização do cuidado implica, a contratação do trabalho mal remunerado e precário das mulheres mais pobres alavanca a participação das mulheres mais ricas no mercado de trabalho, permitindo que cheguem a posições de maior prestígio e remuneração em relação a momentos históricos anteriores, sem que isso altere a posição marginal da maioria das mulheres.

Não é automática ou direta a relação entre o exercício do trabalho doméstico pelas mulheres, em que está incluída sua responsabilização pelo cuidado das crianças e dos idosos, e sua posição desvantajosa nas hierarquias que organizam nossa sociedade. Isso não implica que tenha menos centralidade na dinâmica em que se definem, nas democracias, posições desiguais para os indivíduos. O acesso seletivo à política institucional, ao exercício de influência, assim como a renda e a tempo livre, têm como um elemento fundamental a divisão sexual do trabalho.

BIROLLI, Flávia. Uma posição desigual: mulheres, divisão sexual do trabalho e democracia. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/03/06/uma-posicao-desigual-mulheres-divisao-sexual-do-trabalho-e-democracia/>. Acesso em: 12 maio 2016.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Considere a charge a seguir, de Marcos Severi:

Marcos Severi/Acervo do artista

Ela lida de forma bem-humorada com uma dimensão importante da vida em sociedade no sistema capitalista: a questão do individualismo. A Sociologia preocupou-se com o lugar do indivíduo na teoria social, e também nos diferentes sistemas sociais, indicando que a noção de indivíduo é relativa aos contextos sociais. Analise a imagem levando isso em consideração, bem como o conteúdo da Unidade 2.

Sugestão de resposta: O individualismo é, para um conjunto de sociólogos, uma característica das sociedades modernas, compreendidas também como sociedades industriais. Nessas sociedades, o indivíduo se apresentaria como uma unidade de referência analítica, isto é, com base na análise do indivíduo, seria possível compreender formas de conduta e pensamento próprias de uma sociedade específica. Um tema significativo na obra de Durkheim é a questão do egoísmo, não como traço moral, mas como traço de autonomia que o indivíduo usufrui em determinada sociedade. Ou seja, em que medida a individualidade determina a conduta social do indivíduo, mesmo que não esteja em nenhum momento sob as determinações de uma sociedade que impõe suas vontades ao indivíduo.

Como questão moral, o individualismo pode ser lido por vários ângulos. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, vemos o individualismo, como modo de vida, se desenvolver e ganhar importância. Os objetivos de ganho e lucratividade, estabelecidos como norte social no capitalismo, fundamentam-se na concorrência interna das classes sociais. Os capitalistas procuram aumentar seus lucros na medida em que estabelecem formas mais eficientes e eficazes de produzir em menor tempo e com custos mais baixos que outros capitalistas de seu ramo produtivo. Trabalhadores, por seu turno, em busca de melhores salários e compensações indiretas, concorrem entre si para conquistar melhores salários e condições de vida. Tanto no caso dos capitalistas como no caso dos trabalhadores o individualismo se desenvolve na medida em que a lógica produtivista deve guiar todo o processo, deixando de lado as noções de comunidade e de grupo.

Uma forma de complementar esta atividade é assistir ao filme *Vida de inseto* (Estados Unidos, 1998), de John Lasseter e Andrew Stanton. Nesta animação, com a metáfora da vida das formigas, vemos um contraste constante entre a vida em sociedade e suas obrigações, os papéis sociais e o espaço para a individualidade. O filme oferece uma boa oportunidade para refletir sobre as teorias clássicas da Sociologia, sobre o papel da sociedade e do indivíduo.

Para promover uma discussão em sala sobre o tema do individualismo presente na ética da classe dominante e a importância do lucro em nossa sociedade, pode ser apresentada a série do cartunista André

Dahmer intitulada *Encontro anual dos donos do mundo*, que satiriza o pensamento empresarial fundamentado na busca pelo aumento de lucros. A série encontra-se disponível em <www.malvados.com.br/donosdomundo> (acesso em: 20 abr. 2016) e está acompanhada de depoimentos retirados do livro *Sem logo* (1999), de Naomi Klein, outra interessante ferramenta de discussão.

2. Observe o cartum a seguir, de Marcos Severi.

Marcos Severi/Acervo do artista

O cartum trata de uma questão importante na história da humanidade: a escravidão, nesse caso, da escravidão e exploração do trabalho indígena nas Américas. As potências coloniais espanhola e portuguesa basearam, a princípio, os modos de produção econômica nas colônias de exploração desse trabalho. A partir do conteúdo da Unidade 2 e dos seus conhecimentos de História, elabore uma reflexão sobre estratificação social e escravidão.

Sugestão de resposta: A escravidão existiu em muitos momentos da história, mas a escravidão como fundamento econômico é relativamente raro. O sistema colonial português, principalmente, com a exploração do açúcar, depois da mineração e, por fim, da cafeicultura, foi um modelo de desenvolvimento econômico que se baseava na escravidão. O sistema implantado no Brasil foi modelo para sistemas semelhantes nas Antilhas e no sul dos Estados Unidos. A escravidão no Brasil resultou numa estratificação social duradoura e mesmo hoje, um século depois da abolição, sentimos os efeitos desse modelo econômico. Dados do IBGE confirmam que a situação econômica de negros e pardos continua pior que a de brancos. Isso pode nos fazer pensar em como a história do desenvolvimento brasileiro custou mais caro para alguns grupos sociais, como negros e indígenas, que sustentam reivindicações de direito justamente por conta dessas injustiças permanentes.

Para complementar esta atividade, pode-se assistir ao filme *Desmundo* (Brasil, 2003), de Alain Fresnot, que trata do envio de órfãs pela Coroa portuguesa, no século XVI, para diminuir a miscigenação com indígenas no Brasil. Para o aluno, o interessante é a reconstituição cuidadosa da época, bem como o lugar do indígena nesse cenário. Também o filme *Aguirre, a cólera dos deuses* (Alemanha, 1972), de Werner Herzog, é um exemplo da relação dos conquistadores europeus (espanhóis) e os nativos da América.

Para relacionar esta temática ao nosso presente, uma boa sugestão é propor uma pesquisa em grupo sobre cotas raciais com base nas informações disponíveis em <www.geledes.org.br/questao-racial/cotas-raciais> (acesso em: 20 abr. 2016). Neste endereço da ONG Geledés, é possível encontrar diversos tipos de discussões, artigos e relatos atuais sobre esse tema, do ponto de vista de negras e negros. Os grupos podem escolher uma notícia e problematizá-la a partir do conteúdo da Unidade 2. Para as apresentações, pode ser realizada uma roda de debate com o tema "A persistência das injustiças raciais no Brasil e as cotas raciais".

3. Ao longo da unidade, vimos como as diversas formas de trabalho foram se transformando historicamente, chegando aos regimes de trabalho que conhecemos hoje em dia. Nesta atividade, propomos que alunos e professores investiguem de perto esses regimes de trabalho do mundo contemporâneo por meio de uma pesquisa coletiva em sua própria região. Os alunos deverão escolher e investigar um regime de trabalho que consigam relacionar com as transformações citadas ao longo da Unidade 2. O trabalho escolhido deve fazer parte do cotidiano dos alunos (pode ser o de algum parente, amigo, vizinho, conhecido) e servir como ilustração para explicar as diversas modificações do trabalho no capitalismo. Sugerimos uma perspectiva histórica, ou seja, uma comparação entre o regime de trabalho escolhido e o trabalho como era feito anteriormente, a partir da memória dos entrevistados.

Sugestão de resposta: Essa atividade foi elaborada para propiciar conexões entre o conteúdo da unidade (e as questões de reestruturação produtiva) e a vida dos alunos. Não será difícil estabelecer conexões: tanto o trabalho imaterial (desde atendentes de *call centers* até publicitários) como o trabalho mecanizado na agricultura são exemplos da reestruturação produtiva. Trabalhadores perdem empregos por conta desse processo, assim como os que os mantêm ganham mais atribuições; as demandas por educação são maiores e mais excludentes, etc. Constituir um mosaico de relatos diferentes sobre várias situações deve ajudar o aluno a ver como a Sociologia lida com questões muito próximas de sua realidade.

Para complementar a atividade, pode-se assistir ao filme *Segunda-feira ao sol* (Espanha, 2002), de Fernando León de Aranoa, que conta a história de um

grupo de amigos que ficaram desempregados após o fechamento do estaleiro em que trabalhavam. O filme traz uma abordagem bastante sensível dos temas ligados às transformações recentes no mundo do trabalho e à crise econômica atual e, sobretudo, ao drama pessoal ocasionado pelo desemprego. Sugerimos que prossiga com a atividade pedindo aos alunos que observem como cada um dos personagens lida com a questão. O mais velho entre os amigos, já na terceira idade, vivencia um drama particular e pode ser uma excelente oportunidade para se debater o tema do envelhecimento em nossa sociedade e no mundo do trabalho. Abaixo, oferecemos uma trecho de um artigo que pode ser utilizado nesse debate. Um aspecto relevante do texto é a questão do abandono: levando em conta o conteúdo estudado na Unidade 2, é possível perceber que o abandono não pode ser entendido apenas no âmbito familiar, mas também em outras esferas, sobretudo no trabalho.

[...] *como muitas outras questões na sociedade ocidental, o assunto da velhice foi "estatizado" e "medicalizado", transformando-se ora em problema político, ora em "problema de saúde", seja para ser regulado por normas, seja para ser pensado de forma preventiva, seja para ser assumido nos seus aspectos de disfunções e distúrbios que, se todos padecem, são muito mais acentuados com a idade.*

No que concerne à saúde, em torno da geriatria se estabeleceu um grande mercado consumidor, refinando os instrumentos e as medidas que rotulam o cotidiano da existência dos idosos. [...] *Dessa forma, desconhece-se a complexidade dos sujeitos, criando-se uma estética da vida referenciada em proibições e regras gerais. A pergunta necessária é a seguinte: será que não existe possibilidade de introduzir, na receita do que é saudável, o ingrediente "prazer de viver" como mote central dessa última e decisiva etapa da existência?* [...]

É complexo o tema do envelhecimento, pois complexos são todos os processos vitais experimentados desde o nascimento, a infância e a adolescência até a vida adulta. Recusamo-nos não a reconhecer a complexidade, mas sim a colocar como farinha do mesmo saco envelhecimento, doença, privação, dependência, tristeza e frustração.

Aqui se trabalha para executar um movimento que positive o envelhecimento como um tempo produtivo específico da vida, emocional, intelectual e social, superando assim os estigmas da discriminação. Pois é essa discriminação internalizada que frequentemente leva os idosos a uma atitude de negação, buscando parecerem mais jovens para serem aceitos e acolhidos, obscurecendo suas características, seus atributos e sua identidade [...]. *A positivação da identidade do idoso significa, por um lado, reconhecer o que há de importante e específico nessa etapa da vida para desfrutá-lo; por outro, compreender, do ponto de vista desse grupo social, os sofrimentos, as doenças e as limitações com toda a carga pessoal e familiar que tais situações acarretam, embora nunca tratando tais acontecimentos dolorosos e tristes como sinônimos de velhice.*

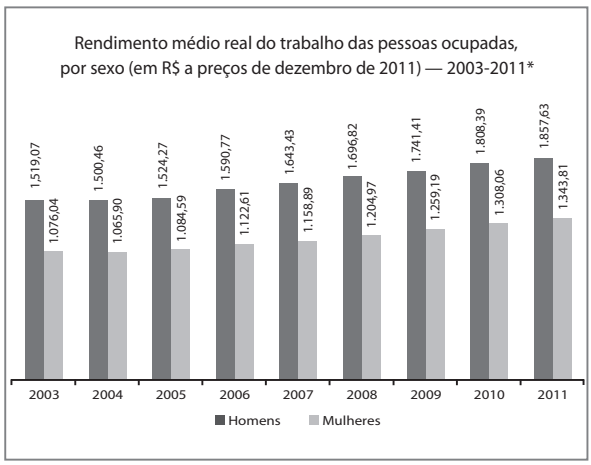
O envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas. [...] *os fatores que contribuem mais e melhor para diferenciar a vivência do envelhecimento são as redes de apoio social e comunicação, com ênfase na solidariedade familiar.*

O que torna a velhice sinônimo de sofrimento é mais o abandono que a doença; a solidão que a dependência. [...]

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

4. Na Unidade 2 vimos que a sociedade capitalista é dividida em classes e que os mecanismos que permitem identificar quem pertence a cada classe são objeto de discussão entre os sociólogos. Além das diferenças absolutas entre as classes, há outras diferenças sociais que resultam em rendimentos distintos. Vimos que no Brasil negros e pardos têm menores rendimentos que brancos, por exemplo. Outra divisão de rendimentos, bastante significativa, é aquela entre homens e mulheres, presente no Brasil e em vários outros países. Mulheres têm salário menor que os homens para as mesmas atividades.

Observe os seguintes gráficos informativos produzidos pelo IBGE.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

* Média das estimativas mensais. No gráfico acima vemos a diferença entre os rendimentos de homens e mulheres de 2003 a 2011.

Razão do rendimento médio real do trabalho das mulheres em relação aos homens — 2003-2011*	
Ano	**Razão da remuneração do trabalho entre homens e mulheres**
2003	70,8%
2004	71,0%
2005	71,2%
2006	70,6%
2007	70,5%
2008	71,0%
2009	72,3%
2010	72,3%
2011	72,3%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

* Média das estimativas mensais.

Considerando esses dados, produza um texto que explique por que os rendimentos das mulheres são menores que os dos homens, por um lado e, por outro, por que a diferença tem diminuído ao longo do tempo.

Sugestão de resposta: A atividade fornece aos alunos as evidências de uma assimetria salarial entre homens e mulheres. Constatando essa assimetria, a tarefa é correlacionar a exploração do trabalho feminino, a dupla jornada de trabalho e os preconceitos aos salários mais baixos. Ao mesmo tempo, é importante identificar que o desempenho das mulheres no mercado de trabalho e as lutas feministas por direitos equivalentes têm sido responsáveis pela diminuição dessa diferença salarial, a ponto de ser possível prever que num ponto do futuro os salários entre homens e mulheres serão equivalentes.

Para complementar a atividade, sugerimos o filme *Doméstica* (Brasil, 2012), de Gabriel Mascaro. Este filme revela algumas dimensões do trabalho feminino ao focar no trabalho das empregadas domésticas, profissão que mistura emprego e mundo privado, expondo as trabalhadoras a muitas formas de opressão e exploração. Para prosseguir a atividade, pode-se trabalhar com o artigo "Desigualdade: mulheres brasileiras trabalham 'de graça' desde 19 de outubro", de Luiza Bandeira, no *site* da *BBC*, disponível em <www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_mulheres_trabalho_gratis_lab>. É possível também expandir a discussão associando a situação trabalhada com a vivenciada atualmente por transgêneros no mercado de trabalho brasileiro. Duas reportagens interessantes que podem ser apresentadas em sala de aula se encontram nos seguintes endereços: <www.geledes.org.br/a-invisibilidade-das-pessoas-transgeneros-no-brasil> e <www.brasildefato.com.br/node/32210> (acesso em: 20 abr. 2016). O conteúdo encontrado nestas duas reportagens permite iniciar um debate sobre a importância da inclusão no mercado de trabalho para a superação do preconceito. Depois, uma forma de avaliar a atividade é pedir aos alunos que escrevam sobre possíveis alternativas, caminhos e ações sociais para se vencer as diferenças salariais e as desigualdades e preconceitos de gênero.

ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

Capítulo 6

Sistematizada no final do século XIX e começo do século XX, a Sociologia resultou de processos históricos anteriores. Um deles foi a urbanização e a industrialização nos países europeus, que por sua vez decorreu do enfraquecimento dos feudos e da ascensão da organização social nos burgos, a partir do final da Idade Média. De acordo com seus conhecimentos de História e de Sociologia, responda:

1. **Quais eram as diferenças entre a organização social nos feudos e nos burgos e cidades nascentes no que diz respeito ao trabalho? Considere o período anterior ao da Revolução Industrial.**

   Nos feudos, havia uma rígida divisão social em estamentos, na qual aqueles que ocupavam o topo da hierarquia (o clero e a nobreza) tinham privilégios hereditários e eram sustentados pelo trabalho do estamento inferior na hierarquia. Embora os burgos por muito tempo tenham mantido relações de vassalagem com feudos, a população que não fazia parte nem do clero nem da nobreza podia encontrar ali condições para a melhoria de suas condições materiais por meio do comércio de bens – isto é, por meio do trabalho – e suporte mútuo nas corporações de ofício.

2. **De que maneira as distinções de *status* se alteraram na Europa ocidental com o fim das monarquias absolutistas e a ascensão econômica da burguesia?**

   Com a ascensão da burguesia, a ideia de mérito pelo trabalho (que, para Weber, tinha grandes afinidades com a ética protestante) substituiu pouco a pouco o *status* por hereditariedade. Em outras palavras, a posse de bens e riquezas progressivamente passa a ser mais importante que as relações genealógicas.

Capítulo 7

Vimos que a divisão sexual do trabalho se funda em dois aspectos. O primeiro deles separa os tipos de trabalho em masculinos e femininos. O segundo estabelece uma hierarquia entre eles, de forma que os trabalhos considerados masculinos garantem maiores rendimentos e maior prestígio social que os trabalhos considerados femininos. No Brasil, o trabalho doméstico é um bom exemplo para entendermos os principais aspectos da divisão sexual do trabalho. Em geral, são as mulheres que realizam todo ou a maior parte do trabalho doméstico para a família, independentemente de exercerem uma atividade remunerada ou não. Em alguns casos, mulheres realizam esse trabalho para outras famílias que não a sua como atividade remunerada, que pode ou não

estar regulamentada por vínculo empregatício. Leia o texto e observe a imagem:

Segundo dados da Pnad de 2013, as/os trabalhadoras/es domésticas/os são cerca de 6,4 milhões, sendo que apenas 33% desses têm carteira de trabalho assinada. O rendimento mensal médio dessas/es trabalhadoras/es é de R$ 647,00, sendo R$ 871,00 reais para aqueles com carteira de trabalho assinada e de R$ 541,00 para os sem carteira assinada. A grande maioria são mulheres (93% ou 5,95 milhões) e negras (aproximadamente 60% ou 3,7 milhões).

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO – SPM. *Boletim Observa Gênero*, n. 48, ano 7, ago. 2015. Disponível em: <www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/boletim-observa-genero-edicao-no-48-ano-7-agosto-2015-1/at_download/file>. Acesso em: 22 abr. 2016.

Aline Arruda/Pandora Filmes

Cena do filme *Que horas ela volta?*, de Anna Muylaert.

1. **Quem é a pessoa responsável pela maior parte do trabalho doméstico em sua casa? Esse trabalho é remunerado? Por quais atividades essa pessoa é a única responsável e em quais atividades outras pessoas também participam?**
   Resposta pessoal. Procure propor um debate sobre isso com base nas respostas dos estudantes.

2. **Em grupo, faça uma pesquisa com pelo menos cinco trabalhadoras/es domésticas/os considerando os seguintes aspectos: a) sexo; b) cor; c) idade; d) escolaridade; e) vínculo de trabalho; f) remuneração; g) horas diárias de trabalho; h) tempo médio gasto para chegar ao trabalho.**

3. **Para apresentar os resultados à turma, elabore gráficos e analise os dados, comparando-os tanto com os apresentados no texto acima quanto com os dados da Pnad 2014 sobre rendimento médio do trabalhador (disponíveis em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_sintese.shtm>, acesso em: 22 abr. 2016). Então, relacione-os com o que você aprendeu sobre divisão sexual do trabalho.**
   2. e 3. Procure trabalhar em conjunto com os professores de Geografia e Matemática, que poderão auxiliar os estudantes na triagem dos dados e na elaboração dos gráficos. Na análise dos dados, os estudantes deverão perceber que as mulheres são mais mal remuneradas que os homens em todas as faixas etárias, étnico-raciais, de escolaridade e nas diferentes formas de vínculo de trabalho.

4. **Com a mediação do professor, discuta com os colegas: de que maneira o trabalho doméstico se relaciona com o conceito de alienação? Considere que há pessoas que remuneram outras para realizar esse tipo de trabalho para si.**
   É importante que os estudantes percebam que a contratação do trabalho doméstico remunerado significa a liberação de tempo do contratante para exercer seu trabalho ou para realizar outras atividades. O trabalhador doméstico, no entanto, em geral não tem condições econômicas para contratar outra pessoa para realizar os afazeres domésticos em seu lugar. Essa situação tem diversas consequências, como a redução na disponibilidade para os estudos escolares e para o lazer, dificuldades para a criação dos filhos, etc. Como os afazeres domésticos ainda são predominantemente realizados por mulheres, como revelam diversas pesquisas, a situação também reforça a desigualdade de gênero. Uma atividade complementar interessante a realizar com a turma é assistir ao filme *Que horas ela volta?* (Brasil, 2015), dirigido por Anna Muylaert, que mostra a reviravolta na relação de uma trabalhadora doméstica migrante com seus patrões paulistas depois que a filha dela – criada longe dela, em sua cidade natal – passa a conviver com eles.

Capítulo 8

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado pela ONU com o objetivo de comparar o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida entre os países. O resultado equivale a uma média entre o índice de expectativa de vida ao nascer, o índice de escolarização e o índice de renda. Na comparação de IDH entre 188 países no ano de 2015, a Noruega apresentava o melhor índice, de 0,944. Entre os piores índices está o da República Democrática do Congo, de 0,433.

Partindo de dados e análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), as cineastas Camila Murugussa e Jhady Arana criaram o documentário "Noruega e Congo no centro do Brasil". O filme revela que comunidades com IDHs semelhantes aos da Noruega e do Congo coexistem no Distrito Federal, separadas por apenas vinte quilômetros: o IDH da região administrativa do Lago Sul se equipara ao da Noruega, enquanto o da Cidade Estrutural equivale ao da República Democrática do Congo.

Pablo Valadares/Agência Estado

Cidade Estrutural (DF), em foto de 2010.

Rubens Chaves/Folhapress

Lago Sul (DF), em foto de 2013.

1. **Com base no índice resultante do cruzamento das três variáveis citadas, a ONU classifica os países em cinco faixas de desenvolvimento: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Analise essa forma de classificação dos países, estabelecendo uma relação com a teoria da estratificação social formulada por Max Weber.**

   Por meio do recurso dos tipos ideais, Weber criou a possibilidade de avaliar a posição social do indivíduo com base em sua classe (esfera econômica), seu *status* (prestígio, esfera social) e seu partido (esfera política). A avaliação desses três critérios "fatia" a sociedade, criando diferentes possibilidades de posicionamento do indivíduo na estratificação social. O IDH, por sua vez, considera diferentes aspectos (longevidade, escolarização e renda *per capita*) para categorizar os países, estados ou cidades em diferentes faixas de desenvolvimento (ainda que recorra à média aritmética para isso, o que de certa maneira reduz as dimensões possíveis de classificação).

2. **O que a comparação entre os índices de IDH do Lago Sul e da Cidade Estrutural revela sobre a estrutura social brasileira?**

   A comparação revela a imensa desigualdade social que existe no interior da sociedade brasileira. Pessoas com condições de vida diametralmente opostas habitam a poucos quilômetros de distância.

   Procure exibir em sala de aula o Documentário "Noruega e Congo no centro do Brasil", que se encontra disponível em: <www.unbfuturo.unb.br/videoteca/83-documentario-noruega-e-congo-no-centro-do-brasil> (acesso em: 22 abr. 2016).

3. **Retome seus conhecimentos de Geografia e História a respeito da construção de Brasília e da formação do Distrito Federal. De que maneira a desigualdade observada entre essas duas regiões administrativas se relaciona com isso?**

   A construção de Brasília, por se tratar de uma cidade planejada, mobilizou a migração de milhares de pessoas. No entanto, o projeto previa principalmente a instalação do bem remunerado corpo burocrático e político da capital federal. Dessa maneira, muitos trabalhadores das obras, instalados em alojamentos a princípio temporários nas franjas da capital, acabaram se estabelecendo em definitivo por ali, sem, no entanto, conseguir garantir uma boa infraestrutura ou condições favoráveis de emprego no novo Distrito Federal. Embora seja a unidade federativa com a maior renda *per capita* do país, o Distrito Federal também registra uma das mais altas taxas de desigualdade e concentração de renda.

Capítulo 9

Leia este trecho da Lei n. 10.639/03, que incluiu a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo da rede pública de ensino:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput *deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.*

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar [...]

BRASIL. Lei n. 10.639/2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 22 abr. 2016.

Agora leia este trecho de um livro de Florestan Fernandes:

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. p. 20.

1. **De que maneira a implantação da Lei n. 10.639 responde à análise de Florestan Fernandes sobre as relações raciais no Brasil?**

   Embora tenha garantido a liberdade dos indivíduos, a abolição relegou os trabalhadores antes escravizados a uma situação de desamparo, deixando à custa deles todo o esforço necessário para superar o arraigado preconceito racial e se posicionar como trabalhador livre no mercado. A Lei n. 10.639 responde a isso porque incentiva a valorização da cultura e da história afro-brasileira e africana, estendendo a todos os estudantes o acesso e o aprendizado dessas formas historicamente reprimidas ou relegadas a segundo plano.

2. **No trecho reproduzido acima, Fernandes fala sobre a imposição da necessidade de adaptação do negro ao trabalho livre e ao capitalismo. Com base em seus conhecimentos de História e Sociologia, caracterize as diferenças entre esse sistema de produção e venda da força de trabalho e aquele que o antecedeu.**

   No sistema capitalista, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de uma remuneração, que corresponde a apenas parte do valor por ele produzido, sendo o restante apropriado pelo capitalista na forma da mais-valia. Já no sistema escravocrata, que o antecedeu, o trabalhador era privado de sua liberdade

e não necessariamente recebia uma remuneração. Todo ou quase todo o valor do que ele produzia era apropriado pelo senhor de terras que havia "comprado" o escravizado.

3. **A abolição da escravidão ocorreu em 1888, enquanto a publicação da Lei n. 10.639 se deu em 2003. Qual você acha que era o espaço dado às manifestações culturais negras brasileiras e africanas na escola e na sociedade entre esses dois acontecimentos?**

   Resposta pessoal. Uma rápida pesquisa permitiria notar que o estudo escolar das manifestações culturais negras foi historicamente marginalizado no Brasil, sendo restrito a algumas delas. Apenas em tempos recentes essa situação começou a se alterar.

4. **Sob a orientação do professor, você e seus colegas vão formar grupos para uma pesquisa sobre relações raciais e afirmação da cultura negra na canção popular brasileira. Vocês poderão recorrer a livros, *sites*, jornais e revistas, encartes de discos, vídeos e depoimentos, entre outros materiais.**

   a) **Os grupos ficarão responsáveis por diferentes períodos:**
      - **anos 1950;**
      - **anos 1960;**
      - **anos 1970;**
      - **anos 1980;**
      - **anos 1990;**
      - **século XXI.**

   b) **Na pesquisa, procurem registrar os seguintes aspectos, além de outros que considerarem interessantes:**
      - **gênero musical das canções (ritmo);**
      - **artistas que as compuseram e gravaram;**
      - **contexto em que foram compostas, gravadas e lançadas (cidade, bairro, meio social do compositor, artistas aos quais ele era vinculado);**
      - **repercussão (se a canção se tornou um sucesso comercial, um símbolo para movimentos sociais e protestos, etc.).**

   c) **Cada grupo vai realizar uma apresentação oral para a turma e um cartaz a ser exposto na escola. Se possível, levem também gravações das canções pesquisadas para reproduzir em sala durante a apresentação.**

      Esta atividade se abre para possibilidades muito ricas. Se possível, trabalhe conjuntamente com os professores de Arte e de Língua Portuguesa, que se responsabilizarão, respectivamente, pela parte propriamente musical e pelo estudo do gênero canção e do sentido das letras escolhidas. De sua parte, procure relacionar o material levado pelos alunos às discussões feitas neste capítulo e também no Capítulo 4.

Capítulo 10

A revolução informacional está relacionada a mudanças importantes na organização do trabalho na sociedade. Leia um trecho extraído de uma matéria de jornal sobre o *home office*, uma forma de trabalhar para uma empresa a partir da casa do trabalhador:

Sete dias por semana, sem folga sábado e domingo, o engenheiro eletricista João Páscoa, de 68 anos, especialista em tecnologia da informação, se isola numa sala de seu apartamento, das 9h30 às 19h30, no bairro da Aclimação, seu home office*, entre computadores e pilhas de papéis na mesa e no chão.*

MAYRINK, José Maria. Trabalho em casa, sete dias por semana. *O Estado de S. Paulo*, 3 ago. 2015. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalho-em-casa-sete-dias-por-semana,1736787. Acesso em: 22 abr. 2016.

1. **Descreva de que maneira as NTICs (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação) possibilitaram a implantação do *home office* por muitas empresas. Recorra também a seus conhecimentos de Geografia para explicar de que modo essa modalidade altera as limitações espaço temporais.**

   A chamada Terceira Revolução Industrial trouxe sucessivos aperfeiçoamentos e inovações nas tecnologias de comunicação e informação. Com isso, diversos trabalhos que não exigiam contato direto com matérias-primas físicas e a fabricação de produtos deixaram de exigir a presença do trabalhador no local de trabalho. A possibilidade de comunicação instantânea resultou em diversos fenômenos, entre os quais a contratação de parte dos funcionários em outras regiões de um país ou do mundo, nas quais os salários médios são mais reduzidos. Ao mesmo tempo, a facilidade da comunicação faz com que a jornada de trabalho deixe de ter uma delimitação clara, pois gerentes e capitalistas conseguem contactar os funcionários a qualquer momento por meio de telefones celulares e da internet.

2. **Entusiastas do *home office* costumam listar entre os benefícios dessa modalidade de organização do trabalho o fato de que o trabalhador economiza tempo de deslocamento até a empresa e pode fazer refeições em casa. Isso representaria maior disponibilidade de tempo do trabalhador para a família, o lazer e os estudos, por exemplo.**

   a) **Analise a adesão do home office por muitas empresas tendo em vista seus conhecimentos sociológicos sobre a organização do trabalho no capitalismo contemporâneo.**

      Resposta pessoal. O estudante pode apontar vantagens elencadas por aqueles que são otimistas com a Revolução Informacional, como o aspecto mais criativo do trabalho, bem como desvantagens destacadas por aqueles que veem nessa modalidade maior precarização das condições de trabalho, na medida em que a empresa deixa cada vez mais responsabilidades na mão do trabalhador (por exemplo, as ferramentas de trabalho).

   b) **Identifique no texto acima elementos que não correspondem a essa visão otimista a respeito do *home office*.**

      O trabalhador não tem folga, dedicando-se ao trabalho todos os dias. Sua jornada é expandida, e ele trabalha solitário.

UNIDADE 3 | PODER E CIDADANIA

A *Unidade 3 | Poder e cidadania* oscila sempre entre dois polos: de um lado, a política como conflito, como poder, dominação e violência, com foco no Estado; de outro, a política como domesticação do poder pelos cidadãos por meio de movimentos sociais, lutas por redistribuição e reconhecimento, e a construção de leis e instituições que pressionam o Estado a defender os interesses da sociedade.

A imagem que abre a unidade é ilustrativa dessa dualidade. Ela foi grafitada pelo artista britânico Banksy no muro que separa Israel e os territórios palestinos. Na figura, um manifestante está prestes a atirar um ramalhete de flores, na mesma atitude de quem joga uma bomba contra um inimigo. Por ter sido pintada em uma área de conflito político extremamente violento, a imagem pode ser entendida como um apelo ao pacifismo, mas vai muito além disso. Banksy retrata uma maneira de ver que não ignora que a política é sempre luta, sempre disputa. E é óbvio que o rapaz da pintura está lutando com todas as suas forças. Mas a imagem também destaca que a luta não é sempre, nem principalmente, violenta: muitas vezes, um ato simbólico (como atirar flores) ou um movimento cidadão bem organizado pode alcançar a vitória.

CAPÍTULO 11 | POLÍTICA, PODER E ESTADO

Oferecer ao aluno uma visão ampla dos conceitos fundamentais da Ciência Política é o principal objetivo deste capítulo. Boa parte desses conceitos foram elaborados à luz do pensamento de Max Weber (1864-1920). Ora, a melhor maneira de explicar os conceitos weberianos é por meio de exemplos. Ao mesmo tempo, tomamos o cuidado de inserir o estudo dos autores contratualistas no âmbito de discussões mais concretas, e isso pode ser enfatizado na sala de aula. Por exemplo, quando começar a discussão sobre o pensamento de Hobbes (1588-1679), você pode lembrar a definição de Estado; ao introduzir o tema da democracia e explicar o que são eleições limpas, você pode lembrar o que Rousseau (1712-1778) dizia sobre a necessidade de respeitar a vontade geral; e assim por diante.

1. Política e poder

Estudamos aqui três conceitos fundamentais: política, poder e legitimidade. Uma vez definida a política como luta por participação ou por obter influência sobre o poder, passamos à discussão central do capítulo, que é a questão do poder. Chame a atenção dos alunos para a fragilidade da dominação que se baseia apenas na força. Ao explorar o capítulo, deixe claro que a dominação sobre muitas pessoas durante muito tempo sempre vai ser uma combinação de coerção (força) e consentimento.

A discussão sobre os tipos de dominação é importante, sobretudo, para abordar a questão das variadas fontes de legitimidade – isto é, da crença de que é certo obedecer. Mais do que apenas decorar os detalhes de cada tipo de dominação, espera-se que o aluno se coloque no lugar de quem obedece por causa da tradição, das leis ou do carisma a fim de compreender melhor esses diferentes comportamentos.

2. O Estado

Max Weber formulou o conceito de Estado como monopólio da violência legítima em determinado território. Ao abordá-lo, é preciso enfatizar os dois lados do conceito: o monopólio da violência (isto é, a coerção) e a legitimidade (o consentimento).

Além disso, acompanhamos a exposição desse conceito com uma breve história da formação do Estado Nacional Moderno, que enfatiza sua origem na guerra (isto é, na coerção). Mas, novamente, mostramos que a dominação do Estado não se mantém só pela força: para centralizar o poder, os monarcas europeus precisaram fazer concessões à burguesia que os financiava e ao povo, que lutou em suas guerras. Nessas circunstâncias, o Estado Moderno passou pouco a pouco por profundas transformações.

A seção *Perfil* (na p. 256) destaca o pensamento de Maquiavel (1469-1527), em geral considerado fundador da Ciência Política. Ao estudá-lo, ressalte que a análise de Maquiavel recaía não sobre a política como deveria ser, mas sobre como ela realmente é. Alguns exemplos de suas ideias, como a necessidade de o príncipe ter seu próprio exército, podem ser relacionados ao conceito weberiano de Estado (monopólio da força legítima) e ao esforço dos Estados nacionais modernos de construir suas próprias forças armadas.

Para trabalhar o *Você já pensou nisto?* (p. 254) destacamos algumas questões. Assim como as formas de dominação do Estado não dependem apenas da força, as formas de resistir a essa dominação também não se limitam a ela. Na história da criação de um Estado brasileiro, que começa com a imposição do Estado português aos nativos e aos negros escravizados, há dois exemplos de resistência que podem ser trabalhados em sala de aula.

Em primeiro lugar, podemos citar os quilombos e a luta liderada por Zumbi dos Palmares como forma de resistência que extrapolava a força. Os quilombos não pretendiam dizimar os brancos, travar uma guerra, etc., mas criar uma outra organização social que não reconhecesse o poder do Estado escravocrata sobre si. Organizando suas próprias comunidades, de maneira independente, os quilombolas resistiam à dominação do Estado. Outras ações particulares estudadas em processos-crimes, por exemplo, evidenciam as práticas de resistência.

Em segundo lugar, podemos refletir sobre um dos motivos apontados pelo antropólogo Pierre Clastres (1934-1977) para que os portugueses tenham encontrado resistência na exploração da força de trabalho

das nações indígenas que aqui habitavam. Segundo esse antropólogo, as estruturas sociais de uma grande parte das sociedades autóctones do Brasil impediam qualquer tipo de concentração de poder (e, portanto, qualquer tipo de Estado) ou a aceitação de modelos de organização vertical como o europeu. Dessa maneira, os indivíduos dessas sociedades resistiam negando-se a trabalhar para produzir acumulação de recursos para outras pessoas (os colonizadores), por exemplo. Muitas vezes, diz o autor, essa resistência lhes custava a vida. Estudos como os do historiador e antropólogo John Monteiro (1956-2013) apontam que, apesar desses mecanismos de resistência, por duzentos anos a escravidão indígena sustentou o desenvolvimento econômico da colônia, e a escravidão negra passa a ter peso a partir do final do século XVII.

Neste item também apresentamos ideias políticas do pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Como Weber, Gramsci enfatizou que não é possível governar apenas com a força. Weber mostrou como o poder precisa conquistar o consentimento dos dominados recorrendo ou à tradição, ou ao carisma, ou ao respeito à lei. Gramsci, por sua vez, mostrou como cada lado da disputa política luta por conquistar aliados nas diversas classes e grupos sociais, luta por ganhar a batalha das ideias por meio do convencimento. Assim, cada lado precisa formar uma aliança entre setores diferentes e defender ideias capazes de convencer o maior número de pessoas diferentes. É uma luta entre diferentes projetos para a sociedade, que Gramsci chamou de luta pela hegemonia.

Um exemplo histórico disso é a construção dos Estados de bem-estar social em sociedades capitalistas modernas. Do ponto de vista econômico, o capitalismo não precisa de políticas sociais para funcionar. Porém, elas melhoram o nível de vida dos trabalhadores, o que os torna menos propensos a fazer greves, ocupações, enfim, a questionar a legitimidade do sistema. Para que políticas sociais sejam implementadas, os capitalistas precisam fazer alguns sacrifícios (pagar mais impostos, etc.),mas é do seu interesse fazer com que os trabalhadores se sintam sócios e beneficiários do desenvolvimento capitalista.

Um exemplo no sentido oposto são os projetos políticos excludentes. Se um candidato a presidente no Brasil defender um discurso racista, os negros brasileiros nunca se sentirão incluídos em seu projeto político. Se fosse eleito com um discurso desse tipo, o presidente já começaria seu mandato sabendo que uma grande parte da população não se sente representada por ele. Isso dificultaria imensamente a implementação de seus projetos, pois o governo sempre estaria ameaçado pela mobilização dos excluídos de seu projeto.

Na maioria das situações concretas, não há um projeto hegemônico que contemple a todos os setores. Na verdade, diferentes projetos disputam entre si a hegemonia, cada um tentando conseguir o maior número de aliados e formular projetos que incluam o maior número possível de cidadãos.

3. Os contratualistas: o que o Estado pode fazer?

Neste item abordamos o pensamento de três dos principais contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau. As ideias sobre o Estado foram da aceitação da autoridade absoluta do Estado em troca da garantia da vida (Hobbes) para a exigência de que o Estado garanta os direitos à liberdade e à propriedade (Locke) e, finalmente, para o princípio segundo o qual as próprias leis do Estado sejam feitas por todos os cidadãos (Rousseau). Descrever e discutir essas perspectivas é uma maneira de falar um pouco das transformações sofridas pelo Estado na Europa moderna, desde as monarquias nacionais até o Estado de direito.

É importante explicar bem o que os três autores têm de igual e de diferente. Os três partem das mesmas premissas: há um estado de natureza, é estabelecido um contrato social, forma-se o Estado. Daí em diante é que começam as divergências.

O estado de natureza para Hobbes é a guerra de todos contra todos, diante da qual não há qualquer esperança de paz ou prosperidade. Para Locke (1632-1704), é um reino de paz, no qual as pessoas já têm direito à liberdade e à felicidade. Para Rousseau, é um lugar de felicidade, em que todos estão contentes com o pouco que têm.

Para Hobbes, o Estado é fundado para encerrar a guerra de todos contra todos. Para Locke, para preservar os direitos à liberdade e à propriedade que já existem no estado de natureza. Para Rousseau, o Estado é instituído para compensar a perda da liberdade natural do "selvagem" (que chega ao fim quando surge a propriedade privada), que é substituída pela liberdade do cidadão.

Para Hobbes, o Estado pode fazer o que quiser, desde que garanta a segurança das pessoas. Para Locke, a liberdade de ação do Estado se restringe à garantia dos direitos naturais, da liberdade e da propriedade (se ele não os garantir, os cidadãos têm o direito de se rebelar). Para Rousseau, o Estado deve se restringir a cumprir as leis instituídas com a participação de todos os cidadãos.

4. Regimes políticos: a democracia

Começamos este item com a definição de regime político como conjunto de instituições, leis e valores que regulam a disputa pelo poder. Discutimos na sequência duas questões da máxima importância.

Uma delas envolve o conceito de democracia como regime em que o Poder Legislativo e o chefe do Poder Executivo são escolhidos em eleições livres com a participação de mais de um partido. É importante enfatizar a necessidade de as eleições serem livres, de a oposição ter plenas condições de apresentar suas propostas, de serem adotadas medidas para impedir a fraude eleitoral, de haver transparência e fiscalização na contagem dos votos, etc.

A outra questão se refere à diferença entre o parlamentarismo – sistema em que os eleitores escolhem os integrantes do Poder Legislativo, que por sua vez elegem o chefe do governo – e o presidencialismo – sistema de governo no qual o presidente é eleito pelo voto direto

ou por um sistema de votação indireta que envolve um colégio eleitoral mais amplo do que o Poder Legislativo (caso dos Estados Unidos). É necessário enfatizar que sob o parlamentarismo o Legislativo pode destituir o chefe do governo quando discordar de sua política, o que em geral não ocorre no presidencialismo. No final do tópico, discutimos rapidamente o conceito de regimes autoritários, importante para fazer o contraste com os democráticos e tornar seus traços mais nítidos.

Para aprofundar essa discussão, você pode convidar o professor de História para um debate interdisciplinar na sala de aula sobre formas de governo adotadas no Brasil ao longo de sua história. Deem ênfase ao período republicano (a partir de 1889), marcadamente presidencialista, mas durante o qual foi experimentado o parlamentarismo (1961 a 1963). Vale lembrar também que, em abril de 1993, por meio de um plebiscito para definir a forma e o sistema de governo no Brasil, a maioria dos eleitores optou pela República presidencialista.

Outra abordagem relevante pode partir da discussão de que, ao contrário do diz o senso comum, a democracia nem sempre garante a representação igualitária de todas as fatias da sociedade e grupos sociais. Quer dizer, o Estado democraticamente eleito não necessariamente tem representantes da diversidade que constitui a população que o elegeu. Quando analisamos, no Brasil, as características sociais daqueles que ocupam posições importantes no Estado, fica claro que é um pedaço pequeno da população que ocupa de fato o Estado.

Em sala de aula, é possível trabalhar com os estudantes analisando os representantes legislativos, por exemplo, elaborando um mapa ou um infográfico que evidencie a composição social, racial e de gênero desse grupo. Quantos parlamentares brasileiros são negros? Quantos são mulheres? Quantos são oriundos de famílias pobres? Quantos têm diploma de ensino superior? Quantos são oriundos de áreas profissionais tradicionais de elite (como direito, medicina, engenharia, economia)? Quantos são operários? Etc.

Este trabalho pode gerar um debate importante sobre as formas de dominação estatal realizadas por instituições que Louis Althusser (1918-1990) chamou de "*aparelhos ideológicos de Estado*", como a família, a escola, a Igreja. Essa ideia pode ser combinada à noção de "*hegemonia*" desenvolvida por Antonio Gramsci (vista no item 2 deste capítulo) e pela *função de reprodução social* atribuída à escola por Pierre Bourdieu (vista no Capítulo 10). Esse rico debate ajuda a entender por que é tão difícil romper com a estrutura de poder entre diversos grupos em nossa sociedade.

5. Partidos políticos

Agora que o aluno já conhece os conceitos de Estado, poder e democracia, podemos nos dedicar ao estudo do conceito de partido político como associação voltada para a conquista do poder. Além de defini-los, abordamos a história dos partidos políticos como história da construção da democracia de massas, isto é, da democracia com voto universal. Deve-se enfatizar que, por piores que sejam, os partidos são veículos de participação política e de propostas que procuram responder às demandas de setores da sociedade.

Em nossa exposição, fazemos referência às noções de esquerda e direita com o propósito de introduzir a questão dos sistemas bipartidários, existentes em várias democracias modernas. Discutimos também a dinâmica básica dos sistemas bipartidários, com partidos que começam radicais e moderam pouco a pouco seu discurso com o objetivo de conquistar os votos do centro do espectro político.

É importante explicar aos alunos que processos semelhantes podem ocorrer também em situações de pluripartidarismo, caso se formem alianças que levem as diversas agremiações a atuar como se fossem dois blocos de partidos. Voltaremos a isso na discussão sobre política brasileira no Capítulo 14.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Para manter sua dominação, o detentor de poder precisa conquistar a legitimidade, isto é, o consentimento dos cidadãos de que é certo obedecer a ele.

2. Para Weber, o Estado é um conjunto de instituições que exercem o monopólio da violência (ou força) legítima no interior de determinado território. Ou seja, o Estado tenta fazer com que a população daquele território o aceite como único detentor do direito de usar a violência em determinadas circunstâncias.

3. Para Hobbes, o estado de natureza era a guerra de todos contra todos, na qual não havia qualquer garantia de direito à vida ou à propriedade. Para sair dessa situação, as pessoas teriam concordado em abdicar de sua liberdade e obedecer ao Estado, que deveria, então, garantir a segurança delas. Para Locke, as pessoas no estado de natureza já tinham direito à liberdade e à propriedade. Entretanto, não se sabia quem seria o juiz quando as pessoas discordassem sobre quem teria direito a quê. O Estado teria sido criado, portanto, apenas para garantir o exercício do direito à liberdade e à propriedade já existentes no estado de natureza. Dessa forma, qualquer coisa que o Estado fizesse que desrespeitasse esses direitos seria injustificada, e daria aos cidadãos o direito de se rebelarem contra ele.

4. No parlamentarismo, os eleitores votam nos candidatos que vão compor o Poder Legislativo (o Parlamento). Uma vez eleitos, os parlamentares escolhem o chefe de governo (primeiro-ministro), que pode ser destituído por eles, caso haja discordâncias graves em relação à política de governo aplicada. Já sob o presidencialismo, o chefe do Executivo (presidente da República) é eleito diretamente pelos cidadãos ou por um colégio eleitoral mais amplo do

que o Poder Legislativo e escolhido pelos eleitores (caso dos Estados Unidos). Além disso, o presidente só pode ser afastado do poder pelo Parlamento quando pesam contra ele acusações provadas de violação da Constituição ou de diversos tipos de crime. Nesse caso, o Poder Legislativo pode mover contra ele um processo de *impeachment* (impedimento ou impugnação de mandato). No Brasil, o presidente Fernando Collor foi acusado de corrupção e obrigado a renunciar ao cargo em 1992 diante de um processo de *impeachment* contra ele que tramitava no Congresso Nacional. Entretanto, no presidencialismo, o Parlamento não pode afastar o presidente em caso de discordâncias em relação à política de governo.

5. Porque os partidos de esquerda e de direita precisarão, para se eleger, obter os votos do centro, isto é, das pessoas que não estão nem muito à esquerda, nem muito à direita. Para isso, eles tendem a moderar seus discursos e abrir mão de pontos mais radicais de seus programas de governo.

Interagindo

1. Ao rejeitar a paz que não tenha também "voz", isto é, o direito de participar politicamente e de emitir a própria opinião, a canção se alinha claramente à concepção de Rousseau, que só considerava legítimo o Estado cujas leis fossem feitas de acordo com a vontade geral. Se a canção tivesse afinidade com as ideias de Hobbes, mostraria a aceitação de qualquer paz que livrasse as pessoas da guerra de todos contra todos.

2. O objetivo do jogo é medir o quanto as pessoas estão dispostas a perder para punir um ditador que consideram injusto. Em termos puramente racionais, o povo deve aceitar qualquer oferta maior que zero (ou aceita, ou não recebe nada). Sabendo que essa seria a escolha racional do povo, o racional para o ditador é oferecer apenas 1 real.

Mas os resultados desse experimento (realizado diversas vezes em vários países) costumam mostrar que o povo frequentemente recusa ofertas, preferindo punir o ditador que lhe fez uma proposta ruim, mesmo que isso lhe custe algo. Muitas vezes, o ditador, já antevendo essa possibilidade, faz propostas maiores do que 1 real para tentar garantir que o povo aceite o que ele oferece.

Quando os alunos revelarem o resultado dos lances que jogaram (quem levou quanto em cada rodada), você pode lhes dar a explicação acima. Eles devem perceber como seus lances mostram que não aceitam um ditador que consideram injusto e estão dispostos a perder dinheiro para derrubá-lo.

O jogo do ditador sugere que o governo precisa negociar, precisa sempre tentar convencer o povo a aceitar sua dominação, sob o risco de não ser obedecido.

3. a) Para Hobbes, o Estado é necessário para garantir a vida das pessoas e manter a paz. A fundação do Estado acontece porque, como as pessoas têm medo de morrer violentamente, aceitam se submeter a um governante capaz de manter a ordem. Portanto, Hobbes diria que o Estado brasileiro falhou com Maria da Penha. A incapacidade de punir seu ex-marido com agilidade e rigor mostra que o Estado brasileiro não foi capaz, nesse caso, de cumprir sua função adequadamente. Afinal, se o agressor pode continuar em liberdade após ter tentado matar outra pessoa, o Estado não se mostrou capaz de nos tirar do estado de natureza, no qual impera a guerra de todos contra todos.

b) Para Locke, os indivíduos já tinham direitos no Estado de natureza. Esses direitos que já existiam no estado de natureza são, portanto, naturais, comuns a todos os seres humanos. A ideia de que nós todos temos determinados direitos apenas por sermos seres humanos está na raiz da ideia moderna de direitos humanos.

Contraponto

A charge de Angeli dá a entender que o Estado brasileiro é corrupto, e que essa corrupção é o resultado de milhões de atos de corrupção em toda a sociedade. Há duas interpretações possíveis sobre as pessoas que compõem o gigante: elas podem ser todos os políticos corruptos, que, somados, formam um grande sistema de corrupção; mas também podem ser cidadãos corrompidos, que se esqueceram de seus deveres cívicos e que, quando se juntam para formar o Estado, geram um Estado igualmente corrompido.

SUGESTÕES

Leitura (acesso em: 30 mar. 2016)

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. *Revista de Sociologia e Política.* [*on-line*], v. 19, n. 40, 2011, p. 149-157. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300011&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>.

BOBBIO, Norberto. Ética e política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 25, abr. 1992. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

BREWER, Kirstie. A greve geral de mulheres que tornou a Islândia o país "mais feminista do mundo". Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151102_islandia_feminismo_hb>.

DEL ROIO, Marcos. Estado e democracia no marxismo. *Novos Rumos*, n. 27, 1998. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/1956/1609>.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. *Lua Nova* [*on-line*], n. 71, 2007, p. 11-39. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: desafio à democracia. Brasília, 2014. Disponível em: <www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/inesc-lanca-o-perfil-dos-candidatos-as-eleicoes-2014-em-seminario-na-proxima-sexta-19-9>.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política* [*on-line*], n. 7, 2012, p. 349-385. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. O que mantém as democracias? *Lua Nova* [*on-line*], n. 40-41, 1997, p. 113-135. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: a dimensão política da educação e a formação escolar em Antonio Gramsci. *Novos Rumos*, v. 50, n. 2, 2013. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3466/2685>.

Vídeos (acesso em: 14 mar. 2016)

INESC. A sub-representação no Parlamento Brasileiro. Disponível em: <www.inesc.org.br/imprensa/tv/a-sub-representacao-no-parlamento-brasileiro/view>.

LEMOS, Maria Angélica. *Lugar de mulher é na política*. CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria). Disponível em: <vimeo.com/5693580>.

CAPÍTULO 12 | GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA

Com o avanço do processo de globalização, está hoje em curso, lentamente e de maneira incerta, uma nova política global. Como os eventos a que fazemos referência neste capítulo são muito recentes, ainda não há um consenso formado sobre muitos dos temas relacionados a esse processo. O importante aqui não é memorizar conceitos, mas ter uma ideia do processo principal, que é o da formação de relações sociais que atravessam vários países.

O capítulo aborda também algumas noções sobre uma área importante relacionada à Ciência Política, a das Relações Internacionais, disciplina que tem sua própria perspectiva sobre as relações entre as nações.

Se, por um lado, a proximidade do tema dificulta a discussão conceitual, por outro torna mais fácil encontrar acontecimentos e temas no noticiário que podem ser usados como exemplos em sala de aula. Para ficar apenas nos primeiros anos do século XXI, podem ser abordados o tráfico internacional de drogas, o terrorismo internacional, a crise do euro, a crise financeira de 2008, a Primavera Árabe e a crise dos refugiados do Oriente Médio e da África.

1. O conceito de globalização

Uma concepção de globalização que deve ser explicada com cuidado é a de Anthony Giddens. Para esse sociólogo inglês, a globalização pode ser entendida como uma intensificação de relações sociais entre lugares distantes no mundo, de modo que acontecimentos em um lugar são influenciados por eventos ocorridos muito longe dali, e vice-versa. Essa ideia de processos ocorridos em um país que influenciam vários outros deve ser trabalhada com o uso de exemplos.

Além disso, é importante explicar o que são os problemas globais, isto é, problemas que não podem ser resolvidos apenas por um Estado. Essa ideia é chave para entender os temas com base nos quais a política global vai ser organizada e apresentada nas seções posteriores do capítulo.

É necessário enfatizar que a globalização é um processo não apenas econômico, mas também cultural. Além disso, fora da área econômica será mais fácil encontrar exemplos próximos do cotidiano dos alunos.

Você pode, por exemplo, propor exercícios que encorajem os alunos a reconhecer fenômenos globais em seu dia a dia: a transferência de jogadores de futebol para o exterior, as canções em inglês que fazem sucesso, o fato de que a maioria dos filmes que eles já viram no cinema ou na televisão é produzida nos Estados Unidos, a possibilidade de participar de jogos *on-line* com pessoas do mundo todo, etc.

2. A governança global

Abordamos aqui algumas ideias centrais sobre Relações Internacionais, disciplina que vem se tornando importante em muitos debates que vão desde a normatização de padrões industriais até o direito internacional.

Um aspecto crucial nessa discussão é a passagem do sistema de governança global de Westfália para um sistema de governança global. Enquanto no primeiro os Estados são reconhecidos como únicos agentes das relações internacionais, soberanos em seus territórios e encarregados de resolver suas divergências diretamente entre si (geralmente pela força), o segundo inclui as organizações internacionais e a ideia de que há valores fundamentais a serem respeitados por todos os Estados e pelos demais agentes da política internacional (como os movimentos sociais, que serão discutidos mais à frente).

Há duas estratégias importantes a serem utilizadas aqui:

a) relacionar os assuntos discutidos ao que o aluno aprendeu nas aulas de História, em especial sobre o período pós-Segunda Guerra (1945 em diante);

b) mostrar que a presença das organizações internacionais em nosso cotidiano é bem maior do que geralmente se pensa. Lembrar o caso da Federação Internacional de Futebol (Fifa), da administração internacional da internet, da regulação internacional da aviação comercial, etc.

3. A globalização e o Estado

Atualmente, as empresas e corporações multinacionais têm cada vez mais liberdade para escolher em que país querem investir. Isso limita as opções de política econômica de cada Estado (que, quando adota medidas que desagradam o capital internacional, corre o risco de não receber mais investimentos).

Por outro lado, as organizações internacionais não são, em si, democráticas (não elegemos o secretário-geral da ONU, por exemplo), e sempre implicam algum grau de sacrifício da soberania nacional. Deve-se enfatizar, entretanto, que em alguns casos pode ser do interesse nacional sacrificar um pouco a soberania para obter a resolução de problemas globais.

O trilema de Rodrik deve ser utilizado como instrumento para esquematizar o problema de como conciliar democracia, soberania e globalização. Segundo esse esquema, é impossível tentar ter mais das três ao mesmo tempo: sempre que escolhemos duas temos que sacrificar a terceira; e sempre que tentamos recuperar a que perdemos, somos obrigados a sacrificar uma das duas primeiras. Não é necessário que o aluno decore a expressão "trilema de Rodrik" ou o aspecto formal do esquema: o mais importante é que ele perceba as difíceis escolhas entre valores que a globalização nos impõe.

4. Movimentos sociais globais

Como foi estudado no tópico anterior, em muitas áreas a globalização estabeleceu limites relativamente estreitos para a ação dos governos. Ao mesmo tempo, surgiram problemas globais que não podem ser resolvidos apenas por um país. Na tentativa de enfrentá-los, setores da sociedade constituíram movimentos sociais que atuam simultaneamente em diversos países.

Abordamos aqui dois tipos de movimento, que podem atuar juntos, mas não se confundem:

O primeiro é formado pelas ONGs e outros movimentos globais voltados para a resolução de problemas específicos (ambientais, de saúde, de direitos humanos, etc.). Fazem parte desse tipo de movimento ONGs como Médicos sem Fronteiras e Greenpeace. Exemplos como esses são necessários para dar ao aluno uma ideia de como funciona uma ONG internacional.

Os movimentos do segundo tipo colocam em discussão a própria globalização, como os alterglobalistas e o movimento *Occupy*. Embora seja difícil aprofundar a discussão sobre o programa desses movimentos, procure frisar que eles defendem um maior controle sobre a ação do grande capital. Também é importante enfatizar que esses movimentos são recentes. Não sabemos ainda como eles vão se desenvolver, como se consolidarão suas propostas e se serão mesmo uma força decisiva nas relações internacionais.

Na Unidade 1 do livro, comentamos rapidamente sobre os estudos pós-colonialistas, que criticavam a pouca voz dos grupos oprimidos e minorias sociais nas pesquisas de cientistas sociais. Para refletir sobre as ONGs internacionais é interessante iniciar com a seguinte problematização: em que situações as pessoas (incluindo nós mesmos) se posicionam de maneira colonialista, ou seja, retirando a agência, a autonomia e a responsabilidade de certos sujeitos por suas próprias ações, julgando-se mais dignas de decidir por eles do que eles mesmos? Em que situações?

O exemplo da legislação francesa sobre o uso do *hijab* em escolas públicas é interessante, assim como nossa própria percepção do que seja ou não adequado, de maneira geral, às mulheres muçulmanas. A edição de março de 2013 da revista *Vida Simples* trouxe uma reportagem que pode ser utilizada como disparador para essa discussão em sala de aula ("O que aprendi com as mulheres muçulmanas", veja na seção *Texto Complementar*).

Esta também é uma oportunidade para discutir o dilema frequente para pesquisadores de Ciências Sociais do equilíbrio entre a ética pessoal e a adoção da alteridade para compreender a cultura do outro. Até que ponto certa prática cultural deve ser aceita? Quando é preciso intervir? Como definir se uma prática fere direitos humanos ou não? Tais questões remetem ao que foi visto na Unidade 1, especialmente no Capítulo 2. Elas podem – e devem – ser discutidas em sala de aula, pois permeiam o fazer e o pensar sociológico.

5. O Brasil e a globalização

Como conclusão do capítulo, utilizamos os conceitos abordados anteriormente para discutir o caso brasileiro. Podemos fazer a discussão repetindo a ordem dos tópicos anteriores.

No que se refere à globalização econômica, deve-se enfatizar que o Brasil precisa oferecer mais do que mão de obra barata para competir globalmente, mesmo porque países mais pobres oferecem mão de obra a um custo ainda mais baixo. Ao mesmo tempo, é preciso combater nossas desigualdades históricas. Essa equação é de difícil solução e o caminho para resolvê-la passa necessariamente por uma educação de qualidade extensiva a toda a população.

Ao passarmos para a discussão sobre governança global, deve ser abordada a luta do Brasil para fazer parte do Conselho de Segurança da ONU na qualidade de membro permanente, e mostrar como a atuação de tropas brasileiras no Haiti se insere nesse processo. Outro tema importante relacionado ao Brasil e à governança global é o Mercosul, que representa uma tentativa de integração regional vista como fundamental para os interesses econômicos e estratégicos do país.

Finalmente, é importante mostrar que o Brasil é palco da atuação de diversos movimentos sociais globais, em especial os ambientalistas. Pode-se lembrar, por exemplo, as conferências internacionais sobre meio ambiente realizadas em território nacional e o papel desempenhado pelas ONGs nesses eventos.

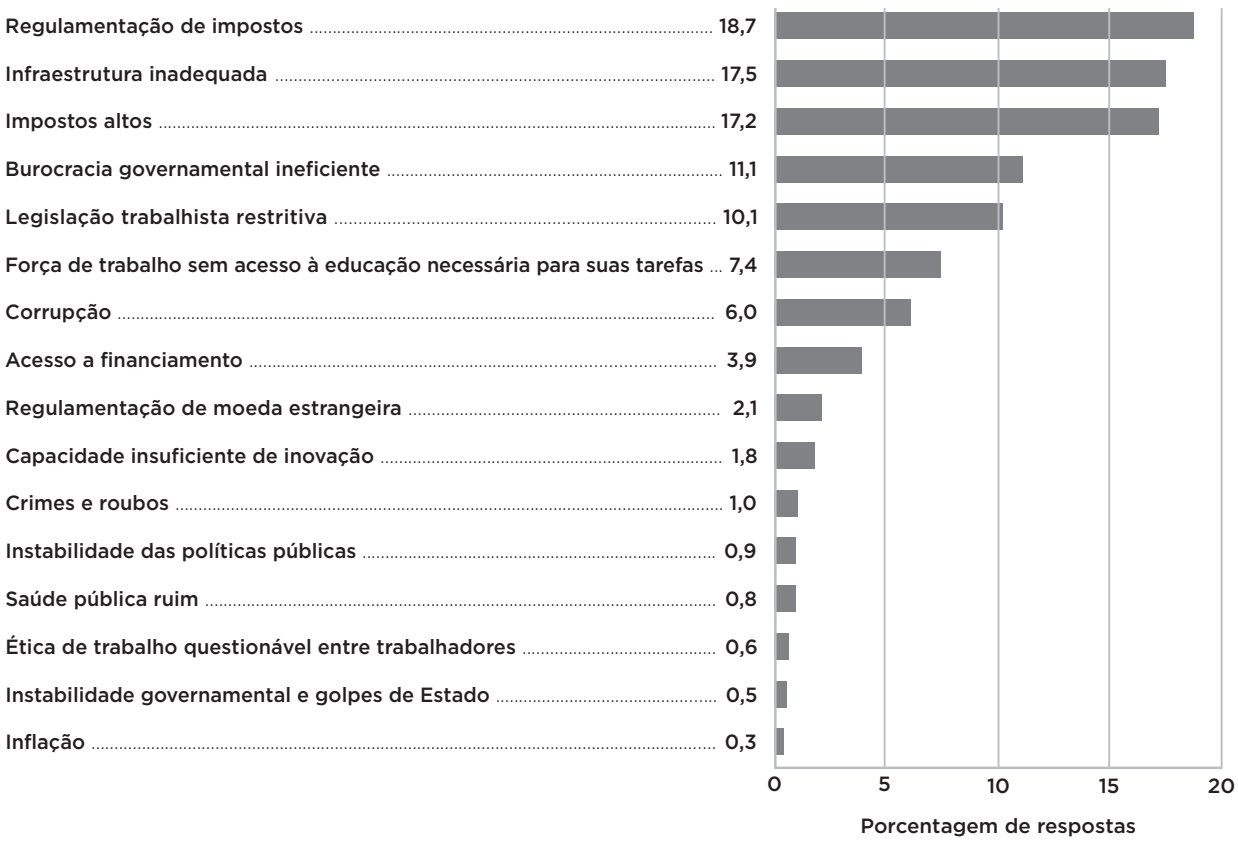
Você pode promover um debate interdisciplinar na sala de aula sobre a relação do Brasil com a globalização, convidando o professor de Geografia para participar dele. Pode-se dividir a classe em dois grupos, um pró e outro contra a globalização, e colocar em confronto os argumentos dos dois grupos.

O mapa da competitividade econômica (p. 282) pode ser explorado de muitas maneiras em sala de aula. Uma abordagem interessante é entender os critérios utilizados pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) para analisar cada país. Escreva na lousa, para que os alunos vejam, uma série de fatores que o WEF considera como "problemas" para o desenvolvimento econômico dos países como um todo (veja no gráfico desta página). Não deixe de verificar se os alunos compreendem o que significa cada fator, explicando quando necessário.

Quais destes fatores eles acham que são os maiores problemas para o desenvolvimento econômico do Brasil? Peça que reorganizem a lista de acordo com sua opinião, da questão mais problemática para a menos. Dê um tempo para que façam esse exercício, individualmente ou em dupla, discutindo com os colegas se possível.

Em seguida apresente o seguinte gráfico, retirado do relatório de competitividade econômica do WEF, que mostra quais são os problemas mais graves do ponto de vista das empresas e do capitalismo global. Peça que comparem com a própria percepção, refletindo sobre divergências entre os interesses de empresas e grandes corporações e os interesses de cidadãos do país.

Fatores problemáticos para o desenvolvimento econômico



Fonte: Fórum Econômico Mundial. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2012-2013/>. Acesso em: 4 abr. 2016.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Segundo Giddens, a globalização é a intensificação de relações sociais mundiais, de modo que acontecimentos em um lugar são influenciados por eventos ocorridos muito longe dali, e vice-versa.

2. Porque as duas guerras mundiais causaram tamanha destruição e sofrimento que se tornou evidente a necessidade de mecanismos para organizar a relação entre os Estados e diminuir o risco de novos grandes conflitos. As atrocidades da Segunda Guerra Mundial, em especial o holocausto dos judeus, reforçaram a convicção de que há alguns valores básicos que os Estados não podem desrespeitar. Além disso, o risco de uma guerra nuclear, que poderia destruir a espécie humana, tornou ainda mais importante a procura de mecanismos de resolução pacífica de conflitos.

3. Porque com a globalização as empresas multinacionais podem escolher livremente onde e quando investir. Por terem o objetivo de ampliar lucros, elas evitam investir em países onde os impostos ou os salários sejam mais altos. Assim, torna-se difícil para o eleitorado de cada país apoiar propostas que levem a aumentos salariais (ou de outros direitos trabalhistas pagos pelas empresas) ou de impostos sobre empresas (que podem ser necessários para financiar políticas sociais mais generosas), pois haverá o risco de empresas saírem do país, enfraquecendo sua economia.

4. Porque a crise ambiental, principalmente as consequências do "efeito estufa" e dos danos à camada de ozônio, pode provocar catástrofes em todo o planeta. Essa possibilidade tem levado muitas pessoas e mesmo países a mudar certos hábitos com o objetivo de fortalecer processos de proteção e preservação ambiental. No centro dessas mudanças estão os movimentos ambientalistas. Além disso, a natureza não reconhece as fronteiras entre os países. Sob a ação das correntes marinhas, um vazamento de petróleo na costa brasileira, por exemplo, poderia poluir o mar do Uruguai ou mesmo de regiões mais distantes. Assim, a regulação ambiental precisa ser realizada por diversos países ao mesmo tempo, e os movimentos ambientalistas internacionais exercem grande pressão para que isso ocorra.

5. Porque os países mais pobres podem atrair investimentos por meio da oferta de mão de obra ainda mais barata do que a brasileira, enquanto os países mais ricos o fazem por meio de sua capacidade de produzir tecnologia, sua mão de obra altamente qualificada e suas instituições consolidadas. Se o Brasil não quiser empobrecer sua população para competir com os países pobres, precisa investir em capacitação para poder competir com os países ricos.

Interagindo

1. Na canção de Manu Chao, a nacionalidade dos imigrantes indica claramente tratar-se de trabalhadores vindos dos países mais pobres e menos competitivos globalmente (como é possível ver no mapa de competitividade global), que se dirigem a países mais desenvolvidos economicamente em busca de melhores oportunidades. Esses trabalhadores muitas vezes vivem como imigrantes ilegais sem acesso aos direitos mais elementares, e sofrem discriminação racial e cultural. Por contraste, empresas multinacionais têm grande facilidade de se instalar em outros países, que muitas vezes competem pelo direito de recebê-las. Isso mostra claramente como a globalização, da maneira como se desenvolveu até agora, favorece muito mais a mobilidade do capital do que a mobilidade do trabalho.

2. a) Não. A maior parte da poluição global é produzida pelos países desenvolvidos ou pelos países emergentes industrializados, como a China ou o Brasil. Entretanto, os efeitos da poluição não afetam apenas esses países. Assim, a poluição produzida em países como os Estados Unidos ou a China gera, por exemplo, mudanças na temperatura do planeta, e esse aquecimento causa a elevação do nível dos oceanos. A elevação do nível dos oceanos ameaça a sobrevivência física das Maldivas, que não foram responsáveis por nada disso.

b) Claramente não. As Maldivas são um pequeno país de economia modesta. Assim, não têm nenhuma possibilidade de influenciar as decisões de países grandes e poderosos como os Estados Unidos e a China, que são os principais responsáveis pelo aquecimento global.

c) Trata-se de um problema que afeta a todos os países, embora seja causado em grande parte pela ação de alguns deles. Assim, sua solução depende de todos os países chegarem a um acordo, que passaria pela redução dos níveis de poluição.

Contraponto

Há várias respostas possíveis, dependendo da opinião do aluno sobre a natureza das relações sociais no mundo virtual (um tema sobre o qual as pesquisas ainda não são de modo algum conclusivas). Se o aluno pensar que os contatos virtuais podem, sim, estabelecer relações fortes entre as pessoas, deve argumentar que as possibilidades da política que utiliza as novas tecnologias são boas, pois os manifestantes pela democracia permanecerão mobilizados. Se, ao contrário, considerar que as relações virtuais são superficiais demais para embasar a atuação política em longo prazo, pode manifestar ceticismo com relação às possibilidades políticas das novas tecnologias.

SUGESTÕES

Leitura (Acesso em: 30 mar. 2016)

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos – Cebrap*, n. 87, 2010. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

ASSANGE, Julian. A América Latina na era das cyberguerras. *Blog da Boitempo*, 12 jul. 2013. Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/2013/07/12/a-america-latina-na-era-das-cyberguerras>.

BRAGA, Ruy. Insurgência precária: o Fórum Social Mundial. *Blog da Boitempo*, 09 nov. 2015. Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/2015/11/09/insurgencia-precaria-o-forum-social-mundial/>.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Opções estratégicas: o papel do Brasil no sistema internacional. *Lua Nova* [*on-line*], n. 53, 2001, p. 135-157. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452001000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. *Lua Nova* [*on-line*]. N. 35, p. 73-111, 1995. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0102-64451995000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global. *Lua Nova* [*on-line*]. n. 23, 1991, p. 145-194. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

KUNTZ, Rolf. República, direitos e ordem global. *Lua Nova* [*on-line*], n. 60, 2003, p. 45-55. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300003>.

MORIN, Edgar. A Europa unida entre a associação e a barbárie. *Lua Nova* [*on-line*], n. 46, 1999, p. 197-213. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

ZIZEK, Slavoj. A contradição principal da nova ordem mundial. *Blog da Boitempo*, 19 maio 2014. Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/2014/05/19/zizek-a-contradicao-principal-da-nova-ordem-mundial/>.

Vídeo (Acesso em: 19 mar. 2016)

CASTANHEIRA, Graça. O tempo e modo: depoimento de Vandana Shiva. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=3K5EGBjS6t4>.

CAPÍTULO 13 | A SOCIEDADE DIANTE DO ESTADO

A política é um campo multifacetado do agir humano. No Capítulo 11, nós a estudamos do ângulo do Estado e dos processos de luta pelo poder político. Agora, nosso centro de interesse é o cidadão, seus direitos e deveres e o modo pelo qual participa da política (para além do voto).

1. A luta pela cidadania

Considerando mais de perto o conceito, a cidadania pode ser vista como a capacidade de ter reconhecidos os direitos e deveres resultantes da condição de integrante de um país. Aqui a chave é a ideia de ser aceito pelos demais habitantes do país e conhecer os deveres e direitos que isso implica.

Na análise de T. H. Marshall (1893-1981), a cidadania é um processo histórico que envolve três dimensões de direitos: civis, políticos e sociais.

Sugerimos que você ilustre sua exposição com exemplos concretos que se relacionem à vida do aluno. Para explicar os direitos civis você pode utilizar o exemplo da liberdade religiosa (liberdade de consciência, direito de escolher livremente uma religião, direito ao ateísmo, etc.) ou da liberdade econômica (direito de comprar e vender, de escolher o trabalho segundo as oportunidades de mercado que ele oferece, etc.). O exemplo mais claro de direitos políticos é, sem dúvida, o direito ao voto. No que se refere aos direitos sociais, você pode citar os direitos trabalhistas e o direito à educação pública e à saúde, garantidos pela Constituição brasileira de 1988.

É provável que durante a discussão surja a questão do desrespeito aos direitos no Brasil. Sabemos, por exemplo, que o atendimento em grande parte dos hospitais públicos é insatisfatório, que as desigualdades sociais são imensas, etc. Essa discussão deve ser encorajada, pois indica que os alunos entenderam o que são os direitos enunciados por Marshall.

2. Os movimentos sociais

Ao fazer sua exposição sobre movimentos sociais, recorra a exemplos próximos do cotidiano dos alunos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), movimento negro, movimento sindical, etc. Explique também o que é uma mobilização social, e sua importância para a definição dos direitos que devem compor a cidadania.

Para que os alunos tenham uma visão geral do que são os movimentos sociais, sugerimos que você explore o repertório característico de ações desses grupos: passeatas, formas de organização (ONGs, etc.), campanhas (inclusive pela internet), abaixo-assinados, etc.

Também é importante mostrar que os movimentos sociais estão historicamente associados a conquistas concretas: reformas agrária e urbana, fim da discriminação racial, direitos das mulheres, dos LGBTI, etc.

Entre as ações mais importantes dos movimentos sociais, cabe destacar a luta por redistribuição da renda (que pretende corrigir injustiças econômicas e desigualdades sociais) e a luta por reconhecimento de direitos (que, além de procurar corrigir injustiças culturais, mobiliza forças contra a discriminação e o preconceito). No último capítulo da unidade, abordamos novamente essas questões na discussão dos valores pós-materialistas.

Para abordar o *Você já pensou nisto?* (p. 295) propomos algumas reflexões adicionais. A maior parte dos movimentos sociais hoje em dia convive com o "dilema da interseccionalidade". Isso quer dizer que mesmo no interior de movimentos sociais que buscam a redistribuição há minorias que nem sempre são representadas pelo movimento da maneira como gostariam. Isso acontece em vários movimentos sociais e deve ser mencionado aos alunos.

No movimento negro, por exemplo, há uma reivindicação histórica das mulheres negras por reconhecimento, já que muitos dos postos de poder nesse movimento são ocupados por homens, e muitas de suas reivindicações não consideram especificidades das mulheres. O mesmo acontece no movimento de trabalhadores e operários, por exemplo.

No movimento LGBTI, em geral as lésbicas são sub-representadas e invisibilizadas, assim como travestis, transexuais e transgêneros, que precisam reforçar suas causas o tempo todo. A parcela negra e pobre da comunidade LGBTI também não alcança grandes posições de poder no movimento.

No movimento feminista, há uma disputa antiga das mulheres negras em ter suas reivindicações específicas ouvidas e atendidas. As mulheres trabalhadoras, assim

como as lésbicas e as transgênero, também precisam disputar fortemente espaços no feminismo, que muitas vezes as exclui.

Isso não quer dizer que esses movimentos de alcance mais abrangente não sejam válidos. Mas os representantes de diversas minorias têm feito um trabalho importante ao reafirmar que esses movimentos não serão verdadeiramente transformadores se não adotarem uma perspectiva interseccional, quer dizer, uma perspectiva de luta que considere a articulação de múltiplas formas de opressão entre as pessoas. Para as pessoas que militam pela interseccionalidade nesses movimentos, não adianta muita coisa conquistar direitos para as mulheres, por exemplo, se na prática esses direitos só se aplicarem a uma parcela pequena das mulheres (brancas, heterossexuais, de classe privilegiada, etc.).

3. Problemas da ação coletiva

Neste item, discutimos raciocínios formais que podem parecer difíceis de entender. Por isso, o uso de exemplos e esquemas visuais (como a tabela *O problema do carona*) é indispensável. O ponto a ser enfatizado é: quando algo é do interesse de todos, algumas pessoas podem tentar pegar carona no esforço alheio, calculando que, se os outros vão lutar por algo do interesse de todos, elas próprias não precisam se mobilizar. Evidentemente, se todos pensarem assim, o objetivo comum não será alcançado.

Os temas abordados aqui servem de introdução à discussão subsequente sobre capital social (que é, justamente, uma forma de estabelecer confiança entre as pessoas e superar o problema do carona).

O problema do carona sugere que muitas vezes o interesse da maioria não será alcançado porque ela não vai se organizar. Nesses casos, há o risco real de "captura do Estado" por grupos minoritários e bem organizados, que colocariam o Estado a seu serviço.

4. Capital social e participação cívica

A discussão do tema deste item exige que o aluno tenha entendido uma questão levantada no item anterior: por que pessoas individualistas e racionais não agem conjuntamente em situações nas quais isso valeria a pena para elas? Uma das soluções para esse problema é estabelecer relações de confiança (isto é, dar bons motivos para que as pessoas não suspeitem que os outros são caronas), o que é possível, entre outras maneiras, por meio da participação cívica.

Para explicar o que é participação cívica, procure relacionar esse conceito com as atividades sociais em que os alunos e suas famílias se engajam: desde grupos que se reúnem regularmente para jogar futebol até igrejas, grupos culturais (corais, escolas de samba, etc.), sindicatos e associações de bairro.

A participação cívica é importante em várias situações, como nas ações em grupo que ela promove. Uma de suas características possíveis é a vigilância (ou mesmo a possibilidade de punição) que os integrantes de um grupo exercem uns sobre os outros. Dessa forma, um carona pode, por exemplo, ser expulso ou isolado do grupo e proibido de participar de suas atividades; por outro lado, esse tipo de segregação também pode resultar de divergências entre alas de um mesmo grupo.

O capital social está associado a diversos resultados sociais considerados positivos, como baixa criminalidade e outros. Entretanto, a Ciência Política ainda não tem clareza sobre essa relação: o capital social produz esses efeitos positivos ou apenas ajuda a sustentá-los uma vez que eles já existam? Vale lembrar que a associação entre pessoas pode também ter um aspecto negativo, como ocorre quando um aluno é isolado de sua turma por grupos influentes de colegas, ou no caso de movimentos sociais racistas.

Para ampliar as possibilidades de estudo desse tema, você pode pedir aos alunos que se reúnam em grupos e pesquisem diversos movimentos sociais. A pesquisa não deve recair apenas nos movimentos mais conhecidos, alguns dos quais mencionados no item 2. É importante investigar também movimentos locais e regionais, mais próximos do cotidiano dos alunos. Nesse levantamento, os alunos devem relacionar os objetivos e algumas ações de cada movimento. Para terminar, devem classificá-los em positivos ou negativos, explicando as razões dessa classificação.

Outra possibilidade de trabalhar a ideia de participação cívica e capital social de Putnam é a elaboração, com os alunos, de uma pesquisa.

Pense, com os alunos, nas atividades cívicas mais comuns e relevantes para as comunidades e bairros onde moram. Com base nisso, criem um questionário. Como tarefa de casa ou em tempo de aula, os estudantes devem aplicar esse questionário a uma população previamente definida por vocês (todos os alunos da escola, as famílias completas dos estudantes de cada turma de Sociologia, etc.). Os resultados podem ser tabulados e apresentados em forma de mapa (um "mapa da escola", por exemplo, inspirado no da página 300) ou infográfico.

Ao final do trabalho, você pode discutir com os alunos que resultados eles acham que obteriam se realizassem a mesma pesquisa no bairro onde moram. Caso deseje, pode ser um interessante projeto a se fazer com a turma: mapear a participação em atividades cívicas nos bairros onde moram seus estudantes.

5. A sociedade civil

Neste item discutimos um conceito que engloba todas as discussões do capítulo, a sociedade civil. Entendemos a sociedade civil como o conjunto das associações, movimentos, universidades, entidades de classe, instituições religiosas e científicas que não fazem parte do Estado, mas têm influência decisiva sobre a política.

O mais importante nesse capítulo é mostrar como a luta política não está circunscrita a partidos e eleições, mas também depende da participação dos cidadãos em sua comunidade e nas diversas associações a que pertencem ou podem pertencer (sindicatos, associações de bairros, movimentos por defesa de direitos, igrejas). De maneiras muito diferentes, esses espaços influenciam o formato da sociedade. Além disso, a própria discussão

de ideias dentro de cada um desses espaços é fundamental para o desenvolvimento de um Estado que garanta a participação cidadã. Um governante que ignore completamente as ideias e os interesses expressos na sociedade civil dificilmente conseguirá exercer seu poder (tema presente, aliás, na unidade toda).

Um exemplo histórico é a luta contra a ditadura militar brasileira. Mesmo em um regime que impunha severos limites ao exercício da liberdade, os cidadãos brasileiros encontraram formas de protestar por meio de organizações sindicais, religiosas e de defesa dos direitos humanos. Muitos desses movimentos se fizeram ouvir no exterior, o que indica como a luta pelos direitos humanos já vinha se tornando globalizada. Os governos militares, aos poucos, perceberam que estavam se tornando incapazes de manter sua legitimidade, e começaram o processo de transição negociada. Não o fizeram necessariamente por bondade ou por acreditar na democracia, mas porque sabiam que é muito difícil manter o poder sem que os governados percebam o governo como legítimo.

Também é importante discutir outro aspecto da sociedade civil, enfatizado por autores como Habermas, Cohen e Arato: o fato de que ela é um espaço de diálogo com certa liberdade e autonomia em relação ao poder econômico e político. Embora o poder do dinheiro ou do Estado influenciem as conversas dos cidadãos sobre política e sobre organização de suas vidas, sempre há algum espaço para autonomia, especialmente nas democracias modernas.

Um tema para discussão que pode ajudar a elucidar esse último ponto é a imprensa. Por serem empresas capitalistas, os meios de comunicação têm seus interesses. Elas não só em geral os defendem como muitas vezes acabam defendendo também políticos e ideias que ajudem na realização desses interesses. Mas nenhum meio de comunicação sobreviverá sem espectadores ou leitores. Se o público começar a achar que um jornal, um *site* de notícias ou um canal de TV é muito parcial, deixará de usá-lo como referência. Os leitores e espectadores discutem no dia a dia, nas suas comunidades e associações, aquilo que os meios de comunicação lhes apresentam. Assim, embora as empresas de comunicação exerçam grande poder sobre a discussão política, precisam procurar equilibrar suas opiniões para não perder credibilidade dentro da sociedade civil.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Os três tipos de direito descritos por T. H. Marshall são: direitos civis, relativos ao exercício da liberdade individual (exemplos: direito de ir e vir, direito à propriedade); direitos políticos, relativos à participação nas decisões políticas (direito ao voto, direito de ser eleito para cargos públicos); e direitos sociais, relativos à obtenção daquilo que, em determinada sociedade, se considera um mínimo de bem-estar econômico e dignidade de vida (exemplos: direito à saúde, direito à educação, direitos trabalhistas).

2. A luta por redistribuição (de renda ou de bens) se refere ao esforço de corrigir injustiças econômicas: por exemplo, a luta dos sindicatos por melhores salários, a luta pela redistribuição da terra, a luta contra a pobreza e a desigualdade de renda. A luta por reconhecimento se refere ao esforço de corrigir injustiças culturais, como práticas de desrespeito ou discriminação das pessoas baseadas na cor de sua pele, em sua origem, em sua crença religiosa, no gênero a que pertencem ou com o qual se identificam, em sua orientação sexual ou em deficiências que possuem.

3. O problema do carona ocorre quando seria do interesse de todos participarem de algum esforço coletivo; algumas pessoas deixam de dar sua cota de sacrifício esperando que os outros se sacrifiquem por elas, ou seja, procuram pegar carona no esforço alheio. Se todos pensarem assim, o resultado que seria positivo para todos não será obtido, pois ninguém terá se mobilizado.

4. Capital social é o conjunto de normas, redes de contatos pessoais e relações de confiança que ajudam os cidadãos a superar os problemas que envolvem a ação coletiva.

5. A sociedade civil é o conjunto de associações, movimentos, universidades, entidades de classe, instituições religiosas e científicas que não fazem parte do Estado, mas têm influência decisiva sobre a política.

Interagindo

1. O tema do reconhecimento pode ser encontrado no começo do *rap*, no resgate da memória histórica dos afrodescendentes brasileiros. Ele aparece em outros trechos, em especial no que começa em "Dignificar" e termina em "pretidão". A necessidade de mobilização social é mencionada repetidas vezes, em especial no trecho que vai de "Da militância" até "sem voz". E a necessidade de que todos participem para que a ação coletiva dê certo é reconhecida tanto no trecho que vai de "a derrota se esconde" até "acordar", que fala dos que escolhem não participar, quanto no verso "E que nós nos ajude", paráfrase do popular "Que Deus nos ajude", no qual MV Bill enfatiza que será necessário um esforço coletivo para conquistar os resultados desejados.

Contraponto

1. a) Resposta pessoal.

b) A pergunta pode ser vista como uma ironia, pois em geral a dificuldade é fazer parte de uma minoria, e não da maioria: minorias costumam ser alvo de discriminação e violências de todo tipo, enquanto maiorias têm suas características socialmente vistas como mais desejáveis ou melhores. Outra maneira de ver a questão seria que pessoas discriminadas e agredidas em razão de sua orientação

sexual precisam fazer "muito esforço" para expressar socialmente sua identidade. É o esforço de enfrentar o preconceito, o desrespeito e os estereótipos associados às orientações sexuais LGBTs. Os homossexuais precisam, sim, fazer esforços para lutar contra a discriminação, o que não é o caso dos heterossexuais.

c) Resposta pessoal.

2. a) Não. Quando escolhemos um produto no mercado, precisamos levar em conta apenas nossos próprios interesses e nossas próprias preferências. Assim, faz sentido procurar um produto que corresponda exatamente ao que desejamos.

Por outro lado, na política, precisamos trabalhar com os outros cidadãos para resolver problemas coletivos. É improvável que a solução encontrada corresponda exatamente ao que cada um deseja como indivíduo: será sempre um acordo, que só nos será satisfatório em parte. Em compensação, teremos a satisfação de saber que o acordo foi obtido por meio de uma discussão entre iguais, respeitando os direitos uns dos outros e decidindo democraticamente.

SUGESTÕES

Leitura (Acesso em: 30 mar. 2016)

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova* [*on-line*]. n. 76, 2009, p. 49-86. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

ARANTES, Paulo. Tarifa zero e mobilização popular. *Blog da Boitempo*, 3 jul. 2013. Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/2013/07/03/tarifa-zero-e-mobilizacao-popular/>.

DUNN, John. Revolução 2008-?. *Lua Nova* [*on-line*], n. 75, 2008, p. 199-214. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ln/n75/09.pdf>.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, vol. 21, n. 54, Salvador, 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003>.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>.

HIRATA. Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. *Lua Nova* [*on-line*]. N. 59, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452003000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova* [*on-line*]. n. 76, 2009, p. 11-48. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

PIRES, Zaíra. Sobre transexualidade, feminismo interseccional e sororidade. *Blogueiras Negras*, 6 jun. 2013. Disponível em: <blogueirasnegras.org/2013/06/06/transexualidade-feminismo-interseccional-e-sororidade/>.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Oeiras, n. 33, set. 2000. Disponível em: <www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873652920000000200007&lng=pt&nrm=iso>.

TONET, Ivo. Do conceito de sociedade civil. In: _____. Democracia ou liberdade? Maceió: Edufal, 2007. Disponível em: <ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/do_conceito_de_sociedade_civil.pdf>.

CAPÍTULO 14 | A POLÍTICA NO BRASIL

Nosso principal objetivo neste capítulo foi oferecer ao aluno uma visão ampla da política brasileira. Enquanto a primeira parte faz uma contextualização histórica, a segunda se volta mais às pesquisas atuais de Ciência Política no país. O que se espera do aluno é que ele obtenha da leitura do capítulo um domínio razoável tanto da história política brasileira quanto dos mecanismos atuais de disputa política em nossa sociedade. O objetivo é situá-lo para que ele compreenda melhor as discussões políticas contemporâneas.

1. Estado e cidadania no Brasil

Temos aqui duas ideias principais, baseadas nos trabalhos de José Murilo de Carvalho (1939-) e Simon Schwartzman (1939-).

A primeira delas é a do peso da herança colonial sobre a luta pela cidadania no Brasil. Escravidão e poder dos grandes proprietários rurais são temas que o aluno pode já ter estudado nas aulas de História. Agora eles podem ser reapresentados com ênfase à questão dos direitos, no caso da escravidão, e à questão da administração de justiça, no caso dos grandes proprietários.

Já o tema do Estado patrimonialista deve ser novidade para o aluno. A ideia central é a pouca distinção, no Estado que herdamos de Portugal, entre o público e o privado, e a consequente utilização dele como propriedade dos ocupantes de cargos públicos. Para atualizar o tema, você pode mostrar aos alunos como a confusão entre público e privado pode levar à persistência de altos níveis de corrupção política mesmo no período democrático mais recente.

A segunda ideia importante do início do capítulo foi formulada por José Murilo de Carvalho, para quem a cidadania no Brasil não foi conquistada na mesma sequência descrita por Marshall (ou seja, na ordem: direitos civis, políticos e sociais). No Brasil, diz ele, os direitos sociais foram conquistados antes dos direitos políticos, o que teria reforçado a ideia de que o máximo que o povo pode esperar é que o chefe do Executivo (o presidente, seja ele um ditador ou não) lhe "conceda" direitos.

Finalmente, é muito importante enfatizar a ruptura representada pela Constituição Federal de 1988, que restituiu os direitos políticos e proclamou novos direitos civis e sociais, que, entretanto, ainda estão sendo implementados com grandes dificuldades.

Como conclusão, você pode convidar o professor de História para um debate interdisciplinar sobre um dos seguintes temas: 1) as conquistas trabalhistas sob o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o problema proposto por José Murilo de Carvalho sobre a quebra, no Brasil, da sequência descrita por Marshall; 2) a corrupção no Brasil é um problema endêmico, fora de controle e independente do partido que exerce o poder?

2. A origem da moderna democracia brasileira

A transição para a democracia foi feita no Brasil por meio da negociação com forças que apoiaram o regime militar e em um contexto de severa crise econômica.

Há dois riscos a serem evitados aqui: por um lado, não se deve esquecer a importância dos acordos pelo alto (ou seja, entre as elites políticas) para a eleição de Tancredo Neves e José Sarney. Mas também não devem ser menosprezados os altos níveis de mobilização popular, principalmente no movimento Diretas Já.

Duas consequências básicas da forma pela qual foi conduzida a transição democrática são importantes para que os alunos compreendam os itens a seguir e estudem o período nas aulas de História: em primeiro lugar, a sobrevivência, no período democrático, de partidos e políticos que disputavam eleições durante o regime militar; em segundo lugar, o fato de que a transição durante a crise econômica gerou grande frustração popular – justamente no momento em que a população conquistou o direito de reivindicar seus direitos, o governo não tinha muitos recursos para satisfazer as diversas demandas da sociedade civil.

3. Os partidos políticos

O tema deste tópico proporciona ao aluno um primeiro contato com alguns fatos básicos de nossa história partidária (resumidos no quadro *Trajetória dos partidos políticos brasileiros desde 1945*, página 317). Espera-se que esse conhecimento seja útil não apenas para a compreensão dos períodos históricos em pauta, mas também para a assimilação de uma perspectiva de longo prazo de nossa história política, com melhor percepção entre os vínculos que ligam diferentes forças políticas em vários períodos históricos.

Contar a história dos partidos políticos no Brasil é contar a história das vicissitudes de nossa democracia. Resumidamente: até a revolução de 1930, as eleições eram fraudadas; entre 1930 e 1937, o experimento de liberdade política passou por sucessivos períodos de crise e turbulência, em um momento de colapso da democracia em diversos países europeus; entre 1937 e 1945, o país mergulhou nas sombras do Estado Novo; sob a democracia do pós-Segunda Guerra, a sociedade brasileira conquistou diversos direitos e liberdades, mas um novo retrocesso ocorreu em 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto e uma ditadura militar se instalou no país.

Com todos esses percalços, até a redemocratização iniciada em 1985 não houve tempo suficiente de democracia no Brasil para que os partidos se consolidassem.

4. Uma democracia "normal"?

É bem provável que os alunos tenham sido expostos à ideia segundo a qual a política brasileira é caótica e não funciona, todos os políticos são corruptos, não há diferença entre os partidos, etc. Entretanto, segundo pesquisas de cientistas políticos, não é bem assim.

Para discutir essa questão, um primeiro passo pode ser descrever o sistema político brasileiro, com destaque para os poderes Legislativo (Congresso Nacional) e Executivo (presidente da República) como os dois grandes atores. É preciso também explicar ao aluno o que é o presidencialismo de coalizão, dada a circunstância de que raramente o partido do presidente tem maioria no Congresso brasileiro, o que o leva a montar amplas alianças com diversos partidos a fim de aprovar projetos de seu interesse.

O passo a seguir é mostrar que o presidencialismo de coalizão funciona razoavelmente: os partidos têm perfis ideológicos mais ou menos claros e votam mais ou menos disciplinadamente. Desse modo, com a formação de alianças entre os partidos o presidente consegue aprovar a maioria das leis que propõe. Entretanto, é importante frisar que o governo terá mais facilidade para conseguir apoio no Congresso se seu apoio na sociedade for maior.

Finalmente, é interessante notar o quanto a competição eleitoral brasileira se assemelha ao modelo de convergência para o centro em sistemas bipartidários. Essa tendência é geralmente considerada um sinal de estabilidade dos sistemas políticos, por favorecer a moderação ideológica.

Um bom exercício de aplicação desses conhecimentos seria propor aos alunos uma pesquisa sobre como funciona o sistema político na cidade em que vivem ou estudam. Algumas questões podem ser formuladas previamente para orientar a pesquisa: quem é o prefeito da cidade e a que partido está filiado? O partido dele tem maioria na Câmara Municipal? Quais são as agremiações políticas ali representadas? O prefeito se apoia em um só partido ou em uma aliança de partidos? Caso haja aliança, quais são os partidos que dela participam? Que vantagens isso tem representado para a população? Você e os alunos podem propor também questões orientadoras. Para finalizar o trabalho, peça aos alunos que escrevam um texto com as conclusões a que chegaram.

Para abordar o *Você já pensou nisto?* (p. 320) destacamos outras reflexões: a ideia de "transparência" na política tem sido cada vez mais reivindicada no Brasil. Isso é um desdobramento da democratização do país, mas também tem relações com o desenvolvimento tecnológico e

suas múltiplas possibilidades de oferecer transparência (no caso, sobre a gestão e aplicação dos recursos, sobre o andamento de projetos, etc.). É importante notar, porém, que a corrupção não acontece apenas dentro do Estado, mas muitas vezes vem de uma relação do Estado com o setor privado. Há muitas maneiras de ser corrupto, em qualquer uma dessas duas esferas.

A ONG Transparência Brasil disponibiliza *on-line* muitas informações e dados sobre ambos os tipos de corrupção (<www.transparencia.org.br/>, acesso em: 21 abr. 2016), mas também sobre uso do dinheiro público, ocupação de cargos legislativos, entre outros aspectos do funcionamento do Estado aos quais a população tem direito de acesso. A Controladoria Geral da União realiza um trabalho parecido no governo federal. A gestão estatal dos municípios, porém, muitas vezes é deixada de lado no quesito "transparência".

Um bom material para trabalhar em sala de aula é o guia "Olho Vivo", elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e disponível *on-line* (<www.cgu.gov.br/olhovivo/>, acesso em: 21 abr. 2016). Ele ajuda a população a entender como funciona o uso correto do dinheiro público, a fim de fiscalizar os governantes eleitos. Uma série de publicações disponíveis no *site* ajudam a compreender outras formas de controle social e institucional do uso de recursos públicos. Novamente, é interessante ressaltar aos alunos a relação entre poder, informação, conhecimento e desenvolvimento tecnológico.

5. O problema da corrupção

A corrupção é, provavelmente, o que os alunos mais associam à política no Brasil. Você pode complementar a exposição do tema com exemplos concretos de escândalos de corrupção, tanto na esfera federal como na estadual e na municipal.

A partir do exemplo dado pelo mapa na página 321, você pode iniciar com os estudantes uma discussão sobre as pequenas corrupções do cotidiano. Faça com eles um levantamento de atitudes que sobrepõem o interesse individual ao interesse público, nas quais o indivíduo tenta se aproveitar disso de alguma maneira (por exemplo, ultrapassar a velocidade permitida no trânsito em uma via e, quando receber a multa, transferir os pontos da punição para outra pessoa; sonegar impostos; etc.). Pode ser uma boa oportunidade para retomar Sérgio Buarque de Holanda (o homem cordial) e refletir com os alunos sobre o "jeitinho brasileiro".

As atitudes listadas por vocês podem gerar uma reflexão coletiva sobre a corrupção de nossos próprios círculos sociais, pensando sobre como contribuímos com essa forma de pensar o Estado que permite tantos deslizes.

É importante chamar a atenção para a dificuldade de pesquisar a corrupção e para a imperfeição dos vários métodos existentes, como sondagens de opinião, pesquisas e levantamentos sobre a percepção das pessoas em relação à corrupção. O mapa feito com base na pesquisa da Transparência Internacional é apenas uma primeira aproximação ao tema.

Duas questões devem ser destacadas:

a) a hipótese proposta por José Murilo de Carvalho, segundo a qual a corrupção no Brasil pode ser parcialmente explicada pelo fato de que no século XX o Estado brasileiro cresceu muito, mas foi pouco submetido à vigilância democrática;

b) pesquisas como a de Sérgio Praça mostram que alguns dos escândalos de corrupção revelados pela imprensa levaram à melhoria nas leis e instituições destinadas a diminuir o risco de corrupção.

É essencial enfatizar ainda o quanto a democracia e a participação cidadã na fiscalização das autoridades são importantes no combate à corrupção.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. São, principalmente, três obstáculos: a escravidão, que negava à grande parte da população brasileira os mais elementares direitos; o poder dos grandes proprietários rurais, que administravam a justiça em suas fazendas conforme seus interesses; e o Estado patrimonialista herdado de Portugal e administrado como se os bens públicos fossem propriedade dos ocupantes de cargos públicos.

2. Porque grande parte das demandas da sociedade, que ganhavam espaço com a transição democrática, não pôde ser atendida pelo poder público, às voltas com a escassez de recursos motivada pela crise econômica.

3. Um dos resultados foi a continuidade, sob novos nomes, dos dois partidos permitidos pela ditadura militar. Tanto a Arena quanto o MDB mantiveram sua estrutura relativamente intacta. O PMDB (ex-MDB), por exemplo, é ainda hoje um dos principais partidos políticos do Brasil, além de ter dado origem ao PSDB. Os principais partidos políticos de direita, por sua vez, também tiveram origem na Arena: o DEM (ex-PFL) e o PP (ex-PDS, ex-PPR, ex-PPB).

4. Em 1994 e 1998, o PFL (atual DEM), de direita, se aliou ao PSDB (de centro), que conquistou a Presidência ambas as vezes. Já o PT (de esquerda), venceu as eleições em 2002 e 2006, aliando-se primeiro ao PL (de direita, atual PR) e depois ao PMDB (centro).

5. Porque, no decorrer do século XX, o Estado brasileiro se tornou cada vez maior, assumindo diversas novas tarefas: educação, previdência social, desenvolvimento econômico, etc. Isto é, o Estado concentrou em si mais recursos, o que significou novas oportunidades para corrupção. Isso, em si, poderia não ser um problema; porém, na maior parte desse período, não houve democracia no Brasil, o que fez com que a vigilância da população sobre o governo fosse muito mais difícil. Dessa forma, a combinação de mais oportunidades para roubar com menos vigilância provavelmente favoreceu o crescimento da corrupção.

Interagindo

Na letra do samba-enredo, os "vinte anos que alguém comeu" são uma referência ao regime militar (1964-1985), que sufocou a sociedade durante pouco mais de duas décadas. As demandas por direitos sociais expressas na música (saúde, educação, salários mais altos) foram muito pouco atendidas, em especial nos primeiros anos da redemocratização, quando os governos precisaram lidar com a crise econômica herdada do regime militar.

Contraponto

1. O aluno pode citar um ou mais dos seguintes fatos: a derrota do movimento Diretas Já, com a eleição do primeiro presidente civil após o período militar (Tancredo Neves) pelo colégio eleitoral, e não pelo voto direto; a permanência de políticos importantes ligados ao regime militar em postos de poder nos novos governos democráticos; e a crise econômica dos anos 1980, que frustrou muitas das demandas pela implantação, na prática, dos novos direitos sociais.
2. Nas democracias, diversos partidos disputam o poder. Cada um deles tem interesse em fiscalizar o outro e em denunciar quando descobre que o outro está envolvido com corrupção. Cada partido faz isso em nome do seu próprio interesse, em nome de sua vontade de ganhar a eleição. Mas a sociedade sai ganhando, porque, com o tempo, os corruptos vão sendo presos e a corrupção tende a diminuir. Por outro lado, nas ditaduras, se o ditador se envolver em corrupção, quem vai denunciá-lo? Ninguém mais pode disputar o poder, e a imprensa e os tribunais não têm o poder ou a autonomia para denunciar o ditador. Por esses motivos, o combate à corrupção é muito mais fácil nas democracias.

SUGESTÕES

Leitura (Acesso em: 30 mar. 2016)

CACCIA BAVA, Silvio. Como garantir a participação da sociedade na elaboração de políticas e controle social dos serviços públicos? In: *Plataforma Política Social*, n. 3, dez. 2015, p. 22-27. Disponível em: <plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/12/revista-pps-26_L4.compressed.pdf>.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996, p. 337-359. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2029>.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova* [*on-line*], n. 82, 2011, p. 17-60. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ln/n82/a03n82.pdf>.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos Cebrap*, n. 76, nov. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300002>.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. Transição política e crise de estado. *Lua Nova* [*on-line*], n. 32, 1994, p. 133-167. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000100008>.

CAPÍTULO 15 | TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA CIÊNCIA POLÍTICA

Quais são os desenvolvimentos mais recentes da Ciência Política internacional? Dada a variedade dos temas, não é possível apresentar aqui uma pesquisa exaustiva deles. Podemos, entretanto, transmitir aos alunos alguns dos principais debates em andamento e seus resultados provisórios. Não é preciso dizer que as conclusões dos estudos abordados não são definitivas, já que sua discussão pela comunidade acadêmica ainda está em andamento.

1. Uma nova visão do poder

Instigantes e inovadoras, as ideias de Michel Foucault (1926-1984) sobre o poder são objeto de uma rápida exposição neste item. Evitou-se conscientemente sobrecarregar o aluno com conceitos. Chamamos a atenção para três pontos que consideramos fundamentais:

1. Foucault abriu novas oportunidades de pesquisa para a Ciência Política, como o estudo de relações de poder em prisões, hospícios e escolas, entre outras instituições, e a relação entre o poder e o conhecimento científico;
2. Para Foucault, o poder na sociedade moderna é exercido de maneira mais sutil e mais complexa do que nas sociedades tradicionais. Na sociedade moderna o poder está presente (pode-se até dizer que é onipresente) em toda uma rede de instituições, saberes e técnicas de disciplina e administração. Um exemplo disso é a transformação das técnicas de punição aos criminosos, que passou da punição corporal para a forma da prisão moderna, na qual diversos saberes acadêmicos colaboram para administrar, vigiar, punir, disciplinar e tentar reeducar o preso;
3. Foucault chama a atenção para o fato de que mesmo em áreas nas quais a modernidade ampliou o espaço para a prática da liberdade, como no campo da sexualidade, também há saberes e práticas administrando o corpo, exigindo que ele se adeque a certos padrões de beleza, higiene e saúde.

A regulação do corpo, citada por Foucault como exemplo do biopoder, pode ser vista de muitas maneiras em nossa sociedade. Em geral, a adolescência é um período da vida em que estamos suscetíveis a tais regulações. Partindo da reflexão do *Você já pensou nisto?* (p. 331),

você poderá desenvolver um trabalho com seus alunos sobre o que eles acham certo e errado que pessoas façam com o próprio corpo e refletir sobre a aderência deles a certas normas e padrões. É importante notar, com eles, que algumas formas de usar e transformar o próprio corpo são mais aceitas ou mais condenadas se realizadas por mulheres, por pessoas pobres, etc. Há regulações que se articulam com a opressão simbólica das minorias. Esse tema pode gerar um debate importante em sala de aula. O caso da Marcha das Vadias pode ser trazido como exemplo para explicar de que maneira a incidência de estupros em nossa sociedade é usada como forma de poder e controle sobre o corpo das mulheres.

2. Classe social e voto

Que fatores levam as pessoas a votar dessa ou daquela maneira? É sempre importante mostrar que esses fatores não determinam de forma necessária em quem cada um vai votar: assim, por exemplo, muitas pessoas votam de maneira diferente da maioria das outras pessoas de sua classe social. Os estudos aqui abordados mostram fatores (como classe social ou adesão a valores pós-materialistas) que influenciam a probabilidade de pessoas diferentes votarem em um ou em outro candidato.

Um desses estudos revela que a influência da classe social a que as pessoas pertencem tem declinado nos países desenvolvidos. Muitos autores argumentam que isso se deve a transformações recentes na economia, como a mecanização da produção. Essas mudanças diminuíram o tamanho da classe operária tradicional — que trabalhava em fábricas, etc., e era a grande base de apoio dos partidos de esquerda.

Esse efeito tem sido mais forte onde os partidos moderaram muito seus discursos, isto é, onde a diferença entre os partidos se tornou menor. Com a diminuição do tamanho da classe operária e outros processos que desarticularam parcialmente a organização sindical, os partidos de esquerda precisaram mudar sua orientação, com o objetivo de obter mais votos entre outras classes sociais. Dessa forma, distanciaram-se de algumas ideias que interessavam aos eleitores operários.

Isto é, ao mesmo tempo que as transformações da economia tornavam a estrutura de classes mais complexa, os partidos de esquerda dos países desenvolvidos moderaram seu discurso, e a lealdade da classe operária a esses partidos diminuiu.

Não sabemos se essas tendências vão continuar ou se o voto de classe pode voltar a se tornar tão importante quanto já foi. Também é fundamental deixar claro que, mesmo com as tendências recentes, a classe social a que a pessoa pertence ainda influencia muito sua maneira de votar.

3. Os valores pós-materialistas

Passamos agora a estudar as ideias de Ronald Inglehart (1934-) sobre a mudança cultural ocorrida nos países desenvolvidos nas últimas décadas. Sua premissa básica é relativamente simples: quando um país é pobre, a população vive sujeita ao risco real de cair na miséria ou passar fome. Diante disso, sua principal preocupação é evitar esse risco. Porém, quando o país se desenvolve, o perigo de cair na miséria diminui muito (em parte por causa do crescimento econômico, em parte em razão de políticas sociais de proteção aos desempregados). Nessa nova situação, as pessoas começam a se preocupar mais com questões pós-materialistas (isto é, menos ligadas ao interesse econômico imediato), relacionadas à qualidade de vida e às liberdades individuais: questões ambientais, defesa da liberdade de orientação sexual, igualdade de gênero, etc.

As mesmas ressalvas discutidas no item anterior se aplicam aqui: não sabemos se a importância dos valores pós-materialistas vai continuar a se fortalecer ou não. Também é preciso destacar que fatores econômicos continuam a ter influência decisiva nas eleições.

Um ponto fundamental a ser enfatizado é que quem se preocupa com questões pós-materialistas não precisa esperar o desenvolvimento econômico para defender suas ideias (isso é um mal-entendido possível). O que Inglehart afirma é que, com o crescimento econômico, a possibilidade de conquistar mais simpatizantes para essas causas torna-se maior.

Quais são as discussões pós-materialistas mais recorrentes hoje? Partindo dos debates da seção *Você já pensou nisto?* (p. 334), peça aos estudantes que façam uma breve pesquisa em jornais, revistas e *sites* de notícias, e reflitam sobre os temas mais disputados atualmente na política. O *site* Vote na Web (<www.votenaweb.com.br>, acesso em: 21 abr. 2016) pode ser útil, pois traz diversos projetos de lei, polêmicos ou não, e pergunta se as pessoas concordam com o projeto. É possível se inspirar ali, mas também discutir as reações das pessoas a certos projetos, nas caixas de comentários. Caso seja interessante para a dinâmica de suas turmas, vocês podem eleger um dos temas e promover um debate sobre um projeto de lei. Uma parte da turma ficará encarregada de defendê-lo, munindo-se de argumentos, informação e pesquisa, enquanto a outra ficará encarregada de atacá-lo, fazendo o mesmo.

4. Novos rumos na Filosofia Política

Temos neste tópico um rápido panorama da filosofia política atual. Nosso objetivo foi apresentar de modo breve as teorias, concepções e problemas que influenciam as atuais pesquisas da Ciência Política, assim como o contratualismo clássico, por exemplo, influenciou pesquisas em outros momentos. Escolhemos para nossa exposição dois grandes filósofos contemporâneos, John Rawls (1921-2002) e Robert Nozick (1938-2002), por sua importância e por representarem tendências políticas divergentes.

A teoria de Rawls pode ser explicada em duas partes. Na primeira, ele define a "posição originária", situação em que todos os integrantes da sociedade se reúnem para decidir sobre a distribuição de bens e direitos. Se quisermos conhecer quais são as regras mais justas para determinar a distribuição de bens e direitos na sociedade,

diz Rawls, devemos nos perguntar: se tivéssemos que optar por essas regras sem saber que lugar ocuparíamos na sociedade, quais delas escolheríamos?

Assim, se tivéssemos que escolher que regras determinariam a distribuição de bens econômicos, quais escolheríamos caso não soubéssemos se seríamos ricos ou pobres? Se quiséssemos estabelecer os direitos das minorias e não soubéssemos se pertenceríamos ou não a uma delas, por que regras optaríamos? Uma das possibilidades mais interessantes dessa discussão é incentivar os alunos a pensarem como se estivessem na posição originária de Rawls.

A segunda parte é a discussão de quais seriam, para Rawls, os princípios escolhidos pelas pessoas na posição originária. Seriam os seguintes:

1. todas as pessoas teriam direito ao conjunto de direitos que podem ser exercidos por todos igualmente, isto é, cujo exercício por uma pessoa não prejudica em nada seu exercício por outra. Por exemplo, meu direito de defender minhas opiniões ou de ter minha religião não prejudica seu direito de defender suas opiniões ou de ter sua religião;
2. as desigualdades só seriam aceitas se satisfizessem duas condições:
   a) as posições que oferecessem maior remuneração e prestígio deveriam estar abertas a todos, independentemente de raça, gênero, religião, orientação sexual, etc.;
   b) a desigualdade deveria trazer também maiores benefícios para os mais pobres.

A teoria de Nozick pode ser enunciada de maneira mais simples: o importante não é a distribuição de renda, mas saber se ela é resultado do exercício dos direitos pelas pessoas. Somos todos proprietários de nós mesmos, e, portanto, de nosso trabalho e dos frutos de nosso trabalho. Se a distribuição de renda for muito desigual, mas resultar do livre intercâmbio dos frutos do trabalho das pessoas, nada haverá de errado com ela.

O exemplo do atleta, aqui representado pelo jogador de futebol Neymar (Nozick utilizou o jogador de basquete Will Chamberlain, ídolo nos anos 1970), pode ajudar bastante o aluno a entender a filosofia de Nozick.

Uma boa forma de aprofundar esse tema seria dividir a classe em dois grupos e promover um debate entre eles. Um dos grupos defenderia a teoria de John Rawls; o outro, a de Nozick.

5. Instituições políticas e desenvolvimento econômico

É sempre importante lembrar ao aluno que a divisão entre as Ciências Sociais (e entre as ciências em geral) não é absoluta, e que o diálogo interdisciplinar tem produzido ótimos resultados. A Ciência Política, por exemplo, dialoga o tempo todo com a História, a Sociologia e a Filosofia Política. Neste tópico, o diálogo é entre Ciência Política e Economia.

Assim, abordamos aqui as ideias elaboradas por uma dupla de economistas: Daron Acemoglu e James Robinson. Segundo eles, instituições inclusivas – aquelas que abrem espaço para mais pessoas participarem em pé de igualdade tanto da economia quanto do Estado – favorecem o desenvolvimento econômico.

Para crescer, as economias modernas dependem de inovação e concorrência. A probabilidade de que essas duas condições se verifiquem ao mesmo tempo cresce à medida que aumenta o número de pessoas diferentes dispostas a investir seu capital em novos produtos e novas técnicas de produção. Logo, instituições econômicas inclusivas favorecem o desenvolvimento econômico. Entretanto, dificilmente a competição será livre e justa se o Estado for controlado por um pequeno grupo, ou por um ditador. Nesse caso, é provável que quem controla o Estado aproveite seu poder político para se apropriar de uma parte desproporcional da riqueza da sociedade. A democracia, forma de governo na qual mais gente pode participar das decisões políticas, torna isso mais difícil. Portanto, instituições políticas mais inclusivas favorecem o desenvolvimento econômico.

O contrário das instituições inclusivas são as instituições extrativas, que extraem a riqueza da sociedade para beneficiar as elites. Pode haver crescimento sob instituições extrativas, mas ele dificilmente se manterá por muito tempo, porque as instituições extrativas não favorecem a inovação e a livre competição.

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Revendo

1. Nas sociedades tradicionais, prevalece o castigo corporal como punição. Nas sociedades modernas, prevalecem a prisão e formas de administrar, disciplinar e reeducar o preso baseadas no saber técnico.
2. Por um lado, as mudanças na produção industrial diminuíram o tamanho da classe operária tradicional, forçando os partidos de esquerda dos países desenvolvidos a procurarem eleitores em outras classes sociais. Por outro lado, à medida que os partidos de esquerda moderaram seu discurso para atrair eleitores de outras classes sociais, a fidelidade da classe trabalhadora a esses partidos também diminuiu.
3. Porque, enquanto as pessoas viverem sob o risco de cair na miséria ou experimentar a fome, é provável que deem prioridade a evitar esse risco. Porém, quando ele diminui, é provável que elas passem a se preocupar mais com questões ligadas à qualidade de vida e à liberdade individual, como os valores pós-materialistas.
4. Em primeiro lugar, as posições mais privilegiadas da sociedade devem estar abertas a todos, sem discriminação por razões de raça, religião, orientação sexual, etc. Em segundo lugar, um aumento de desigualdade deve sempre implicar, ao mesmo tempo, melhoria na situação social dos menos favorecidos.

5. O desenvolvimento econômico depende de uma economia dinâmica, na qual haja inovação e livre competição. Ou seja, ele ocorre quando aumenta o número de pessoas diferentes dispostas a investir seu capital em novos produtos e novas técnicas de produção. Dificilmente isso acontecerá se o Estado estiver sob controle de uma pequena minoria. Nesse caso, é provável que essa minoria use o Estado para se apropriar da riqueza da sociedade, o que prejudica o desenvolvimento no longo prazo.

Interagindo

A ideia central da canção é a de que as pessoas desejam não apenas sua sobrevivência material ("comida", "dinheiro"), mas também condições para uma vida de boa qualidade, como o acesso à cultura e ao lazer ("Diversão e arte", "balé"), liberdade para viver sua sexualidade ("fazer amor") e condições para a realização pessoal ("felicidade"). Ela ilustra, portanto, a ideia de que, com o progresso econômico, as pessoas passam a dar mais peso à qualidade de vida e à liberdade pessoal.

Contraponto

1. Há mais de uma possibilidade de resposta certa. Se o aluno concordar com a tese, pode argumentar, entre outras coisas, que o crescimento da desigualdade criaria nos mais pobres a sensação de que os ricos não estão preocupados com o destino dos menos favorecidos; ou poderia criar entre os ricos a sensação de fazer parte de uma elite para a qual os interesses dos mais pobres não diz respeito. Nas duas situações, a cooperação e o acordo razoável entre as classes se tornaria menos provável; caso fosse necessário demonstrar união nacional durante uma crise (uma guerra, uma crise econômica, uma catástrofe natural), a solidariedade entre os integrantes da sociedade talvez fosse menor do que seria se a desigualdade fosse mais baixa.
Se o aluno discordar, pode argumentar que tanto os ricos quanto os pobres concordam com as regras do jogo e devem aceitar seu resultado, mesmo que desfavorável à maioria; ou que a desigualdade pode ser compensada se a possibilidade de mobilidade social for alta, o que faria com que quem sobe hoje possa descer amanhã, e vice-versa; ou seja, pobres e ricos sempre teriam em mente a possibilidade de amanhã estar no lugar do outro. Nessas circunstâncias, talvez o sentimento de pertencer a uma mesma sociedade não fosse tão enfraquecido.

2. Na verdade, os abusos policiais e o panóptico representam formas muito diferentes de exercer o poder. A violência cometida pelos policiais no filme é típica de sociedades pré-modernas, em que o castigo ainda se dá sob a forma de punição sobre o corpo do criminoso. O panóptico incorpora outra ideia, a de vigiar o preso, controlá-lo, discipliná-lo, para que ele se adeque a um certo padrão de comportamento.

SUGESTÕES

Leitura (Acesso em: 30 mar. 2016)

ACEMOGLU, Daron. Nenhum país está condenado a ser pobre para sempre. Entrevista à revista *Época* de 30 mar. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Mundo/noticia/2012/03/daron-acemoglu-nenhum-pais-esta-condenado-ser-pobre-para-sempre.html>.

AGAMBEN, Giorgio. A democracia é um conceito ambíguo: entrevista realizada em Atenas em 17 de novembro de 2013 e publicada em italiano no Doppiozero em março de 2014. *Blog da Boitempo*, 4 jul. 2014. Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/agamben-a-democracia-e-um-conceito-ambiguo/>.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social*, 7 (1-2) , out. 1995, p. 105-110. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0105.pdf>.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. Voto e classe: notas sobre alguns estudos recentes. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. *Lua Nova*, São Paulo, n. 25, abr. 1992. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

RIBEIRO, Ednaldo. A consistência das medidas de pós-materialismo: testando a validade dos índices propostos por R. Inglehart no contexto brasileiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, ago. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

CONCLUINDO 3

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

Capítulo 11

1. a) Por vários motivos, por exemplo: mesmo que haja entre nós quem entenda muito mais sobre determinada questão, isso não quer dizer que entenda mais sobre todas. Mesmo que alguém saiba mais que todos nós, nada garante que, se lhe dermos poder absoluto, ele vai governar de acordo com seu saber, e não de acordo com seu interesse. E, finalmente, sobre muitos dos assuntos políticos mais importantes, ninguém é tão mais sábio assim que os outros – muitas vezes, pessoas que apresentam qualificações técnicas de gestão podem não ter dimensão de problemas concretos que as populações enfrentam.

b) Porque a igualdade política exige que todos tentem ser igualmente bem informados sobre as decisões que precisam ser tomadas. Se isso não acontecer, acabamos perdendo poder para pessoas que se

informam mais do que nós e que talvez governem segundo seus próprios interesses, e não segundo os nossos. Além do mais, se estivermos mal-informados, diminuem as chances de que nossa decisão conjunta seja a melhor possível.

c) A charge mostra pessoas que recusam a atividade política, em desacordo com o que se espera de uma cidadania ativa. Elas, entretanto, não deixam de ser governadas ou "feitas de palhaças", como imagina uma das personagens: só deixam de saber quem está governando, quem está "lá tocando", e como é determinado o governo de suas vidas.

2. a) A ideia de que devemos compreender a política como ela é, e não apenas como gostaríamos que ela fosse. Somente quando aceitarmos que não apenas a política, mas também o mundo é imperfeito, seremos capazes de pensar em soluções possíveis.

b) Não. O herói de Weber é justamente o homem ou a mulher que são capazes de compreender o mundo com todos os seus defeitos e continuar tendo coragem para lutar por suas ideias e seus projetos mesmo nas situações mais adversas.

3. a) A dominação de Antônio Conselheiro misturaria elementos de dois tipos ideais de dominação: a carismática (a crença nas qualidades extraordinárias do líder) e a tradicional (a autoridade como defensora das tradições).

b) As tropas do governo se pretendiam defensoras da dominação racional-legal, segundo a qual o que vale é a lei racionalmente instituída. Entretanto, quando levamos em consideração, por exemplo, o fato de que as eleições da Primeira República eram amplamente fraudadas (isto é, realizadas com completo desprezo pela lei), vemos que o Estado brasileiro não estava organizado de acordo com esses princípios.

c) Sim, uma vez que a República, ao mesmo tempo que desafiava valores tradicionais, se mostrava incapaz de se legitimar como regime político moderno.

4. a) Sim. Para Max Weber, o Estado reivindica o monopólio da violência legítima. Esse monopólio é posto em questão quando pessoas decidem participar de um linchamento, reivindicando para si o direito de praticar formas de violência muito mais extremas do que as praticadas pelo Estado e que sequer têm previsão legal.

b) Nada. Se aceitarmos a legitimidade do linchamento, transferimos poder de vida e morte para os linchadores, que então o utilizarão conforme seus interesses. É exatamente a mesma coisa que governantes farão se não houver democracia e separação de poderes e instituições encarregadas de julgar segundo a lei.

Capítulo 12

1. a) Entre os exemplos de problemas de saúde global estão as epidemias globais. Casos recentes são o do vírus H1N1, mencionado na atividade, e do ebola. Pessoas contaminadas por micro-organismos causadores de doenças podem espalhar essas doenças pelo mundo ao transitar entre os diferentes países. Quando surge uma epidemia global, a Organização Mundial de Saúde procura organizar a reação dos diferentes países.

b) Respostas pessoais.

c) Um dos fatores propulsionadores da globalização é a enorme ampliação das possibilidades de viajar pelo globo de forma fácil e rápida. Uma das consequências dessa maior mobilidade é que pessoas infectadas com doenças altamente contagiosas podem levar consigo o risco de infecção para onde forem.

2. Por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a Al-Qaeda faz guerra sem ser um Estado (é o que Nye Jr. chamou de "privatização da guerra"). Em segundo lugar, porque a Al-Qaeda não reconhece a autoridade de cada Estado sobre seu território nem a possibilidade de coexistência: o grupo tem como objetivo eliminar a pluralidade dos Estados e instituir um governo mundial de caráter religioso.

3. a) Uma vez que o Estado não consegue mais controlar a economia dentro de seu território, deixa de ser relevante fazer parte de um Estado grande. Nesse caso, alguns povos podem preferir formar Estados menores, que também serão incapazes de administrar sozinhos a economia, mas talvez representem melhor suas características culturais e considerem com maior cuidado seus problemas regionais.

b) O separatismo do século XIX era causado, entre outras coisas, pela pequena integração entre as diversas partes do território nacional. Por contraste, o separatismo na era da globalização se alimentou do avanço da integração entre os territórios dos diversos países, pois esse processo enfraqueceu a possibilidade de seu controle pelos Estados Nacionais. Assim, grupos que já tinham antigas reivindicações de identidade própria no interior de Estados passam a encontrar maior espaço de atuação.

4. O mosquito *Aedes aegypti* sobrevive melhor em climas quentes. Se a temperatura média do planeta está subindo, haverá mais territórios propícios à proliferação do mosquito. Nenhum país é capaz de resolver o problema do aquecimento global sozinho; afinal, se um país parar de poluir, mas os outros continuarem a fazê-lo, o aquecimento continuará. Além disso, se um país erradicar o mosquito, mas outros não tomarem medidas no mesmo sentido, a volta da doença pode ser questão de tempo, isto é, se pretendem combater a difusão das epidemias causadas pelo mosquito *Aedes aegypti*, os diferentes países precisam estabelecer acordos para, conjuntamente, diminuírem seus níveis de poluição e adotarem políticas de controle do vetor da doença.

Capítulo 13

1. Há várias respostas possíveis. Se o aluno escolher Weber, deve justificar sua resposta tomando como referência o conteúdo visto no Capítulo 11, enfatizando a necessidade de se abraçar a ética da responsabilidade, de pensar sobretudo nas consequências das decisões políticas para a vida dos governados, mais até do que nos valores individuais do governante. Se o aluno escolher Tocqueville, pode usar como justificativa o que estudou neste capítulo sobre o trabalho de Putnam, mencionando os benefícios da participação cívica, o reforço da confiança e do capital social, e as suas várias consequências positivas (referentes à criminalidade, sonegação de impostos, etc.). Se escolher combinar as posições dos dois (o que seria uma resposta bem mais difícil, embora possível, e isso deve ser levado em conta na correção), pode dizer, por exemplo, que maior participação política dos cidadãos significa maior vigilância sobre os líderes, que então terão maior probabilidade de se comportar responsavelmente.

2. Se o aluno concordar que a internet causa a diminuição da participação cívica, pode argumentar, por exemplo, que a maior parte do tempo *on-line* é usada em atividades de interesse individual. Por esse ponto de vista, a internet seria um espaço de consumo de vídeos e jogos e de relacionamentos superficiais em salas de *chat* e redes sociais. Se o aluno discordar da tese de que a internet causa o declínio da participação cívica, pode argumentar que a internet permitiu outras formas de participação cívica. Ele pode citar desde as redes sociais (onde os relacionamentos talvez não sejam tão superficiais quanto se pensa e há espaço para trocas de informação) até as possibilidades de se organizar politicamente por meio da internet (ciberativismo, etc.).

3. A reportagem mostra que os imigrantes haitianos não podem reivindicar os direitos trabalhistas de que dispõem os trabalhadores brasileiros porque não são reconhecidos como cidadãos possuidores de direitos. Dessa forma, a falta de reconhecimento (concessão do direito civil de igualdade perante a lei) impossibilita a redistribuição, que só se tornaria possível com a concessão de direitos sociais (no caso, trabalhistas).

4. A tese de Stiglitz tem fundamento. Afinal, o combate à desigualdade depende de ações do governo. Se, para se elegerem, os políticos dependerem das contribuições de empresas e de cidadãos de alta renda, é pouco provável que priorizem políticas que favoreçam os mais pobres, que não têm como contribuir com suas campanhas. É ainda menos provável que venham a aumentar a cobrança de impostos dos seus doadores de campanha para financiar programas que beneficiem as camadas de renda mais baixa.

Capítulo 14

1. Percebemos que, após uma grave crise entre os anos 1980 e o início dos anos 1990, período em que a inflação subiu muito, os governos democráticos brasileiros conseguiram dois importantes avanços: 1) reduzir bastante a inflação a partir do meio da década de 1990 (governo Fernando Henrique Cardoso), 2) diminuir significativamente a desigualdade nos anos 2000 (governo Luiz Inácio Lula da Silva). Como notou bem Amartya Sen, foi pelo exercício da democracia que os governantes brasileiros foram aos poucos respondendo aos problemas nacionais (sob pena de não serem reeleitos ou não conseguirem eleger seu sucessor se não o fizessem).

2. Espera-se que o aluno faça o seguinte encadeamento: em sociedades como a escravista brasileira, as elites não reconhecem os oprimidos como iguais e não consideram sua educação importante – ao contrário, podem até considerar isso um perigo. Portanto, a herança colonial escravista pode ter influenciado o pouco investimento em educação que caracterizou a história do Estado brasileiro mesmo após a abolição da escravidão, a proclamação da República e a instituição do regime democrático. Se, como argumentou Gunter Axt, a educação é fundamental para o desenvolvimento da democracia, a elite governante perpetua restrições ao acesso às regras e instâncias de debate democrático ao manter boa parte da população distanciada do acesso à educação de qualidade.

3. Os escravos libertos não receberam nem terra nem educação, os dois recursos que teriam favorecido sua plena incorporação à sociedade da época como cidadãos. Além disso, o veto do direito ao voto aos analfabetos (derrubado apenas em 1988) manteve boa parte dos libertos e de seus descendentes privados de um dos mais importantes direitos políticos em uma democracia representativa.

Capítulo 15

1. a) A luta pelo casamento igualitário é um exemplo de luta por reconhecimento. Como está dito no voto do juiz Kennedy, trata-se de não deixar que cidadãos e cidadãs "vivam na solidão, excluídos de uma das instituições mais antigas da civilização", isto é, que não sejam considerados cidadãos de segunda classe, mas tenham garantida sua "dignidade igual aos olhos da lei".

b) Sim, nos dois casos a interpretação correta dos autores levaria a apoiar o casamento igualitário. Não há discordância entre Rawls e Nozick no que se refere ao valor dos direitos individuais fundamentais. No caso de Rawls, trata-se de defender o máximo de direitos que possam ser exercidos igualmente por todos: ora, que *gays* e lésbicas possam se casar não interfere no direito de ninguém mais se casar (ou não se casar, conforme sua escolha). Por sua vez, Nozick defende a legitimidade

de todo contrato que seja realizado livremente pelos indivíduos envolvidos. No caso do casamento igualitário, *gays* e lésbicas decidirão se casar (ou não se casar) livremente, o que impede que qualquer um os impeça de fazê-lo.

2. a) Como consequência da grande desigualdade social brasileira, pessoas de diferentes classes sociais têm riscos muito diferentes de cair na miséria ou de passar fome. Assim, é possível que, no Brasil, haja um descompasso entre a adesão rápida a valores pós-materialistas nas classes média e alta e uma adesão mais lenta entre os mais pobres, para quem a segurança econômica deve permanecer a principal preocupação. É possível até que haja conflitos entre os dois setores em função dessa diferença de valores.

b) A charge mostra a sobreposição de problemas ambientais e sociais, que é especialmente aguda em países como o Brasil. Aqui e em muitos outros países, os problemas ambientais começam a ser enfrentados sem que se tenha garantido à grande parte da população o nível de conforto material que, segundo Inglehart, lhe permitiria se preocupar mais com questões de liberdade individual e qualidade de vida.

3. A teoria de Acemoglu e Robinson prevê que instituições políticas e econômicas mais inclusivas, em que mais pessoas têm a possibilidade de participar em pé de igualdade, favorecem o desenvolvimento econômico. A introdução das urnas eletrônicas fez com que mais brasileiros pudessem, efetivamente, participar da vida política. Como resultado, os políticos tiveram interesse em atender os interesses dessa população, promovendo políticas que a beneficiaram diretamente, algumas das quais no campo da saúde. Uma vez que uma população mais saudável é mais produtiva, favoreceram o desenvolvimento econômico.

4. Caso o Estado Islâmico consiga se consolidar como um país, o mais provável é que se torne um país subdesenvolvido. Afinal, os estudos de Acemoglu e Robinson sugerem que países com instituições mais inclusivas tendem a se desenvolver mais. O Estado Islâmico exclui da participação política a imensa maioria da população, das mulheres aos membros de outras religiões (incluídos aí muçulmanos moderados). Isso favorece que o pequeno grupo que controla o Estado pense apenas em si e em seus aliados, e não se preocupe em implementar políticas que beneficiem o conjunto da população.

Questões do Enem e de vestibulares

1. B
2. C
3. D
4. C
5. D
6. E
7. A
8. B
9. 13 (01 + 04 + 08)
10. 06 (02 + 04)
11. 21 (01 + 04 + 16)
12. 29 (01 + 04 + 08 + 16)
13. D

TEXTOS COMPLEMENTARES

O que aprendi com mulheres muçulmanas

Era o ano de 2005. Aos dezoito anos, eu partia para minha primeira viagem internacional. O destino era Hammamet, uma cidade no litoral da Tunísia, para onde estava indo como parte da delegação brasileira de jovens de um evento. A primeira dúvida foi se eu, como estrangeira, deveria usar véu ou alguma vestimenta muçulmana nas ruas. Imaginei as mulheres de niqab *e burca na praia (as vestimentas que mais cobrem o corpo). Na minha cabeça, Tunísia, Afeganistão e qualquer país muçulmano tinham culturas e regras parecidas, sendo árabes ou não.*

Pesquisei e descobri que a Tunísia é considerada um dos países muçulmanos mais "ocidentalizados" em relação a sua cultura. Eu não precisaria usar nenhum véu no calor de 40 °C, e apenas uma parte pequena da população feminina de fato usava niqabs *ou burcas. Fiquei mais tranquila.*

Chegando lá, o calor era extremo. Os tais quarenta graus referiam-se à sombra. E eu me peguei num incômodo enorme em relação às jovens mulheres que conheci. Todas elas, embora não usassem nem mesmo hijabs *(o véu que cobre apenas o cabelo), vestiam saias longas, com calças compridas por baixo, sapatos fechados com meia, e blusas de mangas compridas. Meu espírito feminista não se conformava. Como era possível alguém sentir-se mais confortável daquela forma, naquele clima, do que como eu estava, de short, camiseta e chinelos? Desconfiei que aquelas jovens que eu conhecia eram obrigadas ou pressionadas a usarem as tais roupas por alguém ou alguma instituição. Perguntei. Não. Elas podiam escolher se usavam aquelas roupas ou roupas "ocidentais", mais abertas. Tampouco eram ortodoxas, "radicais". Nada disso. Enfim, num momento mais discreto, perguntei a uma delas se ela não sentia calor, se não preferia usar roupas mais frescas. O diálogo que se seguiu foi um dos maiores aprendizados da minha vida.*

"Sim, tenho calor. Roupas frescas poderiam até ser uma boa", disse ela. E perguntou se eu me depilava. Respondi que sim, que é esse o costume em meu país. "Se não me depilar, vou me sentir estranha, suja; não vou me sentir atraente", falei. Então ela disse: "Exato. É exatamente assim que me sinto em relação a essas roupas."

Meu queixo caiu. Esse curto diálogo me mostrou o quanto eu estava sendo arrogante ao considerar que a minha opção era necessariamente mais livre e mais esclarecida do que aquela feita pelas muçulmanas (mais tarde, essa lição me ajudaria também a entender as cristãs e judias ortodoxas). De quebra, me ajudou a ver que mesmo as minhas escolhas não eram assim tão livres e esclarecidas quanto eu imaginava. Nenhuma escolha é.

Preconceitos repetidos

Em outros eventos internacionais e, mais tarde, visitando também a Turquia, tive a oportunidade de conviver com várias outras mulheres muçulmanas. Çigdem, Aïda, Renata, Amália, Grim, Zarnigar. Escutar o que elas têm a dizer foi a segunda lição.

Escutando, pude perceber uma série de preconceitos que, sem notar, sustentamos e reproduzimos sobre sua existência. Para começar, os países muçulmanos não são

homogêneos; eles têm regras e legislações muito diferentes entre si. Diferentemente da Tunísia, que é mais tranquila nesse sentido, no Afeganistão, sob o regime Talibã, ou no Irã, sob a ditadura, há códigos de vestimenta estritos para mulheres, que devem usar a burca, no primeiro país, e cobrir-se no mínimo com hijab*, no segundo. Nesses países, também os homens precisam vestir trajes específicos – e até turbantes, dependendo de sua posição social –, além de deixar as barbas longas.*

Com nomes que bem poderiam ser brasileiros, Renata Fauzia e Amália Izzati nasceram na Indonésia, país com a maior população muçulmana do mundo, ultrapassando os 200 milhões. Renata, que é urbanista, mora na Coreia do Sul, onde faz pós-graduação. Amália hoje mora em Oslo, Noruega, onde cursa uma pós-graduação em Direito da Tecnologia da Informação. Renata usa o véu, mais especificamente o al-amira*. "Eu uso o véu pois é obrigatório que as mulheres muçulmanas cubram toda sua pele, exceto o rosto e as mãos, em público. A ideia é nos protegermos do assédio sexual masculino", conta. Amália, apesar de ter uma formação ortodoxa, assim como Renata, não usa o véu. "Eu sei que deveria usar o véu, em tese, e cobrir minha cabeça e meu corpo, mas uma parte do meu coração simplesmente não conseguia aceitar algo que eu não queria fazer", diz.*

A jornalista Grim Shady, que vive em Dhakha, Bangladesh, seu país natal, usa um khimar *diariamente. Seus argumentos para usá-lo não são nada tradicionais. "Me cobrir é muito libertador no louco mundo da moda de hoje. No fim das contas, a moda é um negócio. As mulheres são o alvo dessa indústria, que quer fazê-las comprar mais e mais roupas, sapatos, bolsas, maquiagens, acessórios. Se você consegue sair desse esquema, não sente mais o fardo. É muito libertador pra mim não ter de me preocupar se meu cabelo está bonito, se estou na moda da estação. Tenho meu próprio jeito de ficar bonita. Minha autoconfiança é suficiente pra me sentir completa como ser humano", afirma.*

Çigdem Şeftalioğlu, que nasceu e vive em Istambul depois de ter feito pós-graduação em Administração na Itália, resume estas diferenças. "Há duas interpretações do Islã sobre isso: uma diz que se você acredita no Islã, deve usar o véu. A outra diz que é uma escolha inteiramente sua", diz. "A minha interpretação é de que se trata de uma questão essencialmente política. Em alguns países as mulheres usam o véu porque são obrigadas por lei. Na Turquia, é uma decisão pessoal. Por isso aqui vemos muitas mulheres tanto com, quanto sem o véu." Çigdem é uma muçulmana não praticante, assim como no Brasil conhecemos católicos não praticantes. Isso significa que a pessoa tem uma formação com base religiosa, mas não pratica a religião e seus rituais, como o uso do véu ou o jejum no Ramadã.

Jejum e sexo

Jejuar no Ramadã também é uma prática com diferentes interpretações. As indonésias Renata e Amália fazem jejum, e enxergam um sentido nesta prática. "É uma prática que estimula o autocontrole", diz Renata. Aïda Merabet, que é algeriana e terminou seu MBA em Administração recentemente, escolhe a cada Ramadã se vai jejuar ou não. Ela também não usa o véu nem nenhuma vestimenta ortodoxa, mas se considera uma muçulmana praticante. "O jejum tem um propósito, e eu acho que posso avaliar se preciso desta experiência a cada Ramadã, ao invés de simplesmente jejuar por hábito", conta. Çigdem simplesmente não jejua. Já Zarnigar Khwaja, estudante paquistanesa da Harvard School of Business e muçulmana não praticante, como Çigdem, gosta da prática do jejum. "Gostaria de jejuar mais. É uma ótima prática de autocontrole e para aprender a lidar com nossos desejos materiais. O motivo pelo qual não o faço é pessoal, uma escolha, mas sei que não necessariamente é a melhor para o desenvolvimento do meu caráter", diz.

O único ponto em que todas parecem concordar é o sexo. "A virgindade é algo importante para a comunidade muçulmana", diz Çigdem. Grim explica o sentido dessa importância: "para as mulheres muçulmanas, o corpo não é a primeira coisa em jogo quando buscamos um companheiro. A personalidade é mais importante para encontrarmos um parceiro para a vida." Renata conta ainda que, para as mulheres de culturas mais ortodoxas, mesmo namoros, beijos e outros tipos de contato físico estão proibidos antes do casamento: "A maioria das minhas amigas ortodoxas se casam sem namorar; minha vida amorosa, pelo contrário, é muito parecida com a de uma mulher não muçulmana, exceto pela falta de atividade sexual", diz. Estas são apenas algumas mulheres muçulmanas, claro, e pode haver outras que discordem disso.

Aos poucos, convivendo com estas mulheres, descobri que o Islã é como qualquer outra religião. Sua prática depende de interpretações subjetivas, que estão ligadas a outros aspectos de diferentes culturas ao redor do mundo. Ser muçulmana significa coisas diferentes para cada uma delas, em termos de suas práticas cotidianas e, claro, nos termos da legislação do país onde vivem. "Infelizmente quando se fala em 'mulher muçulmana' os ocidentais imediatamente imaginam uma mulher afegã usando a burca. Recomendo que olhem as imagens das mulheres afegãs que viviam há 50 ou 60 anos atrás. Elas eram exatamente como as ocidentais e já eram muçulmanas naquela época.

Elas usam a burca agora porque vivem sob o regime Talibã, que é extremista. Não é um problema do Islã, da religião muçulmana, mas do extremismo de alguns grupos", reflete Çigdem.

MOSCHKOVICH, Marília. O que aprendi com mulheres muçulmanas. *Vida Simples*, São Paulo: Abril, fev. 2013. p. 54-59.

Mudar mentalidades e práticas: um imperativo

A crise climática é a consequência mais evidente, mais imediata e mais ameaçadora do modelo industrial, produtivista e consumista em que se baseia a nossa economia e o modo de vida que levamos.

Não se trata de algo conjuntural, mas do esgotamento de um sistema que tem como motor o ter e o acumular. Um desenvolvimento que tem como pressuposto básico o crescer mais, sem parar, sem respeitar limites naturais. Tudo para concentrar riquezas, não importando a destruição ambiental que possa haver, nem que essa geração de riqueza seja, ao mesmo tempo, geração de pobreza, exclusão social, desigualdades de todo tipo.

O aquecimento global e a crise do clima são expressões de uma inviabilidade intrínseca a esse desenvolvimento que, tanto do ponto de vista ambiental como do social, não pode se tornar sustentável. Não importa o lugar que ocupamos neste planeta único e finito, o fato é que precisamos mudar. Está em questão a integridade da vida, sua visceral relação com o meio ambiente, e, portanto, da humanidade inteira.

A crise está aí. Não a vê quem não quer. Não adianta pensar que dá para se safar, que não é com a gente. O clima, como bem comum, tem a virtude de ser cosmopolita, para o bem e para o mal. A mudança climática resultante do tipo de economia que temos, em especial sua base energética, afeta e afetará particularmente os 80% da humanidade que pouco ou nada receberam desse modelo de desenvolvimento. Ouso dizer que estamos condenando a esmagadora maioria a ser refugiada ambiental sem eira nem beira, à deriva, como os barcos de migrantes clandestinos no Caribe e no Mediterrâneo ou a espantosa expansão de favelas nas grandes cidades já anunciam.

A lógica do desenvolvimento, gestada com a Revolução Industrial, tornou-se o motor econômico, político e cultural do mundo nos últimos séculos. Não se trata mais de um embate nos velhos termos – capitalismo versus *socialismo –, no marco da civilização industrial e seus desdobramentos. Estamos diante da crise da própria civilização industrial e de seus modelos de organização econômica e política – a dominante capitalista e a desafiante e subalterna socialista – para a sociedade. São os fundamentos desse tipo de civilização que se esgotaram. Literalmente, derreteram, foram consumidos pelas suas próprias contradições. E ameaçam o planeta inteiro.*

Nova civilização, novo paradigma

Aqui e agora precisamos transformar nossos ideais, modos de pensar e os sistemas políticos, econômicos e técnicos que sustentam o desenvolvimento. A ruptura tem de ser total, de ponta-cabeça. Passar de uma civilização industrial e produtivista para uma biocivilização, comprometida com a vida no planeta, implica verdadeira revolução.

A ruptura é espinhosa. O desenvolvimento está incrustado na gente, é um valor. Desenvolvimento lembra imediatamente progresso. E quem não quer progresso? O problema é que deixamos de discutir a qualidade de vida que nos traz o progresso.

Quanto de lixo, poluição e destruição estão associados a esse progresso?

Basta lembrar o carro, um dos protótipos atuais do modelo de desenvolvimento. As nossas cidades são desenhadas para eles e não para nós, cidadãs e cidadãos. E, no entanto, quase não andamos, por conta dos monumentais engarrafamentos.

Será que para viver bem precisamos sempre de mais? Ter mais e mais bens, trocados sempre porque estragam logo (feitos para não durar) ou pela compulsão, que o ideal nos impõe, de adquirir o último modelo. Isso só gera destruição em todo ciclo, da extração das matérias-primas ao lixão onde jogamos os bens em desuso. Já paramos para pensar quem está ganhando nessa história?

Muita gente tem seus direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais não atendidos. Grupos e povos inteiros estão condenados à exclusão, miséria, fome, pobreza, privações de todo tipo. Mas por quem e como isso é gerado?

Quanto mais se desenvolve o mundo na base desse modelo – mais evidente com a atual globalização –, mais e mais desigualdade se gera. Apenas 20% da humanidade consome mais de 80% dos recursos naturais e dos bens e serviços produzidos por esse sistema. E se tal padrão de consumo fosse generalizado, faltaria planeta, faltariam recursos naturais para atender a todos os seres humanos!

Os ecologistas criaram a "pegada ecológica" (footprint) exatamente para avaliar essa apropriação indevida da natureza pelas camadas privilegiadas da população e pelos países mais desenvolvidos. Para viver na média de um americano, a humanidade precisaria de cerca de cinco planetas. Por isso, mudar é uma condição sine qua non.

Precisamos superar a ideologia do progresso e voltar a colocar no centro a justiça social e ambiental com a ideia de bem viver para todas as pessoas. Isso enquanto ainda é tempo, pois se não mudarmos já, amanhã será tarde.

Comecemos disputando os sentidos e significados do desenvolvimento que nos são dados como salvação. Há uma ditadura de pensamento econômico no debate e nas decisões políticas, como se nada pudesse ser feito sem crescimento econômico.

Considerações ambientais e sociais são custos na visão economicista dominante e não bases em que assentam as próprias sociedades. Repolitizar tudo é a palavra.

Trata-se de submeter o econômico e o mercado, a ciência e as técnicas, as estratégias de desenvolvimento a uma filosofia de vida que vê os seres humanos como parte intrínseca do meio natural e em íntima interação com todos os seres vivos, em sua biodiversidade, seus territórios.

Necessitamos de novos paradigmas (ético, analítico e estratégico) para iniciarmos aqui e agora a mudança. Precisamos de uma revolução cultural, como diria nosso Betinho, que valorize o lugar da vida, da natureza, das ideias, de nossa enorme capacidade coletiva de criar, de inventar. Propomos um reencontro entre nós mesmos, seres humanos, com a diversidade do que somos e do que sabemos fazer e criar. Mas nosso reencontro também precisa ser com o meio ambiente do qual sugamos a vida e do qual somos parte integrante.

Trata-se de criar um grande movimento de ideias, uma espécie de religião, onde cremos e agimos com determinação. Isso pode fazer a diferença hoje e balançar a política – a única arena possível para enfrentar e levar a cabo nossa responsabilidade coletiva diante do desastre que se anuncia –, do local, onde vivemos, ao mundial. Não dá para esperar! A Conferência sobre o Clima, em Copenhague, já está quase se realizando. Pressionemos nossos negociadores para que assumam a responsabilidade republicana e cidadã que deles esperamos!

Mas o fundamental é estarmos convencidos de que outro mundo é possível. A dúvida só retarda a ação efetiva. Pior, permite que sejamos presas fáceis de um falso discurso sobre a necessidade de agredir o meio ambien-

te para desenvolver, para resolver nossos gritantes problemas sociais.

Uma coisa é encarar nossas necessidades inadiáveis, outra é confundir isso com apoio aos grandes conglomerados econômicos e financeiros para que tratem do problema. Isso vai das grandes hidroelétricas ao agrocombustível, do desmatamento para criação de bois e dos grandes desertos verdes para celulose, ao apoio às grandes empreiteiras porque criam empregos.

Nenhuma ação política de mudança poderá acontecer se nós, cidadãs e cidadãos, não acreditarmos que ela pode e precisa acontecer, e que queremos que aconteça. Está em nossas mãos a possibilidade de o Brasil agir diferentemente, nós que somos detentores de um dos maiores patrimônios naturais da humanidade.

Bases para começar

Compartir o mundo, esse é o segredo simples de uma nova consciência ética e cidadã, de dimensões planetárias. Precisamos compartir entre nós e com gerações futuras aquilo que generosamente recebemos, como dom, da própria natureza.

Precisamos compartir, também, o que produzimos, respeitando a vida e o meio ambiente a partir do gênio coletivo – ou alguém tem dúvida de que o conhecimento humano é algo essencialmente coletivo, produzido na interação e troca que a linguagem e a inteligência nos permitem? Compartir significa se solidarizar e ser responsável. Compartir quer dizer reconhecer nos outros os mesmos direitos que queremos para nós mesmos.

É fundamental recolocar no centro os bens comuns, aqueles que são condição de vida para todos os seres humanos: em primeiro lugar a água, o ar que respiramos, o clima, a biodiversidade, os enormes recursos que a natureza contém, enfim, a bioesfera como um sistema único em sua diversidade. Mas também são fundamentais os bens comuns criados ao longo da história humana: as línguas, o canto e a música, a arte e a cultura em geral, assim como os conhecimentos, a ciência e as técnicas, as filosofias. A preservação, o fortalecimento e o uso responsável desses bens é condição de vida em sociedade e de uma relação saudável, justa e sustentável com a natureza. Uma tarefa urgente e incontornável é desprivatizar e desmercantilizar os bens comuns – hoje, uma das maiores ameaças produzidas pelo modelo de desenvolvimento que temos e, portanto, um dos fatores determinantes do aquecimento global.

Precisamos potenciar as conquistas da democracia como método de transformação e como modus operandi *de uma sociedade baseada na justiça social e ambiental. Ampliar o espaço da política sobre a economia, o espaço do público sobre o privado, do poder cidadão sobre o poder do dinheiro e das empresas. A democracia é essencial para reposicionar a questão ambiental como uma questão de justiça social, desta e das futuras gerações.*

Quando falamos em sociedades sustentáveis, em vez de desenvolvimento sustentável, estamos sobrepondo o direito coletivo cidadão – de ter comida, roupa, casa, saúde, cultura e felicidade – sobre o direito individual e privado de acumular sem limites. A democracia traz o direito e a responsabilidade cidadã de definir o tipo de justiça social e ambiental que a sociedade pode garantir para todos os seus integrantes.

Novamente, o problema está no modelo dominante, mas a possibilidade de mudança está nas mãos da cidadania ativa. Mais do que nos desiludir pelo que fazem nossos representantes e os responsáveis pelas formulação e gestão das políticas, precisamos exercer nossa capacidade de constituintes do poder político e dos governos.

São mobilizações vindas do seio da sociedade em ação que levam a mudanças. Diante da mídia, das poderosas empresas, de suas estruturas que a tudo parecem dominar, precisamos inventar modos cidadãos de controle social e público que as constranjam, inibam e obriguem a mudar estratégias e práticas. Afinal, empresa nenhuma resiste a um boicote cidadão.

Trilhas a transformar

Precisamos pôr em questão a medida de valor da riqueza comumente usada. Afinal, o que é a riqueza? O Produto Interno Bruto (PIB) é uma degradação, uma elegia à destruição ambiental e social que a mercantilização de tudo provoca. Exclui quem não está no mercado e o que não se faz com o propósito de vender. Não considera geração de valor o trabalho doméstico, o cuidado com a própria reprodução da vida humana. Trata-se de uma medida do que se ganha e não do que a humanidade perde. No PIB está embutido muito da destruição ambiental e da injustiça social que vemos.

Já existem contestações sobre a medida da riqueza e a hegemonia do PIB. O bem viver aponta outra base para se considerar a riqueza como índices de felicidade humana ou de bem-estar bruto. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), vai no sentido da contestação da hegemonia do caráter econômico e financeiro do PIB, mas ainda não é uma ruptura, pois o próprio PIB per capita *é ainda um de seus componentes. Além do mais, o IDH ignora o impacto sobre os bens comuns.*

Qualquer nova medida de valor, capaz de apontar um mundo mais igualitário e diverso, com justiça social e ambiental, deve levar em conta a interação entre os seres humanos, a comunidade, vizinhos(as) e amigos(as). Também deve considerar a experiência mais direta com a natureza. Indispensável é sentir-se bem, a realização pessoal e coletiva, a criação e a possibilidade de participar para além da acumulação de bens e patrimônios materiais.

Um segundo movimento a registrar aqui é o da economia solidária. Trata-se, fundamentalmente, de modos de organização social e econômica, baseados na cooperação e responsabilidade social, que visam servir à vida e não à acumulação. O compartir vem junto com o repartir no ato mesmo de constituir um empreendimento econômico solidário, em qualquer setor de atividade humana. Está aí um princípio revolucionário, na prática, de construção de vida e sociedade sustentáveis.

No centro das iniciativas e da rede de economia solidária está a busca do reequilíbrio dos sistemas bioecológico, socioeconômico e do técnico e científico, na base de qualquer atividade humana de produção de bens e serviços. Ainda cabe registrar aqui toda uma nova ten-

dência de reciclar e conservar os bens, mais que produzir novos a se jogar fora. São raízes de uma nova economia, seja na relação entre os seres humanos com a natureza, seja na relação entre eles mesmos ao produzir, repartir e consumir os bens.

Deve-se inventar formas de produzir riquezas menos materializadas. A economia da informação e do conhecimento, hoje com grande impacto nas nossas vidas, pode ir nesse sentido se não for presa dos grandes conglomerados capitalistas. Produzir mais riqueza, mais felicidade, sem usar destrutivamente a natureza, é o que mais precisamos.

Um outro aspecto fundamental é a relocalização e a reterritorialização do poder e das economias. Elas partem do reconhecimento do bem comum maior, o planeta, a biosfera, a biodiversidade, com o ar, os oceanos e o clima. Mas reconhecem também as potencialidades e os limites diversos de cada canto do planeta, de cada sociedade humana aí ancorada. Todos e todas dependemos uns dos outros, devemos buscar o possível e decidir por nós mesmos(as) segundo as possibilidades do lugar que ocupamos na crosta terrestre. Ninguém tem o direito de nos tirar a capacidade de decidir por nós mesmos(as), impondo soluções de fora. Claro que nós, também, não temos o direito de decidir ignorando as consequências sobre todos os outros.

Localizar e territorializar é nos reencontrarmos com nós mesmos e com o meio ambiente. Precisamos de formas de organização que nos permitam internalizar tudo o que pode ser internalizado, produzindo aqui para consumir aqui, decidindo aqui o que concerne aos cidadãos e às cidadãs daqui, tendo a cultura e a identidade que nos convêm.

Tudo o que diz respeito ao bem comum coletivo maior, tudo o que precisamos e não temos, tudo o que temos a mais e outros têm pouco, tudo isso deve ser organizado e decidido em instância maior, seja nacional, regional ou mundial.

O que não pode acontecer é a imposição de formas de exploração e uso dos recursos como até aqui, sempre determinados de forma colonial, de fora, seja dos centros econômicos mundiais, seja dos polos industriais no interior dos países, sem considerar as necessidades dos grupos humanos locais envolvidos.

GRZYBOWSKI, Cândido. Mudar mentalidades e práticas: um imperativo. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=437>. Acesso em: 13 maio 2016.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. **Assista ao filme *Tudo pelo poder* (Estados Unidos, 2011), de George Clooney (veja indicação e sinopse do filme no Capítulo 11, página 267). Você acha que o personagem interpretado pelo ator Ryan Gosling tem a vocação para a política descrita por Weber (veja a questão 2 do *Concluindo – Capítulo 11*, p. 347) ou ele é apenas um oportunista? Ou os dois aspectos estão representados nas ações do personagem?**

Sugestão de resposta: Não há resposta única. Se o aluno quiser defender o protagonista, pode argumentar que ele continuava acreditando nas propostas do candidato, mesmo tendo descoberto que ele era uma pessoa ruim, e que não desistiu de implementar essas propostas mesmo depois de ter compreendido que estava cercado de gente jogando sujo. Se o aluno quiser criticar o protagonista, pode argumentar que ele em vários momentos se comportou movido por vaidade, orgulho e desejo de vingança, e não pelo interesse público. Na mesma linha, o aluno também pode argumentar que algumas coisas que o personagem faz são tão erradas que nenhum objetivo político poderia justificá-las.

Para complementar esta atividade sugerimos o artigo "As duas faces do Estado", de Pierre Bourdieu. Este artigo pode ser interessante para se discutir como em nossas sociedades a política é apropriada pelo Estado e afastada da prática cotidiana da maioria. Apresentando-se como uma esfera longínqua de seus cidadãos, o Estado acaba por nos parecer uma esfera ao mesmo tempo intocável e imprescindível, suscitando múltiplas questões ao redor de suas possibilidades de realização. O texto foi publicado pelo jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* e encontra-se disponível no endereço <www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080> (acesso em: 22 abr. 2016).

2. **Assista ao filme *Gandhi* (Reino Unido, 1982), dirigido por Richard Attenborough (veja sugestões de filme, p. 307). Depois de assistir ao filme, produza um texto, pensando em vários aspectos discutidos ao longo da Unidade 3: como Gandhi utiliza seu exemplo moral para inspirar as pessoas a se organizarem, como consegue isso sem recorrer à violência, e na importância de sua pregação (infelizmente, nem sempre ouvida) em favor de reconhecimento igual para as diversas religiões e culturas que compõem a sociedade indiana.**

Sugestão de resposta: Essa atividade tem intenção de despertar uma reflexão presente no filme: é possível fazer uma revolução pacífica? Qual é o poder dos movimentos sociais? Como se transforma uma situação de opressão como a que vivia a Índia? Portanto, o texto a ser produzido serve de impulso para despertar uma reflexão sobre a importância dos movimentos sociais na transformação do mundo.

Para complementar esta atividade, o artigo "Cultura inútil: sobre leis, justiça e quejandos", do jornalista Mouzar Benedito, permite refletir sobre justiça social, leis e enfrentamento popular. O artigo trata do enfrentamento da escravidão no Brasil e da representação negra no sistema judiciário brasileiro, oferecendo uma boa oportunidade para tecer paralelos com o cenário indiano representado no filme *Gandhi*. O artigo se encontra disponível no *Blog da Boitempo*, no endereço <blogdaboitempo.com.br/2015/06/19/cultura-inutil-sobre-leis-justica-e-quejandos/> (acesso em: 21 abr. 2016).

3. Preste atenção na seguinte análise da sociedade brasileira proposta pelo economista e ex-ministro Celso Furtado:

Nas sociedades em que a difusão da civilização industrial foi uma consequência de sua inserção no sistema de divisão internacional do trabalho – sociedades em que se configura o fenômeno da dependência – os efeitos sociais do processo acelerado de acumulação adquirem características próprias. Na etapa primário-exportadora, a acumulação do sistema produtivo é de pouca magnitude, o que significa que a grande maioria da população permanece no sistema tradicional de dominação social. A atividade política limita-se à luta pelo excedente, o qual se divide entre aqueles que exercem alguma tutela sobre a massa trabalhadora, mediante o controle do acesso à terra, e os que controlam os canais de comercialização e têm acesso direto aos centros metropolitanos de poder. Em tais situações, o desenvolvimento institucional não exigia grande criatividade [...].

FURTADO, Celso. Criatividade cultural e desenvolvimento dependente. In: *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura.* Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. p. 46.

Com base na descrição acima e nos conceitos elaborados por Acemoglu e Robinson, como você caracterizaria as instituições do Brasil no período que Furtado chama de "etapa primário-exportadora" (isto é, anterior à industrialização)? Explique sua resposta.

Sugestão de resposta: A descrição de Celso Furtado espelha claramente a definição de Acemoglu e Robinson de instituições extrativas, voltadas apenas para a extração de recursos em favor de uma pequena elite. A política, por exemplo, se limita a disputas dentro da elite. Note que, para Furtado, uma sociedade assim "não exige grande criatividade", ao contrário de uma sociedade industrial moderna, que exige constante inovação e dinamismo. Essas características só seriam possíveis, segundo Acemoglu e Robinson, sob instituições que garantem cada vez mais a participação de cidadãos, tanto na economia quanto na política.

4. Considere a tira a seguir.

Ricardo Coimbra/Acervo do artista

Tira de Ricardo Coimbra, 2012.

Levando em consideração essa tirinha, discuta a relação entre poder econômico e representação política na sua região. Você concorda com a crítica implícita na tirinha? Desenvolva uma pequena pesquisa para descobrir se os representantes políticos da sua região (deputados estaduais e federais) estão ligados a grandes grupos econômicos ou não.

Sugestão de resposta: A tirinha sugere que a capacidade que um cidadão tem de transformar a sua realidade é limitada pelo poder econômico. De fato, o poder econômico (grandes empreiteiras, bancos, grupos de mídia, etc.) tem mais capacidade de influenciar a realidade que um cidadão sozinho. No entanto, como vimos na Unidade 3, os movimentos sociais podem produzir transformações, ainda que em contraposição ao poder econômico. De certa forma, a tirinha induz a uma visão muito pessimista da política. A atividade de pesquisa sugerida permite que o aluno perceba claramente quais são os vínculos econômicos, sociais e políticos dos representantes legislativos de sua região. Isso possibilita uma reflexão crítica sobre o poder econômico, os movimentos sociais e a política na sua região.

Para complementar esta atividade, sugerimos o filme *O informante* (Estados Unidos, 1999), de Michael Mann. O filme conta a história de um pesquisador que trabalhou na indústria de cigarros e resolveu denunciar as empresas produtoras de cigarro por esconderem informações sobre os males que o tabaco causa à saúde. O pesquisador tenta ir à imprensa contar sua história, mas esbarra em inúmeras dificuldades em razão do imenso poder econômico das empresas de cigarro. Ressalte que, embora as diferenças de poder econômico introduzam grandes distorções na democracia moderna, elas não anulam completamente a possibilidade da ação política transformadora.

5. Assista a *Mauá, o Imperador e o Rei*, filme de 1999 dirigido por Sérgio Rezende (veja indicação e sinopse do filme no Capítulo 14, página 327). Mauá sonha com a industrialização do Brasil, mas o tempo todo enfrenta dificuldades políticas. Um tema recorrente do filme é a dificuldade de separar, no Brasil, a atividade econômica privada e o governo. Em que medida os problemas de Mauá podem ser atribuídos ao tipo de Estado que herdamos dos portugueses? Explique que tipo de Estado é esse e indique trechos do filme que justifiquem sua resposta.

Sugestão de resposta: O filme retrata o Estado patrimonialista brasileiro, em que não há distinção clara entre público e privado. O esforço de Mauá em se tornar um grande empresário privado esbarra na necessidade de agradar seus patronos políticos e evitar a ação de seus adversários, pois tanto uns quanto outros não veem com bons olhos o enriquecimento que não seja compartilhado com o Estado. O próprio Mauá passa a depender de parcerias com o governo, e daí em diante sua sorte está atada às flutuações da vida política nacional. Há vários exemplos que refletem essa ideia no filme, desde a necessidade de perdoar uma dívida grande a pedido de um político influente até o pedido do governo para que Mauá emprestasse dinheiro para o governo do Uruguai.

6. Dilma Rousseff foi a primeira mulher a comandar o Estado brasileiro. Embora esse fato represente um grande avanço, a participação das mulheres na política ainda é muito pequena. Apenas uma pequena parte dos candidatos eleitos no Brasil são mulheres.

Organizem uma pesquisa sobre a participação feminina na política em sua cidade. Há vereadoras mulheres? Qual é a proporção de mulheres em relação a homens? Há associações civis coordenadas por mulheres? Procure saber quais são as dificuldades das mulheres na política local e quais as perspectivas conversando com mulheres que fazem parte de partidos políticos de sua cidade.

Sugestão de resposta: Essa atividade tem a intenção de despertar nos alunos um olhar crítico para a condição da mulher na política brasileira, começando pela política local. A mera busca por representantes mulheres na Câmara ou em associações vai demonstrar como a participação ainda é pequena. Colher alguns depoimentos sobre a situação da mulher na política local pode ajudar os alunos a ter uma compreensão mais sofisticada do mundo da política ao seu redor.

Para auxiliar a atividade, pode-se recorrer à pesquisa *Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: desafio à democracia* (2014), realizada pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e disponível em: <www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/inesc-lanca-o-perfil-dos-candidatos-as-eleicoes-2014-em-seminario-na-proxima-sexta-19-9>. O Inesc também apresenta um pequeno vídeo introdutório ao tema em <www.inesc.org.br/imprensa/tv/a-sub-representacao-no-parlamento-brasileiro/view>. (Acesso em: 22 abr. 2016.)

7. O filme *Persépolis* (França, 2012), de Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud, foi inspirado nas histórias em quadrinho autobiográficas de Marjane Satrapi e conta a história de uma jovem que cresceu no Irã no período da Revolução Iraniana de 1979. Marjani experimentou tanto a esperança de liberdade dos primeiros tempos da revolução quanto a decepção e a indignação à medida que o governo iraniano se torna cada vez mais opressivo, principalmente com relação aos direitos da mulher. A protagonista passa a encontrar então, em seu cotidiano, formas de lutar contra a dominação que lhe é imposta. Nos países ocidentais, a exclusão da mulher da política pode se dar de maneiras muito mais sutis, mais disfarçadas, do que no Irã. Por exemplo, é possível que acreditemos em estereótipos que afirmam que as mulheres são fracas e indecisas, atributos que não queremos em um líder. É fácil perceber que essa imagem não corresponde à realidade, como prova a existência de líderes políticas de diferentes posições no espectro político, como a britânica Margaret Thatcher, a norueguesa Gro Harlem Bruntland e a alemã Angela Merkel, que ocuparam o cargo de primeira-ministra em seus países, ou a presidente do Chile, Michele Bachelet, entre outras.

Considere também a ideia expressa na charge da p. 291, com texto da escritora e poeta estadunidense Alice Duer Miller (1874-1942). Você acha razoável o argumento (apresentado ironicamente) de que os homens não têm lugar na política? Em que esse argumento é diferente da ideia de que as mulheres são fracas e indecisas? Afinal, essas ideias sobre como são homens e mulheres servem para alguma coisa na hora de escolher bons políticos?

Sugestão de resposta: Há várias respostas possíveis, mas espera-se que o aluno perceba que é problemático utilizar estereótipos de gênero na escolha das lideranças políticas; afinal, embora tanto as tarefas domésticas quanto a atividade militar sejam perfeitamente dignas, é tão injusto dizer que "lugar de mulher é na cozinha" quanto que "lugar de homem é no exército", e não há por que acreditar que haverá melhores líderes entre os homens ou entre as mulheres.

Para complementar esta atividade sugerimos exibir o vídeo da conferência da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, no TEDx Talks, *We should all be feminists* (Sejamos todos feministas), disponível em: <www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc> (áudio em inglês; é possível ativar as legendas em português). Você também pode encontrar um texto da autora sobre esse tema em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/10/chimamanda-adichie-sejamos-btodos-feministasb.html>. (Acesso em: 22 abr. 2016.)

8. Assista ao filme *Diamantes de sangue*, filme de 2007 dirigido por Robert Zwick (veja indicação e sinopse do filme, no Capítulo 15, página 345). Antes da guerra civil retratada no filme, Serra Leoa foi governada por muitos anos por ditadores (e, antes disso, por

colonizadores) que se limitaram a extrair a riqueza do país e explorar sua população. É difícil não ter a impressão de que a descoberta de diamantes foi ruim para a população de Serra Leoa. Mas talvez as coisas pudessem ter sido diferentes: Botswana também é um país rico em diamantes, mas acordos políticos entre os diferentes povos e a manutenção da democracia garantiram a paz no país.

Observe, no filme, o comportamento do líder do exército rebelde. Você acha que ele planejava, caso conseguisse alcançar o poder, promover instituições inclusivas em Serra Leoa?

Sugestão de resposta: Há vários sinais de que o líder rebelde não pretendia isso. Em primeiro lugar, por seu extremo autoritarismo e descaso com que trata seus soldados, muitos deles jovens e crianças recrutados à força. Temos a impressão de que o projeto dos grupos em conflito era continuar explorando o trabalho dos mineradores e vendendo os diamantes para empresas multinacionais.

ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

Capítulo 11

Recentemente o Brasil viveu uma epidemia causada pelo vírus zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. A preocupação com a epidemia cresceu com a divulgação de que um surto de microcefalia em recém-nascidos teria relação com o contágio da mãe pelo vírus durante a gestação. A criação de uma vacina poderia solucionar o problema, mas há um conflito de interesses entre o governo federal e as grandes indústrias farmacêuticas.

Segundo o pediatra estadunidense Peter Hotez, a iniciativa da criação da vacina deveria partir do governo brasileiro e não de empresas privadas, que seguem os seus próprios interesses. Veja trechos extraídos de uma entrevista com Peter Hotez:

ÉPOCA – O Ministério da Saúde do Brasil discute com instituições de pesquisa como desenvolver a vacina. As primeiras estimativas eram de dez anos para se chegar a uma vacina, agora já se fala em cinco anos. Há como acelerar esse processo?

Hotez – Não precisa demorar tudo isso. Identificada a molécula que induz a produção dos anticorpos necessários, é possível produzir a vacina rapidamente. Se há recursos suficientes, dá para acelerar esse processo.

ÉPOCA – O vírus zika ainda atinge, principalmente, países não desenvolvidos. Corremos o risco de não haver esforços suficientes, por causa disso?

Hotez – Existem dois erros comuns. O primeiro é pensar que as doenças tropicais estão apenas em países pobres da África. Muitas doenças negligenciadas estão em países ricos, como os Estados Unidos, e em países em que há muita prosperidade, como é o caso do Brasil, da Indonésia e da China. O detalhe é que elas atingem com maior frequência as camadas mais pobres da população desses países. Um segundo erro é esperar pelas grandes empresas da indústria farmacêutica para que elas desenvolvam as vacinas. Elas não farão.

BUSCATO, Marcela. "O vírus zika pode custar bilhões ao Brasil", diz especialista em vacinas. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/02/o-virus-zika-pode-custar-bilhoes-ao-brasil-diz-especialista-em-vacinas.html>.

a) De acordo com os seus conhecimentos sociológicos e de Química e Biologia, faça uma lista com pelo menos três itens sobre o que é necessário para a criação e distribuição de uma vacina contra o vírus *zika*.

Resposta pessoal. Algumas possibilidades: identificar a molécula que induz a produção dos anticorpos; realizar testes com uma vacina produzida com base nesses anticorpos; lutar para obter recursos para financiar um projeto que é de interesse público; buscar apoio partidário para que se garanta a distribuição gratuita das vacinas.

b) Que diferença de interesses entre empresas privadas e Estados faz com que o pediatra defenda a interferência do governo federal na questão? Procure explicar o papel do Estado em uma situação como esta considerando as teorias contratualistas.

Em uma situação como esta, o Estado teria o papel de mediar conflitos e interesses particulares. Uma epidemia é uma questão de saúde pública. Por outro lado, vivemos em uma sociedade capitalista, o que leva as empresas a defender seus interesses para garantir sua lucratividade. Pelo ponto de vista de Locke, a situação poderia ser analisada de duas maneiras: por um lado, a patente garante à empresa o direito natural da propriedade originada do trabalho; por outro, no caso de uma epidemia grave, também é papel do Estado garantir a vida dos indivíduos. Pelo ponto de vista de Rousseau, foi a instauração da propriedade privada que terminou com o estado de natureza, em que todos eram felizes. Assim, quebrar a patente e assegurar a saúde de todos seriam uma decisão em conformidade com a Vontade Geral.

Capítulo 12

Para entender melhor como se estabelecem as relações internacionais em tempos de globalização, você e seus colegas das turmas de Ensino Médio vão organizar em sua escola uma Feira das Nações, seguindo as seguintes etapas:

a) O professor vai dividir os grupos responsáveis por nação.

b) No dia escolhido para acontecer a feira, cada grupo deve apresentar a nação pela qual ficou responsável da seguinte forma:

1. aspectos culturais;
2. aspectos econômicos;
3. aspectos sociais;
4. regime político;
5. principais países com os quais mantém relações e entidades globais às quais é vinculado.

Um grupo responsável pelo Brasil, por exemplo, precisaria apresentar os diversos aspectos culturais:

as religiões; as comidas; a língua portuguesa; a presença das culturas indígenas e de comunidades quilombolas em nosso território; etc. Ao descrever os principais setores da economia do país, poderia citar, por exemplo, o agronegócio, a mineração e a indústria automotiva. Ao falar de aspectos sociais, analisaria as diferentes desigualdades sociais presentes no país, por exemplo, a desigualdade salarial entre mulheres e homens e entre negros e brancos. Por fim, o grupo precisaria explicar o funcionamento do presidencialismo e a pluralidade de partidos políticos e fazer uma pesquisa sobre os principais países com os quais o Brasil estabelece acordos políticos e econômicos e os blocos e instituições políticos e econômicos dos quais é membro.

A atividade demanda um trabalho de pesquisa considerável por parte do grupo, e pode ser desenvolvida conjuntamente com os professores de História, Geografia, Arte e Língua Portuguesa. Por isso, procure formar grupos não muito pequenos. Verifique se os estudantes utilizaram fontes idôneas, pedindo-lhes que entreguem separadamente uma bibliografia e um breve resumo do que foi apresentado na feira.

Capítulo 13

Formado em meados de 1999, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) buscou organizar as trabalhadoras e os trabalhadores da catação em todo o Brasil, estimados em 800 mil pessoas no total.

Uma de suas principais bandeiras é o pagamento justo pelo trabalho prestado. O movimento também defende pautas ecológicas, como o fechamento de lixões a céu aberto. Segundo a Declaração dos Princípios e Objetivos do Movimento, uma de suas tarefas seria organizar a luta pelo reconhecimento, inclusão e valorização do trabalho dos catadores. O MNCR está articulado à Aliança Global de Catadores.

Veja a imagem abaixo e, em seguida, responda ao que se pede:

Reprodução/Acupuntura Urbana

Decoração feita com matéria-prima reaproveitada durante a Virada Sustentável, em São Paulo (SP), 2015.

a) Qual é a origem dos materiais usados para fazer os objetos que você mais usa? Faça uma lista e compare com as de seus colegas.
Resposta pessoal. A atividade demandará alguma pesquisa e poderá ser orientada também pelos professores de Química e Geografia.

b) Qual é o destino dado aos materiais recicláveis em sua casa, escola, bairro e cidade? Avalie a adequação desse destino, considerando os impactos ambientais e as condições de trabalho de quem atua no setor.
Resposta pessoal. Você pode fazer esta atividade conjuntamente com os professores de Biologia e de Química.

c) De acordo com os propósitos do MNCR, explique de que maneira esse movimento social procura influenciar o Estado.
O MNCR é um movimento social, portanto, se articula para obter direitos e buscar transformação em algum aspecto da sociedade. É por meio da organização e mobilização dos indivíduos que um movimento procura influenciar o Estado.

d) Analise os propósitos do MNCR de acordo com os termos propostos por Nancy Fraser.
Nos termos de Nancy Fraser, trata-se de um movimento por reconhecimento, pois luta pela valorização dos catadores, que costumam ser estigmatizados, e da importância do trabalho deles para o meio ambiente. Porém, considerando a demanda por pagamento justo e melhores condições de trabalho, pode-se dizer também que é um movimento por redistribuição. Ou seja, seria um movimento bivalente.

Capítulo 14

O Brasil é, atualmente, uma democracia presidencialista. Assim, além dos parlamentares, os cidadãos brasileiros escolhem o chefe do Executivo por meio do voto. Mas não foi sempre assim. É possível afirmar que a democracia no Brasil existiu, de fato, entre 1945 e 1964 e após 1985. Além disso, o acesso à cidadania ainda enfrenta obstáculos. Além das dificuldades impostas à participação política das mulheres, dos afrodescendentes e da população mais pobre, o acesso da população indígena é ainda mais problemático.

Observe a imagem abaixo e leia o trecho sobre a participação da população indígena nas eleições de 2014.

Oswaldo Braga de Souza/ Instituto Socio-Ambiental

Manifestação de povos indígenas na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF). Foto de 2013.

No Brasil, os índios, como qualquer brasileiro, são obrigados, em princípio, a votar desde que maiores de 18 anos e falantes de português. Uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral de 2011 determina que os índios alfabetizados devem se inscrever como eleitores, mas não estão sujeitos ao pagamento de multa pelo atraso no alistamento (Resolução nº 21.538/03). Além disso, aqueles que vivem em aldeias segundo costumes e tradições

podem não ser obrigados a votar se assim seu povo decidir. [...] *E, para algumas lideranças indígenas, a participação na política não se resume apenas ao voto. Segundo o TSE, 0,32% das candidaturas registradas para estas eleições são de concorrentes que se declararam indígenas. Ao todo, são 80 candidatos.*

MACEDO, Ana Raquel. Cresce participação de candidatos e eleitores indígenas no Brasil. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/474355-CRESCE-PARTICIPACAO-DE-CANDIDATOS-E-ELEITORES-INDIGENAS-NO-BRASIL.html>. Acesso em: 22 abr. 2016.

a) Em que medida a participação política indígena em partidos políticos e movimentos sociais é importante para garantir seus direitos, como o da preservação de suas culturas e o de posse de suas terras tradicionais?

Em uma democracia, os partidos políticos são grupos organizados que disputam o poder. Assim, o envolvimento com partidos políticos que tenham afinidades com determinada luta favorece a conquista de direitos. Por sua vez, os movimentos sociais são instrumentos de pressão sobre o Estado voltados à transformação.

b) Faça uma pesquisa sobre o número total de candidatos nas eleições de 2014 e construa gráficos comparando o perfil deles segundo alguns critérios: sexo (número de mulheres; número de homens); cor ou etnia (número de indígenas; número de brancos; número de negros e pardos; etc). Esses dados devem ser comparados, no gráfico, às informações obtidas pelo Censo 2010 a respeito da população total brasileira (disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>, acesso em: 22 abr. 2016).

c) Analise o índice de participação indígena nas eleições de 2014 de acordo com o que você aprendeu sobre cidadania.

b) e c) Verifique se os estudantes conseguiram localizar as informações, transformá-las corretamente em gráficos e fazer uma interpretação adequada dos resultados. De modo geral, indígenas e outras minorias obtêm uma representação parlamentar menor que sua participação no total da população.

Capítulo 15

A interpretação de Michel Foucault para a noção de poder permitiu outros olhares sobre as relações de gênero e a sexualidade, o que deu origem a novas pautas de movimentos sociais. Duas noções derivadas dos estudos sobre sexualidade são as de heteronormatividade e cisnormatividade, que dizem respeito, respectivamente, às tentativas de enquadrar pessoas em relações entre sexos opostos e em gêneros relacionados ao sexo biológico. Também ganharam espaço nas últimas décadas os estudos *queer*, que descontroem a divisão rígida entre os gêneros masculino e feminino.

Leia o trecho de uma notícia sobre uma resolução relacionada ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015 e observe a imagem.

Os candidatos travestis e transexuais que farão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) poderão solicitar o uso do nome social a partir desta segunda-feira (15) até o dia 26 de junho.

ENEM 2015: travestis e transexuais podem pedir nome social nesta 2ª. *G1*. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/06/enem-2015-travestis-e-transexuais-podem-pedir-nome-social-nesta-2.html>. Acesso em: 22 abr. 2016.

Reprodução/Tony Togglas

a) De que modo a forma como Foucault interpretou o poder possibilitou novos olhares sobre as opressões relacionadas às relações de gênero e à sexualidade?

Foucault localizou o poder não apenas na esfera do Estado, mas como algo que permeia a sociedade. Cotidianamente, as opressões se expressam no comportamento das pessoas. Ao mesmo tempo, instituições disciplinares como a escola e a prisão prescrevem formas de comportamento e atitudes.

b) O que a necessidade dessa resolução diz a respeito da disciplinarização na sociedade? Em que medida isso se relaciona com limitações à cidadania?

A disciplinarização consiste em diversos mecanismos que buscam conformar as pessoas a comportamentos desejados. Assim, ao submeter as pessoas a manter o nome e o sexo que lhe foram atribuídos no nascimento, o Estado as impede de serem reconhecidas oficialmente pelo gênero com o qual se identificam. Portanto, a permissão de uso do nome social significa uma ampliação de direitos e do exercício da cidadania.

c) De que forma esses novos olhares sobre as relações e gênero e a sexualidade dialogam com a análise de Ronald Inglehart?

As lutas pelo reconhecimento da diversidade sexual estão diretamente relacionadas aos chamados valores pós-materiais. Elas estão voltadas para a conquista da igualdade de direitos (por exemplo, a garantia de igualdade salarial entre homens e mulheres; o direito ao casamento civil e à adoção de filhos por casais homoafetivos) e também para a ampliação de direitos (por exemplo, o direito de realizar cirurgias de redesignação sexual – popularmente conhecidas como "cirurgias de mudança de sexo" – no sistema público de saúde).

d) Utilizando seus conhecimentos de Filosofia, analise a charge do ponto de vista da Lógica, explicando o efeito de humor gerado.

A pergunta feita é uma proposição disjuntiva, isto é, apresenta a necessidade de uma escolha entre dois termos. Porém, a personagem a quem se pergunta questiona a escolha dos termos (na linguagem lógica, as duas afirmativas implícitas na frase –"você é homem" e "você é mulher" – são declaradas falsas, invalidando a proposição).

ISBN 978-85-08-18058-5